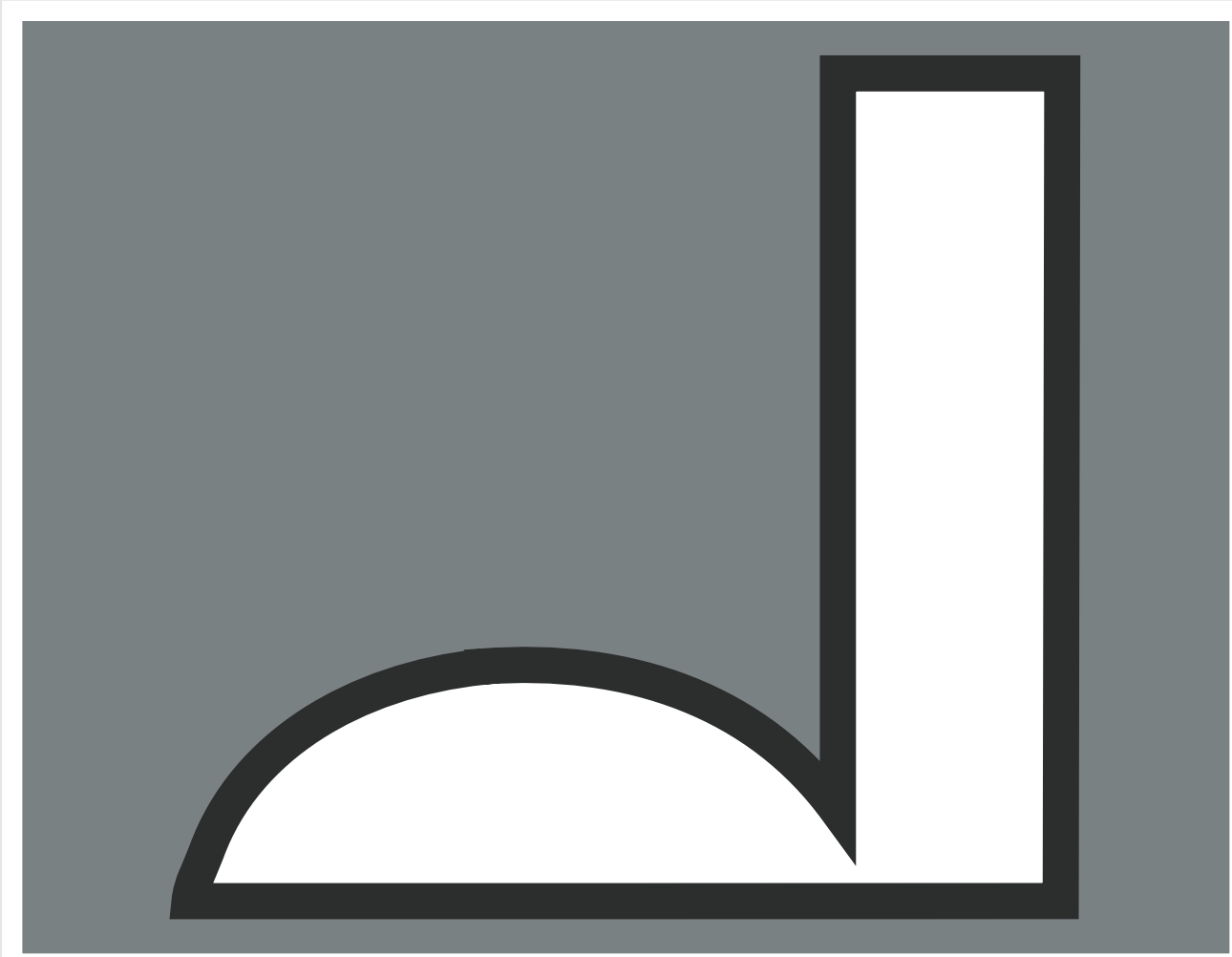
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Temporárias

ANO LXVII – SUP. ``C`` AO Nº 101 – TERÇA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 2012 – BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25	**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24**	**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14**
Líder **Renan Calheiros - PMDB** ..... **Líder do PMDB - 19** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner **Líder do PP - 5** **Francisco Dornelles** Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) **Líder do PV - 1** **Paulo Davim**	**Líder** **Walter Pinheiro - PT** (22,25) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,45) ..... **Líder do PT - 13** **Walter Pinheiro** (22,25) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (26) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (27) Anibal Diniz (24) **Líder do PDT - 4** **Acir Gurgacz** (49) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) **Líder do PSB - 4** **Lídice da Mata** (29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) **Líder do PC DO B - 2** **Inácio Arruda** **Líder do PRB - 1** **Eduardo Lopes** (37,45)	**Líder** **Jayme Campos - DEM** (28) Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (7,35) Lúcia Vânia (31) Mário Couto (32) Paulo Bauer (6,33) ..... **Líder do PSDB - 10** **Alvaro Dias** Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,33) Flexa Ribeiro (7,35) **Líder do DEM - 4** **José Agripino** (2,10,14,43,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes Blairo Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48) ..... **Líder do PTB - 6** **Gim Argello** Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti **Líder do PR - 6** **Blairo Maggi** (19) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41)< Vicentinho Alves (42) **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** (17,47,48)	**Governo** **Líder** **Eduardo Braga - PMDB** (38) Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	**PSD - 2** **Líder** **Kátia Abreu - PSD** (11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
PSOL - 1 **Líder** **Randolfe Rodrigues - PSOL** (18)		

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4 º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1.1.1 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal

Ata da 14ª Reunião, realizada em 13 de junho de 2012..... 4

Ata da 15ª Reunião, realizada em 14 de junho de 2012..... 104

Ata da 16ª Reunião, realizada em 26 de junho de 2012..... 143

Ata da 17ª Reunião, realizada em 27 de junho de 2012..... 187

1.1.2 – Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar anteprojeto do Código Penal

Ata da 23ª Reunião, realizada em 11 de junho de 2012..... 275

Ata da 24ª Reunião, realizada em 18 de junho de 2012..... 369

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR PRÁTICAS CRIMINOSAS DO SENHOR CARLOS AUGUSTO RAMOS, CONHECIDO VULGARMENTE COMO CARLINHOS CACHOEIRA, DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES "VEGAS" E "MONTE CARLO", DA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 1 DE 2012-CN.

ATA DA 14ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião realizada em 13 de junho de 2012, às dez horas e vinte e oito minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho - Senado Federal, sob a presidência do **Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB),** com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Wellington Dias (PT-PI), Walter Pinheiro (PT-BA), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Sérgio Petecão (PSD-AC)** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Dr. Rosinha (PT-PR)**, **Luiz Sérgio (PT-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ) e Vieira da Cunha (PDT-RS).** Deixou de comparecer o **Delegado Protógenes (PCdoB-SP).** Compareceram os seguintes parlamentares não membros: os Senadores **Pedro Simon (PMDB-RS), Magno Malta (PR-ES) e Lúcia Vânia (PSDB-GO)** e os Deputados **Paulo Tadeu Vale da Silva (PT-DF), Geraldo Magela (PT-DF), Jilmar Tatto (PT-SP), Izalci (PT-DF), Walter Tosta (PSD-MG), Paulo Feijó (PR-RJ), Chico Alencar (PSOL-RJ), Erika Kokay (PT-DF), Henrique Fontana (PT-RS), André Vargas (PT-PR), Rebecca Garcia (PP-AM), Washington Mesquita (PSD-DF), Pedro Eugênio (PT-PE), Vaz de Lima (PSDB-SP) e Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP)**. Na oportunidade, foi ouvido, como testemunha, o Governador do Distrito Federal, Agnelo dos Santos Queiroz Filho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bom dia a todos. Solicito a V. Exªs que tomem seus assentos. Peço às assessorias que tomem seus respectivos lugares. Solicito a compreensão da imprensa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 13ª Reunião da Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

A presente reunião destina-se à oitiva, na condição de testemunha, do Governador Agnelo Queiroz, por força do Requerimento nº 45, de 2012, de autoria do Deputado Fernando Francischini, do Requerimento nº 79, de 2012, de autoria do Deputado Filipe Pereira, do Requerimento nº 219, de 2012, do Deputado Maurício Quintella, Requerimento nº 280, de 2012, de autoria do Deputado Rubens Bueno.

Solicito à secretaria que convide a testemunha, o Sr. Governador Agnelo Queiroz, a tomar seu lugar na sala de reuniões.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) **–** Sr. Presidente, apenas a título de sugestão, vou encaminhar a V. Exª uma questão de ordem relativa à pauta de amanhã. Nós gostaríamos de ter, com antecedência, por aparte do Relator e de V. Exª, a pauta de amanhã, para que tomemos conhecimento de quais requerimentos serão avaliados no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Devo esclarecer a V. Exª que as questões de ordem, dentro dos procedimentos que adotamos durante todas as outras reuniões, só serão aceitas por esta Presidência de acordo com o assunto do momento, ou melhor, com relação à convocação da testemunha.

Com relação à questão do Sr. Deputado Macris, bem feita e ponderada por V. Exª, acolho. A divulgação da pauta de amanhã será previamente, ainda hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – PA) – Aditamento dessa questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – PA) – Meu encaminhamento é no seguinte sentido, há um conjunto de requerimentos que ainda não foram apreciados. Embora, cronologicamente, tenham sido protocolizados na Comissão com antecedência. Só de minha autoria existem 29 requerimentos, um deles, por

exemplo, pede a quebra de sigilo da empresa Excitant, que ontem foi objeto do questionamento da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos os requerimentos, meu queridíssimo Senador Randolfe Rodrigues, para que V. Exª não perca tempo nem os brilhantes neurônios, a pauta está aberta e os requerimentos vão ser votados em ordem cronológica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – PA) – Agradeço os brilhantes neurônios, Sr. Presidente, não tanto quanto os seus.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Só para que conste, peço a V. Exª me inscreva como Líder, como o primeiro líder inscrito no tempo destinado à liderança.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O procedimento regimental na reunião de ontem terá a mesma validade na reunião de hoje. Inclusive, para também evitar questões de ordem, todas as questões de ordem das reuniões de ontem terão as mesmas decisões na reunião de hoje.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) - Sr. Presidente**,** apenas para contraditar a questão de ordem do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) - Primeiro, acho que V. Exª está conduzindo bem os trabalhos. Segundo, o Presidente tem a prerrogativa da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Eu não gostaria que ficasse asseverado aqui, acertado que será ordem cronológica, mas sim a ordem da investigação, que foi importante para a investigação, que passa por uma discussão entre V. Exª e o do Relator.

Em relação ao caso concreto, eu acho que temos que discutir a Excitant talvez como um dos primeiros, amanhã, mas não gostaria que V. Exª aceitasse a ideia da ordem cronológica.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O art. 89, Deputado Cândido Vaccarezza, determina, e cumpro rigorosamente, e agradeço a vênia de V. Exª, a condução destes trabalhos. O Regimento Comum prevê isso a mim. Dentro dessas minhas atribuições, cabe a mim pautar os requerimentos. Sempre conduzi a pauta como uma pauta aberta. Prevejo que, na condição dessa pauta aberta, deva aceitar todos os requerimentos, inclusive aqueles requerimentos de preferência, para votar aquelas ou outros requerimentos que, por ventura, possam estar na pauta e que venham ser votados antes daqueles que possam obedecer à ordem cronológica. Os requerimentos de preferência, inclusive, têm atualidades. Substituo a palavra "preferência" e antecipo a preferência pelas atualidades que os requerimentos de preferência, por ventura, possam estar preestabelecidos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor!

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu, ontem, fiz um...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A sua questão de ordem já está encaminhada a S. Exª. Deputado Rubens Bueno, a sua questão de ordem já foi redigida, e vou encaminhar à S. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Muito obrigado. Mas quero também que o Presidente me inclua entre os líderes para falar logo depois dos relatores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vai falar dentro do mesmo procedimento: o Bruno Araújo; depois V. Exª. *(Pausa.)*

Determino à assessoria, à secretaria, que encaminhe a resposta à questão de ordem do Líder do PPS, o ínclito Deputado Rubens Bueno...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas me merece como tanto!

...que foi redigida pela assessoria, lavrada e assinada por esta Presidência, assinada por esta Presidência, e, ontem mesmo, encaminhada por escrito a S. Exª o Deputado Rubens Bueno.

Determino também que a testemunha, o Governador Agnelo Queiroz, possa formalizar, com a sua assinatura, o termo de compromisso, na condição de testemunha. *(Pausa.)*

Já está nas minhas mãos o termo de compromisso assinado pela testemunha, o Governador Agnelo Queiroz. *(Pausa.)*

A lista para a inscrição dos Parlamentares encontra-se sobre a mesa, bem como a lista para a inscrição dos senhores líderes. *(Pausa.)*

Peço à assessoria que tome conta das inscrições, para facilitar o trabalho desta Presidência. *(Pausa.)*

Termo de compromisso.

Fique à vontade! *(Pausa.)*

Eu peço silêncio ao pessoal que está aqui na minha retaguarda. A identificação do barulho é exatamente aqui atrás. *(Pausa.)*

Eu passo a palavra, por vinte minutos regimentais e mais o tempo que lhe for concedido e necessário, assim como foi feito na reunião de ontem, ao Sr. Governador Agnelo Queiroz, que falará a esta Comissão na condição de colaborador e testemunha.

Com a palavra a testemunha.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; Sr. Relator, Deputado Odair Cunha; Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Teixeira; meu companheiro e amigo, Vice-Governador do Distrito Federal...

O SR. **PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço à equipe técnica para potencializar o som da testemunha e peço para minimizar o som da assistência. *(Pausa.)*

O SR. AGNELO QUEIROZ – Retomando aqui, cumprimento o nosso Presidente, Senador Vital do Rêgo; o Sr. Relator, Deputado Odair Cunha; o Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Teixeira; cumprimento as Srªs e os Srs. Senadores, as Srªs e os Srs. Deputados, os profissionais da imprensa; meu companheiro e amigo, Vice-Governador do Distrito Federal, Tadeu Filippelli; o Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Patrício, em nome de quem cumprimento todos os parlamentares distritais aqui da nossa cidade; autoridades aqui presentes, meus senhores e minhas senhoras, venho hoje a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Sr. Presidente, para restaurar a verdade.

Tenho um profundo respeito pelo Poder Legislativo. Estive nesta Casa por três mandatos consecutivos como Deputado Federal. Minha origem é o Parlamento, e compreendo a importância do trabalho sob a responsabilidade de V. Exªs.

O grupo aqui investigado, Sr. Presidente, a organização aqui investigada tramou a minha derrubada, um governo legitimamente eleito pelo povo do Distrito Federal. E não agiu só, não agiu sozinho; valeu-se das falsas acusações plantadas nos noticiários; valeu-se de vozes com acesso às tribunas políticas de nosso País; valeu-se da boa-fé de pessoas ao misturar mentiras e meias verdades, tudo com o objetivo de desgastar, desestabilizar e, por fim, retirar-me do Governo do Distrito Federal.

Hoje fica claro, Sr. Presidente, Sr. Relator, que a minha presença nesta CPI é fruto da luta política. Peço licença para citar o requerimento de convocação apresentado pelos ilustres Deputados meus opositores. Não há, no documento, a indicação de um único fato que eu tenha praticado, de qualquer ato em favor do grupo de Carlos Cachoeira ou da empresa Delta. Ao contrário, o requerimento dos nobres Deputados menciona apenas notícias infundadas e relatam o funcionamento de casas de jogos fora dos limites territoriais do Distrito Federal.

A história que hoje trago a V. Exªs é a história de um governo que vem sendo perseguido pelo crime organizado, de maneira constante e orquestrada. É a história de um governante que, a despeito disso, não só resiste, como trabalha para reconstruir o poder público no Distrito Federal na capital do nosso País. O meu objetivo é colocar novamente o Governo do Distrito Federal à disposição, a serviço da população do Distrito Federal. Assim com V. Exªs, também os brasilienses receberam uma avalanche de informações erradas os últimos meses. É espantoso, por exemplo, que muitos aqui e lá fora, nas ruas, nos bares, nas casas, não saibam que a Delta Construções tem apenas um, e somente um, contrato com o governo do Distrito Federal, o de coleta de lixo e varrição de ruas em duas áreas do DF. E mais: esse contrato foi assinado no governo anterior – não no meu governo, no anterior, e, ainda assim, a mando da Justiça. Em uma decisão limiar, a Primeira Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, determinou ao então Governador Rogério Rosso que contratasse a Delta. Esse contrato foi assinado no dia 9 de dezembro de 2010. É muito importante essa data. No dia 9 de dezembro de 2010, portanto, antes da minha posse.

Quero aproveitar a oportunidade, já que estou falando dessa época, para esclarecer um fato de quando eu era apenas Governador eleito. Quero, com isso, realçar um ponto dessa campanha orquestrada contra mim. Reparem V. Exªs, Sr. Presidente, que até hoje alguns veículos de comunicação ecoam a cobrança segundo a qual eu preciso explicar por que assinei um ofício que beneficiaria a Delta antes mesmo de tomar posse como Governador do Distrito Federal. Isso é uma mentira! Está aqui o ofício, Sr. Presidente. Foi expedido no dia 15 de dezembro de 2010. Quinze de dezembro de 2010. O contrato da Delta foi assinado com o GDF no dia 09 de dezembro de 2010, ou seja, antes da expedição do meu ofício. O ofício foi endereçado ao então Governador Rogério Rosso.

Peço licença para ler o primeiro e esclarecedor parágrafo.

"Sr. Governador,

Cumprimentando V. Exª, sirvo-me do presente para solicitar eventual prorrogação, em caráter temporário, dos contratos administrativos objetos de serviços essenciais e continuados, em vigor no GDF, com vencimentos previstos para o final deste ano e janeiro de 2011..."

Repito essa última frase: "com vencimentos previstos para o final deste ano e janeiro de 2011".

Passo, então, a citar as áreas, continuando a ler o ofício: coleta de lixo e varrição de ruas, medicamentos e insumos dos hospitais, reparação, conservação de vias públicas, aluguel de veículos oficiais, merenda escolar, benefícios sociais e outros.

Esse foi um ofício que encaminhei na época da transição. Minha equipe de transição que encaminhou para o Governador Rogério Rosso.

Agora, chamo a atenção de V. Exªs: o contrato da Delta não fazia parte desses a que eu me referia no ofício, o documento ressalva claramente que refere-se aos contratos "com vencimentos previstos para o final desse ano, no caso, dezembro de 2010 e janeiro de 2011".

O contrato da Delta tinha validade de 52 meses, portanto, venceria em 2015, não estava contido no ofício, não estava contido no ofício.

Passo às mãos de V. Exª, Sr. Presidente, cópia do contrato, que é o contrato da Delta, o ofício. E vou passar o ofício também, que é o ofício que não deixa dúvida.

Há três hipóteses para alguém afirmar, com base neste ofício, que eu beneficiei a Delta, antes mesmo de tomar posse: a primeira, não leu o documento; a segunda, leu e não entendeu; e a terceira, leu, entendeu, mas, movido por interesses partidários, resolveu me atacar de forma leviana.

A tática de usar um documento formal e, a partir deste, criar uma mentira é recorrente. Com essa prática, vários trechos da Operação Monte Carlo foram selecionados e cuidadosamente distribuídos a alguns veículos de comunicação. Tratou-se de uma ação meticulosa e planejada. O objetivo claro era desgastar a imagem do Governador até o limite do impossível. Alimentados com informações geradas a partir desse comportamento, alguns veículos de comunicação passaram a divulgar falsas acusações.

Por exemplo, afirmaram que o Governo do Distrito Federal teria nomeado uma série de pessoas indicadas pelo grupo do Sr. Carlos Cachoeira, mas disseram que essas nomeações teriam acontecido "em cargos-chave do Governo". Pois bem, V. Exªs tiveram acesso à integralidade dos autos da Operação Monte Carlo, todos aqui. É legítimo eu questionar. Pode me dizer um só nome de pessoa que eu tenha nomeado a partir do pedido do Sr. Carlos Cachoeira? Pode me dizer um só nome de pessoa que eu tenha nomeado a pedido do Sr. Carlos Cachoeira, com todas as 30 mil horas de gravação, todos os documentos, três anos de investigação rigorosa e muito competente da Polícia Federal?

Um jornal chegou a publicar o seguinte trecho das escutas da Polícia Federal: "Os caras nomearam só inimigo da Delta. O que esse povo me ajudou até hoje? Ninguém nomeou nenhum gari".

Essa frase, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, essa frase foi gravada pela Polícia Federal no dia 30 de março, Sr. Presidente, no dia 30 de março de 2011, e foi pronunciada pelo Sr. Idalberto Matias. Mesmo assim, o jornal em questão dava por manchete: "Governo de Agnelo negociou propina com empresa, diz Polícia Federal". Ora, na mesma página, um membro do grupo questiona: "O que esse povo me ajudou até hoje?" E o jornal alardeava que o Governo negociou propina.

Havia algo de muito estranho naquilo tudo, Sr. Presidente, muito estranho, fiquei intrigado, repassei tudo o que tinha feito e só daí pude compreender o que estava por trás daquela orquestração. A partir daí pude restaurar a verdade.

A Delta entrou no DF numa licitação iniciada pelo GDF em 2007, gestão Arruda. A empresa apresentou um preço mais baixo – segundo dados da licitação, 30% mais barato do que as concorrentes. A empresa foi desclassificada por irregularidades na documentação. Começou, então, uma disputa judicial. As segundas colocadas na licitação – as empresas Qualix e Valor Ambiental – acabaram declaradas vencedoras e assinaram o contrato com a SLU. Veio, então, a decisão judicial que obrigou o SLU a romper com essas empresas.

Esta aqui, Sr. Presidente, copia dessa decisão judicial, que passo à mão de V. Exª. No lugar da Qualix e da Valor Ambiental, o SLU assinou contrato com a Delta.

É importante esse relato, Sr. Presidente, Sr. Relator, porque o preço baixo da Delta, de certo, tinha motivo de existir. Se os serviços fossem feitos ante um governo amigo que permitisse ao grupo dominar a fiscalização, a empresa poderia lucrar, mesmo cobrando um preço baixo, mas o governo eleito pelo povo do Distrito Federal na eleição de 2010 não era amigo, nunca foi amigo. Vinte e seis dias após tomar posse, determinei à Secretaria de Transparência do Distrito Federal que iniciasse uma auditoria profunda nas áreas com graves problemas deixados por gestões do passado – 26 dias depois, Senadora Vanessa. Uma dessas áreas era, precisamente, o lixo. Começa, então, no dia 26 de janeiro de 2011, um auditoria completa e detalhada sobre o serviço de limpeza urbana e sobre execução dos contratos.

Repasso a V. Exª, Sr. Presidente, os documentos referentes a essas medidas que tomei já no dia 26 de janeiro. Essa auditoria feita antes de qualquer menção pública à Operação Monte Carlo ou ao Carlos Cachoeira, à Delta ou ao que fosse se prolongou até maio de 2011. Está aqui o relatório final dos trabalhos, que entrego ao ilustre Presidente, o relatório final desta auditoria.

Essa auditoria detectou uma série de problemas tanto no Serviço de Limpeza Urbana, SLU, quanto nas empresas de lixo, não só na Delta. Na parte do SLU, a fiscalização era muito frouxa; na parte das empre-

sas, o trabalho era feito pela metade. Por exemplo, havia problemas na medição da varrição de ruas: o fiscal atestava o serviço, ainda que realizado sem a medição correta, e a fatura era paga. Dessa forma, a empresa conseguia lucrar mesmo cobrando um preço mais baixo. Pois bem, feita a auditoria, a Secretaria de Transparência dá ciência e pede as providencias ao SLU. De pronto, o SLU abre sindicância – abre sindicância – sobre os fiscais do contrato e implementa uma série de medidas para endurecer a fiscalização sobre as empresas. Está aqui o relatório da sindicância, que eu entrego ao nosso ilustre Senador Presidente e ao nosso Deputado Relator, Odair.

O SLU passa a exigir das empresas de lixo a entrega antecipada do plano de coleta, refaz os cálculos de medição de rua e inicia o processo de licitação para aquisição de balanças, de forma que 100% dos caminhões passem a ser pesados na entrada do aterro sanitário. Até então apenas o lixo domiciliar era pesado. Os entulhos não eram, eram medidos no olhômetro. Esse processo de ajuste começa em junho de 2011 e se estende até novembro, embora a balança propriamente dita tenha sido instalada apenas em janeiro de 2012, em razão dos prazos legais para licitação.

Então apresento a V. Exª justamente esse despacho.

Há aqui, Sr. Presidente, uma eloquente cronologia que, infelizmente, não foi vista por alguns veículos de comunicação. Nos autos da Operação Monte Carlo, são de junho as primeiras gravações em que o Sr. Carlos Cachoeira e seu grupo aparecem atacando minha reputação como Governador do Distrito Federal. Essas gravações comentam reportagens ainda por serem publicadas em revistas, reportagens contra mim, me atacando. Nessas gravações o grupo usa termos chulos a meu respeito.

Hoje eu compreendo, Sr. Presidente por que o Senador Demóstenes Torres protocolou um pedido de *impeachment* contra mim na Câmara Legislativa do Distrito Federal no início de novembro de 2011. Hoje eu compreendo.

Aqui está a documentação, que é o pedido. Poucos dias antes desse pedido de *impeachment*, a Secretaria de Transparência havia encaminhado investigações ao Ministério Público sobre os contratos de lixo no Distrito Federal.

Repasso também a V. Exª os relatórios dessas investigações.

Claro, o grupo precisava de controle sobre o SLU, Deputado Ronaldo, ou, pelo menos, sobre a fiscalização dos contratos. Com a fiscalização apertada, e foi o meu Governo que apertou, a Delta era obrigada a cumprir todos os itens do contrato, e o preço cobrado tornava-se para ela desvantajoso.

Esse antagonismo entre o meu Governo e a Delta chega ao cume em janeiro de 2012, cinco meses atrás, com a instalação da balança no aterro sanitário. A pesagem dos caminhões no aterro diminuiu a fatura com entulhos de R$1.300 mil em dezembro de 2011 para uma média de R$350 mil ao mês a partir de janeiro deste ano.

Sr. Presidente, as medidas adotadas pelo meu Governo economizaram um milhão de reais, um milhão deixou de ser passado para essa empresa de um mês para outro, dinheiro público, dinheiro do povo do Distrito Federal, que estava sendo passado de forma indevida porque não havia fiscalização nem controle sobre a pesagem do lixo.

Volto à cronologia das escutas da Polícia Federal: em 30 de janeiro de 2012, Idalberto Matias disse – em 30 de janeiro de 2012 – que eu levaria três ou quatro meses para cair se continuasse apanhando da imprensa e do Senador Demóstenes. Idalberto Matias menciona, inclusive, uma denúncia a ser feita pelo Procurador-Geral da República. Nesse mesmo dia, Cachoeira diz em alguns dos diálogos: "Agora ele cai". Cachoeira comemora uma reportagem publicada na revista *Veja* dois dias antes, fazendo-me acusações falsas e despropositadas. "Pode avisar que vai continuar apanhando", ameaça Cachoeira na escuta da Polícia Federal.

No começo de fevereiro, esse mesmo personagem demonstra todo o seu ódio contra mim ao desferir uma fileira de impropérios e palavrões a meu respeito, que eu nem cometeria a deselegância de repetir aqui, mas que estão disponíveis nos autos. Infelizmente, nada disso apareceu na imprensa. Estão disponíveis nos autos. E todos, ao obter conhecimento desses termos, vão tirar suas conclusões de que é impossível ser aliado com um tratamento desses.

Concentro meu relato no caso do lixo, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, mas o enredo é absolutamente igual em outros casos.

Tomemos o caso do DFTrans. O grupo de Cachoeira tentou fraudar uma licitação para bilhetagem do sistema de transporte do Distrito Federal. Tentou, mas não conseguiu, porque o DFTrans sequer realizou licitação.

Os governos passados haviam entregado todo o controle, a gestão do serviço público de transporte do Distrito Federal para as empresas privadas. Entregou o controle dos subsídios pagos pelo Estado às próprias empresas concessionários de ônibus. Depois que assumi, resolvi fazer com que o Estado retomasse o controle do sistema. O decreto para tanto é de março

de 2011, retomando a Fácil, que era a empresa que fazia esse controle. O DFTrans passou a controlar a bilhetagem efetivamente em junho de 2011.

Aqui estão os documentos, que passo ao Presidente. Aqui, Presidente, os documentos das medidas que tomei para retomar o controle da gestão do transporte público do Distrito Federal. Estava integralmente na mão dos empresários. O Distrito Federal não sabia sequer o número de beneficiados para fazer o pagamento. Quem apresentava isso era uma empresa privada.

O gasto do GDF com o subsídio do transporte caiu de nove milhões para três milhões de um mês para outro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Com o quê?

O SR. AGNELO QUEIROZ – O gasto do GDF com o subsídio do transporte, a gratuidade do estudante, caiu de nove milhões para três milhões de um mês para outro. Quando tomamos a bilhetagem, identificamos mais de dois mil cartões clonados, e caiu estupidamente o repasse desses recursos que estavam entregues desse jeito às empresas privadas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Ao mês isso?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Ao mês, ao mês.

Foi nessa época, junho e julho de 2011, que a Polícia Federal descobre a trama desse grupo de Carlos Cachoeira para vender ao DFTrans um sistema de bilhetagem produzido por uma empresa coreana. É verdade que a trama existiu. É verdade que Carlos Cachoeira contratou um intermediário para tentar obter acesso à Secretaria de Transportes. Mas é verdade que o DFTrans não fez licitação alguma. Como então falar em Carlos Cachoeira operando licitação no GDF? Como então falar em Carlos Cachoeira operando licitação no GDF? Como falar em favorecimento a Carlos Cachoeira? Ora, se ele tivesse alguma ligação com o Governador, precisaria contratar lobista para chegar até a Secretaria de Transportes? Por favor, não vamos ofender a inteligência alheia. Estamos falando de meados de 2011.

Já vimos que, em abril de 2011, não conseguiram nomear nem um gari. Em junho de 2011, estava contratando intermediário lobista para chegar até uma Secretaria. Em outubro de 2011, pediram o meu *impeachment* e, a partir de janeiro deste ano, planejavam uma forma de me derrubar, de derrubar um governo eleito democraticamente pelo povo, porque esse governo estava impedindo que o crime entrasse no Distrito Federal, que fizesse negócios no Distrito Federal, que tivesse favorecimento, que indicasse gente. Por isso queriam me derrubar. E estão claríssimas nas degravações as tramas, as articulações para derrubar um governo eleito que estava impedindo que o crime entrasse no Distrito Federal.

Ora, quando é que esse pessoal teve acesso ao Governador? Que ato do Governador favoreceu desde o início do mandato esse grupo ou essa organização? Que ato? Quando foi? Um caso só. Não precisa fazer igual aos outros Estados, que são dezenas de casos. Quero um só! Que negócio conseguiu fazer aqui?

A licitação do sistema de bilhetagem não saiu porque o meu governo decidiu enfrentar outro problema sério no Distrito Federal, o transporte público. Resolveu enfrentar o problema como um todo. Nesse momento nós estamos licitando todo o sistema, toda a frota de ônibus, não apenas a bilhetagem. O edital está na rua e a maior licitação hoje em curso no Brasil é a licitação do transporte público do Distrito Federal. Aberta, com segurança jurídica para atrair inclusive novas empresas para prestar serviços no Distrito Federal e acabar, obviamente, com esse oligopólio.

Neste momento nós estamos licitando todo o sistema. Nós queremos que o transporte público de Brasília seja um exemplo de civilidade e conforto ao usuário. O Distrito Federal tem 52 anos. Até então nenhum outro governador teve a coragem de enfrentar o oligopólio feroz que humilha as nossas trabalhadoras e os nossos trabalhadores todos os dias. Eu tive, estou fazendo essa licitação e vou mudar essa realidade que é o direito de ir e vir.

Então quero apresentar ao nosso Presidente, nosso Senador Vital do Rêgo.

Mas voltemos ao tema, Sr. Presidente. Aplico o mesmo raciocínio do lixo e do DFTrans no caso da Fazenda Gama, uma área pública nos arredores do Aeroporto Internacional de Brasília.

Os autos da Operação Monte Carlo revelaram que Carlos Cachoeira forjou a compra de terras públicas e planejava legalizar a posse. Para isso seu grupo diz ter aliciado servidores do Distrito Federal.

Pois bem, a regularização ou qualquer legalização dessa área não foi feita. Não foi feita. Mais uma tentativa frustrada. Os ditos servidores já foram afastados de suas respectivas funções e estão sob investigação da Secretaria de Transparência, inclusive com a quebra do sigilo fiscal já realizada e do bancário solicitado à Justiça.

Entrego ao Sr. Presidente cópia das investigações feitas até aqui.

Mas, se Cachoeira tinha acesso ao Governador, por que precisava aliciar funcionários na base da Terracap, do Ibram, do Incra? E mesmo assim não conseguiu regularizar terra nenhuma? Era terra pública, do Distrito Federal e da União.

Essa, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, é a verdade, a pura verdade sobre a relação do GDF com a Delta, com o grupo do Sr. Carlos Cachoeira. É a verdade que nós repetimos e provamos à exaustão, mas que poucas pessoas se deram ao trabalho de ouvir. Infelizmente, durante esse tempo todo, muitos homens públicos respeitáveis foram usados por interesses baixos. E falo de políticos, jornalistas, autoridades. Outros se uniram a esses interesses baixos conscientemente, por causa da luta política. O que é de se espantar é o pouco respeito dessas pessoas pela vontade da sociedade, que, aqui, no Distrito Federal, escolheu um novo caminho na eleição de 2010. Um caminho distante do crime, do compadrio, da corrupção desenfreada e absoluta da máquina pública.

Neste um ano e seis meses de mandato, Sr. Presidente, tenho enfrentado todo tipo de sordidez que um político pode enfrentar. Ataques de todas as formas. Não podem atacar meu governo porque não tem absolutamente nada. São ataques de todas as formas, pessoais ao extremo, à minha família. Chegaram ao ponto de atacar minha mãe, porque, além de criminosos, são covardes.

Quero dizer que vou resistir. Vou continuar lutando contra esses grupos, expulsos da máquina pública pelo povo do Distrito Federal, pelo voto. Pelo voto.

Esperamos que as apurações que estão em curso no Ministério Público sobre a Caixa de Pandora possam ser concluídas e divulgadas, porque não é possível continuar quem praticou crime, não tem ninguém preso e está todo mundo ainda atuando, com os mesmos métodos, conspirando, grampeando gente, fazendo, produzindo dossiês, uma verdadeira organização criminosa, que continua atuando com todo vigor.

Esperamos que, com o resultado do Ministério Público, a divulgação do resultado da Caixa de Pandora, haja a responsabilização de todos que fizeram o que fizeram com o Distrito Federal.

Vou reconstituir o poder político em bases republicanas aqui na Capital do nosso País, na Capital de todos os brasileiros, a nossa querida Brasília. Vou cumprir a missão para a qual fui eleito em novembro de 2010. Tenho a minha consciência tranquila. A sociedade de Brasília me conhece, sabe da situação em que herdei a cidade, uma cidade humilhada por escândalos e ameaçada por intervenção federal.

Lembro-me perfeitamente, no dia da posse da Presidenta Dilma, de que encontrei o Senador Eduardo Suplicy e ouvi dele a queixa de que o mato na quadra onde ele morava estava da altura dele, e olha que ele não é um homem baixo. Quem aqui não se lembra de que a cidade estava infestada de mosquitos? Que o lixo não era recolhido? As ruas esburacadas, em todo o Distrito Federal, inclusive no Plano Piloto. Que metade das escolas não tinha condições físicas para receberem os alunos. Eu tomei posse no dia 1º de janeiro de 2011 e as aulas começavam no dia 10 de fevereiro de 2011. Fiz um mutirão para reformar 300 escolas para as crianças entrarem na escola, os professores e os funcionários. Trezentas escolas.

Meu Secretário de Obras da época fez essa grande iniciativa e coordenou. Quando assumi o governo, o caos era uma palavra sublime para descrever a situação. Levei dez meses, repito, onze meses, na verdade, para limpar o CNPJ, todos os CNPJ do Distrito Federal. O último, Líder Jilmar Tatto, foi em novembro, o CNPJ do GDF, porque todos estavam inscritos nesses cadastros de inadimplência. Não podia contrair empréstimo. Foram embora e não prestaram conta dos convênios nas Secretarias todas. E só quase um ano depois consegui recuperar o CNPJ, para ter a normalidade.

O Distrito Federal, Sr. Presidente, não tinha uma situação de saúde financeira porque havia uma dívida muito grande e só no ano seguinte, 2012, que consegui superávit fiscal, que não tinha desde 2008.

Mas tem um assunto aqui que quero trazer para vocês porque está aqui muito uma parte importante da origem de toda a perseguição, de todos os ataques, de toda a violência contra a minha pessoa: a criação da Secretaria de Transparência.

Criei a Secretaria de Transparência, fortaleci essa Secretaria de Transparência, que hoje é um orgulho. Se houver algum Estado que tenha uma secretaria de transparência como essa... Pode ser igual, mas melhor não é, do ponto de vista da transparência. Ela foi criada com estrutura similar à da Controladoria-Geral da União. Fizemos uma reformulação do Portal da Transparência, que, além de conter informações sobre todas as despesas, receitas e bens do GDF, também disponibiliza todo o quadro de servidores, assim como a remuneração de todos eles. É só entrar: www.transparência.df.gov.br.

Criação da Ouvidoria, uma ouvidoria especial de combate à corrupção. Foi criado um número específico, um 0-800, para garantir, para preservar o anonimato das pessoas que queiram denunciar.

Apuração administrativa dos desvios levantados pela Operação Caixa de Pandora.

Instalação dos processos disciplinares contra os servidores envolvidos. As provas coletadas nesses processos disciplinares foram compartilhadas com a Procuradoria-Geral da República para auxiliar o oferecimento da denúncia que está sendo finalizada pelo Ministério Público Federal. A Subprocuradora-Geral da República elogiou o trabalho do GDF, afirmando que

somente neste Governo passou a ter a colaboração necessária para apresentação da denúncia.

Instalação de processos administrativos contra os fornecedores; punição dos corruptores. Decretamos seis empresas como inidôneas, relacionadas à Caixa de Pandora, e já estamos, Sr. Presidente, cobrando de volta dinheiro surrupiado do Governo do Distrito Federal, 750 milhões estão sendo cobrados pelo Tribunal de Contas depois das nossas apurações. Já estamos cobrando de volta para o povo do Distrito Federal os recursos surrupiados.

Fizemos uma conferência aqui com participação de 3 mil pessoas, uma conferência de controle social, que foi espetacular, a primeira.

A Ficha Limpa para todos os cargos em comissão aprovada por uma emenda à Lei Orgânica. Não foi decreto, foi emenda à Lei Orgânica, porque foi aprovada pelos nossos Deputados Distritais, na Câmara Legislativa. E o novo regime jurídico dos servidores, obrigatório para todos os ocupantes de cargos públicos do DF. Foi um dos primeiros, entre os Estados, a implantar essa exigência da Ficha Limpa. Lei Complementar 840, de 2011.

Lembro que estamos à frente da União nesse quesito e que o Senador Pedro Taques tem PEC no Congresso nesse sentido.

Nepotismo. Edição do Decreto 32.751, de 2011, que veda a prática no âmbito do Distrito Federal, bem como do novo regime jurídico dos servidores. Enfrentamento da questão do nepotismo.

Acompanhamento dos grandes contratos. Só pode ser gestor no Distrito Federal de contratos acima de 150 mil servidores concursados. Decreto 32.753, de 2011. Porque aqui era frequente, Senador Presidente Collor, era muito frequente um servidor ser contratado e depois ele sumia. Ganhava R$1.000 e era gestor de um contrato de R$100 milhões, R$150 milhões. Nós acabamos com isso. É servidor público que pode ser gestor do contrato.

Criação de unidades de controle interno em cada secretaria.

Avanço das ouvidorias em todas as áreas.

Convênios com os órgãos do controle distrital, Tribunal de Contas do Distrito Federal, e federais, Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União.

Está aqui, Sr. Presidente, uma pequena amostra de por que essa ira é tão violenta: porque aqui é definitivo, não é circunstancial o que estamos fazendo. Isso vai ficar para o Distrito Federal. É irreversível. O povo não vai aceitar mais as práticas anteriores. Ninguém revoga isso aqui. Ninguém tem coragem de revogar isso aqui.

Sr. Presidente, nós fizemos, nesse período – pasmem, Srªs e Srs. Deputados – 14 mil auditorias. A Secretaria de Transparência, com todas as outras secretarias, fizemos 14 mil auditorias.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o Estado de calamidade era muito preocupante. Eu cito a questão da saúde porque é a vida das pessoas, e a situação da saúde era devastadora. A saúde estava na UTI, enferma, porque tinha desabastecimento total de medicamentos. O centro cirúrgico do Hospital do Gama, chovia dentro do centro cirúrgico. O Hospital de Planaltina, o pronto-socorro, não era um hospital. Parecia mais um depósito de pessoas, mulheres, homens, patologias diferentes, tudo junto, colado. Não tinha lugar para prescrição, isolamento, criança, adulto. Ali, tomei uma decisão radical: fechar um pronto-socorro. Não é fácil fechar um pronto-socorro que atende mil pessoas por dia – mil pessoas por dia! –, que é o Hospital de Planaltina. Sobrecarreguei o Hospital de Sobradinho, mas, em quatro meses e meio, entreguei um pronto-socorro novinho no Hospital de Planaltina. No Hospital de Ceilândia, o centro cirúrgico estava fechado. Contaminação de piolho e de pombo. O centro cirúrgico estava fechado. Contaminação de piolho e de pombo!

E poderia citar praticamente toda a rede que precisou de investimentos na área física. Contratamos para a área de saúde, em números de hoje, pouco mais de seis mil servidores públicos para a área de saúde. Seis mil servidores! E está muito longe de resolver o problema, devido ao caos que estava estabelecido entre médicos, enfermeiros, todas as equipes, ampliar a atenção básica e de saúde, botar para funcionar as UPAs. Nesse período, no Distrito Federal, em 52 anos, foram criados duzentos leitos de UTI. Eu já criei 96 leitos agora, só em um ano e meio, e dobro isso, até o final do meu mandato, leitos de UTI. Porque é duro ver uma pessoa grave precisar de um leito de UTI e não ter. E grande parte dos recursos nós gastávamos pagando a área privada, pagando UTI da área privada. Estou reestatizando, na verdade, tendo leitos próprios para a UTI.

E posso dizer, com todas as dificuldades que ainda têm pela frente, Sr. Presidente, que tenho orgulho de dizer que há cinco, seis meses, sete meses, agora, inaugurei o Hospital da Criança, que é um hospital que cuida de criança com câncer e patologias graves, em parceria com a Abrace. Um exemplo, um orgulho, um hospital especializado só para criança. Estamos atendendo pouco mais de três mil crianças, Deputado Ronaldo. Três mil crianças por mês. Isso não é demanda do Distrito Federal. Nós atendemos o Brasil. O hospital tem pouco tempo que inaugurou. É um hospital de excelência em tecnologia, qualidade,

humanização. A criança entra no hospital, parece que está em um *shopping*. Um hospital público. Pode ter igual um privado, mas melhor não tem. Falo com muito orgulho porque cuidar das crianças , sobretudo, das que mais precisam.

A minha missão, Sr. Presidente, é recuperar a credibilidade das instituições do Distrito Federal, é recuperar a autoestima do morador da Capital do nosso Brasil. O povo de Brasília, que é a síntese do Brasil, é um povo trabalhador, é um povo empreendedor, é um povo vitorioso, é um povo que construiu um patrimônio da humanidade em apenas cinquenta anos. E esta cidade é a cidade das oportunidades, é a cidade do trabalho para quem quer trabalhar, para quem quer estudar, para quem produz. E esta é a marca do povo da Capital do Brasil, construída por todos os brasileiros de todos os Estados do Brasil e que, hoje, continuam construindo, e moram brasileiros de todos os Estados do Brasil. É por isso que é a capital de todos os brasileiros. E a marca desse povo – nem que queiram, goela abaixo, imprimir uma marca negativa, não vão conseguir – é uma marca de vitória.

Portanto, Sr. Presidente, eu também, que nasci na Bahia e cheguei aqui para fazer residência médica e estou aqui há trinta anos, fui acolhido por esta cidade, e tudo da minha vida eu devo ao nosso Distrito Federal.

Brasília, esta cidade onde a política flui como em nenhum outro lugar do País. Envolvi-me também com a vida política. Sou médico, sou cirurgião. Meu trabalho sempre foi cuidar das pessoas. Se entrei na política não havia outro caminho senão o de lutar por justiça e por liberdade. Combati a ditadura. Ingressei na vida político-partidária desde cedo, na época de estudante, nas fileiras do PCdoB, com muito orgulho. Hoje integro, com muito orgulho, o Partido dos Trabalhadores. Não mudei de lado. Continuo firme no combate à desigualdade, à defesa das classes mais pobres e desassistidas. Entrei na política por ideias e por ideias me mantenho nela. Não estou aqui para fazer negócio.

Sou médico há 30 anos, casado com uma médica também há 30 anos. Temos passado limpo e biografia limpa. Não admito ser medido pela régua de outros políticos que passaram no Distrito Federal, políticos que envergonham a nossa cidade, que jogaram a nossa credibilidade na lama. Trabalho honestamente e, junto com a minha esposa, tenho rendimento suficiente para pagar as minhas despesas e os meus bens.

Meus adversários são desleais. Como não conseguem fazer ataque ao meu Governo e, com todas essas medidas que tomei, não conseguiram entrar, com toda pressão que fizeram, não conseguiram que nós cedêssemos a qualquer pressão para abrir mão dos nossos princípios, tentam me atacar pessoalmente de forma violenta, desonesta e covarde. Tentam me envolver em escândalos desde que me candidatei a Governador do Distrito Federal.

Primeiro, foram as acusações da minha passagem pelo Ministério do Esporte. Meus acusadores abandonaram o Programa de Proteção a Testemunha para aparecerem na TV, no programa eleitoral do candidato adversário. Hoje estão desmascarados. Minha passagem no Ministério do Esporte, com muito orgulho, fazer parte do Governo do Presidente Lula, esse grande estadista, transformei esse ministério que não existia quando cheguei. Hoje é um dos Ministérios mais importantes, colocando o Brasil na cena internacional com altivez, ajudando o desenvolvimento do nosso País. As minhas contas, todas aprovadas pelo Tribunal de Contas da União. Os meus programas no Ministério do Esporte, auditados e aprovados pela Corregedoria Geral da União.

Depois, vieram as acusações da minha passagem pela Anvisa. Tenho orgulho de ter atuado por mais de dois anos na Anvisa. Temos no Brasil uma das mais respeitadas agências de vigilância sanitária do mundo, do mundo. É a segunda ou terceira mais respeitada agência de vigilância sanitária do mundo. Seus processos são rígidos, e o corpo técnico, altamente qualificado e de carreira. Tudo de carreira. Acusam-me de assinar documentos em favor de terceiros sem saber que um diretor da Anvisa jamais assina nada sem que o corpo técnico tenha se pronunciado no mesmo sentido. A própria Anvisa já investigou minhas ações, quando diretor. Estão aqui duas certidões me isentando de responsabilidades em qualquer ato irregular, que passo ao nosso Presidente.

Por fim, surgiram as cobranças quanto à formação do meu patrimônio. Repito, Sr. Presidente, sou cirurgião, casado com uma ginecologista, há 30 anos. Todos dois médicos. Ela já aposentada. Fui Deputado por 16 anos, oito anos morando em apartamento funcional. Disputei o Senado em 2006. Fiz uma campanha modesta, mas memorável. Perdi por uma margem muito pequena de votos. Foi quando resolvemos, eu e minha esposa, juntar as economias de todos esses anos e comprar um casa. Perderia o mandato e, com ele, o direito de ocupar um apartamento funcional. Então, procuramos um imóvel, achamos essa casa ainda em obra, inacabada, em um condomínio de classe média do Distrito Federal. Fechamos o negócio em 2006, parcelamos e pagamos. A aquisição está declarada no imposto de renda. Há mais de cinco anos, Sr. Presidente. Não há um único reparo em meu imposto de renda. Não tenho um centavo de patrimônio a descoberto. Aliás, o meu patrimônio hoje é bem modesto para um casal de médicos há 30 anos, sendo que

passei por um período de mandatos por 16 anos, fui Ministro de Estado, Diretor desta grande agência que é a Anvisa. Sei, Sr. Presidente, que compareço a esta CPI na condição de testemunha, sei que não é usual uma testemunha fazer o que vou propor agora, mas não posso conviver com desconfiança sobre a minha biografia; por isso, quero aproveitar esta ocasião para oferecer a V. Exªs, colocar aqui à disposição da CPI o meu sigilo bancário, fiscal e telefônico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço aos membros da CPI que não se manifestem nem favorável nem desfavoravelmente à testemunha.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Ouvi, há alguns dias, de um homem humilde, um homem do povo a lembrança de um velho adágio popular, segundo o qual quem não deve não teme. Eu mesmo já havia oferecido ao Procurador Geral da República os meus sigilos há mais de um mês. Entrego a V. Exª, Sr. Presidente, esta minha decisão, colocando aqui à disposição desta CPMI.

O Distrito Federal abriga a capital de todos os brasileiros. O compromisso de a capital dar certo não é só dos moradores permanentes do Distrito Federal e sim de todos os brasileiros. Ao final do meu governo pedirei o julgamento da população; ela verá um Distrito Federal melhor; um Distrito Federal mais desenvolvido, mais empregos e mais oportunidades; um Distrito Federal com um presente e um futuro de que se orgulhar; ao final do meu governo, Brasília terá uma agenda nova, com serviços públicos decentes e civilizados, longe da vergonha daqueles que humilharam o povo da nossa cidade.

Dito isso, Sr. Presidente, peço perdão por ter me alongado até este tempo, me coloco à disposição de V. Exªs para fornecer mais informações e esclarecimentos. Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srªs e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço novamente à plateia que não se manifeste.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É sobre o fato da presença...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É sobre o fato, Presidente, uma questão de ordem.

Eu, na verdade, quero só realçar para V. Exª que tenho aqui algumas informações que parte desta Casa está querendo, lamentavelmente, em vez de investigar politizar. Então, faço um apelo a V. Exª: que as perguntas... Eu sei que os Parlamentares têm a prerrogativa de falarem o que quiserem, mas eu queria pedir a V. Exª que todas as perguntas endereçadas ao senhor Governador fossem literalmente destinadas a investigar, no prazo de 180 dias, práticas criminosas do Sr. Cachoeira.

O SR. CANDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para contraditar, Candido Vaccarezza, a questão de ordem.

Esse ordenamento dos trabalhos, por favor, a regra de ontem está muito clara, peço a civilidade, o companheirismo de todos os senhores parlamentares, estamos aqui com uma testemunha que veio como ontem para colaborar com os nossos trabalhos.

Já que foi pedida a questão de ordem, eu vou dar a palavra para contradita do Deputado Vaccarezza e depois passarei a palavra ao Sr. Relator.

O SR. CANDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – A minha contradita é o seguinte: primeiro, cada Parlamentar que está aqui tem o direito de fazer a pergunta que melhor lhe aprouver. Segundo, o Governador Agnelo, quando abriu o seu sigilo bancário, seu sigilo telefônico para a CPI, mostrou que não tem nada a esconder. Então, a oposição e quem quer que seja pode perguntar o que quiser que o Governador Agnelo responderá.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator. Com a palavra o Relator. Não há mais questionamento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Art. 14. É uma contribuição, Presidente.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Não. Não tem 14. Ninguém foi citado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor não foi citado. Por favor. Com a palavra o Relator.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem, o senhor pode falar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Espere aí.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Calma, Calma.

Presidente, é só uma questão importante para V. Exª.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, a Presidência com a palavra. A Presidência com a palavra.

O senhor não pode interferir na Presidência, arguindo um artigo que não lhe compete. Agora, o senhor pode pedir a palavra pela ordem...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Estou pedindo pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... e gentilmente eu darei,...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... até porque V. Exª é um colaborador sempre oportuno desta Presidência. O senhor tem toda a clareza e a convicção de se portar à Presidência, pedindo a palavra pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Obrigado, obrigado.

Presidente, eu queria apenas fazer uma solicitação a V. Exª.

Nós tivemos aqui um gesto importante do Governador do Distrito Federal, mas ele se consolida com a assinatura do termo de abertura, não apenas com a vontade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Espere aí. É um direito que eu tenho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nós estamos aqui... O Governador, publicamente, disse que vai abrir o seu sigilo. Primeiro, que seja no período de todos os sigilos que a CPI abriu, portanto recuando até o ano de 2002.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, aí não, aí não!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A palavra pela ordem. Conclua.

O SR. (Orador não identificado) – Presidente, isso é intervenção política.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Que seja formalizado durante o período em que o Governador está dentro da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Essa é uma matéria que nós vamos discutir oportunamente.

Com a palavra o Sr. Relator para as suas indagações.

Por favor, sem mais interrupções.

Por favor, com a palavra o Sr. Relator para as indagações à testemunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, agradeço ao Governador Agnelo Queiroz a sua presença.

É importante nós termos clareza de que esta presente... Não tem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço silêncio para a garantia da intervenção do Relator, por bondade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, nós temos clareza de que o Governador Agnelo Queiroz comparece a esta CPMI como testemunha, porque nós estamos investigando a organização criminosa criada pelo Sr. Carlos Cachoeira e seus tentáculos em governos. Esse é o objetivo da nossa investigação.

Com isso, a presença de V. Exª aqui nos ajuda a compreender o grau e o nível do investimento dessa organização criminosa, nesse caso, no Governo do Distrito Federal.

Com esse sentido, Sr. Governador, pergunto a V. Exª quando o senhor conheceu o Sr. Carlos Cachoeira e se o senhor manteve relações com ele.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu nunca recebi o Sr. Carlos Cachoeira, como Governador, nem na transição nem na campanha. Nunca o recebi no meu gabinete, nunca falei com ele, nunca me ligou, nunca liguei para ele.

Uma vez, encontrei o Sr. Carlos Cachoeira numa visita institucional quando eu era Diretor da Anvisa – visitei uma fábrica da Vitapan, em Anápolis. Eu visitei essa fábrica, em que encontrei vários técnicos da fábrica, assim como visitei outras fábricas em Anápolis, que é o segundo polo farmacêutico do Brasil. Também fiz visitas em outros Estados do Brasil: aqui, em São Paulo e em outros lugares. Esse foi o único contato que eu tive com o Sr. Carlos Cachoeira. Não tenho absolutamente nada com o Sr. Carlos Cachoeira, nem relação, nem contribuição de campanha, absolutamente nada com o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor se encontrou com ele então uma única vez?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Uma única vez.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando visitou a empresa...

O SR. AGNELO QUEIROZ – A empresa... Ele era um dos proprietários da empresa. A visita foi à empresa, e ele estava presente junto com outras pessoas da empresa, inclusive técnicos da empresa que conversaram comigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As interceptações da Polícia Federal, Governador, dão conta de, pelo menos, cinquenta referências ao nome de V. Exª

nos autos dos inquéritos da Polícia Federal, precisamente da operação Monte Carlo. A que V. Exª atribui essas citações variadas? V. Exª já citou aqui algumas referências no segundo semestre de um período x, mas não foram todas. A que V. Exª atribui essas citações?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Presidente, Sr. Relator, não posso, é evidente, responder por diálogos de terceiros. Tenho certeza de que, se se fizer a análise profunda, grande parte, senão a totalidade, dessas citações são ataques à minha pessoa.

A cronologia que eu fiz questão de detalhar aqui no início era para mostrar isto: houve uma fase inicial de tentativa de aproximação desse segmento. Era uma empresa que tinha um contrato aqui, portanto, tentou fazer contatos com Secretários, chefes de gabinetes etc e, posteriormente, partiram para o ataque porque não conseguiram fazer nada no Distrito Federal. Não houve nenhuma atitude que desabonasse qualquer interlocutor. E o nosso procedimento não teve nenhuma interferência nesses contatos, de tal maneira que os procedimentos que aqui relatei e documentei, entregando-os à Presidência da CPI, provam a nossa conduta com relação à Delta. Posteriormente, depois da revelação das escutas a Carlos Cachoeira... como poderíamos saber que a Delta tinha relação com Carlos Cachoeira? Só soubemos depois da revelação das escutas da Policia Federal. Todas as tratativas feitas foram republicanas. Portanto, não há nenhum tipo de citação dessa que possa ser caracterizada como uma coisa ilegal, um aproveitamento, enfim, qualquer tese dessa ordem. Em absoluto, não tem uma ligação minha, não há ligação, comigo ou com qualquer Secretário meu, do Carlos Cachoeira ou do seu grupo direto, nem interceptação. Portanto, Sr. Presidente, acredito que a apuração da Policia Federal – que respeito muito, que é muito séria, detalhada, de vários anos – não deixa dúvida nenhuma. Todos que têm ligação com esse caso estão bem documentados na investigação da Policia Federal. E não citação de nomes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas o senhor disse aqui que visitou a empresa Vitapan, cujo sócio era o Carlos Cachoeira, e naquela oportunidade se encontrou com ele uma única vez. Qual foi o motivo dessa visita do senhor à empresa Vitapan?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Recebi uma visita e visitei a empresa. É uma empresa de medicamentos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Cujo um dos sócios é o Sr Carlos Cachoeira.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Assim como visitei outras no mesmo dia, como a Teuto, assim como visitei União Química, assim como visitei a EMS em São Paulo. Isso é uma atividade absolutamente normal de um diretor de agência, sobretudo nas indústrias nacionais, para debater seus problemas, suas dificuldades – isso é absolutamente normal –, conhecer o seu portfólio de produção. É isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mais pessoas participaram desse encontro ou foi só V. Exª?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Mais pessoas, mais pessoas, varios técnicos da empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual a relação de V. Exª com o Senador Demóstenes Torres?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Com Senador Demóstenes Torres, eu tinha uma relação extremamente cordial aqui, fui Parlamentar aqui, fui Deputado Federal. Na época, ele era Senador e sempre foi uma pessoa muito cordial, eventualmente encontrava com ele. A minha surpresa foi a ofensiva, o ataque violento contra minha pessoa. No início, eu não podia compreender o porquê disso, achava até que era por solidariedade aos meus adversários do Distrito Federal. E ele fez um pronunciamento da tribuna do Senado, me atacando. É comum um ataque ao Governador de uma forma violenta, fez requerimento para uma Comissão aqui, para minha convocação em uma comissão ordinária. E, depois, ele pediu o *impeachment*, aqui, no Distrito Federal, em novembro de 2011, justamente no período em que entregamos o resultado da auditoria para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas do Distrito Federal. E as gravações, Sr. Presidente, quero deixar claro, as interceptações provam isso. Há vários diálogos, dezenas de diálogos em que há combinação desse grupo, dessa organização com o Senador para me atacar: "pode bater, pode bater". Aí xinga, xinga, e depois diz: "libera o gordinho" – estava se referindo ao Demóstenes.

Então, tem, assim, de forma absolutamente extensa, uma atitude deliberada. Hoje, para mim, está claro que é um braço político dessa organização. Então, foi uma coisa muito violenta mesmo contra a minha pessoa, e eu estranhei muito isso e hoje compreendo plenamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, depois de eleito, logo antes da posse, V. Exª se encontrou com o Senador Demóstenes Torres? Se se encontrou pessoalmente, de que assuntos trataram?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não me encontrei com o Senador Demóstenes Torres.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Escutas telefônicas da Polícia Federal na Operação Monte Carlo mostram que, no dia 30 de dezembro de 2010, dois dias antes da posse de V. Exª como Governador do Distrito Federal, Carlos Cachoeira conversou com o então Diretor da Delta no Centro-Oeste, Cláudio Abreu, e o Sargento Idalberto Matias, o Dadá, um dos arapongas da organização. Os três articulavam uma conversa do

Senador Demóstenes Torres com V. Exª. Demóstenes teria sido escalado para fazer *lobby* junto a V. Exª para assegurar a nomeação do Tenente-Coronel da Polícia Militar Paulo Abreu para presidência do Serviço de Limpeza Urbana. Indago de V. Exª se o Senador Demóstenes Torres chegou a indicar este Tenente-Coronel da Polícia Militar a V. Exª e se o pleito foi atendido.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não. Ele nunca me fez esse pedido, nunca me fez esse pedido, nem ligação, nem recado, em absoluto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De forma nenhuma?

O SR. AGNELO QUEIROZ – De forma nenhuma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nem indiretamente?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nem indiretamente. Eu nunca recebi essa demanda. Só fiquei sabendo, depois da divulgação das degravações, que havia uma articulação para indicar esse Paulo Abreu para presidência do SLU, o que casa perfeitamente com o que descrevi aqui no preâmbulo, que era a tentativa de controlar a empresa gestora do lixo. Mas isso sequer chegou a mim. Eu indiquei um delegado da Polícia Civil, que é o João Monteiro, foi Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, e que não tem absolutamente nada a ver com esse grupo. Inclusive foi o motivo por que eu indiquei o João Monteiro para ser o Presidente do SLU. Então, não recebi nenhuma indicação, nenhuma sugestão, nem de Demóstenes nem de outra pessoa qualquer, porque eu só vim a ter conhecimento de que esse nome pleiteava o SLU agora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, em relação aos assessores de V. Exª. V. Exª tem um ex-chefe de gabinete de nome Cláudio Monteiro. Qual é a relação de V. Exª com ele? Quanto tempo trabalharam juntos?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Relator, conheço o Cláudio há muito tempo. Foi Deputado Distrital comigo, em 1991, na primeira legislatura. Ele foi reeleito a Deputado Distrital e eu fui eleito Deputado Federal. Voltamos a nos encontrar quando eu assumi o Ministério do Esporte, em 2003, quando ele foi meu chefe de gabinete e também foi meu Secretário-Executivo do Ministério do Esporte. Agora, depois que eu me elegi Governador, chamei-o para ser meu chefe de gabinete. Portanto o conheço há muito tempo e tenho toda a confiança no Cláudio Monteiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Interceptações, Sr. Governador, da Polícia Federal revelam diálogo entre o Diretor da Delta Cláudio Abreu e o Sr. Dadá, em que os dois comentam sobre uma oferta de dinheiro para Cláudio Monteiro, seu ex-chefe de gabinete. O que V. Exª diz sobre esse diálogo que envolve um auxiliar tão próximo de V. Exª?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Relator, eu perguntei ao Cláudio Monteiro e ele me garantiu que isso não aconteceu, que não teve nenhum repasse. Isso é um diálogo de terceiros, não tem nenhuma interceptação com o Cláudio Monteiro, nenhuma interceptação nesse período todo. Então, é evidente que, por essa proximidade, o Cláudio Monteiro tomou a atitude de se afastar do Governo, botar seu sigilo bancário e fiscal à disposição, abrir mão de foro qualificado, especial, enfim, essa é a pura realidade. Então é evidente que ele está convocado para esta CPI, vai poder dar as explicações, mas a informação que tenho dele é essa e não tenho motivo nenhum para desconfiar disso porque não teve nenhuma ação que favorecesse a Delta, nenhum ato dele, nenhum pedido que não fosse republicano.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele solicitou, em algum momento, em alguma vez, a V. Exª ou a algum secretário de V. Exª a ampliação dos contratos da Delta precisamente?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não tenho conhecimento disso. Acho isso uma coisa absolutamente improvável, porque ele não estava cuidando desse tema, dessa... do lixo. Ele recebia as pessoas, recebeu representantes da Delta, é chefe de gabinete, recebe todas as pessoas, é quem faz a triagem; portanto, uma ação absolutamente normal de um chefe de gabinete. Encaminha o que é para o governador, encaminha o que é para os secretários. E não teve nenhuma ação dele que eu considere que não seja republicana. E não teve nenhum pedido dele para favorecer a essa empresa Delta, como, de resto, não tem nenhum favorecimento dentro do meu Governo a essa empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, mas nós estamos falando de contratos novos da Delta, o que seria uma circunstância, e com relação à execução dos contratos, porque é sabido que a Delta mergulhava os contratos, o preço dos contratos e, depois, buscava fazer ajustes ou trabalhar na intimidação da fiscalização.

O Cláudio Monteiro fez algum pedido, agiu de alguma forma nesse sentido, para viabilizar a ampliação ou facilitar a vida da Delta, no Governo de V. Exª, nesse contrato que o Governo tem, tinha com a Delta?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu não tenho conhecimento, Sr. Relator, de uma ação como essa. Não tenho. E a minha segurança é porque, da minha parte, eu tenho de cobrar dos meus auxiliares, primeiro, a auditoria que foi feita; segundo, o cumprimento rigoroso do contrato; terceiro, as medidas duras de fiscalização. E isso tudo foi feito. Não teve nenhum tipo de conciliação, não teve nenhum tipo de favorecimento, não teve

nenhum tipo de benefício. Então, achar que algum auxiliar meu possa ter interferido nisso não é provável, sobretudo um auxiliar perto, que, teoricamente, falaria comigo. Então, não tem... Eu não... Eu confio na palavra dele, nesse aspecto, mas é evidente que ele vai estar à disposição para esclarecer isso também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As operações da Polícia Federal dão conta de que reunião havida nas dependências do Palácio do Buriti, entre Cláudio Monteiro e Idalberto, o Dadá... Aliás, dão conta de que houve uma reunião entre eles nas dependências do Palácio do Buriti. V. Exª tem notícia dessa reunião e de quais assuntos foram tratados?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Depois das revelações, eu perguntei ao Cláudio Monteiro, e ele recebeu, sim; recebeu representantes da Delta, recebeu o Cláudio Abreu e também o Idalberto Matias. Ele recebeu, como representantes da empresa. Perguntei sobre o teor da conversa, como foi, e disse que foi conversa normal, corriqueira, sem nenhum tipo de nenhum pedido que não fosse republicano. Essa é a explicação dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª pode nos informar das relações mantidas entre o Sr. Cláudio Monteiro e o Sr. Cláudio Abreu? Que tipo de relação eles tinham?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não. Não tenho conhecimento. Sei que ele recebeu, acho que duas vezes, que ele me falou, recebeu esse Cláudio Abreu. Mas eu, por exemplo, não conheço o Cláudio Abreu, nunca o recebi, nunca troquei um telefonema com ele. E o cumprimento rigoroso do contrato foi exigido e foi feito e não teve nenhum tipo de atalho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, com relação ainda às investigações da Operação Monte Carlo, há informação de que Cláudio Monteiro recebeu... V. Exª teve Cláudio Monteiro... Já o conhece há muitos anos e o teve como seu chefe de gabinete. Ele teria recebido do grupo de Cachoeira um rádio de comunicação Nextel, adquirido nos Estados Unidos. Esse rádio teria sido repassado por Dadá ou por Cláudio Abreu. Ressalto que Dadá e Cláudio Abreu são considerados representantes dos interesses, e é conhecido por todos nós, da organização criminosa. O que V. Exª sabe sobre esse rádio que teria sido entregue a seu ex-chefe de gabinete?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Também perguntei, Sr. Relator, a ele. Indaguei sobre isso, e ele me falou que não recebeu rádio nenhum. Não recebeu rádio nenhum. E um dado que fala a favor, inequivocamente, é que não tem nenhuma interceptação do Sr. Cláudio Monteiro. Se ele tem um rádio que é para comunicar fácil, e essa organização distribuiu rádios, e todos foram grampeados fartamente, por que não haveria de ter uma interceptação do Cláudio Monteiro, seja pelo rádio ou por qualquer outro mecanismo? Mas não há.

Então, confio na palavra dele de que não recebeu, e está aí para ser apurado, já que ele mesmo pediu apuração; ele mesmo saiu do Governo para se defender; ele mesmo está colocando o seu sigilo fiscal e bancário à disposição; ele mesmo se prontifica a vir aqui falar sobre isso. Enfim, não há atitude mais aberta do que essa para se apurar a veracidade dos fatos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, ainda em relação ao Sr. Cláudio Monteiro. Qual a relação dele com o policial Marcelo de Oliveira, conhecido como Marcelão - inclusive esse teria sido nomeado por V. Exª, para a Assessoria Especial na Casa Militar do GDF?

O SR. AGNELO QUEIROZ – O Cláudio Monteiro – ai vou dizer o que ele me falou – é amigo do Marcelo, é da Polícia Civil. Esse Marcelão é funcionário da Polícia Civil do Distrito Federal, funcionário de carreira. Ele foi nomeado na Casa Militar do GDF no dia 15 de março deste ano, 15 de março, e ficou 15 dias no GDF. Quinze dias depois, quando recebemos um comunicado da Polícia Federal comunicando à Corregedoria da Polícia Militar do Distrito Federal a participação desse Paulo Abreu, nós tomamos conhecimento, no material enviado pela Polícia Federal, que também tinha a citação do Marcelão. Ele foi afastado nesse momento. Permaneceu 15 dias e, no período todo dessa gravação, ele não tinha nenhum cargo comissionado no Governo do Distrito Federal nesse período.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, na nomeação quais seriam ou foram as atividades ou atribuições do policial Marcelão na Assessoria da Casa Militar do GDF?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Ele ficou, nesse período muito curto, à disposição do Gabinete do Cláudio Monteiro, na área de segurança. Então, ele não teve nenhuma função ou finalidade na Casa Militar em si.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Cláudio Monteiro, Sr. Governador, foi candidato a Deputado Distrital em 2010, pelo PRB. V. Exª, inclusive, disse que foi Deputado com ele. Aliás, V. Exª foi eleito Deputado Federal quando ele foi eleito Deputado Distrital.

Esse partido fez parte da coligação eleitoral de V. Exª para o GDF.

V. Exª pode informar se Cláudio Monteiro, como candidato, recebeu alguma doação para campanha eleitoral que tenha origem em empresas ou pessoas envolvidas nas investigações da Operação Monte Carlo ou Saint Michel?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não posso informar sobre isso. Mas, como houve uma especulação

muito grande, eu também perguntei isso a ele? Ele me assegurou que não teve nenhum tipo de colaboração.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Carlos Cachoeira afirma que doou recursos para a campanha de Cláudio Monteiro. V. Exª tem informações sobre isso? Disse aqui que não. V. Exª confirma essa informação?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Confirmo. Não tenho nenhuma informação sobre isso. Tenho a dele que diz que não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quais eram as responsabilidade administrativas e políticas de Cláudio Monteiro em seu Governo? Era sabido que ele era seu chefe de gabinete. Quais seriam as tarefas que ele desempenhava? E é sabido também que ele era secretário executivo das obras da Copa.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Perfeito, Sr. Relator.

Como chefe de gabinete, ele tem a função de chefe de gabinete. É quem recebe todos os pedidos, todas as solicitações, faz a triagem do que deve passar para o Governador, o que não pode, coordena a agenda do Governador e também assumiu, logo de início, a Secretaria Executiva da Copa. Então, ele acompanhou o desenvolvimento dessa área.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A pergunta objetiva é se ele tinha atribuições de firmar contratos?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, em absoluto. Era chefe de gabinete. Não era ordenador. Não tinha a função de cuidar de nenhuma outra área relacionada à investigação aqui desta Comissão, como a questão do lixo ou mesmo relação com a Delta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quantos contratos. V. Exª citou isso em seu discurso inicial, mas, para nós, é importante ter isso quantificado, especificado de maneira muito evidente. Quantos contratos a Delta tinha ou tem no Governo de V. Exª?

O SR. AGNELO QUEIROZ – A Delta tinha um contrato do lixo e cuidava de duas áreas do Distrito Federal. Era a única. Não tem uma obra, não tem uma edificação. Enfim, a única e exclusiva área que a Delta tem no Distrito Federal é essa parte do lixo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas, e, atualmente? V. Exª falou "tinha". Por que "tinha"?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Atualmente, porque a Delta, nessa luta judicial, acaba de perder, foi julgado pela justiça que o documento que ela apresentou na licitação do lixo no Distrito Federal...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a licença da testemunha, renovo a solicitação, não aos Srs. Parlamentares. Há muita conversa nos arredores da sala, principalmente nas laterais. Por favor, peço a audiência dos senhores ao trabalho do Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª... Ah! Desculpe. V. Exª estava falando ainda. É isso, sobre o número de contratos da Delta, se há contratos atualmente.

O SR. AGNELO QUEIROZ – O contrato, atualmente, a Delta perdeu na justiça porque o seu atestado que foi oferecido quando da licitação foi julgado falso esse contrato, e ela foi inabilitada. Portanto, o GDF já comunicou, e a Delta, num prazo de 10 dias, estará fora do serviço de limpeza urbana do Distrito Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E não há nenhum outro contrato ou há?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não há nenhum outro contrato, todos... Porque, na verdade, é uma área só que tem dois contratos formais, mas são contratos do lixo, uma área e outra área, são duas áreas, é um mesmo objeto, uma mesma licitação, O Distrito Federal é dividido em três áreas, e a Delta ficou com duas áreas dessas, e outra empresa ficou com uma terceira área.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, ainda sobre os assessores de V. Exª, V. Exª conhece e qual é a relação política tem, ou profissional, com o Sr. João Carlos Feitosa, conhecido Zunga.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Quero apenas entregar ao nosso Relator este contrato da Delta, que são os contratos no Distrito Federal, e, aqui, a notificação extrajudicial a que acabo de me referir, expedida pelo SLU, depois da decisão judicial.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E sobre o Zunga?

O SR. AGNELO QUEIROZ – O Zunga é um atleta, professor de educação física, ocupou, no meu Governo, duas posições, foi Subsecretário na área do esporte, na Secretaria de Esporte, e também, posteriormente, foi para a Fundação de Amparo ao Preso.

Então, essa é a relação, ele não tem nenhuma função em outra área que não seja essa do esporte, não trabalhou com nada vinculado ao objeto desta CPI, do ponto de vista de lixo, não tem nenhum ato dele formal, não é ordenador de nada, e nenhuma ação dele, dentro do Governo, que possa favorecer qualquer tipo dessas empresas, qualquer uma dessas empresas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, V. Exª sabe ou teve conhecimento do envolvimento de Zunga com integrantes do grupo de Cachoeira?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Após a divulgação das interceptações da Polícia Federal, tomamos conhecimento, e ele foi também afastado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem indicou o Zunga para ocupar o cargo de Subsecretário da Secretaria de Esportes a V. Exª.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Quem indicou foi o Cláudio Monteiro para essa Secretaria, e, aqui, está também o processo que abrimos como todas essas áreas a que me referi, que não conseguiram fazer ne-

gócio, que não tiveram êxito, que não obtiveram os seus objetivos, mesmo assim, a Secretaria de Transparência instalou um processo de investigação sobre cada um desses servidores. Então, todas as áreas a que me referi aqui tem um processo igual a esse que passo às mãos do Relator nesse caso específico do João Carlos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas, Governador, ele ocupou algum outro cargo público no Governo de V. Exª, o Sr. Zunga?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Ocupou na Secretaria de Esportes e na Fundação de Amparo ao Preso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas a Fundação foi posterior ou anterior?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Posterior, posterior. Ele estava nesse momento, na Fundação de Amparo ao Preso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E, neste momento, ele está onde? Está afastado?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Está afastado, está afastado, e abrimos esse processo.

Quero entregar também a abertura de um processo que foi feito do Cláudio Monteiro, que pediu, inclusive, a instalação do próprio processo e quero apresentar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, em algum momento, foi cogitada a nomeação do Sr. Zunga para a direção do Serviço de Limpeza Urbana do GDF?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, em absoluto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele, o Zunga, trabalhou com V. Exª no Ministério dos Transportes?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Do esporte?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Do Esporte.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não trabalhou. Ele trabalha na Secretaria de Esporte do Governo do Distrito Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E na Anvisa?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Também não. Ele trabalhava na Secretaria de Esporte do Governo do Distrito Federal na época em que eu era Ministro do Esporte.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele trabalhou na campanha de . Exª como tesoureiro, arrecadador financeiro do Comitê de V. Exª?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, em absoluto, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em nenhum momento?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Em nenhum momento, em nenhum momento. Nunca teve essa função.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E se ofereceu para tê-la?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nem se ofereceu para tê-la. Aí todas minhas arrecadações funcionam pelo Comitê Financeiro da Campanha. Todas estão declaradas e públicas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª tem conhecimento ou sabe dizer se Zunga recebeu doação ou qualquer outro tipo de pecúnia da empresa Delta ou do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não sei dizer, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª tem notícia se alguma ação do Sr. Zunga beneficiou direta ou indiretamente o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu não tenho notícia, mas eu não tenho dúvida de que da parte da gestão do Governo não teve benefício para o Sr. Carlos Cachoeira ou para a empresa Delta. Isso eu quero assegurar como gestor e não como qualquer ato de terceiro, ou que falam ou que tiveram intenção de fazer. Não teve benefício para a empresa Delta e também para o grupo de Cachoeira. Não teve nenhum favorecimento. Não indicaram ninguém para o meu Governo, ninguém.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esse Zunga, a que nós estamos nos referindo, Sr. João Carlos Feitosa...

João Carlos ou José Carlos?

O SR. AGNELO QUEIROZ – João Carlos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ... é o mesmo Zunga que é sindicalista no GDF, Governador?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não. Zunga...

O SR. PRESIDENTE () – Para nós identificarmos a interceptação telefônica.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, Sr. Presidente. Quem é de Brasília... Todo mundo da área de esporte conhece o Zunga, João Carlos, a que estou me referindo. Ele é professor de Educação Física. O outro Zunga é um Zunga sindicalista. É um militante do PT.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, Governador, teve como objetivo investigar a atuação do Sr. Carlos Cachoeira na área de jogos ilegais em Goiás e no entorno do DF, é claro. Como Deputado, Ministro e agora Governador, é importante que V. Exª nos deixe clara a opinião de V.. Exª sobre o tema dos jogos, porque a origem dessa investigação, aliás, tanto da Operação Vegas quanto da Operação Monte Carlos, tem a ver exatamente com o tema dos jogos e dos jogos ilegais.

V.Exª foi Ministro do Esporte e agora é Governador. O que V. Exª tem a dizer sobre esse tema?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu, como Ministro do Esporte, Sr. Relator, debati muito esse tema, inclusive, conheço os modelos de vários países sobre a utilização dos jogos que financiam o esporte em vá-

rios países. Nós aprofundamos. Debatemos isso com a Polícia Federal, o Ministério Público...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Principalmente azares. Quando isso?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Isso quando eu era Ministro do Esporte.

A conclusão a que nós chegamos depois de todos esses debates é a de que o jogo não deve ser legalizado, porque junto com o jogo vem um bocado de outras coisas: lavagem de dinheiro, outros crimes, enfim, contravenção, uma série de outros efeitos colaterais extremamente danosos para a sociedade.

Por isso, minha opinião hoje, depois de debater muito isso, discutir muito esse tema, é minha opinião hoje.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas foi enviado ao Congresso Nacional quando V. Exª era Ministro do Esporte alguma proposta de legalização do jogo? Porque essa transição a que V. Exª se refere se dá em que momento?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sim, estou falando que eu debati muito o tema quando era Ministro do Esporte. Eu estou dando uma opinião hoje, depois de examinar isso ao longo de muito tempo, não uma opinião minha em um tempo determinado. Hoje minha opinião é que não devem se legalizar os jogos; qualquer tipo de jogo é ilegal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, como Governador, tendo mais do que claro, a partir especialmente de 2004, que essas atividades se tratam de uma atividade ilegal, como Governador de Estado, quais as medidas reais do Distrito Federal, quais medidas V. Exª tomou para reprimir o jogo no Distrito Federal?

O SR. AGNELO QUEIROZ – São medidas rotineiras, porque não poderia jamais imaginar que estivesse acontecendo uma ação de uma organização cujo objetivo é ampliar seus tentáculos, seja através do jogo, ou por suas relações políticas, fazendo negócios, interferindo na Administração Pública etc. Então, quero dizer que nós fomos extremamente – e somos – extremamente rigorosos com relação à questão dos jogos. Não ampliou essa área de jogos aqui no Distrito Federal. Não ampliou. A repressão que nós fizemos nesse período foi uma repressão dura – dura. Só na área de bingos, foram 119, só em 2011 e 2012, 119 ações em flagrante, e jogos de azar também. Dá um total de 194 ações. Portanto, a Polícia Civil do Distrito Federal, a Polícia Militar do Distrito Federal têm uma ação muito dura, muito ríspida, muito intensa, e sempre estamos... Sempre estamos detonando essas estruturas de jogos, fazendo apreensões aqui no Distrito Federal. Não houve crescimento, leniência ou colaboração com o jogo aqui no Distrito Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Cento e noventa e quatro ações, operações de janeiro de 2011 até agora, é isso?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Exatamente.

Sr. Presidente, eu gostaria de passar todas essas apreensões, as notificações.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero voltar num tema que é importante que nós percebamos aqui: V. Exª participou da elaboração de algum projeto de lei que foi enviado ao Congresso Nacional legalizando os jogos?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu participei como Ministro na época; participei dos debates, inclusive. Participei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas houve uma mudança de opinião por parte do governo em outro momento.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Houve uma mudança...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Houve uma edição de uma medida provisória.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Exatamente. O governo tinha uma intenção com relação aos jogos, e depois teve uma mudança, que foi uma decisão política que o Presidente Lula tomou de não ter a legalização dos jogos. A partir desse momento, a decisão política do governo era uma: é não legalização dos jogos. E, portanto, a minha posição também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Voltando ainda à questão da Delta, em relação ao contrato do lixo, V. Exª disse aqui que não se reuniu com Cláudio Abreu.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não me reuni com Cláudio Abreu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E com o Sr. Heraldo Puccini?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Também não. Não o conheço, não sei nem quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Diretor da Delta no Centro... no Sudeste.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não o conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E com o Sr. Fernando Cavendish?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Também não. Nunca encontrei com o Sr. Fernando Cavendish. Nunca estive nem socialmente com ele, nunca tomei café, almoço, jantar, nem área social.

Quero inclusive pegar uma declaração dele, do Sr. Fernando Cavendish, que foi dada à *Folha de S.Paulo* no dia 19 de abril de 2012, que tem uma pergunta se ele me conhece, e ele disse: "Nunca vi. Eu tenho um crédito lá de 30 milhões para receber, no contrato de lixo. A gente lá só apanha. Se eu tivesse ajudado na campanha dele, precisava Dadá [araponga do esquema

Demóstenes], do fulaninho, do beltraninho, contando história lá embaixo?". Essa declaração é definitiva, e de fato não tive nenhum contato com ele, em absoluto. E ele retrata justamente como foi a relação nossa, talvez com as suas palavras, que eu não considero isso apanhar, foi um gestor tratando interesse público, um gestor tratando interesse do Estado. E exigindo cumprimento do contrato. Isso não é apanhar porque não foi só... Eu quero deixar bem claro isso, Sr. Relator, porque não foi só com a Delta, nós tratamos isso com todas as empresas. Com todas as empresas. Portanto, foi uma atitude nossa de gestor, absolutamente de gestor, e não de inimigo ou que estivesse batendo em a ou batendo em b, em absoluto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, V. Exª citou já aqui que a organização criminosa, pelas investigações da Polícia Federal, tinha dois objetos de interesses muito bem definidos: a Secretaria de Limpeza Urbana e o DFTrans. Especialmente em relação ao DFTrans, há interceptação da Polícia Federal que dão conta da ação da organização criminosa no sentido de interferir na questão da bilhetagem aqui no DF.

O que V. Exª tem a dizer sobre isso?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu falei na intervenção inicial. Mas eu quero repetir, porque é muito importante esse esclarecimento. Houve, de fato, uma tentativa de interferir na bilhetagem, Sr. Relator. O senhor tem razão. E isso foi detectado pela Polícia Federal. Mas essa tentativa foi frustrada, porque não houve sequer a licitação.

Mais grave do que isso: o projeto que nós fizemos e que está em consulta pública desde outubro de 2011, que está à disposição e que trata da questão da gestão do sistema de transporte é completamente diferente do que era o projeto pretendido por esse grupo que tiinha essa suposta articulação com o esquema coreano, com empresas coreanas. Portanto, se tentou entrar na área de bilhetagem, não aconteceu, porque nós vamos fazer uma mudança radical no sistema de transporte, fazendo licitação de todo o sistema. Vamos fazer licitação de toda a central de operação. A parte de bilhetagem embarcada, quem vai bancar e quem vai pagar é a empresa ganhadora, não é o Estado. Nós faremos a parte nossa de controle do sistema, mas quem vai pagar a bilhetagem embarcada é a empresa ganhadora do nosso certame.

Nós dividimos aqui em cinco bacias. Nenhum consórcio e nenhuma empresa podem ganhar sozinhos mais de uma bacia. Com isso, a gente quebra o monopólio do transporte público do Distrito Federal, franquia à participação de mais empresas, e tem todas as exigências que estão aí no edital neste momento.

Portanto, essa foi uma tentativa, mas uma tentativa frustrada desse grupo de fazer negócio no Distrito Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao edital, o edital, o senhor está dizendo que não era o mesmo?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, o edital sequer foi apresentado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não foi publicado?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sequer foi apresentado. Então, o que existe hoje são os parâmetros de uma licitação que está em consulta pública, para conhecimento transparente de todo mundo e de todos os interessados.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, V. Exª cita um grupo coreano?

O SR. AGNELO QUEIROZ – A degravação da Polícia fala que essa organização queria participar da bilhetagem com uma empresa coreana, com uma empresa coreana. Essa organização articulou para levar ao Secretário de Transporte uma empresa coreana. Mas quero dizer que não teve nenhuma consequência prática, nenhum favorecimento, nenhum benefício em absoluto. Muito pelo contrário. Sequer teve a licitação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Interceptações, Governador, da Polícia Federal indicam uma conversa havida entre Carlos Cachoeira e Cláudio Abreu em que Abreu relata a ocorrência de um encontro entre os Secretários Paulo Tadeu, nosso Deputado Federal aqui, à época Secretario de Governo de V. Exª, e Rafael Barbosa, Secretário da Saúde. V. Exª teve conhecimento desse encontro?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Tive conhecimento. Os Secretários me informaram. Informaram-me o teor da conversa que teve. Foi uma conversa republicana. Eu me dei por satisfeito justamente porque, depois desse encontro, que foi em abril de 2011, em maio de 2011, menos de um mês depois dessa conversa, nós concluímos a auditoria desse contrato, com medidas duras, cobrando a sua aplicação. Portanto, esses contatos que foram contatos absolutamente republicanos não interferiram absolutamente e não implicaram absolutamente nenhum tipo de favorecimento para essa empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, a Delta Construtora recebeu do Governo do DF – é a informação que nós temos – no ano de 2011 o total de R$92,8 milhões. Em 2010, a Construtora recebeu R$19,4 milhões. Ao longo de 2012, os valores recebidos até a presente data somam a quantia de R$27,5 milhões. Há uma diferença expressiva entre os valores

recebidos em 2011 para os valores pagos à empresa agora em 2012.

A que V. Exª atribui essa diferença de números?

O SR. AGNELO QUEIROZ – A diferença é simples. Primeiro, 2010, ele recebeu por conta de um mês, porque o contrato foi só um mês. Não sei se recordam...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas 2012...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Em 2010. Só um mês, porque ela assumiu no dia 9 de dezembro de 2010. Em 2011, foi um funcionamento normal, 12 meses. E essa diminuição em 2012 implica todas as medidas que adotei de apertar a fiscalização, de maior controle sobre o contrato. Então, teve uma queda de fato acentuada. Posso mostrar um gráfico desse para V. Exªs, que é muito significativo porque, quando chega em dezembro para janeiro, há uma queda vertiginosa. Nós passamos a economizar R$1 milhão, pouco mais de R$1 milhão, por mês...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas por quê?

O SR. AGNELO QUEIROZ – ...que estava sendo pago, porque, como o nosso sistema de limpeza urbana, a empresa gestora, que é o SLU, que é o Serviço de Limpeza Urbana, não estava aparelhado para poder fazer justamente essa fiscalização de uma forma eficiente, não tinha sequer a balança... Foi resultado da auditoria, adquirimos três balanças, uma instalada, e já, com a instalação dessa balança, nós reduzimos R$1 milhão aos cofres públicos porque passou a pesar o entulho, que não pesava, porque a tese é porque o entulho é aproximadamente já conhecido o peso. Então, pode ser feito no "olhômetro". E a vida mostrou que é bem diferente. Então, nós reduzimos muito esse pagamento, por isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, houve algum reajuste ou repactuação no contrato mantido entre o GDF e a Delta Construtora, ao longo do seu governo?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Houve um ajuste, que foi por conta do dissídio dos trabalhadores e por decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Essa repactuação que foi feita.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi de quanto, Governador?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Em média, 17%, porque, em cada item, ela vai variando de acordo com a especificação, varrição etc. Vou passar a mão do nosso Relator todo o dossiê de repactuação da empresa, inclusive com a decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas houve, então, um reajuste no contrato, num dado momento, de 17%.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Exatamente. Previsão contratual, dissídio dos trabalhadores. E o dissídio dos trabalhadores nessa época é um dissídio baseado no salário mínimo. Temos que lembrar isso, que justamente é a grande maioria dos salários dos trabalhadores dessa área. Por isso que há esse reajuste.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, em 2010, no final de 2010, no período de transição, aqui está de 15 de dezembro de 2010, V. Exª enviou... V. Exª fez referência a esse ofício... Aliás, eu o tenho em mão aqui. V. Exª enviou um ofício ao Governador Rogério Rosso, pedindo a manutenção dos serviços, a renovação dos contratos de serviços essenciais. V. Exª entrega a esta CPMI o ofício.

Indago se há algum anexo a esse ofício, que V. Exª não nos entregou.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não há.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não há nenhum anexo?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, de nenhuma forma. Não. É um ofício da transição, a transição que é até habitual ou, seguramente, Parlamentares aqui muito experientes, vários foram governadores, prefeitos, e uma equipe de transição solicita manutenção dos serviços essenciais, mas isso está bem delimitado. Fala que serviços essenciais de continuados cujos contratos vencem em dezembro de 2010, porque o ofício já estava mandando em 15 de dezembro – então, só podia ser nos últimos quinze dias de dezembro – e janeiro de 2011. Porque é evidente que, se tivesse algum contrato que, porventura – porque eu não tinha conhecimento de todos os contratos do governo anterior que vencesse nesse período –, eu estava pedindo para prorrogar, para não deixar a população do Distrito Federal sem um serviço essencial, e isso mesmo prorrogado temporariamente.

Então, esse pedido não envolve a Delta, porque a Delta acabou de assinar o seu contrato em 9 de dezembro de 2010, e o contrato dela vai até 2015. Portanto, a Delta não era preocupação de interromper a coleta e a varredura, porque estava protegida por decisão judicial, e, portanto, deveria cumprir o seu papel.

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª, em algum momento, fez ao Governador da época, Rogério Rosso, algum pedido de renovação de algum contrato específico de alguma empresa?

O SR AGNELO QUEIROZ – Não. Em absoluto.

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª sabe dizer se João Monteiro, que foi indicado por V. Exª em janeiro de 2011 para diretor executivo do Serviço de Limpeza Urbana, tem ligações com a empresa Delta?

O SR AGNELO QUEIROZ – Eu asseguro que não tem.

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com Carlos Cachoeira?

O SR AGNELO QUEIROZ – Eu asseguro que não tem. Ele foi escolhido justamente por não ter ligação com o segmento – é um profissional, Delegado da Policia Civil do Distrito Federal, foi Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal –, por muitos serviços prestados ao Distrito Federal e por não ter ligação com esse setor. Ai você fala: "Mas você sabia que podia ter uma coisa dessas nesse setor?" Eu sabia que era uma área minada, porque uma das áreas de maiores crises no Distrito Federal, que está envolvida na Caixa de Pandora, justamente é a área do lixo. Essa área do lixo chegou até ao Ministério Público do Distrito Federal. Uma crise de extrema gravidade, uma área absolutamente minada. Por isso, eu botei um Secretário de Segurança Pública para ser o Diretor do SLU, e se mostrou extremamente correto ter feito isso.

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, Governador, diálogos interceptados pela Polícia Federal evidenciam que a Delta tinha interesse de nomear pessoas nas administrações regionais do DF e no Serviço de Limpeza Urbana. Ao que tudo indica, essa lista contendo o nome dessas pessoas teria sido repassada para o então Secretário de Governo Paulo Tadeu, que teria determinado a João Monteiro que realizasse a mudança no Serviço de Limpeza Urbana, nesse sentido, beneficiando a empresa Delta. Essa informação procede? V. Exª recebeu essa lista?

O SR AGNELO QUEIROZ – Não, em absoluto. Primeiro, não recebi lista nenhuma. Tomei conhecimento dessa lista quando da divulgação dos diálogos agora da Polícia Federal com relação a essa lista. Portanto, não temos conhecimento nenhum dessa lista. O único nome, concretamente, que ficamos sabendo, nominalmente, é esse Paulo Abreu. Foi no começo do governo...

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele circulou em alguma lista?

O SR AGNELO QUEIROZ – Isso pela degravação, mas falam de lista – estou concordando com V. Exª –, só que essa lista nunca chegou. Primeiro, nem chegou a mim, nem chegou ao Secretário Paulo Tadeu, porque não tem nenhuma noção de verdade uma coisa dessa, na medida em que os membros do SLU que nós colocamos... Além do João Monteiro, a que me referi, o imediato dele é um auditor do controle interno, o Hamilton – uma pessoa de extrema qualificação. Colocamos, inclusive, funcionários de carreira, como o Palhares e tantos os outros, nessa empresa. Então, é o oposto de favorecer a Delta, primeiro, porque não teve favorecimento nenhum. Ao contrário, todas as queixas em todos os diálogos são no sentido absolutamente contrário, que eles se sentem prejudicados. Segundo, não teve nenhum tipo de favorecimento. Essa lista nunca chegou sequer ao Paulo Tadeu, quanto mais para encaminhar isso para o SLU.

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu preciso voltar ao tema da bilhetagem, porque, em ação – e quero pontuar bem isso aqui – que tramita na 5ª Vara de Criminal de Brasília, o Ministério Público do Distrito Federal propôs ação penal contra integrantes do grupo de Carlos Cachoeira por formação de quadrilha e tráfico de influência. De acordo, Governador, com o Ministério Público Carlos Cachoeira, Cláudio Abreu e Heraldo Puccini arquitetaram esquema com finalidade de fraudar o processo de licitação para bilhetagem eletrônica no Sistema de Transporte Público do Distrito Federal. O negócio é avaliado em R$60 milhões. Os Promotores de Justiça do núcleo de combate a organizações criminosas se basearam em escutas da Operação Monte Carlo e da Operação Saint Michel, que promoveu buscas e apreensões no Distrito Federal, em Goiânia, em Anápolis, em São Paulo, todas em abril deste ano.

A denúncia inclui o contador de Cachoeira, o Sr. Geovani Pereira da Silva, foragido desde 29 de fevereiro, e o braço direito do contraventor de nome Gleiby Ferreira da Cruz. Inclui ainda Wesley Clayton da Silva, Vereador de Anápolis, e os lobistas Dagmar Alves Duarte e Valdir dos Reis. Todos teriam se unido e tramado uma estratégia para deixar nas mãos da Delta Construções o controle da receita do sistema de transporte coletivo do DF.

Os fatos apontam claramente, Governador, para o envolvimento de servidores do DFTrans e que a licitação estaria sendo direcionada para a empresa Delta, repito isso.

Como Governador, quais as medidas que V. Exª tomou, uma vez tendo conhecimento desses fatos, em relação aos servidores do DFTrans?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Primeiro, que nessa operação o Ministério Público não denunciou nenhum servidor do Distrito Federal. Mas, mesmo assim, com a divulgação dos fatos, nós, sim, instalamos uma investigação, que está em curso, afastamos um nome que foi citado no Governo do Distrito Federal, se não me falha memória é Milton, e isso está em apuração neste momento. Fato concreto é que a tentativa teve, mas não teve êxito e chegou a ser especulado pela imprensa que o Sr. Valdir dos Reis era funcionário do GDF, botando, inclusive, às vezes, ex-assessor etc. Então, na verdade, ele não é funcionário GDF. Ele foi funcionário no governo passado. Eu demiti, no primeiro dia do meu governo, todos os contratados comissionados do governo passado. De tal maneira...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De quem V. Exª falando?

O SR. AGNELO QUEIROZ – De Valdir dos Reis, que foi a pessoa contratada pela organização para fazer esse *lobby* junto à Secretaria de Transportes. Portanto, não teve êxito a ação dele, não teve nenhum... hoje, só tem um servidor nosso, dessa operação, que foi arrolado como testemunha, que é esse Milton a que estou me referindo. Mesmo assim, instalamos a investigação. Mesmo assim, instalamos a investigação, e está em curso neste momento, para apurar o envolvimento de qualquer servidor.

Quero ler a declaração: "Declaro, para os devidos fins, que o Sr. Valdir dos Reis, CPF..., filho de Francisco dos Reis e Maria Barbosa, nunca ocupou nenhum cargo em comissão neste governo [no nosso governo] e não é servidor efetivo do quadro de pessoal do GDF.". Portanto...

Isso é da Secretaria de Administração, assinado pela Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal.

Então, não há êxito da ofensiva que foi feita e não há, obviamente, nenhuma omissão nossa, porque estou tomando todas as medidas. Se, porventura, detectado qualquer envolvimento de servidor, terá o rigor da lei na aplicação das penas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Operação Saint Michel revelou que Valdir dos Reis era funcionário da Secretaria de Planejamento do DF Ele teria recebido da Delta cinquenta mil reais e outras parcelas de dez mil reais para elaborar o edital que direcionaria o contrato de bilhetagem eletrônica do DF para a Delta. O que V. Exª tem a dizer sobre isso?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Primeiro, que ele não é servidor. Eu vou passar às mãos de V. Exª essa declaração em que eu falei...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª deu a declaração. Mas ele foi servidor da Secretaria de Planejamento no passado?

O SR. AGNELO QUEIROZ – No passado. No governo passado. Ele saiu do Governo do Distrito Federal no dia 1º de janeiro de 2011, no primeiro dia da minha gestão. Então, não tem envolvimento desse, não é servidora essa pessoa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, preciso perguntar para o senhor, especificamente, em relação ao edital que o Sr. Valdir fez, que seria o edital a ser publicado, divulgado. Inclusive, esse edital estaria em computadores que foram apreendidos na Operação Saint Michel. Esse edital foi divulgado? É esse o edital que está na praça?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não. É o oposto. O que foi ventilado, que fazia parte dessa articulação...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Oposto por quê?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Porque o que está na praça hoje, a partir de outubro do ano passado que é a consulta pública, tem bases diferentes do que estava na pretensão do Sr. Valdir e de quem estava por trás dele.

Da operação San Michel de que eu tenho conhecimento é que ontem foi entregue a esta CPI e nós também vamos tomar conhecimento de qualquer outra coisa que tenha relação com a operação San Michel.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na operação San Michel há informação de que o Secretário de Transportes do Distrito Federal José Walter Vasques Filho teria recebido em reunião Claudio Abreu e diversos outros colaboradores da Delta. Essa reunião teria ocorrido em janeiro de 2012 e o tema tratado teria sido exatamente a bilhetagem eletrônica. V. Exª tem conhecimento dessa reunião e de quais assuntos foram tratados?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Depois da divulgação perguntei ao Secretário José Walter, que foi muito claro que não houve essa reunião em janeiro nesse período. Ele havia se encontrado em uma audiência no meio do ano passado, em julho ou junho de 2011.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, outro fato curioso que os diálogos gravados pela Polícia Federal revelam que após essa reunião, o Diretor Administrativo e Financeiro do Dftrans, Milton Martins de Lima Junior, teria viajado para Goiânia, onde teria encontrado o Glaber, um dos principais colaboradores de Cachoeira. O tema do encontro, óbvio, seria o tema da bilhetagem. V. Exª tem conhecimento dessa viagem? Por que uma questão do DF seria tratada lá em Goiânia?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não tenho conhecimento dessa viagem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Depois da operação San Michel, que providência V. Exª tomou com relação ao caso, em relação inclusive ao Secretário dos Transportes, em relação ao Presidente do Dftrans, se eles foram afastados, se não foram e se foram por quê?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Com relação ao primeiro, à operação, nós abrimos inquérito que está em curso. Com relação ao Secretário e ao Diretor do Dftrans não encontramos nenhum tipo de ato ou ação que possa favorecer uma empresa nesse caso. Pelo contrário. O que constatamos foi que a atitude deles foi oposta à pretensão das pessoas que queriam participar da licitação da bilhetagem eletrônica e tratou com absoluta transparência, o edital está em consulta pública. Enfim, não há motivo em absoluto, não há

nenhum tipo de relação ou de ligação que coloque em cheque a atitude do Secretário de Transporte nem do Presidente do Dftrans.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As operações da Polícia Federal sustentam que Carlos Cachoeira montou complexo esquema de espionagem político-empresarial levado a cabo por Idalberto Matias, Jairo Martins e Marcelo Oliveira, vulgo Marcelão. A Polícia Federal sugere que a Casa Militar do Distrito Federal teria sido usada pela organização criminosa para viabilizar esse esquema de arapongagem. O que V. Exª tem a nos dizer sobre isso?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Repudio veementemente qualquer até afirmação porque jamais permitirei que a Casa Militar de um governo democrático, popular que tem a história que tenho possa adotar qualquer medida nesse sentido. Repudio radicalmente qualquer atitude nesse sentido. É impossível que isso tenha acontecido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Marcelão era funcionário assessor especial na Casa Militar de V. Exª. Ele não teria participado a mando talvez do Sr. Claudio Monteiro para fazer algum serviço de espionagem e de alguma forma ligar essa operação aos interesses do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Impossível isso porque ele não estava atuando propriamente na Casa Militar; ele estava na área de segurança, no gabinete, a serviço no gabinete pela Casa Militar. Então, é impossível que isso possa ter acontecido. Ele permaneceu 15 dias no governo. Não tinha nenhuma função relacionada a esse tema, já que ele ficou na parte da segurança no gabinete. Então é impossível que ele possa ter colaborado na Casa Militar sobre qualquer tipo de coisa como essa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** E antes? Ele estava onde, o Marcelão?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Ele é servidor da Polícia Civil do Distrito Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** Cumpria a sua lotação... V. Exª sabe dizer aonde?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não sei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** Governador, há suspeitas de que, por meio de Marcelão e outros colaboradores de Cachoeira, a Casa Militar do DF tenha grampeado autoridades públicas, inclusive parlamentares. V. Exª está repudiando essas informações?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Presidente, eu fui vítima disso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** Mas V. Exª foi grampeado também?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Fui grampeado também. O sigilo de Agnelo foi quebrado. Não só o meu como o de 300 telefones de pessoas do Distrito Federal. Trezentos. Essa prática criminosa da arapongagem, das montagens dos dossiês, nós somos vítimas disso.

Repudio com veemência. Tenho uma história luta democrática desde o meu tempo de estudante, sempre estive do lado das liberdades democráticas. Jamais posso permitir qualquer atitude, admitir qualquer atitude que ocorra nesse sentido e repudio veementemente.

Agora, tomei providências. Tomei providências.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** Quais providências?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Instalei uma comissão de investigação na Polícia Civil do Distrito Federal, com delegados altamente especializados e competentes, uma comissão de Estado para apurar rigorosamente essa política de arapongagem que virou um caso grave no Distrito Federal.

Aqui é a capital do Brasil, aqui estão instalados os poderes, aqui tem o Judiciário, aqui tem o Parlamento, que é o Legislativo, todo o Executivo. Nós não podemos... Não é uma questão local, não é uma luta local. Essa é uma questão de Estado da maior gravidade. E nós tomaremos todas as providências para enfrentar esses arapongas criminosos que saem bisbilhotando a vida de quem quer que seja, sobretudo na luta política.

A situação é tão grave que até o chefe da Polícia Civil do Distrito Federal recebeu ações como essa. É tão grave como reuniões feitas pelo Secretário de Segurança Pública com arapongagem. É tão grave que até as varreduras, que são institucionais, feitas no gabinete do Governador, na casa do Governador estão nos blogs criminosos aqui no Distrito Federal, no submundo, nas sombras do submundo desses blogs. Isso é prática recorrente aqui no Distrito Federal. É ação criminosa de grupo organizado. Esses grupos criminosos dão sustentação, fazem a parte suja do esquema político criminoso que arrebentou a nossa cidade. Nós sabemos que eles continuam atuando, continuam grampeando, continuam produzindo dossiês, continuam articulando contra as pessoas que contrariam o interesse desses grupos criminosos até ceder, porque muitos desses grupos criminosos, Sr. Relator, anunciaram várias vezes quando eu ia cair. Várias vezes. E não pediram segredo.

Então a minha atitude é ir fundo, não fazer uma investigação apenas temporária. Vou fundo nessa investigação e vou às últimas consequências com relação a isso, porque isso diz respeito a uma questão de princípio. A minha vida toda na luta democrática, enfrentando ditadura. Eu sempre fui do lado do povo e não de nenhuma organização de fiscalização ou de repressão. Portanto não posso admitir, em hipótese alguma, que o meu governo faça isso contra qualquer

cidadão, quanto mais parlamentar ou quem quer que seja.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** Governador, V. Exª disse que abriu inquérito. Esse inquérito já foi concluso?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não. Está em curso o inquérito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** A previsão é de...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nós entendemos, Sr. Presidente... Isso é muito importante. Agradeço até a V. Exª por dar essa oportunidade de tocar, porque isso não diz respeito apenas ao Distrito Federal do ponto de vista da política local. Isso diz respeito à capital do Brasil. Aqui estão localizados os poderes da nossa República. E nós não podemos permitir essa prática, que é corriqueira em muitos lugares – isso foi uma tradição em várias cortes –, que isso se repita aqui no Distrito Federal. Nós não podemos permitir.

Eu vou fundo nessa investigação. Botei o que há de mais, de maior expertise, botei o que há de maior capacidade, porque a Polícia Civil do Distrito Federal tem capacidade de investigação, tem equipamentos, tem expertise, tem compromisso de fazer apuração. Não é para jogar para a plateia, não é para ficar falando o que está fazendo ou fazer onda. Eu tenho certeza de que nós desmontaremos. Vai ficar o tempo que for necessário. Que os arapongas ponham a barba de molho, porque nós vamos usar o tempo necessário para poder pegar, e punir, e desmontar esses arapongas, porque até o Governador do Distrito Federal teve seu sigilo quebrado por essa arapongagem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, o Sr. José Gomes Tomé, conhecido araponga de *e-mails*, ele em algum momento prestou serviço para a casa militar do Distrito Federal?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não. Não sei nem quem é. Você podia repetir, por favor?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – José Gomes Tomé.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não. Não sei quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ainda agora sobre os interesses da organização criminosa no Distrito Federal. Há informações veiculadas de que Carlos Cachoeira adquiriu uma área de mais de quatro mil hectares, próximo ao Aeroporto Internacional de Brasília. Para regularizar a posse dessa área, Cachoeira teria subornado servidores de órgãos como a Terracap e o Ibram. V. Exª pode esclarecer sobre isso o quê? Que providências V. Exª tomou, se tomou?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Tomamos conhecimento dessa tentativa através das degravações da Polícia Federal, mas é mais uma tentativa frustrada desse grupo, Sr. Relator. Frustrada porque não conseguiu regularizar. Eu tenho aqui, inclusive, o parecer da Terracap sobre essa área que diz, de forma muito clara, que a área destacada situa-se numa área ocupada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de propriedade da União. A área destacada em azul situa-se na área ocupada pela Estação Ecológica do Jardim Botânico, conforme matrícula tal, de propriedade do GDF. A área destacada em azul é de propriedade da Fundação Abrigo Cristo Redentor – está aqui –, conforme Transcrição nº 616, do Livro 3 e também as folhas. E a área destacada em marrom situa-se na área ocupada pelo aeroporto e Base Aérea de Brasília. Então, era uma tentativa de grilagem, Sr. Relator, e que foi barrada, porque isso aqui era para entregar áreas nobres do Distrito Federal, quatro mil hectares. Porque havia uma política aqui no Distrito Federal, há algum tempo, não só de leniência, de omissão com relação à grilagem, mas de conivência e, às vezes, de apoio à grilagem. E muitas áreas do Distrito Federal foram griladas por grileiros profissionais e depois regularizadas pelo Poder Público. Infelizmente para eles, o nosso Governo não tem espaço para isso. Declaramos uma guerra contra os grileiros, contra invasões e mudamos a política habitacional do Distrito Federal. Aqui agora é casa e apartamento pela política Minha Casa Minha Vida em parceria com o Governo Federal. Estamos fazendo cem mil habitações até 2014. Tem trinta mil habitações de casas e apartamentos na rua, edital na rua, em construção; trinta mil habitações neste momento e, portanto, esse parecer da Terracap que eu passo à mão de V. Exª liquidou qualquer tipo de intenção desse grupo de grilar essa área que está aí. Não foi regularizada, não foi regularizada. E mesmo assim está instalado o processo disciplinar, a investigação para apurar qualquer envolvimento de qualquer servidor. Está aqui o processo, o número do processo e as medidas que estamos tomando para investigar se houve algum tipo de participação de algum servidor, mesmo não tendo conseguido o objetivo que era legalizar essa área grilada.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª pode esclarecer os fatos e as razões que levaram o GDF a assinar um contrato de locação de um imóvel da empresa Emprodata? Faço essa pergunta porquê, em matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, que o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou, informou-se que a Emprodata seria uma das empresas que faziam lavagem de dinheiro para o grupo de Cachoeira. Por que esse contrato de locação desse imóvel foi assinado?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Também tomamos conhecimento, Sr. Presidente, nessas degravações. Esse contrato foi feito no governo anterior, para instalar

uma unidade do Na Hora. O nosso Governo fez uma renovação do contrato, como previsto. Conseguimos reduzir pela metade o valor pago por metro quadrado, pela metade, e hoje está instalado, no Na Hora, esse móvel. Portanto, com absoluta regularidade. Mesmo assim, mesmo assim, não tendo dado ao Erário, instalamos uma comissão de investigação, na Secretaria de Transparência, para investigar qualquer suposto envolvimento de qualquer servidor nessa transação, e nos próprios contratos.

Quero passar para V. Exª, aqui, todos os documentos. O contrato, a renovação do contrato e também a instalação da apuração que fizemos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, Governador, por fim, aqui, V. Exª, é claro que já falou desse tema, mas preciso repisá-lo, que tem a ver com a matéria publicada pelo jornal *O Globo*, em 10 de junho de 2012, onde o jornal afirma que o patrimônio de V. Exª teria sido multiplicado doze vezes desde o ano de 1998.

Felizmente, aqui, V. Exª já deu esses esclarecimento e mais do que os esclarecimentos, porque as palavras comovem, mas os exemplos arrastam, V. Exª coloca à disposição desta CPMI, diferentemente do que fez o Governador Marconi Perillo ontem, nesta mesma CPMI, quanto ao seu sigilo bancário e fiscal. É bom lembrar que eu nem havia pedido ao Governador Marconi Perillo o sigilo bancário e fiscal, mas o sigilo telefônico de SMS, nem havia ainda uma incursão para cima dos bens ou da sua vida bancária ou da sua vida fiscal. V. Exª, de maneira diferente, vem aqui e coloca o seu sigilo à disposição.

Agradeço a V. Exª, porque V. Exª, com esse gesto, mostra que na vida de V. Exª não há o que se temer.

Nesse sentido, mais uma vez, reafirmo esse pedido a V. Exª, de que abra mão de sigilo bancário e fiscal, mostrando e explicação a sua evolução patrimonial.

O SR. AGNELO QUEIROZ – E telefônico também, Sr. Presidente, de e-mail, o que for necessário, SMS, o que for necessário. Está reafirmada essa disponibilização que estou fazendo à CPMI. Acho que com isso você tira qualquer tipo de ilações, porque eu estou entregando aqui para V. Exª uma declaração de Imposto de Renda, uma declaração de nada consta do Imposto de Renda, tanto a minha quanto a de minha esposa. Está aqui a minha declaração de Imposto de Renda. Não tenho nenhuma pendência na Receita Federal, órgão sério, órgão que, de fato, cuida da evolução patrimonial de qualquer pessoa.

Então, quero aqui apresentar para V. Exª, junto com a declaração de nada consta. Eu estou abrindo meu sigilo, para que possam chegar todos os dados necessários, para mostrar que eu tenho patrimônio para adquirir os meus bens.

Então, não tem motivo para não apresentar. De tal maneira, eu acho que essa é a forma de colaborar e deixar claro, porque eu não quero nenhum tipo de suspeição sobre minha vida. Eu tenho uma história de vida. Fui Deputado Distrital aqui no Distrito Federal, como constituinte. Fui Deputado Federal nesta Casa, com muita honra, uma lição importante de vida durante três mandatos. Fui Ministro de Estado do Esporte do Presidente Lula e também fui diretor de uma das maiores agências de vigilância sanitária do mundo, que é a Anvisa.

Portanto, com uma história como essa – com 30 anos de trabalho, como médico que sou, minha esposa também, já aposentada por tempo de serviço –, é evidente que não posso ouvir aleivosias dessa ordem. A evolução patrimonial cresce porque quem tem pouco patrimônio... No único período que não tinha mandato, que não estava cuidando da atividade pública, foi justamente o período em que fiz uma aquisição. E isso ser considerado, como se fosse um crime ou uma desonestidade, isso é inadmissível. Não admito uma coisa dessas. Por isso está aí para ser comprovado, com os números e com as declarações, porque não tem nada mais forte do que isso, porque quem tem os elementos, quem tem as condições e que é muito rigoroso... Se há uma área que funciona neste País de forma incontestável e de forma unânime é a Receita Federal. E é por isso que estou oferecendo a disponibilização: para que a CPI possa utilizar assim que achar adequado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pela ordem.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Relator, só para esclarecer e facilitar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Vamos continuar, vamos continuar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sobre a evolução patrimonial do Governador, eu recebo aqui um requerimento assinado por diversos Parlamentares, dezesseis Parlamentares: "Requeremos a V. Exª que assuma a proposta de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Governador Agnelo Queiroz, submetendo aos votos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, acrescida de igual transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Exmo Sr. Governador Marconi Perillo, ambos pelo período de cinco anos até a data atual". Eu quero dizer que, deste requerimento, eu vou encaminhar a deliberação amanhã na nossa reunião e não hoje.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador Agnelo Queiroz, Exmo Sr. Presidente...

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Eu gostaria de encaminhar ao Relator: V. Exª disse que tem dezesseis assinaturas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – O esclarecimento e a dúvida que eu tenho...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para um retificação. Eu tenho impressão de que ele leu as duas vias, somou as duas vias.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Se porventura tiver algum Parlamentar, Deputado ou Senador que queria assinar esse requerimento pode assinar logo após a entrega?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, eu quero dizer o seguinte: este tema nós vamos debatê-lo amanhã, na reunião administrativa, para nós não termos prejuízo na inquirição de hoje.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos continuar, vamos continuar!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência determina que esse tema será agendado para a reunião de amanhã e ponto final.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, pela ordem, Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero, Presidente, agradecer a colaboração do Governador Agnelo Queiroz. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos agora aos autores. Vamos agora aos autores.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem. Quero dizer a V. Exª que, às 11h39 – vou ficar de pé, porque senão não consigo falar com V. Exª –, às 11h39, o senhor Agnelo Queiroz fez uma afirmação de que disponibilizava o seu sigilo, o que eu acho, primeiro, elogiável. Segundo, Sr. Presidente, para que isso seja consolidado, a Secretaria da CPMI tem que produzir, como nós fizemos na última sessão, quando isso aconteceu, tem que preparar e o Sr. Agnelo Queiroz, na frente desta CPMI, assinar a autorização.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – As providências todas serão tomadas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso é impertinente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Esse é um assunto já vencido...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não é vencido, não, Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, Sr. Presidente, esse assunto é impertinente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – As minhas responsabilidades eu tomo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – São 12h58 e não chegou isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra aos autores do Requerimento nº 45, de 2012, de autoria – por favor, senhores –, de autoria do Deputado Fernando Francischini.

O Sr. Deputado está com a palavra no seu tempo de dez minutos.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente, Governador Agnelo Queiroz, cumprimento o Vice-Governador Tadeu Filippelli, que aqui estava e os Deputados distritais do DF, que vieram acompanhar sua oitiva, nobre Governador.

Eu tenho algumas dúvidas e acho que são técnicas. Acho que se cria muito alvoroço em torno de algumas perguntas, mas são perguntas técnicas, com base em documentos. E eu acho que a forma mais correta foi como procedemos ontem. Vamos proceder da mesma forma hoje.

A primeira dúvida que fica, Governador Agnelo, o senhor falou de uma licitação com dois contratos, que é a licitação do lixo e da varrição de ruas no Distrito Federal. Esses contratos originais vieram de 2010, do Governo passado ao do senhor, de 9 de dezembro, com autorização judicial. O contrato original era de R$151 milhões para a coleta de lixo e de varrição de ruas e R$319 milhões originais de recolhimento de lixo. Este ano, o senhor alterou com aditivo essa licitação. E aqui eu tenho o extrato do primeiro contrato, alteração do termo aditivo, de R$151 milhões para R$173 milhões, no dia 26; e para R$177 milhões, no dia seguinte, corrigindo os números no dia seguinte.

Mesma coisa na coleta de lixo. O contrato do senhor com a Delta era de R$319 milhões, e este ano, em janeiro, o senhor aumento, com o termo aditivo, para R$368 milhões o contrato da Delta, sendo que, no dia seguinte, foi corrigido para R$378 milhões. Ou seja, no dia 26 de janeiro, aumentou em R$70 milhões o valor global do contrato; e, no dia seguinte, com correção talvez de alguns erros do contrato, para R$84 milhões. Quase 20% do valor.

O senhor cita aqui, Governador, e falou que foi com decisão do Tribunal de Contas e entregou o dissídio coletivo, mas eu vejo aqui que há uma decisão de 2007 do Tribunal de Contas do Distrito Federal e que o senhor fez uma repactuação, quer dizer uma repactuação entre partes, seguindo os itens do edital do ano de 2010.

Fica a primeira pergunta: o Tribunal de Contas não tem atribuição constitucional e legal de determinar mudanças de valores de contratos. Por que foi tomada essa decisão em 2012 de aumentar em R$84 milhões o contrato da Delta no Governo do Distrito Federal?

O segundo, Governador, que o senhor não citou, e eu trago aqui a pergunta, é: em 17 de maio deste ano, o senhor fez o segundo termo aditivo do contrato da Delta. No segundo contrato aditivo, o senhor coloca aqui que alterou o contrato da Delta com vistas à inclusão expressa do serviços de recolhimento e transporte até a destinação final dos rejeitos resultantes da coleta seletiva.

Ora, se já fazia um ano, ou seja 17 meses que o senhor fiscalizava a Delta, falou que o serviço não prestava – e a gente vê que era um serviço que não prestava –, que o senhor conseguiu baixar de R$1,3 milhão para R$300 mil, por que o senhor faz um segundo termo aditivo aumentando as atribuições dela agora em maio? Essa é uma pergunta importante, para que a possamos entender.

Outra: o senhor levou 12 meses, Governador, para colocar uma balança para pesar o lixo, um quarto do seu Governo, para botar uma balança para pesar o lixo. Só a diferença que o senhor poderia ter economizado, se tivesse colocado rapidamente essa balança, de R$1,3 milhão para R$300 mil, daria uma economia de R$1 milhão por mês.

O senhor pediu já na Justiça a devolução desses R$12 milhões à Delta? Já entrou para devolver esse dinheiro? É importante. Tenho certeza de que V. Exª pode ter tomado essas iniciativas, mas, para a opinião pública e o eleitor do DF acompanhar, eu acho que era importante o senhor colocar.

Eu trago também, Governador, uma denúncia que eu recebi no meu gabinete, eu vou entregar ao Relator: um prédio situado na Vicente Pires, na Rua 4A, Travessa 3, que são indicativos na denúncia, é uma denuncia que deve ser apurada em detalhes... Um dos imóveis comerciais desse prédio, esse prédio seria inteiro do filho do Sr. Cláudio Monteiro, construído da Vicente Pires. Talvez a Secretaria de Transparência possa apurar se esse filho com 20 e poucos anos de idade tinha estrutura financeira para essa obra. Vou encaminhar ao Sr. Relator essas fotos. Alguém fez a denúncia fez ligações à loja vendida e informou o nome do filho do Sr. Cláudio Monteiro como a pessoa que está vendendo os imóveis nesse prédio. Então vou passar ao Relator e vou encaminhar também à Secretaria de Transparência.

Não tem o nome do senhor nessa denúncia e o senhor, como Governador...

O SR. AGNELO QUEIROZ – É filho do Governador?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mantenha... Por favor.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Filho do Sr. Cláudio Monteiro, o senhor pode, como ex-chefe tomar uma providencia, porque era na época em que ele era o seu chefe de gabinete.

Governador, também o senhor – e o Líder Vaccarezza nos permitiu –, eu quero perguntar algumas coisas em relação à Anvisa. O Líder Vaccarezza nos permitiu fazer essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quatorze. O artigo é 14 e oportunamente será dado.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Eu acho que chegou – um requerimento aprovado por mim –, nós tivemos acesso às duas sindicâncias da Anvisa, em que o senhor divulgou publicamente, está aqui o seu assessor de imprensa que bem divulga as notícias, que o senhor foi inocentado na sindicância da União Química Farmacêutica Nacional e da Saúde em Porte, que é do Sr. Glauco, que foi um dos vendedores da casa onde o senhor reside hoje. Eu queria destacar dois pontos nesses dois resultados das sindicâncias. O primeiro, nas duas, Governador, em que o senhor foi inocentado, é que não teria como prever que o corpo técnico cometeu irregularidades graves. Sumiram os documentos com a sua assinatura. O senhor já leu os resultados dessas sindicâncias?

O diretor-supervisor do Ggimp... Os documentos que encaminhava para o local de publicação sumiram. Esse é o motivo que levou o corregedor a Anvisa a abrir processo administrativo disciplinar com pena de demissão em desfavor da Srª Marília Coelho Cunha, da Srª Eulina Raquel Jareski de Aragão, o Sr. Jean Clay de Oliveira, o Sr. Antonio Massaru Kakida e a Srª Joana Darc Carballo Freijo. A Srª Joana Darc é doadora da sua campanha e o Sr. Jean Clay também é doador da sua campanha.

O segundo, Governador, refere-se à União Química. Trata-se da mesma coisa. Aqui eu vou ler parte do depoimento do Sr. Domingos Sávio da Silva, funcionário de carreira, que era seu subordinado.

Ele constatou que, na empresa União Química, em que houve aquela confusão toda, com suposto pagamento de corrupção – falo suposto, porque acho que cabe ao senhor fazer a sua defesa, e nós temos que respeitá-lo –, não tinha sido feita... ele avisou que não tinha sido feita a inspeção em 2006, no final de 2006. Daí vem 2007. Que a Anvisa São Paulo não havia respondido ofício da área para fazer nova agenda, em 2008, janeiro de 2008; que o Sr. Kakida o pressionou para incluir a certificação da empresa no memorando

e que diretamente foi pressionado pela Srª Marília, que era adjunta do diretor da Anvisa, a fazer essa inclusão. E a Srª Marília hoje está no GDF, nomeada no Governo do Distrito Federal.

Esse Sr. Domingos Sávio foi o motivo de determinação também nesse caso da falta de documentação assinada por V. Exª. Aqui no bojo diz que foi uma mudança que a Anvisa fez; que sumiram. Mas sumiram só esses documentos que tinham o encaminhamento do senhor para a Anvisa.

E o corregedor decide instaurar processo administrativo disciplinar em desfavor de Domingos Sávio, que fez a denúncia e que foi pressionado; de Antonio Massaru Kakida, que também já foi na outra; de Marília Coelho Cunha, que está no GDF e que também foi denunciada; e de Joana Darc Carballo, de que eu já falei e que é outra funcionária também em relação à União Química.

O pior, Governador Agnelo, é que, na mesma decisão do corregedor, ele anula e manda fazer de novo a certidão de boas práticas de quatro multinacionais, porque também desapareceram na Anvisa os mesmos documentos que o senhor encaminhava para a Anvisa. E olhe aqui: Novartis, Bangladesh; segunda empresa: Marjan Indústria e Comércio; terceira empresa: JP Indústria Farmacêutica; e quarta empresa: Hemafarma Indústria e Comércio. Foram anulados pela Anvisa, e determinou-se que se faça um novo.

Pelo adiantado da hora, faço a última pergunta, Sr. Relator, permitindo-me como autor.

Eu gostaria também de encaminhar, Sr. Relator, a quebra do meu sigilo. Dois sargentos da Casa Militar eu queria pedir que o senhor determinasse que a Secretaria de Transparência, que a Casa Militar apurasse.

Eu encaminhei ao Relator agora o relatório do Ministro da Justiça, que é do seu Partido, informando que dois sargentos da Casa Militar, usando suas senhas pessoais, com endereço de IP das máquinas de dentro do Palácio do Buriti, onde fica a Casa Militar, quebraram meu sigilo de dados pessoais no dia seguinte em que fiz a denúncia contra V. Exª ao Procurador-Geral da República sobre lavagem de dinheiro.

Seguindo o processo democrático nesta Casa – o senhor foi aqui Deputado –, não consta em nenhum lugar que quem faz denúncias, acusações e fiscaliza a Presidente Dilma Rousseff permite que o Ministro da Justiça, como o seu Chefe da Casa Militar, dê uma entrevista dizendo que ele determinou a quebra de sigilo.

Eu acho que esse Chefe da Casa Militar, Governador, tem que ser demitido. Não é possível ele quebrar o sigilo de um Deputado – e o senhor disse que também foi violado em seus registros – e o senhor, como Governador, não tomar uma atitude dura. Eu peço que o senhor tome uma atitude. O meu sigilo foi quebrado dentro da Casa Militar.

Eu vou encaminhar – fecho aqui as perguntas, porque o Relator fez essa pergunta – toda uma sequência, Governador, de conversas entre o Sr. Dadá e o Sr. Thomé, dizendo que o Cachoeira ia entregar a quebra do meu sigilo dentro do Palácio do Buriti. E o senhor falou que, nesse dia, o Sr. Cláudio Abreu foi recebido, junto com o Dadá, pelo Sr. Cláudio Monteiro, chefe de gabinete. Queria que o senhor apurasse isso também, Sr. Governador. É uma sequência de conversas. O sigilo das minhas mensagens e de *e-mails* com jornalistas que fiscalizavam o GDF dentro do processo democrático foi violado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – São conversas que foram usadas pela mídia para cometer irregularidades que viraram processos criminais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Peço mais um minuto para encerrar, como autor do requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou dar a concessão de mais um minuto a V. Exª, como vou dar a todos.

Por favor, mais um minuto e só.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já dei três minutos, vou dar mais. Vou dar para todos.

Mais um minuto.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) **–** Governador, e a última. Vou encaminhar todas essas conversas. Giovani, contador do Cachoeira, pagou o grampo. Está aqui nas gravações. A Delta, o fixo da Delta em Brasília recebeu do Rio de Janeiro, do Sr. Tomé, no fixo da Delta, o meu grampo clandestino, e sete, oito conversas repassam as mensagens, e o Sr. Claudio Abreu, o Sr. Cláudio Monteiro com o Marcelão levam dentro do Palácio do Buriti, e dizem: "Estou subindo no 2º andar, entregar. Já estou aqui". O Marcelão: "Estou chegando, me aguarde". E eles conversam o dia inteiro.

Com certeza, são citações do seu nome; em nenhuma, tem a sua voz, mas é importante aqui o senhor deixar registrado quais as ações que o senhor vai tomar.

Praticamente, Governador, poderia ter colaborado. O senhor tem a grande maioria na Câmara Distrital do DF. Por que o senhor não deixou a CPI do Grampo prosperar, mesmo o senhor podendo ter vários membros aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O seu tempo está encerrado, Deputado Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – ...teria milhares de...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Filipe Pereira.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Ele não vai responder para mim?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpa. Com a palavra a testemunha, para responder as perguntas do Deputado Francischini.

Depois, o Deputado Filipe Pereira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o art. 14, já está anotado aqui.

A testemunha com a palavra.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Deputado Francischini, agradeço pelas suas indagações. Com relação ao contrato da Delta, V. Exª se refere a um aditivo em maio, que foi cancelado, ele não prosperou, e o aditivo que de fato teve foi com base nesses parâmetros que entreguei ao nosso Presidente, com relação ao dossiê do dissídio coletivo, que tem as bases no Tribunal de Contas do Distrito Federal, que tem as bases do reajuste, e esse reajuste se remete para justamente a correção do imposto, do salário mínimo, porque um fato é real. O lixo aqui, no Distrito Federal, é um dos mais baratos do Brasil. A tonelada aqui é R$49,00 e é 40% mais barata do que a média nacional. Para o senhor ter uma ideia, é três vezes mais barata do que em Curitiba, por exemplo. E essa defasagem tem uma explicação também, porque, quando a Delta ganhou na Justiça, e eu relatei isso aqui, em 9 de dezembro de 2010, pela lei, ela aplica os preços da licitação – então, ela entra com uma defasagem, o que é verdade – em 2008. Então, são preços de 2008.

Então, quando chega na época do dissídio, com relação ao salário mínimo, há uma defasagem substancial para os trabalhadores que não tiveram correção esse período todo do salário mínimo, que a grande maioria é salário mínimo. Então, por isso que V. Exª, quando se refere que teve em média em torno de 17, 18% de reajuste, de fato tem esse reajuste. E que continua sendo, mesmo com o reajuste, um preço que considero razoável para o Distrito Federal, porque está pagando um preço e que permite também que eles paguem os trabalhadores, porque não teria sentido nenhum exigir que não tivesse condições de pagar.

Quanto à questão do tempo da instalação da balança, infelizmente, V. Exª conhece bem os processos licitatórios de fazer edital. Aqui tem governadores, o Cássio está aqui, e tantos outros que foram governadores, o Alvaro Dias e tantos, e sabem que isso tem que ser obedecido rigorosamente. Edital, projeto básico, tem que ter os prazos, essa coisa toda. Infelizmente, ainda teve uma pequena entrega do fornecedor, mas o fundamental foi o processo que foi disparado já no meio do ano e nós só conseguimos instalar em dezembro e teve essa queda grande do pagamento.

Então, quero dizer isso porque, se os órgãos de fiscalização que estão aí de posse das medidas que tomamos – acompanhou, porque mandamos esses processos todos para a auditoria para Tribunal de Contas e Ministério Público. Acionar a recuperação desses recursos será muito bem vinda se provam essa causa justa para o Governo do Distrito Federal. O atraso foi por isso, mas estamos colocando outras duas balanças e isso dará um maior rigor na fiscalização não só da Delta, repito, mas das empresas que prestam serviços de lixo no Distrito Federal.

Com relação ao prédio da Vicente Pires, vamos ver. O filho do Cláudio Monteiro não é servidor, nós não temos essa atribuição. Acho que deve ser investigado pelos órgãos competentes se tiver algum tipo de irregularidade.

Com relação à Anvisa, eu quero dizer para V. Exª que o que foi investigado pela Anvisa, das denúncias que foram feitas, o próprio certificado mostra isso, que não tem nenhum envolvimento meu aqui.

Com relação a processos internos da Anvisa que V. Exª relata, é evidente que não tenho como responder a isso aqui. Eu tenho uma confiança muito grande nos servidores da Anvisa. São servidores muito qualificados, de carreira. Por isso, se houver alguma perda de documento, qualquer falha, pode ter certeza de que será instaurado processo, como V. Exª mesmo relatou. Pode saber, porque a Anvisa tem um grau de rigor absurdo, correto do ponto de vista do interesse público. Então eu não posso entrar nesse tipo de detalhe. Se eu... Na parte técnica, se uma inspeção foi feita ou não foi feita, tem que ter uma justificativa técnica também. Nesse aspecto também confio, existe inclusive resolução da Anvisa de renovação automática de certificado de boas práticas. Tem que ver se é o caso ou se não é o caso. Não posso falar sem saber qual é o caso.

Objetivamente têm regras, resoluções. Nenhum Diretor da Anvisa e nem o Presidente da Anvisa conseguem, monocraticamente, um atestado de boas práticas ou um registro. Eu asseguro isso aqui, publicamente. Dois anos que eu passei lá, processo, visita... Quem faz a visita, a inspeção é o Estado. A Anvisa certifica. A Anvisa faz inspeção internacional. Quem faz é o Estado, não é aqui. Não é o Diretor da Anvisa que faz inspeção e depois dá o certificado de boas práticas. É o Estado, é a Visa do Estado, que é independente, subordinada ao governo estadual, não ao Governo

Federal e não à Anvisa nacional, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Portanto, eu me reservo para procurar pelo menos saber qual é o caso, para não dar uma opinião precipitada sem saber se se aplica ou não uma resolução da Anvisa.

A Marília não está nomeada no Governo do Distrito Federal. É a informação que eu recebo. E é evidente que todas as minhas contas da Anvisa estão aprovadas pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente, só corrigir mesmo. Ela está designada para coordenar a fiscalização e o controle de produtos sujeitos à fiscalização sanitária. É a mesma função que ela fazia...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha está respondendo, por favor.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sim, ela não está... Se ela vier a participar é porque é uma servidora competente e capaz. Não tenho dúvida nenhuma. Sei que processos foram abertos, inclusive que citaram o nome dela. Não sei se é precisamente esse a que está se referindo, porque não posso saber detalhes de processo. Ela já foi inclusive absolvida disso, não tem nada a ver com ela. Muito provavelmente é esse caso. Então, qualquer dúvida, o senhor pode ter certeza, Sr. Deputado, de que a Anvisa vai fazer a investigação. Essa Agência foi classificada recentemente em um grau de confiabilidade que as inspeções feitas no Brasil, as empresas do Brasil serão credenciadas lá fora, sem precisar de inspeção internacional do país de origem. Só o FDA tem isso, talvez a EMA, que é uma agência da União Europeia. Então é uma Agência respeitadíssima. Inclusive dei uma importante colaboração a isso, porque na minha gestão na Anvisa nós agilizamos esse processo, mudamos toda a demanda reprimida que existia nas inspeções, que demorava até dois anos para dar... Eu reduzi isso para 45 dias. E a gerente de inspeção era a Srª Marília, tirando esse negócio de demandas reprimidas, mudando toda a legislação de inspeção, incluindo o Distrito Federal no âmbito dos países do PIC. Enfim, a Agência deu um grande salto nesses últimos anos e deu uma pequena, modesta colaboração do período em que eu fui um diretor da Agência e não presidente da Agência. Algumas matérias maldosas referiam que eu era presidente da Agência e, por isso, tinha feito isso e aquilo. Então, quero aproveitar esta oportunidade para fazer também essa correção.

De fato, confirma isso com documento da ata de deliberação que a Marília foi absolvida nessa investigação a que V. Exª se refere.

Posso entregar isso para o Presidente, que é a ata dessa apuração.

Quebra de sigilo. Evidente que eu repilo, com a mesma veemência, que jamais vou permitir, em qualquer circunstância, que isso possa acontecer. Quero dizer a V. Exª que, no caso da Infoseg, não se caracteriza quebra de sigilo. É acesso a informações que relaciona a segurança pública por órgãos devidamente habilitados. No caso, a Casa Militar tem habilitação. Não possui dados sigilosos, apenas dados de caráter público.

O SR. FRANCISCO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Tem um decreto do Ministro da Justiça, Governador, dizendo que é crime de...

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – Sem interromper a testemunha, Sr. Deputado. Por favor. Pela segunda vez eu estou...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não estão protegidas... Portaria 2.344, de 24 de março de 2011, que não estão protegidas pelo sigilo fiscal as informações cadastrais do sujeito passivo, assim entendidas as que permitam sua identificação e individualização, tais como nome, nascimento, endereço, filiação, qualificação, composição societária; cadastrais, relativas a regularidade fiscal do sujeito passivo, desde que não revelem valores de débitos ou créditos; agregadas, que não identificam o sujeito passivo; e quarta e última, prevista no § 3º do art. 198 da Lei nº 5.172, de 1966.

Então, quero dizer para V. Exª que a Casa Militar jamais, em hipótese alguma, vai colaborar, fazer qualquer tipo de ação coma relação à quebra de sigilo, em absoluto, porque não é essa a função. A Casa Militar tem a função de proteção e segurança institucional, legal, de proteção do governador e de seus familiares. Isso não ocorre só aqui, mas ocorre no Paraná. Em qualquer lugar tem essa função. Caso alguma ação ponha em risco a integridade do governador e de sua família, a ação da polícia é imperiosa. Portanto, jamais podemos caracterizar isso como quebra de sigilo. Jamais permitirei. Com a denúncia, que é séria e envolve o Distrito Federal, farei a investigação.

Com relação à CPI na Câmara Legislativa, é uma posição da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que respeito e sei que tem seus motivos para tomar suas decisões. É um Poder independente e tem sua autonomia, mas o Distrito Federal, o Governo do Distrito Federal, o Executivo instalou uma comissão de investigação, vai a fundo, não medirá esforços para conseguir garantir a fiscalização com relação a essas denúncias.

Então, essa é a minha posição. Agradeço as suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar para o segundo autor do requerimento, no uso da competência do art. 14, o Deputado Cândido Vaccarezza tem a palavra, por cinco minutos.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quer agradecer a V. Exª por ter me colocado agora para falar. Quero dizer que fui citado e não considero nenhuma ofensa de quem me citou, mas, como é um direito meu, vou falar. Não vou também fugir do tema do que trata o art. 14.

O meu entendimento é que cada Deputado ou cada Senador pode fazer a pergunta que melhor lhe aprouver. Por isso é que fiz a contradita da questão de ordem. Ontem mesmo, chegaram as minhas mãos três questões sobre o Governador Perillo, que ele estaria respondendo processos, três processos diferentes, eu não considerei importante colocar isso no caso, porque não estávamos em debate. Como chegou também que lá em Goiás houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e que esta CPI do Cachoeira não ouviu ninguém ligado ao Cachoeira, somente prefeitos e pessoas que não tinham nenhuma relação com o jogo do bicho ou o jogo, mas não fazia parte da nossa investigação, e eu não ia tratar disso. Mas o Senador Randolfe e outros Senadores e Deputados apresentaram, para o relator...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Presidente, mesmo com esse barulho, eu vou falar, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – Fale mais alto, para que seu som possa ecoar mais forte.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – O Senador Randolfe, o Deputado Miro encabeçaram um requerimento, de que sou signatário, pedindo ao relator para incorporar amanhã, nos seus pedidos de quebra de sigilo, a quebra de sigilo do Governador Agnelo e a quebra de sigilo do Governador Perillo, mesmo que o Governador Agnelo, politicamente, já tinha dito que abriu o sigilo. Nós temos que ter cuidado com manobras que, ao Governador, em termos, dar por termos a sua quebra de sigilo, seria desnecessário nós votarmos, e isso ser uma manobra para proteger outras votações. Quem for contra a quebra de sigilo do Governador Perillo tem que votar amanhã, e quem for contra a quebra do sigilo do Governador Agnelo tem que votar amanhã. O Governador Agnelo já deu, inclusive, por termos escritos. Então, não precisa ele dar os termos que a CPI exige, porque nós vamos votar amanhã. E há o compromisso político de todos que apóiam e defendem o Governador Agnelo para que seja quebrado o sigilo. Se algum Senador ou Deputado quiser que seja de 10 anos, nós não temos nenhum problema com isso, mas amanhã vamos votar o sigilo dos dois.

Então, acho melhor nós deixarmos essa discussão para amanhã, do que já resolver o problema agora do Governador Agnelo, que já se dispôs – de forma democrática, transparente e firme, como aqui se mostrou – a colocar seu sigilo à disposição da CPI. Então, nós decidiríamos amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – Essa matéria é para amanhã, Deputado Vaccarezza, por favor.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Exatamente. Então, eu quero pedir a V. Exª que não resolva isso hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade. E colabore comigo.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Para encerrar – eu ainda tenho 1 min. e 14 seg., mas não vou usar –, só quero dizer o seguinte: o Senador Randolfe me informou aqui agora que existe uma grande campanha talvez pontuando o *Twitter*, pedindo para o Governador Perillo abrir o seu sigilo, como fez o Governador Agnelo, a quem parabenizo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Filipe Pereira, como autor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Art. 14, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – A seu tempo. A seu tempo.

Deputado Filipe Pereira com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Estou querendo lhe ajudar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – A seu tempo. A seu tempo!

Deputado Filipe Pereira com a palavra.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, eu peço um pouquinho de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, assim como eu fiz ontem, eu quero aqui até declarar que, se formos comparar com programas de plateia, eu acho que o Governador Agnelo hoje conseguiu mais palmas do que o Governador Perillo ontem. Eu acho que essa plateia que chegou aqui hoje, que foi devido à proximidade, é porque estamos na Capital, e a territorialidade tem essa questão.

Mas, Sr. Presidente, mais uma questão que eu queria colocar antes de começar minhas perguntas ao Governador Agnelo: eu quero pedir a concordância deste Plenário e destes meus Pares para que seja talvez retirada, temporariamente, a expressão "republicana" dos discursos feitos nesta CPI e pelos membros que foram convocados a estar nesta CPI, porque conversas republicanas, Sr. Presidente, não são admitidas serem interpretadas como conversas de contraventor, e o

Senador Demóstenes Torres afirmou, em entrevistas passadas, que a relação dele com o Sr. Carlos Augusto Ramos era uma relação republicana.

Então, eu peço, Sr. Presidente, a concordância deste Plenário para que nós possamos excluir do nosso vocabulário, pelo menos neste momento, que esse tipo de conversas fossem republicanas, porque nós estamos deixando aqui, vergonhosamente, o brasileiro humilhado, porque nós somos republicanos por sermos brasileiros e por defendermos o nosso País. Essas conversas não são republicanas.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Se existem conversas republicanas, pressupõe que existam conversas não republicanas.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Com certeza, Deputado Vaz. Com certeza, com certeza.

Eu só queria deixar esse meu pedido aqui, Sr. Presidente.

Dirijo-me agora ao Governador Agnelo.

Nós tivemos acesso, Sr. Governador, ao Relatório da Secretaria de Transparência do seu Governo, que foi feito em relação a três empresas que tinham contrato na prestação de lixo. No relatório constam três; o senhor nos falou aqui que seriam duas: a Delta e mais uma. Não sei quais são os dados certos, se são três ou duas. Porém, Sr. Governador, nesse relatório, foi apontado muito mais irregularidade nas duas empresas do que Delta e apenas a Delta foi penalizada.

Eu gostaria de perguntar ao senhor por qual motivo não foram tomadas medidas contra essas outras duas empresas?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Muito obrigado, Deputado Filipe Pereira.

É muito boa sua pergunta. A providência que nós tomamos foi com relação a todas as empresas, inclusive, caiu o contrato de varrição de uma dessas empresas.

Então para esclarecer, aqui, no Distrito Federal, é dividido em três áreas, por isso que uma empresa tem lotes e uma segunda empresa tem um lote. Por isso, que há duas empresas. Neste momento, agora, está a Delta. A Secretaria de Transparência tomou essas medidas...

A apuração não foi contra a Delta. Eu deixei isso bem claro aqui, porque nós não tínhamos nenhum motivo para fazer um destaque especial de uma empresa; a atitude foi atitude de governo, de gestão, de cuidar do Erário e cuidar de um contato. Essa área, como era muito problemática... Eu até citei outra aqui, como a questão do transporte, até para não ficar isolado isso como se fosse uma atitude isolada. Nós fizemos isso com todas as empresas e apertamos todas as empresas, inclusive desclassificamos uma, que não foi a Delta, no contrato de varrição.

Então, não tem uma exclusividade, em absoluto, com relação a essa empresa, o que não seria justo, não seria, em absoluto, justo isso.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Perfeito, mas das três empresas, a Delta era a que menos tinha irregularidade. Todas duas tinham mais irregularidades do que a Delta. Portanto, a Delta foi a única punida, talvez por causa do indício de irregularidade em outros Estados, talvez. Pode ser.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) –. Mas não foram todas punidas.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não época não tinha indício nenhum contra a Delta.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O Relatório da Secretaria de Transparência deu indício de irregularidades nos três contratos.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sim, só estou dando uma "situada", Deputado Filipe Pereira.

Quando foi feita a apuração, não tinha nenhum indício contra a Delta. Nós queríamos auditar aquele contrato e colocá-lo em funcionamento. Apontamos todas as falhas e irregularidades de todas as empresas e fomos para cima de todas e exigimos o cumprimento. Não teve uma punição inicial, não teve uma punição inicial; nós exigimos o cumprimento, inclusive, dotamos o Distrito Federal de condições para fazer essa gestão de fiscalização e também a balança, porque, senão, não posso cobrar isso da empresa. Tenho que fazer a minha parte; e isso foi feito.

As empresas também, todas as empresas, ou cumprem o contrato, ou serão punidas, porque aí não tem outro termo.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Governador, uma pergunta para o senhor: – acho que ela é pertinente; ontem na presença do nosso Governador Perillo, na Comissão, ele nos informou que a Delta mantinha apenas 4% do montante de contratos no seu governo, e o senhor alega aqui também que a Delta tem apenas contrato nessa questão da coleta de lixo.

Eu faço uma pergunta: Na avaliação do senhor, cabe essa perseguição tão pesada em cima de uma única empresa, visto o pouco volume que ela tem de contratos nesses dois Estados ou será que nós da CPI devemos pedir a quebra de sigilo também de todos os contratos de prestação de serviço do Estado de Goiás e do Distrito Federal?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sua indagação: se fosse uma ação individual em uma empresa, de fato, não teria procedência. Concordo contigo.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – É porque, na verdade, Governador, a minha pergunta, só para explicar...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Hã...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – A minha pergunta é em que sentido? Por favor, peço silêncio na Comissão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – A minha pergunta é em que sentido, Governador?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, vamos respeitar a posição do autor do requerimento, que questiona a testemunha.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Por todo o levantamento que foi feito em relação às ramificações do Sr. Carlos Cachoeira com a empresa Delta, parece-me pouco provável que seja apenas a Delta que faça parte desse esquema, porque o montante, o volume movimentado pela quadrilha, assim colocado: pela suposta quadrilha do Sr. Carlos Cachoeira transcende, com certeza, apenas esse volume mínimo de contratos que a Delta detém nos Estados. Por isso essa minha colocação para V. Exª.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Olha, no caso do Distrito Federal, é apenas essa área. Então, não tem nem como especular sobre outros contratos, porque foi a questão só do contrato do lixo. O procedimento que adotamos com a empresa Delta, nós fizemos também com as outras empresas. E até a denúncia da Polícia Federal, nós não tínhamos nenhum conhecimento sobre a ligação de Cachoeira e Delta.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Perfeito.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nós não tínhamos nenhum conhecimento, por isso que não há punição individual. Aí você pergunta: por que a Delta está saindo, então, do Distrito Federal? Aí é outra coisa. Decisão judicial, depois, comprovou que o documento apresentado na licitação era falso.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Perfeito.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Por isso que ela está sendo... por causa disso, ela está saindo aqui.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Perfeito, Governador.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Mas outra empresa não apresentou documento falso.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Vou-lhe fazer outra pergunta: o senhor tem qual relação com o Sr. Jamil Suaiden, que vendeu a casa onde o senhor mora hoje e acabou, pelo que consta em relatos, ficando, tornando-se milionário durante o seu Governo agora?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não tem relação nenhuma comigo. Eu não comprei casa na mão dele. Ele é dono de uma empresa, é um empresário do Distrito Federal, da FJ Produções, recebo essa informação aqui agora, e essa empresa não tem nenhum contrato com o Distrito Federal.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Ele presta serviços para o GDF, sim, Sr. Governador.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Oi? É para o GDF, sim, senhor.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não. Para o Distrito Federal, não.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – A informação que nós temos é de que presta para o Distrito Federal.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Vou passar então aqui...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Para o GDF inclusive.

O SR. AGNELO QUEIROZ – ...às mãos do Presidente a consulta à base de dados disponível no modo Sistema Integrado de Administração Contábil – Siac, Sistema Integrado de Gestão Governamental – Siggo 2012, acesso 11h45, do dia 11 de junho de 2012. Verificamos que não há registro de contrato vigente junto ao credor FJ Produções Ltda., CNPJ número tal, Brasília, 11 de junho de 2012. Vou passar ao Presidente, porque não tem nenhum contrato com o Governo do Distrito Federal.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Esse relatório também pega as subcontratações do Governo do Distrito Federal?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Contratação? Não tem nenhuma contratação dessa empresa.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – OK. Mais uma pergunta, Sr. Governador: o senhor pode nos informar quem foi que indicou o Presidente da Terracap?

O SR. AGNELO QUEIROZ – O atual Presidente fui eu.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Foi o senhor? Teve alguma influência do seu advogado particular, o Dr. Alcoforado?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu que indiquei o Lins, atual Presidente da Terracap, que é um profissional...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Dr. Antônio Lins.

O SR. AGNELO QUEIROZ – ...de altíssimo nível. É pós-doutor, com experiência de auditor no Tribunal de Contas, advogado, ambientalista, um grande quadro da cidade. Eu o indiquei. Ele tem pós-doutorado na Inglaterra.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Senadora Vanessa Grazziotin, eu sei, eu sei...

Sr. Presidente, eu acho que eu tenho tempo. Assim como o Deputado Francischini utilizou cinco minutos a mais, eu também posso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza. Use o seu excesso.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Eu só quero informar à Senadora Vanessa Grazziotin que eu estou vendo que o advogado se encontra aqui e por isso mesmo eu o citei, porque há fortes indícios de que a indicação tenha sido dele, a do Dr. Antônio Lins, Presidente da Terracap.

Sr. Presidente, apenas mais uma colocação para o nosso Governador. Na verdade, quando a gente está investigando aqui a relação do Sr. Carlos Cachoeira, é muito interessante como o nosso Governador tem um sistema, uma assessoria de inteligência em seu governo que, pelo relato da Polícia Federal, tinha forte indício de arapongagem. Será que essa arapongagem, já que o nosso Governador disse que não tinha conhecimento das ações do Sr. Carlos Cachoeira, será que essa arapongagem também não serviu para mostrar para ele da relação que o Sr. Carlos Cachoeira tinha com membros do primeiro escalão do seu governo?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Justamente porque não há arapongagem, eu não poderia saber antes. E nem tinha inteligência para saber antes da ligação do Sr. Carlos Cachoeira com a Delta; só ficamos sabendo agora, depois da revelação do Polícia Federal. Então não há ligação nenhuma com secretário nenhum do governo, com o Governador. Seria pouco crível esperar que pudéssemos detectar uma coisa desta, de uma articulação de organizações com interesses que não são lícitos, que a gente pudesse detectar isso. Infelizmente, não detectamos.

O SR. FELIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, só mais uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A última, Felipe Pereira, porque seu tempo já está encerrado.

O SR. FELIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para alertar o nosso excelentíssimo Governador, que colocou aqui que os responsáveis pela arapongagem botassem suas barbas de molho. Eu acho que ele é o único barbudo nesta reunião, então, para tomar cuidado com as expressões que se usam porque barba de molho é perigoso. E o Dr. Rosinha não está na reunião de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos nós temos que tomar cuidado com as nossas expressões.

Maurício Quintella Lessa é o próximo orador.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pelo art. 14. Anote mais um aí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Artigo 14, não cabe à senhora mais, porque vou pela ordem de precedência. Vou dar a palavra, depois do Maurício Quintella Lessa, ao Senador Randolfe Rodrigues.

Maurício Quintella Lessa, com a palavra.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, poderia repor o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já repus.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, Senador...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – No art. 14, inciso 10, alínea *a*.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, V. Exª, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – O que reza o Regimento Interno em termos de uso da palavra no Capítulo V e no seu tão recorrido art. 14 é o direito de algum Parlamentar que se sinta ofendido, ou citado possa, citado, usar da palavra para suas explicações pessoais. O que se percebe, Sr. Presidente, é como se não bastasse a visível maioria que a Bancada da Situação, do Governo, possui nesta Comissão, e tenho profundo apreço pessoal, carinho, pelo Senador Randolfe, pelo Deputado Miro, pelo Deputado Vaccarezza, mas não podemos permitir que num jogo de combinação revelado aqui de forma explícita, à luz do dia para que todo mundo visse, Parlamentares – escute-me, por gentileza – simplesmente combinem uma citação de nome, sem qualquer referência, para, numa interpretação absolutamente forçada do art. 14, se retire da Oposição, da Minoria, a possibilidade de eventualmente fazer uso da palavra quando de fato for necessário o debate no contraditório. Nós estamos na Casa do contraditório. Do contrário, Sr. Presidente, o que se está fazendo, veja V. Exª, a questão de ordem que levanto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou garantir a palavra a V. Exª. V. Exª está com a palavra. Senhores, por favor!

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – A questão de ordem que levanto diz respeito à interpretação do Regimento no que diz respeito ao espírito de utilização do art. 14: é quando ocorrem citações que possam ser desairosas, que precisem de esclarecimento. A simples menção do nome de um Parlamentar, é óbvio, não pode ser utilizada pelo art. 14. Do contrário,

vamos simplesmente desmerecer o nosso Regimento para fazer este trabalho.

Portanto, para concluir, com todo o respeito aqui renovado por mim, o simples fato de o nome do Senador Randolfe ter sido citado, mencionou-se o nome de Randolfe como podia ser mencionado o nome de Maria, de Joaquim ou de José. Não pode permitir que o art. 14 seja utilizado nessas circunstâncias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para contraditar a questão de ordem do Senador Cássio, o Deputado Miro Teixeira. E nós vamos decidir a questão de ordem para dar seguimento à reunião.

Por favor, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, na reunião de ontem, eu citei o nome de um Senador para apoiar o que ele disse, para ir ao encontro do que ele disse, para ajudar a denunciar essa malha de arapongagem, privada, Governador Agnelo, que se organizou no Brasil, e à medida que a gente avança, vai descobrindo que é maior essa malha.

Nós estamos diante de um fato muito grave. Isso que está se passando é muito grave. E quando chegar a hora de eu me referir a V. Exª é disso, basicamente, que eu vou falar. E ontem, eu fui surpreendido porque depois de citar o Senador, favoravelmente, agradecendo até a referência que ele fez a dois nomes, em cujas casas foram encontradas mídias gravadas por esse esquema privado, essa arapongagem privada, de repente, de repente, o Senador pediu a palavra pelo art. 14 e V. Exª deferiu. E eu me insurgi quando V. Exª me cassou a palavra. E eu lhe digo, microfone existe realmente para nós falarmos baixo, mas ele não é tão necessário assim quando nos socorre a razão.

Eu senti a indignação que talvez agora o Senador Cássio Cunha Lima tenha expressado. Eu senti ontem. Mas ontem isso não serviu. Já que não serviu e já que disseram que é assim, eu estou usando assim e vou pedir pelo art. 14 sempre que for referido.

Acho um equívoco bastante grave, mas é a forma gramatical da interpretação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa é a minha decisão e eu vou pedir...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...do Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa é a minha decisão, lamentando ao Senador Cássio a forma gramatical equivocada do nosso Regimento e não só essa, Senador Cássio.

Hoje eu estava pela manhã me lembrando de que nós temos aqui, na condução do art. 89, do Regimento Comum, que é a condução dos trabalhos desta Presidência, três Regimentos, o Regimento Comum, o Regimento do Senado e o Regimento da Câmara e todos os três Regimentos deixam equívocos gramaticais, vazios que muitas vezes têm que ser preenchidos aqui no improviso para que a condução possa ser, de forma sistemática, mais objetiva.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu agradeço o aparte de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acho que V. Exª, no espírito da sua questão de ordem, está bem feito.

Miro, tem razão V. Exª.

Sigamos com a palavra, Deputado Maurício Quintella...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Agradeço o aparte de V. Exª e peço que V. Exª reconheça o direito do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza, vai ser reconhecido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A quem aliás eu aproveito para pedir metade do tempo porque também fui referido pelo Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa, com a palavra, pela ordem.

Vamos retomar os nossos trabalhos, nós temos que produzir.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós temos que produzir.

Vanessa com a palavra, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Eu serei breve, Sr. Presidente, e acho que nós poderíamos, todos nós, aproveitar esta oportunidade do debate acerca do art. 14, para mudar os procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Eu concordo com tudo que o Senador Cássio falou, com exceção de uma coisa: o Senador quis aqui dizer que nós a Maioria ou V. Exª estaria usando o art. 14 para dar oportunidade aos partidos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É aproveitar só o vazio, é só aproveitar o vazio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não é verdade. Eu utilizaria o exemplo do Senador Alvaro, que foi citado elogiosamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ontem mesmo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Elogiosamente, Senador Alvaro, e V. Exª ganhou o art. 14. Assim o Deputado...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu quis agradecer o elogio e pedi a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E daqui para frente, Sr. Presidente, acho que se há

confusão no Regimento, se há confusão no Regimento, nós devemos decidir no voto essa confusão. De que forma? Só terá direito ao art. 14 quem recebe...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ofensa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Exatamente, esse é o propósito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Maurício Quintella Lessa, terceiro autor.

Vou restituir o tempo de V. Exª.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Governador Agnelo Queiroz, Srs. Deputados e Srªs Deputadas, a convocação dos Governadores, Presidente, foi extremamente polêmica. Esta Comissão se debruçou aqui, debateu por vários dias se haveria necessidade efetiva da convocação dos governadores naquele momento.

E o depoimento do Governador Perillo ontem, que, sem dúvida nenhuma, conseguiu esclarecer a esta CPI vários pontos que estavam nebulosos – mas outros não; por isso a CPI encaminhará amanhã a possibilidade da sua quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico –; e a presença de V. Exª demonstra hoje que esta CPI estava absolutamente correta.

Governador Agnelo Queiroz, isso aqui, antes de tudo, é uma grande oportunidade para que esta CPI possa, no decorrer da investigação, fazer a separação do joio e do trigo.

Claro que há muitos agentes políticos, vereadores, governadores de estado, parlamentares que se envolveram, que se lambuzaram, tomaram banho na "cachoeira". Outros, sem dúvida nenhuma, são vítimas desse processo. E o depoimento dos governadores e essa oportunidade que a gente tem de esclarecer esses fatos são fundamentais.

V. Exª está sentado nessa cadeira, hoje, desta CPI não porque foi citado pela organização do Cachoeira. V. Exª não é citado em nenhuma oportunidade. Nem uma. Não há nenhum laudo, nenhum vídeo que sugira participação de V. Exª com essa organização.

Alguns membros de seu Governo...

Presidente, por favor.

Alguns membros do Governo de V. Exª, sim. V. Exª inclusive já os afastou.

Os alvos e objetos de interesse da organização, que seria dominar a fiscalização do contrato de lixo da Delta, a regularização da Fazenda Gama e a habilitagem do DFTrans, nem um deles obteve sucesso. Então, isso é um ponto importante para o seu Governo, e V. Exª aqui já esclareceu.

Há também aqui – e eu queria reproduzir, é claro – algumas conversas telefônicas, escutas feitas pela Polícia Federal, em que, obviamente, a organização criminosa demonstra absoluta insatisfação com o Governo de V. Exª.

Sr. Paulo Abreu, no dia 10 de janeiro, com o Sr. Dadá: "E daí, Dadá? Aqui é Paulo Abreu. As esperanças acabaram, então, não é?". Dadá responde: "Não. A Presidência é impossível, né? Porque o cara lá, o tal de Eduardo Brandão já tomou de conta. Nós 'está' tentando", entre aspas, "nós 'está' tentando ver o que a gente consegue aí de uma diretoria." Dadá: "Os caras nomearam só inimigo da Delta. O que esse povo me ajudou até hoje? Ninguém nomeou nem gari."

Logo depois disso, desse evento, o Sr. Demóstenes Torres faz aqui no Senado um discurso pedindo o *impeachment* de V. Exª.

Depois, tem outra, do Dadá novamente, que, além de araponga, passou também a fazer o trabalho de chantagem e de pressão em figuras governamentais. "Para o cara cair, são três ou quatro meses depois do discurso." Marcelão: "Pois é. Falei isso. Nós não é contra a proposta do Governador não. Cê sabe como é que as coisas aqui funcionam." Aí falou: "Porra" – desculpem, mas está aqui – "domingo mesmo teve o negócio do Paulo Tadeu. Estava tudo certo. Paulo Tadeu foi e mudou todo o quadro, entendeu? Então, tá difícil."

Depois tem outra conversa, mais uma apenas, Cachoeira e Jairo Martins. Cachoeira: "Mas eu mandei tomar" naquele canto, "só não vai bater nele", no Agnelo, "até ele apanhar, até ele aprender, virar homem". Jairo Martins: "Aí a *Época* vai bater no Agnelo, tá? São três páginas aí contra o Governo do Distrito Federal." O mesmo *modus operandi* que utilizaram contra a cúpula do Ministério dos Transportes, que também está divulgado em toda a imprensa. Dadá: "Esse mês já foi feito alguns cortes aí, cortaram caminhão nosso, mandando uma porrada de gente embora, vai mandar mais gente embora esse mês, ele acha que outubro vira, hora que virar o contrato. Se tiver dando lucro eu vou voltar, mas agora não tem condições não." Cachoeira: "É ele, Agnelo. Vai se"... "Esse bosta, malandro, pilantra, vagabundo, esse bosta!". "Então libera. Então libera o gordinho, né?". Cachoeira: "Ah, é. Agora ele cai. Você tem que avisar que eles vão apanhar, entendeu? Vão continuar apanhando."

A pergunta que eu faço. Fica claro, obviamente, que, no caso do Governo de V. Exª, a organização criminosa estava absolutamente insatisfeita com os rumos que os negócios da Delta e desses outros alvos de interesse estavam tomando. A pergunta que eu faço: V. Exª foi chantageado pessoalmente ou por intermédio de terceiros?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Deputado Maurício Quintella Lessa, agradeço sua pergunta e recapitular, inclusive, essa cronologia, que é tão elucidadora. Mas não tive nenhuma abordagem, nenhuma chantagem por parte dessa organização. Isso que está aí – e V. Exª relata com muita precisão – não correspondeu a uma ação diretamente comigo. Não teve um contato, um telefonema. As tentativas foram feitas de aproximação com alguma área de Governo, que também não deu nenhum tipo de prosseguimento a isso.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – O senhor teve nesse período, Governador, algum contato pessoal com o Senador Demóstenes Torres? Ele interferiu, de alguma forma, ou pediu, de alguma forma, benefícios ou alguma ação do Governo em relação a beneficiar esses negócios que foram alvo dessa organização?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não interferiu, Deputado Maurício. Não interferiu, nunca me pediu, eu sempre tive uma relação absolutamente cordial com ele, fomos parlamentares aqui, na mesma época aqui, no último mandato meu, de Deputado Federal. E nunca pediu. A degravação mostra, inclusive, que tem uma tentativa, têm diálogos que vão procurá-lo no final de dezembro, antes de tomar posse. Teoricamente, como não teria nenhum problema com empresa, nem com ele, nem com ninguém, isso poderia ter, teria um ambiente para ter acontecido. Mas eu quero dizer aqui, peremptoriamente: nunca me ligou, nunca pediu nada sobre a Delta.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Então, Governador, a quem o senhor atribui – se o senhor puder atribuir, é claro – motivos para que o Senador Demóstenes Torres tivesse pedido o *impeachment* de V. Exª de forma tão incisiva do plenário da tribuna do Senado Federal?

O SR. AGNELO QUEIROZ – O que eu imagino, Deputado Maurício, é fruto desse debate todo que tanto a Comissão de Ética como a CPI têm feito e com as revelações das interceptações telefônicas fartas. Tem muitas orientações, pedidos diretos ao Senador Demóstenes para fazer isso, fazer aquilo. E tem orientação claríssima neste sentido: "Pode mandar bater, libera o Demóstenes".

Então, isso corresponde com ações concretas e com um grau de violência completamente desmedida, caso houvesse uma insatisfação aqui no Distrito Federal, ser solidário a alguém aqui, enfim... Mas as degravações mostram isso. Pior do que isso, mostram que tem gente daqui do submundo do crime do Distrito Federal fornecendo material e dossiês pra ele. O próprio Dadá, num diálogo desse, faz referência a isso, que ele está recebendo dossiê de bandidos, aqui no Distrito Federal. Está lá, não sou eu que estou falando; está na degravação e à disposição de V. Exªs.

Portanto, eu acho que só posso dar essa explicação, porque sequer eu tive algum problema individual com ele, em absoluto. Nunca! Pelo contrário, relatei aqui, na introdução deste depoimento, que a relação era extremamente cordial.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Outro ponto que recai não sobre V. Exª – é claro que ninguém é responsável pelos atos de terceiros –, mas os grampos da Polícia Federal mostram que dois assessores do Cachoeira, em diálogo com o Sr. Cláudio Monteiro, combinam o pagamento de R$20 mil a ele e mais uma mesada de R$5 mil, em troca de uma indicação de um integrante do grupo para a SLU.

Eu pergunto a V. Exª: V. Exª, em algum momento, tomou conhecimento – antes, obviamente, de isso ser exposto na mídia – de que isso poderia estar acontecendo?

Esse integrante foi efetivamente nomeado?

Quais as medidas que V. Exª tomou depois que isso veio à tona?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Eu pediria, Sr. Presidente, meus três minutos também. Só tenho mais uma pergunta.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu sequer, Deputado Maurício, tomei conhecimento disso.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – O Cláudio Monteiro nega, peremptoriamente, que nunca recebeu dinheiro desse grupo. Esse diálogo data de janeiro – esse a que V. Exª se refere –, data de janeiro de 2011. Hoje, com a degravação da Polícia Federal, nós sabemos que esse grupo tentou emplacar um nome para a presidência do SLU. Esse nome chama-se Paulo Abreu.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Esse nome sequer chegou a mim. Sequer chegou a mim! Nem para o Cláudio Monteiro, nem para ninguém. Tanto é que o que eu indiquei, eu indiquei...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – O Paulo Almeida não chegou a ser nomeado?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não chegou a ser nomeado, sequer ser cogitado na esfera de decisão, porque eu indiquei o João Monteiro, Delegado da Polícia Civil e Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

Portanto, não bate a tentativa de cooptação do Cláudio Monteiro, porque sequer a pessoa que foi indicada correspondia à vontade do grupo. Mesmo assim, ele teve uma atitude firme, pediu para sair, para se defender, botou seu sigilo bancário, telefônico, enfim, tomou todas as providências para provar sua inocên-

cia, desvinculando isso da ação de governo. Uma atitude correta. E vai provar, seguramente, a veracidade ou não desses fatos.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Governador, o Sr. Cláudio Monteiro, além de ter sido assessor de V. Exª, também era amigo. Só para ilustrar e constar, é importante, já que vamos ter quebra de sigilo bancário e fiscal: o senhor tomou algum dinheiro emprestado em alguma ocasião, enquanto Governador do Estado, com o Sr. Cláudio Abreu, depositado em conta?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não, não conheço o Cláudio Abreu.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Não, Cláudio Monteiro. Desculpe.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não me lembro. Provavelmente, não, porque, não me lembro, ele é muito meu amigo, se tivesse necessidade, poderia fazer, mas não me lembro nenhuma vez, não.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Foi ventilada também, na imprensa, Governador, foi ventilada, também é polêmica, a história da compra da casa. Obviamente que a casa de V. Exª foi paga com o dinheiro de V. Exª. Qual a renda familiar, se isso for possível colocar agora, de V. Exª, se ela seria compatível com a compra dessa casa e de que forma se deu o pagamento desse imóvel? Seriam minhas últimas perguntas.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu posso disponibilizar; eu posso pegar...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – O senhor poderia, depois, informar à CPI por escrito.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Pois não.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Nós ficaríamos satisfeitos com isso.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Pois não. Não teria dificuldade nenhuma. Faço isso com o maior prazer, porque está tudo documentado, além de estar já na declaração. Com a disponibilidade também do sigilo, isso comprova plenamente. Mas posso adiantar que, basta um ano da minha renda, para poder adquirir isso. Da renda familiar.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Quero agradecer o esclarecimento de V. Exª e dizer que me sinto plenamente satisfeito com as respostas. Vamos... Obviamente, V. Exª já disponibilizou a sua quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico. Vamos debatê-la e verificar a necessidade de quebrá-la oficialmente, amanhã, e não tenho dúvida que essa quebra também servirá para, de uma vez por todas, esclarecer todas essas questões que foram colocadas, aqui, na CPI.

Muito obrigado.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu que agradeço, Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra ao último dos oradores e aí vou ouvir o Senador Randolfe, dos autores. Entre os autores, o último, Deputado Rubens Bueno, autor do Requerimento nº 280.

V. Exª terá o seu tempo regimental acrescido de três minutos, como estou dando a todos os senhores autores.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, no depoimento inicial do Governador Agnelo, ele fala que os requerimentos foram assinados por seus opositores. Eu assinei, em nome da Bancada do PPS, três requerimentos, aliás, quatro requerimentos, convocando o ex-Governador Arruda, de quem fomos aliados; convocando Marconi Perillo, de quem somos aliados; convocando o Governador Cabral, de quem somos aliados; e o Governador Agnelo, de quem fomos aliados até recentemente. Então, não há nenhuma discussão, e quero fazer um reparo a esse depoimento de que, aqui, os opositores estão convocando o Governador.

De outro lado, quando o Governador fala da questão do lixo urbano, e fala que, aqui, diminuíram os custos, eu voltei ao tempo e à memória, quando Prefeito, e assumi em 93, portanto, vai fazer agora cerca de 20 anos, lá também encontramos uma situação caótica com relação a isso, mas, em poucos meses, três a quatro meses, nós resolvemos a questão. Fui Prefeito em Campo Mourão, e diminuímos os custos para um terço do que se praticava, exatamente no mesmo modelo de quilometragem, sem pesar e não ter a fiscalização adequada. Marco regulatório e fiscalização quem faz é o Poder Público. E, quando vejo que o Governador fala que diminuiu o custo com relação a isso, eu digo que nada mais está fazendo do que cumprir o seu dever. Portanto, não merece elogio, nem oba-oba. Está cumprindo com o seu dever.

E também eu acho que vale a pena o Governador levar às hostes do seu Partido, os grandes escândalos de lixo e transporte urbano no Brasil, começar exatamente no seu Partido, seja Campinas, seja Ribeirão Preto, seja Santo André, com resultados nefastos, até do ponto de vista de desaparecimento de pessoas e assassinatos, e que isso não se leva à devida consideração, até porque respira no fundo ou suspira no fundo aqueles que estão tentando ainda acobertar esse tipo de crime.

Sr. Governador, quando vejo o seu depoimento, e aí vejo a sua palavra com relação ao seu Governo, e fala sobre vários itens, repetindo um pouco o *script* aqui do Governador Marconi Perillo, de falar das obras,

do seu Governo, usar o tempo, eu chamo a atenção para uma posição que me parece importante, voltando. Também na mesma situação do Governador Marconi Perillo, vamos falar da casa.

Já que tem tanta... Eu passei os olhos rapidamente e vi aqui Governador, tentar cruzar contravenção; vida multiplica patrimônio de Agnelo Queiroz; do apartamento à mansão sem financiamento; franquias repassadas a parentes; Governador teria dívida tal; vida política multiplica patrimônio de Agnelo; denúncias de corrupção no Ministério do Esporte; ONGs; tanta coisa e vai por aí afora. Quer dizer, aqui a *Operação Kung Fu*; até gente morreu nessa guerra das ONGs, de repente criou-se aqui um novo estamento do Poder Público brasileiro através das ONGs, em prejuízo das boas ONGs, que funcionam no Brasil. É o tal do... *Operação Shaolin*. É tanta coisa que está aqui anotada que se perde no tempo, quebra de sigilo, o STJ quebrou o sigilo do Governador e vai por aí afora.

Mas o que chama a atenção é o seguinte. Primeiramente, eu queria perguntar ao senhor o seguinte: a servidora pública, Juliana Roriz Suaiden Alves e Santos, e o marido, advogado Glauco Alves e Santos, donos da *Saúde Import*, que comercializa produtos hospitalares, venderam ao senhor, em março de 2007, uma mansão no Lago Sul, área nobre de Brasília, por R$400 mil. O valor de mercado de casas nessa região é de pelo menos R$2 milhões. Aí pergunto: é verdade que a casa, que o senhor adquiriu em 2007, tinha como proprietário o advogado Glauco Alves e Santos e a mulher dele? Quanto o senhor pagou pela casa?

O SR. AGNELO QUEIROZ – É verdade, paguei R$400 mil pela casa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É verdade que em fevereiro de 2008, quatro meses após assumir a Diretoria da Anvisa, o senhor assinou pessoalmente o alvará de funcionamento da *Saúde Import*?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Essa pergunta é muito boa, Deputado Rubens Bueno, porque, primeiro, quando o senhor faz também esse levantamento, confirma justamente o que eu falei no meu pronunciamento, a orquestração, a deslealdade, a mentira, porque tudo isso, desse pequeno repasse, eu não tenho sequer uma denúncia contra mim, um processo contra mim. Eu vou passar aqui às mãos do Presidente, já passei todos os nada consta de todas as áreas; não tem um único contra mim.

Segundo, essa, eu adquiri a casa desse casal. O Glauco é um advogado, a esposa dele é uma empresária e isso foi antes de eu ser Diretor da Anvisa; foi no final, quando eu estava terminando o mandato de 2006, eu estava terminando o mandato, até o começo de 2007. Eu só fui Diretor da Anvisa em novembro de 2007. Então, a má-fé, a desonestidade, a covardia é tamanha que eu poderia supor que eu iria virar Diretor da Anvisa, nove meses ou dez meses depois, portanto, iria favorecer alguém que tem uma empresa e se referir a funcionamento, a atestado de funcionamento. Sabe quantos atestados de funcionamento a Anvisa deu na minha época, no último ano? Oito mil atestados de funcionamento. É um atestado absolutamente mais simples, não é um atestado de boas práticas, que a VISA local faz uma inspeção, obedece a um rigor absoluto de resoluções etc. Então, é um atestado simples, que é feito pela VISA do Estado e a Anvisa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, faz a assinatura do certificado e, às vezes, emite 500, 1.000, 2.000.

Então, o grau de desconhecimento, associado com a má-fé absurda, faz levar a uma denúncia como essa, como se pudesse ter relação com uma compra de uma casa, que aconteceu dez meses antes de eu virar Diretor da Anvisa. Todos aqui são políticos e sabem muito bem que para você ocupar um espaço desse o que significou de negociações, disputas de várias candidaturas etc., já que a Diretoria da Anvisa é uma diretoria de grande importância para o País, de grande prestígio para qualquer pessoa que assuma essa diretoria; e puder imaginar que dez meses depois você pode se transformar em Diretor da Anvisa e, por conseguinte, vou beneficiar uma pessoa de quem comprei uma casa há dez... Isso faz parte, isso é um exemplo espetacular, porque faz parte dessa orquestração, que não é só maldosa, ela é de um grau de desonestidade absurdo, porque o mínimo que a pessoa podia olhar era isto: quando comprou e quando saiu o certificado. E se tem a relação da Anvisa com uma coisa dessas. Isso foi reproduzido, Deputado Rubens Bueno, largamente por vários veículos, que sabem dessa explicação, mas fazem por má-fé.

Então, te agradeço demais ter colocado, porque eu teria que ter futurologia, a pessoa, e mais eu saber que no futuro eu iria virar Diretor da Anvisa. Inclusive, era pouco provável que eu virasse Diretor da Anvisa, se quiser saber aqui, porque o Presidente Lula, na época, achava que eu não deveria ir para uma atividade dessa muito técnica etc., e virei, virei por uma questão conjuntural. Mas, como eu iria saber isso dez meses antes? É um absurdo completo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Em janeiro de 2008, o Dr. Glauco e a Drª Juliana incluíram as suas irmãs como sócias majoritárias no Restaurante Bon Grille, em Brasília; o senhor já era Diretor da Anvisa.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É isso?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sim. A relação privada, empresarial, depois que eu adquiri a minha casa,

claro que tive proximidade e conhecimento com as pessoas. Agora, se a pessoa faz um negócio, declara no seu Imposto de Renda, tem renda para isso, qual é a condenação? Qual é o crime que tem isso? Isso é um absurdo! Então, qualquer parente de V. Exª, ou de qualquer parlamentar que está aqui, de senador, de deputado, de governador e prefeito, eles estão ceifados de fazer qualquer tipo de atividade particular. O que tem que ver é se não tem renda, se não declarou ao Imposto de Renda, se teve má-fé; é isso que tem que ser visto. Mas, fazer uma ilação desta de que uma atividade eminentemente privada, particular, possa interferir na vida privada das pessoas é uma forçação de barra muito grande.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pois não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Obrigado, meu estimado Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Intervenção fora do microfone.)* – V. Exª ainda tem 3 minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Claro, tempo de três minutos; eu agradeço. Aliás, está muito boa aqui a relação da Mesa com o Plenário.

Olha, deixa eu só dizer o seguinte – mais duas perguntas, apenas.

O SR. AGNELO QUEIROZ – À vontade.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O restaurante está aí, não é uma coisa que não é tão simples: o valor é de R$1.850.000,00. Primeiro deu um pedaço, depois de um pedaço de outro restaurante, de repente é um... Essa é a questão.

Outra questão. Quando o senhor fala em quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, aí eu pergunto: por que não quebrar os sigilos bancários dessas pessoas envolvidas com a mesma pessoa que foi beneficiada pela Anvisa quando o senhor foi diretor?

E quero finalizar, para perguntar o seguinte: o senhor em 2006 declarou um patrimônio de R$224 mil. Em 2007 o senhor compra uma casa por R$400 mil. Como é que foi esta compra? Foi em dinheiro? Foi financiamento? Esta é a pergunta, lembrando, inclusive, que esta foi uma reportagem que a revista *Época* publicou; o senhor processou os dois jornalistas da revista, e, ao processá-los, a juíza então pediu que o senhor apresentasse a sua declaração de Imposto de Renda para verificar. E a juíza respondeu que o senhor não apresentou o seu Imposto de Renda e o multou em três mil reais, além dos honorários, além das despesas do processo junto à Justiça.

É bom destacar isso, Sr. Presidente, porque esta ação que o senhor impetrou contra os jornalistas, o senhor perdeu na Justiça, e foi condenado. E ainda fica aqui patente o que a juíza disse: "a casa não incluída sequer no Imposto de Renda de Agnelo Queiroz". E a juíza diz, isto é, a juíza dizendo: "...não fez prova cabal da regularidade da aquisição da casa e, muito menos, da sua evolução patrimonial". Isso são palavras da juíza que condenou...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Isto é o respeito que se dá a uma decisão judicial: o Líder do PT aqui se pronunciando... Lamentavelmente, lamentavelmente! É lamentável. Se por parte de um Parlamentar é lamentável, imagine o líder de uma bancada.

Sr. Presidente, finalizando, então, em 2006, o patrimônio era de R$224 mil. Em 2007, comprou uma casa por R$400 mil. À Justiça ele disse que comprou com sua economia e da sua esposa. E, de outro lado, disse que tinha comprado com um empréstimo que até hoje não foi esclarecido.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A testemunha com a palavra.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Presidente, primeiro, não falei nada de empréstimo. Segundo, a sua observação me dá uma grande oportunidade porque, primeiramente, toca em um dos pontos que não é objeto de investigação desta CPI, mas faço questão de relatar. Se fosse objeto e eu tivesse algum comprometimento com esse grupo, com Carlos Cachoeira, com Delta, etc., talvez V. Exª fizesse uma pergunta referente a esse assunto. No entanto, como não tem, V. Exª entra em um dos pontos em que sofri ataques que relatei aqui. Um foi precisamente esse que V. Exª falou. Essa matéria a que V. Exª está se referindo aconteceu em abril de 2010 e tentou me tirar da disputa eleitoral no Distrito Federal, tentou me tirar, um grau de covardia extrema, porque, quando foi abordado, sabe o que eu fiz, Deputado Rubens Bueno? Quebrei o meu sigilo bancário e fiscal para o jornalista, de boa-fé, achando que se tratava de uma pessoa que buscava a verdade. E, de um dia para outro, levantei tudo com o Banco do Brasil a minha conta bancária, botei na mão dele, peguei minha declaração de Imposto de Renda, minha e da minha esposa, entreguei para ele, porque era só fazer uma soma da minha renda com a da minha esposa, e isso foi recusado a fazer. Ele fez uma matéria mostrando que eu não tinha lastro, não tinha renda para fazer a aquisição quando, materialmente, está absolutamente explicado. Tive que fazer – porque estava nas vésperas da inscrição de uma candidatura – uma auditoria no meu Imposto de Renda, que passo

ao Presidente. Passo ao Presidente essa auditoria do meu Imposto de Renda e da minha esposa, mostrando que tinha patrimônio e lastro para aquisição da casa. Provei isso provei para o meu partido, para a sociedade, foi um debate intenso. Isso é luta política, Deputado Rubens Bueno, luta política. Espero que o senhor nunca seja vítima de uma coisa dessas. E isso ficou tão desmoralizado, que ele virou um inimigo meu, mortal. Ele promete, aos quatro cantos, que me caça em qualquer lugar. E fez disso uma luta de vida ou morte, porque ficou absolutamente desmoralizado, já que não tinha razão. É claro que eu tinha que processá-lo, e o processo está nessa instância. Os advogados acharam que não devia apresentar as duas declarações, a minha e de minha esposa. E, por isso, a decisão. Isso será reparado absolutamente, vou fazer isso. Portanto, vou comprovar, mais uma vez, como comprovei naquela luta política que queria me tirar da eleição de 2010 e não conseguiu. Era propositado, acho que V. Exª conhece muito bem esses jornais a que me refiro. E, portanto, isso ficou desmascarado. Desmascarado! E, depois disso, se o senhor pegar matérias dele, posteriormente a esse episódio, o senhor vai ver a quantidade de matérias contra a minha pessoa. Virou um negócio pessoal. Isso não é coisa de profissional, isso tem outro nome, isso tem outro nome.

Esse é mais um episódio da tentativa de desmoralização com a mentira, com a falsidade, plantando, não sendo justo com a matéria. Eu tive a grandeza e a hombridade e recebi uma bronca do meu advogado à época, que me disse: "como você chega para o jornalista e entrega seu sigilo bancário e sua receita? Como é que você faz isso?" E eu achando que ele queria tratar da verdade, e ele não conseguia fazer uma soma da minha renda com a da minha esposa, para provar que tinha lastro.

Muito obrigado pela sua... Muito obrigado, muito obrigado. E eu estou com o meu sigilo quebrado no Ministério Público também, o que dará completa averiguação disso, eu que ofereci, como estou fazendo... estou fazendo assim. Eu sei que é pouca gente, poucas pessoas que topam fazer isso, colocar o seu sigilo à disposição. Mas eu já tinha colocado para ele, para fazer a matéria antes, para o Ministério Público e faço hoje com a CPI. É isso, muito obrigado, o senhor deu uma oportunidade muito boa para que eu pudesse esclarecer mais uma, daquelas tantas que eu citei aqui, mais uma atitude de fazer um ataque absolutamente sem veracidade.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Apenas para constar, o nome da juíza é Priscila Farias da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Usando, e espero que das próximas vezes com melhores critérios esta Comissão, o art. 14, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero lhe agradecer pela utilização do art. 14. Adianto inclusive, para contribuir com os trabalhos da Mesa, que tenho cinco minutos, mas cederei dois e meio ao Deputado Miro Teixeira, que também foi citado, para...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não, não, V. Exª usa o seu tempo, aí é inovação... aí é invenção mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Assim o farei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Use o seu tempo que está passando. Aí é invenção mesmo. Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, seria a máxima. Se colasse, colou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aí não dá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Seria dentro dos cinco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aí é demais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O meu querido Deputado Miro será assim prejudicado.

Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Governador Agnelo pela sua disposição de quebra de sigilo. É importante destacar e é importante que fique claro e acredito que seja essa a disposição do Governador, que a quebra do sigilo será bancário e fiscal,... É bancário, fiscal e telefônico – obrigado, Deputado Vaccarezza –, da mesma forma, eu creio que torna inevitável amanhã que nós apreciemos e deliberemos, da mesma forma, pela quebra do sigilo do Governador Marconi Perillo.

Dessa forma, eu quero destacar, inclusive, desde o anúncio, Governador, de ter sua quebra de sigilo, as redes sociais têm elevado. A TAG: quebra o sigilo também Perillo, para os dez TTs, para os dez mais dos TTs do Brasil.

Portanto, eu creio que se torna inevitável que amanhã esta Comissão Parlamentar de Inquérito proceda às duas quebras do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos governadores. Perfeito, mas perfeito é se autorizado e assinado, aí ao final, mas é questão de forma, ordem dos fatores aí não alterará o produto.

Entretanto, existem algumas questões que restam, para mim. O Governador está indo bem no seu depoimento, existem algumas questões, entretanto, que restam em dúvidas que precisam ser esclarecidas, mas creio que o Governador esclarecerá até o final deste também longo depoimento.

Por exemplo: o Governador disse que nunca trocou um telefonema com o Sr. Cláudio Abreu, entretanto nós temos uma interceptação telefônica da Polícia Federal, do dia 10 de maio de 2011, entre o Sr. Carlos Cachoeira e o Sr. Cláudio Abreu, onde o Sr. Cláudio Abreu diz, nessa interceptação telefônica, que estava almoçando com o Governador. Essa questão não está bem explicada, eu quero acreditar que o Governador, no transcorrer do seu depoimento, esclarecerá que já foi perguntado sobre isso algumas vezes e, no meu entender, não ficou devidamente explicado e esclarecido esse aspecto do depoimento do Governador.

Ao passo que a questão também apresentada pelo Deputado Rubens Bueno, no meu entender, também sobre a evolução patrimonial do Governador, não está esclarecida. O Governador tem, no meu entender, se reportado a fazer, primeiramente, em especial, um ataque ao argumentador e não a resposta objetiva ao argumento. Seria importante uma resposta objetiva, clara, sobre essa questão da ampliação do seu patrimônio, que foi noticiado pela revista *Época* e foi renoticiado, no último final de semana, pelo jornal *O Globo*. De qualquer forma, é importante – e quero destacar a disposição do Governador na abertura do seu sigilo – que o façamos amanhã, em deliberação em relação ao Governador de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Senador Randolfe.

Eu peço a atenção dos senhores, por favor.

Nós vamos começar agora, no mesmo diapasão que nós produzimos ontem, vamos iniciar com a lista de inscrição dos oradores. A cada três inscrições, um líder, chamando o primeiro inscrito.

Aos não membros da bancada, aos senhores que são não membros, estamos dando a oportunidade de suas visitas. São todos muito bem-vindos. Efetivamente, nós temos que chamar, prioritariamente, os membros titulares e suplentes.

Aqui nós estamos tratando os titulares e suplentes com a mesma *performance*, da mesma forma. Chamamos a todos de forma igual.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Só para confirmar, eu sou o primeiro líder inscrito, Sr. Presidente? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com toda a sua ansiedade.

Vamos fazer esta dosimetria: são 10 minutos.

Como aos autores, por causa do Francischini, eu dei três minutos, e, na isonomia, aos autores eu dei mais três minutos, e em respeito aos 30 inscritos e aos oito líderes que estão aqui, eu serei implacável nos 10 minutos! Serei até – não quero ser – deselegante, mas, tocou a campainha, os senhores terão um minuto, e eu passarei imediatamente à palavra seguinte. Eu e o Presidente Paulo Teixeira, que vamos assumir.

O primeiro orador inscrito é o Deputado Carlos Sampaio, que terá o tempo de 10 minutos.

Com a palavra o Sr. Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, nobres Relatores, meu Pares, inicialmente eu peço licença para fazer uma breve digressão e, em seguida, iria às perguntas.

Primeiramente, Sr. Presidente, eu faço um registro aqui: o Governador, aqui na condição de depoente, deixou claro que a sua vinda aqui foi um gesto de opositores.

E eu queria dizer a V. Exª que esta CPI é formada por 30 membros, 6 da Oposição, 24 da base aliada de V. Exª. V. Exª não está aqui por um ato da Oposição. V. Exª está aqui porque os Pares que integram os partidos da base aliada de V. Exª houveram por bem convocá-lo, em razão das referências na Polícia Federal! Não é gesto da Oposição, que tem 6 membros de 30! É gesto de pessoas ligadas ao seu partido, que entenderam que, em razão das menções feitas ao seu nome pela Polícia Federal, efetivamente, V. Exª deveria prestar esclarecimentos.

Faço também outra argumentação importante. Os gestos nobres devem existir sempre, e não somente quando eles nos são convenientes. V. Exª, sabendo do envolvimento do seu nome – não da sua pessoa, mas do seu nome –, sabendo que pessoas do seu Governo foram demitidas por V. Exª, ou pediram exoneração, não teve a nobreza de se apresentar voluntariamente a esta CPI, como o fez o Governador Marconi Perillo. V. Exª não teve esse mesmo gesto. Já que se é nobre para quebrar o sigilo, deveria ser nobre para apresentar-se a esta CPMI voluntariamente, como o fez o Governador Marconi Perillo.

E vou mais além, Sr. Governador: ao que sei – e preciso checar esta informação –, V. Exª já quebrou o sigilo de V. Exª num dos procedimentos investigatórios instaurados contra V. Exª. Se isso é fato, que V. Exª já quebrou o seu sigilo em procedimentos investigatórios contra V. Exª, retiro a nobreza do seu gesto, porque seu sigilo já foi quebrado. V. Exª não autoriza a quebra do sigilo por esta CPI. Esta CPI poderia perfeitamente pedir o compartilhamento das provas no inquérito em que V. Exª teve o sigilo quebrado.

São considerações preliminares, que eu finalizo com a seguinte argumentação: V. Exª teve uma postura, como depoente aqui hoje, ao afirmar que é contra os jogos de azar, contra os bingos. V. Exª tem uma postura completamente diferente como Ministro dos Esportes. O Presidente Lula – repito aqui o que disse ontem –, no dia 3 de fevereiro do seu primeiro ano de mandato,

apresentou uma Mensagem ao Congresso Nacional, legalizando os bingos! Eu não vi ninguém desmentir isso aqui. V. Exª era o Ministro dos Esportes.

Mais adiante, dia 3 de outubro desse mesmo ano de 2003, V. Exª indica como um dos membros, para compor uma comissão interministerial de um decreto do Senhor Presidente da República, no dia 03 de outubro de 2003, V. Exª indica o Sr. Cláudio Monteiro.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, dá para pedir silêncio, Presidente? Ninguém ouve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Dá para pedir silêncio, sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Exª indicou o Sr. Cláudio Monteiro pelo Ministério dos Esportes, para integrar uma comissão que, segundo o Presidente Lula, autor do decreto, e o Ministro da Casa Civil, Ministro José Dirceu, que subscreveu o decreto, era um decreto para estudar a legalização dos jogos de azar, do bingo, particularmente.

Então, V. Exª tem uma postura diferente hoje, dizendo que é contrário. Eu quero crer que tenhamos sempre uma postura que não pode curvar-se conforme os ventos, ora para um lado, ora para outro. Ou V. Exª era favorável ao bingo e, como Ministro, designou um membro e subscreveu um decreto, ou V. Exª hoje, por conveniência, está dizendo que é contrário ao bingo.

E uma última referência, que aí se refere à família forense, a que integro como Promotor de Justiça. V. Exª disse aqui hoje, respondendo aos questionamentos do Deputado Rubens Bueno: "Eu tive que provar à sociedade que tinha dinheiro e receita para comprar aquela casa. Eu tive que provar ao PT".

De fato, V. Exª deve ter provado à sociedade e ao PT. V. Exª só não provou à juíza de Brasília, quando processou os jornalistas, dizendo que ele agiu de má-fé, que ele foi uma pessoa que fugiu às regras do profissionalismo do jornalismo.

V. Exª tem a oportunidade de dizer toda a sua indignação, de colocar toda a sua insatisfação num processo judicial que o condenou, pelo fato de V. Exª não ter confirmado que tinha condições de adquirir aquela casa.

Se V. Exª provou ao PT num processo de exaustão, se V. Exª provou à sociedade num processo de exaustão, V. Exª não provou à Justiça do seu Estado, do Distrito Federal. V. Exª, segundo a juíza, não demonstrou que tinha condições de adquirir aquela casa, portanto os jornalistas falaram, não entenderam dessa mesma juíza a mais pura verdade.

Agora, passo às perguntas a V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente Paulo Teixeira, dá para pedir silêncio, porque há uma estratégia aqui. Quando um membro da Oposição fala, aumenta o ruído.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero, embora discordando do argumento, pedir silêncio...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só discorda porque é do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...a todos e a atenção ao orador na tribuna, a todo tempo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu não nasci ontem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Aliás, é uma das condições para a concentração e entendimento do enredo desse processo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu agradeço a intervenção e pediria que só me desse os 20 segundos que perdi agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Serão dados os 20 segundos a V. Exª.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Governador, uma pergunta bastante objetiva: eu gostaria que V. Exª esclarecesse, um pouco mais, a questão da sua visita à Vitapan. A pergunta muito objetiva: quem convidou V. Exª para essa visita?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Fui convidado pela empresa Vitapan.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Havia outros sócios do Sr. Carlos Cachoeira nessa ocasião em que o senhor foi visitar?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Várias pessoas lá. Não sei o grau de sociedade, mas havia técnicos, representantes...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, não me refiro à Anvisa. Refiro-me à empresa.

O SR. AGNELO QUEIROZ – A empresa. Mas recebi, fui lá conversar e praticamente não fiquei um minuto com...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, porque V. Exª falou aqui...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu conversei...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ...que havia várias pessoas presentes.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Várias pessoas: técnicos, representantes, quem fala tecnicamente de preço.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Isso tudo da Anvisa. Eu pergunto da empresa, Sr. Governador.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Da empresa também.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Bem, da empresa. Quero só dizer a V. Exª que, quando o senhor fez a visita, os sócios eram a Andréia, esposa

dele, e o Adriano, cunhado dele. Portanto, eles eram os sócios da Vitapan. V. Exª não fez uma visita aos sócios. V. Exª fez uma visita aos familiares do Cachoeira, que eram os donos.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, eu visitei a empresa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A empresa era...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Conversei com os técnicos que estavam lá, representantes que conhecem a parte farmacêutica, para que explicasse...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Quem visitou, quem convidou...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente... Presidente...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por favor, quem convidou V. Exª, Sr. Governador?

O SR. AGNELO QUEIROZ – A empresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço só ao Deputado Onix Lorenzoni, que há um orador na tribuna, e V. Exª respeite o orador da tribuna.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Eu sei. Estou respeitando, mas quero preservar, porque há uma pessoa atrás do Governador, que, já por quatro ou cinco vezes, manifesta-se indevidamente e que não tem o direito de estar lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – ... fazendo deboche de um Parlamentar. Ele não tem esse direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero aqui... Eu quero aqui...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Tira ele de lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero restabelecer a questão aqui.

Por favor, a imprensa também. Peço a esses dois jornalistas, fotógrafos, aqui...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Os advogados, O.K., agora, assessor debochando dos parlamentares não vou admitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, eu quero dizer o seguinte: vou congelar o tempo de V. Exª em três minutos. Vou retomar em três minutos.

Ontem, quando o Sr. Governador Marconi Perillo fez o seu depoimento, ele estava acompanhado do seu advogado Antônio Carlos Castro a sua direita...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Que não se manifestavam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele se manifestou, e três assessores atrás...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Que não se manifestavam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Os três...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não tinha direito ontem e não tem hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço a V. Exª que, se V. Exª quiser utilizar a palavra junto comigo, eu pediria para V. Exª pelo menos sentar-se aqui ao meu lado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sentarei com muito prazer ao lado de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero bloquear porque vou terminar. Eu estou presidindo esta Mesa e não vou perder autoridade para V. Exª.

Quero dizer que ontem, durante o depoimento do Governador Marconi Perillo, ele estava acompanhado do seu advogado Antônio Carlos de Castro Machado, que falou a todos os momentos, passando bilhete, recomendações a seu cliente. Inclusive, recomendações foram fotografadas e publicadas hoje.

Ao mesmo tempo, ele foi acompanhado de quatro assessores, que, todo o momento, diziam-lhe questões e lhe passavam documentos.

Portanto, o tratamento hoje dado ao Governador Agnelo Queiroz será o mesmo, exatamente o mesmo. E todos os seus assessores que estiverem aqui poderão, por isonomia, fazer o mesmo papel que fizeram ontem. E V. Exª não estava aqui no dia de ontem, V. Exª saiu no dia de ontem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, eu questionei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, quase seis horas no dia de ontem...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, só um pouquinho! Eu quero o art. 14, eu tenho direito! Eu lhe ouvi!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª não tem direito ao art. 14.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu lhe ouvi! Questão de ordem! O que eu estou querendo é isonomia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Portanto, Governador, eu queria dizer a V. Exª...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pode permanecer quem quiser, só não pode debochar!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu queria dizer a V. Exª que todos os assessores de V. Exª estão autorizados a continuar junto com V. Exª, e qualquer apoio que V. Exª precise, pode buscar junto aos vossos assessores, da mesma maneira que aconteceu ontem com o Governador Marconi Perillo,

da mesma maneira que eu concedi a palavra, quando presidia, quando o Sr. Walter Paulo veio aqui. Ao seu advogado... Inclusive eu concedi o direito à palavra ao advogado. Portanto, não creio que nós estejamos aqui com qualquer problema dessa natureza.

Então, vou devolver... Peço aqui para devolver três minutos...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só peço, Deputado Carlos Sampaio, peço a todos os Deputados...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Art. 131.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não vou conceder questão de ordem porque tem um orador na tribuna.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor tem que conceder!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tem um orador na tribuna.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Após o orador o senhor vai me conceder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Depois eu vou analisar a questão de V. Exª. V. Exª não terá a palavra pelo grito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Esse é um direito que eu tenho!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não terá a palavra pelo grito!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E o senhor não vai me cassar pelo grito!

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – O Deputado quer aparecer!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª vai aqui respeitar o Regimento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Peraí, é o ex-líder que é o presidente da sessão ou é o atual?

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Presidente, o Deputado Onyx Lorenzoni não tem o direito de tumultuar a CPI. Se ele quiser aparecer...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Estou salvaguardando um direito que eu tenho.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – ...ele vá para a tribuna da Câmara, não aqui!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, vou devolver...

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – O Senador dele, do DEM, que vai ser cassado, eu espero, porque...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não! Nós botamos corrupto na rua, vocês é que trazem de volta!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Jilmar Tatto, Deputado Onyx Lorenzoni, há um orador. Peço aos dois Deputados...

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – É para tentar amenizar o Senador Demóstenes Torres, o Senador do DEM, e ele quer aparecer aqui!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Jilmar Tatto, Deputado Lorenzoni, eu só peço uma coisa aqui.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu pedi respeitosamente o tempo para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero dizer que uma intervenção desse tipo, dessa observação, tem de ser feita fora da fala do orador no microfone. Por isso não lhe concedi a palavra e vou devolver a palavra ao orador que está na tribuna. Por favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho, Deputado. Peço que a gente volte três minutos para devolver a palavra ao orador que tinha a palavra até então.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu fiz uma pergunta ao Governador bastante objetiva e gostaria que ele respondesse: Quem o convidou para a visita à empresa Vitapan? O senhor respondeu para mim: a empresa. A empresa é pessoa jurídica, não fala.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu visitei uma empresa. Não visitei familiares de ninguém. Se eu fosse visitar a família de alguém, eu não iria à fábrica.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por gentileza, a pergunta foi muito objetiva: Quem o convidou, Sr. Governador, para essa visita?

O SR. AGNELO QUEIROZ – A empresa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A empresa é pessoa jurídica, Sr. Governador! O nome de quem o convidou!

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu não lembro disso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor está aqui, Sr. Governador, com o compromisso de dizer a verdade.

O SR. AGNELO QUEIROZ – E estou dizendo a verdade.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor está como testemunha e os seus compromissos são: comparecer, responder e dizer a verdade.

O SR. AGNELO QUEIROZ – E estou dizendo a verdade!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Quem o convidou? Pessoa jurídica não tem voz!

O SR. AGNELO QUEIROZ – E já respondi.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Quem convidou V. Exª?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu já respondi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, só uma coisa, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, eu vou congelar o tempo de V. Exª, para não gastá-lo. Mas eu só quero dizer, Deputado Carlos Sampaio, que nós estamos fazendo todas as oitivas de maneira em que se pergunta, a pessoa responde.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Até Deputado Distrital agora fala!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não! Por favor!

(Intervenções fora do microfone.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, eu peço ao Deputado que não intervenha. Peço também à Deputada que não intervenha. Há Deputados aqui do Distrito Federal, nós estamos aqui numa Câmara Federal, no Congresso Nacional...

Deputado Carlos Sampaio...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero primeiro falar com V. Exª, depois V. Exª pode argumentar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, todos os que vieram aqui, com exceção de um, as perguntas foram feitas, e as respostas foram dadas. Muitos que vêm aqui podem dar respostas insatisfatórias, mas nós vamos respeitar as respostas.

Então, nós vamos tratar todas as testemunhas com cordialidade. Cordialidade. E V. Exª foi um dos que reclamou da falta de cordialidade cometida em algum momento, por algum Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Concordo. Às vezes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, eu só peço a V. Exª o seguinte: V. Exª faça a questão, o Governador responde a questão. Se V. Exª quiser continuar fazendo as questões, mas vamos ter cordialidade, que eu acho...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu concordo com V. Exª, mas faço uma única ponderação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero até...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – As testemunhas aqui, no processo judicial, têm o dever de cumprir três obrigações: comparecer, responder e falar a verdade. É uma obrigação da testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele não está... Deixe-me colocar...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Deixe-me dizer, Sr. Presidente: ele não disse que não se recorda, não disse nada; ele disse "já respondi".

Eu continuei perguntando: "Qual o nome de quem o convidou, pessoa física".

"Já respondi!"

E não respondeu, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olhe, foi um convite que ele recebeu, mas vou devolver a pergunta a V. Exª, dois minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, foi um convite da empresa, está respondido!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Dois minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está respondido! Foi inscrito um convite lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Volto o tempo, dois minutos, para o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Governador, o senhor disse que nunca esteve, em nenhuma oportunidade, com o Sr. Carlos Cachoeira, exceto nessa visita à Vitapan; eu perguntei a V. Exª agora quem o convidou. V. Exª insiste que foi a pessoa jurídica, e, portanto, não vai dizer quem é? Quem o convidou V. Exª não vai declinar o nome? Apenas que me dissesse isto: se vai declinar o nome ou não.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu fui convidado por uma empresa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já entendi.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu fui convidado por uma pessoa...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já estou satisfeito com a resposta de V. Exª.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Lá se trata com pessoas jurídicas. Não estou... Um diretor de uma agência, ao ser convidado por A ou B familiar, sei lá quem é familiar de quem.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Governador, conforme revelam gravações telefônicas obtidas pela Polícia Federal, Marcelo de Oliveira Lopes, o Marcelão, pediu auxílio de Carlinhos Cachoeira nos negócios que possuía com o Governo do Distrito Federal, para interceder a favor dele, Marcelão.

Coincidentemente, no ano de 2011, seu Governo renovou um contrato de publicidade com a agência de publicidade PLÁ, pertencente à família do Sr. Marcelão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor tem conhecimento de que essa agência é de propriedade de familiares do Sr. Marcelão?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não tinha conhecimento, a renovação foi feita para todas as agências, não especificamente para essa agência.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor acha que é ético manter um assessor seu, da Casa Militar, sendo que familiares têm uma empresa prestando serviço ao Distrito Federal? O senhor acha correto? A mãe e a dona?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu acho que não... V. Exª não estava aqui ou não ouviu que, assim que eu recebi uma comunicação da Polícia Federal à Corregedoria da Polícia Militar do Distrito Federal para investigar um caso...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu ouvi essa resposta de V. Exª.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Parece que não...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas eu ouvi. Eu vou fazer outra pergunta a V. Exª.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, eu quero concluir.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, mas eu quero perguntar para V. Exª, e depois V. Exª conclui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deixe o Governador concluir!

O SR. AGNELO QUEIROZ – É para receber uma resposta, ou é para...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, V. Exª não me responde! O que eu perguntei V. Exª não me respondeu!

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Respondeu, sim!

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu respondi, sim! Respondi, sim! Eu respondi, sim!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não! Não respondeu, não. O senhor sabe que não respondeu.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Respondi, sim!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Tem que deixar o Governador falar, como deixou o outro!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, V. Exª fez uma pergunta ao Governador. O Governador estava respondendo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Distrital aqui está extremamente afoito, falando numa sede que não é dele...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só peço...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu não vou ficar ouvindo aqui uma pessoa que não está vigilante para com os compromissos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço aos Srs. Deputados, quaisquer Deputados... Qualquer Deputado não pode interromper a pessoa que está no microfone, e eu vou garantir isso.

Agora, eu quero dizer, Deputado Carlos Sampaio, que V. Exª tinha feito uma pergunta e ele estava respondendo. Aí V. Exª interrompeu a resposta e falou: "Vou fazer outra pergunta". Então, vou fazer o seguinte. Já tinha esgotado o tempo de V. Exª. Vou devolver um minuto a V. Exª para a sua conclusão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Uma pergunta também extremamente objetiva. Num diálogo gravado pela Polícia Federal no dia 10 de maio de 2011, Cláudio Abreu diz a Carlos Cachoeira, ao telefone: "Tô chegando aqui para almoçar com o Governador e só vou para a nossa reunião às duas e meia".

A pergunta é objetiva, eu gostaria de uma resposta "sim" ou "não". V. Exª nega ter havido esse encontro com Cláudio Abreu para um almoço?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nunca teve esse encontro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Satisfeito.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nunca me reuni com o Sr. Cláudio Abreu.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Exª esteve em alguma oportunidade com o Sr. Carlos Cachoeira no ano passado, no Hotel Blue Tree ou no escritório existente no Ed. Gilberto Salomão? Faço essa pergunta a V. Exª porque estou fazendo um requerimento de quebra das imagens durante o ano de 2011, com relação a eventual encontro de V. Exª com o Carlos Cachoeira no Hotel Blue Tree e no escritório no Ed. Gilberto Salomão.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nunca estive nesses lugares com Carlos Cachoeira. Agradeço muito que quebre, porque ajuda a confirmação.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por último, V. Exª afirma ter sido amigo de muito tempo de Cláudio Monteiro, há muito tempo, e diz ter com ele uma relação de confiança.

Pergunto a V. Exª: o senhor não considera estranho não saber que um grande amigo seu, Cláudio Monteiro, de tantos anos, seu chefe de gabinete, era próximo ao empresário Carlos Cachoeira, que o senhor visitou anos antes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está concluído o tempo de V. Exª.

Passo a palavra...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não considero estranho, não era próximo...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Quem não era próximo? Cláudio Monteiro?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sim. Quem é que está dizendo que é próximo? Como é que eu sei que é próximo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, terminou o tempo de V. Exª.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Cláudio Monteiro não é próximo do senhor?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Terminou o tempo de V. Exª, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele vai responder.

E V. Exª, por favor, Governador, para responder a última questão do Deputado Carlos Sampaio.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Quero só reafirmar, Sr. Presidente, que não tenho proximidade, não tenho conhecimento de proximidade com Cláudio Monteiro, com Carlos Cachoeira. Essa é a resposta objetiva.

E gostaria de dar resposta para outra que o Deputado não quis ouvir, talvez só perguntar e não ter a resposta, mas essa empresa PLA, foi feito um contrato no governo anterior, em 2008 – está aqui, vou passar para a Presidência, os documentos para a CPI. Tem uma decisão judicial aqui de 19 de outubro de 2011, do Superior Tribunal de Justiça, com relação à renovação, e passo também o contrato dessa agência, que foi feita no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou recebendo pelo Presidente. Junte-se ao processo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou conceder, pela ordem, por um minuto para V. Exª. Um minuto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Obrigado. Não precisa mais. Talvez até menos.

Primeiro, quero agradecer a V. Exª pelo respeito ao Regimento; V. Exª tem-se portado assim, e quero dizer que a minha intervenção anterior tinha um único objetivo. Seja quem for, Oposição ou Situação, Parlamentar que está exercendo um direito conquistado legitimamente nas urnas, não pode quem quer que seja que venha aqui zombar desse Parlamentar. Foi na defesa de uma prerrogativa importante nossa. Os advogados ou mesmo os Secretários de Estado que assessoram o Governador Agnelo Queiroz, tenho o maior respeito por eles, só quero que eles tenham o mesmo respeito pelos Parlamentares.

É só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, apenas pedir a V. Exª novamente que qualquer evento aqui nós possamos esperar que o Deputado que esteja fazendo uso da palavra conclua e, depois, então, eu posso...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Faremos esse acordo. O.K.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pelo Regimento. Como V. Exª também é respeitador do Regimento. Muito obrigado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra, agora, ao ilustre Deputado Vanderlei Macris, que terá 10 minutos para suas arguições.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE. Fora do microfone. Inaudível.) – ... que insiste em falar...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de ser também respeitado aqui pelos meus colegas, especialmente o Deputado Silvio.

Sr. Presidente, parece que casa é a sina dos Governadores. E eu queria, abrindo a possibilidade de o Governador, a quem cumprimento, neste momento, ter permitido o debate sobre todas as questões, Anvisa etc., mas eu gostaria também de falar sobre a questão da compra da casa.

O senhor disse que pagou R$400 mil por essa casa, Sr. Governador. Quanto ela vale hoje, na sua concepção?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não sei, não sou corretor. (R*isos*.)

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor mora nessa casa?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Moro.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Há quantos anos?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Cinco anos, mais ou menos.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E não tem ideia de quanto vale a casa?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não tenho, não estou acompanhando o mercado imobiliário, tenho muito que fazer no Governo do Distrito Federal.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Está bem, está bem, está bem.

Eu vou falar, Sr. Presidente... Sr. Presidente, por favor. Eu vou falar sobre um personagem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor falou: "Sr. Presidente, por favor. Eu vou falar sobre um personagem...". Eu ouvi tudo o que V. Exª...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu vou falar sobre um personagem novo nesta Casa, o Sr. Jamil Elias Suaiden. Esse Sr. Jamil Elias Suaiden... Porque até agora, Sr. Presidente, se falou no vendedor da casa do Sr. Governador – a Srª Juliana e Sr. Glauco –, mas também tem outro vendedor da casa, que era sócio, quando ela foi vendida, o Sr. Jamil Elias Suaiden e sua esposa. O Sr. Jamil Elias Suaiden é dono de uma empresa chamada FJ Produções, e aconteceu um pregão eletrônico, por ocasião da presença do Governador na Anvisa, nº 32, de 2008, na Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Esse pregão eletrônico lançou o pregão com o fim de contratar uma empresa especializada para prestação de serviços de organizações e eventos. Esse pregão eletrônico acabou se transformando numa ata de realização, onde constam todos os lances das empresas concorrentes, e podemos observar ilícitos, dada a desproporcionalidade de valores ofertados por essa empresa.

A empresa vencedora do certame, FJ Produções, que tem como proprietário o Sr. Jamil, que foi dono da casa vendida ao Governador. Esse Sr. Jamil, que é proprietário da FJ, ganhou esse pregão com o valor de R$14 mil, contratados pela Anvisa. Através desse pregão eletrônico foi feita uma ata de registro de preços, onde o Governo do Distrito Federal fez adesão a essa ata também.

Agora, Sr. Presidente, esse pregão, o que chama a atenção, foi feito para um contrato de 260 eventos. O que aconteceu com esse pregão: a maioria, a quase totalidade, menos essa FJ, deu valores irrisórios para a participação nesse pregão. Os valores aqui são de R$23,00, de R$44,00, de R$57,00, de R$63,00, de R$72,00, e assim vai; de R$27,00, e essa empresa ganhou com R$14 mil esse pregão para a realização de 260 eventos na Anvisa. Pois bem, isso foi homologado e se transformou numa ata utilizada por vários órgãos do Governo Federal; utilizada por vários órgãos do Governo Federal, Sr. Presidente, e eu vou dizer aqui e agora qual foi a evolução patrimonial dessa empresa.

Em 2006 era de R$61 mil; em 2007 já foi para R$4,8 milhões; em 2008 para R$19 milhões; em 2009, R$50 milhões; em 2010, R$103 milhões; em 2011, R$71 milhões; em 2012, R$9 milhões. Acontece, Sr. Presidente, que, conforme consta aqui, a CGU, investigando esse fato, chamando atenção para esse fato, acabou constatando R$670 mil em R$3.600 milhões, R$670 mil em superfaturamento. Essa ata, inclusive, foi utilizada pelo Governo Federal, inclusive pelo Governo do Distrito Federal.

Agora, Sr. Presidente, a pergunta que eu gostaria de fazer ao Governador é a seguinte, duas questões: Primeiro, se o Governador se dispõe a fazer o mesmo que fez o Governador Marconi Perillo ontem, ao entregar os três cheques da venda da sua casa? Eu queria saber se existem esses cheques da compra dessa casa feita pelo Sr. Governador Agnelo Queiroz. Essa é a primeira pergunta.

Segundo: Por acaso é uma coincidência uma empresa ter um patrimônio exageradamente alto depois de ganhar uma concorrência num pregão eletrônico como esse, num pregão duvidoso? Inclusive, há um inquérito policial apresentado pelo Deputado Francischini nesse caso, para avaliar esse pregão duvidoso, em função do exagero, da desproporção dos valores de quem ganhou a concorrência e de quem participou da concorrência.

Então, a pergunta que eu gostaria de fazer ao Governador é esta: Ele está disposto a entregar os cheques? Há cópias desses cheques ou da transferência eletrônica, se é que ela existe? É mera coincidência o fato de essa empresa que tem como dono o Sr. Jamil, que vendeu a casa para o Sr. Governador, ter participado dessa concorrência? Gostaria de saber ainda se V. Exª pagou com cheque ou com transferência bancária essa casa que recebeu?

Eram essas as perguntas que eu gostaria de deixar a V. Exª. Eu gostaria de receber a resposta.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Deputado Vanderlei, primeiro, é evidente que não é motivo desta CPI tratar de empresas privadas. Aqui, não vou poder responder por empresas. O senhor se referiu aqui à FJ Produções, que é uma empresa do Distrito Federal. É uma grande empresa daqui, do Distrito Federal, que faz eventos. Isso tem de ser perguntado à empresa. Não tenho nada com essa empresa.

A referência que foi feita aqui com relação a uma contratação na Anvisa já foi explorada naquela cota da maldade absurda, porque nenhum diretor da Anvisa, com exceção do Presidente da Anvisa, tem alguma responsabilidade sobre a parte administrativa da Anvisa. O Presidente cuida de toda a parte administrativa. Todos os outros diretores cuidam da parte técnica da Anvisa. Fui Diretor da Anvisa e cuidava da área de inspeção, de laboratório, de cosmético. Dessas áreas não trato. Nunca tratei na Anvisa sobre contratação de empresa, pregão ou qualquer coisa que haja administrativamente na Anvisa. Quero fazer esse esclarecimento.

Segundo, adquiri minha casa do Sr. Glauco. É evidente que já falei isto aqui e vou repetir: o que tem a ver o fato de eu ter adquirido a casa de 2006 para 2007 com qualquer atitude futura minha? Um ano depois, isso tem relação com aquisição de casa? Isso é um absurdo completo. Perde qualquer propósito.

Esta empresa a que V. Exª se refere, a FJ Produções, não tem contrato com o GDF. Ela não tem contrato com o GDF.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor me permite...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Estou falando pelo GDF. Sei que esse assunto não é...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor me permite, Sr. Governador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, o tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Não, não está. Tenho 36 segundos ainda. Se eu pudesse falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que ele está respondendo...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu posso responder pelo menos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deixe o Governador responder, que, ao final, eu lhe dou...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O Governador diz que não tem responsabilidade. Vou dizer...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não! Escute!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não, não.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Deixe-me repetir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vamos manter a palavra com o Governador.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Presidente, estou querendo responder à indagação que foi feita pelo Deputado.

Estou dizendo que a empresa não tem contrato com o GDF. Mesmo reconhecendo que esse tema não é tema dos motivos e da abordagem da investigação da CPI, estou me propondo a responder a qualquer coisa, inclusive a isso. Mas não posso responder sobre questões de terceiros, sobre patrimônio de empresa, quando ela cresceu ou deixou de crescer. Isso é uma coisa... Não cabe, obviamente, eu tratar disso. Não tenho responsabilidade, não conheço essa empresa. Conheço formalmente o proprietário dessa empresa, que é um empresário da cidade e que, inclusive, presta serviço a muitos Ministérios no Distrito Federal. Enfim, não se pode querer fazer uma vinculação com qualquer, digamos assim, atitude minha com relação à própria empresa. Isso seria um absurdo muito grande.

E, para esclarecer essa questão da casa, Sr. Deputado, além de apresentar aqui o Nada Consta do Imposto de Renda, além de colocar à disposição os meus sigilos bancário e fiscal, que comprovam, de forma inequívoca, se tenho recurso, de onde foi, como foi pago. Não tem nada mais transparente e mais declarado do que isso.

Então, essa é a parte que vai estar à disposição de V. Exªs e, portanto, está aí a comprovação com relação à aquisição e à compra da casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, o próximo inscrito é o Deputado...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu ia utilizar o meu final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que V. Exª fez uma opção, àquela hora, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Não, não. V. Exª disse que ia garantir meus 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não, é que, na verdade...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, é uma questão rápida. Em 30 segundos eu respondo. Eu tinha meu tempo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Trinta segundos para V. Exª.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sim.

Eu quero dizer que o Governador disse que não tinha responsabilidade. Aqui eu estou com um documento da Anvisa, em que a Maria de Fátima diz, claramente, conforme pode ser observado: "na cópia do referido mesmo orçamento foi autorizado pelo Sr. Agnelo Santos Queiroz Filho", cópia que está em anexo. Está aqui, inclusive, o de acordo, numa assinatura do próprio Governador, que está aqui.

Esta aqui é a assinatura. Quero só saber se o Governador reconhece como dele esta assinatura aqui, que está presente.

Outra coisa: só quero saber se o Governador pagou em cheque ou em TED a compra da sua casa. Só isso, e se não era mera coincidência essa empresa ter essa evolução, que eu disse a V. Exª, e com a compra da sua casa.

Era apenas essa a pergunta. V. Exª se comprometeu a responder a todas as perguntas e, portanto, eu gostaria apenas de formalizá-la, a fim de que o senhor possa responder. Se essa assinatura é sua e pode confirmar, eu gostaria de saber.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Com relação a essa assinatura, Sr. Presidente, como essas denúncias fazem parte daquele rol de denúncias, de maldades de que aqui falei, isso foi fartamente, já, divulgado.

Justamente por ignorância das pessoas que estavam fazendo a denúncia na época, tentou-se vincular a assinatura de um de acordo como se eu tivesse feito o processo de licitação dessa empresa lá na Anvisa.

Esse é um procedimento normal, porque quando eu estava contratando essa empresa para fazer um evento, que foi um evento internacional, inclusive, o evento era da minha área, então, quando foi feito o planejamento pela área de licitação da Anvisa, que é a área administrativa, que é subordinada ao Presidente da Anvisa, tem um de acordo do diretor da área com relação ao evento que você estava dando o de acordo para que a área respectiva possa fazer a licitação.

Com relação à licitação, nenhum diretor, com exceção do Presidente da Anvisa, tem ligação com a área especificamente, porque é subordinada ao presidente da área.

Então, isso já foi... Eu já fiz essa explicação exaustivamente, porque faz parte desse rol de ataques sem fundamento, porque é esse caso precisamente. É esse caso precisamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

A próxima inscrita é a Senadora Vanessa Grazziotin, por 10 minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Dez minutos com mais 30 segundos para concluir, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Dez minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou só retornar, porque V. Exª já perdeu alguns segundos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Obrigada, Presidente.

Eu, primeiro, quero cumprimentar o Governador Agnelo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço para aumentar o volume do microfone.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E cumprimentar o Vice-Governador, que aqui está presente, também, Deputado Filippelli, com quem pude, com ambos, conviver na Câmara dos Deputados.

Através deles, cumprimento todos os membros do Governo.

Da mesma forma que alguns que me antecederam fizeram, eu também quero fazer e dizer, Governador Agnelo, que eu votei contra o convite para que V. Exª viesse agora, não porque achasse ou porque ache que V. Exª não deva vir, mas não entendi como apropriado vincular o caso do Governador Agnelo ao caso do Governador de Goiás, porque são questões completamente diferentes. São duas situações completamente diferenciadas, e muitos, aqui, querem fazer ou transformar dois casos diferentes em casos iguais, casos que são completamente diferentes em casos iguais.

Eu procurei ler não tudo, mas, como a maioria, me dedicar um pouco ao estudo dos materiais que têm chegado à CPI. V. Exª aparece em algumas referências, mas nada comparado ao que aparece o Governo do Estado de Goiás, absolutamente nada, sejam questões relativas ao jogo ilegal, ilícito, ao envolvimento da própria polícia, de membros. Agora, são membros, mas membros que ocupavam cargos importantes, cargos de direção. Aliás, alguns deles até permanecem no poder.

Mas, ouvindo V. Exª, Governador Agnelo – e ouvi com muita paciência –, eu penso que, para o senhor, não podia ter acontecido coisa melhor do que vir aqui hoje e antecipar aquilo que aconteceria. Sem dúvida nenhuma aconteceria.

Quero cumprimentá-lo não porque acho que isso seja algo inimaginável, não, porque todos nós que ocupamos cargos públicos temos obrigação perante o povo, que deposita confiança na gente. Então, acho que todos os nossos atos corretos não passam de obrigação de nossa parte. Obrigação! Mas, infelizmente, por não ser esse o procedimento da maioria, gestos como o de V. Exª mereceram aplausos sim. E aí um Deputado disse que a claque de V. Exª é maior do que a de ontem. Não é não, porque os aplausos vieram inclusive dos Parlamentares.

Eu tenho certeza de que os membros da imprensa, que aqui não estão, se não aplaudiram fisicamente, mas internamente estavam aplaudindo, porque é isso o que nós esperamos. São esses atos que nós esperamos dos agentes públicos.

Então, eu cumprimento V. Exª, Senador Agnelo, por isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço atenção à oradora na tribuna.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Obrigada, Presidente.

Eu cumprimento V. Exª por isso.

Em relação aos questionamentos, eu li... A sua assessoria distribuiu, imagino, a todos os membros desta CPI alguns documentos. É bom, porque eu organizo tudo aquilo que... Aparece de forma organizada aquilo de que já tínhamos conhecimento.

Mas o vínculo... E que não é só com o caso do Distrito Federal. Isso acontece com tudo, com outros governos, em outras situações. Esse era o *modus operandi* de uma quadrilha. Era quadrilha porque o serviço era completo. Tinha os infiltrados na Polícia Federal, os infiltrados na Polícia Estadual; tinha aqueles Par-

lamentares que prestavam serviço. E aquele paladino da moralidade, nosso colega, pelo que indicam os fatos, prestava serviço a essa quadrilha, a esse grupo organizado.

V. Exª nos passou – a assessoria – um mapa que mostra as gravações, o que eles diziam. Eu faço questão aqui, Presidente, de repetir, de fazer a leitura em voz alta, porque nós precisamos cada vez mais nos indignar com isso. Porque isso é ação de uma quadrilha organizada que nós não sabemos até onde foi e qual é mesmo a verdadeira repercussão disso.

Está aí o Dadá falando: "Os caras nomearam só inimigo da Delta. O que o povo me ajudou até hoje. Ninguém nomeou nenhum gari." Aí, depois, vem o seguinte, o Sr. Jairo Martins: "E a *Época* vai bater no Agnelo, tá. São três páginas aí do Governo do Distrito Federal, do GDF." Aí vem o Cachoeira: "É ele..." Aí fala um monte de palavra que a gente não pode repetir, porque nós não estamos no horário apropriado e até criança assiste à TV. É um monte de palavrão, inclusive "malandro","pilantra", referindo-se ao Governador do Distrito Federal. E a seguir, o Sr. Cachoeira diz: "Ah é, agora ele cai? Você tem que avisar que eles vão apanhar, entendeu? Vão continuar apanhando."

Aí eu peguei o discurso desse Senador, do dia 04 de novembro de 2011. Eu não tenho tempo, não me permite o tempo, mas ele fala, ele faz um discurso ético, mas, por trás da ética, fica claro o caráter ideológico profundo, conservador, atrasado, reacionário, referindo-se ao Governo atual, desde a época do Presidente Lula até agora, ao meu Partido, o PCdoB, que teve um Ministro acusado, sem nenhuma prova, de ter recebido R$30 milhões numa garagem. Sem nenhuma prova! Cadê a prova? Até hoje nós estamos pedindo a prova. Foi esse senhor aqui. Ele diz lá, em determinado trecho, o seguinte: "Após quase nove anos de doutrinação e aparelhamento". Isto entre aspas. Não sou eu que estou dizendo não. Aquele Senador que disse no dia 04 de novembro do ano passado. "Após quase nove anos de doutrinação e aparelhamento, as garras vermelhas vão se esticando para outras mãos." Isso era a ditadura que falava. Era a ditadura que falava das garras vermelhas. Então, esse é o caráter ideológico de quem quer destruir um governo que, com muita dificuldade, vem promovendo mudanças neste País.

Então, baseada nisso tudo, Governador Agnelo, quero lhe fazer uma pergunta. E já foi feita, mas insisto na mesma pergunta: o Relator lhe perguntou, também alguns Parlamentares, porque há uma gravação que mostra uma tentativa do dia, antes da sua posse, V. Exª falou também, dia 30 de dezembro de 2010. O Dadá fala: "Ontem, o Wladimir ligou para o Zunga pedindo que o Zunga falasse com o Cláudio Monteiro para arrumar um espaço para o Senador conversar com o Governador". O nosso Senador aí do Goiás. Aí ele mandou o recado que o Senador já está... que o Governador já está sabendo, que o Governador já está sabendo que o Senador quer conversar com ele, entendeu?

Aí eu pergunto a V. Exª: o senhor ficou sabendo que o Senador Demóstenes queria falar com o senhor?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não fiquei sabendo, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O senhor nem ficou sabendo?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nem fiquei sabendo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não ficou sabendo?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nem fiquei sabendo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Nem foi procurado por ninguém?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nem fiquei sabendo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Nem pelo seu assessor da época, o Sr. Cláudio Monteiro, nem por Rafael, que é citado aqui também?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nem fiquei sabendo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não ficou sabendo que ele queria falar com o senhor.

Outra coisa. Ontem questionei do Governador Perillo e repito aqui: há muitas gravações que dizem o seguinte: eles reclamando também, só que há uma diferença entre o Governo do Distrito Federal e o Governo de Goiás. Em Goiás, são muitas as pessoas, pelo que tudo indica – não sou eu que estou falando, são as degravações e esta CPI é para comprovar ou não –, muitos daqueles que prestam serviço e compõem esse grupo foram não só indicados, mas tiveram as suas indicações transformadas em nomeações, inclusive do Diretor do Detran e tantos outros.

E pressionaram e aqui o que reparamos, para não dizer que tratamos um como "tchutchuca" e o outro – como é mesmo que foi falado aqui? – como um "tigrão".

Então, vou fazer a mesma pergunta que fiz ontem. E li na frente do Governador Perillo. Foi dito para o senhor e cobrado que o senhor deu muito dinheiro e agora não está dando o troco. E o Dadá, quando fala que não consegue nomear nem um gari, o que o Dadá fala: "É fazer o quê, o que eu vou fazer? Pede camiseta, faz; pede não sei o quê, faz; pede carro, faz; pede caminhão, faz."

Que benefícios o senhor recebeu desse Sr. Cachoeira ou de alguém da Delta vinculado a ele, na sua campanha ou em qualquer outro momento, Governador Agnelo?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Obrigado, Senadora Vanessa, pelas suas palavras muito precisas. E respondendo à pergunta: não teve nenhum benefício

desse grupo conosco. Nem o Cachoeira, nem o grupo da Delta. Não tem sequer contribuição de campanha. Nesse tempo todo, outras degravações também mostram que eles sequer tinham acesso a mim. Tem degravação desse grupo tentando pedir o meu telefone, tentando conseguir o telefone; e acionou uma pessoa da Polícia Militar do Distrito Federal para conseguir o meu telefone.

Então, não teve acesso, não teve contato, não teve nenhum benefício desse grupo. E o nosso comportamento é a demonstração prática de que isso aconteceu, que foi o rigor na aplicação desse contrato. Licitação: 26 dias, auditoria: 26 dias depois de tomado posse. E depois de concluir a auditoria, as medidas que a auditoria assim determinava, rigor no cumprimento do contrato. Depois, passar essa auditoria para o Tribunal de Contas do Distrito Federal, Ministério Público e chegar ao extremo de dotar o Distrito Federal de estrutura como a balança e ter uma redução dessas de R$1 milhão só no contrato dessa única empresa e com relação ao entulho.

Então, foram medidas que tomamos. E a economia é muito maior do que essa se somar toda área de lixo. Portanto, não teve nenhum tipo de benefício, porque perderia, inclusive, a nossa condição e o nosso rigor, como nós fizemos para a execução desse contrato.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Quero anunciar a presença entre nós dos Deputados Distritais de Brasília. Em primeiro lugar, o Deputado Chico Vigilante, que foi Deputado Federal conosco, quero agradecer; Deputada Celina Leão; Deputado Aylton Gomes, Deputado Rôney Nemer; Deputado Wasny de Roury; Deputada Arlete Sampaio; Deputado Cristiano Araújo, Deputado Dr. Michel; e Deputado Cláudio Abrantes.

Vou passar, agora, a palavra para o primeiro Líder, que fará o uso da palavra por cinco minutos.

Com a palavra o Líder Bruno Araújo, do PSDB.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Agradeço, Sr. Presidente.

Gostaria de deixar muito claro, em primeiro lugar, que nós, e o Brasil acompanhou, não ouvimos a resposta objetiva do Governador Agnelo sobre como se deu a compra de sua residência, objetivamente, através de cheque, de transferência bancária...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero, como uma questão de ordem, dizer que líder não pode perguntar.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Não, mas posso dizer o que eu quiser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pode. V. Exª pode.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Utilizo meu tempo da forma que eu bem entender. Agradeço a V. Exª.

Bom, registrando que fica claro que o Governador Agnelo não é preciso ao informar a esta Comissão; a Comissão não compreendeu o procedimento, a forma como se processou a compra dessa casa: dinheiro, cheque ou TED. Se o Governador puder colocar à disposição, nós agradecemos.

Segundo, Sr. Governador, V. Exª é recente nos quadros do PT. Nós acompanhamos, nos últimos dias, notícias pela imprensa, recentemente, numa dessas madrugadas, quando V. Exª recorreu ao Vice-Presidente da República, vi no noticiário dos jornais, para um socorro do PMDB, porque sentia dificuldade de apoio dentro do PT.

Todos nós conhecemos o que significa um segredo guardado a dois, principalmente quando se dá em reunião de Deputados. O que aqui nós ouvimos, ao longo do dia de ontem, é que, na segunda-feira, na reunião entre o PT e partidos da base sobre a reunião da semana, discutindo como se dariam os trabalhos, alguns Líderes do PT declararam que estiveram com o Presidente Lula e se fosse preciso entregar a cabeça do Governador Agnelo para ter o Governador Marconi Perillo, que pudesse ser feito.

O Governador Marconi Perillo saiu daqui ontem inteiro. Voltou, como disse o Deputado Sílvio Costa, ao seu Estado maior do que saiu. V. Exª é egresso do PCdoB. Nós estamos, nesse exato momento, o próprio PT está pedindo processo de investigação por falta de decoro de um Deputado do PCdoB, inclusive membro desta Comissão. No fundo é a compreensão de, por mais que nós não possamos perguntar, dividir com V. Exª se V. Exª se sente abandonado pelo seu Partido? Mais ainda, aproveitando e ainda dentro do tempo que nós temos, e aí, talvez, o Senador Randolfe, que não estando aqui, eu até pediria o art. 14 para ele. Já me anteciparia, porque vou citá-lo.

Eu queria registrar – é pena que o Senador Randolfe não esteja aqui, mas, seguramente, podemos falar em outro momento – que o Senador Randolfe ocupa uma vaga do Bloco PSDB/DEM. Eu queria perguntar ao Senador Randolfe – em outra oportunidade ele poderá falar nesta Comissão – se esse Bloco condicionou a sua presença a qualquer acordo?

Tenho certeza de que ele conhece o estilo, nem o PSDB o faz nem ele aceitaria. Eu digo por quê. Porque o Senador Randolfe vem falando, e ontem muito grosso, que o PSDB e o PT fizeram um acordo para proteger os seus Governadores. Portanto, eu invoco o

testemunho do próprio Senador Randolfe, que ocupa uma vaga do nosso Bloco, se a sua presença na CPI é fruto de algum acordo conosco? Não é; é pela qualidade que ele pode prestar a esta Comissão.

Portanto, Sr. Presidente, o que nós estamos ouvindo aqui, com muita clareza, é um Governador que chega a esta Comissão, pelas informações da imprensa, com dificuldades de apoio dentro de um partido, recorrendo a outro importante partido da base em busca de socorro. Todos conhecem o que é o Congresso Nacional; de uma hora a outra, um ou outro parlamentar vai confirmar com suas fontes de imprensa o que tem dito ou sido utilizado do Governador Agnelo, como sendo um agente político talvez menos importante, dada a sede do ex-presidente Lula em cumprir o seus objetivos em relação ao Governador de Goiás, que saiu daqui extremamente fortalecido. E mais ainda: dizer que, ontem, quando o Relator Odair fez a pergunta ao Governador Perillo sobre a sua quebra de sigilo houve uma grande reação, porque ele o fez na condição de investigado, depois se recompondo. Ganhamos nós por um erro de posicionamento.

Portanto, Sr. Presidente, para coroarmos com qualidade, com absoluta lisura todo o dia extremamente positivo de ontem para o PSDB e para o Governador de Goiás, recebo uma ligação do Governador pedindo para que votemos hoje extrapauta a quebra de sigilo dos dois Governadores. Vamos em frente, vamos às investigações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo orador...

Não há reunião administrativa no dia de hoje. A reunião foi programada para oitiva do Sr. Governador Agnelo Queiroz.

Passo a palavra ao próximo inscrito, por 10 minutos, Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente Paulo Teixeira, Sr. Relator Odair Cunha, eu queria cumprimentar o Sr. Governador do nosso Estado do Distrito Federal e cumprimentar também, ao mesmo tempo, o Vice-Governador Tadeu Filippelli, Presidente do meu Partido, aqui no Distrito Federal. Ao mesmo tempo, quero cumprimentar os Deputados Distritais que estão presentes, Dr. Michel, Celina Leão, Chico Vigilante, Raad, Cristiano Araújo, Rôney Nemer, que são os que eu estou vendo neste momento. Ao mesmo tempo, eu pediria ao Presidente para dar um pouco mais de som, porque não estou conseguindo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço ao som que aumente o volume do microfone do Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Obrigado. Sr. Governador, disputamos juntos em 2010 uma eleição num momento muito difícil do Distrito Federal. Naquele momento, passávamos por um terremoto político que abalou as estruturas, tanto do Governo como do Legislativo.

Praticamente a população nos viu quase como uma luz de lamparina na escuridão da noite. Ali ao nos eleger, o senhor como Governador e eu como Deputado Federal, passou a acreditar e ter esperança de renovação e mudança. Fui seu Secretário de Obras, durante seis meses, como o senhor citou e naquele momento comprovei a dedicação e o trabalho que o senhor teve e que todos nós do Governo, junto com o Vice-Governador Tadeu Filippelli nos dedicamos para trazer à normalidade todas as dificuldades que ali tínhamos encontrado, desde o mato alto, como o senhor disse, dos buracos da pista, da ponte caindo e das escolas que não funcionavam.

Deixei o Governo em junho e encontrei aqui na Câmara Federal o respaldo do meu Partido, o PMDB, para dar continuidade do trabalho e contribuir com a população. Daqui da Câmara vi os momentos ruins que o senhor passou, sejam eles ocasionados – como o senhor colocou – intencionalmente por uma quadrilha que vinha do Sr. Carlos Cachoeira ou de vários outros motivos que nós não sabemos qual. Chegou ao ponto de um Cabo da Polícia Militar levar uma bolsa de dinheiro e jogar dentro do gabinete do secretário de governo. Fatos esses que foram transformando a população e olhando essa população da mesma maneira não entendia o que estava acontecendo no Distrito Federal.

Dali para frente, nós tivemos um 2011 muito difícil, com várias denúncias e situações. Em 2012, já estamos em junho e, da mesma forma, a polêmica, o debate continua acontecendo, o que impede o senhor inclusive estar, como o dia de hoje, trabalhando pelo Distrito Federal. A população que nos assiste hoje quer saber, tanto de mim, que sou Deputado Federal, quanto do senhor como Governador, o que juntos e o que poderá ser feito no restante do mandato, tanto na área da saúde, tanto na área de transporte, tanto na área de educação, e, principalmente, no resgate da credibilidade do ser político do Distrito Federal? Porque quando o senhor vem para uma CPI, mesmo como convidado, mesmo como testemunha, cria junto à população uma sensação de que é o Governador que está sendo investigado, e o senhor, aqui, é testemunha.

Eu preciso saber, aliás, todos precisam saber, justamente como o senhor vê tudo isso, e qual a solução que o senhor tem previsto para os próximos dois anos e meio que restam do seu mandato?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Muito obrigado, Deputado Pitiman.

Acho que V. Exª foi muito feliz em recuperar aquele momento difícil em que recebemos o governo. V. Exª é testemunha disso porque foi ativo, participante no enfrentamento do verdadeiro descaso e do absurdo. V. Exª citou aqui a ponte, a ameaça da nossa Ponte JK por falta de manutenção de anos; a rodoviária estava numa situação dramática; as escolas que V. Exª coordenou, inclusive com um mutirão para recuperar 300 escolas para, no dia 10 de fevereiro, as crianças assumirem e os professores; foi uma operação espetacular de dedicação, esforço e tantas outras iniciativas, como a operação tapa-buracos e tantas coisas que foram feitas. Eu acho que ninguém mais do que V. Exª pode falar disso, porque não somente acompanhou como deu solução para esses problemas. E disse bem, disse bem, porque esse foi um esforço nosso, coletivo, nós fizemos uma grande aliança em defesa da nossa cidade; fizemos uma grande aliança, não somente o meu partido, junto com o PMDB, que tem o nosso Vice-Governador Tadeu Filippelli, o PSB, o PDT – e hoje são 16 partidos da base do governo, e todos muito importantes – para que a gente unisse o povo do Distrito Federal para poder mudar essa realidade. Se não fizéssemos isso, talvez não estivéssemos dando solução. E talvez não tivéssemos tido a dificuldade que tivemos, porque essa dificuldade tem nome e tem endereço, que é o esforço grande dessas organizações que se acostumaram no Distrito Federal, durante muitos anos, a mandar na cidade, são donos da cidade, a se locupletar do Poder Público, mas que agora não podem mais fazer. Por isso a reação é gigantesca; nós mexemos em vespeiros ao enfrentarmos todas essas áreas de vez.

Estamos fazendo licitação de transporte público no Distrito Federal; fizemos a retomada de muitos terrenos que foram entregues a troco de propina; enfrentamos o problema da saúde, que é de uma gravidade extrema; mutirão nas escolas. A área de assistência social era uma tragédia, porque tinha quatro cadastros. As pessoas necessitadas, umas tinham muitos benefícios, outras nada; nós unificamos esse cadastro em um cadastro único.

Hoje, já tiramos da extrema pobreza no Distrito Federal um grande percentual da nossa população. Mais de 31 milhões de pessoas já saíram da extrema pobreza. Hoje nós podemos comemorar, nós podemos comemorar...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Governador, eu só estou preocupado com o meu tempo, porque daqui a pouco o Presidente resolve me cortar...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu concluo, só para discutir isso. Nós tivemos o menor desemprego no Distrito Federal, desde quando mede a pesquisa de emprego e desemprego este ano; uma grande comemoração.

Mas eu quero só concluir, dizendo que V. Exª tocou num ponto chave, que é a credibilidade, pois temos que lutar, unir o nosso povo do Distrito Federal, e até ter o apoio da área nacional, porque aqui é a capital de todos os brasileiros, ter o apoio dos nossos Deputados e Senadores, do nosso Governo Federal, para resgatar essa credibilidade também junto à população do Distrito Federal. Afinal de contas é a população de Brasília e nós vamos lutar com muita força para atingir esse objetivo.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Governador, o senhor – eu o conheço – é uma pessoa boa.

Mas eu queria a explicação de como pessoas tão próximas ao senhor, como o Marcelão, Zunga e tantos outros que fizeram vários contatos, conforme gravações, discutindo relatórios de gravações efetuadas clandestinamente, falando sobre indicações de governo e, ao mesmo tempo, eles tinham uma relação muito próxima com as pessoas dessa quadrilha do Cachoeira.

Ao mesmo tempo, eu vejo que o senhor criou na sua Polícia Civil um levantamento feito, uma frente, uma força-tarefa para resolver ou para pelo menos encontrar vestígios da arapongagem. O senhor já tem informações desse relatório? Poderia passar esse relatório para esta CPI? Porque essa questão da arapongagem é uma preocupação constante, até mesmo porque políticos e jornalistas foram investigados.

E, por último...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Estou terminando, Sr. Presidente.

Por último, um grampo autorizado pela Polícia Federal pegou uma conversa entre o Dadá, Idalberto, e o Carlinhos Cachoeira. Nesse diálogo, o Dadá pede para o Sr. Cachoeira avisar ao Demóstenes que "Agnelo ligará para o Senador goiano com a desculpa de cumprimentá-lo pelo aniversário, mas que aproveitará para tratar de uma possível irritação de Demóstenes pelo fato de o GDF não estar atendendo à demanda da Delta". O senhor chegou a fazer essa ligação no aniversário dele? Qual foi o assunto e qual era a preocupação que o Sr. Demóstenes tinha com relação à Delta?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu não conversei, quero repetir – começando pela última pergunta –, não conversei com o Demóstenes, não liguei para ele e não tive nenhuma informação dele sobre os objetivos da Delta.

Com relação às pessoas próximas, o Marcelão, por exemplo, eu não conheço. Nunca estive com ele.

Não foi meu assessor e nem o conheço fisicamente. Não conheço. Nunca encontrei com ele. Só próximo...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Do gabinete?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Ah, sim, do gabinete. Porque ele ficou durante 15 dias numa área próxima. Já o Zunga eu conheço há muitos anos, ele é ligado à área do esporte. Não estava vinculado a nenhuma área dessas, vinculado ali ou a qualquer coisa que o valha. E não tem nenhum ato, nenhum dos dois, que possa beneficiar, direto... Ato com a assinatura do Governo que possa beneficiar qualquer dessas empresas porque não tratavam desses assuntos nem têm poder de decisão.

E, da arapongagem, eu sei que já estão avançadas muitas das investigações. É uma equipe de altíssimo nível que está responsável por essa área. Nós vamos a fundo nisso. E tendo já conteúdos dessa investigação, eu me comprometo também a passar para a CPI, desde que não prejudique o desenvolvimento da própria investigação. Mas esse é um ponto importante, em que deveríamos unir forças, Deputado Pitiman. Unir forças.

Eu fiz aquela intervenção aqui dizendo que não é uma questão só da política local, pela responsabilidade. Esta é a capital do Brasil, e nós todos, Deputados, Senadores e todas as autoridades deste País, temos que enfrentar e não deixar acontecer, como vários exemplos que conhecemos na História, que transformem a capital do Brasil em uma corte de arapongagem, de mercenários que espionam para vender aos adversários da pessoa que quer denunciar. Essa é uma prática terrível para a democracia e para a liberdade, e, sobretudo, de um ponto de cláusula pétrea da nossa Constituição, que é justamente a privacidade das pessoas. Hoje as pessoas estão assustadas de ir a um restaurante, de conversar com um amigo. Qualquer coisa é motivo para suspeitas, de ir para o *blog* de suas atividades privadas, etc. Nós temos que enfrentar e derrotar esses criminosos aqui. Eu tenho o compromisso e quero fazer isto aqui, nesta CPI, para enfrentar. E não medir esforços. Para isso, preciso contar com a ajuda de todos os nossos parlamentares para, de fato, tolhermos isso, definitivamente. E não fazer uma investigação só com relação a este momento, agora. Se for necessário, deixar permanentemente uma ação da Polícia com relação a esse tipo de crime, que é um crime de grande repercussão contrária para a cidadania. E nós não podemos permitir isso aqui no Distrito Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado. Terminou o tempo de V. Exª.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Obrigado. Quero só parabenizar o Governador e o Governador Perillo também por os dois terem aberto, através do Líder Bruno, os seus sigilos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Jilmar Tatto, apenas para falar para V. Exª que nós estamos fazendo uma sistemática de intercalar a cada três inscritos o líder. Então o Deputado Luiz Pitiman iniciou essa nova rodada.

Agora falará o Senador Alvaro Dias, depois dele o Deputado Silvio Costa, aí concedo a palavra, como Líder, para V. Exª. Mas, antes, eu gostaria de encaminhar pedido do Sr. Governador: intervalo de quatro minutos; a pedido do Sr. Governador.

Dou um intervalo de quatro minutos. Daqui a quatro minutos nós voltamos a nossa reunião.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 34 minutos)

(A reunião é reaberta às 15 horas e 41 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Retomando a sessão, peço, inicialmente a atenção de todos os senhores. Peço ao senhor para deixar o campo de visão do Governador aberto.

Passo a palavra para as suas perguntas, por 10 minutos, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, por favor, comece a contar o tempo quando houver silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço a todos silencio.

Eu quero pedir a atenção das Srªs Deputadas, dos Srs. Deputados, das Srªs Senadores e dos Srs. Senadores.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Agora, com total silêncio, passo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Governador, Srs. Parlamentares, o conjunto da obra de V. Exª, perdoe-me ter que afirmar desta forma, com a contundência que se faz necessária, se trazido a esta CPI, certamente, provocaria fortes emoções.

V. Exª disse que assumiu o Governo depois de uma tragédia sequencial de escândalos em Brasília, mas esses escândalos não se interromperam quando V. Exª assumiu o Governo. Brasília tem sido infelicitada por escândalos que se repetem.

Há operações da Polícia Federal que citam V. Exª, como a Panaceia, Shaolin, Saint-Michel, Anaconda; há denúncias, como as da revista *Época* de favorecimento a empresas na Anvisa em troca de contribuição para campanha; do *Estadão*, referindo-se à investigação de que teria recebido recursos de um grupo farmacêutico

beneficiado em Minas Gerais; a Operação Panaceia anotou informações de que V. Exª teria recebido valores com o seu nome e mais R$50 mil do Laboratório Hipolabor; e cita a União Química também, com referência à propina.

Mas essas não são questões que não dizem respeito ao fato determinado desta CPI. Eu vou me ater aos fatos determinados que dizem respeito ao objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu tenho, inicialmente, duas perguntas para respostas rápidas, para ganharmos tempo.

Tenho a informação de que V. Exª teria ido até Anápolis, já como Governador do Distrito Federal, de helicóptero, e teria se encontrado lá com o Sr. Carlos Cachoeira. Essa é uma indagação. A outra, para resposta rápida também, é a de que eu tenho informações de que V. Exª teria ido aos Estados Unidos com empresários de laboratórios e teria se encontrado também nos Estados Unidos com o Sr. Carlos Cachoeira. É verdade ou a informação não é verdade?

O SR. AGNELO QUEIROZ – É... A informação é mentira absoluta. Não é verdade. Nunca me encontrei, nunca fui a Anápolis como Governador e também não existe essa história de ter encontrado nos Estados Unidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

Eu tenho um mapa que traz conexões do seu Governo com o esquema criminoso que está sendo investigado, a partir, sobretudo, da empresa Delta. É um mapa detalhado que traz todas as relações de membros do seu Governo, ocupantes de cargos de confiança, e de V. Exª com representantes desta organização presentemente investigada.

Vou procurar ser rápido porque o material é denso e não vou poder fazer a leitura das degravações de interceptações telefônicas, mas elas mostram contradições no seu depoimento. Vou resumi-las para que esta CPI possa ter a noção exata das contradições que nós poderíamos interpretar como inverdades pronunciadas aqui.

Em relação à campanha, há aqui interceptações telefônicas que apontam para uma participação da Delta importante na sua campanha eleitoral a partir do Rio de Janeiro. O comando da Delta no Rio de Janeiro.

A conversa sobre a Delta: "Só resolvem porque o Rio mandou". A conversa é por cima, ou seja, quando se cobrava o pagamento de atrasados só se resolvia quando vinha uma ordem do Rio de Janeiro, exatamente porque a campanha teria sido comandada a partir do Rio de Janeiro.

Eu continuo com as contradições. Em relação a aparelhos, há aqui nas interceptações telefônicas dois aparelhos, um na posse de Ademar e outro do Marcelão, que, inclusive, em determinado momento reclamou da qualidade do seu aparelho e havia um pedido para mais aparelhos. Esses aparelhos comprados lá, o Nextel, o rádio.

Em relação ao Demóstenes, a ausência de conversa. Interceptações telefônicas dizem o contrário. Há negociações para uma conversa do Governador com o Demóstenes, em determinado momento aparece o Wladimir Garcez dizendo que tem o telefone, etc.

Em outro momento, no dia 1º/01/2011, o Dadá avisa que o Governador falou com o Senador. O Dadá manda avisar ao Cachoeira que o Governador falou com o Senador, isso num diálogo telefônico no dia 1º/01/2011.

Em outro momento, aqui se revela que o Cachoeira deu dinheiro ao Cláudio, o chefe de gabinete, e que, portanto, ele tinha acesso facilitado. Os pedidos eram atendidos, 4/01. Em outro momento, Paulo Abreu é chamado e falará com o Governador, em outro momento das gravações.

Em relação às nomeações, foi entregue uma lista e, em determinado momento, fala-se que houve o acerto das nomeações, seis pessoas, e que o Paulo Abreu e a Cíntia ficariam para outra oportunidade. Realmente, V. Exª disse a verdade, o Paulo Abreu não foi nomeado.

A grande contradição está no fato de V. Exª afirmar... Porque, com todas essas conexões comprovadas pelas interceptações telefônicas, nós chegamos à conclusão de que o seu Governo mergulhou nesse esquema Cachoeira, e mergulhou, evidentemente, através da Delta, sobretudo através da Delta.

As duas grandes contradições: quando V. Exª afirma que os representantes da Delta estavam queixosos e reclamavam e a outra quando V. Exª diz que Demóstenes batia forte e chegou a pedir o *impeachment*. Havia realmente conflitos de interesses. Em relação à Delta, a reclamação é de que um grupo que tratava da limpeza urbana de Brasília estava recebendo propina de uma empresa denominada Valor. Falaram em R$1 milhão de propina. Eu tenho que apresentar aqui alguns destes diálogos.

Em relação à Valor, Dadá diz que eles estavam recebendo dinheiro da Valor, empresa concorrente: "Mas agora vai mudar, as coisas estão vindo por cima, estão vindo do Governador." Dadá diz, portanto, que eles estavam com dificuldades, daí essa queixa dos representantes da Delta em relação ao Governo de V. Exª, porque estava havendo uma competição, propina de um lado e propina do outro lado, é o que se verifica aqui nas interceptações telefônicas. E, depois, segundo ele, a situação estaria se resolvendo porque o Governador passaria a resolver.

Há outro momento aqui em que se fala no número um. Eu não sei se V. Exª aceita a condição de número um, mas aqui fala que o Ademar disse que...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...devolveria o material recebido. Presidente, mais um pouco, porque tem muita coisa aqui. Eu tenho que chegar aqui, então, no Senador.

Em relação à questão de propina, em razão de disputa, aqui diz: "Marcelão acha que os caras fecharam por cima com outra empresa. Marcelão fala em um milhão de propina. Dá a entender que João Cláudio, por se filho de Cláudio Monteiro..." etc., etc., e vai em frente.

Às nomeações já me referi. Aqui, em outro momento, assegura-se o pagamento até a próxima terça-feira. Depois – isso aqui é importante –, reunião. "Marcelão fala de uma reunião que houve entre Agnelo Queiroz, Rafael Barbosa e João Monteiro, nesses dias. Marcelão diz que o Cláudio Monteiro falou para ele que o Agnelo, nessa reunião, falou diretamente para o João Monteiro cuidar da empresa Delta, não deixar dar nenhum problema no lixo." Aí fala em pagamento, em dinheiro.

Novamente a questão do Demóstenes. O Cachoeira, falando com o Cláudio. "Recado a Demóstenes: se baterem em Agnelo, o Agnelo vai contar que se reuniram para pedir obras."

Veja, então o Cachoeira comunicando ao Cláudio para dar recado ao Demóstenes de que, se baterem em Agnelo, vai contar que se reuniram para pedir obras.

Todas as interceptações telefônicas que dizem respeito ao relacionamento de Demóstenes com o governo do Distrito Federal mostram realmente que ele estava numa posição de confronto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Alvaro Dias, o seu tempo se esgotou há muito tempo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...mas, exatamente nesse conflito de interesses, defendendo ele, a Delta e outro grupo, defendendo uma empresa concorrente.

Eu apenas queria, então, para concluir, Sr. Presidente, já que não vou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. Fazendo soar a campainha.) – Não, não, não. O tempo de V. Exª já se esgotou...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Presidente já deu a outros Parlamentares o que deve dar a mim:...

(Tumulto na reunião.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O tempo do orador esgotou.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...a mesma oportunidade.

(Tumulto na reunião.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se deixarem, eu concluo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Já devia ter concluído...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Há uma contradição também em relação à casa, eu não pretendia a voltar, mas sou obrigado a voltar.

V. Exª, em determinado momento, diz à Justiça, inclusive, que comprou a casa com o dinheiro de um empréstimo, mas recusou a entregar a cópia do empréstimo. Está aqui na *Folha de S.Paulo*. E o seu porta-voz encaminhou um *e-mail* ao jornalista, dizendo: "o empréstimo está sim na declaração do Imposto Renda, na parte referente aos ônus e obrigações. Esta parte da declaração não precisa ser mandada à Justiça Eleitoral, por isso vocês não conseguem enxergá-la."

Apenas queria que V. Exª esclarecesse essa contradição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Já concluiu o tempo de V. Exª.

Eu só queria esclarecer aos Srs. e Srªs Parlamentares que os dez minutos são o tempo para as perguntas e para as respostas. Nesse caso, os dez minutos, quase treze minutos foram utilizados apenas para as perguntas.

Então, agora, passo a palavra ao Sr. Governador Agnelo Queiroz para as suas respostas.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Senador Alvaro Dias, muito obrigado pelas suas indagações.

A primeira questão é que não há nenhum tipo de envolvimento do nosso governo com esse grupo, tanto da Delta como do Carlos Cachoeira. Toda a investigação que V. Exª tem acesso integral, inteiro teor que a Polícia Federal fez, é insuspeito. A Polícia Federal é uma instituição seriíssima, faz uma investigação de mais de dois anos, tem mais de 30 mil horas. O que tiver de ligação, não tem como não cair devido à observação e apuração da Polícia Federal. Então, querer, por questões políticas, forçar a realidade dos fatos para envolver alguém, não é correto, porque não tem nenhuma conexão do nosso governo com esses dois grupos. Isso está provado, com Delta e com o Sr. Carlos Cachoeira.

Não posso falar de diálogos de terceiros. Ontem até ouvi uma parte do depoimento. Inclusive Parlamentares aqui do PSDB diziam que não poderia condenar ninguém por diálogos de terceiro, etc. Então, eu acho que isso tem que ter mais cuidado. Então, não tem nenhum, na campanha não teve nenhum financiamento,

não teve. Na minha campanha não teve. A minha campanha... Tudo que foi recebido pelo comitê financeiro está declarado e público, para acesso ao público, com relação à campanha eleitoral. Portanto, não há nenhum tipo de contribuição desse grupo, e a própria declaração do Fernando Cavendish confirma isso.

Com relação a pagamentos em atrasos, não há pagamentos em atrasos. A gente observa toda essa trajetória. O Governo do Distrito Federal, através do SLU, não deixou pagamentos em atraso, não tem pagamento em atraso. O período que atrasou um pouco, porque a empresa não apresentou a fatura no tempo adequado, e atrasou... Mas não têm pagamentos em atraso durante esse período. Nós pesquisamos isso na nossa investigação, até para ver se havia algum tipo de dificuldade para vender facilidade. Nós é que investigamos isso. Não há.

Com relação a diálogos de Dadá, com relação a Demóstenes, etc., asseguro que não teve contato com Demóstenes, já reafirmei isso algumas vezes, e vou falar de novo, nem com Cláudio Abreu. Não teve. Poderia ser vontade... Algum lobista deste querendo vender poder ou prestígio. Mas isso não aconteceu. Então, não aconteceu. Fácil de apurar e de investigar que eu nunca encontrei com esse Claúdio Abreu.

As nomeações, V. Exª reconhece que não teve nomeações. Eles não conseguiram nomear no meu Governo. Não tem nomeação nenhuma. Eu mandei... Na primeira intervenção, eu pedi que apontasse apenas uma.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Fiz referência a seis.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, eu quero que aponte um nome. Não precisa ser seis. Precisa ser um. Me diga um. Diferente de outros Estados. Me diga um, um só. Eu pedi que me diga uma nomeação feita...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nas interceptações telefônicas não têm nomes. Apenas falam em um bloco de seis, e que dois ficariam para outra oportunidade.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Então, eu estou assegurando que não tem nomeação...

O SR. (Orador não identificado) – Marcelão. Não tem nenhuma, Governador?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não só não tem, como também estou colocando que apresente nome, se é que tenha.

Então, não posso me responsabilizar sobre essa alegação de terceiros.

Não tem nomeação, não tem negócio aqui, não indicou ninguém aqui no Governo do Distrito Federal.

Com relação à discussão entre membros desta organização, é evidente que eu não vou entrar em uma coisa dessas, no que eles combinam ou deixam de combinar, se alguém está recebendo ou deixando de receber. O importante é que, no Governo do Distrito Federal, eu asseguro que não teve isso. O tratamento foi rigoroso com essa empresa. Fizemos a fiscalização. Colocamos para cumprir o contrato. Diminui os repasses acentuadamente dessa empresa. Portanto, isso não combina com nenhum tipo de conluio, isso não combina com nenhum tipo de favorecimento, isso não combina com nenhum tipo de recebimento de propina. É o contrário, absolutamente o contrário. A investigação mostra o contrário.

E com relação à reunião entre João Monteiro, Rafael comigo, nunca aconteceu essa reunião. Eu não fiz reunião sobre o SLU, nem apenas com o Chefe do SLU, que é o Diretor do SLU – Nunca tratei! –, quanto mais com outro secretário que nem da área é. Então, isso não aconteceu. Estou aqui garantindo e colocando que não há esse tipo dessa reunião que foi aqui referida.

Com relação a empréstimos, quero esclarecer isso definitivamente. Com relação à questão do que foi apresentado, do que foi dito inclusive pela imprensa, está se referindo que, na declaração do Imposto de Renda, tem como patrimônio aproximadamente R$300 mil, que são dívidas, e a imprensa colocou isso como empréstimos, porque são apartamentos com cem meses de prestação, etc. Então, ele está no patrimônio como um todo, mas isso é dívida. Isso não é patrimônio. Isso é dívida. Por isso, teve a dita confusão, mas eu tenho certeza de que, franqueando o sigilo bancário e fiscal, vocês vão poder observar tranquilamente toda a operação. Teve cheque, teve depósito e isso será comprovado com a quebra do sigilo fiscal que foi colocado. Não tenho nenhuma dúvida. Não vou sair daqui com nenhuma dúvida, por mais que queiram que isso ocorra. Não vou fazer, porque tenho uma vida, tenho uma história, tenho uma família e não vou querer sair daqui com dúvida nenhuma. Por isso que eu aqui ofereci o meu sigilo para não deixar dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço a atenção de todos os Srs. Parlamentares e dos presentes nesta sala.

Passo, então, a palavra agora, por dez minutos, ao Deputado Sílvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr. Governador, eu acho que existem hoje aqui três perdedores: parte da oposição, o Governador Perillo e o porta-voz do Governador Agnelo.

O porta-voz perdeu o emprego por um motivo muito simples. Porque o Governador Agnelo, com a voz clara, firme, pedagógica, profundamente convincente, mostrou a Brasília e ao Brasil que estava sendo alvejado pela quadrilha de Cachoeira. Aliás, quero

dizer mais: era preciso que a Oposição reconhecesse isso. O Governador Agnelo fez mais do que isso. Ele enfrentou a quadrilha do Cachoeira.

Sobre essa questão do Senador Demóstenes, eu queria que o senhor e a senhora que estão nos ouvindo em casa agora, prestassem bem a atenção porque isso é profundamente relevante. Não é brincadeira um governador de Estado, o Governador do Distrito Federal sentar aí nessa cadeira. Eu, por exemplo, se soubesse que o Senador Demóstenes tinha pedido o *impeachment* do Governador Agnelo, sabe quantas vezes eu votaria a favor da convocação do Governador Agnelo? Nenhuma. O maior advogado que o senhor tem aqui e eu nem conheço o seu – afinal o senhor é o único que não trouxe o Kakay! –, o maior advogado que o senhor pudesse colocar aqui não seria igual a Demóstenes. Porque é óbvio, o Demóstenes, está muito claro, é o braço legislativo da quadrilha de Cachoeira. Na medida em que o Senador Demóstenes pede o *impeachment* do Governador Agnelo, é muito claro que os interesses da quadrilha do Sr. Cachoeira não estavam sendo atendidos pelo Governo do Distrito Federal. Isso é pedagógico! Isso está claro!

Não é possível que a oposição não faça uma *mea culpa* e diga que "nisso aí a gente errou." Eu não acredito! Para se fazer política, deve-se fazer com responsabilidade pública. Segundo: a Delta, que é talvez o principal motivo, junto com Cachoeira – talvez não, é sim – desta CPI. Veja, o Governador, como todo prefeito faz, como todo governador faz, quando vai assumir, ele manda um requerimento para o atual dizendo que "os serviços emergenciais vão ter que ser renovados, porque eu vou assumir e não vou ter tempo de licitar."

Pois bem, a Delta estava aqui no Governo de Brasília por conta de uma ordem judicial. Não é possível que a oposição não entenda isto: era uma ordem judicial! O Governador assumiu, ela continuou e tem um detalhe muito importante: o Governador fez aditivos e, mesmo fazendo aditivos, a limpeza urbana ficou mais barata – e eu tenho aqui – do que na maioria das cidades administradas pela oposição. Veja que antagonismo!

Um terceiro ponto: um jornal de grande circulação nacional tem uma matéria do Sr. Cavendish.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço atenção ao orador na tribuna.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Uma matéria do Sr. Cavendish que diz assim: Meu irmão, esse negócio de Brasília, eu tenho 30 milhões para receber lá, rapaz! E esse cara não quer pagar. Eu não ajudei esse cara na campanha.

Moral da história: o Cavendish, dono da Delta, critica o governador.

A quadrilha, senhores competentes e responsáveis da oposição, a quadrilha – Sr. Dadá, Dedé, Mussum, Zacarias –, esse povo diz assim: Esse governador não presta. Eu não vou dizer as palavras chulas. Esse governador é isso. Vamos derrubar esse cara!

Meu irmão, isso é uma orquestração. Isso é uma orquestração para derrubar o cara. Vocês não estão vendo isso, velho? O governador chega aqui, e aí, meu irmão, sinceramente, tenho que dizer ao senhor o seguinte: eu não sei quantos filhos o senhor tem, mas eu tenho certeza – e não sei que idade eles têm – de que, a partir de hoje, os seus filhos estão mais orgulhosos ainda do senhor, porque o senhor chega e diz assim: "Abram o meu sigilo bancário, telefônico e fiscal. Podem abrir".

Meu amigo, o cara entregar um negócio desses para uma CPI, e vocês não reconhecerem, não elogiarem uma atitude dessas?

Então, Governador, deixa eu lhe dizer uma coisa: sinceramente, o Governador Perillo ontem disse assim. Perillo, se arrependimento matasse... Miranda por que tu não compraste minha casa?

Aliás, se eu fosse a oposição, riscava esta palavra casa do vocabulário dele, porque a oposição só perguntou ao senhor sobre casa, e eu ontem achei que o Governador Perillo foi muito bem. E dei essa palavra, porque eu faço política é assim. E ele foi bem. E, na minha fala, eu disse o seguinte: "Só tem uma coisa mal explicada do senhor", e está registrado. "Só tem uma coisa mal explicada. Como é que um governador de Estado recebe três cheques, dois de R$500 mil reais e um de R$400 mil e não sabe de quem foi?"

Porque qualquer ser humano normal, se o cara receber 100 contos, ele vai olhar para ver se é cheque Romário. Cheque Romário é cheque 11. Então, alínea 11 é o cheque Romário. Então, o cara vai olhar e vai dizer: Meu irmão, eu vou olhar quem é o emitente para ver se o cheque vai voltar, ou não. Porque alínea 11 é cheque sem fundo.

Aí, o Governador recebe R$1,4 milhão e não se preocupa de quem ele recebeu. E a oposição achou isso normal.

Eu queria, hoje, sinceramente... Quando cheguei aqui de manhã, fiquei preocupado. Meu irmão, era um terrorismo! Era um terrorismo! Parecia Primavera Árabe. Vamos estraçalhar Perillo. Perillo, não. Agnelo. Vamos fazer isso, vamos fazer aquilo. Tem Deputado ainda que tem uma tulha ali de papel. Não sei nem o que ele vai perguntar.

Então, veja. Sinceramente, eu queria fazer uma apelo à oposição. Eu queria fazer um apelo à oposição. Todas as perguntas que foram feitas o Governador respondeu. Não tem uma ligação – repito – do Gover-

nador com Cachoeira. "Ô Governador Agnelo, resolve isso aqui...". Não tem uma. Não tem uma ligação do Governador com Demóstenes. "Agnelo, rapaz, resolve isso aqui para mim." Não tem uma.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Nem para felicitar pelo aniversário.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não tem uma ligação de Cavendish.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Nem para dar parabéns.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O que tem são os chamados encontros fortuitos. Fortuitos. E a oposição vai dizer: o seu assessor tinha uma quadrilha aqui.

Meu irmão, não tinha uma quadrilha aqui! Não tinha quadrilha aqui. Quando o Governador contrariou os interesses, aí, sim, meu amigo, os caras ficaram com mais raiva ainda. Vocês são competentes, são Deputados respeitados, e não podem agir assim com um governador de Estado. Está errado! Vocês tem de reconhecer que o Governador Agnelo mostrou ao País que estava sendo vítima de uma quadrilha, que estava sendo alvo de uma quadrilha. Então, é importante que a oposição entenda que hoje ela prestou, sim, prestou, sim, um grande desserviço ao Governador Marconi Perillo. Tem uma coisa grave! Sabe o que é o assunto grave? Que o Governador Perillo, ontem, disse assim: eu não quebro o meu sigilo e, se quebrarem, eu vou para o STJ.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não disse isso, Deputado, não disse nada disso.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ele disse. Não disse? Ouvi alguém perto dele dizer.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Cuidado, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ouvi alguém perto dele dizer, se ele vai recorrer ou não. O fato é que ele não quis quebrar o sigilo, e amanhã... Eu acho que ele disse, mas tudo bem. Amanhã, será quebrado o sigilo do Governador Marconi Perillo. Agora, parece que alguém da oposição vem aqui comunicar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para encerrar...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O Senador Alvaro falou por três minutos. Por favor, me dê mais três.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Isso não é uma boa jurisprudência. Vou dar um minuto a V. Exª.

Peço, interrompendo, ao Deputado Domingos e à Senadora Vanessa Grazziotin que possamos devolver...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Estão colocando informações inverídicas. O Governador Marconi Perillo não se recusou, apenas disse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª está inscrito e não fará uso da palavra agora. Vou devolver, por um minuto, a palavra ao Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sabe qual é o problema, Sr. Presidente? É que, há pouco, o líder da oposição do PSDB comunicou aqui que o Governador Perillo teve uma recaída, autorizou a quebra do sigilo. Por que ele autorizou a quebra do sigilo hoje? Porque ele sabe que vai ser quebrado amanhã. Então, desde o início a gente tenta não politizar esta CPI. Desde o início, eu quero aqui ser claro, que a oposição diz o tempo todo que esta CPI foi criada para abafar Mensalão, foi criada por causa disso, por causa daquilo. Moral da história, a oposição não está olhando para o seu umbigo! O Governador Perillo, ontem, trouxe uma claque grande aqui, foi aplaudido. Eu, inclusive, o elogiei, fazendo aquela ressalva, porque faço política assim. Sou da base do Governo, sou admirador do ex-presidente Lula, mas não posso fazer política com esse nível de irresponsabilidade!

As pessoas têm de entender que, se o senhor não tem culpa, tem de ter a clareza de dizer aqui: Governador, o Senhor é inocente. Então, Governador, eu quero lhe dar os parabéns, o Senhor sai ganhando, entrou aqui como um anão e sai como um gigante, honrando o povo do Distrito Federal. Parabéns. *(Palmas.)*

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente, é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo agora a palavra...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Apenas um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Um minuto para V. Exª.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Por uma questão de justiça, vamos deixar claro que, quando se colocou, por parte do relator ontem, uma solicitação de quebra de sigilo ao Governador Marconi Perillo houve uma manifestação de vários colegas, inclusive da minha parte, porque o relator havia se dirigido ao Governador como se ele estivesse na condição de investigado, o que não consideramos correto. Ele, então, refez a sua posição. Ao responder, e isso pode se verificar nos Anais, porque está gravado, o Governador disse tão somente o seguinte: não tenho absolutamente nada a esconder, já pedi à Procuradoria-Geral que investigue toda a minha ação e que a quebra de sigilo é uma prerrogativa desta Comissão e da Procuradoria-Geral.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Para contraditar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Ele colocou de forma clara isso. Em hora nenhuma ele dis-

se: eu não abro mão do meu sigilo. Em hora nenhuma ele disse que não abria, ele disse apenas que era uma prerrogativa desta Comissão, o que é verdade, e é uma prerrogativa da Procuradoria-Geral. Estão tentando colocar na boca do Governador Marconi coisas que ele não disse para criar uma celeuma desnecessária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O seu tempo já se esgotou, Excelência.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Ele já mandou dizer que está à disposição e esta Comissão tem autonomia para isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou passar um minuto para a Senadora Vanessa Grazziotin e depois falará, pelos líderes, o Deputado Jilmar Tatto, líder do PT. Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Serei breve, Sr. Presidente, um minuto basta. Mas, é bom que peguemos as notas taquigráficas, porque ele disse que esta CPMI tem autoridade, é quem vai decidir sobre a quebra ou não, esta CPMI e o STJ. Ou seja, quando ele anuncia "e o STJ", é óbvio que ele que vai provocar o STJ. Foram exatamente essas palavras que ele utilizou. Vamos ver as notas taquigráficas. Ele falou "a CPI e o STJ", Sr. Presidente. Peça que traga as notas taquigráficas.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O STJ tem poderes de quebrar, Senadora.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) **–** Isso é legitimidade, Deputada. É apenas legitimidade. Quem tem legitimidade é o Tribunal e a Comissão. *(Pausa.)*

A legitimidade para abrir sigilo é só da Senadora.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A Procuradoria Geral, Senadora. Já tinha pedido.

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo a palavra pelo tempo de cinco minutos para o Deputado Jilmar Tatto, pela liderança do PT.

O SR. JILMAR TATTO (PT – MG) **–** Caro Presidente, Paulo Teixeira, quero aqui, mesmo estando na Mesa, cumprimentar o Relator, que, da mesma maneira que fez as perguntas duras, diretas e precisas para o Governador Marconi Perillo, fez para o Governador Agnelo Queiroz; cumprimentar o Governador Agnelo Queiroz e o seu Vice, que está aqui presente; e dizer o seguinte:

Governador, o senhor acertou na forma e no conteúdo. Por que eu estou dizendo isso? Porque, ontem, o Governador Marconi Perillo fez um esforço muito grande no sentido de procurar passar uma imagem de que estava muito seguro do que estava falando e de procurar uma entonação de voz para passar a ideia de que ele nada temia. Existia também algumas pessoas dizendo que o senhor, do ponto de vista de comunicação, teria alguma dificuldade, se contrapondo ao Governador. E se mostrou que isso não é verdade. Não é verdade, porque a sua intervenção foi uma intervenção daqueles que estão muito seguros daquilo que está fazendo do ponto de vista do comportamento e do ponto de vista do conteúdo.

Quero dizer, Governador, que fui um daqueles que, quando foi apresentado o requerimento para convocar V. Exª, votei contra, porque eu tinha convicção de que não era objeto da CPI a convocação de V. Exª, e o dia de hoje provou que não era objeto de CPI, tanto é que 99% das intervenções, das perguntas, não tinha a ver com o objeto do Sr. Carlos Cachoeira para apurar o crime organizado que começou a partir do Estado de Goiás. Mas nada melhor do que um dia atrás do outro.

Veja, ouso dizer que o seu comportamento de vir aqui prestar esclarecimentos, o conteúdo que o senhor apresentou e o gesto de V. Exª de colocar à disposição desta CPI os seus sigilos criaram um constrangimento muito grande ao Governador Marconi Perillo, porque, é verdade, ontem – e aqui eu quero fazer justiça à Senadora Vanessa –, o Governador falou do STJ – falou! –, mas o seu comportamento fez com que ele tivesse que voltar atrás. Voltar atrás, primeiro, porque estava se constituindo uma maioria para convocar, para quebrar o sigilo do Governador Marconi Perillo amanhã e, segundo, porque começou um movimento no Brasil todo – e agora é recorde, está em primeiro lugar no mundo –, no *twitter*, dizendo: "Quebra o sigilo, Perillo!"

Então, veja, começou a ideia, o seguinte... Mas, veja lá...

Filippelli, por que... O crime organizado, segundo a Polícia Federal, começou no Estado de Goiás. Todas as relações... O Cachoeira, que o Marconi Perillo chama de Carlos Araujo, o empresário, mas que a policia chama de o Chefe da Quadrilha, foi preso na casa do... onde era a casa do Marconi Perillo. Os cheques eram do Cachoeira. O coordenador da campanha de rádio, de jornalista recebeu uma parte do dinheiro do Cachoeira. E aqui eu tenho uma relação – o tempo não permite – de, pelo menos, sete cargos de alto escalão do Governo de Goiás ligados ao crime organizado, nomeados pelo Governador Marconi Perillo, que está metido na quadrilha do Carlos Cachoeira.

Portanto, o senhor prestou um grande serviço de vir aqui – está de parabéns –, porque permitiu que o Governador tivesse que abrir mão do seu sigilo bancário, telefônico e fiscal, que nós vamos provar amanhã.

Encerro, Governador, para dizer o seguinte: o povo do Distrito Federal deve ter orgulho de ter V. Exª como Governador pela limpeza que o senhor fez no Governo quando assumiu, pela gestão que o senhor tem aqui e está com muito esforço fazendo com que o Governo do Distrito Federal seja um governo que tem

gerenciamento, que tem modernidade, que presta um serviço para a população. Dizer que a sua família também tem que orgulhar do senhor pela maneira limpa que o senhor tem atuado politicamente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O tempo, Sr. Presidente.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Parabéns pela sua atuação como homem e como Governador do Distrito Federal!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu já chamei a atenção do tempo dele.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – E parabéns pela sua atuação hoje, que, sem pirotecnia, sem malabarismo, sem teatro, sem ser artista, mas um homem público, veio aqui prestar os esclarecimentos necessários para esta CPI.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Jilmar Tatto.

Nós vamos fazer, agora, uma rodada nova de três inscritos para, depois, um líder. Os três próximos inscritos serão o Deputado Ronaldo Fonseca, o Senador Humberto Costa e o Senador José Pimentel. Esses são os três próximos inscritos. E aí o terceiro líder será o líder do PMDB. Vai falar pela Liderança do PMDB o Deputado Leonardo Picciani.

Passo a palavra ao Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados e Senadores. Quero cumprimentar também o Governador Agnelo, os seus advogados, os seus assessores, o Vice-Governador do Distrito Federal, Filippelli, e também os Deputados Distritais que aqui estão, especialmente o meu companheiro de Partido, Deputado Aylton Gomes.

Eu tenho estado aqui, nesta CPI, Sr. Presidente, fazendo um esforço enorme para não me contaminar com o espírito político. Eu, obviamente, sei que esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito e, se é parlamentar, é formada por políticos. E, obviamente, esse espírito político paira aqui, mas, quando o meu Partido me indicou para estar aqui, nesta Comissão, vim determinado a não me deixar contaminar por esse espírito. Por isso, Sr. Presidente, vou me esforçar bastante para não fazer comparações do que aconteceu ontem e o que está acontecendo hoje aqui, embora eu seja tentado a fazer, embora eu tenha sido provocado a fazer. E eu acho que eu sei fazer, mas quero me policiar ao máximo.

Mas quero me dirigir ao Governador Agnelo, que foi legitimamente nomeado pelo voto, escolhido pelo voto para ser Governador do Distrito Federal. Queria me dirigir a V. Exª: como V. Exª sabe, eu não sou do PT; eu sou do PR; e o meu Partido, tanto na Câmara Federal como na Câmara Distrital, dá-lhe sustentação, está na base do seu Governo. E eu tenho defendido isso com unhas e dentes, sem nenhum problema, com todas as avalanches de denúncias que o senhor tem recebido de suspeição, de calúnias. Eu tenho defendido isso com muita clareza. E quero dizer a V. Exª que faço isso por um dever de consciência, porque, até este momento, tenho estado convencido de que seu Governo é sério. O senhor também é um homem sério, porque, se não fosse, Sr. Governador, eu não teria nenhum problema de estar na oposição ou absolutamente fora da base de sustentação de seu Governo.

Aquele adágio popular que diz que a mentira tem perna curta se concretiza hoje aqui, Sr. Governador. Mentiras, mentiras, mentiras, mentiras faladas repetidamente dizem que se tornam verdade. Mas hoje o senhor desmontou esse adágio popular também que diz que se torna verdade, porque mentira tem perna curta, embora não queiram admitir. Mas o senhor disse aqui várias vezes: "É mentira!", "É mentira!", "É mentira!". E a sua vinda a esta CPI, convidado como testemunha, prova que a mentira tem perna curta. Acho, Sr. Governador, que a sua vinda aqui é um atestado de idoneidade de V. Exª. Sem nenhuma dúvida, o Distrito Federal agora está sorrindo. O Distrito Federal está em paz. Chega de tanta coisa ruim.

Veja aqui, Sr. Presidente e Sr. Relator, eu estou aqui com o jornal *Correio Braziliense* de 3 de maio de 2012: "Quadrilha tramou chantagear Agnelo". Olha, duas jornalistas competentes: Lilian Tahan e Ana Maria Campos. Não é possível que essa matéria aqui não pautou os outros jornais! Por que não pautou os outros jornais? Está aqui: "Quadrilha tramou chantagear Agnelo". Aí um governador que é chantageado por uma quadrilha, tem que vir aqui passar por momentos ridículos!

Sr. Governador, queria que o senhor soubesse que nenhum que veio a esta CPI até agora, que esteve disposto a falar como testemunha ou não, alguns não quiseram falar, foi tão provocado como o senhor aqui. Foi provocado. E, olha, o senhor passou pelo crivo aqui dos melhores Deputados e Senadores desta Casa. Da oposição, então, são os melhores. V. Exª passou por esse crivo.

Ouvi dizer aqui, Sr. Presidente e Sr. Relator, que o Governador Agnelo não se prontificou vir à CPI, que outro governador disse: "Eu quero ir. Eu quero ir." Agora, onde está escrito, onde foi dito que o Governador Agnelo disse que não viria? Ele pediu para quem para não vir? Onde é que está escrito isso? Isso não existe.

Sr. Governador, quero parabenizá-lo. O senhor também é o primeiro que vem a esta Comissão – é bom que Brasília ouça isto – e trata o Sr. Cachoeira

como chefe de quadrilha, porque, ontem – Ah, tentação, querendo comparar, não queria fazer isso, eu não queria fazer e estou fazendo, terei que pedir perdão depois –, ele foi tratado aqui como amigo e empresário. O senhor vem aqui e diz: "É uma quadrilha, que queria me chantagear, que queria vantagens aqui no Governo. Eu não deixei. Eu não permiti."

Sr. Governador, quero parabenizá-lo. Sei que o senhor gosta de jogar bola. Agora, do xadrez eu não sabia. O senhor deu um xeque-mate aqui. Veja bem, quando o senhor chega aqui para todos, diante das câmeras de televisão, nesta CPI, e diz "Podem quebrar o meu sigilo. Todos os meus sigilos.", o senhor não tem ideia – o senhor não quis fazer isso, não é intenção dar xeque-mate – o que essa posição pode provocar. Por quê? A partir de agora, quem sentar nessa cadeira e for provocado pelo relator ou por qualquer um de nós para quebrar sigilo, vai ser difícil não quebrar. Aliás, a sua decisão já provocou outras reações. Então, é um xeque-mate. Vai ter que reagir. Vai ter que sair do lugar. Vai ter que dizer alguma coisa.

Olha, gente, vamos entender o que foi feito aqui. Isso aqui não é pouca coisa não. Um governador de Estado, um homem público... Vocês sabem que qualquer pessoa pública, quando fala de quebrar sigilo, começa a escorregar, começa a escapar, e vai para o STJ, o STF, vai para o céu, o inferno, onde for. Mas ele: "Ah, não, não pode." E V. Exª vem aqui e faz exatamente o contrário.

Parabéns, Governador. Brasília está de parabéns! Hoje se tira de Brasília um peso, hoje se tira de Brasília um peso. Brasília é uma cidade honrada. O Distrito Federal é honrado. Tem homens trabalhadores, mulheres trabalhadoras. Tem político honesto nesta cidade, sim, senhor. Não é porque já teve quadrilha aqui aprontando que não tem político sério aqui em Brasília. Tem político sério, sim, e V. Exª é um deles. V. Exª é um deles.

Eu não vou fazer pergunta para V. Exª.

Quando cheguei aqui, fui entrevistado por um canal de televisão que me perguntou o seguinte: "Escute, a tropa de cheque... De cheque? Estamos falando tanto em cheque, meu Deus do céu! *(Risos.)*

"A tropa de choque do Governador, qual vai ser a estratégia de vocês?" Eu disse: "Não. Quem está com a verdade não precisa ser blindado. Quem está com a verdade não precisa de blindagem." E V. Exª confirmou tudo aqui.

Eu queria aproveitar esses últimos minutos meus para deixar um recado para as correntes políticas aqui do Distrito Federal. Gente, vamos parar com isso! Vamos esperar 2014, gente! Deixa o homem trabalhar. Vamos esperar 2014. Vai ter tempo de cada um colocar as suas propostas, de vir aquelas políticas, aquela coisa toda. Vai ter tempo. Deixa o homem trabalhar. Brasília está precisando do Governador Agnelo, com a sua competência, com a sua gestão, com a sua vontade de trabalhar por Brasília. Brasília está precisando, Governador, realmente que o senhor mostre a sua competência, e o senhor tem competência para isso.

Graças a Deus, Brasília está em boas mãos, e V. Exª está de parabéns. Portanto, vamos deixar o homem trabalhar.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Obrigado, Dr. Ronaldo.

O SR. (Orador não identificado) – Ele e sua equipe de xeque-mate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado Deputado Ronaldo Fonseca.

Passo agora, por dez minutos, para o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz:

Queria, Presidente, antes de iniciar minha fala, levantar aqui uma manifestação de insatisfação. Não sou eu apenas. São vários Senadores e Deputados que são assíduos a essa CPI, que são disciplinados, que chegam cedo, que se inscrevem, no entanto, as várias questões de ordem, pela ordem, fala de líder fazem com que eu, que cheguei aqui às 10h30, junto com o Governador, fale agora às 16h30. Aliás, eu acho que tudo sobre CPI, depois desta CPI, deveria ser repensado. Repensado o papel, a função constitucional, como deve funcionar. Acho que é uma obrigação que o Congresso Nacional tem de repensar as CPIs para que elas terminem não se transformando no que tanta gente diz por aí a fora.

Segundo lugar, Governador, quero parabenizar V. Exª, também. Não vou ser tão esfuziante porque já conheço V. Exª de longa data. Para mim não foi nenhuma surpresa a história política de V. Exª, a sua militância contra ditadura, o seu trabalho como Parlamentar, que eu acompanhei porque fui parlamentar juntamente com V. Exª, o seu trabalho como Governador. Nada disso me surpreendeu. Mas, é importante dizer que V. Exª inclusive não foi tratado como outros que aqui vieram. Quantas pessoas se sentaram nesta cadeira e se perguntava: "E tal coisa?" "Não." E ninguém ficava com esses acessos quase que de histeria: "Não, tem que responder. Tem que responder."

Foi respondido. V. Exª visitou uma empresa porque foi convocado e convidado por uma empresa. E quantos de nós, que já exercemos funções administrativas, fomos convidados por empresas, por pessoas jurídicas, por ONGs e não por parente, nem por dono do que quer que seja? Inclusive é de se estranhar que

um tema como esse tenha sido objeto de tanta controvérsia aqui. Mostra que V. Ex está absolutamente limpo. É preciso pegar um assunto como esse...

V. Exª não ligou para dar parabéns a Cachoeira. V. Exª não jantou com Cachoeira. V. Exª não é amigo de Cachoeira. Aliás, eu quero perguntar a V. Exª. Está claro nas auscultas telefônicas, etc. o desejo do Sr. Cachoeira de se aproximar de V. Exª. Eu pergunto: V. Exª não deixou que essa aproximação acontecesse por quê? V. Exª sabia que ele era uma pessoa vinculada a atividades ilegais?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Depois de tudo o que saiu, fica evidente, mas não tomei nenhuma atitude para poder ter essa aproximação.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – O que quero registrar aqui...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não jantei, não tomei café, não almocei... Enfim, não tive nenhuma relação com ele nem tinha nenhum interesse com essa proximidade.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Eu queria exatamente registrar isso, porque apesar de V. Exª ser do Distrito Federal, apesar de ser próximo de Goiás, é um dos poucos que vem aqui para dizer que sabia que o Sr. Carlos Cachoeira tinha atividades ilegais e ilícitas. Outros chegam aqui e chamam-no de empresário; outros chegam aqui e chamam-no de empresário de atividades de entretenimento, e por aí vai.

V. Exª foi claro: não me aproximei dele nem tenho interesse em me aproximar porque sei que é uma pessoa vinculada a atividades ilegais e criminosas.

Os que estiveram aqui não disseram isso. Não. É uma pessoa da alta sociedade de Goiás. Foi isso que aqui rolou.

A outra coisa que gostaria de registrar é que como disse o Deputado Rafael, V. Exª, na sua posição de abrir o seu sigilo, cumpriu um papel fundamental. Ontem, vi o nosso Relator querendo fazer uma pergunta ao Governador de Goiás: o senhor abre ou não mão do seu sigilo? Quase que bateram nele aqui. Foi uma coisa difícil. Não podia fazer essa pergunta. E não entendo por que ontem não podia e hoje já pode. Aliás, eu entendo, é porque amanhã iria ser quebrado, quisesse ou não, e V. Exª deu um exemplo de que não tem nada a temer.

E se fica perguntando como pagou a casa. Vamos ter pelo menos o trabalho de pegar o sigilo de V. Exª e analisar cheque por cheque, TED por TED. Não é possível se brincar com a honra alheia, com a dignidade, com a história que foi construída pelas pessoas, de maneira leviana.

Então, V. Exª deu um exemplo extremamente importante.

Outra coisa que serve para esta CPI. Fui contra a vinda de V. Exª aqui por uma razão muito simples: não vi, em nenhum momento, qualquer indício que justificasse a sua vinda aqui. Lamentavelmente, isso foi votado ao mesmo tempo em que se votou o Governador de Goiás, contra o qual existem acusações de suposto envolvimento com essa quadrilha.

Fui contra. Daqui para frente, espero que não seja necessário convocar nenhum governador, mas fica óbvio que não adianta trazer um governador sem antes ter um trabalho de levantamento do que a gente tem.

V. Exª passou a maior parte do tempo falando de Cláudio Monteiro, falando de não sei quem, de Paulão, de Marcelão, de João... V. Exª não veio aqui para se defender, e terminou fazendo a defesa de outras pessoas.

Então, se a CPI quer trazer um governador, se quer trazer uma pessoa que a gente sabe qual é o peso de sentar aí, todo mundo sabe qual é o peso de um governador sentar aí, não é uma coisa simples, é preciso que quando chamem, existam coisas muito concretas, palpáveis, que digam respeito à pessoa.

Portanto, acho que é uma questão relevante também V. Exª foi obrigado a responder sobre uma licitação que foi feita por outra diretoria da Anvisa há anos. Veja que coisa. O que isso tem a ver com o Cachoeira? Não sei.

E por último, queria dizer a V. Exª e aos nossos pares, inclusive da oposição: não queremos ensinar a oposição a fazer oposição. A oposição é competente, é preparada, mas não tem criança aqui. V. Exª conta com o apoio do PT, não é porque V. Exª é do PT, mas porque tem uma reputação ilibada, é um homem sério, é um homem que tem história, é um homem que orgulha o nosso partido. Não adianta virem pensando que tem criança aqui. Não. Você foi falar com o Michel Temer porque o PT não está lhe dando apoio. Isso é conversa – desculpe a expressão – para boi dormir.

Outra coisa, e é um conselho, não quero ensinar. Se querem se dar bem fazendo oposição, façam oposição à Presidenta Dilma. O Brasil é o único País do mundo em que, ao invés de se fazer oposição ao Governo, se faz oposição a um ex-Presidente. Todo dia está o Presidente Lula na televisão, no jornal, com alguém o atacando: "O Presidente Lula está perseguindo não sei quem, o Presidente Lula está fazendo aquilo..." Dilma agradece. Dilma agradece. Como a oposição não tem um projeto para o País, não tem uma proposta, não tem um discurso, tem que fazer oposição ao que passou.

Então, eu faço este registro para que, em outro momento, nós possamos aqui não repetir o constrangimento de V. Exª perder um dia de trabalho para se sentar nesta CPI para provar o óbvio.

Parabéns.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Obrigado, Senador Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo inscrito é o Senador José Pimentel, por dez minutos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente desta sessão, Sr. Relator, nossos pares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, nosso Governador Agnelo Queiroz:

Queria começar registrando, Sr. Governador, que já estou há dezoito anos no Congresso Nacional e que, durante esses dezoito anos, tenho acompanhado de perto várias comissões parlamentares, sejam mistas ou não, sejam comissões somente da Câmara, onde tive o privilégio de ficar dezesseis anos, e devo isso às famílias cearenses, mas nunca vi um depoente, uma testemunha, com a firmeza que tem V. Exª, com a forma de abordar os temas, com a clareza com que enfrenta as perguntas, mesmo não tendo nada a ver com a pauta e com a matéria desta CPI. Quer ver um exemplo?

Ontem, nós tínhamos aqui cópia de três processos contra o Sr. Governador Perillo e fizemos questão de não perguntar, porque a CPMI não trata desses processos que envolvem o Sr. Governador Marconi Perillo no foro privilegiado. Daqueles três processos, dois são de natureza de gestão e um de natureza criminal, mas nós fizemos questão de não fazer qualquer alusão exatamente em respeito ao depoente, porque aquele debate não dizia respeito a esse tema. A V. Exª foram feitas várias perguntas, e V. Exª não fugiu, embora não sendo matérias inerentes a esta Comissão.

Portanto, eu quero começar parabenizando a forma como V. Exª enfrentou as mais diversas perguntas e teve a grandeza de homem público, de gestor e de cidadão, em responder, sem qualquer dificuldade.

Quero também registrar, Sr. Governador, a forma como V. Exª resistiu a essa organização criminosa que cercou a nossa Brasília, com atuação forte no entorno. Aliás, a operação Monte Carlo nasce, exatamente, da ação criminosa desse grupo no jogo do bicho no entorno de Brasília, mas em momento algum tem qualquer vinculação, pela Polícia Federal, dessa ação dentro do território desta cidade. Muito pelo contrário, às tentativas que a organização criminosa tentou trazer para Brasília V. Exª soube resistir. Embora não tomando conhecimento de quem era, o tratamento que foi dado a ela é o mesmo tratamento que é dado a todo e qualquer outro cidadão, preservando a coisa pública, o patrimônio público e, ao mesmo tempo, dando satisfação à sociedade brasiliense.

Quero aqui registrar que o Dadá, que já esteve aqui e não quis falar, em um dos seus depoimentos, já lido aqui, diz o seguinte: Os caras nomearam só inimigo da Delta. O que esse povo me ajudou até hoje? Ninguém nomeou nem gari." Isso é um depoimento de um dos agentes mais ativos da organização que tinha, como tarefa principal, grampear, perseguir, admoestar e, ao mesmo tempo, criar um ambiente para achacar as pessoas públicas. Ele dá um testemunho dessa forma em uma gravação da nossa Polícia Federal. Por isso, eu quero aqui dizer que não é o senhor que está dizendo que eles não indicaram ninguém, mas um dos principais atores da organização criminosa.

Ao lado disso, quando nós chegamos do Estado de Goiás, e ontem esteve aqui o Sr. Governador Marconi Perillo, os depoimentos, as gravações da Polícia Federal vão noutro sentido. Dizem que ali o braço dessa organização indicava pessoas de cargos chaves do Governo do Estado de Goiás, nomeados e, em seguida, afastados, e outros presos. Aqui, nós não temos nenhuma vinculação com prisão de agentes que V. Exª tenha nomeado ou indicado. Exatamente por isso é essa a posição dessa organização. Quando nós paramos para analisar a questão do financiamento de campanha, eles mesmos dizem: "Nós não fizemos qualquer financiamento de campanha." Quando nós voltamos para o Estado de Goiás, há um depósito, em nome do jornalista que fazia parte da campanha identificando a empresa que fez um depósito de R$40 mil, sem constar na prestação de contas. Quem declara isso é o próprio jornalista que fez parte da campanha. Por isso, é que essa organização criminosa tinha tanta resistência e tanta raiva de V. Exª, por não ter aceitado as suas imposições. A melhor forma de ter clareza sobre tudo isso é a postura do Senador Demóstenes Torres, do Partido Democratas. Ao chegar à conclusão de que, pelas vias convencionais em que eles atuavam em outros governos, não teriam êxito aqui, resolveu patrocinar o *impeachment* de V. Exª. A Câmara Distrital soube tratar essa questão e soube indeferir o processo.

É bom dizer que contra esse Senador da República foi feita uma representação aqui no Conselho de Ética do Senado Federal. O processo está muito adiantado. Na próxima segunda-feira, com as bençãos de Deus, deveremos concluir esse processo e deixar claro para o Congresso Nacional que esse Senador fazia a prática administrativa em defesa dos interesses do jogo do bicho. Nosso Relator, Senador Humberto Costa, teve o cuidado de fazer um levantamento desde o primeiro mês de mandato, em 2003. Ao longo de sua vida parlamentar não fez outra coisa a não ser mediar os interesses da organização criminosa com atuação principal no Estado de Goiás. Esse cidadão é um daqueles que vai à Câmara Distrital pedir o *impeachment* de um Governador sério, competente, dedicado, de

vida simples. Teve a sua vida parlamentar, sua vida de profissional médico, totalmente transparente, com toda a honestidade. Não podemos aceitar, embora a democracia permita convocar esse tipo de evento exclusivamente para tentar acobertar outro que, efetivamente, comungou. Aliás, disse que o empresário Carlos Augusto – e nunca o chama de Carlos Cachoeira, que é uma maneira de desvincular um pouco a forma de identificar – participou de aniversário, de jantares. Disse que era um grande empresário que integrava a elite de Goiânia. Sou daqueles que aprendeu que a elite de Goiânia é composta de outra forma e não por pessoas que possuem essas maneiras. As notas taquigráficas dos depoimentos de ontem deixam isso muito claro.

Já aqui, V. Exª tem outro tratamento. Não dá oportunidade. Quando tenta regularizar uma chácara em terra grilada, toma todas as medidas para proteger o patrimônio público, como faria todo e qualquer cidadão que tem compromisso com a coisa pública.

Por isso, Sr. Governador Agnelo Queiroz, quero registrar que o Partido dos Trabalhadores se orgulha da filiação, como o PCdoB tem muito orgulho do tempo que V. Exª por lá passou. Não tenho dúvidas de que sua vida é exatamente como esse fato de termos orgulho pela sua forma de atuar na política, no Partido e na gestão da coisa pública. Ao mesmo tempo, nosso Partido tem clareza do seu papel e tem clareza do seu desempenho. Aqueles que gostam de trabalhar com cizânia deveriam olhar a campanha de 2010 em que havia um governador e um candidato à Presidência da República. Devem olhar a maneira como se conduziam. Se quiserem compreender melhor, voltem a 2006, em que um era Governador e o outro também candidato à Presidência da República. Em nosso Partido, temos outra forma de tratar. Temos divergências internas, sim, em determinadas matérias, mas temos unidade na condução da coisa pública. V. Exª é a melhor experiência e o exemplo da melhor forma de fazer.

Por isso, quero aqui registrar que o povo de Brasília e o povo brasileiro devem ter muito orgulho de V. Exª pela forma como atua, pelo desbaratamento da arapongagem, que hoje é uma das coisas que mais preocupam toda a sociedade brasileira, e, principalmente, por enfrentar as questões sem abrir mão de responder da forma como ela é feita e com a segurança com que V. Exª aqui se portou.

Eu sei que um dia de trabalho para um gestor público é muito importante, mas a sua vinda aqui hoje, Sr. Governador, é muito mais importante para a democracia brasileira. Por isso, parabéns pelo seu depoimento!

O SR. AGNELO QUEIROZ – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Pimentel.

Eu tenho aqui... Houve uma discussão entre o Deputado Domingos Sávio e a Senadora Vanessa Grazziotin em relação ao conteúdo de uma resposta do Governador Perillo no dia de ontem. Eu tenho aqui a ata. Quero saber se interessa.

O SR. MAGELA (PT – DF) – Não tem ata. Não tem aprovação da ata, Sr. Presidente. Tem notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – As notas taquigráficas.

Vamos para frente.

O SR. MAGELA (PT – DF) – Ele já voltou atrás no que ele falou ontem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, tá bom.

O próximo inscrito é o Senador... Indago se o Senador...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas eu posso ter uma cópia, não posso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pode.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vou à mesa pegar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – São duas linhas, Sr. Presidente. Lê aí, Presidente. São duas linhas.

O SR. MAGELA (PT – DF) – É só disponibilizar a cópia ou fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou ler aqui o que foi dito.

O SR. MAGELA (PT – DF) – Mas sem debate posterior, né, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Mas – palavras do Governador Perillo –, Sr. Relator e Sr. Presidente, não vejo, sinceramente, na condição de ex-Deputado Estadual, Federal, Senador, motivo suficiente, justificativas plausíveis, fundamentação para que haja quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico. De qualquer maneira, Sr. Presidente e Sr. Relator, essa decisão não me cabe. Essa decisão cabe a esta douta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e caberá ao Superior Tribunal de Justiça". Essa é a íntegra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Porque é o foro dos Governadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo agora a palavra... Eu estou lendo a degravação.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – O foro dos Governadores é o STJ. É muita perda de tempo, é muita bobagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço atenção ao orador na tribuna.

Passo a palavra agora, pela Lideranda do PMDB, ao Deputado Leonardo Picciani, por cinco minutos.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Srs. e Srªs Congressistas, Sr. Governador Agnelo Queiroz, querido amigo e companheiro Vice-Governador Tadeu Filipelli.

Eu queria, Governador Agnelo, dizer que o PMDB, a Bancada do PMDB votou contra a convocação de V. Exª. E o fizemos por uma razão exclusivamente técnica: não havia e não há – isso fica claro transcorridas quase sete horas do depoimento de V. Exª e tendo tido ontem também o depoimento do Governador Marconi Perillo –, mas não havia, nos autos de que esta CPI dispõe, no processo, nas provas do inquérito da Polícia Federa, da posterior denúncia do Ministério Público, nem daquilo que está em poder do Supremo Tribunal Federal, nenhum indício que, no nosso entendimento, nos pudesse levar a crer no envolvimento de V. Exª com a organização do bicheiro Carlinhos Cachoeira e com o seu grupo. E transcorridas as quase sete horas do depoimento de V. Exª, isso se reafirma. Fica claro para nós que a Comissão muito pouco tinha a perguntar a V. Exª, muito pouco tinha a inquirir a V. Exª.

Por essa razão, a Bancada do PMDB, eu, pessoalmente, faço uma avaliação de que V. Exª de fato sai daqui maior do que entrou. V. Exª entrou aqui sob suspeita, entrou aqui tendo algo a esclarecer, e, na nossa opinião, V. Exª esclareceu.

Mas vamos prosseguir o trabalho. Eu acho que a vinda dos Governadores aqui, se teve um fato positivo para a CPI, é poder organizar o nosso trabalho daqui para frente, botar fim aos tempos de emoções políticas nesta CPI e voltar ao tempo do trabalho técnico, do trabalho focado naquilo que é objeto desta Comissão, naquilo que o Relator, Deputado Odair Cunha, apresentou como plano de trabalho: nós devemos retomar a análise dos documentos, retomar a investigação e termos mais critérios ao trazer aqui pessoas para... como testemunhas, pessoas para colaborar, pessoas que estão sendo investigadas. Nós devemos trazer aqui aqueles que a CPI já tenha, pela análise das provas, pela análise dos documentos, condições de inquirir e de chegar a seu objetivo e de aprofundar nas investigações naquilo que nos compete e que é esclarecer as conexões políticas com agentes públicos e privados que a quadrilha do Sr. Carlos Cachoeira possuía e de como ela se utilizava dessas conexões para fazer seus negócios criminosos.

Fica aqui, Governador Agnelo, nossa análise de que V. Exª respondeu àquilo que foi perguntado e pôde esclarecer aquilo em que pairava dúvida. E, de fato, o PMDB não se arrepende de ter votado contra a convocação de V. Exª. V. Exª realmente não tinha o que dizer a esta CPI. Mas foi bom porque V. Exª pôde esclarecer e pode continuar seu trabalho à frente do Governo do Distrito Federal. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito obrigado, Deputado Picciani.

Depois da fala do Deputado Picciani, na condição de Líder, virão os seguintes Parlamentares: Senador Wellington Dias, Deputado Luiz Sérgio e Senadora Kátia Abreu.

Senador Wellington Dias com a palavra. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não está?

Então, Deputado Luiz Sérgio com a palavra.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Sr. Presidente; Srªs e Srs. Deputados e Senadores, esta foi a chamada "A Semana dos Governadores". Quando, ontem, pude inquirir o Governador de Goiás...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço para aumentar o som do microfone...

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Ontem, Goiás; e, hoje, Distrito Federal, eu afirmei que, depois do ocorrido com Demóstenes, que era um dos grandes oradores aqui do Senado, só discurso não convence mais; que mais do que discurso, nós precisávamos de gestos concretos. Ali me referi a um requerimento do Deputado Miro Teixeira que pedia a quebra do sigilo telefônico, SMS do Governador Perillo. Ele não respondeu... Naquela velha tática, porque todo animal, humano ou não, tem o seu instinto de defesa. O tatu tem seu casco; o tamanduá tem o ferrão; o gavião tem a garra, e a defesa do Governador de Goiás é sempre dizer que ele é vítima de ódio, vítima de ódio... Mas ele não esteve aqui vítima de ódio algum. Ele esteve aqui porque a quadrilha criminosa de Cachoeira tinha parte importante dela integrada no Governo. Dessas toneladas de material que estão nesta CPI, nas gravações telefônicas, 237 vezes se referem ao Governador de Goiás.

Mas o interessante é que, quando foi aprovada a convocação do Governador de Goiás, aprovaram junto a convocação de V. Exª. Embora tenha sido votado separadamente, eu disse que foi votado, aprovado e comemorado. Mas eu tenho certeza de que aqueles que comemoram, possivelmente, hoje, estão arrependidos, porque V. Exª trouxe e colocou a questão da CPI em um outro patamar e em outro nível, porque não ter o que temer é fazer o que V. Exª fez, abrindo não só o sigilo bancário, mas o telefônico e assim por diante.

Agora, esta sessão de hoje também tem, na fala de muitos, certa contradição, porque ontem, aqui, o que foi produto do grampo não tinha valor, era uma referência, era uma citação, não tinha crédito. Hoje, parte disso foi considerada com crédito. Então, temos de deixar claro aqui: os conteúdos das gravações têm crédito ou não têm crédito? Não pode ter para um e não ter para outro, tem de haver certo nível de coerência.

E aqui fica muito claro que a diferença foi no trato. V. Exª tratou esse grupo como uma organização criminosa, e as notas taquigráficas estão aí para comprovar que é o primeiro governador que chega aqui e diz: "Eu enfrentei uma organização criminosa e passei a ser vítima dessa organização". E coloca de forma muito clara.

V. Exª não ligou para o Cachoeira nem para dar um telefonemazinho no dia do aniversário, coisa que a gente só faz para amigo. Às vezes, na vida agitada de um político, mesmo para um amigo a gente esquece de ligar, às vezes esquece até de parente. Mas mesmo para essa pessoa importante foi preciso dar um telefonemazinho – foi um telefonemazinho, mas foi um telefonema.

Aqui V. Exª desafia que apresentem um dessa quadrilha que tenha sido nomeado. Isso faz uma enorme diferença, uma enorme diferença. Então, aqueles que comemoraram, eu tenho certeza, hoje devem estar arrependidos dessa convocação, porque V. Exª, a partir de sua presença aqui, coloca um marco divisório, antes e depois desta CPI, porque tenho convicção e certeza de que os dados que sairão dessa quebra de sigilo poderão, aí sim, reafirmar a inocência ou não das pessoas que são citadas com essa organização criminosa.

A outra é que V. Exª poderia ter utilizado o material que foi distribuído da cronologia das escutas. E na cronologia das escutas o que é interessante é que, na maior parte das vezes, o chefe da quadrilha organizada se refere a V. Exª com xingamentos, com palavras que não podemos repetir aqui senão seremos vítima de quebra de decoro, mas com afirmações como "Agora ele cai". E o que é mais lamentável é que se referem a um Senador da República, que era dito pelos meios de comunicação como o baluarte da moralidade, como um cão de guarda, ele aparece como um serviçal do crime organizado, porque se ouve: "Então, libera o gordinho, libera o gordinho". E, a partir disso, ele vai lá na Câmara Distrital protocolar o *impeachment* de V. Exª. Era um serviçal que aqui na Câmara dizia que o Senado estava mais sujo do que pau de galinheiro, mas, quando teve a chance de fazer a faxina, ele mostrou que o que ele acumulou foi lixo aqui, que político estava perdendo a vergonha na cara. E no dia em que ele teve a chance de se reencontrar com o Brasil, resolveu se acovardar e calar.

Então, nós aqui, no dia de hoje, estamos tendo uma sessão muito importante por duas razões.

Primeiro: ninguém está vindo aqui convocado como vítima de ódio, ninguém, as pessoas estão vindo aqui... O governador veio porque lá no seu Estado a organização criminosa se apoderou de parte do aparelho do Estado, e V. Exª veio aqui, como num fato compensador, para poder dizer que é tudo a mesma coisa, que os dois fatos se equivaliam. Muita gente veio ontem aqui dizer que tinha sido construído um acordo. E a presença de V. Exª aqui de maneira muito nítida e clara para dizer que não tem o que temer e que pode quebrar o sigilo.

Nos minutos finais que me restam eu quero elogiar a postura de V. Exª. V. Exª mudou de partido, mas não mudou de lado; V. Exª mudou de partido, mas continua a defender as mesmas bandeiras de ontem, que são as nossas bandeiras. Porque na luta histórica que travamos para que Lula chegasse à Presidência da República e fizesse o melhor governo que este País já realizou, nós sempre tivemos o PCdoB como parceiro nessa luta histórica e chegar até aqui.

E muitos insistem em querer julgar o Presidente Lula. O Presidente Lula já foi julgado duas vezes pelas urnas. Foi julgado quando se reelegeu Presidente da República e foi julgado quando fez a sucessora da sua administração, fazendo a primeira mulher Presidente da República. Essa é a nossa história. E dessa história nós nos orgulhamos e nessa história nós temos orgulho de tê-lo como parceiro e como companheiro de jornada e de luta.

Parabéns, Governador! A fala de V. Exª teve marcos divisórios. Primeiro, a organização – V. Exª sempre deixou claro – é uma organização criminosa. Segundo: V. Exª surpreendeu a todos ao autorizar a quebra do seu sigilo, dando um xeque-mate naquele que ontem não respondeu a minha pergunta. Em terceiro lugar: o senhor sai, indiscutivelmente, com a consciência tranquila, para os braços daqueles que o elegeram para continuar essa luta, porque, se há algo que nós precisamos enfrentar é a organização criminosa que busca se aparelhar no aparelho do Estado e nós precisamos enfrentar isso, quer seja no Legislativo, quer seja no Executivo, quer seja no Judiciário, quer seja inclusive em parte dos órgãos de informação e da mídia brasileira. Porque todos são importantes para a democracia e, se estamos aqui, é porque lutamos muito para construir essa democracia e precisamos lutar para preservá-la.

Parabéns, Sr. Governador!

O SR. AGNELO QUEIROZ – Muito obrigado, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Sr. Presidente, serei breve, mas não poderia perder a oportunidade da audiência de ontem e da de hoje para que a gente possa aqui... primeiro, assisti a todo o depoimento de V. Exª, meu querido Agnelo, eu que tive o privilégio de conviver com V. Exª quando Ministro, presidente da Anvisa. Sei da sua retidão, dedicação e, principalmente, da forma apaixonada como V. Exª trata o Distrito Federal. Sei das dificuldades que você viveu porque eu também vivi como Governador, principalmente nessa fase que V. Exª ainda está vivendo, de começo de mandato.

Sei também, aqui não tem inocente, do jogo que nós estamos jogando, ou seja, acho que este momento aqui foi fundamental para que o povo do Distrito Federal especialmente, mas o povo brasileiro pudesse compreender o que está em jogo neste fato. Acho que há dados positivos. Acho que a vinda de V. Exª, a forma corajosa como enfrentou este momento, a forma aberta, que nos orgulha, a mim como político e especialmente um político do Partido de V. Exª. Devo dizer que V. Exª sai maior do que chegou aqui.

O que eu queria, na verdade, é apenas me congratular pela forma tranquila, aberta, democrática com que tratou o debate, mas, principalmente, olhando – e todos nós temos que olhar – para sua história e para o seu passado.

Parabéns! Acho que o povo do Distrito Federal tem que ter orgulho de, depois de tudo que viveu aqui, ter alguém como V. Exª na condução dos destinos do nosso Distrito Federal.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Muito obrigado, Senador Wellington Dias. Nós que somos admiradores de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Foi votar na Ordem do Dia do Senado, que já começa. Temos votações no Senado.

Imediatamente após, Deputado Onyx, está com a palavra pelo tempo regimental.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não é a vez de líder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o próximo.

Peço que se estabeleça o som para o Deputado Onyx ali.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Governador, o senhor colocou aqui à disposição o seu sigilo fiscal, bancário e telefônico. Vou insistir no pedido que faço a V. Exª. Se a assessoria técnica já produziu o documento, eu gostaria de saber se V. Exª poderia assinar, aqui, agora, na frente de todos, a quebra do que o senhor está prometendo, porque, senão, é propaganda enganosa. V. Exª diz que vai abrir o seu sigilo.

V. Exª entregou uma série de documentos, inclusive este aqui, que é uma perícia, mas que, para mim, tem muito pouco valor pela insignificância do ponto de vista fiscal e contábil.

Eu queria que V. Exª, neste momento – a Secretaria está provavelmente com os textos prontos ou pode aprontá-los antes de eu terminar de falar –, autorizasse a quebra do sigilo. V. Exª pode assinar a quebra do sigilo, conforme V. Exª se comprometeu. Pode ser?

Sr. Presidente, S. Exª não assinou nada.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, não ficou decidido que esse é um assunto administrativo e que está encerrado?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, não, senhor! O Governador se colocou à disposição, porque, senão, pode ser apenas uma jogada, não é? Quem me garante que, amanhã, será quebrado o sigilo?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nós!

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Nós asseguramos!

O SR. AGNELO QUEIROZ – Deputado, a minha palavra vale.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E o senhor assinaria agora, então?

O SR. AGNELO QUEIROZ – A minha palavra vale. Entendeu? O procedimento normal é a Mesa que dá, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, mas a pergunta... Espere um pouquinho.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Minha palavra vale muito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Governador...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a atenção de todos...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não tem como chegar ao Banco Central com a palavra do senhor, Governador.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Governador, Governador...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a atenção dos senhores...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Fiz um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor faz o questionamento, e a testemunha responde.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – V. Exª veio a esta CPMI, e já está em toda a mídia brasileira que V. Exª abriu seu sigilo. V. Exª não entregou um documento. Quando a gente quer fazer de verdade, a gente entrega o documento, autorizando a abertura do sigilo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quero contradizer.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Senão, o que vai acontecer? Nós, amanhã, teremos de quebrar o sigilo, então.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas, então, não é voluntário! É isso que quero deixar esclarecido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não! Mas há um requerimento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Espere aí, Miro! Tenho todo o respeito pelo amigo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tem razão, tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mantém-se a palavra com V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tem toda a razão.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu tenho razão no que estou perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Feita a indagação à testemunha, V. Exª continua com seus posicionamentos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É isso! Primeiro, quero saber isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele está indagando, Sr. Presidente, ou foi uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está indagando. Está fazendo uma indagação.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ah, está bem! É que há sobre a mesa esse requerimento ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não vamos interromper. Há um requerimento, que vamos votar amanhã.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Essa é outra coisa.

O Sr. Walter Paulo fez a mesma coisa – vamos lembrar – que o Governador Agnelo, dizendo: "Eu me disponho a abrir o meu sigilo". O que aconteceu? A assessoria técnica preparou o documento, e, na frente de todo o Brasil, o Sr. Walter Paulo o assinou aqui. Se o Governador, realmente, quer cumprir o mesmo, o que custa ele assinar, se nada tem a esconder?

Essa é a minha pergunta, Sr. Presidente. O depoente tem de, pelo menos, responder, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha está com a palavra.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Deputado, não há problema algum. A autorização que fiz aqui verbalmente eu a faço por escrito, porque essa é uma decisão que apresentei à Comissão.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Com licença, Governador!

Então, Sr. Presidente, o senhor pode determinar que a assessoria técnica produza o documento e traga-o aqui, para ele assinar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Posso. Está aqui.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Demos um passo. E o período é de dez anos, como no caso de todos os demais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está pronto. Ele vai assinar agora, para encerrar esse assunto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E o período é de dez anos, como no caso de todos os demais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, é de cinco anos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ah, esse vai ser de cinco anos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos eles.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não! São dez anos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A assessoria técnica, no caso do Sr. Walter Paulo, colocou dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cinco anos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – São dez anos, Sr. Presidente! Em todos, são dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor continua com a palavra, por favor, Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O outro questionamento é o seguinte: o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Agnelo está assinando o documento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O Governador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Governador Agnelo está assinando o documento. (*Palmas.*)

Tem a palavra, com mais um minuto de bonificação, o Deputado Onyx.

Por favor, peço que não haja mais manifestações.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Quero voltar ao tema da casa, porque, por várias vezes, sur-

giram afirmações de que o senhor teria se valido de empréstimos. É contraditória essa discussão sobre a casa. O senhor, afinal, pagou em cheque, pagou em dinheiro ou em ordem de pagamento a casa que o senhor adquiriu por R$400 mil?

O SR. AGNELO QUEIROZ – O sigilo está quebrado, pode examinar plenamente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Estou fazendo uma pergunta simples.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Você vai observar que têm cheques, têm depósitos, e isso você vai ver com a quebra do sigilo. Nada melhor do que a quebra do sigilo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A outra pergunta é a seguinte: no Segundo Tempo, naquele programa feito lá no Ministério do Esporte, lá se iniciou...

Presidente, eu pediria só que eu pudesse falar, porque a conversa paralela... É complicado!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Vamos colaborar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu queria retornar a essa questão do Segundo Tempo. O senhor organizou um processo de apoio a ONGs que acabou se desdobrando num episódio que é conhecido por todo o Brasil, em que o Soldado João Dias invadiu o Palácio, o seu Palácio de Governo, o senhor é o Governador, uma Secretaria de Estado, agrediu pessoas e jogou R$200 mil lá nesse local. Por que o senhor não processou o Soldado João Dias?

O SR. AGNELO QUEIROZ – O processo disciplinar está correndo normalmente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Na Justiça.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, que Justiça! Ele é policial militar, está correndo o processo disciplinar normal.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A outra pergunta é o seguinte: quando o senhor vai para a Anvisa e lá se inicia um processo de autorizações, na operação Panaceia, recentemente feita, aparece lá um fato marcante, porque lá tem uma agenda que, ao lado do seu nome, tem R$50 mil. Quando o Sr. Daniel Tavares pagou R$5 mil na conta quando o senhor era diretor da Anvisa e coincidentemente o Certificado de Boas Práticas da empresa que ele representava saiu no mesmo dia que os R$5 mil entrou na sua conta e ele declarou que isso era a complementação dos R$45 que já tinha lhe alcançado em dinheiro, a pergunta é: os R$50 mil era quanto custavam os Certificados de Boas Práticas quando o senhor era diretor da Anvisa?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Pelo menos a minha prática não pode ser semelhante à sua, então, jamais qualquer certificado da Anvisa tem valor financeiro. Eu fui vítima de uma acusação leviana e irresponsável como essa e tomei, a Anvisa tomou a decisão, fez a investigação e mostrou, de forma inequívoca, depois de um inquérito, que não tem nenhuma vinculação de uma coisa com a outra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Bom, eu tive sempre muito respeito pelos comunistas, porque, apesar de discordar deles, os considerei idealistas, mas creio que desde a sua assunção ao Ministério do Esportes houve uma troca de "ista", acho que não é idealista. Eu identifico que lá, na sua administração e na administração do Sr. Orlando Silva, que a atual Presidente Dilma demitiu, os idealistas se transformaram em vigaristas, porque o projeto foi algo absolutamente...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu peço a retirada de expressões que não condizem com o Parlamento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só um minuto. Só um minuto. Eu falei de uma observação pessoal que é um juízo de valor que faço. O meu mandato me permite.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Ao Partido Comunista do Brasil, que não está aqui para se defender.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu não falei isso neste momento direcionado para o... Eu estava fazendo uma análise. Por que faço essa análise? Porque quando o Sr. Governador atua sobre aqueles policiais e sobre o Delegado Giancarlos Zuliani Júnior, que conduziu o processo da Shaolin, em que identifica que ele poderia ter recebido, há suspeitas, R$256 mil, o Governador processa. Só que, este ano, o processo chega ao fim. Processa por calúnia, injúria e difamação. E a Juíza, a Drª Gabriela, da primeira... Da Vara Cível aqui do Distrito Federal, não dá acolhimento ao processo que o Sr. Governador fez em relação a esse delegado de Polícia. E isso é ato dentro do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Próximo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E eu queria completar... Espera aí, Presidente. Fui interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já afirmei a V. Exª que já dei um minuto a mais a V. Exª. Complete a sua afirmação. Complete a sua afirmação. Complete. Complete.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Por que o Sr. João Monteiro foi nomeado Diretor do SLU?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim. Pronto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor o conhecia anteriormente?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu o indiquei. Conhecia sim. Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, pessoa de serviços prestados a esta comunidade.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, todos os requerimentos de quebra de sigilo são de dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O Relator Odair Cunha distribuiu a todos os membros da CPMI, Presidente. Eu só quero coerência. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Com a palavra o Deputado Cândido Vaccarezza. É matéria de amanhã.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Governador Agnelo, advogados que o acompanham, eu acho que na manhã e tarde de hoje esta CPI deu um passo muito grande. Primeiro, com a conduta do Governador Agnelo de responder a todas as perguntas sem nenhuma vacilação, com firmeza, de forma educada, mas deixando claro para a população sua inocência e a ação que V. Exª, Governador, sofreu, pela maledicência e política organizada do crime organizado, da quadrilha do Sr. Carlos Cachoeira tentando atacá-lo a cada momento. Infelizmente, a oposição se apequena na discussão de hoje. Primeiro, porque não reconhece as informações que V. Exª falou, e repete as perguntas, as respostas, e traz novidades que, na realidade, são apenas pirotecnias.

Eu não ia nem falar, mas como ouvi aqui no plenário que o sigilo de V. Exª estava quebrado pelo Superior Tribunal de Justiça, quem falou isso ouviu o galo cantar e não sabe onde. O que houve foi uma abertura de inquérito, uma requisição pela abertura de inquérito da Procuradoria-Geral da República... Aliás, a V. Exª e ao Governador Perillo. Ainda não tem nem relator no Superior Tribunal de Justiça. E, diferentemente do Sr. Perillo, V. Exª, como fez aqui nesta CPI, como fez aqui nesta CPI, V. Exª encaminhou o sigilo bancário, fiscal e telefônico de V. Exª para a Procuradoria-Geral da República. Mais uma vez, V. Exª deu o exemplo. E acho que o movimento no Twitter e nas redes sociais foi muito importante para o Governador Perillo recuar e concordar com a quebra do seu sigilo e para, amanhã, a oposição votar a favor da quebra do sigilo dos dois. Acho que também o Governador Perillo deveria encaminhar para o Procurador-Geral da República o seu sigilo bancário, fiscal e telefônico.

Então, mais uma vez, V. Exª sai daqui grande, mas sei que V. Exª é um homem humilde. Não quer sair desta CPI grande. V. Exª quer sair desta CPI com a certeza de que nós procuramos a verdade. E o foco desta CPI... Como eu disse ontem, com cuidado, com jeito, para o Governador Perillo, se a casa dele não tivesse três cheques de uma empresa que não é a dona da casa e que foi abastecida pela Pantoja, eu nem iria tocar nesse assunto, como não toquei no assunto dos processos que ele sofria, mas o problema da casa dele entrou na discussão da nossa parte aqui porque quem pagou foi a organização criminosa que transferiu dinheiro para a tal Excitant, que foi quem pagou a casa, de onde saíram os cheques.

Diferente de V. Exª. V. Exª chegou aqui e abriu o sigilo de V. Exª para todos, como o fez com o Procurador-Geral da República. Então, não adianta continuar o debate mesquinho, maledicente, carregado de aleivosias porque não irá em atingir em nada V. Exª.

Há outra questão que eu queria deixar aqui, Presidente, Relator e Governador. Nós aqui nesta CPI hoje temos a possibilidade de colocar todos os esforços da CPI para o que o Brasil está esperando. O que o Brasil espera desta CPI? Que ela ajude a desmantelar uma organização criminosa que se infiltrou no Centro-Oeste do País, fez espionagem política, espionagem empresarial, corrompeu agentes públicos em diversos segmentos, em diversas esferas de Governo, e que usava não só o jogo e a contravenção do jogo clandestino, mas todos os crimes conexos. Então, com os dados das quebras de sigilo que nós vamos complementar amanhã, com os dados que nós vamos ter – amanhã, não os de V. Exª, porque sei que não terá nada; e espero que não tenha nada no do Governador Perillo. –, com os dados das empresas que nós vamos quebrar lá amanhã, inclusive os da Excitant, que nós cheguemos ao coração desta organização criminosa e ajudemos a desmantelá-la. Que isso sirva de exemplo para outras que existem em outros Estados, provavelmente!

Então, Presidente, vou economizar meu tempo. Não tenho nenhuma pergunta a fazer ao Governador, porque acho que ele já respondeu a todas. Agora, resta-nos, além de dar os parabéns ao Governador – e sei que a oposição está também com vontade de parabenizá-lo – trabalhar nos dados que nós temos aqui para ajudar a desmantelar essa organização criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito obrigado, Deputado Vaccarezza.

Como Líder, Chico...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu me ausentei desta sala aproximadamente às 17h porque fui almoçar – não havia almoçado ainda – e fui informada de que o Deputado Onyx Lorenzoni fez uma referência desrespeitosa ao meu partido, ao PCdoB, e ao Ministro Orlando Silva, além do Governador Agnelo.

Quero, Sr. Presidente, passar à Mesa uma decisão que foi tomada ontem pela Comissão de Ética da Presidência da República, que inocentou o Ministro Orlando Silva. E nem vou utilizar as palavras de baixo calão utilizadas pelo Deputado Onyx Lorenzoni, porque essa é a marca dele; não é a marca nossa.

Aliás, Sr. Presidente, esse tipo de atitude é de quem está desesperado.

Fui comunicada também de que V. Exª pediu para retirar dos Anais...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já o fiz.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – ...as referências desrespeitosas e inverídicas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já o fiz, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Peço que V. Exª coloque nos Anais desta Comissão, desta CPMI a decisão tomada ontem.

O ex-Ministro Orlando Silva foi quem pediu que fosse investigado, e está sendo feita a investigação.

Então, quero aqui repelir as palavras desrespeitosas, caluniosas e desequilibradas, aliás, desse cidadão, que tem tido essa prática de desequilíbrio, não só aqui, mas no Parlamento como um todo.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Recebo e peço a inclusão no material taquigráfico.

Com a palavra, como Líder, o Deputado Chico Alencar, por cinco minutos, sem indagações à testemunha.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – De alguma maneira, nós sempre fazemos indagações, embora ...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele não pode responder.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Embora o depoente não tenha nenhuma obrigação de responder, de repente, no meio de outras respostas, pode tratar das questões que eu vou trazer aqui e que estão fora de um certo Fla-Flu aqui entre PT e PSDB, aos amigos tudo, aos inimigos os rigores da lei. Nós não estamos nessa. O PSOL votou sim a favor da vinda do Governador Agnelo, como da do Governador Perillo e quer ainda a vinda do Governo Cabral porque entende que há esclarecimentos a serem feitos.

A PGR, que acaba de solicitar ao STJ o inquérito para investigar possíveis vinculações dos Governadores que vieram aqui com o esquema Cachoeira, cumpriu o seu papel. Então, aqui nós estamos cumprindo o nosso. Isso não é retaliação nem ofensa. Aliás, perguntar não ofende.

O que esta CPI examina? Ela examina o processo de captura de estruturas do Estado brasileiro pelo esquema negocial criminoso Cachoeira/Delta, que é o da hora, mas já houve outro. Aqui, no Distrito Federal, isso chegou a níveis de paroxismo em passado recentíssimo. E não é só no Centro-Oeste que essa quadrilha atuou ou pretendeu atuar. Ela tinha tentáculos que se estendiam.

O que deu para constatar dos depoimentos de ontem e de hoje e do que a gente analisa dos documentos da CPI, Senador Randolfe e nossa equipe, é que, na vida pública de Goiás e no Governo recente, atual, essa captura se deu em ampla escala, inegavelmente. Não dá para esconder e, lamentavelmente, isso é um processo. Aqui, no Governo do Distrito Federal, que é o caso em tela, não há dúvida de que houve essa tentativa forte no vácuo da corrupção anterior, o esquema Cachoeira/Delta no Distrito Federal, no seu entorno, na chamada "Las Vegas do entorno", que é aqui, Valparaíso. Havia, sim, um forte enraizamento corrompendo policiais, corrompendo autoridades. Então, o enfrentamento disso é muito difícil e exige um rigor ético absoluto e absoluta unidade.

O Governador Agnelo disse assim: "Aqui não tem governo amigo da Delta" e aí exemplificou com um contrato – aliás, por decisão judicial, já extinto. Entretanto, o PAC, por exemplo, está cheio de obras da Delta. É de supor, então, que o Governo Federal é amigo da Delta? Nem sempre, não necessariamente, mas precisa ter lupa, e ainda bem que a CGU considerou a Delta inidônea, é uma empresa fajuta. No meu Estado, o Rio de Janeiro, ela tem amplos tentáculos. Cavendish tem que vir aqui e ter a coragem de falar, assim como o Pagot também, ainda que ele pague geral para gregos e troianos, já que Miro reclamou de eu falar de Fla-Flu.

O Governador Agnelo disse que – sem art. 14 – não há ligação... Senador, o Governador Agnelo disse: "Não há ligação telefônica nenhuma de Cachoeira ou o seu bando para o Governador ou qualquer secretário". Agora, houve mais. Aí, fica com uma indagação, se houver a possibilidade de esclarecer. Eu entendo que mais grave do que uma ligação telefônica – e aí tanto o Governador de hoje quanto de ontem disseram que não comentam declarações de terceiros ao telefone – Cláudio Monteiro com Cláudio Abreu, que a Polícia Federal nos disse que era o homem do empre-

endimento expansivo do Cachoeira, e o Dadá, notório bandido também do esquema, reuniram-se duas vezes, se não me engano, para tentar introduzir os interesses escusos da Delta na administração, do esquema Cachoeira/Delta na administração do Distrito Federal.

Então, causa-me certa espécie, Governador, quando você diz aqui hoje que o Cláudio Monteiro é um homem de absoluta confiança. Não deveria nem ter saído da chefia de gabinete, então. Isso fica nebuloso.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – O sigilo que o senhor abriu aqui meritoriamente – e deve ser uma atitude permanente de qualquer pessoa politicamente exposta, e parabenizo, está criando inclusive uma virtuosa competição se Marconi confirmar também, de resto a CPI tem autorização para fazer isso – não combina com o esclarecimento que ficou insuficiente aqui. E aí outra semelhança com o Perillo de episódio, parafraseando nosso Drummond, há uma casa, não uma pedra, no meio do caminho e eu espero que vocês se esqueçam desse acontecimento na vida de suas retinas já fatigadas com tantos problemas.

A esta Casa, eu acho que é mais simples do que compulsar o sigilo aberto, é só explicar o pagamento aqui. Foi em cheque? Foi o dinheiro? Veio um senhor aqui, professor milionário, que disse que levou em pacotinhos 1,5 milhão, o que é estranho, mas esse esclarecimento está faltando a esta CPI.

Por fim, encerro. Nessa sua declarada vontade de reconstituir o poder público em bases republicanas no Distrito Federal, é problemático, na sua própria campanha, ter recursos volumosos de campanha da União Química, da Biolab Farmacêutica. E eu disse a mesma coisa em relação a situações similares do período. O senhor trabalhou na Anvisa por muito tempo; então, há intermediação de interesses e pode haver interesses escusos aí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O seu tempo está esgotado, Deputado Chico Alencar.

Quero nominar os próximos oradores inscritos: Deputado Miro Teixeira, Senador Randolfe Rodrigues e Senador Cássio Cunha Lima.

Deputado Miro Teixeira, com a palavra para os seus dez minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Governador Agnelo, normalmente sou obrigado a falar em pé, de tanta gente que fica aqui na frente.

Acho que V. Exª desarticulou tudo o que estava preparado para tentar derrubar a credibilidade de V. Exª e o que se vê agora é o esvaziamento do plenário. Aqui estão pessoas basicamente dos partidos que lutaram muito pela democracia no Brasil e outros que não estão mais naqueles partidos, mas que também lutaram pela democracia no Brasil. É muito sintomático.

Eu cumprimento V. Exª porque aqui não veio com claque. V. Exª não trouxe uma claque. V. Exª veio de peito aberto. V. Exª não veio aqui para ser aplaudido pelos seus. V. Exª acabou sendo aplaudido aqui por membros da Comissão e, eu lhe digo, isso é raro. V. Exª tem vindo aqui, no Parlamento, e sabe que isso é raro numa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Estamos numa sequência de frustrações quanto a depoimentos. Não me coloco entre os frustrados, porque não acredito em depoimentos como forma de se obter algum dado relevante para uma investigação. O depoimento é sempre um instrumento da defesa: deve ser convocado ou convidado para se defender. As provas nós obtemos com cruzamento de dados, e os dados estão fartos e estão chegando.

Não entro em nenhuma disputa do tipo base e oposição numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Acho que, ao longo dos trabalhos, essas disputas vão desaparecendo, porque o parlamentar que se entregar a esse tipo de disputa, ignorando as provas dos autos, acaba se desqualificando perante os seus eleitores.

Celebro a disposição de V. Exª em trazer aqui o seu sigilo e colocar à disposição os seus sigilos bancário, fiscal e telefônico.

Devo lhe dizer que, na minha concepção, esses sigilos têm que ser quebrados pela Comissão: não apenas aquilo que é disponibilizado é usado pela Comissão. Devemos pedir a transferência – não é nem tecnicamente uma quebra, antes que o Dr. Grossi, velho professor de todos nós, me olhe enviesado. O que pedimos é a transferência desses sigilos e usamos essa prerrogativa constitucional, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, porque se aceitarmos pura e simplesmente de V. Exª essa oferta como recebemos – eu recebi como um ato político. Imagine só se entrarmos na discussão de receber um sigilo porque alguém ofereceu ou não, e aí começar a discussão se vai quebrar ou não.

Vamos quebrar. Requeiro e já requeri ao Relator que quebre o seu sigilo porque é uma prerrogativa do Legislativo e, juntamente, quebre o sigilo do Governador Marconi Perillo, usando a expressão "quebre" no sentido de transferência, porque não há quebra nenhuma.

Ontem tentei estabelecer aqui um debate, mas, lamentavelmente, não foi possível. Nós todos temos notícias de certa arapongagem paralela, o poder paralelo de arapongas. Vira e mexe temos uma noticia dessas. Ontem um Senador da República fez menção a mídias que foram apreendidas pela Polícia Federal na casa do Cachoeira e de uma outra pessoa, cujo nome agora não me ocorre – eu não trouxe aqui a anotação.

E, lamentavelmente, quando falei, fiz menção a esse Senador, que, numa forma muito estranha, usou esse tal art. 14 do Regimento do Senado sem ser uma referência desairosa – era o contrário: em apoio ao que ele havia falado –, e se desviou a discussão para quase um debate muito desagradável.

Mas eu vou concentrar o meu tempo aqui com V. Exª não buscando de V. Exª algumas confissões. Eu lhe confesso que não percebo uma boa administração em Brasília. Eu ando muito na rua aqui em Brasília. Surgiu aquela mística de que Brasília não tinha esquina nem tem botequim. Brasília tem esquina, tem botequim. Brasília tem uma geração própria já. Tem gente muito crítica se reunindo pelos bares. Restaurantes e bares do Rio de Janeiro estão abrindo aqui, em Brasília, outros estabelecimentos. Mas comecei a tentar a entender o que se passa. V. Exª assume o Governo sucedendo a quantos governos de dificuldades enormes. Não lhe dou com isso um *habeas corpus* para administrar mal não, mas lhe faço um apelo: não fique trancado no gabinete, ande na rua, porque a população não está alegre com o seu Governo, não está nada alegre com o seu Governo. É claro que sempre existem aqueles que têm as suas necessidades imediatas atendidas e existem também os áulicos. Agora, para V. Exª ter ideia, essa foi uma reivindicação que recebi hoje ao descer do meu bloco, para dizer isso aqui a V. Exª – havia lá um grupo de pessoas que me conhecem; estou aqui há tantos anos –, para dizer a V. Exª o que está então falado.

Eu quero mesmo é que V. Exª fale dessa arapongagem. Essa arapongagem é tremenda. Essa arapongagem está se espalhando pelo Brasil, está estendendo tentáculos sobre governadores. E a grande maioria ignora. Ontem, cheguei a encontrar no Governador Perillo um vestígio de concordância com isso, mas, lamentavelmente, houve a tal disputa por refletores aí e não pudemos seguir um caminho de persecução real de um problema que está acontecendo no Brasil.

Gostaria que V. Exª nos dissesse o que pudesse sobre esses arapongas, sobre essas lutas. Não são agentes federais não. São pessoas que têm acesso, sim, a guardião; têm acesso a pessoas com tecnologia para mexer nesses equipamentos todos; controlam a vida dos cidadãos que estão em relevantes funções públicas ou que têm relevantes posições sociais ou empresariais; usam para o seu poder; usam para chantagear; usam para ganhar licitações em vários lugares. Aqui, em Brasília, chegou a existir o momento até da associação de crimes de morte a esses esquemas, na Operação Shaolin, se estou bem lembrando, se é que é esse o nome – perdoem-me –, que torcem o pescoço das pessoas como se vê em filme de Hollywood. E eu achava que aquilo só se via em filme de Hollywood, mas não. Existe mesmo gente encontrada com pescoço quebrado. Teriam dificuldades com V. Exª, Deputado Vaccarezza, mas V. Exª deve ficar tranquilo. *(Risos.)*

É preciso que, nessa luta, *pero sin perder la ternura*, enfrentemos essa situação de peito aberto, sem medo, andando sozinho como andamos, mas botando um dedo em cima desses personagens. Ontem, eu citei o nome de um deles aqui, que tem até uma carteira do Corpo de Bombeiros de Goiás. E eu perguntei ao Governador se isso era normal. Ele disse que não era normal.

Eu quero me concentrar um pouco aqui em algumas coisas. A Data Traffic, Sr. Relator, eu acho que já foi quebrado o sigilo, mas temos que começar a pedir pressa nisso aí, que tem o Cachoeira no meio disso com a Delta, que tem uma indústria de prestígio sobre esses pardais eletrônicos. Essas coisas são muito relacionadas.

Eu pergunto ao Governador – não é para uma resposta imediata, mas para, se puder, mandar à Comissão – de que maneira foi feito esse contrato com a Data Traffic. Houve licitação? Não houve licitação? Houve dispensa de licitação? Pergunto se os serviços dela são prestados exclusivamente em Brasília ou no entorno, segundo o conhecimento de V. Exª – não vou pedir que V. Exª saia procurando aí, pelo Brasil inteiro.

Pergunto se V. Exª já ouviu falar de negócios envolvendo a construção de uma represa, Corumbá IV, que me parece que é aqui na periferia. Se puder mandar para nós esses documentos, porque imagino que V. Exª não tem de cor, e eu lhe digo: há conexão entre essas coisas aí, como se verá lá na frente.

E, finalmente, pergunto se V. Exª ouviu falar de uma tentativa de o Carlos Cachoeira se instalar aqui, em Brasília, mais fortemente – o jogo passou a ser coisa pequena para ele até – e ir, também, para o sul do Brasil, especialmente começando pelo Paraná. Pergunto se V. Exª já ouviu falar de Amin José Hannouche, que foi ou é Prefeito de Cornélio Procópio, no Paraná.

E encerro esta minha participação, dizendo que vamos trabalhar muito, aqui, no cruzamento de dados, porque é daí que vem a verdade que a Comissão busca.

Peço ao Relator que tome essas providências, para termos rapidamente... E vamos trazer, Relator, vamos trazer o Pagot e o Cavendish. Vamos trazer, porque V. Exª vai ver que a Delta é muito mais do que se pode imaginar.

Tenho aqui, já requerido, por sugestão do Líder da minha bancada, o Deputado André Figueiredo – e vou passar às mãos de V. Exª –, um requerimento com descrição de supostas irregularidades, mais do que isso, de graves suspeitas da Delta lá no Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – *O.K.*, Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E aqui se está olhando a Delta... Aqui, eu lhe falo: Rio de Janeiro é problemático também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – *O.K.*, Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Agradeço ao Presidente. E, se houver, generosamente, meu caro Dirceu, alguém que possa pegar essa cópia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está aí, já, na sua mão.

Com a palavra, a testemunha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ... para entregar ao Relator, agradeço.

Muito obrigado, Sr. Governador.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Muito obrigado, Deputado Miro Teixeira. É uma honra sempre grande ouvi-lo.

Vou responder de trás para frente, aqui, para agilizar.

Realmente, nunca ouvi falar nessa pessoa, Amin José. Se o Cachoeira queria se instalar aqui, realmente, não tenho essa informação. E me comprometo a mandar para a CPI todo o contrato com relação aos pardais, para ver se tem alguma vinculação. Não sei nem qual é a empresa que faz isso, mas me comprometo já, amanhã mesmo, a mandar tudo isso para aqui.

E quero falar: Corumbá IV, mando também para aqui. Hoje, a nossa empresa de energia elétrica, a CEB... Recebi, de forma pré-falimentar, a situação dramática; tive de alterar a data, recebendo do ICMS, para poder pagar a funcionário. Mas, só por uma gestão austera, profissional, essa empresa já começou a dar lucro em seis meses. Não tenho dúvida de que vamos recuperar essa empresa estatal de grande importância...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Os arapongas. Os arapongas.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Vou chegar lá.

E essa empresa, que é uma empresa muito importante para o desenvolvimento e para a segurança da Capital do Brasil, nós vamos recuperar.

Muito do prejuízo foi justamente o financiamento de Corumbá IV.

Quero falar sobre essa questão da arapongagem, em que V. Exª tocou de forma muito precisa. Estava ouvindo ontem, também, e observei sua intervenção muito correta. Chega a citar nome de pessoas que estão no submundo aqui.

Infelizmente, essa organização criminosa, a que nos referimos, que estava no poder aqui, no Distrito Federal, seus tentáculos eram muito maiores do que apenas influência para se locupletar com os recursos públicos. Isso foi estruturado ao longo dos anos, e também se criou uma organização mesmo criminosa, com arapongas. Isso repercute em alguns *blogs* muito conhecidos aqui no Distrito Federal como *blogs* do esgoto, que patrocinam isso o tempo inteiro. E esses segmentos se articulam com grande facilidade. Chegam, inclusive, às vezes a ganhar a grande imprensa, vindo desse esgoto, que é justamente a produção de tentar pegar uma pequena verdade e transformar numa grande mentira, articular dossiês, montar escritórios.

Pode observar que está aí, pela degravação da Polícia Federal. O relato do Dadá diz: "montagem de escritórios aqui no Distrito Federal para [a palavra não dá para pronunciar, que é muito grave e vou substituir aqui por arrebentar] [...] com o governador". Mas a palavra, a expressão é muito pior. Montagem de escritório aqui, montagem de escritório, arapongagem de toda ordem. Não poupa ninguém com isso.

Mostrei aqui na minha intervenção que eu fui vítima disso, e mais 300 telefones aqui do Distrito Federal. Instrumentos como esse que foi pregado no carro do Cláudio Monteiro para rastreamento etc, isso está sendo investigado. Não poupa...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Cláudio Monteiro é o da Delta?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Cláudio Monteiro, que é o meu ex-chefe de gabinete, que estava sendo rastreado dessa forma. Isso foi pego num carro dele, e está em investigação neste momento. Mas não poupa o chefe da Polícia Civil aqui, que foi vítima. Não poupa o secretário de segurança pública do Distrito Federal, nem o governador, e é justamente quando a gente vê a sanha, a ousadia que esse grupo tem. O grande objetivo deles é derrubar o Governo, porque o recado que dão sob uma pressão continuada é: ou cede à pressão deles para fazer o que eles querem, ou eles derrubam. Isso é conhecido na cidade. Isso é conhecido na cidade, e eu tive a ousadia de peitar essa turma. E estou apanhando desde o primeiro dia que tomei posse, com todo tipo de violência, de ataque, das formas mais sórdidas, por essa ação criminosa aqui.

Por isso, fiz um apelo. Talvez muita gente não tenha entendido quando falei que estamos aguardando... O povo de Brasília aguarda que o Ministério Público faça a denúncia da caixa de Pandora, porque esse segmento foi destronado, mas ninguém está preso, e continuam fazendo essa prática criminosa aqui no Distrito Federal, atuando, produzindo, zombando de mercenários, que não trabalham. Trabalham para receber dinheiro de um adversário, de alguém que eles vão pagar. Isso aqui é uma prática corriqueira que nós vamos enfrentar custe o que custar. Ou a gente faz isso... Aqui é a capital do Brasil, isso aqui não é uma

fazenda ou um curral de algum chefe político. Aqui é a capital do Brasil. Aqui está instalado o Poder Judiciário; aqui estão instalados o Poder Executivo e o Poder Legislativo, que são vítimas também disso. São vítimas. Acompanham, chantageiam. Nós temos notícia de toda ordem disso, e a capital do Brasil não pode ser uma corte apodrecida por esses grupos. Hoje, há facilidade desses instrumentos, de grampos que se conseguem em qualquer lugar. Não é mais preciso ir muito longe, a Israel para buscar isso. Você vai aqui à feira dos importados e em qualquer lugar...

É muito grave e precisa ter uma ação energia, uma união nossa, até suprapartidária. Não pode ser uma luta política uma coisa dessas. É romper com o que há de mais sagrado, que é a privacidade das pessoas. E isso tem de fato acontecido aqui, e é justamente, Miro, nas sombras desse submundo que está isso sendo reproduzido de forma muito articulada, muito articulada.

Mas, de nossa parte, Presidente, instalamos uma comissão de investigação séria, selecionamos policiais civis, delegados de experiência, e vamos a fundo, custe o que custar, para enfrentar isso, pelo bem da capital do Brasil, da democracia, da privacidade, da defesa da Constituição. Nós não podemos conciliar com isso. Não podemos conciliar. Hoje, você não liga porque é alguém que está sendo vítima, mas amanhã será você. Amanhã será você. E são grupos criminosos acostumados a chantagear, e sei que, no passado recente, alguns dirigentes se curvaram a esse grupo, e deu no que deu. Por isso que nós não vamos conciliar de forma nenhuma com eles, estou disposto a apanhar... E certa vez cheguei a falar, no auge desses ataques vis, cheguei a falar, porque eles me atacaram violentamente... Não podem atacar o meu governo, porque não há uma denúncia no meu governo. O rigor que eu instalei... Secretaria de Transparência, 14 mil auditorias, fui para cima de cada contrato desse. Vocês acham que a gente pegou esse esquema de Delta-Cachoeira porque a gente tem uma luz, é iluminado? Não, foi estrutura de governo, de rigor, de fazer auditoria em todos os contratos, de acompanhar os contratos e botar para cumprir. Por isso é que nós pegamos.

Nós estamos sabendo agora de ligação de Delta-Cachoeira, agora, não tinha como saber disso no começo do ano ou há um ano e meio, quando tomei posse. Estamos sabendo disso agora, estamos sabendo disso agora. E nós pegamos esse, mas estamos agora enfrentando outra grande batalha, que é no transporte público aqui, grande batalha. Estou com grandes dificuldades, estou enfrentando outra batalha grande, que é retomar os terrenos públicos que foram dados a troco de propina. Retomei os terrenos para o desenvolvimento industrial, e isso era usado a troca de moeda.

Enfim, nós estamos dispostos a enfrentar. Peço a ajuda de vocês, peço a ajuda do nosso Parlamento, porque isso não pode continuar acontecendo na capital do Brasil, não pode acontecer. Pode ter certeza, Deputado Miro Teixeira, de que nós não descansaremos enquanto não desbaratarmos esses grupos criminosos, não descansaremos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O próximo orador inscrito é o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Só uma rápida divergência com o meu querido companheiro de partido Chico Alencar na paronímia, na comparação de Fla-Flu. Como eu sou da nação rubro-negra, eu não me identifico com as agremiações aqui em conflito. Então, não vamos comparar com Grenal, Cruzeiro e Atlético...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – E como tricolor também não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP –PI) – Deixa o Cruzeiro fora disso aí!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Enfim, eu já o cumprimentei, Governador, pelo fato de o senhor ter vindo para cá e ter colocado à disposição o seu sigilo. Aliás, eu diria mais: o senhor se dispôs a quebrar o seu sigilo, mas acho que a gente tinha de ir adiante e quebrar além do período aqui proposto, desde 2003 até agora. Acho que, em decorrência de sua posição, o Governador Perillo anunciou, através do Líder do PSDB aqui, que também se dispunha a abrir o seu sigilo.

Bom, dos governadores que nós votamos, convocamos aqui para a CPI, um não foi convocado pelo voto da maioria. Então, só falta um ter a mesma disposição dos dois primeiros: poderia o Governador Cabral ter um belo gesto republicano e, à luz dos exemplos do Governador Perillo e do Governador Agnelo, também dispor do seu sigilo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Há mais 22 governadores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim, mas três é que estão envolvidos, citados com Cachoeira e Delta. Lembremos: esta CPI deixou de ser só de Cachoeira. Alguém tem alguma ilusão de que Delta não está no núcleo desta CPI? Repetir para não restar dúvidas: uma empresa de Cachoeira se chama Alberto Pantoja, essa é a que recebe o maior número de transferências da Delta. Da Delta Goiás, da Delta Centro Oeste? Não, da Delta com CNPJ do Rio de Janeiro, com depósitos feitos de duas agências bancárias do Rio de Janeiro. A Delta está no coração desta investigação.

Outro aspecto é o seguinte.

Quero lhe cumprimentar também, Governador, pelo fato de o senhor não ter arguido o princípio da presunção da inocência aqui. Fez bem, porque a presunção da inocência é um princípio do direito fundamental, surgido no século XVIII em função do cidadão e não do agente republicano. A república, a coisa pública, a *res publica*, surgida na Roma antiga e surgida modernamente, protegeu, para o cidadão, direitos individuais como o da presunção da inocência, mas, para o agente público, embora isso não seja dito na Constituição, não é esse o princípio que deve prevalecer. Ao invés disso, o agente público tem de estar à disposição da investigação, de ser investigado, tem de querer ser investigado, e não argumentar com um princípio que é, originalmente, em decorrência, em função do cidadão.

Nesse sentido, agora à tarde, a Procuradoria-Geral da República decidiu pedir abertura de inquérito com relação ao Governador Agnelo e ao Governador Perillo. Ou seja: essa decisão da Procuradoria-Geral da República prova quão correto foi a CPI ter convocado S. Exª, o Governador do Distrito Federal e ter convocado ontem S. Exª o Governador do Estado de Goiás. Essa decisão da Procuradoria-Geral da República aponta indícios. Comissão Parlamentar é de Inquérito, ela busca indícios. Inquérito está, no ordenamento jurídico brasileiro, entre os arts. 1º e 20 do Código de Processo Penal. Não se trata da prova dada; trata-se do indício, do inquérito, dos elementos. Em relação a agente público, deveria ser disposição. Se restar alguma dúvida, vir aqui prestar esclarecimentos.

Eu acredito... Da CPI, acho que nós poderíamos ter dado um passo maior se tivéssemos convocado todos os governadores já citados. Acredito que nós poderíamos ter avançado mais se cumpríssemos os princípios do inquérito, ou seja, perguntássemos, inquiríssemos. Inquérito significa questionar, perguntar.

Eu acho que é muito bom fazer loas, parabenizar tanto o Governador de ontem quanto o de hoje. É muito bonito e fica muito agradável receber, ter palmas... Mas, enfim: isso não é para a CPI. Isso pode ser em outro local: pode ser em um comício, em um ato público de solidariedade. Mas em uma CPI? Em uma CPI tem de instigar, tem de perguntar, tem de inquirir. É por isso que a Comissão é de Inquérito: de interrogar. Acho que temos de dar um passo adiante das loas, das boas-vindas, dos parabéns. Enfim, isso não é um papel que se espera de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – quero reiterar.

Então, para cumprir... Nesse sentido, Governador, eu tenho algumas questões que, no meu entender, precisam de uma resposta de V. Exª. Uma questão já levantada aqui anteriormente. Volto à história da casa aqui citada. Há duas questões que não ficaram claras para mim.

Primeiro, embora já tenha sido perguntada, a questão sobre o tal empréstimo para pagar a casa. A assessoria de V. Exª, seu porta-voz, anteriormente havia dito que o pagamento teria sido com o tal empréstimo feito. V. Exª, enfim, veementemente aqui negou que não tinha nenhum empréstimo, ou seja, há uma informação anterior e outra informação agora. Segundo, a forma de pagamento como se processou. O Governador Perillo, aliás, se contradisse muito com a forma de pagamento: cheque, dinheiro vivo, enfim... Acabou o cheque e vimos que o cheque era da Excitant... E aí vimos, depois... E amanhã espero que quebremos o sigilo dela, da Excitant.

Nós percebemos que o cheque dessa empresa é de uma empresa que havia recebido recursos, anteriormente, de Alberto Pantaja. Seria importante, já que houve um pagamento, V. Exª detalhar informações com relação a isso.

V. Exª também aqui fez, no meu entender, uma brilhante e veemente defesa do Dr. Cláudio Monteiro, seu Chefe de Gabinete. Ocorre que o próprio Sr. Carlos Cachoeira, em uma das gravações interceptadas pela Polícia Federal, disse que havia financiado e ajudado na campanha do Sr. Carlos Cachoeira – perdão, havia ajudado na campanha do Sr. Cláudio Monteiro. Aí, eu lhe pergunto... Em vários momentos aparecem laços estreitos entre o Sr. Carlos Cachoeira, Cláudio Abreu e Idalberto Martins.

Pergunto a V. Exª...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim... Cláudio Monteiro, Carlos Cachoeira, Cláudio Abreu e Idalberto... Aparecem, em vários momentos, nas interceptações da Polícia Federal, vínculos. A pergunta é se V. Exª não tinha conhecimento desses vínculos existentes.

V. Exª já refutou que tenha tido qualquer tipo de participação, no seu Governo, de integrantes da organização do Sr. Carlos Cachoeira. Mas, nas interceptações, aparecem diálogos no sentido de providenciar uma lista de nomeações em diálogo com o Sr. Cláudio Monteiro.

É um esclarecimento que eu consideraria necessário.

A outra questão é a seguinte: V. Exª foi firme aqui em dizer: "Nunca troquei um telefonema sequer com o Sr. Cláudio Abreu". Eu quero reiterar: há uma interceptação telefônica que dá conta de que, nessa interceptação telefônica, o Sr. Carlos Cachoeira dialoga

com o Sr. Cláudio Abreu, e nesse diálogo o Sr. Cláudio Abreu disse que iria almoçar com V. Exª.

Pergunto se esse almoço veio a ocorrer, se esse almoço não se concretizou e, se se concretizou esse almoço, o que foi tratado nele... E aí, ainda nesse sentido, em outro diálogo é afirmado que, em reunião com a presença do Sr. João Monteiro, o senhor – é lógico que o senhor não aparece no diálogo, quero reiterar isto –, mas nesse diálogo aparece que o senhor teria pedido para que ele cuidasse da Delta. A pergunta é: essa afirmação procede? Essa afirmação de fato prosperou? Existiu essa situação?

Para mim, Sr. Governador, parecem-me necessários esses esclarecimentos no conjunto do depoimento de V. Exª.

E eu espero, Sr. Presidente, para concluir, amanhã – é inevitável, Sr. Presidente –, temos que avançar nas investigações. Temos que avançar. E o sentido, a direção para onde temos que avançar é no sentido da Delta.

É importante termos depoimentos aqui, primeiro, de pessoas que queiram falar; segundo, é importante que nós tenhamos, nós superemos o clima de – eu não vou usar, meu querido Chico, Fla-Flu, porque eu já disse que me identifico – de grenal ou coisa parecida. Que superemos o clima de grenal, superemos o clima de disputa aqui, de claques e tal, e possamos trazer para cá quem quer falar. Parece-me que tem uma pessoa ansiosa para falar, que é o Sr. Luiz Antônio Pagot. Ele tem que vir urgentemente a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Cássio Cunha Lima, com a palavra para o seu tempo de dez minutos. *(Pausa.)*

Desculpe-me.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – O Governador Agnelo talvez...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Governador, como testemunha, porque o Senador Randolfe lhe fez três perguntas.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Claro.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Senador Randolfe, obrigado por sua intervenção.

Primeiro, não tenho conhecimento sobre contribuição de campanha para Cláudio Monteiro.

Interceptação que fala em lista... Eu já falei sobre isso aqui e quero reiterar: esse grupo não conseguiu indicar um único nome no meu Governo. Um único nome. Se interceptação – que eu não tenho controle nem governabilidade sobre conversa de terceiros –, dá até para compreender o papel deles. Querer indicar, se articular para indicar, disso aí eu não tenho controle. Eu tenho controle de que não indicou. Não indicou.

Em relação a se teve, nesse telefonema entre Cláudio Abreu e Cachoeira, que fala que vai almoçar comigo e tal, não teve o almoço. Não tenho controle sobre as conversas deles. Tenho sobre a minha agenda, e não teve almoço nenhum, nem café, nem almoço, nem jantar, nenhum telefonema, nem dei telefonema e nem recebi telefonema.

João Monteiro. Essa reunião que fala de cuidar... Se eu cuidei de alguma coisa, foi do interesse público, porque eu fiz auditoria nesse contrato, botei para cumprir o contrato, dotei meu SLU, que é a empresa que faz a gestão do lixo, de aparelhamento para poder fazer a fiscalização, reduzimos violentamente o pagamento em um milhão de um mês para outro, pro mês, só ao instalar a balança, só medindo entulho, porque a medição era feita pelo "olhômetro". E, evidentemente, isso já deve vir de muito tempo, já se estabeleceu um padrão sobre o peso de um caminhão. Só que na hora em que a gente botou para pesar, a realidade foi outra e caiu uma economia de um milhão por mês só na parte do entulho. Esse eu cuidei do interesse público. Mas não teve nenhuma reunião com o João Monteiro. Sequer me reuni com ele para tratar de Delta. Sequer me reuni. O que eu fiz foi cobrar a fiscalização e a execução desse contrato. Isto eu fiz. Esta é minha responsabilidade.

Com relação à casa, não tem empréstimo nenhum da casa. Tive a informação de que o meu porta-voz também não falou em negócio de empréstimo. Não tem empréstimo da casa. A casa foi paga. Está aí o sigilo para ter acesso. Tem cheque de entrada da casa, tem outros pagamentos, tem tudo isso, com esse detalhamento. Não tem problema, não tem mistério nenhum. Quando ele se referiu a empréstimo, é porque na minha declaração do Imposto de Renda tem declarado como patrimônio prestações a vencer Ou seja, dívida, tem declarado dívidas, tem R$300 mil em dívidas, que são prestações que vão vencer ao longo de cem meses para frente, mas isso está declarado como patrimônio. É isso que se tratou. Então, quero deixar claríssimo isso aqui. Não tem nenhuma dúvida, nenhuma tergiversação com relação a isso. Por isto que eu disponibilizei: porque vocês vão ver onde era a origem e onde entraram esses pagamentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, sim, Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Governador Agnelo Queiroz, Srªs e Srs. Parlamentares membros desta CPMI, durante a sessão de hoje, Sr. Presidente, fui derrotado em uma questão de ordem no que diz respeito à interpretação de V. Exª em relação ao art. 14, o que nos poderá custar caro um pouco mais adiante – suponho –, e que me deixa

à vontade para mencionar Parlamentares que mesmo ausentes me antecederam em suas falas.

Antes eu possa cumprimentar de forma absolutamente respeitosa e fraterna o Governador Agnelo Queiroz, com quem tive a honra de conviver neste Congresso Nacional.

Como o Deputado Silvio fez referência que, pela primeira vez, não é Kakay que aqui está sentado, quero saudar com igual respeito e deferência o Dr. José Gerardo Grossi, que, de forma atenta, prestigiou-nos com sua presença durante toda essa sessão.

O Senador Humberto Costa fez referência sobre a necessidade de se rever a conclusão desses trabalhos, os destinos, a orientação das comissões parlamentares de inquérito, até porque elas devem ter o condão de apresentar sugestões, propostas que possam resolver aquilo que é objeto da sua discussão.

Antes disso, observei aqui atentamente as condições de trabalho da imprensa, porque aqui cheguei no mesmo horário que o Governador Agnelo, exatamente às 10h30min da manhã, sentei-me nesta cadeira, sai eventualmente apenas para ir ao banheiro. Na ida ao banheiro vi, em todas as minhas passagens, as condições de trabalho péssimas de trabalho da imprensa do Brasil, que durante horas vem trabalhando tal qual os Parlamentares membros desta CPI. Que possamos respeitar aquilo que está na CLT, que está em todas as normas sobre condições de trabalho e o trabalho da imprensa livre do nosso País.

É exatamente para falar na imprensa livre que eu gostaria de celebrar – estamos seguramente chegando ao final desta reunião – o encerramento desta etapa da CPI do Cachoeira, que se encerra com o placar de um a um. Não vou aqui permitir, talvez, a comparação do Fla-Flu, porque deixem o meu Fluminense fora dessa história igualmente.

O que se viu foi, primeiro, a tentativa do PT de inibir a Procuradoria Geral da República, e o Procurador, de forma ousada e corajosa, entrou na linguagem política da discussão desta CPMI e disse para o Brasil inteiro ver que nem ele nem o Supremo Tribunal Federal se deixariam intimidar no julgamento próximo do mensalão. Perdeu o PT, portanto, nessa primeira tentativa. Perdeu também nas iniciativas que foram deflagradas aqui neste plenário contra setores da imprensa livre do nosso País.

E concluído praticamente o depoimento do Governador Agnelo, podemos dizer que deu empate sim, Excelência, porque V. Exª termina sendo objeto de uma desculpa política que deveria estar não neste espaço, não neste território, mas, quem sabe, nas ruas do Brasil ou pelo menos no plenário do Senado ou da Câmara Federal, jamais em uma comissão parlamenta de inquérito. Também fui vencido, arguindo o art. 146 do Regimento Interno do Senado, que é literal ao dizer:

*"**Art. 146.** Não se admitirá comissão parlamentar de inquérito sobre matérias*

pertinentes:

I – à Câmara dos Deputados;

II – às atribuições do Poder Judiciário;

III – aos Estados."

Portanto, mantenho meu ponto de vista. Os Governadores não poderiam ter sentado nesta CPMI. Rasgaram, mais uma vez, o Regimento Interno, para fazerem desta CPMI um embate político deplorável, que ficou em um a um.

Há uma pergunta que restou ser feita a V. Exª e, ontem, ao Governador Perillo. Com todos os enxertos, com todas as tentativas de fazer os escorregões do embate político, só uma pergunta deveria ser respondida de forma cabal, de maneira absoluta e eloquente: os Governadores, depoentes como testemunhas, fazem parte da organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira? Senhoras e senhores, a resposta é uma só para ambos os Governadores: não! Os Governadores não compõem a organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira, que é o objeto de investigação desta CPMI. A partir daí, poderemos – quem sabe? – começar o verdadeiro trabalho.

Não adiantaram todas as tentativas de transformar uma Comissão Parlamentar de Inquérito numa disputa menor, de partidos de oposição e do Governo. Aqui, nós, da oposição, somos provocados, porque somos numericamente inferiores, todos os instantes, em relação à disputa com o Governo. Ora, não é este também o local próprio para esse debate.

Tenho absoluto respeito pela Presidenta Dilma, uma brasileira exemplar, uma mulher honrada e íntegra, indiscutivelmente, que não pode ser, por exemplo, responsabilizada pelo fato de, no seu Governo, sete ministros terem caído por acusação de corrupção! Não é possível que se continue fazendo política no Brasil dessa maneira!

Que esta CPMI, finalmente, faça aquilo que é o seu papel, que investigue as ligações do Sr. Carlos Cachoeira com todos os tentáculos da sua organização criminosa no que diz respeito à Delta.

O Senador Randolfe foi, mais uma vez, brilhante, eloquente, preciso, inteligente, desenvolto no seu raciocínio, lúcido no seu pensamento.

Isto é o que nos resta fazer aqui, Sr. Presidente: investigar as ligações do Sr. Carlos Cachoeira com a Delta.

Esse jogo terminou em um a um. Essa é a grande verdade. O PT havia perdido as suas duas outras

tentativas de atingir o Procurador-Geral da República e de atingir a imprensa livre do nosso País.

Que possamos, a partir de agora, depois de muito tempo perdido, começar, de fato, a CPMI do Cachoeira, porque, até aqui, infelizmente, ela se converteu num território absolutamente inadequado e impróprio de embate político, de guerrilha política. Os que apostaram na guerrilha política perderam.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha quer se posicionar?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao próximo Líder, o Deputado Mendes Thame, pela Minoria, por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, quero fazer três rápidas observações e uma análise sobre o que está acontecendo.

A primeira observação é a de que, no início da sua apresentação, o Exmo Sr. Governador do Distrito Federal fez algumas colocações que não dizem nenhum respeito ao que estamos aqui investigando.

O Governador fez um proselitismo sobre o seu governo, dizendo que recebeu o Distrito Federal arrebentado, com as finanças depauperadas, e que conseguiu recuperá-lo. A esse respeito, tenho minhas dúvidas. O que, aqui, temos observado é que, na realidade, deveria estar imensamente melhor. O Distrito Federal é a menor área geográfica do País, pouco mais de um quarto da área de Sergipe, o menor Estado brasileiro. Tem a maior renda *per capita* do País, correspondente a três vezes a média brasileira, R$50 mil. O seu IDH é o melhor do País. A sua população é de apenas 2,7 milhões de habitantes. Portanto, teria que ser muito melhor o seu resultado. E, no entanto, o que estamos vendo é principalmente na área da segurança o caos total. Cada dia a gente vê aqui que a situação vai ficando pior. Poderia alegar V. Exª que não cabe ao Distrito Federal essa parte da segurança. Porque o artigo da Constituição diz que "cabe à União organizar e manter a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros aqui, bem como a assistência para execução dos serviços públicos por meio de fundo próprio."

E cria um imenso fundo, que prevê uma transferência de R$10 bilhões mais o orçamento aqui, que é de R$14 bilhões. Portanto, ou V. Exª põe a culpa na Dilma ou assume a culpa pelo desempenho sofrível na área da segurança, da saúde aqui no Distrito Federal.

Depois, mais duas rápidas observações. Só observações, pois como Líder não posso fazer perguntas. V. Exª informou que visitou a fábrica de medicamentos da Vitaplan, a fábrica de medicamentos de um empresário do ramo de negócios, o empresário Carlos Cachoeira, ou visitou a fábrica de um facínora, de um quadrilheiro, de um deliquente?

Por último, a terceira observação e, depois, uma rápida análise sobre a situação. O Governador Marconi Perillo já comunicou, através do Líder Bruno Araújo, que coloca também à disposição seu sigilo; portanto, o trabalho de amanhã vai ser bastante facilitado.

Uma análise rápida sobre aquilo que nós estamos vendo aqui para entender um pouco para onde estamos indo. Primeiro, nós somos um País presidencialista. Nós não somos um parlamentarismo. Se fosse parlamentarismo, a burocracia seria estável e, se um burocrata, um funcionário público cometesse alguma falha, a falha é dele, não é do ocupante do cargo do governo. Ele não escolheu ninguém.

Mas no presidencialismo é diferente. No presidencialismo, assume o Executivo quem ganha as eleições. E ao vencedor todas as batatas – já dizia Machado de Assis. Inclusive o direito de eleger, de escolher todos os seus integrantes. Uma enxurrada de cargos de confiança que são escolhidos pelo ocupante do Executivo, daquele que ganhou as eleições.

Por isso a legislação nossa reflete esse direito e esses deveres de quem escolhe. A lei de improbidade que tantos prefeitos e governadores reclamam contempla essa prerrogativa, quando diz que "mesmo quando o prefeito ou governador não é ordenador de despesa, ele responde pelos atos daqueles que ele escolheu." Quando ele tem culpa em eleger aquelas pessoas.

Por isso é que há inquéritos. Por isso é que se vai perquirir qual a culpa daquele chefe de Governo. No caso do Distrito Federal, o chefe de gabinete, Cláudio Monteiro, foi demitido, teve que deixar o cargo em 10 de abril depois de gravações mostrarem a sua ligação com Cachoeira. Também foram demitidos o Diretor Administrativo-Financeiro de Transporte Urbano, Milton Martins de Lima; o diretor do SLU, João Monteiro; o funcionário da Casa Militar Marcelo de Oliveira Lopes; João Carlos Feitosa, da Fundação de Amparo ao Preso. Todos negaram ligação com o grupo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Todos negaram relação com o grupo do bicheiro, mas é por isso... não é culpar automaticamente o Governador pelos crimes ou pelas delinquências dessas pessoas, mas o inquérito é preciso ser feito.

Por isso a Procuradoria-Geral da República, o Procurador requisitou a abertura de dois inquéritos para perquirir, para investigar a captura das estruturas do Governo do Distrito Federal pelo esquema Cachoeira/Delta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – *O.k.*, Líder.

Glauber Braga. (*Pausa.*)

Não se encontra.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, é rápida a minha intervenção.

Eu sei do longo debate que se travou, nesta Comissão, com relação à vinda ou não do Dr. Pagot. Saiu uma entrevista na *IstoÉ* com relação à disposição dele de vir a esta Casa que eu, há poucos instantes, agora de tarde, telefonei para o Dr. Pagot. Falei pessoalmente com ele: olha, eu li a sua entrevista na *IstoÉ*, achei muito importante as suas manifestações e, de um modo especial, achei muito importante o senhor se colocar à disposição da Comissão para prestar esclarecimento.

Ele fez questão de dizer o seguinte, Sr. Presidente: "Eu quero dizer que não é exata a *IstoÉ* quando diz que eu provoquei a Comissão, quando eu disse para a Comissão que ela não tem coragem de me convocar. Eu apenas me coloquei à disposição da Comissão. Agora, eu não disse: não, eu não acredito que a Comissão vai me convocar ou não vai me convocar". Agora, ele repetiu, e eu perguntei: posso ir à Comissão e dizer que o senhor vai? "Eu faço questão de depor. Eu tenho condições de depor, gostaria de depor. Se a Comissão Parlamentar de Inquérito não me convocar, eu vou me colocar à disposição da Procuradoria-Geral da República. Vou, então, entrar em comunicação com a Procuradoria e pedir para depor, porque eu estou vendo tantos fatos, tantas notícias, tantos acontecimentos com relação a uma matéria tão importante que eu acho que eu sou a pessoa hoje mais indicada a prestar esclarecimento. Não sou homem-bomba, não quero abrir... (inaudível)... contra a, contra b nem contra c, mas quero apenas esclarecer, mostrar, por um órgão tão importante pelo qual eu passei, que é tão importante para a Nação e que eu tenho muito para esclarecer."

Então, Sr. Presidente, eu vim dizer aqui isso. A meia hora atrás eu conversei pessoalmente com o Dr. Pagot, conversei com ele e disse: eu poderia ir para a Comissão, levar a revista *IstoÉ* e dizer que V. Exª está se colocando à disposição. Não faço isso porque gostaria de ver o seu pensamento. É esse? E ele, repito, disse: "Eu não fiz nenhuma provocação à Comissão e jamais disse que eu quero e a Comissão não vai querer. Mas realmente faço questão de ir. Acho que posso ir, posso ajudar, posso colaborar, gostaria que isso acontecesse. Se não fizer, eu o farei com a Procuradoria-Geral da República".

Por isso, sabendo que vários Senadores hoje falaram sobre essa matéria e sabendo que tem uma convocação para amanhã, na reunião administrativa, decidir sobre essa matéria, com a experiência que eu tenho de tanto tempo, acho que seria muito importante, nessa hora, principalmente depois da fase mais delicada, que seriam os dois governadores, o que tem de positivo foi não apenas a competência, a capacidade com que eles se expuseram, mas o fato de que a CPI passou por essa fase. Não houve crise nem absolutamente nada. Acho que a CPI cresceu. O que imaginavam – podem uns ser favoráveis, outros contrários –, o que houve de positivo é que, ontem, nós tivemos uma aula muito bonita e hoje também no que tange a uma CPI. Os Srs. Governadores saíram com muita tranquilidade.

Acho que trazer o Sr. Pagot vai ser a mesma coisa. Com a diferença que o Sr. Pagot vai tocar naqueles assuntos que estão diretamente ligados à criação desta CPI, quer dizer, referentes à empresa que foi considerada inidônea, o próprio Governo a considerou inidônea. Todos esses assuntos que estamos falando, em torno dos quais estamos gravitando, o Dr. Pagot realmente é a pessoa que tem mais condições de esclarecer. Por isso, apenas para ajudar na reunião de manhã é que faço esse apelo, através de V. Exª, aos membros da Comissão para que aceitem o oferecimento do Sr. Pagot de vir depor amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – *O.k.*, Senador Simon.

Com a palavra, agora sim, Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, Senador Vital do Rêgo, Governador Agnelo, eu vou ser bastante objetivo. As perguntas ao Governador Agnelo já foram feitas, refeitas, o Governador Agnelo já teve oportunidade de se manifestar sobre a variedade dos temas que foram aqui colocados. Mas eu quero também ter oportunidade, com alguns pontos que foram disponibilizados também pelo Governador Agnelo, de fazer algumas observações de preocupação com os desdobramentos para que a CPI tenha um trabalho efetivo. E eu queria ter a oportunidade, mas sei que o nosso Relator, o Deputado Odair Cunha, é extremamente diligente e vai ter a oportunidade de fazer uma avaliação de todos os diálogos e falas que estão aqui sendo realizadas.

A preocupação é a seguinte: temos um prazo determinado para que as investigações sejam realizadas e para que seja disponibilizado um relatório. Esta CPI pode ter o caráter de demonstrar claramente, a partir do seu foco, quem são os envolvidos numa possível organização criminosa ligada aos jogos ilegais no Brasil, mais especificamente no Estado de Goiás. E focando no objeto da CPI conseguimos ter a identificação de quem são os agentes, sejam eles públicos ou privados, o montante de recursos, seja de natureza ilegal,

de caixa dois ou recursos públicos que porventura possam estar envolvidos também nesse esquema, ou nós podemos, e eu espero que essa não seja a vontade desta CPI, perder completamente o foco de investigação e não chegar a resultado nenhum que seja prático para esta Comissão Parlamentar.

E por que digo isso, Presidente? Porque existem duas formas de investigar: focando e chegando a um resultado ou procurando investigar tudo e não chegando a lugar nenhum com nenhum resultado que seja claramente objetivo.

O Governador Agnelo, hoje, teve a oportunidade de disponibilizar, voluntariamente, o seu sigilo, comportamento que foi repetido pelo Governador de Goiás, a partir da ação do próprio Governador Agnelo. Ter a oportunidade, seja de quem, esta CPI de quebrar o sigilo bancário, fiscal ou telefônico com o foco que não seja claramente a conduta ilegal e que se baseie em picuinhas ou em qualquer atividade política menor para que possa fazer uma análise da vida pessoal, com todo respeito ao Governador Agnelo e ao Governador Perillo, não me interessa saber das relações de natureza pessoal que não envolvam diretamente o objeto desta CPI. Ou seja, não cabe a nós exercitar aqui um palanque político eleitoral que não tenha claramente a ver com o exercício do objeto desta Comissão.

E aí a preocupação também é bastante objetiva. Se queremos dar um resultado concreto para a sociedade, a partir dos trabalhos que estão sendo aqui realizados, que possamos ter também, objetivamente, respeito ao foco que foi determinado pelo Relator, para que o resultado seja objetivo. Até porque, se isso não é feito, se isso não é realizado, se temos um esvaziamento do poder da CPI, não podemos encontrar os resultados que claramente vão fazer com que as respostas sejam dadas. Se esta CPI não consegue chegar ao final determinando claramente quem são os agentes que participavam da possível organização criminosa, sejam eles públicos ou privados, esta CPI não estará cumprindo seu papel. Se esta CPMI não consegue chegar ao final do seu trabalho com a identificação dos recursos que a organização, que a possível organização criminosa... E eu falo sempre possível para que não tenha um adiantamento do julgamento de mérito. Mas se não conseguimos ter de forma bastante clara quais são os recursos envolvidos nessas operações, a CPMI não vai ter chegado ao seu resultado.

E eu sou um daqueles Deputados Federais, tenha a certeza, como a grande maioria dos Deputados e dos Senadores e Senadoras desta CPMI, que querem um resultado de sucesso. Ou seja, um resultado concreto, que tenhamos a oportunidade de investigar as relações contidas e aqueles que teoricamente estariam envolvidos nessa organização criminosa. Todos aqueles que queiram contribuir com a CPMI eu não tenho dúvida de que podem fazer isso. Ou seja, não existe aqui uma Casa fechada, que não vai estar aberta a qualquer tipo de colaboração. Agora, espero também que essas contribuições, de quem quer que seja, agentes públicos ou privados, que tenham uma relação direta com o objeto e o plano de trabalho que foi traçado pelo Relator. Porque se isso também não acontece, no final das contas.

Não quero ser responsabilizado, como Deputado Federal, por estar, única e exclusivamente, promovendo um palanque político eleitoral para quem quer que seja. Se existe uma testemunha que tenha a capacidade de auxiliar o Relator no que diz respeito ao foco que foi traçado, acho que vai ter o apoio por unanimidade de todos os Deputados Federais e Senadores.

O Governador Agnelo se dispôs e teve aqui a oportunidade de ser elogiado por todos os parlamentares por essa ação, nos seus sigilos. Mas essa ação do Governador Agnelo foi claramente tomada por um homem público que quer contribuir de maneira voluntária para que todos os fatos sejam esclarecidos e para que esse comportamento se repita para os demais. O Governador Agnelo não precisava ter feito isso. Demonstrou claramente aqui que não teme aquilo que teoricamente vai ser conduzido pelas investigações dos Deputados Federais, dos Senadores e do próprio Relator.

Tenho uma preocupação e uma preocupação grande de que, ao final do prazo dos trabalhos que estão sendo realizados pela CPMI, não tenhamos claramente um resultado. E aí confio na habilidade do Relator, no foco do Relator, na forma como vem sendo conduzido o trabalho, no plano de trabalho que foi votado pelos Deputados Federais e Senadores nos nossos primeiros encontros. Porque o pior dos mundos é chegar ao final dos trabalhos, disso não tenho dúvida, sem que os resultados sejam demonstrados de forma clara.

E com todo o respeito às outras opiniões, que aqueles que possam estar contribuindo como testemunha que tenham também rigorosamente a capacidade de contribuir com o objeto. E outros objetos que possam estar sendo relacionados, trabalhados, para que possamos estar nos aprofundando em diversos assuntos é claro que vão ter o nosso apoio, vão ter o apoio, inclusive, para que as investigações possam estar sendo encaminhadas ao Ministério Público, à Polícia Federal, às autoridades competentes que tenham como objetivo fazê-lo.

Agora, Presidente, já para encerrar, e queria ter oportunidade de fazer com que esse ponto ficasse

bastante claro. Não espero desta CPMI que tenhamos aqui uma iniciativa do quanto pior melhor, ou seja, investiga-se tudo para não se chegar a resultado nenhum, para que não se tenha um relatório claro, com a determinação de quem são os agentes públicos e privados, que estarão envolvidos na possível organização criminosa comandada pelo Sr. Carlos Cachoeira.

E para finalizar agora de fato, quero dizer ao Governador Agnelo que as contribuições que foram dadas, que o depoimento de V. Exª a esta CPMI, com todos os dados que puderam ser trazidos, foram importantes, mas queria também – e não posso deixar de fazer isso, como quem acompanhou os trabalhos durante todo o dia – fazer uma avaliação de comportamento.

Além de prestar todos os esclarecimentos no início dos trabalhos, Governador Agnelo, o senhor demonstrou também, de uma forma muito clara, a indignação. Porque se pode ter um depoimento muito tranquilo, muito seguro, mas não ter a emoção de estar indignado por algo que você sabe que não lhe diz respeito. E para aqueles que já tiveram a oportunidade de acompanhar várias CPIs, e aqui tem doutores nesse assunto, sabem que quando você está indignado com algo é porque você imagina e vivencia que o que pode ser uma injustiça.

Então, além das informações que foram prestadas, que não tenho dúvida que foram muito relevantes, que vão poder contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos desta CPMI, não poderia deixar de fazer uma análise de comportamento de V. Exª que, tenho a certeza, foi corroborada e acompanhada por todos os Deputados Federais e Senadores desta CPMI.

Para encerrar meu tempo, Presidente, pois agora só me restam 30 segundos, quero dizer que o foco desta CPMI é muito importante. Na tentativa de investigar tudo, se não conseguirmos ter um resultado concreto, isso pode significar a estratégia de alguns para que não se investigue nada. Tenho a certeza de que essa não representa a média dos Deputados Federais e Senadores desta CPMI nem de V. Exª nem do relator e nem do nosso Vice-Presidente Paulo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quero parabenizar V. Exª pela intervenção lúcida, prudente e, para mim, brilhante.

Agora sim: Deputado Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente Senador Vital do Rêgo, Sr. Governador Agnelo Queiroz, meus colegas parlamentares.

Sr. Governador, a minha preocupação é manter o foco desta CPI e a sua natureza, que é uma natureza investigativa, que deve ter um caráter de imparcialidade, que não deve caminhar para o lado de claque de A ou B, que deve ter, acima de tudo, o propósito de servir o nosso País.

É por isso que sinto que ainda faltam alguns esclarecimentos e quero iniciar o meu raciocínio me dirigindo a V. Exª para que a gente busque levar ao conjunto desta Casa esses esclarecimentos, que, com certeza, podem representar para V. Exª um álibi, uma demonstração de isenção, ou podem suscitar a necessidade de maiores esclarecimentos.

V. Exª, assim como o Governador Marconi Perillo que aqui esteve, vem como testemunha, mas o faz sob juramento, tem um compromisso enquanto representante do povo brasileiro, e é importante que a gente se aprofunde em algumas questões, algumas que estão há alguns anos, inclusive, sem resposta e que têm tudo a ver com o que estamos aqui debatendo.

Lá pelos idos de 2004 – o senhor era Ministro –, 22 de fevereiro, saiu no *Correio Braziliense* uma manchete, e essa manchete não é manchete que veio do acaso, não foi plantada pela oposição, essa manchete veio da operação Anaconda. A Polícia Federal, com autorização judicial, gravou e, nessa gravação, Carlinhos conversava com o agente federal César. E aparece aqui, em detalhes, ele dizendo que as coisas estavam sendo facilitadas no Ministério dos Esportes, e o senhor era Ministro dos Esportes. Não sou eu que estou falando, isso foi gravado por uma operação da Polícia Federal. Isso começa lá em 2004. Parece que estão perseguindo...

Na gravação, Carlinhos dizia: "Porque a gente já conseguiu muita coisa lá em Brasília. Tudo o que o Olavo [Olavo era o presidente da associação de bingos] não conseguiu em quatro anos pagando Deputado nós conseguimos via Ministério. Já tivemos audiência com o Ministro e tudo mais [com o Ministro dos Esportes]. É claro que estamos conseguindo, já tivemos três audiências lá com o Ministro, e o Ministro não tem nada sobre números". Aí ele coloca assim: "E ele está precisando de números, porque cortaram a verba dele". E há um monte de coisas. Eu estou transcrevendo o que foi publicado.

E aqui na manchete também diz que o Ministro foi citado e que o Ministro Agnelo Queiroz pediu cópias das fitas para ouvi-las.

Eu estou simplesmente transcrevendo o que estou lendo, que saiu no *Correio Braziliense* lá em 2004. O senhor, quando Ministro, recebeu esse presidente da associação de bingos? O Carlinhos estava junto? Ele disse: "Nós fomos recebidos pelo Ministro". O senhor recebeu essas pessoas?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Carlos Cachoeira não. Eu não posso... Não sei qual é o presidente da associação de bingos. É difícil saber quem o recebeu.

O Ministério dos Esportes fez o debate – eu falei isso já aqui – fez um debate sobre essa questão do bingo, estudamos a realidade de vários países...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas o senhor recebeu em audiência pessoas para tratar disso. Ele está dizendo que o senhor recebeu em audiência e que tinha problema de verba, que tinham cortado as verbas.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, sobre isso aí eu não tenho a menor condição de ... Foi em 2004... Estou assegurando o que é essencial: houve uma discussão no Ministério sobre isso, fizemos debates comparativos com outros países; que parte do financiamento dos jogos, quando são legais, vai para o esporte. Isso foi debatido, mas a decisão do governo foi não legalizar. Veio para este Congresso a não-legalização. Essa é a posição do governo e, então, fica sem lógica alguma qualquer comemoração deles com relação ao jogo, porque o resultado foi o oposto, foi a não-legalização. Essa foi a opinião do Presidente Lula e era a opinião do Ministro dos Esportes dele na época.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Governador, ainda sobre ter encontrado ou não Carlinhos Cachoeira. Hoje já foi perguntado ao senhor aqui sobre viagem aos Estados Unidos. O senhor esteve em viagem aos Estados Unidos, e esteve em companhia o ex-Deputado Augusto Carvalho, viajando aos Estados Unidos?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Estive. Estive. Foi na FGA, e o Deputado Augusto Carvalho foi junto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E o senhor não teve a oportunidade de estar com Carlinhos Cachoeira...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Em absoluto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – ... e de ter notícia da presença dele?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Em absoluto. Em absoluto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Está *O.K.*

Eu queria saber do senhor, porque o senhor hoje causou até um *frisson* aqui, aplausos. Disseram que houve claque de a ou b. Eu estava aqui ontem, não vi claque externo. Há credenciamento para entrar aqui dentro. Eu vi Deputados aplaudindo tanto o Governador Marconi Perillo, como vi Deputados aplaudindo o senhor. Entendo que isso é, até certo ponto, natural, embora este não seja o meu propósito aqui, aplaudir ou vaiar. E acho que também não é com esse propósito que houve essas manifestações.

Mas o que quero saber do senhor é o seguinte: consta, está na Internet, está no *site* do STJ que o Ministro César Asfor Rocha, no dia 18/11/2011, autorizou a quebra do sigilo bancário do senhor. O senhor hoje colocou aqui que está autorizando dentro de uma operação de investigação, e esta Comissão está requerendo as operações, que estão sendo realizadas, de investigação, cópias... Portanto, quero saber se o que vamos conseguir aqui é uma novidade, ou se o sigilo bancário do senhor já foi quebrado.

O senhor sabe que foi autorizada pelo Ministro do STJ a quebra do sigilo do senhor?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu já disponibilizei, falei aqui antes, mas não estou aqui na condição de investigado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não, eu não disse que o senhor é investigado. O senhor é testemunha. Como testemunha, estou apenas perguntando ao senhor: o senhor sabe que, quanto ao sigilo bancário do senhor, foi autorizada a quebra pelo Ministro – e estou citando o nome do Ministro – Cesar Asfor Rocha? Só estou perguntando, para o senhor, que está sob juramento, me informar.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não sei.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não sabe?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu autorizei...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor autorizou quem?

O SR. AGNELO QUEIROZ – ... a quebra...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O Ministro o senhor não tem de autorizar.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, o Ministério Público.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não, o Ministério Público o senhor não tem de autorizar também. Ele pediu. A informação que tenho é a de que a Procuradoria... O senhor autorizou o Ministério Público por escrito? Como o senhor fez isso?

Eu quero saber, Governador, vamos ser objetivos: o senhor está fazendo aqui, e houve milhões de "upas" aqui, porque o senhor está autorizando um sigilo que já foi quebrado. Para que isso? Então, é preciso deixar isso bem claro, com todo o respeito ao senhor.

Acho louvável que o senhor autorize, mas acho que é preciso tomar um pouco de cuidado com a condução que está sendo dada às coisas. Quero, inclusive, alertar sobre essa condução. O nosso querido Líder Mendes Thame fez uma ressalva que não tenho dúvida que o senhor responderia, se pudesse. Aliás, poderia responder, porque ele estava falando como Líder, mas poderia pelo menos... O nosso Presidente abriu essa prerrogativa em outros momentos, inclusive para o Marconi Perillo.

Ele disse o seguinte: quando o senhor visitou a indústria farmacêutica, com certeza, deve ter visitado

a indústria de um empresário, não de um criminoso. E hoje vi, inclusive, lideranças desta Casa, não só de maneira agressiva, dizendo: "Ah, o Governador Marconi Perillo disse aqui, referindo-se ao empresário".

O Governador Marconi toda vez disse: "Quando eu me encontrei com o então empresário, porque não havia contra ele nenhuma dessas acusações, era um cidadão que ali atuava como empresário (...)". Ele foi visitado pelo Ministro, como empresário.

É verdade que o senhor o visitou como um empresário, ou o senhor visitou um bandido, um contraventor? O que está dizendo a base do Governo é que o senhor tem um comportamento diferente. O senhor visitou o empresário lá, naquela indústria farmacêutica? Visitou a indústria farmacêutica, e lá existia um empresário?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Visitei a indústria farmacêutica.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Exato. Visitou a indústria.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Um dos proprietários...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E lá o senhor se encontrou com um bandido ou com um empresário? O senhor disse no início da sua fala.

Eu não perguntei ao Vaccarezza. É curioso.

Sabe, vou concluir por aqui, Presidente, apenas dizendo o seguinte: deixo mais algumas perguntas.

Eu deixo as seguintes perguntas: o senhor, quando Ministro dos Esportes, veio toda aquela história, logo em seguida, com o Sr. João Dias. O senhor falou aqui que o João Dias está sofrendo processo disciplinar. Nós soubemos que ele foi, inclusive, promovido.

Quero saber se o senhor processou por danos morais, porque ele foi lá e jogou 200 mil dentro do seu gabinete. Duzentos mil! O senhor precisa saber explicar isso para o Brasil. O senhor precisa saber explicar por que R$5 mil foram depositados na sua conta, de uma empresa que disse que era para pagar parte da liberação de um certificado. O senhor está sob juramento e poderia explicar, porque o senhor admitiu que R$5 mil foram parar na conta do senhor. Uma revista publicou isso.

Finalmente, o senhor falou sobre araponga.

É a última coisa que quero dizer. O senhor fez um discurso aí emocionado, caloroso. O meu colega antecessor, inclusive, disse que ficou entusiasmado. O Demóstenes, também, era mestre nisso.

Agora, o que acho interessante é que está, inclusive, aqui a Deputada Celina Leão. Ela lutou para implantação de uma CPI dos Arapongas aqui no DF. Essa CPI, primeiro, teve uma ação concreta do senhor. Inclusive seu Líder, foi gravado, falou ao vivo na TV, o Líder Wasny de Roure, parece-me. É. Perdoem-me. Então, é esse. O Líder do senhor. O Líder do senhor disse textualmente: "Essa CPI não interessa ao Governo".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

A CPI do Araponga que foi instalada aqui no governo do senhor, há poucos dias, está parada, porque a sua base não quer que ela funcione. Provavelmente, amanhã, mudem de ideia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a testemunha.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Então, é preciso esclarecer isso e o senhor lembrar como é que pagou a casa, porque fica uma coisa que o outro não lembra, não sei o quê. Esclarecer isso de maneira mais clara.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a testemunha.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Com a relação à decisão da Câmara Legislativa, essa é uma decisão da Câmara Legislativa, que tem sua autonomia. Eu não mando na Câmara nem nos Deputados. Assim como nós respeitamos aqui o Parlamento Federal, a Câmara Legislativa também merece o mesmo respeito e tem sua autonomia e pode tomar suas decisões.

Com relação... Qual era a outra pergunta?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sigilo, se o senhor realmente tem... A outra pergunta é do João Dias. Como é que o homem joga 200 mil lá no seu gabinete e diz que não aceita ser comprado, Excelência. E ele, ultimamente, está sumido...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Deputado, acho que é muito importante, até pela responsabilidade de um Deputado, que a informação tenha um mínimo de procedência, porque, senão, fica já...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas não houve isso? Ele não esteve lá?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não houve isso, não esteve no meu gabinete.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Ele não foi... Foi lá no Palácio...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Deputado, não esteve no meu gabinete. Então, essas coisas são muito sérias para serem tratadas dessa forma, para ser tratada dessa forma.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – É por isso que estou pedindo ao senhor que esclareça. Qual é a verdade, então?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Mendes, por favor. A testemunha está com a palavra. Mais alguma...?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não teve... É evidente que o que aconteceu lá não foi no meu gabinete, estou fazendo já esse esclarecimento. O processo está acontecendo normalmente dentro das instâncias, isso aqui estamos numa democracia. Então, têm instâncias que processam, que respondem. Já passamos do tempo do prende, arrebenta e que alguém pode fazer tudo acima das instituições, mas isso, rigorosamente, esse procedimento está sendo feito.

Qual é a outra?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A casa; a questão da casa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sobre a casa, porque o senhor deve lembrar como é que pagou, de quem comprou, como pagou.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sim, eu já fiz...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sigilo, para que nós vamos esperar o sigilo? Esclarece.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu já fiz esse esclarecimento aqui. Já falei, 18ª vez, várias vezes sobre isso.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Quanto pagou? Em quantas vezes?

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Disse que não foram três cheques do Cachoeira.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Liberei o sigilo, que está aqui. Falei que teve... Seguramente, o cheque é meu. Aqui tem o cheque, é meu. Os pagamentos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Mendes, por favor.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Isso vai ter conhecimento de um detalhamento de números, de quantas vezes foi, pela declaração. É evidente que esse é o esclarecimento final... Acho que essa é que é...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Dr. Rosinha com a palavra, para os seus 10 minutos.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, Sr. Governador, essa resposta era fácil de ser dada. Bastava dizer que não foram três cheques do esquema de corrupção do Governador Perillo ao vender a casa dele. É uma tranquilidade uma resposta como essa.

Eu quero aqui... O Marconi...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos garantir a palavra ao Deputado Dr. Rosinha, por favor. Por favor.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, obrigado.

Esta CPMI foi instalada para investigar uma organização criminosa e todos os seus tentáculos. É essa a razão da instalação desta CPMI. Ontem e hoje – ontem um governador; outro, hoje –, estiveram aqui porque apareceram gravações que faziam referência aos governadores. Mas há uma diferença importante nisso. Ao olhar as degravações, eu observei que o Governador Agnelo não telefonou nenhuma vez, e ele confirmou aqui, para o Sr. Carlinhos Cachoeira, nem para dar parabéns no dia de aniversário. E também não recebeu nenhum telefonema do Sr. Carlinhos Cachoeira. Tampouco – o Governador falou – foi convidado para jantar com o Sr. Carlinhos Cachoeira. De todos os cassinos e caça-níqueis que existem e que a Polícia Federal interveio e identificou, nenhum é dentro do DF. Todos no Entorno, no Estado de Goiás. Todos. E identifica o braço criminoso organizado dentro do Governo do Estado de Goiás, com mais de uma dezena de nomeados. Tanto é que, só de policiais, foram mais de três dezenas presos, devido à intervenção da Polícia Federal.

Quando entra na questão da casa, em que se pergunta da casa, por mais de uma vez o Governador Agnelo disse... E disponibilizou o seu sigilo bancário, telefônico e fiscal para provar que foi ele que comprou a casa. É uma diferença. O Agnelo comprou. O Sr. Perillo disse que vendeu, mas não sabe para quem. Mas nós sabemos que os cheques que pagaram a casa são cheques oriundos da organização criminosa, de desvios de dinheiro. É fundamental ter esses parâmetros.

Hoje, Governador, quando o senhor disponibilizou o seu sigilo, caiu a casa do Sr. Perillo. Porque ele veio aqui ontem com uma história construída, um enredo construído. Cada vez em que era formulada uma pergunta, se estava dentro do enredo que ele organizou, ele respondia, mas quando estava fora do enredo, ele dizia que não sabia. Numa simples pergunta do Relator, seus aliados aqui agressivamente reagiram. Agressivamente reagiram. E hoje, quando V. Exª coloca o seu sigilo à disposição, na Internet disparam palavras simples: "Perillo, abra o seu sigilo!", que ocuparam o top mundial do Twitter.

Essas são diferenças fundamentais. Essa organização criminosa que dominou o Governo de Goiás tem que ser investigada sim, e tem que se tratar com diferenças as características de onde a Polícia Federal chegou, o que a Polícia Federal identificou em um e em outro. Basta ler, e espero que todos leiam, o que está dito em relação ao seu governo, quando toda a organização se coloca justamente para derrubar o governo. E daí eu coloco entre aspas – quero que leia assim –: "o probo Senador Demóstenes pede *impeachment*".

Ora, a serviço de quem ele esteve sempre, o Senador Demóstenes? Está se provando hoje. Era um Senador a serviço de uma organização criminosa. Ele que tem que explicar se não é a serviço dessa mesma organização criminosa que ele pediu o *impeachment* no DF. É essa a explicação que tem que ser dada.

Ontem, aqui,... E eu vi hoje, observei que quando V. Exª quer responder, alguns querem ir além dos 20 minutos porque não querem ouvir a resposta. Ontem, quando eu fui efetuar algumas perguntas, a resposta era longa. Eu não interrompia o Governador. Mas eu fui interrompido quando eu quis falar sobre a evolução patrimonial do Governador Perillo, que é totalmente questionável. A informação que eu tenho é que, em 92, o Governador Perillo era um honrado garçom. E hoje tem um patrimônio superior a quatro milhões.

Como o governo dele... Não digo que ele é envolvido, mas como o governo dele, já está comprovado pela investigação da polícia, o governo dele é envolvido com organização criminosa, o patrimônio dele tem que ser provado que não tem fruto desse caminho ou desse descaminho, vamos dizer.

Então, Sr. Governador, eu acho que a vinda aqui, apesar... E eu concordo com o que disse pela primeira vez o Senador Cássio, que não teria que ter governadores aqui sentados. Poderia vir sim, lá na frente, hoje não, quando nós identificarmos e analisarmos todos os documentos que foram aqui entregues e identificarmos quais são aqueles que são suspeitos e devem vir aqui. Não como testemunha, mas lá na frente.

Essas duas vindas aqui, na minha opinião, foram precipitadas.

Quando o Deputado Glauber diz que nós temos que definir um foco, eu concordo plenamente que nós temos que definir um foco. E as audiências têm que ser aprofundadas para tirar dúvidas sobre a investigação que nós temos e não para vir testemunha para ser acusada, porque não foi feita toda a leitura.

Essa é a realidade que se apresenta. Mas eu quero reforçar, sou obrigado a comparar o comportamento de um governador e do outro, o comportamento de um governo e do outro, o que foi encontrado em relação a um governo e a outro. Eu não posso colocar no mesmo balaio as duas situações. Não é justo que isso ocorra, até porque são condições completamente diferentes.

Foi dito que V. Exª chegou aqui e fez proselitismo. Infelizmente eu não estava aqui para confirmar ou não, mas ontem eu estava e proselitismo foi o que sobrou aqui ontem, no início da apresentação.

Então, Sr. Governador, é importante a vinda do senhor, tenha certeza disso. É importante porque serviu para compararmos as duas situações, não só para nós, Parlamentares desta Comissão, mas para aqueles que estão vendo as transmissões da TV Senado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Deputado Dr. Rosinha.

Deputada Iris de Araújo, com a palavra.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Exmº Sr. Governador Agnelo, eu gostaria primeiro de cumprimentá-lo, cumprimentar a exposição que V. Exª apresentou.

Ouvi aqui um Deputado que falou um pouco antes de mim e me tocou alguma coisa que ele colocou. V. Exª recebeu várias perguntas, esclareceu, mas teve um toque que eu percebi como ele: emoção. Percebi isso na exposição que V. Exª nos trouxe.

E, ao quebrar seu sigilo fiscal, bancário e telefônico logo na primeira hora, economizou muito tempo e barulho que não precisava ter acontecido ontem, durante a exposição do Governador Marconi Perillo.

O Governador Marconi foi ouvido ontem, e eu recebi críticas por não ter feito questionamentos a ele, e muitas. Não foram poucas. Eu tinha, de fato, várias perguntas ao Governador Marconi Perillo, até porque, Presidente, a bem da verdade, o Governador Marconi deixou muitas questões aqui sem explicações. E não teve, Governador, essa coisa da emoção, da indignação, de muitas vezes a gente perceber que V. Exª se engasgava em determinado momento – o que é natural, é normal, é humano –, mas foi bom.

Ontem, Governador, eu não me senti à vontade para questionar o Governador. Todos sabem que nós somos adversários há décadas. A minha fala, os meus questionamentos seriam automaticamente interpretados como uma guerra política, uma disputa paroquial de Goiás jogada aqui dentro desta CPMI. Mesmo sofrendo o desgaste que eu sofri, eu não faria isso; não faria porque eu encaro com responsabilidade o papel que eu estou assumindo aqui dentro, que não é apenas o de investigar o Estado de Goiás, mas a essa rede criminosa que está estendendo os seus tentáculos praticamente pelo País afora, infelizmente, nascendo lá no meu Estado. Então eu me senti eticamente impedida de fazer os questionamentos. Claro que caberá ao competente Relator, Odair Cunha, comparar as declarações do Governador Marconi Perillo com as informações que esta CPMI dispõe. Só aí, Governador, nós chegaremos à verdade dos fatos.

Li alguma coisa, que a imprensa afirmou, que ele teria um dossiê aqui contra mim e políticos de Goiás. Quanto a mim, Governador e nobres Pares, eu tenho o meu Estado inteiro, nos meus 42 anos de vida pública, para atestar, e faço isso aqui publicamente, sobre a minha vida política. Nenhuma mancha, graças a Deus. Quanto ao ex-prefeito Iris Rezende, em 16 de abril, afirmou em entrevista que pediu ao atual Prefeito, Paulo Garcia, que levantasse os contratos da Delta e fornecesse cópias à imprensa lá atrás ainda.

Agora, o Governador Marconi estava aqui ontem para responder as graves denúncias que pesam sobre

ele e o Governo dele em Goiás, ou seja, não estava aqui para questionar ninguém nem para apresentar denúncias. Além disso, se o Governador faz isso aqui publicamente, se tem denúncias contra quem quer que seja, tem a obrigação de torná-las públicas; do contrário, estaria prevaricando. Portanto eu quero reiterar que apenas evitei trazer a esta Comissão uma briga local. Não é esse o meu interesse. Quero estar aqui com isenção para investigar e ajudar a desbaratar, se possível for, essa rede criminosa que se instalou perversamente através de agentes públicos.

Eu tenho, Governador, algumas perguntas para fazer a V. Exª.

Governador, ao longo da operação Monte Carlo, em especial durante o ano de 2011, fica claro que a quadrilha do contraventor Carlinhos Cachoeira – e é bom que ressalte, contraventor no passado e no presente. Esta história de que mudou de vida de uma hora para outra e que passou de contraventor a empresário é história da carochinha, Governador; ninguém acredita nisso. É apenas figura de retórica, é achar que um Estado como o de Goiás, um Estado promissor, vai acreditar nesse tipo de conversa –... Eu queria perguntar a V. Exª: eu sei que o contraventor tentou falar várias vezes por telefone, através de terceiros ou insistindo que V. Exª o recebesse em audiência.

Com base nessas informações, eu gostaria de saber se V. Exª concedeu alguma audiência ao Sr. Carlos Cachoeira ou falou com o mesmo ao telefone. Mais ainda: gostaria que V. Exª também me dissesse, caso V. Exª o tenha recebido, que assuntos trataram. V. Exª avalia que seja normal um governador conceder audiência ou falar com um contraventor ao telefone ou recebê-lo em audiência, Governador? Essa é a primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a testemunha.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu não posso assegurar, Deputada Íris, que não recebi, não recebi ele, não falei por telefone, não liguei para ele, não recebi telefonema dele, não tomei café, não almocei, não jantei, enfim, não tive nenhum contato com ele como Governador do Distrito Federal.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – E o senhor acha, como autoridade, que isso seria normal? Vamos dizer, o senhor não recebeu, mas será que seria normal receber? um governador falar pelo telefone ou receber em audiência?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Aí depende da informação que a pessoa tem sobre a pessoa. Eu acho que um governador pode, não tendo conhecimento, receber. Como parlamentar, como autoridade, a gente recebe, no nosso gabinete, no dia a dia, e pode amanhã uma pessoa estar sendo investigada e ter problema. Acho que isso é um risco que qualquer pessoa pública tem. Agora, não dá para receber sabendo quem é.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Muito bem.

O Delegado da Polícia Federal Matheus Mela Rodrigues disse a esta CPMI – e aí é um assunto que nos interessa, tanto a V. Exª, porque estão interligados Brasília e o entorno de Goiás –...

O SR. AGNELO QUEIROZ – É verdade.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – ...que a cidade de Valparaíso de Goiás era conhecida como Las Vegas brasileira e que o jogo do bicho tem tentáculos, a gente sabe, no DF. Talvez aí a razão dessa violência no entorno de Goiás, que conheço bem, porque já fiz, inclusive, diligências nesse entorno todo. V. Exª disse que tem combatido duramente a contravenção no Distrito Federal após a sua posse e tendo o jogo ilegal recuado fortemente. Há informações, Governador, de que o jogo do bicho continua a pleno vapor no entorno. Pergunto a V. Exª se há um trabalho conjunto entre o Governo do Distrito Federal e o de Goiás para combater esse tipo de crime. V. Exª acredita que os agentes públicos de Goiás e do Distrito Federal ainda possam estar acobertando essa ou outra quadrilha, Governador?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Tem entendimentos que fizemos entre a nossa Secretaria de Segurança Pública de Brasília e a de Goiás com relação à violência. E aí envolve todo tipo de delito com relação ao entorno do Distrito Federal. Também teve uma iniciativa do Governo Federal, através do Ministro da Justiça, que pretende fazer uma ação articulada entre Goiás – já estamos fazendo – e o Distrito Federal para o combate à violência, todo tipo de violência. Inclusive, estamos entrando com viaturas ou alguns instrumentos que temos à mão, mas a ideia é fazer essa cooperação, porque o combate ao crime nessa região interessa muito, como V. Exª colocou muito bem, tanto a Goiás como ao Distrito Federal. Temos problemas graves de violência que atingem o Distrito Federal e nossa região do entorno, que são tão umbilicalmente ligados. Nós temos que cuidar dessa área. E há disposição nossa de fazer um trabalho conjunto nesse sentido. Mas as degravações de que tomei conhecimento também comprovam isso que a senhora colocou muito bem. De fato, o crescimento, a utilização de policiais, proteção ao jogo, e termina concentrando na região. E isso implica dizer que temos que combater em conjunto, tanto o Distrito Federal como Goiás, porque nós também sentimos parte dessa responsabilidade. Sentimos parte dessa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. O próximo orador...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha não concluiu ainda.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu queria só parabenizar... Eu estava respondendo objetivamente a pergunta da nossa Deputada. Quero parabenizar a atitude da Deputada Íris. Mostra muita grandeza de V. Exª, pelo relato que colocou aqui, como encara a CPI.

Eu fiquei muito satisfeito também com a intervenção do Senador Cássio Cunha Lima, pela responsabilidade, uma tarefa tão gigantesca de enfrentamento com o crime organizado, tentativa de se infiltrar. Não só o crescimento do jogo por si só carrega um bocado de outras ilegalidades juntas, mas também a tentativa de entrar nas estruturas do Estado, nas licitações, em botar gente, representante do jogo no Parlamento, representante do jogo no Judiciário, representante do jogo no Executivo, ocupar posições-chave para ampliar seus tentáculos.

Esse é o grande debate desta CPI, muito louvável, e que temos de examinar. Então, não podemos fazer luta política disso, mesquinha, da briga partidária. Depois de fazer uma intervenção e mostrar claramente que aqui o jogo não entrou. Aqui não indicou ninguém. Provei isso. Desafiei que, então, mostrem o contrário. Com todo o acesso, isso. E você não tratar disso, tratar de outras coisas e continuar a luta política, isso não é grandeza.

Então, V. Exª, ao ter esse comportamento ontem com o Governador de Goiás, mostrou essa compreensão, essa grandeza que tem de ser elogiada. Quero parabenizar V. Exª, porque não podemos transformar uma investigação tão importante como esta numa luta política.

O Dr. Rosinha falou um negócio muito sério aqui. O Deputado Sílvio Costa também. Muito sério. Um governador foi ameaçado de ser derrubado, democraticamente eleito. Isso não importa?

O crime está com esses tentáculos, com essa violência, com infiltração em todos os órgãos da estrutura do Estado, e ninguém vai falar nisso? Depois de comprovado isso? Enquanto vou procurar como bato no adversário? Se estou oferecendo sigilo, então, não estou oferecendo? Eu tenho culpa que o governador dele não ofereceu o sigilo? Eu não tenho culpa disso. Ele tem de falar com o governador dele, não comigo. Eu ofereci aqui, ofereço no Judiciário. Em qualquer lugar que pode quebrar, mas é atitude minha, positiva, de oferecer... Essa é a atitude minha. Quero esclarecer. Não quero que fiquem dúvidas sobre minha pessoa. Tenho uma vida, tenho uma família, construída durante anos, e não quero que se coloque uma tábua rasa com exemplos lamentáveis da política do Distrito Federal.

O Deputado Mendes Thame falou correto: aqui, nós temos um Orçamento, proporcionalmente um bom Orçamento. Então, nós oferecemos serviços que não correspondem a esse Orçamento. Temos de melhorar isso. Ainda não dá para cobrar, porque só tenho um ano e seis meses de mandato. E vou enfrentar para ter serviço de qualidade. Vou racionalizar o uso, e mostrei nesta CPI o quanto estamos economizando ao enfrentar, fiscalizar, cobrar os serviços prestados. Estou fazendo isso, para poder investir na área em que a população precisa, em que o povo precisa.

Então, quero parabenizar V. Exª pelo gesto, pela atitude correta. Sei que a luta política também exige que a senhora tivesse de criticar, etc., mas a senhora mostrou a grandeza de não transformar uma luta dessas aqui numa luta umbilical, mesquinha, de um debate político. Quer fazer debate político? Vamos para a eleição. Vamos discutir aqui no Distrito Federal. Quer fazer debate político e tem vontade de transferir o título para cá? Transfira o título e vamos disputar conosco.

Agora, não fazer uma Casa tão importante como esta, fazer uma Casa tão respeitada como esta, com uma tarefa gigantesca, que é o combate ao crime organizado, infiltrando em várias estruturas do Estado, e transformar isso numa luta do umbigo: não ver o que aconteceu, não reconhecer o fato. Não aconteceu por quê? Não perguntar nada sobre isso, porque não tem e depois ir para uma periferia e querer levantar coisas do arco da velha, que já foram desmoralizadas completamente dentro da luta política.

Então, parabéns, estou muito satisfeito com a intervenção de V. Exª.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Muito obrigada, Governador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Nós temos agora Mendonça Prado. *(Pausa.)* Ausente.

Temos uma questão de ordem do Deputado Luiz Pitiman. E vem Ciro Nogueira para entrarmos nos não membros.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, eu recebi uma informação agora DE que está havendo reinscrição dos que já falaram. Estou observando que não estão sendo respeitados os dez minutos, ou, quando se faz, são dez minutos de pergunta e mais 20 minutos de resposta. Nesse ritmo, já estamos há 9 horas e 5 minutos aqui dentro.

Eu perguntaria ao senhor se é verdadeiro que estão aceitando reinscrição e quantos ainda estão inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Luiz Pitiman, nós estamos caminhando para 9 horas e trinta minutos de sessão.

Estou com o último orador, entre os membros da CPI, que é o Senador Ciro Nogueira, que vai ter dez minutos para sua intervenção. Depois, serão os quatro inscritos não membros da comissão, que terão cinco minutos cada um. O Deputado Onyx me pediu reinscrição – que é uma tradição das CPMIs – e também o Deputado Carlos Sampaio. Imediatamente, o Deputado Paulo Teixeira, a Senadora Vanessa, o Deputado Vaccarezza, o Deputado Rosinha, o Deputado Luiz Sérgio, a Senadora Lídice, o Senador Pimentel e, agora, o Deputado Silvio Costa pediram reinscrição e são dez minutos para cada um.

O SR. (Orador não identificado) – Quero me inscrever também, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, Presidente. Eu quero ajudar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É para ajudar, Presidente. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu estou na condução dos trabalhos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu estou na condução dos trabalhos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está certo. Calma!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou na condução dos trabalhos, respondendo à questão de ordem do Deputado Pitiman.

Eu apelaria à Comissão: nós estamos há nove horas, caminhando para 9 horas e 30 minutos. Então, há respostas aqui... E o senhor foi muito diligente quando avaliou que, nos dez minutos que nós estamos oferecendo para a pergunta e a resposta é humanamente impossível à Presidência conseguir fazer a disciplina do Parlamentar que está perguntando – que tem o tempo de dez minutos e, muitas vezes, usa-o – e também da testemunha que está respondendo. Não há como a Presidência regular isso nos dez minutos ou nos quinze minutos. Sempre passa. Vai passar sempre.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, uma proposta para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Silvio, por favor.

Então, vai haver sempre essa indisponibilidade de tempo.

Agora, há respostas que, pela minha análise preliminar, a testemunha já deve ter dado, pelo menos, mais de uma dezena de vezes quando inquirida, quando questionada, quando perguntado. Há determinadas perguntas que ele já respondeu mais de uma dezena de vezes, mas eu estou aqui tentando ser o mais democrata e o mais fiel àquilo que é a minha servidão: aos três Regimentos, ao Regimento Comum e ao Regimento do Senado, com o apoio e a colaboração de testemunha, que está aqui, permanentemente, há 9 horas e 30 minutos pronto para colaborar. Por isso, acolho a sua questão de ordem.

Antes de passar a palavra ao Deputado Silvio Costa, que é ansioso para falar e interromper a Presidência, pergunto aos reinscritos, na questão de ordem do Deputado Pitiman, se o Deputado Onyx, primeiro reinscrito, e o Deputado Sampaio, segundo reinscrito, permanecem com as suas postulações. *(Pausa.)*

Permanecem com suas postulações. Então, todos os outros hão de permanecer também.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra a V. Exª. Espero que V. Exª use-a bem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu quero ajudar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Faça-o.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Veja bem, o Deputado Carlos Sampaio me informou que, se o senhor tivesse dado uma questão de ordem, ele não falaria. Ele disse isso. Eu quero fazer uma proposta aqui. Eu olhei o Plenário e tem três Deputados da oposição: Izalci, Sampaio e Onyx. Faço um apelo aos demais companheiros: deixem que falem esses três. Eu estou inscrito e, dependendo do que ele irão falar, eu abro mão da minha inscrição. A minha proposta é que botar esses três homens para falar. Falem à vontade!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Deputado Silvio Costa já falou o que quis. Então, vamos continuar o nosso trabalho.

Senador Ciro Nogueira com a palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Sr. Presidente, Vital do Rêgo, Sr. Governador Agnelo, Vice-Governador Filippelli, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados.

Governador Agnelo, eu cheguei a esta Casa praticamente junto com o senhor, a quem considero um amigo. O senhor não sabe como foi difícil a votação passada em que votei favoravelmente à sua convocação a esta Casa, mas, aqui, tive que colocar um critério. O senhor pode ter sido citado irresponsavelmente, mas foi citado nas gravações. O Governador Marconi Perillo pode ter sido citado irresponsavelmente, mas foi citado.

Foi o critério que utilizei. Não votei a convocação do Governador Cabral porque não existe nenhuma citação com ele em todo o inquérito que é alvo desta CPI.

Mas eu acho que eu acertei, Governador. E eu tenho certeza de que, no futuro, nós, que temos uma convivência, o senhor até pode me agradecer. Eu tenho certeza de que, hoje, pelo depoimento firme que o senhor teve nesta Casa, vai ser um divisor de águas do seu governo.

Depois do meu querido e amado Piauí, tenho Brasília como minha segunda casa, porque aqui há muito tempo estou. Vejo o que tenho acompanhado. Acho que hoje saio convencido de que o senhor, hoje, é vítima de um complô político que visa o insucesso do seu governo. Saio daqui convencido. Não saio daqui hoje com o menor questionamento contra a sua honradez, contra a sua seriedade. Não estou aqui nem como membro da oposição, nem como membro do Governo. Quero me comportar dessa forma. Aqui se falou em Fla-Flu. Para mim é River e Flamengo do Piauí. Eu vou me comportar nesta CPI com critérios.

Acho que esta Casa, depois desses dois depoimentos, depoimento firme, ontem do Governador Perillo, depoimento firme que o senhor teve aqui hoje, espero que também, como eu acho que vai ser um divisor de águas deste Governo, que seja também um divisor de águas nesta CPI, para que nós passemos a ir atrás dos verdadeiros bandidos que estão hoje denunciados nesses inquéritos muito bem produzidos, seja pelo Ministério Público, seja pela Polícia Federal.

Então, deixo aqui o meu sentimento de confiança em tudo o que o senhor falou aqui hoje. Saio daqui sem o menor questionamento sobre a sua honradez, sobre seu trabalho, pelo futuro que o senhor vai desenvolver à frente do governo de Brasília.

Muito obrigado.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Muito obrigado, Senador Ciro Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Suspendo por trinta segundos, por um minuto, pelo tempo que for necessário para que o Governador possa ir ao sanitário.

(Reaberta às 15 horas e 43 minutos, a reunião é suspensa às 19 horas e 30 minutos.)

(A reunião é reaberta às 19 horas e 33 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, vamos agora ouvir os não-membros. O último Líder inscrito, Senador Walter Pinheiro...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu quero apelar e sugerir à Comissão o seguinte procedimento: nós temos quatro não-membros da Comissão que nós vamos convidar para os seus posicionamentos a partir de agora, imediatamente após o ultimo Líder inscrito, Senador Walter Pinheiro. Depois teremos o Deputado Onix, o Deputado Sampaio e mais dois membros da base, o Deputado Luiz Sérgio e o Deputado Ronaldo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) –Deputado Luiz Sérgio e Deputado Silvio.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, com todo o respeito, com todo o respeito, eu acho que aqui não é CPI de base de governo ou de oposição, com todo o respeito. O senhor está fazendo uma proposta...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu estou fazendo uma proposta, se o senhor não quiser, não há problema.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, eu quero só argumentar ao Presidente. Nós estamos dizendo que isso aqui não é base, não é governo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, a proposta não é aceita. Não precisa o senhor...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu quero propor à Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Proponha, proponha.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ...a racionalidade dos trabalhos. Que o senhor peça então a desistência daqueles que não puderem mais falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É porque o senhor não estava aqui, o senhor não estava aqui, Deputado Bueno. O senhor não estava aqui, amigo. O senhor não estava aqui. Os apelos foram feitos, amigo.

Então, ficaríamos assim: os dois Deputados, Bueno, os dois Deputados, dois e dois...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu entendo que você está...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, só para colaborar, Presidente, eu estava comentando aqui com outros Parlamentares que há uma praxe em CPIs aqui, na Casa, em permitir uma reinscrição – isso é uma coisa das CPIs antigas. Então, eu estou me valendo de algo que é uma praxe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ninguém discute, foi feita a sugestão...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Não, eu estou explicando. Não tem segunda, terceira, quarta reinscrição como praxe...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, com a palavra o Deputado Izalci pelo tempo de cinco minutos. V. Exª tem a palavra como não-membro.

O SR. IZALCI (PR – DF) – Sr. Presidente, eu não imaginava que, como Parlamentar, eu teria que usar, por diversas vezes, a minha profissão de auditor. Então, eu quero aqui fazer algumas colocações mais no sentido de colaborar com a investigação da CPMI – coisas que já foram colocadas aqui.

Vou começar, primeiro, pelas doações da campanha da Delta. Acho que está claro, todo mundo disse, que nunca houve doação de campanha. Então, eu só vou colaborar com a Comissão para dizer o seguinte: no dia 17/09/2010, a Delta doou ao Diretório Nacional do PMDB R$350 mil; cinco dias após, no dia 21/09/2010, foram transferidos para campanha do Vice-Governador do Distrito Federal, portanto a campanha do Governador, exatamente R$350 mil. No dia 21/09, mais R$500 mil foram doados pela Delta ao Diretório Nacional e, no dia 27/10, mais R$300 mil. E houve novas transferências para a campanha do Governo do Distrito Federal. Está aqui: dia 22/09, R$265 mil; 27/09, R$350 mil; 29/10, R$258 mil; 27/10, R$100 mil, e, 28, mais R$150 mil.

Passo a V. Exªs os documentos para que V. Exªs possam apurar essas doações de campanha indiretamente feitas pela Delta.

Quero também, Sr. Presidente, deixar também com esta comissão as falas telefônicas com relação ao filho. O Sr. Cláudio Monteiro, além de ex-chefe de gabinete, é compadre do Governador. Não sei se João Cláudio Monteiro é filho ou se o afilhado.

Mas, de qualquer forma, nas gravações diz aqui, por diversas vezes, várias gravações – vou deixar todas elas aqui, porque está marcado –, que o filho do chefe de gabinete tinha várias carretas contratadas pela Delta. Então, tem as carretas aqui mencionadas por diversas vezes, inclusive uma falando em trinta e quatro mil e uns quebrados. Outra dizendo... Não sei por que está escrito isso aqui: Cláudio Monteiro diz que o pagamento da Delta não passa de terça-feira, que é o pai de João Cláudio.Então, vou deixar as diversas falas nesse sentido.

E também, como foi dito aqui já, tem aqui as fotografias do prédio construído na Vicente Pires, mais de 20 unidades de apartamentos, construído pelo João Cláudio Monteiro, filho de Cláudio Monteiro, provavelmente com os recursos...Ele não era servidor do GDF, mas tinha as carretas alugadas pela Delta no SLU. Vou deixar também a V. Exª esses documentos.

Só para informar, quando foi dito aqui que a Emprodata do Na Hora teve renovado o contrato pela metade do preço, que o Secretário dessa pasta continua sendo o mesmo do governo anterior.

O governador diz claramente que a área do lixo era minada, por isso que ele colocou o Secretário de Segurança no SLU. Isso foi colocado. Ele foi nomeado. Agora, será que o governador também não saberia, na época, que precisaria colocar também pessoas estratégicas para fiscalizar? Porque essa auditoria que foi colocada aqui, o contrato da Delta, Srs. Deputados e Senadores, foi assinado em dezembro de 2010. Então, essa economia de um milhão por mês é uma economia em função do que foi pago durante o governo atual. Toda essa economia de um milhão por mês, essa questão de pesagem sem a balança, essa questão de dobrar a varrição, tudo isso aconteceu exatamente em 2011. Portanto, neste governo. A economia colocada aqui, a partir de janeiro, foi em relação a 2011.

Outra coisa, Sr. Presidente, a questão da casa. Eu recebi também uma auditoria, feita por um auditor, dizendo que a casa é compatível com a declaração de Imposto de Renda. Ora, eu sou auditor. Vou passar às mãos de V. Exª o registro de imóveis da casa, onde tem aqui, Sr. Presidente, as avaliações do terreno e dos 549 metros quadrados que, em 2011, somariam R$9 milhões. Atualmente em R$4,5 milhões. Mas, naquela época, R$1,6 milhão a avaliação do que foi passado por R$400 mil.

Esses R$400 mil, Sr. Presidente, a propriedade era da Juliana e Glauco. A Juliana é irmã do Jamil, que é cabo eleitoral já há muitos anos. O governador participou de vários eventos dessa instituição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK.

O SR. IZALCI (PR – DF) – Eu gostaria de pedir a V. Exª só uma paciência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não tem mais tempo.

O SR. IZALCI (PR – DF) – Então, eu gostaria de pedir a V. Exª só a minha reinscrição, de acordo com artigo do Regimento da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não cabe.

O SR. IZALCI (PR – DF) – Sr. Presidente, artigo... Eu quero citar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Assessoria técnica, cabe reinscrição?

O SR. IZALCI (PR – DF) – Eu tenho direito da reinscrição – uma reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem direito V. Exª. Está reinscrito.

O SR. IZALCI (PR – DF) – Por favor, me reinscreva, porque não concluí ainda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª está reinscrito. Ok.

Deputado Geraldo Magela, com a palavra.

Inscrevi V. Exª já.

O SR. MAGELA (PT – DF) – Sr. Presidente, meus cumprimentos pela condução que V. Exª vem fazendo nesta CPMI.

Mas quero me dirigir aqui, sobretudo, à imprensa. Desde a semana passada, tive que responder, Governador Agnelo Queiroz, a uma pergunta que me era feita toda hora que encontrava com um jornalista ou com uma jornalista: qual será a tática do Governador Agnelo na CPI? E eu respondia com uma palavra: falar a verdade. Perguntavam-me novamente e eu dizia: o governador vai à CPI para falar a verdade e desmontar a farsa que está sendo tentada contra ele na CPMI.

Governador, V. Exª hoje salvou o dia da oposição. Por que V. Exª salvou o dia da oposição? Primeiro, porque V. Exª, ao vir aqui, disse que responderia absolutamente tudo que lhe fosse perguntado, e se V. Exª não tivesse feito isso, a oposição não teria o que fazer aqui hoje, porque com relação ao objeto da CPI, o que tem ali naquelas gravações é a favor de V. Exª. A oposição não teria o que fazer, ficaria sem trabalhar hoje. Mas V. Exª salvou o dia da oposição ao dizer que não temia responder absolutamente nada e respondeu absolutamente tudo. Respondeu até mesmo as provocações que lhe foram dirigidas.

Portanto, V. Exª acabou justificando o salário dos parlamentares da oposição nesta tarde. Porque, ao vir aqui responder o que respondeu, demonstrou, primeiro, que tudo o que tem na CPI ou no objeto da CPI é para saldar o Governo de V. Exª, porque não há nada que este Governo tenha feito para atender ao esquema goiano.

Segundo, sobre os outros temas, V. Exª não tergiversou, não inventou e é preciso que a gente diga aqui, este Governo é atacado desde o primeiro momento, porque no dia 1º de janeiro de 2011, nós assumimos este Governo em absoluto caos, falido, depois de quatro governadores. E eu não vou ficar aqui fazendo luta política para dizer quem é que dirigia o Distrito Federal antes. Vou economizar isso. Mas como é que está o Governo do Distrito Federal hoje? Quero saudar, inclusive, o Secretário José Walter. Estamos fazendo uma revolução corajosa no transporte público. Nós estamos fazendo algo que não se via no Distrito Federal há muito tempo, mudando a saúde pública. Quando V. Exª assumiu, era um caos absoluto. Hoje nós estamos melhorando e vai melhorar ainda mais.

Na área de segurança pública, nós estamos avançando como não se avançava em períodos anteriores. Na área habitacional, que eu tenho a honra de estar dirigindo por designação de V. Exª, também estamos avançando. Por isso, nós estamos, é preciso que se diga isso aqui para o Brasil inteiro, rompendo com aquilo que existia no Distrito Federal, dos desmandos da corrupção, do conluio com grileiros no passado. Por isso V. Exª é tão ferozmente atacado. Por isso V. Exª veio aqui hoje e disse: "Não temos nada, absolutamente nada a temer." Então, abra os sigilos, abra tudo, perguntem o que quiserem e cala a oposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Paulo Tadeu.

O SR. PAULO TADEU (PT – DF) – Bem, Sr. Presidente, eu queria voltar há alguns anos, mais precisamente no dia 27/11/09, quando esta cidade acordou com a operação da Polícia Federal em vários locais desta cidade e que, durante essa operação, o Brasil inteiro pode conhecer a realidade que acontecia nesta cidade a partir da chamada caixa de Pandora.

Eu tenho em mão, Sr. Presidente, o relatório da CPI da Caixa de Pandora. Eu fui, inclusive, o Relator dessa CPI. Um dos pontos que foram investigados nessa CPI, além dos esquemas na informática, na publicidade, terras públicas e ocupação do solo, coleta e tratamento do lixo, Departamento de Trânsito do Distrito Federal e também do Banco de Brasília.

É bom que se diga que aqui tem exatamente coleta e tratamento de lixo. O esquema no lixo do Distrito Federal não é novidade para mim nem é novidade para esta cidade. O esquema criminoso que governava esta cidade, só para se ter ideia, em sete anos, desviou dos cofres públicos, só no serviço de limpeza pública, R$150 milhões. O que não posso aceitar é que a quadrilha do Sr. Cachoeira, que tentou se infiltrar no Distrito Federal por meio do esquema do lixo, tenha a cobertura de Parlamentares e de setores da imprensa. Isso é que não dá para aceitar. Sabemos muito bem que durante esse período essa turma, esse conjunto de, diria, pseudorrepresentantes da Delta e de outros setores, da Associação de Servidores da Delta, é claro, foram ao Governo. Tive, inclusive, reuniões com o Sr. Cláudio Abreu. Não tenho nenhuma vergonha de dizer isso, até porque não me importa o horário e o local onde eu me reúna com quem quer que seja. Tenho confiança e convicção de que eu não me sujo a partir desse tipo de postura que se adotou aqui no Distrito Federal. Ora, já tomei café e já almocei com um Governador que foi preso nesta cidade. E não me contaminei. Convivi com deputados distritais que foram presos, recentemente, nesta cidade. Não me contaminei. Então, não é por um encontro ou outro que se pode, inclusive, fazer o que estão tentando fazer alguns setores da imprensa, do Parlamento Federal e também do Parlamento local.

Quero dizer mais, Sr. Presidente, quero aproveitar. Jamais adotaria uma posição de generalizar uma determinada crise. Quero dizer à Senadora Vanessa

que tenho certeza de que o ex-Ministro Orlando foi vítima do crime organizado nesta cidade. As mentiras que plantaram contra o ex-Ministro Orlando Silva, não tenho dúvida nenhuma, fazem parte de um esquema criminoso. Atacaram o ex-Senador Orlando e me atacaram, inclusive, lá na Secretaria de Governo. Atacam o Governador Agnelo diariamente nesta cidade e, infelizmente, tem a cobertura de alguns parlamentares.

Não quero generalizar, mas há uma foto do dia em que o Sr. Demóstenes Torres, acompanhado por outros parlamentares, foi pedir o *impeachment* do Governador Agnelo. Quem tem dúvidas aqui de que o Sr. Demóstenes Torres foi até lá a mando do Sr. Cachoeira? É só, então, ouvir as fitas da Polícia Federal. Quando se ouve um determinado diálogo de interesse de um determinado segmento, a imprensa põe na primeira página. São noticiários e noticiários. Quando saem gravações da Polícia Federal que incriminam o grupo do Sr. Cachoeira, que tentou derrubar um Governo legitimamente eleito, não tem nenhuma importância. Não vou, também, Sr. Presidente, demais Senadores e Deputados, ser leviano com aqueles que acompanharam Demóstenes Torres quando do pedido de *impeachment* do Governador Agnelo. Não vou. Não vou ser leviano, também, com aqueles parlamentares que pertenciam ao Partido do Sr. Arruda, ao Partido do Sr. Paulo Octávio e que hoje tentam desviar a atenção pública, como se nada tivesse acontecido nesta cidade. O roubo nos cofres públicos, segundo a Operação Caixa de Pandora, é de mais de R$1 bilhão. Um bilhão de reais essa turma roubou dos cofres públicos.

Então, quis colocar isso para concluir a minha intervenção prestando a minha solidariedade ao Governador Agnelo e dizendo a ele que continue firme na luta contra corrupção nesta cidade. Nós vamos mudar o Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Teremos, agora, o Deputado Onyx, o Deputado Sampaio, o Deputado Silvio Costa, o Deputado Ronaldo Fonseca, o Deputado, não membro, Izalci, e o Deputado, não membro, Geraldo Magela. Aí encerraremos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Espere aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª quer falar na reinscrição?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Houve algum acordo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Houve um acordo de procedimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Se houve acordo é tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Houve um acordo de procedimento. Finalmente chegamos a esse acordo.

Com a palavra o Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srªs Deputadas, Srs. Deputados, aqueles que acompanham esta sessão, com muita tranquilidade, com muita serenidade, eu quero manter todas as afirmações que fiz na fala anterior.

Segundo, não foi ao acaso que eu falei do período em que o hoje Governador Agnelo foi Ministro, porque há um Processo, de nº 761, que tramita no Superior Tribunal de Justiça, tratando exatamente das questões que nós abordamos aqui, e que vai, com certeza, esclarecer tudo aquilo que se origina lá no episódio do Ministério dos Esportes.

E também não foi ao acaso que falei do período em que V. Exª dirigiu a Anvisa, porque o meu trabalho é investigar, é ler e procurar questionar.

Por que digo isso? Porque hoje foi aberto um processo, a pedido do Procurador-Geral de Justiça, de nº 789, exatamente para investigar as questões de que falei no bloco anterior, onde está aquele cidadão que depositou na conta de V. Exª quando V. Exª dirigia a Anvisa. E esse Processo 789 que está aberto no Superior Tribunal de Justiça vai esclarecer... Nós fomos ao Siafi, fizemos um levantamento. Esse é o levantamento da evolução do faturamento da empresa FJ, de acordo com o Siafi. Este volume aqui, pequeno, é antes da entrada de V. Exª no comando da Anvisa. E este número extraordinário de R$116 milhões é no momento logo posterior à saída de V. Exª da Anvisa. E isso vai estar esclarecido, espero, no Processo 789, que foi aberto hoje no Superior Tribunal de Justiça.

Eu estou só falando isso porque tenho vinte anos de vida pública, Sr. Governador. Eu não sei o que é um processo, porque eu fiz uma escolha da minha vida. E só aqui eu já citei três em que V. Exª está sendo demandado. Portanto, nós temos uma diferença fundamental.

E eu quero aqui, antes de entrar nos questionamentos objetivos a V. Exª, apontar o fato de que, quando a gente olha o episódio lá do Ministério, está lá o Sr. Cláudio Monteiro. E o Sr. Cláudio Monteiro está aqui, nas gravações, recebendo rádio Nextel e saindo do seu Governo exatamente porque ou... Se supõe que ele não poderia permanecer em virtude das ligações que teria com o esquema do Sr. Carlos Cachoeira, como já está aqui relatado.

Então, quero perguntar se o senhor desconhecia completamente as ações do Sr. Cláudio Monteiro ou se o senhor tinha conhecimento das ações que ele praticava.

Segundo, na questão que envolve o Secretário de Transportes José Walter Vazquez, volto a insistir com V. Exª por que ele permanece no quadro.

Segundo, no esquema da Anvisa e do Ministério, estava lá o Sr. Rafael Barbosa, que é o seu Secretário de Saúde e parece que foi o seu arrecadador.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E há gravações – tenho uma aqui – que relatam, com clareza, que havia uma conversa de envolvimento com o esquema do Sr. Carlos Cachoeira.

Então, a pergunta é se isso tudo é só coincidência, Governador, ou o senhor vai tomar alguma atitude em relação a esses dois Secretários, e se tomou alguma outra atitude em relação ao Sr. Cláudio Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k, para a testemunha fazer o uso da palavra.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Presidente, eu já respondi todas essas perguntas, vou responder de novo. Não tem nenhuma gravação com o Sr. Cláudio Monteiro. Cláudio Monteiro não foi interceptado em nenhuma gravação. Perguntei para ele sobre o Rádio Nextel e ele me respondeu que não recebeu Rádio Nextel nenhum. Isso tem toda a lógica, porque se ele tivesse com Rádio Nextel seria grampeado, como todos que participaram dessa organização e receberam o tal Rádio Nextel. Portanto, não há nenhuma acusação que não possa ser debatida, discutida com relação ao Cláudio Monteiro.

Segundo, o Sr. Walter, nosso Secretário de Transporte, que é uma pessoa muito séria, correta, tem conduzido de forma republicana todo um processo difícil de uma área extremamente espinhosa, talvez um pouco maior do que a do lixo aqui no Distrito Federal. Nós não temos nenhuma atitude, nenhuma decisão dele que possa desaboná-lo; pelo contrário, está enfrentando com transparência. E, depois da divulgação das escutas telefônicas da Polícia Federal, mostra justamente o rumo oposto que a Secretaria tomou com relação aos objetivos da organização que tinha uma relação com empresas coreanas e que hoje está no *site*, é público, V. Exªs podem ter acesso ao projeto que está em consulta pública do Distrito Federal. É o oposto do que foi pretendido pelo grupo.

O Rafael não foi acusador, é um médico, Secretário de Saúde, não tem nenhuma acusação, nenhuma ligação dele com esse grupo. Eu não vou obviamente, mais uma vez falando, que não respondo por empresa privada aqui, que não tem nada a ver comigo, que é o caso da FJS.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio. Cinco minutos o seu tempo de reinscrição.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu realmente me reinscrevi porque algumas perguntas não foram respondidas e o Deputado Domingos Sávio colocou com muita clareza também os outros questionamentos que não foram respondidos, porque acho que é uma oportunidade do Governador responder essas questões.

Eu perguntei a ele, por três oportunidades, quem o convidou para visitar a empresa ou laboratório Vitaplan, de propriedade do Sr. Carlos Cachoeira, da sua esposa e do seu cunhado, à época, e ele respondeu, nas três oportunidades, que foi a empresa, como se a pessoa jurídica falasse, quando nós sabemos que quem o convidou foi uma pessoa e em momento algum ele declinou o nome dessa pessoa. Eu gostaria de saber porque, já que ele disse que nunca se encontrou com o Carlos Cachoeira, que juntamente com sua esposa e cunhado eram os únicos donos da Vitaplan, um dos três têm que ter convidado o Governador Agnelo. Eu gostaria que ele esclarecesse quem o convidou.

Depois, na mesma linha, foi feita uma pergunta bastante interessante. Ele sempre tratou aqui, disseram alguns dos integrantes do PT, o Carlos Cachoeira como um quadrilheiro e contraventor. A pergunta foi muito objetiva. Quando ele visitou, como Diretor da Anvisa, o Carlos Cachoeira, ele visitou o Carlos Cachoeira quadrilheiro ou o Carlos Cachoeira empresário? Era essa a resposta que gostaria de ter dele, já que ele o tratou sempre como quadrilheiro, imagino eu, posso concluir, e acho que estou correto na minha conclusão, que, à época, ele também visitou um quadrilheiro; quadrilheiro. Agora, se não responder a esta pergunta também, se ele visitou o empresário – porque de fato ele era um empresário – ou o quadrilheiro, eu me dou o direito de concluir que, quem não responde, é porque tem receio de dizer que foi visitar um quadrilheiro.

Com relação à quebra de sigilo, eu havia dito aqui ao Governador Agnelo... Sr. Presidente, eu peço que garanta o silêncio para eu poder formular a pergunta, porque é muito importante. Eu havia dito que parecia uma panaceia ele vir aqui dizer “quebro o meu sigilo bancário fiscal e telefônico”, porque ele já teria feito isso, através do Ministério Público, que solicitou. Pois quando não é a minha surpresa, dito aqui por Domingos Sávio, nosso Deputado e colega, que o Ministro Asfor Rocha, no dia 18 do mês 11 quebrou o sigilo dele. E em que período, Sr. Presidente? Olha a coincidência! O relator pede sempre quebra de sigilo em dez anos. V. Exª é minha testemunha. Dez anos. Dez anos para todos. Hoje aqui coincidentemente para o Governador Agnelo ele pede para cinco anos. E olha a coincidência: o Ministro Asfor Rocha também quebrou o sigilo por cinco anos, ou seja, ele quebrou um sigilo

já quebrado por um período já determinado por um Ministro do STJ. Que fato novo ele apresentou aqui, inusitado? Nenhum, Sr. Presidente. Nenhum. Não se quebra sigilo de sigilo já quebrado.

Por fim, até o presente momento, ele disse que respondeu dez, quinze vezes como pagou a casa.

O Governador Marconi Perillo, criticado ou não, ele disse que foram com esses três cheques recebidos do Wladimir Garcez. Ele vendeu um imóvel. Comprar um imóvel, comprar um imóvel... O homem público tem que dizer com que recursos comprou. É diferente daquele que vendeu. Mas o que vendeu teve que vir se explicar e se explicou. Ele comprou, segundo soube aqui, um imóvel avaliado em R$1,600 milhão por R$400 mil. Aí ele diz aqui, Sr. Presidente, na mesma linha de fazer uma *mise-en-scène* daquilo que não existe, ele diz aqui claramente: quebrando o meu sigilo fiscal, bancário, telefônico e na Receita, vocês vão olhar o quanto eu gastei na minha casa.

Olha a coincidência, Sr. Presidente, cinco anos. Eu disse: a quebra do sigilo dele começa agora em junho de 2012, período retroativo a junho de 2007. Mas a venda da casa, Sr. Presidente, é de março de 2007. A quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico e da Receita Federal, Sr. Governador, não mostra como o senhor comprou a casa.

Faça como todos aqui fizeram, Sr. Governador, quebre o seu sigilo por dez anos, como o Governador Marconi estará quebrando por dez anos, e todos aqui foram aqui quebrados por dez anos. Mas V. Exª quebra por cinco anos, e por um período que já esteve decretada a quebra por um Ministro do STJ, e V. Exª diz que vai resolver a questão da sua casa na quebra do sigilo, quando, na verdade, a quebra do sigilo não atinge a sua casa.

V. Exª foi muito inteligente para poder tentar passar uma imagem de pessoa que vem aqui aberta, com o coração aberto, com as contas abertas, sem dizer ao Brasil que suas contas já tinham sido quebradas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok, Carlos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Só concluindo, Sr. Presidente.

... por um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, sem dizer a todos que V. Exª, que tratou o Carlos Cachoeira como um quadrilheiro, visitou o quadrilheiro como Diretor da Anvisa.

Essas respostas V. Exª precisaria dar ao Brasil, não a mim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a testemunha.

Fala com o Ronaldo, ou um ou outro vai falar.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu respondi essas questões que foram colocadas reiteradas vezes. Percebo que... Percebo que o meu gesto aqui fez com que certos parlamentares ficassem bastante constrangidos justamente porque o gesto que fiz, público, da minha vontade, de quebrar o sigilo, de quebrar o sigilo, é uma vontade pessoal minha. Quero reiterar isso aqui.

Esta CPI tem autonomia para quebrar independentemente dessa manifestação, assim como a Justiça tem também. Então, o que estou colocando aqui é a pura realidade. Quero dizer que ao apresentar a quebra do sigilo, ao apresentar aqui a minha vontade política de dar acesso a esse conhecimento, quero dizer aqui que ao apresentar também um nada consta da Receita Federal, depois dessa aquisição, que não tem nenhum questionamento da Receita Federal, estou indicando que adquiri esse bem, esse imóvel com os meus recursos e com capacidade para fazer isso.

É evidente, Sr. Presidente, que – e já falei isso aqui – a CPI não pode se transformar nessa guerra, numa guerra política partidária. É evidente que o Deputado faz essa abordagem porque ele não pode dizer que no Distrito Federal o crime entrou, mas ele não pode falar o mesmo de Goiás. Ele faz isso porque ele não pode dizer que aqui não nomeou ninguém... que o crime organizado não nomeou ninguém. Ele não pode dizer isso em relação a Goiás. Ele não pode dizer de todas as ligações, centenas e milhares de ligações que tiveram lá, não pode dizer com relação aqui. Então, está justificado, está justificado, e tem que ficar muito chateado também. Pode ficar, isso não...

Eu respondi a todas as perguntas, estou aberto a responder às perguntas, mas não podemos fazer... De não ter o seu governador aberto o sigilo, eu não posso ser culpado por isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira, meu Vice-Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – O de lá não foi solicitado pela Justiça.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – No dia de ontem, eu assisti a toda a audiência com o Governador Marconi Perillo e, no dia de hoje, toda a audiência com o Governador Agnelo. Os jornalistas, quando me perguntavam o que eu achava de uma audiência...

Sr. Presidente, era possível...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço silêncio na Comissão, por favor. Com a palavra V. Exª.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, eu assisti à audiência de ontem e assisti à audiência de hoje e, nas duas audiências, quando os jornalistas me perguntavam "O que você acha da ida

do Marconi Perillo?", eu, como li os três inquéritos, a Operação Vegas, a Operação Monte Carlo e também a Saint Michel, disse o seguinte: "É diferente o que vai acontecer em relação a Goiás do que vai acontecer em relação a Brasília, porque, em Goiás, essa organização criminosa prosperou, organizou os seus tentáculos e ganhou a estrutura do Estado de Goiás." E aí os jornalistas me perguntavam: "Mas você não acha que o Sr. Marconi Perillo é uma pessoa rápida, competente?" Eu falei: "Acho." "E você não acha que o Agnelo pode ter problema de comunicação?" Eu até fiz uma brincadeira: "Se ele tivesse algum problema de comunicação, eu seria governador, e não ele." Mas que o Governador Agnelo tinha uma coisa muito forte ao seu lado, que era a extrema certeza dos seus atos, e que comunicação nenhuma impediria essa, digamos assim, convicção, firme convicção.

E aí, o que eu acho que o Governador Agnelo Queiroz fez hoje na sessão? Ele pegou o Sr. Cachoeira e devolveu o Sr. Cachoeira para Goiás. Por que ele devolveu o Cachoeira para Goiás? Em primeiro lugar, onde a Operação Monte Carlo, a Operação Vegas diziam que prosperavam os jogos caça-níqueis? Principalmente no entorno de Brasília, não no Distrito Federal, porque Brasília tem uma população de altíssima renda, mas que não dispunha desse tipo de atividade no Distrito Federal. Então, os cidadãos de Brasília que queriam se utilizar desse tipo de contravenção iam para as cidades do entorno de Brasília.

Em segundo lugar, como prospera? Porque eu quero dialogar aqui, porque aqui temos juristas, delegados de polícia, promotores. Como prospera uma organização criminosa? Ela prospera tendo, em primeiro lugar, vínculos políticos.

Como é que essa organização conseguiu prosperar? Ela conseguiu impedir a repressão contra ela. Quando a polícia de Goiás apreendia máquinas, ela apreendia máquinas dos concorrentes, e não da organização. Quando prendia da organização, a organização tinha a ousadia de trocar as máquinas. Ela pegava máquina ruim e trocava dentro dos pátios da polícia. É isso que está na organização. Está na Vegas e na Monte Carlo. Então, ela conseguiu cooptar a polícia na área, comandantes de polícia, no batalhão e na Secretaria de Segurança, corregedorias, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, comandos gerais. Ela conseguiu subir para cúpula do governo, vários secretários envolvidos com essa organização criminosa. Além disso, ela tinha vínculos econômicos. O Cachoeira discutia com o Cláudio Abreu: "Esse contrato é meu, eu que vou liderar ele." Ele articulava negócios dentro do governo de Goiás. Ele tinha vínculos sociais. Cachoeira jantava com Demóstenes, secretários, Governador. Jantavam juntos. Eram vínculos sociais que se espraiavam.

Quero falar com os Deputados que estão perguntando aqui sobre a ida do então diretor da Anvisa a uma empresa do Cachoeira. Se ele encontrou Cachoeira, foi uma vez como Diretor da Anvisa. Essa operação é muito posterior a esse momento, e essas relações não eram continuadas, não eram relações continuadas.

Portanto, quero sintetizar: vínculos sociais, vínculos econômicos, vínculos negociais, vínculos patrimoniais e vínculos políticos.

Agora que eu entendo o papel do Sr. Demóstenes Torres com maior profundidade. Tem uma foto do Sr. Demóstenes Torres pedindo *impeachment,* junto com outros Parlamentares, do Governador. Talvez ele Demóstenes Torres soubesse que estava ali para defender os interesses da Delta. Os demais que estavam ali não sabiam que estavam envolvidos nesta situação, mas ele estava ali. Olha quem pediu o *impeachment* dele? O Demóstenes sabia o que fazia.

Aí essa questão do sigilo, o Governador de Brasília está fora da Operação Monte Carlo, fora da Operação Vegas. Ele não tem nenhum desses vínculos aqui. Agora, para que se aprofundem as investigações em relação ao Governador de Goiás, ele está tendo um tratamento isonômico, quando as condições não são as mesmas, não são isonômicas.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que não perdi uma passagem do Governador Agnelo Queiroz hoje quando ele falou que tinha envolvimento de jornalistas com essa quadrilha. Essa CPI não pode se recusar a fazer essa investigação também, porque quem se envolveu com a quadrilha tem que ser investigado.

Portanto, Governador, acho que V. Exª devolveu o Cachoeira para o Estado de Goiás. V. Exª hoje fez com que a força da sua convicção pudesse ser a força da verdade.

Então, parabenizo todos os Deputados. Estamos aqui há 10 horas, mas acho que o resultado disso foi este: devolvê-lo ao Estado de Goiás e aos outros Estados em que, eventualmente, ele tenha praticado os mesmos crimes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por acordo, Silvio Costa, o segundo da definição dos membros da base. Com a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, na Bíblia está escrito: "Deus, perdoe aqueles que não sabem o que dizem." Tenho certeza de que Deus vai perdoar a oposição hoje à noite.

Vou responder cada pergunta que a oposição fez ao Governador. Quem vai responder agora sou eu, porque estou aqui há 10 horas e já decorei...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – No seu tempo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – No meu tempo.

Primeiro, a Anvisa. Falou-se muito de Anvisa. Essa oposição é tão frágil de conteúdo que a Anvisa tem cinco diretores, e nenhum diretor da Anvisa tem a prerrogativa de sozinho tomar decisões. As decisões da Anvisa são colegiadas. Portanto, estudem mais. *(Risos.)*

Convite que fizeram ao Governador. Agora mesmo fui ao meu gabinete e tem três convites para que eu visite empresas. Faz dez minutos. Se perguntarem quem mandou o convite para mim – faz 10 minutos –, eu não sei, mas a oposição quer que o Governador se lembre de um convite que foi feito há não sei quantos anos, por uma empresa, por um laboratório. O Cachoeira era uma espécie de misto-quente, aliás, ele era um *shopping,* tudo o homem tinha. Então, o Cachoeira tinha um laboratório, ponto final. Tinha um laboratório e o Governador então, na Anvisa, foi fazer um convite. Mas quem convidou? E ele tinha obrigação de saber quem convidou? Vocês trabalham na revista *Caras*, pelo amor de Deus?

(Manifestação da plateia.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Agora, sigilo... Estão dizendo aqui que o Governador disse: "Vou quebrar meu sigilo para tirar onda". Não é verdade, é outra falácia da oposição. Porque, na verdade, o Ministério Público, o Poder Judiciário quebrou apenas um sigilo bancário.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Apenas?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Apenas sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Isso é pouco?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E o teu Governador que não quebrou?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Teve o sigilo quebrado, teve o sigilo quebrado na Justiça.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Então, o Governador ofereceu aqui o sigilo bancário, fiscal e telefônico. Então, é diferente. Ele ofereceu aqui o sigilo bancário, fiscal e telefônico e o Governador de vocês afinou: "Não, não quebrem não, pelo amor de Deus".

(Manifestação da plateia.)

Pô, como é que vêm cobrar isso aqui?

Agora, vamos para a casa. Olha, eu já disse a vocês, parem de falar em casa. Esse negócio de vocês é falar em corda, em casa de enforcado. Não falem de casa, por um motivo muito simples: o pior momento do Governador Perillo – eu registro mais uma vez – foi quando o Governador não soube explicar, o cabra recebe três cheques gordinhos e não sabe quem deu o cheque, é difícil.

Lá na Paraíba o Presidente não acreditou nisso não e eu também não acredito não. O cara... Dão quinhentos para...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Deixe a Paraíba fora disso.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A oposição insiste nisso.

Então, eu queria dizer o seguinte: a casa do Governador... Ele tem renda familiar, ele é médico e a mulher dele é médica, fizeram economias e compraram a casa, a casa ele disse que estava sendo reformada. Teve um deputado da oposição aqui que perguntou: "Governador, quanto vale a sua casa hoje?" O homem é Governador, ele não é corretor.

Então... Não foi você.

Então, veja, eu queria, sinceramente, dizer à oposição: eu estou muito feliz, vocês hoje prestaram um grande serviço ao País. Vocês ajudaram a esclarecer que a oposição no País não tem proposta para o País, não tem ideias para o País e nem perguntar sabe.

(Manifestação da plateia.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Tem um, daqui de Brasília inclusive, não quero citar o nome por causa do art. 14, que fez tantas perguntas ao Governador que eu não entendi nenhuma.

Então, eu peço ao senhor, para encerrar, que, pelo amor de Deus, deixe a gente ir para casa, não responda mais uma pergunta não, até porque eu duvido que o senhor tenha entendido uma pergunta do Deputado que lhe faz oposição aqui em Brasília.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, como Líder, o Senador Walter Pinheiro para encerrarmos a sessão.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero primeiro salientar a importância... *(Pausa.)* Eu quero, Sr. Presidente, salientar a importância, inclusive, dessas duas audiências.

Muito se questionou aqui, inclusive, o fato de a gente trazer aqui os Governadores sem o efetivo ou a junção dos dados para que, inclusive, a gente pudesse verdadeiramente arguir os Governadores naquilo, inclusive, que lhes cabe.

Sr.Presidente, eu até... Se V. Exª prestar a atenção, eu estou desde o início da sessão, até de forma tranquila.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Acho que com toda extensão da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª ajudou muito hoje.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Ela, a sessão foi uma sessão, na minha opinião, das mais proveitosas. Primeiro, porque, de uma vez por todas, a gente coloca no eixo esse debate sobre qual é o foco desta CPI. A CPI tem que extrair, Governador Agnelo, dessas duas lições, da de ontem e da de hoje, efetivamente o que a gente quer buscar. O que fez o crime organizado neste País, particularmente no Centro-Oeste? Onde ele se instalou? Que forma e estrutura de Estado se permitiram e foram também usuárias do esquema do crime organizado? Deixaram-no grassar e grassaram com ele. De que forma e estrutura de Estados reagiram contra o crime organizado? Ficou evidente aqui no dia de ontem e no dia de hoje exatamente como o crime organizado buscou se instalar, Paulo Teixeira.

Por que o crime organizado abriu tantas empresas oficiais, buscando fazer a ponte entre a ilegalidade, a contravenção e a ação "legalizada".

Ficou evidente nessas duas audiências de hoje que nós temos que dar sequência para exatamente desmontar uma estrutura que se ocupou da estrutura de Estado, usou cargos, secretarias, instituições e pessoas nas estruturas de Estado, buscou contratos, fez, a partir dessa relação, uma relação com o Parlamento, com o Judiciário, buscando ampliar os seus tentáculos e obter, meu caro Presidente, a salvaguarda e os chamados caminhos da influência ou o caminho das benesses.

É óbvio que em toda relação dessa, isso termina resultando em dois parâmetros. Um é o parâmetro do patrimonialismo. Alguns se espelhando no esquema do crime organizado, buscaram também auferir ganhos. O outro é um ganho do ponto de vista eleitoral: extrair da estrutura do crime organizado as condições para a disputa eleitoral.

Então, portanto, o que a gente tem hoje aqui claramente é estabelecer qual o caminho que vamos trilhar. Tanto é verdade isso, Governador Agnelo, que as perguntas dirigidas a V. Exª hoje são perguntas de um tempo que remonta a 2007, quando V. Exª, inclusive, não era nem da Anvisa. Quando V. Exª adquire a casa, adquire ainda como ex-parlamentar, em 2007.

Na sequência, em novembro, V. Exª... alguns devem ter tido o dom da adivinhação...seria um posto na Anvisa e, portanto, compraria a casa por conta de um cargo que deveria estar no futuro, prometido.

Outra coisa importante: todo mundo buscou atacar uma relação de ações contra V. Exª a partir de uma estrutura de Governo de Estado e não a partir da sua relação, da sua intimidade, ou da sua proximidade com o central ou com o empresário do crime organizado.

V. Exª não frequentou festas, V. Exª não levou ele para essa casa nova. Não foi na casa de V. Exª que essa figura teve inclusive o seu pedido de prisão. Portanto, não foi no patrimônio de V. Exª. O maior patrimônio de V. Exª é o patrimônio da verdade. É isso que faz com que alguém que muita gente avaliava que não sabia falar direito...quem fala a verdade não precisa ensaiar, não precisa trazer claque, a verdade flui.

É importante deixar claro aqui que essas são as diferenças de hoje.

Portanto, meu caro Presidente, os desafios da CPI agora são pegar esses dados, fazer a junção desses dados, pegar os dados do sigilo do Perillo, o sigilo do Agnelo, caminhar a partir das informações que nós temos. Esta CPMI nasceu diferente de todas as outras. Aqui os dados chegaram; os dados foram coletados antes; então, vamos fazer o cruzamento dessas informações e aí vamos ter a oportunidade de fazer a verdadeira vinculação de quem é que permitiu que o crime organizado pudesse grassar. Se é essa a expectativa de todos aqui. Com o objetivo muito claro: não é o objetivo de pegar o Perillo, como muita gente andou dizendo; nem é o objetivo de pegar o Agnelo; o objetivo concreto é pegar essa organização criminosa, bani-la da sociedade, descobrir os seus tentáculos, como ela se espalhou, por que ela criou tantas empresas, por que ela foi para diversos ramos, por que esse caminho da lavagem de dinheiro foi estabelecido.

Óbvio que, para ter esse caminho, era necessário ter uma estrutura de Estado que a sustentasse.

A CPMI tem diante de si essa tarefa e a tarefa preponderante de fazer isso agora. Diferentemente de ontem, hoje se buscou processos anteriores. Nós temos vários processos que foram apresentados aqui contra o Governador Perillo, que, na nossa opinião, são ações movidas contra quem está na direção de um Estado, como o Governador Perillo, e diversas pessoas movem, de improbidade e outras coisas.

Aqui o que nós queremos descobrir é como o crime organizado Cachoeira se instalou na estrutura de Estado deste País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, convido os senhores para a próxima sessão administrativa, amanhã, às 10 horas e 30 minutos. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, suspensa às 15 horas e 34 minutos; reaberta às 15 horas e 43 minutos, suspensa às 19 horas e 30 minutos; reaberta às 19 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada 20 horas e 28 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR PRÁTICAS CRIMINOSAS DO SENHOR CARLOS AUGUSTO RAMOS, CONHECIDO VULGARMENTE COMO CARLINHOS CACHOEIRA, DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES "VEGAS" E "MONTE CARLO", DA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 1 DE 2012-CN.

ATA DA 15ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 15ª Reunião realizada em 14 de junho de 2012, às dez horas e cinquenta e três minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho - Senado Federal, sob a presidência do **Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB),** com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Wellington Dias (PT-PI), Walter Pinheiro (PT-BA), Delcídio do Amaral (PT/MS), Acir Gurgacz (PDT/RO), Benedito de Lira (PP/AL) E Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Dr. Rosinha (PT-PR)**, **Luiz Sérgio (PT-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ).** Deixaram de comparecer os Deputados **Delegado Protógenes (PCdoB-SP) e Gladson Cameli (PP-AC).** Compareceram os seguintes parlamentares não membros: os Senadores **Pedro Simon (PMDB-RS), Lúcia Vânia (PSDB-GO)** e **Magno Malta (PR-ES);** e os Deputados **Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Paulo Tadeu Vale da Silva (PT-DF), José Carlos Vaz De Lima**, **Jilmar Tatto (PT-SP), Rosane Ferreira (PV/RS)** e **Ricardo Berzoini (PT/SP)**. Inicialmente o Sr. Presidente não recebeu, por falta de amparo e afronta à Constituição Federal, o Requerimento nº 572/2012, que solicitava informações à ex-ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, de Autoria do Deputado Carlos Sampaio. Em sequência foram submetidas à votação nominal as propostas de sobrestamento da apreciação dos Requerimentos de convocação dos Senhores Fernando Cavendish e Antonio Pagot, sendo que ambas restaram aprovadas, a primeira por quinze votos favoráveis ao sobrestamento e treze votos a ele contrários, e segunda por dezessete votos favoráveis ao sobrestamento e treze votos a ele contrários. Em seguimento, foram apreciados os seguintes requerimentos:

Nº	Ementa	Autoria	Resultado
209/12	Requer a convocação do Sra. Andressa Mendonça, para prestar depoimento nessa CPMI.	Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Pinheiro	APROVADO
241/12	Requer ao Detran e à Receita Federal informações relativas a veículos vendidos pelas empresas: Elevis Comércio de Veículos, Star Motors, Cotril Motors, Saga S/A e Kasa Motors.	Deputado Miro Teixeira	APROVADO
253/12	Requer a quebra do sigilo telefônico e SMS do senhor Marconi Ferreira Perillo Júnior, Governador do Estado de Goiás.	Deputado Miro Teixeira	APROVADO
331/12	Requer cópia integral da Ação Penal nº 51.163-4/2012, que tramita na 5ª Vara Criminal de Brasília, proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.	Deputados Paulo Teixeira e Cândido Vaccarezza	APROVADO

367/12	Requer informações ao Subprocurador-Geral da Rpública, Dr. Geraldo Brindeiro, sobre as transferências de dinheiro à empresa Morais, Castilho e Brindeiro Sociedade de Advogados, por Geovani Pereira da Silva, contador de Carlinhos Cachoeira, bem como sejam solicitada providencias da Procuradoria-Geral da República a respeito de tais fatos.	Senador Pedro Taques	APROVADO
382/12	Requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Excitant Indústria e Comércio de Confecções Ltda, CNPJ 02.141.620/0001-76, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
412/12	Requer à Polícia Federal cópia de todo o material (documentos, mídias, filmagens, fotografias etc) arrecadado quando do cumprimento de mandado de busca e apreensão durante a deflagração da Operação Monte Carlo.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
479/12	Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. André Teixeira Jorge, CPF nº 803.275.401-68.	Deputado Onyx Lorenzoni	APROVADO
485/12	Requer que o Departamento da Polícia Federal encaminhe a esta CPMI, no prazo máximo de 10 dias, as fitas de vídeo apreendidas na residência de Adriano Aprígio em Anápolis – GO, no dia 29/05/2012, pela operação Monte Carlo, de responsabilidade do Delegado Matheus Mela Rodrigues.	Senador Alvaro Dias	APROVADO
497/12	Propõe à Comissão Parlamentar Mista Inquérito requerer a convocação do Sr. Hillner Ananias, ex-assessor do Senador Demóstenes Torres, para prestar esclarecimentos nesta Comissão.	Senador Pedro Taques	APROVADO
500/12	Requer a convocação do Senhor Luiz Carlos Bordoni.	Senador Pedro Taques	APROVADO
504/12	Requer a convocação do Senhor João Furtado de Mendonça Neto.	Deputada Íris de Araújo	APROVADO

506/12	Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do senhor Lúcio Fiuza Gouthier, Assessor Especial para Assuntos Sociais do Governo do Estado de Goiás.	Deputada Íris de Araújo	APROVADO
507/12	Requer a quebra dos sigilos bancário fiscal e telefônico da empresa Rental Frota Logística Ltda.	Deputada Íris de Araújo	APROVADO
509/12	Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa GM Comércio de Pneus e Peças Ltda.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
511/12	Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Alcino de Souza.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
512/12	Requer sejam tomadas providências necessárias à convocação do Senhor Alcino de Souza.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
514/12	Requer a convocação de Luiz Carlos Bordoni para que esclareça sobre o recebimento de valores por sua filha, oriundos da empresa Alberto e Pantoja.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
517/12	Requer seja convocado o Senhor Luiz Carlos Bordoni para prestar depoimento nesta CPMI.	Deputado Carlos Sampaio	APROVADO
518/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sociedade de Educação e Cultura de Goiânia Ltda., cujo nome fantasia é Faculdade Padrão.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
519/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Mestra Administração e Participações Ltda.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
524/12	Requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Mestra Administração e Participações LTDA.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
525/12	Requer a oitiva, na condição de testemunha, de Lúcio Fiúza Gouthier, assessor especial do Governador Marconi Perillo.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
526/12	Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sociedade de Educação e Cultura de Goiânia – Faculdade Padrão.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
528/12	Requer a convocação do Senhor Rubmaier Ferreira de Carvalho.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
531/12	Requer a convocação da Sra. Ana Cardozo de Lorenzo.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO

532/12	Requer a convocação do Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
533/12	Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
534/12	Requer seja convocado o senhor Aredes Correia Pires, ex Corregedor-Geral da Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás, para prestar depoimento na condição de testemunha.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
538/12	Requer seja convocado o senhor Aredes Correia Pires, ex Corregedor-Geral da Secretaria de Segurança Pública e justiça do estado de Goiás, para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
541/12	Requer seja convocado o Senhor Alexandre Milhomem, arquiteto goiano, para prestar depoimento nesta CPMI na condição de testemunha.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
545/12	Solicita a oitiva, na qualidade de testemunha, de Alcino de Souza, proprietário da GM Pneus e Peças Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
546/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior.	Deputado Odair Cunha.	APROVADO
552/12	Requer seja realizada oitiva conjunta do Sr. Luiz Carlos Bordoni e do Sr. Lúcio Fiúza Gouthier, perante o Plenário desta CPMI.	Senador Ricardo Ferraço	APROVADO
575/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Agnelo Queiroz, Governador do Distrito Federal.	Deputado Carlos Sampaio	APROVADO
577/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Agnelo Queiroz, Governador do Distrito Federal.	Deputado Odair Cunha	APROVADO

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimento. Esta será uma reunião administrativa, portanto.

Peço a atenção e a compreensão dos Srs. Parlamentares.

Esta é uma reunião administrativa, os senhores sabem como funciona.

Peço a atenção, a compreensão e a colaboração de todos, não apenas dos colegas Parlamentares, mas acima de tudo da assessoria e dos profissionais da imprensa.

No decorrer dos nossos trabalhos, serão obedecidos os preceitos dispostos no art. 41 do Regimento Comum. Não se admitirá discussão, podendo ter sua votação encaminhada na apreciação dos requerimentos por dois membros de cada Casa.

Não precisa pedir questão de ordem, vou repetir: por dois membros de cada Casa. Então, em cada requerimento, não mais do que dois membros de cada Casa. Um contra e um favor se posicionará para aquele requerimento: um Senador e um Deputado a favor, um Senador e um Deputado contra.

No requerimento de preferência – os senhores atendem –, no requerimento de preferência, na forma regimental, só um de cada Casa. No requerimento de preferência, um de cada Casa, um contra e um a favor, pelo prazo máximo de três minutos. Atentem os senhores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – No requerimento, também são três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O nosso prazo hoje é de três minutos, absolutamente improrrogáveis, está certo? Três minutos. No caso dos requerimentos em pauta, nós teremos dois Parlamentares de cada Casa, um a favor e um contra; no caso dos requerimentos de preferência, um Parlamentar de cada Casa.

Continuando, a fim de nos concentrarmos nos nossos trabalhos, somente serão formuladas questões de ordem... Obviamente, os senhores já não precisam repetir aquilo que tem sido uma praxe nossa. Devemos colocar em pauta a exposição e o espírito da legislação formulada pelo meu conterrâneo, Senador Cássio Cunha Lima, no que diz respeito ao art. 14, pelo menos a partir de hoje, com uma aplicação efetivamente mais rígida, digamos assim, mais própria ao espírito do legislador, que somos nós, que criamos o art. 14 para proteger Deputados e Senadores de um ataque que efetivamente possa surgir a qualquer um dos Srs. Parlamentares que precisa, no calor do debate, ser protegido de algum tipo de colocação indevida.

Só um minuto.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Questão de ordem. Só registre a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não terminei ainda. Não posso passar a palavra a nenhum dos senhores, porque a palavra está com a Presidência, que vai fazer todos os encaminhamentos. Depois, abrirei para os senhores se posicionarem.

A ata está pronta? A ata não está pronta para os senhores deliberarem.

Eu tenho aqui uma proposta para os senhores. Os senhores sabem que eu não trago, embora seja prerrogativa minha como Presidente, pauta preparada. Ainda não fiz a primeira, ainda não fiz a primeira.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Esta minha palavra vai desencadear e otimizar os nossos trabalhos. Eu preciso da atenção dos senhores.

Eu não trouxe ainda nenhuma pauta preparada ou trabalhada, porque, se assim o fizesse, precisaria publicá-la com antecedência mínima de 24 horas para o conhecimento dos senhores, e os senhores já teriam recebido essa pauta em seus gabinetes. Não o fiz ainda. Por quê? Nós já votamos aqui exatamente 328 requerimentos em sessões administrativas; nós já votamos 328 requerimentos. Nós já fizemos 57 transferências, para não dizer, Miro Teixeixa, quebras; 57 transferências. Já fizemos 18 convocações, Taques, e já fizemos três convites. Esse é o resultado estatístico até hoje das nossas sessões administrativas.

Bom, para mim, o que fica represado vale para a próxima reunião administrativa. Então, sempre fica a próxima reunião administrativa a matéria represada que não foi votada nesta reunião. Essa é a conduta da Presidência até hoje. Quando eu entender necessário mudar, os senhores haverão de receber uma pauta previamente estabelecida, porque é prerrogativa desta Presidência.

Bom, a pauta é aberta por ordem cronológica, e os senhores a têm – está aqui, e os senhores têm *on-line* a pauta na página da Presidência. Qual é a proposta? Eu recebi, antes de colocar, por força regimental, o primeiro requerimento em pauta...

Eu tenho, por obediência regimental, de colocar todos os requerimentos e votar todos os requerimentos de preferência. É a minha obrigação. Eu não posso fugir dela. Os requerimentos de preferência entram em situação cronológica. Eu os recebo, dato e também anoto a hora do recebimento.

Então, estão aqui: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze... Há vinte requerimentos de preferência, pelo menos.

Qual é a ideia? Os senhores decidem que opção. O princípio é do colegiado. A opção os senhores decidem.

Eu lhes trago uma sugestão, que é, pelo menos, saneadora de metade das nossas tensões. Já conversei com o Relator - que é meu parceiro e tem agido com absoluta correção para com esta Presidência – sobre isso.

Nós colocaremos, inicialmente, dividiremos a sessão administrativa em dois momentos. No primeiro momento, colocaremos aquilo que foi pacificado ontem, aquilo que foi discutido ao longo das 10 horas de sessão que tivemos ontem, quando da oitiva da testemunha, o Governador Agnelo Queiroz, quanto à votação consensual da quebra do sigilo telefônico dos dois Governadores. O requerimento já está posto. Colocaremos em votação.

Segundo, colocarei em votação todos os requerimentos que dizem respeito à convocação do Sr. Fernando Cavendish, de uma só vez, em um só bloco. São vários requerimentos agregados a um só. Tomaremos o encaminhamento e votaremos. Iremos a voto.

Terceiro, tomaremos a soma de todos os requerimentos de convocação do Sr. Luiz Antonio Pagot.

Com isso, terminaremos a primeira fase desta reunião administrativa. Aí, passaremos para a segunda fase, concedendo a palavra ao Relator, e os senhores votarão as propostas que o Relator trouxe de outros requerimentos.

Eu peço aos senhores que se manifestem a respeito da minha proposta. Se os senhores não quiserem, não concordarem, eu vou ouvi-los. Calma! Se os senhores não quiserem, vou votar as vinte preferências e vamos ficar aqui até meia-noite, em uma contenda política absolutamente estéril.

Está resolvido dessa forma?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM**)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou ouvir a todos. Agora, eu estou tentando diminuir, estou tentando otimizar, porque temos 192 requerimentos para votar.

O SR. **RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas vou ouvi-los. Se os senhores pedem a palavra pela ordem, eu vou conceder a palavra pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM**)** – Eu pedi a palavra pela ordem. Eu quero fazer. Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Claro, minha Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM**)** – Eu posso falar, Senador Ferraço? Muito obrigada, agradeço a V. Exª

Presidente, eu gostaria da atenção dos meus Pares, porque nós estamos aqui em uma reunião administrativa.

Eu tenho, Sr. Presidente, tenho muita dificuldade de entender reunião administrativa como uma reunião que só trate de votação de requerimento. Eu tenho muita dificuldade. Para mim, uma reunião administrativa...

Presidente, está muito difícil falar desse jeito, muito difícil.

(O Sr. Presidente faz soar a campaninha.)

Numa reunião administrativa, Sr. Presidente, eu tenho dificuldade de imaginar que a nossa única tarefa aqui seja votar requerimento. Foi V. Exª que abriu a reunião, dizendo o seguinte... Srs. Assessores, por favor, não estou conseguindo falar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fica difícil. Os Assessores precisam estar disciplinados para não interromperem os respectivos Parlamentares, porque incomoda efetivamente o Parlamentar ou a Parlamentar que está usando da palavra. Peço disciplina aos Assessores, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Então, foi V. Exª que abriu a reunião dizendo que nós temos 328 requerimentos votados. Nós pedimos a transferência, a quebra de 57 sigilos. Nós aprovamos 18 convocações e 3 convites, por V. Exª. Eu anotei com muito critério.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, senhora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Quero dizer que não tenho apresentado muito requerimento nesta Comissão, porque tenho sido contemplada com os requerimentos que são apresentados. Não sou daquelas que apresentam requerimento para repetir e para falar para o primeiro, principalmente nas convocações. Mas, por exemplo, Sr. Presidente, apresentei um requerimento pedindo informações para a Anvisa, porque considero importante para os trabalhos desta CPMI.

Toda semana procuro a Secretaria para saber da resposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está aqui no conjunto do Deputado Odair hoje.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não. Até ontem não havia chegado resposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A resposta ao requerimento...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – A resposta ao requerimento, porque o requerimento já foi. Mas não havia chegado a resposta. Então, Sr. Presidente, eu acho que, antes de nós tomarmos qualquer decisão que seja, V. Exª precisa nos informar, informar coletivamente, o que é que nós já recebemos de resposta, porque só assim é que nós vamos poder nos conduzir nas votações. Por que chamar pessoas? Para quê? Se não temos informação nenhuma, para quê? Eu, quem sabe, quero chamar alguém da Anvisa, mas eu tenho que ter informação, e eu não estou fazendo

essa observação agora. Eu tenho procurado semanalmente, diariamente, Deputado Sampaio, a Comissão, a administração, para saber. Então, acho que V. Exª, o Relator, têm que nos informar de que informações nós dispomos, que estão a nossa disposição, para aí, sim, a gente ver quem aprovamos, quem convocamos e tudo mais, Sr. Presidente.

Então, esse é o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para contraditar V. Exª e, depois, o posicionamento da Presidência a esse respeito, eu passo a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu aprovo o método de V. Exª, imagino que se deve, sim, dar maior celeridade às respostas. Está certa na primeira parte a Senadora Vanessa Grazziotin, mas a demora não pode interromper os trabalhos quanto ao resto, especialmente a convocação do Sr. Cavendish e do Sr. Pagot. Ficaria muito mal para esta Comissão, a pretexto da demora de uma informação, evitar a convocação do Cavendish e do Pagot. Cavendish é aquele que disse que dá 30 milhões e resolve qualquer coisa. Tem gravação dele aí. Então, apoio a proposta do Presidente e peço o seguinte: vamos votar logo, vamos votar. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Miro Teixeira. Só um minuto. Vou passar a palavra... Vou responder... Vou passar aos senhores que a estão pedindo. Vou passar a palavra a todos que a estão pedindo. Peço apenas calma dos senhores. Eu vou resolver todas as questões.

Senadora Vanessa, esse trabalho, e a senhora tem muita razão na formulação e no questionamento que fez. O trabalho que está sendo feito através dos requerimentos, quando nós votamos aqui, em menos de 24 horas, a diligente, competente Secretaria que esta Presidência, expede os ofícios. Esses ofícios normalmente, quando de transferência de sigilo ou requisição de informações, têm um prazo... Eu peço a atenção dos senhores, porque a resposta à Senadora Vanessa pode valer para alguns outros questionamentos. Eles têm um prazo de até dez dias úteis.

Quando nós recebemos, e todos os dias nós recebemos cargas e cargas de informações, nós imediatamente recolhemos essas informações, alimentamos os nossos terminais, quando a matéria é de caráter sigiloso, protegido pela Justiça, ou alimentamos os nossos portais de forma *on line* das matérias que são próprias da Comissão. Imediatamente.

Então, se no caso do requerimento de V. Exª o ofício foi expedido à Anvisa, e a sua assessoria, competente que o é, ainda não o recebeu, eu peço que V. Exª encaminhe à presidência uma reclamação para que a presidência notifique a Anvisa de que está havendo leniência, demora ou negligência, para que a presidência tome posição. Não há como a presidência controlar se não alimentar permanentemente *on-line*, e há uma recomendação desta presidência para que todo documento que chegue à presidência nós imediatamente o coloquemos em rede. Imediatamente.

Então, ou ele é alimentado nos nossos computadores, ou é colocado em rede. Então, esse é o procedimento padrão desta presidência. Então, se há, no caso específico do requerimento votado, algum tipo de tardamento, V. Exª tem todo o direito de reclamar a esta presidência para que tomemos as posições necessárias.

Passo a palavra ao Senador Fernando Collor. Depois, ao Senador Randolfe Rodrigues; depois ao eminente, ínclito, ilustre Deputado Rubens Bueno; depois, a questão de ordem do Senador Pedro Taques; depois, ao Senador Cássio Cunha Lima. Depois, quem mais? Quem mais quer falar? Se todo o mundo quiser falar, fala. Depois o Deputado Picciani. Vocês é que estão pedindo. A sugestão foi dada, mas quem faz a reunião são os senhores.

Com a palavra o Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, senhor relator, Srªs e Srs. Senadores, na penúltima reunião da nossa comissão, eu dei notícia aos integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das seis representações com que ingressei em desfavor do Sr. Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, e da Subprocuradora Cláudia Sampaio. Um na ação penal, outro na ação civil, outro na ação administrativa, mais dois na ação administrativa, e uma na esfera público-administrativa.

E quero dar notícia, portanto, a esta Comissão de que, ontem, o Conselho Nacional do Ministério Público acolheu duas das representações que fizemos àquele conselho em desfavor do Procurador-Geral da República e em desfavor da Subprocuradora Cláudia.

Diz em seu despacho o Conselheiro Almino Afonso, relator da matéria:

Sendo assim, [conclui ele], nos termos do art. 110 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, determino a notificação do Procurador-Geral da República para que, no prazo de 15 dias, preste os esclarecimentos cabíveis.

Isso significa que, pela primeira vez, desde a Constituição de 1988, uma representação feita contra um procurador-geral da República foi aceita pelo Conselho Nacional do Ministério Público, do que se depreende que, sem dúvida, o conselho acompanhará esse relator, no sentido de que há razões suficientes para que essa denúncia se transforme numa ação de improbidade administrativa e de impedimento legal do Procurador-Geral da República.

Esse é um fato, Sr. Presidente, da maior relevância, porque, quando disse aqui, da primeira oitiva do delegado da operação Vegas, que eu estava percebendo que teria havido prevaricação do Sr. Procurador-Geral, interpretações várias foram dadas às minhas palavras, e agora está aqui corroborada a razão da minha apresentação pelo Conselho Nacional do Ministério Público. É essa notícia que eu gostaria de dar a esta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem, com base no art. 131, combinado com o art. 36 do Regimento Comum e seguintes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou passar a palavra a V. Exª.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, o art. 36...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou ouvir V. Exª, mas há uma questão de ordem precedente à de V. Exª.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um instante só, Deputado Vaccarezza.

Com a palavra Randolfe Rodrigues.

Só um instante, Deputado Vaccarezza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, serei breve, inclusive porque é uma questão de encaminhamento, na verdade.

Já conversei com S. Exª o Relator Odair Cunha.

Existem 38 requerimentos, Sr. Presidente, de minha autoria, de quebra de sigilo bancário e fiscal de empresas que receberam recursos da Alberto Pantoja/Delta.

Em entendimento com S. Exª o Relator, parte desses requerimentos estou convertendo em requerimentos de informação sobre a operação financeira específica entre a Alberto Pantoja e as alegadas empresas. Ou seja, alguns, como é o caso, por exemplo, da Excitant, e está inclusive na pauta, estamos mantendo a necessidade da quebra do sigilo bancário e fiscal. Em outros, conforme entendimento que já tivemos com Relator, estou convertendo a quebra do sigilo bancário e fiscal na quebra do sigilo daquela específica operação financeira, conforme entendimento anterior.

Então, estou encaminhando para V. Exª e para o Relator os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tenho duas questões de ordem. Vou dar preferência, por ter preferência regimental... A primeira questão de ordem é do Senador Taques e a segunda é do Deputado Vaccarezza, que pediu a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E a terceira do Deputado Silvio Costa, Sr. Presidente. Questão de ordem, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor pediu pela questão...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...palavra.

Aqui se banalizou a questão de ordem também.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, a questão de ordem que levanto a V. Exª, e eu já a fiz na reunião anterior, e V. Exª me entregou por escrito...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode falar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – V. Exª me entregou por escrito a questão de ordem que levantei quando presidia a reunião o Deputado Paulo Teixeira. V. Exª estava se recuperando ou internado em São Paulo, e todos nós torcemos para que viesse pronto e ativo para nossa CPMI, e está aqui, para nosso agrado.

Aliás, é bom até destacar que hoje o Senador Jarbas Vasconcellos está sofrendo uma intervenção cirúrgica em São Paulo, uma operação cardíaca, e venho aqui também registrar nossa solidariedade em homenagem a ele.

Sr. Presidente, V. Exª respondeu que eu poderia, que qualquer autoridade poderia aqui pedir a prisão do Sr. Walter Santiago naquele momento em que ele estava cometendo crime de perjúrio. Eu levantei a questão, a Mesa não...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode falar, estou lhe ouvindo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É que o Luiz Pitiman é grande, Sr. Presidente, a gente tem que...

Eu pedi a questão de ordem e, naquele momento, o Presidente não entendeu dessa forma.

Aí V. Exª diz, no seu parecer, encaminhado na última reunião, que não estava aí, estaria na minha fala, e os documentos... Os documentos, Sr. Presidente, eu entreguei na hora para o Presidente Paulo Teixeira naquele momento. Entreguei os documentos na hora do crime que ele estava cometendo. Então, solicito a V. Exª que os documentos entregues sejam avaliados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Solicitação aceita.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E a outra questão, na mesma questão de ordem, Sr. Presidente – é rápido – é que recebemos aqui esse documento que trata da quebra de sigilo das informações do BMG sobre a Delta. Sr. Presidente, isso aqui no mínimo é

risível, porque quando entra um valor na conta da Delta, no Banco BMG, esse valor de 13 milhões no dia seguinte sai da conta. E não diz de onde veio, para onde vai, não dá nenhuma informação além disso. Então, peço a V. Exª para que, junto com os técnicos, aí procuremos dar informações, para poder dizer o seguinte: não podemos transformar a CPMI, muito menos documentos e quebra de sigilo bancário, que garante a própria Constituição à CPMI... Para que possamos não transformar isso aqui num triângulo das bermudas, onde tudo desaparece e nada acontece.

Por isso peço a V. Exª, encarecidamente, que os técnicos possam devidamente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª formule esse pedido por escrito porque eu não consigo entender o que V. Exª está dizendo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não conseguiu entender?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Faça por escrito.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aceito a questão de ordem de V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E a forma como V. Exª coloca, faça por escrito.

Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, a questão de ordem, eu já a fiz por escrito. É a mesma dele, Sr. Presidente. É interessante, eu estou pedindo isto aqui, com fundamento no artigo 89, que a Mesa da CPI faça um relatório analítico do que já veio porque nós temos dúvidas em documentos. Portanto, estou pedindo um planejamento dos trabalhos porque essa dúvida do Deputado Bueno é a mesma, e eu já redigi aqui. Ele não precisa redigir, já está feito aqui. O encaminhamento, Sr. Presidente, é: nós precisamos saber que documentos vieram, que contas foram afastadas. E isso, a assessoria competente da Presidência e da Relatoria pode fazer isso para que cada membro da comissão tenha. As nossas assessorias estão com dificuldade para saber o que existe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A questão de ordem está aceita; determino à secretaria para que, até segunda feira, encaminhe relatório e que a cada dia encaminhe ...

Determino à secretaria que, até segunda feira, encaminhe aos senhores membros da CPI relatório circunstanciado sobre todas as remessas que chegaram dos materiais solicitados por esta CPMI.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sinto-me condignamente representado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É a mesma coisa, não é, Rubens?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pelo Senador Pedro Taques, claro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Com a palavra, Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é uma questão de ordem. *Data vênia* a V. Exª, o artigo 36 e seguintes não prevêem pinga-fogo em CPIs. V. Exª anunciou pelo menos umas dez inscrições. O que eu queria sugerir a V. Exª para o bom andamento dos trabalhos? Ou V. Exª diz qual é a pauta hoje, ou estabelece que todos os artigos estão em pauta, e aí nós vamos artigo por artigo, ou, o que eu prefiro, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir: que o relator dê um parecer sobre o que ele acha que deve ser votado hoje, e aí nós podemos votá-lo no seu conjunto sem prejuízo dos destaques, ou V. Exª, na próxima reunião, estabeleça com antecedência qual vai ser a pauta. Se não, vamos ficar até três horas e não vamos definir a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de ordem aceita.

O SR. JOSIAS GOMES (PT – BA) – Questão de ordem. Deputado Josias Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um esclarecimento a V. Exª, Deputado Vaccarezza. Eu recolho a questão de ordem até como uma orientação de V. Exª a esta Presidência. Só que eu não iniciei ainda o processo de votação dos requerimentos.

Eu sugeri uma pauta que foi aceita pela grande maioria. Os Deputados e Senadores passaram, fora da pauta, a falar pela ordem sobre assuntos que não estão em pauta, e eu abri essa possibilidade. Só agora estamos retomando nossa pauta originária que são três pontos específicos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Desculpe, V. Exª já fez uma votação...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, questão de ordem. Deputado Silvio Costa!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Continuam as questões de ordem! Continua o festival de questão de ordem.

Vamos lá!

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Vou ser rápido. Está chegando a suas mãos agora um requerimento do PSDB de convocação da Presidente Dilma que depois eles transformaram em interpelação. A minha questão de ordem é a seguinte: V. Exª sabe dos limites da CPI, que não pode convocar presidente da República nem do Supremo Tribunal Federal. Gostaria que V. EXª considerasse esse requerimento natimorto para nem sequer a gente ter a discussão na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não tenho conhecimento desse requerimento.

Quem mais pediu questão de ordem? Francischini, o senhor quer a questão de ordem?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Minha questão de ordem é vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor quer a questão de ordem? Todo mundo quer votar, o senhor quer a questão de ordem? Fale, pois não.

O SR FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, ontem o desembargador Tourinho Neto, em seu primeiro voto, anulou as provas obtidas na Operação Monte Carlo, inclusive as escutas telefônicas todas. Foi o primeiro voto. Eu venho aqui trazer à opinião pública brasileira o nosso repúdio contra essa ação. Anular a ação da Polícia Federal, dizendo que ela se iniciou em uma denúncia anônima, é um desserviço ao País. Vai absolver sumariamente o Sr. Carlos Cachoeira, o Senador Demóstenes Torres. Vai acabar com esta CPMI, vai acabar com o Conselho de Ética, vai destruir a Operação Monte Carlo. Porque só se anula prova de operação da Polícia Federal quando são poderosos e políticos envolvidos com o crime organizado, Presidente. Por que não anula a operação do Fernandinho Beira-Mar, que começou com denúncia anônima?

É o repúdio nosso, Presidente. Isso vai anular. Eu não vou virar palhaço nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu queria agora, antes de iniciarmos a votação, talvez imbuído... Só um minuto, Cássio. Vou tomar sua palavra e o seu... *(Falha na gravação.)* Talvez imbuído por uma fala que veio do Senador Cássio Cunha Lima ontem, a respeito...

Eu queria falar aos senhores antes de iniciarmos a votação.

Nós teremos aqui mais alguns meses de convivência, convivência que espero ser salutar, respeitosa – ia usar uma palavra que não considero desgastada –, republicana. Nós temos regimentos a respeitar. E não podemos, por conveniências, algumas midiáticas, outras que são risíveis até, imaginar que podemos, ao sabor das nossas conveniências, ficar aqui pedindo a palavra por questões de ordem, quando, na verdade, não são questões de ordem, que não têm absolutamente nada com questões de ordem, e os senhores me levam a uma situação extremamente constrangedora. Porque eu passo a ter obrigação de cassar-lhes a palavra, e não quero fazer-lhes isso, porque seria indelicado a este Parlamentar, que não tem, na sua natureza, esse espírito de estar, no uso das atribuições presidenciais, tolhendo a palavra de quem quer que seja, muito menos de um colega Parlamentar. Mas os senhores estão me levando a essa condição de mudar um pouco o meu estilo e passar simplesmente a ouvir dos senhores que estou sendo autoritário, que estou sendo, sei lá, algum tipo, porque não consigo mais ouvir dos senhores, que simplesmente deturpam condições, instrumentos e ferramentas que os senhores têm para comigo conduzirem a sessão, estão de forma inapropriada utilizando essas ferramentas e nos deixando com uma hora de atraso para aquilo que os senhores pediram durante muito tempo ou pelos menos pediram na imprensa durante tanto tempo para determinadas convocações, determinados atos desta CPMI.

Então, eu os convoco, os senhores são experimentados, os senhores estão aqui há tantas e tantas legislaturas, a uma reflexão. Nós temos um grande trabalho a fazer. Sobre os nossos ombros pesa um enorme desafio, que é entregar a este País, no dia 4 de novembro, um resultado, e vai ser cobrado de nós um resultado, não é esta Presidência e não é esta Relatoria, mas a cada um dos senhores um resultado. Por isso, ajudem-me, não me permitam mudar o meu estilo. Eu sou democrata, é a minha formação, é a minha herança, é a fundamentação ideológica que recebi, mas, pelo amor de Deus, não vamos abusar desta Presidência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O meu apoio, Sr. Presidente, Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em votação os Requerimentos nºs 253 e 546, dos Deputados Miro Teixeira e Odair Cunha; o 553, que quebra o sigilo telefônico e SMS do Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior, Governador do Estado de Goiás, da lavra do Deputado Miro Teixeira; e do 546... 253 e do 546, do Sr. Deputado Odair Cunha, que quebra os sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, como autor, para facilitar processualmente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – Pois não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu, ontem, encaminhei ao relator uma petição, pedindo que ele adotasse como dele a quebra dos dois sigilos dos dois governadores. E eu encaminhei, pedindo que essa quebra fosse por cinco anos. Refleti, na questão dos cinco anos, sobre a obrigatoriedade do cidadão guardar os documentos, para efeitos fiscais, por cinco anos. Porém, seguindo até o que ouvi de companheiros aqui de oputros partidos, principalmente do PSDB, eu aceito um aditamento ao meu requerimento para dez anos, para que fique absolutamente uniforme o prazo. E peço ao relator, para evitarmos, diversas, sucessivas

votaçãoes, que acolha, então, a petição que a ele foi encaminhada, ontem, com esta retificação "por dez anos", e nós faríamos uma votação para o que seria a proposta do relator. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O relator com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, quero, agradecendo ao Deputado Miro Teixeira, e diante da situação em que nos encontramos aqui, de consenso absoluto nesses encaminhamentos, com relação ao mérito, eu apresentei na data de hoje o Requerimento nº 577, onde especifico, de maneira mais clara, as razões de quebra de sigilo do Governador Agnelo Queiroz.

O que vou propor, Deputado Miro Teixeira? O requerimento de V. Exª traz os dois governadores num requerimento só. É melhor que nós tenhamos requerimentos específicos do Governador Queiroz e do Governador Marconi Perillo, de forma que nós iríamos prejudicar o requerimento de V. Exª, já apresentado, que é o Requerimento 253. Nós votaríamos, então, o 546 e o 572, ambos por dez anos – mostre ali para o Deputado Carlos Sampaio. É o 577, que eu acabei de apresentar, e solicito a inclusão de pauta, por consenso do Plenário. O Deputado Carlos Sampaio está fazendo a leitura...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Relator, basta fazer a leitura do requerimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Sampaio, esta é cópia única.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Relator, havia também um requerimento de prioridade para o Requerimento 484, que diz respeito também a governadores.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas aqui é quebra de sigilo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente. Quebra de sigilo. O 484.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Podia fazer chegar esse requerimento. Enquanto eles me entregam aqui, o 577: "Requeremos a V. Exª, nos termos regimentais, com base na Lei Complementar 105, combinada com a Lei nº tal e com a Constituição, nos seus arts. 5º, 58, §3º, que esta Comissão requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Agnelo Queiroz, no período de 1º de janeiro até a presente data, conforme justificativas abaixo apresentadas."

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O único esclarecimento, Sr. Presidente é com relação a quebra de sigilo fiscal, bancário e SMS.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – Pode também. Eu adito aqui.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Telefônico, telemático. Eu concordo e retiro, então, o meu requerimento e apoio o do relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – É. Fica prejudicado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) –Então, vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – Vamos fazer a votação.

Chamo José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – Humberto Costa. *(Pausa.)*

Lídice da Mata

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) *(Fora do microfone)* – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – Tem que ser duas votações.

Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Wellington Dias. *(Pausa.)*

Jorge Viana. *(Pausa.)*

Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Delcídio do Amaral. *(Pausa.)*

Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Concluído o bloco.

Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sérgio Souza. *(Pausa.)*

Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Davim. *(Pausa.)*

Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Vamos aos Deputados.

Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Íris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gladson Cameli. *(Pausa.)*

Iracema Portella. *(Pausa.)*

Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Maurício Quintella. *(Pausa.)*

Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim ínclito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa. *(Pausa.)*

Silvio Costa. *(Pausa.)*

Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)*

Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Delegado Protógenes. *(Pausa.)*

Osmar Júnior. *(Pausa.)*

Votação encerrada.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Próximo requerimento: qual é o número? *(Pausa.)*

Vanessa Grazziotin chegou?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes da votação...

Vanessa vota "sim".

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu fiz referência ao Requerimento 484, que é...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou votar o outro agora. Vou votar o Agnelo. Deixe-me votar o Agnelo logo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos votar o Agnelo agora. Vamos votar o Agnelo!

José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estamos votando o 575, não é isso, Odair? Por favor, me ajude.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O 577.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O 577?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – 577.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É tudo igual.

577.

Repito a votação.

José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Por favor, votação importante! Eu preciso do silêncio dos senhores.

Humberto Costa. *(Pausa.)*

Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pedro Taques. *(Pausa.)*

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Paulo Davim. *(Pausa.)*

Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Deixe-me chamar...

Senador Walter Pinheiro, falta um do bloco de V. Exª.

Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Lista dos Deputados.

Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Odair.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Iris de Araújo?

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Francischini?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gladson? *(Pausa.)*

Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quintella? *(Pausa.)*

Ronaldo Fonseca?

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Com muito orgulho, sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro?

O SR. MIRO TEIXERIA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim, Presidente. E sim também em Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Protógenes? *(Pausa.)*

Osmar Júnior? *(Pausa.)*

Votação aprovada.

Declaro aprovados os Requerimentos nº 546 e nº 577, para efeito taquigráfico.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, para um esclarecimento sobre o que foi aprovado. Só para o Relator aceitar a proposta de votar quebra de sigilo telemático, não botar só de telefone. Botar telemático, porque pega tudo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator está com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi isso que incluímos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Dou a palavra, pela ordem, ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, apresentei o requerimento de preferência e inclusão na Ordem do Dia subscrito pelas Lideranças do PT, do PMDB, do PSB, do PDT, do PCdoB, do PSC, do PV, do PTB e do PR. Esse requerimento diz respeito ao Item 573, de 2012, de autoria do PSDB.

O PSDB, Sr. Presidente, encaminhou ontem um requerimento solicitando a convocação da Srª Presidenta da República para vir à CPI do Cachoeira prestar esclarecimento. Por compreender a agressão que isso representa...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – ...à Constituição brasileira, aqueles que subscreveram, representando aqui o PSDB, resolveram transformar em requerimento de informação com o mesmo número que trata de um aditamento com esse caráter. Esse requerimento de informação é basicamente a repetição do que ali existe.

Quero, Sr. Presidente, registrar que o Supremo Tribunal Federal, interpretando o art. 86, §4º, da Constituição, o art. 58, §3º, da Constituição, no caso do Cesare Battisti, Extradição de nº 1.085, já decidiu que o papel de Presidente da República não pode ser objeto de um conjunto de ações que aqui são tratadas. Exatamente, Sr. Presidente, em respeito à Constituição, em respeito a uma Presidenta da República, em respeito a esta própria Comissão, peço a V. Exª que coloque em votação esses requerimentos para que possamos rejeitá-los ainda hoje.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, ele não pode nem receber.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos continuar com a nossa pauta. Depois eu coloco o requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, continue com a pauta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência já se posicionou agora há pouco a respeito desse assunto. Vamos continuar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não recebi esse requerimento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – O requerimento está protocolado sob o nº 573. Está na pauta. E o que quer, Sr. Presidente, é fazer com que passe toda a Rio+20 com essa matéria na pauta desta Comissão para servir de guerra política. Por isso, Sr. Presidente – está protocolado –, estou pedindo a V. Exª que coloque em votação um requerimento que pede a inclusão na pauta ou rejeite o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu rejeito o requerimento. Eu desconheço o requerimento.

O SR. (Orador não identificado) – Inadmite o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele pode estar protocolado, Senador Pimentel, mas esta Presidência tem a responsabilidade constitucional de desconhecer e rejeitar liminarmente o requerimento, por um atentado à Constituição Federal. Vamos votar pelo amor de Deus!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, estou satisfeito com a sua posição.

Eu quero, Sr. Presidente, só registrar que é necessário moralizar esta Comissão, sob pena de descredenciá-la...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos votar o Fernando Cavendish.

Vamos votar. Quais são os outros requerimentos que estão na minha pauta?

Temos agora requerimentos relativos à convocação do Sr. Fernando Cavendish. É o Requerimento nº 7, 44, 84, 103, 136, 154, 159, 166, 170, 370 e 475.

Para encaminhamento, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, esta Comissão Parlamentar de Inquérito busca identificar as pessoas públicas e privadas que foram corrompidas e cooptadas pela organização criminosa.

Nós estamos, neste momento, buscando estabelecer, a partir dos depoimentos que aqui temos e da análise dos documentos que chegam a esta CPMI, os vínculos sociais, econômicos e patrimoniais dessas pessoas com a organização criminosa.

Estamos, Sr. Presidente, discutindo as relações da Delta com a organização criminosa e a que serviu essa empresa nessa organização criminosa.

A partir dessa análise, Sr. Presidente, e com a análise dos documentos que chegam a esta CPMI nós vamos nos posicionar sobre a conveniência ou não da convocação do Sr. Fernando Cavendish.

Por isso e tendo essa segurança de que precisamos fazer com que venham a esta CPMI pessoas cujos vínculos sociais, econômicos, políticos e patrimoniais fiquem evidentes, nós precisamos de uma análise detida.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero pedir que V. Exª submeta à votação deste requerimento o encaminhamento que estamos dando, que é o encaminhamento de sobrestar, não decidir nem a favor nem contra essa convocação neste momento.

É público, é notório, Sr. Presidente. Nós teremos oportunidade de, com base na análise dos documentos... porque nós não podemos ficar submetidos nesta CPMI à vontade das pessoas de falar ou não falar, usar o direito constitucional ao silêncio ou anunciar por aí que querem falar a esta CPMI. O que tem que motivar a convocação ou não de uma pessoa a esta CPMI é a análise da investigação.

Por isso, neste momento, entendo não ser necessária a aprovação ou a rejeição desse requerimento. Por isso eu proponho aos demais pares esse sobrestamento.

É a opinião do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um momento, senhores, um momento.

Tenho um Vice-Presidente aqui que está me ajudando na organização e no encaminhamento dos trabalhos. E já apontei aos senhores que quem está colhendo as suas fisionomias para que possa anotar, das duas Casas, um a favor e um contra é o meu Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira. Ele estará me ajudando para passar a palavra aos senhores, para evitar acúmulo de obrigações desta Presidência, que não têm, ao mesmo tempo, que captar de imediato a fisionomia e saber, imediatamente, em frações de segundos, quem levantou a mão pedindo a palavra, podendo cometer injustiças.

Então, temos, como manda o Regimento, nas duas Casa, dois posicionamentos: um contra, outro a favor. Um Senador contrário e um a favor; um Deputado contrário e um a favor.

Por favor, Deputado Paulo Teixeira, decline...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu queria me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Noticie quais serão, por três minutos, os oradores que vão se posicionar sobre a proposta do Relator, que é a análise do requerimento, do globo de requerimentos de convocação do Sr. Fernando Cavendish.

Sr. Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Presidente, só quero aqui dizer que, como V. Exª designou – aí quero pergunta a V. Exª -, são dois ou quatro por requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quatro.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Quatro. Bom, eu consegui alcançar aqui que, pelo Senado, defenderá, a favor requerimento, o Senador Ciro Nogueira. Falta um Senador. A favor do posicionamento do Relator. Por isso, eu estava indo a favor. O Senador Ciro, quero indagar se há outro Senador que é favor do sobrestamento? Senador Sérgio?

Tenho aqui um Senador, o Senador Ciro Nogueira. Senadores contrários, eu tenho vários. Por isso, precisamos chegar a um entendimento, porque são só dois Senadores.

Aqui se inscreveram os Senadores: Alvaro Dias, Cássio Cunha Lima, Pedro Taques e Randolfe. Como são dois, peço que V. Exªs cheguem a um entendimento, pois não podem ser quatro. O Senador Cássio se sente contemplado pelo Senador Álvaro. Peço ao Senador Pedro e ao Senador Randolfe... Não, Será utilizado integralmente.

Então, chegamos ao entendimento de que é um contra e outro a favor. Então, cheguem ao entendimento quanto a haver um Senador contra e outro a favor.

O Senador Ciro defenderá a posição do Relator. Agora, peço que um Senador faça o encaminhamento contrário. Quem será?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, uma pergunta. Chegaram algumas informações sobre a quebra de sigilo da Delta.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu indago: quem falará contrário ao requerimento? Quem será? Senador Alvaro Dias.

Então, teremos: Senador Ciro Nogueira, com o Relator; Senador Alvaro Dias, contrário ao encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir logo a outra Casa.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Da Câmara, os Deputados Ronaldo Fonseca e Leonardo Picciani, por favor, entrem em entendimento quanto a quem encaminhar a favor do Relator, entre V. Exªs.

Contrários ao Relatou, inscreveram-se os seguintes Deputados: Miro teixeira, Vanderlei Macris.

Então, peço a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Presidente Paulo Teixeira, enquanto eles entram em entendimento, vamos ouvir o Senado.

Com a palavra, por três minutos, o Senador Ciro Nogueira.

Encaminhem a decisão ao Presidente Paulo Teixeira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu acho que o que aconteceu, Senador Pedro Taques, nos últimos dias, com os dois depoimentos que nós tivemos em sessões históricas aqui nesta Casa – por quase dez horas, nós trouxemos a esta Casa dois governadores de grandes Estados brasileiros – nos deve servir de exemplo.

Nós passamos à opinião pública – e aqui ressalto, mais uma vez, que não estou aqui nem como governo, nem como oposição –, nós passamos à opinião pública a certeza de que nós estamos apenas numa guerra política nesta Casa!

O que é que nós produzimos de efetivo nos depoimentos desses dois governadores ontem!? A certeza de que esta CPI não se preparou para a arguição desses dois governadores! E olhe que temos aqui talvez os homens mais experientes em CPI desta Casa: aqui meu companheiro Carlos Sampaio, Senador Alvaro Dias, Senador Pedro Taques, que é uma referência para todos nós. Mas o que é que se descobriu de novo que já não tenha sido dito pela Polícia Federal e pelo Ministério Público? Nada! Nada, nada, nada. E esta é a impressão que a opinião pública está levando sobre esta CPI!

Nós ficamos apenas numa guerra de convocar fulano. Chegamos ao ponto de querer trazer a Presidente da República aqui! E o ex-Governador José Serra!

Está na hora de nós pararmos e nos debruçarmos sobre o vasto material que esta Casa tem! Sobre o vasto material! Nós não quebramos o sigilo da Delta? Vamos analisar!

Senador Pedro Taques, noutro dia parece que foi o senhor que disse que parece nós vivemos num filme hollywoodiano! Será que o Dr. Fernando Cavendish vai chegar aqui e vai falar, vai entregar qualquer tipo? Não vai!

Ou nos preparamos para a arguição dessas pessoas, ou nós vamos ser desmoralizados, como nós fomos ontem e anteontem!

Então, está na hora, nobres Senadores, Srs. Deputados, de nos preparamos! E não vejo outra alternativa a não ser as Assessorias, os homens experientes desta Casa, e nos debruçarmos sobre o vasto material colhido por esta CPI.

Então, Sr. Presidente, voto favorável à posição do relator, o nobre Deputado Odair Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Art. 14!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não concederei o art. 14 a V. Exª, me permita...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs Parlamentares, Srs. Parlamentares, esta convocação é urgente, inadiável, imprescindível.

Eu não concordo com o meu prezado colega Ciro Nogueira de que depoimento não tem importância porque não estamos preparados. O depoimento, na pior das hipóteses, coloca o mal à luz para que ele possa ser identificado, reconhecido pela opinião pública, que exerce pressão, convocando a autoridade judiciária à responsabilidade.

São essenciais, em CPIs, os depoimentos.

Neste caso, é indiscutível que o Sr. Fernando Cavendish é uma das estrelas desse esquema de corrupção que envolve agentes públicos e privados. Rapidamente, numa análise ainda preliminar da quebra de sigilo da Delta, nós verificamos o repasse de bilhões de reais da Delta para Alberto Pantoja. E dela para criminosos que estão sendo investigados nesta CPI – pessoas jurídicas e pessoas físicas. Só isso bastaria para a convocação de Fernando Cavendish, que é o principal *manager* da empresa Delta.

Ele é citado em vários momentos da operação Monte Carlo. A quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Fernando Cavendish também é imprescindível e inadiável. Há um requerimento de preferência de minha autoria, e esse requerimento não foi incluído na pauta do dia de hoje. Nós gostaríamos, Sr. Presidente, que, além de votarmos a convocação de Fernando Cavendish... Aliás, ele afirmou que compra políticos e que teria a possibilidade de comprar um Senador por R$6 milhões, o que ensejou, da nossa parte, uma interpelação judicial, não respondida por ele. A interpelação judicial não foi respondida pelo Sr. Fernando Cavendish. Nós encaminhamos queixa-crime, Sr. Presidente. O Sr. Fernando Cavendish desdenhou da Justiça, não respondeu a uma interpelação judicial, e a Justiça Federal do Rio de Janeiro determinou a instauração dos procedimentos para dar continuidade à queixa-crime que contra ele movemos a Senadora Ana Amélia e eu.

Portanto, Sr. Presidente, é imprescindível a convocação já do Sr. Fernando Cavendish. Ele tem muito a explicar a esta CPI e eu posso garantir ao prezado Senador, ao...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Preparados para questioná-lo nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Leonardo Picciani. Falta chegar o Deputado contrário à posição do Relator, Deputado Miro Teixeira. Ok.

Deputado Leonardo Picciani, com a palavra.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, quando nós iniciamos o trabalho desta Co-

missão nós aprovamos o plano de trabalho do Relator e todos aqui saudamos o plano de trabalho do Relator como um bom plano de trabalho, tanto que, salvo melhor juízo, o plano de trabalho foi aprovado por unanimidade. Teve um voto contra. Pela quase unanimidade.

E, no ritual das CPIs, por que sempre é dada inicialmente a palavra ao Relator? Para que o Relator, com base na análise que fez da documentação, das denuncias, do material em poder da CPI, possa iniciar a instrução do processo de oitiva, possa iniciar a instrução dos procedimentos.

No momento em que nos desviamos da proposta do Relator, justamente na antecipação da convocação dos Srs. Governadores de Estado, ocorreu o que aqui o Senador Ciro Nogueira analisou. A CPI não tinha absolutamente o que perguntar aos Governadores. As perguntas não eram consistentes, e pareceu que os Srs. Governadores deram um baile nesta Comissão.

Esta Comissão não deve ter, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Srªs Deputadas, Srªs Senadoras, reserva a convocar quem quer que seja. Quem tiver que ser convocado, quem tiver que se explicar que o seja. Mas nós não precisamos ter a ânsia de convocar sem ter o que perguntar, apenas para fazer um espetáculo que seja.

Eu acho, eu creio que o Relator Odair Cunha tem feito de forma primorosa o seu trabalho, tem instruído os procedimentos desta Comissão com talento, com correção, com imparcialidade, e eu quero aqui dizer que apoio a proposta do Relator. Acho que o Relator tem sido coerente com aquilo que ele apresentou no primeiro dia, com aquilo que ele propôs do primeiro dia. Não se desviou um momento daquilo que era o seu plano de trabalho e a sua proposta original.

Esta CPI precisa voltar novamente ao seu foco, buscar o caminho daquilo que ela precisa esclarecer e daquilo que ela precisa apresentar. E eu não vejo outra forma de fazer isso se não voltar ao cumprimento daquilo que aprovamos na primeira reunião, que é o plano de trabalho do Relator.

Portanto, o nosso apoio à proposta do Relator Odair Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela Câmara dos Deputados, contrário à posição do Relator, como derradeiro inscrito, o Deputado Miro Teixeira, com o tempo de três minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Exmº Sr. Presidente, Exmªs Srªs Congressistas, Exmºs Srs. Congressistas, falo também em nome do Deputado Vanderlei Macris. E não falo diretamente contra a proposta do Relator, pois ele propõe um sobrestamento. E aqui eu quero dizer a V. Exªs que podemos votar hoje a convocação de Cavendish e deixar a data para ser determinada quando maiores elementos chegarem a esta Comissão. Não é, portanto, uma postura radical, não é uma postura radical. Procuro o caminho do bom senso. Posso até não achá-lo, mas não será por dolo, não será por uma vontade dirigida no sentido do erro. Tento o acerto.

Asseguro a V. Exªs que não há possibilidade de se construir um discurso contra a convocação de Cavendish. Seria como justificar a adoração ao bezerro de ouro, seria como dar razão aos que já começam a fazer charges falando de uma tropa de cheque para defender o Cavendish. E quem é o Cavendish? É o presidente da empresa que se deixou gravar dizendo que conseguiria obras por trinta milhões, que não estava interessado em comprar esses politiquinhos pequenos, não, porque ele comprava os grandes. Senadores? Seis milhões. Senadores? Seis milhões. Mas com trinta ele consegue qualquer obra.

Bom, mas eu ouvi aqui: devemos voltar ao foco da CPI. Esse ó foco da CPI. Esse é o foco da CPI. Uma prova técnica robusta existe a demonstrar a responsabilidade da Delta e como uma empresa - uma empresa não são as suas paredes, uma empresa são as pessoas que a dirigem. Não são sequer as pessoas que lá trabalham pura e simplesmente. Há um presidente na empresa. E dessa empresa, é só descer aqui à sala do cofre que vai-se ver, dessa empresa sai dinheiro para a Alberto e Pantoja, que é uma empresa fantasma do Cachoeira. E daí existe saque em dinheiro para suborno.

Esta é uma votação nominal. Esta é uma votação nominal. Não comprometam suas biografias. Eu estou diante de mulheres e homens honrados. Estou diante de mulheres e homens honrados que não precisam deste meu depoimento. E essa é uma emoção em defesa das prerrogativas e das...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Obrigado.

José Pimentel, como vota? Com o Relator?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Humberto Costa.

Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Walter Pinheiro.

Wellington Dias.

Jorge Viana.

Delcídio do Amaral.

Walter Pinheiro. Como vota, Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sérgio Souza.

Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – A favor do Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Davim.

Benedito de Lira.

Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o Relator.

Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Kátia Abreu.

Sérgio Petecão.

Cândido Vacarezza.

O SR. CÂNDIDO VACAREZZA (PT – SP) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Odair Cunha, voto conhecido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o Relator.

Íris Araújo.

A SRª ÍRIS ARAÚJO (PMDB – GO) – Não posso votar contra uma proposta que eu mesma apresentei de convocação do Sr. Fernando Cavendish. Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o Relator.

Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Contra o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gladson Cameli.

Onyx.

Mendonça Prado.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Maurício Quintella.

Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Eu voto com a orientação do Relator, Sr. Presidente. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro. Voto conhecido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Contra o Relator.

Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Contra o Relator.

Sílvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu voto contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Contra o Relator.

Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – A favor do Relator.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A Senadora Kátia chegou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Delegado Protógenes. *(Pausa.)*

Jô Moraes, no lugar de Osmar Júnior. Jô Moraes, como vota? *(Pausa.)*

Com o Relator.

Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quem chegou mais? Kátia parece que chegou.

Como vota a Senadora?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Contra o Relator, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Contra o Relator.

Vamos finalizar, Sr. Vice-Presidente, para finalizar e proclamar o resultado, por favor. *(Pausa.)*

Ah, chegou o Mendonça, vou tomar o voto dele.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Já votei. Votei...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Onix votou?

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Não, eu sou o suplente do Ônix.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB - PB) – Como vota o Deputado Mendonça Prado?

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Contra o Relator. *(Pausa.)*

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Presidente, precisa ter... Presidente, nós queremos o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Vice-Presidente está apurando aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Queremos resultado, Sr. Presidente, e fiscal na apuração também.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, dê um placar parcial, já que V. Exª está esperando. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Vice-Presidente vai proclamar o resultado.

Com a palavra o Presidente Paulo Teixeira, para proclamar o resultado.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Paulo, Vice-Presidente, aqui marcamos. Vamos ver se conferem os números da Mesa com os números daqui, dos fiscais secretos que têm aqui. *(Pausa.)*

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – A proclamação do resultado: 16 votos com o Relator, 13 votos contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo seguinte, convocação do Luiz Antonio Pagot. *(Pausa.)*

Com a palavra o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, de igual forma, por todas as razões por que nós devemos sobrestar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ao Pagot.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...o requerimento de convocação do Sr. Fernando Cavendish, o Relator entende que é necessária....

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um minuto só. Nós temos... Só um minuto, Relator. Para disciplinar – agradeço a forma como os senhores estão se portando –, o Relator vai se posicionar sobre os requerimentos convocatórios. *(Pausa.)*

Eu vou ler quais são os requerimentos convocatórios do Pagot.

Por favor, Senhores. Por favor.

É o Requerimento, para conhecimento dos senhores e documentação taquigráfica, nº 21, Requerimento nº 67, Requerimento nº 78, Requerimento nº 111, Requerimento nº 141, Requerimentos nºs 288, 476 e 501.

Posição do Relator.

O Deputado Presidente Paulo Teixeira está colhendo os votos, os encaminhamentos a favor e contra.

Posição do Relator.

Por favor, senhores.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, nós, de igual maneira, entendemos que devemos fazer uma análise detida de toda a documentação que esta CPMI tem, possíveis outras oitivas que podem justificar a convocação do Sr. Pagot em outro momento a esta CPMI. Quero ressaltar que é conhecido que o depoimento...

Presidente, eu queria que os Srs. Parlamentares ouvissem as nossas argumentações.

É conhecido o posicionamento. Várias informações, o Sr. Pagot já prestou a órgãos de imprensa sobre o seu posicionamento, sobre denúncias que ele levanta contra esses e contra aqueles partidos políticos. Nós precisamos nos deter às informações que esta CPMI tem, e é com essa compreensão, Sr. Presidente, e entendendo que, se o Sr. Pagot quer vir a esta Comissão para prestar alguma informação relevante, ele terá oportunidade segundo a nossa conveniência e não segundo o desejo de alguém que queira declarar alguma coisa, porque, se alguém quiser declarar alguma coisa, se quiser denunciar algum crime e se esse crime tiver urgência para a sua declaração, ele deve procurar a Polícia Federal e reduzir... E esta Comissão tem autoridade...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, vamos ouvir o Relator! Por favor, vamos ouvir o Relator!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esta Comissão tem autoridade... Ele pode procurar a Polícia Federal, reduzir a termo... *(Falha na gravação.)* ...que ele entender urgentes. Pode fazê-lo em qualquer momento. A conveniência ou não da declaração do Sr. Pagot nesta CPMI não pode ser motivada por interesses políticos, partidários desse ou daquele. Deve ser essa convocação e o seu depoimento nesta CPMI motivado pela análise dos documentos que temos nesta CPMI.

Exatamente por isso, Sr. Presidente, nós entendemos que não se deve, neste momento, nem confirmar sua convocação, ou seja, aprová-la ou rejeitá-la, mas noutro momento fazermos essa definição. Por isso, de igual maneira, nós encaminhamos pelo sobrestamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) **–** Contrário, Presidente. Para encaminhar contrário.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para encaminhar contra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Deputado Paulo Teixeira... Por favor! O Deputado Paulo Teixeira está colhendo... Por favor, com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu colhi, junto aos que vão encaminhar contra no Senado, que precisa entrar num entendimento, os seguintes Srs. Senadores que querem encaminhar contra, e precisam entrar num entendimento: Senador Pedro Taques, Senador Randolfe, Senador Cássio Cunha Lima, Senador Pedro Simon e o Senador Jayme Campos.

Então, eu queria pedir a V. Exªs que entrassem num entendimento.

Entre os Deputados, colhi os seguintes: Deputados Ronaldo Fonseca, Domingos Sávio, Francischini, Rubens, Silvio Costa.

Esses são contrários. Eu queria pedir a V. Exªs que...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pelo Senado, o Senador Pedro Taques.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – O Senador Pedro Taques pelo Senado. Então, deixa-me ver, pelo Senado, o Senador que encaminhará com o Relator. Peço aos Senadores... Quero saber quais dos Srs. Senadores e pela Câmara também quem vai encaminhar com o Relator.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu quero encaminhar, por favor.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não. V. Exª já vai encaminhar, já ficou de fazer um entendimento. Faça o entendimento entre os Deputados.

Eu quero saber do Senado quais Srs. Senadores... Sei, do Senado, contrário será o Senador Pedro Taques. Eu quero saber quais Srs. Senadores... Contra, Senador Pedro Taques.

Qual é o Deputado? O entendimento...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Deputado Domingos Sávio, Sr. Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – O entendimento chegou ao nome do Deputado Domingos Sávio.

Na Câmara, para encaminhar a favor, vai ser o Deputado Cândido Vaccarezza. *(Pausa.)*

Senador Sérgio... Senador, desculpa, Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Passo. Passo.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não.

Senador Sérgio Souza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, para usar, pelo Senado Federal, pelo tempo de três minutos...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

Um minuto só, para ouvir o Senador Sérgio Souza.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza, para usar o seu tempo regimental de três minutos. *(Pausa.)*

Por favor, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Queria apenas salientar o que falei ontem, porque falei pessoalmente com o Sr. Pagot. Ele se coloca à disposição para vir a esta Comissão, fazendo questão de dizer que ele não faz nenhuma contestação ao que saiu no jornal de que não é verdade...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Senador Simon. Foi registrado, ontem, Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele apenas quer fazer uma análise, uma exposição daquilo que realmente aconteceu, querendo ajudar a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Senador Simon. Obrigado, Senador Simon.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza, que se posicionará a favor do Relator no sobrestamento do requerimento de convocação do Sr. Pagot.

Três minutos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares componentes desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito:

Percebo que assiste razão ao Relator, Deputado Odair Cunha, pela seguinte sistemática. Nós não estamos, aqui, votando se vamos convocá-lo ou rejeitar a sua convocação. A opinião colocada pelo Relator é de sobrestamento, pois, antes de trazer, aqui, o Sr. Pagot ou qualquer outro envolvido nesse sistema, nesta CPI, primeiro, precisamos analisar os documentos que estão

chegando a esta CPI. Só posteriormente nós faríamos aí, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir o Sr. Senador, senão tenho que aumentar o tempo dele. Por favor!

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – E somente num segundo momento, Sr. Presidente, traríamos, aqui, todos aqueles que precisam ser ouvidos por esta Comissão, mas com dados necessários e suficientes para indagá-los.

Percebo que esta CPMI tem um papel muito maior do que tão somente convocar cidadãos a vir a esta CPMI. Nós temos um papel de identificar realmente as causas que geraram essas consequências dentro desta CPMI. Nós temos ainda que analisar muitos documentos. Esta CPI está perdendo um pouco, Sr. Presidente, o foco. Nós estamos... Talvez ela tenha sido a Comissão que mais quebrou sigilo ou convocou pessoas para vir, até este momento, a esta CPI. Não conseguimos ouvir todos.

Faço duas reflexões: primeiro, àqueles que sentaram àquela mesa à esquerda e que usaram do seu direito constitucional de não dizer nada, perdemos tempo nesse momento; e, num segundo momento, ontem e antes de ontem, ouvimos os dois Governadores, e os dois foram muito bem perante esta CPMI, mas acredito que pouco acrescentaram àquilo que já sabíamos.

Então, o meu encaminhamento é para que posterguemos para um momento futuro a apreciação deste requerimento da convocação do Sr. Pagot.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, para se posicionar contrário à posição do Relator pelo sobrestamento, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero expressar meu respeito àqueles que votam favorável ao Relator, mas precisamos definir, Sr. Presidente, o medo. Medo é uma sensação de temor; medo é uma sensação de ansiedade; medo traz adrenalina em algumas pessoas; medo é a tremedeira na perna. Algumas pessoas estão com medo, estão com receio, estão com paúra da vinda a esta Casa do Fernando Cavendish e do Sr. Pagot. O Sr. Pagot, como já disse um Senador da República, é um fio desencapado: ele está desesperado para falar, e ele precisa falar. E, nesta Casa, particularmente nesta reunião, algumas pessoas estão com medo desses dois cidadãos.

Esta CPI tem três núcleos de investigação, três núcleos: o primeiro deles, Cachoeira e os seus quadrilheiros – nós já ouvimos os quadrilheiros do Cachoeira, aqui –; o segundo núcleo, agentes políticos – ouvimos o Demóstenes, ouvimos os governadores; e um terceiro núcleo, o núcleo empresarial – é aquele que tem dinheiro, é aquele que tem dinheiro em caixa. Desse terceiro núcleo, nós estamos correndo de medo deles. Não sei por quê, Sr. Presidente.

O núcleo dessa investigação é a empreiteira Delta, que em menos de dez anos recebeu quase R$4 bilhões do Governo Federal, notadamente através do Dnit. Esses dois cidadãos são imprescindíveis para esta CPI, sob pena de nós transformamos esta CPI numa farsa. A farsa está se encaminhando para esta CPI.

Não ouvir, neste momento, o Pagot; não ouvir, neste momento, o Cavendish, com todo o respeito ao Sr. Relator, é transformar isto aqui numa CPI café com leite, numa CPI que não quer chegar a um bom resultado. Nós precisamos, Sr. Presidente, encontrar o que está lá no fato determinado da CPI. O fato determinado da CPI: as relações da Construtora Delta com agentes públicos.

Ouvimos governadores aqui. Qual é o poder do Pagot e o poder do Cavendish, poder esse superior a governadores? Nós estamos com medo, com receio, com paúra de quê? De que eles venham aqui e comprovem a existência de corrupção na República, Sr. Presidente? Não podemos transformar esta CPI em uma enrolação. Esta CPI está se transformando em uma enrolação se nós não ouvirmos esses dois. E dizer que não existem elementos para que possamos fazer perguntas a esses cidadãos é um absurdo, porque já existem provas nos autos que dão conta da participação desses dois na organização criminosa.

Por isso, Sr. Presidente, tem muita gente aqui com medo, com receio, com tremedeira na perna da oitiva desses dois.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora vou inverter: Domingos Sávio, contrário à posição do Relator, com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Sr. Relator, eu vou me dirigir, primeiro, a V. Exª, pelo respeito que tenho por V. Exª, pelo respeito que temos – temos ambos – às tradições de Minas Gerais, pelo respeito que temos aos valores republicanos e ao que nos trouxe a esta Casa. Nós não podemos fazer isso com o povo brasileiro. Nós não podemos nos negar a enxergar e ouvir as verdades que precisam de ser ditas, e é por isso que inicio fazendo um apelo a V. Exª: retire essa propositura, permita-nos votar se queremos que venha ou não o Sr. Pagot.

Mas se V. Exª não retira, deixo claro aos colegas que aqui estão: não vamos ser coniventes com isso. Não é uma questão de ser base de Governo ou oposição. O Sr. Pagot veio a público e fez diversas declarações,

inclusive envolvendo pessoas do meu partido, e V. Exª sabe disso. E nós aqui temos que tratar do interesse do povo brasileiro.

O Senador Pedro Simon, que é uma referência, que é uma bandeira suprapartidária, disse ontem aqui nesta Casa que falou pessoalmente com o Sr. Pagot, e que ele disse que deseja, sim, vir a esta CPI, que está disposto a contribuir, sim, com o País, e, no entanto, agora, nós, que temos o dever de investigar, vamos dizer "não, nós não queremos, nós não queremos ouvir o que pode contribuir com o País"?!

Como o povo brasileiro vai reagir a essa maneira? Ele seguramente será ouvido no Ministério Público, na Polícia Federal, e vamo-nos negar? Nós temos os poderes que nos são dados pela Constituição de atuar nos mesmos níveis...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir o Deputado Domingos, por favor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Obrigado, Presidente. Peço mais alguns segundos em razão disso.

Portanto, Sr. Relator, reflita, retire sua posição, há tempo para isso. Mas, se não o fizer, cada um dos Parlamentares que aqui estão tem um dever com a Nação, tem um dever com as suas consciências, tem um dever com quem os trouxe até aqui, e esse dever aponta no sentido de buscar a verdade, e não de jogar para debaixo do tapete. Não é hora de fazermos isso com nosso País! É hora de mostrarmos para nosso País que queremos ouvir, sim, quem quer trazer as informações.

Nós estivemos indignados aqui perante aqueles que aqui vieram e disseram "me reservo o direito de ficar calado". O País inteiro ficou indignado! Agora alguém diz: "Eu quero falar. Eu tenho o que dizer. Eu tenho informações preciosas." Agora o Sr. Relator diz: "Não, não vamos convocá-lo." Por que não convocá-lo? Há até o bom-senso de vários colegas, e eu me junto a eles, de que votamos, aprovamos a vinda do Sr. Pagot, e negociamos com o Relator, com o Presidente, o dia e a hora mais apropriados.

Portanto, não há razão para não votar a vinda do Sr. Pagot. Não votar a vinda do Sr. Pagot é trair o povo brasileiro, é trair a confiança de quem nos colocou aqui. É hora de mostrar que somos livres, que somos independentes, cumprimos o mandato em benéfico do povo e não de quem quer pagar mais a um Senador ou a um Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – Cândido Vaccarezza, com a palavra.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZA (PT – SP) – Sr. Presidente, primeiro quero pedir silêncio para falar e quero que V. Exª retome o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – Só um minuto.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZA (PT – SP) – Sr. Presidente, Srs. e Srªs Deputados e Senadores, estamos aqui discutindo se vamos convocar ou não o Sr. Pagot para avaliação dos dados desta CPI, cujo foco é examinar a Operação Vegas e a Operação Monte Carlo. Quero me dirigir ao Deputado Miro Teixeira e vou ficar em pé como ele costuma fazer. Não assaque acusações genéricas. Se V. Exª acha que há um Deputado que é da bancada do cheque, vire para o Deputado e diga: é fulano. *(Palmas.)*

Eu não sou da bancada do cheque, não sou!

Segunda questão: Srs e Srªs Deputadas, esta discussão aqui é séria. Esta CPI tem foco. Chamar o Pagot aqui hoje é para discutir contribuições de campanha. Foi isso que ele disse. O que disse o Pagot? Que, no Dnit, 60% de uma determinada contribuição ia para o Sr. José Serra, e que ele havia arrumado dez ou vinte indicações para o PT. Isso não é foco desta CPI Esta CPI tem que examinar a organização criminosa do Sr. Cachoeira. Então, é um erro político sairmos daqui com a convocação do Pagot. E não adianta fazer cena, não adianta fazer proselitismo. Vamos para o tema. Agora quero falar mais baixo – não é da sua hora, Deputado Miro, o tema é o seguinte: o Pagot fez denúncias de contribuições de campanha. Queremos examinar a organização criminosa do Carlos Cachoeira. O relator está pedindo um tempo, avaliando os dados. O maior trabalho desta Comissão aqui é avaliar dados, quebras dos sigilos bancários, telefônicos e telemáticos. Com isso, vamos cruzar? Se houver relação do Pagot com a organização criminosa, vamos examinar e vamos convocá-lo. Se não houver, meu posicionamento é de que esta CPI não pode convocá-lo. Então, quero declarar meu voto e meu apoio, pedindo à Comissão para seguir o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Após a votação, vou dar o Art. 14 a Miro.

Como vota José Pimentel?

Agora vou votar, dou o Art. 14.

Como vota José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Com o Relator. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Humberto Costa? *(Pausa.)*

Como vota Lìdice da Mata? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muita consciência, Sr. Presidente, nós não estamos rejeitando ninguém; estamos sobrestando. Não podemos politizar esta CPMI. Voto ao lado do Relator, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Voto com o Relator, Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota Paulo Davim. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, é incompreensível o que estamos vendo na manhã de hoje aqui. Voto contra o Relator..

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pagot disse que foi derrubado pelo bicheiro Cachoeira e pela Delta. Ele tem o direito de vir aqui e já. Contra o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB)– Em nome de uma investigação minimamente séria, contra o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Fernando Collor?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR –TO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Contra o relator, Sr. Presidente. O Pagot pediu para vir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Vaccarezza? Voto conhecido.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o relator Odair?

O SR. ODAIR CUNHA (PT –MG) – Voto conhecido. "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Paulo Teixeira?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Deputada Iris de Araújo?

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o relator.

Como vota Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Contra o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Francischini?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, "Pagot" e entregou. Contra o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Contra o relator.

Como vota o Deputado Gladson Cameli? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Deputada Iracema Portella? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Onyx? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Mendonça Prado?

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Contra o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Quintela Lessa? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Ronaldo Fonseca?

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sou um Deputado do PR e voto contra o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Contra o relator.

Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Voto com a orientação do relator. Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Miro? Conhecida.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Contra.

Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) Vamos ouvir o Pagot. Voto contra o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Contra o relator.

Como vota o Deputado Sílvio Costa?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu vou dizer. Calma, Presidente. Eu não consigo entender...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota V. Exª?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O meu voto é claro. Agora, o que eu não consigo entender...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota V. Exª?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) –... é como é que um cara diz que quer vir aqui... quatro bilhões e vocês não querem ouvir? É claro que eu voto contra o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Felipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – A favor do relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A favor do relator.

Como vota o Deputado Delegado Protógenes? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Deputada Jô Morais?

A SRª JÔ MORAES (PCdoB – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o relator.

Ao Vice-Presidente Paulo Teixeira, para a apuração e proclamação do resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu quero proclamar o resultado.

Eu quero, em primeiro lugar, pedir a V. Exªs que estiverem de pé que se sentem. Em segundo lugar, eu peço o respeito do Deputado à Senadora.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Há reciprocidade, Sr. Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Em terceiro lugar, vou proclamar o resultado.

O resultado é o seguinte: com o relator, são 17 votos. Contra o relator, 13 votos. Portanto, venceu a proposta do relator, de sobrestamento.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Para uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu vou conceder a palavra, como Líder, agora...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como Líder, Deputado Silvio Costa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou conceder a palavra, pelo art. 14, por cinco minutos, para o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu vou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Como Líder, Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, pode reiniciar o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira, eu só vou pedir a V. Exª, porque há uma...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Há um certo clima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Há uma solicitação de inscrição de Líderes, para falarem como Líderes. Eu vou inscrever todos, para, depois, devolver a palavra a V. Exª. Eu ainda vou submeter ao Presidente como ele encaixará o debate de líderes com a pauta. Isso é uma decisão do Presidente efetivo, que volta... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) Em nome e usando da competência do art. 14, como eu havia me comprometido, antes de qualquer outra etapa a se vencer, com os mesmos ânimos serenos, prudentes, eficientes e democráticos desta Comissão, porque nós estamos discutindo e debatendo e votando – e votando, eu passo a palavra ao Deputado Miro Teixeira que, aí sim, na condição do art. 14, pode usar por cinco minutos, o seu tempo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muito obrigado, Presidente. Me foi proporcionada esta oportunidade logo depois de uma proclamação de um resultado incompreensível, no meu ponto de vista. Cada um tem as suas razões. Algumas são legítimas, e eu presumo que há outras ilegítimas. Por que eu posso presumir? Porque ficou nítida aqui uma mobilização para se evitar a trazida do Cavendish, para se evitar a vinda do Ca-

vendish, para se evitar a vinda do Pagot. Que medo é esse? Que medo pode existir em torno da oitiva dessas duas pessoas? Será que eles vêm aqui armados, será que eles vêm aqui para atirar em alguém? Ou será que o medo é da revelação da verdade?

O Senador Pedro Simon não participa da CPI porque o seu partido não o indicou, e nós perdemos a possibilidade de ter aqui essa experiência de grandes momentos da nossa história recente e a clarividência. E a ele fui recorrer ainda há pouco. Sabem V. Exªs para quê? Para nós ouvirmos o Pagot em outra sala, em outra sala aqui do Senado. Vamos requisitar uma comissão. Aqueles que querem ouvir o Pagot, nós vamos fazê-lo e vamos fazê-lo numa sessão informal, numa reunião política, que eu pedirei ao Senador Pedro Simon para presidir, para presidir. Ele vai dar mil argumentos para não fazê-lo. Nós não os aceitaremos. E aí vamos ver, sim. E aí nós vamos começar a seguir o caminho do dinheiro e das cumplicidades no mundo político, das cumplicidades no mundo político, porque nós não estamos aqui para saber ou não se o Cachoeira é bicheiro.

Eu era Líder do Governo Lula quando fui à tribuna defender o Governo quando surgiu a gravação do Cachoeira com o Waldomiro Diniz, e nada tinha acontecido sequer no Governo Lula. Não havia qualquer responsabilidade do Governo Lula. Mas todo mundo sabe que o Cachoeira é bicheiro. O Cachoeira começou a ter problemas muito graves, como disse em entrevista a senhora dele, quando se meteu com políticos corruptos. Ele antes tinha uma boa vida, tinha uma boa vida, como têm boa vida os bicheiros do Rio de Janeiro ou de São Paulo. A senhora dele estava indignada. "Mas ele foi se meter com esses políticos corruptos, aí tudo começou a se complicar".

Bom, mas que resposta poderemos dar nós depois desses resultados de votação? Esta Comissão fica sob suspeita, sim. E tem coisa pior, porque vão tentar os adversários – quem está falando aqui é um Deputado da base do Governo – lançar a culpa no PAC, dizer que não pôde nada disso ser feito para não atrapalhar o PAC ou, como eu já ouvi também aqui, que houve uma ordem do Planalto para que se votasse contra. Eu não sei do Planalto, não, mas eu lhes afirmo que não existe essa possibilidade, porque a declaração de inidoneidade da Delta, essa sim andou por lá, e lá ouviram uma frase: "Cumpra-se a lei". E foi isso que Jorge Hage fez, além de declarar a inidoneidade. E esta Comissão, dois dias depois, se recusa a convocar o Presidente da companhia, apesar de o Governo ter declarado a inidoneidade. Isso é incompreensível. Isso revela uma tropa do cheque. Isso revela uma tropa... Não falei bancada do cheque. Pode pegar ali. Falei em tropa do cheque, como já estavam fazendo e falando alguns chargistas. É só recolher as minhas notas taquigráficas, é só recolher as minhas notas taquigráficas.

Se eu tivesse um nome, se eu tivesse um nome, não tenham dúvida: eu faria uma denúncia, uma denúncia formal à Corregedoria da Casa, mas um nome só pode surgir se nós ouvirmos o Cavendish e se nós ouvirmos o Pagot. Sem isso, ninguém pode me cobrar nenhum nome.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Eu vou abrir... Nós vamos ter agora uma série de requerimentos, pelo menos mais de 70 requerimentos, que estão protocolados para deliberação dos senhores, mas devo dizer que os líderes estão pedindo a palavra e vou ouvi-los.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor. Os líderes estão pedindo a palavra e eu vou ouvir todos os líderes.

Com a palavra o Líder do PSDB.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se eu estou inscrito, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está sim, está sim.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Bruno Araújo.

Com a palavra V. Exª, por cinco minutos.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, nós assistimos hoje aqui a algo absolutamente incompreensível.

Esta Comissão, no início de seus trabalhos, aprovou requerimento trazendo a esta Casa, como testemunhas, dois Governadores de Estado Federado. Esta Comissão ouviu durante nove, oito e dez horas, respectivamente, dois Governadores de Estados brasileiros. Esta é a mesma Comissão que hoje se nega a ouvir alguém que diz que compra Senador da República. Esta é a mesma Comissão que bradava porque sentavam pessoas naquela bancada que não diziam ai e que se nega a permitir que quem quer falar venha fazê-lo.

Esta Comissão, Sr. Presidente, não é a Comissão do Brasil verdadeiro. O Brasil está aí fora tentando pagar a sua conta de água, de energia e não vê a Comissão fazer o que tem de principal. Assiste a um debate político, a um embate entre partidos políticos que, numa disputa, trazem dois Governadores de Estado Federado, mas escondem o dono, o principal pivô de todo o processo. Esta Comissão, Sr. Presidente, com essa votação de hoje, tende a desmoralizar a nossa

atividade. É um momento absolutamente vergonhoso e absolutamente infeliz.

Por mim, o meu Partido não participaria mais desta Comissão neste momento. Este é um momento de absoluto estado deplorável para o exercício da democracia neste Congresso. Assistimos aqui a uma operação – podem chamar do que quer que seja – de proteção absoluta. Governadores de Estado não foram protegidos. O dono de uma empresa foi, um ex-funcionário graduado do Governo Federal que diz que quer falar. E olhem: esse funcionário graduado do Governo Federal, inclusive, trazia denúncias contra o meu Partido. E o meu Partido votou pela vinda dele aqui.

Se essa Comissão se portar da forma como vem fazendo, é melhor passar a chave, Sr. Presidente, e irmos cuidar de outras coisas na nossa vida. Essa não é a Comissão que o Brasil espera. Feito como o de hoje leva à crença de como terminam as comissões parlamentares de inquérito.

Por isso eu quero me manifestar nesse momento deplorável da vida pública brasileira, esperando que possamos, numa reflexão profunda, entender que, independente das disputas que estão claras e estão-se fixando aqui, possamos avaliar que o que nós estamos fazendo é enterrar a nossa prerrogativa, é jogar fora o nosso juramento de Parlamentares, é dizer e fazer um achincalhe, nós estamos achincalhando o povo brasileiro, dizendo que nós estamos brincando com a instituição da CPI.

Portanto, Presidente Vital do Rêgo, nós queremos, e de modo muito especial, a partir deste momento, dizer que hoje foi um dia absolutamente deplorável para a democracia brasileira.

Peço a um Deputado do PSDB que, se puder, continue a acompanhar o restante desta sessão, pois politicamente nós não temos condição de dar seguimento, pelo menos na data de hoje, de participar de um evento tão deplorável como este.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, o Deputado Jilmar Tatto, pelo PT da Câmara dos Deputado.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, Srs. Senadores, esta CPI tem a grande responsabilidade de apurar o crime organizado do Carlinhos Cachoeira, o chefe.

Nós aqui temos que ter muita parcimônia, muita calma e ser muito criteriosos para que, com o resultado dela, o Brasil ganhe. Jamais nós podemos aqui, primeiro, nos precipitar. Por isso está correta a posição do Relator no sentido de sobrestar. Sobrestar não significa não convocá-los. Sobrestar não significa convocá-los. Sobrestar significa que precisamos aprofundar a investigação, ouvir os membros dessa quadrilha. Inclusive, grande parte já foi convocada. Temos, ao mesmo tempo, através dos documentos de quebra de sigilo telefônico, fiscal e bancário, de verificar a real profundidade dessa quadrilha. Por isso está correto...

Sr. Presidente, queria que garantisse a minha fala.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mantém a palavra V. Exª.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Por isso foi correta a decisão de sobrestar tanto a vinda do Cavendish quanto do Pagot.

Digo isso porque a CPI não pode servir de pirotecnia. Muitas vezes as pessoas vêm aqui, pedem inclusive para ser convocadas, colocam-se à disposição da CPI muitas vezes para aparecer, muitas vezes para falar de coisas que não têm nada a ver com o objeto da CPI. Nós tivemos o Governador Marconi Perillo, que, fora da liturgia do cargo, apareceu na CPI dizendo que gostaria de ser convocado. Nós convocamos. Veio aqui, falou o que disse e nós ouvimos. Um Governador fez isso. Agora, não é porque um Diretor do DNIT ou um presidente de uma empresa diz que quer vir à CPI, deu uma entrevista aos jornais e às revistas falando que teve caixa dois para o Serra na campanha presidencial que nós temos que aqui convocá-lo para que ele possa falar, ou falando que apresentou uma relação de empresas para a campanha da Presidenta Dilma, porque este não é objeto desta CPI. Se fosse objeto financiamento de campanha, com certeza, teria que ser convocado, até porque o debate sobre financiamento de campanha é um debate necessário, e nós temos que fazê-lo.

O meu Partido defende financiamento público. É em função do financiamento privado que acontece isso.

Mas digo isso porque ouvi atentamente a intervenção do Deputado Miro Teixeira. O Deputado Miro Teixeira não tem o direito de, quando você aqui tem posição política, quando você aqui desconfia de gente que quer vir aqui para desviar o foco da CPI, falar que tem a bancada do cheque. Isso é de uma irresponsabilidade muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço aos colegas Parlamentares a atenção. Eu peço atenção ao orador.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – O senhor é uma pessoa muito educada. Tem sido, por sinal. Espero que continue assim. Quando alguém está falando na tribuna ou no microfone, o senhor, por favor, tem que ouvir, Miro. Sei que o senhor tem cabelos brancos. Então, tem que saber ouvir às vezes. Eu sei que é difícil.

Quero dizer, nobre Deputado Miro, com todo respeito que tenho por V. Exª, que, quando V. Exª faz uma intervenção nesse sentido, o senhor foge da política e

tenta colocar em suspensão Deputados, Senadores. Não é correta essa maneira.

Eu ouvi atentamente a sua intervenção e ouvi a intervenção corajosa e firme do colega do meu Partido, Deputado Cândido Vaccarezza, porque esta CPI tem responsabilidade. Quando a gente toma uma decisão política de convocar ou não, de sobrestar ou não, é em função de uma avaliação política e técnica do momento de ser convocado. Então, nós não podemos ser instrumento da política daqueles que querem aqui aparecer. Às vezes, eles não têm coragem de denunciar no Ministério Público, mas querem também fazer política, porque, se alguém tem alguma denúncia neste País, se foi Diretor do Dnit, se foi Secretário de Estado, ele tem que dar termo a essa denúncia. Tem que dizer para o Ministério Público. Tem que dizer para a Polícia Federal. A CPI não é o instrumento disso. A CPI é um instrumento de aprofundar a investigação.

Por isso, nós temos que ter um cuidado muito grande de não sermos usados, e não podemos e não podem Deputados aqui fazer proselitismo, dizendo que nós não queremos apurar. Queremos apurar, mas aquilo que é o foco da CPI, que é o crime organizado do Carlinhos Cachoeira. Em função disso, está correta a decisão que foi tomada aqui de sobrestar em relação ao Pagot e ao Cavendish.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Dando encaminhamento à oitiva dos líderes.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu tenho art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só uma vez.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É. Só uma vez pelo Regimento.

O líder Silvio Costa com a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PB) – Presidente, o senhor pode pedir silêncio, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa com a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PB) – Sr. Presidente, eu quero deixar claro a Pernambuco e ao Brasil que eu sou da base do Governo. Vou repetir, eu sou da base do Governo. Agora, eu não posso concordar, como cidadão brasileiro que sou, como Parlamentar que eu sou, com um equívoco desse tamanho da CPI.

Eu quero dizer uma coisa aqui. O PSDB tem realmente tentado politizar essa Comissão, mas eu não posso deixar de reconhecer a postura decente do PSDB hoje aqui. Por quê? Porque o Sr. Pagot disse que José Serra para a campanha recebia não sei quanto. Ora, o Pagot disse que Serra recebia dinheiro.

Por favor, silêncio, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O Pagot disse que Serra recebia dinheiro, e o PSDB chega aqui e vota a favor da convocação do Pagot. Então, a gente tem que registrar esse gesto. A partir de agora, eu não sei mais se é o PSDB que quer politizar.

Eu, agora, quero perguntar quem quer investigar, porque eu quero investigar. Eu não sou paladino da ética, aliás, tenho horror a paladino da ética. Agora, não dá para brincar com a esperança das pessoas. A política é um eterno exercício de esperança. A política, acima de tudo, é construir cidadania todo dia, e não se pode construir um país decente, um país firme, com esse tipo de atitude.

Portanto, quero dizer uma coisa. Sou da base do Governo. Votei contra o Relator. Tenho o maior respeito por V. Exª, aliás, V. Exª é um grande Parlamentar, mas todo mundo tem um dia de errar.

Eu ponderei com V. Exª. Eu cheguei, aqui, Sr. Presidente, fiz uma pergunta e agora eu quero um esclarecimento. Eu perguntei a V. Exª: "Chegou algum documento da Delta?"

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E eu lhe respondi que chegou.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Exª disse para mim que tinha chegado. Perguntei ao Relator, ali, agora, ali perto: "Sr. Relator, chegou algum documento da Delta?" O Relator vira e diz: "Não, não chegou". Chamo o assessor. O assessor diz que não chegou. Moral da história: precisamos criar uma comissão de três Parlamentares para pressionar o Banco Central e trazer urgentemente os documentos da Delta aqui.

Agora, quero fazer um apelo à oposição. Quero fazer um apelo. Por favor, não invente de criar o fato político que vocês querem criar agora, porque fica mal. Vocês querem fazer sabe o quê? Vocês querem levantar, sair, para a imprensa dizer – fazer a lide da imprensa – "oposição revoltada sai da CPI". Não façam isso! Se vocês querem colaborar, por favor, fiquem aqui. Vamos à luta política. Vamos ao debate de ideias. É assim, e não com gestos, um gesto equivocado desse. O levantar vai sair em todos os jornais do Brasil amanhã, todos os *blogs*, mas vocês não estarão ajudando a CPI com esse tipo de atitude. Então, é um apelo que estou fazendo aos senhores.

Agora, quero dizer uma coisa. Os argumentos que foram colocados, aqui, são todos ineficazes. O que nós conseguimos, hoje, aqui, foi apenas uma coisa. Foi a CPI sangrar, sangrar, amanhã, nos jornais, porque a vinda de Pagot e a vinda de Cavendish serão inevitáveis. É inevitável que esses senhores estejam, aqui, sentados. Então, nós só estamos sangrando. Nós só estamos cometendo equívocos.

Então, Sr. Presidente, faço um apelo: para a gente não sangrar mais dois meses, coloque de novo esses dois requerimentos na próxima reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Ronaldo, como Líder do PR.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, não seria alternado?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, é por ordem de inscrição.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputadas e Deputados, Senadores, Senadoras, eu queria trazer, nesta fala pela liderança do PR, dois assuntos.

Primeiro, Sr. Presidente, ontem, o Governador Agnelo esteve, aqui, dando o seu depoimento como testemunha, por dez horas. E eu achei interessante, Sr. Presidente, que, durante o depoimento do Governador Agnelo, chegou a informação, aqui, no plenário, de que a Procuradoria Geral da República havia requisitado do STJ um inquérito, uma investigação para os dois Governadores que, aqui, estiveram.

Eu queria dizer o seguinte: o Governador Agnelo olha com bons olhos, vê com bons olhos essa investigação no STJ, porque, quanto mais investigação, quem está com a verdade não teme, quem está com a verdade não teme. Então, o Governador Agnelo vê com bons olhos mais uma investigação, agora, processada no STJ, foro competente.

Agora, eu queria apenas registrar uma posição deste Deputado que está falando. Eu estranhei, Sr. Presidente, porque, durante a oitiva, durante o depoimento do Governador, vem esta notícia, aqui, em plenário e nos noticiários, à noite, fortemente, dizendo que... Inclusive, um dos noticiários dizia o seguinte: o Procurador-Geral da República não ficou satisfeito com as informações dos Governadores.

Eu até que fiquei feliz numa parte, Sr. Presidente, porque os questionamentos que esta Comissão fez do atraso do Procurador Geral da República em abrir um processo de investigação está funcionando, porque agora estão rápidas as coisas. Eu fui olhar, Sr. Presidente. Ele deu entrada no STJ, na segunda-feira, dia 11. Por que só foi divulgado ontem? Se deu entrada no dia 11, por que só ontem saiu no noticiário? Por que foi exatamente no momento em que o Governador Agnelo estava dando seu depoimento que começou a sair no noticiário? Eu estou curioso. Estou assim querendo saber por quê?

Então, esse é o primeiro questionamento que eu queria fazer aqui. E está funcionando, Sr. Presidente, porque a Procuradoria Geral da República agora está rápida, está rápida. Eu acho que agora vão ter muitos processos por aí, o que é bom, não é ruim. Viu, Presidente Collor, está funcionando! É bom que venha mesmo. O Governador Agnelo está tranquilo. Quanto mais investigação melhor.

Segundo, Sr. Presidente, eu queria justificar e demonstrar minha coerência aqui nesta Comissão.

Sou autor de um dos requerimentos de convocação do Sr. Fernando, só que eu votei pelo sobrestamento. Votei com o Relator. Por que votei? Porque não estou convencido ainda de que este seja o momento de trazer, com muita respeito aos índios do Brasil, um "cacique" como Fernando. Eu acho que temos que estar mais preparados. Vamos trazer outros para virem aqui.

Mas eu votei, Sr. Presidente, contra o Relator, que desejava que fosse sobrestada a vinda do Sr. Pagot. Mas votei contra o Relator, por quê? Eu não sou autor de requerimento para convocar o Sr. Pagot, mas votei para que ele venha depor aqui.

Eu sou um Deputado do PR. O PR tem dois votos aqui. Não entendi, embora o meu Partido seja democrático e tivesse permitido que os dois, um Senador e um Deputado, fizessem uma questão de consciência e decidissem... Obviamente, se fosse contra a vinda de qualquer um, votaríamos contrário, mas eu votei pela vinda do Sr. Pagot, porque o Sr. Pagot foi do DNIT, e todos sabem, o Brasil todo sabe, que o PR estava trabalhando no Ministério, com o Ministro. Então, entendi que não seria justo o PR, neste momento, votar contra a vinda do Sr. Pagot.

Por isso, o PR, no meu voto, votou para que o Sr. Pagot viesse a esta Comissão, até porque ele deve estar muito angustiado e a CPMI será um remédio para ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Deputado Ronaldo.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu quero inicialmente contra-argumentar aqueles que disseram que não há razão para o Sr. Pagot vir aqui. Não precisamos ir longe. Vamos aqui à sala secreta. Vão encontrar lá interceptações telefônicas dizendo o seguinte: "Cachoeira pede para Cláudio Abreu controlar Pagot". Isso antes do depoimento do Sr. Luiz Antonio Pagot aqui, na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado. Cachoeira liga para Demóstenes pedindo para tomar cuidado com o depoimento de Pagot aqui. O depoimento ocorre. Logo em seguida, tem um telefonema de Demóstenes para Cachoeira dizendo que estava tudo o.k., que ele não disse tudo o que tinha que falar. Mais adiante, Cachoeira e Jorge Abreu articulam a queda de Pagot, por desavenças nos negócios. E vêm me dizer aqui que o Sr. Pagot não é objeto desta CPI!

Esta CPI, no dia de hoje, se acovardou! Esta CPI está desviando o seu objeto! Esta CPI, eu não sei se está com medo ou está esperando o momento de acerto, está aguardando o melhor momento para os acertos, porque hoje a CPI deixou de cumprir o papel que a República, que o Brasil... República, esta palavra tão falada e tão pouco praticada. ...porque hoje ficamos distantes da coisa pública e perto dos negócios privados, e perto dos acertos, e a serviço do medo da convocação. Não sei de quem veio esse comando aqui para que a maioria impeça que esta CPI avance.

Ontem, me perguntaram: o senhor acha que a CPI está sem rumo? Eu queria dizer isso, que está sem rumo. Seria "menos pior". É pior que isso: a CPI sabe o rumo e está com medo de avançar no rumo que tem que avançar. O rumo desta CPI são cinco letras: d, e, l, t, a. E não sei por que, as razões do medo de avançar nesse rumo. Não sei por que, qual é o medo de aonde vai chegar, qual é o medo que se tem de aonde vai chegar a CPI, se ela seguir nesse rumo.

Nós conversamos aqui, conversamos sobre a possibilidade de nos retirarmos desta reunião de hoje. Levantamos, sim, essa possibilidade, como um gesto... Achamos melhor ficar, porque aqueles que pensam que vão atropelar a verdade, que vão matar esta CPI, que vão acabar com as investigações, que façam isso, mas passarão por cima de nós, dos que resistem nesta CPI. A máxima que utilizaremos é a velha máxima de La Pasionaria, na guerra civil espanhola: não passarão aqueles que querem derrotar e acabar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito e com o sentido que o Brasil, que a República espera dela, que é investigar.

Não entendemos as razões... Não assiste nenhuma razão – já que a palavra "assistir" aqui foi utilizada – à argumentação aqui de que não cabe... Nenhum brasileiro que está assistindo hoje à TV Senado, nenhum brasileiro que está acompanhando esta CPI entende, escuta, aceita a razão aqui elencada de que há razões para sobrestar, impedir a convocação e a permanência, aqui nesta CPI, do Sr. Cavendish e do Sr. Luiz Antonio Pagot. Nós perdemos um tempo enorme, nesta CPI, perdemos um tempo enorme trazendo para cá pessoas que utilizaram o Direito Constitucional do silêncio. Perdemos outro tempo enorme em depoimentos espetaculares dos governadores. Quem quer falar e quem quer indicar o rumo desta CPI, nós nos omitimos, por medo hoje de convocá-los. Por medo ou, repito, por expectativa do momento do acerto para que as pessoas venham hoje.

Realmente, meu caro Sampaio, hoje era um dia de nós nos retirarmos, em protesto a isso, em protesto a essa vergonha. Não há outra definição para o que esta Comissão Parlamentar de Inquérito fez hoje: vergonha, medo! A votação de hoje foi uma votação contra o País e contra o sentido de uma comissão de inquérito, que é inquirir, investigar e ir adiante. Hoje a CPI se acovardou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, eu tenho ouvido, ao longo da sessão de hoje, a utilização da palavra "medo". Muitos dos Srs. Parlamentares aqui se valeram dela: "medo"; medo disso, medo daquilo. E eu gostaria apenas de prestar contas, mais uma vez, a esta Comissão, de que eu não tive medo nem nenhum receio de ir contra o Procurador-Geral da República, que vem cometendo, reiteradamente, crimes – ele, que lá está para representar a sociedade. E eu não encontrei muito eco junto àqueles que tanto conjugaram a frase "esses que têm medo".

Quando eu levantei, afirmei, dei nomes de que há uma quadrilha instalada na revista *Veja*, em alguns órgãos da imprensa; quando eu digo que o Sr. Policarpo Júnior, editor dessa revista, é um criminoso; quando eu pedi que ele fosse convocado, não encontrei nenhum eco naqueles que tanto conjugaram "medo", "medo", "medo". Eu não tenho medo de quem quer que seja e dei prova e testemunho disso.

Hoje, Sr. Presidente, dei notícia à esta Casa de que, pela primeira vez na história, desde que houve a reformatação do Ministério Público, portanto, desde 1988, o Conselho Nacional do Ministério Público aceitou a representação que fiz contra o Procurador Geral da República e a Subprocuradora, que é sua esposa. O Procurador Geral da República concentra nas mãos de sua esposa todos os processos que chegam à Procuradoria e que têm ou incluam pessoas com prerrogativas de foro para fazer moeda de troca.

Denunciei aqui os dois Procuradores que passaram a dois repórteres da *Veja*, os Procuradores Léa Batista de Oliveira e Daniel Resende Salgado, os jornalistas Gustavo Ribeiro e Rodrigo Rangel, deste coito de bandidos desta Revista *Veja*, o inquérito, na sua integra, que tramitava em segredo de Justiça na 11ª Vara Federal de Anápolis, em Goiás. Esse Sr. Policarpo recebia as informações, desde 2005, do Sr. Cachoeira, e recebia o inquérito que corria sobre segredo de Justiça do outro, e fazia disso o que queria para publicar na revista aquilo que achasse conveniente para os ganhos pecuniário da Editora Abril.

Eu tenho coragem de dizer: a Editora Abril se transformou em um coito de bandidos. O Sr. Policarpo Júnior é um criminoso. O Sr. Procurador Geral da República tem que ser apeado da sua posição pelos crime que cometeu e que estão aqui elencados. Quando eu

aqui denunciei, não encontrei ninguém com a coragem de dizer: "Collor, eu acho que você está certo, vá em frente." Ao contrário, eu recebi muitos cumprimentos, mas, na surdina. Eu entendo que esses possam ter medo, porque esses podem ter "rabo preso" em relação à Procuradoria Geral da República. Esses têm medo dessa imprensa, esses têm medo, e seguem sempre baixando a cabeça para o que a imprensa pauta. Eu não sigo a pauta da imprensa e não me deixo pautar.

Hoje, eu queria terminar esta minha intervenção fazendo apenas uma pergunta ao Sr. Relator.

Sr. Relator, nós, aqui, em algum momento, aqueles que votaram com V. Exª a favor do seu relatório, alijamos, de uma vez por todas, a possível convocação da oitiva do Sr. Cavendish e do Sr. Pagot? "Sim" ou "não", por favor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Claro que não.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) **–** Muito bem! Então, nós podermos, em qualquer momento, no futuro, ter aqui o Sr. Cavandish e o Sr. Pagot. Não é exatamente isso?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mesmo que tivéssemos derrotado o requerimento.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) **–** Mesmo que tivéssemos derrotados.

Então, fica aí a resposta clara para a sociedade brasileira de que o Sr. Cavendish e o Sr. Pagot virão aqui, no momento em que V. Exª, Sr. Relator, que vem conduzindo tão bem os trabalhos, em conjunto com o Sr. Presidente desta Comissão acharem conveniente colocar em pauta e ouvir do Plenário, para que eles possam aqui vir e dar as explicações que este Plenário e que esta Comissão deseja.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) **–** Nós estamos usando o espaço da liderança para informar aos senhores.

Já falou, como Líder, pelo PSDB da Câmara dos Deputados, o Deputado Bruno; já falou, como Líder, pelo PT da Câmara dos Deputados, o Deputado Tatto; já falou, como Líder, pelo PTB da Câmara dos Deputados, o Deputado Silvio Costa; já falou, como Líder, pelo PR da Câmara dos Deputados, o Deputado Ronaldo Fonseca; já falou, como Líder, pelo PSOL do Senado Federal, o Senador Randolfe Rodrigues; já falou, como Líder, pelo PTB, o Senador Fernando Collor. Vai falar, como Líder, pelo PPS da Câmara dos Deputados, o Deputado Rubens Bueno; depois, o Senador Cássio Cunha Lima, pelo PSDB do Senado Federal.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) **–** Sr. Presidente, o Líder do Partido, Alvaro Dias, está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas V. Exª está inscrito antes dele como Líder.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) **–** Então, mas a precedência é do meu Líder, eu não posso...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas ele declina para V. Exª com certeza. *(Risos.)*

Até porque ele falou já outras vezes.

Com a palavra, Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, eu quero aqui confessar a V. Exª e a este Plenário que eu tenho medo, muito medo daqueles que atentam contra a autonomia e independência do Ministério Público; tenho medo daqueles que atentam contra a liberdade de imprensa; tenho medo daqueles que colocam o Parlamento brasileiro na situação em que ele se encontra hoje. Tenho medo, Sr. Presidente, dos grandes negócios de governo, das grandes obras, dos bilhões apresentados, e tenho medo dos consultores eleitos para serem os intermediários desses negócios. Tenho muito medo, Sr. Presidente, daqueles que se somam para atentar contra a democracia. Muito medo. Daí, é preciso deixar claro: investir contra a liberdade de imprensa é investir contra a democracia. Investir contra o Ministério Público como fiscal da lei é investir contra a sociedade brasileira. Investir naqueles que entendem que uma comissão parlamentar de inquérito não deve investigar quem deve ser investigado é estar atentando contra o Parlamento naquilo que é prerrogativa nossa. Tenho medo, Sr. Presidente, daqueles que chegam ao poder e tomam conta dele como se fosse um espaço particular de um partido político. Tenho medo daqueles que vêm a este plenário e vêm a cada dia, a cada hora dizer que, a cada momento, estamos vendo isso ou aquilo que não tem nada a ver com a comissão parlamentar de inquérito.

A empresa Delta, do Sr. Cavendischi, colocou 47 milhões de reais nas mãos de empresas laranjas comandadas pelo Sr. Cachoeira. E nós aqui estamos abdicando de convocar o então presidente ou o então dono para que aqui possa esclarecer isso.

"Ah, mas nós estamos perdendo tempo porque ele vem aqui e tem o direito de não falar."

Ele que venha aqui e diga que quer usar o seu direito de não se pronunciar e produzir provas contra si. Ele que venha aqui dizer ou que venha aqui e diga em parte ou no todo aquilo que deve e precisa informar à sociedade brasileira como uma empresa, em dez anos, praticamente saiu do zero para ser uma das maiores empreiteiras do País em negócios com o governo.

Se o governo não quer esclarecer isso é porque a coisa é mais grave do que se imagina. Daí eu tenho muito medo. Eu tenho muito medo.

Então, Sr. Presidente, estou usando este espaço para com tudo aquilo que nós falamos. Não é aqui

uma CPI contra governo ou contra partido. Assinamos requerimento de convocação do Marconi Perilo, do Agnelo Queiroz, assinamos contra o Cabral, nós somos aliados aqui em Brasília até esses dias. Não há preocupação com A ou com B; a preocupação é este Parlamento usar as prerrogativas que tem e fiscalizar tudo e todos. Esse é o papel que temos que cumprir! E hoje aqui ficamos a deixar para a sociedade brasileira uma grande dívida. Dívida daqueles que estão investindo contra a democracia, que estão investindo contra o Parlamento, contra o Ministério Público e contra a liberdade de imprensa. E é por isso que vamos lutar como lutamos contra a ditadura, como lutamos contra a ditadura. E esse papel haveremos de cumprir de todas as formas necessárias com as vozes daqueles que querem contribuir para um País em que o Parlamento seja respeitado pela sociedade brasileira. É esse papel que estamos aqui a cumprir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Rubens.

Senador Cássio, com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela precedência, o relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quero pedir a vênia dos ilustres congressistas, especialmente os líderes, se poderíamos concluir a pauta de votação para, em seguida, os líderes fazerem uso da palavra. Porque sabemos que hoje é uma quinta-feira. É visível que o plenário se esvazia. Existem temas que temos que votar aqui e precisamos votar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, vamos continuar.

O SR. RUBENS BUENO (PR – PPS) – De acordo, de acordo. Quer dizer que o importante não é investigar. O importante é fazer discurso político. Porque a questão que está colocada é essa, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, coloca em votação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu estou propondo, Sr. Presidente, que os líderes falem, sim, o que querem falar, aliás, têm o direito.

O SR. MIRO TEIXERIA (PDT – RJ) – Eu fui agravado. Eu tenho esse direito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É vênia. Estou pedindo licença para colocarmos primeiro as votações. E eu ficarei aqui para ouvi-los, a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Srs. Parlamentares, a proposta do Relator...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Desculpe, tem vários Parlamentares que chegam aqui e dizem: "Olha, eu tenho que viajar. Tenho voo."

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Parlamentares, a proposta do Relator é clara e atende a uma lógica. Estamos aqui e temos ainda um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete líderes para usar da palavra. Temos uma pauta consensualizada do relator com a maior parte dos líderes, que já, ao que nos parece, firmaram com o relator. O que o relator deseja dos senhores, até porque os líderes, regimentalmente, podem falar em qualquer momento...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – É esse argumento regimental que estamos a arguir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É isso.

Agora, eu sou, repito, servo do Regimento. Se V. Exªs quiserem manter as suas inscrições e garantir as suas palavras, nesse momento, não posso ter outra conduta senão garantir-lhes as inscrições.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, trate melhor este seu conterrâneo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Agradeço o tratamento, porque seria a terceira vez consecutiva que eu não teria a oportunidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Senadoras e Senadores, o Governo teve hoje uma importante vitória política nesta CPMI, mas perdeu o Brasil, perdeu a democracia e perdeu o Congresso Nacional. Venceu o Governo, é verdade, mas perderam todos os brasileiros que, de forma muito atenta, acompanham o andamento desta CPMI.

Tenho profundo respeito pela direção de V. Exª, sobretudo pelo nobre Relator. Contudo, a proposta que foi apresentada pelo Deputado Miro Teixeira era absolutamente plausível, uma vez que facultava ao digno Relator a possibilidade de determinar a data da convocação do Sr. Pagot e do Sr. Cavendish. Iríamos apenas deixar aprovada a convocação para servir como exemplo às novas e futuras gerações.

O Brasil avançou quando restabeleceu a democracia. O Brasil conquistou avanços na estabilidade econômica. O Brasil comemora avanços sociais. Mas o País patina nas suas práticas políticas. O País patina no combate à corrupção. O que queríamos é que todos nós, por unanimidade, pudéssemos mandar uma sinalização clara à sociedade brasileira de que aqui se faz um trabalho sério e não apenas um jogo de oportunismo político, de rinha política, de enfretamento entre partidos.

A postura do Senador José Pimentel – e é bom que ele esteja presente, porque poderá arguir o art. 14 – não me parece uma postura que respeita as melhores tradições deste Congresso. Porque foi apresenta-

do... E a opinião pública precisa tomar conhecimento, para não restar uma postura de irresponsabilidade por parte do PSDB, que quis convocar a Presidenta Dilma. Para cada ação uma reação. Foi a bancada ou um representante do PT, que, de maneira absolutamente desproporcional, apresentou um requerimento para convocar o Governador Serra a esta Comissão. Temos que acabar com isso! Já não basta a cena triste do embate na convocação dos Governadores! É claro que é um absurdo a convocação da Presidenta Dilma, que considero uma mulher honrada, uma mulher digna, uma mulher proba, e que nada tem a ver com o objeto desta CPMI – claro que não! –, como igualmente é um absurdo se tentar convocar o Governador José Serra.

Que possamos por fim a esse embate político que deve ser feito em outras arenas, em outros territórios, em outros palanques. Estamos às vésperas de eleições municipais. Não há como justificar à opinião pública que a bancada de sustentação do Governo tenha se recusado a aprovar a convocação do Sr. Pagot e do Sr. Cavendish, diante da proposta do Deputado Miro Teixeira, que é da base, mas que, com muita prudência, disse: "Vamos aprovar." E ficaria a critério do Relator, em quem confiamos, a data a ser definida para a presença de ambos. Vamos mostrar à sociedade que aqui se quer investigar, mas não. Infelizmente, o recado e a mensagem foi outra, e talvez estejamos encerrando hoje, de forma efetiva, o trabalho desta CPI, que, parece, foi criada apenas para atingir, politicamente, segmentos da oposição. Isso não é possível! É um desserviço à democracia!

Repito e encerro como comecei: ganhou o Governo, perdeu o Brasil, perdeu a democracia, perderam as instituições e, sobretudo, as novas gerações, que querem ética na política brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa, com a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, José Pimentel, art. 14.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou dar a palavra a V. Exª.

Senadora Vanessa, com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero começar esta minha intervenção – pena, com o plenário quase esvaziado – primeiro dizendo que esta CPI só existe, aí, eu pediria um pouco da atenção dos meus companheiros e companheiras, está em funcionamento porque a base do Governo, porque os Partidos que apoiam e compõem o Governo assinaram a CPI, coisa que não existia nos Governos passados, Sr. Presidente.

Quero dizer também que esta CPI só está podendo evoluir no seu processo de investigações porque votou requerimentos que considero fundamentais, entre eles, Srs. Deputados, Deputadas e Senadores, estão quebras de sigilos, inclusive da empresa Delta.

Sr. Presidente, quando abrimos a reunião de hoje, fiz uma questão de ordem a V. Exª, e não fiz à toa, porque nenhuma CPI chega a lugar nenhum, nenhum processo de investigação chega a resultado algum apenas com discursos. Precisamos ir além do discurso, ir além da disputa política do discurso para ver quem fala melhor ou quem fala mais alto, porque essa aqui tem sido, infelizmente, uma prática de muitos aqui. Precisamos trabalhar os dados, precisamos obter as informações solicitadas, e, aí, quero ir em socorro a V. Exª e ao Relator.

V. Exª respondeu ao Deputado Silvio Costa que haviam chegado documentos da Delta e o Relator respondeu que não. Isso foi porque o que chegou é insuficiente, e muito do que chegou, por exemplo, da Nextel, de empresas, de bancos, foi dizendo o seguinte: mandem o cadastro agora, senhores, mandem o cadastro agora, mas as informações estão sendo organizadas e mandaremos assim que possível.

Então, Sr. Presidente, por que mesmo que queremos chamar pessoas aqui, se não temos nada a acrescentar, além daquilo que o Brasil inteiro conhece? Nada a acrescentar, nada a evoluir nesta Comissão. Vou pegar o exemplo de ontem. Já foi dito: o Governador Agnelo veio para cá, foi convidado a vir a esta CPI. E por que foi convidado? Porque o Governador Marconi Perillo foi chamado para vir aqui, para falar do envolvimento de integrantes muito importantes do seu Governo com esse grupo criminoso. Mas muitos aqui dizem o seguinte: se o Governador do PSDB vem, o Governador do PT tem que vir também. O que é isso, Sr. Presidente? O que é isso? O que é isso?

Olha, eu vou, Senador Pimentel, me permitir dizer o que muitos... Qual era a razão que movia muitos a querer trazer o Sr. Pagot agora aqui? Está aqui escrito no requerimento assinado por Deputados que respeito muito, Carlos Sampaio, Fernando Francischini, Vanderlei Macris, Domingos Sávio. Da primeira à última pergunta, é para a ex-Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff – por acaso, a primeira mulher Presidente deste Brasil –, explicar se ela sabia que o Sr. José de Filippi, tesoureiro do PT, encontrou-se com Pagot em 2010, pediu para o Pagot apresentar a empresa. É isso que querem com o Sr. Pagot? É isso que querem?

Olha, Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte: nós estamos numa CPI por quê e para quê? Para in-

vestigar um grupo criminoso cujo braço mais forte desse grupo criminoso, político, braço político, chama-se Demóstenes Torres. Demóstenes fazia discurso em pé, fazia discursos estridentes e hoje está calado, aliás, muitos dos seus amigos e companheiros que andaram a vida inteira ao seu lado hoje tentam esconder e apagar com a borracha, como se isso fosse possível. Sr. Presidente.

Aqui, nesta CPI, repito, para concluir, ninguém está imune. Ninguém! Seja quem for: Deputado, Senador, Ministro, membro do Ministério Público. Ninguém! Porque o que temos que preservar são as instituições, que são muito maiores do que as pessoas que, momentaneamente, ocupam as instituições.

O serviço pró-Brasil está prestado. A CPI está criada. Quebrou sigilo e vai trazer pessoas na hora devida, mas não para fazer o jogo político, para fazer, sim, o jogo da investigação que o Brasil inteiro quer. Hoje o Brasil não perdeu, não. O Brasil ganhou! O Brasil perdeu muito no passado, quando se privatizaram empresas públicas a preços de bananas e nunca permitiram a abertura de CPI. E nós estamos aqui, com muita coragem, investigando de forma séria tudo o que deve ser investigado. Brasil, fique tranquilo! Nós estamos no caminho certo. Não só da política, mas da ética também, porque da ética não se fala, se pratica, Sr. Presidente, porque quem muito falou da ética hoje é o primeiro a frequentar o banco dos réus.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa. Eu vou... tenho agora o Senador Pedro Taques.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou conceder exatamente agora a V. Exª. V. Exª vai falar pelo art. 14, porque foi citado.

Eu renovo ao Senador José Pimentel, que é o próximo inscrito, pela competência do art. 14.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, eu estou evitando pedir como Líder. Quero cumprir rigorosamente o Regimento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador José Pimentel já havia pedido e o Deputado Miro Teixeira...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Exª adotou uma postura aqui. Se não houve citação desprestigiosa, não há porque...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou suspender as duas solicitações e vou recolher os apontamentos taquigráficos, para tomar minha posição. Estão suspensas.

Peço que levantem tanto a citação...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, quero registrar que a maneira como o Senador Cássio Cunha Lima se posicionou é exatamente quando se aplica o art. 14. Ele fez questão de dizer que nós tínhamos faltado com a verdade e que queria estar presente para dar o direito, o correto. Por isso, Sr. Presidente, ao invés de o senhor recolher, me dê....

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou recolher as expressões e vou definir ainda hoje.

Tenho agora o Senador Pedro Taques.

Peço aos senhores uma breve, uma rápida suspensão dessa lista de oradores pela Liderança, porque o Deputado Francischini já apelou porque tem voo agora. O Deputado Pitiman me apela agora, e o Deputado Foletto. Vamos votar os requerimentos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vicentinho.

Então, passo a palavra...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – BA) – Começar pelos nominais, pelos de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra ao relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, solicito a palavra como Líder do PT no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazê-lo. Vou fazê-lo agora também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Peço para me devolver a palavra, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O requerimento de quebras de sigilo, votação que exige votação nominal, de forma que a gente faria uma votação replicando as outras...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, como Líder...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Pimentel, eu vou usar...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Eu tenho o direito de falar, na hora em que solicita, tendo a lista... Estou inscrito. Como V. Exª concedeu a todos os outros Líderes para falar pelos seus partidos, estou solicitando, pelo Partido dos Trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou incluindo V. Exª...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – E aqui V. Exª me nega o direito ao art. 14, conforme...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não estou negando...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Conforme o próprio autor, que fez a intervenção...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não estou negando, não. Muito pelo contrário, Senador Pimentel. Estou garantindo a V. Exª o art. 14. V. Exª está injusto com esta Presidência, até porque estou usando as expressões do Senador Cássio, já para determinar a V. Exª o art. 14. Agora, estou também colocando V. Exª na inscrição de Líderes. Agora, estou suspendendo, temporariamente, a lista de inscritos para votar, por um desejo do relator e, unanimemente, do Plenário, as relações.

Agora, se V. Exª quer falar na condição de Líder, eu vou também somar a todos os Líderes que aqui estão inscritos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Quero falar como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pronto, V. Exª vai falar depois do Senador Pedro Taques, depois do Deputado Miro Teixeira, na relação de Líderes.

Agora, com o art. 14, V. Exª pode falar exatamente na hora que quiser. Se V. Exª quiser falar agora, V. Exª fala, em nome do art. 14, o que eu já lhe garanti, até usando a palavra do Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Estou utilizando, Sr. Presidente, utilizando o Regimento também porque...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª quer falar em nome do art. 14?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Quero.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, fale, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Já solicitei há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode falar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, eu ficaria muito alegre se o nobre Senador Cássio Cunha Lima tivesse utilizado a sua fala para pedir desculpa a esta Comissão e ao Congresso Nacional pelo desrespeito que foi feito para com a Constituição brasileira e para com a Srª Presidente da República.

O requerimento inicialmente protocolado, ontem, aqui na Casa, de nº 573, convocava a Srª Presidenta Dilma Vana Rousseff para prestar esclarecimentos sobre um conjunto de itens que dizem respeito ao financiamento de campanha. Vendo o absurdo que era o requerimento, os autores aqui que o subscreviam (o Deputado Carlos Sampaio, o Deputado Fernando Francischini, o Deputado Domingos Sávio, o Deputado Vanderlei Macris) transformaram a convocação em um requerimento de informação, no mesmo requerimento. Aqui, eles são muito claros: solicitam a transformação da convocação em um pedido de informação.

Portanto, Senador Cássio Cunha Lima, talvez, V. Exª, no afã de descaracterizar a convocação, não tenha lido o conteúdo e o teor do requerimento de informação, que também é proibido pela Constituição. Portanto, se V. Exª tivesse tido um pouco mais de paciência, um pouco mais de cuidado para analisar o que seus pares fizeram, o senhor estaria aqui hoje era pedindo desculpa ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira pelo absurdo que estava praticando contra a Constituição brasileira e esta Comissão.

É bom lembrar que todo o teor do requerimento – que foi transformado, de convocação em requerimento – diz respeito a financiamento de campanha, e esta CPMI não trata de financiamento de campanha. Exatamente por isso, tivemos o cuidado de não votar nenhuma matéria que trate sobre esse tema, porque aqueles que querem discutir financiamento de campanha nesta CPMI querem, na verdade, fugir ao debate, que é identificar, produzir novas legislações e prender uma quadrilha que atua no Território nacional, com foco principal no Estado de Goiás.

Nós tivemos o cuidado, ao mesmo tempo em que temos o curso desta CPMI, de aprovar uma atualização da Lei de Lavagem de Dinheiro, que é exatamente para reprimir e dar instrumentos ao Estado democrático de direito para que possa impedir as práticas em que o Sr. Carlos Cachoeira e aqueles que com ele colaboram nesse processo.

Ao mesmo tempo, tivemos o cuidado, ao longo do Governo Lula, de criar 313 varas federais, apoiando a iniciativa do Poder Judiciário para instrumentalizar o Estado democrático de direito para combater o crime organizado e combater, exatamente, aquelas ações em que, até então, o Poder Judiciário não tinha condições de atuar.

É bom lembrar que, até 2003, o Brasil tinha apenas 179 varas federais. Criamos mais 313, sem esquecer que os quadros da Polícia Federal, nós triplicamos o efetivo e tivemos, a partir dali, através do sistema democrático de direito, a prisão de mais de 16 mil pessoas envolvidas com corrupção no Brasil.

Queria eu comparar isso com dados anteriores, nosso Senador Cássio Cunha Lima, para que pudéssemos ter uma clareza muito melhor. Desde quando o Brasil foi descoberto até aqui que não chegamos a 16 mil prisões por corrupção.

E eu quero também registrar que o único objetivo desse requerimento era deixá-lo na pauta para que expusesse a Presidência da República, dizendo que estava sendo convocada para uma CPI do crime de lavagem de dinheiro, de um crime organizado, e isso

tentar desgastar a imagem do Brasil, tentar desgastar a imagem da Presidenta junto à Rio+20.

E quero aqui parabenizar o Sr. Presidente pela forma correta como atuou, indeferindo aquele requerimento aqui apresentado e, ao mesmo tempo, deixando claro que, se querem fazer guerra política, nós entendemos que este não é o melhor ambiente, esta CPMI.

E quero também registrar que aqueles que falam tanto aqui em ter força de vontade, em ter a intenção de investigar, por que até então tinham uma postura, quando a gente traz alguns temas polêmicos, como aqui já foi muito bem expressado, quando se procura identificar algumas pessoas que estão na imprensa... Mas não é a imprensa brasileira, são pessoas específicas, como temos problema em toda e qualquer outra organização.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui mais uma vez registrar que V. Exª agiu com a maior correção quando indeferiu esses dois requerimentos, inicialmente de convocação e depois de pedido de informação, que é isso o que esta CPMI deseja e espera que todos possam fazer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar a palavra ao Relator, quero dizer ao Senador José Pimentel que já está disponível *on-line* a nota da Presidência a respeito do assunto que V. Exª acabou de mencionar.

Passo os trabalhos ao Deputado Paulo Teixeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, dando continuidade, eu gostaria de sugerir que nós fôssemos aos itens 5 e 6, que são de votação...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu fui agravado aqui, eu estou inscrito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ... de votação simbólica.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu estou inscrito! Eu fui agravado aqui, não vou ter a palavra?

Sr. Presidente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento 209.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requer a convocação da Srª...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...o Presidente, antes de lhe passar a presidência, tinha lido os líderes que falariam.

Eu fui agravado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu tenho direito à palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro, V. Exª tem o direito à palavra e lhe será concedida a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – *Opportuno tempore*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Agora, está...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quando todo mundo esquecer o que se passou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não, não. A palavra agora está com o Sr. Relator. Por isso que eu peço a paciência de V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, não é uma questão de paciência, é uma questão de direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E não é de paciência, é de atenção.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É de direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E o direito vai ser concedido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É de direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O direito será...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O direito que tarda não é direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele não tardará.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A justiça que tarda não é justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele não tardará.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nós sabemos disso muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Será garantido na sessão de hoje.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso pode ser administrado de maneira conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

Devolvo ao Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento 209, item 5 da pauta. Requer a convocação da Srª Andressa Mendonça.

Requerimento 497. Requer a convocação do Sr. Hillner Ananias. Item 5.

Votação simbólica. Requerimento 500. Requer a convocação do Sr. Luiz Carlos Bordoni.

Requerimento 514, de igual teor; 552, de igual teor; 512, requer a convocação do Sr. Alcino de Souza; 545, requer a convocação do senhor... De igual teor; 525, requer a convocação do Sr. Lúcio Fiúza; 528, do Sr. Rubmaier; 532, de igual teor; 531, da Srª Ana Cardozo Lorenzo; 534, do Sr. Aredes Correia Pires; 538, de igual teor; 541, do Sr. Alexandre Milhomem.

Ainda votação simbólica...

Esse aqui é de convocação, Presidente. Solicito que V. Exª coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Coloco em votação.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Item 6 da pauta, Sr. Presidente.

REQUERIMENTO Nº 241, DE 2012

"Requer ao Detran e à Receita Federal informações relativas a veículos vendidos pelas empresas Elevis Comércio de Veículos, Star Motors, Cotril Motors, Saga S/A e Kasa Motors."

Do ilustre Deputado Miro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Impressionante que os Srs. e as Srª Deputadas estão em silêncio. Portanto, o problema não está no Plenário. O problema está no entorno, não de Brasília, mas do Plenário.

Então, peço às senhoras e senhores assessores, como também aos fotógrafos, cinegrafistas, que colaborem para que o Sr. Relator possa conduzir a pauta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 331:

REQUERIMENTO Nº 331, DE 2012

"Requer cópia integral da Ação Penal Nº 51.163-4/2012, que tramita na 5ª Vara Criminal de Brasília, proposta do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios."

REQUERIMENTO Nº 367, DE 2012

"Requer informações ao Subprocurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, sobre as transferências de dinheiros às empresas Morais, Castilho e Brindeiro Sociedade de Advogados, por Geovani Pereira da Silva, contador de Carlinhos Cachoeira, bem como sejam solicitadas providências da Procuradoria-Geral da República a respeito de tais fatos".

Do Senador Pedro Taques.

REQUERIMENTO Nº 412, DE 2012

"Requer à Polícia Federal cópia de todo o material (documentos, mídias, filmagens, fotografias etc) arrecadado quando do cumprimento do mandado de busca e apreensão durante a deflagração da Operação Monte Carlo."

De igual teor, o 485, do Senador Alvaro Dias:

REQUERIMENTO Nº 485, DE 2012

"Requer que o Departamento de Polícia Federal encaminhe a esta CPMI, no prazo máximo de 10 dias, as fitas de vídeo apreendidas na residência de Adriano Aprígio em Anápolis – GO, no dia 29/05/2012, pela Operação Monte Carlo, de responsabilidade do Delegado Matheus Mela Rodrigues."

Requerimento de providências.

Solicito aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento agora de votação nominal.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem: eu não sei se nós temos quórum para a votação!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tem quórum.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Antes dessa verificação, antes das votações nominais...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ. *Fora do microfone*.) – Deixa votar, Miro!

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Desculpe-me; eu deixo qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro, vamos concluir a pauta, que eu vou conceder a palavra a V. Exª. Se não der quórum...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Agora, se cada um puder se preocupar com o agravo que se sofre – e eu digo isso com todo o respeito a V. Exª, e a maneira de respondê-lo –, eu acho que fica melhor para todos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós estamos bem rápidos para eu conceder a palavra a V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vai entrar em votação nominal eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nominal. Agora é nominal.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aí vai ser uma eternidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, nós vamos fazer...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só vamos ler as ementas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vamos ler as ementas e depois será uma votação só.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Replica a votação em cada requerimento:

REQUERIMENTO 382, DE 2012

"Requer a quebra de sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Excitant Indústria e Comércio de Confecções Ltda, CNPJ 02.141.620/0001-76, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data."

REQUERIMENTO 479, DE 2012

"Solicita que a CPI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico [todos são de sigilo bancário, fiscal e telefônico] do Sr. André Teixeira Jorge."

Todos são de sigilo bancário, fiscal e telefônico: Requerimento nº 506, do Sr. Lúcio Fiúza; Requerimento 507, da empresa Rental Frota Logística Ltda; Requerimento 509, da GM Comércio de Pneus e Peças Ltda; Requerimento 511, do Sr. Alcino de Souza.

Todos com as fundamentações constantes dos requerimentos.

Requerimento 515, diante da fala do Deputado Carlos Sampaio – concordo com V. Exª –, a fundamentação não é suficiente.

Eu solicito a retirada do 515 deste bloco de votação.

Requerimento 518, Da Sociedade de Educação e Cultura de Goiânia Ltda, cujo nome fantasia é Faculdade Padrão.

De igual teor, os Requerimentos nºs 526, 519, 524.

Por fim, Requerimento 533, do Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho.

Excluindo, então, o Requerimento nº 515, de 2012, para os demais solicito a aprovação deste Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, essa votação...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Exª leu o 524 também, da Mestra?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Li.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Essa votação agora só pode ser nominal.

Portanto, perguntarei a cada um dos Srs. Senadores, das Srªs Senadoras, dos Srs. Deputados, das Srªs Deputadas:

Como votam? É uma quebra de sigilo. Nós fizemos a leitura...

"Sim" é a favor do Relator. "Não" é contra o Relator.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Lídice da Mata? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Pedro Taques? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Wellington Dias? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Walter Pinheiro? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Delcídio do Amaral? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Acir Gurgacz? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vital do Rêgo? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

Ricardo Ferraço vota "sim".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira? *(Pausa.)*

"Sim".

Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Alvaro Dias? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Cássio Cunha Lima? *(Pausa.)*

"Sim".

Como vota o Senador Fernando Collor? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Kátia Abreu? *(Pausa.)*

Ainda quero saber como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jarbas Vasconcelos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Blairo Maggi? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Eduardo Amorim? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Kátia Abreu? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Petecão? *(Pausa.)*

Srs. Deputados.

Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Dr. Rosinha?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Íris de Araújo? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Luiz Pitiman? *(Pausa.)*

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Voto "sim", mas gostaria de registrar, até para a imprensa, que até agora muitos aqui defenderam quebra de sigilo e fizeram outro tipo de posição. Neste momento, estão dando entrevistas lá fora, no momento em que têm que investigar. Todos aqui estamos quebrando sigilos

e fazendo a investigação, acompanhando o Relator. E a ausência desses Parlamentares é muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom. É "sim".

Como vota o Deputado Leonardo Picciani? *(Pausa.)*

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Sim".

Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) –"Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Fernando Francischini?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Gladson Cameli? *(Pausa.)*

Como vota a Deputada Iracema Portella. *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Mendonça Prado? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Maurício Quintella está aqui.

Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Sim", Deputado Paulo Foletto.

Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Sim".

Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Silvio Costa? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Arnaldo Faria de Sá? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes? *(Pausa.)*

Como vota a Deputada Jô Moraes? *(Pausa.)*

Bom. Então, vou dar o resultado: 17 votos SIM; Nenhum voto NÃO.

Para todas as quebras de sigilo, a votação dessas aqui lidas se repetem. Concordam? *(Pausa.)*

Parece-me que acabou a pauta de votação.

Para que o direito não seja tardio, Deputado ilustre, conspícuo e profícuo Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sabe de uma coisa, Presidente, eu gosto muito de falar diante das pessoas que me agravaram. Mas, quando as pessoas se ausentam, eu perco absolutamente o estímulo. Porém, eu vou trazer algumas coisas aqui. Primeiro uma máxima sobre a mudança de procedimento, uma máxima de filósofos diversos, de alguns doutrinadores. Por que algumas pessoas mudam seus princípios, a regra?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço que aumente o som do Deputado Miro Teixeira, porque está inaudível a fala dele, por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A motivação da mudança da regra quase sempre caminha por uma trilogia: medo, interesse ou corrupção. E aqueles que mudaram a sua trajetória, seus posicionamentos passados, podem botar a mão na cabeça e refletir e dizer por que mudaram: se por medo, por interesse ou por corrupção. E assim eu respondo a quem tentou inibir aqui qualquer postura minha. E eu afirmo aqui, de corpo presente, que isso pode avançar muito mais.

Mas, indo na direção produtiva, ou profícua, como usou V. Exª, eu encaminho verbalmente neste momento e, em seguida, por escrito.

Eu quero saber se houve uma delegação de Parlamentares a um país africano, ou a mais de um, neste ano. Vou encaminhar por escrito. Vou procurar saber que Deputados e Senadores integraram essa missão oficial. Procurar saber se, pela época da Semana Santa, alguns estavam voltando por Paris. E procurar saber se almoçaram com Fernando Cavendish. E, entre esses, se algum participa desta Comissão. E, se for mais de um, se o voto foi decisivo para o resultado contrário à convocação de Cavendish.

Estou encaminhando este requerimento a V. Exª, primeiro verbalmente.

As Casas aqui se comunicam com facilidade, Câmara e Senado, e havia Deputados e Senadores, pelo que fui informado agora, por pessoa muito responsável. Aliás, um Colega nosso.

E isso vai ser abordado aqui outras vezes. Se não houver, eu serei o primeiro a vir aqui, até porque não há nada de desabonador em um requerimento deste tipo.

Eu não estou aqui declinando nomes, eu aqui não estou botando o dedo em cima de quem quer que seja. O que eu quero saber é se o Código de Ética da Câmara dos Deputados, pelo menos, está sendo cumprido. E ninguém ameaça com a lei. E ninguém pode se sentir ameaçado pela lei. E o que eu quero trazer aqui, se se confirmar essa delegação... Eu não quero precisar o país, mas me parece que foi Uganda – é que são muitas coisas acontecendo ao mesmo tempo

–, e que alguns Parlamentares voltaram por Paris. Eu estou fazendo também essa apuração.

Mas a apuração que eu fizer adianta pouco. Adianta só para mim. Eu tive o cuidado de ligar para um Deputado e obter dele uma confirmação, cujo nome também não declinarei, porque, se não, não podemos ter conversas políticas. Mas eu confio nele. Eu confio nele.

O correto é que a Presidência da Comissão faça um ofício ao Presidente do Congresso Nacional, quem sabe ao Presidente da Câmara e ao do Senado, para que responda objetivamente se alguma delegação de Parlamentares foi a algum país africano este ano – é bem amplo, e depois eu vou fechar, vou sintonizar isso de modo mais fino –, para chegar a Semana Santa em Paris.

Presidente, eu acho que o Sr. Relator pode refletir e trazer, numa próxima reunião ou – quem sabe? – ainda nesta, a convocação do Sr. Cavendish, e a marcação da data ficando a critério do Sr. Relator.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro, V. Exª nos comunicou que vai protocolar um requerimento com esse pedido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, aguardamos o requerimento de V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Exª pode receber verbalmente também. Seguirá por escrito. Por economia processual, às vezes o telefone funciona. E a assessoria pode procurar em *site*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O problema meu é regimental. O problema meu é regimental.

Eu aguardo, então, o requerimento de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, nós temos uma ordem de inscrição para os líderes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tem. Eu vou conceder a palavra.

Eu só quero...

Eu me encontro sem assessoria da Casa e peço que a assessoria me diga...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Fora do *microfone*.) – Se o senhor quiser, eu o assessoro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E V. Exª não só me assessora, como V. Exª enriquece, pelo seu cabedal de conhecimento, os meus.

Então, V. Exª poderia sentar aqui...

Eu passo agora, como Líder – parece-me que ele não está no Plenário –, ao Senador Pedro Taques.

Não estando eu passo, como Líder, ao ilustre deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, hoje nós assistimos aqui a um espetáculo dos mais lastimáveis, dos mais deprimentes. É momento de grande significado na vida, na história de um Parlamento o que hoje ocorreu quando esta Comissão negou-se a aprovar a oitiva do Sr. Cavendish e do Sr. Pagot de forma injustificável, por duas razões.

Em primeiro lugar porque atenta contra os objetivos desta CPMI, que é caminhar no sentido de descobrir como funciona essa teia deletérica que tem capturado, que tem se apossado de parcelas consideráveis do Estado brasileiro.

Em segundo lugar é injustificável porque o fato de aprovar não significa que eles tenham de ser chamados imediatamente. Fica a critério do Relator o momento de convocá-los.

Portanto, a justificativa de precipitação não procede, não tem o menor cabimento.

Por último, eu queria ainda ressaltar que, coincidentemente, as pessoas que se arvoraram hoje aqui como os maiores defensores da não convocação do Pagot e da não convocação do Cavendish são as mesmas pessoas, os mesmos parlamentares que, de forma agressiva, atentam contra a liberdade de imprensa e querem o controle social da imprensa, e os mesmos que também querem colocar uma mordaça no Ministério Público, intimidando a Procuradoria-Geral da República.

Por tudo isso, o que houve hoje não é um sobrestamento, não é evitar uma precipitação; é um acobertamento de pessoas que, obrigatoriamente, teriam e têm que vir aqui prestar esclarecimentos.

Há momentos em nossa vida em que, independentemente da posição dos nossos corpos – se estamos em pé, se estamos sentados, se estamos deitados, independentemente da posição dos nossos corpos –, a nossa alma está de joelhos. Essa votação nos deixa a todos, a todos os parlamentares da Câmara e do Senado, ajoelhados, pela vergonha de não termos conseguido hoje aprovar uma votação absolutamente indispensável para o conhecimento mais profundo dos fatos relacionados ao objetivo precípuo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Antonio Carlos Mendes Thame.

Passo a palavra ao Sr. Senador Sérgio Souza.

Indago se ele está aqui. *(Pausa.)*

E me parece que não há mais nenhum inscrito.

Assim, não havendo mais o que tratar...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Posso registrar aqui, em dez segundos, um *e-mail* que acabei de receber, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por favor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – **"**Esta CPI deveria ser chamada de surdo-mudo: quem vai não fala, fica mudo, e quem quer ir não quer ouvir."

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não havendo mais o que tratar, dou por encerrada a presente reunião. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente .

(Iniciada às 10 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 14 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR PRÁTICAS CRIMINOSAS DO SENHOR CARLOS AUGUSTO RAMOS, CONHECIDO VULGARMENTE COMO CARLINHOS CACHOEIRA, DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES "VEGAS" E "MONTE CARLO", DA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 1 DE 2012-CN.

ATA DA 16ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 16ª Reunião realizada em 26 de junho de 2012, às dez horas e cinquenta e três minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho - Senado Federal, sob a presidência do **Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB),** com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Jorge Viana (PT-AC), Benedito de Lira (PP/AL) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF) e Glauber Braga (PSB-RJ).** Deixaram de comparecer os Senadores **Humberto Costa (PT-PE), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Fernando Collor (PTB-AL)**, e os Deputados **Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP).** Estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros: os Senadores **Cyro Miranda (PSDB-GO), Pedro Simon (PMDB-RS), Lúcia Vânia (PSDB-GO)** e o Deputado **Bruno Araújo (PSDB-PE)**. Atenderam às suas respectivas convocações, amparados por Habeas Corpus e permaneceram em silêncio, os senhores Lúcio Fiuza Gouthier e Écio Antônio Ribeiro. Em seguida, transcorreu o depoimento do Senhor Alexandre Milhomem, devidamente acompanhado por sua advogada Manoela Bartos Matos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senhoras e senhores, muito bom dia. Peço a V. Exªs que tomem seus lugares. Peço à assessoria que também se posicione, principalmente a competente assessoria do Deputado Carlos Sampaio.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 14ª e 15ª Reuniões da Comissão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, as Atas estão aprovadas.

Antes da destinação que é objeto desta reunião, farei dois esclarecimentos, em respeito a esta Comissão e a V. Exªs, em virtude da responsabilidade de assumir a Presidência desta Comissão.

O primeiro deles. Diante da notícia veiculada pela mídia, no dia de ontem, 25 de junho, acerca de um funcionário de meu gabinete de nome Rui Brito, tenho o seguinte a esclarecer:

O Sr. Rui Brito é funcionário de meu gabinete desde o início de meu mandato e trabalha com empenho e dedicação, especialmente nas matérias concernentes à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação do Senado Federal (CCT).

Diante as notícias divulgadas pela imprensa, interpelei o funcionário a respeito dos fatos narrados e dele recebi os seguintes esclarecimentos: que mantém relações pessoais com o Sr. Marcelo Queiroga, mas não conhece quaisquer outros membros de sua família; que tomou recursos emprestados ao Sr. Marcelo Queiroga, tendo quitado sua dívida mediante cheques, nos termos do que revela a escuta telefônica, cujo teor foi divulgado; que a transação foi estritamente privada e não guarda causa ou efeito com as suas atividades funcionais, profissionais em nosso gabinete.

A despeito disso, tomei a iniciativa pessoal de encaminhar aos delegados e Procuradores da República incumbidos das Operações Vegas e Monte Carlo pedido de esclarecimento específico quanto à existência

de quaisquer indícios de envolvimento do Sr. Rui Brito com as atividades ilícitas praticadas pela organização criminosa investigada por esta CPMI.

A resposta dos delegados e procuradores da República será encaminhada a todos os integrantes desta CPMI.

Foram estas:

À Srª Procuradora Léa Batista,

Diante da notícia veiculada pela mídia, dando conta de conversas telefônicas mantidas em meu gabinete entre o Sr. Marcelo Queiroga e o Sr. Rui Brito, servidor lotado em meu gabinete, solicito informações inequívocas a respeito da existência de indícios de envolvimentos deste nas atividades ilícitas praticadas pelas organizações criminosas investigadas pela Operação Vegas e Monte Carlo.

Mandei para Léa Batista, Daniel de Resende Salgado, Raul Alexandre Marques de Souza, Matheus Mella Rodrigues.

Foram essas as providências em respeito a V. Exªs.

Outra informação importante. Quero fazer uma justificativa pública e também aos meus conterrâneos paraibanos. O Senador Cássio Cunha Lima acabou de me ligar. S. Exª é membro titular desta CPMI e teve de se ausentar às pressas, de volta ao nosso Estado, em virtude do delicado estado de saúde de seu pai, Senador Ronaldo Cunha Lima. S. Exª pediu para justificar publicamente a sua ausência na sessão de hoje.

Todos nós estamos recomendando orações para o restabelecimento de saúde do Senador Ronaldo Cunha Lima.

Vou aqui responder a uma questão de ordem do Senador Randolfe Rodrigues, que estava lhe devendo. Antes que o Senador, diligente como é, se arme com sua palavra para pedir uma questão de ordem e formule a cobrança, vou responder por escrito à questão de ordem de S. Exª.

Vou permitir que V. Exªs possam dirimir outras questões de ordem para que nós possamos iniciar a tomada de depoimento das três testemunhas que já estão aqui para serem ouvidas.

A questão de ordem...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, senhor. É uma questão de ordem?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...formular uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu posso falar da questão do Senador Randolfe e depois V. Exª...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pode. Já fui inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Depois, imediatamente, o Líder Alvaro Dias formulará a sua questão de ordem.

Questão de ordem. Há uma questão de ordem para a qual peço a atenção dos senhores porque é principalmente questão de direito e precisa da atenção dos senhores.

Resposta à questão de ordem do Senador Randolfe Rodrigues.

O Senador Randolfe Rodrigues apresentou questão de ordem em que argúi a suspeição do Senador Ciro Nogueira e da sua mulher, sua esposa, Deputada Federal Iracema Portella para votar em matérias relacionadas com o Sr. Fernando Cavendish e a Delta Construções, empresa de sua propriedade, por conta da amizade que mantém com o empresário.

Alega que essa simples relação de amizade, à luz do art. 254 do Código de Processo Penal, já seria suficiente para desabilitar os Parlamentares nas votações envolvendo a mencionada empresa e o seu proprietário.

Argumenta adicionalmente que o art. 306 do Regimento Interno do Senado estabelece que nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de assunto em que tenha interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação, sendo sua presença computada para efeito de quórum.

Impedimento e suspeição são circunstâncias que impedem o exercício jurisdicional. O impedimento tem caráter objetivo e acarreta presunção absoluta de parcialidade, enquanto a suspeição revelada subjetivamente implica na presunção relativa de parcialidade.

Não se aplicando, no caso concreto, nenhuma das hipóteses de impedimento listadas no art. 252, do CPP, o debate recai na hipótese de suspeição.

O art. 254 do CPP estabelece que:

Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.

O Código de Processo Civil trata dessa matéria no seu art. 153, sobre o qual a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido da sua interpretação restritiva. Veja-se, a propósito, o trecho do Acórdão proferido no Recurso Especial 1014031, do Relator Humberto Martins:

2. É assente na doutrina e na jurisprudência pátria que o art. 135, inciso I e V do CPC deve ser interpretado de maneira restritiva, ou seja, somente a amizade

íntima ou a inimizade capital autoriza o afastamento do juiz da causa por suspeição.

É grifo nosso: "somente a amizade íntima ou a inimizade capital".

No mesmo sentido é julgado o HC 3142, do Relator Hamilton Carvalhido:

A amizade íntima que gera a suspeição do juiz processante, nos termos do art. 564, inciso I do Código de Processo Penal, não se confunde com a admiração e o respeito pelo companheiro de trabalho e o sentimento profundo pela sua morte brutal, pois são traços de essencialidade do ser humano normal no comum das relações da vida.

Não é, portanto, qualquer amizade que justifica a suspeição do magistrado, mas apenas a amizade íntima, capaz de revelar o interesse do juiz em decidir favoravelmente a uma das partes. Embora o Senador Ciro Nogueira e a Deputada Iracema Portela admitam manter relação de amizade com Fernando Cavendish, não há prova que seja amizade íntima, muito menos indícios de que tenham interesse de votar em seu favor. Não bastasse, tenho que a regra da suspeição deve ser aplicada com temperamentos quando se trata de membros de comissões parlamentares, visto que suas decisões, ainda que no exercício de função jurisdicional extraordinária, são norteadas por princípios políticos em que o voto do parlamentar é orientado por suas convicções ideológicas e vínculos políticos, que são elementos naturais da vida congressual.

Concluindo, não vislumbro a existência de circunstâncias que impeçam o Senador Ciro Nogueira e a Deputada Iracema Portela de exercerem a plenitude de seus mandatos, inclusive votarem matérias relacionadas ao Sr. Fernando Cavendish e a empresa Delta Construções.

Essa é a minha resposta à questão de ordem do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, também para uma questão de ordem complementar, eu me inscreverei após o Senador Alvaro Dias, para comentar o diligente encaminhamento de V. Exª e para apresentar uma questão de ordem em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tomará a palavra em seguida para apresentar a sua outra questão de ordem.

Registro a presença do Relator e do Vice-Presidente na Mesa.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, falo em nome do meu Partido PSDB, trazendo uma preocupação com os destinos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Surpreende-nos procedimentos adotados antes que se chegue ao Congresso Nacional. Esse é um ponto que eu gostaria de considerar e para o qual gostaria de pedir o apoio de V. Exª e do Sr. Relator.

Eu não conheço, na história das CPIs no Congresso Nacional, dificuldades como as que estamos encontrando hoje de acesso a documentos requeridos. As informações sigilosas, quando chegam, chegam incompletas e lentamente. Há requerimentos não acolhidos; por exemplo, requeremos há algum tempo os vídeos apreendidos na residência do ex-cunhado do Sr. Carlos Cachoeira Adriano Aprígio que são vídeos, segundo especulações, importantíssimos para as investigações e reveladores. Não se entende por que esses vídeos não chegam ao Congresso Nacional. A impressão é que há uma organização de blindagem na ante-sala da comissão parlamentar de inquérito porque documentos solicitados, provas que podem ser consideradas por esta CPI não chegam, não chegam.

Nós gostaríamos de saber, Senador Pedro Simon, de quem parte essa blindagem, essa organização que tem por objetivo poupar agentes públicos e privados provavelmente. Fica a impressão de que há uma seleção de alvos; alguns podem ser atingidos, outros não; podemos investigar alguns fatos, outros não devemos investigar. Estamos autorizados a raciocinar dessa forma. Por que até agora a Polícia Federal de Goiás não nos encaminhou os vídeos apreendidos no dia 29 de fevereiro, se não me falha a memória, na residência do ex-cunhado do Sr. Carlos Cachoeira o Sr. Adriano Aprígio? Nós gostaríamos de saber.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para concluir, Senador, encaminhe a sua questão de ordem porque eu já tenho a resposta para ela.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não. Ocorre, Presidente, que nem sempre as respostas a questões de ordem tem-nos oferecido desdobramentos e eficiência, e nós temos o dever da eficiência nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Por exemplo, os depoimentos de hoje são irrelevantes; eles nada acrescentam. Não sei por que convocamos aqueles que estão hoje convocados para depor aqui, um arquiteto, por exemplo, que vai falar sobre a reforma da casa. Nós temos questões essenciais que estão sendo proteladas. Não há razão para o sobrestamento dos requerimentos que convocam Fernando Cavendish e Luiz Antonio Pagot. Esse é um apelo que formulo nesta questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acato a questão de ordem de V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Antecipação da votação desses requerimentos: os requerimentos que convocam Fernando Cavendish e Luiz Antonio

Pagot e quebram o sigilo bancário, fiscal e telefônico de Fernando Cavendish.

A outra questão, Sr. Presidente, é um apelo a V. Exª – não sei qual será a deliberação de V. Exª ou desta Comissão: nós não deveríamos ter recesso para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós deveríamos trabalhar durante o recesso. Este é um apelo que o nosso Partido também faz a V. Exª: que os trabalhos desta CPI não sejam suspensos em razão do recesso.

São três questões de ordem, portanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias. Os senhores hão de convir que o Senador Alvaro Dias é experiente, inteligente e competente. Quando assume o microfone, ele encaminha, por meio do exercício de liderança, questões de ordem das mais variadas, até quando não é questão de ordem, mas ele o faz dessa forma. E quero respondê-las como tal. Acolho as três e vou tentar enumerar a resposta, tentando atendê-lo na sua plenitude.

A primeira é que, amanhã, V. Exª terá em mão, a Comissão terá em mão um relatório completo e circunstanciado. Isso propiciou uma investida da Comissão à Anvisa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço a atenção dos senhores. É importante isso. É importante esse esclarecimento.

Semana passada, a Senadora Vanessa fez uma questão de ordem parecida. E a CPI foi lá à Anvisa, que, imediatamente, entregou à Senadora Vanessa documentos que estavam tardiamente postergados para a apreciação da Comissão, especialmente a da Senadora Vanessa.

Eu determinei à Secretaria agora... Ontem, o Senador Randolfe tratou – e tenho certeza de que a sua questão de ordem é nesse sentido também – de alguns percalços bancários, e a CPI tem agido. Não há blindagem, Senador. Se houver blindagem, a Presidência é a primeira a assumir a responsabilidade. Não haverá blindagem enquanto eu exercer esta Presidência. O senhor sabe disso e já me disse isso, pessoalmente, no plenário do Senado, como tem sido a conduta desta Presidência.

Tenho, diariamente, oficiado ao Banco Central que documentos bancários não estão chegando com o formato que queremos. Eu tenho dito isso. Eu tenho dito isso, e os senhores e as suas assessorias têm feito esse trabalho. Na nossa página, tenho disponibilizado, diariamente, ofícios meus solicitando e recomendando pressa. Agora, tendo em vista a justa recomendação e reclamação de V. Exª, eu já pedi à assessoria que me entregue, para que, amanhã mesmo, eu responda a questão de ordem, quais os documentos que estão atrasados para que eu os publique, porque não adianta apenas estar na nossa página. Alguém não acessa a nossa página. Para que eu publique aqui quais os documentos que estão atrasados, com os prazos findos, que têm postergado o seu envio. Essa é a primeira parte da questão de ordem de V. Exª. Amanhã, a Presidência irá divulgar.

A segunda parte: V. Exª tomou uma atitude da Presidência. Há Parlamentares aqui, Pedro Simon, que são fantásticos. Eu aprendo todo dia com ele, viu, Pedro Taques? Não é que Alvaro Dias fez um requerimento direto para o delegado, pedindo os áudios das operações? Isso tinha que ser meu, da Presidência, mas, quando eu soube, eu disse: Alvaro Dias tem toda autoridade de assumir esta Presidência...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu fiz a V. Exª e ao delegado para ver qual chegará mais rápido. Nenhum dos dois...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias tem toda a autoridade. Chegou um aqui que tem nove CPIs. Então, Alvaro Dias tem toda a autoridade. Ele atravessou um requerimento...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E o direito não socorre a quem dorme!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias atravessou um requerimento ao delegado da Polícia Federal, pedindo os tais áudios que ele quer. Isso é matéria específica da Presidência, mas ele tem todo esse direito de me pedir.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sou colaborador da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E como bom colaborador que Alvaro Dias é, eu imediatamente fiz o pedido que V. Exª já houvera feito. Esses autos estão em juízo já, esperando a vinda para a CPMI. Já tive notícias deles ontem, para o senhor ter uma ideia de como eu acompanhei, depois do susto que tomei com a sua investida pessoal. Então, fui lá e fiz o requerimento. Os autos estão na Justiça. Eu os receberei e vou exercer o mesmo papel que tenho feito. Chegando aqui, serão processados, como foram processados os autos na sexta-feira. O nosso Relator foi pessoalmente a Goiânia e recebeu todas as mídias que estavam lá na Vara Federal.

Com relação à sua terceira questão de ordem, pois são três dentro de uma só, nós votaremos – esta é uma decisão que cabe aos senhores, não é minha; aqui eu já aprendi que a decisão é colegiada – a questão do recesso. A decisão é minha. Aqui quem vai decidir a questão do recesso, na próxima sessão administrativa, serão... O recesso é constitucional, já me adverte a Secretaria; é constitucional. Terá que haver

uma grande mobilização, mas nós vamos discutir isso na próxima sessão administrativa, que está marcada para a quinta-feira próxima.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não pode antecipar, não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A sessão administrativa está marcada para a quinta-feira próxima. Dia 05, Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não poderia discutir com a Comissão a antecipação?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Podemos. Vamos hoje falar sobre isso. São essas as respostas.

Com a palavra o Senador Randolfe, para a sua questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, a questão de ordem que aqui apresentarei coincide, e muito, com a do Senador Alvaro Dias.

Em relação à questão de ordem anterior – eu não quis informar as minhas providências após a sua resposta para não interromper o brilhante encaminhamento de S. Exª o Senador Alvaro Dias –, quero, primeiro, registrar a diligência de V. Exª em responder à questão de ordem anterior. Acato o encaminhamento de V. Exª com respeito e, da mesma forma, recorrerei ao Plenário, ouvindo a Comissão de Constituição e Justiça, porque considero que, em relação a essa matéria, seria necessária a pacificação de uma posição do Parlamento, visto que o Regimento Interno do Senado, que é subsidiário ao Regimento Interno Comum, não explica detalhadamente qual seria o procedimento, e V. Exª, muito bem assessorado como é e com a sua diligência, socorreu-se da jurisprudência que já existe no âmbito do Supremo Tribunal Federal, por mais que existam, em relação ao caso concreto, as controvérsias devidas. Portanto, acato o encaminhamento de V. Exª à questão de ordem anterior, com respeito. Recorro ao Plenário para que seja ouvida anteriormente a CCJ, no sentido de construirmos uma jurisprudência em relação ao tema que aqui expus.

Eu queria, Sr. Presidente, até em função dessa resposta de V. Exª, cumprimentá-lo por marcar antes do recesso. Quero aqui fazer meu o coro do Senador Alvaro Dias. Ocorrendo a possibilidade, em especial, constitucional, seria de bom tom que nós não tivéssemos recesso, mas cumprimento V. Exª por já marcar uma nova sessão administrativa desta Comissão. Acho que seria importante que, no âmbito da Comissão, nós debatêssemos a realização dessa...

Ficarei em pé para V. Exª. Como costumo dizer que o exemplo arrasta e a palavra convence, vou utilizar-me do bom exemplo que Miro nos dá aqui para facilitar nosso olhar.

Em relação a essa questão de ordem, queria cumprimentar V. Exª por marcar uma sessão administrativa. Quero aqui também reiterar o apelo feito pelo Deputado Miro. Se o colegiado assim decidisse, seria importante nós realizarmos essa sessão administrativa ainda nesta semana.

Permita-me insistir no tema também proposto aqui pelo Senador Alvaro Dias. Em virtude da questão de ordem anterior, em virtude dos notórios acontecimentos que são de conhecimento desta Comissão, creio, Sr. Presidente, Sr. Relator, que seria de bom tom nós voltarmos a apreciar o requerimento que convoca o Sr. Fernando Cavendish.

Digo isso porque basta vermos a lista de depoimentos que temos hoje, amanhã e quinta-feira. Nós estamos como a síndrome do cachorro, parece-me, correndo atrás do próprio rabo, procurando, insistindo na investigação no mais do mesmo, em informações que já temos. Parece-me que é inevitável nós darmos o próximo passo.

Por tudo o que nós já temos, notadamente os dados e sigilos bancários da empresa Delta que já chegam a esta Casa, parece-me que é necessário a reapresentação e apreciação desse requerimento oxalá ainda esta semana, senão na semana que vem.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exª por ter aberto esta reunião esclarecendo, tirando qualquer – vou utilizar o adágio popular – bode do meio da sala, esclarecendo as notícias que ontem foram veiculadas na imprensa. Isso é de bom tom, isso é fundamental no funcionamento de uma comissão parlamentar de inquérito.

V. Exª já respondeu. Eu só quero reiterar que a questão de ordem que também aqui apresento, fundamentada no art. 58, §3º, da Constituição, art. 131, art. 151 do Regimento do Senado, art. 330 do Código Penal e, ainda, na Carta Circular nº 3.454 do Banco Central, é baseada exatamente no sigilo bancário e fiscal das instituições financeiras que deveriam e devem prestar contar a esta CPI. Nós temos tido um conjunto de informações – não quero acreditar que sejam de má-fé – mas em especial por conta da instituição financeira BMG, nós temos tido encaminhamento para esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de informações insuficientes e equivocadas. Já foi objeto de uma provocação do Senador Pedro Taques, de que tive conhecimento ontem, já foi objeto de providência de V. Exª.

Quero, sem demais, em relação a essa questão de ordem, solicitar à Mesa o seguinte: em não ocorrendo as informações como a recomendação do Banco Central requer, conforme a lei exige, conforme preveem os poderes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, quero sugerir e encaminhar a essa Presidência que

esta CPMI tome as providências previstas no Código de Processo Penal e no Código Penal junto aos dirigentes dessa instituição financeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de ordem aceita e acatada. Providências serão tomadas. Amanhã V. Exª vai receber o relatório, conforme resposta ao Senador Alvaro Dias.

Questão de ordem – última – do Deputado Miro Teixeira, para iniciarmos os depoimentos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Essa é até para esclarecer a Comissão sobre a providência tomada muito rapidamente pelo Presidente da Comissão, a quem eu requisitei um ofício, depois de conversar com o Ministro da Justiça.

Conversei com o Ministro da Justiça porque os programas que nós temos aqui – o I2 e o outro, se não me engano, DW. Os dois precisam ser convenientemente alimentados, porque, do contrário, não adiantam absolutamente nada. Nós estamos com essa dificuldade. Pelo menos, nós temos sentido isso. O Senador Pedro Taques, o Senador Randolfe... Nós temos sentido isso. O Ministro disse que, assim que recebesse o ofício, imediatamente nos mandaria especialistas para atender a todos. O Presidente já despachou. Vamos agora procurar o Ministro.

Eu penso que esses especialistas poderão determinar como devem vir as informações também, além do que seguramente já foi feito. São experiências já vividas em outras CPI. Não sou "cepeísta" – só participei de duas –mas acho que pelo acompanhamento que tenho é necessário que esses especialistas digam como devem ser encaminhados os documentos e o banco que não encaminhar da maneira descrita tecnicamente responderá por isso. Se não houver essa harmonização nas informações, não vamos chegar a lugar nenhum. Eu concordo com os que disseram aqui que esses depoimentos pouco acrescentam porque, especialmente, os suspeitos não vão chegar aqui e se autoflagelar e dizer: "Eu sou culpado". Não, só se surgir aqui uma testemunha bomba que isso acontecerá.

É fundamental, eu acho, chamar o Sr. Cavendish, porque ele diz que compra Senador por seis milhões e compra qualquer coisa por trinta. Só por isso mesmo.

Quanto à Delta, nós já temos tudo aqui. Precisamos desses técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Parabéns! Fiz a questão de ordem mais para agradecer à diligência, porque ontem mesmo V. Exª despachou, no mesmo dia em que o requerimento chegou a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É a minha função.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Como a gente fala para reclamar às vezes, também temos que fazê-lo para dizer da diligência, porque o trabalho foi realizado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É minha função.

Obrigado pela justiça, Miro.

Última questão de ordem para que a gente vença essa etapa para a participação dos Democratas, na pessoa do meu amigo Onyx Lorenzoni.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, eu quero fazer uma consulta, porque eu tenho memória de que, logo no início, por proposição do Deputado Odair, foi feita a solicitação de técnicos do Banco Central para nos ajudarem aqui na análise dos dados da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eles estão vindo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A minha pergunta é se eles vieram...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eles vieram, sim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...já estão disponíveis?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já estão disponíveis. Estão com o pessoal do Prodasen.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Porque há uma série de dados que nós temos recebido que são de interpretação complexa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só para facilitar o nosso debate e até para facilitar a questão de ordem, eles vieram, estão com os técnicos do Prodasen... A questão levantada pelo Miro é exatamente sobre especialistas que são mais do que especialistas; são aqueles que trabalham essencialmente com o programa I2, que o Deputado Miro houvera solicitado ao Ministro da Justiça, que cedeu esses técnicos, mas precisava de um ofício meu. E ontem mesmo nós tomamos as providências. Mas o Banco Central está com todo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nós precisamos que em um período do dia, combinado com a Secretaria, eles fiquem disponibilizados para prestar essa consultoria.

Nós, por exemplo, identificamos algumas contas onde há transações que são inexplicáveis, pelo menos para quem não é especificamente dessa área.

A segunda coisa: o banco HSBC tem um volume de operações muito importantes, que nós já registramos, em transferências para empresas do esquema criminoso que tem origem na operação da empresa

Delta, e até agora o sigilo bancário dessas contas não chegou até a CPMI. Eles são imprescindíveis.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos cobrar isso.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então, eu queria reiterar que a Presidência fosse ao Banco Central para exigir que essas informações estivessem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Obrigado.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como Líder, V. Exª...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu iria começar a segunda fase dos depoimentos, mas V. Exª me pediu...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente, eu preciso fazer alguns esclarecimentos a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como Líder, V. Exª o faz.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Posso fazer depois dos depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu pediria encarecidamente a V. Exª, que mostra, mais uma vez, ter o espírito de colaboração, querido Deputado Maurício Quintela Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sem problema. Sem problema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Chamo para depor, em decorrência da aprovação dos Requerimentos nºs 425, do Deputado Dr. Rosinha, 506, da Deputada Íris de Araújo, e 525, do Senador Randolfe Rodrigues, o Sr. Lúcio Fiúza Gouthier.

Por favor.

O depoimento transcorrerá conforme o Item 4 do Manual de Procedimentos adotado por esta Presidência. *(Pausa.)*

Eu queria apenas reiterar com os senhores – vamos ouvir depoimentos de testemunhas – se o procedimento é aquele mesmo, das garantias constitucionais, respeitando as garantias constitucionais e tentando obter o máximo de colaboração das testemunhas. Se não houver, nós liberamos para que não tenhamos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...dando início à oitiva do Sr. Lúcio Fiúza Gouthier, que vem acompanhado da sua advogada para este depoimento.

O depoente disporá de até 20 minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, será interpelado pelos parlamentares inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para respostas do depoente ou dez minutos, intercalando-se perguntas e respostas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço que aumentem o volume do som do microfone do Presidente desta sessão. (*Pausa.*)

O depoente está amparado por um *habeas corpus*, mas, como em todos os depoimentos, o procedimento é conceder-lhe o tempo e, depois da concessão do tempo, passar às perguntas do Sr. Relator. E depois, concluir essa... Dependendo do encaminhamento...

Então, passo a palavra ao Sr. Lúcio Gouthier para seu depoimento.

O senhor tem 20 minutos para fazer o depoimento. Todos sabem do seu *habeas corpus*. Esse *habeas corpus* lhe permite falar e lhe permite também se calar nos aspectos em que queira fazê-lo.

Então, com a palavra o Sr. Lúcio Gouthier.

O SR. LÚCIO FIÚZA GOUTHIER – Bom dia a todos.

Eu queria, Sr. Presidente, avisar que vou usar do meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E ainda pede *habeas corpus*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo, então, ao Sr. Relator.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o procedimento adequado não é esse. Foi adotado aqui que todas as vezes que a testemunha dissesse, ou melhor, aquele que veio com *habeas corpus* dissesse que não vai, efetivamente, dizer nada porque vai resguardar seu direito constitucional de permanecer calado, ele é imediatamente dispensado por esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Na verdade...

A SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Esse é o procedimento hoje.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não faz sentido manter uma pessoa que quer ficar em silêncio, como todos os demais. Acho que o rito deve ser continuado e respeitado, em qualquer circunstância, testemunha ou acusação de qualquer espécie e qualquer Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo a palavra pela ordem ao Senador Pedro Taques e devolvo a Presidência ao Senador Vital.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Relator, o procedi-

mento que foi adotado é justamente esse. Tenho certeza de que esta Comissão vai fazê-lo. Quero concordar com o Deputado Sampaio e a Senadora Kátia Abreu.

Em tese, nenhum cidadão precisaria de *habeas corpus* para aqui vir, porque nós, Parlamentares, ao menos e também em tese, temos que respeitar a Constituição.

Apenas para corroborar esse posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O Relator entende dessa forma. O Presidente lamenta e, no exercício dessa Presidência, o Deputado Paulo Teixeira tem trabalhado de forma absolutamente harmônica com esta Presidência.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem, depois que o senhor terminar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E nós reiteramos que aqui as pessoas que são chamadas a depor estejam precisando – Miro Teixeira, isso foi inclusive debatido algum tempo por nós – recorrer ao que nós já lhes oferecemos, que são as garantias constitucionais. Isso, o Relator, ao expressar – o Relator não, desculpem, a Presidência, o Deputado Paulo Teixeira o fez agora –seu descontentamento, o descontentamento da Presidência.

Por isso, eu queria ouvir o Relator, mas vamos manter o mesmo procedimento que estamos tomando, porque aqui virão testemunhas para depor de todos os matizes, digamos assim.

Então, temos que adotar um rito que não possa ser quebrado, sob pena de questionamentos. Aí nós podemos perder tempo com isso.

Eu solicito...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, apenas quero dizer que vários depoentes que vieram aqui, que estavam também munidos de *habeas corpus* concedidos pelos Supremo Tribunal Federal, alguns permaneceram calados o tempo todo, outros preferiram falar parte, responder em parte.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Exato.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Isso caberia a quem conduz fazer essa pergunta, se ele... qual será seu procedimento. Por isso agi assim, mas certamente conheço o acordo desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tem toda razão, Deputado Paulo Teixeira.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou liberar a testemunha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Trinta segundos antes: é que o que disse o Deputado Paulo Teixeira vai na linha também de decisão do Supremo Tribunal Federal. A testemunha não pode de antemão saber o que lhe será perguntado e se ele quer ou não responder. Aí pode haver perguntas e a pessoa dizer: eu não quero responder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O que o Deputado Paulo Teixeira tentou construir foi algo de útil no depoimento da testemunha, está tentando construir algo de útil no depoimento da testemunha. Mas, a reserva constitucional existe e nós não podemos discuti-la.

A testemunha está liberada.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, em que pese o amparo legal aqui apresentado pela testemunhas de permanecerem em silêncio, quero registrar o meu repúdio.

O Governador Marconi Perillo esteve aqui e falou o tempo que ele quis, não explicou coisíssima nenhuma e terceirizou várias coisas aqui colocadas dizendo que pessoas poderiam explicar assessores inclusive envolvidos. E quando eles vêm aqui e usam do seu direito constitucional de permanecerem em silêncio, ao mesmo tempo que acho imoral que permaneçam calados, tirando de nós a oportunidade de fazer um trabalho que realmente corresponda àquilo que a população espera de nós, quero manifestar o meu repúdio a esse tipo de atitude.

Era isso o que eu queria registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero dizer que temos aqui vários profissionais do direito. Evidentemente, quando a testemunha vem aqui e diz que quer permanecer calada não dispensa a narrativa das razões de ela estar aqui, por que ela foi convidada para estar aqui.

Tenho e vou refletir sobre essa divergência. Quer dizer, há uma narrativa das razões por que a pessoa está aqui e essa narrativa não precisa ser dispensada; pode ser dispensada a resposta da pessoa.

Então, diverso e vou levar isso ao presidente efetivo. Divirjo disso. Acho que, juridicamente, nós podíamos fazer a narrativa para dizer por que razão essa pessoa foi convidada a vir aqui, e se, ao final, ele disser...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço a atenção de todos.

Na verdade, a pessoa que vem aqui, seja convocada, seja convidada, ela vem por uma razão. Há uma justificativa no requerimento. A justificativa para a vinda da pessoa, em minha opinião, tem que ser narrada. O

que pode ser feito é que a pessoa pode se negar a falar, responder, mas a narrativa, em minha opinião, não deve ser dispensada.

Portanto, divirjo dos dois, que têm formação jurídica, que se colocaram na defesa desse procedimento. Acho que a pessoa que vem aqui e diz: "Eu não quero falar nada", ninguém pode forçá-la a falar. Agora, a CPI deve fazer a narrativa das razões que fizeram com que essa pessoa estivesse aqui. Negar a todos a narrativa é, em minha opinião, um erro que precisávamos corrigir. Mas, vou refletir isso junto ao presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se me permite, para contribuir com V. Exª. O grande problema é que o enfoque da narrativa feita do porquê da vinda tem uma posição do relator e tem uma posição dos outros trinta membros diferentes. Portanto, ficariam trinta pessoas indagando sobre o enfoque da sua narrativa.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou passar a palavra...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É sobre isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passei a palavra a ele e vou passar, antes, a palavra ao Deputado Leonardo Picciani e, depois, a V. Exª que, pela ordem; ele pediu antes do senhor.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, apenas para ajudar nesse debate. São dois temas diferentes. O que evocou o Deputado Sampaio foi a questão do procedimento que vem sendo adotado.

Em minha opinião, o erro foi de origem. Esse procedimento, em minha opinião, é equivocado e eu concordo com a posição de V. Exª. E não é só questão de narrativa ou não narrativa, é questão das perguntas. O direito de permanecer em silêncio de permanecer em silêncio é exercido a cada um dos questionamentos. O depoente pode, a cada pergunta, evocar o direito de permanecer em silêncio ou não.

Portanto, o que deveria ser posto seriam os questionamentos, e a cada um dos questionamentos o depoente fica calado. É assim no processo judicial, é assim no depoimento na delegacia de polícia e deveria ser assim também. No entanto, o Deputado Sampaio tem razão quando diz que o procedimento, desde a primeira oitiva, foi assim, em minha opinião, equivocado desde a primeira oitiva.

O SR PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Deputado Ônix, depois eu vou encaminhar.

O SR ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu quero contribuir com este debate com a experiência de CPIs anteriores. Na CPI dos Correios...

O SR PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu peço atenção ao orador.

O SR ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Na CPI dos Correios, eu lembro de testemunhas ou investigados que chegaram a permanecer aqui por quase três ou quatro horas, havendo o questionamento do Sr Relator, os questionamentos dos parlamentares com as mais diversas visões sobre o fato do qual aquela pessoa havia participado, e aquela pessoa, por três horas, repetindo que iria manter o direito constitucional de ficar calado.

Mas a construção do diagnóstico, da investigação, portanto, do inquérito, dá-se com a contribuição de todos e não com a excepcional figura de que a ninguém se questiona nada nem ninguém. Aí não tem sentido a CPI.

Quero lembrar a CPMI da Terra, na qual, na figura de vice-presidente, promovemos aqui – o Senador Alvaro Dias era o presidente – inúmeros questionamentos de testemunhas ou de investigados ou de depoentes que por mais de uma vez permaneceram, volto a dizer, duas, três horas aqui alegando direito constitucional, mas a história era construída porque o relator tinha uma leitura, alguns membros da CPI tinham uma leitura diversa e informações, Sr. Relator, que contribuíam para elaboração do relatório final. Cada membro da CPI é um investigador, cada um de nós tem uma equipe produzindo materiais.

E é muito importante que nós possamos compartilhar com todos e, aí, construir uma narrativa que vai estar inserida quer no seu relatório final quer no voto em separado de quem julgar que V. Exª não considerou os nossos considerandos, que acabarão todos no Ministério Público, na Procuradoria-Geral da República e, provavelmente, no Poder Judiciário.

Então, eu quero concordar, Sr. Vice-Presidente Paulo Teixeira, com a linha de raciocínio de V. Exª, trazendo exemplos de CPIs anteriores.

O SR PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Olha, eu tenho esta visão de que o depoente que vier aqui escudado numa decisão judicial de permanecer calado não deve ser dispensado das perguntas de quem quer que seja, seja do relator seja de qualquer dos deputados. Até porque alguém pode estar imputando fatos que não sejam verdadeiros, e a pessoa queira falar sobre esses fatos.

Portanto, essa é uma reflexão que eu vou levar à presidência efetiva, mas eu entendo que cada depoente que vier aqui tem o direito de ficar calado, não pode sofrer constrangimento no seu silêncio, mas cabe a CPI fazer as perguntas, porque é a razão da presença dele aqui; senão, você dispensa a pergun-

ta. Eu posso dispensar a resposta por ordem judicial, mas não a pergunta.

Então, nesse sentido eu quero aqui divergir dos dois ou três parlamentares que se colocaram porque, juridicamente, não estou convencido dessa tese.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT –MT) – Sr Presidente pela ordem. Eu fui citado...

O SR PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu não o citei. Mas vou dar...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Implicitamente.

O SR PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não existe citação implícita.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – Então me permita falar pela ordem por gentileza!

O SR PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu permito.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Só para dizer o seguinte, Sr. Presidente:

A Constituição garante o direito constitucional ao silêncio, e nós todos sabemos disso. Nós todos estamos respeitando isso. Não estou fazendo aqui uma crítica a V. Exª ou a quem quer que seja que não esteja a respeitar a lei fundamental da República. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é: aquele que vai fazer as perguntas, as indagações pode continuar a fazer essas indagações mesmo se o cidadão exercer o direito constitucional ao silêncio?

Muito bem, a doutrina nacional, no tocante a inquérito policial, entende que o delegado de polícia possa fazer isso, para que o juiz, no momento da sentença, de acordo com o art. 59 do Código Penal, que vai fazer a dosimetria da pena, leve em conta o que ele não respondeu.

Isso é possível na doutrina nacional e na doutrina alienígena. O juiz pode fazer isso? Pode. O juiz pode entender por bem elencar todas as perguntas. Ele faça as perguntas, e aquele que está sendo interrogado pode, a cada momento, dizer: "exerço o meu direito constitucional ao silêncio", para que o juiz possa, mais uma vez, com fundamento no art. 59, desde 1940, fazer a dosimetria da pena. Isso é possível.

Agora, o que não é possível, o que não se afigura como razoável, como proporcional, é que o cidadão já disse: "vou exercer o meu direito constitucional ao silêncio" e nós, aqui na CPMI, que temos poderes instrutórios de magistrados, mas não vamos sentenciar quem quer que seja, não vamos aplicar sanção em quem quer que seja. Isso não é razoável.

Na doutrina nacional e na doutrina alienígena, é possível que isso seja feito. Agora, nós não aplicamos pena no sentido genérico de sanção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, Senador Pedro Taques, eu só quero aqui divergir de V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É um direito constitucional de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por que quero divergir de V. Exª? Qual é o resultado prático de uma CPI, além de ajudar na investigação? O resultado prático de uma CPI é oferecer denúncia ao Ministério Público e às autoridades, em relação às pessoas. Então, precisa haver convicção.

Portanto, na minha opinião, como a CPMI pode, analogamente, se utilizar da legislação vigente, o que estaríamos fazendo, se permitíssemos as perguntas, seria constitucional e legal.

Portanto, quero divergir da posição que diz que é ilegal, mas vou, como disse, trazer a questão para o Presidente efetivo.

Deputado Glauber, e passo a palavra ao próximo depoente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, quero fazer uma observação.

O direito constitucional do depoente, de quem vem aqui colaborar com esta CPMI é de permanecer calado, mas ele não tem o direito de fazer com que a CPMI se cale.

Qualquer Deputado federal tem plenos direitos de fazer qualquer questionamento a qualquer um daqueles que possam colaborar com a CPMI, até porque, sendo como testemunha ou como indiciado, a partir das perguntas formuladas, o próprio depoente pode chegar à conclusão de que passou a valer a pena contribuir com aquelas solicitações e perguntas que estão sendo realizadas por parte dos parlamentares.

Eu só queria ter a oportunidade de dizer que cada um dos Parlamentares presentes nesta CPMI tem também o direito, que deve ser garantido, inclusive constitucionalmente, de poder formular aqui suas perguntas e seus questionamentos. Esse direito constitucional também não pode ser cassado tanto do Relator quanto dos Parlamentares da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem.

Eu passo, então, a presidência efetiva ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nesta discussão assiste razão a todos, por incrível que pareça. Assisti razão a todos.

Estamos em períodos em que temos de tomar providências nos Estados. Os senhores hão de convir que todos têm essas mesmas responsabilidades, mas ouvia as argüições de V. Exªs, bem conduzidas pelo Presidente, e assisti razão a todos.

As garantias constitucionais são reservas que o cidadão tem. Ele não as possui, é um direito dele.

O Deputado que me antecedeu, novamente, foi muito feliz, o jovem Deputado. A mesma garantia que o depoente tem é a garantia que V. Exªs têm de quebrar o procedimento que vem tendo, como rito, esta Comissão.

Por que estabelecemos esse procedimento? Porque passamos aqui, durante quatro, cinco horas – parece-me –, na primeira oitiva, a do Carlos Augusto de Almeida Ramos, sem conseguir extrair nada. Depois vieram outras oitivas e o mesmo tipo de estratégia, que foi uma estratégia da defesa, da macrodefesa da organização, foi feita. Então, a CPI, de forma colegiada, entendeu estabelecer esse rito, que foi usado por nós em diversas reuniões.

Agora, se nós, com o mesmo direito que fizemos esse rito, tivermos a inteligência de rediscutir para tentar apreciar, os senhores é que vão dizer. Nós temos esse entendimento.

Por isso, a Presidência vai chamar o segundo depoente e, se ele permanecer, com as suas garantias constitucionais, calado, nós vamos questionar a Comissão, a partir do Relator.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Houve uma questão de ordem, deliberada por V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Foi, deliberada por nós.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ..., claramente. Portanto, pode ter, evidentemente, um novo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Depende da decisão de V. Exªs. Eu quero...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É, porque já existe uma questão de ordem deliberada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu quero, inclusive... Carlos Sampaio, V. Exª sabe que eu me acosto a esse entendimento. Mas, de forma monocrática... V. Exª conhece a minha posição nesse sentido, Eu gostaria de permanecer nessa mesma condição, mas não devo e não posso agir de forma imperial no exercício da Presidência se tem algum Parlamentar que queira usar o mesmo direito que a Constituição lhe reserva, que é indagar à testemunha.

V. Exª sabe da minha posição.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Chegou o Sílvio Costa.

Com a palavra V. Exª.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Não entendi a frase.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Entendeu.

Seja muito bem-vindo.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Acho até que V. Exª fez um curso de gramática. V. Exª está falando bem demais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Seja muito bem-vindo.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Assiste razão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Seja muito bem-vindo, Sílvio Costa.

Pela ordem...

V. Exª pede a palavra pela ordem?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Mais uma vez... Faz quarenta minutos que eu cheguei aqui e quarenta minutos a gente perdendo tempo, por um motivo muito simples: porque o Senador Demóstenes, quando aqui esteve, todos liberaram o Demóstenes, todo mundo foi a favor. Aí agora começa essa discussão se libera ou não libera. V. Exª já tomou a decisão. Isso é uma causa natimorta. Quando a pessoa estiver calada, libera, até para a gente não perder tempo. É simples isso. Para que, a cada depoente, uma discussão dessa?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou transferir a decisão com relação a esse rito e vou pedir para a próxima reunião administrativa. Concordem comigo, por favor.

Convoco o Sr. Écio Antônio Ribeiro, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 428, de autoria do Dr. Rosinha.

Na próxima reunião administrativa nós resolvemos essa questão novamente. Por enquanto, fica o rito preestabelecido. O.k? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Écio Antônio Ribeiro.

O SR. ÉCIO ANTÔNIO RIBEIRO – Eu me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª está liberado.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O rito vai permanecer... Nesta reunião, eu vou permanecer com o rito originário da questão de ordem que foi preestabelecida. Na próxima reunião administrativa, nós haveremos de mudar ou não e eu transferirei a responsabilidade para os senhores. Ok?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O depoente está munido de *habeas corpus*?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não precisa.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Mas ele está em qual condição? Testemunha ou indiciado?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele possui... Ele está na condição... Eu vou ler para V. Exª: salvo conduto.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Mas há o *habeas corpus*?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Há o *habeas corpus*, do Sr. Ministro Cézar Peluso.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha está liberada.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, uma solicitação a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, Senador.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Já que isso vai mexer com toda a mecânica de funcionamento da CPMI e o que nós estamos assistindo aqui é que a CPMI está sendo calada por uma estratégia de uma organização que, na minha leitura, é criminosa.

Eu queria propor que emergencialmente, hoje à tarde ou, no máximo, amanhã, fosse feita essa reunião para que nós decidíssemos e votássemos a mudança do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu vou fazer melhor: nós vamos votar a mudança do rito quando terminar a próxima testemunha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Muito bem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou fazer melhor do que V. Exª está pedindo, para fazer bem feito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Aí vamos reconvocar todos esses que estão se escusando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Reconvocaremos todos eles.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Exatamente. Vou fazer melhor do que V. Exª pede, para fazer bem feito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então, o Sr. Écio volta. Escapou hoje só.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço a V. Exª que, depois da última testemunha, fiquemos aqui para votarmos especificamente essa questão.

Chamo Alexandre Milhomem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, nós já temos aqui a presença do Sr. Alexandre Milhomem, em decorrência da aprovação do Requerimento 541, de 2012, de autoria do Deputado Dr. Rosinha.

Então, eu já gostaria de passar a V. Sª os procedimentos. O senhor disporá de até 20 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, será interpelado pelos Parlamentares; inicialmente, pelo Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, depois pelos demais Parlamentares por cinco minutos, assegurado igual prazo para a sua resposta ou dez minutos intercalando-se em pergunta e resposta. Então, se for uma pergunta de cinco minutos, o senhor tem cinco minutos para responder; se forem várias perguntas, o senhor tem dez minutos para intercalar a pergunta e a resposta.

Portanto, eu concedo...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós temos um compromisso. V. Sª vem na condição de testemunha e deve assinar um termo de compromisso de dizer só a verdade e apenas a verdade nesta CPI.

Nós podemos iniciar e, durante a sessão, ele pode assinar o compromisso. Tudo bem?

Então, Sr. Alexandre Milhomem, peço a V. Sª que utilize os 20 minutos para discorrer sobre o tema que está sendo debatido.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Bom dia a todos, Presidente, Senadores, Deputados e geral.

A minha presença nesta CPI, conforme convocação que recebi, era a respeito da reforma da casa do Sr. Marconi Perillo, que está citado nesta convocação.

Eu gostaria de responder a duas situações sobre esta convocação. A primeira é que não conheço o Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, e desconhecia que essa casa pertencia a ele. No momento, eu fui convocado, não convocado, desculpe, contratado pela Srª Andressa Mendonça para fazer uma casa provisória. Um amigo dela, não sei quem foi, emprestou essa casa, no condomínio Alphaville Ipês, para ela permanecer por um período específico. Então, na realidade... Nem considero reforma, no termo arquitetônico falado, porque eu apenas fiz uma decoração interna, na qual usei papel de parede, mobiliário, cortinas e persianas. Eu considero reforma quando você faz uma demolição na casa, quando você troca acabamentos e piso. E essa casa, quando eu cheguei, era vazia, não havia mobiliário. Eu cheguei e fiz esse interior provisório que a cliente me pediu para morar um período possível.

Estou aberto a perguntas que vocês gostariam de saber, pensando que minha presença não é importante aqui, mas, como fui convocado, estou à disposição de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra ao Relator, antes agradecendo a presença da testemunha...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, eu não resisto à tentação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator, desculpa, Senador Alvaro, mas o Relator está com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...à tentação de dizer que é uma brincadeira esta convocação!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator está com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Isso é uma desmoralização para esta CPI! O Sr. Fernando Cavendish não vem; vem o arquiteto que fez a reforma de uma casa!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator está com a palavra, por favor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – SP) – Nós queremos aqui, Presidente, e estamos buscando estabelecer...

A SRª VANESSA GRAZIOTTIN (PCdoB – AM) – Presidente, o Senador que acaba de falar votou a favor do requerimento!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator está com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – SP) – Nós, Presidente, temos a tarefa de buscar e estabelecer vínculos de pessoas que vêm a esta CPMI ou que de alguma forma – não é o caso do Sr. Alexandre Milhomem, que vem na condição de testemunha a esta CPMI –, mas nós estamos buscando estabelecer vínculos da organização criminosa.

E uma das questões centrais nesse vínculo foi a presença aqui do Sr. Lucio Fiúza. Aqueles que questionam muitas vezes a presença do Sr. Alexandre Milhomem aqui questionam e não querem que o Sr. Lucio Fiúza seja submetido a perguntas. Ele, sim, esteve em momentos importantes na história da casa; na primeira venda e na segunda venda dessa casa. Os áudios da Polícia Federal mostram que ele, o Sr. Lucio Fiúza, era destinatário de recursos financeiros. Há um episódio em que ele poderia ter levado R$500 mil consigo na segunda venda da casa, e os senhores sabem que ele deveria ter falado aqui até para se defender. O Sr. Bordoni, fala o Sr. Lucio Fiúza, intermediou o pagamento da campanha *a posteriori*, e esse pagamento teria ter sido pago por empresa do Sr. Carlos Cachoeira.

Essas testemunhas e esses depoimentos ajudam, sim, no esclarecimento dos nossos fatos.

A questão que traz aqui o Sr. Alexandre Milhomem, que vem aqui na condição de testemunha – quero dizer que todas as informações, Sr. Alexandre, que nós temos a respeito de V. Sª dão conta de que V. Sª é pessoa honrada, trabalhador; tudo o que temos de informação sobre o seu trabalho dá conta de que foi um trabalho sério, que prestou um serviço. Não há crime no trabalho de V. Sª, mas é claro que o depoimento de V. Sª aqui, ao dizer a verdade, só tem a mostrar a honradez do senhor. Porque essa é uma questão colocada, Sr. Alexandre. Na medida em que o senhor vem aqui e se dispõe a falar a verdade, e diz a verdade, o senhor não comete crime. Se o senhor falta com a verdade, o senhor deixa de ser uma pessoa honrada.

Como eu sei que o senhor vem a esta CPMI como pessoa honrada, este tema da casa... Não teria problema o Sr. Governador Marconi Perillo vender a casa do Sr. Carlos Cachoeira. O problema é a negativa do vínculo que ele tenta fazer. Os áudios da Polícia Federal dão conta de que, em fevereiro, o Sr. Carlos Cachoeira conversou sobre a possível aquisição dessa casa; dão conta de que o Sr. Wladimir Garcez foi o intermediário, e o Sr. Wladimir aqui disse que em julho pediu a casa emprestada para uma pessoa que já estava morando nessa casa antes. E essa casa, V. Sª comparece a esta CPMI, V. Sª trabalhou nessa casa antes de julho. E é exatamente por isto que V. Sª está aqui hoje, para buscarmos estabelecer vínculos não de V. Sª com a organização criminosa, mas os vínculos do Sr. Wladimir Garcez, os vínculos estabelecidos com o Sr. Carlos Cachoeira com o Governador Marconi Perillo, com o Sr. Lucio Fiúza. É atrás disso que nós estamos.

V. Sª, por ter trabalhado na casa, vem a esta CPMI prestar as informações e já nos disse aqui que tem disposição de dizer a verdade.

Por isso, eu queria fazer umas perguntas aqui.

V. Sª exerce a profissão de arquiteto desde quando?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, eu sou, há 16 anos, *designer* de interiores e, há seis anos, arquiteto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Desculpa. Como?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, eu sou, há 16 anos, *designer* de interiores e, há seis anos, arquiteto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem escritórios e exerce sua atividade em quais cidades?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu trabalho numa região, vamos considerar: sul do Maranhão, sul do Pará, Tocantins, Goiás, Distrito Federal e outras cidades na região.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Poderia nos explicar detalhadamente que tipo de serviço o senhor presta? É essencialmente arquitetura de interiores ou também trabalha na construção de prédios?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Minha primeira formação é de *designer* de interiores, que exerci por mais tempo, 16 anos. De acordo com a necessidade profissional, eu fiz arquitetura para complementar a profissão. Mas eu sou um arquiteto que faz arquitetura e interiores em conjunto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não constrói prédios?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Prédios? Faço arquitetura de prédios. Não construo. Não sou construtor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem são os arquitetos que trabalham com o senhor, sejam empregados, parceiros, sócios? O senhor poderia discriminar a participação de cada um, especificamente na cidade de Goiânia?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Sim. Hoje, na realidade, eu não tenho parceiros arquitetos. Eu sou arquiteto solo. A minha profissão... Desde o meu início, eu comecei sozinho. Agora, eu já tive, por exemplo, funcionários arquitetos; isso eu já tive. Só que, neste momento, eu não tenho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na cidade de Goiânia, há alguma arquiteta que trabalha com o senhor?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Em Goiás, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em Goiânia?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Em Goiânia, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando o senhor presta serviço de reforma ou arquitetura de interiores, quais são os fornecedores que o senhor usa na cidade de Goiânia? Quem o senhor indica para fazer compra de tinta, de papel de parede, algo que o valha?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Tenho que mencionar as lojas aqui?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode mencionar algumas lojas.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu trabalho, no caso de Goiás, com as lojas da cidade na área de móveis, papel parede e mobiliário. Eu não sei se seria interessante mencionar essas pessoas por questões de... Não sei qual é a relevância.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse aqui que, no caso específico dessa casa, a que nós estamos buscando estabelecer vínculos, comprou ou sugeriu a compra desse papel de parede de qual loja em Goiânia?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Bela Arte Persianas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Os pagamentos se dão de que forma? As pessoas pagam ao senhor ou vão diretamente à loja e pagam? E como se dá a entrega?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, é o seguinte: eu vou à loja, acompanho o cliente e escolho o material que, depois, é entregue e instalado. Geralmente, no final da entrega, é feita a nota fiscal, eu acredito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas essa nota fiscal é feita em nome de quem? Do senhor ou do destinatário?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, no nome do cliente. Agora, em alguns casos, por questão de cadastro das empresas e por eu ser um arquiteto que trabalha com a loja, sai no meu nome. Já teve caso de cliente em que eu coloquei no meu nome por questões de dia a dia, entendeu? Por questões de prazo de entrega, essa coisa toda.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na questão específica do Condomínio Alphaville, em Goiânia, V. Sª fez reforma, no último ano, em quantas casas?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu acho que em duas casas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E quando foi a data da contratação do senhor?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Dessa... Na realidade, é o seguinte: a Srª Andressa me contratou, primeiro, para fazer uma casa nova de mais ou menos mil e duzentos e poucos metros quadrados, de fevereiro para março. Foi feito o projeto dessa casa em cima do lote que eu recebi. Para o arquiteto é importante ter o quê? A posição solar. Eu fiz um anteprojeto, um estudo, no início do nosso trabalho, mas, no decorrer, mais ou menos, de março para abril, quando ficou pronto esse projeto, eles decidiram não construir essa casa; a princípio, não, por algum motivo que eu não sei qual foi. Depois disso, eles me ligaram para eu fazer essa casa do Alphaville Ipê que seria uma casa provisória até decidir quando seria feita a próxima casa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando o senhor foi chamado a fazer essa casa da Srª Andressa?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – A primeira ou a segunda?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A primeira. Desculpa. A primeira e, depois, a segunda.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – A primeira casa, mais ou menos... Ela esteve numa loja em Goiás, mais ou menos em fevereiro, que eu fiz, e ela viu um trabalho, gostou muito do meu trabalho como arquiteto e viu o meu nome na fachada, já que eu assino minhas obras. Ela pôs no Google e viu o meu trabalho. E aí ligou para mim, comentando que queria fazer uma casa comigo. Foi mais ou menos entre fevereiro e março do ano de 2011. Mais ou menos em março

para abril, estava pronto o projeto, pronto o que a gente chama de anteprojeto, com a parte 3D, que é a parte de visual. Eu mostrei para o cliente e tudo. Eles gostaram, aprovaram a planta, mas me pediram para deixar entre aspas essa construção, que seria da casa nova.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E essa decoração da casa no Alphaville Ipês, quando o senhor foi contratado para fazer a decoração?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – No meio do ano, mais ou menos, que fui convocado, recebi a ligação para poder fazê-la.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu acho que foi, mais ou menos, em julho. Eu acredito que foi, porque eu tinha... Que eu montei a casa foi em julho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Alexandre, eu vou dar oportunidade para o senhor rememorar. Quando o senhor esteve na casa em Alphaville, para ver essa casa? O senhor tinha decoração de outra casa no Alphaville?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, eu tenho trânsito livre no condomínio. Eu entro em todos os condomínios sem precisar identificar para qual casa especificamente. Então, eu visito cliente, faço orçamento. Então, na realidade, tenho acesso livre a todos os quatro condomínios do Alphaville.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como o senhor explica, então, uma interceptação telefônica que mostra que o senhor liga para o Sr. Carlos Cachoeira... O senhor disse aqui que tem trânsito livre nos condomínios de Goiás, de Goiânia. No dia 09 de maio, às 14h44min, o senhor liga para o Sr. Carlinhos Cachoeira:

"Alô."

"Fala, Alexandre. Tudo bem?"

"Joia. Não, Carlos, mas eu marquei com todo mundo na porta do Ipês e quem disse que eu lembrei de você autorizar para o pessoal entrar? Eles não conseguiram entrar porque não têm o endereço, porque com o endereço eu ligo lá no Alphaville e consigo liberar."

[Carlinhos]: "Ah, tá".

[O senhor de novo]: "E aí tentei falar com você e não consegui, porque estou com o pessoal lá do construtor, do orçamento (inaudível). Todo mundo está na porta do condomínio, né?"

[Carlinhos]: "Ah... E como é que é?"

[O senhor]: "Não. Eu acho que... Eu liguei para um cliente meu que é diretor do Alphaville. Está tentando colocar eles lá dentro, mas se tiver o endereço. E eu não tenho o endereço."

"Também não tenho não".

[O Carlinhos disse que não tinha o endereço.]

[O senhor]: "E alguém para ligar lá e falar não tem jeito, né?"

[Carlinhos]: "Deixa eu ver se eu tenho o endereço e depois eu te ligo."

Então, o senhor estava com o pessoal, em 09 de maio, na porta do Alphaville. O senhor não está confundindo a data?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, eu faço muitos projetos. Então, você está me lembrando essa data, mas, por exemplo, eu lembro que, nesse dia, eu não sabia que casa era realmente, como arquiteto. Não sabia qual desses que eu ia fazer lá. O que eu ia falar: eu entro, como pessoa, entro sozinho em condomínio, mas, quando você autorizar a entrada de mais pessoas, eles chamam o preposto. Tem que ter alguém responsável por aquela obra, que tem endereço, para liberar a entrada. Então, eu fui ver esse projeto e, realmente, depois, eu não consegui entrar mesmo com a equipe. Depois, eu voltei de novo em outra data.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas, em maio, o senhor estava lá?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, eu trabalho para o Carlos e para a Andressa desde fevereiro. Então, eu estou fazendo um trabalho para eles de projetos e respondendo às chamadas. Esse dia, como está na ligação, eu não sabia o endereço mesmo, tipo assim: que casa que era.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor foi ver a casa, então, em 09 de maio?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu não vi a casa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não entrou?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu não sabia que casa que era exatamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele não liberou a entrada do senhor?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu entro. Eu, sozinho, entro, mas como eu ia entrar se eu não tinha esse endereço? Aí, depois, eu voltei no outro momento. Só que data realmente eu não lembro, para falar a verdade para você.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em maio, o senhor...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Então, eu converso com ele...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor está dizendo que foi contratado lá para meados de julho.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não. Eu falei para você que eu montei a casa em julho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O que nós estamos falando aqui é que a Andressa morava na casa logo depois da aquisição pelo Sr. Carlos Cachoeira, no final de fevereiro. Eles tinham interesse de

comprar outra casa, mas já estavam morando lá; ela, precisamente.

O senhor foi chamado a fazer decoração... Vou repetir essa pergunta para o senhor: o senhor foi chamado a fazer essa decoração quando? Porque, talvez, V. Sª esteja confundindo a data.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Olha, eu acredito que foi no meio do ano, igual eu te falei. Só que o que eu te falei antes foi que montei a casa em julho. Isso que te falei antes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o que o senhor foi fazer lá... Se foi no meio de junho, o que o senhor foi fazer lá em maio?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, mas... Eu fui ver uma casa, realmente, que estava possível, mas não sei que casa era, porque, na realidade, eles passaram, entendi, a procurar várias casas para comprar ou para alugar. Eu não me lembro como é que estava essa situação. E eu estive lá para verificar uma dessas casas. Agora, não me lembro realmente se era esta casa. Eu me lembro de que fui depois; depois eu fui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor esteve lá, então, em maio?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Em maio, não. Eu acredito que estive lá em junho para julho; maio, não; que foi no meio do ano, estou te falando. Em maio, realmente, assim, eu não lembro. Posso ter ido, mas não lembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Que tipo de relacionamento o senhor mantinha com o Sr. Carlos Cachoeira? O senhor possuía negócios com ele?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não. Na realidade, eu não sabia quem ele era, para te falar a verdade. Quando eu o conheci, a primeira vez, o Sr. Carlos, foi apresentado, não Carlos Cachoeira. E o meu primeiro contato foi com a Srª Andressa Mendonça. Na realidade, eu não sabia quem era ele. Eu sabia que era um empresário e, pelo porte da casa que fui contratado, ele tinha condições de fazer uma casa interessante. Isso foi minha primeira leitura que tive.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Que tipo... O senhor disse aqui que, no caso da reforma dessa casa, no Alphaville, onde morava a Srª Andressa... Aliás, ela morava nessa casa e, ao conversar com o Sr. Carlos Cachoeira, como o senhor se referia a ela, à Andressa?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Acho que assessora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por que o senhor não revelava o nome dela?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Porque, na realidade, é um sigilo que o meu cliente pediu, particular, para efeito da vida pessoal deles, que não queria ser mostrado naquele momento, e eu, como profissional, não tenho obrigação de ficar perguntando por isso e por aquilo. Fiz o meu papel, que foi ser contratado para fazer um projeto e, depois, disso, então, fiz o serviço para o qual fui contratado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O que foi feito naquela casa no Alphaville? A primeira não existiu, foi só o projeto.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – É, só o projeto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o que efetivamente foi feito na casa no Alphaville?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Uma pintura externa, modificação de jardim, papel parede, uma peça de iluminação ou duas, que foram trocadas, sofá, poltrona, cadeira, móveis em geral, colcha; essa parte foi feita. Armário planejado já tinha no local.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A pintura. O senhor orientou a comprar as tintas. Onde o senhor comprou?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, eu passei um código, mas a loja em que compro realmente, eu não compro tintas assim, eu, Alexandre mesmo, porque não construo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor disse aqui que sugere aos seus clientes...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Sim, mas, assim, os meus parceiros principais...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Comércio.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – A tinta, realmente não me lembro de ter indicado alguém, mas acho que não linquei, porque não tenho nenhum parceiro de tinta específico. Escolhi os códigos e passei para ser pintada a casa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O papel de parede o senhor...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Escolhi.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E comprou onde?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Nessa loja que falei, Bela Arte Goiás.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Bela Arte. E quem pagou?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Quem pagou foi a cliente, através de pagamentos mensais que foram feitos na loja.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não sabe dizer como foram feitos, se foi em dinheiro, em cartão da mãe...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, eu não sei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No cartão próprio, em cheque...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não sei. Disso não me lembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E essa compra foi feita quando?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Então, eu acredito que, igual eu te falei, assim, começou essa escolha de material a partir de junho para julho, que montei. Porque, na realidade, a gente montou essa casa em 30 dias. Foi muito rápido. Uma coisa rápida; escolhi tudo por pronta entrega, porque hoje em Goiás tem lojas grandes, que tem mobiliário para pronta entrega. Então, a gente montou muito rápido essa casa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O.k., Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos passar a palavra ao autor do requerimento, o Deputado Dr. Rosinha.

Na sua ausência, vamos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O autor não está presente, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Ele está na Unasul.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Vejo a relevância do depoimento.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos passar...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Até onde eu sei, ele está com a compromisso com a cidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está com compromisso institucional no Mercosul.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Permita-me, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem, V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Por lealdade parlamentar, lealdade processual à CPI, seria interessante que S. Exª o Relator nos esclarecesse qual ponto ele está querendo buscar para que nós possamos, na nossa ignorância, buscar alcançar. Só isso. Não consegui fazer perguntas...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu posso responder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Por gentileza...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, a questão concreta é que o Sr. Alexandre Milhomem... Em diversas interceptações telefônicas, inclusive com o pagamento antes de julho, a Srª Andressa faz contato com ele. Fica evidente que a reforma ou a decoração desta casa se deu antes do empréstimo do Sr. Walter Paulo. Agora, mesmo que tenha sido depois, todas as nossas informações apontam que essa reforma se deu antes. Há um áudio, inclusive, que mostra o Sr. Carlos Cachoeira dialogando com o Sr. Alexandre, em que o Sr. Alexandre se diz assustado com a possibilidade de estar decorando uma casa e de eles poderem vir a sair desta casa. Exatamente por isso o Sr. Alexandre traz aqui hoje uma informação de que, de qualquer forma, seja logo depois de fevereiro ou logo em seguida, em julho, ele foi contratado para fazer uma decoração numa casa que seria emprestada.

Ninguém, Srs e Srªs. Parlamentares, gasta um volume de recursos significativo para decorar uma casa que é emprestada, que não é sua. Ademais, seria uma casa para passar um tempo.

Exatamente isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra Rubens Bueno, por dez minutos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu captei, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, para falar como líder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como líder, vai-se inscrever agora.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu também me inscrevo como líder depois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vai estar inscrito. Os senhores sabem que, falando, não se fala como líder. O procedimento é esse.

Com a palavra o Sr. Rubens Bueno, pela inscrição.

As inscrições como oradores são por dez minutos...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, mas está inscrito aí. Não são essas?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, inscreva-me como líder, por favor, o Deputado Silvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou inscrever.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, a cada dois...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A cada três. A cada três, fala um líder.

Sr. Rubens Bueno, dez minutos, com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

Sr. Presidente, Sr. Depoente, também estou na linha da reclamação que o Senador Alvaro Dias apresentou a esta comissão. Não é possível que nós não aprovemos aqui a convocação do Sr. Cavendish, proprietário da Delta, que obteve, nos últimos anos, do poder público, seja federal ou estadual, recursos que envolvem bilhões de reais. Essa mesma empresa Delta

abasteceu empresas fantasmas ao redor para distribuir dinheiro, seja para partidos ou candidatos, ou para continuar com esse tipo de relação com o poder público, o que para nós é o que precisa ser investigado. Daí a razão também de acompanhar essa mesma queixa e deixar aqui a nossa sugestão de imediatamente voltarmos a discutir a convocação do Sr. Cavendish.

De outro lado, o Sr. Pagot. O Sr. Pagot, já se pronunciou publicamente a respeito disso, gostaria de ser ouvido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Aí, na alinha que o Deputado Glauber também falou, aqueles que querem ser ouvidos, a CPI não convoca; e aqueles que não querem falar, a CPI convoca. Nós estamos aqui em busca de algo, mas não vamos chegar a canto nenhum. Daí a necessidade urgente, premente, de se convocar o Sr. Cavendish e de se convocar o Sr. Luiz Antonio Pagot.

Com relação ao Sr. Alexandre, fui ver aqui o requerimento que solicita a presença do Sr. Alexandre Milhomem. O requerimento apresentado, em nenhum ponto, Sr. Presidente...

Sr. Presidente? *(Pausa.)*

Sr. Presidente, em nenhum ponto, esse requerimento apresentado, em nenhum ponto, fala sobre a presença do Sr. Alexandre Milhomem que justifique essa convocação – "É porque esta CPI", "porque a operação", "porque é importante para a CPI" – e não atende, de fato, aquilo que deveria ser o principal objetivo desta comissão parlamentar de inquérito.

Diante disso, até elogio a presença do Sr. Alexandre, a forma como está se comportando na comissão parlamentar de inquérito, apenas para dizer o seguinte: o senhor tem cópia desse contrato, Sr. Alexandre?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, a gente fez um primeiro projeto. Como ele não foi concluído, ficou no meio do caminho. A gente ficou de fazer, realmente, um final, um fechamento final, porque eu fui chamado para fazer uma casa que não foi concluída. Passamos proposta teórica e não foi assinado o contrato porque a gente acabou não concluindo. Ficou uma coisa meio indefinida.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ah! Quer dizer que o senhor não tem contrato, não tem valores, não tem data?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não. A gente não tem... a gente fez uma proposta, enviada por *e-mail* para a Srª Andressa Mendonça, ela aprovou a proposta e me deu o.k. para trabalhar no projeto. Como é uma cliente que me inspirou confiança, a gente começou a trabalhar no projeto. Só que, quando eu fui assinar o contrato, que eu levei a casa, tudo para mostrar, acabou que eles tinham decidido não fazer aquela casa. E daí a gente ia pegar esse dinheiro que foi recebido e jogar em cima de outros projetos, uma parte dele em outros projetos que iam ser feitos depois. Então, acabou que a gente não conseguiu concluir isso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim. E o senhor tem cópia desses documentos que o senhor enviou, desse orçamento, dessa proposta?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – A gente tem cópia através de *e-mail.*

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor poderia mandar?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Sim, com certeza.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Enviar para a CPI?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Com certeza.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Então, Sr. Presidente, deixar requerido...

Eu gostaria ainda de, aproveitando...

E o senhor recebeu em parte valores? O senhor tem?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, eu fui contratado na primeira etapa desse projeto. Cinco pagamentos de dez mil reais, que foram pagos nas minhas contas, depósito em dinheiro ou transferência que eu nem me lembro realmente. E, assim, a gente começa com a parte de arquitetura e depois faz interiores. Era uma casa de 1.200 metros a princípio, o projeto. Então, acabou que não foram feitas todas as etapas que eu considero na arquitetura. Então, a gente não concluiu o projeto. Ficou realmente indefinido.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E o senhor tem como mandar cópia desses pagamentos efetuados diretamente ao senhor?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu vou ter que pesquisar em nível de extrato bancário, mas é possível.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Seria bom o senhor mandar para não ter que requerer...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Mas a gente tem os *e-mails* assim, por exemplo, foi recebido... a gente tem todos os *e-mails* dessa transação que foi feita com a cliente...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu insisto na questão da convocação do Sr. Cavendish e do Sr. Pagot. Aí, sim, eu acho que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai ter aqui não só conteúdo, mas, sobretudo, a CPI pode se tornar presente para a sociedade brasileira. Eu insisto. Eu insisto. Não estamos aqui contra Governo nem contra partido. Nós estamos aqui a dar resposta ao povo brasileiro de uma denúncia que envolve bilhões de reais, empresas fantasmas, jogos, polícia, Poder Judiciário, parlamentares, e nós precisamos encontrar resposta para isso. Este é o papel desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Obrigado, Rubens.

Vanessa, com a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, o senhor me inscreve?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quem falou?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O Randolfe está pedindo inscrição.

Sr. Presidente, Senador Vital, e relator Odair, eu também me detive às ligações e quero dizer que pode não ser a oitiva principal, mas, infelizmente, aqueles que poderiam muito contribuir com esta CPMI estão optando pelo caminho do silêncio, o que é muito grave. Há uma diferença. Eu acho que isso só já é uma demonstração muito importante que nós estamos tendo aqui hoje. O Sr. Alexandre, arquiteto, decorador, *designer*, não tem o que esconder, não tem absolutamente nada e vem aqui disposto a ajudar, mesmo que o que ele tenha a falar seja muito pouco, o que, infelizmente, não aconteceu com esses dois que o antecederam, o Sr. Écio e o Sr. Lúcio Fiúza, que não apenas sabiam, apesar de saber do direito que tinham de ficar calados, resolveram ingressar com um pedido de um *habeas corpus* para garantir-lhes o direito ao silencia. Então, eu acho que parece pouco, mas isso demonstra, sinaliza para algo importante. As pessoas estão com medo de vir aqui falar. Não sei se medo de contradição, medo não sei de quê.

Então, quero cumprimentar o senhor, Sr. Alexandre. Eu sei que não é fácil vir a uma CPI, ficar diante de um conjunto de Senadores e Senadoras, Deputados, e falar. Mesmo porque, pelo que tudo indica, o senhor não tem absolutamente nada a ver com o caso. O senhor é um profissional que foi contratado.

Por outro lado, existe uma certa razão, sim, para a aprovação do requerimento. Eu costumo ler pelo menos quem e quais as razões das pessoas que estamos convocando, e, até onde me consta, as pessoas que estão aqui dizendo que isso aqui é uma brincadeira, todos votaram a favor do requerimento, e o Presidente, de acordo com os requerimentos aprovados, convoca as pessoas para vir depor.

Está claro que a razão da vinda do senhor, Sr. Alexandre – e aí o senhor tem que nos ajudar –, é pelo fato de que houve a compra de uma casa, num determinado período, e houve uma contratação para a decoração ou a reforma dessa mesma casa num período que não coincide, absolutamente, não coincide. O senhor nos traz um fato novo. Agora o senhor chega aqui e diz que, de fato, o período não coincide, mas traz uma justificativa, que o senhor teria sido contrato, primeiro, para a construção de uma casa, cuja metragem supera os mil metros quadrados. Aliás, parece que 400 metros quadrados é uma casa muito pobre; boas mesmo são aquelas que têm... Isso a gente ouviu, tem ouvido muito aqui nesta CPMI.

E que, não tendo sido levado adiante esse projeto, seus serviços mudaram, não para uma reforma, mas para uma decoração de outra casa.

Quanto o senhor cobrou? O senhor desculpe eu perguntar, talvez... Eu atendi alguns telefonemas enquanto o senhor falava, mas eu pergunto: quanto o senhor cobrou para o projeto da casa de mais de mil metros quadrados?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na primeira etapa, que é a arquitetônica, foi cinco parcelas de R$10 mil. Foi realmente esse valor. Só eu parei no anteprojeto como chamamos; fiz o projeto que foi aprovado pelo cliente e fez um 3D, que é a perspectiva eletrônica desse projeto. Quando foi para passar para o executivo, como chamamos, que é detalhar, fazer cortes e depois levar para a prefeitura, o cliente interrompeu esse projeto, que não ia mais executá-lo, que seria uma casa nova.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E qual era o arquiteto que o senhor falou que estava com o senhor nesse primeiro projeto.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, na época que fiz o primeiro projeto, o Derli era meu funcionário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não, é que eu ouvi o senhor falar que o senhor foi contratado e como era uma projeção de uma casa muito ampla, muito grande, era todo o serviço, todo trabalho da projeção da casa. Entrava serviço de engenharia também?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Sim, mas não chegou a ser fechado, ele era posterior.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O senhor citou outro arquiteto que estava com o senhor nesse primeiro trabalho. Qual era o nome desse outro arquiteto?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Que eu falei agora? Nesse momento, meu funcionário, que trabalhava comigo, chamava-se Derli, arquiteto do escritório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Ele é arquiteto?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Arquiteto. Funcionário; não parceiro. É diferente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O Senhor é arquiteto também?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Sou arquiteto também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E não chegou a contratar serviço de engenharia para um primeiro preço da casa?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Para esta casa, não. Porque ela parou no meio do caminho. Então, quando ela seria passada para a parte de engenharia, foi interrompido o projeto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Seria importante que o senhor remetesse os documentos... Não seriam documentos, mas *e-mails*, as cópias dos *e-mails.*

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Todas as cópias podem ser enviadas e também o projeto que foi feito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Isso é importante porque vai corroborar muito com o que o senhor está dizendo aqui.

Para o segundo serviço, o senhor cobrou quanto?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Então, como foi interrompido esse projeto, vamos falar assim, que era de cinco parcelas de R$10 mil, mas não foi concluído, meio que a cliente pediu para eu passar a decoração dessa primeira casa que ia ser feita para essa outra casa que é feita provisória. E íamos fazer um acerto realmente, no final, de tudo que foi feito. E acabou que a gente não concluiu. O cliente ficou com crédito desse primeiro projeto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O cliente ficou com crédito?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Com crédito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Mesmo levando em consideração todo esse novo *design*, esse novo serviço que o senhor fez?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – É, porque, na realidade, o primeiro ficou só na concepção. Fiz o traço do projeto, a parte de *layout* que chamamos, e 3D. Então, não teve uma conclusão dessa que eu chamo de primeiro etapa. E a segunda, que era a parte de interior, nem chegou a entrar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O senhor conhece o Sr. Walter Paulo?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, não conheço. Não sei quem é.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não conhece o Sr. Walter Paulo?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Comprador da casa, o senhor não conhece?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O senhor conhece o Sr. Écio Antônio Ribeiro?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, também não conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não conhece essas pessoas.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O seu único contato, como o senhor falou aqui, foi com a Srª Andressa?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Andressa. Eu sou um arquiteto que trabalho em várias cidades. Não tenho um circuito, em cada cidade, fechado. Eu fiz uma loja em Goiás, na T2, uma loja bem glamourosa, e ela viu lá o meu trabalho e me ligou e me contratou, como uma cliente. Eu faço Casa Cor, enfim, ela veio até mim pelo meu trabalho, não foi nem por indicação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não sei se ele vai ter ampliado o número de clientes ou diminuído, depois dessa. Fica a dúvida.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Esse que é o perigo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Esse que é o perigo, não é, Sr. Alexandre?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Sou pai de família, sou um trabalhador. Sou um sobrevivente do Brasil, porque vim do Nordeste com 14 anos de idade morar em Goiás, e sou um profissional reconhecido pelo meu trabalho, graças a Deus.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Perfeito.

Não tenho mais nada a perguntar, agora, só acho importante, Sr. Alexandre, que o senhor nos envie a cópia desses *e-mails*. É muito importante.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – A minha advogada enviará para vocês.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, é uma pena que o relator não esteja aqui porque eu gostaria, na verdade, de me dirigir a ele.

Queria cumprimentar, inicialmente, o Sr. Alexandre por estar aqui presente, pelo seu desprendimento, pela sua altivez. Na verdade, V. Sª não precisaria estar aqui e nem mesmo passar por esse constrangimento porque V. Sª é conhecido como um profissional de extrema competência. Todos sabem, fez a obra do Sebrae aqui, fez inúmeras residências, enfim, o profissional que V. Sª é não justificaria sua vinda aqui hoje.

Eu gostaria de dizer ao Relator que, ao meu sentir – e , Sr. Presidente, eu disse isso ao Relator no momento da aprovação em bloco dos requerimentos – a oitiva do Sr. Alexandre era despropositada. A justificativa para a vinda dele aqui, assinada pelo Dr. Rosinha, que, aliás, não está presente, é totalmente

descabida, despropositada e não fundamentada. Eu disse isso ao Relator. E hoje percebemos, pelas perguntas feitas por ele, que essa vinda aqui, ou melhor, que a convocação feita e o requerimento priorizado, dentre tantos outros, priorizado pelo Relator, do Sr. Alexandre deprecia, e muito, o papel de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Confesso que é a única vez, de todas as CPIs de que participei, que vejo e que sinto que o papel do Relator diminui a dimensão da CPI. Como regra, o papel do Relator eleva o papel da CPI. A postura do Relator – repito aqui o que disse em outra oportunidade – não sei se cumprindo uma missão partidária ou um pedido pessoal do ex-Presidente Lula, é muito ruim para esta CPI. O Relator perguntar sobre onde compra o papel de parede sem se aperceber de que o papel que lhe está cabendo é que está caindo mal para esta CPI; não é o papel de parede da reforma, mas é o papel como Relator que ele exerce que está depreciando esta CPI, é muito ruim. É muito ruim.

Houve outro requerimento, que aí o Relator houve por bem excluir, que dizia o seguinte: "Convoco fulano de tal, amigo de infância do Governador Marconi Perillo." Sr. Presidente, era a justificativa: amigo de infância. Todos os *sites*, todos os jornais percebem claramente que o papel do Relator é direcionado, quer queiram, quer não.

V. Exª dizer ao Brasil: "Podemos postergar a oitiva do Fernando Cavendish mas é imprescindível ouvirmos o arquiteto que fez uma reforma de interiores dentro desta CPI"... V. Exª hoje, Sr. Relator, não tinha o que perguntar. Depois de virar e revirar as páginas, acabou liberando a testemunha porque não tinha cabimento. E V. Exª tem um papel muito elevado nesta CPI. Desempenhe-o. O papel que V. Exª está cumprindo deprecia esta CPI, diminui esta CPI. Não é possível ouvirmos, entre hoje e amanhã, sete pessoas ligadas ao Governador Marconi Perillo e, na quinta-feira, três pessoas ligadas ao Governador Agnelo. V. Exª acha que o Brasil não percebe? Nove testemunhas ligadas ao Governador Marconi Perillo – ou melhor, sete. Três ligadas ao Governador Agnelo. V. Exª não acha que é ruim para esta CPI todos se aperceberem do seu direcionamento?

V. Exª não teve sequer a bondade, para não dizer uma outra coisa, de fazer o que todas as CPIs deste Congresso fizeram: criar sub-relatorias. V. Exª, para agilizar o trabalho não, para conter o trabalho, para centralizar, ao bel-prazer de V. Exª, sequer criou sub-relatorias. É a primeira CPI de que participo em que me sinto diminuído na minha função de juiz de fato dentro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. E devo isso ao papel de V. Exª, Sr. Relator. Não é possível que V. Exª foque seus olhos em perseguir, numa vocação persecutória, o Governador Marconi Perillo, em vez de se voltar para os milhões e milhões da empresa Delta que foram destinados, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* ontem, em grande parte, ao partido de V. Exª, o PT. Não é possível que V. Exª entenda, defenda e vá para a televisão dizer que ouvir o Fernando Cavendish pode ficar para depois, mas ouvir o arquiteto que fez a reforma na casa da Srª Andressa, que estava sendo ocupada por ela, é função importante desta CPI. V. Exª perguntou o tipo de papel de parede! V. Exª perguntou que loja ele costumava indicar!

Eu me sinto diminuído. Eu me sinto extremamente diminuído. Eu tive vontade de me levantar e ir embora. Só não fiz isso para poder dizer a V. Exª o meu sentimento agora, como integrante da CPMI. Como integrante de uma CPI, quando me dizem: "vai acabar em *pizza*", eu respondo: não vai não. A CPI dos mensaleiros não acabou em *pizza*. Estão aí 40 sendo julgados e, se Deus quiser, condenados em agosto.

A CPI dos sanguessugas, Relator, todas elas, diga-se de passagem, com sub-relatorias, que, aliás, correu durante o recesso parlamentar, no ano de 2006, apresentou um pedido de cassação de 72 Deputados, no dia 3 de outubro. Sessenta e sete não foram reeleitos, o que demonstra a importância do papel de uma CPI.

Pergunto a V. Exª: o que de útil, até agora, V. Exª conseguiu produzir para esta CPMI? O que de útil, até agora, justifica o papel de 30 parlamentares ausentes de suas comissões, do plenário do Congresso Nacional, para estar aqui ouvindo o arquiteto pergunta que tipo de papel de parede ele utilizou; onde ele comprou esse papel de parede; como ele costuma cobrar, em seus contratos, os valores para o *design* de interior?

Eu me sinto envergonhado de participar de uma CPMI em que V. Exª poderia usar todo o seu conhecimento para inquirir Fernando Cavendish, que faz denúncias contra o meu Partido. Eu quero ouvi-lo. Votei a favor disso. Eu não postergo. Eu sou sincero na minha fala e em meu sentimento. Vamos ouvir Fernando Cavendish. Vamos ouvir o Sr. Luiz Pagot. V. Exª, não.

Sete testemunhas ligadas ao Governador Marconi Perillo, três ligadas ao Governador Agnelo. Dezenove perguntas direcionadas ao Sr. Wladimir Garcez sobre o Marconi Perillo. Uma sobre Agnelo. É incrível que V. Exª não perceba o que todos percebem, que o direcionamento é inquestionável.

Perdemos a direção desta CPMI. Não fizemos nada de útil até o presente momento, e V. Exª é quem elenca aqueles requerimentos que aprovamos em bloco. Em bloco, ainda por cima! É V. Exª quem elenca.

Estamos aqui há 16, 17 sessões. Nunca saí de uma sessão aqui em que me dissessem: Olha, Depu-

tado, o papel do Relator ou desta CPMI foi fundamental para o País. Até o presente momento, esta CPMI não se justifica e, em grande parte, em razão do proceder de V. Exª, em grande parte, centralizando, não trazendo, em momento algum, a perspectiva de subcomissão, não convocando pessoas importantes, para saber por onde era desviado o dinheiro público, para que partidos, para que parlamentares. Nada. Estamos aqui a discutir o papel de parede utilizado na casa ocupada pela Srª Andressa.

Eu imagino que saiamos daqui, todos, hoje, envergonhados. Eu estou envergonhado de ser um integrante desta CPMI, cuja relatoria cabe a V. Exª. Ou V. Exª muda postura, ou, todas as vezes em que eu pedir a palavra, vai ser para questionar o proceder de V. Exª, e não para fazer inquirições. Não que eu não tenha inquirições a fazer, mas porque V. Exª não convoca ninguém capaz de fornecer um único subsídio relevante a esta CPMI.

A convocação, hoje, é vexatória, direcionada à mesquinha, diminui e deprecia esta CPMI.

Eu não tenho nenhuma pergunta a fazer ao depoente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator, pelo procedimento regimental.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero dizer ao Deputado Carlos Sampaio que a tarefa é coletiva. A todos os parlamentares que me procuraram – hoje, eu me reuni com a bancada do PSB e já me reuni com a bancada do PMDB –, disse que há disposição plena da relatoria de colaborar para que todos, se quiserem, possam investigar, tenham oportunidade.

Agora, há parlamentares que vêm aqui para defender seu governador. Nós chamamos oito pessoas ligadas ao Governado Marconi Perillo, porque está organização criminosa está infiltrada no Governo de Goiás.

V. Exª me escute. Eu aguardei, Deputado Carlos Sampaio, com urbanidade.

O direcionamento não é da relatoria. O direcionamento é de uma organização criminosa comandada pelo Sr. Carlos Cachoeira, que ameaça juízes, que ameaça promotores. Eu não quero crer que V. Exª esteja aqui protegendo a turma do Cachoeira, porque é isto que nós estamos fazendo: nós queremos compreender a extensão dessa organização criminosa. Se a Delta serviu a essa organização criminosa, ela será por nós investigada.

Agora, as pessoas que nós temos que convocar são as pessoas ligadas ao Governador Marconi Perillo. Há indícios contundentes, interceptações telefônicas que evidenciam que o Sr. Carlos Cachoeira é sócio oculto das operações da Delta no Centro-Oeste. É claro! Há indícios, evidencias nas interceptações telefônicas de que o Sr Lúcio Fiúza, assessor de longa data do Governador Marconi Perillo, recebeu quantias em espécie pelo menos em 10 de junho, pelo menos em 12 de julho. Ele tem que vir aqui falar.

Por que V. Exª não questionou aqui o silencio do Sr Lúcio Fiuza? Por que o Sr questionou aqui o silencio do Sr Wladimir Garcez?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Porque é inconstitucional.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu ouvi pacientemente V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Sr Carlos Sampaio. Vamos garantir a palavra do relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu ouvi aqui pacientemente V. Exª.

Há indícios contundentes da infiltração dessa organização criminosa em Goiás. Por pouco, por muito pouco, toda a interceptação e todo trabalho da Polícia Federal não foi para a lata do lixo e só restaria a essa CPMI para produzir prova, ou nós não acompanhamos isso? Ou nós não vimos a situação do Dr. Paulo? Ou nós não ficamos sabendo que essa Operação Monte Carlo vazou para o Sr. Carlos Cachoeira, porque ele tinha gente infiltrada no Judiciário, porque ele tinha gente infiltrada no Ministério Público, porque ele tinha gente infiltrada na Polícia Civil, na Polícia Militar? Algumas dezenas de policiais militares foram presos. Ou nós avançamos para cima disso...

Nós não vamos produzir nessa CPMI um oceano de fumaça para nós não acharmos quem de verdade essa organização criminosa cooptou, corrompeu – desculpe, Deputado Carlos Sampaio –, quem se comprometeu com contraventor, quem deveria combater a contravenção em Goiás e se associou a ela. Temos que buscar provas disso. Essa organização teve no Governo de Goiás uma associação. Quem deveria prender o contraventor foi seu aliado, sentou nessa cadeira aqui e o chamou de empresário.

É essa questão que nós estamos vendo. Ou nós vamos buscar as provas dessas evidências, Sr Presidente, ou nós vamos acobertar essa organização criminosa.

O SR DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr Presidente, pela ordem.

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Domingos Sávio, V. Exª terá a oportunidade de falar. Agora eu estou com a palavra, e queria que V. Exª me ouvisse...

O SR DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Desejo falar para que tenhamos de fato o encaminhamento correto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque é disso que nós estamos falando, Sr Presidente.

Nós temos policiais civis presos ou que serviram a organização criminosa; nós temos policiais militares presos ou que serviram a organização criminosa; nós temos indícios de vazamento, e isso não deve ser perguntado por nós? Quem deve se sentar ali, Sr Presidente, são as pessoas que foram envolvidas com essa organização criminosa, e os áudios da Policia Federal nos revelam esses nomes.

O depoente que aqui está, o Sr Alexandre Milhomem, colabora com essa CPMI quando mostra que a Srª Andressa, ainda em junho, procurava o Sr. Evandro Milhomem.

Perguntar, sim, onde foi comprado o papel de parede é fundamental, porque nós vamos requisitar a nota fiscal, a forma de pagamento para mostrar que, quando a casa não estava vendida para o Sr. Walter Paulo, que foi enganado pela organização criminosa – é bom dizer isso –, ainda em junho, ele foi contratado para decorar uma casa que era do Sr Carlos Cachoeira.

Não tem problema o Governador Marconi Perillo vender a casa para o Carlos Cachoeira. Tem problema, sim, na negativa da relação. Essa organização do Sr. Carlos Cachoeira se aproveitou dos meios de financiamento de campanha para ocupar o Estado de Goiás. O Governador Marconi Perillo, no mínimo, ficou vítima ou foi leniente, conivente com essa organização criminosa, que se apoderou do aparelho de Estado.

Nós vamos, sim, Sr. Presidente, continuar investigando, porque é inadmissível que juízes, que promotores sejam coagidos na sua função de jurisdição. Nós queremos desmantelar essa organização criminosa que, por pouco, não viu todo o trabalho da Polícia Federal ser jogado no lixo.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, art. 14. Quero fazer apenas essa referencia. Ele me citou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, como Líder, Alvaro Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, V. Exª me inscreveu como Líder?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Inscrevi já.

Como Líder, V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu vou usar a força de expressão utilizada pelo Relator para afirmar: o Governo Federal associou-se a uma organização criminosa, e nós temos o dever de investigá-lo.

Os cruzamentos que os escassos dados e informações sigilosas chegam ao Congresso e a esta CPI nos autorizam a fazer essa afirmação, porque há recursos do Governo Federal que partiram do Dnit para duas contas da Delta no Rio de Janeiro; e, dessas contas, do Bradesco e Banco Safra, na Candelária, para a conta da Alberto&Pantoja; e da Alberto&Pantoja para agentes que integram, agentes privados, pessoa física e jurídica, que integram a organização criminosa liderada por Carlos Cachoeira.

Portanto, esse desenho, o passeio dos recursos públicos, com origem no Denit à Delta, a Alberto&Pantoja, a Carlos Cachoeira e outros consagram a tese de que o Governo Federal associou-se à organização criminosa liderada pelo Sr. Carlos Cachoeira.

Em março de 2011, o escritório do arquiteto Alexandre, que não deveria estar aqui. Recebeu da Alberto&Pantoja R$10 mil, conforme revelou a quebra do sigilo da empresa Alberto&Pantoja. Não importa que ele tenha recebido por serviços prestados. O que importa afirmar é que esses recursos vieram da Delta e que recursos que vieram da Delta saíram dos cofres do Governo Federal.

O Relator não fez essa indagação ao arquiteto. Talvez essa fosse a única indagação que caberia a ele fazer ao arquiteto aqui presente. Dez mil reais recebidos da Alberto&Pantoja, que, por sua vez, recebeu R$30 milhões da Delta, que, por sua vez, recebeu, nesse período, na amostragem que investigamos, R$800 milhões do Denit, dos R$5,7 bilhões de contratos assinados pelo Governo Federal com a Delta, especialmente pelo Dnit. Cinco bilhões e setecentos milhões.

Em 80 contratos investigados, há aditivos de mais de R$167 milhões. Em alguns contratos, aditivos de 51%, 49%, 42%. Portanto, aditivos ilegais. Ilegais. Recursos públicos desviados dos cofres públicos, corrupção, superfaturamento de obras, pagamento de propina, tráfico de influência, aditivos absolutamente ilegais, contratos sem licitação, superando mais de R$360 milhões nessa amostragem que investigamos.

E não vamos convocar o Sr. Cavendish? Não vamos convocar o Sr. Fernando Cavendish? Não vamos convocar o Sr. Luiz Antonio Pagot, que disse que foi defenestrado pela organização criminosa, pelo bicheiro e pelo empreiteiro? Não vamos convocar o Sr. Fernando Cavendish, que disse que compra Senador por R$6 milhões? Ele tem que vir aqui e dizer qual o Senador. Não é o arquiteto que tem que vir aqui dizer qual o papel de parede. É Cavendish que tem de vir

aqui e dizer qual Senador ele comprou por R$6 milhões e como ele conseguiu essa mágica de obter contratos de mais de R$5,7 bilhões, e a maior parte dos valores destinados a dois partidos. Qual foi a mágica? Qual foi a arquitetura que o Sr. Cavendish empreendeu para crescer de forma extraordinária, especialmente no Rio de Janeiro, dos cofres do Governo Federal, para se tornar uma grande empresa neste País, só agora considerada inidônea pela CGU, do Poder Executivo?

Portanto, para concluir, Sr. Presidente: ou nós convocamos imediatamente Luiz Antonio Pagot e Fernando Cavendish, ou desmoralizamos esta CPI e esta instituição, porque pelos dados, pelas informações, pelos indícios e até pelas provas, o Governo Federal está associado a uma organização criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Carlos Sampaio, pelo art. 14. É o primeiro inscrito.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me, pela ordem, rapidamente. *(Pausa.)*

Permita-me? Eu só gostaria de saber o seguinte: o Senador Alvaro relevou – e eu ia fazer essa pergunta na minha fala – que o arquiteto aqui teria recebido R$10 mil da Pantoja. A pergunta é a seguinte, Sr. Presidente: o Sr. Relator sabia disso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele vai se pronunciar depois.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu só gostaria de saber isso e por que essa pergunta não foi feita?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

Relator, o Senador Pedro Taques fez uma indagação a V. Exª e V. Exª tem prioridade para falar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – V. Exª sabia, pois V. Exª tem estudado os autos – estou notando isso –, que o senhor que aqui se encontra teria recebido R$10 mil da Pantoja?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, nós temos recebido variadas formas de informação. Sobre o volume específico de recursos, ficamos sabendo quando da quebra de sigilo da Pantoja.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E V. Exª não fez essa pergunta a ele?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele falou aqui que recebeu 50 mil. Na verdade, uma das informações em que me parece que ele está dizendo a verdade é que ele falou que recebeu 50 mil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra Carlos Sampaio, por cinco minutos.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Use o tempo de V. Exª.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu pediria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª está no uso de seu tempo. São os seus aliados que estão perturbando. Use o seu tempo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, a fala do relator hoje foi importantíssima. Nós falávamos, antes do início desta reunião de oitiva de depoimentos, sobre os casos efetivamente em que havia impedimento e suspeição.

Eu nunca vi um relator de CPI, nunca vi um relator de qualquer processo judicial – e aqui nós temos um formato judicialiforme –, nunca vi um relator afirmar, como afirmou hoje aqui, porque a Casa foi vendida para o Sr. Carlos Cachoeira; porque...

Eu pediria aos meus Pares, se pudessem, um pouquinho de atenção.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de deixar claro que o relator hoje foi bastante efetivo ao afirmar que está aqui cumprindo um papel de investigar o Governo de Goiás. Elogiosamente e muito bem colocado pelo Senador Alvaro Dias e pelo Senador Pedro Taques, por que o nobre Relator não perguntou sobre recursos recebidos da Pantoja pelo arquiteto? Não perguntou por uma questão óbvia: foram recursos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, não afirmou antes que foi da Pantoja. Não, Sr. Relator. Não afirmou, não.

V. Exª não perguntou por uma questão muito óbvia: esse dinheiro veio da Delta, e a Delta recebeu esse dinheiro do Dnit, ou seja, envolve o Governo Federal e V. Exª acha melhor não formular a pergunta. Aliás, tudo que diz respeito ao Governo Federal, ao PT ou ao Governador Agnelo, ou V. Exª se esquece ou a assessoria de V. Exª se esquece de fazer a indagação oportuna.

O que a gente percebe aqui claramente é um direcionamento. O relator cumpre uma missão partidária. O relator não é relator desta CPI para apurar fatos efetivamente relevantes. Não está interessado em ouvir Fernando Cavendish. Não está interessado em ouvir Luiz Pagot. V. Exª está interessado em ouvir aquilo que seja oportuno para o seu intento. E qual é seu intento? Perseguir o Governador Marconi Perillo. Não é para mim que está claro isso, é para o Brasil que está claro isso.

Volto a dizer, em todos os *sites*, todos os *blogs*, todas as matérias jornalísticas, V. Exª, com seu proceder, deprecia esta CPI. Deprecia. É importante dizer, reafirmar, por mais que V. Exª não goste, deprecia. Não conheço nenhum integrante desta CPI que tenha integrado outras CPIs que tenha visto um papel de relator tão direcionado, vergonhosamente direcionado. V. Exª

tem um papel tão maior. Incumba-se de seu papel, Sr. Relator! Deixe essa mesquinhez de perseguição, essa sua vocação persecutória imposta pelo PT, deixe para uma outra oportunidade. Vamos investigar na CPI quem desviou dinheiro público, quais foram os agentes do Governo Federal que desviram dinheiro indevidamente, que aprovaram aditamentos indevidamente, para onde foi o dinheiro da Delta, que tanto abasteceu o partido de V. Exª. Matéria veiculada ontem pelo *Estadão*: dinheiro da Delta utilizado por empresas laranjas. Foram utilizados pelo PT na última campanha. Por que não elucidar isso? Qual o receio de V. Exª? Vai haver algum puxão de orelha do partido? Qual o receio de V. Exª levar adiante investigação que possa recair sobre o seu partido? Ficamos aqui indagando um arquiteto sobre o papel de parede, e V. Exª não cumpre o seu papel de relatar e investigar. É inacreditável essa postura! É inacreditável! *(Pausa.)*

V. Exª fala o que quer, ouve o que não quer. *(Pausa.)*

O seu proceder está aviltante. O seu proceder torna menor esta CPI. Nenhum de nós tem orgulho, por ora, de participar desta CPI com a condição que V. Exª vem dando. Então, por favor, que V. Exª cumpra o papel que lhe cabe e volte a dar dimensão a esta CPI.

Era isso que tinha a falar. Sr. Presidente.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, queria uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o Relator.

Só um minutinho. Estou passando a palavra ao Relator, depois passo a palavra a quem requereu questão de ordem e eu não tinha visto. Mas, antes, passo a palavra para o relator depois para V. Exªs, Deputado Ronaldo, Deputado Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu requeri uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, eu não vou ficar batendo boca com o Deputado Carlos Sampaio. A questão central é que ele está cumprindo o papel dele.

V. Exª não projete em mim o que V. Exª está fazendo.

Nós estamos investigando essa organização criminosa que está infiltrada no Governo de Goiás, que tem o Governador do PSDB à frente, que nega relação com o Sr. Carlos Cachoeira. Isso será investigado. Todas as incursões da organização criminosa junto ao Governo do Distrito Federal, o que ficou evidente, as incursões junto a órgãos do Governo Federal ou a outros Estados da República, quer seja Tocantins e outros, serão por nós investigadas. Agora, cada coisa no seu tempo e no seu momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes da questão de ordem, vou dar um minuto para o Deputado Fonseca e vou dar um minuto para o Deputado Sávio. Depois, volto às inscrições.

Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem, mais uma vez, recai sobre o art. 14. É rápida a minha questão de ordem.

Eu só não entendi o seguinte: o Deputado Sampaio utilizou a palavra por 10 minutos se dirigindo ao Relator. Dirigiu-se diretamente ao Relator. O Relator respondeu o Deputado Carlos Sampaio. Eu não entendi por que o Deputado Carlos Sampaio utilizou o art. 14. Assim não dá, Sr. Presidente. Acho que nós temos que decidir isso, porque ele se dirigiu ao Relator e este o respondeu. Não tem que reivindicar o art. 14, Sr. Presidente, porque, senão, o Relator vai falar mais uma vez respondendo ao Deputado Carlos Sampaio, ele vai responder ao relator, e nós vamos ficar nesse diálogo apenas aqui. Acho que temos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Recolhida a questão de ordem de V. Exª.

Por um minuto, questão de ordem do Deputado Domingo Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, para mim, é extremamente relevante o que ocorreu aqui, porque estamos numa CPMI que está inclusive no seu início, embora já tenhamos, no meu entendimento, perdido tempo, como hoje, discutindo papel de parede. Mas, para mim, é extremamente grave. O Deputado Carlos Sampaio fez uma reflexão sobre a questão da suspeição ou não de uma pessoa atuar com imparcialidade. Para mim, é muito grave o que ouvimos do Sr. Relator ao afirmar, antes que apresente um relatório...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Deixe-me concluir, por favor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Estou no meu tempo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Só quero pedir a questão de ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Contabilize o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª usou o tempo, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu não usei o meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Quero fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas V. Exª usou... Só um minutinho, Deputado. V. Exª pediu uma questão de ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas era uma questão de ordem com relação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Regimentalmente, eu preciso que V. Exª faça a questão de ordem.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sr. Presidente, existe uma lista de inscrição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por isso existe uma lista de inscrição...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu pedi a minha manifestação pela ordem, Sr. Presidente, para deixar claro que é inaceitável que o nosso Relator, de antemão, venha a proferir um relatório final, uma sentença como juiz, dizendo: o Governador de Goiás se envolveu com o crime, ou o Governo de Goiás, está aí registrado que ele disse isso, demonstrando absoluta imparcialidade, demonstrando que tem total fundamento o que disse o Deputado Carlos Sampaio e confirmando a minha indignação quando, na sessão passada, requerimento que subscrevi, solicitando a convocação do Sr. Pagot e solicitando a convocação do Sr. Cavendish, eu apelei para o espírito mineiro do Relator de que ele não retirasse de pauta, e ele, como Relator, propôs a retirada de pauta para não serem ouvidos o Presidente da Delta e o Sr. Pagot. Não quis ouvir, não quis investigar. E agora vem com sentença pronta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concluído o tempo de V. Exª.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Isso é inaceitável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apelo ao seu espírito mineiro para que nós possamos respeitar o Regimento. Vou continuar as inscrições.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ. *Fora do microfone.*) – Só quero dizer a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não por mim.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ. *Fora do microfone.*) – ...que isso não volte a proceder, porque tenho sido muito respeitoso nesta CPMI, que eu vou passar a não cumprir aquilo que tem sido realizado de forma sistemática por mim nesta CPMI se não houver um procedimento claro. Existe uma lista de inscrição de 12 oradores; existe um conjunto de líderes aqui que se inscreveram para ter oportunidade de falar, e a solicitação do pedido de questão de ordem para se manifestar sobre assunto que em nada tem a ver com procedimento relacionado à formatação dos trabalhos não pode ser encarada por cada um de nós aqui com naturalidade. Peço a V. Exª que seja rigoroso no cumprimento, porque, senão, abre-se um precedente para os demais parlamentares fazerem o mesmo. Com todo o respeito que tenho ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Glauber. Passo à próxima parlamentar inscrita, que é a Deputada Iris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, ouvindo o que foi debatido aqui neste momento, primeiro quero cumprimentar o Alexandre Milhomem, que se dispôs a vir aqui como testemunha, esclarecer aquilo que deve ser esclarecido, ao contrário de outros que se calaram. E esse silêncio, Sr. Presidente, traduz um estado de coisas contra as quais nós temos que realmente nos insurgir. Quando o Deputado Carlos Sampaio, a quem eu respeito muito, coloca que o nosso Relator está direcionando o seu olhar, a sua investigação para o Estado de Goiás, que é o meu Estado, e eu fiz questão, quando aqui esteve o Governador Marconi Perillo, de não me manifestar, até para que não fosse acusada de trazer aqui para esta CPMI uma briga regional pelo fato de ser eu sua adversária. Estou pagando um preço altíssimo por isso, mas passou. O Governador veio, falou o que quis dizer, não convenceu, terceirizou muita coisa, que seus auxiliares vieram aqui e se recusaram a falar.

Concordo, Sr. Presidente, que o Relator realmente tem que buscar provas, desde que seja até o fio de cabelo, porque no fio de cabelo pode-se estabelecer o DNA e se descobrir um criminoso, e aquilo que o Relator fez tem razão. Aqui, nesta CPMI, todo e qualquer assunto de que se falar vai chegar a Goiás, porque lá realmente é que está infiltrado esse crime que está tomando conta, que tem tentáculos no Brasil inteiro. Nós sabemos que essa documentação confrontada e apresentada pelo Relator, inclusive as perguntas que estão sendo feitas, algumas até iguais na sua forma, mas às vezes até diferentes, iguais no conteúdo, mas diferentes na forma, todas elas colaboram para que nós tenhamos a oportunidade de buscar a verdade.

Eu acho que esta CPMI não está aqui para passar a mão na cabeça de ninguém. Esta CPMI deve realmente restabelecer a verdade dos fatos. E se todos os caminhos levam a Roma e se todos os caminhos levam a Goiás, por que teremos que estabelecer esse bate-boca por conta disso ou daquilo? Todos têm, todos que vêm aqui têm e querem que essa verdade seja mostrada.

Eu pergunto: o que justifica o silêncio do Sr. Lúcio Gouthier? Eu faço essa pergunta. Por que se calou?

Por que Jayme Rincon nem veio? Disse que tinha um aneurisma, mas continua trabalhando, prestando serviço lá na Secretaria em Goiás, inclusive dando entrevistas a vários jornais.

Nós temos que nos calar? Nós não podemos nos indignar?

Eu sou a única parlamentar goiana e tenho procurado ter cumprido o meu papel com isenção.

Fiz algumas perguntas, prezado arquiteto, a V. Sª, que eu gostaria de fazer agora.

V. Sª foi contratado para fazer o projeto de reforma da casa localizada no condomínio Alphaville, que pertenceu ao Governador Marconi Perillo. Não importa se foi papel de parede, não importa se foi piso, não importa se foi pintura, não importa, enfim, que tipo de material V. Exª lá colocou. Quem contratou V. Sª?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – A Andressa Mendonça, a esposa do Carlos que me contratou para fazer esse *design* de interiores dessa casa.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – À época que Andressa contratou V. Sª, ela residia numa outra casa. Essa casa estava sendo reformada?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Vazia. Essa casa, quando cheguei lá, a primeira vez, estava vazia. Ela não tinha nenhum mobiliário, a não ser móveis fixos que eu chamo, planejados, armário, cozinha, tal. E eu montei essa casa para ela poder morar um período, que alguém tinha emprestado, como eu tinha mencionado. Essa casa ficou pronta em julho. Em julho foi quando entreguei a casa pronta.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Para fazer essa reforma, V. Sª poderia nos dizer em quanto ficou o trabalho, o contrato, enfim, com tudo o que V. Sª empregou nessa casa? Poderia dizer o montante?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na verdade, eu sou contratado para acompanhar o cliente na escolha. Eu não faço obra, entrego a obra pronta. Então, o que eu fiz? Eu estive em várias lojas, escolhendo o material, e ela acertou cada loja individual. Neste momento, eu não lembro o montante que foi esse interior, quanto ficou.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Não, eu entendo que V. Sª não tenha conhecimento do valor total, porque é lógico foi a sua cliente que pagou. Mas pela experiência que V. Sª tem, como arquiteto, de conhecimento, por exemplo, de pisos ou da pintura ou do tapete ou do carpete ou da mesa, V. Sª tem condição de fazer uma avaliação por alto em quanto ficou a reforma dessa casa?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, a cliente tem um bom gosto excessivo. Então, ela gosta de tudo o melhor. Acredito que, por esse motivo, mesmo sendo uma casa provisória, tenha sido mais de R$500 mil. Eu penso, a princípio.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Quanto?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Mais de R$500 mil.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Mais de R$500 mil para a reforma de uma casa em que ela ficaria só algum tempo.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Exatamente. É a questão de cada um. Cada um investe no que pode.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Eu acabei de receber aqui uma informação que eu gostaria de transmitir à CPI. Jayme Rincon já mandou um novo atestado para não vir amanhã à CPMI. Gostaria de dizer que ele está trabalhando normalmente lá no Estado de Goiás. Inclusive, tenho jornais que mostram entrevistas com fotografia dele.

Está aqui. Recebi essa informação agora, Sr. Relator.

A próxima pergunta para o nosso depoente.

A casa que V. Sª foi contratado para reformar corresponde? Dá para V. Sª enxergar? Eu mando entregar a V. Sª. Por favor, alguém entregue para ele. *(Pausa.)*

É esta casa?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Sim.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Quanto V. Sª recebeu para fazer esse projeto da reforma da residência que foi do Governador e quem pagou a V. Sª.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Na realidade eu não considero uma reforma, porque em uma reforma eu trocaria piso, gesso, pintura. Foi um *design* de interiores. Eu considero uma reforma quando você faz uma demolição, quando você tira piso, você retira bancada, você faz uma obra civil. Esta casa não teve uma obra civil. Eu cheguei lá no projeto e só trabalhei papel de parede, comprei uma luminária a mais, e decorei, coloquei sofá, poltrona, cadeira, tapete, essa situação que precisava para poder a pessoa morar. Então eu não considero uma reforma.

E o que eu falei em relação ao valor, eu recebi no primeiro projeto contratado, que foram cinco parcelas de R$10 mil, antes desta casa, e meio que eu converti para esta casa uma parte, porque ele não foi concluído no primeiro momento. Na realidade nós não chegamos a fazer o final devido a situações ocorridas com o cliente.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Para terminar, Sr. Presidente, eu gostaria de mostrar aqui a esta CPMI o jornal de hoje *O Popular* que traz uma matéria que considero importante, na página 4, que vou passar à Mesa. O título é o seguinte: "Empresária diz que só fez favor". Rosanne Pugliese afirmou que Cachoeira pediu a ela que fizesse depósito de R$1,4 milhão na conta da loja Excitante Indústria e Comércio de Confecções, a Babioli. E ela disse aqui também que a empresa emprestasse cheques no mesmo valor para que Cachoeira pudesse comprar a casa do Governador Marconi Perillo do PSDB. Está aqui esta matéria que

eu gostaria de passar à CPMI, ao mesmo tempo em que assino requerimento de convocação, até porque na matéria ela faz questão de vir prestar depoimento a esta CPMI como testemunha. Faço aqui o requerimento, assino e entrego a V. Exª.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O próximo orador inscrito, o Sr. Deputado Miro Teixeira, prefere falar por sua inscrição ser precedente a sua posição na condição de Líder. V. Exª tem dez minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Exª decidindo eu apoio.

Presidente, aqui ouvimos algumas coisas em relação à declaração de inidoneidade da Delta.

A Delta teve a inidoneidade declara pelo Governo Federal. Então dizer que o Governo Federal está acobertando alguma coisa me parece que é um certo exagero, já que é um ato formal da Controladoria-Geral da União.

Este inquérito, todas essas operações são operações realizadas pela Polícia Federal do Ministério da Justiça. Não houve qualquer interferência governamental para barrar as operações. O Ministério da Justiça do Governo Federal sempre que solicitado por esta CPI bota técnicos à disposição, como hoje V. Exª acabou de despachar até aqui um ofício requisitando mais técnicos. Então, dizer que o Governo Federal está tentando acobertar alguma coisa é uma grave contradição com os fatos que nós encontramos.

Eu pediria a V. Exª que, hoje ainda, se nós pudéssemos, trouxéssemos à votação, numa reunião administrativa convocada com o apoio de todos os presentes, a convocação do Cavendish e do Pagot. Se não for hoje, que seja amanhã, porque isso aí está virando um fator de argumentações e contra-argumentações nesta CPI, e fica-se perdendo nesta discussão. Nós podemos votar essas convocações, e a fixação da data pode ser discutida depois em função das provas que estão chegando aqui em grande quantidade; estão chegando em grande quantidade aqui à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Estamos vendo, no caso da Delta, uma conexão enorme, além das empresas, essas empresas fantasmas do Cachoeira, com outras empresas que são meio estranhas, como a Brava, a JM Terraplanagem, muitas obras em muitos lugares.

Bom, o Rio de Janeiro é um Estado que tem muita presença da Delta. Temos que investigar sim. Agora, São Paulo também é. São Paulo também é. Então, não há qualquer queda de braço entre governos. O que estamos tentando aqui é uma conclusão sobre a infiltração de uma empresa nos mecanismos do crime organizado e também em partidos políticos ou junto a políticos de alguns partidos. Por quê? Porque o dono da Delta está, com a voz dele, dizendo que resolve qualquer coisa no Brasil com R$30 milhões. Está dizendo isso! Quem é que está dizendo? Quem está dizendo é o dono da Delta, é o Fernando Cavendish. E que um Senador custa R$6 milhões. Porque para obter prova contra ele não precisamos da presença dele aqui não. A presença dele aqui é para assegurar direito de defesa. Essas provas que temos aqui já o remetem a um processo criminal enorme.

Eu venho agora aqui cumprimentar o Dr. Alexandre Milhomem. Revela-se aqui uma pessoa *light*. Está aí tranquilo, colaborando com a Comissão Parlamentar de Inquérito. Não sei exatamente também o porquê de V. Exª estar aqui. V. Exª está aqui porque o Dr. Rosinha fez um requerimento, e esse requerimento foi votado por todos nós. E V. Exª está vindo aqui... Não houve nenhum destaque para rejeição, então ninguém pode reclamar aqui da sua presença, porque não houve destaque para rejeição. O Relator trouxe os requerimentos que estavam aí com preferência.

E a todo instante estou ouvindo também que o Relator está deixando de fazer uma coisa ou deixando de fazer outra. Eu lhe confesso que gostaria de ver – fui vencido por três votos – a marcação da vinda do Cavendish, enquanto que o Relator propõe o sobrestamento, e eu penso que já está vencido politicamente, Sr. Relator, esse prazo do sobrestamento. Está visto aí que isso passou a ser o fator de discórdia. É um fator de discórdia muito grave na CPI, mas já que temos aqui o Dr. Alexandre Milhomem, eu gostaria de outras opiniões que não são propriamente da decoração, porque nessas fronteiras de desenvolvimento, como já foi o Rio de Janeiro, o crime dominando ali no Rio de Janeiro, depois foi o Espírito Santo, agora se está vendo isso aqui nessa área de Goiás; isso, aqui no Centro-Oeste, está mais visível, está havendo também um *boom* imobiliário nessa região. E eu me espantei pelos valores das casas nesse condomínio. E o senhor, que conhece tudo isso, o senhor acha que os valores são esses mesmos, é negócio de 2 milhões, 3 milhões uma casa? Há casa de mais de 3 milhões por aí? É a primeira pergunta.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, no Centro-Oeste do Brasil, nos últimos cinco anos, houve um aumento, muito, do metro quadrado. Então, por exemplo, em Goiás, comprava-se um apartamento por R$2 mil o metro quadrado, hoje está R$5 mil na planta. Então, o Alphaville é um condomínio que valorizou muito. Um lote lá, dos menores, custa R$500 mil – o lote.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O lote.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – O lote. Então, uma construção... Os valores que eu vi, por exemplo, acho que correspondem ao valor imobiliário, sim, do mercado hoje em Goiás, que está muito valorizado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quatrocentos seria a construção da casa do Governador Perillo, que me parece agora, estou convencido que foi vendida...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – É, mas, assim, 450 metros de construção, se você colocar hoje no nível, por exemplo, de materiais, vamos considerar que isso pode ocorrer de R$2,5 mil acima. Depende de uma torneira que você comprar. Banhada a ouro, você paga R$12 mil numa torneira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Por R$1,4 milhão o senhor me arruma uma lá para comprar

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Acho que sim, com certeza.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É, de 500 metros quadrados?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Eu acho que o senhor encontra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nova?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Nova.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, não há desacerto nesse preço?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Não, aí é uma questão que não é a minha função. Estou dizendo um modelo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Estou pegando aqui o seu depoimento.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – É, tenho clientes que compraram agora casa de quatrocentos e poucos metros por R$1,5 milhão, no Alphaville de Goiás.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E no Alphaville tem localização, uma localização é melhor do que a outra, a parte da frente?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Tem umas mais valorizadas. A mesma casa, se fosse de frente de uma área verde, poderia valeria às vezes até o dobro desse valor, com o mesmo tamanho.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sei.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – E o lote também.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E essa é de frente para uma rua, digamos.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Uma rua normal.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Uma rua normal.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, o senhor viu alguma anormalidade? O senhor teve alguma dúvida em algum momento de que essa casa estivesse... O senhor já tinha ouvido falar da Srª Andressa.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Na realidade, nos encontramos no ano passado, quando ela me ligou, depois que visitou uma obra que eu fiz em Goiás e que ficou muito encantada com o meu trabalho. A partir daí, nos conhecemos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ela é uma pessoa conhecida.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – É.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É uma *socialite*.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Na realidade, não me atento muito a esses fatos. Minha intenção realmente foi atender ao desejo da cliente, quando contratado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E o senhor sabia que ela era senhora do Cachoeira?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Depois, sim; não num primeiro momento, mas depois da terceira ou quarta ...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Visita; antes da prisão dele.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Sim, exatamente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E não há nenhum problema o Sr. Cachoeira comprar uma casa, ou ele lhe contratar.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Inclusive estive pessoalmente com ele, mostrando projeto, com certeza.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E estava claro ali que era ele que estava comprando a casa, porque ele não ia pagar a reforma...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Eu não sabia qual a função dele. Essa é outra questão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O que ele fazia na vida, não é?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Não tenho realmente essa...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Agora, não é muito comum ver alguém pagar a reforma da casa do outro, não, não é? Só pai e filho.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Na realidade, é uma questão muito abrangente. Realmente, eu não tenho a informação que poderia lhe passar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O senhor já tropeçou muitas vezes com um caso desse, de uma pessoa pagar a reforma da casa do outro, sem ser de pai para filho?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Na realidade, é uma questão realmente que foge da minha resposta.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vou respeitar a sua discrição profissional.

Mas, o Cachoeira era o comprador dessa casa.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Isso eu não tenho informação.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente Vital do Rêgo, Sr. Relator Odair Cunha, eu quero primeiro parabenizar e agradecer ao Sr. Alexandre Milhomen por ter vindo a esta Casa de uma forma disposta realmente a colaborar.

Entendo que a CPMI está em uma grande encruzilhada. Nós hoje temos a obrigação de avançar. A sociedade solicita, a população solicita e os nossos pares, dentro do Congresso Nacional, solicitam que nós avancemos.

Temos acompanhado e, na última sessão administrativa, esta Casa deu uma demonstração de que não está agindo corretamente, no momento que terminou a primeira parte das votações, muitos dos parlamentares se ausentaram porque queriam encontrar as câmaras de televisão e as rádios para o lado de fora. E aí, como esta é a CPI dos bichos também, afinal de contas estamos investigando as atividades dos bichos, eu queria trazer mais um personagem, mais um bicho para esta CPMI, que é as mariposas dos holofotes. Se nós juntos não tomarmos cuidado, os holofotes irão ofuscar esta CPMI, até porque o erro da mariposa é morrer no holofote.

Acompanhei aqui nesta Casa e dentro desta CPMI político que muito gostava de holofote, que pregava a moralidade, que queria a todo momento estar presente nas discussões com cobranças – inclusive hoje a gente vê, infundadas –, mas que sentou nesta cadeira em que hoje está Alexandre Milhomem e pediu para exigir o direito constitucional de nada falar. Nós temos que ter um cuidado muito grande aqui dentro desta Casa hoje. O Congresso Nacional corre o risco de perder completamente a credibilidade junto à população.

Então, eu peço ao Sr. Relator, ao Sr. Presidente e aos Pares desta Casa que tenhamos foco, que tenhamos objetivo. Não importa e, para a população que está nos assistindo e está vendo e acompanhando esta CPMI, ela não quer saber se é de partido A ou de partido B, da forma que têm ocorrido os debates nesta Casa. Eles querem resultados. E aí passa por um trabalho muitas vezes administrativo e árduo da equipe técnica que está na retaguarda do Sr. Relator e do Sr. Presidente.

Eu, já desde as primeiras reuniões, pedi para que nós tivéssemos aqui planilhas, informações, dados do que está chegando e do que nós em conjunto podemos acompanhar. Já vi o Sr. Presidente por três vezes dizer que, na próxima reunião, teríamos esse detalhamento e as informações, para que, em conjunto, a gente pudesse realmente investigar. Vejo que os programas que chegam, tipo i2, não chegam com as informações e assessoramento técnico necessário aos técnicos de cada Senador e Deputado.

Ao mesmo tempo, eu gostaria de dizer que a presença do Sr. Alexandre pode, sim, ser muito importante neste momento. Eu já vi, em alguns momentos da nossa história recente, jardineiros exercerem um papel importante; já vi motoristas exercerem um papel importante e já vi inclusive ex-mulheres também exercerem um papel importante no trazer as informações.

Então, eu peço, Sr. Alexandre, que o senhor seja um grande contribuidor. Contudo, o que o senhor realmente sabe por ter convivido nesses momentos difíceis e nesses momentos que a história recente do Brasil demonstrou com essas investigações.

Então, a minha primeira pergunta é a seguinte: o senhor hoje se considera amigo pessoal da Srª Andressa?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, na minha profissão, se não tiver no decorrer do trabalho uma afinidade, o trabalho morre, porque o trabalho é uma questão de conhecer o cliente. Então, automaticamente, você, o seu gosto, o seu dia a dia. Ser amigo é uma questão que eu, por exemplo, não sei disfarçar... Posso dizer que é uma pessoa de quem tenho bastante conhecimento sobre o que ela gosta, o que ela gostaria de fazer, porque isso é importante para o meu dia a dia como profissional, senão não consigo executar o projeto, porque ela vai morar nesse projeto.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu tenho visto, em várias notas, inclusive nos jornais de Goiás, que o seu relacionamento era um relacionamento de amigo. Eu pediria que aqui, em função da seriedade de que nós precisamos, o senhor deixe de lado um pouco essa posição e tente contribuir realmente. Talvez o grande legado que o senhor vai deixar como história, como arquiteto, é poder trazer a esta CPMI alguma novidade, e não nós estarmos até nessa diferença de falar um pouco para cá e um pouco para lá.

Eu entendo que um valor investido em móveis, em cortinas, em papel de parede de R$500 mil é um valor realmente alto, principalmente para uma casa que valeu R$1,4 milhão. Eu acho que essa já é uma grande contribuição que o senhor pôde trazer. Eu acredito que o Sr. Relator vai, na sequência, pedir ao senhor que relacione esses R$500 mil, até porque o senhor foi o que, em conjunto, deu as dicas para que a Srª Andressa pudesse comprar. Então, o senhor tem,

e até sabe do valor final, o senhor sabe exatamente onde é que foram investidos esses R$500 mil. Então, nós precisamos, até para continuar a investigação, desses R$500 mil.

Precisamos, também, desse *e-mail* onde o senhor fez a troca de informações e fez as mudanças e acredito que tenha vários *e-mails* onde o senhor passava ali as indicações, os preços e tudo mais.

Os R$10 mil que foram pagos pela empresa Pantoja são de extrema importância para nós. A minha segunda pergunta: quando o senhor recebeu esses R$10 mil dessa empresa Pantoja, o que foi que a Srª Andressa ou o Sr. Cachoeira disse? Como é que eles estariam pagando esses R$10 mil?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, foram cinco passagens de R$10 mil. Não foi só R$10 mil. E esses pagamentos seriam em depósito em contas que foram dadas pelo escritório. E, na realidade, eu desconhecia realmente que esse valor tinha sido dessa empresa que você acabou de mencionar. Mas eu sei que os depósitos foram feitos na minha conta e foram recebidos os cinco pagamentos de R$10 mil. E de onde eles vieram ou deixaram de fazer eu realmente não tenho informação.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor sabe que receber dinheiro de empresa que está enrolada na Justiça, que tem problema de suborno, que tem problema de dinheiro ilegal pode ser gravíssimo para o senhor?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, estão sujeitos o arquiteto, as concessionárias, a prestação de serviço do País, a essa situação, infelizmente, porque a gente, eu não tenho como determinar a origem do dinheiro que vai chegar até mim. Mas, sim, que é uma prestação de serviço.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Mas é o momento especial de o senhor começar a pensar nisso. E, por isso, tem várias perguntas na sequência. Eu acho que é importante o senhor lembrar tudo que aconteceu nesse percurso, porque é o momento de o senhor ajudar a esclarecer, porque, depois, nós teremos outras pessoas aqui que poderão falar outras coisas e colocar o senhor, aí sim, numa situação muito difícil.

Eu entendo também que, até por ter experiência na área da construção civil, que arquiteto nenhum faz um tipo de entendimento de R$50 mil sem ter um contrato. Não muda a configuração do objeto contratado, como o senhor diz, do primeiro terreno para uma casa, para, depois, uma assessoria de decoração, sem ter um entendimento de um documento, nem que isso seja realmente um *e-mail*. É importante para o senhor que isso seja entregue a esta CPI, porque existem várias maneiras de nós exercermos o nosso direito de buscar isso. Nada melhor que o senhor entregar com antecedência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, com a palavra, como Líder, o Deputado Sílvio Costa. Próximos oradores: Mendes Thame, Domingos Sávio e Pedro Taques.

Como Líder, Sílvio Costa, por cinco minutos, sem apelação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Deputado Sílvio, eu quero, até aproveitando a provocação positiva, do Deputado Luiz Pitiman, entregar a V. Exª – acabei de assinar aqui – um relatório descritivo de todos os documentos que chegaram à CPMI até a data de ontem, lembrando que, em contato com a Polícia Federal, hoje, de manhã, nós recebemos o inteiro teor dos áudios do Sr. Carlos Cachoeira, porque nós fomos buscar na 11ª Vara o inteiro teor dos áudios que estavam na 11ª Vara. Ocorre que o procurador do Sr. Carlos Cachoeira obteve do juiz Dr. Paulo a única cópia que havia na 11ª Vara. Então, nós tivemos que recorrer à Polícia Federal, que nos entregou hoje de manhã. Então, esses áudios do Sr. Carlos Cachoeira não constam do nosso relatório, mas já estão aqui. Nós estamos entregando o relatório de tudo que até ontem à noite chegou à CPMI. É um pedido de V. Exª e eu faço questão de entregar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa é uma informação importante para V. Exªs. Essa informação já está disponibilizada ao longo de todo o processo via nossa página na internet. Todo documento que chega, nós imediatamente ou fazemos a inseminação dele em nossas máquinas ou disponibilizamos de acordo com a lei de acesso. Todavia, pedido por V. Exªs, nós solicitamos ao relator que trouxesse à CPI um relatório circunstanciado de tudo aquilo que já chegou em termos de ofício. Estou mandando entregar, de forma reservada a V. Exª, a cada membro da CPI, por força de uma solicitação de cada um dos seus membros.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Uma questão de ordem, art. 131 do Regimento Comum. Demora cinco segundos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, cinco segundos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Presidente, até porque fui citado também.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Gostaria de saber se o relator recebeu as tais gravações e de-

gravações que tenham referência a pessoas com foro especial, por prerrogativa de foro...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já, já estão nas...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – As de foro especial.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, nós fomos exatamente buscar esses áudios para fazer a leitura e ouvir esses áudios.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Os encontros fortuitos...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para além dos... Porque, vejam, os encontros fortuitos foram nos áudios identificados pelos agentes da Polícia Federal. Como as pessoas com prerrogativa de foro não eram objeto de investigação, pode ser que tenha passado despercebido. Então, estamos fazendo uma reanálise.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu quero só agradecer ao senhor e agradecer ao Relator, e é justamente esta sugestão que acho que devemos ter daqui para frente: semanalmente, na primeira reunião, que seria na terça-feira, o relator traria um relatório circunstanciado do que aconteceu na semana anterior. Acho que isso vai poder inclusive contribuir para que o Brasil inteiro, para que a imprensa acompanhe mais detalhadamente o que está acontecendo e o trabalho de bastidores que está se exigindo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Reitero a V. Exª que este material já está disponível *on-line*. Agora é uma questão somente de organização. Vou atender a V. Exª, pedindo a compreensão da assessoria competente do Relator.

Com a palavra, Silvio Costa, pelo tempo de líder.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr. Maurício...

Desculpe, Sr. Alexandre Milhomem, por incrível que pareça, mesmo com esse marasmo todo aqui nesta CPI, acho que o senhor prestou uma contribuição a esta CPI, sim. Eu vou recapitular aqui, infelizmente não posso perguntar – eu sou o 16º e não vou esperar –, porque estou falando como líder, mas o senhor contribuiu, sim.

Primeiro, o Governador Perillo disse aqui, e isso foi a única coisa que ficou meio inexplicável, que recebeu três cheques e não sabia de quem: dois de quatrocentos, aliás, dois de quinhentos e um de quatrocentos. Não sabia de quem. Mas os cheques tinham sido em março, abril e maio. Ok. Quando foi em junho...

Sim, o cheque que o Governador Perillo recebeu foi do sobrinho de Cachoeira.

Quando foi em junho, Dona Andressa ligou para o senhor pedindo para fazer a reforma da casa. Foi o senhor que fez a reforma da casa. O senhor fez um pré-projeto que foi R$50 mil. Quando foi em junho, o Vereador Garcez, que comprou os cheques e tal, vendeu a casa por R$1,4 milhão, ao reitor, o Sr. Walter Paulo, que pagou em espécie.

O senhor contribuiu. Infelizmente, o Governador Perillo não quis admitir, até porque o Governador Perillo, Deputado Domingos Sávio, diz que colocou uma propaganda no jornal oferecendo a casa em janeiro. Se ele colocou a propaganda no jornal oferecendo a casa, não custava nada ele ter dito à CPI que quem comprou a casa dele foi o Cachoeira. Qual era o problema de ele ter dito "quem comprou a minha casa foi Cachoeira"? Agora eu fiquei meio desconfiado.

Eu cheguei aqui e realmente disse: Olha, o Governador Perillo e tal, só fica essa cortina de fumaça nos cheques. Mas o fato de o Governador Perillo não ter dito aqui que vendeu a casa ao Cachoeira ficou meio estranho também agora.

Então, acho, sabe, Dr. Alexandre Milhomem, que o senhor contribuiu sim. O senhor provou aqui, hoje, que quem comprou a casa do Governador foi o Sr. Cachoeira. Muito bem. Como o senhor provou isso, eu queria sugerir ao Relator se, em algum momento – eu tenho uma informação, e o senhor disse que não conhecia o Governador Marconi Perillo –, o senhor esteve no palácio do Governo de Goiás. Em algum momento, o senhor esteve lá? Porque lá tem câmara, essas coisas. O senhor esteve lá ou não? Eu não posso perguntar. Eu queria que o próximo perguntasse. São sugestões de perguntas, entendeu? Mas tem uma informação.

Outra pergunta que eu faria – eu não posso fazer – era: quantas vezes o senhor esteve lá na faculdade, conversando com o Sr. Walter Paulo? Quantas vezes o senhor esteve lá?

A outra informação que eu queria perguntar, a outra pergunta que eu queria fazer é se o senhor tem relação com a turma da Pantoja, o dono da Pantoja. E outra coisa: quando você vai depositar R$10 mil, fica assinado lá quem depositou. Se você depositar até nove mil e pouco, não precisa – isso é um erro do Banco Central, inclusive –, mas R$10 mil fica cravado quem depositou. Se eu fosse perguntar, como ele recebeu os cinco de dez, eu ia perguntar, mas não posso, quem são os cinco de 10. Senão, daqui a pouco, a gente vai ter que quebrar o sigilo bancário dele por uma reforma, e não é necessário quebrar esse sigilo, mas essas perguntas deveriam ser feitas mesmo. Eu lamento. Eu sou o 16º e não posso ficar mais aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado. Ficam as sugestões de respostas de V. Exªs.

Mendes.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamen-

tares, o que nós estamos assistindo hoje é mais uma sessão que não consegue avançar. Nós estamos aqui, há diversas sessões, paradoxalmente, sem conseguir agregar praticamente nada em relação àquilo que recebemos da Polícia Federal, o que é paradoxal, porque, via de regra, as CPIs aqui, na Casa, são muito eficientes. A CPI dos Anões do Orçamento foi fantástica. Ela permitiu descobrir uma teia de corrupção que desvia recursos do Orçamento, o que nos orientou, o que nos fez começar a preocupar com uma lei de licitações, a Lei nº 8.666, que demorou um ano para ser aprovada. Na CPI dos Sanguessugas foram dezenas de Deputados denunciados, pedida a sua cassação. A CPI dos mensaleiros, nós temos hoje o julgamento no Supremo de pessoas em função de uma denúncia que se conseguiu avançar aqui, na CPI. E o que estamos vendo desta vez é o contrário. Nós não conseguimos avançar nada. E é paradoxal também porque estamos na fímbria de uma grande organização criminosa. O povo não chama de fímbria. O povo fala: nós estamos na beiradinha ali para descobrir, tudo pronto para descobrir. Nós estamos prestes a perceber como se deu essa captura de setores inteiros do Estado, do Dnit, de Ministérios, do Governo Federal, capturados por organização criminosa, e estamos deixando passar essa oportunidade, quando temos aqui instrumentos poderosos. Não só as oitivas ,as audiências, mas um instrumento que ainda não utilizamos nenhuma vez aqui, Sr. Presidente, que são as acareações. Nas acareações, raramente alguém utiliza o seu direito constitucional de ficar calado, porque ele sabe que, se ele ficar calado e o outro, que tem uma posição divergente, às vezes, completamente divergente das suas posições; se o outro fala e ele não fala, é como se ele estivesse reconhecendo que a posição correta é daquele outro que tem uma posição diferente da sua.

Por isso, nós temos que acelerar a acareação do Pagot com o Sr. Cachoeira, do Sr. Cavendish com o Sr. Cachoeira, com pessoas do Estado, para tentar perceber como se deu esse casamento nefasto, essa simbiose deletéria entre agentes do Estado, criminosos, delinquentes, corrompidos e corruptores do setor privado para desviar recursos públicos.

Provavelmente, nós estamos no limiar de uma grande possibilidade: conseguir uma legislação nova, mais consequente, mais restritiva, para proteger o Erário, para que recursos públicos não sejam desviados criminosamente para enriquecer algumas pessoas, enquanto a grande maioria da população fica lá na fila, esperando para fazer uma hemodiálise, uma radioterapia, uma quimioterapia, um exame de ultrassonografia ou coisas mais simples, como um exame de laboratório, uma consulta num posto de saúde. Esperam na fila por falta de recursos, recursos que estão sendo, às centenas de milhões, aos bilhões, destinados sem grande critério para essas empresas que são amigas daquelas pessoas que têm condições de falsear licitações para beneficiar algumas empresas apaniguadas, acólitas do poder.

É isso, Sr. Presidente.

Eu acho que nós não podemos perder essa oportunidade. Devemos antecipar aqui a vinda do Pagot, do Cavendish e de outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Por último, uma única pergunta a esse arquiteto, que veio trazer a sua contribuição aqui para nós – não deveria estar aqui, mas está aqui.

Gostaria de saber, Sr. Alexandre, se, durante esses últimos trinta dias, o senhor foi procurado por Deputados ou por assessores de Deputados para falar a respeito dessas informações que nos traz hoje aqui a esta CPI.

É só isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o depoente.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não. Na realidade, não. Não houve nenhum contato sobre isso.

Também respondendo à pergunta anterior, eu nunca estive no Palácio do Governo de Goiás, infelizmente – até gostaria de conhecer porque acho bem interessante o projeto – e também desconheço a faculdade que foi mencionada. Perguntaram se eu fui a essa faculdade alguma vez, mas também não. E também não tenho nenhum tipo de informação sobre a Pantoja, que foi aqui mencionada antes pelo Deputado.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Outra pergunta, Presidente, na mesma linha da do Deputado Mendes Thame.

Pergunto se V. Sª foi procurado por alguma outra pessoa para tratar sobre esse assunto que não fosse parlamentar ou assessor de parlamentar. Algum outro empresário ligou para o senhor?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Alexandre, colegas parlamentares, antes da minhas indagações, acho necessário dizer, até para que nós tenhamos clareza de toda a análise que está sendo feita, que, nesta manhã – já

início de tarde –, eu me surpreendi e me indignei com o momento em que, no meu entendimento, o Relator manifestou uma posição conclusiva de julgamento antes de emitir um relatório, referindo-se ao Governo e ao Governador de Goiás, o que mereceu e vai merecer da minha parte manifestação clara, porque eu não aceitaria isso contra um elemento do PT ou contra quem quer que seja. É colocar por terra qualquer princípio, porque ninguém pode sair julgando, condenando antes de analisar as coisas. Isso é o fim do mundo. É inquisição nos tempos atuais.

O que eu quero recapitular é que colegas que, por vários momentos aqui, contribuem de maneira extremamente produtiva trazem, às vezes, algumas colocações que torcem totalmente a verdade ou o que foi dito aqui de maneira testemunhal. O que se pode é questionar se o testemunho foi verdadeiro ou não. As pessoas juram e assumem uma responsabilidade inclusive criminal ao dar seus depoimentos.

Ouvi agora o Deputado Sílvio – pena que ele não esteja mais aqui – dizer: "Olha o depoente que esteve aqui confirmou que o Governador vendeu a casa para o Sr. Carlinhos Cachoeira", tese insistentemente colocada pelo PT num propósito de tentar vincular a figura do Governador ao Sr. Carlos Cachoeira de uma maneira sistemática, tese essa bastante estapafúrdia porque, vejam bem, em momento algum se questionou, por exemplo, se a casa era mesmo do Governador Marconi Perillo, se ele era proprietário dela, se ele a adquiriu de uma maneira lícita, se era patrimônio dele, se ele realmente a vendeu. E, se ele a vendeu, para quem vendeu? Qual o problema?

O que ocorre e aqui foi dito, primeiro, até antes mesmo do início dos trabalhos desta CPI – e houve uma coerência e isto é importante num processo de julgamento sério e imparcial: houve uma coerência –, é que o Governador disse desde o primeiro momento: "Eu vendi uma casa; essa casa foi vendida ao Sr. Wladimir Garcez; ele me pagou em cheques pré-datados; depositei os cheques nas minhas contas". Depois, esta CPMI, uma das primeiras pessoas que ouviu foi o Sr. Wladimir Garcez, que veio aqui e disse: "Eu comprei uma casa do Governador Marconi Perillo, paguei em cheques que eu peguei emprestado de quem eu prestava serviço, da Delta e do próprio Carlos Cachoeira" – e aí já mostrava a evidente ligação de Carlos Cachoeira com a Delta –, "peguei os cheques emprestado, paguei a casa na expectativa de levantar o dinheiro; fiz isso nos meses de março, abril e maio; e emprestei a casa" – ele nunca negou que tinha uma ligação próxima, ele Wladimir Garcez, com o Sr. Carlos Cachoeira e com o pessoal da Delta, aliás, afirmou aqui: "Trabalho para eles" –; "e emprestei a casa para ali ficar residindo a esposa do Sr. Carlos Cachoeira", disse isso textualmente. Pois bem. Informou que, não tendo condição de pagar o que havia pegado emprestado, foi buscar vender a casa. Já tinha um interessado e vendeu efetivamente para o senhor reitor de determinada faculdade, Sr. Walter Paulo. A CPI chamou esse reitor para vir: olhe, vem cá, vamos dizer aqui se isso é verdade mesmo. Ele aqui veio e disse: "Eu comprei, sim; comprei do Sr. Wladimir Garcez, recebi a escritura do Marconi Perillo, quem intermediou foi o Wladimir Garcez" – confirmou em detalhes – "paguei a ele em dinheiro; ele pediu que deixasse morando lá a pessoa para quem emprestou a casa". Ora, informou em detalhes isso. Agora, de repente, descobriu-se que a pessoa que pegou a casa emprestado, no mês de junho, e aí vai logo chegar a pergunta, contrata um arquiteto decorador para comprar mobiliário, fazer uma adequação da casa para se mudar para lá. E aí vem-se dizer o seguinte: "Então, o arquiteto acabou de comprovar que o Marconi comprou a casa, ou melhor, que o Marconi vendeu para o Cachoeira". Mas tudo havia sido dito antes com a clareza absoluta de que a casa foi emprestada para alguém ficar ali.

Pois bem. Sr. Presidente, feita essa reflexão, chegarei às perguntas ao nosso depoente testemunha, eu queria reiterar a reflexão que fiz há poucos minutos sobre a condução dos nossos trabalhos.

É claro que, para mim, é importante que a gente ouça cada um sobre quem paire qualquer dúvida. O que é inaceitável é reunir o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, reunir a imprensa do Brasil inteiro ao vivo pela televisão – já se falou que aqui estão querendo aparecer, eu não estou querendo aparecer, mas quero que o Brasil saiba, e é bom que o Brasil esteja transmitindo para que a verdade prevaleça.

Eu fiz a recapitulação e quero que qualquer Deputado do PT, do PSDB ou de quem quer que seja me coloque uma vírgula que não seja o que de fato ocorreu em termos de depoimentos e de declarações, incluindo o que o Sílvio lembrou. O Marconi trouxe o jornal dizendo: Olha, eu já queria vender a casa no início do ano; anunciei; quem se interessou foi o Wladimir; eu não tinha razão para não vender para ele; ele me pagou em cheques; eu não tinha razão para não aceitar o pagamento em cheque desde que, primeiro, os cheques fossem compensados; depositei em minha conta; não quis esconder de ninguém; agi de maneira transparente; declarei no Imposto de Renda. Pois bem. O que é inaceitável é que se reúna todo mundo para ficar discutindo aqui se o Governador de Goiás vendeu uma casa dele, de propriedade dele, e por que é que alguém emprestou essa casa para a esposa do

Carlinhos Cachoeira e ela quis decorar a casa, seja de forma extravagante ou não, comprar mobiliário.

Nós vamos discutir isso, mas nós vamos deixar de discutir os requerimentos, dos quais eu sou um dos coautores, para trazer aqui o Sr. Pagot, para trazer aqui o Sr. Cavendish, uma vez que já ficou provado, também, tanto quanto isso que eu relatei sobre a casa, que o Sr. Carlinhos Cachoeira fez tráfico de influência em favor da Delta.

O Sr. Senador teve, ontem, o seu mandato cassado em razão disso, pelo envolvimento de fazer tráfico de influência, não foi por causa de venda de casa, não foi por causa de decoração de casa. E o tráfico de influência desviou milhões de recursos dos cofres federais. E aí o Sr. Relator, eu insisto, diz: "não, não vamos convocar agora o Cavendish nem o Pagot."

Eu quero, aproveitando a minha fala, deixar um apelo a ele. Como ele tirou de pauta, que ele coloque em pauta rapidamente. O Brasil precisa desses esclarecimentos. É importante que isso venha de maneira clara, sem paixões partidárias.

E eu quero perguntar ao nosso depoente, ao nosso arquiteto, a quem cumprimento pela forma tranquila como veio e mostra que há uma coerência em tudo. Mas eu vi, inclusive, que tentaram levar V.Sª também para o caminho que, às vezes, querem fazer aqui, de torcer os fatos. Disseram que V.Sª fez uma reforma e que V.Sª sabe que ficou em quinhentos mil. Eu ouvi V.Sª respondendo que foi contratado para fazer uma adequação, inclusive, com a compra de móveis, e que, num primeiro momento, disse: "Eu não sei quanto. Quem pagou comprou, quem pagou, não fui eu."

Eu queria saber: V.Sª sabe exatamente quanto custou? Isso que se investiu foi para uma reforma ou para uma adequação de um imóvel com mobiliário? Esse mobiliário pode ser usado depois? Pode se transferido para outra residência:? Essas informações são também importantes, porque estão querendo colocar o seguinte: se incorporou definitivamente ao imóvel. Eu ouvi v falando em sofás etc.. Gostaria de saber: inclui mobiliário? É Uma reforma? É uma adequação? E o valor? V.Sª tem segurança e certeza dele?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Então, como foi mencionado pela...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o depoente.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Ah! Desculpa. Como a Senadora em questão me perguntou se eu saberia qual o valor aproximado de uma reforma como dessas, então, eu vou falar o valor aproximado. Não tenho certeza de valores porque eu não paguei esses valores. Agora, é lógico, você pode comprovar através de notas fiscais que foram emitidas. Todo o mobiliado comprado, a não ser papel parede, que vou considerar como elemento de não reaproveitamento, tudo pode ser aproveitado. O restante – sofá, poltronas, cadeiras, tapetes, cortina, lustre –, isso tudo pode ser levado para outro local, com certeza. Já existia na casa, porque até o termo desse valor que eu mencionei, isso pode estar incluso armário planejado, que já tinha no momento. Agora, na realidade, eu dei uma tese de um valor aproximado que poderia fazer, mas eu não tenho certeza de quanto foi realmente. Não tenho em minha mão esse valores. Essa é que é a situação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Odair Cunha, Sr. Vice-Presidente, Paulo Teixeira, Sr. Alexandre Milhomem, hoje depoente, Sr. Presidente, em relação ao depoente, eu vou me abster de fazer questionamentos porque acho que o pouco que podia se obter da sua fala já foi alcançado por esta CPI. Mas eu me sinto na obrigação, hoje, Presidente – e peço licença – de esclarecer alguns fatos que aconteceram na última sessão nesta CPI.

Eu fui surpreendido com a notícia de que alguns parlamentares, vindo de uma viagem à África, teriam feito um encontro com o Sr. Fernando Cavendish, em Paris. Eu, obviamente, fui um dos parlamentares que fui à África para uma reunião da UPI, no final de março deste ano, grupo de que faço parte já há algum tempo. De semestre em semestre, visitamos um país em determinada localidade do mundo para discutir questões do parlamento no mundo.

Ao final desse encontro, que foi justamente antes da Semana Santa, parte desse grupo voltou ao Brasil pelo Oriente Médio e parte voltou por Paris. Era Semana Santa, um mês antes da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, diga-se de passagem. Isso é um dado importante.

Em Paris, estavam vários parlamentares, vindos de várias outras missões oficiais.

Em determinado dia, eu fui almoçar com o Senador Ciro Nogueira, esse, sim, meu amigo há mais de uma década. Há mais de uma década.

Eu já estou no terceiro mandato nesta Casa. Esta é a minha quarta Comissão Parlamentar de Inquérito. Em todas elas – e fui companheiro de vários parlamentares que integram esta Comissão aqui –, atuei com total independência, buscando sempre a verdade dos fatos na investigação, como fiz nesta.

Queria aqui esclarecer que, em relação ao Fernando Cavendish, o meu procedimento nesta CPI foi o de apresentar o requerimento de convocação dele, não só de convocação, como, na véspera da denúncia

aqui feita pelo Miro, eu assinei junto com o Deputado Miro Teixeira a preferência para sua convocação, da mesma forma que fiz em relação ao Sr. Pagot, também objeto de um requerimento de minha autoria.

Quero aqui trazer a esta CPI as minhas passagens, tanto a de Uganda para Paris como a de Paris para o Brasil, uma comprada em dinheiro, outra comprada com milha. Está aqui, Presidente. O meu hotel, pago com o meu cartão de crédito. Está aqui. A conta do restaurante La Avenue, que é um restaurante, alguns devem conhecer, na Avenida Montaigne, famoso e extremamente frequentado por brasileiros e por qualquer pessoa que visite. Não é local para ninguém fazer reunião, seja ela de que tipo for. Nesse restaurante, o Sr. Fernando Cavendish estava e cumprimentou o Senador Ciro Nogueira, que, por acaso, é seu amigo. E nós o cumprimentamos. Antes da CPI.

Quero dizer também que acho que o Deputado Miro Teixeira atirou no que viu e acertou no que não viu. Acho que é fundamental que esta e qualquer outra CPI tenha o poder e o dever de fazer proposições. Nós não podemos, seja eu, seja qualquer outro membro da Comissão, trabalhar sempre sob a suspeita ou debaixo de uma nuvem cinzenta. Precisamos, como é feito no Judiciário, claro todos nós, a nossa atuação aqui está sujeita ao art. 254 do Código de Processo Penal, que é quem determina os casos de suspeição ou de intimidade.

Eu procurei saber e olhei, Deputado Carlos Sampaio, e não me enquadro em nenhum deles. Não sou amigo, não sou inimigo, não sou devedor, curador, cônjuge, sócio, nada, zero do Sr. Fernando Cavendish. Nem de nenhum outro investigado.

Não sou partidário, mas sabe a sociedade brasileira ou nós sabemos quais são os verdadeiros conflitos de interesse que pode haver nesta CPI. Pode haver partidários. Pode haver de sociedade. Pode haver de relação íntima. Garanto que eu não estou em nenhuma dessas citações.

Então, eu vou entregar ao Sr. Relator uma proposta para que a gente avance em relação a essa regulamentação quando da formação de uma CPI. Nós não somos juízes. Estamos juízes enquanto fazemos parte desta Comissão. Mas há questões que não dizem respeito aos juízes, mas podem dizer respeito aos membros de uma CPI, como doações de campanha de futuros investigados ou de pessoas que tenham relações com investigados, sociedade e tantas outras questões. Até um encontro fortuito com um investigado, como aconteceu comigo, antes da CPI. Será que não é fundamental que o membro comunique, que esta CPI faça o seu juízo de valor? Talvez seja.

Portanto, Sr. Presidente, eu a soltei uma nota logo depois que as noticias foram veiculadas. Acho que esclareci à CPI porque não fui objeto nem da questão de ordem que poderia ter discutido a minha suspeição. Fiquei surpreso porque o Deputado Miro Teixeira é um Deputado a quem eu sempre reputei e continuo reputando o maior respeito. Foi meu Líder. Fomos correligionários. Foi meu Líder no PDT e garanto – ele sabe disso – que, nesse tempo inteiro, jamais dei motivo para qualquer suspeição.

Vou continuar meu trabalho aqui, Presidente, com a independência que sempre tive. Minha posição em relação ao fato concreto é de convocação do Sr. Fernando Cavendish e do Sr. Pagot, como manifestei anteriormente aqui a vários membros da CPI, a Relator, a Presidente, a qualquer um que tenha me perguntado qual seria a minha opinião.

Portanto, achei importante prestar esses esclarecimentos que hoje faço a esta Comissão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Artigo 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deputado Mauricio Quintela, V. Exª traz à CPI documentos que recolhemos em respeito a V. Exª, mas saiba que na questão de ordem emitida por esta Presidência não constava o nome de V. Exª entre aqueles que poderiam estar sob impedimento ou sob suspeição.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Artigo 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Artigo 14 meio forçado, mas eu entendo. Meio forçado, mas eu entendo que devo concedê-lo. Não houve nenhum tipo de ataque, muito pelo contrário, houve respeito, mas eu sei que a posição de V. Exª nesse momento é muito mais acadêmica com relação à CPI do que qualquer outra postura dentro do espaço de tempo que irá a Presidência lhe permitir regimentalmente: cinco minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Srªs e Srs. Jornalistas que estavam aqui naquele dia. Eu tive sim a informação de Parlamentares que tinham vindo de Uganda e se encontraram com o Sr. Cavendish em Paris. Eu até perguntei a quem me falou se havia fotografia. Diante da negativa, eu não citei aqui o nome de nenhum Parlamentar. É só buscar aqui nas gravações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não precisa, é verdade.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não citei o nome de nenhum Parlamentar. Na minha vida pública, sabe também o Deputado Lessa, fomos companheiros de partido muitos anos, sempre trabalhamos com a verdade. Fomos oposição anos a fio ao Presidente Fernando Henrique Cardoso; nunca fui à tribuna assa-

car contra o governo qualquer inverdade; votei a favor da responsabilidade fiscal indo à tribuna defender a lei, e quando o Presidente, por uma cortesia, ligou para a liderança para me agradecer, eu disse: Presidente, não me agradeça; eu votei porque a lei é boa. E defendo a Lei de Responsabilidade Fiscal até hoje. Não citei seu nome nem o de ninguém. Se eu tivesse nomes, fotografia ou a notícia de conluio, não tenha dúvida, eu, na hora da sessão, falaria. Nós perdemos por três votos! E diante da possibilidade de argumentar com uma diferença capaz de alterar o resultado por que eu deixaria de argumentar? Não. Mas não seria justo. Eu não tinha convicção. Não tinha convicção sequer de que haviam se sentado juntos; não tinha convicção de que haviam conversado. Hoje eu sei de outros parlamentares que estavam ali em Paris numa coincidência dessas de Semana Santa e que não estiveram com o Sr. Cavendish. Pode estar com o Sr. Cavendish, pode não estar com o Sr. Cavendish.

Concordo mais uma vez com o Deputado Lessa. O que determina aqui comportamento do Parlamentar não é se ele é amigo ou se ele é inimigo; não é isso. É que se houver aquela relação a que se referiu o Presidente logo no começo dos nossos trabalhos, aquela relação de intimidade ou de interesse ou se foi um contribuinte de campanha, o nosso código de ética já determina que nós não podemos atuar, não podemos votar, não podemos relatar em muitas circunstâncias. Então essa declaração de impedimento ou argüição de suspeição como existe no Poder Judiciário também existe aqui.

Portanto, Deputado Lessa, eu desconfio que nenhum de nós tem nada a retificar. Eu acho, como disse aqui, eu vi o Valteno há pouco aqui, sou uma vítima do Valteno porque o telefone dele é muito parecido com o meu, e ele é muito solicitado, então a toda hora recebo um telefonema chamando o Valteno. Eu reclamo aqui publicamente e peço a ele para mudar o número do telefone dele. Mas eu gravei aqui fora com o Valteno uma frase: V. Exª estava no lugar errado, na hora errada, do meu ponto de vista, porque eu só soube dos nomes à tarde, quando já estava cuidando de Pagot. E quem me deu o nome foram os jornalistas. Por isso eu me referi a eles aqui no começo. Bendita liberdade de imprensa que me permite exibir esta informação verdadeira.

Porém, Sr. Presidente, isso demonstra que nós temos, Sr. Relator, temos que acabar com este dilema na Comissão.

O Sr. Relator propôs aqui o sobrestamento da votação. Ele não foi contra a convocação, ele pediu que se sobrestasse. E eu também não queria que se fixasse naquele dia a vinda do Sr. Cavendish e do Sr. Pagot. E eu confirmo aqui que o correto, pelo menos é a minha convicção, é votarmos logo a convocação de Cavendish e de Pagot. Tenho certeza de que aqui estará o voto do Deputado Lessa por uma razão: ele é autor de requerimento. Ele é autor de requerimento. Seria um contrassenso ser autor de requerimento e votar contra o próprio requerimento. A data a Mesa da Comissão determinaria. Mas eu penso que nós economizaremos processo, Presidente, tempo, votando logo.

Se V. Exª puder antecipar essa sessão administrativa de quinta para quarta, eu acho que seria da maior utilidade, e nós poderíamos até discutir aquela questão processual que foi submetida ainda há pouco sobre o rito. Penso que poderíamos fazer amanhã, porque essa cena dos depoentes que não querem falar vai acabar se repetindo. Então, vamos dar um passo adiante na nossa CPI.

Compreendo a preocupação do Deputado Lessa em trazer os comprovantes, que, eu concordo, são absolutamente dispensáveis.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Agora, como líder, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, não poderia deixar de, inicialmente, cumprimentar o Deputado Maurício Quintella.

V. Exª antecipou muito bem que, na questão de ordem que aqui formulamos inclusive não nos referimos ao Deputado, aliás, as informações que o Deputado prestou e o fato de ele ter sido autor do requerimento tornariam até este esclarecimento, que ele o faz pelo zelo devido à função que exerce, desnecessário. O Deputado inclusive faz uma importante contribuição. Sugere que nós resolvamos essas questões sobre a chamada arguição de suspeição, inclusive o que farei provocando a Comissão de Constituição e Justiça.

Mas o que considero mais importante a essa altura, Sr. Presidente, Sr. Relator, é encerrarmos esse mal-estar entre nós. Não há razão de termos, nem em relação ao Senador Cyro, nem em relação ao Deputado, não há razão de termos entre nós mal-estar. Ora, a não-convocação e o sobrestamento da convocação do Sr. Cavendish e do Sr. Pagot foram com uma diferença de três, dois votos. Já temos inclusive manifestações de voto que podem rever essa votação. Então, antecipemos. Façamos já nessa semana, e não na semana que vem, a reunião administrativa. Façamos amanhã a reunião administrativa.

Aliás, se o Alexandre Milhomem me permite, mesmo tendo votado a favor, não sei por que o senhor está aqui. Com duas ou três perguntas, no início, perguntando para o senhor desde quando o senhor via a Srª Andressa morando naquela casa, perguntando para o senhor como era, quem dava mais palpites na

tal decoração, inclusive no papel de parede, se era Andressa ou se era o Cachoeira, perguntando quando o senhor tinha visto ele entrando na casa, essas três perguntas básicas, no começo do seu depoimento, resolveria, poderia possibilitar que o senhor fosse para casa mais cedo e não passasse a tortura que sempre passamos aqui de estarmos até esta hora sem almoçar. V. Exª é uma testemunha aqui. Não há nenhum indício sequer contra V. Exª. Bastavam duas ou três perguntas. Quem quisesse pedir alguma consultoria sobre a decoração da parede falaria com senhor por fora ou seria um cliente do senhor, mas não manter o senhor até agora nesta CPI. A gente poderia ter dispensado o senhor nas perguntas do Relator e, em seguida, já ter feito uma sessão administrativa para fazer esta CPI andar.

Essa CPI está naquela máxima, parodiando a música do Engenheiros do Havaí, que canta: "Preste atenção no que eles dizem, mas eles não dizem nada". Estou prestando atenção no que a CPI está dizendo, e a CPI, hoje, não disse nada. Então, dê o próximo passo. Não avançou, por uma razão: todos nós, aqui... Olhemos ao redor, até a imprensa, que costuma nos acompanhar, até os fotógrafos que se digladiam, aqui, por um espaço, hoje já foram para casa mais cedo. Olhemos ao redor, vejam a CPI, vejam como está esta sala. Enfadonha! Fica aí um clássico, um Fla-Flu da clássica disputa entre o PT e o PSDB, e não vamos adiante, investigando. Assim, esvaziamos... Não é esse o caminho desta CPI. Esta CPI, Sr. Presidente, tem que dar o próximo passo. Sabemos qual é o próximo passo e estamos com medo de seguir em frente.

O próximo passo é a empresa Delta, cujos sigilos que estão aqui já mostram as conexões do Governo do Estado do Rio de Janeiro, de prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, já mostram as conexões de outros governos, de outras prefeituras de outros Estados, os depósitos existentes, os depósitos que chegam, por fim, na Alberto&Pantoja, Brava e JR. Então, em relação a Goiás, já sabemos. Já há elementos para o Relator indiciar quem tem de indiciar em Goiás, pedir autorização ao STJ de quem tem de pedir. Em Goiás, está resolvido.

Vamos avançar, CPI! Vamos! É bom esta sala aqui cheia de parlamentares se digladiando para falar! É bom esta sala aqui com a imprensa atenta e com a opinião pública querendo saber concretamente aonde esta CPI vai, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Encerrou o tempo de V. Exª. Obrigado.

O próximo inscrito é o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Bom dia, Sr. Alexandre, Presidente, Deputados.

Sr. Alexandre, o senhor mora no Estado de Goiás há quanto tempo? O senhor, hoje, reside em que cidade? *(Pausa.)*

Desculpa, Presidente, é porque o microfone está desligado.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, é o seguinte: a minha residência oficial é em Palmas, Tocantins, por questões de estratégia de localização, porque eu trabalho em uma região. E me divido entre uma semana, em Goiás, e uma semana, em Tocantins.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito!

O senhor já tinha ouvido falar... O senhor foi muito claro, aqui, quando disse "não conhecia, até então, o Sr. Carlos Cachoeira." Antes de prestar esse serviço, esse trabalho, o senhor já conhecia o Sr. Carlos Cachoeira de ouvir falar?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, nunca ouvi falar nele antes, inclusive, quando eu ouvi o nome, depois é que fui realmente entender. Mas eu não o conhecia antes, nem de encontrar com ele.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito!

O primeiro contato, então, foi com a Srª Andressa.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Andressa Mendonça. Depois estive com ele; depois que encontrei com a Andressa.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O senhor passou a conhecer o Sr. Carlos Cachoeira a partir do momento em que conheceu a Srª Andressa. Ela é que apresentou o senhor ao Sr. Carlos Cachoeira?

Deixando claro aqui, repetindo as palavras do Sr. Randolfe, que não pesa sobre o senhor qualquer tipo de suspeita, muito pelo contrário. É única e exclusivamente para auxiliar no processo das investigações.

Ela foi quem apresentou o Sr. Cachoeira ao senhor?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Sim, foi ela. Após conhecê-la, depois me apresentou. Eu o conheci em outro momento, mas como Sr. Carlos, nem foi como Cachoeira.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O senhor lembra desse momento em que o senhor foi apresentado ao Sr. Cachoeira? Onde foi? De que forma foi? Foi dentro da própria casa, da residência em que a reforma foi realizada?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Foi numa loja em que eu estava. Marquei encontro com a cliente, porque acabo indo às lojas em Goiás para atender. A gente se conheceu nesse momento.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito!

Mas, nesse momento, foi um encontro casual ou foi apresentado pela Srª Andressa ao Sr. Cachoeira?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Depois de desenvolver o projeto, já que ela me passou todas as

informações, eu estive com ele para mostrar a primeira ideia do projeto do que seria a casa.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Da casa que não se concretizou?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Da casa que não concretizou, que estava só em estudo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito!

Uma pergunta que queria fazer ao senhor, Sr. Alexandre: naquele contato telefônico da interceptação que está aqui registrada, no período de maio, o senhor estabelece uma fala, um diálogo, com o Sr. Cachoeira, inclusive anterior à possível reforma da casa, que teria acontecido no mês de...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Em junho, começou a reforma. Ela mudou em julho. Ficou pronta em julho.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – A reforma foi feita em junho. O senhor sabe, o senhor lembra do que se trata essa conversa que o senhor teve com o Sr. Cachoeira, no mês de maio, dizendo que pessoas precisavam entrar no condomínio? O senhor lembra exatamente do que se tratou essa conversa? O que foi essa conversa do mês de maio?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Essa conversa eu ouvi, aqui, através do Relator, que me falou a informação, mas eu precisava entrar com essas pessoas no condomínio para mostrar uma casa, que eu não sabia o endereço, como é mencionado, e onde era. Porque, até então, eu estava com a ideia de fazer uma casa nova para eles.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Ser feito nesse mesmo condomínio?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Nesse mesmo condomínio.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – E o senhor conheceu o Sr. Cachoeira em que mês? O senhor consegue se lembrar disso?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Acredito que seja fevereiro, março. No começo do ano.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Em fevereiro, março, conhece; em maio, vai entrar na casa para fazer uma avaliação do projeto, daquilo que teoricamente vai ser feito; esse projeto não acontece. Aí, exatamente no mês de junho, o senhor realiza a reforma na casa em que eles estavam?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – É... Essa reforma é entre aspas, igual foi mencionado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Porque não considero uma reforma a decoração.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Claro.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Porque os termos são confundidos, então, realmente, reforma eu considero quando existe uma modificação de estrutura física. Não esteve. Não teve.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Então, a conversa do mês de maio foi para fazer uma avaliação do terreno onde seria construída a casa em que o senhor trabalharia e que acabou não acontecendo?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, foi me dada agora pelo Relator a informação, mas, precisamente, a ideia foi ver uma casa que eles iam comprar ou iam alugar, e eu levei, realmente, o pessoal que trabalha comigo para verificar, mas não lembro exatamente se seria para essa casa que eu fiz, não. Seria para uma outra situação.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – A Srª Andressa, em algum momento, chegou a comentar com o senhor que aquela casa não era dela? Ou ela tinha como se a casa fosse dela e do Sr. Carlos? Ela chegou a fazer essa citação?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, ela... Sempre foi bem claro que a casa era emprestada, e era por um período "xis"; nunca foi colocado como "minha casa". Inclusive, se fosse dela, realmente seria outra categoria de casa, pode ter certeza.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito.

Outra categoria por quê?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Porque ela faria um investimento muito maior: trocaria piso, trocaria... Por exemplo: conhecendo a cliente, através do conteúdo, ela jamais ia morar em uma casa que tivesse vidro temperado, igual tem lá, por exemplo, entendeu?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito.

Sr. Alexandre, o senhor disse que, para que um cliente possa ter um desdobramento positivo, ele tem que passar a ter uma relação de natureza pessoal. A pergunta que faço ao senhor é: depois do estouro das investigações, em que o Sr. Carlos foi preso, o senhor teve mais algum tipo de contato com a Srª Andressa, depois desse acontecimento?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Sim, tive encontros profissionais, sim, com certeza.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Esses encontros profissionais trataram de que, depois, especificamente, da prisão do Sr. Cachoeira? De que trataram esses encontros?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Ela teve que alugar uma casa provisória enquanto acontecia tudo isso, porque a casa em que eles estavam, ele tinha sido preso. Então, acabei tendo que montar uma outra casa para eles morarem, provisoriamente, ela morar, enquanto acontecesse toda essa situação que está envolvendo a cliente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito.

O último encontro que o senhor teve com ela o senhor se lembra de quando foi?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu acredito que... Eu estava no Tocantins ontem, acho que pode ser duas semanas atrás ou semana passada. Porque eu fico uma semana em Goiás e uma semana no Tocantins. Então, acredito que a última visita que eu fui foi há duas semanas ou há uma semana, mais ou menos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – E ela já sabia que o senhor viria prestar um depoimento aqui nesta CPMI? Chegou a falar sobre esse assunto com o senhor?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, na realidade, assim, não existe, por exemplo... Se eu mencionei, por tempo, mas não existe nada que eu não poderia vir aqui como arquiteto e falar a respeito, tanto que...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Mas chegaram a conversar sobre esse assunto, na conversa que tiveram?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, não foi comentado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Não chegaram a conversar. Perfeito.

Para finalizar, mais algumas perguntas que eu queria fazer para o senhor.

Em relação à Srª Andressa, o senhor falou que a ganhou como um amigo, com uma intimidade, para que os trabalhos pudessem ser continuados. Em algum momento, houve um consolo da parte do senhor, no contato que teve com ela, a partir do momento em que o companheiro dela ainda está custodiado? Ou seja... É claro, é algo que abala qualquer família, qualquer pessoa. Foi comentado esse assunto na conversa que os senhores tiveram a possibilidade de ter? Ela está abalada?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, eu seria sem educação se eu não chegasse nela e cumprimentasse pelo momento difícil que ela está vivendo, porque, realmente, é um momento difícil. E aí o que é, o que não é... Mas, assim, eu, com certeza, comentei, pela situação que ela estava vivendo. Então, até como profissional. E, na realidade, essa questão de amizade que o senhor está comentando, eu mencionei aqui para todo mundo que, no meu trabalho, eu tenho que ter o conhecimento de como funciona a cliente, no seu dia a dia, senão, eu não consigo fazer um *design* de interiores. É diferente de fazer um prédio comercial.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Claro.

Esse assunto, então, nem foi comentado no encontro que vocês tiveram?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu sou o seguinte: eu sou muito discreto no meu trabalho...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito. Claro.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – E, se eu não conseguir agregar, eu prefiro ficar calado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito. Bem objetivo.

A pergunta que eu queria fazer para o senhor agora é a seguinte: depois que o senhor começou a trabalhar para a Srª Andressa e para o Sr. Carlos, a partir de um determinado momento, houve o conhecimento de que se tratava de uma personalidade conhecida no Estado de Goiás. Em algum momento, o senhor passou a saber quais eram as atividades desenvolvidas pelo Sr. Carlos Cachoeira, ou isso nunca passou pela cabeça do senhor, ou não houve nenhum comentário de terceiro, ou alguma conversa telefônica, em que, porventura, alguém tenha dito que se tratava do Sr. Carlos Cachoeira e das suas atividades? Isso aconteceu em algum momento?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, no momento em que foi visto eu fazendo uma casa para ele, com certeza, houve comentários a respeito disso e daquilo. Mas não é o meu objetivo. Como arquiteto, minha função não é essa; minha função é executar o projeto que eu fui contratado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – É executar o trabalho...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – E, na realidade, eu tenho como característica própria ser muito discreto com meus clientes.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu tenho vários clientes famosos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Claro.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não só como ele, que é um cliente que está aí mencionado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Agora a última pergunta: houve alguns comentários, que, claro, o senhor é uma pessoa discreta e estava lá para o cumprimento do seu trabalho. Entre esses comentários, inclusive, possíveis comentários em ligações telefônicas, houve alguma indicação de que o Sr. Carlos Cachoeira tinha algum tipo de atividade de natureza ilegal? Isso em algum momento foi comentado com o senhor, de repente por alguma ligação telefônica, inclusive, em que possa estar registrado? Isso efetivamente aconteceu?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, houve brincadeiras em cima disso tudo, mas eu não dei atenção. Realmente eu achava que não era minha obrigação como arquiteto realmente ter essa situação

definida. A minha obrigação era realmente responder o que fui contratado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito. Obrigado, Sr. Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Próximo inscrito é o Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Senadores e Senadoras, eu considero que a vinda do nosso arquiteto aqui, do arquiteto Alexandre, é muito importante e acho que ele conseguiu esclarecer uma série de questões hoje. Já quero, de antemão, agradecer a presença do arquiteto e dizer para o nosso arquiteto, o Sr. Alexandre, que V. Sª não está sob investigação, não concordo que tenha que se abrir a conta de V. Sª só porque recebeu um cheque da Pantoja, como não acho que nós deveremos quebrar o sigilo de outras empresas só porque receberam um cheque da Pantoja.

V. Sª só caiu em uma contradição aqui, que seria importante para esclarecer. O que V. Sª disse: em julho, V. Sª entregou o trabalho da casa, para a qual quem o contratou foi a esposa do Sr. Carlos Cachoeira; que ele começou essa discussão com V. Sª em fevereiro, mas que era para uma outra casa, que o senhor nem lembra qual era, nem lembra exatamente o local e que não fez a planta, mas V. Sª recebeu um pagamento, em março, de R$10 mil da Pantoja. Então, não poderia V. Sª estar trabalhando para uma casa que V. Sª nem se lembra onde é o endereço direito ou onde foi. Então, esse pagamento, certamente, já foi pelo trabalho que V. Sª fez de decoração.

Aqui, nesta CPI, o dono da Mestra disse que havia emprestado, por dois meses, essa casa para o Sr. Carlos Cachoeira. Eu não acredito – e aqui eu quero dar razão ao Relator, infelizmente vários Senadores, vários Deputados não estão aqui, claro que dá direito de retificar, eu estou dizendo da única contradição em que ele caiu. Eu não acredito que alguém que vá ficar dois meses numa casa gaste 550 mil, em números aproximados como disse V. Sª, para fazer decoração – 50 mil para um arquiteto mais 500 de móveis, e aqui os Deputados não foram leais no debate com o Relator, quando vieram falar de papel de parede. Não se trata disso. Trata-se de 550 mil para ficar dois meses. Ninguém faria isso, mesmo um homem rico, que ganhava dinheiro de forma fácil e fraudulenta como o Sr. Carlinhos Cachoeira.

Então, aquela casa tem todos os indícios de que o Governador Marconi Perillo vendeu para o Carlos Cachoeira e aqui está voando R$1,4 milhão que não estão muitos esclarecidos, porque o dono da Mestra pagou R$1,4 milhão em julho e os cheques foram antes também de R$1,4 milhão. É coincidência, pode ser uma casa de 2,8 milhões, e parece que aquela casa não valia, ou pode ser dinheiro de outras coisas.

Isso cabe a CPI e a todos nós avaliarmos.

Eu acho também – usando um termo forte – uma deslealdade, com a CPI e com todos nós, um Senador ou um Deputado chegar aqui e dizer: "Não sei por que o senhor está aqui". O Deputado Miro foi muito feliz: "Por que o senhor está aqui". Houve um requerimento, e nenhum aqui foi forçado a votar a favor, seria uma atitude simples, somente destacar que incluía a oitiva de V. Sª.

Então, foi consenso nesta CPI que V. Sª viesse aqui. Quem não gostou, que queria falar para marcar uma posição, ou para polemizar com o Relator, ou para se dizer puro, não pode usar esse argumento; use outros, porque a convocação de V. Sª foi votada por todos os Senadores, inclusive aqueles, Senadores e Deputados, que disseram que é uma perda de tempo V. Sª estar aqui.

Segundo, o mesmo se aplica às pessoas que foram convocadas. Existe um problema real em Goiás. Nenhum governador tem cheques não explicados na conta, e agora a Deputada Íris trouxe uma notícia extremamente grave: a Srª Rosane Puglisi se declarou como laranja porque ela informou a um jornal – e V. Exª já fez um requerimento para ouvi-la, é importantíssimo –, ela declarou a um jornal que o Carlos Cachoeira pediu para ela que permitisse depositar na sua empresa um 1,4 milhão e, desse 1,4 milhão, foram dados três cheques assinados por ela e pelo sobrinho do Cachoeira.

Então, há uma questão aqui ainda importante que foi esclarecida hoje.

Eu sou daqueles que acha que a CPI está andando bem; nós estamos dando consistência, e muita, ao trabalho já apresentado pela Polícia Federal, estamos debatendo temas importantes que vão ajudar a desmantelar a organização criminosa. O que é que nós não podemos fazer aqui? É a devassa, o proselitismo pueril ou ações que não tenham função com o objetivo do foco da CPI.

Esta CPI não foi feita para investigar contribuições de campanha, nem do PSDB, nem do PT, nem seja lá de quem for, como também não foi feita para fazer uma devassa generalizada por todos que sejam citados. Aqui já apareceu até requerimento para ouvir a Presidente Dilma. Mas isso fica por desacertos e descaminhos fora de propósito.

Esta CPI não pode perder o foco, como bem disse o Relator. Qual é o foco? A organização criminosa que se infiltrou em alguns governos, em particular com grande impacto no Governo de Goiás; fazia espionagem política; espionagem empresarial; corrupção de

agentes públicos, e vários crimes conexos, inclusive com seqüestros já denunciados nesta CPI.

Então, nós temos muito tempo. Tem mais de cem dias esta CPI, e nós vamos avaliar e vamos chegar a fundo.

V. Sª pode dar uma grande contribuição hoje, além da que já deu, além da que já deu, que é precisar o seguinte: pelo que entendi, V. Sª começou a trabalhar na casa do Governador Marconi Perillo. Então, em nome do Governador Marconi Perillo, mas que já estava sendo discutido pelo Cachoeira para organizar a casa para criar um ambiente para a esposa dele morar, muito antes de julho, a partir de fevereiro. E, a partir de março, V. Sª recebeu o primeiro pagamento.

Essa foi a única contradição em que eu acho que V. Sª, como testemunha, caiu aqui. Não de propósito, como bem disse o Miro, porque o trabalho na casa começou antes. Tudo indica que a casa já era do Cachoeira, mesmo antes da compensação daqueles cheques, porque V. Sª recebeu o primeiro pagamento em março, e teve lá, como V. Exª bem disse V. Sª. Então, essa para mim foi a única questão que não ficou claro. Eu acho que V. Sª pode retificar e deixar claro aqui para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o depoente.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, eu acho que o senhor confundiu as informações...

Por favor, na realidade, eu acho que o senhor confundiu as informações, mas eu vou repetir como funcionou. Na realidade, para essa primeira casa para que fui contratado, mais ou menos em fevereiro e março, existe um projeto. Existe uma planta 3D, que foi feita e, por e-mail, enviada para Srª Andressa, comprovando a planta pronta já e aprovada. Então, esse pagamento de cinco parcelas de R$ 10 mil não foi para a casa que hoje é citada do Marconi Perillo, mas, sim, para uma casa nova que eu fui contratado para fazer no começo de fevereiro de 2011. Eu só tive conhecimento desta casa em questão aqui nesta assembléia a partir do mês de junho. Não foi a partir do mês de março. Eu já tinha praticamente recebido... quase finalizado as parcelas que eu tinha combinado com a primeira casa.

O que ocorreu foi que, como o primeiro projeto não tinha sido finalizado, ele ficou apenas no anteprojeto, que é uma planta baixa, um estudo, e o 3D, que é o visual para a gente aprovar, eu mesmo que transferi... Aí foi avisado que essa casa não seria mais construída. Mas eu sabia onde era o lote. Sabia. A informação que eu tinha, e fiz a casa... A casa, depois eu fui informado que era uma casa emprestada, que foi a partir de julho, para eles morarem o tempo que fosse necessário. Essa sim.

E este valor que foi mencionado, mais uma vez, por você de R$ 550 mil, eu falei, antes, que é um valor estimado. Não falei que era esse valor. Inclusive eu já vi aqui na mídia que saiu errado em nível de Brasil. Eu queria aproveitar o momento para falar que não é verdade a informação que foi colocada. A verdade... Eu falei que era um valor estimado desta casa e que pode incluir armário planejado, que já tinha na casa, pode incluir sofá.

Também quero retificar para vocês que todos os móveis que estavam lá são da cliente. Ela poderia levar para onde ela quisesse. Não fazia parte desse imóvel.

É isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, o último inscrito é o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) **–** Sr. Presidente e Sr. Relator, quero primeiramente dizer ao depoente Alexandre Milhomem que as considerações que vou fazer agora não tem nada haver com V. Sª.

Na minha visão, a irrelevância do depoimento, para esta CPI, da oitiva do Sr. Alexandre se contrasta com a relevância de todos aqueles depoimentos que poderiam contribuir com esta CPI, de maneira clara e objetiva, e que, por uma decisão equivocada de se liberar aqueles que detêm *habeas corpus* ou que se valem do direito constitucional de ficar calado, de acompanhar e ouvir os questionamentos desta CPI... Isso demonstra claramente que nós temos que revisar esse procedimento.

Eu defendo que aqueles que vêm aqui na condição de testemunha têm o direito de calar, porque a Constituição assim lhes garante. Agora, a história de uma investigação parlamentar é feita inclusive do conflito que nós presenciamos hoje aqui, porque sobre diferentes fatos pode haver mais de uma verdade possível. É do duelo das histórias que se estabelece no plenário de uma CPI que nós chegamos ao relatório final, como muito bem demonstra a CPI dos Correios, que foi uma CPI de múltiplos conflitos, mas, quando sobrepomos o relatório das CPI dos Correios de Osmar Serralho com o relatório da Procuradoria-Geral da República, de Antonio Fernando de Souza, eles são coincidentes em 98% dos pontos e das vírgulas.

A outra questão que evidencia hoje a irrelevância do depoimento do Sr. Alexandre é a carência – e gostaria que o Sr. Relator atentasse ao que digo – de que nós formalizemos aqui as sub-relatorias. O depoimento que V. Exª considera relevante, mas que a CPI toda, na sua ampla maioria, considerou irrelevante, do Sr. Alexandre, poderia estar muito bem contido dentro de uma sub-relatoria. Portanto, já temos um volume imenso de pessoas convocadas e um prazo que, na medida em que o tempo for correndo, vai se estreitando.

A elaboração de sub-relatorias visaria a dar agilidade à CPMI, e guardaríamos as reuniões com o plenário pleno, como fizemos hoje, para aquelas testemunhas que realmente possam contribuir com o eixo principal da investigação. Ninguém vai me convencer de que quem fez a decoração da casa da mulher do Cachoeira é eixo principal de investigação. Isso é inadmissível! E, guardadas as proporções, as referências feitas pelo Deputado Carlos Sampaio são pertinentes, porque nos expuseram num limiar que beirou o ridículo, na manhã tarde de hoje que esta CPMI está vivendo.

Então, quero reiterar, porque, aqui, não tenho compromisso com "a", com "b" ou com "c", reiterar o que coloquei na minha primeira fala, hoje, de manhã, aqui: que o Sr. Presidente havia determinado que fizéssemos a decisão, hoje, à tarde. Como a CPMI esvaziou, pela irrelevância do depoimento, quero propor que, amanhã de manhã, às nove e meia da manhã...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) **–** Não, não tem nenhuma... Eu já disse ao Sr. Alexandre... A consideração que faço não é em relação ao profissional que está aí, que merece todo o nosso respeito; é ao testemunho, ao objeto e à CPMI.

Amanhã de manhã, façamos uma reunião administrativa, ainda antes das oitivas, para que possamos mudar o critério que, até então, utilizamos, para que testemunhas relevantes possam permanecer, aqui, e ouvir, sim, as ponderações do Relator; ouvir, sim, as nossas ponderações; as investigações que fazemos com as nossas equipes. É preciso construir o acerto investigativo desta CPMI, até para permitir, lá na frente, que o Sr. Relator faça o relatório que lhe cabe e que possamos fazer nossos votos separados, com a linha investigativa que cada um, juiz que é nesse momento, possa apresentar e, depois, fazer chegar à Procuradoria Geral da República.

Queria também lembrar que, amanhã de manhã, nessa discussão, deveríamos, sim, trazer de volta a votação do sobrestamento da convocação do Sr. Fernando Cavendish e do Sr. Pagot, para que a CPMI, de uma vez por todas, fizesse a convocação, que, combinadamente com a administração da CPMI, se exerceria, ou no final do mês de julho ou no início do mês de agosto. Não há pressa, mas há necessidade de se fazer. Isso é imperioso.

E, agora, queria trazer aqui a análise do movimento, por exemplo, da Alberto&Pantoja. Dos – vamos falar em números redondos – R$25 milhões recebidos pela Alberto&Pantoja, 99,4% vieram da Delta. É inadmissível que os bancos entreguem o sigilo, aqui, e, desses R$25 milhões, tenhamos R$5 milhões, em números redondos, para não revelar o número preciso, onde não há identificação, Sr. Presidente. Existem saques de R$1 milhão feitos na conta da Alberto&Pantoja, dinheiro que saiu da Delta e que não tem identificação. Saque? Transferência? Não se sabe.

Nós já tivemos acesso a um conjunto de dados onde existem relações com prefeituras. O Sr. Relator vai identificar o que estou dizendo. O dinheiro sai para a Delta e a Delta devolve para a prefeitura. Um valor expressivo! Como que se lê isso? Que negócio é esse de o prestador de serviço devolver dinheiro para a prefeitura? Estou apenas trazendo um dado.

E a outra coisa importante, segundo disse aqui o Deputado Vaccarezza: a proprietária da Excitant diz que recebeu R$1,4 milhão na sua conta para pagar. Bom, já temos identificados R$650 mil, que saíram da conta da Alberto&Pantoja, que foram depositados pela Delta e que foram para a Excitant. Quer dizer, então, que quem comprou a casa já não é mais nem quem disse que comprou. Foi a Delta que comprou a casa? Porque o dinheiro veio da Delta.

Então, me parece extremamente relevante que, primeiro, a CPMI disponibilize aos Parlamentares que estão debruçados sobre os dados técnicos, como está aqui demonstrado, que um servidor do Banco Central possa dirimir as dúvidas técnicas que a nossa equipe técnica tem. Isso é o primeiro aspecto.

Segundo aspecto: a CPI tem que oficiar o Banco Central para que, por exemplo, os bancos, quando informam, façam no mínimo uma revisão da informação enviada a uma comissão parlamentar de inquérito. O Parlamento só vai ganhar respeito quando ele se der ao respeito. E nós não podemos admitir que bancos de porte do HSBC, do Banco Real, do Banco Safra – estou dando nome de propósito – brinquem com uma comissão parlamentar de inquérito. Eu já vi isso no passado. Eu vi, no passado, o Banco Rural; eu vi, no passado, o banco BMG tentar tapear uma CPI, lá na CPI dos Correios – eu não me esqueço das coisas.

Então, eu quero chamar atenção para a gravidade do que está ocorrendo. Uma comissão parlamentar de inquérito é uma das instituições mais importantes como salvaguarda da democracia no País, porque permite uma investigação plena. O Banco Central não pode permitir, e as diretorias dessas instituições... Não pode, sequer, haver a suspeição de manipulação de dados. E, do jeito que a coisa está chegando para nós, é lícito que eu possa suspeitar de que dados estão sendo manipulados. A mando de quem, a interesse de quem, isso eu gostaria de saber. Mas a CPI não pode se conformar com a falta de seriedade com que algumas instituições bancárias estão tratando o Parlamento brasileiro.

Quero, inclusive, dizer isso em salvaguarda ao próprio trabalho do Sr. Relator e da sua assessoria técnica, que não pode produzir relatórios, como muitos querem, se não tiver os dados com confiabilidade e, principalmente, os dados com critérios técnicos adequados.

Então, eu concluo, Presidente, pedindo para que a CPI reitere ao Banco Central, e para que o Banco Central disponibilize mais um ou dois técnicos, porque os dois técnicos que vieram, pela informação...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...que tive – e concluo com isso, Sr. Presidente –, estão à disposição, lá no Prodasen, para fazer a compatibilização das informações. Agora, a assessoria técnica do meu partido é competente, mas, em alguns momentos, lhe faltam conhecimentos específicos, e aí, nós temos que ter um período, seja de um mês, dois meses, em que técnicos do Banco Central estejam à nossa disposição para que essa investigação funcione.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo, agora, ao relator para suas conclusões.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, apenas quero, mais uma vez, agradecer ao Sr. Alexandre Milhomem, que, data vai, data vem, de alguma forma, V. Sª afirma que a decoração da casa, a compra dos móveis se deu no mês de junho. De qualquer forma, o mês de junho é antes da efetivação da compra da casa pelo Sr. Walter Paulo e da transferência da escritura dessa casa.

Mas é claro que as datas são variadas, e como nós temos aqui as interceptações telefônicas, eu queria ler três interceptações telefônicas para... Nesse quesito, pode parecer que, em junho, confirma também a tese de que a Srª Andressa já morava naquela casa, mesmo antes de ela ser vendida para o Sr. Walter Paulo, e que teria gastado naquela casa algo em torno – estimado por V. Sª – de R$500 mil.

Há interceptações da Polícia Federal também, do dia 6 de julho, que dão conta de que Carlos Cachoeira... Aliás... Exatamente, dia 6 de julho. Dão conta de que Carlos Cachoeira quer vender a casa sem os móveis, ao que Walter Paulo teria insistido em comprar a casa com os móveis, no dia 6 de julho. Ou seja, antes, a casa já tinha os móveis e já tinha sido decorada por V. Sª.

No dia 3 de maio, o senhor conversa com o Sr. Carlos Cachoeira, e ele diz... V. Sª tem razão quando traz aqui, e eu acredito na versão que V. Sª traz de fazer a planta de uma nova casa, mas é que, no dia 3 de maio, Carlinhos Cachoeira diz para V. Sª: "Eu tenho um trabalho para você ali, ta? Para você decorar e fazer para mim." No dia 3 de maio.

No dia 13 de maio, o senhor diz a Carlos Cachoeira: Eu marquei com a sua assessora, lá, na sua casa, para ver a questão dos móveis. E ela já quer ver a questão das cores da casa, não é? Aí eu falei que comecei a mexer no telhado, dar a manutenção, e que, segunda feira, ia fazer a parte da pintura." Carlinhos: "Deixa eu dar o Ok aqui. Deixa eu ver aqui o que eu te falo." V. Sª: "Está bom. Diga para que falar que já comecei a obra, a mexer lá tudo. Aí você me avisa. Tá bom?" "Tá." "Obrigado."

No dia 14 de maio, no dia seguinte, em um diálogo com V. Sª e Carlos Cachoeira, o senhor diz: "Eu te liguei porque eu falei com a sua assessora. Ela disse que deu o Ok para começar, segunda-feira, lá, na pintura. Carlinhos: "Pode ser." V. Sª: "Pode continuar? Tudo certo?" "Pode. Pode continuar. Tá bom."

Ou seja, em maio, V. Sª já recebe de Carlos Cachoeira a autorização para pintar, para decorar. Como V. Sª fala que foi em junho, eu queria só rememorar aqui, do ponto vista mais preciso, as informações aqui para V. Exª. Tem V. Sª alguma coisa a acrescentar nisso que acabei de dizer?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, o que eu mencionei antes foi que, em junho, eu fiz as compras e que, em julho, eu montei está casa, mas que eu não tinha, por exemplo, data precisa. Foi isso que eu falei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas em maio, então, o senhor teve contato com ele?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Agora, você está acabando de me falar. Você aí, pela gravação que eu nem tenho acesso, que está me falando, mas, assim, na realidade, que eu lembro, eu, Alexandre, é que comecei a mexer na casa em junho. Agora, data precisa, realmente eu não tenho conhecimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De qualquer forma é antes da venda da casa ao Sr. Walter Paulo, que evidencia mais uma vez que quem adquiriu esta casa foi o Sr. Carlos Cachoeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não havendo mais o que tratar, dou por encerrada a presente reunião. *(Pausa.)*

Antes quero agradecer ao Sr. Alexandre Milhomem pelas contribuições que deu à elucidação dos fatos atinentes ao objeto desta CPMI. Muito obrigado ao senhor. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 44 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR PRÁTICAS CRIMINOSAS DO SENHOR CARLOS AUGUSTO RAMOS, CONHECIDO VULGARMENTE COMO CARLINHOS CACHOEIRA, DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES "VEGAS" E "MONTE CARLO", DA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 1 DE 2012-CN.

ATA DA 17ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 17ª Reunião realizada em 27 de junho de 2012, às dez horas e trinta e cinco minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho - Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB**), **com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Wellington Dias (PT-PI), Jorge Viana (PT-AC), Benedito de Lira (PP/AL), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) **e dos Deputados**: Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Luiz Sérgio (PT-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Iracema Portella (PP-PI), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF) e Glauber Braga (PSB-RJ). **Deixaram de comparecer os Senadores** Humberto Costa (PT-PE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Kátia Abreu (PSD-TO), **e os Deputados** Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Paulo Foletto (PSB-ES) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP). **Estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros: os Senadores** Cyro Miranda (PSDB-GO), Mario Couto (PSDB-PA) e Pedro Simon (PMDB-RS) e o Deputado Bruno Araújo (PSDB-PE). O senhor Jayme Eduardo Rincón, convocado pela segunda vez, deixou de comparecer ao seu depoimento apresentando como justificativa atestado médico. A senhora Eliane Gonçalves Pinheiro, compareceu amparada pelo HC 113.862 e exerceu seu direito de permanecer em silêncio. Em seguida, transcorreu a oitiva do senhor Luis Carlos Bordoni, acompanhado por seu advogado Alex Araujo Neder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – São 10h35m. Eu solicito a V. Exªs que assomem os seus lugares. Peço à assessoria dos Srs. Parlamentares para tomarem as suas posições. Solicito aos companheiros de imprensa para acessarem o restrito espaço que têm.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 16ª Reunião da Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a ata está aprovada.

A presente reunião destina-se à oitiva das testemunhas.

Antes, atendendo a uma determinação desta Presidência, em razão de provocação do Sr. Deputado Onyx Lorenzoni, Líder do Democratas na Casa, e por definição do Presidente Paulo Teixeira, ontem ainda, ao final da reunião, a Presidência inicia esta reunião submetendo à apreciação do Plenário...

E peço a atenção de todos e peço, inclusive, às bancadas, às lideranças de bancada que apressem a presença dos seus representados para comparecer à Comissão.

E rogo novamente à preciosa ajuda do meu Presidente Paulo Teixeira para comigo coordenar este trabalho na listagem dos Parlamentares que vão falar em defesa das teses, tanto pela Casa Câmara como pelo Senado.

E V. Exª tem se tornado um especialista na acuidade visual e na percepção semiótica dos Srs. Parlamentares.

Então, a Presidência submete à apreciação do Plenário o rito que foi contestado e que já tem sido estabelecido.

E aí um breve histórico que tem sido praxe desta Comissão na oitiva dos depoentes: a Comissão estabeleceu, atendendo a uma questão de ordem, que a regra, fazendo uma analogia de certa forma com os Códigos de Processo Civil e Penal... A Comissão estabeleceu que, para economia procedimental, tendo em vista experiências já na Comissão acontecidas, nós não iríamos ficar aqui fazendo interrogações ou questionamentos para depoentes quando esses depoentes, a cada questão, permanecem invariavelmente em silêncio, usando as suas garantias constitucionais. Quando a Presidência tão logo perguntasse ao depoente se esse permaneceria em silêncio, usando aquelas suas atribuições que a Constituição Federal lhes garantia, a Presidência imediatamente dispensaria a testemunha ou o depoente. Isso vale para quaisquer

testemunhas ou depoentes que estejam sentados ao meu lado. Repito: qualquer uma. Do mais simples ao mais importante. De qualquer cor.

Por outro lado, V. Exªs tão bem sabem, como eu, que também detém o direito, a prerrogativa e a garantia, de igual modo, por serem juízes, estão aqui nesta condição de questionar a testemunha. E o papel de V. Exªs é questionar a testemunha, embora a testemunha permaneça em silêncio e reedite essa garantia a qualquer indagação que V. Exªs possam fazer no curso de dez minutos que têm para interrogar a testemunha. Então, ficamos num impasse. Ficamos numa situação em que, provocado por V. Exªs, agora nós vamos decidir o rito definitivo – eu repito aos senhores: definitivo – para sequenciar os trabalhos desta Comissão. Mantendo-nos da forma como estamos, repito, colocarei o rito que estamos fazendo ao julgamento de V. Exªs. Colocarei o rito que estamos fazendo, ao julgamento de V. Exªs.

E tenho, repito, a minha posição pessoal, V. Exªs sabem qual é, mas colocarei o rito que estamos fazendo, qual seja, trazer a testemunha. Se a testemunha estiver usando as suas prerrogativas constitucionais, nós liberaremos. Mas se V. Exªs, por uma decisão colegiada, eu haverei de respeitá-la.

Por isso, feita esta preliminar, de forma bastante didática, eu passarei a ouvir dois representantes da Casa Câmara dos Deputados e dois representantes da Casa Senado Federal. Um falará a favor do rito posto atual, que é o rito atual, e outro falará contra o rito posto, que é a mudança do rito para que, mesmo a testemunha, utilizando-se das suas garantias, possa ficar aqui presente pelo tempo que for necessário, para que os senhores possam colher dessa testemunha algum tipo de colaboração, ativa ou passiva, propositiva ou não, mas que seja resultante de um debate que V. Exªs tentem, ou um diálogo que V. Exªs tentem manter com a testemunha.

Feitos esses esclarecimentos, peço a colaboração dos senhores e passo a palavra ao Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira, para levantar os nomes dos que vão defender.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu colhi aqui, eu não sei ainda das posições, mas quem eu colhi para a defesa do rito atual – e aí consulto se está correto – o Deputado Leonardo Picciani e o Deputado Carlos Sampaio, do rito atual. Da mudança de rito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª se sente representado?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só queria dizer ao Deputado Miro Teixeira e ao Deputado Cândido Vaccarezza que nós temos lugares mais à frente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Há espaço para eu sentar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Há sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou pedir licença aos senhores por um minuto. Estou sendo chamado, agora, à Comissão de Constituição e Justiça. Eu tenho que defender um projeto de que sou relator. Trata-se de uma PEC que exige para o servidor público as mesmas necessidades da ficha limpa. Eu sou o relator e preciso defendê-lo lá na Comissão de Constituição e Justiça.

Passo a Presidência ao Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de saber se ainda há espaço para que eu possa me inscrever para falar pelo Senado na manutenção do rito anterior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Atual.

Está bom.

Então, eu aqui inscrevi, pela Câmara, os Srs. Deputados: para manutenção do rito atual, o Deputado Leonardo Picciani e o Deputado Carlos Sampaio; e contrários ao rito atual, pela mudança de rito, os Deputados Onyx Lorenzoni e Miro Teixeira. Consulto se essa classificação corresponde à posição de V. Exªs.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não é para... Bom, no caso, mudança de rito aqui na Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Porque o rito que normalmente é preservado nos processos judiciais não é esse que a Comissão está usando aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É isso. O que estamos chamando de...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu quero o direito de a testemunha jamais se incriminar, porém, deixando que se busque a verdade através das perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero dizer que, para efeitos de encaminhamento, eu estou chamando de rito a ser defendido o rito que foi pactuado no início. A mudança é para um rito novo, que seria...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT - RJ) – O normal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O normal, digamos assim.

No Senado, para defesa do rito atual, temos o Senador Pedro Taques – pessoalmente, aqui. Não há, no Senado, quem defenda mudança.

Portanto, eu vou abrir as inscrições. Se, até lá, tiverem novos inscritos, eu os colocarei.

Eu não vejo problema de, na ausência, colocar um Deputado. Parece-me que o Deputado Glauber queira fazer a proposta de mudança...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Isso não é regimental.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não é regimental. Muito bem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente Paulo Teixeira, só para contribuir.

Nós não temos 17 presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não tem quórum.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Portanto, não podemos deliberar. Então, eu queria sugerir a V. Exª que, como temos, teoricamente, vários depoimentos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós façamos durante o depoimento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – No momento que tiver, façamos a discussão. Vamos aproveitando para ouvir o que tiver de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bom.

Eu quero, como Presidente, fazer um pronunciamento.

Eu li, no jornal Metro, uma notícia, na página 2, que diz o seguinte: "E-mail à Procuradora: 'Ainda vamos te pegar'". Então, há uma ameaça que foi feita à Procuradora da República Léa Batista, uma ameaça pessoal a ela que foi feita através de um e-mail. Também todos tiveram conhecimento de que o Juiz Paulo Moreira Lima disse que queria sair, porque teria sofrido ameaças. Nesta semana, a Srª Andressa deu uma entrevista no *site* de uma das revistas tentando desqualificar um dos depoentes de hoje aqui. Em Goiás, o Sr. Wladimir Garcez também fez um depoimento tentando desqualificar um depoimento de hoje.

Eu considero que há uma articulação em curso dessa organização criminosa e gostaria que esta CPI pudesse pensar – e poderíamos fazê-lo mais tarde – qual providência queremos tomar em relação a essas ameaças que essa organização criminosa ainda faz. Ela está, digamos assim, funcionando. Não está desbaratada, na minha opinião, quem faz ameaça dessa natureza com essa ousadia, ou seja, ameaçar o Judiciário é de enorme ousadia. Também há uma articulação em relação à condução dos procedimentos. Por isso, quero trazer esse tema, porque acho de enorme gravidade o que essa organização criminosa está fazendo.

Agora, têm três inscritos e eu vou para esse debate: o Deputado Miro Teixeira, o Senador Pedro Taques e a Deputada Íris de Araújo.

Passo para três minutos de cada um dos Srs. Parlamentares.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu preciso de menos.

Eu tenho uma observação. É essa questão das ameaças. Não é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu tenho uma indagação, só por desencargo de consciência.

Eu creio que as ameaças começaram a acontecer depois que foi concedido o primeiro *habeas corpus*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O primeiro *habeas corpus*.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A Justiça ameaça a Justiça. Essa é a questão. Há, de um lado, um setor do Judiciário apurando, trabalhando, ajudando a normalidade do processo, para que se dê a apuração; o Ministério Público apurando; Polícia apurando. Por outro lado, a facilidade com que se concede um *habeas corpus* sem considerar que essas pessoas na organização criminosa têm um potencial de intimidação enorme, enorme. E isso está ficando demonstrado com as ameaças que são feitas desde quando, hein? Desde que foi concedido o primeiro *habeas corpus* daqueles membros da organização criminosa que estavam presos.

Bom. Claro que nós defendemos os direitos humanos em todos os lugares. Claro que defendemos o devido processo legal, mas é em defesa do devido processo legal que eu penso que temos que chamar a atenção para este fato: no Brasil, o que está ameaçando a Justiça é a própria Justiça. Isso nos remete à situação de termos uma parcela da Justiça que está interessada em punir os criminosos e de termos uma parcela da Justiça que está ignorando, pura e simplesmente, o que se passa na realidade e que trará prejuízo ao interesse público, porque o princípio da prisão preventiva é esse, é garantir a condução e a produção do processo e a produção de provas e garantir o respeito ao interesse público. E aí entram aquelas questões todas; no caso de direito de família entra o sigilo.

A prisão preventiva – eu fiz uma divagação muito grande – se justifica por esse interesse público. Não interferir na produção da prova, e eu lamento que haja

essa coincidência entre a concessão de habeas corpus e essas ameaças.

Daqui, a minha parte era só fazer esse desabafo quase. Acho que, com a cobertura que a Comissão tem, isso pode chegar ao Poder Judiciário, para proteção dos próprios juízes, para proteção dos membros do Ministério Público que não integram o Poder Judiciário, mas também estão sendo ameaçados, e para a proteção de todos aqueles, inclusive testemunhas, que estão querendo depor e que se sentem constrangidas a fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo a palavra agora ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nós temos que dar nome aos bois ou aos touros. Foi exatamente a partir da decisão do Dr. Tourinho, no Tribunal Regional Federal, um desembargador que é useiro e vezeiro em nulificar investigações corretas do Ministério Público junto com a Polícia Federal, é useiro e vezeiro em dar sermão em juízes, como ele fez neste caso, naquela liminar, em relação ao Juiz Paulo Moreira Lima, dizendo que o juiz havia atravessado o "corguinho". Essa foi a expressão por ele utilizada.

Muito bem. Foi a partir dessa decisão, como bem disse o Deputado Miro Teixeira, que os canalhas começam a ameaçar membros do Ministério Público e magistrados.

Conversei com a Procuradora da República ontem e ela disse a respeito dessa ameaça que V. Exª muito bem trouxe, agitou o tema nesta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Essas ameaças estão sendo reiteradas. A Drª Léa Batista, Procuradora da República do caso, junto com o Dr. Daniel Salgado já comunicaram ao Procurador-Geral da República, ao presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República que já estão a tomar providências. Agora, a CPI precisa também tomar providências. Nós precisamos, de forma oficial, saber o que essas ameaças estão proporcionando, que consequências estão causando a esses membros do Ministério Público, porque daqui a pouco os membros do Ministério Público – quero crer que não será este caso – não terão mais tranquilidade para oferecer denúncia, para investigar organização criminosa. Nós estamos a tratar não de uma quadrilha ou bando, como ocorria na época de Lampião; estamos a tratar de uma organização criminosa com ramificações no Poder Legislativo, no Poder Executivo e ramificações internacionais, ramificações com proprietários de bingos internacionais através da rede mundial de computadores. Por isso isto é muito sério.

Concordo inteiramente com o Deputado Miro Teixeira de que aqui temos o Judiciário enfraquecendo o próprio Poder Judiciário, porque os arts. 312 e 310 do Código de Processo Penal afirmam que aqui está presente o caso de manutenção da prisão preventiva. Mas, infelizmente, alguns juízes estão fora da realidade. Alguns juízes, notadamente dos tribunais, entendem que são juízes da causa, e eles não são juízes da causa. Só no Brasil isto ocorre. Só no Brasil isto ocorre.

Portanto, quero parabenizar V. Exª por agitar este tema nesta sessão. E a CPI tem que tomar providências, porque os canalhas ameaçam de todas as formas, mas o Estado democrático de direito não pode ter dobradiça nas costas. Não pode ter dobradiças nas costas. O Estado democrático de direito tem que se fazer presente, respeitando os direitos fundamentais, mas o Estado tem o dever fundamental de proteger esses procuradores e o magistrado que se encontra ameaçado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A próxima a fazer uso da palavra é a Deputada Íris de Araújo, por três minutos.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, a respeito dessas ameaças que estão atingindo os procuradores, o juiz que se afastou, eu gostaria, inclusive, neste momento, Senador Pedro Taques, de fazer aqui um enaltecimento: os Procuradores Léa Batista e Daniel e o Juiz Paulo, que se afastou, prestaram o melhor serviço que o Estado de Goiás poderia receber há décadas. O Estado vive uma situação de calamidade no que diz respeito à segurança pública.

Essa questão de ameaça, Sr. Presidente, eu recebo todos os dias, uma daqui, uma dali, "se falar lá, vai acontecer isso", chegando ao absurdo de Deputado lá na CPI, que eu considero uma CPI chapa branca, uma CPI *fake*, porque é só composta de membros do Governo, que tem a maioria, dizer que, conforme meu comportamento aqui, na CPI, vai ser o comportamento lá, na CPI de lá. Eles já receberam as minhas respostas.

Mas eu fui ameaçada também, já há bastante tempo, oficiei a Mesa da Câmara. Recebi dez *tweets* ameaçadores, dizendo que iriam me "apagar", que iriam me metralhar, que eu seria sequestrada. Eu tomei as providências junto à Mesa. Infelizmente, continua na mesma, mas isso é outro caso.

O que quero colocar é: até que ponto nós aqui da CPMI vamos assistir a uma situação como essa de um juiz federal ter que se afastar do caso porque está sendo ameaçado. Quer dizer, o crime organizado ganhando, estando à frente da situação do Estado de

Goiás. Eu tenho que dizer isso aqui, eu sou goiana! Eu sou a Deputada Federal por duas vezes mais votada. Eu sou a voz do meu Estado e eu sei o que está acontecendo lá.

Portanto, eu quero deixar aqui também o meu repúdio àqueles que estão tentando criar uma situação de intimidação em relação a membros desta CPMI.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputada Íris Rezende... Íris de Araújo, perdão.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Íris de Araújo Rezende Machado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Íris de Araújo Rezende Machado.

Deputado Luiz Pitiman para uso da palavra.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, grande parte do que acontece hoje nessas ameaças é advindo, inclusive, de resultado de CPMIs e de CPIs anteriores. Eu dou um exemplo: a CPI de 2009 indiciou o Sargento da Aeronáutica Idalberto Martins. Naquele momento, foi mandado para os órgãos da Procuradoria e os órgãos da Justiça para que tomassem atitude. Esse senhor continuou fazendo a "grampolândia" no Brasil. Entendeu-se que, inclusive, valorizou o passe. Mas eu cito o nome dele agora, neste momento, porque quero falar de uma situação aqui de Brasília desse mesmo Sr. Idalberto, depois que saiu da prisão. Está no *site* da *Veja*, inclusive, que diz o seguinte:

Os amigos da Civil.

Libertado em 4 de julho, após conseguir um habeas corpus, o araponga Idalberto Matias de Araújo, o Dadá, não perdeu tempo. (três pontinhos)

Há cerca de duas semanas, o comparsa de Carlinhos Cachoeira foi até uma delegacia da Polícia Civil do Distrito Federal para reativar as antigas amizades.

A aparição de Dadá fez soar na polícia o seguinte alerta: os agentes acreditam que o araponga ainda tem aliados na corporação.

Polícia Civil do Distrito Federal. Dadá araponga, indiciado na CPI do Grampo, de 2009, multiplicado pelos grampos que foram feitos no Distrito Federal e que depois estendido pela empresa, conforme foi citado nos relatórios de interceptações telefônicas, que chegaram a montar uma empresa no Rio de Janeiro para poder grampear políticos, jornalistas e pessoas que estavam dentro de uma detenção que pudessem envolver a situação do Sr. Cachoeira.

Isso é uma demonstração de que nós precisamos, sim, tomar atitude. Eles estão reativando os contatos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu gostaria de ter, de propor a esta CPI, vou propor ao seu Plenário, ao Presidente, que esta CPI possa mover-se na direção de ajudar na proteção dos juízes, dos procuradores e, por outro lado, na proteção dos próprios parlamentares, já que tivemos aqui testemunho de que a parlamentar Íris de Araújo foi ameaçada.

Portanto, vou propor ao Sr. Presidente efetivo, o Senador Vital do Rêgo, que nós conversemos tanto com o Judiciário quanto com o Ministério Público Federal e os Presidentes da Câmara e do Senado, para garantir a proteção de todos aqueles que estão envolvidos na apuração do *modus operandi* dessa quadrilha criminosa, dessa organização criminosa.

Assim, proponho que nós possamos encaminhar junto ao Presidente do Senado e do Presidente da Câmara, junto ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, para garantir a integridade de todos aqueles que estão trabalhando para garantir a punição desta organização criminosa.

Assim, consulto se V. Exªs concordam com esse procedimento, porque nós não admitimos que eles ajam como estão agindo. E o próprio Deputado Luiz Pitiman acabou de relatar que um dos envolvidos, recentemente, conseguiu um *habeas corpus* e já voltou a se articular, e está claro que eles estão se articulando, está clara a articulação deles. Por isso, queremos dizer que nós vamos até o final para desbaratar essa organização criminosa e levar todos aqueles que estão envolvidos com ela às barras dos tribunais.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao Deputado Onyx e, depois, ao Deputado Vaccarezza, para os encaminhamentos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu queria só dar uma contribuição no encaminhamento.

Em CPIs anteriores, nós já vivenciamos esse tipo de problema, desde o episódio da CPI dos Correios, passando pela CPI do Crime Organizado e do Tráfico de Drogas. E uma forma que nós utilizamos nesses episódios anteriores foi o comando da CPI ter uma conversa com a Coordenação Nacional, o diretor-geral da Polícia Federal e, com isso, nós conseguimos enfrentar essa situação, inclusive já tivemos momentos em CPIs que estavam investigando tráfico de drogas e crime organizado, em que alguns membros da CPI tiveram acompanhamento muito intenso da Polícia Federal, inclusive em seus deslocamentos nos Estados e aqui, no próprio Distrito Federal.

Então, só chamo a atenção, acho que a linha defendida pelo Miro foi muito adequado. Há que se ter uma conversa também com o Supremo Tribunal Federal, institucional, e junto dessa conversa com a Polícia Federal, porque, com essas duas instituições,

elas nos dão o caminho de reduzir esse potencial, porque o que é que acontece? Quando os bandidos veem facilitada a sua liberdade e a sua ação – é por isso que se criou a prisão preventiva, como corretamente lembrou o Miro –, eles começam a atuar, e, uma vez bandido, sempre bandido. Não tem nada que resolva esse problema do DNA.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Cândido Elpídio Vaccarezza, eu renovo o convite para que V. Exª e o Deputado Miro Teixeira possam ocupar as cadeiras que estão aqui à frente.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Deputado Paulo, eu só quero adendar o seguinte: nesse ofício, nesse contato com os Poderes, que não seja um ofício frio que incorpore com os devidos cuidados os argumentos do Deputado Miro, particularmente sobre como os bandidos estão usando a prerrogativa do *habeas corpus* para se rearticularem.

Em relação ao acompanhamento da Polícia Federal, que a gente tenha um pouco de prudência, não para os membros da CPI, mas quem se sentir necessitado, para quem pedir, não passar uma ideia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – No caso da CPI, porque eu acho que a gente não deveria misturar duas coisas e, sim, manifestar para a Justiça, para a Polícia Federal, melhor, para o Ministro da Justiça e para os representantes de Poder, no caso da Câmara e do Senado, o relato que a CPI faz dessas ameaças que V. Exª, em tempo e de forma adequada, trouxe para a nossa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Posso replicar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pode, Deputado Miro.

Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu sou a favor de um ambiente até de conversas. Se V. Exª quiser conversar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A palavra está com V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas é que eu queria me dirigir a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E eu estou ouvindo V. Ex com toda atenção..

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Olha só. É que eu acho que essa questão da segurança para os membros da CPI, quem se sentir ameaçado pode se dirigir à Presidência da Comissão. Eu não me sinto ameaçado. E vou lhe dizer uma coisa: dificilmente me sentirei, porque no dia em que um delinquente desses, de alguma forma, conseguir me intimidar, eu acho que o meu mandato terá perdido o sentido. Eu vou para o enfrentamento. Agora, o enfrentamento não quer dizer valentia não. Eu gosto muito do autorretrato do Pablo Neruda, em que ele diz: "Valente só por necessidade." Eu não sou um valentão não. Agora, eu penso que a nossa autoridade está acima da capacidade dessas pessoas ameaçadas.

Em relação a juiz, a membro do Ministério Público, eu penso que o que está acontecendo obriga. Acho também que o Ministério Público está deixando as coisas correrem muito frouxamente no que toca a essas ordens de *habeas corpus*. Era bom até que a nossa consultoria pudesse verificar. Há um caso em que o Ministro Dipp cassou um *habeas corpus* concedido pelo Tribunal Regional Federal, cujo relator foi o Desembargador Tourinho.

O Cachoeira só ficou preso porque havia uma ordem de prisão da Justiça do Distrito Federal, da Operação Saint Michel, senão ele teria sido solto e a quadrilha toda estaria solta. Então, acho que nós temos que enfatizar muito que a Justiça – não inteiramente claro, temos hoje, majoritariamente, na Justiça os segmentos de pensamento mais moderno, mas há setores ainda que são retrógados – está olhando, como diz aqui o Pedro Taques, a questão das organizações criminosas como se olhava aquelas quadrilhas de esquina de 1940, e isso não é mais possível.

Então, Presidente, segurança só para quem pedir, aqui, no nosso caso. É minha opinião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira, em face dos encaminhamentos de V. Exª e do Deputado Cândido Vaccarezza, nós precisamos reforçar o pedido de segurança para os juízes, para os procuradores e, no caso dos parlamentares, para aqueles que forem ameaçados e pedirem. Há um caso já. Portanto, vamos encaminhar um dos casos que foi aqui relatado da Deputada Iris de Araújo.

Vejo que ainda não há 17 parlamentares para que votemos o procedimento. Então, vou sustar esse debate e volto assim que tivermos quórum.

O Sr. Relator pede que façamos o debate e depois votemos, porque aí, quando tiver quórum, vota-se diretamente.

Vou encaminhar porque a fala do relator tem sempre um peso diante dos presidentes.

Encerro a discussão.

Passo a palavra, para defender o procedimento – vou fazer intercaladamente – primeiro ao Deputado Leonardo Picciani, depois ao Deputado Carlos Sampaio.

Vai ser intercalado: ele, o Deputado Onyx, V. Exª, e o Deputado Miro.

Com a palavra, por três minutos, o Deputado Leonardo Picciani.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra antes e V. Exª não me deu, mas vou ficar aguardando aqui a hora que V. Exª me der a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Rubens, sempre que ouço e que vejo V. Exª pedir a palavra eu concedo. É que eu não vi. Não tive o registro. É que tem o Deputado Pitiman que está na sua frente, acho que os mais altos deveriam sentar-se ao lado do Deputado Miro e do Deputado Vaccarezza.

Nós já estamos em processo de defesa.

Concedo a V. Exª o tempo e depois iniciamos o processo de defesa.

Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, o que chama a atenção com relação a ameaças de juízes e procuradores é o que acontece hoje no Brasil com qualquer cidadão ou qualquer cidadã.

A violência está presente onde quer que estejamos, seja na rua, seja no trânsito, no restaurante ou num hotel, a violência está aí.

Com relação à violência a magistrados e a procuradores, esta é uma violência que atinge a democracia como um todo.

Agora, o que chama a atenção é que a violência também acontece dentro de comissão, acontece no plenário, quando se atenta contra a democracia, quando se faz um discurso violento contra o Ministério Público, contra a justiça. Isso acontece aqui, acontece no plenário a toda hora. Então temos que repelir todo tipo de violência contra a democracia.

Quero finalizar dizendo que não vi aqui a preocupação da violência que esta comissão comete contra a CPI, em não trazer aqui o Sr. Cavendish. Essa é uma violência que atinge a todos, atinge ao parlamento. E também estamos contribuindo para que isso aumente a violência. Porque temos o direito de ouvir, o direito de cobrar e, sobretudo, o dever de investigar. Este é o papel da CPI.

Então estamos aqui tratando de um assunto, hoje mesmo o jornal *O Estado de S. Paulo* traz graves denúncias contra o Governador do Distrito Federal, que teria marcado um evento com o Sr. Cavendish no dia que foi preso o Sr. Cachoeira. E nós não trazemos o assunto à baila, passa despercebido.

Eu já disse, Presidente, e volto a insistir com V. Exª e com a Mesa, não é contra ninguém, não é contra governo, não é contra partido, nós temos que fazer a CPI caminhar. Para caminhar, temos que atentar para o fato, que hoje o jornal publica com relação ao Governador do Distrito Federal ao marcar o evento. Se é para o negócio do transporte coletivo, estou aberto e pode marcar. E para qualquer outro negócio ele está à disposição. Esse é o diálogo publicado hoje no jornal *O Estado de S. Paulo*. Daí é que temos que tomar esse cuidado. Seja quem for. Nós temos que presentemente dizer: é preciso dar uma resposta a isso, porque senão a CPI vai ouvir dos moucos e não vai dar atenção devida aos fatos que estão acontecendo.

Com relação ao Sr. Cavendish e ao Sr. Pagot, é preciso imediatamente fazer a convocação para que a PCI comece a se consolidar e ter um rumo para chegar ao relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo então a palavra, por três minutos, ao Deputado Leonardo Picciani.

Acho que deveríamos encaminhar a votação imediatamente, porque as assessorias já convocam os Srs. Parlamentares para estarem presentes.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Leonardo Picciani, por três minutos.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, na data de ontem, creio que foi muito feliz o Presidente Vital do Rêgo quando surgiu o debate acerca da manutenção ou da modificação do rito. O Presidente Vital disse: "Assiste razão a todos". E é verdade.

Eu mesmo no meu pronunciamento de ontem, até instado pelo posicionamento de V. Exª, havia dito que o processo nos tribunais, nas delegacias de polícia se dava em outra dinâmica. Ainda assim, naquilo que disse o Presidente Vital do Rêgo, concordei com que o procedimento estava correto, porque, salvo engano, ele surgiu após o depoimento do Carlos Cachoeira, por sugestão, se não me engano, do Senador Alvaro Dias, que disse não ser possível a CPI ficar perguntando, e se desmoralizando nesse processo, a alguém que não responderia, e também por outros parlamentares. A Senadora Kátia Abreu até usou uma frase de efeito que saiu nos jornais: "Olha, vamos ficar perguntando para uma múmia, que não responde nada. Isso é vexatório para esta Comissão".

Então, Presidente, quero aqui defender, a exemplo do que fiz ontem, apesar de reconhecer que a dinâmica, do ponto de vista do processo jurídico, se daria de outra forma, mas a exemplo do que fiz ontem, quero dizer que, se houve algum equívoco, ele ocorreu no início, quando tomamos a decisão de proceder dessa forma.

Eu creio, Sr. Presidente, pelo princípio da estabilidade do processo judicial e por aquilo que já formou certa forma de jurisprudência aqui na Comissão, que nós não podemos modificar, sob pena de sermos acusados de estarmos aqui agindo com casuísmo. Num

caso, usa uma regra; em outro, usa outra regra. Começamos dessa forma, instados que fomos por parlamentares e com apoio da maioria da Comissão, que assim decidiu e que V. Exª foi fiel cumpridor daquilo que a Comissão decidiu. Agora devemos dar estabilidade ao trabalho da CPI e manter essa regra, porque senão vão surgir questionamentos: "olha, então, nós temos que reconvocar todos aqueles que foram dispensados de ouvir aqui os questionamentos por terem declarado que usariam o direito constitucional de permanecerem-se em silêncio".

Creio que isso não traz nenhum prejuízo ao trabalho da CPI. A CPI pode funcionar bem com economia processual. Vamos manter essa regra.

O SR. PRESIDENTE – (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela manutenção da regra, falou Leonardo Picciani.

Agora fala contra, pela mudança da atual regra, o Deputado Onyx, por três minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, um grande comunicador, quando falava de comunicação, dizia que comunicação não é o que gente quer falar, é como as pessoas percebem, como as pessoas processam.

Quando investigados ou possíveis testemunhas que tenham qualquer tipo de envolvimento sentam-se nesta CPMI e são imediatamente liberadas, qual a mensagem que o cidadão na rua lê? Ganhou o bandido, perdeu a CPI. CPI não serve para nada, vai virar pizza. É isso. Nós todos podemos andar por todo o País e conversar com as pessoas. A frase está pronta, a pizza está pronta.

Não é nesse caminho e dessa forma que nós vamos recuperar o que este Parlamento vem perdendo ao longo de décadas, que são prerrogativas parlamentares.

Portanto, corretamente o Deputado Miro alertava para o Judiciário, que fragiliza o Judiciário. Não seremos nós, Parlamentares, que, por interesse momentâneo... E quero lembrar uma frase de V. Exª, "pau que bate em Chico bate em Francisco", para lembrar que interesse de ocasião não pode abrir mão daquilo que é nossa prerrogativa de investigação.

O Deputado Leonardo Picciani traz um discurso coerente. Só tem um problema: em todas as CPIs anteriores de que eu participei - o que estamos fazendo aqui é uma inovação – aqui, no Congresso Nacional, mistas ou da Câmara ou do Senado, o cidadão tem preservado o respeito, o direito constitucional de ficar calado, mas o questionamento dos parlamentares não pode ser retirado. Nós temos um mandato e um direito a construir as nossas convicções. Nós gostemos ou não da linha de diagnóstico e de interpretação dos fatos do Relator, é um direito que ele tem de desenvolver a história. É o mesmo direito que nos caberá, o direito de aprovar ou discordar.

Agora, como vamos construir um razoável consenso, um razoável entendimento, se o material de investigação que o Deputado Rubens Bueno ou o Deputado Pitiman ou o Deputado Carlos Sampaio desenvolve não for vocalizado quando a testemunha está aqui? Se aquilo for contrário ao interesse da testemunha, orientada pelo seu advogado, ela vai dizer: "Eu me reservo ao meu direito constitucional de ficar calado". Agora...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A concluir, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Agora, a contribuição que é dada pelo parlamentar, ao trazer um fato novo, uma nova informação, ajuda para o esclarecimento dos fatos. Portanto, o Parlamento e esta Comissão não podem abrir mão de seu dever de investigar. O direito constitucional é respeito e será acatado. O nosso é de investigar. Portanto, não se pode abrir mão de uma prerrogativa que é dos Deputados e dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Agora, invertendo, Deputado Miro Teixeira, contrário, que se inscreveu para defender a mudança do rito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu acabei de defender agora...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ah, desculpe.

Agora, o Senado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, demais membros desta Comissão, na verdade, primeiro, é uma questão regimental que me ocorre. O art. 132 do Regimento Comum diz claramente que as decisões tomadas sobre questões de ordens, Sr. Presidente, são irrecorríveis, exceto se esbarrarem na questão constitucional. Nesse ponto, o §1º do art. 132 diz que, nessas hipóteses, cabe recurso à CCJ. Então, primeiro, é uma questão regimental que coloco.

Depois, reiterando o que disse o Deputado Picciani, V. Exª bem colocou ontem, Sr. Presidente, uma frase oportuna: todos tinham razão. O Deputado Onyx tem razão: nas outras CPIs, de fato, o procedimento

era outro. Todos nós fazíamos as indagações: o próprio Relator e, depois, os demais membros da CPI. Mas nós houvemos por bem tomar outra decisão nesta CPI e tenho para mim que de forma acertada. E gostaria de explicar o porquê. Primeiro, aqui, Deputado Onyx, por mais que tenhamos um comportamento de natureza política, nesta CPI, nós somos realmente juízes, de fato. Por sermos juízes, de fato, temos de adotar uma postura de magistrado. Por que estou dizendo isso? Porque, se é dado ao juiz, no processo penal, fazer indagações uma a uma, cabendo ao réu respondê-las uma a uma, no seu direito de permanecer em silêncio, eu relembro aos nossos pares que, no caso do juiz, do processo penal e do réu, nós temos um único magistrado, numa audiência que, como regra, em 99% das vezes, não é televisionada. Eu quero dizer isso por quê? Aqui, somos 30 magistrados, cada qual com 10 minutos para indagação, fora o tempo livre, corretamente livre, do Relator. Se cada um perguntar por 10 minutos mais o Relator, com o depoente tendo de dizer, a cada indagação, que vai exercer o seu direito de permanecer em silêncio, ficaremos todos juntos aqui, Deputado Paulo Teixeira, por cinco horas, sem contar o tempo livre do Relator.

Existem dois princípios constitucionais e um deles é bastante hoje dito pela doutrina, que é o princípio da razoabilidade. Não é razoável que fiquemos por cinco horas nesta CPI, indagando a um réu ou a uma testemunha que venha resguardada por um *habeas corpus*, que fiquemos por cinco horas indagando-a, expondo-a, constrangendo-a ou mesmo permitindo que o direito à imagem seja ferido, digamos assim, pelo simples fato de que cumpriremos à risca o que diz o Processo Penal. Não me parece razoável, e o princípio da razoabilidade é princípio constitucional.

De outra ordem, Sr. Presidente, temos o princípio da eficiência. O que ganhamos nós expondo as nossas perguntas, como bem colocou o Deputado Onyx, eu posso expor o meu posicionamento, na minha fala, com qualquer testemunha aqui. Eu não preciso me valer daquela testemunha que tem um HC para eu mostrar para o Brasil o que penso. Porque, repito, por cinco horas ininterruptas, indagarmos, cada qual por dez minutos, e o réu respondendo "Reservo-me o direito de ficar em silêncio" não é razoável e não tem eficiência prática.

Se fatos novos o parlamentar quer trazer à luz, traga-o em qualquer oportunidade, dentro ou fora da CPI. Não é realmente expondo a testemunha a esse "constrangimento", que teria até certo formato legal, que nós vamos garantir eficiência.

Então, pelo aspecto regimental, pelo aspecto da irrazoabilidade e pelo aspecto da falta de eficiência é que sou pela manutenção tomada por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como último orador inscrito para, na forma regimental – ampliamos hoje por força da importância da decisão que os senhores vão tomar, porque, pelo Regimento, são dois de cada Casa, um fala a favor, outro fala contra – Deputado Miro Teixeira, por três minutos, para falar pela mudança do nosso rito.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, como preliminar, devo dizer que não estou alinhado a nenhuma das forças que dividem alguns membros da Comissão. Não estou aqui alinhado a qualquer espécie de força que queira proteger o Dr. Cavendish e não estou alinhado a qualquer espécie de força que queira proteger ou o Governador Marconi ou o Governador Agnelo.

Penso em termos da Constituição, do Código de Processo Penal e de decisão do Supremo Tribunal Federal, que daqui a pouco terei em mãos porque mandei pegar na assessoria do PDT.

É muito clara a leitura dessa proteção ao cidadão, que nós devemos respeitar, sim. A pessoa tem o direito de não se autoincriminar. Aí diz o Supremo Tribunal Federal: "Mas a pessoa não pode antever que a pergunta pode levá-la à autoincriminação!" É de uma razoabilidade formidável isso! Como é que a pessoa antevê que uma pergunta pode levá-la à autoincriminação? Isso é impossível apenas. É apenas impossível. E essa mecânica que foi adotada pela Comissão pode ser alterada, sim, e deve ser alterada. É uma regra processual, e as regras processuais são imediatamente aplicadas aos processos em curso, depois de sancionada a alteração. O que não quer dizer que se tem que reabrir os outros processos, porque aquela regra foi alterada. Então, essa história de dizer "teríamos", como disse um Deputado que não está presente e que por isso não vou me referir a ele. Disse o Deputado: "Bom, mas e os outros que já depuseram?". Os outros depuseram segundo as regras que estavam vigorando. São regras processuais. As novas regras entram em vigor imediatamente para cumprir o que determina o nosso mandato, o que determina a lei, na garantia do direito dos cidadãos e na garantia do direito de todos os cidadãos, inclusive daqueles que não estão sentados aqui.

Nós temos que assegurar o direito de perguntar, porque é impossível, é absolutamente impossível, antes que sejam formuladas as perguntas, o depoente diga que silencia porque pode autoincriminar-se. Não pode, não pode. E aí vira um deboche, vira um deboche sentar aqui o Sr. Cavendish e dizer: "Vou manter o meu direito constitucional de permanecer calado". Ele

vai ter que dizer isso a cada pergunta. Inicialmente, ele pode dizer quanto a alguma alegação inicial que ele queira fazer, quanto a uma declaração que ele queira fazer, porém a cada pergunta é que ele pode decidir que a resposta pode incriminá-lo.

O que a rigor está sendo discutido nesta Comissão, neste momento, é isso, se o Sr. Cavendish vai chegar aqui e ficar mudo ou se vai ter que ouvir o que tem que ouvir, depois de dizer que paga R$6 milhões a um Senador ou R$30 milhões a qualquer autoridade neste País ou, para apenas manter o equilíbrio, aqueles que sustentam posição idêntica em função dos interesses do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Encerro a discussão.

Não há quórum no Senado.

Está adiada a votação deste rito para a reunião de amanhã.

Vamos iniciar agora as oitivas dos depoimentos.

Mantém-se o rito atual porque não há quórum no Senado. Amanhã vamos continuar só com o processo...

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem, V. Exª com a palavra.

Amanhã temos reunião aqui. Ou então na próxima sessão...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, é só para dar uma contribuição. Dentro de pouco tempo, com o depoimento do Sr. Luiz Carlos Bordoni, pelo interesse que ele tem, que ele vai produzir, creio que deveremos atingir quórum, e aí V. Exª poderia utilizar um breve momento para fazer a votação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a Deputada Íris de Araújo.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, eu tive a informação, e acredito que V. Exª também, a respeito, pela segunda vez, da ausência do Sr. Jayme Rincón, que está com atestado médico. Eu queria fazer aqui, para esta CPMI, apenas uma consideração.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputada, eu vou pedir licença a V. Exª, que é uma colaboradora, e quando chegar o momento de chamar o depoente, antes de chamá-lo, vou passar a palavra para a senhora.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Desculpe. Eu pensei que o senhor tinha se referido a esse.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, a primeira é Eliane...

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Está bem. Eu aguardo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eliane...

Qual é o artigo, Deputado Miro?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Art. 95 da Câmara, aqui do Regimento Comum penso que é o 131. É sobre a Ordem do Dia da Comissão. Primeiro, se V. Exª concordar, nós ouviríamos o Sr. Bordoni, porque esse parece que é o único que está disposto a falar. Eu acho que, por economia processual...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou atender a questão de ordem de V. Exª, por economia processual, chamando, definindo as duas situações imediatamente, até para atender a V. Exª, o que entendo ser de bom alvitre.

Passo a palavra à Deputada Íris de Araújo, antes falando sobre a questão que, em tese, a senhora haverá de mencionar: o Sr. Jayme Rincón.

Com a palavra V. Exª, pela ordem.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – A informação que me foi passada, Sr. Presidente, é de que o Sr. Jayme Rincón não vai comparecer porque está com atestado médico e impossibilitado, realmente, de qualquer tipo de atividade, uma vez que, segundo as informações, ele estaria já até para ter que fazer uma intervenção cirúrgica, uma questão de aneurisma, que eu respeito.

Mas, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, nós não podemos entender que todas as vezes que ele é chamado apresenta um atestado médico, e não posso entender como é que ele continua no exercício pleno de suas funções lá na Agetop, que é um dos principais órgãos do Governo de Goiás. Eu fico imaginando que, se acontecer alguma coisa ao Sr. Jayme Rincón no exercício dessas funções, o Estado pode ser responsabilizado e, ao mesmo tempo, fica uma secretaria tão importante como essa também mal-cuidada, como deve estar e, o povo é que está pagando imposto. Então, é isso que eu gostaria de registrar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou passar a V. Exª e à Comissão, tendo em vista a segunda convocação do Sr. Jayme Rincón, que esta Comissão tomou as seguintes providências ao receber um segundo atestado médico, lavrado pelo Sr. Francisco Azeredo Bastos, Chefe do Serviço de Neurocirurgia do Hospital Santa Mônica, nos seguintes termos: "O paciente Jayme Rincon permanece nas mesmas condições clínicas mencionadas no relatório anterior", de 28 de maio, em que acosta uma documentação mencionando a necessária cirurgia porque persistem dores e achados angiográficos que recomendam um tratamento na carótida oftálmica direita. "O paciente Jayme

Rincon permanece com as mesmas condições clínicas mencionadas no relatório anterior (...) portanto devendo seguir as recomendações médicas já indicadas até que se realize o procedimento cirúrgico e a patologia esteja definitivamente tratada." Essa patologia, no nome mais conhecido, aneurisma ou clipagem de aneurisma. "Caso essas recomendações não sejam seguidas" – e aí é importante que V. Exªs saibam – "o paciente terá os riscos de uma potencial ruptura de aneurisma e consequente hemorragia cerebral potencializados. Como sabemos, e isto é corroborada pela literatura mundial uma ruptura de aneurisma tem altíssimas taxas de mortalidade e morbidade (sequelas graves)".

De posse desse relatório médico, determinei à minha diligente secretaria que conversasse com o médico. O senhor está consciente do que está assinando, sob pena de uma interpelação ao CRM? E o médico foi extremamente contundente, cioso de suas responsabilidades. Não obstante isso, estamos convocando o Sr. Jayme Rincón para uma perícia médica na próxima semana aqui no Senado, para dirimir quaisquer dúvidas. Não obstante isso, confio, até pela minha condição de médico, na capacidade, na competência e na retidão do profissional que está atendendo um paciente, até pelas responsabilidades que tem. Mas, para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da compreensão e da oportunidade da presença do Sr. Rincón, esta Presidência, no ato de suas responsabilidades, não poderia ter outra atitude, senão tomar essas providências.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) **–** Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Eu queria falar pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, pela ordem, V. Exª.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Porque apoio todas as decisões de V. Exª, mas gostaria de dissentir de V. Exª convocar pessoa para vir aqui se submeter a uma perícia. V. Exª, como médico, sabe que esse tratamento, a clipagem do aneurisma, resolverá em definitivo pelo menos esse caso. E esse convocado poderá vir, depois do tratamento, aqui se submeter à inquirição de todos os Pares da CPI. O fato de ele trabalhar ou ter outra atividade, do ponto de vista técnico, pode. Qual é a situação? Uma pessoa que tem um aneurisma cerebral, pelo que entendi, submetido a uma situação de estresse pode ter um pico de hipertensão e ter uma ruptura desse aneurisma aqui na CPI...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade. Exatamente.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Ou mesmo ele ser convocado para se submeter a um exame. V. Exª sabe, como médico, que tem muitas pessoas que só pelo fato de irem ao médico medir a pressão já têm um pico de pressão, que o médico tem que pedir para se deitar um pouco, descansar, e aí o médico mede novamente.

Então, não acho adequado, a não ser que nós tivéssemos uma suspeita sobre o atestado médico, porque V. Exª convocar uma pessoa para vir aqui submeter-se, V. Exª também está colocando em questão o atestado médico. Então, eu acho que não vai atrapalhar em nada a CPI nós termos um pouquinho de paciência. No mês de agosto, nós o ouviremos e o inquiriremos com todas as questões que a CPI permite.

Quero pedir a V. Exª que reconsidere a sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Vaccarezza, permita-me tomar todos os cuidados, até porque esta Presidência vive permanentemente sendo questionada sobre os seus atos. Preciso me acautelar porque, na condição de médico, fiz questão de referendar todas as letras e todas as vírgulas do atestado médico que recebi. Inclusive, no primeiro atestado médico que recebi com a documentação em anexo, não pedi e não consultei a Comissão para, de pronto, conceder o adiamento. Como o segundo atestado médico veio referindo-se à manifestação e como havia notícias de que o Sr. Jayme Rincón tinha trabalhado de forma permanente durante a... manifestada pela própria Comissão, ficava uma dúvida. Na dúvida, esta Presidência tinha de tomar as suas posições. Por isso é que o Serviço Médico do Senado fica disponível. Só isso.

Esse é um assunto sobre o qual a Presidência já tomou a sua posição.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, queria só fazer um questionamento: há quanto tempo foi a primeira convocação?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vinte... Em maior, no final de maio. É uma situação... Inclusive, o Sr. Jayme Rincón já...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Estamos a três semanas posteriores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por meio da informação...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pelo que está descrito no laudo, o que me causa estranheza é que, se a condição é de tal risco e de tal monta, durante três semanas, nada se fez. O questionamento é o seguinte. *(Pausa.)*

Não, não. Espera aí.

O questionamento é o seguinte: o médico que deu... Sou um cético sobre essas coisas. O médico que deu o primeiro laudo afirma e reafirma que a situação pode trazer risco ao paciente. Então, olha, acho que o médico pode ser até questionado por que esse paciente ainda não passou pelo procedimento, porque a postergação, sem dúvida nenhuma, aumenta e potencializa o risco desse paciente poder fazer a condição que V. Exª conhece e que o Deputado Vaccarezza lembra.

Por isso, acho que a medida de V. Exª de passar por uma avaliação médica pelo Serviço Médico do Senado é absolutamente adequada e necessária para que a gente saiba a extensão verdadeira do problema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas há uma manifestação, também, da assessoria do Sr. Secretário Jayme Rincón de que ele, rapidamente, com todas as providências médicas, quer vir à Comissão.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos encerrar este assunto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Quero apenas cumprimentar a iniciativa de V. Exª. Em que pese o seu conhecimento, V. Exª tomou essa iniciativa de fazer a ligação do médico do Senado para ele. Portanto, todas as diligências que deveriam ser feitas foram feitas. Cumprimento V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero só, na oitiva, puder me inscrever para fazer perguntas e falar. Não me interessa o tempo, a hora. Espero tranquilamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está inscrito.

Vamos à frente. Agora temos Eliana Gonçalves Pinheiro. *(Pausa.)*

Convido Eliane Gonçalves Pinheiro. *(Pausa.)*

Srª Eliane, seja bem-vinda.

Manifesto à Comissão que a Srª Eliane Gonçalves Pinheiro também vem à Casa munida de decisão do Sr. Relator Celso de Mello em que prevê os mesmos direitos, as mesmas prerrogativas constitucionais que, independentemente da decisão do eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal, estamos concedendo.

Com a palavra a Srª Eliane Gonçalves Pinheiro.

A SRª ELIANE GONÇALVES PINHEIRO – Sr. Presidente, Sr. Relator, por orientação única e exclusiva do meu advogado, eu não vou responder a qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Na forma do rito que se segue, a senhora está dispensada.

A SRª ELIANE GONÇALVES PINHEIRO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Chamo o Sr. Luiz Carlos Bordoni. *(Pausa.)*

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Enquanto o Sr. Luiz Carlos Bordoni chega, o Sr. Relator quer fazer uso da palavra.

Passo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, apenas motivado ontem, inclusive, pelos debates que ocorreram nesta CPMI, registro ser uma CPMI diferente, na medida em que ela é fruto de duas operações da Polícia Federal e da operação do Ministério Público do Distrito Federal, ou seja, temos muitas informações.

Agora, é importante, Presidente Vital do Rêgo e Presidente Paulo Teixeira, que a CPMI tenha a noção – e estou hoje entregando, Presidente, à CPMI também um relatório – que, de movimentação financeira, nós já temos dados bancários, na CPMI, na ordem de R$3bilhões, arredondando os números. Ocorre, Presidente, que, pelo menos desses R$13 bilhões que nós temos, pelo menos R$10 bilhões – e estou arredondando os números – são movimentações com dados inconsistentes. Nós precisamos resolver isso, porque a grandissíssima maioria dos dados bancários que estamos recebendo aqui... Nós recebemos, arredondando os números, R$13 bilhões de informações e temos quase R$9 bilhões com dados inconsistentes, ora com CNPJs que não existem, ora com informações de destino e origem inconclusas, incompletas. A solução desse problema é essencial para termos uma investigação profunda dessa organização criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Determino que a assessoria...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Até, Presidente, apenas porque ontem os Srs. Parlamentares levantaram aqui questões sobre essas inconsistências. Nós fizemos um levantamento e identificamos que elas não são pontuais, mas são muito sistêmicas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Determino que a assessoria solicite do Banco Central explicações a respeito dessas inconsistências e tome as providências em caráter de extrema urgência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, eu queria colaborar com o relator e com V. Exª.

Ontem nós fizemos um levantamento aqui, encontramos um número que agora é menor que o encontrado

pelo Sr. Relator e suspeitávamos que havia algo que não se pode relatar como um acaso na transferência dos dados bancários.

Eu queria sugerir a V. Exª que fizesse contato diretamente com a Presidência do Banco Central para que houvesse uma ação institucional do Congresso Nacional, através da CPMI, porque não dá para banco brincar com o Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sugestão aceita. A providência será tomada de imediato.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, só para uma questão de verdade também. Não quero dizer que todas as inconsistências sejam problemas de bancos. Nós, na verdade, não conseguimos detectar ainda com clareza as razões do problema. Há problemas também em bancos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos atacar.

Luiz Carlos Bordoni. Requerimento nº 500/2012.

Passo a palavra ao depoente que, na forma da lei, vai assinar o seu termo de compromisso, que já deve estar pronto. Independentemente de estar pronto, ele pode iniciar a sua fala, por vinte minutos, ou pelo tempo que for necessário, Sr. Bordoni, para sua exposição.

Com a palavra, V. Sª.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exmº Sr. Senador Vital do Rêgo, Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Exmº Sr. Odair Cunha, Deputado Federal e Relator dos trabalhos de investigação desta CPMI, Srªs Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores, meu advogado e companheiro Dr. Alex Neder, que me acompanha e me assiste, caros presentes, estimados colegas de imprensa, cidadãos do meu País:

Assim como à mulher de César, a homem público não basta ser honesto. Também precisa parecer honesto. Negar males feitos é direito, é do *jus espernandi*. Agora mentir como testemunha é crime, é perjúrio.

Alguns sim, mas a maioria dos senhores e das senhoras não me conhece.

Sou paulista de Monte Aprazível. Nasci em 7 de setembro de 1947. Tenho 65 anos, 50 anos de rádio e jornal e 43 anos de televisão. Sou especializado em jornalismo investigativo. Também sou escritor, titular da cadeira 33 da Academia Goianiense de Letras, cidadão goianiense e cidadão goiano, títulos que me foram conferidos, além do de Comendador da Ordem do Anhanguera.

Nesses 38 anos que vivo em Goiás, devotei-me a todas as suas causas, construindo, graças a Deus, respeitável credibilidade, valor mensurado pela grande audiência que sempre tive em todos os meus programas, no rádio e na tevê.

Foi com essa bagagem que me doei por inteiro a uma proposta de mudança radical nas práticas políticas de Goiás.

A construção desse ideário teve início em 1986, quando deixei a *Folha de S.Paulo* para produzir um programa diário do então candidato ao governo, o Senador Henrique Santillo. Ele apostava na renovação, mas só a via possível através da mobilização popular permanente. Eis por que determinou a mim, durante a campanha, que sempre desse espaço aos meninos do PMDB Jovem, presidido, à época, por Marconi Perillo. Ele queria vê-los em movimento.

Eleito Santillo, os mais próximos aprenderam as lições de conduta na política, na administração, e a fazer, claramente, a distinção entre o que é público e o que é privado. Probidade, austeridade, responsabilidade, lealdade e desprezo ao personalismo eram as suas regras. Foi com ela que amadurecemos a proposta de mudança. Um por todos, todos por um, e todos votando no menino – a quem até chamaram "Maluquinho" – Marconi Perillo.

Eu o conhecia desde quando ajudava o pai no balcão de um bar e das suas incursões pela política como comandante da juventude peemedebista. Naquele dia de junho de 1998, em que ele aceitou o desafio, assumi com ele o pacto de luta permanente pela transformação nos métodos e meios de se fazer política no Estado. Carlos Maranhão, meu amigo, foi encarregado de estabelecer as diretrizes. As próprias letras da magnífica obra de Itamar Correia na campanha, nos *jingles*, explicitavam esse tempo novo, que proclamávamos em um duelo justamente contra a maior expressão política de Goiás em todos os tempos: Iris Rezende Machado.

Há quem discorde de mim, apontando Pedro Ludovico como tal. Eu permito-me a mão inversa, porque Pedro é produto de nomeação por um ditador; Iris é produto da vontade popular manifestada através do voto.

Pois era ele o nosso adversário. Imbatível, diziam as pesquisas, marcava 72 na preferência, contra 4 do nosso menino. De repente, o que parecia impossível aconteceu: o Deus jazeu tombado. Era o tempo novo, que chegava com o moço da camisa azul. Foi uma vitória maiúscula, histórica, inesquecível, tanto para vencedores quanto para vencidos.

Nascia ali a minha amizade e devoção ao jovem líder que surgia. Convicto de que inaugurávamos uma nova história, em uma decisão que acredito inédita, desde o primeiro dia da campanha – aliás, os goianos aqui presentes são testemunhas disso –, eu assinei todos os programas com a vinheta cantando o meu

nome, assumindo publicamente que eu era marconista, de ponta a ponta. Os adversários nunca gostaram de ouvi-la.

Mesma coisa eu fiz na busca da reeleição, em 2002, onde a fé e a crença no meu candidato levaram-me a bater firme contra os procuradores federais eleitorais. Em artigo assinado, eu os acusei de criarem entraves para o nosso candidato e de agirem tendenciosamente em favor do adversário. Por Marconi, eu topava qualquer parada.

Resultado: em ação penal julgada – e já prescrita, na época, o que anulou a decisão do juiz –, ele condenou-me a 12 anos de reclusão. Por Marconi, seja o que Deus quiser. Já a ação cível está parada. Os procuradores que acionam contra mim estão pedindo cinco mil salários mínimos de indenização. O meu querido governador nunca perguntou a mim se precisava de ajuda, dinheiro ou de um advogado. O partido também não.

Peço licença para abrir um parêntese, não pelo momento, mas pelo meu erro, que cometi. Quero pedir desculpas aos procuradores Mariane Guimarães e Marco Túlio e à saudosa juíza Ialba, que também acabei envolvendo indevidamente na crítica que fiz em defesa do meu candidato. Embora tardiamente, Mariane e Marco Túlio, reitero o meu pedido de desculpas e o reconhecimento público pelo erro que cometi.

Em 2006, Marconi queria um lugar no Senado e nós o levamos lá, não sem eleger também Alcides Rodrigues Governador. Foi mais uma vitória espetacular. Daí, pensei comigo, para chegar à Presidência, é um pulo. Era o sonho de todos nós, marconistas. Até a fórmula para projetar a campanha já estava no papel.

Foi numa dessas manhãs de abril de 2010 que, em visita a ele, no gabinete da 1ª Vice-Presidência da Casa, Marconi perguntou a mim o que achava de ser ele candidato ao Governo pela terceira vez. Eu ponderei que voltar é regredir, que o fundamental era uma ótima atuação parlamentar, ocupando espaços nacionais, e tentar materializar o sonho de ser Presidente. Era o sonho de todos nós que ele chegasse a isso. A minha opinião, no entanto, foi logo suplantada pelos que nunca são candidatos, mas que sempre querem ser governo.

Lá, viemos nós para a quarta batalha. Acertei os detalhes da minha participação na campanha em contrato verbal com o próprio candidato. A minha proposta de R$200 mil a ele foi contraproposta por 120 mil mais um bônus de 50 mil em caso de vitória, livres de impostos, pois sou autônomo e não possuo empresa para poder emitir notas fiscais. Vencemos, mais uma vez. E, mais uma vez, tal como ocorrera em 2002 e em 2006, fiquei com saldos a receber. Dos 120 mil que me foram pagos, restavam 80... Dos 120 mil, restavam 80... Perdão. Dos 120 mil que me foram pagos, foram pagos 80 mil. Restavam 40 mil mais 50 mil do bônus. Foi esperando receber esse dinheiro que me mudei para a Bahia. E eu só o recebi, porque voltei de lá. Perdi o meu paraíso na Praia do Forte para vir receber uma conta. Voltei, cobrei. De repente, não mais que de repente, tal recebimento me traz à presença das senhoras e dos senhores e do País.

Não compactuo com coisas malfeitas. Aqui, venho em busca de esclarecimentos sobre os depósitos feitos na conta bancária de minha filha. Ao Lúcio, foi dado o número da conta de Bruna, não a "cascatas", nem a "cachoeiras". Pensávamos tê-los feito o Sr. Lúcio. Os depósitos. Ele nos ligou informando que se iria fazê-los e que seria responsável pelo pagamento. Posteriormente, ele informou que os depósitos haviam sido feitos. Eis por que nós nunca nos preocupamos em conferir feitos por quem. Afinal, foi a ele que passamos o número da conta e certos ficamos de que os depósitos, ele os fizera.

Eis que, no transcorrer tranquilo desse abril de 2012, fomos surpreendidos por terrível notícia. No dia do depoimento do Senador Demóstenes Torres à Comissão de Ética do Senado, o nome de Bruna apareceu, primeiro, como assessora parlamentar do Senador, nomeada em 2005, e, segundo, como recebedora de depósito feito por empresa ligada ao Sr. Carlos Cachoeira.

Cruzando o nome da conta em que o dinheiro foi depositado com o do Senador, Bruna apareceu como funcionária dele. Realmente, ela chegou a ser nomeada, mas não tomou posse. Problemas de saúde barraram-na no exame médico, problemas que resultaram, inclusive, em transplantes de fígado. Mais uma vez, agradeço aos amigos da Beneficência Portuguesa por tudo que fizeram, porque devolveram a vida a ela. Esclarecendo, pois, o primeiro ponto, para que não pairem dúvidas, em especial atenção ao Senador Pedro Taques: nomeada, Bruna não tomou posse como assessora parlamentar do Senador em decorrência de problema hepático que se revelou grave e a levou à fila de transplante.

Segundo ponto. O depósito de 45 mil feito por Alberto & Pantoja que apareceu na conta dela nada teve ou tem a ver com o Senador Demóstenes e muito menos conosco. Assim, quando Bruna foi citada em transmissão nacional como suposta laranja do Senador, é evidente que isso nos causou profunda indignação. Jamais poderíamos imaginar que o Sr. Gouthier, que, ontem, aqui esteve e a quem, em telefonema que nos fez, informamos o número da conta, tivesse repassado-o a tal empresa. Afinal, conta bancária se passa a

amigo, a quem é de confiança, jamais a terceiros e a desconhecidos. Mas o Sr. Lúcio infelizmente o fez, e não uma, mas duas vezes, pois o segundo depósito foi feito pela Adécio & Rafael Construtora e Terraplanagem, que também é ligada ao grupo do Sr. Carlos Cachoeira e à empresa Delta.

Como houve destaque nacional do caso do depósito, foi procurado pelo jornalista Fernando Gallo, de o *Estado de S. Paulo*, e expôs a verdade dos fatos. Contei que, em contrato verbal, ajustado com o candidato Marconi Perillo, acertei, logo após a convenção, a minha participação na campanha como produtor dos programas de rádio.

Eu fui encontrá-lo no escritório político dele, em Goiânia, na Av. Ricardo Paranhos, do Setor Marista. O acerto se deu na sala de reuniões. Uma mesa comprida, elegante, porta de correr, toda de vidro, e a conversa foi rápida. Ele contrapropôs 120 mais bônus aos meus 200 mil.

E acontece que, quando saí, quem estava ali? A Vereadora Jacyra Alves com um grupo de mulheres. Eu as cumprimentei, tudo bem, e eles chamaram um táxi para ir para a casa, mas um amigo que ali estava, também de saída, ofereceu-me carona: o escritor e professor da Universidade Federal de Goiás Nasr Chaul, que hoje dirige o Centro Cultural Oscar Niemeyer.

Lembro-me que, no trajeto até minha casa, falamos sobre uma tese, sobre Iris Rezende Machado, elaborada pela conceituada jornalista Cileide Alves, editora chefe de *O Popular*. Na oportunidade, soube por ele também de um livro que estava no prelo, *Poder e Paixão: a saga dos Caiado*, da historiadora e contista Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, uma ótima obra, por sinal. Chaul deixou-me em casa, do Santorini, o restaurante que fica no prédio onde eu moro.

Do valor acordado com o Sr. Governador, à época, candidato, recebi três pagamentos: um, de R$40 mil, das mãos dele, antes do início dos programas eleitorais; outro, no dia 21 de setembro, de R$30 mil, pagos pelo financeiro da campanha; e um terceiro pagamento de R$10 mil, já concluído o trabalho, em dinheiro, pelo Sr. Jayme Rincón, no escritório.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Antes do início dos programas eleitorais, eu recebi R$40 mil das mãos do candidato. Outro, no dia 21 de setembro, de R$30 mil, pagos pelo financeiro da campanha; e um terceiro pagamento de R$10 mil, já concluído o trabalho, em dinheiro, pelo Sr. Jayme Rincón, no escritório da empresa dele. Somando-se as três parcelas, temos R$80 mil, faltando R$40 mil para o R$120 mil combinados, e mais R$50 mil do bônus pela vitória. Os R$90 mil restantes são a causa de dois depósitos feitos: um, em 14 de abril, pela Alberto e Pantoja. Vou pedir, inclusive, aos senhores que aprovem a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico para mostrar que há mais relações dessa empresa com pessoas ligadas a quem hoje me acusa.

Bem, como o número da conta da minha filha foi parar lá, o Sr. Gouthier pode explicar. Podia ter explicado aqui ontem. Preferiu ficar em silêncio, pois o número foi passado a ele, o homem de estreita confiança do Governador Marconi Perillo. Só a ele e a mais ninguém.

Por pedir esses esclarecimentos, de repente eu deixei de ser o cara, o bom, o talento, o pé quente, para ser figura controversa, como ele disse aqui. Mentiroso, irresponsável, desequilibrado mental.

Cães sem açaimo foram açulados contra mim. Os ataques foram e continuam impiedosos. Todos buscando destruir a minha moral, solapar a minha credibilidade, enlamear a minha honra. Para que e por que eu iria mentir, meus amigos? Inventar situações como essa, não fossem elas verdadeiras? Eu fiz um pacto com o amigo Marconi, na verdade, e ela está exposta. Não tão amigo assim?

Quem tem amigos como tal parece que não precisa de inimigos. Parafraseando Bandeira, busco um novo caminho, vim-me embora de Pasárgada, o rei era meu amigo coisa nenhuma. Pelas diatribes despejadas na mídia servil, percebe-se que o rei está nu. O desespero toma conta dos palacianos.

Na quinta-feira, em mais uma elucubração nos áuricos, a mulher do contraventor, Andressa Carvalho, foi colocada em contato com Veja *On-Line* para revelar interessantíssima história: Bordoni chantageava o queridinho dela, e essa era a razão do depósito e não o pagamento de campanha.

A matéria foi requentada por um jornal goiano para avolumar papéis contra a minha credibilidade. Onde essas cabeças ocas buscam inspiração para piadas de mau gosto? Quem sou eu para achacar o rei do achaque? Que poder tenho eu para submeter o Capone do Cerrado? Perderia Cachoeira a chance de gravar a minha conversa, tentando lhe tomar tanta grana, ele que grava todos que telefonam, falam, escrevem?

Os goianos me conhecem de longa data, sabem da minha retidão, da minha dignidade, da minha decência. Eles não me confundem com os sicários, com os asseclas, com os bastardos encastelados no poder. Vou processar todos eles, inclusive o dono da banda dos desafinados.

Eu trago aqui a verdade dos fatos. Pelo meu trabalho limpo fui pago com o dinheiro sujo. Daí a imperativa quebra dos sigilos bancários, fiscais e telefônicos do Sr. Lúcio e o meu próprio, onde identificaremos as

chamadas telefônicas feitas por ele para nos informar dos depósitos realizados. Aliás, eu vou repassar depois ou repasso agora o volume total dos documentos que tenho ao Sr. Presidente. Aqui há autorização para quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da minha filha, meu.

Nós viemos a esta CPMI tão só em busca da verdade, mas o Governador Marconi Perillo, quando esteve aqui, faltou com ela abusivamente. Quisesse eu o silêncio, pediria o meu competente advogado que entrasse com *habeas corpus* no Supremo para que fizesse coro ao silêncio dos hipócritas, mas eu não o quis, porque nada tenho a esconder e nada tenho mesmo. Investiguem o quando quiserem. A minha vida está aberta. Eu não temo encarar ninguém, seja quem for.

Eu gostaria que o Governador Marconi Perillo, inclusive, estivesse aqui, sentado aqui olho no olho comigo, ele, Lúcio, Jayme Rincon, para que pudéssemos, na presença das senhoras e dos senhores, fazermos uma acareação, *tetê-à-tête*, um cara a cara, um olho no olho. Eu quero encará-los. Eu não os temo. Eu os desafio onde preciso for. Eles precisam aprender que não se brinca com a honra e com a dignidade das pessoas. Que a lição comece a partir de hoje, se Deus quiser.

O Governador de Goiás, que se autoproclamou aqui símbolo de dignidade do povo goiano, não foi leal com os senhores, primeiro, porque faltou com a verdade ou quando não, propositadamente, deliberadamente, a omitiu e, segundo, porque os tem a todos, excetuando-se os tucanos e aliados, como marionetes do ex-Presidente Lula.

Em matéria publicada inclusive no *Diário da Manhã*, em jornal de Goiânia, inclusive estaria nos autos, nós temos matéria dizendo o seguinte: os senhores são acusados de serem claramente direcionados pelo ex-Presidente Lula para prejudicar o Estado de Goiás e o mandatário goiano. Também acusam o Senado de ter montado esta Comissão com o objetivo de criar dificuldades para o ilustre Governador. Outro diz também que, excetuando os tucanos e aliados, os senhores são tidos por ele como marionetes do ex-Presidente Lula.

Isso causa estranheza a se lembrar que foi ele próprio, quando se cogitou da sua convocação, quem veio aqui e se ofereceu para depor. "Quem não deve não teme", exultaram os blogueiros e twiteiros regiamente pagos com o dinheiro do Erário. A saúde em crise no Estado, hospitais interditados por falta de recursos para despesas elementares, enquanto alguns milhões foram gastos para que ele treinasse e aqui viesse e daqui saísse festejado como o senhor de todas as virtudes.

Ele faltou com a verdade quando aqui esteve, a começar por mim, ao alegar ter ajustado o valor de R$33 mil pelos meus serviços de rádio apresentando como prova a nota fiscal de ArtMidi, R$33,3 mil. Os adversários devem achar que eu posso fazer mais barato agora que estou "desmoralizado na praça". A nota fiscal de R$33,3 mil está aqui. Se os senhores puderem identificar em que lugar deste papel está escrito o meu nome para dizer que isso representa o meu contrato de serviço, eu engulo esta folha.

Alegou ter sido contratado pela ArtMidi para fazer programa. Isso não é verdade. Tenho aqui a declaração da ArtMidi, clara, bem explícita: declaramos que o jornalista Luiz Carlos Bordoni não foi contratado pela nossa empresa para prestar serviços de áudio em 2010 na campanha eleitoral. Eu já o disse e repito: foi contrato verbal ajustado entre mim e o candidato, valor de R$120 mil mais bônus de 40 mil, ficando os impostos por conta da campanha. Desse total, faltavam 90 mil a serem pagos com o governador incumbindo o controlador de finanças de fazer o acerto comigo. Porque é importante a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de todos é que estamos aqui para provar a trajetória do dinheiro, das ligações feitas, para informar onde é que estava o dinheiro depositado e a data do depósito. O ilustre senhor governador, repito, faltou com a verdade, pois neste documento não tem prova nenhuma de contrato de campanha.

O que existiu de fato, senhoras e senhores, foi um pagamento a mim feito com caixa 2. Alberto & Pantoja, comprovadamente empresa ligada ao Sr. Carlos Cachoeira e o segundo pagamento também feito por Adecio & Rafael Construção e Terraplanagem também empresa fantasma ligada ao Sr. Carlos Cachoeira.

Aí disseram que não, que Lucio não havia me ligado, que eu, sim, havia ligado insistentemente a ele pedindo emprego e salários melhores para meus parentes. Interessante. E que eu explicasse o dinheiro sujo na minha conta.

Amigos, se eu tenho o telefone do rei, até então meu amigo de todas as batalhas, meu ídolo, meu herói, por que iria pedir favores e emprego para quem não decide nem manda? Pelo contrário, é um faz tudo. Depois, o senhor governador mandou difundir pelos quatro cantos que tais depósitos eram para me silenciar quanto a comentários críticos que fiz e continuei fazendo contra a Delta Construtora. Os telespectadores da TV Brasil Central são testemunhas de que me mantive crítico até o último dia em que lá estive, sem poupar ninguém, de cachoeira a cascata, pedindo inclusive cadeia para todos os culpados, fossem quem fossem.

Esse assunto da Delta é ligado aos pardais que estavam sendo instalados nas ruas de Goiânia, e eu

os critiquei porque o promotor Fernando Krebs recebeu um projeto em que os alunos da Escola Técnica Federal, o IFG hoje, eram capazes de fazer a preço muito mais em conta os pardais para serem instalados nas ruas da cidade. Aí os *blogs* dos defensores do governador publicam inclusive a fala do Sr. Carlos Cachoeira conversando com o Sr. Cláudio, da Delta, pedindo ao Cachoeira que falasse com o Leréia para conversar comigo, porque o Leréia é meu amigo, conhecido do Bordoni, vá falar com ele, para ele parar de falar porcarias contra a Delta. E depois tem o áudio do próprio Cachoeira ligando para o Sr. Leréia pedindo para que interviesse junto a mim e ao Paulo Beringhs para que parássemos de criticar a Delta porque isso prejudicaria a presença dela na licitação pública. E aí eles dizem que foi para me silenciar disso que o dinheiro foi depositado na minha conta.

Para aclarar ainda mais e eu aqui afirmo e peço a esta CPI para solicitar da TV Brasil Central e da Produtora que edita o TBC News das 23 horas os DVDs dos programas em que o assunto Delta esteve em pauta, para que todas as dúvidas possam ser sanadas a respeito. E peço isso, Sr. Presidente, que se faça com a maior brevidade possível.

Não há nada no mundo mais importante para mim do que dignidade e independência, e de tais valores eu não abro mão. Já pedi demissão no ar em certa emissora de TV por conta de dirigentes contumazes em querer usar o jornalismo como arma para faturar governos. Já fui demitido várias vezes a pedido de governantes, mas nunca me dobrei e não seria agora, no fim da vida, que eu iria me entregar ou entregar os pontos, jogar no lixo a minha história, o meu passado de lutas como querem fazer os senhores palacianos. Desesperados, eles insistem. Agora, apresentam uma versão risível em que a mulher do Sr. Carlos Augusto Almeida Ramos afirma ter dito ele ser este Bordoni aqui um vigarista, um chantagista, que dele estava tomando dinheiro para silenciar sobre relações escusas com certo político, preocupados com a ilação que envolvesse o governador, maldosamente os sicários da corte quiseram dar entender ser o Senador Demóstenes Torres o tal.

Demóstenes, de quem fiz as duas campanhas vitoriosas, com quem sempre tive bom relacionamento e de quem jamais esperaria o que agora nos foi revelado.

Como são infelizes os tais. Nas conversas telefônicas do contraventor com o Cláudio Abreu, com Wladimir e com o Deputado Leréia, o meu nome foi citado, mas não só o meu. Já expliquei aqui o objetivo da conversa que eles queriam: Bordoni achacador. A manchete correu solta. Dinheiro depositado não era para pagar campanha de Marconi, era produto de extorsão do jornalista contra o protótipo da honra, da moral e dos bons costumes.

Eu, com quase 70 anos, achacando o rei do achaque. Pois é, mandando e desmandando na política de Goiás. Como pode! Ele que manda em tudo, nas duas polícias de Goiás, inclusive, onde sobra mão de obra para queimar qualquer arquivo, por que a sua majestade paralela iria se submeter ao velhote aqui, pagando sem chiar R$45 mil, como alegou a pobre senhora?

E como eu teria conseguido achacar o rei do achaque, já que os telefones da quadrilha estavam todos grampeados e em momento algum aparece a minha voz falando com tal cidadão?

"Ah, eu o fiz por escrito!"

Cadê o papelinho, como diria o mineiro? Eu e minha filha queremos tudo em pratos limpos, e por isso eu estou aqui. Que sejam quebrados todos os sigilos de todos. Já passei, dos documentos, a autorização para que isso aconteça.

Senhoras e senhores, em especial aos ilustres membros da Bancada do PSDB – já fui peessedebista – eu não queria estar aqui, mas fui obrigado a vir, obrigado pelo seu companheiro, meu ídolo de ontem e, lamentavelmente, meu algoz, patrocinador de todas essas maledicências despejadas sobre mim.

Tudo porque o pagador de contas dele, indevidamente, repassou o número de conta bancária nossa para uma quadrilha, e isso envolveu o meu nome e o de minha filha com o mundo da contravenção.

Eu jamais iria arcar com o ônus de coisas malfeitas e tenho a certeza de que os senhores não fariam de forma diferente. O companheiro de legenda faltou com a verdade junto aos senhores. Quis ele que a nota fiscal, onde sequer meu nome não existe, fosse o meu contrato de trabalho. Não é verdade. Acertei pessoalmente com ele a campanha, contrato verbal entre amigos, companheiros de velhas batalhas. E em amigo você confia cegamente, você aposta nele, como apostei todas as vezes, e o ajudei a chegar lá, nas vitórias todas que conseguiu. Confiei cegamente, prestei um serviço limpo; esperava ter sido pago com dinheiro limpo, não com o produto da contravenção, não com dinheiro de caixa dois.

Pobre e infeliz moço da camisa azul. O nosso mestre Santillo deve estar se revirando na tumba por conta de suas desastradas ações. Trocou os amigos leais por maus caracteres banidos do PMDB e que na verdade se revelam serem seus coveiros, prontos para sepultá-lo, mas não sem antes lançarem mão do botim.

Lúcio Fiúza Gutier. Esperava que ontem quando aqui estivesse fosse másculo e maiúsculo. Assuma, por favor, o desastre causado pela sua incúria. Dessa verdade eu não abro mão, pois a minha dignidade

está acima de mandatos e de poderes, pois é ela o patrimônio inalienável que me restou.

Lamento pelo companheiro faltoso, Srs. Tucanos, mas essa é a pura verdade dos fatos. Quando aqui esteve, o ilustre Governador faltou com a verdade várias vezes. Negou, por exemplo, ser o presidente do Detran, indicação do Sr. Carlos Cachoeira. Afirmou que Edivaldo Cardoso foi escolha pessoal, contrapartida ao bolso que a Presidente do PTdoB e que, segundo o Governador, foi a terceira força a apoiá-lo na eleição.

Aos neófitos pode até convencer a justificativa dada. Para os conhecedores da política, porém, PTdoB e nada em Goiás é igual a nada. Elegeu dois Deputados por conta do baixo quociente. O partido tem pouco mais de quatro mil filiados no Estado. Negar é querer tapar o sol com a peneira.

Edivaldo assumiu o Detran por indicação de Cachoeira, que, no governo Alcides, havia tentado colocar ali o hoje Deputado Estadual Francisco Gedda. Alcides, na época, que optou por manter o correto Bráulio Morais, peça fundamental na campanha dele, e atendeu a Cachoeira, nomeando Gedda para a Metrobus e o Edivaldo para a Ceasa.

Enganam-se os que pensam ser Eidvaldo apenas mais um na organização. Ele e Cachoeira são sócios. Edivaldo assumiu o controle do jogo do bicho, herdando o comando que pertencia a seu sogro, Boadyr Veloso, assassinado de forma misteriosa e nunca explicada. Em Goiás, ninguém administra o jogo sem a prévia autorização de Carlos Cachoeira, *vide* gravações da Operação Monte Carlo.

Interessante observar aqui que, quando aqui esteve, perguntado sobre a repressão ao jogo do bicho, o Governador ateve-se apenas nas justificativas quanto aos caça-níqueis, omitindo a verdade sobre o jogo do bicho. Senhores, ele corre frouxo em Goiás; bancas são encontradas aos montes, inclusive com extrações transmitidas por emissoras de rádio.

Eis por que o Governador várias vezes faltou com a verdade. Disse não ter relações com o tal bicheiro, que esteve com o empresário em três ocasiões, uma no Palácio, a segunda no Detran e a terceira na casa de Demóstenes. Disse que as gravações registram apenas uma ligação telefônica que fez ao contraventor no dia do aniversário dele, quando estava na casa de um amigo e alguns dos presentes perguntaram se ele se importaria de falar com ele, pela data. E saibamos, o Governador o recebeu em Palácio uma vez, mas o teria feito outras vezes no hangar do Estado. O Governador foi uma vez ao Detran e o encontrou lá juntamente com o Edivaldo, Presidente do órgão, e houve, além do jantar com o Demóstenes, um jantar na casa de Edivaldo, onde também se encontraram. Aliás, seria o ponto de encontro costumeiro entre eles.

Acredita-se na ocorrência de outros encontros não revelados, até porque em dois jantares o tempo seria exíguo para discutir a candidatura de Demóstenes à prefeitura, à formação de chapa, apoio da Delta, nomeações, obras a serem licitadas etc. E mais, Wladimir, o braço político de Cachoeira, o representava junto ao Governador Marconi Perillo e não poucas vezes foi recebido em gabinete, já que do Palácio era assíduo frequentador. O Sr. Wladimir, inclusive ontem, foi à CPI da Assembleia Legislativa de Goiás e ampliou a novela da Srª Andressa Carvalho, dizendo que eu havia pedido R$200 mil de patrocínio ao Cachoeira e que o primeiro depósito foi feito por ele na conta de minha filha.

De repente, ele pode até ter passado o número da conta da filha para o contador do Cachoeira, porque o Sr. Wladimir era o ponto de contato com o Sr. Lúcio Fiúza e com o próprio Governador. Ele era o agente político de Cachoeira dentro do Palácio das Esmeraldas.

Segundo amigos mais próximos, Cachoeira teria optado pela discrição depois do episódio Waldomiro Diniz, daí os encontros fortuitos dele com os homens do Governo. Mas há informações de que o Governador teria tentado ajudá-lo, inclusive, em relação ao controle de loterias em outros Estados, caso de Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina. Os jornais estamparam essas matérias exaustivamente por ocasião.

Quanto ao telefonema único, o Governador o fez a pedido de Demóstenes. Deve ter omitido o nome por orientação do advogado, que, aliás, representa ambos.

A comunicação entre Marconi e Cachoeira, segundo apurou a Polícia Federal, era feita além dos intermediários Eliane e Wladimir, via mensagens, torpedos. Agora, suspeita-se, inclusive, de que usava um *skype*, que era o sistema de contrainformação do Cachoeira para fugir dos grampos da Polícia.

Quem leu o *Diário Oficial* e o festival de nomeações e compara com as exultações de Cachoeira com o seu pupilo Wladimir, conforme se ouve nos grampos, tem a certeza absoluta de que há o envolvimento do Governo e do Governador Marconi com o contraventor Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Contra fatos não há argumentos. Difícil não reconhecer a existência até então de um governo paralelo com o líder da organização, tirando proveito explícito da acracia que predomina em Goiás.

As operações Vegas e Monte Carlo, deflagradas pela Policia Federal, não deixam dúvidas quanto a isso.

Carlos Cachoeira se fez instalar eletronicamente no gabinete do Governador, em que uma de suas chefas, Eliane Pinheiro, que deveria depor aqui e com

base em HC, *habeas corpus* obtido, saiu daqui sem nada dizer.

Por que há esse silêncio todo dessas pessoas que sabem tudo das relações entre o poder e o poder do contraventor?

Eliane Pinheiro, que dispunha do famoso rádio Nextel para contatos imediatos de todos os graus... Não será só ela o elo, não. O Wladimir Garcez fazia a ponte. Por ele saíram audiências marcadas para receber pessoas de interesse do contraventor. Por ele saíam a maioria das nomeações dos indicados pelo patrão, que, muitas vezes, se dava ao luxo de mudar os nomes nas listas encaminhadas, fixando salários.

A operação Monte Carlo, felizmente as provas são convalidadas pela Justiça, está aí para provar.

Nomeações que também saíam via Edivaldo, Presidente do Detran, e via Deputado Carlos Alberto Leréia, cujos pedidos foram atendidos de ponta a ponta.

S. Exª, em mais uma omissão da verdade, negou conhecer o relacionamento próximo entre Demóstenes e Cachoeira. Ora, participou de jantares juntamente com eles, discutiram política, traçaram planos montaram até chapa para disputar a prefeitura. O Cachoeira queria Wladmir na vice, mas o processo contra ele, que está aqui em Brasília, parado não se sabe por conta de quê, pesava contra a sua candidatura.

Esse cidadão que foi depor contra mim na CPI, ontem na Assembléia, e que inventou o disparate que foi divulgado pela imprensa goiana, simplesmente reponde a processo. Ele teve o mandato cassado por ter tungado R$7 milhões da Previdência Social dos servidores da Câmara Municipal de Goiânia, quando ele era Presidente daquele poder. É esse cidadão que foi falar mal de mim lá.

Pois é. E eles estavam articulando a candidatura de Demóstenes. Como Demóstenes refluiu, não quis mais ser candidato a Prefeito, pensou-se nele em ser candidato do DEM a Presidente da República. O Governador indicou Leonardo Vilela. Cachoeira entrou novamente no circuito para apoiá-lo, tanto que Vilela foi jantar na casa de Demóstenes com o pessoal da Delta. Enfim, o plano estava armado com outro nome em cena. Parece que a única coisa que o Governador não sabia era que o seu escudeiro financeiro havia dado ponto sem nó nos pagamentos feitos a mim.

A insistência dele nas negativas tem efeito placebo. Dizer desconhecer a existência de relações próximas entre Cachoeira e sua chefe de gabinete, Eliane Pinheiro, é negar ter vencido a eleição. Todos sabiam que Eliane era Cachoeira incrustada dentro do governo, com radinho na mão e Wladimir Garcez a tiracolo. Ali era o birô. Difícil o patrão não saber do relacionamento de sua assessora com tal cidadão, já que ela fez viagem aos Estados Unidos toda paga por ele: Miami, Las Vegas...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Exª me permite uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tem direito à questão de ordem.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, estou ouvindo atentamente o depoente. Naquilo que se refere à vinda dele, ao depósito feito com relação à conta da sua filha, aos pagamentos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O artigo da questão de ordem de V. Exª, por favor...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, é com relação ao fato de que a testemunha tem obrigação de se ater ao fato. Ele está fazendo ilações... Aos fatos sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Carlos Sampaio, não acolho a questão de ordem de V. Exª. A testemunha volta...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A minha é questão de ordem mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Qual é o artigo de V. Exª?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O meu é o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O art. 14 não é questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por que não é questão de ordem? É questão de ordem, sim. Qualquer artigo do Regimento é questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não acolho a questão de ordem...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É que o Deputado Carlos Sampaio, ontem, reclamou do Relator, que o Relator não queria apurar. Agora, o jornalista está esclarecendo o País, e ele quer atrapalhar o depoimento do jornalista.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nenhum dos dois. V. Exªs estão me atrapalhando, por favor.

Volto a palavra ao depoente para concluir a sua exposição, usando o tempo que for necessário. Por favor.

Eu peço a V. Exªs que não atrapalhem.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria só ressaltar ao Deputado Carlos Henrique, Carlos Henrique Focesi Sampaio, que ele enten-

da que eu estou usando este espaço que me foi dado nesta CPMI para apresentar a minha defesa também em relação aos ataques que tenho sofrido pelos fatos envolvendo o meu nome. Eu não estou aqui fazendo ilações. Eu estou aqui trazendo a minha defesa em relação aos ataques que me foram feitos, envolvendo o meu nome em depósito feito por contraventor. E não vou admitir de forma nenhuma, Deputado Carlos Henrique Focesi Sampaio, que se faça qualquer relação do meu nome com o do contraventor. E o senhor, como homem do Ministério Público, deve saber que eu tenho esse direito.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu não admito que V. Sª fale sobre mim. Eu não admito que V. Sª fale sobre mim. Eu só fiz uma questão de ordem. Não concebo que V. Sª se dirija a mim. Não concebo!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não concebo que V. Sª se dirija a mim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, por favor! Eu quero pedir a V. Exªs calma, calma. Vamos ouvir o depoente.

Por favor, tem a palavra V. Sª.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu não faltei com o respeito ao Deputado...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não faltei, não; não faltei, não!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu não concebo que ele se dirija a mim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senhor depoente, V. Sª não se pode dirigir aos Srs. Parlamentares. Só quando for indagado.

Por favor!

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Imprescindível que sejam incluídos aqui os nomes dos trabalhadores com dinheiros não contabilizados, caso dos Srs. Lúcio Fiúza e Jayme Rincón, controladores de finanças extraordinárias do nosso Governador.

Lúcio, em cuja casa a Polícia Federal...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sr. Deputado...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Por favor! Por favor! Por favor!

Sr. Deputado, por favor!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Depoente, não vamos entrar nisso agora.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu estou aqui, em respeito a este Plenário...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Sr. Deputado. V. Exª não pode desacatar a testemunha.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – As pessoas orientadas por celular para me atacar que o façam à vontade. Eu estou aqui para trazer o direito de depor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha*) – Por favor, Sr. Deputado...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Estou aqui para contribuir com a sociedade.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quero saber a quem ele está acusando de estar sendo orientado pelo celular, Sr. Presidente.

Ele está aqui fazendo o quê? Isso é molecagem!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Depoente, o senhor...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Senhoras e senhores, quem está em casa acompanhando esta transmissão da CPMI vai saber muito bem, ao analisar os fatos, que alguns dos senhores não estão preocupados em esclarecer coisa alguma. Alguns dos senhores...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, o que é isso?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu não admito acusação de desqualificado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, presida esta CPI!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Sr. Depoente...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A verdade dói.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu não admito isso, Sr. Presidente!

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O controverso sou eu, que criou a turma da panelinha, que deu ao Sr. Marconi retumbante vitória...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Depoente, por favor. Por favor...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu sou o controverso a quem os sicários palacianos, em nota oficial, chamaram de mentiroso e irresponsável.

Controverso, irresponsável e mentiroso.

Eu, que sempre ajudei a reelegê-lo...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Depoente...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Senhoras e senhores, nós temos que entender que as pessoas que querem saber da verdade estão preocupadas em ouvi-la. Eu estou aqui para contar as coisas que fiz, em ajuda ao meu governador, ao meu candidato Marconi Perillo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu estou aqui, desde o começo, ouvindo o senhor. E agora percebo que o senhor não está dizendo a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Sr. Deputado! Por favor, Sr. Deputado!

Mantenho a palavra com o depoente.

Por favor! Por favor, Sr. Deputado Rubens Bueno, o senhor não está querendo conduzir a reunião. Por favor, Sr. Deputado! Por favor! O senhor vai ter o direito de fazer as suas inquirições, as suas indagações.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Retomando a conversa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Retome o depoimento.

Eu estou tentando conduzir o depoimento. Entendo as emoções dos senhores. Agora, estou tentando conduzir ao final. Estou tentando levar esse depoimento ao final.

Por favor, Sr. Depoente, conduza a sua fala. Aqui estamos para lhe ouvir. Espero que o senhor tenha respeito a esta Comissão, e espero que esta Comissão possa, democraticamente, lhe ouvir para as indagações.

Por favor.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sr. Presidente, peço ao senhor que considere a minha presença aqui um respeito a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, tem a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Só virá à luz a verdade se quebrados os sigilos bancários, fiscais e telefônicos dos mais próximos de S. Exª – o irmão Antonio Perillo, o cunhado Sérgio Cardoso e os sócios formais e informais –; que sejam checadas as empreiteiras da área da construção civil que têm negócios em parceria com ele; que confiram a R Diniz e a Central do Brasil.

Pelo que chegou ao meu conhecimento, como jornalista investigativo, a R Diniz tem sócios que são sócios do governador em alguns investimentos, caso de compra de terreno em Pirenópolis, juntamente com Marcelo Limírio, José Augusto D'Alcântara Costa, que é dono de um hotel e de um cartório de registro de imóveis.

Soube que está em execução grande obra, no Município de Aparecida de Goiânia, situada na Avenida Brasil, Jardim Belo Horizonte, e nesse investimento há um triunvirato associado, formado por Marcelo Limírio, parceiro de Cachoeira, José Augusto de Alcântara Costa e, fechando o trio, a Galula Empreendimentos, empresa de José Pivec, o pleno e potenciário secretário de Estado, tido como o outro homem que manda no governo. O governador teria feito um aporte de capital. Falam que tal obra envolve muito dinheiro.

Ainda em Aparecida, foi adquirido, em 2011, outro gigantesco terreno – consta do balanço final daquele ano – como bem pertencente a R Diniz Construções; mas informação que se tem é de que foi o governador quem pagou os R$800 mil pela área. Os sócios são os mesmos: R Diniz, José Augusto, Marcelo Limírio, mais um filho e uma filha e, dessa vez, o próprio governador.

De acordo com memorial descritivo, o imóvel entregaria três áreas, e as três estão registradas com matrículas no Cartório do Registro de Imóveis de Notas de Aparecida.

Não estão aqui relacionados os outros bens imobiliários não declarados por S. Exª, mas que significam relevante patrimônio.

Como sugestão, Sr. Presidente, Sr. Relator, é importante que sejam seguidos os passos da Srª Daisy Brandino, alta executiva de banco suíço, consultora financeira de graúdos e famosos, como Emerson Fittipaldi, Rubens Barrichello, Lady Gaga, citada também nas ligações pelo Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos. Como diz o ditado "para se achar o dono, basta seguir o dinheiro".

É o que eu tenho a dizer aqui aos senhores, o controverso Bordoni, que criou a turma da panelinha que deu ao Sr. Marconi a retumbante vitória sobre o maior político da história de Goiás; controverso Bordoni a quem os sicários palacianos, em nota oficial, chamam de mentiroso e irresponsável; controverso, irresponsável e mentiroso Bordoni que o ajudou a se reeleger em 2002, que o ajudou a chegar ao Senado em 2006 e, mais uma vez, a governador em 2010, sempre usando o meu nome assinado em todos os programas.

Em todas essas vitórias eu era o cara, o pé quente e o bom; de trinta dias para cá, sou o que de pior pode haver. Os seus pistoleiros midiáticos, quase uma centena paga a peso de ouro para promover a sua pessoa, a sua imagem, ainda que com argumentos irreais e para caluniar opositores, usaram todos os meios de comunicação para minha desconstrução moral e como ser social.

Em Brasília, fizeram espalhar que eu havia sido comprado pelo PT e pelo PMDB. Em Goiás, que havia sido comprado pelo Braga, arqui-inimigo de S. Exª;

depois fui comprado pelo Cachoeira; depois, usando a mulher do próprio, vem aqui dizendo que eu o extorquia.

Aqui mesmo nesta Comissão, chamou-me o governador de figura controversa. Controverso, mentiroso e irresponsável, como diz na ação judicial. Gabou-se aqui de ter as contas eleitorais aprovadas sem ressalvas, que os meus serviços foram contratados por R$33.300,00 e pagos a mim sem intermediários.

Lanço um repto ao governador para que prove que eu recebi pela campanha esses R$33 mil, sob pena de passar por mentiroso diante desta Comissão e do País.

Conta sem ressalvas, não sem razão o faz tudo experiente Lúcio Fiúza Gouthier cuida das contas dele; nada fica a dever a grandes auditores. Quem o tem independe de Price White House.

Lamentavelmente, o Governador Marconi veio aqui e faltou com a verdade quando negou o débito para comigo. Negou pendências em relação a mim, como se essa fosse a única vez ou a primeira vez.

Ele quis tirar o meu *blog* do ar. Ele quer me punir, me destruir, anular-me como ser social; basta acompanhar a campanha que está sendo feita por aí.

Eu não sou o primeiro a ser vítima da tirânica soberba. Outros me precederam, mas espero ser o último a quem ele agride e o primeiro a trazer aos senhores a oportunidade de que se mostre que ninguém está absolutamente acima da lei.

Constrange estar aqui. Tem-se por hábito entender tal presença ante esta Comissão somente para aqueles que têm culpa no cartório. A culpa, se a tiver, será a de ter crido em quem não merece fé.

Nós entendemos que é fundamental que tenhamos nesta CPMI, como cidadão brasileiro, acompanhando o trabalho dos senhores, que tenhamos a oitiva dos governadores, por exemplo, de todos eles, não só dos dois que aqui estiveram, mas de todos aqueles citados nas conversas na CPMI.

Constrange estar aqui porque há o risco de ser partícipe de um triste espetáculo, principalmente quando se ouve dizer que, onde fui mal interpretado, de que veta-se a oitiva de Pagot, com informações sobre caixa dois, e do *pas de deux* da *rive gouche*, Fernando Cavendish, dono da Delta, e de Sérgio Cabral, Governador do Rio de Janeiro.

Sei do empenho de V. Exªs, Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, no sentido de que o resultado desse esforço corresponda à expectativa da sociedade brasileira. A grande maioria dos seus Pares, percebe-se, está comprometida com a causa. Que todos nós nos somemos a esse esforço de esclarecer tudo isso, porque, afinal de contas, é o interesse público e o interesse da Nação.

Dito isso, coloco-me à disposição dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Luiz Carlos Bordoni.

Primeiro, Sr. Luiz Carlos, é importante que V. Sª tenha a clareza dos motivos que trazem as pessoas a esta CPMI. Nós estamos investigando organização criminosa e, como V. Sª aqui falou, estamos no rastro do dinheiro dessa organização criminosa. Não há preocupação aqui... As informações que V. Sª trouxe na sua primeira fala serão, claro, por nós analisadas. Os temas que V. Sª trouxe aqui são relevantes e quero que V. Sª saiba que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem o compromisso de perseguir a verdade, onde ela estiver. O senhor vem a esta CPMI com um compromisso, basicamente: o compromisso de dizer a verdade.

Tenho certeza de que o depoimento de V. Sª colabora com esta CPMI na medida em que recursos financeiros dessa organização criminosa foram parar na conta da filha de V. Sª. Essa descoberta faz com que o senhor esteja aqui hoje entre nós, colaborando com esta CPMI, a fim de que possamos desvendar essa organização que continua operando e atuando, apesar de seu principal chefe ainda manter-se preso.

Com esse sentido de buscar o dinheiro da organização criminosa, eu indago a V. Sª, porque V. Sª já disse aqui que fez campanhas eleitorais para o hoje Governador Marconi Perillo em outras oportunidades e para outros políticos.

V. Sª tem informação de que outras campanhas eleitorais tiveram pagamento feito por empresas ou pelo próprio Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sr. Relator, eu trabalhei em todas as campanhas do Sr. Marconi Perillo, de 1998 até 2010. Eu só tive conhecimento de envolvimento de caixa 2, de dinheiro, de pessoas estranhas ao meio com esse depósito feito. Eu nunca tive esse tipo de problemas, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na campanha de 2002, o Governador Marconi Perillo pagou ao senhor em espécie?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Na campanha de 2002, o saldo ficou de ser recebido e eu acertei justamente com o Sr. Lúcio, na residência dele. Fui lá receber.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Depois da campanha eleitoral?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Depois da campanha eleitoral.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual era, precisamente, o papel de V. Sª nas campanhas do Governador Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu produzia todos os programas de rádio da campanha do Senador Marconi Perillo, do Governador Marconi Perillo, desde a primeira campanha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em 2002?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em 1998 até 2010.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Havia algum registro, nas campanhas anteriores, na carteira de V. Sª?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Algum contrato de prestação de serviço?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não há contrato de prestação de serviço porque, quando você trabalha com um candidato de quem você é amigo e que você aposta nele...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Os pagamentos realizados eram feitos de que forma? Mensais?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Parte de... Algumas campanhas são feitas através de agências, as agências que pagam, não é?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Bordoni, porque o senhor já disse os temas, o senhor já, de alguma forma, tocou os temas, aqui, que eu quero perguntar de V. Sª, mas é preciso, para que tenhamos condições de averiguar com mais detalhes as verdades que V. Sª quer dizer a esta CPMI, nós precisamos identificar mais datas.

Nesse sentido, eu vejo, aqui, que em 2010 V. Sª trabalhou pela quarta vez na campanha do Governador Perillo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não teve nenhum contrato de prestação de serviços em nenhuma campanha?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, em nenhuma campanha ele fez o contrato de serviço. Não há contrato de serviço do ...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é sócio da ArtMidi? Art Mini?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não, não tenho nada a ver com a ArtMidi.

A ArtMidi é um empresa que tem um estúdio, uma mesa de som, do áudio. O operador, o engenheiro de som é meu amigo. Nós gravamos os programas no estúdio dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas qual é o serviço, então, que a Art Mini fez para a campanha do Governador Perillo? Porque tem uma nota fiscal de um serviço.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tem uma nota fiscal de um serviço. O pagamento feito dessa nota fiscal, de R$33.300,00, foi uma das parcelas do acerto que foi feito do Governador, do candidato Marconi Perillo comigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o senhor recebeu 33 mil...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quarenta mil reais eu recebi do candidato, R$30 mil em espécie, R$30 mil dessa nota, descontados os impostos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ah, então, esses 33.300 o senhor recebeu da Art Mini?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Recebi... A ArtMidi cedeu a nota para que eu recebesse do comitê, porque, como pessoa autônoma, eu não tinha empresa para receber.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas a Art Mini prestou serviços para a campanha do Governador Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, ela foi contratada por uma outra empresa que prestou serviços para o Marconi Perillo, a Makro Vídeo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Seria a Makro Vídeo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Makro Vídeo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual era o papel, então, da Makro Vídeo e Som na campanha do Governador Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A Makro tinha os estúdios, os equipamentos que eram usados para poder fazer as gravações, só isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não foi contratado por essa empresa Makro Vídeo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não, não, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não há contrato?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, todos os acertos que eu fiz foram com o Marconi. O Marconi era meu amigo, nós acertamos todas as coisas juntas, desde 98.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não há emissão de nota fiscal?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E recibo? V. Sª deu algum recibo para ele?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Alguns recibos que foram assinados em campanha, mas para ele eu não dei recibo nenhum, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em qual campanha?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em 98, campanha de 2002. Na campanha de 2010, eu fiz as campanhas dos dois Senadores e do Governador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas há recibo em qual campanha? Na de 2002 o senhor deu recibo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em 2002... Não me lembro da história dos recibos de 2002.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em 2006?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em 2006, campanha para Senador, eu recebi com recibo, paguei com recibo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E em 2010? Fugiu à regra, então, no recibo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, em 2010, fugiu à regra. O acerto foi feito com o candidato. Como ele viajava para faze a campanha o tempo todo, teve problemas de atraso, essa coisa toda, e ele repassou a parcela para o comitê fazer. Eu recebi do comitê.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, quando o senhor diz aqui que fez recibos, em 2006, este pagamento foi feito de que forma em 2006? Foi em dinheiro? Foi em cheque? Foi transferência bancária? Porque veja o esforço nosso aqui, Sr. Bordoni: as declarações do senhor nós temos de dar embasamento a elas com outros instrumentos,...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) –... com outros meios de provas. Porque é claro que há uma versão aqui apresentada pelo senhor, nós não temos razão para desconfiar da versão do senhor, porque o senhor tem boa vontade ao comparecer a esta CPMI, já fez isso na imprensa ao dar suas declarações e vem aqui reafirmá-las e pode contribuir ainda mais com o trabalho desta CPMI. Só que nós precisamos acostar às informações que V. Sª traz a esta CPMI outros elementos de prova. Por isso que eu estou fazendo aqui a pergunta em relação aos recibos.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – As campanhas... Os pagamentos que eu recebi em campanhas, eu recebi diretamente do candidato; recebi das agências que foram contratadas por ele. E esta última campanha apenas que nós ficamos de fazer o nosso acerto entre nós e acabou dando essa confusão toda aí. Eu não tenho recibos dados, na oportunidade, de prestação de serviços para ele não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, o senhor disse aqui que em 2010 – se eu entendi bem –, que em 2010 o senhor fez a campanha desses Senadores.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Fiz.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De quais Senadores?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Demóstenes Torres.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como foi feito o pagamento? O senhor fez uma referência aqui a R$200 mil, que teria sido o acerto da campanha. É só da campanha do Governador Perillo ou da campanha dos Senadores inclusive?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Eu fiz o pedido de R$200 mil para fazer a campanha do Governador, e ele contrapropôs R$120 mil, mais um bônus de R$50 mil pela vitória. Foi o que nós acertamos. As...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a campanha dos Senadores?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A dos Senadores, eu fiz contratado pela MKPOL Marketing Político e pela AMP, agência de propaganda de Goiânia, que fez a de Lúcia Vânia. A MKPOL fez a do Demóstenes, e a AMP fez a de Lúcia Vânia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E eles pagaram o senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pagaram.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Estas duas agências?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Estas duas agências pagaram corretamente. Sem problema.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Durante o período eleitoral ainda?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Durante o período eleitoral.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No tempo de prestação de contas regular.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente. Correto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o senhor está afirmando aqui que só a campanha do Governador Perillo que o senhor recebeu R$33.300,00, da Art Mini, e recebeu no início da campanha quanto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quarenta mil

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De que forma o senhor recebeu isto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu recebi das mãos do candidato, no gabinete dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe precisar a data?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A data aproximada.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi antes do começo da campanha. Eu lembro-me que eu estava aguardando, junto com outras pessoas, para falar com ele, e quando ele me recebeu no gabinete dele, ele estava com o Prefeito de Piracanjuba e lideranças políticas daquela região e, no cômodo contíguo, ele me passou a importância de R$40 mil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há testemunha desta entrega?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Testemunha não há. Não há testemunha dessa entrega.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas este cômodo contíguo é o quê? Onde que ele fica?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Fica atrás da mesa do escritório dele. No escritório dele tem uma divisória onde ficam livros, fotos, e atrás, nós fomos para a parte de trás...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele lhe entregou, então, dinheiro em espécie?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em espécie.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual o valor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quarenta mil reais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Onde estavam esses recursos?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em um envelope amarelo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Dentro do envelope?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dentro do envelope amarelo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele tirou esse envelope de onde?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por incrível que pareça, até virou chacota a história, mas estava dentro de um frigobar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia... Frigobar? Não era um cofre?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – o senhor... Havia, neste frigobar, o senhor teve condições de ver se havia mais dinheiro lá?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não vi. Eu vi ele abrir e fechar e me entregar o envelope. Só.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Os pagamentos, então, o senhor está dizendo aqui que foram feitos de R$40 mil, no início da campanha. Estes R$30 mil foram pagos quando?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por volta de 21 de setembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por volta de quando?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Vinte e um de setembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem fez o pagamento ao senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Este de 21...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De R$30 mil.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi o comitê de campanha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas em espécie?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, foi feito em... Ele fez o pagamento para a ArtMidi, que repassou o dinheiro para mim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, houve, durante a campanha, um pagamento de 40 mil....

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Mais um de 30 mil, este dessa nota, e mais R$10 mil que eu recebi depois da campanha do escritório do Sr. Jayme Rincón.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor recebeu da mão dele?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Da mão dele, em espécie.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esse escritório fica onde?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Fica na avenida que vai para o aeroporto, próximo ao aeroporto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Alguma pessoa viu o senhor entrando lá? O senhor esteve com alguém no escritório do Sr. Jayme Rincón?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu fui lá com a minha filha, mas várias pessoas estavam lá, pessoas que eu não conheço, pessoas que trabalham ali. Eu aguardei durante um período que ele pudesse me atender. Ele me atendeu, recebi o dinheiro e fui embora. Eu me mudei para a Bahia. Foi quando eu viajei para a Bahia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor viajou para a Bahia quando mesmo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – No final do ano, em novembro, por aí, eu me mudei para a Bahia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa data... O pagamento de R$10 mil foi no final do ano, precisamente...?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi depois da campanha. Não posso precisar para o senhor se foi outubro, novembro...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse que remanesceu do período eleitoral, da campanha de 2010, qual volume de recursos mesmo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – R$40 mil dos R$120 mil. Eu já havia recebido R$80 mil. Ficaram faltando R$40 mil, mais os R$50 mil do bônus pela vitória.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – R$ 90 mil?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – R$90 mil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem passou... Por que Alberto & Pantoja, a empresa-fantasma – nós sabemos agora – do Sr. Carlos Cachoeira, depositou o dinheiro na conta da filha do senhor? O senhor já disse aqui, mas eu queria que V. Sª repetisse a título de que foram esses recursos.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Duas parcelas pendentes dos R$90 mil que restavam: uma parcela foi depositada em abril, e a segunda parcela em maio.

Eu passei o número da conta, e o Sr. Lúcio Fiúza Gouthier, que resolve as questões do governador, é o assessor contábil dele, me telefonou pedindo o número da conta. Eu estava viajando e falei: "Minha filha é que resolve os meus problemas. Pode depositar na conta dela." E passei o número da conta para ele.

Surpreendentemente, nós só fomos saber que foi Alberto & Pantoja agora que teve o problema do depoimento do Senador Demóstenes no Senado com o Senador Pedro Taques cruzando as informações e detectando o depósito feito lá. E apareceu o nome da Bruna. E quisemos esclarecer. Só isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse aqui que recebeu, então, R$ 40 mil, R$30 mil, R$10 mil e duas vezes de R$45 mil.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, e duas vezes de R$45 mil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E esses R$3,3 mil da nota fiscal?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Do imposto que foi descontado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Seria em razão do imposto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, aqui, o senhor ofereceu o seu sigilo telefônico também?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ofereci sigilo telefônico, bancário e fiscal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, nós vamos poder constatar que, antes e depois do depósito...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem ideia de que período, mais ou menos? O senhor pode afirmar para nós, talvez, a data inclusive? Se for afirmativo, melhor. Em que data o senhor passou a informação para o Lúcio da conta da sua filha?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu passo ao senhor inclusive aqui o extrato da conta. No dia 14 de abril...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, esse foi o depósito. Falo da ligação para o Sr. Lúcio Fiúza.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ah, a ligação... O Lúcio ligou...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele que ligou para o senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ele que ligou. Ele que estava encarregado de fazer o depósito, ele estava encarregado do pagamento e ligou no dia do pagamento. No dia dos dois pagamentos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em que período foi isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi no dia 14 de abril, e o segundo pagamento...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – 14 de abril.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O segundo pagamento no dia 18 de maio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As críticas que o senhor faz ao parque Mutirama ocorreram em que período?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Essas críticas ao parque Mutirama ocorreram recentemente. A questão da Delta...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas coincide com o período dos depósitos ou não?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não, não. A questão do Mutirama foi depois. A crise do Mutirama começou a acontecer a partir de agosto de 2011. Antes, estávamos discutindo na televisão a questão da licitação da Delta para a instalação de pardais no trânsito, a fim de flagrar o pessoal que não respeita a velocidade, essa coisa toda.

Nós criticamos, e aí o diretor da Delta ligou para o Cachoeira pedindo para interceder junto ao Deputado...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas as críticas que V. Sª fazia ao parque Mutirama foram em que período do ano? Foram em 2010?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foram em 2011?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – 2011 e 2012.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – 2011 e 2012. No segundo semestre ou no primeiro?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em 2011, no segundo semestre. Esse ano foi só nessa primeira metade do ano.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o senhor recebeu os recursos da Alberto & Pantoja antes das críticas. É isso que o senhor está dizendo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Recebi antes das críticas. Não tem nada a ver uma coisa com outra. Tanto que eu estou pedindo aqui a requisição das gravações dos programas, para que nós possamos pegar todos os programas...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas é *a posteriori* aos depósitos?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – *A posteriori* aos depósitos, para provar que não tem nada a ver uma coisa com outra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós sabemos aqui, pela quebra de sigilo, que um depósito da Alberto & Pantoja foi em abril de 2011. E da outra em-

presa que o senhor disse o nome aqui? Qual o nome da empresa mesmo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É Adécio e Rafael Construção e Terraplanagem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi um depósito?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Depósito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi quando esse depósito?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi no dia 18/5; 18 de abril.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ou seja, todos os depósitos o senhor está falando aqui que foram antes das críticas ao Parque Mutirama?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor. Todos antes da crítica ao Parque Mutirama.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Bom, o senhor disse aqui que o Sr. Lúcio Fiúza ligou para o senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe dizer de qual telefone ele ligou para o senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Não sei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Era celular?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quando você atende telefone...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não observou?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu não percebi se era celular ou se era do Palácio. Mas ele me ligou, primeiramente, informando que iria fazer o pagamento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Bordoni?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Hã?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para nós é importante que o senhor faça um esforço de identificar se o telefonema veio de um telefone particular do Sr. Lúcio, ou de um telefone, por exemplo, do Palácio, ou da casa dele? Do Sr. Lúcio Fiúza?

O senhor não se lembra?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Não posso precisar para o senhor, Sr. Relator, se foi do telefone fixo ou se foi do telefone celular. Não posso precisar para o senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E em razão do telefone do senhor, o telefonema foi feito em qual telefone? Da sua casa? Do seu escritório?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Do meu celular: 84217045.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele ligou no seu celular?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não. Já está anotado nas notas taquigráficas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – E há o outro telefone que é da minha filha: 96426160

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora... Como? Não entendi.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – 9642...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – 9642?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – 6160.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas esse telefone é da sua...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Minha filha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele ligou para o telefone da sua filha ou para o telefone do senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ligou para mim e ligou para ela.

A primeira vez que ele ligou...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por qual motivo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ligou para pedir o número da conta bancária, uma vez, para mim. Eu não tinha o número da conta e dei o telefone dela para ele pedir a conta para ela.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E depois da realização dos depósitos, ele volta a ligar avisando que o depósito havia sido feito?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Volta a ligar avisando que o depósito havia sido feito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nas duas oportunidades?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nas duas oportunidades.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como V. Sª pretende enfrentar a ação judicial que move o Governador Perillo contra o senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Bom, eu vou enfrentar levando as informações que eu tenho, as provas que eu tenho, de que disponho e, lamentavelmente, terei que enfrentá-lo no tribunal, coisa que eu jamais poderia esperar, já que nós vivemos bons momentos, grandes vitórias. Enfrentamos duros inimigos pela frente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Luiz, ainda agora sobre a questão do Sr. Carlos Cachoeira...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Só para corrigir aqui, por gentileza, Sr. Relator.

O meu telefone é 96426140.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esse é o telefone de quem?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Da Bruna, minha filha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Da Bruna.

Qual a relação do senhor, Sr. Luiz Carlos, com o Sr. Carlos Cachoeira? Qual era?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não conheço o Sr. Carlos Cachoeira. Nunca o vi nem sei quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor nunca...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nem sei quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor nunca esteve com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nunca estive com o Sr. Carlos Cachoeira. A única pessoa próxima a ele que eu conheço é o Sr. Wladmir Garcez, que foi Vereador, Presidente da Câmara Municipal de Goiânia. Mas não conheço mais ninguém.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor participou de algum evento social em que ele estava?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor. Nenhum evento social.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nunca se encontrou...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nunca teve reunião com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nunca, nunca, nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como o Sr. Carlos Cachoeira era conhecido em Goiás, como empresário, como bicheiro, como contraventor? O senhor, que é uma pessoa do mundo da imprensa, deve ter notícia das pessoas e das figuras importantes que existem no Estado.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ele sempre teve relações com os políticos em Goiás, mas ele acabou aparecendo com destaque depois do episódio do Waldomiro Diniz, tanto que ele passou a se poupar e a sair menos e ter contatos explícitos com políticos e ele simplesmente era tido realmente como um homem do jogo, o rei do jogo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Era conhecido assim?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Como o rei do jogo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual era o jogo que se conhecia que ele operava?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ele operava a questão do caça-níquel. Mas, quando havia a legalidade para a exploração de jogos, ele inclusive assinou um contrato com o governo, a Gerplan, que era a empresa dele, dirigiu a loteria no Estado de Goiás, durante um período. Houve um aditivo, inclusive, ampliando esse contrato. Aí o Governador Marconi Perillo, na época...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso foi em que ano?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi de 1996 a 1998, por aí, que ele teve esse envolvimento com o governo de Goiás nesse contrato da Gerplan. Foi um contrato legal, inclusive. Era permitido esse tipo de coisa, a licitação.

Aí quando houve a prorrogação e quando houve o episódio do Waldomiro Diniz, o Governador Marconi Perillo houve por bem rescindir...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia de que o Sr. Carlos Cachoeira, nas campanhas anteriores a essa, apoiou politicamente, financeiramente as campanhas do Governador Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Financeiramente não sei. Mas, tal como as empreiteiras todas, quem tem interesses apóia sempre.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, nessa linha: há notícia de que ele teria apoiado... o senhor pode nos dar alguma dica, pista ou informação, claro, como testemunha que vem aqui na obrigação de dizer a verdade?

Eu ressalto isso porque se V. Sa. não se lembrar, não souber, V. Sa. pode usar desse instrumento.

Mas a pergunta é: nas campanhas de algum deputado federal, estadual, se V. Sa. tem notícia... Senador, nas campanhas anteriores a 2010, que o Sr. Carlos Cachoeira, nessa organização criminosa, teria financiado.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não tenho notícias de financiamento de campanha por parte dele.

O Cachoeira apareceu com mais destaque no mundo político quando eclodiu a questão do Waldomiro Diniz, mas não de apoios dele.

Agora, o assessor político dele Wladimir Garcez esteve nas campanhas sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor falou aqui de contratos, que há contratos de interesse de empreiteiras...nessa linha, eu pergunto se o senhor tem notícia de algum contrato específico em que os interesses de Cachoeira tenham se materializado em contratos com o governo de Goiás, ou com qualquer outro governo? Para o senhor nos informar sobre esse contrato para irmos... o senhor citou aqui o Sr. Edvaldo. Tem notícia de algum contrato específico?

O senhor falou da relação política do Sr. Edvaldo com o Sr. Carlos Cachoeira. Eu queria que o senhor nos ajudasse a pontuar.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Relator, com relação a contratos, eu não tenho nenhuma informação. Eu sei das relações políticas, das relações sociais entre eles, mas em termos de contrato, não. Eu soube de contrato, por exemplo, da Delta com o governo na questão dos carros da segurança pública, mas os contratos foram feitos com licitação, dentro da tramitação

da Lei nº 8.666, sem problema algum. Pelo menos a legalidade...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas os interesses da organização criminosa se materializam nas indicações e quando se ganha algum contrato. O senhor tem notícia de algum contrato que tenha sido fraudulento, questionável?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não. Com relação à fraude, não tenho notícia, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor suspeita de algum contrato que possamos verificar, requisitar?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse aqui das relações do Sr. Edivaldo. O Sr. Edivaldo era uma pessoa do Sr. Carlos Cachoeira no Governo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Era uma pessoa do Sr. Carlos Cachoeira no Governo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a Srª Eliane Pinheiro? Quais eram os vínculos dela com o Sr. Carlos Cachoeira? O que o senhor pode dizer?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A Eliane era uma pessoa que tinha contato direto com ele. Inclusive...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com quem?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Com o Cachoeira. Ela viajou, inclusive, para os Estados Unidos, e a viagem foi paga por ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa informação nós temos. O senhor tem alguma coisa a acrescentar sobre episódios de que o senhor tenha conhecimento que envolvam a Srª Eliane e o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não tenho. As informações que eu tenho, acompanhando o cotidiano do trabalho que é feito pela Polícia Federal... E, pelas informações da mídia, que tem feito um trabalho de investigação também, podemos conhecer outras coisas. Mas, com relação à Srª Eliane, só sei que ela é uma pessoa de relações próximas com o Sr. Carlos Cachoeira, nada mais do que isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor já sabia antes?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Das relações dela com o Cachoeira?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não sabia antes. As coisas se revelaram todas agora. As coisas emergiram todas agora, afloraram todas agora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas há as pessoas que representavam o Sr. Carlos Cachoeira no Governo. A Polícia Federal usa a expressão "cota de nomeação" da organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira no Governo. O Sr. Edivaldo está entre eles?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Está entre eles.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Sr. Jayme Rincón?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O Sr. Jayme Rincón já é uma pessoa de relacionamento pessoal do Governador Marconi Perillo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Sr. Alexandre Baldy?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O Sr. Alexandre Baldy... Eu soube do Alexandre Baldi, eu o conheci como homem do Governo agora que ele foi nomeado. Eu nem sabia da existência dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Ronald Bicca?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Também fiquei sabendo que existia esse cidadão quando ele foi nomeado para o Governo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu queria voltar a outro tema: o senhor pode entregar os extratos para esta CPMI, o mais rapidamente possível? Podemos fazê-lo na data da reunião administrativa, mas o senhor pode se antecipar e nos encaminhar os extratos das contas bancárias do senhor e da sua filha só no dia dos depósitos, especificamente?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Os extratos já estão anexados aos documentos que entreguei para o senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o dos telefones que o senhor acabou de falar?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dos telefones? O senhor quer extrato do telefone?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exato.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Então, vou ter de requerer ao Judiciário, porque a companhia telefônica disse que, depois de seis meses, embora o telefone seja da gente, só com autorização judicial é que se podem fornecer extratos antigos. E são extratos de 2009.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, vamos requisitar isso aqui na próxima reunião administrativa.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tenho a impressão de que fica muito mais fácil para o senhor...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Se o senhor tem de requisitar isso ao Judiciário...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mesmo sendo o titular da conta?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É verdade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia de algum outro fornecedor que tenha sido pago na campanha do Governador Perillo ou de qualquer outro candidato da mesma forma que o Governador

Perillo pagou ao senhor, via as empresas do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Há a informação de que o instituto de pesquisa que realizou o trabalho para a campanha foi pago com dinheiro da Alberto e Pantoja, o instituto Serpes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor tem notícia de alguma outra pessoa física que tenha sido paga como o senhor foi pago?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não, tanto que sugeri aqui, no meu pronunciamento inicial, que se quebrasse o sigilo bancário de Alberto e Pantoja, para se ver a relação...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso nós quebramos.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Certo? Porque, através disso, vai ser possível identificar...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Minha pergunta é outra: o senhor tem notícia de outra pessoa que tenha usado o instrumento de empresas laranjas para pagar financiamento de campanha, para pagar despesas de campanha, ou que tenha sido paga da mesma forma como o senhor foi pago, em espécie?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não tenho, não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não tem notícia?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não tenho notícia, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Diálogos captados pela Polícia Federal dão conta de que Cláudio Abreu, Diretor da Delta Centro-Oeste, pediu a Carlos Cachoeira "para resolver o problema do Bordoni", pois V. Sª estaria tecendo duras críticas – o que já falei aqui – ao trabalho da Delta no parque Mutirama. Indago de V. Sª se, em algum momento, o Sr. Carlos Cachoeira procurou o senhor para falar sobre as críticas que o senhor estava fazendo. Existiu o movimento do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não. Nunca conversei com esse cidadão, nunca o vi. Ele inclusive... O Cláudio Abreu pediu a ele que conversasse com o Deputado Carlos Alberto Leréia, que é uma pessoa ligada tanto a mim quanto ao Governador, para que intercedesse que eu parasse de criticar a Delta porque estaria atrapalhando a questão de licitações de negócios que eles estavam fazendo. Só que essa crítica que foi feita não tem nada a ver com o Mutirama, essa crítica tem a ver com os pardais. As críticas ao Mutirama eu as fiz depois de agosto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As críticas aos pardais foram feitas quando?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foram feitas nesse período, no começo do ano mesmo, essa...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De 2011?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente... Por fim, eu queria indagar de V. Sª se o senhor trabalhou para a campanha... O senhor já disse aqui que trabalhou para a campanha do Senador Demóstenes Torres, para a campanha da Senadora...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Lúcia Vânia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Lúcia Vânia. Do Deputado Carlos Leréia?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Do Deputado Sandes Júnior?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Do Deputado Stepan Nercessian?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para alguma outra campanha o senhor trabalhou?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor. Só fiz as campanhas...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em 2010?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Só as campanhas dos majoritários. Do Governador e dos dois Senadores.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A nossa assessoria me traz aqui a informação de que a Adécio & Rafael foi a empresa que pagou Valdir dos Reis, preso no DF, na Operação Saint-Michel. É uma empresa... O senhor disse aqui ser uma empresa fantasma, criada lá por aquele senhor conhecido, Rubmaier Ferreira, que inclusive nós já convocamos a presença desse contador aqui na nossa CPMI.

Muito obrigado, Sr. Luiz Carlos Bordoni, pela colaboração de V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, agradeço ao Sr. Relator.

Vamos, agora, passar a palavra aos autores dos requerimentos.

Eu peço, e tenho certeza da compreensão dos senhores, que devamos continuar com esta oitiva, dentro de todos os limites da civilidade, da urbanidade, do respeito mútuo. Já passamos da fase do estresse. Esperamos que tenhamos agora o máximo de aproveitamento.

Com a palavra, para o seu tempo de dez minutos, o primeiro autor do requerimento, o Senador Pedro Taques.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

Seria possível ler a lista, para sabermos quantos autores tem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei, em atenção a V. Exª. Sempre faço assim, em atenção a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pedro Taques, Carlos Sampaio e Randolfe Rodrigues. Mais alguma coisa, Senadora?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, antes de ligar o meu tempo, por gentileza, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu gostaria de saber se a pessoa jurídica Adécio & Rafael Construções e Terraplanagem... Eu estou fazendo um requerimento de afastamento do sigilo bancário dela, uma vez que foi citada a pessoa jurídica pelo Sr. Bordoni. Se já existe isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não? Estou fazendo um requerimento de afastamento de sigilo bancário e fiscal dessa pessoa jurídica.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com o nosso apoio, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o apoio da relatoria, peço à Secretaria para recebê-lo e... V. Exª tem...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O meu tempo está contando. Eu só estou...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não. O seu tempo começará agora.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado.

Posso iniciar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Inicie. E ganhou 20 segundos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado.

Sr. Luiz Carlos Bordoni, tudo bem com o senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tudo bem, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu sou o culpado da sua vinda aqui, porque, como o senhor disse inicialmente, eu, fazendo o cruzamento de servidores do Senado com aqueles que teriam recebido valores da Pantoja, chegamos ao nome da sua filha. Eu parto da premissa de que as pessoas são honestas, até que se possa comprovar o contrário. Por isso eu quero lhe dizer que parto da premissa de que o senhor e sua filha sejam pessoas honestas e pessoas de bem.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu gostaria de saber do senhor o seguinte: o senhor fez referência a que recebeu um valor, em *cash*, do Governador Perillo. Esse valor, 40 mil, estava dentro de um envelope. O senhor depositou em qual conta?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu não depositei de imediato o dinheiro. Eu, pagando algumas contas, no fim, algumas despesas feitas, pagas, foram depositados na conta... Na minha conta e na conta da minha filha. Parte dos dois.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Na conta física e na conta da sua filha. O senhor declarou isso no imposto de renda?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Estão declarados os 40 mil que recebeu?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Os R$40 mil estão declarados, e os outros também, todos os outros depósitos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Inclusive da Décio?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Inclusive da Décio. Nos dois depósitos foram recolhidos o devido tributo. Ah, o senhor está falando dos 40 mil em dinheiro?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, senhor.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Os 40 mil em dinheiro, o acerto feito com o candidato foi que os impostos seriam recolhidos por ele e não por mim.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Os impostos seriam recolhidos por ele? Está certo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tanto que eu tomei a providência de recolher os impostos dos R$90 mil depositados, já que tal providência não foi tomada por ninguém.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Os 40 mil eu entendi a conversa que o senhor teve, que o senhor está dizendo. Minha pergunta objetiva: o senhor declarou esses 40 mil na declaração de pessoa, na declaração de renda do senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Na declaração de renda? Não, não declarei.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não declarou. Esses 40 mil não declarou.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito bem. O Governador Perillo entregou ao senhor, ele já entregou em *cash* ao senhor, não mandou ninguém entregar.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ele pessoalmente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ele pessoalmente. Está certo. Eu não estava aqui, estava em

outro evento no Senado. A natureza da relação da filha do senhor, a Srtª Bruna, com o Senado. Ela foi nomeada um dia. Eu não entendi isso. O senhor poderia me explicar? Parece-me que o senhor já disse, mas eu gostaria de ouvir.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em 2005, ela foi nomeada pelo Senador Demóstenes Torres como assessora parlamentar. Na primeira campanha do Senador, em 2002, no dia de começar o programa de rádio, ele não tinha programa dele para colocar no ar. Eu estava no estúdio, ele estava preocupado com isso. Eles estavam pensando em colocar até o áudio do programa de TV no rádio, para não ficar ausente o recado. Eu gravei o programa para ele, gravei toda campanha, fiz toda a campanha com ele, para ele, não cobrei nada, não pedi nada. Mais tarde, ele me disse que, em gratidão pela ajuda, queria nomear minha filha. Eu falei: o senhor conversa com ela, se ela quiser, tudo bem. Ele havia nomeado a Bruna como assessora parlamentar. Ela veio fazer os exames médicos e estava com um problema de saúde sério, uma taxa elevada de hepatite C, com comprometimento da saúde. Tanto que ela entrou na fila do transplante da Beneficência Portuguesa e conseguiu fazer o transplante, graças a Deus.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Por isso, ela não ficou no Senado.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não ficou no Senado. Ela não chegou a tomar posse.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está certo. Como é o nome da mãe da Bruna?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sônia.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sônia de quê?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sônia Vaz Monteiro.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A senhora Sônia Vaz Monteiro trabalha ou já trabalhou com o Governador Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A informação que tenho é que ela trabalha no governo do Estado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ainda?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Qual é a função dela hoje?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não sei. Nós somos divorciados há muito tempo. Eu não sei.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu sei que o senhor é divorciado dela. Eu gostaria de saber se...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu sei que ela exerce função, sim, no Estado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É no gabinete do Governador?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não sei. Não sei onde ela exerce função. Sei que ela está trabalhando no Estado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu vou insistir na pergunta. Quero saber se o senhor sabe se ela, sua ex-esposa, mãe de sua filha Bruna, trabalha diretamente com o Governador Perillo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, diretamente não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está certo. O senhor é um homem bem informado. Já nos disse aqui vários acontecimentos. O senhor é jornalista. Gostaria de saber se as relações do Senador Demóstenes com a construtora Delta e com o Cachoeira eram de conhecimento popular lá em Goiás?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Nós, como o Brasil todo, fomos pegos de surpresa.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor é um homem bem informado, de Goiás.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sou um homem bem informado, mas não saberia jamais que o Sr. Demóstenes Torres tinha um envolvimento com o Sr. Carlos Cachoeira. Eu fiz a campanha dele de 2010. Fui pego de surpresa. Sempre tive uma admiração pelo Senador. Fiquei realmente surpreendido com a informação de que havia um envolvimento dele com o contraventor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Entendi. O senhor já fez referência a isso, mas justifiquei que aqui não me encontrava. Existem notícias na imprensa. Vi isso e tenho essa informação, não consegui checar, de que o senhor estaria tentando extorquir o Cachoeira para que o senhor não falasse mal do Demóstenes. Eu sei que esse é um tema que, para um homem de bem – e eu parto da premissa de que o senhor é um homem de bem –, é algo que precisa de uma explicação. O senhor já ouviu isso? Qual é a explicação que o senhor tem sobre isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Senador, eu entendo isso como uma estratégia utilizada para tentar me desacreditar perante os senhores, perante a opinião pública. Eu lamentei profundamente que eles tivessem partido para esse tipo de conduta, para se defender de situações que nem haviam sido colocadas, nem sido discutidas.

Sinceramente, como posso eu, com quase 70 anos de idade, achacar o Sr. Carlos Cachoeira, que é o homem que acomoda uma das maiores organizações criminosas do País? Quem sou eu, com essa idade, para poder chegar ao Sr. Carlos Cachoeira, que manda e desmanda, que controla praticamente duas Polícias do Estado, que conhece, mais do que ninguém, como funcionam os meandros da fiscalização sobre o com-

bate e a repressão à jogatina no País? Quem sou eu pra poder achacar Carlos Cachoeira?

As pessoas precisam respeitar a dignidade dos outros, parar de achar que todo mundo tem a moral no lixo, que todo mundo não presta, que ninguém vale nada...!

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Certo.

Só um detalhe: o senhor recebeu R$40 mil em dinheiro, R$45 mil via Pantoja, R$45 mil via Adécio; é isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E esse restante? Não recebeu até hoje?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, recebi o restante. Foi colocada a questão dos R$30 mil pagos pelo comitê...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Esses R$30 mil pagos pelo comitê o senhor declarou no seu Imposto de Renda?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Declarados no Imposto de Renda, e o detalhe da...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Esse tem nota fiscal daquela pessoa jurídica?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A nota de pessoa jurídica.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor era autônomo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Autônomo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Na prestação de contas do Governador Perillo, em algum momento, aparece o nome do senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Que eu saiba, não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor foi, na campanha dele...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tanto que não aparece, Senador, que o único documento que eles acharam para me ligar a essa história que eles criaram foi essa nota fiscal, de R$33.300,00. O único documento que eles acharam para poder...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está certo.

Sr. Presidente, eu agradeço. Não tenho mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, nobres Pares, eu tenho em mãos a condenação criminal, por 12 anos, aqui dita pelo depoente de forma tranquila, mas penso eu que ninguém ficaria tranquilo em ser condenado 12 anos criminalmente. Eu tenho em mãos uma condenação por ofensa exatamente por prática de injúria e difamação. Tenho em mãos um inquérito instaurado por crime de imprensa, que, para sorte do depoente, prescreveu.

Digo isso, Sr. Presidente, para deixar claro que, pelo que vi dos antecedentes criminais do depoente, temos que tomar cuidado com o que escreve. Refiro-me a condenações específicas. Ainda não sei se temos que tomar cuidado com o que fala; com o que escreve, tenho minhas convicções pessoais.

O depoente, Sr. Presidente, sem dúvida, é uma pessoa polêmica. Já escreveu defendendo o nazismo...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI (*Fora do microfone*.) – Que é isso?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já escreveu um "Monólogo sobre a Vagina" – perdoem-me aqui falar sobre isso –, e tenho para mim que, se fosse instado a falar sobre Jesus Cristo, ele perguntaria: "A favor ou contra?"

Digo isso, Sr. Presidente, porque alguns dos textos que recebo em mãos do depoente são textos que destoam ao longo do tempo, mostrando certa flexibilidade na sua postura contra "a" ou contra "b", muito lembrando os bambus, que se curvam conforme os ventos, ora para um lado, ora para outro.

Disse o depoente, em um de seus artigos, sobre o PMDB: "é uma canalhocracia". E indagou: "Como pode o PMDB, o maior partido do Brasil, abrigar tanta gente safada, pilantra, imbecil e idiota." Em outra oportunidade, disse o depoente: "O Gilberto Carvalho é o canalha-mor da República." "Tem ministros corruptos que manda no Congresso com dois $$ [e daí ele esclarece em seu artigo). Os cifrões são os valores recebidos pelos Srs. Deputados e pelos Srs. Parlamentares."

O que percebo, senhor depoente, é que V. Sª tem uma certa facilidade para falar a favor ou contra o interesse de sua conveniência. V. Sª acha que guardou alguma coerência ao longo de seu tempo como redator, como escritor, como poeta? Ou V. Sª concorda que houve mudanças de postura ao longo dessa sua trajetória como jornalista?

O PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, o senhor depoente.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O senhor citou artigos buscados em meu *blog*, publicados há algum tempo, analisando situações e circunstâncias em sua respectiva época.

As referências que fiz... Primeiro, com relação aos processos e à condenação de doze anos e essa coisa e tal, esse processo...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, se me permite, pela ordem.

Eu vou me reservar o direito de fazer as perguntas todas, porque eu já vi que ele vai se alongar

por demais. Eu vou fazer todas as perguntas e ele me responderá ao final.

O PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Faça as perguntas e ele responde para poder usar seu tempo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Sª hoje se diz aqui aviltado por ter sido acusado por um cidadão, Sr. Wladimir Garcez, que, todos sabemos, nenhum defende a postura de Wladimir Garcez, por uma razão muito simples: é evidente a participação dele, o conluio dele com a organização criminosa. Ninguém está aqui para defendê-lo. Mas me assusta V. Sª se aviltar quando um cidadão que responde a um processo faz indagações desse nível a minha pessoa... V. Sª foi condenado criminalmente. Ele foi processado e, pelo que sei, em algumas instâncias aí... Só para fazer um registro, porque o microfone tudo aceita e precisamos fazer esses registros.

A respeito do depósito, valor de R$45 mil, da empresa Alberto Pantoja, V. Sª afirmou que pediu esse dinheiro... para que esse dinheiro fosse depositado na conta corrente de sua filha, porque estava viajando.

Eu fui informado, gostaria da confirmação de V. Sª, que, na data do depósito em dinheiro na conta de sua filha, o senhor estava em Goiânia, gravando um programa de TV do Sr. Paulo (não sei se é assim que se pronuncia) Beringhs, na TV Brasil Central e que, nesse dia, inclusive, houve uma entrevista ao Prefeito de Goiânia. Então, pergunto se V. Sª estava lá, quando foi feito o depósito, ou estava em Brasília como afirmou. Mas há uma outra pergunta: se estivesse em Brasília – que está ao lado de Goiânia –, eu pergunto: por qual razão V. Sª, que tanto quer preservar sua filha o que é perfeitamente compreensível, pediria para depositar na conta dela e não na sua.

O senhor disse aqui que queria honrar sua filha... E disse que queria vir a esta CPI exatamente por isso. Então, indago: por qual razão utilizou-se da conta bancária da titularidade de sua filha e não a sua própria? É por que V. Sª sabia que se tratava de dinheiro sujo, como afirmou à esposa do Sr. Carlos Cachoeira (e reiterou o Sr. Wladimir Garcez) ou porque o senhor sabia que era dinheiro sujo porque o senhor não o declarava como, de fato, não o declarou?

V. Sª disse aqui hoje que sempre tratou, no fio do bigode, todas as contratações e nunca emitiu um recibo. Tanta sapiência, tanta inteligência, mas V. Sª sempre confiou no seu ídolo Marconi Perillo e nunca declarou esses bens, pelo menos esses valores que recebia por fora. Uma pergunta de ordem bastante objetiva: Como V. Sª declara seus bens se quase tudo que recebe é por fora, nas campanhas políticas?

Eu confesso ao senhor que fiquei surpreso quando disse que recebeu um dinheiro que foi retirado da geladeira para lhe pagar. Ao que pude sentir hoje, quem efetivamente tem dinheiro frio é V. Sª, dinheiro frio, não declarado e depositado na conta da filha, cuja reputação se quer defender.

A minha indignação com a postura de V. Sª aqui hoje é porque o artigo do Código de Processo Penal, ao falar – foi a questão de ordem que levantei ao Sr. Presidente – ao falar especificamente, o art. 213 diz sobre a testemunha: "O juiz não permitirá [portanto, V. Exª] que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, salvo quando [imprescindíveis para a] narrativa do fato."

Ele fez ilações e fez assertivas pessoais com intuito único, exclusivo – e é uma coisa de uma clareza irretorquível, inquestionável – atacar a honra do Governador Marconi Perillo. Falou de contratos que sabia. Daquilo que lemos nos jornais, ele falou como se conhecesse por ser amigo do Governador. Todos lemos, até o Relator foi aqui muito correto ao falar: "Não, disso todos sabemos". Ele começou a dizer sobre coisas que líamos e lemos. E, ao final, quis dar orientações a esta CPI de como proceder. Queria dizer como nós deveríamos agir para não sermos marionetes. Quis dizer a esta CPI quais eram as contas bancárias que deveriam ser quebradas. Sr. Presidente, eu não concebo hipocrisia, não concebo molecagem para com a minha pessoa e em respeito a esta CPI. Intervim sim, e não podia aceitar que ele se dirigisse a mim...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Fazendo qualquer tipo de aferição, ou qualquer tipo de sugestão, ou qualquer tipo de análise sobre a minha pessoa. Se ele quiser fazer, faça nos artigos que normalmente escreve e, se eu achar que fui ofendido, entro criminalmente como tantos entraram e já tiveram ganho de causa. Essa é a seara dele, escrever no jornal. O que escreve pouco me importa, mas aqui, vir aqui como alguém que foi condenado criminalmente querer ensinar a mim como procedo, querer ensinar a mim como se deve ou não agir, não concebo, não aceito em defesa desta CPI . Faço esse registro aguardando as respostas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o depoente para responder às indagações do Deputado Carlos Sampaio.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Primeira coisa, eu não fui condenado. Segunda coisa, os processos a que respondo, aos quais se referiu o Deputado Carlos Sampaio, são processos decorrentes de brigas "míqueas" pelo meu candidato Marconi Perillo. Basta

ler o conteúdo da denúncia que foi apresentada para se constatar isso.

A condenação de 12 anos, à qual já me referi inclusive na minha apresentação... Entendi até que houve um excesso do Sr. Juiz da dosimetria da pena, porque não caberia tudo isso, foi por crime de opinião. Ele julgou um processo, Sr. Deputado, que já estava prescrito. Essa condenação foi *a posteriori*, inclusive, com anulação requisitada pelo próprio Ministério Público Federal e atendida prontamente. Então, essa condenação não existe, permanece apenas – e tão somente, Deputado – a ação cível da indenização.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não existe razão da prescrição?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Da prescrição. Correto?

Então, não há essa condenação, eu não tenho pendências na Justiça. E as brigas, Deputado, foram por conta do meu candidato, da campanha em defesa dos interesses da campanha. Não me arrependi de tê-lo feito. Arrependi-me depois, sim, de tê-lo feito de modo errado e de ter agredido pessoas. Reconheço que eu me excedi e até me desculpei publicamente aqui com a Drª Mariana e com o Marco Túlio, marido dela; são Procuradores da República do Estado de Goiás.

Com relação à questão de o Wladimir ter feito as acusações, o senhor disse que eu fiquei estarrecido por ter sido atacado por uma pessoa. Eu fiquei estarrecido por ser atacado, Deputado, sabe por quê? Porque eu não tenho nada que desabone a minha vida. Eu não tenho nenhum crime, nenhuma condenação por ato ilícito, por ter metido a mão em dinheiro de ninguém. Ele cometeu o delito dele. Ele está sendo usado. Ele é um braço direito político de um contraventor que se infiltrou na área política e está comprometendo... É um elemento nocivo à política. E ele está sendo usado para tentar desviar a atenção de uma situação que não fui eu quem criou, Deputado.

Eu não sabia da questão do depósito dos R$90 mil. Jamais soube que seria de Alberto, de Pantoja. Eu nunca tive qualquer relacionamento com eles. E sabe por que o depósito foi feito no nome da minha filha? Porque é ela quem paga as minhas contas. É ela quem dirige o meu carro; eu não dirijo. É ela quem cuida de mim. Eu moro sozinho em um *apart hotel*. Então, é ela quem cuida das minhas coisas. Por isso, eu pedi que se colocasse o dinheiro na conta dela. E todos os depósitos, todos os dinheiros que eu recebo eu também coloco lá. E vou acrescentar outro aspecto também para justificar, caro Deputado. Nessa ação por danos morais que foi movida e na qual eles pedem cinco mil salários mínimos, o juiz já havia determinado a apreensão de recursos que entrassem na minha conta. Eu não poderia jamais ter colocado dinheiro lá porque esse dinheiro seria apreendido por conta dessa ação. Então, os depósitos eram feitos na conta dela justamente por isto: para me proteger. Só a minha aposentadoria é que entra ali.

Com relação aos 45 mil, está aqui, Sr. Deputado. Inclusive estão nos autos – eu tenho aqui – os Darfs do imposto pago. Estão aqui os Darfs do imposto pago.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Dos 128, o senhor declarou 40, é isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não. Aqui estão declarados os R$90 mil que eu recebi e que foram depositados na conta de Bruna. Inclusive...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Recolhidos em que época?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Recolhidos no tempo hábil. O ano fiscal é 2011, e a declaração é de 2012. Está pago.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Qual é a data de 2012?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi parcelado isso aqui.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Qual é a data de 2012?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – 31 de dezembro. Data do vencimento: 30 de abril...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Depois que veio à luz todo o episódio?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Depois que veio à luz...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Daí o senhor recolheu?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Recolhi, porque...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Só para eu entender.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não é questão de sorriso, não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não estou sorrindo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O depoente está com a palavra. Vamos mantê-la.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Como eu já havia dito aqui, os acertos que são feitos... Quando você acerta uma campanha, quem paga o imposto... Livre do imposto é o que a gente recebe. Então, a campanha sempre recolheu os impostos tanto que, dos R$30 mil que eu recebi, R$3,3 mil ficaram por conta dos tributos devidos tanto do ISSQN como do Imposto de Renda. Correto? Foi descontado isso daí.

Eu estou pagando um imposto que... Eu me senti no dever de pagar um imposto, já que quem deveria ter pagado não o fez, Deputado. Então, a providência foi tomada nesse sentido.

Achar que eu estou usando o nome da minha filha para poder esconder coisas de minhas relações com contraventor, com dinheiro sujo de caixa dois... Que pai colocaria a filha numa situação dessas?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se me permite apenas uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Nós estamos conversando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não, não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Dentro de um clima de cordialidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O senhor continua com a palavra. Do contrário, não vamos a lugar algum.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Uma finalização. Ele disse...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, peça para alguém fazer a inscrição. Por favor, Deputado Sampaio.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Para quem não me conhece e não sabe dos meus problemas, eu sou parksoniano; então, eu não posso dirigir. Ela é quem cuida das minhas coisas. Eu... Ela é o meu anjo da guarda.

Com relação a essas campanhas por fora, dinheiro por fora, Deputado, se se fizer uma investigação em todas as campanhas eleitorais, se chegará a essa conclusão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas eu estou me referindo a V. Sª, não às outras campanhas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Está certo.

Dinheiro por fora: nós recebemos dinheiro por fora em todas as campanhas. Recebemos, sim, dinheiro por fora em todas as campanhas. Nós trabalhamos pra um patrão que a gente sabe que luta para arrecadar recursos de campanha. Quando você recebe dinheiro em dinheiro, sem ser em cheque, que você possa depositar em banco e comprovar a origem desse pagamento, fica tudo mais simples. Agora, eu pergunto: como é que eu vou depositar um dinheiro que eu não sei de onde ele vem?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor está acostumado, então, a receber dinheiro sem saber a origem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Carlos Sampaio. Por favor, Carlos Sampaio. Por favor.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A verdade... A origem que eu sei é quem me pagou. A origem é de quem me pagou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço ao depoente para...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É só declarar em nome de quem recebeu, de quem pagou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço ao depoente para concluir as suas indagações ao Sr. Deputado...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu estou respondendo às perguntas do Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...porque outros Parlamentares também querem participar das indagações.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Então, são circunstâncias, Sr. Deputado, em que nós nos envolvemos nisso porque as campanhas são movidas dessa maneira, ninguém sabe a origem do dinheiro, quem paga a quem, não é verdade? As doações são as doações declaradas, mas a gente sabe que nem sempre esse dinheiro declarado é o único que existe em campanha. E, com relação a essas pendências todas, com certeza, eu estarei pronto para respondê-las junto à Receita Federal, no que for necessário e na parte que me couber.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, se me permite uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, Deputado, eu considero que V. Exª usou o tempo regimental de dez minutos, e V. Exª fez inúmeras perguntas posteriores ao uso do tempo regimental. Portanto, eu creio que V. Exª tenha exercido, de forma cabal, o direito...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu explico, Sr. Presidente: é que houve aqui, com o depósito feito na conta da filha e o reconhecimento do não recolhimento, isso é crime contra a ordem tributária. Eu gostaria que fosse comunicada a Receita sobre o que foi dito hoje pelo depoente, em defesa do Fisco! É crime contra a ordem tributária. E ele simplesmente confessou esse crime.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, só dizer que essa matéria de V. Exª não é uma questão de ordem. A questão de ordem é sobre a ordem dos trabalhos. Essa é uma outra questão,

e, como sugeriu o Presidente efetivo, V. Exª poderia passar essa questão a outro dos Srs. Parlamentares.

Eu passo a palavra agora, para uso regimental, para o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Luiz Carlos!

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pois não, Senador. Como vai o senhor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Tudo bem?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Bem, obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quero retomar...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O senhor me dá um segundinho, por gentileza?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não. Fique à vontade.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Só para acrescentar que os tributos relativos aos depósitos feitos foram todos recolhidos, e estão aqui os DARFs comprovando.

Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quero retomar, então, da última pergunta: quais campanhas o senhor participou? De quantas campanhas o senhor tem participado em Goiás ou por onde tenha sido? E de quais campanhas eleitorais o senhor tem participado?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu participei das quatro campanhas eleitorais do Governador Marconi Perillo, da campanha eleitoral do governador candidato Alcides Rodrigues, e participei de duas campanhas eleitorais do Tocantins – três campanhas eleitorais do Tocantins: uma para prefeito e duas para o governo. De 1990 para cá, eu tenho trabalhado em todas as campanhas, e a primeira campanha que eu participei foi em 1986, na eleição do Governador Henrique Santillo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Se eu ouvi bem, eu ouvi uma afirmação aí de que todas as campanhas têm algum dinheiro por fora. Todas essas campanhas tiveram dinheiro por fora?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não. Há campanhas que nós somos contratados por agências de publicidade, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Então, você, no caso da agência de publicidade, como eu sou autônomo, eu assino uma RPA, com os tributos deduzidos ali e recolhidos devidamente. Apenas em duas ou três campanhas que eu tive problemas de atraso de acerto, em que não foi possível ter como declarar isso em termos de recebimento, porque eu recebi em *cash*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Especificamente em relação à campanha do Governador Perillo, teve dinheiro por fora?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu fiquei sabendo agora que teve dinheiro por fora porque eu vi lá Alberto & Pantoja e também vi aqui a Adécio & Rafael Construções e Terraplanagem Ltda., que, como se constata da Operação Monte Carlo, há uma conversa entre o Geovani e o Deca, abordando justamente o depósito feito por Adécio & Rafael Construções e Terraplanagem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Da Adécio, o senhor pode só relembrar à CPI de quanto foi o depósito?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi de R$45 mil. Os dois foram de R$45 mil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O seu pagamento, então, foi pela Adécio e pela Alberto & Pantoja?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Alberto & Pantoja.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero somente chamar a atenção para o fato de que essa empresa, a Adécio, tem a nova denominação de G&C. Ela aparece na Operação Saint-Michel e tem sede aqui no Distrito Federal. Pelas informações que nós temos na CPI, ela foi usada pelo Geovani, tesoureiro da organização criminosa, para pagar o Sr. Valdir dos Reis, conhecido lobista de atuação aqui no Distrito Federal. Existe um requerimento de nossa natureza, Sr. Presidente e S. Exª o Relator, solicitando a quebra do sigilo bancário e fiscal dessa empresa. Eu creio que o depoimento aqui do Sr. Luiz Carlos Bordoni torna necessário e urgente nós apreciarmos tal requerimento.

Continuando, então, Sr. Luiz Carlos, o senhor se sente ameaçado? O senhor sofreu algum tipo de ameaça?

Faço essa pergunta porque nós temos percebido que o juiz que prendeu o Sr. Cachoeira tem sido ameaçado, a procuradora da República que participou da Operação tem recebido ameaçada, e eu considero essa informação importante: o senhor se sente ameaçado, ou – perceba, estou perguntando em dois níveis –, primeiro, o senhor sofreu algum tipo de ameaça, de coação, ou o senhor, por acaso, se sente ameaçado?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Por enquanto, não, Senador. Eu apenas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Por enquanto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu apenas sou alvo hoje de histórias da carochinha. Seriam histórias que, lá em Goiás, o povo sabe o que significa. Seriam histórias contadas da Pizzaria da Lourdes, lá em Goiatuba. Mas, sinceramente, não há nada disso. Só ofensas e essa campanha de difamação contra mim. Agora, não sei a partir de hoje, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Hum, hum.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A partir de hoje, já é outra história.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Essa campanha que o senhor alega, pelos meios de comunicação, faz o senhor se sentir ameaçado?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Faz. É claro que faz, porque a gente percebe que não há medida, não é? As pessoas partem para a agressão verbal, elas atacam a honra das pessoas com uma leviandade extrema. Então, ali ninguém respeita ninguém, todo mundo é tratado como bandido. É como... Eu, que cubro o Congresso, que estou aqui toda quarta-feira, eu discuto isso muito com as pessoas. "Ah, a política não presta". Eu digo: "Não é a política que não presta; existe gente que presta e não presta em todos os lugares. Agora, você não pode julgar todos os políticos por dois ou três que fazem coisas erradas".

E as pessoas precisam ter essa medida. Só que não existe régua pra medir. Eles estão medindo sem régua e sem nada. Então, eles estão atacando, do modo que bem entendem, a moral da gente, agredindo família, agredindo filhos, e isso realmente constrange.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sobre o Sr. Carlos Cachoeira, o senhor tem informações sobre o nível de participação dele na campanha do Governador Marconi Perillo, e sobre qual teria sido esse nível de participação?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não tenho. Não tenho. Eu fiquei sabendo do envolvimento de Cachoeira com as coisas da política diretamente com o problema que aconteceu com o Senador Demóstenes Torres, que pegou todos nós de surpresa. Depois, a partir daí, começando a levantar os fatos, acompanhando as investigações e acompanhando o trabalho investigativo da imprensa, você começa a identificar que, realmente, há relações, e se constata que há relações entre o Governo e o contraventor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E sobre a participação dele em outras campanhas no Estado de Goiás o senhor tem informação?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não tenho informação. Sei de influências dele no governo passado, por exemplo, em que ele tentou nomear o diretor do Detran...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – No governo passado de quem?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Do Alcides Rodrigues. Ele tentou nomear o diretor do Detran, mas não conseguiu. A pessoa indicada por ele foi nomeada para a Metrobus. E o diretor do Detran que assumiu neste ano e que foi substituído, o Edivaldo, no governo passado, presidia as Centrais de Abastecimento do Estado de Goiás.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – V. Sª, certamente – todos nós podemos perceber isto –, é uma pessoa muito bem informada e deve ter conhecimento de todas as histórias dos bastidores da política goiana. Por isso, eu lhe pergunto: o senhor saberia descrever qual seria a influência do Sr. Cachoeira na política do seu Estado, quais as relações que ele mantinha com agentes políticos?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A influência a gente percebe, a gente acaba identificando em um ponto e noutro, como no caso, por exemplo, de a Polícia acompanhar os jogos. Quando haveria as batidas policiais nas áreas de jogos, estas eram informadas, para avisar o pessoal para sair de campo antes. Quer dizer, ele tinha ramificações dentro do aparelho do Estado. Isso é notório e sabido. Inclusive, também pelas constatações feitas pela Operação Monte Carlo e pela Operação Vegas, sabe-se das relações dele com pessoas de dentro do Palácio. E o agente político dele é um assíduo frequentador do Palácio.

Na CPI, ontem, ele disse que havia passado o número da conta da minha filha para o Geovani fazer o depósito do achaque de R$200 mil que eu tinha feito. É interessante que ele pode ter passado, sim, o número da conta, que o Lúcio Gouthier passou para ele, para que ele fizesse o depósito da conta em nome de Alberto e Pantoja, porque nunca tivemos qualquer relacionamento. Eu o conheço de vista. Eu o vi como vereador, como vereador cassado, como vereador processado pelo desvio de R$7 milhões, dinheiro do INSS dos servidores da Câmara Municipal de Goiânia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – No seu depoimento, o senhor fala de participação ativa da organização do Sr. Carlos Cachoeira no governo de Goiás. O senhor chegou a falar numa cota política de participação. O senhor tem informações para detalhar qual seria essa cota política de participação no governo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não! Cota política, é a Polícia Federal que usa muito essa terminologia. Eu apenas registrei que a indicação do presidente do Detran é indicação clara dele, porque o Sr. Edivaldo é sócio dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só o Detran?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Que eu saiba, é só o Detran.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para concluir – o meu tempo está terminando –, quero saber sobre a participação de empreiteiras nas campanhas de Goiás do Governador ou em outras campanhas, notadamente, especificamente sobre a participação da empreiteira Delta. Quais as informações que o senhor tem?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não tenho informação. Sinto muito, Senador. Dessa parte de levantamento de recursos a gente fica distante. Você vai cuidar mais do material de campanha, sem se envolver na questão administrativa. A gente só se envolve na questão administrativa na hora de receber, e, quando demora para receber, a gente se envolve mais ainda. E no fim se envolve de um modo muito ruim, como aconteceu nesse episódio aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado.

Eu queria fazer só uma última pergunta: em relação aos R$40 mil, por que o senhor tomou a decisão de não declarar?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tomei a decisão de não declarar, porque, primeiro, eu gastei praticamente o dinheiro pagando as minhas contas. E tomei a decisão de não declarar, porque, confesso para o senhor, eu não quis declarar. Eu, simplesmente, não quis declarar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu queria falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio Costa, V. Exª já está inscrito como Líder, mas o procedimento adotado pelo Presidente...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A cada três, fala um líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A cada três, fala um líder. Então, agora, vamos começar a conceder a palavra aos três parlamentares, que são autores de requerimentos. Mas V. Exª sabe disso e há de concordar que procedemos conforme a jurisprudência desta Comissão.

Com a palavra, a Srª Senadora Vanessa Grazziotin, do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento o depoente.

Eu peço até desculpas porque vou perguntar algumas coisas, insistir em algumas perguntas porque, para mim, não ficou exatamente claro.

Se eu bem entendi, um serviço contratado por R$120 mil e mais R$50 mil de bônus, em caso de vitória... os primeiros R$40 mil teriam sido pago diretamente pelo Governador; os R$30 mil – porque os três e trezentos, segundo o senhor, equivaliam a tributos – teriam sido pagos através da nota fiscal única que existe da ArtMidi.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Certo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E depois o senhor teria recebido R$10 mil.... os R$10 mil que o senhor recebeu foi do Sr. Rincón?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi do Sr. Rincón. O Sr. Jayme Rincón, que era o tesoureiro da campanha, o financeiro da campanha, ele que coordenava isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Era ele que coordenava.

Então, R$10 mil o senhor recebeu dele?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dele.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Depois teve o depósito dos R$45 mil?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Que foi alvo dessa controvérsia que o traz aqui nesta CPMI.

Foi o Sr. Lúcio que ligou para o senhor para fazer esses depósitos?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O Sr. Lúcio foi o encarregado pelo Sr. Governador de fazer os depósitos, de fazer os acertos, de como ia fazer os acerto comigo, porque eu estava morando na Bahia e voltei justamente porque eu não conseguia receber esses R$90 mil. Eu ligava para o Jayme Rincón e ele não atendia; deixava recado e nunca retornou.

Então, eu tive que voltar para tentar receber isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Qual era o papel do Sr. Lúcio na campanha do Governador de Goiás.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O Sr. Lúcio sempre foi o faz-tudo do Governador, ele é o assessor contábil do Governador.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Ele trabalhava junto do Sr. Jayme Rincón, que era o oficial, o coordenador financeiro oficial da campanha? O senhor tem essa informação?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Trabalhando junto, não.

Eu sei que o Sr. Lúcio é quem resolve todas as pendências de campanha do candidato. Desde 1998

até hoje, que eu saiba, é ele que resolve isso. Inclusive foi ele que resolveu todas pendências comigo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E quando o senhor recebeu esses R$10 mil do Sr. Rincón, eu não me lembro se o senhor citou a data exatamente...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, foi depois da campanha. Já passou...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Tem algum registro de ligação? Foi ele que lhe procurou ou o senhor que o procurou? Com foi isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, ele me ligou.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Ele que ligou?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pedindo para passar lá que ele tinha algum dinheiro para me passar. E eu fui para receber. Tomei um chá de cadeira, inclusive.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E onde foi? No escritório também?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Na empresa dele.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Na empresa dele.

Eu tenho aqui o depoimento do Governador Marconi Perillo na CPI e ele diz que, primeiro, "todas as despesas inerentes à campanha como Governador, incluindo às relativas aos serviços prestados ao senhor, foram feitas por meio da empresa contratada para a campanha." – que seria a ArtMidi. E que foram realizados dentro da lei e que a conta dele foi aprovada sem qualquer ressalva. E que em 2010 o responsável por todos os pagamentos foi o coordenador do comitê financeiro dele, Governador, que era o Sr. Jayme Rincón.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Então, o senhor teria, o senhor já disponibilizou a conta de telefone, a quebra de sigilo para comprovar que o senhor foi procurado pelo Sr Jayme Rincón, para passar lá para receber o dinheiro?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E qual é o seu efetivo relacionamento com essa empresa ArtMidi?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A ArtMidi é uma empresa de áudio de Goiânia, do meu amigo André Luís, e que tem um estúdio e a mesa para a gente poder gravar os programas ali. Então, ele foi contratado pela Macro, que cedeu todas as dependências para a campanha para poder produzir comigo os programas de rádio. É ele quem edita os programas, ele que monta os programas junto comigo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Mas o senhor não tem nenhuma outra ligação com a empresa...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nenhum vínculo com ele, inclusive...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E o contrato que o senhor fez foi apartado do contrato feito pela empresa?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Inclusive, nós temos...já até anexei aqui, Senadora, a declaração da própria ArtMidi dizendo que eu não tenho vínculo nenhum...não tive vínculo nenhum com ela para realização da campanha de 2010.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O senhor entregou isso à CPI?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Entreguei.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Essa é uma declaração da empresa que, durante a campanha....

Ah, Presidente, assim está difícil! Dá para descontar o nosso tempo, Presidente?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Então, o senhor passou. O senhor passou esse documento da própria empresa ArtMidi, com que o senhor não teve nenhum vínculo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Está aqui, Senadora. Inclusive...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Então, o senhor tinha um contrato – para que fique bem claro –, durante a campanha, e o contrato da ArtMidi era outro contrato.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Apenas uma parcela do pagamento foi feita através dessa empresa...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dessa empresa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Para o senhor.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Perfeito.

O Sr. Lúcio Fiúza, ele tinha algum papel oficial na campanha do Governador?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Que eu saiba, não. Ele é um assessor do Governador. Assessor...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Assessor do Governador. Ele é assessor do Senador Demóstenes também?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Que eu saiba, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Qual é o vínculo dele que o senhor conhece e possa nos dizer? O vínculo entre o Sr. Lúcio Fiúza e o Sr. Demóstenes.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não conheço nenhum vínculo deles.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Eu estou lhe perguntando isso porque eu já ouvi... Eu ouvi alguém dizendo o seguinte: que, na realidade, esses recursos que o senhor teria recebido através da empresa Pantoja...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – ...que, segundo o senhor, foi intermediado pelo Sr. Lúcio, por ele, ele que lhe ligou, dizendo que ia fazer isso, o senhor confiou que era ele que faria os pagamentos. Que ele teria feito esse pagamento por conta dos serviços que o senhor teria prestado para a campanha do Demóstenes. É isso, Sr. Luiz Carlos Bordoni?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não é não, Senadora. Inclusive eu tenho a nota aqui, da campanha, de uma das parcelas da campanha do Senador Demóstenes Torres, emitida pela ArtMidi, para a MKPOL Marketing Político Ltda. Como eu não tenho empresa, o André me cedeu a nota fiscal para que eu recebesse da MKPOL uma da... As parcelas da campanha do Senador Demóstenes Torres. E a campanha, a outra que eu fiz, que foi a da Senadora Lúcia Vânia, eu prestei serviços para a agência AMP Propaganda, de Goiânia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – É, porque isso o próprio Governador Marconi Perillo falou aqui. Ele disse: "Olha, repito, o Sr. Luiz Carlos Bordoni não prestou serviços apenas para a minha campanha. Prestava serviços também para outras campanhas eleitorais".

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Outras campanhas eleitorais. Lúcia Vânia e Demóstenes Torres, para duas agências que me contrataram para isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Mas isso tudo, pelo que eu entendi, era para tentar demonstrar... Ou então que esses recursos depositados na conta de sua filha Bruna, pela empresa Pantoja, dizia respeito a outras campanhas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nada a ver.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não tem nada a ver?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nada a ver, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Era na campanha do Governador Marconi Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O senhor confirma isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Confirmo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O que o senhor fazia na campanha do Governador? Pega essa última só, a de 2010. Não precisamos ir para as outras. Qual era mesmo o seu...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Rádio. Programa de rádio. Eu que fazia o programa de rádio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Mas o senhor só fazia locução ou o senhor preparava textos...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por incrível que pareça, eu nunca... De 1998 até 2010, eu nunca usei um texto para fazer programa do Governador. Nós fizemos... Eu fiz o programa sempre sem texto, mais com entrevistas, mais conversando com o público. A produção era minha, a criação era minha, tudo meu. Tudo meu.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Era isso que eu ia perguntar. Então, o senhor criava, o senhor produzia, o senhor gravava, o senhor fazia tudo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tudo meu. Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Nesse estúdio dessa empresa ArtMidi?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dessa empresa ArtMidi. Correto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E, na época da campanha, o senhor era procurado pelo Governador, pelo candidato... Por quem o senhor era procurado para trocar ideias sobre a campanha?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, nós conversávamos com... Tem a coordenação de campanha. O primeiro turno da campanha foi feito pelo Adriano Gehres. Ele trouxe até o pessoal de rádio para fazer. E o Governador disse a ele que rádio não precisava porque ele já tinha acertado comigo. Eu faria o rádio para ele. Então, o pessoal do Adriano não atuou na área do rádio. Cuidou só da parte da televisão. Eles fizeram só o primeiro turno. No segundo turno veio o pessoal do Paulo de Tarso para fazer a campanha, e eu continuei fazendo o programa de rádio, normalmente, como fazia no primeiro turno. Sem problema nenhum.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Fez o primeiro e o segundo turno?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O senhor tem troca de *e-mails* com essa equipe de campanha ou com o próprio candidato? Da época, tem... Lembra de alguma coisa assim?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, com candidato... Trocar *e-mail* com...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Com a equipe?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Mas com a equipe tenho. Fiz amizade com muitas pessoas...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Duas perguntas porque meu tempo já se vai. Só duas perguntas ao senhor. Uma o Senador Pedro Taques já fez. Eu só gostaria de complementar. O senhor recebeu os primeiros R$40 mil em dinheiro, depois mais R$10 mil. Esses recursos foram gastos em espécie ou foram depositados na conta de sua filha?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foram gastos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Em espécie? Nada foi depositado?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em espécie, nada depositado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Nada foi depositado?

Foi lida uma citação aqui, de o senhor tecendo duras críticas ao Governo; eu me refiro agora ao Governo Federal; o Deputado – eu não vou citar aqui, por conta do art. 14 – citou várias citações suas como jornalista, radialista, criticando e citando inclusive o nome do Ministro Gilberto Carvalho.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por conta do Sr. Marconi Perillo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Era isso que eu iria lhe perguntar.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – ...porque ele foi a Goiânia numa palestra, ele disse o seguinte: que não ia repassar dinheiro do Governo pra governo malandro, pra governo de gente que não tem responsabilidade, essa coisa toda. Ele fez severas críticas à moral do Governador. E eu comprei a briga. Eu usei os piores adjetivos que a senhora possa imaginar para dar uma resposta para o Sr. Gilberto, nessa altura, do que ele disse do Governador.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – A pedido do Governador...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – ...ou por sua própria conta?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por minha própria conta!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Na época, o senhor era aliado do Governador Marconi Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª se esgotou.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu dei um minuto a mais pela interrupção que tivemos quando...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não, não! Está bom. Sem problema algum. Eu acho que já fiz todas as perguntas, e é importante que se esclareça isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao ilustre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs Parlamentares, Srs. Parlamentares, o depoente confessa crime contra o sistema tributário nacional, sonegação. Revela má-fé, porque não declarou os R$45 mil que foram depositados na conta de sua filha e só o fez depois que o fato foi noticiado, na forma de escândalo. Confessa também crime eleitoral, cumplicidade com o caixa dois. E não prova determinadas afirmações. Por exemplo...

Vem a primeira indagação, e peço respostas rápidas, para que possamos dialogar.

Como pode provar que recebeu R$40 mil das mãos do Governador, dinheiro oriundo de um frigobar? Aliás, é inusitado se depositar dinheiro em frigobar. Como pode provar isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Do mesmo modo em que, se ele fosse chamado a provar que tivesse pago ou não pago. Senador... Senador...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu não estou perguntando se o Governador pode ou não pode provar.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Senador, eu entendi sua pergunta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu estou perguntando se o depoente pode provar. É isso que tem que responder.

Se o Governador pode ou não pode provar, indaguemos o Governador. Eu estou indagando do depoente Luiz Carlos Bordoni. O senhor prova que recebeu R$40 mil?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Senador, estávamos eu e ele quando eu recebi o pagamento. Se eu sou seu amigo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, não há prova. É isso que eu queria saber. Não há prova.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não há prova.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Segundo, o senhor não declarou, alegou que o Governador se comprometeu em pagar os impostos. Mas ele não pode pagar o seu Imposto de Renda!

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, a campanha pode.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E é bom até, porque está nos Anais aí, que V. Sª, em determinado momento, afirmou que parte do dinheiro foi usa-

da para pagar contas, e outra parte foi depositada. E, há pouco, o senhor disse que não depositou. É bom deixar isso claro porque há duas versões no mesmo depoimento, o que revela insegurança.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor disse.

Aliás, Sr. Presidente, esta CPI adotou uma prática que não é boa para a investigação: permitir que o depoente leia longos discursos escritos pelo seu advogado, pelos seus assessores, ou por ele próprio.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por mim mesmo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em outras CPIs, isso não se permitiu. É possível até que um depoente chegue aqui e leia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro Dias...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...*Lusíadas*, de Camões, e nós tenhamos de ficar aqui ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro Dias, eu vou só interromper para responder.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só assegure, então, meu tempo, por favor. Segure os outros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou segurando. Eu vou segurar nos sete minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vários depoentes aqui, de ambas as convocações, leram seus depoimentos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, leu o depoimento aqui o Governador Marconi Perillo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim, sim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...o Governador Agnelo Queiroz. Leu o seu depoimento aqui o Sr. Paulo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...o Sr. Paulo, diretor da faculdade, Walter de Paulo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Enfim, é uma prática que nunca foi questionada.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não, claro. Não há exceção à regra. Apenas estou dizendo que isso não é bom para a CPI e que talvez tenhamos de adotar esse procedimento futuramente.

Mas vamos às indagações. Em relação a esses 40 mil, não há prova, e V. Sª ficou inseguro, não sabe se depositou parte ou se não depositou parte, pelo menos isso consta dos Anais.

Gostaria de saber se V. Sª tem prova de que os 45 mil depositados pela Alberto Pantoja e também pela Décio foram realmente pagamento de campanha eleitoral, se tem prova disso.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Senador Alvaro Dias, se eu cobrei os 90 mil restantes da campanha do Sr. Governador, e ele determinou ao seu assessor que acertasse comigo, e ele ligou, dizendo que ia fazer os acertos comigo, e ligou, depois, informando as datas, pedi justamente a quebra do sigilo telefônico, para mostrar para o senhor que os telefones, os nossos telefones se cruzaram nos dias dos depósitos feitos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Bem, então nós esperamos a quebra do sigilo, para saber se há prova, porque, ao que consta, o Governador Perillo pagou todas as contas de campanha até o final do ano, não deixou para o ano seguinte, até porque quem vence a eleição paga com facilidade, dificuldade tem quem perde a eleição.

É estranho imaginar que só o senhor ficou sem receber dinheiro de campanha, que só foi receber no dia 14 de abril de 2011. Isso é estranho.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Será que foi só eu, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É evidente que, até este momento, pelo menos ao que conta, pelas informações que recebemos, todos tiveram suas contas saldadas à época.

Bem, não há prova...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ou porque todos ficaram silentes com o depósito aberto de Pantoja, e eu não fiquei?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não há prova. O senhor não confessou que recebeu de Alberto Pantoja. O senhor ficou sabendo depois que ocorreu o escândalo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não foi V. Sª que informou que recebeu de Alberto Pantoja. Essa informação nós tivemos aqui com a quebra de sigilo bancário da Alberto Pantoja. E V. Exª não tem prova de que foi pagamento da campanha eleitoral.

Há aqui uma gravação telefônica, se não me falha a memória, também, no discurso escrito, V. Sª disse que não foi citado em gravações de Carlos Cachoeira. Aqui há uma citação, e V. Sª tomou conhecimento.

A gravação, em que o senhor foi citado, numa conversa de Cachoeira e Cláudio Abreu...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu citei aqui, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... em que Cláudio Abreu – então, desculpe-me, citou – pede ajuda de Cachoeira, para resolver um problema com Bordoni,

"pois esse estaria batendo muito na obra do Parque Mutirama. E Cachoeira promete tomar as providências e vai pedir ao Leréia para falar com o Bordoni".

É bom destacar também que o senhor pediu demissão da emissora de TV posteriormente. Pediu demissão da emissora de TV em que fazia as críticas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu não trabalhava para a emissora.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor disse que as críticas foram feitas depois.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa gravação é anterior.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu posso ver esse documento do senhor?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não. O senhor não pode ver esse documento. Esse documento está no *banker* da CPI. Mas, posteriormente, V. Sª poderá tomar conhecimento.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pois é, eu queria conhecer o teor desse documento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O que há é uma gravação...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A gravação eu citei aqui, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É uma gravação...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Aliás, Senador...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu li aqui que é uma gravação...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Olha, não há só uma, não. Há mais gravações, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou-me referindo a uma gravação...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Há mais, do Cláudio Abreu para o Sr. Cachoeira e dele para o Leréia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – E do Leréia, que iria falar comigo e com o Paulo Beringhs, para revolver essa situação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É exatamente o que ocorreu.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Depois, coincidentemente, o senhor recebe um dinheiro da Alberto Pantoja, 45 mil.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, espere um pouquinho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E recebe um outro dinheiro...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O senhor está invertendo as coisas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu não estou invertendo as coisas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O senhor está invertendo as coisas. As críticas que eu fiz foram...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor é que está invertendo as coisas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – ... posteriormente, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) **–** Mas eu preciso usar bem o meu tempo. Mais algumas indagações.

Já que há esse confronto e essas contradições, Sr. Presidente, eu anuncio que vou encaminhar à Mesa um requerimento pedindo a acareação...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Será o máximo prazer que o senhor faça isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...entre o senhor Luiz Carlos Bordoni...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por gentileza, faça isso imediatamente, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...e o Sr. Carlos Cachoeira. Entre o Sr. Carlos Cachoeira e o Sr. Luiz Carlos Bordoni.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, eu quero saber o Sr. Jaime Rincon, o Sr. Lúcio Fiúza...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não é o senhor quem determina!

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Como que... Não!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não é o senhor quem determina!

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu não determino nada, não, mas é um direito que tenho o de pedir.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor cumpra o seu dever. O senhor não integra esta CPI!

Sr. Presidente, eu peço ao depoente que exerça o seu papel e responda as indagações.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E responda as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro Dias, deixe eu colocar ordem no debate.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele pode, se ele desejar... Se ele desejar, ele que se utilize de outro parlamentar para apresentar o requerimento que deseje.

Eu estou propondo um requerimento para uma acareação entre o Sr. Luiz Carlos Bordoni...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está certo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...e o Sr. Carlos Cachoeira.

Mas eu ainda tenho mais indagações. O senhor disse que soube do encontro de Cachoeira com o Governador no hangar. Como é que o senhor soube disso, desse encontro no hangar? Rápido, porque o tempo está acabando.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O Sr. Carlos Cachoeira, inclusive, já pediu até que o Governador recebesse uma comitiva da Coreia, no hangar do Estado.

Eu, como jornalista, recebo as informações e, com base na própria Constituição, que me assegura o sigilo da fonte, mantenho a informação...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mais uma indagação. Ele mantém o sigilo e eu não vou... Eu sou defensor do sigilo também.

O senhor disse que a Eliane era uma preposta de Cachoeira no gabinete do Governador. Como assim? Como o senhor sabe disso? Como faz essa afirmação?

Já que o meu tempo está acabando, Sr. Presidente, deixe eu fazer uma indagação: há, aqui, a notícia de que o senhor deu entrevistas afirmando que foi abduzido por um extraterrestre e que visitou outros planetas. O senhor confirma isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É, inclusive, encontrei com todas as pessoas que passaram essa informação para o senhor. Estavam todas bem instaladas, felizes, alegres, satisfeitíssimas da vida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Olha, então, eu vou citar... Não são pessoas que passaram informações a mim. Entrevista que o senhor concedeu e consta da imprensa. Então, além da entrevista, que é mais recente, *blog* Cleuber Carlos, que destaca a entrevista que o senhor concedeu, dizendo que foi abduzido por extraterrestre.

É tão verdade...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O senhor sabe quem é Cleuber Carlos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou apenas devolver...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Afilhado do Governador Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço só um minuto. Que V. Exª conclua, para eu devolver a palavra ao Sr. Bordoni.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou concluir dizendo o seguinte: que o Sr. Luiz Carlos Bordoni deve ter habilidades para outro tipo de atividade; para fazer humor, não.

Portanto, eu repudio essa tentativa de fazer graça aqui na CPI. Eu fiz uma pergunta com base em informações da imprensa do seu Estado. Eu não recebi informações de quem quer que seja. Eu recebi informações da imprensa. São, portanto, informações publicadas, fatos públicos, que não ensejam a V. Sª fazer graça com um parlamentar.

Portanto, eu acredito que vale tanto para o fato de ter sido abduzido por um extraterrestre, eu devo acreditar tanto nisso quanto nas outras histórias que aqui ele contou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço a V. Exª que conclua.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas, de qualquer maneira, Sr. Presidente, eu vou encaminhar o requerimento de acareação entre ele e o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pela ordem, o Senador...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pela ordem.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Um minuto.

Uma série de perguntas foi feita pelo Senador Alvaro Dias.

Este exato momento é o momento de ele responder as questões formuladas pelo Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, ele respondeu as indagações. Ele respondeu as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não, não. O senhor chegou em uma hora... Senador Alvaro Dias, Senador...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele respondeu todas as indagações. Foram pergunta e resposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sr. Senador Alvaro Dias, num determinado momento das suas arguições, o senhor disse o seguinte: "Como o meu tempo está se esgotando, eu vou fazer..."

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A do extraterrestre ele respondeu; foi a última pergunta. Eu vou fazer as perguntas.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Deixa o homem responder. Você não perguntou?!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou devolver a ele. Mas, antes, têm duas questões de ordem. Por um minuto, o Senador Pedro Taques e a Deputada Íris de Araújo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Senadores, eu tenho pautado a minha

atuação aqui pela defesa da Constituição, do Código de Processo Penal e do Regimento Interno. Eu, pelo menos, tratei a testemunha com todo o respeito devido, como eu faço com todos aqueles a quem inquiro.

Agora, V. Exª, como Presidente, com todo o respeito, não pode permitir que testemunha faça gracinhas em uma CPI. Sabe por quê? Porque nós não estamos desmoralizando o Senador, o Deputado Federal que fez a pergunta, nós estamos desmoralizando o instrumento parlamentar CPI, estamos desmoralizando esta Casa, porque o presidente de uma CPI tem o poder de polícia em uma audiência como esta, que é uma reunião. Isto está no Código de Processo Penal que, de acordo com a Lei nº 1.579, de 1952– que todos nós aqui temos obrigação de conhecer –, aplica-se subsidiariamente.

Portanto, eu faço uma questão de ordem com fundamento no art. 403 do Regimento do Senado, para que V. Exª advirta a testemunha que isto aqui, pelo menos para alguns personagens, é um instrumento sério, instrumento sério. Nós não podemos transformar esta CPI em uma palhaçada, em um circo. (*Palmas.)*

Por isso, eu só gostaria que a Presidência advertisse a testemunha. O senhor sabe o porquê – eu já encerro –, porque a testemunha pode, pode, ser encaminhada para a Polícia Federal por desobediência, por desacato; desacato, ela pode; não vou falar em prisão porque não cabe prisão em flagrante por desacato mais.

Então, nós precisamos manter aqui respeito à urbanidade Parlamentar, inclusive testemunha que aqui venha.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, pela ordem.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pela ordem também. O senhor deu pela ordem ao Senador, eu também quero um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas vou dizer, Sr. Luiz Carlos Bordoni, nós queremos que V. Sª responda às indagações dos Srs. Parlamentares, evite qualquer tipo de discussão, debate, e esta CPI não aceitará qualquer tipo de ofensa a qualquer um dos Parlamentares. Eu só queria adverti-lo desta condição.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não houve essa intenção, Sr. Presidente.

Eu quero pedir desculpas ao Senador Alvaro Dias.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu pedi pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu pedi pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho. Antes de V. Exª , Deputado Silvio Costa, tem uma Deputada inscrita. Não fosse pela ordem de inscrição...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas antes do Senador Pedro Taques, também tinha uma Deputada inscrita. Então, quero contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou conceder a palavra a V. Exª . Eu estou aqui neste momento a pedido do Senador Pedro Taques, eu estou fazendo a advertência à testemunha, em segundo lugar, eu vou passar aqui, agora, a palavra a Deputada Íris, depois a V. Exª.

O SR SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, V. Exª não pode usar dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não há dois pesos e duas medidas.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Exª deu um pela ordem ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou dar um a V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu quero um pela ordem também, o mesmo direito do Senador. E o Senador fez um pela ordem antes da Deputada. E eu também quero fazer um pela ordem antes da Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não. Foi pela ordem, o Senador Pedro Taques, depois a Deputada Íris de Araujo, depois V. Exª.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Depois eu. Eu sou a segunda.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A Deputada pediu pela ordem também? Desculpa Deputada, eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não bastasse o cavalheirismo de V. Exª, tem uma inscrição que este Presidente tem de cumprir.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Tudo bem. Eu já pedi desculpas. Eu não sabia. Para mim era uma inscrição e não um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo,então, a palavra a uma Deputada Íris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente; Srªs Deputadas e Srs. Deputados; Srªs Senadoras e Srs. Senadores aqui presentes, apenas para informar que agora, no perfil do Governador Marconi Perillo, no Twiter, informa que o Governador Marconi e o Presidente Jayme Rincón estão inaugurando obras no interior do Estado, em Aparecida do Rio Doce, na GO – 174. Perfil no Twiter do Governador Marconi Perillo. Ou seja, a testemunha que aqui não compareceu porque está de atestado médico, está inaugurando obras no interior do Estado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Acolhida a questão de ordem de V. Exª, o presidente efetivo já disse que, em acordo com a testemunha, decidirá por uma data para essa testemunha vir a esta CPI: dia 22 de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já registrei o pedido de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E, pela ordem dos trabalhos, vou passar a palavra ao Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Taques tem razão, na medida em que o depoente não pode fazer nenhum tipo de gracejo com nenhum parlamentar. Entretanto, não é justo que nenhum parlamentar também tente desqualificar o depoente.

Eu lembro quando o Senador Demóstenes Torres aqui esteve, e comecei a falar com o meu coração e dizer algumas verdades, que o Senador Pedro Taques utilizou o direito constitucional de defender o Senador Demóstenes Torres. Teve cuidado com o Senador Demóstenes Torres.

Acontece que esse cidadão está aí há duas horas, também sendo agredido, sendo chamado de marginal, de mentiroso, de tudo, de safado. E ele é um ser humano. E eu não vi, nas interrogações do Senador Alvaro Dias, nenhum desrespeito ao Senador Alvaro. O Senador Alvaro diz o seguinte: "Vou fazer a sua acareação com o Cachoeira" E ele disse: "Eu não quero somente com o Cachoeira, não. Quero com a, b, c, d, e."

Onde está a agressão?

Ele tem o direito de cidadão, de dizer assim: "Eu quero ser acareado com fulano de tal". Se a CPI quer apurar, para mim, é um sentimento maior. Se um homem chega aí e diz que quer fazer acareação com a, b, c, d, ele quer prestar um serviço à CPI, diferente de outros que chegam aí e ficam calados. É esse tipo de comportamento que não dá para entender nesta CPI.

Então, no pela ordem, o que é para Pedro é para Paulo. O pela ordem tem de ser efetivamente justo, constitucional, regimental. Então, exijo de V. Exª também que cobre dos parlamentares que respeitem o depoente como ser humano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está recolhida a questão de ordem de V. Exª. Em todas as reuniões, pedimos urbanidade no tratamento dos depoentes que aqui vierem, na condição de testemunhas ou de réus.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo a palavra, pela ordem, ao Senador Randolfe.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, só precede o art. 14. Eu estou inscrito pela ordem, mas o art. 14 foi suscitado pelo Senador Pedro Taques, e ele precede.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu solicitei também pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou ceder pelo art. 14. Na condição de coordenador desta Mesa, passo a palavra a V. Exª. Se V. Exª não for usar, eu passo para o art. 14.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, é o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, irá usá-la?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Irei.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só um instantinho, Senador Randolfe. A entrevista foi concedida ao programa Espaço Espírita, veiculado na TV Brasil Central. A entrevista a que me referi foi concedida a esse programa à jornalista e repórter Rosely Vicente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bem. Ele responderá.

Senador, o senhor vai usar o seu tempo ou vai concedê-lo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Irei usá-lo.

Sr. Presidente, a Deputada Íris traz uma gravíssima informação a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Se confirmados os fatos aqui relatados por ela...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Senador Randolfe, se me permite, apenas para uma informação: acabei de ser informado que ele está na casa dele, e a inauguração dessa obra é amanhã. Acabei de ser informado, nesse segundo. Apenas para esclarecer. V. Exª tem toda razão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – De qualquer forma, se ele, amanhã, vai participar de uma atividade pública, de um ato público e, no dia anterior, ele se recusou a comparecer a uma comissão parlamentar de inquérito, ele está incorrendo em crime.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – É um desrespeito à Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Há um desrespeito claro a esta Comissão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Está na residência dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sendo hoje... Se está na residência hoje, mas se, amanhã, já está habilitado a participar de uma atividade pública, Sr. Presidente, está ocorrendo claramente o desrespeito a esta Comissão, e a questão de ordem é para que a Comissão tome as providências devidas, estabelecidas no Código de Processo Penal em relação a esse senhor, se confirmada essa informação de que, ou hoje, ou amanhã, ele vai estar presente em uma atividade pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, essa providência já está tomada pelo presidente efetivo, Senador Vital do Rêgo Filho.

Bom, eu, agora, vou devolver a palavra ao depoente para as respostas às questões...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou, então, devolver o art.14 ao Senador Pedro...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se me permite, eu tenho um art. 14 que antecede ao dele, que me foi concedido pelo Senador Vital do Rêgo, que disse: Assim que houver a oportunidade, dou-lhe o direito ao art. 14. O meu precede...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas, então, eu vou fazer o seguinte: eu vou conceder...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O meu precede, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – São dois art. 14: o meu e o dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu sei. O problema é que como neste momento ele disse que concederia mais tarde...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu dou a precedência a ele. Nesse momento ele pode falar. Eu falo posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Isso.

Senador, o senhor quer usar agora, ou eu posso passar?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Porque o senhor estava querendo ordenar os trabalhos passando ao Deputado Carlos Sampaio.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, eu passo a V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu não quero ordenar os trabalhos, eu quero ordem nos trabalhos, porque é um direito meu pedir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele tem ordem nos trabalhos. Aqui há ordem nos trabalhos, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está certo. Posso usar o meu art. 14?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Certo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu gostaria de dizer o seguinte, Sr. Presidente, a mim não cabe como Senador da República, não é atribuição minha ministrar aulas de Direito Constitucional a Deputados, a Parlamentares, a quem quer que seja. Agora, algumas pessoas precisam entender que o Parlamento é mais importante do que cada um de nós. Parece-me que algumas pessoas não entendem isso.

Eu não vou bater boca com quem quer que seja, Sr. Presidente. Mas as pessoas, notadamente alguns Parlamentares precisam entender que esta Casa, o Congresso Nacional é mais importante do que cada um de nós. Não viemos aqui para fazer esse tipo de coisa. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Eu devolvo a palavra, agora, para suas respostas, ao depoente Sr. Luiz Carlos Bordoni.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E peço a atenção de todos para as respostas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Apenas para completar e responder ao Senador Alvaro Dias, a quem eu já entrevistei várias vezes aqui nesta Casa, porque toda quarta-feira eu estou aqui...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sr. Luiz Carlos Bordoni, eu peço apenas que V. Sª aguarde, porque vou pedir aos nossos colegas que prestem atenção ao orador que está na tribuna.

Eu passo a palavra ao Sr. Luiz Carlos Bordoni.

Eu peço aos Srs. Parlamentares que continuemos o debate.

Sr. Luiz Carlos Bordoni, a palavra está com o senhor.

Deputado Domingos Sávio, Deputada Íris de Araújo, Deputado Carlos Sampaio, Senadores, por favor, vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Sr. Luiz Carlos Bordoni, para responder às questões que foram formuladas pelo Senador Alvaro Dias.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Bom, as perguntas que o Senador fez ele foi pontuando e eu fui respondendo. E ele fez a última colocação com relação à minha abdução por um extraterrestre e que essa entrevista teria sido concedida a Roseli Vicente.

Eu nunca fui entrevistado por essa moça, Senador. Sinto muito, mas...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A informação é de que a entrevista, inclusive, foi nessa emissora que é repetidora da TV Cultura em Goiás.

O senhor disse à repórter Roseli Vicente que já foi abduzido por ETs. E no seu blog também há uma referência, quando diz: "Ao ensejo do regresso, recém-egresso de Marte". E há outros blogs...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ah! Espera um pouquinho.

Há um detalhe, Senador. Há um detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador, como o seu tempo foi esgotado, vamos agora, respeitosamente, ouvir as respostas, porque aqui outros formularão juízo sobre...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Senador, há texto meu...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Veja, Sr. Presidente, apenas quero deixar claro que eu não quis humilhar o depoente, apenas pretendi que ele esclarecesse um fato jornalístico da imprensa de Goiás, que me foi enviado, encaminhado. E eu apenas o indaguei para que ele respondesse e esclarecesse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós vamos, então...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Porque eu considero isso muito importante, para que possamos interpretar as declarações do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro Dias, V. Exª teve o tempo para fazer as questões, excedeu o seu tempo e agora nós precisamos ouvir o depoente, para inclusive esclarecer as perguntas feitas.

Eu peço atenção dos nobres Deputados.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou devolver a palavra ao Sr. Luiz Carlos Bordoni.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Como disse alguém aqui, microfone aceita qualquer coisa. Papel também aceita qualquer coisa, Senador. Eu nunca dei essa entrevista. A informação que há no meu blog sobre essa questão de Marte, essa coisa toda, faz parte de um livro que escrevi, que se chama *Terrestre Extra* – não é extraterrestre –, que vou publicar brevemente. Está entendendo? Não tem nada a ver com essa coisa. Quer dizer, estão distorcendo as coisas para tentar desconstruir a minha imagem perante a opinião pública. É interessante como eles fazem isso.

Eu queria pedir desculpas ao Sr. Senador Alvaro Dias, se ele se sentiu ofendido por alguma conduta minha aqui, Senador, porque o senhor sabe o apreço que tenho pelo senhor nas vezes...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não há da minha parte nenhum ressentimento em relação a isso. Eu entendo que o respeito se deve à Instituição que nós representamos.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu peço desculpas, inclusive, Senador Pedro Taques, por qualquer má interpretação, Deputado Carlos Sampaio, mas não houve jamais qualquer intenção em desrespeitá-los. Aliás, pelo contrário, nós estamos torcendo para que os senhores possam passar este Brasil a limpo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, V. Sª concluiu.

Eu passo a palavra, agora, ao Deputado Rubens Bueno, como terceiro inscrito, para, depois, abrir a fala dos Srs. Líderes. Passo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Senadoras, Sr. Luiz Carlos Bordoni. Sr. Presidente, a tarefa aqui não é fácil. É plenário, encaminhar a votação, e volta, e comissão, esporte e turismo, mas vamos lá, tentando atender.

Eu ouvi atentamente desde quando aqui cheguei, às 10h15, ouvi todo o depoimento, só não ouvi as últimas intervenções. Não sei se vou ser repetitivo aqui. Então, peço desculpas se isso vier a acontecer.

Mas uma coisa que queria aqui, de pronto, é saber do senhor se o senhor teve, em algum dia, em alguma hora, em algum lugar, enfim, alguma tarefa ou algum negócio envolvendo o Sr. Duda Mendonça.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Com o Duda Mendonça, que eu saiba, não, senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor não teve nenhum negócio?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Com o Duda Mendonça, não, senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Com a empresa dele?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu prestei serviços para MKPOL Marketing Político. Eu fui contratado por essa empresa para fazer a campanha do Sr. Senador Demóstenes Torres pela Zilmar Almeida Fernandes ou Fernandes Almeida.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só essa? Não teve outro?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Esse momento, esse negócio? Ou esse contrato?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor. Só isso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor recebeu... Em seu depoimento – eu prestei atenção –, o senhor teria proposto um orçamento de R$200 mil.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Veio a contraproposta, dizendo que seria 120 mil e mais 50 mil, no caso de sucesso ou da vitória da campanha. Depois, o senhor recebeu em três parcelas e teve aquela dificuldade de receber o restante. Depois, teve o depósito da empresa fantasma, conforme o senhor já declarou. Eu pergunto para o senhor: isso foi feito com nota, sem nota? Eu sei que, talvez, já tenha respondido, mas eu preciso saber. O senhor sabia que estava sendo feito assim? O senhor concordou?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quando acertamos, quando eu acertei com o Governador Marconi Perillo para fazer a campanha, que eu pedi os 200 mil, ele pediu a redução e eu disse "tudo bem", tem o bônus, desconta-se o imposto e eu recebo sem problema, sem problema, nós não firmamos contrato. Quando você tem amizade com a pessoa, que você conhece essa pessoa... Porque eu conheço o Governador Marconi Perillo desde quando ele era Presidente do PMDB Jovem. Eu fiz a campanha do Senador Henrique Santillo, e o Marconi era do PMDB Jovem naquela época. Eu o conheço desde então. Sempre tivemos amizade. Quando houve a oportunidade de ele ser candidato, em 1998, eu arregacei as mangas e fui firme com ele. Nós somos amigos desde aquela época, de 86 até hoje, até ontem, melhor dizendo, porque com amigo... Quando o senhor faz um acerto com um amigo, o senhor não vai desconfiar de ninguém, o senhor não vai pedir contrato, não vai pedir nada. Vamos para a guerra? Vamos para a guerra. Vamos ganhar a eleição? Vamos ganhar a eleição. E fomos para a guerra e ganhamos a eleição. Não houve essa preocupação de contrato, de quem vai pagar e quem vai deixar de pagar. Ele disse que os acertos seriam feitos pessoalmente entre ele e mim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E desses contatos que o senhor teve, alguém lhe pediu recibo, lhe pediu documento? Ou não pediu...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Apenas quando houve o atraso da segunda parcela e eu falei com ele é que ele pediu para o financeiro fazer o acerto – eu pedi a nota fiscal da Arte e Mídia –, para fazer o recebimento dessa parcela de R$30 mil. E aí a nota foi apresentada e o pagamento me foi feito, os R$30 mil. Foi a segunda parcela.

Foi através dessa nota fiscal... Foi o único documento fiscal que apareceu na nossa negociação, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor nunca se preocupou em saber quem era Alberto & Pantoja?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Não sabia. Fiquei sabendo da Alberto & Pantoja quando eclodiu o problema. Quando surgiu o depoimento do Senador Demóstenes na Comissão de Ética é que fiquei sabendo que houve o depósito da Alberto & Pantoja, que a minha filha correu para pegar o extrato e ver que realmente estava lá o Alberto & Pantoja.

Na época do depósito, quando o Lúcio ligou e disse o depósito foi feito, não ia me preocupar em saber quem depositou, era o Lúcio que ia fazer o depósito... Para mim, tinha sido ele que tinha feito o depósito. Não houve essa preocupação de ver quem tinha depositado.

Então, ninguém pega o extrato completo... Aliás, deveria pegar o extrato completo sempre; prudente é este. Não é só pegar o movimento da semana ou o saldo do dia, mas ninguém tinha ciência...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Isso aconteceu em 2010?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – 2011.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – 2011.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Os depósitos foram em 2011.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – 2011.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Na declaração de Imposto de Renda o senhor não declarou quem foi o emitente desse depósito na sua conta?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. A declaração de 2011 é ano-base para 2012. Está na declaração de renda deste ano da minha filha, do depósito feito, dos dois depósitos feitos. Inclusive tem o Darf... Já anexei aqui, nos autos, os Darf's do recolhimento, inclusive do imposto sobre isso.

Foram emitidos os Darf's para pagamento parcelado. Deu um total de R$12 mil e alguma coisa de Imposto de Renda sobre esse dinheiro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor só trabalhou em campanhas eleitorais? Com o Marconi Perillo ou com outro político que o senhor tenha trabalhado?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não... trabalhei em campanhas eleitorais, trabalhei em rádio e televisão.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só em campanhas... Ah! Rádio e televisão.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Nunca teve empresa...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tive uma empresa, a LCB Marketing, mas eu a desativei.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Há quanto tempo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já faz tempo. Faz mais de cinco anos. Foi em 2004, 2003.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E essa sua empresa atuou em campanhas eleitorais?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Minha empresa atuou em campanhas eleitorais? Não, senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não atuou em campanhas eleitorais a LCB? Essas informações são importantes, Sr. Presidente. Gostaria – o Relator não está aí – de pedir a V. Exª que preparasse até um documento pedindo essas informações.

Quer dizer que mesmo o senhor prestando serviço nunca emitiu documento nenhum? Sempre recebendo o dinheiro em espécie ou dessa forma como o senhor explicou, da Alberto & Pantoja?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Alberto & Pantoja.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É interessante. O que chama a atenção é que quando o senhor viu essa denúncia aqui no Senado, de que sua filha teria recebido dinheiro dessa empresa fantasma, o senhor não questionou o Sr. Lúcio, com quem o senhor tratou o negócio?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Não questionei. Não, não questionei. Não questionei e vou explicar ao senhor o porquê: primeiro, eu estava a 1.300 quilômetros de Goiânia, estava no Polígono das Secas, estava em Poções, na Bahia, e na oportunidade que surgiu o fato, que a minha filha ligou... Naquela região, os telefones celulares, somente nas maiores cidades se consegue: Vitória da Conquista, Poções, mas nas cidades menores, ao redor, dificilmente você consegue um sinal de celular para poder falar com quem quer que seja.

Consegui o sinal de celular somente em Poções, mas não tinha o telefone do Fiúza. Mas na ocasião, confesso para o senhor, a indignação foi tamanha, porque a Bruna me ligou chorando, pois o assunto saiu numa Comissão de Ética apurando uma relação de um parlamentar importante com uma organização criminosa. Eu fiquei indignado com aquilo, fiquei indignado. E falei: nós temos que tomar uma providência com relação a isso.

Um repórter do *Estadão* conseguiu me localizar em Poções e fez a entrevista comigo. Eu disse que também queria explicações disso, porque afinal de contas o meu nome e o da minha filha estavam envolvidos com a organização do Cachoeira. Então, queria saber como foi parar esse dinheiro na minha conta. Foi o que eu disse, em momento algum, Deputado, eu citei o nome do Sr. Governador de Goiás na entrevista que eu dei ao jornal *O Estado de S. Paulo*. A coisa começou a deteriorar no dia seguinte, quando a assessoria de imprensa dele soltou, emitiu uma nota fiscal me agredindo, tentando me desqualificar, me chamando de mentiroso, de irresponsável. Quer dizer, do mesmo modo que posso ter falhado em não ter procurado o Lúcio, entendo que eles também falharam ao não me procurar. Como é essa história? Como é isso? Vamos conversar, vamos resolver, vamos colocar isso em pratos limpos? Vamos colocar em pratos limpos. Afinal de contas, é uma situação grave e séria que precisa ser explicada, porque, afinal de contas, o senhor gostaria de ter seu nome envolvido com um contraventor? O da sua filha? Realmente não dá para aceitar isso. Eu não aceitei. O fato foi este, eu não aceitei e não quiseram explicar a origem do dinheiro. Esse é o problema que foi levantado. A partir daí, resultou nisso que estamos vivendo hoje.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Apenas, Sr. Presidente, eu concluo. Eu me exaltei durante a exposição do senhor, porque o senhor estava acusando que tinham parlamentares nesta Comissão que não queriam apurar. Eu quero dizer ao senhor...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu peço desculpas ao senhor, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Muito obrigado. Eu agradeço, está desculpado. Mas eu queria dizer ao senhor que estamos aqui com o objetivo de apurar, de investigar. Esse é o nosso papel. Eu fui um dos autores do requerimento que convocou o Marconi Perillo, fui um dos autores do requerimento que convocou o Agnelo Queiroz e fui um dos autores do requerimento que está aí para convocar o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Então, nosso papel é esse, não é contra ninguém, como eu disse. Não é contra partido ou governo, é a favor do Brasil. E é esse papel que temos de desempenhar buscando a investigação com a seriedade que queremos conduzir. Por isso, fiz aquela exaltação, naquele momento, em protesto, até porque, como o senhor não quer ser ofendido naquilo que está dizendo, muito menos eu como parlamentar que tenho o mandato do povo paranaense.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Reitero meu pedido de desculpas ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Agora, passo a palavra...Foram três inscritos e vamos alternar com um líder. Passo a palavra, por cinco minutos, ao nobre Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, parte da oposição desta Casa não entendeu que, às vezes, a melhor forma de defender um aliado é ficar em silencio. Eu lamento que parte da oposição tenha produzido alguns ataques e que efetivamente esses ataques não foram defendidos por alguns desta Casa que são constitucionalistas, em um boa hora não preservou o depoente. Mas eu quero dizer uma coisa, partindo do princípio, a oposição tentou desqualificar o

depoente, não estou dizendo que o senhor é um desqualificado, mas partindo do princípio de que o senhor tenha os seus erros, quero dizer que é muito difícil não acreditar, repito, é muito difícil não acreditar que o senhor está falando a verdade. E vou explicar por quê.

Primeiro ponto, o senhor já se auto-incriminou. O senhor disse que sonega imposto de renda. O senhor disse. O senhor disse que recebeu dinheiro de caixa 2. O senhor disse. Então, o senhor já se auto-incriminou. A minha leitura é simples, foram dois dias muito ruins para o Governador Perillo, e vou explicar por que foram ruins. O Sr. Luiz Carlos disse o seguinte: eu recebi dinheiro da campanha do Sr. Perillo, da Pantoja. Ele disse. E a gente tem aqui depósito da Delta na conta da Pantoja. Na hora em que a Delta depositou na conta da Pantoja, e a Pantoja pagou ao Sr. Perillo significa que o Sr. Perillo recebeu dinheiro da Delta. Moral da história: Perillo pagou para ele, não, a Pantoja pagou para ele campanha de Perillo. Dito por ele. Depois, você defende. Dito por ele. Então, significa que o Perillo, de forma indireta, recebeu dinheiro da Delta. Esse é o primeiro ponto. Então, o senhor hoje colocou o Governador Perillo no olho do furacão, ou seja, o Governador Perillo recebeu, sim, dito pelo senhor, dinheiro da Delta, porque o senhor sabe que não pode mentir aí... Essa é a primeira constatação dura! Segunda: o senhor confessou aí que o Governador Perillo fez "caixa 2". Eu repito sempre que há um livro: *O Homem e os seus Símbolos*, de Carl Jung, que o símbolo é tudo. O senhor disse: "Tinha uma geladeira, tinha um pacote laranja, e o homem me deu 45 mil reais." É claro que esse dinheiro que o governador poderá ter dado ao senhor foi para a campanha majoritária, inclusive, porque o senhor não foi contratado só para Perillo. Foi contratado para Demóstenes, por dois Senadores e por majoritário.

O senhor poderia ter dito aqui... A oposição... Se eu estivesse defendendo Perillo aqui, eu diria: "Não foi Perillo, não, foi tudo Demóstenes", jogava tudo para Demóstenes! Porque ele estava na eleição majoritária e nem isso vocês fizeram.

(Conversa à parte) Não, não estou podendo porque eu gosto de você... Estou olhando para você... Parte... Parte da oposição...

Então, veja, moral da estória: o senhor também disse que o Governador Perillo fez "caixa 2", ponto final! Agora, isso é o bastante aqui para a gente fazer algum tipo de ilação condenando o Governador Perillo? É o bastante? Não. Não é o bastante! Por que não é o bastante? Porque o Governador Perillo poderia não ter conhecimento de que a Pantoja recebeu dinheiro da Delta... Essa é uma ilação. Segundo: eu fiquei feliz – e vi que o senhor estava falando a verdade – quando o senhor disse o seguinte: "Não, eu não quero acareação só com fulano, não; faço acareação com todo o mundo que eu citei." Rapaz, um cidadão brasileiro, em uma CPI, que diz isto: "faço acareação com todo o mundo!", como é que esse homem está mentindo? Então, eu quero, sinceramente, parabenizar V. Sª, não estou aqui condenado o Governador Perillo; mas, sinceramente, ontem, o arquiteto provou que quem comprou a casa foi Cachoeira... Custava nada o Governador Perillo ter dito aqui: "Eu vendi a Cachoeira". Ele não botou no jornal a propaganda? Qual era o problema de Cachoeira ter comprado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu vou concluir... Por favor, tenha um pouquinho de paciência... Por favor...

Então, sinceramente, eu queria fazer um apelo... Qual é o apelo? É para que todas as acareações sugeridas pelo Sr. Bordoni, que esta CPI pudesse, efetivamente, analisar a possibilidade de realizá-las, sim! Porque isso, para mim, é um fato muito relevante, muito relevante.

Então, Sr. Presidente, para concluir, eu quero dizer o seguinte: as perguntas que serão feitas ao senhor – eu não sei quais são –, porque há uns 20 para perguntar; mas, para mim, o senhor já deu uma grande contribuição a esta CPI. Agora, o senhor tem problemas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª se esgotou novamente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Se o senhor tem problemas, não me interessa; agora, o senhor tenha a consciência de que o senhor não pode ter mentido na CPI, porque, se o senhor mentiu, a CPI pode reconvocá-lo e colocá-lo na cadeia. Então, o senhor tenha certeza absoluta de que o senhor não está levantando falso e sendo leviano aqui com o Senador Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu apenas vou dizer que, como o Deputado Silvio Costa não pode formular perguntas neste tempo; depois, o senhor aproveita, em uma outra pergunta, para respondê-lo.

Então, passo a palavra ao Deputado Luiz Pitiman, do Distrito Federal.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente; Sr. Relator; senhor depoente, Luiz Carlos Bordoni.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pois não, Deputado.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – As denúncias que o senhor traz aqui são realmente muito sérias. Comprovando-se – sendo realmente verdade – serão de uma gravidade imensa. Pela primeira vez, desde

que se iniciou a CPI, eu vejo uma testemunha com muita disposição para falar. Por isso... Sr. Presidente, se eu puder continuar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A atenção de todos os Srs. Parlamentares. Há orador na tribuna. Peço ao "fundão" que respeite o orador na tribuna e vou devolver o tempo integral a V. Exª.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas os Deputados "do fundo"... Não sei se há um colóquio nesse fundão. Eu gostaria, então, de pedir respeito ao orador da tribuna, devolvendo mais um minuto a V. Exª.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu peço ao senhor então, Sr. Luiz Carlos Bordoni, que o senhor relembre o passado, tente encontrar realmente algum documento que possa nos ajudar a consolidar a verdade que o senhor traz aqui. Porque apenas nós ficarmos nas ideias, as discussões podem se alongar muito. E se tudo que o senhor falou for realmente verdade e nós conseguirmos comprovar, então a CPI realmente está avançando.

Primeira pergunta já diz respeito exatamente isso. Eu tenho uma informação de que quando o senhor acertou lá com o Governador Perillo reservadamente, somente o senhor e ele – quando o senhor pediu 200, ele lhe propôs 120 e mais 50 – tinha um bilhete e nesse bilhete o Governador Perillo escreveu alguma coisa, que era apenas esse valor que o senhor estava acertando, que eram os 120 mais os 50. O senhor confirma isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Confirmo. Inclusive, eu tentei achar esse bilhete, mas guardar bilhete quando você faz negócios, entendimentos com um amigo... Eu não guardei. Fiz a proposta por escrito de R$200 mil, ele contrapropôs, à caneta, 120 mil mais 50 mil bônus pela vitória.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Então, está escrito isso em algum lugar?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Está escrito.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Seria muito importante...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu estou tentando localizar esse papel.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – ... para confirmar essa verdade que o senhor disse.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Passei dois dias vasculhando...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – ... termos esse bilhete.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI –... todos os livros para tentar achar esse papel.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu pediria, em respeito ao Brasil e a tudo que o senhor disse aqui, que o senhor passe 30 dias se for necessário, mas encontre o bilhete. É extremamente importante – se é que é verdade – que ele apareça.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputado, com relação ao "se é que é verdade", só informo ao senhor que estou aqui sem *habeas corpus*.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – A dificuldade é que o senhor vai falar aqui que é e nós teremos outras pessoas falando que não é. Com o bilhete está resolvido.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Resolve-se a questão.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Há outra pergunta. Durante o período em que o senhor estava na Bahia e que o senhor queria receber os recursos aqui, o senhor, com certeza, além dos telefonemas – até porque hoje em dia um meio muito mais prático é...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – ... você mandar uma mensagem dizendo isso, aquilo, marcando um encontro – e dentro dessa mensagem também teria alguma coisa escrita, até mesmo porque essa mensagem de celular nós temos como resgatar. Então, a minha pergunta: durante esse período da cobrança, que depois foi depositado pela Pantoja, se o senhor teve alguma troca de mensagem via celular ou *e-mail*...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não senhor.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – ... com seus interlocutores.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, só com o telefone mesmo, Deputado.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Foi só por telefone.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor afirmou aqui nas perguntas do Relator que o Sr. Lúcio, ainda em 2001, entregou-lhe um dinheiro também, da mesma forma, à parte.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – À parte.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Só que o senhor não deu o valor. Qual foi o dinheiro que naquela época o Sr. Lúcio lhe entregou.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputado, não me recordo do valor exato, mas foi uma pendência da campanha de 2002, como ficou uma pendência da de 2006. Só que a pendência de 2006 foi levada a mim por um assessor do candidato e a de 2002 eu acertei, recebi na casa do Lúcio Gouthier, na casa dele mesmo.

Em 2006, o mensageiro foi outro, porque – inclusive, está até nos autos, anexei – a Polícia Federal foi fazer uma incerta na casa do Sr. Lúcio Gouthier

,justamente por conta dessas denúncias de caixa dois em 2006.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O. k. O senhor disse que em 2006 foi outro assessor. Qual foi o assessor que levou o dinheiro ao senhor em 2006?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O assessor do Governador que levou o dinheiro para mim o dinheiro em 2006, na porta da minha casa, onde moro, em frente ao Hospital de Urgência, chama-se Isanulfo Cordeiro.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Isanulfo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Isanulfo Cordeiro, assessor de imprensa do Governador.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O. k.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – R$10 mil.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu entendo – até por ser do setor produtivo também – que, quando a gente é autônomo, como muitas vezes um advogado, um taxista ou alguma coisa, ele emite um recibo e recolhe os seus impostos. Eu vejo que aqui o senhor pediu para outro amigo de outra empresa, chamada Arte Mídia, que emitisse uma nota. O senhor poderia ter feito isso naturalmente como qualquer autônomo. Por que o senhor não fez isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Porque o comitê pediu a nota fiscal.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Essa nota fiscal poderia ser como autônomo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Poderia ser o RPA.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Exatamente. Na Secretaria da Fazenda o senhor tiraria.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente. Só que eles pediram a nota fiscal, e eu providenciei a nota fiscal com quem estava trabalhando comigo ali. Os impostos foram todos recolhidos, e não houve nada de ilegal nisso.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Os impostos que o senhor diz referem-se à empresa lá, mas o senhor recebeu dinheiro e não recolheu imposto nenhum, porque, quando a empresa lhe passou, o senhor teria que estar prestando um serviço a essa empresa. Então, o senhor cometeu, sim, crime fiscal aí.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Aliás, o meu advogado já me deu todas as orientações para resolver todas essas pendências fiscais, e eu já estou cuidando disso.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É importante que o senhor recolha, porque a Receita Federal está assistindo também aos depoimentos aqui.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – E brincar com o Leão realmente não é uma boa coisa.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor tem outra filha que se chama Tatiana.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ela trabalhou no Governo de Goiás? Onde? Quando? Em que período?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A Tatiana trabalha no Governo de Goiás; ela trabalha no Procon, um emprego que conseguiu por luta dela, por mérito dela. Eu pedi que ela pedisse demissão. Ela pediu demissão. A chefe pediu que ela reconsiderasse, e ela achou por bem reconsiderar. Consultou-me sobre o que eu acha, e eu disse: "Quem tem que achar é você. Você é maior de idade, você tem seus filhos, você tem a sua família. Você tem que cuidar de você. Faça o que for importante para você e se esqueça de mim nessa história. Se você for ficar preocupada comigo, você vai ficar sem o seu emprego."

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ela continua no Governo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Continua.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Em algum momento houve algum tipo de perseguição, retaliação em função do que o senhor denunciou?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Não houve... Pelo menos ela não me informou nada em relação a isso, não me relatou nada em relação a isso, não.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor citou que a Srtª. Bruna, em algum momento, foi contratada e não exerceu inicialmente no Senado. Em algum momento, ela trabalhou no Governo de Goiás? Onde? Quando? Em que período?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ela começou a trabalhar na Televisão Brasil Central no início do Governo, só que a colocaram no horário noturno na televisão como repórter, porque ela é jornalista. Como ela tem dois filhos pequenos e não tinha como fazer remanejamento por falta de espaço, falta de equipamento – não sei quais foram as justificativas que eles tentaram dar –, ela falou comigo que não estava satisfeita. Eu pedi a ela que pedisse demissão, e ela pediu.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Tendo em vista a sua dedicação nesses anos todos ao Sr. Governador Perillo, ajudando na campanha da forma como o senhor ajudou, trabalhando em vários momentos nesse período todo, o senhor não se sentiu atendido dentro da contribuição que deu ao Governo e, como resposta, depôs dele a qualquer tipo de ajuda?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputado, eu não tenho que esperar a contrapartida do Governador por nada, porque eu fui pago pelo serviço que eu prestei. Eu não tenho que esperar a contrapartida. Aliás, eu sempre digo: "É melhor ser amigo do rei do que vassalo". E até disse aqui hoje, lembrando Bandei-

ra: "Vim embora de Pasárgada, porque o rei era meu amigo coisa nenhuma". Então, não tem essa.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor acha que a saída do Sr. Fiúza, que ocorreu praticamente poucos dias depois da sua entrevista no jornal *O Estadão*, foi ocasionada pelas suas denúncias e pela sua colocação?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não posso afirmar isso, Deputado. Não posso afirmar. Eu só posso afirmar que o Sr. Lúcio Gouthier Fiúza é quem tinha a responsabilidade de fazer os depósitos na minha conta, e eu pensei que tinha sido ele o autor dos depósitos. Somente agora nós ficamos sabendo que não.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Tenho certeza absoluta então de que, em outras campanhas, da mesma forma como aconteceu com o Governador, o senhor também teve algum dinheiro recebido por fora, o que, pelo que o senhor falou, me pareceu ser uma praxe lá nas campanhas que havia.

Só quero lembrar que também é conveniente recolher os impostos.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A sua recomendação já havia sido dada pelo Dr. Alex Neder, e as providências estão sendo tomadas nesse sentido. Pode ter certeza disso.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ok. Não tenho mais nada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Prosseguindo, eu agora concedo a palavra, por dez minutos, ao ilustre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, há pessoas para as quais os fins justificam os meios. Para alcançar determinado fim, isso não tem limite: meias verdades, nem se sabe se agride ou não uma pessoa, o que importa é o fim. O fim momentâneo e circunstancial.

Isso chegou a ser estudado, inclusive, por Weber e por outros estudiosos de origem ao que se chama ética da responsabilidade. Os fins justificam os meios. Quando os fins são bons, eu posso ter uma condescendência com os meios. Posso agredir, posso dizer inverdades, posso até ter, depois, que pedir desculpas, porque eu excedi. A verdade não tem o menor valor. O que vale é a circunstância e os fins que quero alcançar.

Pois bem, hoje nós estamos assistindo a um caso que nos deixa pelo menos meditando muito sobre a questão do uso da verdade circunstancial daquilo que interessa em determinado momento, e não daquilo que realmente corresponde à realidade dos fatos.

O Sr. Luiz Carlos Bordoni se identificou aqui como um jornalista investigativo, em que faz o jornalismo investigativo no Brasil, que é um dos melhores do mundo. Nós temos tido dificuldade em encontrar algum artigo de jornalismo investigativo do Sr. Bordoni. Gostaríamos até de saber se, no caso do jogo do bicho, há algum artigo do senhor a respeito do assunto lá em Goiás; se o senhor, quando viajou para a Bahia, foi fazer algum jornalismo investigativo.

Por outro lado, o senhor não descobriu; não foi o senhor que fez a investigação sobre o depósito da Pantoja. Quem o descobriu foi o Senador Pedro Taques e a equipe que fez os cruzamentos.

Também o que nos chamou muito a atenção na sua apresentação original é que o senhor colocou aqui a ArtMidi, em dois momentos, como uma empresa que não tem nada a ver com o senhor. O senhor colocou assim: "Estou trazendo aqui [não me lembro o termo, se é 'malsinada'] nota que não consta meu nome em lugar nenhum". O senhor mostrou isso na sua apresentação, que está nas notas taquigráficas, na gravação. "Não tem o meu nome, e isso foi usado pela equipe de campanha do Governador para dizer que esse era um contrato de apenas 30 mil. Eu não estou tão desvalorizado assim para fazer um trabalho apenas por 30 mil".

O senhor disse também que essa nota não tinha nada a ver com o senhor. Não tem o nome do senhor, não tem nada. Isso para nós soou como uma tentativa de dizer: "Essa nota é outra coisa que eles usaram na campanha. Estão querendo utilizar para justificar um trabalho que eu fiz, mas não tem nada a ver com isso".

Posteriormente – por isso que estas oitivas são muito positivas –, o Relator, o Deputado Odair Cunha, fez uma pergunta ao senhor sobre os 40 mil. O senhor disse que recebeu em dinheiro. Fez uma pergunta em seguida sobre esses 30 mil, e o senhor perguntou em que conta o senhor recebeu. Aí o senhor disse que foi na conta da ArtMidi. Eu fiquei surpreso e pensei: "Mas, então, há uma vinculação com a ArtMidi".

Posteriormente, a Senadora Vanessa perguntou sobre a ArtMidi, especificamente sobre esses R$30 mil. E aí o senhor disse que foi lhe exigida uma nota fiscal e, portanto, o senhor conseguiu da ArtMidi essa nota fiscal para poder fazer o recebimento e ainda fez referência ao pagamento dos impostos em torno de R$3,3 mil, ao que me parece.

Portanto, o que nos parece é que, paradoxalmente, a única coisa comprovada aqui, de tudo o que o senhor disse sobre o seu recebimento, são os R$30 mil; o restante, os R$40 mil, o senhor não prova. Não tem nenhuma prova, a não ser a sua palavra, que faz

fé, é claro. Não há nenhum motivo para não acreditar, mas é só o seu testemunho.

Os outros R$10 mil também, o senhor recebeu em dinheiro, não tem nenhuma comprovação. Ou seja, no fundo, o senhor corrobora, o senhor ratifica a informação anterior do próprio Governador, que diz que o trabalho que foi feito, que consta da campanha – e não é ele, Governador, que vai cuidar dos detalhes da sua campanha, tem uma equipe que cuida disso –, essa equipe diz, entregou para ele que o recibo, o comprovante de pagamento de seus serviços é essa nota da ArtMidi.

No início o senhor negou, disse que não tinha nada a ver como seu trabalho, mas, no final, o senhor reconheceu que há um vínculo com a ArtMidi, foi a empresa que o senhor solicitou que lhe desse uma nota fiscal. O senhor comprou uma nota, pagou os impostos para que ela não tivesse prejuízo e para o senhor poder receber esse recurso.

Ou seja, o que fica para nós é que o senhor montou uma justificativa muito bem montada. Não há a menor dúvida. Muito bem montada, colocou como um contrato particular com o Governador, envolveu diretamente o Governador. Mas não tem comprovação de nada. E mais ainda: o senhor se colocou aqui...não vou usar o termo de que o senhor seja uma "pena de aluguel" porque tem um caráter pejorativo e eu não me sinto no direito de, em nenhum momento, ter nenhuma referência desairosa ao senhor. Não o conheço, só ouvi falar do senhor agora. Mas o senhor se colocou como uma "pena de briga", o senhor compra a briga. O senhor pediu desculpas aqui do que falou para os promotores, o juiz, porque o senhor comprou a briga. Não importa se era verdade o não o que o senhor falou; para defender o Marconi Perillo, o senhor comprou a briga. Uma "pena de briga"!

Aquilo que é conveniente, em determinado momento, para justificar um fim, os fins: ganhar a eleição. A verdade é secundária, não importa. O que importa é o objetivo. O que nos parece aqui é que também esse mesmo objetivo o senhor está usando aqui nesta apresentação. Fez uma colocação muito bem montada, mas sem nenhuma comprovação, sem comprovação de nada. A única comprovação, o único recibo que o senhor tem é exatamente esse da ArtMidi, empresa que no início, quando o senhor chegou aqui, disse que não tinha nada a ver, que não consta o seu nome e, portanto, não tem nada a ver com o senhor. Depois, na resposta ao Deputado Odair Cunha e à Senadora Vanessa, o senhor reconheceu que o senhor solicitou que ela tirasse uma nota para que o senhor pudesse receber esse recurso.

Eram essas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – A palavra está com a testemunha.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Muito obrigado.

Talvez o senhor não tenha entendido ou eu posso ter me expressado mal. Quando eu disse que a nota não tinha nada a ver comigo, que o meu nome não estava lá é porque essa nota foi apresentada como o meu vínculo de trabalho com a campanha. Inclusive, até em notas oficiais publicadas lá em Goiás, eles constaram que o valor pago era compatível com os valores de mercado. Então, eu quis dizer que aquela nota não era o meu contrato de trabalho. Depois, quando perguntado, eu disse que aquela nota era, sim, do recebimento da segunda parcela, mas não do meu contrato de trabalho. Os políticos goianos que conhecem o que eu faço, o meu trabalho, sabem muito bem que o meu trabalho vale muito mais do que R$33,3 mil. É verdade que é difícil você conseguir provar o seu acerto verbal com o candidato, porque, afinal de contas, é a minha palavra contra a palavra dele. Então, restou esse documento fiscal como prova da segunda parcela.

Mas eu jamais viria aqui, Deputado, tripudiar sobre a honra de quem quer que seja se eu estivesse errado. Acontece que o depósito foi feito na conta da minha filha por empresas ligadas a um contraventor. Fosse feito o depósito normal, feito por quem deveria ter feito, não haveria problema. O problema que houve foi que um contraventor depositou. Então, o senhor tem seu nome ligado a uma organização criminosa pesada como essa, dirigida por um homem perigoso. Dizem que tentei achacá-lo e tomar dinheiro dele, como se eu fosse algum otário capaz de brigar com o Al Capone. Sinceramente, são justificativas que tentam usar para tentar me denegrir e me desacreditar que chegam a ser risíveis! Não há como! Que interesse teria eu de vir aqui para falar de quem quer que seja?

Ora, do mesmo modo que não quero que falem mal de mim nem tripudiem sobre minha honra, não vou fazer isso sobre a honra de ninguém! Mas eu fui provocado, eu fui agredido. Se o senhor pegar o Twitter e colocar o nome Bordoni, se o senhor ler a respeito do que andam dizendo de mim, o senhor vai ficar assustado! Se fossem os tempos em que o 38 falava... Então, você tem de lavar a honra a sangue! É brincadeira chegar a esse ponto!

Ainda bem que há justiça! E os homens sábios vão a ela! E vou levar todos a ela, todos eles, sem exceção! Quero tê-los aqui, nesta Comissão, respeitando o trabalho dos senhores, não como um membro a exigir o que quer que seja, mas como um cidadão na defesa do meu direito e da minha honra. Eu acho que tenho o direito, sim, de pedir aqui que eles venham aqui para serem acareados comigo. Eu acho que te-

nho esse direito, para defender minha honra e minha dignidade! E minha honra e minha dignidade valem muito mais do que o mandato de quem quer que seja.

Então, exijo respeito. Se querem respeito, respeitem também! Mas caluniar, denegrir, fazer o que estão fazendo, uma desconstrução moral e social? Não dá para aceitar isso! Não dá para aceitar isso!

Espero que eu tenha explicado ao senhor. Com relação à questão da nota, foi esta a diferença que eu fiz: a nota não era um contrato de trabalho, a nota era, sim, o recebimento de uma parcela do serviço prestado. Eles alegaram – inclusive, no depoimento dele, consta isto – que eu fui pago sem a presença de intermediários, o que não é verdade. Fui pago por um intermediário, que é a ArtMidi. A nota fiscal foi ela quem emitiu.

No depoimento dele também, ele faltou com a verdade nesse sentido. E, lamentavelmente, disse aqui que sou uma figura controversa no Estado. Quer dizer, até ontem, quando eu ajudei a vencer todas as eleições, eu era uma pessoa normal, saudável, não tinha sido abduzido por extraterrestre. Então, eu estava no gozo pleno da minha capacidade intelectual, mental, emocional. Depois de todo o problema, eu já não valho nada, eu sou o lixo, eu sou a escória, eu sou achacador do achacador! Então, virei bandido! Não! Agora é que a briga começou! Agora é que a briga começou! Eles vão ter de provar tudo isso! E vou enfrentá-los onde necessário for. Vou enfrentá-los onde necessário for! Não tenho medo deles, não! Com acareação, seja com o que for, não tenho medo deles! Só não vou admitir que venham tripudiar sobre a minha dignidade e a minha honra! A nenhum vou admitir isso!

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Com a palavra, a Deputada Íris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados,... Eu acho que não tem nenhuma Deputada aqui. Desculpe, tem uma Senadora. A Senadora Lídice da Mata.

Bordoni, nós nos conhecemos há muito tempo. Eu sou de Goiás. Você mora lá há muito tempo. E hoje eu gostaria de louvar a sua atitude de comparecer ao recinto desta CPMI. Aliás, você se ofereceu para vir aqui prestar esses esclarecimentos. Apesar de... Excessos à parte, mas eu quero dizer uma coisa: eu prefiro os excessos de quem fala à omissão de quem se cala. Então, a presença de V. Sª aqui pode sim nos esclarecer uma situação que acontece no nosso Estado. E eu gostaria de fazer, até para não perder a sequência do que V. Sª estava falando... E já no final V. Sª faz um desafio, que gostaria que houvesse uma acareação. V. Sª confirma que seja feita essa acareação aqui na CPMI entre Lúcio Fiúza, Jayme Rincón e V. Sª. Ou acrescentaria o Governador Marconi? Eu fiquei em dúvida. Eu gostaria que V. Sª repetisse para mim.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputada Íris, eu peço a acareação com todos, sem exceção. Todos eles, sem exceção. Inclusive com os autores dessa versão fantasiosa do meu achaque ao rei do achaque. Então, que até ele também fosse trazido aqui. Que tragam todos, todos eles, indistintamente.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Então, eu vou preparar um requerimento nesse sentido, para que a Mesa tome as devidas providências.

Bordoni, em entrevista à *Veja*, na semana passada, a Srª Andressa Mendonça afirmou que ouviu do marido, Carlinhos Cachoeira... Algumas perguntas, Bordoni, vão ser um pouco repetitivas, mas eu acho que...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Fique à vontade, Deputada.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Vou repetir até porque ajuda a esclarecer determinados pontos que possam passar despercebidos. Que V. Sª tentava chantageá-lo. Andressa e Wladimir falaram nessa tentativa de chantagem mais de um mês após vir à tona a informação do depósito da Alberto e Pantoja na conta de Bruna Bordoni, filha de V. Sª. Não estranha V. Sª que só agora venha à tona essa versão de chantagem? Por que não falaram isso logo após a denúncia?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputada, parece-me que ou é estratégia ou é incompetência e deficiência, porque a mesma coisa aconteceu em relação à venda da casa. Várias versões foram apresentadas. Quando eu levantei o problema, a primeira informação que foi dada era de que eu não tinha recebido o dinheiro de campanha, como foi dito, mas através daquela nota fiscal, aquela coisa toda. Depois, publicaram a versão de que eu tinha recebido esse depósito para me silenciar em relação às críticas que eu estava fazendo à Delta Engenharia e Construtora. Depois, veio a informação de que o depósito havia sido feito pelo Cachoeira, em achaque, em extorsão, porque eu havia ficado sabendo das relações dele... Na matéria, ela fala que por uma outra pessoa. Ela não quis citar quem, mas dando a entender ser o Senador Demóstenes Torres. Aí eu falei: “Bom, agora a coisa ganhou um outro aspecto”. Colocaram uma senhora ingênua, inocente, na história, uma má intérprete de uma história e de um roteiro mal feito, tentando contar uma história que não convence ninguém.

Deputada, a senhora me conhece há muito tempo. A senhora já ouviu alguma coisa que eu tenha feito que desabone a minha honra, a minha dignidade?

A SRª ÍRIS DE ARAUJO (PMDB – GO) – Absolutamente não.

E posso afirmar isso com propriedade, porque nós sempre atuamos politicamente em campos opostos. É bom que fique claro isso, porque eu estou dizendo que o conheço há muito tempo, conheço mesmo, mas sempre estivemos em campos opostos e eu posso afirmar isso que V. Sª está dizendo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pois com a história do achaque ao Carlos Cachoeira, e depois vem o Wladmir à CPI, ontem, na Assembléia, dizendo essas coisas e dizendo que eu pedi 200 mil de patrocínio, e, de repente, não era mais patrocínio, era extorsão. E ele mesmo cuidou de providenciar o primeiro depósito na conta da minha filha, cujo nome ele não se lembra. E aí ele que passou o número da conta para o Geovani.

Se ele passou o número da conta para o Geovani, a ele foi passado o número da conta por quem pediu. E quem pediu o número da conta? O Sr. Lúcio Fiúza Gouthier. A mais ninguém eu passei essa conta, e muito menos à minha filha. Não se passa conta bancária para pessoas que você não conhece.

Eu até disse: já pensou se fosse Fernandinho Beira-Mar que fosse depositar um dinheiro na minha conta, um contrabandista, ou um líder do tráfico de drogas? E como é que eu ia explicar isso às autoridades, ter um dinheiro do tráfico de drogas na minha conta?

A SRª ÍRIS DE ARAUJO (PMDB – GO) – Ou se o Fernandinho Beira-Mar, talvez, hipoteticamente, caso V. Sª fizesse a venda aí de uma casa e ele assinasse os cheques. V. Sª não teria conhecimento, não olharia? Que cheques seriam esses? Eu me refiro, logicamente, aos tais cheques que pagaram a casa do Governador Marconi Perillo.

Uma das versões, até porque está ficando uma história tão complicada, tão fantasiosa, tão difícil de entender, que acredito que algum escritor, futuramente, poderá até fazer um livro de ficção, ou de mistério a respeito, tipo Agatha Christie, talvez, cheio de meandros, para poder você ter que fazer um exercício para poder entender a situação.

V. Sª acredita que Andressa Mendonça e Wladmir Garcez agem agora para proteger o Governador Marconi Perillo no caso dos depósitos na conta da filha de V. Sª? Tentam proteger a relação entre Marconi e Cachoeira?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputada, se não fosse por esse motivo, por que é que o Cachoeira ia estar preocupado comigo? Por que é que ele iria criar histórias para tentar me desacreditar? Porque, para ele, tanto faz quanto fez falar o que falarem dele. Mais do que já se falou, mais do que já se conhece, mais do que é a fama e mais do que ele é conhecido aqui e lá fora.

Só pode ser para tentar desviar justamente a atenção disso. Porque em que momento poderia interessar ao Cachoeira eu estar nessa situação aqui, enfrentando todas essas dificuldades, todas as críticas, todos os ataques, sendo colocado sub suspeição? É difícil.

Então, a mim não resta a menor dúvida de que há sim interesses em desviar a atenção dos verdadeiros implicados nessa história.

A SRª ÍRIS DE ARAUJO (PMDB – GO) – Desde que concedeu entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo revelando que havia recebido pagamento da Alberto e Pantoja por serviços prestados à campanha de Marconi Perillo, é notório que V. Sª vem sendo sistematicamente atacado pelo *staff* do Governador. Entrevista, *twitter*, várias notícias de que eu inclusive tive oportunidade de ler.

V. Sª imaginava que essa entrevista lhe trouxesse tantos problemas? Quem é que V. Sª acha que está por trás desses ataques?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputada, quando fui entrevistado pelo Fernando Galo, eu só pedi que se esclarecesse a origem desse depósito, porque eu nunca tive relações com Alberto & Pantoja nem com Adécio & Rafael Construção e Terraplanagem, que são os depositantes na conta. Nem sei quem são; jamais soube de informações. Nunca soube da existência dessas empresas. A conversa que eu tive sobre a solução disso foi com o assessor especial do Governador, que é encarregado de resolver tudo isso das campanhas políticas.

Agora, a agressão que partiu daí foi por mau assessoramento. Eu tenho certeza absoluta de que eles assessoram mal o Sr. Governador, colocando-o numa situação difícil. Eles partiram por notas oficiais, nota do gabinete do Governo, dizendo isso, isso, isso, isso. Se é o gabinete do Governo, quem é o Governador?

Então, fica difícil separar o nome dele da ação que foi perpetrada contra mim. Isso é profundamente lamentável. Eu jamais iria esperar que isso pudesse acontecer. No entanto, aconteceu. Mas ele está assessorado hoje por pessoas que o cercam ali e que são alienígenas, que nunca estiveram na história política do Marconi Perillo e que caíram de paraquedas lá agora, que estão mandando e desmandando, controlando a mídia. Os jornais de lá, os jornais de Goiânia, por incrível que pareça,...

Qual é o problema?

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Qual é o tempo que eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, dentro do tempo dela, ela fez a última pergunta. Até soou o sino, mas ele está respondendo. Então, eu considero que está regimentalmente respeitado.

Terminou o tempo de V. Exª, Deputada Íris.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Tudo bem. Mas ele pode responder? Ele pode terminar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele pode terminar a resposta dele.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Ele está terminando a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, pode terminar a resposta de V. Sª.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Porque as matérias que são favoráveis têm anúncio; os jornais que publicam coisas não favoráveis não têm anúncio. Isso é reclamado e denunciado pelos próprios meios de comunicação. E jornalistas que escrevem não favoravelmente também são processados, como há três colegas que estão respondendo a ações do Sr. Governador na Justiça por críticas feitas à sua administração.

No processo que ele moveu contra mim em que ele pediu a retirada do meu *blog* de circulação, o juiz respondeu que não poderia atendê-lo porque todo mundo homem público está sujeito a críticas no exercício das suas atividades.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputada Íris de Araújo.

Passo a palavra, pelo tempo regimental, ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, quando defendo, neste plenário, que possamos mudar o rito e permitir que mesmo aquelas testemunhas ou depoentes que estejam protegidos por *habeas corpus* possam ser questionados pelos parlamentares para que a história possa ser contada, quero só chamar a atenção para o fato de que estamos há quase quatro horas ouvindo esse depoimento e há poucos minutos houve a formalização, no depoimento, de uma conexão que eu reputo importante, inclusive para o entendimento e para a investigação, quando se faz a linha entre aquele para quem o depoente deu a sua conta bancária e aquele que, ao fim e ao cabo, executou o depósito. Ou seja, aí há uma vinculação que não havia aparecido ainda ao longo dessas horas todas, mas, neste momento – acho que o Sr. Relator estava atento – há um fato relevante no depoimento a que nós estamos assistindo.

Por isso, volto a lembrar a importância de que os parlamentares possam ir construindo, mesmo com as suas diversas visões de todo o processo, a história que, ao final, vai ser remetida à Procuradoria-Geral da República.

Eu queria perguntar para o depoente se ele conhece, teve relação com o Sr. Cláudio Abreu.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor. Nunca.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas ouviu falar e sabe quem é?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já ouvi falar e sei quem é.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O.k. E a Srª Ana Cardoso de Lorenzo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ana Cardoso de Lorenzo, que eu saiba, é esposa do Sr. Antônio Lorenzo, que é o dono do Instituto de Pesquisa, esposa ou parente – não sei. Eu sei que é da família de Lorenzo, que é do Instituto de Pesquisa Serpes, que também recebeu o pagamento através de Alberto & Pantoja.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Exatamente. Esse é o fato a que temos nos referido aqui também.

E o que quero chamar a atenção com esses dois questionamentos, Sr. Relator, é que, ontem, tivemos o momento Casa Cor aqui, nesta CPI, com o decorador; e, hoje, estamos tendo aqui o momento caixa 2, mas que, graças às últimas frases, acho que justifica o depoimento que o senhor está fazendo aqui, na conexão que há pouco aqui foi estabelecida.

Agora, a verdade é que todo o dinheiro utilizado pela Alberto & Pantoja tem origem, e a origem é a Delta Construtora. Não houve aqui, a não ser poucos centavos, o que essa empresa utilizou que não tivesse origem nas contas da Delta no Rio de Janeiro. Portanto, quero voltar a chamar a atenção de que temos aqui a sexta maior empreiteira do País. Hoje, no relançamento – deve ser o terceiro ou quarto relançamento de obras do PAC –, a Ministra responsável volta a dizer que está muito preocupada com as obras do PAC por causa da Delta. E temos a Delta aqui, e não vem nem o Sr. Fernando Cavendish nem o sigilo da Delta, que já está quebrado há duas semanas, para o âmbito, na sua integralidade, para esta CPI poder continuar avançado.

E, olha, com todo o respeito que o senhor merece de mim, Sr. Bordoni, mas eu gostaria de ver aqui, por exemplo, os dirigentes da Sigma, porque estamos, depois de anos, com aumento de gasolina. O brasileiro está pagando na bomba, e uma das justificativas são os problemas da Petrobras: por problema de gestão; porque tomaram atitudes equivocadas; porque aumentou o custo da própria empresa. Por isso, foi trocado o seu Presidente, mas quem é que está pagando na bomba? É o brasileiro e a brasileira. E aí essa Sigma permitiu que a Delta acessasse as obras da Petrobras com favorecimento, sem ter expertise necessária. E por que esses sócios não vêm aqui para dar esclarecimentos? Isso é só uma rememoração a todos nós

desta CPMI de que temos coisas, talvez, muito mais relevantes no escopo desta CPI do que ficar discutindo o caixa 2 de Goiás, com todo o respeito que merece a sua história pessoal e profissional. A questão de ser controverso no seu Estado não elide o fato de que V. Sª fez um relato aqui que me parece razoável diante da história, porque a história das pessoas tem uma biografia, e a biografia que o senhor escreveu antes lhe credita, a princípio. E ouvi com muita atenção o que o senhor está dizendo aqui.

Eu queria fazer mais duas perguntas ao senhor, que é o seguinte: o Sr. Jayme Rincón é uma pessoa que teve proeminência nas relações que o senhor teve. Ele é uma pessoa que lhe pagou, pelo que entendi aqui, em dinheiro, em espécie, no meio de uma campanha eleitoral, que acho que é um problema. Mas o Sr. Jayme Rincón deveria vir depor nesta CPI. Eu estou muito incomodado com isso, porque não passo a mão na cabeça de ninguém. Não passei a mão na cabeça do Demóstenes nem do Arruda. Então, não protegi os que, teoricamente, estavam do meu lado. Não protejo ninguém de a a z. Tem problema, é pau. A minha pergunta para o senhor é a seguinte: o Sr. Jayme Rincón, que está lá, é secretário de Estado, está participando ativamente do Governo? Ele está lá tendo uma vida aparentemente normal? Porque, toda vez que ele é convocado para vir aqui – e é isso que me incomoda... Não tenho nada contra ele. Não tem nenhum dado para levantar, nenhum questionamento contra ele, só que foi aprovado aqui requerimento para que ele viesse depor, como foi o de V. Exª, e, de maneira reiterada, parece atestado médico aqui, porque nunca pode vir, nunca pode vir.

A Deputada Íris acabou de demonstrar aqui – vi no Twitter de hoje – que vai participar de atos lá, em Goiás.

Então, pergunto ao senhor que o conhece: esse aneurisma é de depois da eleição ou de antes da eleição? Desde que o senhor o conheceu, na eleição ou antes da eleição, o estado dele é normal? Ele participa ativamente da vida social e política de Goiás?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu só tenho informações do aneurisma dele recentemente. Durante a campanha, não tive essa informação, não. Pelo contrário. Ele participou ativamente, diretamente, não só da questão financeira, mas também das reuniões do conselho político para discutir propostas e encaminhamentos políticos de campanha, essa coisa toda.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor disse aqui – agora, a última pergunta para o senhor – que o Sr. Wladimir Garcez, ex-vereador, era o braço direito do Cachoeira ou era um... Perdão, eu me expressei mal. Era o braço político do Cachoeira. Se o Cachoeira tivesse qualquer negócio no mundo político, quem é que ele enviaria para fazer qualquer tipo de operação? É esse cidadão?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Esse cidadão. Inclusive o sonho dele é que esse cidadão fosse candidato a Vice-Prefeito na chapa do Demóstenes. Chegaram a discutir isso em jantar na casa dele. O Wladimir sempre esteve dentro do Palácio, como ponto de ligação das relações dele, inclusive junto com a Eliane. O detalhe é que o Wladimir veio aqui e não disse nada. As outras pessoas que podem - e estão com elas a chave do mistério - se recusaram a comparecer aqui para trazer os esclarecimentos esperados e pretendidos pelos senhores. Então, o Sr. Lúcio, o Rincón, a Eliane, o Sr. Lúcio Gouthier, o Jayme Rincón, todas essas pessoas poderiam estar aqui prestando esse serviço. Elas se recusaram a falar e são as pessoas... Principalmente o Sr. Jayme Rincón e principalmente o Sr. Lúcio Fiúza, que tiveram relações comigo sobre questões de pagamento de campanha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor conhece muito de perto, pelo que o senhor descreveu aqui, a história política de Goiás das últimas duas décadas. O *modus operandi* da organização criminosa atingiu vários Estados e não apenas Goiás, não apenas o Distrito Federal. Ela está espraiada por vários Estados brasileiros. Como o senhor conhece lá, eu queria perguntar para o senhor o seguinte: quanto a esse poder quase paralelo ou que permitia a infiltração na Polícia Federal, nas Polícias Civil e Militar do Estado de Goiás e até na vida política e institucional do Estado de Goiás, o Sr. Carlinhos Cachoeira tem esse poder já há 4 anos, há 8 anos, há 12 anos ou é um poder recente?

Essa é a última pergunta que eu queria lhe fazer.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não tão recente, porque, no governo anterior, por exemplo, o do Alcides Rodrigues, os afiliados dele foram nomeados. Ele pretendia que um hoje Deputado fosse o Presidente do Detran. O governador não concordou, porque o presidente, na época, tinha sido fundamental na campanha dele e também como bom gestor, e ele acabou nomeando esse indicado do Cachoeira para a Metrobus. O Edivaldo, que foi nomeado para o Detran no atual governo, naquele governo anterior, foi nomeado para a presidência da Centrais de Abastecimento de Goiás. São os dois nomes mais proeminentes dele dentro da política, que ele conseguiu colocar dentro do governo, fora outras nomeações que aconteceram. Inclusive a própria operação Monte Carlo já identificou quais as listas que foram aprovadas e nomeadas com indicações feitas por ele, por Deputado, pelo Diretor do Detran, pelo Wladimir... Enfim, eles conseguiram fazer as nomeações pretendidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

Agora, passo a palavra, para seu tempo regimental, para o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Obrigado, Presidente.

Sr. Luiz Carlos, boa tarde.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pois não. Boa tarde.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sr. Luiz Carlos, o senhor hoje reside em que Município, em que cidade?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Goiânia.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O senhor reside em Goiânia.

O senhor já teve oportunidade de demonstrar que participou ativamente da vida política de Goiás durante muitos e muitos anos.

A pergunta que eu faço para o senhor é a seguinte: o senhor concorda com a afirmação de que existiu ou existe uma organização criminosa no Estado de Goiás e que possa ter suas ramificações em algum outro ponto que tivesse sido, ou seja, comandado pelo Sr. Carlos Augusto Ramos Cachoeira? O senhor considera essa afirmação verdadeira?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – As informações que se tem é de ele lidera essa organização que controla o jogo dos caça-níqueis não só em Goiás, mas em vários Estados do Brasil.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Então, a gente parte do pressuposto de que essa informação é verdadeira. A pergunta que eu faço ao senhor: o senhor pode identificar – durante o seu depoimento, por vários momentos o senhor teve oportunidade de citar nomes diferentes de autoridades públicas –, o senhor pode nominar aqui autoridades públicas que claramente fazem parte da organização criminosa? Ainda não estou falando em colaboração, eu estou falando daqueles que fazem parte da organização criminosa e que sejam conhecidos pelo senhor e que o senhor possa identificar como participante da organização. O senhor pode nomear alguém?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O braço político dele já foi citado, o ex-Vereador, Presidente da Câmara Municipal, Wladimir Garcez, o ex-Presidente do Detran, que também preside o PTdoB, em Goiás, e o Governador disse que, inclusive, a nomeação do Edivaldo se deveu ao PTdoB ser a terceira força política a oferecer apoio à candidatura dele; uma força política um tanto... Quatro mil filiados do Estado, e justamente de uma pessoa que é sabidamente conhecida como sócio do Sr. Carlos Cachoeira, que é o Sr. Edivaldo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Essas duas pessoas o senhor, claramente, diria que são participantes ativos da organização. Mais alguém, mais alguma autoridade pública que o senhor pudesse identificar como participante ativo da organização?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não, não, senhor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – A segunda pergunta: alguma personalidade privada do Município de Goiás ou do Estado de Goiás que claramente o senhor possa identificar como participante da organização? O senhor poderia nomear?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Como participante da organização?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – As pessoas que estão citadas já são do conhecimento da opinião pública, e as pessoas de projeção ligadas a ele, por questões de amizade ou relacionamento social, é difícil de a gente poder dizer, porque ele morava num apartamento do Excalibur, que é um por andar, onde oferecia festas e recebia pessoas de todos os calibres sociais, inclusive as pessoas ligadas aos poderes constituídos.

Então, não posso dizer quais são, mas...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – São várias as personalidades.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Da vida pública e privada. A pergunta que eu faço ao senhor: o senhor já disse que não tem relação de proximidade com o Sr. Carlos Cachoeira, quando o senhor passa a ter o conhecimento de que o Sr. Carlos Cachoeira, teoricamente, coordenava uma organização criminosa desse porte? O senhor teve essa notícia ou as primeiras informações nesse sentido exatamente em que momento da história do senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A história do Cachoeira é antiga, ela precede a tudo isso. Ele estava na legalidade quando tinha a Gerplan e dirigia a loteria do Estado de Goiás, cujo contrato foi depois cancelado pelo Governador e, a partir daí, com a desativação dos caça-níqueis, os caça-níqueis passaram a ser usados de forma clandestina, quer dizer, o jogo continuou sendo praticado só que já na ilegalidade.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Então, ele deixou de ser o empresário para ser o contraventor a partir daí, pelo menos é o que eu sei.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Em que ano que ele, teoricamente, deixa de ser o empresário para ser o contraventor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi no primeiro para o segundo Governo do Marconi Perillo que...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – E, desde então, o senhor já tinha essa informação, ou seja, já era pública essa informação?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, a informação...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O senhor já tinha o conhecimento?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, a informação que se tinha era que ele um empresário, dono de uma empresa especializada nessas questões de jogos e que havia vencido uma licitação para dirigir a Loteria do Estado de Goiás

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – E quando o senhor toma conhecimento que o próprio Carlos Cachoeira seria o coordenador da atual organização criminosa? O senhor pode dar essa informação aqui?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quando a Polícia Federal... Quando ele passou de empresário a contraventor, a Polícia Federal já detectou essa movimentação toda, não é? Ele se interessou e foi atrás.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito. E a pergunta que eu faço ao senhor: antes... Ou seja, no momento em que a operação se torna pública e que as pessoas passam a ter o seu conhecimento, o senhor, pessoalmente, foi procurado por alguma autoridade pública para tratar do assunto, do tema das doações e dos pagamentos que tinham sido feitos ao senhor, se possivelmente elas foram feitas pela organização criminosa? O senhor foi procurado, a partir do momento em que a operação se torna pública, por alguém, seja de natureza pública ou privada?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Não?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ninguém me procurou. Eu, inclusive, quando fui procurado pelo jornalista e que tornei pública a minha indignação com o problema, esperava que providências fossem tomadas para esclarecer isso. Mas, no fim, acabou virando essa guerra, que resultou nessa situação toda que nós estamos enfrentando aqui.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito. Já para a finalização, Sr. Luiz Carlos, a minha pergunta é a seguinte: o foco das investigações e desta CPI é exatamente a identificação das autoridades públicas e privadas que porventura tenham tido envolvimento com a organização criminosa que seria comandada pelo Sr. Carlos Augusto Cachoeira. O senhor já teve a oportunidade aqui de falar o nome de algumas das autoridades públicas que serviam a essa organização, segundo o entendimento do senhor. O senhor não soube identificar personagens da vida privada do Estado de Goiás, mas disse que são muitas as personalidades que contribuíam com a organização.

A pergunta que eu faço ao senhor: em algum momento, desde que a operação foi tornada pública, o senhor – esta pergunta já foi feita por outros parlamentares, mas de outra forma – disse que, até então, não sofreu qualquer tipo de ameaça. A partir do momento inclusive em que se colocou à disposição para dar os esclarecimentos que fossem necessários. Mas acredito eu que o senhor já deva ter tido inúmeros contatos e conversas com agentes públicos nesse intervalo. O senhor teve, por parte de algum emissário ou de algum interlocutor, algum tipo de proposta no sentido de fazer com que o que fosse dito aqui nesta CPMI tivesse algum limite ou não? A partir do momento em que se tornaram públicas as alegações de V. Sª, o senhor não teve mais qualquer tipo de conversa com nenhum interlocutor, seja da possível organização criminosa ou de algum agente público ou privado? Isso chegou a acontecer em algum momento? Pode haver alguma interceptação telefônica ou alguma gravação que, posteriormente, no futuro, venha demonstrar que o senhor foi procurado e que conversas foram tidas nesse sentido?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputado, eu não fui procurado por ninguém. Nem de A e nem de B. Simplesmente, eu fiquei isolado nessa história, vítima de todos esses ataques que foram desferidos contra mim. Mas ninguém me procurou para falar nada, para discutir qualquer assunto, para propor qualquer coisa. Até porque propor ninguém iria propor nada, porque a minha posição já ficou clara desde o início. Eu queria um esclarecimento do fato, e só isso me interessa. Nada mais do que isso.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito.

A última pergunta, então. O senhor já falou das relações do Sr. Cachoeira e do conhecimento público que existia das suas atividades. Nos dias de hoje, a organização, a possível organização que está sendo investigada, ainda existe algum tipo de informação que tenha chegado a V. Sª de agentes que não tenham sido observados pelas operações da Polícia Federal que trataram do tema? Ou seja, o senhor tem alguém que possa contribuir a mais com esta CPMI? Nomes que possam contribuir e que não tenham sido claramente indicados?

Eu repito esta pergunta a V. Sª porque ela é importante. Porque, exatamente, o nosso foco é a determinação de todos os agentes públicos e privados que porventura estejam inseridos nessa possível organização.

O senhor tem algum nome que possa trazer a esta Comissão?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Infelizmente não, Deputado. Infelizmente eu não tenho, eu não disponho, mas eu tenho a impressão de que, com a quebra do sigilo da Alberto & Pantoja e da outra empresa, será possível identificar esses outros nomes, porque, acredito eu, não só eu fui remunerado por esse tipo de pagamento.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O próximo parlamentar a fazer uso da palavra é o Deputado Miro Teixeira.

Concedo o tempo regimental de dez minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, temos algumas observações.

A primeira é: quando temos um depoente disposto a falar, nós temos o dia da Comissão tomado produtivamente. Então, essa pauta de três depoentes é uma pauta que já espera que as pessoas cheguem com *habeas corpus* para não falar – *habeas corpus*, aliás, dispensável, porque nós aqui não vamos obrigar ninguém a falar; não é de nossa índole.

Nós temos que resolver uma anomalia, no meu ponto de vista, que é relacionada ao silêncio da testemunha. E uma coisa está amarrada à outra: a testemunha tem o direito de permanecer em silêncio, mas como já decidiu o Supremo Tribunal Federal, ela não pode saber que uma resposta pode incriminá-la sem que ela ouça a pergunta. E eu mostrei a V. Exª o *habeas corpus* – a Consultoria do Senado já ficou com uma cópia, e eles já estão com outros trabalhos sobre o assunto. Porque essa é uma forma também de prestar um falso testemunho pelo silêncio, mas dependendo da circunstância, como está dito no relatório do Ministro Paulo Brossard acolhido pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, eu acho que é do maior relevo que nós decidamos logo. E nós só temos um caminho a seguir, que é o caminho da normalidade legal. A testemunha não responderá a cada pergunta que ela decidir que pode incriminá-la, mas não pura e simplesmente dizer: "Eu não vou responder a nada"; ela não sabe se vai se incriminar com a pergunta.

A partir do momento que decidirmos isso, nós passaremos a ter a necessidade de marcar uma pessoa por reunião da nossa Comissão. Três não dá, está visto hoje aí!

Eu peço desculpas ao Sr. Luiz Carlos Bordoni porque eu usei o tempo – estou usando o tempo – para resolver uma questão que acho que falta na nossa Comissão: essa chance de ter a reunião de conversa, que nós podemos passar a ter em outros dias. Talvez amanhã possamos fazer uma para conversar sobre isso aqui no microfone, publicamente, com a imprensa presente. Não tem problema. E essa imprensa que está aqui atrás, a qual, no júri, o Deputado Rubens Bueno chama de "os fiscais do povo", tem alguma dúvida aqui sobre a questão do dinheiro. Eu realmente não tenho nem muita dúvida e acho que, como tudo está gravado e temos as notas taquigráficas, o que é de interesse da Comissão já está devidamente assinalado. Mas como eles têm que fechar em tempo real, eles têm uma certa dificuldade.

Então, nós temos R$40 mil, uma primeira parcela. Lembra-se de quando foi? Porque me deu a impressão de que V. Sª faz anotações; não é anotação de agora não. Se há um encontro com o candidato a governador, depois V. Sª faz uma espécie de ata do encontro. V. Sª fez um relato muito preciso de todas as coisas. Então, V. Sª se lembra: os R$40 mil iniciais quando foi, qual foi o mês?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi entre a convenção e o início da campanha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Entre a convenção e o início da campanha? Lá para junho, por aí?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por aí.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Junho de 2010?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – De 2010.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – De 2010. Isso foi pago pela ArtMidi ou pela MKPOL?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. A MKPOL, a minha relação com a MKPOL foi para a campanha do Senador Demóstenes Torres e não com a campanha do governador.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não tem dinheiro dessa sequência aqui da campanha do Senador Demóstenes?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Da Arte Midi, R$40 mil eu recebi do candidato...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Espere aí! Vamos voltar àquela minha linha. Foram R$40 mil iniciais. Depois, vêm R$30 mil. Isso foi em torno do mês de junho. Cheque ou dinheiro?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dinheiro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Dinheiro vivo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dinheiro vivo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Dinheiro vivo. Também não houve imposto nem recibo, nada disso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nada disso!

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não houve recibo. Depois, vem uma parcela de R$30 mil.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A de R$30 mil é aquela nota fiscal da ArtMidi...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É essa da ArtMidi?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – ...que foi apresentada aqui como meu contrato de trabalho de R$33 mil pela campanha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É uma nota fiscal.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É a nota fiscal da ArtMidi. Descontado o imposto, foram R$30 mil líquidos. Certo?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Foram R$30 mil, mais ou menos em que mês?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em 21 de setembro...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Em 21 de setembro de 2010?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – De 2010.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aí, depois, vêm R$10 mil.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foram R$10 mil.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não precisa mostrar nada, não! Em que mês mais ou menos?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi após a campanha, Deputado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Foi depois da eleição?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Depois da eleição.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas ainda em 2010?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ainda em 2010.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aí vêm dois pagamentos de R$45 mil.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Os R$90 mil que faltavam foram feitos somente em 2011.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E esses R$10 mil? Também foi dinheiro vivo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dinheiro vivo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E tudo foi pago pela mesma pessoa? Quem entregava o dinheiro?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Os R$40 mil foram pagos pelo candidato.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Marconi Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É. E os R$10 mil foram pagos pelo Sr. Jayme Rincón, que era o tesoureiro da campanha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pelo Rincón, não é? E esses R$30 mil do meio?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O do meio foi o da nota fiscal, pago pelo comitê de campanha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pelo comitê de campanha. Esse era o único por dentro?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por dentro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O único?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O único.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Esse dinheiro foi pago pelo comitê de campanha, mas pode ter sido cheque nesse caso. Foi cheque o do comitê de campanha?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi um cheque do comitê de campanha para a ArtMidi, que repassou o dinheiro para mim.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Os R$40 mil e os R$10 mil é que foram pagos em dinheiro vivo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em dinheiro vivo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E, depois, foram duas parcelas de R$45 mil em dinheiro vivo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não! Em depósito feito pela Pantoja um e pela Décio e Rafael Construção e Terraplenagem o outro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Que é do Cachoeira também?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Também ligada ao grupo dele.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A Décio e Rafael, dirigida por fantasma do Cachoeira.

O senhor ouviu falar alguma vez que o Cachoeira tem lá um grupo de arapongagem próprio, com equipamentos próprios, além do Dadá? O Dadá já é figurinha carimbada, não é? Todo mundo sabe dele.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A informação que se tem é essa. Inclusive, até desafiei que os arapongas dele trouxessem a gravação do achaque que eu fiz a ele, pedindo o dinheiro, como foi dito, não é?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Esse é um ponto interessante, porque, na casa do Aprígio... Conhece o Aprígio, o cunhado dele?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já ouvi falar. Não o conheço pessoalmente, não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Houve uma apreensão pela Polícia Federal. Acho que o Relator até já pediu à Polícia Federal, e penso que eles não mandaram ainda... O Relator acena com a cabeça, dizendo que não mandaram. Estamos aqui na conversa, não é?

Houve uma apreensão, tanto na casa do Aprígio, quanto na casa do Cachoeira, de gravações. No jargão das investigações, eles usaram o termo "mídia" para tudo isso aí. Foi apreendida mídia em grande quantidade nas duas casas.

O senhor tem notícia de utilização de chantagem contra autoridades com base em gravações feitas por esse grupo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O caso, por exemplo, do Deputado Rubens Otoni, do PT de Anápolis. O Rubens Otoni foi gravado – eu, que sou um profissional de televisão, conheço muito bem como funciona a coisa – dentro de um ambiente preparado para isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Foi gravação local?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É, foi gravado no gabinete, no escritório do Cachoeira. Havia uma câmera colocada em nível superior, havia um microfone colocado no sofá em que eles estavam conversando, e todo o diálogo foi colhido ali. E ele falava em dinheiro: "Dinheiro que vou te dar, dinheiro que vou te dar...". Envolveu o Deputado numa situação, e o Deputado quase não falou nada naquele encontro. E saiu dali com aquele documento ficando na mão dele.

Deputado Miro, se o senhor pegar as degravações da Polícia Federal, há uma afirmação dele pedindo para o assessor dele gravar o Vice-Prefeito de Águas Lindas, porque estava criando caso: "Ah, vamos gravar o cara, para poder derrubá-lo!". Quer dizer, era uma metodologia usada de gravar certas pessoas para comprometê-las e colocar as pessoas em situação difícil, para achaque.

Por exemplo, o Rubens Otoni... "Por que vamos achacar o Rubens Otoni?" Ora, o irmão dele é prefeito de uma das maiores cidades do Estado de Goiás. E Rubens Otoni é um parlamentar federal de brilhante atuação e de respeito. Pelo menos, nós sempre o tivemos assim lá em Goiás. Então...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aqui, em Brasília, nós também sempre o tivemos assim.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Então, usa-se esse tipo de estratégia...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não é só com esse, não é?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não é só com esse.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não é só com esse. Mas o senhor acha possível que ele tenha gravado o Marconi Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não sei, não sei, mas também não posso dizer que... É difícil.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Esse poder que ele tem de nomear... Ele, de repente, disse que ia nomear uma pessoa para uma repartição, para outra, para outra, ou, então, vinte pessoas em algum lugar. E tudo acontece por quê? É só por que ele é um dos chefes da máfia?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O detalhe é a infiltração dessas organizações, Deputado, dentro do poder. É uma situação complicada.

Eu, por exemplo, acompanho muito a sua luta no Rio de Janeiro, com essas coisas todas que existem lá, combatendo o envolvimento das autoridades, inclusive, com o pessoal do narcotráfico. É aquela briga toda nos morros! E a gente vê que há um Estado paralelo, e isso, realmente, preocupa.

Quando um cidadão como ele consegue ter influência sobre duas Polícias num Estado, tanto a Militar quanto a Civil...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E parte da Federal.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – E parte da Federal. E sabe onde vão acontecer as investigações, as incertas, para pode pegar no flagrante o delito e é avisado antes. É essa coisa toda. Então, não há como negar que há uma ingerência da contravenção dentro do Estado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muito obrigado por sua atenção.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, nobre Deputado...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me concedesse mais 30 segundos, só para eu me dirigir a V. Exª. Quero falar novamente sobre a questão de cumprirmos todos os ritos na nossa Comissão.

Assim como o depoente não pode fazer escárnio de um parlamentar, o parlamentar também não pode fazê-lo em relação ao depoente. Também é decisão do Supremo Tribunal Federal que isso pode ser objeto de representação por abuso de autoridade. Isso está expresso em decisão do Supremo.

Então, acho que, na possibilidade de haver reunião de conversa, poderíamos tentar estabelecer um padrão de procedimentos na CPI que não gerasse muita novidade, não. Começa com a questão das testemunhas. A cada pergunta, isto sim, elas podem dizer que não respondem, porque não podem se antecipar, imaginando o que vai comprometê-las ou não. Temos de seguir essas outras coisas.

Obrigado pela sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo, agora, a palavra ao ilustre Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exª e também o depoente.

Estou aqui, como muitos, na busca de colaborar com o bom andamento do trabalho desta CPMI. E

tenho a certeza também de que, dentro do possível, vamos atender à expectativa da sociedade brasileira, esclarecendo os tentáculos dessa organização criminosa, desmontando essa estrutura – aliás, algumas instituições importantes do Brasil já deram sua contribuição – e, ao mesmo tempo, verificando o tamanho desse esquema montado de arapongagem, de achaque, em que se tornam reféns pessoas que compõem instituições em vários Poderes.

Eu queria fazer algumas perguntas ao depoente.

Acho que o depoimento de V. Sª é importante. Primeiro, é um jornalista que está vindo aqui. Eu queria lhe fazer perguntas, e, se possível, V. Sª poderia me responder, para que avançássemos um pouco no tempo de que disponho.

V. Sª é jornalista há quantos anos?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Há 50 anos.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Há 50 anos?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Há 50 anos.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – São 50 anos ininterruptos, sempre trabalhando como jornalista?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sempre trabalhando.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – No rádio, em jornal, em que mais?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Rádio, jornal e televisão. Na televisão, tenho menos tempo.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – O senhor já passou, nesses 50 anos, por situação mais grave do que esta, do ponto de vista dos questionamentos acerca da sua integridade moral e profissional?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, é a primeira vez que enfrento esse questionamento.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – O senhor falou aqui – eu acompanhei –, durante a manhã e a tarde de hoje, sobre a ligação pessoal, até de admiração, com o Senador Demóstenes e com Governador Marconi Perillo. Isso é fato?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É fato. Trabalhei...

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Há quanto tempo vem essa admiração? Há quanto o senhor tem essa relação que extrapola a profissional, pelo que eu ouvi? Ela vincula a admiração, a amizade também, pelo menos nessa última década? É isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A minha relação com o Senador Demóstenes foi a partir da campanha de 2002, a primeira que...

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Já se vão 10 anos.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – E do Governador Marconi Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O Marconi Perillo, eu conheço o Marconi desde 1986, quando eu fiz a campanha do Senador Henrique Santillo ao Governo de Goiás e ele presidia o PMDB Jovem.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – O senhor poderia falar o grau de intimidade que adquiriu tanto com o Senador Demóstenes, nesses 10 anos de convivência, e, separadamente, o grau de intimidade ou não que V. Sª estabeleceu com o Governador Marconi Perillo, nesse período? Ou era apenas encontros em período de eleição?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Tinha algum desdobramento? Algum reconhecimento por parte deles da sua contribuição?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. No caso do Senador Demóstenes – eu fiz a primeira campanha dele, ele não tinha quem fizesse o rádio, e fiz sem qualquer ônus para a campanha dele –, ele, numa retribuição, em 2005, nomeou uma filha minha para assessora parlamentar dele, só que ela não foi aprovada no exame de saúde.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu ouvi essa história. Ela, por um problema sério de saúde, não pode assumir, é isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Eu ouvi a posição de V. Sª.

Mas eu gostaria de saber... Com o Governador Marconi Perillo, V. Sª falou que desempenhava um papel de ser atuante no programa de rádio da campanha. Nós sabemos todos – somos candidatos, fomos várias vezes – que normalmente tem várias áreas de uma disputa política, e cada uma tem a sua importância, a do rádio não é menor do que outras. Que grau de importância o senhor acha que o senhor tinha nesses programas na eleição do Senador e depois da eleição do governador? Parece-me que o senhor participou da campanha de 2002, 2006 e 2010. É isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, de 1998 também.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – De 1998 também. Então, já se vão 14 anos de um trabalho feito com o Governador Marconi Perillo. Quatorze anos?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quatorze anos, dizendo que é o bom, o melhor e o maior.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Depois de dizer que ele é o bom, o maior e o melhor durante as campanhas, que tipo de tratamento o senhor recebia depois da campanha de 1998, 2002, 2006 e 2010?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O relacionamento nosso sempre foi normal. Ele no governo e eu tocando a minha vida tranquilamente.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Pelo fato de o senhor ter sido parte da equipe que fazia campanha – e aí volto à pergunta que fiz –, o senhor construiu alguma relação mais próxima, de frequentar ou de estar em alguns eventos com o governador, nesse período todo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não. Aliás, eu não sou dado muito a esse tipo de relacionamento com a autoridade. O meu amigo é o Marconi Perillo e não o Governador Marconi Perillo. Então, eu ficava distante. Mesmo tentando ser independente como jornalista, mas aí já há a vinculação... O pessoal fala: "Ah, você tem o rabo preso com o Marconi", aquela coisa toda, tal. Então, até a credibilidade da gente como jornalista fica prejudicada a essa altura por você se identificar com o cidadão.

Mas você sai para a rua e, quando ele faz uma coisa boa, você ouve elogios; quando ele faz coisa ruim, você ouve críticas, porque, como o governante não vai ao povo, e estou no meio dele, eu sou o primeiro a ser cobrado por tudo aquilo que eu o ajudei a difundir no rádio. Então, as promessas feitas, cumpridas, são aplaudidas; e as não cumpridas são atacadas. Então, é o preço que a gente paga por isso.

Mas eu não tenho relação direta, assim, de convivência social com ele.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Perfeito. De convivência social, não. Mas do ponto de vista da convivência política? O senhor nos falou aqui durante o seu depoimento, e aqui está confirmando, que há 14 anos o senhor presta um serviço, que V. Sª tem dito, difícil, mas com lealdade, ao Governador Marconi Perillo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Desde a campanha de 1998. Do ponto de vista político, o senhor se sente um homem da confiança do Governador Marconi Perillo ao longo desse período?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu me senti um homem de confiança dele durante todo esse período, como eu confiei nele durante todo esse período.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – São 14 anos de confiança e de serviço do ponto de vista político.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – E quando começou para V. Sª uma mudança, porque certamente V. Sª também é uma pessoa de confiança dele, senão, não daria...? A voz dos programas de rádio nesse período era a sua voz, o senhor aparecia com a voz, ou era um serviço de bastidores?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, a minha voz, inclusive a D. Íris não está aqui para lembrar da vinhetinha que canta o meu nome que eles odiavam ouvir essa vinheta...

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Como era essa vinheta?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Luiz Carlos Bordoni; o meu nome cantado. E aí eu assinei todos os programas de 98 até 2010. Todos...

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – O senhor era a voz de Marconi Perillo no rádio.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente. Eu assumi publicamente o Marconi Perillo como meu candidato.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – E quando V. Sª acha que deixou de ser a voz e uma pessoa de confiança para o Governador? Ou se deixou de ser?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu acho que, a partir do momento em que você presta um trabalho sério, benfeito, de resultado positivo, aí você vai receber por esse trabalho, aparecem contraventores depositando dinheiro na sua conta, na conta da sua filha, você já fica indignado com uma coisa dessas. Foi o que aconteceu comigo: houve indignação. Se eu prestei um trabalho limpo por que não receber um dinheiro limpo? Eu esperava que fosse um dinheiro limpo que estivesse sendo pago a mim. No entanto, quando se detectou todo o problema, eram duas empresas ligadas a um contraventor, quer dizer, isso ficou ruim profissionalmente para mim e para a minha moral, para a minha dignidade.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Muito bem. V. Sª já informou... Eu não estou querendo repetir o que eu ouvi dos colegas aqui, eu só estava completando, querendo ver o grau de relação que V. Sª tem com o projeto que governa tanto do Senado como no Governo do Estado de Goiás.

Uma última pergunta: V. Sª acha que esta empresa Alberto & Pantoja pagou V. Sª – depois que se descobriu que foi pago uma parte por ali –, você acha que ela financiou mais gente? Ela bancou a campanha ou o pagamento de campanha de mais políticos no Estado de Goiás?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Aliás, eu até havia discutido esse assunto com os colegas jornalistas e a CPMI já tomou a providência de quebrar o sigilo da Alberto & Pantoja, porque aí será possível identificar quais os outros prestadores de serviço que receberam por dentro e por fora da campanha.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Muito bem. Sr. Presidente e Sr. Relator, eu queria só concluir.

O senhor, então, se sente, durante 14 anos, a voz do Governador Marconi Perillo em todas as eleições.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu fiz a campanha dele em todas as eleições. Fui processado e condenado, só que anulada a sentença porque o processo

havia prescrito, mas me condenaram até a 12 anos de cadeia por conta de brigas minhas pelas causas dele.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – No rádio, o senhor se sentia a voz então?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu me sentia a voz dele.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra, pelo tempo regimental, ao ilustre Deputado Ronaldo Fonseca. Mas, antes, consulto aqui, o que tem sido uma pergunta de vários aqui, se V. Sª não gostaria de ter um intervalo de cinco minutos.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, eu só queria um cafezinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Um cafezinho, está bem. Então peço à Secretaria que possa trazer um cafezinho para o depoente, Sr. Luiz Carlos Bordoni e outro para o Deputado Miro Teixeira, que também estende o pedido ao ilustre Deputado Cândido Vaccarezza. Quem quiser fazer mais pedidos, pode direcionar ao ilustre Deputado Miro Teixeira.

Deputado Ronaldo Fonseca, por dez minutos.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, cumprimento também o depoente, Luiz Carlos Bordoni.

Eu quero, a princípio, parabenizar V. Sª por ter vindo a esta Comissão com a disposição de falar. Nós temos tido uma frustração muito grande, embora sendo um direito constitucional do depoente de ficar em silêncio, porque a gente quer fazer perguntas e ouvir respostas e não nos é dado esse direito, embora seja um direito constitucional, e tem que ser respeitado. Mas eu quero parabenizar V. Sª por vir aqui à disposição para falar.

Eu procurei estar aqui desde o início do seu depoimento, tive que me ausentar um pouquinho e talvez faça alguma pergunta que seja repetitiva, embora eu me esforçarei o máximo para não fazê-lo.

Mas, acompanhando aqui os questionamentos feitos a V. Sª, eu fiquei pensando sobre aquele que está lá do outro lado assistindo a esta CPMI, inclusive os seus familiares, seus amigos, pessoas da sua relação de amizade, relação social. Ficou claro aqui, pelo menos percebo a intenção, a intenção de desqualificar a sua pessoa como jornalista competente. Ficou claro, inclusive perguntas deixando a entender que V. Sª tem contato com ETs, com Marte. Eu queria fazer uma pergunta a V. Sª: se é verdade tudo isto, que V. Sª já foi condenado, processado, que V. Sª é desequilibrado, não é um profissional sério, como é que o senhor arrumou emprego para trabalhar nas campanhas políticas de um governador e dois senadores?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu gostaria também que eles respondessem a isso, porque é uma luta muito grande que eu desenvolvi ao longo desse tempo todo e onde eu fui reconhecido como importante nessas conquistas, aplaudido, festejado, essa coisa toda e, de repente, eu sou tudo isso aí que o senhor tem ouvido e lido o que estão falando.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas quando o senhor trabalhava, o senhor nunca ouviu comentário neste sentido: que o senhor era desequilibrado, estava processado, estava condenado e não podia participar de campanha? Ou é só agora?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, só agora, só agora. Aliás, por que eles não colocaram essa versão última que foi colocada ontem na CPI lá em Goiânia para esclarecer a questão do dinheiro da minha conta, do pagamento, por que eles não contaram essa história quando o problema foi levantado, na primeira vez que eu abordei o assunto no jornal *O Estado de S. Paulo*? Por que só agora vai se levantar isso? Só agora que essa versão apareceu? Por que quatro outras versões foram contadas antes para tentar me desqualificar ou para tentar desviar a responsabilidade de quem tem em relação aos depósitos?

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – *O.k.* Eu queria fazer outra pergunta a V. Sª: como está sendo feita a justificativa do depósito da Pantoja na sua conta? O senhor recebeu um dinheiro, eu não vou fazer pergunta aqui desse dinheiro que o senhor recebeu em mãos, o senhor está dizendo aqui, supostamente, para nós aqui que o senhor recebeu em mãos do Governador. Não vou fazer pergunta porque é a sua palavra contra a dele.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Eu vou fazer pergunta a respeito do dinheiro que foi para a sua conta da Pantoja, por exemplo. Como é que está sendo feita a justificativa desse dinheiro. Por que ele foi depositado na sua conta?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Bom, os 90 mil que me eram devidos pela campanha ao Sr. Lúcio Fiuza Gouthier foi dada a incumbência de resolver essas pendências. Ele me telefonou, disse que a responsabilidade era dele de resolver isso e que ele ia fazer em duas parcelas de R$45 mil e pediu o número da conta bancária. Eu dei o número da conta bancária da minha filha porque há uma ação judicial contra mim...

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sim, isso eu já ouvi. Mas como é que estão justificando esse dinheiro. "Está indo para a sua conta 40 mil..." É 40 mil?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quarenta e cinco.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Quarenta e cinco e mil está indo por quê? O que o senhor fez? Eles estão pagando.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Estão pagando.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas hoje eles justificam como esse dinheiro?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eles justificam como sendo, primeiro, a primeira justificativa, um pagamento da Delta para que eu calasse os meus comentários críticos em relação...

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Ah, muito bem. Então o senhor estava fazendo comentários, chantageando, é isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exato.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Muito bem. O senhor disse que foi já na CPI de Goiânia, foi dito que o senhor chantageou o Sr. Cachoeira, por isso a Pantoja pagou R$40 mil, correto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – E foram demonstradas provas que o senhor chantageou ou só falaram?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Duas versões apareceram. A primeira, a da mulher dele, dando a entrevista...

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas ela só disse ou mostrou provas?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, só disse.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Tem algum telefonema que o senhor fez?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Ela disse que o marido disse a ela que eu era isso, isso, isso e isso, que havia pedido dinheiro.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Ah, tá. Então, não tem prova?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – E do Sr. Wladmir, que o senhor disse que foi dito lá na CPI de Goiânia?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Também nenhuma prova. Aliás, eu desafiei a todos eles a que provassem, porque, afinal de contas, o rei do achaque também é o rei do grampo. Então ele grampeia todo mundo que fala com ele, ele poderia ter grampeado as minhas ligações.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Então só foi dito que o senhor chantageou.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas não houve nenhuma prova quanto a isso.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas os 45 mil foram por conta disso, eles estão dizendo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi por conta disso. Eles estão dizendo isso.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Muito bem. O senhor já prestou algum serviço para essa Pantoja, essa empresa?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Eu fiquei sabendo da existência dessa empresa agora com a questão dos depósitos levantados, quando o Senador Pedro Taques fez o cruzamento do nome da minha filha, com a conta bancária da minha filha e com o Senador Demóstenes, e apareceu aquela nomeação, da qual ela não tomou posse, que o senhor sabe da história, o depósito apareceu por conta disso. Nós ficamos sabendo de Alberto & Pantoja somente agora quando a lebre foi levantada na Comissão de Ética.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Muito bem. O senhor falou aqui que participou ultimamente de três campanhas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quatro.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Não, ultimamente agora: dois senadores e de um governador.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ah, do governador.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Correto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – O senhor mostrou aqui para nós, parece-me, salvo engano, que o senhor tinha provas de que os dois senadores pagaram.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pagaram.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – De forma legal?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – De forma legal.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Muito bem. O senhor tem ideia, mais ou menos, por que a Pantoja não pagou a conta do Sr. Demóstenes, do Senador Demóstenes?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não sei por quê. Eu fui contratado pela MKPOL Marketing Político para fazer a campanha. Então eu recebi a minha remuneração através dessa agência. Eu não sei de envolvimento do Cachoeira com essa questão, não.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – E a Pantoja então pagou parte da conta que o senhor trabalhou...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Para o Marconi Perillo.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – *O.k.* Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, ilustre Deputado Ronaldo Fonseca.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Sérgio, por dez minutos.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Sr. Luiz Carlos, o senhor, jornalista há mais de 50 anos em um programa de rádio popular, na sua visão, um cidadão comum de Goiás, na visão de um cidadão comum de Goiás, quem é Carlinhos Cachoeira na visão desse cidadão comum de Goiás?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O cidadão comum de Goiás deve ter ficado sabendo quem é Carlinhos Cachoeira com o episódio inicial que o identificou no relacionamento com o mundo político naquele caso do Waldomiro Diniz. Foi a primeira vez que ele apareceu com a gravação, inclusive, que foi muito polêmica. A partir daí, a população tem informações, mas não todas as informações porque não houve um cobertura direta.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Mas e o senhor? Qual o conhecimento que o senhor tinha dessa pessoa?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O Carlos Cachoeira eu nunca tive relacionamento com ele, não sabia nem da existência desse cidadão. Fiquei sabendo da existência dele quando teve o problema.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Mas se o senhor não sabia da existência dele, ficou sabendo da existência dele há pouco tempo, como justificar as afirmações extremamente duras que o senhor acabou de dizer, como "um homem perigoso", "o rei do achaque", "o rei do grampo"? Ao denominar "o rei do achaque", "um homem perigoso", é um juízo de valor...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É um juízo de valor. A população não tem informação, Deputado, mas nós sabemos...

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Agora fala do senhor.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ah, eu tenho a informação. Eu tenho a informação de quem é o cidadão. E jamais iria ser um otário de ligar para um cidadão daquele jaez para fazer... para extorquir dinheiro.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Mas o senhor colocou aqui que o senhor sempre foi amigo do Marconi. E o senhor aqui fez uma afirmação de que esse esquema Cachoeira estava dentro do governo. O senhor sabia quem era Carlinhos Cachoeira. É um repórter investigativo e não sabia dessa relação antes de Carlinhos Cachoeira com Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, da relação não sabia. Tem uma coisa que eu preciso dizer para o senhor, Deputado. A questão de ser repórter, eu tenho impressão de que o tempo verbal precisa ser corrigido, não é?, porque eu estou aposentado, estou com quase 70 anos de idade, sou parkinsoniano, não tenho condições de frequentar mais as redações com a mesma disposição de antes, então eu fiquei muito mais cuidando da minha aposentadoria, lendo e pesquisando e escrevendo do que fazendo jornalismo. Então...

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Então explique melhor a afirmação que o senhor fez aqui mais de uma vez: "sobra mão de obra para queimar arquivo". O que o senhor, efetivamente, quer dizer com esta afirmação e o que dá consistência para o senhor fazer esta afirmação?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O que dá consistência a mim para fazer essa afirmação é que eu já fui vítima disso. Eu já fui vítima dessas questões. Eu denunciei publicamente, num programa de televisão que eu tinha, as questões que aconteciam num presídio em Goiânia, onde os líderes de cada ala, os mais violentos, eram colocados para brigar, para que se resolvessem as pendências e se eliminasse um problema a mais ali dentro. Denúncias feitas pelos próprios presidiários, no meu programa. O diretor de segurança, na época, um major, havia chamado alguns de uma corporação para poder fazer um acerto comigo. Pretendiam levar a minha filha para a periferia, dizendo que foi presa com droga, para depois fazer um acerto comigo ali. Registrei denúncia pública, em cartório, sobre isso, e avisei, claramente, ao cidadão que ele seria responsabilizado se algo acontecesse comigo.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Mas o senhor tinha uma relação de amizade com o Sr. Marconi Perillo e, diante da situação que o senhor acaba narrar, sendo vítima de um processo de ameaça dessa ordem, dessa natureza, nunca tratou deste assunto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, ele substituiu o cidadão, o referido cidadão...

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Mas não o problema?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – ...do presídio. O problema...

Aliás, os presídios são um assunto seriíssimo, que precisa ser discutido. Muitos dos senhores têm essa experiência na área penal e sabem que nós precisamos ter uma reforma nessa coisa toda, porque a Lei de Execuções Penais é muito boa, mas não existe na prática. Nós temos uma superpopulação em celas, não em presídios, em celas de presídios. Isso acontece. Inclusive, a minha filha Bruna fez um documentário, *Os Signos do Cárcere*, mostrando justamente essas coisas que existem dentro das cadeias. Lamentavelmente, as coisas continuam assim. Muda-se o comando, mudam-se os administradores...

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – O senhor também se referiu aqui a duas empresas: R. Diniz e Cen-

tral do Brasil. O que o senhor tem mais a falar dessas duas empresas?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, eu não tenho nada a falar das duas empresas. Eu até anexei, junto aos documentos repassados a CPMI, que poderá fazer essas investigações, inclusive com os registros devidos das áreas adquiridas por essas empresas e tidas em parceria com o Governador de Goiás... Isso é uma atividade que a CPMI poderá apurar.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Tenho comentário de que essas duas empresas teriam uma parceria ou uma sociedade com o Governador?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A informação que eu obtive é de que o Governador teria parceria com essas empresas. Eu passei os registros.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Mas o senhor fez também aqui uma afirmação de que o Sr. Edvaldo seria sócio do Cachoeira – o senhor usa a expressão – provavelmente em empresas para lavar dinheiro oriundo do jogo ilegal. Quer dizer, o que consubstancia o senhor para fazer esta afirmação aqui?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu falei que provavelmente em empresas para lavar? Eu disse aqui que o Sr. Edvaldo é sócio do Cachoeira, que o Sr. Edvaldo era genro do Sr. Boadyr Veloso, que foi assassinado misteriosamente e ainda não desvendado o caso, e que ele assumiu o controle do jogo do bicho, que era do sogro dele. E o jogo, em Goiás, é controlado pela organização comandada pelo Sr. Carlos Cachoeira. E a Polícia Federal sabe disso, tanto é que está grampeado o cidadão, para investigar o que ele está fazendo por lá.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Então, no caso específico desse assassinato, que o senhor afirma ter sido misterioso, o senhor relaciona àquela primeira afirmação de que sobra mão de obra para queimar arquivo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Não estou associando a esse caso não. Não me associei a isso não. É porque é cediço que as polícias, infelizmente, possuem alguns dos seus membros que andam na contramão da lei. Isso, lamentavelmente ocorre.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Então o senhor mantém a afirmação de que sobra mão de obra para queima de arquivo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu mantenho a afirmação de que sobra mão de obra para queima de arquivo.

Eu quero dizer aos senhores o seguinte: como pode – foi o que coloquei – este simples velho aqui achacar o Sr. Carlos Cachoeira, que tem influências e poderes sobre as duas polícias lá, onde sobra mão de obra para queima de arquivo.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – O senhor é um jornalista investigativo. O senhor faz a afirmação de que o Carlinhos Cachoeira tinha influência sobre a polícia no Estado de Goiás, e o senhor afirma também que era amigo íntimo do Sr. Perillo e que fez todas as campanhas dele, inclusive a voz no rádio do Perillo não era a voz dele, era a sua voz. O senhor poderia aqui achar que o Governador Marconi Perillo não sabia dessa influência do Sr. Cachoeira no seu governo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Olha, nós ficamos sabendo da influência do Cachoeira sobre a polícia quando a coisa transbordou, quando a Polícia Federal revelou as operações que estavam sendo feitas. Porque ninguém sabia, até então, que havia informações que saíam, inclusive, como constatou a Operação Monte Carlo, de dentro do palácio da Chefe de Gabinete, informando às pessoas que a polícia ia aparecer dia tal, em tal lugar; e que havia o próprio corregedor da polícia, que também fornecia essas informações; que havia gente da polícia, inclusive um coronel da Polícia Militar, prestando serviços de informação a esse tipo de organização. Nós ficamos sabendo disso... Todos nós ficamos sabendo disso agora. Não é questão de... Como eu disse para o senhor, sou um repórter investigativo aposentado. Há muito tempo, não estou mexendo com investigação. Estou mexendo com investigação agora, para apurar quem anda fazendo essas artes, prejudicando, inclusive, a minha pessoa.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Sr. Presidente, meu tempo está esgotado.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pela ordem, a nobre Deputada Íris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, novamente Jayme Rincón, agora no *site* do jornal *O Popular*, Deputado Domingos Sávio:

O presidente da Agetop, Jayme Rincón, afirma que irá depor na CPMI do Cachoeira em Brasília, mas não confirmou quando. Hoje, pela segunda vez, Rincón não foi depor por problemas de saúde e apresentou atestados médicos para adiar sua participação, apesar de a equipe do Governador Marconi Perillo (PSDB) divulgar hoje, no Twitter, que ele participará amanhã de inauguração de trecho da GO-174.

O presidente da Agetop diz que, no seu depoimento, terá a oportunidade também de falar sobre a vida política e financeira do ex-Prefeito Iris Rezende e da Deputada Íris de Araújo, ambos do PMDB. "A Deputada Íris de Araújo não perde por esperar meu depoimento na CPMI. Ela verá que covarde é quem ataca as pessoas ausentes. Além de covarde, a Deputada

é mentirosa, pois afirmou que eu estava inaugurando obras em Aparecida do Rio Doce, quando estava em casa assistindo aos depoimentos da CPMI. Terei a oportunidade de falar sobre a vida política e financeira dela e de seu marido. Acompanhei bem de perto essa história, desde a eleição de 82" – diz o principal auxiliar do Governador goiano.

Que, pelo que se constata aqui, não está tão doente. Pelo que estou percebendo, ele está bem atento, e, na realidade, não justifica que ele não compareça por conta dos atestados que ele vem apresentando, mas tem... Isso é agora, no *site* do jornal *O Popular*.

Eu tinha que fazer esse registro.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou passar, já, já.

Antes, respondendo à questão de ordem da Deputada Íris de Araújo, três questões: a primeira delas é que me parece que, finalmente, ele se dispõe a vir, depois de duas negativas, e o Presidente efetivo agendará a vinda dele; em segundo lugar, parece-me que ele vem sem *habeas corpus*, que ele vem com o interesse de falar algo, então espero que ele venha sem *habeas corpus*; em terceiro lugar, espero que ele não faça qualquer ameaça à ilustre Deputada.

Nós vamos tomar todas as providências. Hoje, o Presidente efetivo, Vital do Rêgo Filho, reforçou as providências para a proteção dos Srs. Parlamentares. Então, nós não admitimos quaisquer ameaças a Parlamentares desta Comissão.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quando ele diz que "ela não perde por esperar", não sei o que ele quer dizer com isso. E espero que ele venha a esse depoimento sem *habeas corpus*, então, já que ele quer e tem muito a falar.

Bem, eu agora...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente, na mesma linha da Deputada Íris e contando com o costumeiro espírito democrático e público de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pela ordem, o nobre Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é absolutamente natural, é até extremamente saudável, do ponto de vista democrático, que a Deputada Íris seja adversária ferrenha do Governador Marconi Perillo, e nós não teremos, em momento algum, nenhuma objeção ao fato de que ela torne isso público, de que ela traga, inclusive, qualquer nota de imprensa, ou de Twitter, ou de qualquer instrumento de comunicação, o que é legítimo e é absolutamente natural. O que não se pode aceitar é que as colocações sejam trazidas a esta Casa de maneira incompleta ou equivocada e, depois, se tente transformar isso quase que em uma condição de que o Deputado que se equivocou é que é vítima do processo.

A nobre Deputada trouxe uma informação dizendo que o Sr. Jayme estaria – ela chegou a usar a expressão "neste momento" ou "hoje" – inaugurando, com o Sr. Governador, determinada obra. Poucos minutos depois, constatou-se que não era isso; que há uma obra a ser inaugurada, no dia de amanhã, e que se dizia que, naquela inauguração, estariam ou estarão, no pretérito futuro, o Sr. Governador e o Sr. Jayme. Quem "twittou" o fez na expectativa de que lá ele pudesse estar.

Pois bem. Primeiro, inclusive me dirigindo respeitosamente a V. Exª, até onde me consta e ao nosso Partido, hora alguma houve recusa de vir. V. Exª mencionou que, por duas vezes, recusou. Não houve recusa de vir.

Segundo, já se mencionou, várias vezes aqui, sobre a importância do respeito aos depoentes, até mesmo aos acusados, o que é um princípio fundamental da Justiça, e alguém que apresenta, de uma maneira legítima, um atestado médico, checado, confirmado, e que está em casa se recuperando, em situação de convalescência, merece um mínimo de respeito. Agora, o fato de estar convalescente e se recuperando não torna ninguém insano, não torna ninguém incapaz de assistir a um depoimento na televisão, tirar suas conclusões e fazer, inclusive, as suas referências, de forma legítima, em um país democrático, por um veículo de comunicação que, seguramente, deve ter-se contatado com ele para saber: afinal, você está aí mesmo na sua casa? E responder: estou, e não perde por esperar quem tanto quer ouvir meu depoimento. "Não perde por esperar" não é nenhuma ameaça, é apenas dizer: aguarde, você não perderá seu tempo, você me ouvirá. Eu irei e direi aquilo que precisa ser dito.

É importante que isso fique claro, porque a gente vê... E esse episódio ilustra mais uma tentativa, muito objetiva, de levar uma CPI, que é para investigar outra matéria, levar esta CPI a um ataque a figuras do PSDB. E eu tenho absoluta convicção de que V. Exª não vai alimentar esse tipo de iniciativa.

A Deputada tem de mim todo o respeito. Em toda a minha fala, não faltei com respeito a ela, apenas relatei, de maneira clara: em um primeiro momento, ela trouxe uma notícia que não se confirmou verdadeira. Não importa se ela se equivocou ou se se equivocou quem "twittou". O certo é que a notícia não se confirmou

verdadeira. Se, trazendo a informação verdadeira, de que o episódio ainda não ocorreu, ou seja, não poderá estar hoje cumprindo agenda que será amanhã... E não pode ninguém deduzir que ele irá amanhã e nem dizer que ele falou que vai amanhã. O certo é que a agenda é amanhã – e, ainda que vá, se for, é porque já se restabeleceu... O certo é que, neste dia, o referido convidado ou convocado desta CPMI ainda está convalescente. Não veio porque não teve possibilidade de vir e já afirma que virá. E espero que venha o mais breve possível, porque eu também quero que os esclarecimentos sejam dados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, fui citada, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – De fato, V. Exª foi citada. Usará o...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, já foi um art. 14, o segundo eu estou aguardando, e são dois por reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É. Só pode dar dois por reunião.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu posso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que...

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Tudo bem. Eu me entendo com ele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A senhora se entende com ele. Minas e Goiás são vizinhos!

Deputado Carlos Sampaio, V. Exª quer usar o art. 14 neste momento?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu estou aguardando, porque V. Exª disse que seria ao final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A inscrição de V. Exª é a última.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, é reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É reinscrição.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É do art. 14. É um direito que me assiste.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É isso que eu pergunto. O senhor prefere ao final? Soma ao tempo final.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É, mais adiante, porque eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bem.

Senador Mário Couto por dez minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, esperei tanto para falar! A vontade era imensa de falar, Presidente. Infelizmente, não pertenço a esta Comissão e não tenho esse direito, como o têm os nobres pares, de usar a fala por líder. Mas a ansiedade era muito grande.

Escutei atentamente a testemunha e quero lhe dizer, com todo respeito, meu caro jornalista: a sua fala aqui lhe incriminou.

Quero, por antecipação, pedir ao meu Partido que solicite as notas taquigráficas do depoimento da testemunha, porque vou entrar no Ministério Público e na Polícia Federal.

Não vou aqui usar a fala de ninguém. De ninguém. Teve inclusive aqui uma informação que veio a público há muito tempo, mas nem vou ler. Nem vou dizer que V. Sª... Não, acho que não vou dizer. Vou dizer, sim: V. Sª até apresentou uma certa brabeza.

V. Sª, depois de um programa, ofendeu uma família. Na rua, apanhou e foi para o hospital. Mas nem quero falar nisso. Eu quero falar com as suas próprias palavras. Por isso eu pedi as notas taquigráficas, porque vou entrar no Ministério Público e na Polícia Federal.

V. Sª cometeu aqui crimes graves. V. Sª começou dizendo: "Meu ídolo, meu herói", e aí eu comecei a sentir que estava num baile de quinze anos. Depois, V. Sª – a única palavra que vou usar que não é tua – começou a mostrar ódio, ódio mortal. Chamou de adversário. Já começou a complicar o seu depoimento aqui. Depois disso, disse que faria qualquer coisa, qualquer coisa, meu nobre Bordoni, que o Governador lhe mandasse. Meu nobre Bordoni, não se faz isso! Depois, disse a uma Senadora aqui do meu lado que falou mal de Gilberto sem saber quem era Gilberto. E disse com euforia: "Quem me mandou foi o Governador". E a Senadora perguntou: "E V. Sª sabia quem era Gilberto?" V. Sª disse: "Não".

Como é que se fala mal das pessoas sem conhecer as pessoas? Como é, Senadores? Como é, Senadores?! Questionem, venham aqui! Dizer que falou mal de uma pessoa do Governo sem conhecer essa pessoa?! Que caráter tem um homem que comete esse crime!

Brasil, querido, como é que pode uma testemunha vir a uma CPMI dizer, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, que falou mal das pessoas porque o Marconi mandava ele falar? Mas não conhecia as pessoas? Que jornalista é esse? Meu Deus do céu! Pior afirmação de V. Sª: quando V. Sª disse aqui – estão aí escritas em notas taquigráficas – que V. Sª recebeu dinheiro sujo. Estão aí! V. Sª não pode negar mais! Já disse! Já disse que recebeu dinheiro sujo. E depois V. Sª soube que era sujo; e depois V. Sª reconheceu que

era sujo. Se recebeu, não recebeu, não quero saber. Mas V. Sª disse isso aqui. Por que não devolveu o dinheiro? Por que V. Sª não devolveu o dinheiro? *(Pausa.)*

Diga. Por quê? Ora, tinha açúcar? Estava congelado? Era folheado a ouro?

Que caráter tem este jornalista? Que moral? Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srªs Senadoras, Srªs Deputadas, que moral tem este homem de vir acusar alguém aqui depois de, na frente de todos os Senadores e Deputados, confessar crimes, confessar crimes, além do imposto de renda; além do imposto de renda?

Tenho a maior admiração pelo jornalismo brasileiro. Respeito todos, mas me incomodou ficar na frente de V. Sª. Incomodou-me ficar na frente de V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador, eu peço que V. Exª trate com urbanidade o depoente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu não estou ofendendo ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço a V. Exª que trate com urbanidade o depoente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu não estou ofendendo ninguém!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira/PT – SP) – V. Exª, da mesma maneira que aconteceu com o Senador...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu não estou ofendendo ninguém!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Da mesma maneira que aconteceu com o Senador Demóstenes Torres....

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Se V. Exª não deixar mais eu falar, eu me retiro deste plenário!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor tem direito a falar, mas respeite...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Aqui é uma democracia e ela tem de ser respeitada, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Nós não estamos numa ditadura, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor vai falar e eu...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não, Presidente. Eu me retiro! Eu me retiro, Presidente! É preciso acabar com isso. Isso é uma miscelânea! Isso é uma avacalhação! Isso não é CPI! Mande-me ir embora, Presidente! Mande!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço que o senhor volte para concluir.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mande-me ir embora, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira/PT – SP) – Não, não mando.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu vou embora!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor tem mandato de Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu vou embora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Conclua o seu tempo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não faço parte da ditadura que vocês querem implantar aqui. Tragam o Pagot para cá! Tragam o Pagot para cá! Mostrem que vocês têm coragem!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo a fazer uso da palavra é o Deputado Domingos Sávio.

Deputado Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, vou aguardar, para que o senhor me garanta o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira/PT – SP) – Eu quero, Deputado Domingos Sávio, antes de dar o tempo a V. Exª, dar o tempo ao depoente.

Eu só quero lembrá-los, Deputado Carlos Sampaio, Deputado Domingos Sávio, todos os Deputados e Deputadas, que, no dia em que o Deputado Silvio Costa se dirigiu de maneira agressiva ao Senador Demóstenes Torres, ele foi interrompido. Hoje o Senador Mário Couto, da mesma maneira, foi interrompido por mim.

A pessoa que vem aqui e se prontifica a depor tem de ser tratada com urbanidade. Se vier aqui com *habeas corpus*, com urbanidade, igualmente. Se vier na condição de réu, com urbanidade.

Então, eu, na Presidência desta Comissão, vou interromper quaisquer dos Parlamentares quando se excederem, e acho que ele se excedeu hoje na agressão – não no tom de voz, mas na agressão.

Antes de passar a palavra a V. Exª, vou passá-la ao Sr. Luiz Carlos Bordoni.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Mário Couto cometeu um equívoco aqui. Eu nunca disse que não conhecia Gilberto Carvalho. Ele distorceu todas as coisas que eu disse. É só buscar as notas taquigráficas para provar isso. As críticas que eu fiz ao Gilberto não foram a pedido de Marconi Perillo. Eu as fiz por livre e espontânea vontade. Então, não há como querer mudar as coisas.

Eu lamento profundamente que o posicionamento feito por ele em relação a mim tenha sido feito pela mesma régua que ele me condenou que eu medi o Gilberto. Ele também me mediu. Ele não me conhece. Não sabe quem eu sou. Não sabe da minha história, da minha luta. Vem aqui para agredir e fazer esse tipo de discurso, como se isso fosse me colocar na vala dos que nada valem?

Ora, é profundamente lamentável que isso tenha acontecido, porque, afinal de contas, nós somos cidadãos adultos, bem informados, bem educados e estamos aqui participando de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que tem seriedade e responsabilidade para lidar com assunto importantíssimo como este, que é o envolvimento da contravenção e das empreiteiras dentro do processo político-eleitoral. Então, nós precisamos tratar as coisas aqui com seriedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu, sinceramente, lamento profundamente que isso tenha acontecido. Peço até desculpas ao senhor, Deputado, por estar atrasando a sua participação no nosso encontro de hoje, mas é profundamente lamentável que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo, então, a palavra, para o seu tempo regimental, para o ilustre Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu manterei a calma de sempre. Mas entendo que cada Parlamentar tem não só a sua natureza, mas a sua linha ideológica, e eu não tenho nenhuma dúvida de que o Senador Mário Couto, que acabou de se manifestar, alterou muito mais o tom de voz, que é do seu estilo, da sua natureza. Em todas as reuniões de que participei, eu observo isso.

E, se verificar as notas taquigráficas, o que mais pode ter suscitado da parte de V. Exª, que eu respeito muito, foi a indagação que ele fazia, questionando a moral. Isso, de fato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só responder. O advogado me pediu...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu quero até dizer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O advogado me pediu naquele momento, porque ele atacou a moral do depoente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, o advogado pediu respeito à moral do depoente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu queria, Sr. Presidente, se o senhor puder computar esse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou devolver.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Isso, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só apenas responder.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Perfeitamente, porque é importante a linha de raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou devolver. Só um minutinho.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero dizer o seguinte: durante o depoimento, o advogado se deslocou até aqui e disse: ele atacou a moral do meu constituído. Portanto, naquele momento, eu intervim. Da mesma maneira que houve uma intervenção do Presidente efetivo Vital do Rêgo Filho quando aconteceu em relação ao Senador Demóstenes Torres. Foi nesse momento que eu agi, por provocação do advogado. E agi também em relação ao depoente, por provocação do Senador Pedro Taques. O Senador Pedro Taques disse que o depoente, em algum momento, teria desrespeitado alguns dos Srs. Parlamentares. Eu, então, agi com o depoente e o adverti de que ele não poderia fazê-lo. E, dessa feita, o fiz com relação ao Senador Mário Couto, que ofendera a moral do depoente.

Nós aqui temos que nos dar ao respeito, e o jeito de nos dar ao respeito é exigindo respeito aos Parlamentares, mas também aos depoentes.

Vou devolver o tempo integral a V. Exª, mas V. Exª me deu oportunidade de dizer das razões que eu agi daquela maneira.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Presidente Paulo Teixeira, eu reitero com clareza o respeito que tenho por V. Exª e não tenho dúvida de que a sua iniciativa foi revestida da melhor das intenções. Mas eu o faço essa observação – é bom que o advogado esteja me ouvindo –, porque eu não aceitarei nenhuma intervenção no raciocínio que quero desenvolver, e o raciocínio respeitoso. Porém, nós estamos diante de um depoente que é testemunha. No meu entendimento, o Senador Mauro Couto questionava, levantava o questionamento de até que ponto ele pode emprestar absoluta confiabilidade ao depoimento dessa testemunha.

Isso é importante, porque estamos aqui como juízes. A Constituição nos delegou isso. É bom que quem está no acompanhando tenha esse cuidado de refletir, porque a urbanidade é necessária, o respeito

é necessário. Mas não posso partir do princípio de que tudo que o depoente falar aqui é verdade, como também não posso partir do princípio de que tudo que ele falar é mentira. Tenho o dever de refletir sobre isso, de analisar, porque senão poderemos ser levados a um julgamento equivocado ao final.

Inicio, perguntando ao depoente, de forma breve, até porque já tenho informações. Estamos aqui numa luta. Tenho de estar no plenário. Votamos matérias importantes hoje, de manhã, voltei, mas estudei o assunto, estou interessado em saber a verdade.

Sei que o depoente, V. Sª, é um profissional da comunicação. Sei que V. Sª trabalha com isso, há muito tempo, e V. Sª já disse aqui que já fez, inclusive, várias campanhas, não é verdade? Só isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exato. Correto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – V. Sª, sendo um profissional da comunicação e um profissional com boa formação, pelo que aqui vi, um profissional contratado para várias campanhas, imagino que não tenha, no seu trabalho, uma preferência de natureza partidária. Não sei nem se tem filiação partidária. Teria?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu fui filiado ao PSDB.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Foi, mas não é?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Já há algum tempo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já há algum tempo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Já não o é, há algum tempo. Para mim é importante saber o seguinte: o senhor trabalha numa campanha como profissional, é isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Correto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Mas na campanha...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Estou colocando isso e não o estou ofendendo. Estou investigando. O Ministro Márcio Thomaz Bastos esteve aqui, ao lado do Cachoeira. Nós o respeitamos. Dizem que ele está recebendo 15 milhões. Era Ministro da Justiça. Ele não passa a ser alguém conivente com o crime, porque defende alguém que está acusado de crime. Está certo?

Então, o senhor é um profissional de comunicação. O senhor trabalha com comunicação. Aliás, o senhor mesmo disse que fez aqui as campanhas ou algumas do Demóstenes. Quais as campanhas que fez do Demóstenes? Do Senador Demóstenes, até que se conclua, mas hoje ainda Senador Demóstenes. Quais campanhas?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – De 2002 e 2010.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – De 2002 e 2010. Portanto, o senhor já fez campanhas para o Demóstenes e fez também em outros Estados. O senhor já fez outras campanhas?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já fiz outras campanhas.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Para quem? O senhor já fez alguma campanha para Governador?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Fiz campanha no Tocantins, para governador.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Para governador?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Para governador.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Em que ano? Pode dizer?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – De 1990 e 1994.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – De 1990 e 1994. Pois bem, em 2006, o senhor fez campanha também para governador, teve algum posicionamento?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu, desde 1998, sou...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Quanto à de 2006 perguntei ao senhor.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pois é.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não. Eu queria saber de 2006.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu fiz a campanha do Sr. Marconi Perillo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E fez campanha, apoiou?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O governador, o Sr. Alcides Rodrigues, que era o parceiro dele.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sim. Em 2006. Durantes essas campanhas, o senhor recebeu por elas. O senhor declarou no Imposto de Renda, emitiu recibo próprio, constituiu uma empresa? O senhor tem uma empresa?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Não constituí empresa, não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não constituiu? Nunca?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Há muitos anos, praticamente, pelo que estou vendo, há duas décadas, o senhor...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu já tive empresa, mas não tenho mais.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor não constituiu empresa?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor, então, não declarou os valores. O senhor se lembra dos valores que recebeu? O senhor tem ideia desses valores?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quais campanhas.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Bem, vamos por ordem. O senhor falou que teve um contrato...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não me lembro de valor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – De nenhum valor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – De 2006, que não está tão longe.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dois mil e seis não está tão longe.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – De quem pagou ao senhor, 2002.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Todas as campanhas que fiz com o Sr. Marconi Perillo eu acertei com ele.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor declarou?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu acertei com ele.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor declarou? Com o Senador... O senhor fez duas campanhas para o Senador. O senhor declarou? O senhor recebeu pela campanha de 2002? O senhor fez de graça ou recebeu?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, eu recebi pela campanha.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Recebeu pela campanha.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu já disse isso aqui.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor já disse que recebeu. Quanto o senhor recebeu?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não me lembro quanto recebi.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor não se lembra de quanto recebeu? Nem faz ideia?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Não faço, não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não? Bem, estou indagando, porque quero conhecer o grau de profissionalismo e quero ter convicção. Nós estamos diante de situações, é bom que todos que estejam acompanhando saibam o seguinte: nós temos situações, que são a palavra do senhor e a palavra do Governador.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Então, o senhor não se lembra de quanto ganhou para fazer as campanhas. O senhor se lembra de alguma que tenha declarado no Imposto de Renda, de quanto recebeu por ela?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Olha, vou dizer uma coisa para o senhor. As campanhas eleitorais...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não, estou perguntando objetivamente, quero respostas objetivas. O senhor se lembra de alguma que declarou no Imposto de Renda, de quanto recebeu?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu declarei... Algumas campanhas eu declarei...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Qual?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – ... algumas campanhas não declarei.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Qual o senhor declarou e quanto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não me lembro, não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não se lembra.

Pois bem, o senhor se lembra agora de uma campanha e o senhor chega a diz que foi contratado por R$150 mil. O senhor tem um contrato ou não tem? O senhor diz que tem uma anotação no papel e que essa anotação no papel ...o senhor, inclusive numa entrevista que tenho aqui comigo, disse que parece que ele escreveu com a mãozinha esquerda, uma coisa desse tipo. Pelo menos é a imprensa que está dizendo e eu não vou me alongar.

O que me faz refletir, Sr. Presidente – o nosso tempo é curto e eu ainda terei uma pergunta para fazer –, antes que esgote meu tempo, eu preciso fazer uma reflexão, sim, sobre isso. Nós nos deparamos com uma situação em que quem vem aqui e acusa sem prova e faz de maneira veemente, quando perguntado sobre as diversas campanhas que fez não lembra do valor que recebeu de nenhuma, mas dessa lembra que combinou R$150 mil, mas sem contrato e ninguém ficou sabendo; foi lá num lugar, recebeu um dinheiro que saiu de dentro de uma geladeira ou de um *freezer*, R$40 mil – um volume razoável, ninguém viu. O senhor recebeu esses R$40 mil; quando o senhor saiu de lá, o senhor depositou ele na sua conta bancária?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não? Seria uma...eu estou ajudando o senhor a provar para

me convencer de que é verdade. O senhor ia me dar o caminho do dinheiro. Quarenta mil não é tão pouco dinheiro!

O senhor, no mesmo dia, usou esse dinheiro ou depositou ou guarda em casa R$40 mil?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu tenho contas para pagar...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu queria dizer o seguinte, Sr. Presidente... então, eu vou fazer mais uma pergunta ao senhor. O senhor... quando foi depositado esse cheque que o senhor disse que lhe incomodou tanto na sua conta, da conta da sua filha? Foi no ano passado, em abril de 2011?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi no ano passado, em abril ou em maio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Está bom. Deixa eu perguntar uma coisa para o senhor. No ano passado, em abril de 2011, ou lá pelo início do ano passado, o senhor tinha conhecimento de que o Carlinhos Cachoeira comandava a Polícia Civil, a Polícia Militar de Goiás, que ele era o homem poderoso que comandava esse esquema?

O senhor tinha conhecimento disso, Sr. Bordoni?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Como é que o senhor chega aqui e diz – e agora eu vou bater na mesa, como o Senador fez e agora eu estou falando e o senhor me ouça – que não tinha o menor cabimento alguém dizer que o senhor achacou o homem poderoso que comanda a Polícia Militar e Civil. Como é que poderia o senhor tê-lo chantageado para se defender pela acusação feita pela esposa dele. Dito pela imprensa que ele estava reclamando que o senhor o estava achincalhando, o chantageando.

O senhor disse aqui, com todas as letras, mais de uma vez, e usou de expressões no mesmo tom que eu estou usando, para convencer quem assiste.

Agora, eu estou usando o mesmo tom para retratar o que está na nota taquigráfica, não é para convencer, não.

O senhor disse: "Como poderia eu chantagear alguém que comanda a Polícia Civil e a Polícia Militar?" Ora, se o episódio se deu em 2011, se o senhor foi acusado de que teria – eu não estou dizendo que chantageou – chantageado, lá em 2011, e que o depósito era para fazer com que o senhor se calasse. Aí o senhor vem e diz em sua defesa: "Ora, como eu poderia ter chantageado o comandante da Polícia Militar..."

E agora eu pergunto: o senhor sabia que ele era o comandante? O senhor disse que não sabia. Ora, arrumasse outra defesa, porque essa aí veio de forma absolutamente inconsistente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E eu quero concluir, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: é um profissional competente, ninguém o achincalhou e eu vi colegas aqui dizerem que nós estamos querendo desqualificar o profissional de comunicação, que nós estamos querendo desqualificar o Sr. Bordoni. Não! Eu o acho extremamente competente, agora o que me deixa preocupado é se ele está falando a verdade ou mentira.]

Eu assisti agora um filme documentário biográfico – passou há poucos dias –, chama-se A Defesa, e concluo com isto: A Defesa conta a história de um jovem, nos Estados Unidos, me parece, ou algum país aqui próximo, que foi condenado à prisão perpétua, foi acusado por sua ex-mulher, num júri como este, de que ele havia dito que tinha matado uma determinada mulher de uma forma bárbara. Ele disse que não. A irmã dele foi fazer o curso de direito porque não tinha como defendê-lo e, depois de 15 anos, provou que as testemunhas haviam mentido – mentido! – em dizer que ele tinha matado alguém. E depois de 15 anos ou mais na prisão, provou-se por DNA, surgiram as provas de DNA, que provaram que a testemunha tinha mentido para fazer com que alguém pagasse por um crime que não cometeu.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Portanto, quando nós queremos questioná-lo, Sr. Bordoni, é porque não há consistência no que o senhor fala. E para mim não há coerência nenhuma acreditar em uma testemunha que vem a esta Casa sem consistência, acusa de maneira veemente e acaba provando contra si mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para conclusão de V. Exª.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Portanto, vou concluir sem fazer nenhuma pergunta a ele no final. Às que fiz ele já me respondeu e também não o estou acusando. Estou apenas dizendo que, para que haja convencimento da minha parte sobre o testemunho que ele veio trazer acusando o Governador Marconi Perillo, muito tem que ser investigado, sobretudo o que ele falou aqui até este momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O penúltimo para fazer uso da palavra é o Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente; Sr. Relator; Sr. Depoente, Luiz Bordoni; caros colegas da CPI; eu queria, primeiro, pedir ponderação a uma questão que os Deputados da oposição que costumam politizar ao extremo o debate nesta CPI – inclusive alguns querendo trazer aqui a Presidente

Dilma –, para ter a mesma ponderação quando pensam ou quando inquirem uma testemunha.

É claro que a testemunha não é a melhor das provas. Isso vale para o Sr. Bordoni, isso vale para todos que já falaram aqui.

O que o Sr. Bordoni falou e que o nosso Relator precisa tomar cuidado e investigar e que aí – me desculpe, Deputado – há muitos indícios do envolvimento do Sr. Perillo. O Sr. Bordoni é um profissional e não trabalhou de graça. O Sr. Bordoni, certamente, numa campanha de Governador, não cobrou apenas R$30 mil para fazer a campanha, porque nós sabemos quanto custa uma campanha de governador, a sua parte de comunicação. E um profissional de comunicação, por mais doação que ele queira fazer, é cara. Pode ser até que tenha sido mais de R$150 mil e que o Sr. Bordoni esteja escondendo partes.

Eu estou concordando com V. Exª quando diz que temos que ter cuidado quando um chega a ouvir tal coisa e falo: "Vale para o Sr. Bordoni?" Mas vale para outros quando vêm acusar esse ou aquele governador que V. Exas. gostariam de incriminar e que não estão em questão.

Agora, o que disse o Sr. Bordoni? O Sr. Bordoni disse o seguinte: "Recebi do Governador Perillo uma parte do meu trabalho na campanha em espécie no palácio. Segundo, o que faltou eu recebi de uma empresa x, que era uma empresa de comunicação, e outra parte, dei a conta da minha filha e foi depositado."

Só nos interessa aqui não o crime de campanha que o Sr. Perillo cometeu, porque se fosse só o crime de campanha não é mérito desta CPI – e tenho lutado aqui e o Relator tem tido uma postura muito firme para ter foco a CPI na organização criminosa. Por que o depoimento do Sr. Bordoni é importante? Porque uma parte do pagamento da campanha do Governador Perillo, pelo que relata o Sr. Bordoni e nós precisamos investigar – aí entra a parte da inteligência, de ver os dados, quando saiu o dinheiro, quando entrou – foi paga por uma organização criminosa. Se uma parte da campanha do Governador Perillo foi paga pela organização criminosa, é mérito de avaliação desta CPI. E o Sr. Perillo tem que ser responsabilizado por uma parte da sua campanha ter sido paga pela organização criminosa.

Quando nós falamos do governo do Governador Marconi Perillo, nós não estamos falando do PSDB. Eu não acho que o PSDB, como partido, tenha discutido, ou tenha responsabilidade ou relação com organização criminosa. Mas, cada dia que passa, a evidência do envolvimento do Governo do Sr. Perillo, do Governador Perillo, que é do PSDB, com a organização criminosa aumenta.

V. Sª aqui deu informações importantes e a parte que eu acho que mais interessa para nós é essa interação entre o Governo de Goiás e a organização criminosa, porque essa organização controlava a parte de transporte de obras, controlava boa parte da Polícia Militar, boa parte da Polícia Civil e, hoje, há a denúncia concreta que precisa ser confirmada de pagamento de uma parte da campanha do Governador pela organização criminosa. A testemunha, o Sr. Bordoni, fez um pedido à CPI, Sr. Relator, que quebrasse o sigilo telefônico dele e o sigilo bancário dele e da sua filha.

Eu não sou favorável a nós sairmos fazendo devassa.

A Pantoja faz parte de uma organização criminosa, mas, em muitas das compras que a Pantoja fez, o vendedor da ponta pode não ter culpa. Eu soube que foram comprados alguns carros de concessionárias. Não conheço uma concessionária de Goiás, mas os donos dessas concessionárias podem não ter culpa alguma. Não há por que quebrar o sigilo do dono da concessionária, como, a rigor, não teria por que quebrar o sigilo do Sr. Bordoni. Ele pediu na CPI. Então, acho que devemos avaliar se não é o caso para criar esse nexo.

O fato de o Sr. Bordoni não saber quem era o Sr. Carlos Cachoeira com antecedência, isso é absolutamente natural. Eu acho que V. Sª deu uma informação importante à CPI quando disse "*Eu não chantageei o Carlos Cachoeira*". Independente de ele ser forte ou não. Ele poderia ser até mais fraco do que era na época. Agora, não. Agora, está muito fraco, porque está preso, e vai ser certamente condenado. Essa organização será desmantelada.

Mas, se V. Sª o tivesse chantageado, teria aparecido nas fitas, porque nós temos 30 mil horas de gravação – não é isso, Relator?. Não é possível que alguém estivesse chantageando alguém. Já apareceu nessas fitas uma série de questões, e não apareceu a chantagem de V. Sª.

Então, V. Sª faz uma denúncia concreta em relação ao Governador.

O que tiver de repercussão fiscal para V. Sª é outro assunto. Não é assunto aqui desta CPI, mas o fato é que uma parte da campanha do Governador foi feita por caixa dois e paga pela organização criminosa.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, e colegas aqui da CPI, eu acho que hoje, nesta oitiva demorada, esta CPI dá mais um passo na investigação, na avaliação. E hoje não teve inclusive uma cobertura diligente de muitos jornalistas que comumente fazem essa cobertura, pelo Twitter, pelas redes sociais. Mas não interessa a repercussão para fora. O que interessa para nós é a qualidade dos dados, o aprofundamento

da investigação. Nós vamos ter muito tempo para fazer o cruzamento de dados.

Acho que o relator, com as perguntas que fez sobre data... É importante V. Sª se lembrar exatamente quando recebeu esse dinheiro, porque o relator tem datas de circulação de dinheiro também neste momento. Outras pessoas disseram que levaram dinheiro ao palácio. Então, a depender da data, cria-se um nexo. Então, é importante V. Sª expressar, com mais segurança, a data em que recebeu em dinheiro do Sr. Perillo: os R$40 mil.

Em relação aos cheques, vamos ter como ver com as quebras de sigilo, mas a data em que V. Sª recebeu, quando recebeu os R$40 mil em dinheiro, no palácio, das mãos do Governador Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o depoente.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Entre a convenção do partido, em junho, e o início da campanha.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Entre junho...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – E o início da campanha. A campanha é em agosto. Por aí, foi entre julho e começo de agosto.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Entre junho e 15 de julho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixieira. PT – SP) – Eu vou aguardar a vinda do Deputado Carlos Sampaio, ainda que sua ausência pudesse permitir que eu já encerrasse a reunião, mas eu vou aguardá-lo porque ele aguardou por tanto tempo Espero que ele possa fazer uso da palavra agora.

Amanhã, teremos reunião da CPMI às 10h15. Todos estão convidados. Às 10h15.

O Deputado Cândido Vaccarezza falou que certas informações estão nas fitas. Que fitas são essas, Deputado Cândido Vaccarezza?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Nas gravações, nos autos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É porque fitas me parecem que já não são mais usadas.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Não. É que eu sou de uma outra geração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que o Deputado Odair Cunha, mais moço, me perguntou do que se tratava.

O SR. MIRO TEIXEIRA (DPT – RJ) – Aproveitando, enquanto aguardamos, pedi à Consultoria para ver, a propósito desse dever no tratamento das testemunhas, o que está decidido no *Habeas Corpus* 71.231, Relator: Ministro Carlos Mário Velloso, para ver se *in fine* aqui no resumo quando fala, como o autor disse: direitos decorrentes do seu *status* sobre a testemunha (...) sujeitos os que se excederem ao crime de abuso de autoridade; no caso, os membros da CPI. E aí acrescento eu: precisamos saber também, se o Presidente não intervier, se ele não passa a ser cúmplice.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado. Eu até agradeço a V. Exª por esta contribuição e vou solicitar ao Presidente efetivo que possa na reunião de amanhã ler essa decisão do Supremo Tribunal Federal...

O SR. MIRO TEIXEIRA (DPT – RJ) – Pediria que a Consultoria até visse, isso aqui é aplicado a uma espécie. Quer dizer que não é propriamente essa; é sobre Comissão Parlamentar de Inquérito, mas é sobre a testemunha que está sob sigilo profissional. Eu creio que esse conceito aqui é aplicável a tudo. Mas aí é o que eu creio. Se a nossa Consultoria puder entrar nesse *habeas corpus*, pegar sua íntegra e trazer depois para cá a informação, acho que vamos entrar naquela linha de não inovar, de fazer aquilo que já é a praxe no tratamento do Poder Judiciário, que aqui temos essa função. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Solicito, então, à assessoria da Presidência que providencie o inteiro teor dessa decisão do Supremo Tribunal Federal.

Vou passar a palavra ao Deputado Carlos Sampaio, por dez minutos e vou acrescer a esse tempo dois minutos da questão de ordem que foi adiada para o final...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É o art. 14, Sr. Presidente. São cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É o art. 14, regimental.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Peço só que V. Exª registre, ao final, a utilização do meu tempo como líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ao final do tempo, como líder.

Então, vou passar quinze minutos para o Deputado Carlos Sampaio e, depois, cinco minutos ao Deputado Bruno Araújo, e devolvo a palavra ao Relator, para o encerramento desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP. *Fora do microfone.*) – Quero me reinscrever.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Reinscrevo o Deputado Vaccarezza.

Deputado Carlos Sampaio, por quinze minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, inicialmente, agradeço a deferência de V. Exª de me aguardar.

Eu começaria minha fala, dirigindo-me educadamente, como sempre, ao Deputado Vaccarezza, uma vez que ele fez considerações sobre o PSDB, a postura do PSDB. Na verdade, o PSDB tem buscado nesta CPI, propondo a criação de subrelatorias, dando contribuições com o próprio Presidente e procurado aclarar as coisas, evitando um direcionamento. Tem procurado, efetivamente, fazer com que as investigações tomem a dimensão que têm que ter. E, ao invés de ouvirmos o decorador e um desafeto do Governador Marconi Perillo, pudéssemos ouvir o Sr. Fernando Cavendish. Mas entendo o Deputado Vaccarezza, porque V. Sª não é nosso e nós não somos seus. Que o vernáculo me perdoe. Mas o depoente afirmou aqui que não foi condenado. Quando fui falar e fiz algumas considerações, ele falou assim: "Deputado, eu nunca fui condenado".

Eu gostaria que ele confirmasse aqui se ele já foi ou não condenado, de forma muito objetiva.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nos processos que o senhor citou eu não fui condenado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas o senhor já foi condenado?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já fui condenado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O. k. É que eu achei que havia uma incongruência na fala de V. Sª, quando V. Sª disse assim: "Eu nunca fui condenado", e, em seguida disse "Deputado, eu deposito tudo que eu recebo na conta da minha filha porque, se depositar na minha conta, a Justiça vai, bloqueia e pega todo meu dinheiro". Isso é fato?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O senhor ouviu? Eu falei isso aqui. Falei sim senhor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Obrigado.

V. Sª passa para todos nós uma impressão de que omite bens da Justiça e o fala com tranquilidade. Vem aqui e diz: "Eu deixo de depositar na minha conta, porque senão a Justiça pega e deposito na conta da minha filha para não ter esse dinheiro resgatado, sequestrado pela Justiça". Eu entendi bem, não é? É isso.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu disse que deposito dinheiro na conta da minha filha porque...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O que o senhor disse, está nas notas taquigráficas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tudo bem, está explicado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É que quando V. Sª disse que vai proteger sua filha, eu quero que V. Sª saiba que hoje a tornou cúmplice do crime contra a ordem tributária, porque o senhor se valeu de uma conta dela para ludibriar o Fisco e a Justiça. Aliás, existe crime também com relação à execução de ordem da Justiça.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Está declarado. A declaração de renda dela está aqui.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, não tem declaração de Imposto de Renda com relação a isso. V. Sª já demonstrou hoje aqui que só fez declaração depois que veio à luz todo o episódio. Aliás, uma pergunta que me ocorreu agora. V. Sª disse aqui *en passant* ao Deputado Domingos Sávio que não depositou os R$40 mil na sua conta porque, na época, o senhor tinha contas para pagar. É isso mesmo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tenho contas, todos nós temos contas para pagar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Todos nós. Talvez por isso mesmo o senhor não tenha recolhido o que o senhor devia ao Fisco. É isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Talvez.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Talvez. E hoje o senhor vem aqui dizer que o senhor recolheu ao Fisco. O senhor teve ajuda de alguém para recolher ao Fisco ou agora o senhor tem dinheiro para pagar ao Fisco?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não tenho dinheiro para pagar ao Fisco não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E como o fez? O senhor levantou aqui e disse: "Está aqui, estou pagando ao Fisco!"

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Está aqui, ué.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas, se o senhor não tem dinheiro para pagar o Fisco, pagou como?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu paguei ao Fisco parceladamente. Os R$12 mil de Imposto de Renda estão sendo pagos aqui.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ah, parceladamente.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Parceladamente, é o que eu posso pagar. Então, agora o senhor tem condições de pagar.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor omitiu recursos do Fisco, já foi dito aqui, escondeu bens da Justiça, já foi dito aqui, aliás, confessado por V. Sª.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não escondi bens "nenhum" não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Quando eu fizer pergunta a V. Sª, V. Sª responda.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Desculpa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Antes disso, não me interpele, por gentileza.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Desculpa, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu estou comunicando à Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas para dizer que os últimos cinco minutos serão para a questão de ordem, os últimos cinco minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perfeito, perfeito.

Quero apenas comunicar à Presidência que já fiz dois requerimentos. O primeiro, que fosse comunicado à Justiça Federal, à Justiça Estadual e ao Fisco, tendo em vista que ele reconheceu que é crime praticado contra a ordem tributária por parte dele da filha dele. E fiz um outro requerimento específico, que também se comunicasse à Justiça que tudo que ela tem para recolher do que é devido à Justiça, que ela se valha, a partir de agora, da conta da filha. Então, este requerimento é para que a Justiça seja comunicada que o artifício, o ardil para ludibriar o Fisco e a Justiça utilizado pelo depoente tem sido justamente a conta da filha. Então, é importante que a fraude em execução – aliás, seu advogado está aqui e sabe disso – fraude em execução é crime. Ele responderá também por esse crime do qual vamos requerer a instauração do inquérito competente.

V. Sª aqui hoje se lembrou de detalhes, demonstrou ter uma memória fértil. V. Sª disse: "Lá tinha um biombo, lá tinha um frigobar, tirou os 40 mil de dentro do frigobar", 2012, V. Sª faz campanha... Em 2010 isso. V. Sª faz campanha desde 1988. Vamos retroceder. Em 2010. Em 2008, quanto o senhor recebeu para fazer a campanha dentro dessa sua capacidade reflexiva de se lembrar das coisas? Em 2008, está bem próximo, quanto V. Sª recebeu para fazer a campanha?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em 2008?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Isso.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Fiz campanha de 2006, 2010.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não fez para ninguém nesse ínterim?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputado...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É uma pergunta muito objetiva, de 2006 a 2010 o senhor fez alguma campanha?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu fiz campanha do Sandes Júnior para prefeito de Goiânia.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor recebeu quanto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Recebi, na época, R$50 mil.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor declarou essa quantia?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não declarou também.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não declarei.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não declarou. Não recolheu. Está ótimo.

Deixe-me só desenvolver o raciocínio.

Em 2006, quando foi a campanha do Sr. Alcides, o senhor recebeu quanto para fazer a campanha do então governador Alcides?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputado, sinceramente, eu não me recordo, não, porque...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas do biombo da sala do Sr. Marconi...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Do biombo, é fácil de recordar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É fácil. É evidente. Ainda mais quando lhe convém.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Como?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ainda mais quando lhe convém. Foi essa a minha frase.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ah.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor disse também aqui hoje que isso que o senhor está passando, que o Governador Marconi está submetendo o senhor, de forma vexatória, a essa execração pública, enfim, que o senhor nunca passou por isso antes. O senhor afirma isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Que eu já passei por isso?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Que o senhor nunca passou por nenhum fato vexatório na sua vida igual a esse?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em termo de política, não, senhor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sem ser em termos de política...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já passei.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor já passou por algum fato vexatório?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já passei.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor já foi espancado por alguém?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já fui, sim, senhor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já foi? O senhor pode nos dizer o motivo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Isso é questão de foro íntimo. É particular. Não tem nada a ver com esta questão da CPMI.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor me desculpe. O senhor está aqui como testemunha.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Estou aqui como testemunha.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Tem obrigação de dizer a verdade.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Para depor sobre assuntos da CPMI, não sobre coisas particulares.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Agora, o senhor diz isso.

Sr. Advogado, por gentileza, o senhor se dirija a ele. Ou baixo ou vá até ele. Eu estou falando.

O SR. ALEX ARAÚJO NEBER – O senhor me desculpe. Uma questão de ordem.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Está desculpado. Não existe questão de ordem para advogado. Peço que retorne os meus oito minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto. Eu vou devolver a palavra ao Deputado.

Deputado, a questão... Que ele responda... V. Exª pode ou não... Mas ele também tem juízo para dizer...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr; Presidente, me perdoe. A testemunha tem três deveres: de comparecer, de responder e de dizer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele está dizendo que a verdade... Ele está dizendo o seguinte, que o objeto da CPI, ele está respondendo no objeto da CPI.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, não existe questão pessoal. A testemunha responde. Ela só pode se negar a responder aquilo que lhe traga qualquer problema com relação à imputação criminal contra ela. Eu perguntei se ele foi espancado. Ele respondeu que sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho. Eu vou devolver os sete minutos para V. Exª. E, aos cinco minutos, passa a se tornar o art. 14. Eu vou devolver os sete minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu pergunto novamente: o senhor foi espancado. Eu perguntei por qual razão o senhor foi espancado?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Isso é foro íntimo, Deputado. Eu não quero volver a essa situação, porque envolve pessoas que não estão presentes aqui.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor falou de muitas pessoas que não estão presentes hoje.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu falei. Mas são pessoas que são responsáveis por seus atos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Justamente. A pessoa que o espancou não é responsável pelo ato?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O que tem a ver com a história aqui?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Sª vem aqui hoje... Primeiro, que quem lhe diz o que devo perguntar ou não sou eu. V. Sª não me orienta aqui, muito menos seu defensor. Vamos por os pingos nos is. Os pingos nos is. Coloque-se no seu devido lugar. O senhor, como testemunha aqui hoje, responde a perguntas. O senhor não me diz o que eu devo fazer ou não. E a pergunta que eu lhe fiz tem a ver tudo com este procedimento, porque o que eu quero saber de V. Exª sobre quem lhe espancou e o porquê é porque o proceder de V. Sª, a postura de V. Sª interessa a esta CPI.

Houve algum desvio de conduta do senhor que pudesse justificar esse espancamento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, ele me...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Só peço que restabeleça o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Seis minutos. Eu vou voltar para os seis minutos.

Ele me solicita algo que eu não sei ainda. Deixa eu... *(Pausa.)*

Olha, tanto o...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu tenho uma objeção, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por favor, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Porque, sobre a primeira parte, pagamento de imposto, eu vou deixar para falar depois, porque eu me reinscrevi. Agora, a questão de espancamento, nós temos um dispositivo no Código Penal, que diz que a ninguém é dado exercer, praticar as próprias razões. Ninguém pode fazer justiça com as próprias mãos. Por maior que seja, por mais hediondo que seja um ato, nós não podemos. E sabe V. Exª que eu não faço aqui nenhuma intervenção de reparo pessoal, mas, diante da situação que está sendo colocada, ser espancado não pode ser algo justificável. Praticou o quê? Praticou o quê? Porque aí justificaria, então, o espancamento?

Eu coloco essa objeção perante a Presidência.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Presidente entende que essa pergunta que foi formulada por V. Exª, ele foi vítima de um espancamento, não foi autor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Exª é quem está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Isso, segundo ele disse. E ele disse da objeção...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – Ele não disse!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por favor, eu...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E eu me lembrei da íntegra do conceito: "A ninguém é dado exercer as próprias razões". Por maiores que sejam as razões, não pode fazer justiça com as próprias mãos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero dizer o seguinte: eu disse a todos aqui que ele... E eu pedi para interromper a fala do Deputado Carlos Sampaio, porque eu ouvi um recurso dele aqui, uma reclamação. E eu ouvi a reclamação do depoente e do seu advogado. Ambos disseram que ele não quer responder essa questão, tendo em vista que é uma questão de foro íntimo. Portanto, ele não tem desejo de fazê-lo. E eu entendo que cabe razão ao depoente em não responder essa questão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Princípio constitucional da inviolabilidade da intimidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Da intimidade. Portanto, eu peço a V. Exª que... Eu vou devolver aos sete minutos, sabendo que cinco minutos passa a ser art. 14, e essa pergunta, com toda a vênia, autorizo o depoente a não respondê-la.

Devolvo aos sete minutos para V. Exª, com essa...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho. Vou devolver o tempo...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A pergunta tem uma razão muito clara de ser: o princípio da inviolabilidade, até por ser do Ministério Público há 26 anos, eu tenho plena clareza dele; que efetivamente ninguém pode exercer, fazer o exercício das próprias razões, também tenho clareza disso. Nada tem a ver com a minha indagação a ponderação feita pelo Deputado Miro Teixeira – que me perdoe, com a devida vênia. Nada tem a ver.

Quando a pessoa tem uma postura que antecede a sua vida no que tange a vinda aqui para depor, é importante que saibamos o que ela efetivamente fez, como agiu, e se a sua postura, a sua retidão de caráter pode ou não ser questionada por nós, uma vez que ele está aqui como depoente.

V. Exª, Sr. Presidente – eu preciso fazer este registro –, e o Presidente que o antecedeu também permitiram que ele fizesse divagações e ilações das mais variadas ordens, a ponto de sugerir CPI que investigasse o irmão do Governador Marconi Perillo! Eu gostaria que V. Exª, nesse momento, falasse: "Sr. Depoente, o senhor está fugindo daquilo que é a sua missão aqui hoje".

Se V. Exª tivesse essa mesma postura equânime, correta e justa quando ele foi muito além daquilo que era o objeto da vinda dele aqui hoje, eu aceitaria sua colocação. Mas não foi isso que aconteceu. V. Exª me interpelou quando ele, em vez de falar ao telefone, sussurrou aos seus ouvidos.

Esta CPI é pública! O que ele quer dizer a V. Exª nós todos queremos saber o que ele disse. E V. Exª tem de criar este hábito aqui. Talvez por nunca ter presidido uma CPI. Não existe conversa ao pé de ouvido com um Presidente de CPI! Tudo é público, tudo é transparente, Sr. Presidente!

A testemunha, condenada a doze anos, que omite seus bens da Justiça...

Sr. Presidente, deixe-me concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Art. 14 agora.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ...que omite os bens da Justiça, que efetivamente vem aqui hoje e declara, tendo sua filha como cúmplice, que praticou crime tributário, essa pessoa não tem qualificação para ficar por uma hora e quinze falando: quinze minutos da sua atividade, uma hora do que ele achava que esta CPI deveria investigar.

A sua história de vida não é qualificadora da posição dele aqui hoje! Não é! E, quando fiz aquela pergunta, tinha um objetivo, sim: saber se o proceder dele o qualifica!

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI (*Fora do microfone*.) – A minha história de vida o senhor viu pela...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É um direito que eu tenho, como juiz de fato! É um direito que me assiste.

O senhor disse hoje aqui, Sr. Depoente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, apenas para lhe dizer que, nestes minutos que lhe restam, o senhor não pode mais fazer perguntas ao depoente. O senhor tem agora um saldo de cinco minutos....

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, me permite, eu respondi a V. Exª, é a última pergunta minha, e depois eu terei os cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O saldo do senhor de cinco minutos agora é para o art. 14.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Uma última pergunta, e entro no art. 14, porque eu estava, na verdade, conversando com V. Exª sobre a postura de V. Exª procedimental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou responder a V. Exª, então. Então, vou devolver cinco minutos, e vou responder. Só um minutinho.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas para dizer a V. Exª de outros depoentes que

vieram aqui. Por exemplo, o Governador de Brasília, quando indagado das questões de relação com a organização do Sr. Carlos Cachoeira, indicou que a investigação deveria se dirigir a outro Estado. O Governador Marconi Perillo, quando indagado das relações com o Sr. Carlos Cachoeira, indicou que as investigações deveriam ir para outro plano, naquele momento, o plano nacional. Assim, se qualquer dos depoentes explicitar alguma versão sua, desejo, em relação à investigação, na nossa opinião, por isonomia, poderá fazê-lo. Então, não há, da nossa parte, nem deste Presidente, nem do Presidente efetivo, qualquer parcialidade durante os depoimentos. Só quero dizer isso a V. Exª, porque estou tranquilo de nossa imparcialidade. Vou devolver os cinco minutos, vou devolver seis minutos. Um minuto para pergunta, e cinco para o art. 14.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O depoente disse aqui, hoje, que o Sr. Carlos Cachoeira era conhecido como um empresário de jogos. Eu pergunto se ele também era conhecido como um empresário da área de laboratório, da área de remédios. Essa é a pergunta que eu faço.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu não sei das atividades do Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu fiz uma pergunta ao senhor, e o senhor disse que ele tinha uma atividade empresarial que era ligada – o senhor disse aqui hoje – a jogos, mas lícitos, e que ele era conhecido como um empresário. Depois da operação é que ele veio a ser conhecido como um contraventor e chefe de uma organização criminosa.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor reafirma isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Reafirmo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Estou grato pela resposta. Utilizarei meus cinco minutos para falar com V. Exª.

Sr. Presidente, às vezes, volto a dizer, assusta-me a postura de V. Exª. Por vezes, o Relator age de forma direcionada. Por vezes, V. Exª age de uma forma que vai de encontro e não ao encontro daquilo que deve ser o princípio que deve nortear esta CPMI. V. Exª, hoje, quase exerceu a advocacia do depoente ao dizer que o Governador Marconi veio aqui e disse isto. O Governador me perdoe, em ambos os casos, não tem absolutamente nada a ver com a hipótese ocorrida aqui hoje. O Senador Vital nunca teve qualquer problema com relação a garantir o respeito a esta Comissão. Quando houve achincalhe por parte do depoente a uma resposta do Senador Alvaro Dias, V. Exª quedou-se inerte, não fez absolutamente nada. Depois que o Senador Pedro Taques disse da vergonha a que estávamos submetendo-nos, V. Exª tomou a decisão de advertir a testemunha de que ela não podia efetivamente responder ou atacar os Deputados e Senadores. Mas não é só. Enquanto ele abordava, em algumas respostas, temas, repito, que nada têm a ver com esta CPMI, com o escopo da nossa investigação, com o objetivo desta CPMI, nada tinha a ver, V. Exª, em momento algum, intercedeu para dizer: o senhor está fugindo do tema central. E a primeira vez que ele se viu acuado por mim, literalmente acuado, para não dizer desconcertado, ele utilizou a favor dele: mas o senhor está fugindo do escopo da CPMI. Ou seja, V. Exª não faz aquilo que ele faz.

Não está correto. Não está correto. A cada dia mais fico decepcionado com esta CPMI. Não está correto. Não acho correto esse proceder. Não acho que vamos chegar a lugar algum. Não acho que testemunhas virão aqui para falar qualquer coisa que seja útil a esta CPMI, porque as pessoas arroladas têm o objetivo de prejudicar o Governador Marconi. V. Exªs não conseguem isso, arrolam novas testemunhas para outra semana, também no mesmo intuito, e assim vai. Enquanto V. Exªs não pararem com essa persecução, com esse instinto persecutório absoluto que têm com relação ao Governador Marconi Perillo, não vamos chegar a lugar algum.

Documentação não veio do banco? É natural. Documentação apreendida na casa do Sr. Aprizio não vem aos autos, é compreensível. Bancos enviam dados pela metade, tudo é compreensível. E nós ficamos aqui a ouvir testemunhas até quando, talvez, o Relator e mais alguns integrantes de seu partido se sintam saciados na sua vontade de perseguir o Governador Marconi Perillo.

Esta não é uma CPI, desculpem-me a sinceridade, séria na investigação, não é uma CPI séria na investigação. Não percebo aqui a vontade abrangente de apurarmos todos os fatos; não me sinto à vontade, permaneço aqui como membro titular, porque é a missão que me foi dada e eu sei o múnus que me cabe como Parlamentar. É a primeira CPI que, volto a dizer, começo a me envergonhar de integrá-la – zero de capacidade investigatória; zero de lógica investigativa; tudo de nuance política. Isto não é uma CPI que o Brasil mereça assistir.

As outras, Presidente Delcídio, Presidente Biscaia, do PT, todas elas tiveram sub-relatorias, todas elas avançaram. Não havia um centralizador único de todas as informações, como hoje é o Deputado Odair Cunha. É o único que recebe as informações, as detém, pega os disquetes, busca, traz. Nós colocamos alguns assessores dentro da sala, alguns não, um dentro da sala para analisar tudo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele leva todos os dados para onde bem entender e analisa com um grupo de delegados, talvez até assistido por promotores, por advogados, aonde bem lhe convier – duvido que ele peça a um delegado federal ou a um promotor para ir à salinha que nós vamos. Duvido. Pode ficar tranquilo, Dirceu, pode ficar tranqüilo. Dirceu, não precisa se manifestar enquanto eu estou falando. *(Pausa.)*

Mas eu ouvi você falando.

Eu estou dizendo isso porque é uma realidade, e nós precisamos mudar essa realidade. Ou o Brasil começa a acreditar nesta CPI, ou nós vamos passar aqui mais cem dias discutindo política partidária. É uma vergonha para a CPI, é uma vergonha para o País.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o meu registro: ou nós temos uma lógica investigativa e passamos, daqui por diante, a ter uma investigação séria, onde se traga Luiz Pagot, onde se traga Fernando Cavendish, onde se quebre sigilos pessoais desses empresários ou desses agentes políticos, ou não chegaremos a lugar nenhum.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero responder à questão de V. Exª, Deputado Carlos Sampaio, eu que conheço V. Exª há cerca de 17 anos, 17 anos, desde 1995, quando ambos éramos Deputados Estaduais em São Paulo, e sempre cultivei por V. Exª admiração, amizade pessoal e creio que a recíproca foi a mesma.

Hoje eu defendi aqui a condução do Presidente efetivo, e foi ele que presidiu aqui, com imparcialidade, o momento do depoimento do Sr. Luiz Carlos Bordoni, não fui eu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, eu digo o seguinte... Não, não, todo o depoimento dele não fui eu quem presidiu, embora, na minha opinião, o Presidente efetivo tenha feito com maior imparcialidade possível.

Eu tive dois momentos de depoimentos em que os depoentes e o advogado, eles pediram, recorreram em relação às perguntas. Não foi por atuação da Presidência; o advogado e o depoente, por dois momentos, um quando falava o Sr. Mário Couto e outro quando V. Exª falava, não fui eu que intervim. Eles recorreram das perguntas, e coube a mim decidir pelo recurso, inclusive com a intervenção do Deputado Miro Teixeira, trazendo a base jurídica a essas intervenções.

Quando o Plenário reagiu a alguma brincadeira ou à ofensa que o depoente fizera a alguns dos Srs. Parlamentares, o Senador Pedro Taques me pediu para admoestar o depoente. Eu o fiz, e ele pediu desculpas aos Srs. Senadores, aos Srs. Deputados e Parlamentares.

A questão da linha da CPI tem como objeto uma organização criminosa, o seu *modus operandi* e seus vínculos, e quem decide e quem aprova todos os requerimentos é o colegiado desta CPI. Assim, eu creio que esta CPI está cumprindo a sua finalidade, não há qualquer tipo de viés, e nós vamos manter o aspecto democrático e o respeito devido na sua condução.

Então, eu queria só dizer que ontem, quando o Relator foi questionado, eu fui em defesa do Relator, como hoje vou em defesa da Presidência. Nos momentos em que errarmos, eu pedirei desculpas pelos erros que nós cometermos, mas, nesses dois momentos, as intervenções minhas se deram em reação a uma das partes, ao depoente que reagiu aqui. V. Exª, que tem uma formação jurídica sólida – aliás, é um grande profissional do Ministério Público –, sabe que pode haver momentos em que quem preside a sessão impugna a pergunta. E o que eu fiz ali foi impugnar a pergunta a pedido do advogado e do depoente.

Assim, eu gostaria de tranquilizar porque não há, da nossa parte, qualquer cerceamento do mandato parlamentar, da tarefa investigativa que V. Exªs exercem.

E por último dizer que, em relação ao tempo, V. Exª, como autor, usou o tempo integral: eu dei mais tempo, depois somei o tempo. Então, não me sinto cerceando o mandato de V. Exª. E quero aqui declinar, mais uma vez, o respeito que tenho por V. Exª.

Há duas reinscrições, já que não vejo o líder do PSDB aqui: uma é a do Deputado Cândido Vaccarezza – ele a retira –, e a última inscrição, antes do Relator, é a do Deputado Miro Teixeira.

O SR. ALEX ARAÚJO NEBER (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muito ligeiro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O advogado pede para fazer um esclarecimento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele pode.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pode, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Esclarecimento, não. Depois o Sr. Luiz Carlos Bordoni faz antes do encerramento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele pode falar com o cliente dele...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com o cliente dele ele terá todo o direito de falar com o seu cliente. Isso lhe será garantido e a todos

os advogados que aqui vierem. Aliás, todos que têm formação jurídica se insurgem a qualquer cerceamento à participação do defensor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Olha só!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu vou falar em tese para evitar os arts 14 da vida. Então, estou falando em tese.

Nós não podemos ter aqui, no Brasil... Não podemos dar um caráter acusatório a alguém que paga imposto – mesmo que o imposto seja pago depois; a lei faculta. Se você faz uma correção da Declaração de Ajuste, a lei faculta. Se quiser declarar um erro, a lei faculta. Há um tempo para isso.

Bom, pagar imposto não pode ser objeto de acusação. Pagou depois? Não, pagou o imposto. Eu estou falando em tese.

Quanto ao espancamento, nós não podemos, não temos o direito, como cidadãos – ainda mais como parlamentares – de tentar mostrar o caráter de uma atitude pela represália adotada contra esta atitude: foi tão grave que houve o espancamento. Como se o espancamento fosse legítimo! Daí estaremos a um passo de um linchamento como fator corretivo. Eu acho que não é didático, em tese. Em tese.

Agora, deixando de ser em tese, esta CPI, para mim, tem um caráter de investigação, sim. Eu não estou no meio de nenhuma disputa... É inacreditável, mas está vazio, está falando sentado, só tinha uma pessoa e estava em pé ali.

Eu estou numa CPI para investigar, sim. Eu não estou participando de nenhuma farsa aqui. Não estou no meio de uma disputa política, eleitoral, nada disso. Alinho-me àqueles que acham que, sem convocar Cavendish e Pagot, nós ficamos sem respostas a essas imputações de que aqui se trava uma luta meramente partidária.

E aí eu me dirijo ao PT: está na mão do PT decidir. Está na mão do PT decidir essa convocação. É inacreditável como se reluta em trazer aqui para depor, garantindo, segundo as regras, que são as reconhecidas como legítimas pelo Supremo Tribunal Federal, o silêncio, sim, depois de cada pergunta, por quê? Porque o depoente não pode antecipar, com uma percepção de que a resposta da pergunta que não foi feita vai incriminá-lo de alguma forma. Isso é inacreditável isso que foi adotado aqui na comissão

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Todos nós estávamos distraídos até.

Eu vou aqui, Presidente, também dizer que tenho acesso aos dados de que eu preciso. Eu tenho acesso aos dados de que eu preciso, lá na sala do cofre. E temos aqui, a exemplo da Câmara dos Deputados, temos aqui no Senado um conjunto de servidores que honra essas carreiras de Estado. E eu quero homenageá-los na pessoa do Dirceu, sempre solícito, sem hora, sábado, domingo, abrindo ali a sala, abrindo a sala para nós, para os advogados dos réus terem acesso ali a todos os documentos. Isso não é brincadeira.

É só conferir ali a lista de presença, até que... Eu era uma pessoa presente até que começamos a ter a possibilidade do acesso remoto de alguns dados e a possibilidade também de mandar um assessor copiar os dados que estão ali à disposição. E aí podemos trabalhar, sim. Nós podemos trabalhar, sim.

Eu finalizo rendendo minhas homenagens a todos aqueles que se insubordinam. Eu acho que daí é que resulta a criatividade e que resultam as providências também. É preciso se insubordinar, sim. Agora, não é possível que se traga uma autocrítica, aquilo que deveria ser uma autocrítica pelo que não faz, atribuindo ao coletivo essa responsabilidade.

Eu cumprimento todos os participantes desta Comissão, cada um com seu estilo, cada um com seu jeito, agora cada um querendo fazer o seu trabalho no tempo certo.

E apelo ao PT para que decida logo essa vinda do Cavendish, porque está na mão do PT.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Eu passo a palavra... Eu quero perguntar a V. Exª se V. Exª prefere falar antes ou depois das considerações finais do depoente, Sr. Luiz Carlos Bordoni.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, eu acho que eu posso falar antes, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra, o Deputado Odair Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Primeiro, é lamentável que os Parlamentares falem, digam o que querem dizer e saiam.

Contudo, em relação à questão que o Deputado Miro Teixeira tem, de maneira sistêmica colocado, a questão do Pagot e do Cavendish, quero dizer que a relatoria está tratando do tema. O fato de a relatoria não ficar falando durante as reuniões não significa que nós não estamos cuidando do tema, porque vamos enfrentá-lo no momento adequado, na reunião administrativa. Então, quero informar V. Exª disso.

Segundo, em relação...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Exª já dá uma boa notícia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero agradecer ao Luiz Carlos Bordoni pela contribuição que S. Sª dá a esta Comissão, de se dispor a vir aqui...

Deputado Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu estava defendendo V. Exª aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A disposição. Muito obrigado. A defesa é necessária.

Agradecer ao Deputado Luiz Carlos Bordoni. Já estou elegendo o senhor, Luiz Carlos Bordoni. Agradecer a atenção de V. Sª, dizer que aqueles que tentam desqualificar agora a imagem de V. Sª, e eu não quero nem confirmá-las e nem refutá-las, as pessoas que o conhecem, a investigação darão conta da análise dos fatos. O dado concreto é que V. Sª vem à CPMI e presta informações relevantes. As acusações que se levantam contra o senhor não foram importantes nos 14 anos de relacionamento do senhor com o Governador Marconi Perillo e com o PSDB em Goiás. As críticas que foram levantadas aqui hoje contra o senhor não tinham importância, agora tem. É importante nós registrarmos isso aqui.

Outra questão que eu julgo importante também, e o Deputado Miro tocou nesse tema aqui, é que há, no Direito Tributário a possibilidade da denúncia espontânea. Essa denúncia espontânea extingue a punibilidade. Então, quando o senhor diz: "Olha, eu recebi um recurso e pago o tributo", mesmo que *a posteriori*, essa denúncia espontânea extingue a punibilidade.

Então, V. Sª não incorreu em crime tributário, porque pode, inclusive, agora, ao sair deste depoimento, se achar algum tributo que precise ser pago, V. Exª pode fazê-lo, com base, inclusive, na Súmula nº 29, na Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal, que diz assim: "Não se tipifica crime material contra ordem tributária antes do lançamento definitivo do tributo". No mesmo sentido, o Ministro Cezar Peluso: "Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, prevista no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo".

Com isso, quero dizer que os crimes tributários que foram imputados ao senhor aqui não ocorreram, porque, num primeiro momento, percebe-se que V. Sª fez a denúncia espontânea e, se tiver que fazer algum pagamento ainda, poderá fazê-lo, porque não há lançamento definitivo do tributo.

Agradeço a informação relevante que o senhor trouxe a esta CPMI de que recebeu recursos de mais uma empresa fantasma das organizações Cachoeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Relator Odair Cunha.

Passo para as considerações finais ao Sr. Luiz Carlos Bordoni, antes agradecendo a presença de V. Sª aqui, para prestar essas informações a esta CPI.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores membros desta CPMI, eu venho aqui para trazer a minha contribuição ao trabalho dos senhores; eu venho aqui sem *habeas corpus*; eu venho aqui para falar o que me for perguntado e respondi ao que me foi perguntado.

Pudesse eu ficar calado, ficaria, esconder as coisas, buscava um HC, não diria nada. Eu vim para cá com o peito aberto, com a coragem para enfrentar o que eu estou enfrentando, aqui e lá fora, sem medo da verdade, tanto que eu confessei publicamente aqui para os senhores o imposto não recolhido. Agora querer imputar a mim a pecha de um marginal em relação às questões tributárias e dizer que eu estou fugindo de... Sonegando informações de bens à Receita... Para começar, eu não tenho bens; eu moro num *apart-hotel*; ele é tão grande que, quando eu tenho uma grande ideia, eu tenho que sair para a sacada, porque não cabe ninguém lá dentro.

Venho aqui para ouvir pessoas dizer que eu cometi fraude à execução. Não. Simplesmente eu me precavi a uma situação, onde a possível apreensão dos bens, do dinheiro que fosse depositado na minha conta, pudesse ser levado. Eu tenho filhos, eu tenho netos para cuidar. Então, eu tomei essa medida de modo preventivo. Outra, eu não trouxe a minha filha para ser cúmplice minha em sonegação não. Os impostos devidos são pagos e os que estão a ser declarados serão pagos também. Eu não fujo da responsabilidade não. Eu tenho a minha responsabilidade e levo. Agora, isso não é relevante à questão da CPMI; a questão da CPMI não é ver se o sigilo fiscal do Bordoni é de caloteiro na Receita Federal, eu quero ver o sigilo fiscal é da Alberto & Pantoja, de todos eles, para que nós possamos trazer à luz aqueles que fizeram negócios e receberam por caixa um e por caixa dois – esta é a verdade dos fatos.

Não cometi fraude à execução coisa nenhuma! Apenas tomei uma atitude preventiva. Não vou colocar dinheiro na minha conta porque pode-se decretar, sim, a apreensão do dinheiro que entrar lá. Como não aconteceu, e, aliás, esse processo, inclusive, está suspenso na Justiça lá em Goiás, há uma pendência ainda, está lá parado e pode ser resolvido a qualquer momento, inclusive de comum acordo entre as partes –, eu venho aqui e saio daqui agora como objeto de duas ações promovidas por um parlamentar que quer que se mova a ação processual contra mim por questões de omissão de bens à Receita e por fraude à execução.

Nós teremos... Está aqui o meu querido advogado Alex Neber, que, com certeza, irá tirar de letra porque, afinal de contas, são duas ações que são improcedentes de origem, *ab initio*: elas não cabem aqui.

Infelizmente, eu saio daqui com a tristeza de algumas agressões, mas, ao mesmo tempo, eu saio com a consciência tranquila porque eu vim aqui trazer a minha contribuição ao trabalho dos senhores. Aqueles que tiverem culpa que respondam pelas culpas; agora, eu jamais vou permitir que o meu nome e o de minha filha sejam maculados por depósito feito por empresas laranjas da contravenção.

Isso eu não admito mesmo! E àqueles que quiserem acareação para discutir isso: eu a faço em qualquer lugar, onde quiser, em qualquer hora, em qualquer lugar.

É isso aí.

Muito obrigado aos senhores.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Sr. Relator. Obrigado, Alex Neber, pela ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Agradeço ao Sr. Luiz Carlos Bordoni, também ao advogado e a todos os Srs. parlamentares.

Não havendo mais o que tratar, dou por encerrada a presente sessão. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 21 minutos.)

COMISSÃO DE JURISTAS, CRIADA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 756 DE 2011, DO SENADOR PEDRO TAQUES, ADITADO PELO REQUERIMENTO Nº 1.034 DE 2011, DO SENADOR JOSÉ SARNEY, DESTINADA A ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL.

ATA DA 23ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 23ª Reunião realizada em 11 de junho de 2012 às dez horas e cinquenta e sete minutos, Sala nº 3, Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, sob a presidência do Senhor Luiz Calos Gonçalves e com a presença dos Senhores membros da Comissão: **Antônio Nabor Areias Bulhões, Emanuel Messias Oliveira Cacho, Gamil Föpel El Hireche, José Muiños Piñeiro Filho, Juliana Garcia Belloque, Luiz Carlos Gonçalves, Luiz Flávio Gomes, Luiza Nagib Eluf, Marcelo André de Azevedo, Marcelo Leonardo, Técio Lins e Silva** e **Tiago Ivo Odon**. Deixou de comparecer justificadamente o Senhor: **Gilson Dipp, Marcelo Leal Lima Oliveira, Marco Antônio Marques da Silva**. Na ocasião foram discutidos os seguintes temas: (i) Crimes patrimoniais e crimes de responsabilidade praticados por Prefeitos e Vereadores; (ii) Crimes hediondos; (iii) femicídio; e (iv) homofobia.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, bom dia.

Eu recebi o comunicado de que o Ministro Dipp não poderá vir hoje em razão de um compromisso da Comissão da Verdade. Está em São Paulo. Então se todos permitirem, a relatoria vai encaminhar os trabalhos.

Portanto, declaro aberta a nossa reunião.

Precisamos aprovar formalmente as Atas das 10ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª e 18ª reuniões. Alguma objeção? É uma formalidade. São as Atas do Senado.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Nós estamos em qual reunião?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Esta é a 23ª Reunião. Se não há objeção, as Atas estão aprovadas.

Temos uma pauta... Eu queria fazer dois pedidos a esta Comissão. O primeiro pedido é o seguinte: o Reinilson nos informou que o relatório final deve ser protocolado no dia 25. Ainda que haja uma cerimônia solene no dia 27, o relatório precisa ser apresentado no dia 25. Como nós temos reuniões nos dias 18 e 19 para ultimar o exame do relatório, eu entendo que hoje é a nossa última reunião deliberativa. Não temos espaço para deliberar fora disso aqui.

Eu tinha pensado, porém, em fazer o seguinte, queria saber se há anuência e agenda dos queridos colegas: eu já comecei a fazer o relatório e essa tarefa se mostrou bastante complexa e, em muitos trechos, ela sugere pontos de dúvida, ela precisa de pequenas decisões. Nós não temos tempo de uma reunião até lá e, de qualquer forma, não podemos prejudicar a operatividade da coisa, quer dizer, eu tenho realmente que escrever. Aí eu queria consultar, Prof. Nabor, fazer uma consulta que envolve o senhor diretamente.

Ao longo da trajetória dos nossos trabalhos, nós vimos que há polarizações em diversos assuntos. Então eu queria um interlocutor para, durante esta semana, se eu tiver alguma dúvida, se precisar decidir alguma coisa um pouco mais polêmica, eu poder falar com alguém que representa pontos de vista que não são os meus. Então eu queria saber, Prof. Nabor, como é que está a agenda do senhor esta semana? Se eu precisar fazer uma consulta, se precisarmos tomar uma pequena decisão de algum assunto: "aqui ficou mal amparado", aí eu queria saber se posso consultar o senhor. (*Pausa.*) Agradeço, Professor. Sexta-feira o senhor não tem como ir a São Paulo, não, não é?

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Sexta há uma possibilidade.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Há uma possibilidade?

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Há possibilidade.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então qual é a minha ideia? Fazer esse diálogo e apresentar o relatório pronto para todo mundo no dia 18. Aí, no dia 18...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O texto do projeto com uma apresentação dos trabalhos e uma exposição de motivos. Isso sem prejuízo de colaborações que eu vou pedir a nível pessoal, meu. Eu já conversei com alguns colegas.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Só para o meu entendimento. Nós vamos ter a oportunidade de ler o texto final, ou seja, os artigos com as respectivas penas, com os respectivos parágrafos? Porque acho que seria fundamental, para não sermos surpreendidos não por um equívoco...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Com certeza, Técio. A ideia é justamente essa. A ideia é a seguinte: a partir desses pequenos contatos, em caso de dúvida, nós terminaríamos esse texto e o colocaríamos à disposição de todos os colegas na sexta-feira.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Na...?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sexta-feira agora. Aí teremos uma reunião para a discussão desse texto na segunda.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Sei. E terça...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E terça. Segunda e terça.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Segunda e terça, eu tinha agendado dias 18 e 19.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque aí eu já conversei, por exemplo, com o colega Muiños para ele me ajudar; mas, aí, no nível da execução. O que me preocupou foi o seguinte: de repente, precisamos resolver alguma coisa; está incongruente aqui ou aqui. Qual vai prevalecer no relatório? Aí, eu queria uma interlocução, vamos chamar assim, com a bancada.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – É uma troca de ideias.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso.

Tudo bem, colegas, pode ser?

Então, professor Nabor, aí eu faria esse convite, para que o senhor fosse a São Paulo na sexta-feira, e faríamos uma reunião às 10 horas da manhã.

O SR. ANTONIO NABOR AREIAS BULHÕES – Às 10 horas da manhã, na sexta-feira.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Às 10 horas, no escritório do professor Luiz Flávio. Eu faria o convite ao senhor. Porque uma solução que seja consensual, nossa, certamente há de contar com o apoio e o beneplácito dos demais. Veja que isso não é para evitar discussão, não. Isso permite que o texto que seja apresentado na segunda-feira seja o mais compreensivo das diversas opiniões em jogo. Sem prejuízo de... Por exemplo, eu já pedi expressamente ao colega Muiños para me ajudar nessa tarefa.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Relator, sem prejuízo de tudo que foi dito aqui, eu só queria, para fim de registro, que houvesse uma confirmação ou não de um *e-mail* que eu enviei esta semana, sobre a proposta de drogas, aquela questão da vírgula, que me pareceu mudar essencialmente o texto, de que é aquilo mesmo que aprovamos, sem a vírgula. Não sei se todos...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Acho que você tem razão. Você pôs a vírgula onde a vírgula tem que ser posta, Juliana.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não sei se todos receberam esse *e-mail*, porque muda o sentido do texto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Acho que a sua observação corresponde ao quanto foi aprovado. É a sensação que eu fiquei.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Relator, só me preocupou agora... Não, primeiro, conte conosco. Retornei agora, mas estou à disposição integral para o que pudermos para facilitar o seu trabalho, que será hercúleo. Não vai ser fácil, não. Até para conciliar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não está sendo.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É que a sua afirmação sobre se hoje é a última reunião deliberativa, estou até entendendo, é que agora estou preocupado porque, como eu retornei, de sábado para domingo,...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – De Paris. De Paris.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Na verdade, de Lisboa. (*Risos*.)

O Marcelo me disse que não foi possível votar a parte dos crimes propriamente militares, e que teria acertado que seria no dia 18. E eu falei: bom, estou voltando agora, o meu material, como inclusive foi ponto facultativo no Rio e em outros locais, devido ao feriado de Corpus Christi, o meu pessoal e assessoramento não trabalhou quinta e sexta; aí o Marcelo disse que vai ser no dia 18 e vai poder votar. Só a parte dos crimes propriamente militares está sendo trazida. Eu vim direto, praticamente, hoje para a reunião, até com o material, só que eu sabia, dos crimes hediondos e patrimoniais. Então, a minha dúvida é se é possível; que não é uma coisa longa, mas que só teria o dia 18.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você já tem o texto pronto?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Tenho; eu só teria que fazer a revisão final.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos combinar o seguinte então, Muiños,...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Se for possível e os colegas...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não sei se vai ser possível.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não acredito que haja maiores... Eu até podia com antecedência mesmo passar para os colegas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí eu ia sugerir isso, que você passasse já para todo mundo, na rede, esse ponto e, em havendo espaço no dia 18, excepcionalmente,...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Excepcionalmente, porque não muda a medida dos trabalhos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A ideia do dia 18 é nos atermos à técnica do relatório.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Vai tomar muito tempo. Está certo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Alguém disse, acho que foi o Emanuel Cacho que fez a seguinte observação: a despeito de todo longo trabalho que temos feito, esse trabalho será julgado pelo relatório. Então, o relatório tem que ser preciso tecnicamente, tem que ser compreensivo. Então, acho que teremos uma longa atividade nos dias 18 e 19; por isso até esses...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É provável até que 18 e 19 sejam, em tese, insuficientes para isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí eu observo que temos que fazer o depósito do relatório na segunda-feira, dia 25. É o nosso prazo último. Dia 27 é a solenidade. Mas, o relatório tem que ter sido depositado anteriormente.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu quero fazer uma sugestão: na entrega do relatório – porque se vai ficar pronto no dia 25 e dia 27 será a solenidade, a Gráfica do Senado, se já tiver revisado, tudo bonitinho – a Gráfica do Senado pode preparar alguns exemplares para distribuição.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ótimo.

Reinilson, eu encareço aqui: sei que vocês estão trabalhando intensamente, mas entendo que o relatório deve ir acompanhado das atas das reuniões. Nós não temos todas ainda. Então peço esse esforço máximo para que nós consigamos, dia 25, apresentar o relatório acompanhado das atas.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – E que fosse disponibilizada também a memória fotográfica e as atas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Para vocês terem a dimensão do trabalho que ainda nos resta nestas duas semanas, eu comecei a fazer apontamentos de relatório – não é o relatório; são apontamentos de relatório – e já estamos em duzentas páginas. Então, é um trabalho de fôlego. OK?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Sr. Relator, estou preocupado com o próprio texto do projeto. No seu texto do projeto, nós já estamos com uns mil artigos?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não, não. O Código Penal ficará um pouco maior do que o atual, mas o sistema penal ficará reduzido pela metade ou ainda mais.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É uma boa visão essa. Imaginava bem mais.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas é por enquanto, também.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, o pessoal da Taquigrafia está pedindo a gentileza de, sempre que formos falar, apertarmos o botão, porque, se não, eles não conseguem anotar as nossas falas. Fica essa renovação.

Pois não, Gamil.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Só uma dúvida, Dr. Relator. O senhor falou que o Código Penal vai ficar talvez com o mesmo tamanho e que o sistema penal vai reduzir pela metade.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – A intenção não era colocar a legislação extravagante dentro do Código?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Justamente.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Então todos esses crimes sobre os quais deliberamos aqui vão ficar dentro do Código. É isso?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É isso.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Está ok. Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Justamente. Como a gente descriminalizou muita coisa, o sistema penal reduz. E como a gente trouxe a legislação extravagante para o Código, ele vai ficar maior do que o atual. Mas vejam que é uma impressão provisória. Nós teremos esses dados ainda esta semana.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Relator, só para registrar. Não sei se já fará parte desse relatório que depois vai ser colocado aqui para conhecimento preliminarmente no dia 25, aliás, nos dias 18 e 19, a parte das disposições transitórias. Digo isso porque uma das coisas que a nossa subcomissão já havia proposto é que, como nós pleiteamos e foi apro-

vado aqui, por exemplo, a cela individual e uma série de coisas que não vou chamar de benefícios, mas que alteram o sistema penitenciário, assim como também o maior tempo de prisão, de encarceramento, porque o preso tem que ter o mínimo de dignidade, o que tem a ver com o orçamento.

Então, há todo um levantamento já afeito à nossa parte que é para colocar-se. E isso tinha sido, em tese, aprovado, nas disposições transitórias, porque, se não, vamos ter um Código que não vai ser implementado por falta de executividade. Pergunto se essa parte...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O senhor não poderia fazer um esboço disso?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Dessa parte. Eu ia pedir ao nosso querido assessor do Senado, Tiago Odon, porque um dos trechos necessários do nosso relatório vai ser a cláusula de revogação, que é extensa – e eu sei que o Tiago já tinha feito apontamentos –, e eu ia pedir, Tiago, essa colaboração específica sua.

O SR. TIAGO ODON – É, está bem avançada essa parte.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Meu caro Luiz Carlos, uma das maiores preocupações minhas é exatamente o sistema penitenciário, lei de execuções criminais e sistema penitenciário. Preocupa-me também a questão dos crimes militares, porque basicamente nós mudamos o contexto da justiça penal militar. E o sistema penitenciário, saindo a liberdade condicional, nós precisamos organizar melhor.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Essa norma de transição, não é?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – E aí a gente tem feito um trabalho. No Ministério da Justiça, parece-me, amanhã vai haver um seminário específico sobre sistema penitenciário, mas talvez o Depen pudesse ajudar nesse formato.

Hoje à tarde eu estou entrando em contato com o Ministério da Justiça para que a gente, ao fechar a parte geral, talvez alguma coisa que ainda não esteja... Porque é muito difícil você jogar tudo para a progressão da pena. Tudo bem que a liberdade condicional funciona muito mal hoje, mas seria necessário, principalmente nas transitórias, e, no seu relatório, dizer e apontar qual seria a política criminal de execução penal no Brasil.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro. A minha preocupação é a seguinte, Emanuel: o ótimo é inimigo do bom. Então, como hoje é a nossa última reunião efetivamente deliberativa, temos esta pauta aqui que precisamos vencer. Agora, eu acho que toda colaboração que puder ser feita, sua particularmente, que é especialista nesse tema, que pudesse somar aqui para que a gente faça o melhor relatório possível; isso será é bem-vindo.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu já tinha acertado com Muiños e com o Marcelo...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Fica essa sugestão, mas é importante que conste o seguinte: a última reunião deliberativa é hoje, porque, senão, nós não conseguiremos... Se a gente não apresentar o relatório dia 25, acabou, é como se a Comissão não tivesse existido.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu sei.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, premido por essa realidade de duas semanas de trabalho é que, hoje, precisamos esgotar esses temas.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Como a gente se centrou muito nessa subcomissão na parte geral e aí foi um trabalho de fôlego também, a gente realmente ficou preso a isso, tanto a essas regulações, que são necessárias, quanto àquelas de que venho falando a você há algum tempo, que seria o tipo penal...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A gente tem que ter cuidado também em não apresentar uma norma de transição que ignore que tudo que a gente fez é um anteprojeto. E, portanto, claro que a Casa parlamentar vai discutir, mas dentro desse espírito é bem-vindo.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – A minha preocupação de não ter sido incluído ainda o desvio de verba e subvenção pública, porque realmente eu...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está na pauta de hoje. Precisamos resolver hoje.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – OK.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A pauta de hoje é a seguinte: crimes patrimoniais; crime de responsabilidade de prefeito e vereador; crimes hediondos; omissão de socorro e violação de sigilo; tem a proposta da Luíza Eluf, do femicídio ou feminicídio. Enfim, essa é a pauta de hoje. Tem a questão do condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial, mas é a lei que acabou de entrar em vigor. A gente inclui de acordo com o que temos decidido.

Vamos começar, então, os nossos debates.

Com relação aos crimes patrimoniais, a Juliana Belloque fez uma proposta, eu mesmo fiz uma proposta também. Consulto aqui, Reinilson... Coloca a proposta da Juliana no quadro. Eu pediria se é possível imprimir a minha, para gente ir pontuando as diferenças.

Enquanto isso, Juliana, você não quer fazer a apresentação da sua proposta?

A SRª JULIANA BELLOQUE – Sim.

Como nós já havíamos aprovado toda parte do furto, boa parte dessa proposta é seguir a mesma sistemática para os crimes que têm natureza muito semelhante, como apropriação indébita, estelionato – crimes sem violência ou grave ameaça.

Eu fiz a opção, e a coloco para discussão de todos, de excluir dessa sistemática a receptação. Primeiro porque a receptação não tem essa vítima identificada como temos nos outros crimes, o que vai dificultar trazer essa sistemática da reparação do dano como causa instintiva da punibilidade. E, por outro lado, porque a receptação, no meu modo de ver, por mais que não seja um crime grave, dentre aqueles que eu considero dos mais graves, tem uma gravidade um pouco diferenciada em relação ao estelionato, à apropriação indébita e ao furto, porque alimenta um pouco os crimes patrimoniais em geral, inclusive aqueles praticados com violência.

Daí a razão do tratamento diferenciado apenas para receptação. Na receptação, com a minha proposta, muda muito pouco do que existe hoje. Então, o que vamos ver: tanto no estelionato, como na apropriação indébita, no dano, trazer aquela ideia da diminuição da pena, de, se pequeno valor à lesão patrimonial, o juiz aplicará somente a pena de multa e da extinção da punibilidade à reparação do dano pelo agente até a sentença é causa instintiva da punibilidade.

Na proposta do Luiz Carlos, o estelionato é tratado de maneira diferente, assim como a receptação. Então, essa é uma das diferenças, acho que uma das mais significativas, que existem entre as duas propostas de incluir ou não o estelionato dentro dessa sistemática voltada à reparação do dano que criamos para o furto. Quanto à receptação, nós dois concordamos em não incluir. No estelionato existe essa divergência.

No caso do estelionato nós enxugamos. As duas propostas vinham nesse sentido de enxugar todas aquelas figuras equiparadas que nada mais são do que exemplos de fraudes, a exceção da duplicada simulada e da fraude à execução, que ficam aqui expressamente colocadas. Aí tem algumas questões. Na minha proposta, há uma proposta de roubo privilegiado. Essa eu quero explicar com calma, mas... Não sei se é o caso de fazer tudo isso detalhadamente, melhor a gente ir por partes.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos indo, então, tipo a tipo, Juliana, se você permitir.

Por exemplo, no furto de coisa comum acho que nem você nem eu estamos propondo qualquer alteração. É o 156.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não. A única proposta, acho, que é somente prestar mediante queixa e não por representação. Isso, claramente, é briga de condôminos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pode ser sim. Mediante queixa. Alguém se opõe?

Anuncio a chegada do Senador Pedro Taques. Assome à mesa, Senador. Então, franquio-lhe a palavra para se dirigir à Comissão. É a nossa última reunião deliberativa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É a última reunião? Ótimo!

Bom dia a todos! Quero cumprimentar o Presidente e Relator, acho que também chamado de encantador, segundo o Ministro Dipp. (*Risos*.) É um encantador-relator. Quero cumprimentar todos e acompanhar o trabalho. É bem interessante ouvir juristas, não aqueles que fazem júri, mas aqueles que conhecem mesmo a ciência jurídica. Quero dizer que, esse final de semana, li alguns artigos interessantes nos jornais criticando a Comissão. Li também o artigo da Drª Juliana. Também li e é muito interessante. Quero dizer que nós da Comissão de Segurança Pública do Senado e da CCJ – já conversei com o Senador Eunício – estamos ávidos e ansiosos para que chegue o dia 27, dia em que será entregue o relatório. É isso. Gostaria de acompanhar um pouco a reunião e parabenizá-lo pelo compromisso que está sendo cumprido.

Em Cuiabá tivemos uma audiência pública no dia 1º. Muitos aqui não puderam estar lá, mas foram muito bem representados pelo Ministro Dipp, pelo Luiz Carlos, pelo Cacho e o Técio, que estavam lá. Espero que tenham sido bem recebidos em uma cidade que só se iguala a Paris, no mundo todo. (*Risos*.)

Muito obrigado.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Luiz Carlos, queria deixar consignado que nossa ida a Cuiabá foi um evento realmente ímpar. A comunidade jurídica, política, principalmente... Acho que todos os Desembargadores do Tribunal de Justiça estavam presentes e participaram efetivamente, o Ministério Público, a advocacia de uma forma geral. Então, foi um evento bastante proveitoso onde tivemos a oportunidade – nós da Comissão – de ouvir e de colher, realmente, contribuições importantes do povo de Cuiabá, muito bem representado no Senado pelo Senador Pedro Taques, que também, como idealizador da reforma do Código Penal, desse anteprojeto, será o responsável por conduzir, no Senado Federal, a proposta.

As informações dadas por ele de que o Presidente da CCJ está aguardando chegar o dia para, exatamente, dar andamento, nos anima bastante porque se não demos a mais alta contribuição, digamos que a mais refinada, demos a contribuição que estava ao nosso alcance. É claro que com o brilhantismo dos demais

Membros da Comissão e com a orientação do nosso Relator e também do Presidente Gilson Dipp.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, aceite os cumprimentos, Senador.

Estávamos já nesta pauta deliberativa, resolvendo a nossa primeira questão, que diz respeito à ação penal no furto de coisa comum. Eu havia feito uma proposta dizendo que somente se procederia mediante representação. A Juliana entende que é mediante queixa, e eu estou aderindo.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu também.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu estou aderindo à proposta dela. Eu acho que não haverá divergência, portanto.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu estudo muito com ilícito civil.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Exatamente. Então, dou por aprovado aqui o furto de coisa comum com essa redação que fala em queixa, Leandro.

Senador, eu aproveito aqui a presença de V. Exª para enaltecer o trabalho aqui da equipe técnica do Senado, de excepcional qualidade e denodo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Só uma coisa que me escapara aqui, Relator. Nós precisamos fazer um § 3º, de aplicação, uma remissão a todas as hipóteses...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Do furto, não é?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – De extinção da punibilidade e multa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – De aplicação aqui também, ainda com mais vazão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeitamente. Então, fica assim: aplicam-se ao furto de coisa comum aquelas hipóteses de aplicação somente de multa ou extinção de punibilidade do artigo anterior.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É. Aí, vai caber...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então aí a redação, depois, pode ser formulada. O roubo é mais polêmico. Vamos ver primeiro o que há de comum nas proposições, Juliana.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então no *caput*...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – No *caput,* não houve alteração.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Nada de...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se não me falha a memória, ambos estamos propondo uma redução de pena.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Haverá uma divergência da nossa parte.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sim, tanto a minha proposta quanto a proposta da Juliana reduz a figura básica do roubo – hoje é quatro a oito – para três a seis.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Embora, depois haverá divergência, porque haverá figura de roubo qualificado com pena majorada, cinco a dez anos. Mas no *caput*...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Só para lembrar, antes de gerar uma comoção dessa diminuição, hoje a figura do roubo simples até tem um espaço forense muito menor do que a figura do roubo com causa de aumento, que é muito diferente. Acho que a população, quando pensa em roubo, pensa naquele roubo a mão armada, com outras circunstâncias. Aqui a gente está falando do roubo simples, o que é difícil acontecer, em que a violência vai ser aquela trombada, algo sem grande relevância ou não coloca em risco efetivo a integridade física da vítima, e a grave ameaça não é aquela grave ameaça com emprego de qualquer arma.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A idéia, Muiños, é a seguinte: como a pena do furto básico, pela nossa proposta já aprovada, vai a três anos, entendemos que era caso de começar o roubo básico com três. A lógica da proposição.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Em quase 30 anos de vida jurídica, eu nunca vi uma acusação por roubo no *caput*. Eu nunca vi.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Muito difícil, concurso de agente, qualquer coisa...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, você tem um destaque, Muiños.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Tenho, tenho sim. Considero as colocações. Eu via na sua contraproposta, Relator, que, nesse caso, mantém a pena de dois a seis anos. E, quando fiz leitura, até imaginei por que justificaria, porque há na sua proposta uma qualificadora e há causas especiais de aumento, que vão aumentar "majorantemente" isso.

Bom, só que há uma questão dogmática. Quero dizer que estou usando até como caso concreto e preferiria usar São Paulo, pela dimensão em todos os sentidos. Os jornais *Folha de S.Paulo* e *Estado de S. Paulo,* do dia 2 de março, falam das estatísticas de roubo e latrocínio ocorridos em São Paulo, mas são similares aos do Rio de Janeiro. E posso afirmar, com poucas chances de algum equivoco, pelo menos nas grandes capitais. Essa contextualização do roubo, vista pela sociedade, eu tenho um pouco de divergência, na

minha ótica, porque 30% a 35% do meu expediente diário é de roubo, e 30% a 35%; ou seja 70%, é de tráfico de entorpecente. Eu sou magistrado estadual.

Então, é minha realidade. Setenta por cento eu me ocupo diariamente de roubo e de tráfico. Causa-me espécie, mas eu respeito, entendi as argumentações, mas é uma questão até ideológica. Se em 1940 nós já tínhamos uma previsão, uma pena de quatro anos para roubo, não falei do furto e até aprovei grandes iniciativas para a hipótese do furto com algumas divergências, mas para o roubo não consigo perceber – confesso –, mesmo com a previsão de aumento nas qualificadoras que, espero, possamos introduzir – e já aplaudindo – também nas causas especiais, que eu também vou fazer descrições, que se possa pensar em diminuir a pena mínima cominada, não digo nem a máxima, para três anos. Se em 1940 já era de quatro anos... E quero dizer que estou aqui, não é meu, são desses dois jornais num trabalho que foi feito por estatísticas oficiais, que eu diria que hoje um quarto do roubo – está aqui nos jornais – é praticado em casa, um quarto dos roubos; e 26% – 14% mais 12% – são praticados contra veículos ou motociclistas, em que – aqui estão os percentuais – o latrocínio é onde se faz majorante.

Relator, quero dizer que estou há 30 anos nessa área criminal estadual e a tendência de roubo já é a morte. É a indiferença do autor. Não estou falando de furto. Sobre o trombadinha, que foi aqui referido, eu quero dizer que isso não faz parte do nosso dia a dia. Eu não consigo admitir...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Na sua proposta, Muiños, qual seria a pena mínima?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu até proponho mais. Pela realidade, hoje, roubo... A pena mínima para o roubo seria cinco anos, fora a qualificadora e causa especial.

Então, quero dizer que me oponho à redução e até à manutenção da pena de hoje de quatro anos para o crime de roubo. E posso fazer maiores descrições ideológicas, sem incluir causa especial ou qualificadoras.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Na minha proposta, Muiños, eu tentei um escalonamento: roubo simples, três a seis; roubo qualificado, cinco a dez; roubo com lesão grave e latrocínio, a pena chega a 20 a 30. Enfim, fiz esse escalonamento.

Mas queria saber se o colegiado está preparado para deliberar sobre isto?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Só gostaria de reforçar o que foi dito pelo Muiños.

O roubo sempre vai exigir a prática de violência e acho que para um crime cometido com violência a pena mínima de três anos é muito pouco. Faria essa observação. Sou a favor de colocar cinco anos, como disse o Muiños. Voto com o Muiños. Mas se for o caso de chegarmos a um acordo, deixaríamos os quatro anos que estão em vigor atualmente.

Só posso fazer um... Quero lembrar que estamos tratando de um crime contra o patrimônio. E se formos fazer um *tour* pelo Direito Penal, pelo Código Penal que já aprovamos, pois estamos em fase final de trabalhos, não existe nenhum crime que tenha pena mínima de quatro ou cinco anos, como está sendo ventilado aqui, que não diga respeito a uma lesão significativa à vida e à liberdade das pessoas.

Tirando o homicídio, os crimes que têm essa pena são: a lesão corporal seguida de morte, o tráfico de pessoas para fins de tráfico de órgãos, com redução à condição análoga de escravos. Não consigo nem pensar em outros. São raríssimos em todo o texto que aprovamos aqui os crimes que começam com pena de quatro ou cinco anos. São raros.

Se colocarmos um crime que é essencialmente patrimonial sem o emprego de arma, nenhum tipo de arma, nem arma branca, nem arma de fogo, que não gera uma lesão para a integridade física e para a vida, que gera uma lesão essencialmente patrimonial, que é do crime de roubo simples, ele é desproporcional a essa pena.

É só por essa questão. Olhando para essa pena junto com o que temos aprovado aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Estamos em uma jornada comum, eu e a Juliana. Estamos propondo a mesma coisa. Pena de três a seis anos. Embora daqui para frente haja uma variação, porque entendo que esse roubo é aquele roubo do encontrão, porque o roubo com um concurso de pessoas é qualificado, com arma é qualificado...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Mas tem uma questão aí que é psicológica...

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – E tem a lesão corporal leve que pode ocorrer aqui, da violência...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Exato.

Luiz Carlos.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Além da violência psicológica, que é forte.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – É assim, eu nunca vi na minha vida uma imputação – acho que o Dr. Pedro Taques também e os juristas aqui – uma imputação por roubo simples. Eu nunca vi, mas me parece que aí existe um fator psicológico. É claro que eu nunca ouvi dizer que alguém deixou de praticar um assalto por causa da pena, nunca. Isso é indiferente para a pessoa, mas para a sociedade hoje vai ficar muito mal, pela ocorrência da quantidade de

roubo que há, a gente reduzir. É claro que eu acho, eu até concordava que três anos seriam para você dar uma equiparação àquilo que foi usado no furto, mas reduzir tem uma questão ideológica muito séria. Eu também não sei se aumentar seria o caso, mas é preciso que a gente parta de um parâmetro que não reduza.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pergunto se há maturidade para deliberarmos esse assunto, porque eu acho que o debate está dado.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Pois não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, há essa proposta que é conjunta, minha e da Juliana, de trazer a pena do roubo comum para três a seis anos. Eu queria saber quem vota por essa proposta. Dependendo do resultado, a gente varia, avança. Quem vota pela proposta de três a seis anos?

Então, são três, seis, oito votos. Venceu. OK? Então, a pena do roubo simples fica de três a seis anos. No roubo por equiparação eu observo também que a proposta – tanto da Juliana quanto a minha – é comum.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu incorporei a sua.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É, mas tem um detalhe técnico aqui da maior significação, para o qual eu queria chamar a atenção de todos. Porque a doutrina se bate para a tipificação da chamada saidinha de banco ou entrada de banco. O que é isso? Na verdade, o sujeito força a vítima a revelar a senha e em razão dessa revelação é que ele vai e obtém o proveito patrimonial. Então, a violência ou grave ameaça é para forçar a vítima a revelar a senha.

Tradicionalmente, essa figura era considerada extorsão, tradicionalmente, porque a grande distinção entre roubo e extorsão é o comportamento da vítima ser necessário ou não. Mas aqui, a proposta era um aceno para o conhecimento comum, porque nós juristas chamamos isso de extorsão e o resto do mundo inteiro diz que é roubo. Então, a pergunta é: vamos manter esse rigor técnico, ou vamos – o que nos cabe, o legislador pode fazer isso – simplificar e dizer que é dizer que é roubo, uniformizar o discurso. Esse que é o debate. Então, é uma opção consciente. Quer dizer, o que era...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu entendo que a solução foi muito bem obrada, porque fala em necessários à subtração da coisa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Exatamente.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Com isso, resolveu tecnicamente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É um debate doutrinário imenso, não é?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Damos uma solução e acho um bom texto. Parabenizo pela proposta, acompanhando...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Faz parte de nosso trabalho simplificarmos as coisas. Então há consenso nisso?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Roubo por equiparação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Posso? *(Pausa.)*

Vamos avançar. Até aqui não há divergência.

A primeira divergência surge ali agora.

O SR. TIAGO IVO ODON – Relator.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não.

O SR. TIAGO IVO ODON – A figura da extorsão some nesse projeto, nessa proposta?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, ela não some. Esse trecho que poderia ser considerado extorsão deixa de ser, mas a extorsão se mantém no artigo seguinte, 158. Pode haver outros casos, não é?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Então, Relator, por que já não unifica os dois delitos? Coloca no inciso II a equiparação genérica. O que se tem hoje como extorsão, a gente chama extorsão como um todo, seria um roubo por equiparação, porque se tem uma extorsão. Senão, o sistema ficaria...

O SR. TIAGO IVO ODON – Exatamente.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – A diferença... Nós sabemos que isso aqui é uma forma de extorsão, não é? Seria roubo por equiparação. Por que então justificar o 158?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque, nesse caso, Marcelo, é que, vamos dizer, tornou-se uma prática muito comum. Mas há figura de extorsão que não são de pegar senha, figuras de extorsão em que o sujeito ameaça mal grave. Quer dizer, há outras figuras de extorsão que não vejo problema em manter a autonomia do 158, extirpada dessa figura que é muito específica do assalto ao banco.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Eu entendo que seja específico, mas é uma questão técnica. Eu entendo a especificidade, mas é uma questão técnica, porque isso é uma forma de extorsão. Acho que isso significaria.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A extorsão é assim: "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa". É mais amplo. Nós estamos destacando um trechinho da extorsão.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Mas eu estou dizendo que no inciso II, constarem aqui os

elementos da extorsão. No inciso II, ao invés de ser específico para senha, código...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Marcelo, o tema...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Porque, senão vai ficar um sistema com uma ruptura. E, se assim a Comissão não entender, aquilo ali obriga a vítima, e aí vai com violência, sem violência, com grave ameaça, sem grave ameaça.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É o seguinte: a extorsão é diferente do roubo, porque, no roubo, há a subtração e, na extorsão, você compele a vítima a agir. Isso não mudou com a proposta. Na extorsão, o comportamento da vítima é necessário; no roubo, não. Essa é a distinção clássica entre as duas figuras. Aqui, nós estamos fazendo um aceno para esse maior esclarecimento, pegando uma figura que é fronteiriça. Essa figura de exigir a senha e pegar o dinheiro é fronteiriça, porque, às vezes, o sujeito vai ali... O que acontece hoje? Se o sujeito for ali e apontar arma depois que a vítima já pegou o dinheiro é roubo; se o sujeito apontar arma quando a vítima está diante do caixa para ela revelar a senha é extorsão. Então, aqui há um caso de superposição que acho que fica claro trazer para o roubo, mas eu não concordaria com o resto da extorsão. A extorsão é ontologicamente diferente do roubo nos demais casos.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Tudo bem. Eu posso ser voto vencido, mas, então, eu gostaria que deixássemos mais técnico o inciso II e constasse ali "com violência ou grave ameaça" e não a palavra "obriga", porque senão vai ser...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Como é por equiparação, você já incorpora, Marcelo, a figura.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – A gente sabe... Acho que isso vai dar margem à discussão. Eu acho que...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom. Não, tudo bem. Podemos fazer isso.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Eu falando até por questão técnica, porque "obriga" é até mais amplo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Obriga, mediante violência ou grave ameaça". Perfeito!

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – O "obriga" é até mais amplo. "Mediante violência ou grave ameaça" até restringe o tipo, na realidade.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Obriga, mediante violência ou grave ameaça". Acho que está sim.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Ou "após reduzir a vítima à impossibilidade de resistência", para guardar simetria com o *caput*.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, a gente faz o seguinte: no inciso I: "logo depois da subtração, emprega violência ou grave ameaça". Vamos trazer esses elementos para o inciso II também. É o que o Marcelo está propondo.

"Emprega" ou "obriga, mediante violência ou grave ameaça ou depois de..." É isso aí.

Tubo bem, Marcelo? Assim a gente pode avançar?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Sim. É só uma sugestão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Acolhida.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Esse entre vírgulas vem depois da vítima, porque, senão, vai ficar esquisito.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Obriga a vítima, mediante violência ou grave ameaça, a revelar senha, código ou segredo, necessários à subtração da coisa".

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Relator, eu acho que é necessário colocar ali "ou após haver reduzido a vítima à impossibilidade de resistência". Não só "violência ou grave ameaça", porque a conduta de quem dopa a vítima para ela dar a senha vai se tornar atípica.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Logo depois da subtração empregue violência ou grave ameaça contra a pessoa..." No inciso I não caberia.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – No inciso I não; eu falo no inciso II.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Pode ter violência imprópria também.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Obriga a vítima, mediante violência ou grave ameaça, ou depois..."

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – "Ou após reduzir..."

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Ou após reduzi-la à impossibilidade de resistência..."

"Obriga a vítima, mediante violência ou grave ameaça, ou após reduzi-la à impossibilidade de resistência..."

Está certo.

Então, está bom.

Podemos avançar, gente?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Podemos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aqui há uma questão polêmica.

Juliana, defenda aqui o roubo privilegiado.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – E se oponha à sua proposta, inclusive.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Oponha-se, porque aqui não há concordância.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – O roubo privilegiado não é algo, não é uma proposta minha isolada ou criada por mim apenas. Até tenho de fazer referência a isso em homenagem ao envolvimento do Ministério da Justiça, às reuniões que houve com a Comissão da Câmara e com membros do Ministério Público e da Advocacia que participaram dessas reuniões.

Isso foi aprovado na Comissão da Câmara, isso é texto final, não exatamente nesses termos. Eu acho que a minha proposta é mais técnica, com a ideia de proteção a ambos os bens jurídicos que estão aqui envolvidos: patrimônio e integridade corporal da vítima. Por mais que essa proposta tenha uma pincelada minha na redação, a ideia de roubo privilegiado passou na comissão da Câmara e vem encampada também pelo Ministério da Justiça. Essa é uma proposta conjuntamente elaborada.

Qual é a ideia?

É evidente que aqui, por haver violência ou grave ameaça, nós temos uma dupla proteção de bem jurídico e a insignificância vem por conta disso, sendo rechaçada pela jurisprudência. Não se admite a insignificância nos crimes patrimoniais com violência e em todos os crimes com violência, em geral.

Então, aqui a gente chega muito aquém de dizer que pode ser reconhecida a insignificância. Mas a gente encontra um meio termo de dizer que por mais que se afaste a insignificância nesses tipos de crime pelo dado da violência ou grave ameaça, a lesão, a potencialidade lesiva a esses dois bens jurídicos pode ser tão pequena que merece aqui, no caso concreto, uma redução da pena. Daí a redação exige uma ínfima potencialidade de lesão para ambos os bens jurídicos e só se aplica para o caso do *caput*, não é para o caso de roubo com causa de aumento ou roubo qualificado. É para aquele roubo sem concurso de agentes, aquele roubo sem emprego de arma, que não gera lesão grave ou morte da vítima de forma nenhuma. É sempre o *caput* e aquela figura por equiparação. É a ideia de que o juiz reduzirá a pena de 1/3 à metade do crime praticado sem violência real – e vejam aqui que ainda tem essa ênfase – quando a coisa subtraída for de pequeno valor e o meio empregado for completamente inidôneo - e ainda há uma redação aqui que vai ser difícil para a jurisprudência porque completamente dificulta – a ofender a integridade física da vítima. O que a gente tem aqui? Um feixe duplo de insignificância, tanto na lesão patrimonial quanto na integridade física da vítima.

Daí, ao invés do reconhecimento da insignificância, que daria a inexistência do crime, nós temos a configuração do crime, mas com uma redução da pena.

A questão é a seguinte: existem roubos e roubos. A gente sabe qual é o roubo que a sociedade quer aplacar, reprimir, com severidade.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu queria falar em sentido diverso, Juliana, até porque minha proposta não contempla essa figura do roubo privilegiado. Qual foi a ideia que me animou a não contemplá-lo? Já foi a ideia da diminuição da pena, no *caput*. Então, nós já diminuímos a pena do *caput.* A pena do *caput* é para essas figuras. Porque o roubo é um crime complexo. O aspecto patrimonial dele é um; o aspecto da violência física é outro. Agora, o aspecto da violência psicológica, no roubo, é um desastre. A pessoa, às vezes, é roubada em seu ambiente familiar, diante de crianças. A pessoa não se recupera da violência psicológica do roubo tão cedo.

Então, parece-me que reduzir de 1/3 à metade uma pena que já reduzimos no *caput* não é proporcional com essa gravidade, inclusive psicológica, do roubo. Essas figuras mais brandas, Juliana, no meu modo de ver, com essa redução de pena no *caput* que fizemos, estão contempladas.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Eu gostaria...

O SR. JOSÉ MUINÕS PIÑEIRO FILHO – Quero falar também.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Posso falar, Dr. Muiños?

O SR. JOSÉ MUINÕS PIÑEIRO FILHO – Por favor.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Quero apenas concordar com o nosso encantador Relator.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Segundo o Ministro Dipp.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – É que nós usamos tantos adjetivos aqui para ele. É no sentido de que aqui estamos abrangendo o quê? O roubo praticado com uma arma de brinquedo ou simulacro de arma. Esse simulacro de arma é tão devastador...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Luiza, na minha proposta o simulacro de arma qualifica o roubo. Só para dizer, está bom?

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – É. E ele é muito devastador psicologicamente. A vítima acredita que aquilo é uma arma e que aquilo tem, sim, potencial de ofender a sua integridade física e de matá-la. Sinceramente, entendo o ponto de vista da Juliana. Sei que existem pessoas que defendem que se a arma não tem a capacidade lesiva então o autor do delito não pode sofrer uma pena muito alta. Mas, na verdade, não é esse o ponto de vista. Acho que temos de pensar no ponto de vista da vítima, da pessoa que está sofrendo a violência. Então, não importa se o autor do delito sabe que a arma não funciona, o problema é que a ví-

tima não sabe e ela vai sofrer o trauma equivalente ao roubo praticado com violência, e violência fortíssima, porque o simulacro de arma é assustador.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Só para esclarecer que a minha ideia não é abranger o roubo praticado com simulacro de arma aqui, até...

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Mas a redação abrange.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – ...percebo que pode se colocar completamente inidôneo ofender a integridade física ou psicológica da vítima.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ficaria melhor, não é?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não tenho problemas quanto a isso. A ideia aqui é aquele mesmo...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, essa redução não está muito...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – ...empurrão na Praça da Sé que o sujeito leva R$5,00...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – ...tentando chegar num consenso aqui, além de acrescentar essa integridade física ou psicológica, essa redução não está muito grande?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu gostaria de falar, manifestar-me...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não dá para baixar essa redução, um sexto a um terço? Se...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Relator, eu poderia falar?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tentando encontrar um espaço de consenso aqui.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – De fato, Relator, eu concordo que a pena, o *caput* já foi reduzido, isso tem pouca, sempre vai ser um crime que não vai possibilitar a substituição. Aqui, interessa menos para mim a quantidade de pena diminuída, é mais o conceito, para mim, era importante pela corrente à qual me filio, do direito penal, trazer esse conceito. O que eu entendo, se não for...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você não avançaria a proposta, porque essa redução de um terço à metade é muito grande.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu poderia...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Só tentando... Já vou lhe dar a palavra, Muiños.

Só tentando encontrar um espaço comum, se a redução da pena fosse de, sei lá, até um terço, um sexto, inidôneo ofender a integridade física e psicológica da vítima.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Eu queria saber, na prática, qual a conduta que a Juliana está pensando? É o encontrão?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E mais esse repto, Juliana, você não que a gente já trouxe o privilégio na redução de pena?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu mesma já fui algumas vezes, assim, passa aí...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque hoje são quatro... Qual que é a pena hoje? Hoje são quatro a oito, não é? A gente está reduzindo de três a seis.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, quatro a dez, quatro a dez, o roubo é quatro a dez.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Hoje, a pena do roubo básica é quatro a dez, a gente está reduzindo para três a seis. Será que é caso de mais uma redução?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu gostaria de fazer, se o Relator me permitir...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Muiños. Está permitido.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Olha, no grau de consenso, se for para alcançar o consenso aqui, sou muito mais suprimir isso do que colocar como causa de aumento, ou como qualificadora, o simulacro de arma de fogo, porque, aí, eu acho que seria, no meu modo de ver, um retrocesso. Se quiserem chegar num consenso aqui, a gente não cria o privilegiado, mas também não coloca o simulacro de arma de fogo, enquanto causa de aumento, porque, de fato, não tem potencial lesivo significativo para uma pena desse montante.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Douto Relator, eu posso me manifestar?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tem a palavra.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Bom, ouvi os colegas. Primeiro, é uma questão até dogmática, e questiono, caso venha a ser aprovado, se é possível mudarmos essa expressão, e até podemos, depois, numa revisão, lá no homicídio, até no furto, confesso, a palavra "privilegiado", hoje, está tão distorcida que usar privilégio ou, ainda que se venha a aprovar isso, espero que não, mas que seja privilégio, que até o homicídio chamado privilegiado que ali tem uma razão de ser da expressão privilégio, que é o relevante valor moral, enfim, mas até a expressão, assim, como felizmente, a Comissão acabou com o homicídio simples. Ora, não existe homicídio simples, homicídio, a morte de alguém não pode ser simples, mas era uma derivação colocada.

Então, já faço um apelo aqui: caso aprovado, que se mude o nome, não se adjetive de privilegiado,

dê outro nome, peço, apenas uma consignação; claro que isso não é essência, mas tem um valor dogmático.

Em segundo lugar, quero dizer que, vou pegar um elementar dessa proposta, e fico à vontade porque foi a nossa Subcomissão que trouxe e foi aprovada a introdução da insignificância, agora, legal, se o nosso projeto, da Comissão, for aprovado. Então, agora, temos a insignificância, que, pela lei, sabemos que metade ou mais que uma metade da jurisprudência não aceita, e propusemos. Então, temos a insignificância sim, mas trazer a insignificância para cá, é claro, foi colocado bem aquém.

Vejam, quando a coisa subtraída for de pequeno valor, aqui, tenho grandes divergências, respeitosas, doutrinárias, operacionais com a minha amiga, colega, membro da Comissão, Juliana, porque ela veio, entendo, dentro da ótica dela, dar redução mínima à reparação do dano, ao valor da coisa subtraída. E compreendo na ótica dela. Só que tenho outra ótica. No roubo, aqui, o roubador só sabe o que ele quer subtrair, quando é um carro, quando é uma moto; quando ele entra na casa de alguém, ou quando ele dá a trombada, que ela diz, "deu uma trombada numa senhora de 70, 80 anos", ou até em alguns de nós, desatentos, o que pode acontecer? Nessa trombada, ele vai subtrair o que tiver. Se tiver R$10,00, serão R$10,00. Não há essa insignificância, o pequeno valor, e lamento que o Ministério da Justiça traga isso. E digo mais: o número – que vou falar, quando chegarmos ao latrocínio – de latrocínios vem se confirmando pelo pouco patrimônio da vítima, e o roubador chega a matar ou lesioná-la justamente, porque não tinha alguma coisa a mais.

Então, é por uma questão dogmática, é por uma questão de princípio que tenho que me opor a isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Queria perguntar o seguinte para a Juliana: Juliana, a pena atual do roubo é de quatro a dez anos. Nós acabamos de aprovar uma alteração muito significativa, passando de três a seis anos, vejam vocês.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu acho que...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Reduziu de maneira importante.

Então lhe pergunto se, em relação ao equilíbrio que estamos sempre buscando, Juliana, você insiste nesse roubo privilegiado? Até porque, dialogando francamente com você, se colocamos ali "completamente inidôneo ofender a integridade física ou psicológica", não é roubo, pois, em qualquer roubo, vai haver isso.

Então, Juliana, pergunto se você mantém essa proposta de roubo privilegiado?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Só quero aproveitar para fazer um debate que vamos travar ainda hoje. Acabamos abrindo mão, aqui, e chegando a consensos por conta de quantidades de pena e tal, como agora está acontecendo. Então eu não posso deixar de lembrar que foi aprovado, aqui, que não pode regime aberto mais, para nenhuma dessas figuras, e hoje se aplica o regime aberto no roubo simples. Então, sinceramente, fico na dúvida.

Eu gostaria que víssemos um conjunto de coisas para, daí, dizer de abrir mão ou não...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas, mesmo nesse conjunto, Juliana, veja que nós avançamos muito...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Porque, veja, se abaixamos para três anos, mas, aqui, inicialmente, de maneira obrigatória, mesmo para o primário, não pode ser regime aberto, tem que ser o semiaberto, no mínimo,...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas eu queria observar para você o seguinte, Juliana. Nós estamos na toada, e já adianto meu voto favorável. No furto, que é um crime sem violência e grave ameaça e que é o grande encarcerador, fizemos uma proposta muito, vamos dizer assim, liberatória. E vou adiantar já o meu entendimento de que, em outros crimes, aqui, que vamos discutir também, sem violência ou grave ameaça, por exemplo, a questão do dano ou a questão da apropriação indébita, eu vou acompanhar esse modelo do furto. No estelionato, vamos debater um pouco mais.

Agora, eu faço o seguinte repto: no *caput*, acabamos de aprovar uma redução que, em percentual, deve equivaler a, mais ou menos, uns 40% de redução da pena do roubo. Então, será conveniente acrescentar uma redução sobre uma redução já tão importante?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu, na verdade, concordo em manter a pena e manter o roubo privilegiado. Desistimos de aprovar o roubo privilegiado...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, aí teremos que voltar ao já deliberado, Emanuel. Nós estamos procurando evitar isso.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – A figura do roubo privilegiado reforçaria o que está na Parte Geral, que é a bagatela.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A ideia é o seguinte: o roubo privilegiado agora, pela redução de pena que fizemos, será o *caput*.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não, aí vai sair da...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu concordo por reduzir, por subtrair essa proposta aí, abandoná-la, mas só insisto que acho importante votarmos, hoje, mediante uma discussão, essa questão

da fixação de regime para todos os crimes, do art. 36. Mesmo porque isso já...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, esse é um debate impossível, porque já... A proposta...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, não é impossível, Relator, porque houve o compromisso de que isso seria votado de novo; houve o compromisso, inclusive de V. Exª e do Ministro Dipp. Estavam várias pessoas, aqui, quando eu tinha identificado que foi inadvertida a aprovação desse artigo, inclusive porque não adianta nada, pela proposta, aqui, do nosso eminente Luiz Flávio Gomes, prevermos a eutanásia, se a eutanásia vai ser regime semiaberto, necessariamente. Prevemos, pela proposta da eminente Luiza, que existe a molestação, ou o molestamento sexual, diferentemente do estupro, se vai ser necessário, se não pode ser em regime mais brando.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, mas, veja só...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Ou seja, isso ficou incompatível com todas as propostas que votamos, aqui, antes. E insisto que isto está registrado: houve o compromisso de que voltaríamos a essa questão, hoje.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não, não.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Houve o compromisso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, houve o compromisso, Juliana. Eu estava, aqui, na função que estou exercendo hoje. Nós discutimos na lesão corporal.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, na última reunião.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pode consultar. Pode consultar. Na lesão corporal, realmente isso ficou consignado. E a minha fala, então e agora, foi: a lesão corporal, embora envolva violência e grave ameaça, não é público para o regime semiaberto. Mas não houve nenhum compromisso.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Isso foi muito antes, Relator. Na última reunião, houve esse compromisso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não, Juliana. Então, eu...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Luiz Carlos Gonçalves, você estava sentado do meu lado, e fizeram esse compromisso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não, não. Isso realmente não houve.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Houve esse compromisso. Houve.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu chamo o colegiado ao seguinte detalhe: nós temos uma pauta, hoje, intensa. Hoje, é a nossa última reunião deliberativa. Nós temos que entregar o trabalho em duas semanas. Ao longo desse trabalho, Juliana, em muitas teses, eu fui perdedor; em muitas teses que me são caríssimas eu fui perdedor. E, em muitas teses, eu fui vencedor. Se formos rediscutir o trabalho já passado, não vamos entregar relatório algum. Então, a nossa pauta, hoje, é o roubo. Então, no roubo, dentro desse contexto...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Desculpa, eu vou insistir: essa questão é essencial; ela macula o projeto inteiro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não é possível. Não.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Pelo menos, que se coloque em votação, Relator, já que houve esse compromisso, sim, se vamos votar...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não, não houve compromisso.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Houve.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não houve.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Houve esse compromisso na última reunião de que esse tema seria colocado em pauta, assim como a questão do feminicídio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Essa é uma questão importante, mas é o seguinte...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – De questões que estavam... A Salise e várias pessoas foram testemunhas disso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se vamos rediscutir qualquer assunto já deliberado, primeiro, nós teríamos que chamar todo mundo e dizer isso. Muitas pessoas não estão, aqui, cientes de que o texto aprovado é o texto aprovado, Juliana. Não dá para voltar para trás. Não dá!

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não. No mínimo, isso tem que ser colocado em votação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, temos que nos contentar com as nossas vitórias e com as nossas derrotas. Então é um erro que queria corrigir.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Eu peço a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Em vários trechos, aqui, eu perdi em assuntos muito caros, e nem por isso estou querendo rediscuti-los agora.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Eu peço a palavra. Eu peço a palavra, Sr. Relator.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Sr. Dr. Lins.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Eu acho que, enfim, eu também tenho a sensação de que esse assunto tinha ficado em aberto para ser rediscutido.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não ficou.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Então, é uma questão complicada, porque, há pouco, nós falamos, e perguntei se era possível olharmos o projeto como um todo e achar que havia alguma coisa a ser revista. E aí foi dito que sim. Isso surgiu agora. Então, não, não, é axioma, é cláusula que não se discute mais. Então, não vamos... Então, não é verdade que esse texto que o Relator vai apresentar será passível de alguma mudança.

Eu acho que essa questão é vital, ela compromete o projeto, porque ela vai ao coração da justiça criminal do dia a dia.

Então, eu acho que temos que decidir isso, porque não adianta ficar dizendo se foi ou não foi. Ou votamos ou convocamos o Presidente da Comissão para que ele decida.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Técio, matérias já deliberadas não podem ser revistas. O espaço que temos é de superar incongruências, inconsistências. Agora, por exemplo, no meu modo de ver, a solução que demos aos crimes contra a ordem tributária compromete todo o sistema, deslegitima o Direito Penal inteiro. Mas houve uma discussão, formou-se uma maioria e pronto.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Um dos próprios componentes diz que não tinha enxergado. Quando eu conversei, por exemplo, com o Dr. Marcelo André, ele mesmo disse que não tinha enxergado que havia esse alcance nessa norma. Nem estou... Esqueçam o roubo, se o problema, aqui, é não mexer no tabu de roubo. Estão transformando eutanásia, molestamento sexual, tudo isso em crime hediondo. Não vai poder mais haver, praticamente, individualização de regime.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Por quê?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Porque não pode aplicar regime aberto.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Eu preciso falar.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Sim, mas não é hediondo. Hediondo é fechado.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Qual que é a diferença?

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Douto Relator!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Olha só, Juliana, o regime aberto...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Neste País, onde não há regime semiaberto, as pessoas estão em regime fechado. Então, isso é transformar em crime hediondo todos esses crimes.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O regime aberto, tal qual aprovado aqui...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Setenta por cento da população que deveria estar em regime semiaberto, está em fechado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, Juliana. Essa discussão já houve.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não houve. Houve o compromisso de que seria...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, o fato é o seguinte: você não estava na reunião que discutiu isso.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu peço para colocar em votação.

Mas, daí, em várias outras oportunidades, eu trouxe isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você faltou à reunião. A reunião deliberou, aprovamos um projeto moderno, que amplia o regime aberto, cria a prisão domiciliar, prevê, para o regime aberto,...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Relator, isso tinha que ser colocado em votação. Inclusive, não temos a presença do Presidente, aqui, hoje.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Prevê, para o regime aberto, a prestação de serviços à comunidade, extinguiu o livramento condicional, foi uma tarde de debates e se formou uma maioria, Juliana. O fato é este: formou-se uma maioria.

Então, a sua opinião não foi a consagrada, como em outras situações não foi a minha, não foi a do Muiños, não foi a da Luiza.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não se trata disso. Por favor, não mude o foco!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nós não temos espaço...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu trouxe isso várias vezes, e foi feita a promessa de que, na última reunião, isso ia ser posto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, como foi feita promessa?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, eu peço só o seguinte: que o senhor coloque isto em votação, se as pessoas querem deliberar isso aqui novamente ou não, e, se a maioria não quiser, eu me rendo. Mesmo porque, hoje, aqui, estamos sem o Presidente, e foi na presença do Presidente que eu tive essa promessa.

Se a maioria, aqui, deste plenário... Hoje estamos sem a Presidência sendo exercida aqui, só a relatoria, mas eu peço para que seja votado e se a maioria deste plenário, aqui, que é soberano dentro da Comissão, decidir que isso já está petrificado, eu me rendo a essa decisão. Mas peço que isso seja colocado em votação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nós não podemos votar isso, sem a presença do Presidente,

porque eu estou aqui, conversei com o Ministro, essa decisão de ir para frente, avante, foi tomada. Não temos tempo, não temos oportunidade, por isso foi divulgada uma pauta. Não temos como voltar atrás, Juliana.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Sr. Relator, eu posso apenas fazer uma observação?

Nós interrompemos, aqui, a votação. Temos pouco tempo para terminar isso. Eu gostaria do seguinte: de fazermos essa votação dos crimes patrimoniais, que estão faltando, e, ao final, se necessário for, voltamos a conversar sobre a questão de se reapreciar matéria já apreciada. Que tal?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pode ser?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Pode.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Como forma de consenso?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Desde que isso seja posto em pauta.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem. Então vamos delimitar, Juliana, para não desautorizar.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Mas eu acho que vamos... Aí, fica um pouco esse jogo de enganar criança. Vamos estabelecer cada hora uma coisa? "Ah, não, depois a gente fala disso". "Olha, não deu tempo, está na hora do meu vôo". E aí dissolve se a reunião. Não. Vamos marcar uma hora para isso.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Relator, eu gostaria de me manifestar, porque isso tem a ver com proposta de que participei. Então, quero, pelo menos, me manifestar. Até porque, se essa matéria for votada de novo, não sei as consequências para esta Comissão.

Quero dizer o seguinte: eu integrei uma comissão cuja matéria discutida era regime, que nada tem a ver com isso. Regime prisional nada tem a ver com isso. Nada tem a ver. Está-se trazendo, aqui, essa questão.

Eu participei de uma subcomissão que teve a relatoria do Prof. René Dotti, e muito discutimos, Cacho, Marcelo André, eu e José Carlos Porciúncula, sobre a progressão, que era a nossa tarefa, e livramento condicional. E trouxemos uma proposta que foi aprovada, inclusive por René Ariel Dotti, faço questão de dizer isso. Trouxemos, aqui, e, aqui, sofreu uma alteração parcial por proposta do Prof. Luiz Flávio, que criou a mantença de uma fração de um sexto, e eu digo que se criou, porque tínhamos expurgado um sexto da pena para a progressão do regime.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Uma discussão enorme.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – E o Prof. Luiz Flávio sugeriu uma proposta para harmonizar. E mantivemos um terço, metade e três quintos. Uma discussão que levou a manhã e a tarde, a questão do regime prisional e progressão, com a minha ressalva sempre, não culpando juristas de 1984, mas que foi um malefício à sociedade. Malefício que foi reconhecido, mais recentemente, quando até o Prof. Luiz Flávio propôs que acabássemos com a progressão e mantivéssemos o livramento. Voltamos a discutir e entendemos que já havia sido votado. Isso está consignado.

Relator, eu não estava presente na última reunião. Então, se houve algum compromisso, não participei dele. Mas me parece e me sinto afrontado, não sei meus colegas da Subcomissão que aqui estão, de discutir, a pretexto de discutir... Espera, e há uma questão dogmática também. Respeito, respeito Juliana, respeito o Prof. Luiz Flávio, que sempre procura alternar e propor penas que vão se adequar à suspensão, à progressão. Essa é uma forma de pensar. Só que não vejo assim. A minha ótica é outra. Eu vejo que é necessário para a reprovação do crime. Qual vai ser a consequência? Se vai haver progressão ou não... E se acabássemos com a progressão?

Então eu confesso: estranho que o Presidente, que não está aqui presente, tenha assumido um compromisso em pelo menos me ouvir a esse respeito.

É apenas o que eu queria dizer.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sobre isso, a relatoria esclarece o seguinte: na discussão da lesão corporal, de fato houve esse debate. Aqui há essa reformatação da lesão, porque a lesão sempre envolve violência ou grave ameaça. Realmente ficou o seguinte: na lesão corporal, ficamos de resolver se o público da lesão corporal mereceria qual regime. Isso é o que está em ata. E eu insisto no seguinte... Até invoco aqui o querido Professor Nabor.

Quando nós fomos discutir a questão do livramento condicional, se convinha aprimorá-lo ou manter a questão dos regimes, foi o Professor Nabor que fez o seguinte repto: essa questão já foi votada. Então não podemos agora rediscutir aquilo que a Comissão anteriormente já discutiu.

Então, colegas, eu faço o seguinte repto: esse código, esse projeto que nós temos envolve perdas e ganhos de acordo com pensamentos que são razoáveis, são ideologias diversas.

A costura que nós fizemos, por exemplo, com relação a um sexto de pena demorou a manhã inteira. Então como é que na última reunião, gente, nós vamos querer rediscutir o que já foi?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Luiz Carlos, a Juliana citou o meu nome. Só uma questão para esclarecer também.

O ponto em que ela tocou não foi nem progressão por enquanto; foi só em relação a regime aberto,

regime inicial. Hoje, conforme foi aprovado, se o crime for cometido com violência ou grave ameaça, não caberá regime inicial aberto.

Agora, uma das razões de ser assim. Quero deixar bem claro. Ninguém tocou nesse assunto.

Numa pena de até quatro anos, cabe pena restritiva de direitos, preenchidos os requisitos. E um desses requisitos é não ter sido o crime praticado mediante violência ou grave ameaça.

E seria incoerente nós vedarmos uma pena restritiva de direito e permitirmos o aberto, sendo que hoje o aberto não tem mais casa de albergado. O regime aberto hoje é domiciliar com pena restritiva de direito, Juliana. Então a questão é essa, porque hoje o aberto não tem mais sistema prisional.

Creio que tenha sido por isso que se chegou a um consenso. Estou citando isso, fazendo essa colocação por harmonia do sistema. Como a gente vai dizer: não cabe pena restritiva de direito. E de repente a gente diz: mas cabe regime aberto. Regime aberto é pena restritiva de direito. Então haveria essa incoerência, Juliana.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, eu não quero nem me pronunciar sobre o mérito. Eu quero dizer o seguinte: nós estamos na última reunião deliberativa, nós não terminamos os crimes contra o patrimônio, nós não votamos a questão dos crimes hediondos, nós não votamos a questão do crime de responsabilidade do prefeito, nós nem terminamos de votar os crimes patrimoniais.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Meu amigo, nós vamos seguir...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nós vamos voltar a um debate que, por favor, durou um dia inteiro.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Ficam os embargos de Juliana...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – As opiniões ideológicas são distintas. Então eu digo o seguinte: Juliana, nós sabemos que esse projeto teve vitórias e derrotas para cada um de nós...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Relator, isso não muda...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas hoje não é a data de voltar.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não tem nada de vitórias e derrotas, nada disso em jogo. Fica aqui o meu protesto, porque eu vou, depois, ter acesso às notas, que não estão disponíveis...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeitamente.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – ...e vou poder provar para a história que houve essa promessa, que essa promessa foi descumprida *manu militari* por V. Exª aqui, pela sua interpretação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muito bem. Então eu assumo a minha responsabilidade perante a história das atas.

Vamos voltar ao roubo privilegiado? Tudo bem, gente?

Eu acho que a discussão sobre o roubo já está superada, não é?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Estou encaminhando contra. Encaminho contra a proposta.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Quem vota... É isso, Juliana? Você mantém o roubo privilegiado? Como é isso?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Vamos votar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Quem é favorável à redação do roubo privilegiado?

Quem se manifesta contrariamente?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Na verdade, eu sou a favor. Voto contra porque...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos fazer de novo, porque acho que deu empate.

Quem é favorável ao roubo privilegiado nessa redação proposta?

Dois, quatro, seis. Venceu. Então ficou o roubo privilegiado.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Já que houve uma objeção com relação à *nomen iuris*, acho que ficaria bem, em vez de privilegiado, atendendo às ponderações do eminente Muiños, que se mudasse o *nomen iuris* para roubo sem violência real.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Ou causa de redução de pena.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E eu pergunto, Juliana, se o *quantum* de redução você mantém e se você mantém também a questão da integridade psicológica que você mesma tinha aventado.

A Srª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu me curvo à maioria.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pena de um sexto a um terço? Não é isso?

A Srª JULIANA GARCIA BELLOQUE – O que a maioria quiser, Relator.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Um sexto... Você mesma tinha chegado a essa proposta, por isso estou lhe consultando.

A Srª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Respeitarei e me curvo à decisão da maioria, Relator. Ao que a maioria quiser, eu me curvo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sr. Marcelo Leonardo, o senhor mesmo tinha mencionado de um sexto a um terço...

Prof. Nabor, essa redução de um terço até à metade, depois da redução do *caput*, não é?

Um sexto a um terço...

Então, por favor, Leandro, coloque ali: um sexto a um terço.

E aí a questão da ofensa à integridade física e psicológica...

Marcelo, a Juliana tinha falado também, na sua concordância, de acrescentar ali: "ofender a integridade física e psicológica." Tudo bem?

A Srª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É completamente inidôneo o "da psicológica" não diz respeito à inidoneidade...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tira o completamente e deixa só inidôneo. Porque completamente inidôneo vai gerar crime impossível. Deixa o "inidôneo", tira o "completamente".

"Se o meu empregado for inidôneo ou ofender a integridade física e psicológica da vítima, reduz-se a pena de um sexto a um terço."

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Aí, o seguinte: tirar o advérbio foi bom... O meio for "inidôneo" – eu diria: "para ofender a integridade física..."

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Para ofender", não é?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eu diria, também: só "a integridade física", porque a psicológica... até com arma de brinquedo você é afetado, psicologicamente.

O SR. MARCELO LEONARDO – Isso nunca vai ser aplicado, é melhor tirar psicológica. Isso não tem sentido.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Professor Luiz Flávio, foi justamente o debate... Como já reduzimos a figura do *caput*, de maneira importante; então, essa causa de redução, ela seria episódica mesmo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É porque a inidonei... A integridade psicológica pode ser afetada ou não, no caso concreto. Isso não se equipara, não se identifica com a inidoneidade de ofensa. O que a gente quer evitar aqui é, em um caso de integridade psicológica consideravelmente atingida, em concreto...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Entendi...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – ...não se aplica a causa de redução...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nem dano psicológico, não é? Entendi.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas, quando a gente fala: "inidôneo", nunca haverá meio inidôneo a ofender a integridade psicológica.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Entendi. Você tem razão. Claro, você tem razão. Eu concordo com você, Juliana. Ficaria assim, se você me permite: "For inidôneo para ofender a integridade física nem causar dano psicológico acentuado na vítima." Se, de repente, o sujeito fala: "Vou botar fogo na casa, vou matar seu filho...". Cria-se um terror psicológico... E acho que não é esse o espaço da redução. "Nem causar dano psicológico relevante à vítima."

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – À vítima.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Vítima, então... Senão vai ficar confuso: "Ofender a integridade física *da vítima*?"

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "For inidôneo para ofender a integridade física da vítima nem causar-lhe dano psicológico relevante." Perfeito.

Muito bem. Voltemos aqui, então. Estamos no roubo privilegiado. Aprovado.

As causas de aumento de pena, propostas aqui pela Juliana...

Aqui acho que tem uma diferença. Juliana propõe, como causa de aumento de pena, algumas situações nas quais a minha proposta é de qualificadora. Então, na proposta da Juliana, é assim: "a pena aumenta de um terço até metade, se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma; se houver emprego de explosivo ou qualquer outro meio que cause perigo comum; se há concurso de duas ou mais pessoas; se a vítima está em serviço de transporte de valores e se a subtração for de veículo automotor." A minha proposta, gente...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não há redação quanto ao conteúdo, é mais quanto... (*Inaudível*.) de como essas causas vão operar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Exatamente. A minha proposta é a seguinte, porque é diferenciada: "A pena é de quatro a oito anos...". Isso corresponde a, mais ou menos... Na verdade, é até mais branda esta minha proposta aqui do que a sua. A sua é mais severa, porque o aumento de metade de uma pena de seis anos vai a nove. Não é isso? E a minha proposta é de quatro a oito.

Então, qual é minha proposta? Olha só – ela distingue: "A pena é de quatro a oito anos se: a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca ou de fogo; se o agente se utiliza de arma de brinquedo [vamos fazer a discussão]; e se a subtração for de veículo automotor".

Estou querendo chamar a atenção para o seguinte: quando se tratar de arma propriamente dita ou veículo automotor, a sua proposta é mais severa que a minha. Sem entrar na discussão de arma branca ou arma de brinquedo. Nessas duas figuras, a pena que você está propondo vai quatro anos e meio a nove. E a minha, vai de quatro a oito.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu não me oponho, Relator, a transformar essa causa de au-

mento em qualificadora nesses termos e ainda com uma qualificadora mais severa quando há restrição da liberdade.

Ao que me oponho...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É, e vem aí a última proposta.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Oponho-me, em relação à sua, a de que o concurso de duas ou mais pessoas estar fora, porque isso gera aumento de penas em cascata. Isso gera o qualificado sobre o qual ainda vai incidir uma causa de aumento. O que vai significar uma pena muito severa.

Então, desde que a gente condense o concurso de duas ou mais pessoas também na hipótese de qualificadoras, porque deixá-lo para fora significa dupla incidência de majorante.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Entendi.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – E daí trazer para o qualificado. E aí a gente discute o que a gente acha o que deve ser mais severamente qualificado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É porque a minha proposta é a seguinte: eu separo uma primeira figura de qualificação que inclui violência com arma de fogo, eu coloco arma de brinquedo e subtração de veículo automotor.

E eu prevejo uma figura seguinte de qualificadora, que aí a pena é de cinco a dez, mais próxima dessa que você está propondo. Se houver emprego de explosivo ou qualquer outro meio que cause perigo comum e se o agente conduz a vítima contra a sua vontade ou a obriga a ir para qualquer local ou nele permanecer.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu só mudei um pouco a redação.

Leandro, por favor, fica no que está aí mesmo, que é mais fácil de a gente mudar.

Vamos por partes.

Vamos transformar isso em roubo qualificado, daí a pena de quatro a...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A oito, na primeira figura.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, 'se', não é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E há concordância, Juliana, por exemplo...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Espera aí. De quatro a oito anos...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Coloca-se: a pena de quatro a oito anos, 'se'...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – 'Se'.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pena de quatro a oito anos, 'se'...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – 'Se'. E aí vamos ver no que temos concordância ou não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – De quatro a oito anos, 'se'.

Perfeito.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Se há violência ou grave ameaça exercida com emprego de arma, até colocar a branca ou a de fogo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Até aqui há concordância.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu deixaria do jeito como está, e a jurisprudência vai poder dizer se arma de brinquedo entra aqui ou se não entra.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Uma observação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ao invés da gente brigar pela arma de brinquedo...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eu acho que, Luiz Carlos, definitivamente, a Súmula 173 morreu já há oito anos. Por que restabelecer este tema? Arma de brinquedo outra vez? Eu concordo que seja roubo qualificado. Concordo com a sua proposta. Porém, definitivamente, deixe a arma de brinquedo para o *caput*. Expressamente eu diria: emprego de arma com potencialidade ofensiva. Não importa se é branca, se é fogo, se é...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu também acho.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Professor, vamos deixar a arma, e vamos deixar a doutrina e a jurisprudência se divertirem um pouco.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Mas para que manter um debate que já está praticamente resolvido hoje na jurisprudência? Para que restabelecer? Vai restabelecer um debate que já está morto. E vamos distinguir as coisas. Arma de brinquedo é *caput*. Aqui não pode ser arma de brinquedo nunca.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Especialmente, professor, porque a gente reduziu gravemente a pena do *caput*.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Isto, porque lá é brinquedo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas, professor, a arma de brinquedo... E aqui faço novamente um depoimento pessoal: fui assaltado por uma arma que achei que era de brinquedo. Mas eu não quis submeter à prova. Eu não quis perguntar ao ladrão se era de brinquedo, porque, de repente, ele resolvia demonstrar.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Claro. E se você pensa que é de brinquedo...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Eu quero falar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O dano psicológico... O dano físico realmente não é o mesmo. Então, entendo que a pena tem que ser distinta.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Peço a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas o dano psicológico é extraordinário.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Quero falar sobre isso.

Sr. Relator, quero só dar uma palavrinha. Eu entendo que tudo bem, eu estou de acordo, arma de brinquedo, enfim, pode causar todos esses danos psicológicos que o próprio Relator já sofreu quando assaltado com arma de brinquedo, mas há uma questão aqui na qualificação que não tem a ver com a aparência, nem com o dano à vítima, tem a ver com a potencialidade. Toda a doutrina, e está lá no Hungria, quando se iniciou essa discussão da arma de brinquedo, é que arma de brinquedo não pode causar nenhuma lesão. Ela não vai resultar para a qualificação...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – É para aumentar a pena. O problema é esse. Não configurar o roubo.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Não é se ela será capaz de dar à ação a definição de roubo. Não é isso. Isso já está definido no *caput*, como disse o Sr. Luiz Flávio Gomes. A questão é que estamos agravando, se a arma é de brinquedo ou não. Se a arma é de brinquedo, não tem por que agravar, porque ela não pode causar um prejuízo, não pode tirar a vida, enfim. Pode-se dizer: Ah, pode ter um infarto. Podemos elucubrar, mas não é da vida. Da vida é isto: a arma de brinquedo não causa estrago.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Técio, eu registro a minha opinião em sentido diverso...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Deixe-me defender a tese contrária. É lógico que sei muito bem das discussões desde a época da criação da Súmula nº 174 até a sua revogação pelo STJ, mas só que vou deixar bem clara a situação. Se não existisse causa nenhuma de aumento no roubo, e o roubo fosse empregado: roubo I, com emprego de arma de fogo com potencial lesivo, roubo II, com emprego de arma de brinquedo, e roubo III, só com grave ameaça, sem utilização de um instrumento desse. É claro que os três casos, se não tivesse uma causa de aumento... O roubo I, o juiz, no momento das circunstâncias judiciais, deveria considerar de uma maneira mais grave para a arma ter potencialidade lesiva; o roubo II, um pouco menos grave; e o roubo III, citado aqui, menos ainda, porque, vamos imaginar, foi só uma grave ameaça verbal "vou te dar um soco na cara".

Então, tem que ser considerado na pena, sim. Isso, a meu ver, faz parte do processo dosimétrico da pena. Agora, acho que nunca poderia ser considerado com a mesma dosagem o roubo com arma ofensivo e o roubo com arma de brinquedo. A mesma dosagem é desproporcional, um terço. Isso é desproporcional. Agora, não seria absurdo criarmos qualificadores diferentes. Por exemplo, roubo com arma de brinquedo, qualificadora de 4 a 8 anos; roubo com arma com potencial lesivo, de 6 a 10 anos. Aí não seria desproporcional. Desproporcional é tratar situações diferentes da mesma maneira. Não podemos desprezar que o poder de intimidação, a grave ameaça é muito mais grave, quando se tem uma arma de brinquedo. Acho que da mesma forma não podemos tratar, mas defender que é a mesma situação não é. Então, temos de deixar isso bem claro. Quem sabe, se criarmos duas qualificadoras, uma com qualificadora...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você faria uma proposta de uma causa de aumento de pena, se houvesse arma de brinquedo?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Acho que poderiam ser diversos. Se quiser deixar de 4 a 6 anos, que é a pena que já tem hoje.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – As ponderações do Marcelo estão OK. O juiz está aí mesmo para fazer isso. Como o *caput* vai de 3 a 6 anos, acho razoável, ponderado. Eu, quando juiz, fazia isto, eu distinguia quando tinha uma ameaça mais profunda. A arma de brinquedo já está lá no *caput*, de 3 a 6 anos. O juiz faz essa ponderação no caso concreto. E arma efetiva, real, de 4 a 8 anos. Acho justíssima, correta essa ponderação. Também no art. 13, admitimos que não há crime sem ofensividade. Se um dos princípios essenciais do Código, do sistema, é a ofensa concreta a um bem jurídico, aqui, com arma de brinquedo, estamos agravando uma pena sem essa potencialidade presente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Prof. Luiz Flávio, mas dissentindo do senhor, o roubo é um crime complexo, é patrimonial, envolve a violência física e a violência psicológica. E a arma de brinquedo ofende a vítima. É uma questão gravíssima. O sujeito aponta uma arma para você, ainda mais hoje, porque elas são iguais quando se olha. Então, há uma ofensa, não veria ofensa à culpabilidade, mas há uma ofensa à vítima.

Eu pergunto o seguinte: Como aprovamos uma causa de diminuição, e se sinalizássemos para o juiz, a pena será aumentada de um sexto a um terço, se houver emprego de simulacro de arma de fogo?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A ideia vai ser concurso de duas ou mais pessoas mais simulacro de arma de fogo. Sei, porque é da minha realidade. Sempre tem roubo com concurso de...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu adiro...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então nós estamos tratando pior o que é com arma de brinquedo do que o que é com emprego de arma, porque já tem a súmula do STJ que diz que não é o número das qualificadoras que vai ensejar o aumento,

mas como colocamos em parágrafos distintos, o juiz é obrigado a fazer o duplo aumento. E daí será mais grave, na prática, praticar com simulacro de arma do que com arma real.

A SRª LUÍZA NAGIB ELUF – Mas então deixemos assim...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Temos que buscar uma outra solução.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu ia aderir à sua proposta...

A SRª LUÍZA NAGIB ELUF – Deixemos como está.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu ia aderir à sua proposta, Juliana, de colocar o concurso de pessoas aqui.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – De manter como está. Mas como o concurso de pessoas é qualificado e o roubo vai estar...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A pena do roubo simples será aumentada em um sexto se houver emprego de arma de brinquedo ou simulacro.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Relator, vamos deixar assim como está. Acho que está bom. "Violência ou grave ameaça exercida com emprego de arma". Ponto. Chega. Senão, nós vamos até depois de amanhã.

O SR. MARCELO LEONARDO – A proposta da Juliana é a que está ali, que é a que a Drª Luíza também está concordando.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Agora, o explosivo é que está...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu queria propor um aumentozinho de pena no simulacro.

O SR. MARCELO LEONARDO – Excluir da sua proposta... Arma de brinquedo... *(Inaudível.)*

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Ô, Luiz, a questão do explosivo...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Explosivo, na minha proposta, é uma qualificadora mais grave.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Sim, mas lá no furto, ele está mais alto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom, gente. Vamos avançar, então. É que, na minha proposta, Emanuel, há uma outra qualificadora, seguinte, que vai envolver a questão do explosivo. Está bom?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A gente pode mudar o explosivo para o parágrafo...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos deixar arma de brinquedo para lá. A pena é de quatro a oito anos se há violência ou grave ameaça exercida com emprego de arma. Tudo bem? Se houver emprego de explosivo, Juliana, passa para uma outra qualificadora, que é mais grave.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – No § 4º.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Fica sendo o § 4º.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Junto com cinco a dez anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso. Isso.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – No furto, está a mesma coisa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Posso até consultar, mas acho que não. Lá é dois a oito.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Dois a oito.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu vou consultar, mas eu acho que é dois a oito.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Imagina se está cinco a dez. Absurdo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A questão da subtração de veículo automotor tem duas questões: a primeira, se ela tem de ficar em qual das figuras qualificadas. Depois, tem uma questão de redação aí que é importante. Era para trazer para a figura qualificadora mais grave. Era cinco a dez.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Relator, eu tenho...

(Discussões paralelas.)

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eu queria encaminhar bem, agora, Luiz Carlos. Acho razoável e proporcional, mas eu não acho que veículo automotor seja tão endeusado. Caramba! Há coisas muito mais valiosas, bens, objetos. Essa força terrível das indústrias automobilísticas, talvez, que estão por detrás.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Professor, eu acho que a questão que não é...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Companhias de seguro, talvez.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas não é isso. É porque há máfias organizadas que vão levar esse veículo para países fronteiriços. É por isso que há necessidade de uma repressão diferenciada. Sem falar que o veículo vale muito. Não dá para presumir que todo mundo faça seguro, professor.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas a gente já fez essa discussão, Relator, em relação ao furto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu vou pegar as penas que aprovamos para o furto. Espera aí. Só um segundinho.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Relator, eu gostaria de falar, depois.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Só vou pegar a pena do furto aqui.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Não. Eu vou esperar o Relator.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu trouxe a mesma redação sobre a subtração de veículo automotor que nós criamos para o furto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. É um pouquinho diferente a redação.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Como é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – For de veículo automotor, com a finalidade de transportá-lo. Aí é: for de veículo que venha a ser transportado. É impossível. Isso jamais acontece. Ó, gente, espera aí. Está aqui o texto. A gente aprovou...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu até coloquei entre parêntese, em vermelho mesmo, a redação do furto, que era para trazer aquela lá. Se não é assim, traga.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Trago. Só uma explicação. A gente aprovou para o furto qualificado a pena de dois a oito anos, se for de veículo automotor. E, no caso de explosivo, quatro a dez anos. Então, aí teria de ser diferente mesmo. Tudo bem? Ficaria assim no inciso IV, Leandro: se a subtração for de veículo automotor, com a finalidade de transportá-lo para outro Estado ou para o exterior.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas, Relator, por quê?

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Relator, qual é a razão disso?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Compatibilizar com o furto, que nós já aprovamos, Técio.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Mas estou achando completamente isso uma coisa completamente estapafúrdia.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sabe que acho uma bobagem...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas nós aprovamos no furto, Técio.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Aprovamos errado. Acho que é mais uma oportunidade... Se nós erramos, vamos reconhecer o erro, vamos corrigir.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Técio, vamos tentar avançar...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Ainda é tempo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos tentar manter penas compatíveis, não é? No furto, a gente aprovou assim: furto qualificado, dois a oito anos...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Só não dá para voltar atrás é a morte, meu caro. Tudo dá para voltar atrás.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se a subtração for de veículo automotor, com a finalidade de transportá-lo para outro Estado ou para o exterior. Foi o texto que nós já aprovamos.

Então, no roubo – quatro a oito –, ficaria a mesma pena máxima do furto. Para manter coerência com o que aprovamos quanto ao furto, aí é subtração, professor Marcelo Leonardo, teria de vir para o inciso seguinte.

Então, Leandro, tira ali o quatro e muda para 3 no § 4º.

Vocês estão entendendo?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu não estou entendendo ainda.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, nós aprovamos o furto qualificado se for de veículo automotor com a finalidade de transportá-lo para outro Estado ou para o exterior. Pena: 2 a 8 anos.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Dois, aqui está quatro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, só que a pena máxima é a mesma.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim, mas só pena máxima.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não pode ser, Juliana. Temos de buscar proporcionalidade. Aí não é proporcional, teria de vir aqui para o outro. Entendeu?

Da mesma maneira, gente, furto com uso de explosivo. Se houver emprego de explosivo ou outro meio que cause perigo comum, a pena será de 4 a 10 anos.

Então, aqui teria, no mínimo, de vir para o § 4º ou até outro.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, já veio para o § 4º. Espera aí, vamos por parte.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Entendeu professor?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eu entendi.

Uma observação: pelo que está aí, ficaríamos com dois roubos qualificados. Isso é totalmente, digamos, atécnico. Eu proporia o seguinte...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aumento de pena?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – É. No § 4º, faça uma proporção aí, digamos, de um terço. Aumenta-se a pena em um terço...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeito. Está razoável.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Relator, eu gostaria de...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – No parágrafo anterior.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aumenta-se a pena de um terço até metade.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eu diria só um terço, porque um terço de quatro vai para cinco e quatro. Um terço de oito já vai para dez e quatro.

Antes, tínhamos falado em cinco a dez.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeito, professor. É só para não dar aquele número único, mas dar uma margem para o juiz.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – De um terço a um sexto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeito. Está bom. Tudo bem, gente?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Espera aí. Aumenta-se a pena...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu gostaria de me manifestar, Relator.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Muiños. Eu acho que um terço aí ficaria pouco, professor.

O SR. MARCELO ANDRÉ AZEVEDO – Mas é preciso deixar bem claro que esse aumento tem que ter como patamar a pena de quatro a oito.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – São figuras graves, gente. Professor, aí teria de ser mesmo de um terço até metade, para que fique proporcional. Senão, correríamos o risco do roubo qualificado, o roubo, com o aumento de pena, ter a pena menor que o furto. Um terço até metade, porque são figuras graves, realmente.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É, um terço até metade.

O SR. MARCELO ANDRÉ AZEVEDO – Não, só vou ressaltar uma questão importante, gente.

Olha só, essa pena do § 3º é para ser mais grave, se for aplicar no patamar a pena do *caput* do § 1º, não vai resolver. E é isso que a gente quer.

Então, temos de ter cuidado nessa redação.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – A metade vai para 12 anos. É isso?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É isso mesmo.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Eu acho um exagero. É pena de homicídio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Técio, nós aprovamos quatro a dez anos para o furto. Como a pena do roubo vai ser menor? É questão de lógica.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Não é a pena, mas esse aumento.

A SRª LUÍZA NAGIB ELUF – Não é pena de homicídio. De homicídio é até 30 anos. Homicídio é 30, se é para comparar à pena máxima.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Se está errado, muda lá. Não é por que aprovamos erradamente que temos que agora errar sempre. Eu tenho a humildade de reconhecer que...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aprovamos. Foi uma negociação demorada. Chegamos a essa formulação cuidadosa. Agora, ela é o nosso ponto de partida.

Então, para que seja proporcional Professor Luiz Flávio, realmente, teria de ser de um terço até a metade.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Agora, volto a dizer. Do jeito que está aqui, com essa redação, só vai existir o § 4º se existir o § 3º. Está lá: a pena é a mesma do parágrafo anterior. Ou seja, pressupõe-se que haja a hipótese do parágrafo anterior, para então... Aí está errado também.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aumenta-se a pena dos crimes desse artigo, não é só do parágrafo. Está certo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Falar desse artigo pode-se pegar do *caput*. Não seria o caso. Não é isso que queremos aqui. Entendeu?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Como ficaria então?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Aplica-se a pena. Não precisa dizer do quê.

O SR.LUIZ FLÁVIO GOMES – Não, aí não. Não tem como.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Esperem.

O professor Luiz Flávio fez uma observação razoável. Duas qualificadoras levam à dificuldade na aplicação de pena.

Então, o que estamos entendendo? Essas figuras do § 4º são aquelas mais graves mesmo do roubo. Dentro de um contexto que vai da pena de roubo de três anos a seis, essas são as figuras de maior gravidade. E eu lembro que mesmo nessas figuras de maior gravidade são menores do que as atuais. São menores, estamos reduzindo pena.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nós estamos, Juliana.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Nesse § 4º, não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A pena hoje básica do roubo é quatro a dez.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim, mas nesse § 4º a gente vai partir de seis anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A doze.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim, seis anos são hoje mais do que hoje o roubo agravado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas quatro a dez era a figura básica do roubo sem as causas de aumento.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim, com causas de aumento, cinco e quatro, clássico. Clássica sentença: cinco e quatro.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Pega a média...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Aqui, muito embora...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aumenta-se a pena...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Luiz Carlos, na realidade é o seguinte: ou se coloca o parágrafo 3º como causa de aumento ou se mantém as duas qualificadoras. Eu entendo. O que o Luiz Flávio falou que é atécnico, na realidade não seria bem atécnico porque já temos isso no furto hoje. O furto, no art. 155, § 5º, já tem isso. Aquela qualificadora do transporte de veículo para outro Estado é de três a oito. Porque na realidade...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A gente já fez isso com a lesão também.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – ...se incidir a segunda qualificadora, as demais que por ventura houver vão ser consideradas ou como circunstâncias judiciais ou como atenuantes. Eu não vejo esse problema.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Marcelo, vamos deixar assim: aumenta-se a pena do parágrafo anterior. Por quê?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não, Luiz Carlos, mas você vai presumir, se deixar assim, pressupõe que esse aumento de pena só vai ocorrer se houver alguma das hipóteses, e não é isso que a gente quer.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas é isso mesmo, por que, Marcelo? Quais são as duas questões em que a gente quer aumentar a pena? O emprego de arma e o concurso, OK? Então, nesses casos aqui, aumenta-se a pena; nestes casos: se houver concurso de agentes e emprego de arma. Se não, é roubo simples.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não, mas olhe: "se mantiver a vítima em seu poder restringindo sua liberdade".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ele vai fazer isso sozinho sem arma e sem concurso? Ninguém vai fazer isso sem arma e sem concurso.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É verdade. Isso não dá para fazer na figura do *caput*.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu acho que a figura do *caput*... Aumenta-se a pena do parágrafo anterior de um sexto a um terço. Está razoável, Marcelo.

O roubo comum qual é? Arma de fogo e concurso. Nós estamos abrangendo essas duas figuras de maior gravidade nos parágrafos 3º e 4º. Está ótimo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Está.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Eu discordo, mas...

Eu sou favorável a manter uma outra qualificadora.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso, parágrafo anterior. Está certinho.

Não, ficou bom, Marcelo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Tudo bem. Para vocês, ficou. Eu discordo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – E ficou de um sexto a um terço.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Ou seja, hoje nós vamos ter aí um roubo, a pena mínima é um quarto, não é? Hoje nós vamos ter a hipótese, que é para ser a maior qualificadora, tirando as hipóteses de lesão grave ou morte, vamos ter uma pena de quatro anos e... Seria o quê? Quatro anos e...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, mas aí se aumenta a pena do parágrafo anterior, gente, de um terço até a metade.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Vai ser quatro anos e dois meses, essa vai ser a pena hoje de um roubo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ali é um terço até a metade.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Estamos de parabéns com essa pena! Estamos de parabéns com essa pena, é a resposta que nós queremos dar para o roubo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então coloca isso em votação, por favor!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, eu estou evitando...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Votação é uma coisa boa, não é de se evitar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu sei que votação é uma coisa boa, Juliana, mas nós estamos construindo, a partir da observação do Prof. Flávio. A gente não votou, a gente construiu um espaço comum. Então, ali, Prof. Luiz Flávio, para que fique proporcional com a pena do furto, que nós já aprovamos, o aumento tem de ser de um terço até a metade.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Daí vai ser maior do que cinco a dez anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vai ser maior que o furto, Juliana.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Vai ser maior do que cinco a dez anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A pena do furto que nós já aprovamos é quatro a dez, gente. Essa pena aqui, que só vai aumentar no parágrafo, tem que aumentar proporcionalmente.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas só para o explosivo. A subtração começa de veículo automotor, que eu acho que é o mais absurdo disso aí. Os outros eu vejo uma gravidade, nessa da subtração eu não vejo essa gravidade toda. Por isso talvez

ela atrapalhe o consenso, porque a gente fica tratando de situações que não são de fato idênticas, e daí um quer puxar para um lado, outro para o outro. Se fosse só com emprego de explosivo, manter a vítima em seu poder, eu aceito de um terço até a metade, só que daí essa subtração de veículo automotor fica me incomodando Relator! Esse é o problema.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem. Então vamos fazer o seguinte...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – O que acontece é que bens jurídicos sumamente relevantes, como é a vida...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então põe, põe a pena das... Mas eu insisto no seguinte: vai ser incoerente com o que nós aprovamos no furto.

A SRª LUÍZA NAGIB ELUF – Olhe, mas veja que o veículo automotor é só se for com a finalidade de transportar para o exterior ou para outro Estado.

Aí é caso de quadrilha. Aí é quadrilha.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, é com concurso de agentes, é com arma de fogo e veículo, que é coisa de valor. É razoável a pena ser maior.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, mas eu não aceito essa história de veículo ser coisa de alto valor, gente.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Relator...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Foi a discussão que a gente teve de que às vezes o radinho de pilha do sujeito que está lá na periferia vale mais do que um Mercedes-Benz aí.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, mas aí não é possível.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não é por aí. Não é questão de valor.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque a gente aprovou um conceito de furto de pequeno valor a gente vai dizer que veículo é de pequeno valor?

A SRª LUÍZA NAGIB ELUF – Mas não é por isso, é porque...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A questão não é do valor do veículo!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, veículo começa com R$20 mil...

A SRª LUÍZA NAGIB ELUF – É por causa da formação de quadrilha ali, não é Luiz Carlos?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro!

A SRª LUÍZA NAGIB ELUF – Porque, ali, nós temos um monte de gente envolvida para poder transportar o veículo, mandar para outro lugar; enfim, é um crime sofisticado.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Douto Relator...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Professor Luiz Flávio, deixe-me explicar para o senhor, porque foi a sua proposta que nos levou a esse estudo aqui.

Nós aprovamos a pena do furto qualificado em dois a oito anos e nós acabamos de aprovar...

Por favor, Leandro, volta ali ao § 3º. (*Pausa.*)

Nós aprovamos a pena de quatro a oito. Assim, ficam idênticas a do roubo e a do furto. É por isso que, mandando aumentar a pena do parágrafo, teria que ser até a metade.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Luiz Carlos...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – (...) aqui não há problema. A observação da Juliana está correta. Quando mantém a vítima em seu poder, envolve bens jurídicos muito relevantes. Um explosivo pode matar pessoas ali por perto...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – É muito relevante. O carro? Ah, o carro... Entraram nos Jardins ontem – você viu? – e levaram meio milhão de uma vítima.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Entendi, professor, mas aí é furto.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não, não; ontem foi roubo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Agora, qual é a proposta do senhor para a gente compatibilizar a pena do furto? Hoje, a pena pelo furto de veículo automotor é de dois a oito.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, para não fazermos um texto desproporcional, punindo menos severamente o roubo do que o furto, qual é a proposta do senhor, Professor Luiz Flávio?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Bom; primeiro...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Coloca-se o furto de dois a seis. Pronto!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas o furto a gente já votou, Juliana!

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim; mas essas coisas pétreas... Parece construção... Não!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas a gente já votou, Juliana! Por favor, gente!

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não existe isso!

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Relator, deixe-me fazer uma observação à douta colega Juliana e aos doutos colegas da Comissão.

Juliana, eu até admiro a sua... Eu gosto disso, do caráter incisivo, contundente – é de coração –, mas veja bem: quando o Relator agora fala que foi votado de dois a oito anos, lembro que eu mesmo me insurgi. Nós discutimos. Há pessoas que participaram da votação

e que não estão aqui. Eu não gostaria de, amanhã... Lembro até quando o Professor Luiz Flávio trouxe a proposta de acabarmos com a progressão e eu disse que gostaria de acabar com a progressão, mas já havia sido votado e colegas que votaram já não estavam presentes. E ele mesmo conduziu no sentido de que, se já havia sido votado, nós não poderíamos fazer isso. Nem me lembro se de dois a oito anos, mas, agora, se vamos rediscutir a pena lá... Não foi de dois a oito anos por acaso – e só quero colocar isso. Chegou-se à pena de dois a oito anos após uma longa discussão.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Perfeito...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Se, agora, formos reduzir para seis, eu vou dizer: "Então, agora, quero rediscutir o homicídio em seis anos".

Desculpe-me, mas eu não consigo...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Está bom, Desembargador. Em respeito a isso, em respeito ao que o senhor está colocando, vamos votar o cinco a dez, porque parece que se vai chegar a um consenso sobre isso aqui. De cinco a dez está proporcional com a de dois a oito; ainda está bem maior, e a gente não entra nessa polêmica de ter de elevar ainda mais...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Como é que seria a matemática aqui? Qual seria a fração?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A proposta inicial era de cinco a dez.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Que fração de aumento para dar cinco a dez? A gente fecha nisso.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Luiz Carlos, e se nós chamássemos de "roubo especialmente qualificado" e, aí, colocássemos a pena de cinco a dez?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Porque nós já fizemos isso com lesão corporal, com furto...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Um terço de quatro anos quando dá? Vamos fazer a conta aqui.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Um ano e meio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Um sexto de quatro anos quanto dá?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Um sexto de quatro anos?

O SR. MARCELO ANDRÉ AZEVEDO – Oito meses.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Oito meses.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Esse é o problema: teria que ser pelo menos um ano; teria que chegar. Por isso que estou propondo, professor, de um terço até a metade. Fica proporcional com o que nós aprovamos no furto.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Volta com cinco a dez anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sim, mas aí, professor, teríamos de criar uma figura qualificada para isso?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não; é o seguinte. Tem que dar um *nomen iuris* coerente. Se o anterior já é qualificado, teria que ser alguma coisa como "roubo especialmente qualificado", "roubo qualificado agravado"...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se ficasse assim, professor: "a pena será aumentada de um quarto a um terço"? Contempla? Nem um sexto a um terço, nem um terço à metade.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Sim, de um quarto a um terço.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem? Fica proporcional...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Fica proporcional.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E corresponde à pena que eu havia proposto aqui. Aí, a pena, nesses casos, Marcelo, será de cinco a onze anos...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Será de 10.4.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom.

O SR. MARCELO ANDRÉ AZEVEDO – Mas aí tem a questão de um quarto a um terço... Ou seja, ela vai variar de 25% a 33%.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem, Marcelo, mas fica proporcional. Fica a escadinha...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Fica proporcional ao furto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu estou preocupado, gente, em não aprovarmos uma coisa...

O SR. MARCELO ANDRÉ AZEVEDO – Eu nunca vi uma causa de aumento de 25% a 33%!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas vamos inovar...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Nunca vi uma cláusula de aumento de 25 a 33.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas vamos inovar.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Ah, não, gente, isso dá até vergonha, sinceramente. De 25% a 33%? Isso é motivo de chacota.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não é, gente, não é.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Aumento de 25% a 33%. O juiz deve ver aí, na dosagem da pena, a circunstância judicial.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Marcelo, mas a diferença, que parece tão pequena, vai representar um ano de pena a mais. Essa diferença, que percentualmente parece boba, na prática, leva a um ano de pena.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Nos presídios brasileiros, um ano a mais, é ano!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Veja se isso coincide com a proposta, de cinco a dez. Fica parecido com de 1/4 a 1/3. Tudo bem?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Registre meu entendimento.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Só um esclarecimento ao meu irmão Muiños: a Comissão está completa. Você já disse duas vezes: "está faltando gente que votou e não está aqui." Só não está o Ministro Dipp.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos avançar?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Foi boa a observação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos avançar.

Muito bem, então acho que fechamos o roubo. É isso?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Vamos ver o restante, lesão corporal grave.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A Juliana propõe ali... Há uma diferença no latrocínio, não é?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Reduzi aqui a pena na esperança de que houvesse proporcionalidade, mas já imagino que vou perder.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, realmente, latrocínio não dá.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, mantenho a proporcionalidade, já está muito acima de homicídio qualificado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Latrocínio, não, gente, aí não dá. Pelo amor de Deus! Estamos no § 5º°.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – De sete a doze, se gera lesão grave, e, de dezesseis a trinta, se gera morte. Essa era a minha proposta, para trazer alguma proporcionalidade. Homicídio qualificado começa com doze anos, doze a trinta.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A minha proposta é um pouco diferente: oito a doze na lesão grave, vinte a trinta na morte.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Está até aumentando na lesão grave.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É. A minha proposta é de oito a doze na lesão grave.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A atual é de sete a quinze.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É, a minha é de oito a doze e, se resultar morte, de vinte a trinta.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Aqui pode decorrer inclusive de crime contra idoso.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Faço uma contraproposta, que até anotei aqui: a relatoria contrapôs oito a doze, anotei que atualmente é de sete a quinze. Acho que, para manter a proporcionalidade, teria que ser de oito a dezesseis.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É verdade. Tem a lesão. Preocupa-me o seguinte: as lesões que nós aprovamos... A pena não pode ser menor, não é?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Aí é como o Marcelo falou, chamou a atenção, ou seja, há uma proporcionalidade.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Essa pena aqui teria que ser a do roubo e a da lesão.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Hoje é de sete a quinze, eu colocaria oito a dezesseis.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vou aderir à observação do Muiños.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A lesão grave poder ser aquela que gera incapacidade acho que para três semanas. Foi o que colocamos agora. Se não querem fazer essa discussão, vamos manter as penas atuais e acabou.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Esse tema é tabu, é um negócio louco.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Já informo as penas atuais.

Sete a quinze. Qual é a outra, Marcelo? Então está bom.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Desde que fique essa redação.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Mas aí é que está: eu gostaria de fazer um destaque de redação.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Aceito.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Até entendi a preocupação da Juliana, para que só se qualifique se, em razão do roubo, ocorrer lesão corporal grave ou morte, para não chegarmos ao ponto de situações que, às vezes, vemos; ou seja, as penas incoerentemente aplicadas de latrocínio para lesão grave. Não era isso que estávamos discutindo?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É, inclusive em uma responsabilidade quase objetiva, já tive condenação de latrocínio que era o seguinte: dois rapazes foram assaltar o ônibus, e o cobrador do ônibus tinha consigo uma arma. Ele tira a arma – a arma dos rapazes era de brinquedo – de fogo, a vítima, mata o coautor. Aquele que sobreviveu foi condenado por latrocínio porque, da situação, resultou morte – a morte do coautor.

Então, seria assim: algo que o agente teria que ocasionar o resultado, e não o resultado ocasionado pelas circunstâncias.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não vejo problema nenhum na redação não.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Poderia ser, retirando as vírgulas, assim: "...para praticar o fato ou assegurar a impunidade do crime...". Não é isso que você quis dizer? Se for para praticar o fato, ou assegurar...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A vírgula é adversativa, Marcelo. Eu acho que está muito boa a redação.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Eu, particularmente, penso que poderia ficar assim: "Sem razão do fato, ocorrer lesão corporal grave..."

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas aí combina com o que ela está dizendo que é razoável.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Eu concordo com o raciocínio dela.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É a culpabilidade do agente, não é da circunstância objetiva. Eu acho que está boa esta redação.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Vamos mudar de "ocasiona" para "causa".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso. Eu acho que está boa a redação.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Relator, eu poderia fazer-lhe uma consulta? Só para evitarmos um equívoco, porque, ali, a gente colocou "lesão corporal grave". Quando falamos em "lesão corporal", parece-me que dissemos: "grave e gravíssima". Parece-me que se for "lesão gravíssima" não estaria...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Lesão corporal grave, em qualquer grau"...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Aí a gente vai ter de fazer isso em todos os artigos, porque há vários artigos que falam em lesão corporal grave.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos ter de fazer, Juliana, porque há vários artigos que falam em lesão corporal grave. Onde estiver "lesão grave" vai constar "lesão grave em qualquer grau".

Eu encaminho pela aprovação deste texto.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu aceito os sete a quinze anos atuais. Retiro a minha...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Agora, tem duas figuras que eu acho que deveriam ser de aumento de pena. Eu queria consultar aqui o Colegiado. A primeira é a vítima em situação de vulnerabilidade: idosa, menor de idade, doente, gestante ou portadora de necessidades especiais. E a segunda é o serviço de transporte de valores, circunstância conhecida do agente.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Está no § 3º.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Volta lá. Veio para cá. Está certo. E a vulnerabilidade da vítima?

Gente, aí, eu acho que a gravidade é maior. Vocês não acham?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Relator, está-se retirando a sua proposta de causa de aumento no horário do repouso noturno? A está retirando, por acaso?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está-se retirando, porque o repouso noturno é típico do furto, não é?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, vou lhe dizer e aí é que está, eu até escrevi "muito bom, elogio", aqui estão a *Folha* e o *Estadão*: 43% dos roubos e latrocínios cometidos em residência e à noite. À noite, 43%. Estou aqui com os dois jornais, o *Estado de São Paulo* e a *Folha de S.Paulo*. Então, quando eu vi a sua proposta no horário do repouso noturno, eu escrevi: "muito bom".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ataca a privacidade da pessoa, gente. Ataca o lar.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu ainda acrescentaria, se me permitir – aí sou eu que proponho –, usando as pesquisas, porque 25%, os assaltos, notadamente latrocínios ocorrem em residências – está aqui –, e 26% são contra carros ou motos, se "o crime for cometido no interior de residência ou local de habitação ainda que provisória". É a minha proposta.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não precisa ser nem no repouso noturno, pode ser proposta sua que é superior.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Pode. Tem razão, tem razão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Prof. Luiz Flávio, Prof. Nabor, há uma proposta de incluir nessas cláusulas de aumento duas figuras; a primeira: se o roubo ocorrer no interior de residências; e a segunda, se o roubo tiver como vítima uma pessoa vulnerável.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Para não me mostrar intransigente, Desembargador, eu acolho...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – O juiz vai considerar. Você pode ter até dez. Segundo o 157, você pode ter três, quatro, cinco causas e o juiz aumentar de um terço. Aí é com o juiz.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu acolho que seja no interior de residência. A gente pode colocar como uma qualificadora do § 3º.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Como qualificadora?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – De fato, no interior de residência...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – "Ou local de habitação ainda que provisória", porque tem ocorrido em hotéis inclusive.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu a acato. A gente pode colocar no § 3º. Agora, do repouso noturno, eu a acho muito abrangente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Deixa o repouso noturno de fora. Está abrangido pela residência.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Mas aqui, são 43%. Não sou eu quem está falando. São os dois jornais. Quase metade dos crimes patrimoniais que chegam à violência...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Olha aqui, Muiños, essas estatísticas! Isso é jornal! Não tem a fonte disso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Cometido no interior de residência...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, por favor! Espera aí! Meu amigo...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Como dizia D'Israeli, serva infiel da ciência.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Meu queridíssimo... Permita-me, Relator!

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – No meu Estado, tem lá um camarada, na nossa cidade, o César Maia, que tudo dele é 32,4, 17... Em tudo trabalha com estatística, e todas mentirosas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, ali, tudo bem. Se o crime é cometido no interior de residência...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Douto Relator, douto Relator!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E aí há questão do vulnerável.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu sei. Douto Relator, eu só gostaria de fazer um registro ao meu queridíssimo Técio, porque houve aqui uma colocação.

Colega Técio, eu entendi a sua colocação. Realmente, podemos divergir; por exemplo, o cerebrino. Mas eu tenho caso de latrocínio em que a pessoa morreu no roubo porque era arma de brinquedo e teve um ataque cardíaco. Estou com um caso, aliás, concreto.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Quantos por cento? Vamos lá! Está na estatística aí?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muiños, Muiños, não vale a pena, Muiños.

(Falas paralelas. Inaudível.)

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Por favor, eu só quero trazer para registro o seguinte: eu citei, Colega Técio, como fonte, a *Folha de S.Paulo* e o *Estado de S. Paulo* do dia 2 de março. Eles colocam o seguinte: os números fazem parte de um estudo inédito, divulgado ontem, pelo Departamento de Homicídio e de Proteção à Pessoa, viu, Colega Técio?

Não acredito que tanto o *Estado de S. Paulo* quanto a *Folha de S.Paulo* tenham se valido de dados inverídicos ou aleatórios.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Valem-se de dados inverídicos. A gente vê a imprensa irresponsável quando se trata desse assunto.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Mas eles registram...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Querido Técio, querido Muiños, os registros das divergências estão constando da Ata.

Mas, aí, há uma questão: vale a pena colocar o vulnerável como causa de aumento de pena ou qualificadora, ou ficamos só com a agravante genérica?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Letra "h" que é agravante.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É cometido. Não precisa o "crime". Tira o "crime", Leandro.

Eu queria encaminhar pelo sentido de força e considerado roubo qualificado.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – No interior de residência ou de habitação provisória, por favor. Quando a pessoa emprega, que é o hotel, é...

(*Intervenção fora do microfone*. Inaudível.)

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Cometido no interior de residência ou habitação provisória, porque isso tem uma distinção na doutrina...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bem. Cometido no interior de residência. Tira o "crime" ali, porque o Prof. Marcelo Leonardo falou para tirar. É cometido no interior...

O SR. MARCELO LEONARDO – Se cometido.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se cometido no interior de residência ou habitação ainda que provisória.

O próximo debate é o seguinte: eu gostaria de encaminhar, para incluir aí no roubo qualificado ou no aumento de pena, o roubo praticado contra vulnerável. Menor de 18 anos, pessoa enferma, pessoa com necessidades especiais. Por quê? A agravante genérica... Uma coisa é você dizer o seguinte: "Olha, furtei isso aqui de uma pessoa com deficiência". A agravante genérica serve. Agora, roubei, quer dizer, empreguei violência ou grave ameaça contra uma pessoa com deficiência mental, uma pessoa que não consegue andar, é muita covardia. Eu acho que a pena aqui tem que ser...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – E que se utiliza disso para a prática do crime.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu encaminharia para colocar aqui, no § 3º.

O SR. MARCELO LEONARDO – Sr. Relator!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não.

O SR. MARCELO LEONARDO – Eu estou querendo encaminhar contra para observar o seguinte: se nós levarmos para especificamente uma ou outra infração essa questão da vulnerabilidade, do idoso, menor, doente, gestante ou portador de necessidades especiais, nós vamos ter que fazer referência a isso no Código inteiro. Daí por que me parece que foi mais adequada a referência à agravante genérica, que há especificamente para isso.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu entendi a argumentação. Só gostaria de contrapor que a agravante é genérica por isso. Por exemplo, nós colocamos no estupro, e você tem no homicídio. Só em alguns crimes é que a agravante deixa de ser considerada justamente pela especificidade do tipo penal, da violência. O homicídio é aquele que se vale da circunstância. Aqui, o roubo. O roubador, e até o trombadinha, se vale daquela pessoa que está com uma muleta. E há vulnerabilidade.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Há uma carga de lesividade muito maior.

Gente, vamos votar.

Há duas propostas. A minha proposta mesmo é colocar ali, no roubo qualificado do § 3º, a situação de vulnerabilidade da vítima: pessoa com deficiência, menor de 18, pessoa idosa. A proposta do Prof. Marcelo Leonardo é que essa preocupação já está contemplada pela atenuante genérica.

O SR. MARCELO LEONARDO – Agravante.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pela agravante genérica.

Então, podemos votar isso?

Marcelo, nós podemos votar isso? Sr. Luiz Flávio, todos acompanhando?

Então quem vota comigo no sentido de acrescentar ali o § 3º: "o crime praticado contra a pessoa vulnerável?"

Quem vota com o Professor Marcelo Leonardo no sentido de deixar como agravante? (*Pausa*.)

Então venceu a proposta do Professor Marcelo Leonardo.

Vamos em frente.

Com isso nós terminamos o roubo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim. Na extorsão Relator, eu só inverti a ordem dos verbos do tipo para transformar em crime material.

Então, ao invés de constranger alguém mediante violência, ameaça para fim de obter, é obter indevida vantangem econômica. Só para ter o parâmetro com o roubo que permite a tentativa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nada a opor, Juliana.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então é só isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Alguém se opõe aí na extorsão? Tudo bem?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Só um entender, por favor, só um tempinho...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Hoje o crime se consuma com constrangimento.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Hoje começa com o verbo constranger.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Como é crime patrimonial, acho que a Juliana tem razão, ele tem que se consumar com a obtenção da vantagem.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Tem que ter coerência, correto? Se o roubo é material, a extorsão...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Senão fica diferente o roubo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – As palavras são iguais, Muiños, só começa pelo constranger.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Então concordo. Bem sustentado, estou concordando.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Fora isso, gente, alguma dúvida mais com relação à extorsão?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Bom, a pena vai ser a mesma agora, porque acho que fica de seis anos.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Tudo igual a roubo.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Com o meu registro contra, mas...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Ele vai corrigir...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Extorsão mediante...

O SR. MARCELO LEONARDO – Luiz Carlos só para... A gente não está colocando em multa em lugar nenhum não? Está?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nós não estamos. Mas aí é essa questão vamos ter que resolver. A gente não resolveu isso ainda. Se a multa a cada tipo vai ter e multa, ou se vai ter uma regra genérica sobre elas.

Eu me lembro que o Professor René Ariel Dotti é que chegou a sugeri que houvesse uma cláusula geral de multa.

Sempre que o crime causar prejuízo patrimonial o juiz aplicará multa.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Lá no final, depois dos crimes patrimoniais.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso. Tudo bem?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não. Na parte geral.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Na parte geral a gente coloca isso.

Tudo bem gente? É consensual?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Deixa só eu fazer uma observação aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É consensual a questão da multa?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Já terminaram a discussão da multa.

É outro...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A questão da multa, tudo bem?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Tudo bem.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então vamos colocar na parte geral o seguinte: Que sempre que o crime tiver efeito patrimonial o juiz poderá aplicar a multa nos termos previsto nesse Código, ainda que não haja menção no preceito secundário.

Tudo bem? Vamos lá Marcelo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Uma questão é a seguinte, aqui constou agora uma mudança aqui de postura da extorsão se consumar com o resultado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É isso.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Sim. Só que aonde constou no roubo equiparado, salvo engano vamos votar aquela redação não está bem claro. Porque lá só falou assim: com a senha.

E lá não se exige o resultado. Nós temos roubo equiparado formal, mas uma figura que seria um crime formal. E aqui a gente está transformando o crime de formal para material. Então teria que alterar o 157. Particularmente sou contra. Acho que tinha que constar o crime condicional formal pelo maior desvalor da ação de extorsão em razão que a vitima pode, com o tempo, pode ficar intimidado com essa extorsão. Porque a extorsão não, necessariamente, a vantagem vai ser conseguida no momento da violência ou grave ameaça.

Vamos ver a redação: "Obriga a vítima..."

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Como é por equiparação aqui a figura do § 1º colhe os elementos típicos do *caput*. Já é assim, hoje.

Nós estamos tornando a extorsão igual ao que é o roubo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não, eu sei. Mas queria vê se está bem claro aqui. Isso aqui não estaria formal o material.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não. É material.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Senão ficaria inconsistente com o que a gente está trocando.

O SR LUIZ CARLOS GONÇALVES – É material, porque por equiparação colhe os elementos do *caput*.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – É isso aí que a gente está falando, mas vamos parar e vê o que pode discutir da interpretação aqui, porque as vezes a gente quer vê alguma coisa e depois...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Mas ficou tranquilo Marcelo. Esse ponto está tranquilo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Será: Obriga a vítima mediante...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A gente coloca no relatório.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – ...necessários à subtração da coisa.

Porque pode acontecer o seguinte. Então espera lá. Vamos com calma. Eu estou entrando num caixa eletrônico, a vítima me aponta uma arma e fala: - Passa a sua senha e o seu cartão. Eu passo. Certo?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Certo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Está consumado o crime nessa redação?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não está consumado o crime, porque o crime é subtrair...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Porque se ele não consegue sacar o dinheiro por ou falta de fundo, ou porque o caixa está estragado em tese o crime estaria consumado aqui.

O SR. LUIS CARLOS GONÇALVES – Marcelo, não Marcelo, porque...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Aí seria um crime formal.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não é formal.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Presta atenção: porque teria realizado todos os elementos...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não Marcelo, quando você equipara, você traz, Marcelo, os elementos do *caput*. O *caput* é subtrair para si ou para outro.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não, gente. Vocês estão se apegando no *nomen iuris* e eu estou...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas tem uma palavra para chamar a atenção: "por equiparação". Roubo por equiparação.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Por equiparação em relação à pena, não, necessariamente, aos elementos do tipo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não, gente.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Ah, se fosse por equiparação, não precisava trazer os elementos então. Falaria "equipara-se a roubo...".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É isso.

Gente, se não, cada... Marcelo, preste atenção: se não, cada vez que a gente usar essa técnica... O que é o roubo por equiparação? Ao invés de você entulhar a figura básica com um monte de verbos, você destaca, mas você aproveita os elementos típicos.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Se for para equiparar, não precisava, no inciso I, colocar, nem no II, "mediante violência ou grave ameaça", porque já está no *caput*. Então, por que a gente está colocando?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque aqui é um caso diferente, Marcelo. Aqui é o roubo impróprio. Aqui é um roubo impróprio. Aqui é diferente.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Eu só estou dando um exemplo do problema que vai surgir.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu entendi, Marcelo, mas está assentado que as figuras de equiparação colhem os elementos da figura principal.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Eu deixo aqui a advertência. Eu respeito o posicionamento de vocês, mas eu acho que aqui a gente tem um crime formal.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Eu acho que se criou um crime formal.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Eu estou concordando com o Marcelo. Eu estou enxergando isso também.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Eu acho que criou, porque o crime consumado é quando nele se reúnem todos os seus elementos. Os elementos vão estar reunidos quando a vítima entregar a senha dele para...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – O Marcelo está certo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Marcelo, olha o que você está querendo dizer...

O SR. MARCELO LEONARDO – Só para ajudar a colocação do Dr. Marcelo, "incorre na mesma pena quem subtrai a coisa..."

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É isso que eu ia sugerir.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Tudo bem.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Essa redação do Marcelo é assim: "subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel...", que já está no *caput*, gente.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Então vamos deixar e vamos ver...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você quer colocar, Marcelo? Só vai enfeiar o projeto.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Eu, para dizer a verdade, eu acho que tem até que continuar um crime formal mesmo, como a extorsão deveria ser...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Coloca ali, Leandro. Coloca ali.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Eu só estou ressaltando que está criando.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Essa colocação, Marcelo, é redundante, porque você...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Então deixa do jeito que está, Relator, não tem problema. Eu só fiz um alerta. Mas pode deixar do jeito que está.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem. Porque, se não, se você não repete exatamente o que está no *caput*, aí não é vantagem...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Eu até prefiro essa redação, sinceramente, mas eu estou sendo sincero: eu estou enxergando um crime formal.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Dr. Luiz Carlos...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Gamil.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Eu compartilho da preocupação do Marcelo pelo seguinte: quando eu li esse inciso II, eu imaginava que a extorsão fosse continuar sendo tratada como um crime formal. Eu acredito que ele realmente está certo: vai gerar margem para uma discussão. A partir do momento em que extorsão vai passar a ser crime material, eu penso que, ainda que por excesso de zelo, que esse inciso também deveria ficar com a redação de crime material. Então, não sei, "quem obtém vantagem indevida obrigando a vítima...", alguma coisa assim, ou "quem subtrai a coisa...". Talvez a gente precise pensar na melhor redação, mas eu concordo com ele que vai ser criado um tipo novo formal.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Então revoga esse inciso II aí e deixa na extorsão mesmo, que...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nós já votamos isso, Marcelo. Por favor, gente, temos que ir em frente.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Só uma coisa. Volta ao *caput*. Quer ver? Volta ao *caput*.

Então, "subtrair coisa alheia móvel mediante violência..." O mesmo "subtrair" vem para cá. Então, vamos lá. Quando fala "necessários à subtração da coisa", é aquela subtração que está lá no *caput*. Já está lá: "subtrair, mediante violência..." Não tem como, em virtude da parte final, não tem como interpretar de outra maneira.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não tem, gente. É a técnica tradicional.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Na conduta que o Marcelo falou, realmente nós vamos estar diante de um roubo consumado sem haver a obtenção da coisa. Se eu pego você, como ele mesmo disse, se eu te pego saindo de um banco, tomo a sua senha, mas ainda não consegui pegar a coisa, o roubo já está consumado. E eu ouso divergir...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem, gente. Tudo bem. Vocês querem colocar?

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Estelionato é crime material e há alíneas no estelionato que são crimes formais. O estelionato é obter vantagem indevida. Em relação à seguradora, que é o 171, § 2º, inciso V, é crime formal.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Essa incongruência a que ele está se referindo ele tem razão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem. Então vamos fazer o seguinte... Coloca ali, só para experimentar, Leandro, "obter coisa alheia móvel...". Eu não posso repetir o "subtrair" então. Se não, fica sem sentido. "Obter coisa alheia móvel, para si ou para outrem, obrigando a vítima..." Pronto. Tudo bem?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Fechou, fechou.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Fechou. Então vamos... Pronto, Marcelo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – É obter ou subtrair...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não, subtrair não pode ser.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO (*Inaudível. Fora do microfone*.)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não há subtração, gente.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – É o resultado mesmo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não há subtração.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Você quis falar do resultado mesmo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – É só o verbo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ah, o verbo. Então, "obtém coisa alheia móvel, para si ou para outrem, obrigando a vítima, mediante violência ou grave ameaça ou após reduzi-la à impossibilidade de resistência, a revelar senha, código ou segredo necessário à sua subtração." "...à sua subtração", para não repetir "coisa".

Ali, Leandro, "necessários à sua subtração".

Está perfeito, gente. Vamos em frente. O dia já vai tarde. (*Pausa*.)

Gente, na extorsão mediante seqüestro, Juliana tem alguma proposta?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – ...causas de aumento ou diminuição de pena.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, está certo. Claro, a extorsão e a modalidade de roubo têm que ter o mesmo tratamento. Pronto.

Gente, extorsão mediante seqüestro, você fez alguma proposta, Juliana? Alguma diferença? O que é que está na sua proposta?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Salvo engano, está igual.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Estou vendo aqui.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mudei um pouco a delação premiada para deixar mais clara...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Delação premiada eu consulto a todos: Não é caso de incluir na parte geral?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Que eu me recordo, nós já incluímos. Isso está como causa geral de distribuição de pena.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Acho que não, Juliana.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Tenho quase certeza.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, até porque tem a discussão se a diminuição de pena ou isenção de pena...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas acho que vi isso na parte geral.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, isso não chegou ainda. Não fizemos isso.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Vou procurar isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, aqui eu acho que a proposta da Juliana não altera nada. OK? Da extorsão mediante secreto está mantida.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Aqui está: § 6º... Ah não...

"No caso de delação premiada, não se aplica o § 6º deste artigo". A gente mencionou a delação premiada nas causas de diminuição.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas não definimos. Vamos ter que dar contornos a ela ainda hoje. OK?

Na extorsão mediante seqüestro, gente, alguma dúvida?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Deixe-me só entender. Tudo bem, manter ela aqui. Acho importante, porque a delação premiada, onde ela ganha proporcionalidade, em que a gente não quebra com padrões de proporcionalidade entre o crime e a pena,

porque ela vai nesse sentido da proteção ao bem jurídico. É aqui no seqüestro, porque é a liberação do seqüestrado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas tem a questão dos crimes contra a Administração Pública, a questão do tráfico...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim, mas o que estou defendendo? Por mais que nós...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Bom, deixe aqui a sua proposta. Deixe como caso especial.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Porque a causa de diminuição geral, na parte geral, vai dizer respeito com ou o desmantelamento da quadrilha, ou a apuração do crime. São questões processuais, desvinculadas da questão do bem jurídico. A gente até inverte, usa o Direito Penal como instrumento. E aqui ela está bem colocada na situação de bem jurídico.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Bom, deixa aí.

Juliana, na minha proposta, se ocasiona morte, a pena é de 24 a 30 anos; e de 16 a 24 anos, se resulta lesão corporal de natureza grave. E aí lesão corporal de qualquer grau...

Pergunto: há alguma divergência?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu tenho. Eu acho que deveria ser igual à de homicídio, no máximo. Embora sejam dois crimes, mas acho que deveria ter a mesma conotação do homicídio. É isso que eu acho.

Se vocês quiserem um exemplo, o Código Português vai de 8 a 16 anos, para o caso de morte. Aí a gente está colocando uma causa...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu deixei igual a latrocínio, e até na lesão corporal grave está mais alta do que...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É que na sua proposta, Juliana, o seqüestro durou mais de 24 horas: pena de 12 a 20 anos; o sujeito, alem disso, causou lesão corporal: pena de 12 a 20 anos. Está na mesma.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, pode ser além ou pode não ter uma coisa a ver com a outra.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Entendeu? A pena do § 2º teu e a do § 1º está idêntica.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, mas tudo bem. Ele pode gerar a lesão corporal grave, mesmo o seqüestro tendo durado menos de 24 horas. São duas circunstâncias. As 24 horas geram uma lesão psicológica grave e, em qualquer circunstância de duração, a lesão corporal grave é um resultado mais danoso também. A ideia é tratar igual.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Veja, eu entendo que esse crime é de uma gravidade atroz.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Doze a 25.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu proponho, a minha proposta é: se resulta lesão corporal de natureza grave à vitima ou terceira pessoa, a minha proposta é 16 a 24, e se ocasiona morte, 24 a 30.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Está correto, está correto.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É porque 16 anos são mais do que homicídio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas Juliana, extorsão mediante... Meu Deus do céu! Isso...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Isso é desproporcional.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Extorsão mediante sequestro você põe, olha, a vítima, a família, a sociedade num estado tal! Aqui é o Direito Penal tradicional, é o porrete, mesmo. Aqui não...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Gente, eu tenho... Veja só: a mesma ênfase, nessa conduta eu coloco, Relator.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu vou revelar, já, que estou abrindo aqui.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Também acho odioso, mas a pena já está altíssima. O genocídio é menos do que isso aqui que a gente aprovou.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Do que vocês falam?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Extorsão mediante sequestro, gente, eu acho que é uma conduta muito grave.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Qual foi a pena de genocídio?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos ver a pena atual: 24 a 30. Acho que estou propondo a mantença, não é?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu manteria.

(*Intervenções fora do microfone. Inaudível*.)

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É que a lesão, veja só...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Hoje, a pena de lesão grave vai de 12 a 24 anos.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não, 16 anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Espera aí, é porque aqui repetiu. Você tem razão, 16 a 20.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Dezesseis. De 16 a 20, foi alteração dada pela Lei nº 8.072.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Era de 12 a 24.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Dezesseis a 24, Marcelo. Hoje, é de 16 a 24.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Foi uma alteração dessas por conta de fatos ou relatos de mídia, e tudo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Hoje, é assim: se do fato resulta lesão corporal de natureza grave, a pena atual, 16 a 24. Se resultar morte, 20 a 30. Essa é a pena atual.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não, atual, não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se resulta lesão grave...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Vinte e quatro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – ...16 a 24. Se resultar morte,...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Vinte e quatro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – ...de 24 a 30.

Vamos manter as penas atuais, gente?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Está bom.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Olha, com a pena de 24, em relação ao latrocínio, a gente está aumentando um pouco.

A lesão corporal grave nós estamos quase duplicando em relação ao que é lá nas qualificadoras do roubo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu sei, Juliana, mas é que a extorsão mediante sequestro é pluriofensiva. Ela, realmente, é um crime...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Deixe as penas como estão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – ...absolutamente, olha, odioso, porque...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Que é isso!?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não vamos polemizar isso.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Quanto a isso, não há divergência.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Gamil.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Assim a gente não anda.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O Gamil pediu a palavra.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Em relação ao §1º, porque, na proposta, me parece que foi suprimida, aqui, a questão da qualificadora quando a vítima tem menos de 18 anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Eu fiquei muito à vontade para votar contra, no crime de roubo, o aumento de pena em relação à vulnerabilidade da vítima, mas, aqui, a meu ver, a situação, de fato, é diferente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É diferente.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – E justifica a qualificadora.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Então, eu defendo que no § 1º a qualificadora pelo fato de a vítima ter menos de 18 anos deve ser mantida.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Ou mais de 60.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Ou mais de 60.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo. Tudo bem, gente?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Tem coisas que não precisam ser alteradas. Eu acho que tem coisa que já está endurecida demais, está pronta, veio de um debate ativo, danado, e a gente está, aqui, mudando sem razão nenhuma.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É, foi um debate de ocasião, na época, um fato isolado.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não, sem razão nenhuma. Não tem razão para mudar isso. Qual é a razão, se veio de um debate legislativo recente? Pelo amor de Deus!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos manter, gente, as penas atuais, não é? Tudo bem?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu só queria lembrar aos colegas que tudo que se produz chega baseado, às vezes, num caso. Agora, não vamos confundir o caso que tem divulgação com o caso isolado. Ao contrário, os casos se repetem, agora, um por acaso, por causa, às vezes, de um personagem tem a repercussão, mas dizer que isso é caso isolado...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Coloca assim: manter a estrutura atual de extorsão mediante sequestro.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Dr. Relator, perdoe-me.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Na atual redação da qualificadora, me parece que há uma incongruência.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Porque, atualmente, está: "se o sequestro durar mais de 24 ho-

ras, se a vítima tem menos de 18, mais de 60 ou se o crime é praticado por bando ou quadrilha".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está, tira o "bando ou quadrilha".

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Porque me parece que o *bis in idem* é evidente, não é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom. Tira o "bando ou quadrilha". De resto, mantemos a redação e as penas atuais, tudo bem?

Está certo.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Já foi. O negócio já passou por um amadurecimento, um debate.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É isso aí.

O problema é que esse *site* mantém o texto antigo, não é? Com esses riscos, dá um trabalho danado, aqui, para o nosso...

Então, gente, mantém a estrutura e as penas atuais da extorsão mediante sequestro, menos a menção à quadrilha ou bando, que, realmente é superabundante.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Se o sequestro durar mais de 24 horas e se o sequestrado é menor de 18 anos ou maior de 60 anos, a pena será de 12 a 20 anos. Se para praticar o fato assegurarem a impunidade do crime ou a detecção da coisa, o agente causa – tire o "ocasiona" e coloque "causa" – lesão corporal grave em qualquer grau na vítima.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, até para favorecer a vida do Leandro, só marca aí manter a sanção atual, a estrutura atual menos a menção à quadrilha ou bando.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não é só isso não Relator, porque tem a modificação do parágrafo, para ficar igual ao do latrocínio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí eu o acrescento, Juliana. Porque eu estou preocupado com o Leandro, porque se ele copiar tudo aquilo, ele está perdido.

Gente, vamos avançar.

Na extorsão indireta, Juliana,...

O SR. EMMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Meu caro Relator, já são 13h30, senão vai fechar o restaurante.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos só terminar.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Relator, só um detalhe: o Gamil, realmente, pediu para tirar "quadrilha ou bando".

Mas vamos só lembrar que lá no roubo e na extorsão, nós temos forma qualificada e com concurso de pessoas. Será que nós vamos tirar mesmo? "Quadrilha ou bando" tudo bem em retirar, mas...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ele tem razão, Gamil.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não, gente, é só para debate. Eu concordo que pode falar...

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Desculpe-me Relator, para o roubo, para a extorsão o concurso de pessoas é eventual. Para extorsão mediante sequestro, eu diria que é inerente ao tipo de extorsão mediante sequestro a presença de dois ou mais agentes, porque ninguém vai sequestrar uma pessoa sozinho.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – As penas já estão elevadas. Eu acho que está bom.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO. – Não, não, só para debate. Eu sei, eu até conversei com o Gamil. Mas é isso mesmo que a gente quer? É só neste ponto, para ver se é isso que a maioria decidiu. Por mim, manter-se-ia "quadrilha ou bando". Mas, sou voto vencido.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A "quadrilha ou bando", primeiro que não vai mais existir com esse nome, vai ser "associação criminosa, organização criminosa, milícia", e essa figura não absorve a quadrilha ou bando. Então, além dessas penas, ele responderá. Mesmo hoje já havia essa discussão. Você coloca aqui, coloca lá, qual você puni.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Aqui, Relator, embora eu particularmente seja contrário à figura da delação premiada, eu chamo a atenção para o fato d e que há uma Lei Especial, a de nº 9.807, em que o art. 13 gera para essa situação hoje, pode gerar, extinção de punibilidade.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu acho que é o caso.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Então, penso que essa atual redação aí, da delação premiada está sendo gravosa, para o bem que se pretende resguardar. Eu, particularmente, sou contrário à existência de delação premiada.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gamil, eu entendo também que, nesses casos, não adianta o sujeito aceitar uma redução de pena se ele vai morrer no presídio. Então, realmente o que incentiva delação premiada é a possibilidade que o juiz pode verificar de isentar de pena. Então, eu colocaria.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A gente vai entrar em um debate em que a grande crítica que a delação premiada sofre hoje no País é que ou o Ministério Público tem discricionariedade para aplicar e em que momento é esse e ele nem oferece denúncia, porque submeter o agente a todo um processo criminal para, eventualmente, o juiz querer aceitar esse acordo que ele fez ou não, ou se a gente quiser mesmo trazer a delação premiada, porque a delação premiada

hoje,no País, ela só existe nos livros, muito raro na prática, justamente pela falta de...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não é Juliana. De maneira nenhuma. É comuníssimo.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Não é, mas eu concordo com a Juliana. O problema é que não existe uma regulamentação da aplicação da delação premiada.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos fazê-la.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Eu estou de acordo. Acho que é preciso regulamentar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não é incomum não. Pelo menos lá no âmbito federal é muito comum.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu acho que é uma realidade da Justiça Federal.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nós crimes financeiros... É muito comum.

Gamil, vamos deixar aqui, mas a gente vai fazer aquela discussão mais ampla para incluirmos na parte geral.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Desculpe-me, eu insistiria, tendo em vista o bem jurídico que está sendo resguardado aqui. É uma situação de alguém que está sequestrado...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então,coloca assim: "Terá a sua pena reduzida de um a dois terços ou, a critério do juiz, isenção de pena."

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Este é que é o problema. Ou o sujeito sabe o que está sendo negociado, e o negócio é com o promotor...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Ou mediante proposta do Ministério Público, vinculativa, isenção de pena"

O SR. EMMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Aí é o processo penal, não é não?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Mas tem que resolver.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – ... direito material.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Essa dificuldade que a Juliana está dizendo é para evitar a armadilha que você denunciou outro dia, Emanuel.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Certo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O cara chega, conta tudo, faz um acordo com o promotor e chega lá o juiz e fala: "Não vale. Você vai cumprir pena".

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – E o pior: ele não conta tudo, porque tem o receio de, ao final, não ser aplicado.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Relator, eu compreendi os argumentos, mas eu vou aderir à posição, devemos ficar vencidos, do nosso colega Gamil, porque eu acho que o bem jurídico aqui para uma isenção de pena é diferente do dos crimes financeiros. Quer dizer, estou vencido, mas acompanho.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Não, não, não. A minha proposta é que chegue a isenção de pena justamente para resguardar a vítima, não é? Para servir de estímulo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas aí, Gamil, você concorda com essa formulação? Porque, na verdade, do que estamos falando? De um acordo, na verdade é isso, de uma barganha pré-processual.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não é isso?

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – E como, então, ficaria a redação final dela?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Volte lá. Vamos ver a redação aqui: se o crime é cometido em concurso, o concorrente que denunciar à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços. O Prof. Gamil está propondo isenção de pena.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Ou mediante proposta...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ou mediante... Como seria, Juliana?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mediante proposta do Ministério Público.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Proposta vinculativa.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu acho o seguinte, no meu modo de ver, o Ministério Público não oferece a denúncia, mas propõe um arquivamento que o juiz homologa num acordo prévio para não ter processo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É uma boa solução o arquivamento.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não precisa haver um processo todo para depois se...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí não precisaria nem se falar em vinculativa.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Falta interesse de agir aí.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ou mediante o arquivamento do feito pelo Ministério Público em relação a ele.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Ou mediante arquivamento do feito...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É porque o arquivamento sempre é feito pelo Ministério Público, não é?

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Eu não sei como é que ficou, mas está adequado à barganha que foi votada ontem à noite?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu acho que está, porque aqui não é o mesmo instituto. Porque lá está: depois de recebida a denúncia.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – É outro. Mas não está seguindo um parâmetro. Está totalmente contraditório. O instituto é outro.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Luiz Carlos, não seria o caso de extinguir, quer dizer, no curso do processo, há diminuição de um a dois terços e... Mas, no curso, isso não vai acontecer.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque já há a liberação do sequestrado lá.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – É.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se o crime é cometido em concurso, o concorrente que denunciar à autoridade facilitando a libertação...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Não, mas a redação...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Está ruim a redação, mas está bom. Terá sua pena reduzida de um a dois terços ou...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Terá a investigação arquivada pelo Ministério Público.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas aí é o seguinte: ele tem que falar com o Ministério Público, não é?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – É um bem jurídico novo. Novo porque...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se o crime é cometido... Gente, posso dar uma sugestão? Vamos deixar essa questão aqui para essa discussão mais ampla? Porque ela é complicada. Tudo bem? Eu vou sugerir: mantém ali, para a gente fechar isso aqui e sair para o almoço e nós vamos ter que discutir...

O SR. MARCELO LEONARDO – Está extinta a punibilidade.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Será extinta a punibilidade.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eu acho que esse é um caso típico, do ponto de vista dogmático, teórico, de dispensa de pena. Esse é um caso típico. Não é que o desvalor da ação não existe. Existe, é grave. O fato é horrível. Porém, a conduta posterior dele dispensa a pena nesse caso concreto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Professor, mas quem negocia com ele? Essa é a dificuldade. Porque o que a Juliana está dizendo é o seguinte: o cara fala: "Olha, eu conto tudo, mas eu quero a dispensa de pena". Aí o policial vai falar: "Eu não posso. É o juiz". O MP vai falar: "Eu não posso. É o juiz". Ou a gente chama o juiz para essa investigação, o que me parece ofensivo ao processo acusatório, ou então, damos ao Ministério Público essa possibilidade, entendeu?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – É. Aqui estamos numa fase pré-processual.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Por isso eu estou dizendo que talvez fosse o caso de mantermos o texto atual e saímos para o almoço e discutimos isso como cláusula da parte geral.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – É, mas eu acho que...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Mas se a redação é que será dispensada a sua pena...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É porque aí é o juiz, não é?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Sim. Mas aí o texto vincula.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ou terá a investigação arquivada pelo... Eu acho que está bom assim, gente.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – É. Eu acho que está bom.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Dá poder ao Ministério Público para essa negociação.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – De fato, é o Ministério Público que vai e decide, porque estamos numa fase pré-processual. Não envolve juiz.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Terá a sua pena vinculativamente reduzida, porque aí o juiz fica adstrito, de um a dois terços ou terá a investigação arquivada pelo Ministério Público, vírgula, implicando extinção da sua punibilidade.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – *O.K.*

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Acho que aí ficou bem...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – No último caso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A gente pode aprimorar, mas está bom.

Juliana, você está reduzindo, na sua proposta, a pena da extorsão indireta. Você quer justificar, porque acho que a extorsão indireta é muito grave, hein.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Esse crime não existe mais.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Existe.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Pode dar causa...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – *(Inaudível.)* Isso é o crime do cheque. O cheque hoje é um cheque pré. O cheque hoje nós conseguimos, com a nossa realidade, acabar com a convenção sobre o cheque. O cheque brasileiro hoje não é um título de crédito, é um papel.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Podemos revogar, então.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – É um papel.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se a gente revoga, vira extorsão, Técio.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Não tem mais. Não tem mais.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem, mas aí vira extorsão, em que a pena é mais grave.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Isso era o crime do cheque. Isso era para o cheque que o sujeito deixava em garantia...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – ... e depois recebia sem fundos, depois entrava com o processo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo. Então, vamos acabar com a extorsão indireta, mas, honestamente, preciso dizer-lhes: aí vira extorsão, que é mais grave, tudo bem?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – *(Inaudível.)* Isso é do ponto de vista de grave ameaça, que é só...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Pois é, esse crime não existe mais. Esse crime não existe mais.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos descriminalizar, Técio?

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Existia...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu prefiro revogar e... Vamos revogar, então.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Está bom.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Será que não existe mais?

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Não existe mais. Não existe. Você conhece, veja...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Descriminalizando, fica pior, porque vira extorsão.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Muiños, vocês, juiz criminal, já julgou algum processo de extorsão indireta?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não. Desse, agora, não.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Não tem mais. Acabou.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não. Não que acabou.

Está corretíssima a questão do cheque, só que hoje, quero só chamar a atenção, é...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom, gente.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – ... outras exigências documentais e que podem...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vai virar extorsão.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Vai virar extorsão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem. Muiños, honestamente a gente fez o alerta...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Tira.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – ... mas vamos revogar, então, porque não se aplica mais. Não tem mais o caso.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu apoio a revogação. Eu apoio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, Leandro, tira aí. O 160, fora.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Eu quero manifestar-me contrariamente à revogação...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – ... tendo em vista que, realmente, pode-se tornar um crime mais grave. Eu concordo com a opinião de Juliana. Para mim, a pena está razoável.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – É, eu me preocupo também com esse aspecto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos lá, quem vota com o Técio, no sentido da revogação, então? Técio...

Formou-se maioria, gente. Então, está revogado o 160. Tudo bem?

Vou propor que a gente faça o intervalo agora, para o almoço...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não quer fazer a desocupação...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, Juliana. Vamos almoçar, senão a gente vai perder o almoço.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É porque perde. Lá fecha.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O resto das matérias não tem esse mesmo grau de polêmica, de dificuldade. A gente pode avançar.

Leandro, salva esse texto, pelo amor de Deus!

(Suspensa às 13 horas e 33 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 25 minutos.)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Bom. Declaro agora reaberta a reunião, para o prosseguimento do estudo dos crimes contra o patrimônio. Nós estamos já na usurpação e no dano. Usurpação, dano e apropriação indébita.

Gente, eu não tenho destaques aqui a essa proposta feita pela Juliana. É o 161. É alteração de limites, usurpação de águas, esbulho possessório...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu pediria, Relator, que só no estelionato que eu teria algumas ponderações...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu não tenho destaques até lá.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Mas houve alguma alteração substancial?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mesmo na apropriação indébita, não tem nada...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Só para uma explicação. Acho que não há...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Teve o seguinte... A usurpação... *(Fora do microfone)* Eu fiquei muito em dúvida...

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Eu tenho um destaque.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu fiquei muito em dúvida sobre a usurpação, alteração de limites. Esse campo aqui se confunde muito com o âmbito civil. Tem muito mais a ver com lutas sociais do que, de fato, organizações criminosas. Daí, na dúvida entre uma coisa e outra, o que eu propus na alteração de limites foi incluir, suprimir ou deslocar tapume, marco ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória para apropriar-se de coisa imóvel alheia. Daí até coloquei em vermelho aqui um pouco para trazer essa discussão com todos os senhores, porque não tenho muita clareza sobre qual a melhor solução a esse respeito.

Mas qual é a linha divisória para mim? Por que nós punimos o furto, apropriação indébita? Porque existe aí ou um engodo nessas figuras ou então há algo oculto, e a coisa móvel tem esse diferencial em relação à coisa imóvel, que você não põe no bolso e leva para casa. Principalmente, se está registrado em cartório, absolutamente nesse caso, você deslocar um tapume ou suprimir uma cerca ou... Mas também não é da minha realidade essa convivência com o dado rural do País. Então, não sei...

O SR. MARCELO LEONARDO – Qual deles?

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Todos, todos.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Qual é a questão aqui? Não criminalizar nem movimentos sociais. Vamos usar aquilo que... Nem ilícitos civis, que se resolveriam com uma ação possessória ou algo do tipo. Aquilo que de fato vai subtrair do outro a propriedade, de uma maneira criminosa.

Está com a palavra, Marcelo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu não tenho destaque, Juliana. Estou concordando com esse trecho.

O SR. MARCELO LEONARDO – Aqui: uma infração penal com pena de um a seis meses. Na verdade, podia ser descriminalizado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Algo de que tenho muito medo... Eu ia sugerir que a gente mantivesse esse texto, mas tenho muito medo da questão agrária nos rincões do País. Então, a questão dos posseiros, da invasão de propriedade. Por exemplo, no Estado do Pará, tem um histórico de morte tremendo em razão disso. Então...

O SR. MARCELO LEONARDO – Mas não é por conta dessa...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não é, mas eu manteria esse texto aqui, Professor.

O SR. MARCELO LEONARDO – Tudo bem. Isso não vai ser aplicado mesmo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas daí concorda com essa inclusão aí?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Concordo, eu não faria destaque aqui.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Eu tenho um pouco de dúvida porque essa proteção, na verdade, tem o posseiro. Num País como o nosso, nem todas as terras estão registradas nos registros de imóveis. Tem as comunidades, tem as favelas. Enfim, tem um mundo de terras neste País que não estão submetidas ao registro civil, ao registro de imóveis, que não estão legalizadas, são posses. Enfim, fico um pouco... Quer dizer, tudo bem, acho que isso aí torna absolutamente inexequível o que é inexequível sem isso. Eu sou a favor da descriminalização. Isso é problema de natureza absolutamente civil e da Justiça Agrária e tudo mais. Agora, eu acho que isso é...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Na usurpação de águas, no esbulho.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu entendo que isso aqui dá briga.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Luiz Carlos, eu tenho...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso aqui o pessoal mata. Essa questão aqui é de proteção penal.

Se o cara tem um rio que corre na fazenda dele e o outro desvia, ele manda já o jagunço para matar, não tenha dúvida. Então, é uma conduta potencialmente grave, acho que a gente tem que sinalizar, ainda que seja um crime aqui de menor potencial ofensivo.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Luiz Carlos, eu vejo dignidade penal nesse crime. Eu venho de uma região do norte do Paraná em que hoje já não é mais tão comum, mas algumas eram extremamente conflagradas por conta dessa discussão de terras. Agora, o acréscimo que se pretende de registro, aí eu concordo com o Técio.

Nós temos diversas situações em que não existe esse registro, mas existe a proteção à posse. Leandro, se puder voltar naquele... *(Pausa.)* Veja, nós estamos deslocando a discussão da posse para a propriedade e aqui me parece que a proteção é possessória.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Tem o esbulho possessório também abaixo. Mas, tudo bem, tira. Era mais uma... No meu modo de ver também era para descriminalizar. Mas, então, daí...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos manter com...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas se mantém, mantenha o direito. Daí, eu mudei o esbulho possessório para deixar claro que é invasão, com violência à pessoa ou grave ameaça. Daí, a esse respeito encontra concordância?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, tudo bem.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Desculpe.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Já é atualmente com violência à pessoa.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Não.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Hoje tem também concurso de mais pessoas.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Mais pessoas.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Estou tirando concurso de pessoas. Por que aqui é onde caem as ocupações. Daí, diz respeito com a minha realidade, porque aí não é só campo, é ocupação de prédio, de cortiço, de prédio desocupado no centro da cidade de São Paulo. São movimentos sociais legítimos e que sempre atuam com mais de uma pessoa. Acho que a gente só criminaliza.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não há necessidade.

O SR. MARCELO LEONARDO – Vamos um de cada vez, o 161.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Acho que está aprovado.

O SR. MARCELO LEONARDO – O que está escrito em vermelho é para tirar,não é?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Tira, tudo bem, já tirei.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tira o vermelho, volta lá. Isso, tira esse trecho, tira.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, ali em cima.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ou imóvel alheio. Isso. O 161, então, está aprovado.

O § 1º, acho que a discussão agora está no inciso II, não é?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Leandro, também ficou coisa imóvel alheia, ou de imóvel alheio realmente fica melhor.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – De imóvel alheio, não é?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Coisa imóvel?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É que...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Imóvel alheio. Está certo.

O SR. MARCELO LEONARDO – Isso é o texto da lei, viu?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo, mas ficou melhor. A sugestão do Marcelo Leal aprimora.

E aí, no esbulho possessório, não tenho destaque, acho que está razoável.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Não, eu tenho.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Gamil.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Com as devidas licenças, ainda enxergo a necessidade de tutelar quando há concurso de pessoas, porque senão vai acontecer exatamente isso que V. Exª está falando. Quando houver qualquer tipo de invasão, o sujeito vai fazer exercício arbitrário das próprias razões e o potencial criminógeno da revogação desses delitos vai ser muito maior.

Ainda que a pena seja pequena, mas é a forma que as pessoas civilizadas têm para resolver seus problemas, procurando a autoridade para poder resolver. Se isso deixar de ser fato típico, as pessoas vão resolver na unha e vai ser muito pior.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas, Gamil, você não acha que está compreendida aqui a invasão na maneira como está? Tanto faz se é com uma ou duas pessoas.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Não, mas o crime, tal qual está regido, é de conduta vinculada, é com violência ou grave ameaça à pessoa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Olha, invadir, com violência a pessoa ou grave ameaça se entende que se houver concurso não precisa ter violência ou grave ameaça, não é?

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Como é a redação atual, como é a redação atual.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem, Juliana?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Gente, mas porque daí...

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Não, eu estou com o Código aqui com a redação atual: "invade, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso

de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório". É isso.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, eu acho que procura o juiz cível, não é? Não precisa procurar o juiz criminal.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, Juliana, essas questões de imóvel são terríveis, são terríveis. Eu não penso em São Paulo, eu penso...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Será que nós não podemos criar... É que isso aqui hoje vale muito para criminalizar movimento social.

O SR. MARCELO LEONARDO – Não, olha aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, eu ouso discordar, viu?

O SR. MARCELO LEONARDO – O problema do movimento social na realidade é o seguinte. A gente tem "n" casos de fazendeiro com sua terra invadida em que ele entra na Justiça, pede a imissão de posse, obtém o mandado, e a Polícia Militar não cumpre de jeito nenhum.

Então, o problema é mais de execução da medida judicial deferida do que de qualquer outra coisa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu voto com o Gamil, Juliana, porque, para cada prédio público que se invade em São Paulo, pelo Movimento pela Moradia, duzentas pessoas morrem lá no Pará. A questão não é urbana.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – E se colocarmos um perdão judicial?

"O juiz poderá deixar de aplicar a pena se a ação for praticada em contexto de movimento de moradia."

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Aí já tem as causas de justificação!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, se o Movimento de Moradia não tiver a finalidade do esbulho, não é?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim, eu concordo com isso. É que não... A gente vê...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se o movimento social não tiver a finalidade de apropriação individual.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu concordo com isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Que tenha uma finalidade reivindicatória.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas as pessoas continuam precisando ser defendidas, não é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu encaminho do jeito que está.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Para essas pessoas, já há a tese de defesa, Juliana, sem a gente criar isso.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Mas, como está, não tem nenhuma utilidade, não é?

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Eu disse isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. Tem, sim! Você pode chamar a Polícia, gente!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Então, vamos embora. Vamos seguir.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem? Podemos deixar como está, então?

Então, o inciso II fica assim... Acrescenta-se "ou mediante concurso de mais de duas pessoas".

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É a redação do texto atual. É só consignar aí...

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Na redação atual fala de "concurso de duas ou mais pessoas".

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Vai ter uma figura qualificada?

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Duas ou mais pessoas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Duas ou mais pessoas. Muda, Leandro.

"Concurso de duas ou mais pessoas".

A pena está justa, não é?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Está.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, vamos.

Aqui nestes crimes, se a propriedade é particular e não há violência à pessoa, procede-se mediante queixa. Está razoável também, não é? É típico de ação penal privada? O que você acha, Gamil?

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Eu sugeriria, pensando aqui em proprietários de terra que são hipossuficientes e que tenham suas terras griladas, eu sugeriria que fosse mediante representação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mediante representação?

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Tem gente que está pensando aqui que só quem é vítima desse crime é quem tem poder aquisitivo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mediante queixa ou representação. Que tal?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, só representação.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Mediante representação, porque já caberia a queixa subsidiária, de qualquer sorte.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom.

"Procede-se mediante representação."

Muito bem, gente. Então...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Todo o artigo, não é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – ... este trecho está aprovado.

No dano, Juliana, você está propondo só a pena de multa, não é?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim. Hoje é "ou multa", não é?

A supressão de marca em animais foi...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ah, essa foi descriminalizada.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Devia ser crime marcar o animal, não é? *(Risos.)*.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – No crime de dano, a Juliana está propondo que a pena seja só de multa.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim, porque, de novo, aqui é um caráter essencialmente também de uma lesão mais civil do que... Porque, com o dano, não existe um ganho patrimonial pelo agente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, aqui eu não me oponho nem ao dano qualificado, mas, no tocante à extinção da punibilidade, eu ia sugerir que fosse aquela mesma que aprovamos para o furto. Eu ia sugerir que fosse igualzinha à que aprovamos para o furto, no caso do dano, porque às vezes o dano é de uma coisa que tem um valor tremendo para a vítima, não é? Um valor não só patrimonial.

Então, eu proporia...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – E qual é a mudança lá?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aquela solução do furto, se é de pequeno valor, se o sujeito e primário...

Eu vou localizar aqui.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – O furto está aqui, está aberto aqui: "A reparação do dano pelo agente até a sentença de primeiro grau extingue a punibilidade do furto simples ou causa de aumento, desde que a vítima aceite e se a coisa furtada não for pública ou de domínio público." É isso?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É. Eu ia propor que fosse essa cláusula aqui no dano.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, mas... Se for de elevado valor, a reparação deverá ser também mais sofrida por parte do agente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas é que às vezes o dano é irreparável, Juliana. Às vezes a coisa é sentimental: destruiu aquele broche que você ganhou da sua avó querida. Então, eu acho que aquela solução do furto que a gente encontrou é superior. Chama a vítima para consentir, porque, afinal, a coisa é dela, foi ela quem perdeu a coisa.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Por que eu pus isso aqui, Relator? Para ficar coerente com a pena que é prevista como sendo de multa. Se o máximo, se a reprimenda, ou seja, se o próprio Código Penal está dizendo que...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu até entendi o que você quer dizer.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – ... invadir o patrimônio do réu é suficiente enquanto censura à ação cometida, vamos dar uma liberdade para a vítima praticamente para que ela faça constar um antecedente criminal na folha do réu, porque ele vai continuar pagando com o patrimônio.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Nós fomos contrários, mas fomos vencidos. Aí, é preciso ter equilíbrio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É preciso ter equilíbrio, porque, senão, ao invés de subtrair a coisa, eu a destruo.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Exatamente por esse motivo, mas temos uma questão de simetria aqui também.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu advogaria que a gente trouxesse aquela cláusula do furto para cá.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Como ficaria? Tem como buscar aquela cláusula para a gente ver?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu tenho aqui.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A reparação do dano pelo agente, até sentença de primeiro grau, extingue a punibilidade desde que a vítima aceite e a coisa furtada não for pública.

Aqui já estamos falando do dano simples, certo? Da coisa tombada, do patrimônio da União não vai gerar isso. Então, não precisa colocar "desde que seja". Fica só: "A reparação do dano pelo agente, até sentença de primeiro grau, extingue a punibilidade, desde que a vítima aceite."

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, você acha que a pena de multa aqui é suficiente? De repente, a deterioração pode ser de uma coisa muito valorosa. O dano pode ser uma coisa muito valorosa, pode ser uma coisa infungível.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Então, talvez poderia ser criado o inciso V.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu diria que, se o dano é coisa fungível, a situação é uma; se o dano é de coisa infungível, a situação é outra.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É que pichar o muro de alguém é...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Há coisas que são reparáveis e há coisas que não são reparáveis, Juliana. De repente, sei lá, você tem uma foto

muito querida, e o cara vai lá e a destrói a foto. Não tem reparação, não é?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Não é só isso; há o dano contra o patrimônio público.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu colocaria assim: o dano merece pena de seis meses a dois anos; crime de menor potencial ofensivo. Eu colocaria essa cláusula de reparação do dano em se tratando de coisa fungível, nos termos do furto.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Sei, mas a pena de seis meses a dois anos ou multa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você acha? Eu colocaria pena de seis meses a dois anos.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É igual hoje!

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Aí equipara a proposta da Juliana com...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas o texto atual não prevê a extinção da punibilidade.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim, mas não se prevê isso em todos os outros. Vai ser o único crime do título cuja pena que nós aumentaremos; o único crime vai ser esse, por essa proposta.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu acho que o dano pode criar um dano irreparável, de coisa irrepetível.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Tudo bem. E a pessoa vai ser punida criminalmente por isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Com multa?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Quer coloca prisão de um a seis meses?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu colocaria crime de menor potencial ofensivo, de seis meses a dois anos.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Luiz Carlos.

O SR. TIAGO IVO ODON – Qual é a pena atual?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – De um a seis meses.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ou multa.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Ou multa.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Luiz Carlos, no Código português é de três anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ouçam o nosso especialista em Direito europeu.

No Código português a pena é de três anos.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – É punido com pena de prisão de três anos ou com pena de multa.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Os portugueses são apegados aos muros.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Lá é Portugal. Vamos parar com isso. Nós estamos legislando para o Brasil.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – É para o Brasil mesmo!

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Esse é o crime de pichar muro, gente.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – É por isso que tem que ser o "ou".

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Nós estamos legislando para o Brasil, Cacho.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – É por aí mesmo! É porque o Brasil está precisando de ordem.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu proponho a manutenção da pena atual.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Qual é o texto atual?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Prisão de um a seis meses ou multa.

Não me sinto à vontade, num título que a gente está...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – De um a seis meses é muito pouco.

Juliana, de seis meses a dois anos ou multa.

Crime de menor potencial ofensivo, porque dá ao juiz o espaço para verificar se é um nada ou é alguma coisa. Crime de seis meses a dois anos ou multa.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – O dano qualificado chega a cinco anos. Coisa móvel de valor elevado...

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Dr. Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Lá em Portugal, não é?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – "...*de valor elevado, monumento público, coisa destinada ao uso e utilidade pública em organismo de serviço público, coisa pertencente ao patrimônio cultural, legalmente classificada*".

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Na Síria, no Egito, ou...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Então, o sujeito vai lá no museu, provoca um dano e fica por isso mesmo?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Olha só, mas aí já está seis meses a três anos.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Entra numa repartição pública, provoca um dano grave...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, o dano qualificado, que inclusive não é de menor potencial ofensivo...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Vai ficar sem pena?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Olha, a Juliana tem razão. A gente faz o seguinte: tem a pena de seis meses a...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Já tem a coisa tombada...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – ...um ano no *caput*, ou multa, mantém o dano qualificado, e a extinção da punibilidade a gente coloca os termos do furto atual.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Qual é a pena do dano qualificado, Luiz?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Seis meses a três anos.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Seis meses a três anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí, está justo.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – E se for coisa pública?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Prisão de seis meses a um ano, ou multa. Aí, mantém o dano qualificado e, aqui, na causa extintiva de punibilidade, que é o parágrafo seguinte... Deixa aí que está certo. A prisão de seis meses a três anos está certa.

Extinção da punibilidade. Copia aquela que a gente trouxe do furto – 155.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Olha, eu acho que a gente está passando por cima de questões importantes, porque o crime de dano, quando você o pratica num hospital, quando você o pratica num museu, num órgão público que tem o controle de dados, por exemplo...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – São exceções, Cacho.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não são exceções, não, Técio.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA –...crime de...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA –...a rotina do...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não é não, Técio.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – ...ao Desembargador Muiños, que é um juiz exemplar...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não, tem consequências graves.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA –...muito dano. Não chega lá.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – O dano tem consequências graves. Você não pode despenalizar uma coisa que está todo dia aí acontecendo nos órgãos públicos. Quer dizer que, se chegar à minha casa ou ao meu escritório, e provocar um dano, fica por isso mesmo? Ou vai ser uma pena tão leve...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Se for na sua casa, vai ter que se ver comigo.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Ah, não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, ficou assim, gente. É o espaço possível aqui. Então, fica: "*a reparação do dano pelo agente até a sentença de primeiro grau extingue a punibilidade do dano simples*". Não é isso, Juliana?

O SR MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Dr. Relator.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "*Extingue a punibilidade do dano simples..*"

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "...*desde que a vítima aceite e que não seja pública a coisa danificada*".

O SR MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Dr. Luiz Carlos.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, não, pública já está porque é patrimônio da União, dos Estados...coisa tombada.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, eu sei, mas, a exemplo do furto, no furto, a extinção da punibilidade...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – ...não tem extinção da punibilidade...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Se for o qualificado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, está bom. Está certo.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Dr. Luiz Carlos, nesse inciso IV – se puder voltar ali –, contra coisa tombada pela autoridade competente, em virtude de valor artístico, cultural, arqueológico, ou histórico.

O que o Cacho estava dizendo agora contra coisa tombada pela autoridade competente, ou de valor artístico, cultural, arqueológico ou histórico. Senão, esse valor artístico vai ter de ser tombado. Aí, convenhamos que entrar no Masp e edestruir não vai estar tombado...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Chega a oito anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É, está certo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Essa foi só a transposição do art. 165. A gente pode mudar.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Dr. Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Gamil.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Na verdade, é uma dúvida, já que isso vai perpassar todos os crimes contra o patrimônio. Realmente, vai ficar desse jeito até a sentença de primeiro grau? Não seria decisão de primeiro grau? Tribunal não profere sentença.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas se o caso for prerrogativa de função...

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Ainda assim, é acórdão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, está bom: até a decisão de primeiro grau. Perfeito.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Porque eu acho que é uma redundância...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo. Até a decisão fica mais técnico.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Eu posso fazer uma sugestão também? Em vez de dizer que "a vítima a aceite", a gente não poderia pôr "com anuência da vítima".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A gente está repetindo, Luiza, o texto do furto.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – É igual?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, a revogação do 164 e 166, tudo bem, não é?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – O Professor Gamil manifestou preocupação com relação ao uso do termo "sentença" e, portanto, se colocaria decisão, em razão da possibilidade de isso ocorrer com relação a decisões proferidas em instância única, no caso de o acusado ter foro por prerrogativa de função. Se for assim, ter-se-ia que fazer uma modificação para incluir também em instância única, porque primeiro grau não é instância única. Então, a decisão de primeiro grau continua sendo sentença.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo, professor. Então, ficaria assim: até a sentença de primeiro grau ou decisão de instância única. Tudo bem?

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Exatamente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Volta aonde está decisão...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Isso aí é *(ininteligível)*, né?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro. Sentença de primeiro grau ou decisão de instância única.

Juliana, podemos colocar isso lá no furto também, né?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim, já estou passando aqui, aliás.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – E se for público?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se for público, não alcança, porque é só o dano simples. A figura qualificada não.

Muito bem, gente. Ação penal proposta...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Luiz Carlos, só questão de redação ainda.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Marcelo.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Ficou ali recuperação do dano pelo agente... Se puder voltar lá. Está falando até...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Até a sentença, né? Volta ali. Extinção da punibilidade.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Desculpe, Dr. Luiz Carlos, mas quem tem prerrogativa de foro no STJ ou nos TJs não é instância única, né? A instância única é só para quem tem prerrogativa de foro no Supremo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Decisão de foro por prerrogativa de função, está bom? *(Risos.)* Não, está certo, gente. Está certo.

O SR. MARCELO LEONARDO – Na realidade, o termo sentença seria interpretado...

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – É, seria.

ORADOR NÃO IDENTIFICADIO – Sentença final.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Sentença ou acórdão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. Final, não, porque admite o recurso. Ficaria assim: sentença de primeiro grau ou decisão de foro por prerrogativa de função. Função, extingue a punibilidade. Perfeito.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Luiz Carlos, na proposta original, aqui estava assim: na hipótese do caput. Ali estamos falando de dano simples. Não tem dano simples, porque, senão, criamos...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É dano, né?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – É dano. Será que não ficaria melhor " extingue a punibilidade na hipótese do *caput* "?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Começa com "na hipótese".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Do dano previsto no *caput*. Está bom.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Normalmente, a gente usa "na hipótese".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Desde que a vítima a aceite.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – A pena não é a multa?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. A pena ficou de seis meses a um ano ou multa.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu sou mais pagar a multa. Não paga nada dependendo do valor da coisa...

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – O § 2º já ganhou conformação definitiva ou está em discussão ainda?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. Acho que está em debate ainda, professor.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Só a redação. Não é decisão de foro por prerrogativa. É decisão proferida em foro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Em foro, né?

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Em foro por prerrogativa de função.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo. Onde está "de" coloca "em", né?

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – É.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Decisão proferida...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Decisão em foro por prerrogativa de função. Leandro, ali onde está "decisão de foro", coloca "decisão em foro".

Podemos avançar, gente? Algum destaque com relação à queixa?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Chegamos ao estelionato. Você quer falar da sua proposição?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Espera aí. Nós pulamos apropriação indébita?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Apropriação indébita está depois, né? Ou não? Não. Está antes. Desculpe. Da apropriação indébita. Vamos lá. 164.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Gente, eu acho que aqui não tem questão. A gente traz a mesma coisa do furto também. Pronto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nada a opor. Tudo bem, gente? Na apropriação indébita, seis meses a três anos, que é a pena do furto, aumento de pena, diminuição, isenção de pena. Juliana, essa diminuição e isenção de pena não é só para a figura do *caput*? Pode ser também ali, né?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu acho que aqui é geral, viu?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pode ser. Está bom. Então, o §3º, Leandro, fica sendo aquele mesmo que você acabou de botar ali do furto. Vamos ver como fica ali. Deixe isso aí. Não, não. Volta. Mantém o §2º, desfaz essa alteração. Isso. Tudo bem, não é, gente? Apropriação indébita, acho que não tem maiores problemas.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Na Exposição de Motivos, o Dr. Gamil me fez aqui um alerta: nós estamos revogando apropriação de coisa achada...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro, claro.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Tem que ficar na Exposição de Motivos...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E na cláusula de revogação, não é?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – ... que isso está revogado, que não é crime mesmo, que não é para se transformar em apropriação indébita.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Cláusula de revogação.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – De tesouro e coisas. Tem outros ditados também, que algumas coisas não têm dono.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, você quer falar da sua proposta de estelionato?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não tem muito que falar. A pena está maior do que em relação aos outros crimes: na metade, na pena inicial, e de um ano na final, mas já é essa monta pela qual eu acho que está suficiente a repressão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu tenho destaques, Juliana. Entendo que a pena do estelionato tem que ser de um a cinco anos, como é atualmente, e eu proponho um aumento ainda de pena se a fraude consistir em uso de documento falso, público ou particular, e se o crime é cometido – aqui você contempla – se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público, assistência social ou beneficência.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Isso está como causa de aumento. Inclusive eu também transferi para cá o crime de abuso de incapaz.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso eu nem coloquei. Isso já está na sua proposta; não está na minha. Podemos incorporar.

A questão do uso de documento falso, público ou particular, acho que devia vir para cá, até para sinalizar claramente que, no estelionato, o falso é absolvido.

Mas, entendo que, no estelionato... Por que estou propondo a pena de um a cinco anos, mantença da pena atual? Porque eu acho que o estelionato tem algo a mais que os crimes patrimoniais sem violência? Porque a vítima se sente especialmente tocada no seu patrimônio, até moral. Ela se sente enganada. Cria uma raiva...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Ela se sente tocada porque ela também, muitas vezes, quer uma vantagem ali indevida, não é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muitas vezes; não todas. Nem sempre é conto de vigário. Às vezes a pessoa é iludida mesmo. Então, esses casos que a gente ouve falar: a pessoa liga, fala para depositar o dinheiro porque se filho está sofrendo... Enfim, a pessoa se sente muito lesada no seu patrimônio moral.

Eu entendo que a pena tem que ser de um a cinco anos.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu acho que, sabe aquela turma que envia boleto, o boleto de santo e tal, conheço isso porque o camarada lucra dez, quinze milhões por ano. A pena é pequenininha, mas o lucro do cara é incomensurável. Ele manda aqueles boletos de santo e o incauto vai e paga. A pena, aqui para nós, é irrisória. Uma parte que explora a religião.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Relator, eu compreendo que existem estelionatos graves. Não quero fazer cavalo de batalha nesta questão. Quero deixar a pena final mais alta, justamente para o juiz poder dosar, mas, ainda haverá – isso acontece, não tenho dúvida, em maior número – o estelionato que, primeiro, você não consegue acreditar que aquele tipo de golpe dê certo, de lesão ínfima e tal. O que eu acho mais importante aqui é a manutenção dos §§ 3º e 4º. Quanto à pena, a quantidade da pena, quem quiser colocar na causa de aumento, para mim tem menor relevância.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O § 4º seria a exemplo desse outro que estamos votando, Juliana?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim, sempre com o aceite da vítima e tal.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, coloca ali já, porque acho que não vai haver discordância.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Para você poder distinguir as situações.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Dr. Relator, aqui tem uma situação para não se gerar uma antinomia.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos lá.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Porque nós votamos aqui o tratamento dos crimes contra a ordem tributária e o pagamento do valor devido é causa extintiva de punibilidade.

Pelo que estou vendo na proposta, há uma limitação aqui que é a reparação do dano pelo agente até a sentença: É causa extintiva de punibilidade na hipótese do *caput*. Não se vai aplicar para o parágrafo? Então, assim: um estelionato contra a Receita, com o tratamento que vamos dar aqui agora.

O pagamento do valor devido vai extinguir a punibilidade. Se for contra uma outra autarquia, não vai extinguir a punibilidade e ainda vai ter aumento de pena?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Entendi. O senhor tem razão, Gamil. Teria que ser "reparação do dano"... mas aqui não está mencionando no *caput*... A reparação do dano seria qualquer dano, não está exclusivo do *caput*, não.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – É porque no arquivo impresso que eu recebi aqui está dito: "a reparação do dano do agente até a sentença causa impunibilidade, na hipótese do caput.

O SR. JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu tinha posto isso porque era coerente com as outras...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você tem razão, Gamil, mas o texto não restringe.

Tudo bem, gente. Então, é isso. Alguém tem alguma objeção?

Manteria um a cinco anos, não é, Juliana?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Eu tenho uma objeção grave. O estelionato passar a ser 165 perde toda a graça.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ele será 171.

Gente, só um detalhe, eu estou me desdobrando na confecção do relatório para manter alguns artigos simbólicos: 59, 121, 155, 157, 171, 213, 214.

Vamos manter o samba, vamos manter a tradição.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – A minha dúvida persiste aqui, porque esse parágrafo 4º vai ser aplicado na hipótese em que o estelionato tenha como vítima a pessoas certa e determinada. Se a vítima for a Administração Pública – essa expressão "vítima" aceite, aqui vai ser a Administração Pública aceitando?

Bom, nos crimes contra a ordem tributária, a gente não colocou isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque lá a gente está presumindo que o pagamento do tributo, aquelas especificidades do crime tributário. A natureza é diferente.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Me parece que a gente está criando aqui duas soluções distintas para uma situação que é bastante semelhante. O patrimônio é o mesmo; então, se aqui é contra, por exemplo, uma universidade, o reitor vai dizer que aceita a devolução da coisa.

Se ele não aceitar, o processo vai continuar correndo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Na sua proposição, como seria, Gamil?

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Seria aplicar, onde há uma mesma razão de fato, a mesma razão de direito. Seria aplicar aqui que o "valor do pagamento extingue a punibilidade."

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ou então, a gente colocaria assim: "Se a vítima for particular...

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Se a vítima for particular, tudo bem.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E a vítima particular pode aceitar ou não e para Administração Pública é objetivo.

É porque o Gamil está observando, Juliana, que, lá nos crimes contra a ordem tributária, a extinção da punibilidade pelo pagamento não depende de anuência do Poder Público. Ele está dizendo que se lá a gente aprovou a fraude fiscal que tem todos os elementos de estelionato e aqui a gente está trazendo o estelionato, como é que a gente vai tratar diferentemente?

Então, na proposta do Gamil, extinguiria a punibilidade pelo pagamento e ponto. Mas, neste caso aqui, você tem uma vítima direta de eu acho que a gente tem que consultá-la. Se for a Administração Pública, é objetivo; se for a vítima direta, tem que ser consultada.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – As naturezas são diferentes. Depois vou querer falar da pena do *caput*, mas a natureza é um pouco diferente.

No tributo é um valor devido mesmo. Nem o Poder Público poderá aceitar mais, é aquilo. Mas aqui nós estamos no estelionato; houve uma fraude.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gamil, esse argumento do Muiños é ponderável. O valor do tributo é vinculado. A Administração Pública não pode nem transigir sobre ele...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – De repente o administrador da faculdade fala: "Tudo bem, eu aceito isso; não é o ideal, mas eu aceito." Acaba o processo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Manteve a ideia da pena?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Um a cinco.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu faço uma contraproposta. Eu entendo, sim. A extinção da punibilidade pela reparação do dano, mas desde que a vítima aceite. Se for o Poder Público, tem o seu representante legal.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu me convenci, Gamil, por esse argumento dele, porque o valor do tributo é vinculado. A administração não pode prescindir dele.

Aqui pode, aqui é um espaço de transação da administração.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – O problema vai ser quando o sujeito reparar o dano integralmente e administrador público, por capricho, não quiser que o processo seja extinto.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Isso pode ocorrer até com a vítima privada.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A vítima também pode dizer que aquilo tem um valor qualquer, porque o problema, Gamil, é parecer que a gente está dando o tratamento de um tipo para a Administração Pública e de outro tipo para o particular. Soa estranho.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Eu não acho que soa estranho, não.

O SR. MARCELO LEONARDO – (*Fora do microfone.*) Aliás, foi por isso que o Relator insistiu que tivesse aceitação da vítima, mesmo...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIROS FILHO – E eu insisto nisso, eu concordo também. Aliás, eu acho até que, de certa maneira, há um "q" demasiado, com todo o respeito, de instrução de punibilidade, porque é crime ou não é. E as consequências? Parece que nós estamos sempre... Não, reparação do dano, extinção da punibilidade. Eu acho que também tem uma relevância penal que... A extinção da punibilidade é como o seguinte: o crime é só uma fachada, é uma fachada.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas mantendo, na coerência daquilo que foi aprovado.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIROS FILHO – Coerência, se não...

Agora, Relator, desculpe, quero propor que, no estelionato, veja como a Juliana colocou, ela não tem preocupação nem com a pena lá no *caput*, o que importa é aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Volta lá no *caput*.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIROS FILHO – E aqui até eu concordo também: a extinção da punibilidade, desde que a vítima aceite.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É um a cinco anos, não é?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIROS FILHO – Agora, a pena maior – eu confesso até que tinha feito uma alteração em sua proposta, que está de um a cinco anos, até dois a seis – eu até a manteria. Agora eu entendo que sim, e o Relator tocou em um aspecto... O estelionato hoje, e quem vivencia o problema do estelionato sabe, claro argumenta-se, quer que a vítima também dá causa, quer ter vantagens, vantagens que aparentemente lhe são lícitas, ela quer ganhar mais rápido, é um direito dela. Agora vamos intervir na vida privada, acabamos de descriminalizar, agora o estelionato, e o Relator colocou isso, ele traz para a vítima... Veja a vitima de um roubo, imediatamente ela fica despossuída daquele patrimônio, pode ser um carro, pode ser uma carteira, agora, no estelionato, muitas vezes, o mais da vezes o que ocorre é todo o patrimônio de uma vida e normalmente as vítimas são os mais idosos, é isso que está no meu dia a dia, os estelionatos que eu tenho. Dr. Técio deve até saber disso lá.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ali faltou... O aumento de pena, Juliana, não incluiu pessoa idosa.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIROS FILHO – Um ano mantendo a mesma pena de 70 anos atrás como se os golpistas não tivessem aprimorado a sua lábia, o estelionatário não tivessem aprimorado a sua mecânica, as formas de como buscar a idoneidade dos outros, a boa-fé dos outros, principalmente dos idosos! E continuar um ano para o estelionato? Eu confesso que proponho dois.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Sem contar que há golpes que dá dez, quinze, vinte milhões.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu vejo muito golpe contra gente idosa.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Ah, contra gente idosa... É isso que eu estou falando.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não faz sentido a gente colocar ali: "(...) mediante abuso, engano, induzimento de criança, adolescente, pessoa com deficiência mental" e deixar o idoso de fora.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu acho que contra o idoso merecia uma pena especial, e não está no Código Português.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos deixar a pena do *caput* como está e acrescentar o idoso ali.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É porque também, olha...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Idoso no aumento de pena, Juliana. "Engano ou induzimento de criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência mental".

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Vai a quanto?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí aumenta-se a pena do *caput*. Um a cinco é a pena aumentada de um terço até a metade. Está justo. Está adequado.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, não é contra o idoso, é o abuso...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "(...) abuso, engano, induzimento de criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência mental". Não é o objetivo, tem que ter esse "abuso, engano, induzimento".

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Está bom, mas isso também, mesmo no caso do parágrafo, é importante a reparação do dano pensando na vítima, gente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro, mas ali o parágrafo da extinção da punibilidade fala de todas as figuras, Juliana.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Mas, por exemplo, o caso do boleto, com o qual você consegue enganar milhares de pessoas, aí só uma deu queixa. Aí você vai lá e devolve R$50,00, acabou o crime?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas é regra do crime continuado, não é, Emanuel?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não, mas só uma pessoa prestou queixa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, reparação do dano é integral, não é isso?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – (*Fora do microfone.*)

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não, mas tem esse caso.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – No mínimo, de montante suficiente para a vítima aceitar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES –... para a vítima aceitar. A proteção dada por essa preocupação que você traz, Emanuel, é o aceite da vítima.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Está certo.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Qual é?

O SR. MARCELO LEONARDO – Drª Juliana, só para eu entender aqui. O art. 165 tem logo abaixo: parágrafo primeiro, e não está escrito nada.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – E por que não qualifica?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Incorre na mesma pena quem...

O SR. MARCELO LEONARDO – Que é que é isso?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, não, esquece isso, porque foi-se construindo, daí eu acabei suprimindo "todas as hipóteses equiparadas" e mantive separadamente a duplicata simulada e a fraude ou a execução.

O SR. MARCELO LEONARDO – Então, elimina-se o § 1º, e se renumeram os outros.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Renumeram-se os demais.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Se o valor alcança...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Fiz uma proposta...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É um pouco diferente, não é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pelo que vejo, não contou com a aprovação. Mas minha proposta aumentava a pena quando houvesse uso de documento falso público ou particular.

O SR. MARCELO LEONARDO – Não, eu, particularmente...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não há maioria, não é? Não vou insistir com isso.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Ô Luiz...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É neutro do ponto de vista da punibilidade. É neutro.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não estou contestando como está, não. Como está, está ótimo. Mas acho que teria de haver um parágrafo específico, dando especial gravidade quando for grande o número de vítimas, quando o valor for expressivo. Aí acho que a pena tem de ser maior. Sabe por quê? Porque não inibe o golpista. Hoje, existe no Brasil...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Seria uma fraude multitudinária. É isso que você está dizendo?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – No Brasil, hoje, existe uma organização muito grande dos crimes de boleto. Cada golpe de boleto gera R$5 milhões, R$10 milhões, R$15 milhões, R$20 milhões de lucro. Isso tem levado os estelionatários a uma peninha. Raramente, eles são...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas é possível triplicar a pena, porque seria um crime continuado. Não é isso?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Você está falando sobre emissão de boleto bancário? É que tenho uma proposta a fazer quanto à duplicata simulada. Mas aí...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – É mais ou menos a mesma coisa, então.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Na sua proposta, haveria um aumento de pena se a conduta gerasse vítimas indeterminadas? É isso?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Acho que aí deveria haver um aumento. Digamos que se envolvam milhares de vítimas. Os valores são pequenos. Somente duas ou três vítimas aparecem, mas o golpe foi de R$10 milhões, de R$15 milhões. E aí?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas como é que se vai provar?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vejo razoabilidade nessa proposta do Emanuel.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Estou falando isso pelo lado do criminoso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vejo razoabilidade. A sugestão seria a seguinte: se a fraude for destinada a produzir efeitos em número expressivo de vítimas, a pena será aumentada...

O SR. MARCELO LEONARDO – Mas isso não vai ser crime continuado, não?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas aí, Professor, só vamos aumentar a pena em até três vezes. A preocupação do Emanuel...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – É que são milhares de vítimas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Milhares de pessoas podem ser vitimadas.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – São milhares de vítimas lesionadas em R$50,00, gerando um golpe de R$20 milhões. E aí?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu me lembro do seguinte caso. Não era bem o caso, porque era fraude contra o sistema financeiro. Mas atuei num caso no qual um banco cometeu a seguinte fraude: ele pegou centavos da conta de todo mundo. Todos os correntistas perderam centavos da conta. No final, isso gerava milhões de reais. Pelo sistema atual, essa pessoa receberia uma pena multiplicada por três, por haver milhares de vítimas. Tenho sensibilidade para essa preocupação do Emanuel.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – É que conheço por dentro como isso funciona e o lucro que dá.

O SR. MARCELO LEONARDO – Esse caso aí era de apropriação indébita continuada.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É que havia uma fraude.

O SR. MARCELO LEONARDO – Ah, está certo!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A fraude se dava justamente quando eles diziam que aquilo foi acrescentado indevidamente por erro de processamento, e não era isso coisa nenhuma.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Veja só: sei que as pessoas foram processadas porque mandaram o caso para a Procuradoria da República, para os Tribunais.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tenho sensibilidade.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Imaginem a quantidade de brasileiros que são fraudados!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É uma fraude destinada a um número expressivo e indistinto de pessoas.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Exato.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso não é a mesma coisa do que aquela fraude com vítima direta.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – E o lucro aqui é de R$10 milhões, de R$20 milhões, de R$50 milhões!

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Mas a pena já não foi colocada de um a cinco anos?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Mas é pouco!

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Então, suspeitando que a pena seja de quatro anos, aumentada do triplo, ela vai para doze anos!

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – É pouco! O lucro é de R$10 milhões, de R$15 milhões!

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Acho que as regras de concurso de crime já resolvem isso.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – O estelionato é um crime que depõe tanto contra a natureza humana, que faz os homens desconfiarem dos próprios homens.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Perde-se a confiança.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nada como uma semana em Paris, não é? Até frases elegantes a gente vem dizendo de lá, não é?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É porque você não ouviu isso em francês!

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – *L'homme n'a pas confié... Il n' a pas confiance*...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muito bom! Muito bacana!

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Vocês sabem...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, sinceramente, vejo razoabilidade nessa preocupação do Emanuel.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É claro!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pode haver aí centenas de vítimas.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Centenas e milhares de vítimas!

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Qual é a proposta, Emanuel?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – O cidadão de bem está na casa dele e paga as contas dele. Ele recebe dezenas de boletos por mês. Se chega à sua casa um boleto de R$100,00, ele não quer saber, ele não quer perder o crédito dele por causa daquilo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vejam só: aqui há um detalhe técnico.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eles pagam aos milhões, aos milhões!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não seria crime continuado.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Isso é normal no Brasil hoje.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pode ser a mesma fraude com pluralidade de vítimas. Não são condutas reiteradas praticadas nas mesmas condições de tempo, lugar e modo.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – É pior, porque aí seria concurso formal impróprio. É pior do que crime continuado, se for a mesma fraude com várias vítimas.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Luiz Carlos, eu queria encaminhar da seguinte forma: "(...) a pena aumentada de um terço até metade, se o crime é cometido: (...)".

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Não, aí é concurso formal. As penas são somadas.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não! É muito pouco para o valor do lucro que o sujeito tem!

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não dá para justificar...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Dá...

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Dr. Luiz Carlos, se formos pensar assim... Nós aprovamos aqui a pena do crime de furto com redução, e já houve aí um furto milionário praticado no Nordeste. Se formos pensar nas possibilidades de repercussão, no grau que uma lesão vai chegar, vamos criar sempre penas quase que perpétuas.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não, meu amigo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Podemos votar essa questão?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Vai ficar como está?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Há a preocupação do Emanuel, de criar uma figura diferenciada do estelionato.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Que atinja um número...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vítimas indistintas e número expressivo.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – E o valor.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Não, Gamil, a questão é o número de vítimas enganadas.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Número de vítimas enganadas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, vamos encaminhar?

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Então, é uma causa de aumento de pena? O que vai criar? O que é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Emanuel, seria uma causa de aumento de pena. É isso?

Vamos ver se há simpatia do colegiado pela proposta. Se houver, discutiremos a técnica. Tudo bem?

Quem concorda com o Emanuel no sentido de que haveria necessidade de uma sanção mais severa nesses casos? Por favor, manifestem-se. Depois discutiremos a técnica.

Seis.

Quem discorda do Emanuel? *(Pausa.)*

Então, Emanuel, você ganhou essa. Agora, temos que ver qual a melhor técnica. Qual seria a melhor técnica?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Eu encaminho da seguinte forma: a pena, aumentada de 1/3 até a metade, se o crime é cometido:

I – Contra União, Estados, Municípios, Distrito Federal, autarquias, fundação instituída pelo Poder Público, sociedades de economia mista ou empresa pública.

II – Mediante abuso, engano ou induzimento de criança, adolescente, idoso o pessoa com deficiência mental.

III – Mediante abuso, engano ou induzimento de um número indeterminado de pessoas... algo assim. Não sei qual seria a redação.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Isso é muito sério porque é importante ser coerente.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Sei que é sério, o Direito Penal é sério.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Deixe-me dizer qual é a razão. Eu já disse isso em outro crime, que não me lembro qual, mas lembro-me de que disse a mesma coisa. Essa proposta significa punir menos. Quando se é contra, é contra dentro de uma linha coerente, de que precisamos confiar um pouco no juiz brasileiro. Se eu tenho a pena de um a cinco, estou falando: "Sr. Juiz, o senhor pode, sim, e deve aplicar, sim" Se coloco como causa de aumento múltiplas vítimas, o juiz vai aplicar causa de aumento de 1/3, ele não vai poder aplicar a pena base acima de um ano, porque, senão, dá *bis in idem.* Teremos, então, a meu ver, uma pena menor do que eu gostaria que tivesse para um caso desses.

Então, é por questão de coerência.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu sei, Juliana, mas temos que dialogar com a realidade do Judiciário atual, e a realidade o Judiciário atual é de aplicação de pena mínima.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Mas você sabe que a pena é tão mínima que não inibe o crime.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu faria a seguinte sugestão. A minha preocupação – e ai poderia haver um decréscimo de pena – que seria injusto, porque essa figura não substitui crime continuado.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Claro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque, no crime continuado, a pena seria multiplicada por três.

Então, a proposta seria assim: "aumento da pena se a fraude destinada a produzir efeito em número indeterminado e expressivo de vítimas, fora da hipótese do crime continuado." Assim estou dizendo que é uma única ação com essa vocação.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – É política criminal.

Você sabe que você vai passando no aeroporto, o sujeito lhe dá uma revista e lhe dá uma coisa para preencher, um cadastro. No outro dia, você recebe um boleto em casa. Fica vinculado ao seu cartão por anos e você não sabe. Há até empresas que trabalham, órgãos de imprensa que têm esse tipo...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Professor Luiz Flávio, ajude-nos aqui. A ideia é tornar mais severa essa sanção quando houver um número expressivo e indeterminado de pessoas.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Expressivo e indeterminado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas temos que nos lembrar de que já temos a regra do concurso formal e do crime continuado.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Número expressivo de vítimas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O concurso formal poderia atingir uma única conduta destinada ao número indeterminado. Qual seria o aumento do concurso formal próprio? Então, é aquela história que, às vezes, dialogo com o Colegiado: "olhem, vocês estão achando que isso vai diminuir, mas isso vai é aumentar" Então, a preocupação é a seguinte: já temos hoje a regra do concurso formal, que diz que, quando há uma conduta destinada a produzir várias consequências criminosas, o juiz vai pegar a pena mais grave e vai majorá-la.

O SR. MANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Mas é melhor um tipo penal Luiz Carlos. O causo de aumento aí vai embolar o campo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu sei. Eu estou no seu caminho.

Seria um tipo específico não é?

O SR. MANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Um tipo penal, porque você não embola.

Sabe o que é nesse caso específico eu sei o lucro que esse pessoal tem.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Hoje a regra é assim, quando a gente, mediante a uma só ação, omissão pratica dois ou mais crimes idênticos ou não se aplica a ele a mais grave das penas aumentada de 1/6 até a metade.

Professor Luiz Flávio, como é que a gente resolve isso pensando no concurso formal no crime continuado?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Vai gerar polemica depois qualquer que seja a redação que se coloque porque, naturalmente, a tese que vai ser sustentada é de que não tem crime continuado e nem formal nessas

hipóteses, porque já está falando em (?). De qualquer maneira talvez assim alguma coisa do gênero: - Se a fraude tem por objetivo atingir o número expressivo de vítimas.

A fraude está destinada para isso.

O SR. MANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Essa é uma das fraudes mais comuns hoje no Brasil e das mais lucrativas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O problema é o seguinte: Hoje as penas aplicam-se cumulativamente se ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos.

O SR. MANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – São somadas.

Então Cacho, talvez a gente esteja dando um tiro no pé.

O SR. MANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Por quê?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque hoje essa preocupação que você tem já permite o cúmulo de pena.

O SR. MANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Meu amigo, eu nunca vi ninguém punido por isso. Ou um tipo penal ou fica como está. Está tudo certo. Eu sei que eu quis...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí, para valer, para produzir esse efeito que você está querendo teria que fazer a ressalva tanto fora do concurso de crimes...

O SR. MANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não, cria um tipo penal. Fraude por ...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois é, o que o Professor Luiz Flávio e eu estamos observando é que o acréscimo desse tipo vai diminuir a pena e não aumentar.

O SR. MANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Um tipo com uma pena especialmente elevada.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, é o seguinte: ele está falando em novo tipo penal e vocês estão discutindo o inciso do artigo, aí é diferente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você tem que voltar para cima e colocar o piso.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Mas aí Luiz Carlos, teria que completar a redação como você havia proposto inicialmente.

Salvo...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se a fraude é destinada a produzir efeito em número expressivo de vítima, salvo a hipótese de concurso de crimes.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Mas aí, data vênia, isso é bis e idem. Não é? Isso é bis e idem. vai criar um aumento de pena em razão da pluralidade de lesões de ressalvar o concurso de crimes...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A ideia não é essa Gamil, não bis e idem não.

Diz o seguinte: Se for caso de concurso formal, aplica-se o concurso formal. Se for caso de crime continuado, crime continuado, subsidiariamente.

Por que, qual que é o problema do crime continuado?

Ele exige uma pluralidade de atos que pode não haver aqui.

Qual o problema do concurso formal?

Ele aumenta à pena, mas permite a acumulação se houver desígnios autônomos.

Essa é uma discussão diabólica saber se o cara que emprega uma fraude tem desígnio autônomo em relação à pessoa...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Em crimes patrimoniais não se aceita desígnios autônomos. Isso aí é mais para homicídio que está se aplicando. Jurisprudência, esse tipo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então essa formulação contemplaria professor?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Ali é o seguinte: Fazer o que poderia para salvar isso daí é fazer um § 2º para prevê esse aumento de pena, um pouquinho maior do que o § 1º.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom.

Ficaria § 2º com esse texto ali.

A pena aumenta-se de; aí teria que ser de 1/3 a 2/3 para fazer sentido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Um terço e 2/3 que é igual o crime continuado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A pena aumenta de 1/3 até 2/3 se a fraude... Aí reproduz ali.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Por que não fixa a pena já?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, porque aí entra aquela questão da qualificadora e se a causa de aumento incide naquela discussão que tivemos no roubo.

Eu acho que ficaria interessante ali.

Está bom?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu posso tentar redigir um tipo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro que pode.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Me dê 10 minutos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu lhe dou dez minutos. Mas observe, Cacho, que ficou interessante assim. Essa maneira aqui contempla a sua preocupação.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Porque assim: o crime é, digamos, enviar boletos e ...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A pena pela proposta que acabamos de aprovar vai ser um a cinco, coloque um terço até dois terços nisso. Vai ficar uma pena boa, Cacho. Vai ficar interessante.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – É**.**

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu acho que não está identificando o tipo que eu gostaria de identificar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas é o alcance possível, Cacho. Você pode falar, essa aqui é a proposta Emanuel Cacho.

O SR. MARCELO LEONARDO – Tira aquela expressão... Você acha que tem manter a expressão no final?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu acho que tem.

O SR. MARCELO LEONARDO – "Salvo a hipótese de concurso"? Porque, na verdade, vai aplicar sempre o concurso.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É, você está deixando claro que é alguma coisa ou outra.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Se já colocou dois terços de aumento agora, ai não justifica esse final, para ficar proporcional, equilibrado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas, aí, Professor Luiz Flávio, e se o crime continuado? Aí vai surgir a doutrina de que não se aplica a continuidade delitiva nesse caso.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Sim, mas já tem um aumento até dois terços. Que é igualzinho do....

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não**,** mas lá, crimes contra vítimas diferentes pode ser aumentada até o triplo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só quando há violência.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Só quando há violência. Não havendo violência não... Só nos crimes violentos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Porque fica igual ao crime continuado.

O SR. MARCELO LEONARDO – A discussão vai ser quantas serão essas vitimas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, eu vou votar vencido porque eu tenho o seguinte receio: com essa redação podemos estar beneficiando, porque pode ser o caso do concurso formal. Pode ter o desígnio autônomo, professor, embora eu conheça essa inclinação que o senhor menciona, mas aí será criada a seguinte discussão diabólica: quando o cara empregou uma fraude destinada a uma multidão, se ele tinha o desígnio autônomo ou não de obter a vantagem de cada qual, porque, se ele tinha a desígnio autônomo, se não colocamos concurso ali, estamos reduzindo pena, Cacho.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Vamos colocar o objetivo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Fora do concurso formal. Seria essa a figura, não é?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Mas não consegue. Olha, a melhor redação ficou aqui agora. Isso aí está ótimo. Está com aumento até do crime continuado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas, professor, no concurso formal, permite-se a cumulação de penas.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Isso acontece que o concurso formal é imperfeito, Luiz Carlos. Você não encontra um acórdão que admita isso em crimes patrimoniais, só em crimes contra a vida. Em patrimoniais você não acha mesmo, de jeito nenhum.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Professor, sem querer dissentir, mas tentando prever para o futuro. Eu tenho essa preocupação, eu colocaria ressalva ali, fora da hipótese do concurso formal imperfeito. Eu acrescentaria ali para conjurar esse receio que tenho de agir para aumentar e diminuir ao final. Tudo bem, gente?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – É, tem razão. Senão não faz sentido.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Fora da hipótese do concurso...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não, ressalvada.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ressalvada a hipótese do concurso formal imperfeito.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Aí cabe ao juiz decidir.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Porque, senão, a gente dá com uma mão e tira com a outra.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Fora a hipótese do concurso...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Concurso formal imperfeito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Esse nome foi usado na Parte Geral. Concurso formal imperfeito?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Como o nome não foi usado, não é melhor a referência ao artigo 70, a parte final?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Eu acho melhor viu Luiz Carlos a proposta do Muiños.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Nós estávamos aqui, trocando uma ideia sobre se

não seria para não expandir o núcleo valor ativo, trocar expressivo por indeterminado?

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Eu acho eu não, desculpa, data vênia do Dr. Nabor, é que é o seguinte: indeterminado pode ser 50 pessoas e o cara já tinha se determinado a lesar 50. Então, não é indeterminado, é determinado. E aí ele vai ficar fora porque o número era determinado, mas era de muita gente.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Em qualquer caso nós teremos uma discussão, a partir da razoabilidade, sobre o que é expressivo.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – O que é expressivo ou indeterminado, de qualquer maneira, então. Mas ai eu acho que poderia deixar expressivo para dizer que tem de ser bastante gente. Mas por favor...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Podemos prosseguir? Porque terminamos o estelionato. Vejam que foi uma grande...

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Eminente Relator, tenho uma questão. Estou com um compromisso ingente e inadiável nos tribunais e vou ter que me ausentar, porque realmente é...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A Relatoria lamenta e defere com pesar.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Gostaria de registrar que estarei na sexta-feira dando continuidade aos trabalhos em São Paulo, como combinado. Mas com relação a um tema de grande relevância, que nesta reunião ainda vai ser submetido à apreciação dos eminentes membros da Comissão, gostaria de antecipar meu voto no item "crimes hediondos", apenas para registrar que estou me opondo à inserção da corrupção entre os crimes hediondos.

Vou deixar uma declaração de votos e o eminente Marcelo, no momento oportuno, lerá...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeitamente.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Ele lerá o que representa apenas uma parte das razões de minha objeção, que, de um lado, são de ordem política criminal e também por razões dogmáticas, inclusive constitucionais.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E o senhor concordaria, professor, com a questão da redução à condição análoga de escravo?

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Sim. Sim. Estou concordando com tudo o mais.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sim. Perfeitamente.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Lembraria só para ajudar na reflexão, ou para colaborar com a reflexão, por exemplo, porque corrupção e não peculato, que é crime de igual gravidade. Corrupção no setor público e no setor privado. É muito complexo. Essa questão da inserção da corrupção me parece mais consagrar um direito penal simbólico.

Então, dou algumas outras razões de natureza política criminal que me parecem relevantes e que serão lidas oportunamente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Já registrado o voto de V. Exª.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Quero dizer que os aguardo a todos na segunda-feira às 20 horas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Registro a necessidade de se ausentar do Prof. Nabor e agradeço a sua inestimável contribuição até o presente momento. Vamos prosseguindo.

Terminamos com o estelionato, que era uma das questões polêmicas. Pergunto se em relação à duplicata simulada, fraude e execução existe alguma ressalva?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Eu tenho destaque.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não. Leandro...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – O primeiro destaque diz respeito à duplicata simulada, porque diz: obter vantagem indevida ante a emissão... Aqui eu gostaria de parabenizar, Juliana, realmente trazer o resultado para o tipo melhora e muito a redação. Hoje é muito comum a emissão de duplicata, não é que não tenha consequência nenhuma, porque pode obter financiamento no banco, já que se paga, se liquida a duplicata. Isso não tem consequência nenhuma. No entanto, aqui se fala em emissão, transferência ou aceitação de duplicatas. Só que duplicata, no Direito Comercial, há muito deixou de existir.

Hoje, já não se emite mais duplicata. Hoje, na prática comercial, emite-se um comunicado eletrônico para o banco, que emite um boleto bancário, que se não for pago, aceita-se, inclusive, a execução do boleto bancário acompanhado de aceite ou acompanhado do comprovante de prestação de serviço ou da entrega de mercadoria.

De maneira que quer me parecer que talvez o tipo fosse obter vantagem indevida mediante emissão, transferência ou aceitação de duplicata ou boleto bancário dela decorrente, que não corresponda, juntamente com a fatura respectiva, a uma venda efetiva de bens ou uma real prestação de serviço.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – E alcança também aquele meu...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nada a opor. Eu acho até um aperfeiçoamento importante aqui.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – E aí inclusive, Luiz Carlos, no parágrafo único, fala "incorre

na mesma pena quem falsifica ou adultera escrituração de livro de registro de duplicatas".

Hoje, na prática, o que se tem é um arquivo magnético. Ou "arquivo magnético".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Arquivo magnético ou cibernético? Ou arquivo de dados? Como nós chamaríamos isso, Marcelo?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Eu acabo de acessar um...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Arquivo magnético ou de dados equivalentes.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Equivalentes. Perfeito.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Seria duplicata ou boleto simulado.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Sim. Na prática, é duplicata que é simulada, mas não se emite mais duplicata.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Mas o boleto...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – E tudo isso é feito por meio eletrônico.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Há algum destaque além deste...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Boleto dela decorrente, talvez.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ou boleto dela decorrente.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu acho que esse tipo realmente ocorre...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Que não corresponda juntamente com a fatura respectiva ou uma venda efetiva de bens ou uma real prestação de serviços.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Que não corresponda...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Então, Luiz Carlos, aquela qualificadora não poderia ir para aí também, não? Pode.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – O Gamil está propondo...

O SR. MARCELO LEONARDO – Não tem nada a ver com relação comercial.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não tem nada a ver. Deixem-me só...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Isso tecnicamente é possível ainda.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, eu recebi aqui uma delegação de eminentes comercialistas que só tinham um pedido para mim, dizendo que a duplicata foi a contribuição brasileira...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – É verdade.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – ... à questão dos títulos de crédito. Então, eles rogaram que nós a mantivéssemos, inclusive com essa nomenclatura. Eu fui sensível a isso.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Duplicata ou boleto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Como o boleto decorre dela...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Ou título dela decorrente, talvez, como propôs o Gamil, ou boleto. Na prática, é boleto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É boleto. E aqui, no parágrafo único, qual seria a redação sugerida?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Escrituração do livro de registro de duplicatas ou arquivo magnético...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ou eletrônico equivalente.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Ou eletrônico equivalente.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – E o número de vítimas deveria entrar como qualificador.

O SR. MARCELO LEONARDO – Magnético *(ininteligível)*. Se colocar arquivo eletrônico já engloba.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Aqui nós não temos número de vítimas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aqui não há número de vítimas.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Aqui você emite a duplicata contra quem você... Houve a entrega da mercadoria prestando serviço. Aí não tem, aí não tem.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, a pena é a mesma do estelionato?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então é de um a cinco.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Pode mudar para cinco.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Só que, em relação à fraude à execução, eu acho que a pena tem que ser menor mesmo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você está propondo quanto, Juliana?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Um a quatro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Um a quatro. Não me oponho. Acho que está razoável.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Só quer atingir centenas de pessoas.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Dr. Relator.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Somente uma sugestão. Topograficamente, penso que fraude à execução deveria ser colocada nos crimes contra a Administração Pública e não nos crimes contra o patrimônio, porque também há interesse público em que o processo de execução seja levado ao final. Eu não enxergo somente uma lesão a um particular aí.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Parece razoável, Gamil. Tudo bem?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não é *(ininteligível)* apresentação?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – O que eu estou falando é uma fraude.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tem esse detalhe, não é?

O Gamil está propondo que a fraude à execução venha para os crimes contra a Administração.

O SR. MARCELO LEONARDO – Crimes contra a Administração da Justiça talvez, não?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – É. Agora, cuidado só com uma coisa: isso é válido hoje, mas dentro de pouco tempo a execução vai sair do campo da Justiça.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É verdade. A tendência é privatizar esse...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Privatizar. O cartório que vai executar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Deixamos aí, Gamil?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu confesso que a minha dúvida, Gamil, é se, até imagino, geralmente é contra a Administração, mas só...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tem uma pluralidade de vítimas, porque o exequente...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Nós estamos diminuindo pena? Qual é a lógica? Para mim, é tão próxima do estelionato a fraude à execução.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu tinha posto de um a cinco, mas a Juliana propôs de um a quatro.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Eu não estou vendo...

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – A pena atual é de um a três, não é?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Eu estou achando... Hein, Juliana?

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – A pena atual não é de um a três?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A pena atual é de um a três? Eu estava contente com um a quatro. Acho que estava bom.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Já foi previsto como uma pena menor.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Houve aumento de pena, é isso?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A pena atual qual é?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Porque aqui a pessoa está querendo dificultar uma execução. Ela não está aplicando...

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Não, não. Só corrigindo: a pena atual é de seis meses a dois anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É. Então, um a quatro...

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – É de juizado especial. Vai dobrar a pena? A gente está baixando a pena de todos os crimes. Vai dobrar a pena de fraude à execução?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Seis meses a dois anos, então?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Gente, tem muita dignidade penal isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Um a três anos?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Pelo amor de Deus.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu acho que tem dignidade penal também.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – A fraude à execução é gravíssima.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É uma fraude, gente, e envolve a Justiça também.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Porque há coisas que não eram tão valorizadas.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – É típico de estelionato. Isso é grave.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A partir de... Vamos deixar de um a três anos, então. Tudo bem? Tudo bem, Marcelo? Um a três anos?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Você vai se surpreender, porque eu sempre defendi a diminuição de pena. Aqui a sentença é a pena do estelionato: de um a cinco.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu concordo com ele.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Prisão preventiva...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Seis meses a dois anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Marcelo, justifique aqui. Quem sabe você convence o colegiado, e eu o acompanho também.

O SR. MARCELO LEONARDO – *(Fora do microfone.)*

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Isso é um... Primeiro, para mim, isso se parece muito com estelionato.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Ô Luiz, vamos votar.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Segundo, isso acaba tendo um impacto tão grande que, quando se fala de taxa de juros neste País etc., que não se consegue alcançar o devedor, isso está ligado diretamente ao problema de fraude à execução.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Vamos votar?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas é...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Um a quatro não está bom, gente, consensualmente?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Porque tem as sanções próprias civis também e processuais civis.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Eu acompanho o um a quatro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos fazer a votação. Quem concorda com um a quatro, pelas ponderações do Marcelo Leal? *(Pausa.)* Está bom. Então, por maioria, formou-se um a quatro. Vamos lá.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Só uma correção: nos arts. 166 e 167 – não sei se querem manter, aliás, essa redação, depois o Relator qualquer coisa...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – ...§§ 3º a 5º, e não e quatro, porque daí aplica também a representação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não é melhor colocar, Juliana? Porque ,de repente, temo me perder ali. No crime de duplicata simulada e fraude à execução, somente se procede mediante representação.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, mas é porque não é só isso. Também reparação do dano, extinção da punibilidade, pequeno valor à lesão patrimonial, pena de multa, tudo isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A gente repete aqui, está bom? Coloca um parágrafo primeiro e fica assim... Ah, não. Aí teria que ser crime autônomo. Teria que ser 168. Põe ali: 168 – aos crimes de duplicata simulada e fraude à execução aplicam-se as regras do furto relativas à extinção da punibilidade e ação penal. É isso, Juliana? A ação penal é a mesma do furto?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É parágrafo terceiro também, porque o juiz poderá aplicar somente a pena de multa se de pequeno valor à lesão patrimonial.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aplicam-se as regras do furto relativas ao pequeno valor do prejuízo, à extinção da punibilidade e à ação penal. Tudo bem?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Você quer colocar do furto ou do artigo... Porque é do furto, é do estelionato...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – É do artigo tal.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É de tudo, entendeu? É só repetição, porque não é só do furto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, mas é que o furto foi o iniciador, né? Inicia o capítulo. Aplicam-se as regras – não precisa repetir – do furto ou do estelionato ou do dano...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Do artigo tal. Aí vai fazer remissão.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É porque, às vezes, elas são diferentes.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Só me preocupa a ação penal, Juliana. A ação penal no furto não é mediante queixa?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não. É tudo representação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Representação? Então, é isso mesmo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Só coisa comum, que está aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, é isso, gente. Está certinho aí. Ficou bonitinho.

Juliana, vamos falar de receptação.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Eu tenho destaque.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu tenho também. A minha proposta, inclusive, é bem diferente aqui da proposta da Juliana no particular.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Relator, sem querer tumultuar, é o seguinte: daqui a pouco tenho que sair para o aeroporto. Pergunto se seria possível a gente colocar o femicídio e a homofobia. Se não quiserem, não tem problema nenhum. Ninguém precisa mudar por minha causa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Mas só para eu poder participar dessa discussão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro. Você quer fazer a proposta?

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Eu entreguei, passei para todos por *e-mail*. O Reinilson tem as propostas em xerox.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Relator, acho que já criminalizamos a homofobia.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Criminalizamos, incluindo nos crimes de racismo e intolerância.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Era isso que eu queria falar com...

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – O femicídio, a proposta... Não, não. Sobe lá. O femicídio está no começo. Isso. Seria uma qualificadora do homicídio que nós, em termos gerais, já havíamos previsto também, mas seria o caso apenas de fazermos um destaque para a questão do femicídio ou feminicídio. Acho que a gente pode discutir a terminologia. Eu acho que femicídio é o homicídio da mulher, e o feminicídio seria como um homicídio do gênero feminino. Feminicídio é matar o feminino, e femicídio é matar a mulher. Agora, também submeto à discussão. A gente poderia tipificar da seguinte maneira: o homicídio contra a mulher no contexto de violência doméstica ou de gênero, porque aí o caso seria o motivo do crime, violência doméstica ou de gênero.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu queria observar que essa proposta já está incluída.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É, no § 2º.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – É verdade.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Seria só a questão de dar *nomen juris* a isso.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A redação é bastante diferente.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – É completamente diferente. Essa matéria já foi vencida. Está votada. Está aqui: mediante paga, mando, promessa de recompensa; por preconceito de raça, cor, etnia, orientação sexual e identidade de gênero, deficiência, condição de vulnerabilidade social, religião, procedência regional ou nacional, ou por outro motivo torpe; ou em contexto de violência doméstica ou familiar, em situação de especial reprobabilidade ou perversidade do agente".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É só o *nomen iuris*.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – É o nome e também um inciso separado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Seria destacado. Não é alteração, no meu modo de ver.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Nós tiraríamos a violência doméstica do inciso que nós já redigimos e faríamos essa previsão do femicídio. É que há uma tendência mundial de fazer isso e, na verdade, também, é para dar visibilidade ao assassinato das mulheres.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Luiza, compreendo, mas eu quero dizer que acho a redação anterior superior. Acho, inclusive, que essa sua proposta descriminaliza porque ali está em qualquer contexto de violência doméstica. Esta semana, os jornais, as revistas dão conta de um homicídio da mulher contra o marido, e ficaria fora, dentro dessa redação.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Sim, mas não haveria alteração de pena, entendeu? É a mesma pena... Só que a gente está tipificando o homicídio contra a mulher, porque, se na semana passada teve um homicídio contra homem, todos os dias tem mais de onze homicídios contra mulheres. É uma questão numérica.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – É que já está previsto no texto.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Eu sei. Eu só estou pedindo se seria possível a gente fazer...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu gostaria de me manifestar, relator. Eu até já havia trazido essa questão, que agora foi formalizada pela colega Luíza, até para a Juliana também.

Em primeiro lugar, o colega Técio expôs bem. As pessoas me procuraram – a Prof.ª Flávia Piovesan, a Juíza Adriana Ramos de Mello e vários outros membros que atuam nessa área –, trazendo uma preocupação que quase todos os códigos, para eu não dizer todos. Na América do Sul até na América do Norte já há uma previsão própria. O México começou, até por uma peculiaridade dos crimes contra as mulheres: femicídio ou feminicídio. Então, isso é uma reivindicação. E eu havia dito exatamente que já havia sido aprovada a possibilidade, sem mudar criação de nova pena e tudo, seria dar o *nomen iuris* que se quer dar e que nota que é femicídio ou feminicídio, podendo ficar num parágrafo separado ou não. Mas, sem alterar o que nós aprovamos. Não vejo nenhum problema. É uma reivindicação de grupos Já está tipificado assim. Se eu soubesse desse estudo antes, na época, eu já teria também trazido aqui. Então, existe. Agora, mantido aquilo que foi aprovado. Apenas, talvez, colocando um parágrafo...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu vejo só como uma questão de redação. Não altera nenhuma vírgula do que está aqui.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Nisso eu concordo e eu acho importante, sim.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – E é mais específico.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É um passo muito importante.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu tenho simpatia porque é o seguinte: é aquela história de trazer maior clareza possível para o que nós estamos fazendo. Se há um homicídio, me parece razoável que haja um femicídio.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – E, hoje, ele já é reconhecido.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Eu queria, a propósito, dizer. Eu não resisto, em homenagem à proposta

da nossa Luíza Eluf. Eu recebi por *e-mail*, vi que ela estava reclamando o *nomen iuris* de femicídio. Reli Hungria, que é sempre um prazer imenso, porque é uma literatura vernacular extraordinária, além do conteúdo jurídico, e trouxe, em homenagem a essa discussão, um texto. Quem é a vítima de homicídio? É o ser vivo nascido de mulher. Esta diferença, é o preto, é o *gay*, é a mulher, é o homem, eu creio que são elementos que não condizem com a tradição jurídica. É uma posição de grupo, é uma posição política de expressão, que não tem nenhum sentido. E eu trouxe, em homenagem, um texto de Hungria, que é magnífico. Eu vou ler, é curtinho, são cinco linhas: Para que haja homicídio, "é suficiente a vida. O sujeito passivo do crime de homicídio é um ser vivo nascido de mulher. Não importa o grau da capacidade de viver. Igualmente não importam, para a existência do homicídio, o sexo, a raça, a nacionalidade, a casta, a condição ou valor social da vítima, varão ou mulher, ariano ou judeu, parisiense ou zulu, brâmane ou paria, santo ou bandido, homem de gênio ou idiota, todos representam vidas humanas. O próprio monstro, abandonada a antiga distinção entre ostento e monstro, tem sua existência protegida pela lei penal. Enfim, mantida a tradição tal qual do código penal e tal qual a tradição brasileira, eu voto contra este apodo e esta nomenclatura porque daqui a pouco vão querer o judeu, o negro, o homosexual, o zulu, o idiota e por aí afora.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gamil tem a palavra.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Dr. Relator, Drª Eluf, eu penso que esta comissão já avançou significativamente no tratamento da matéria ao contemplar como homicídio qualificado crime praticado no contexto da violência domestica. Eu temo que esta redação casuística, em vez de servir para esclarecer as coisas sirva para dificultar. Quando foi aprovada a Lei Maria da Penha, sobre ela caíram diversas arguições de inconstitucionalidade por violação e isonomia. O dispositivo já contempla essas situações. Então nós vamos colocar contra a mulher. Aí começarão a surgir dúvidas. Mulher aí é somente a nascida mulher? Mulher é elemento normativo? Mulher é elemento objetivo? Transexual entra no conceito de mulher? A redação já é superior no contexto de violência doméstica, seja a vítima homem ou mulher. Pode ser que a vítima homem não só o homem saudável, mas pode ser um homem doente que também precisa ser contemplado, também precisa ser tutelado, um idoso... Então, a gente vai começar a criar aqui exceções para atender a aspectos simbólicos que eu vejo sinceramente como algo que além de ser desnecessário pode servir para criar determinados problemas de aplicação prática.

Além disso, a mim me parece que a matéria já foi votada e está vencida. Então, somente quero apresentar meu posicionamento contrário não que as mulheres não mereçam proteção, mas acredito que a proteção já dispensada é muito superior a esse dispositivo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu vejo só como emenda de redação; não vejo como alteração, mas eu pergunto se já se formou a maioria, se já podemos votar porque a Luiza tem que...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu queria só fazer uma colocação porque não sei, talvez eu esteja interpretando mal. Estou concordando, o Técio leu e eu lembrei, eu trouxe esse argumento. Aqui, nós colocamos identidade de gênero, está lá, é qualificado. Identidade de gênero é para a questão dos transexuais, para a questão da homofobia. E ali está homicídio qualificado. Apenas está se dando um nome *juris*, destacando ou não, mas o que está no texto.

Nós já votamos isso. Apenas o relator falou emenda de redação. Dar o nome, femicídio, em razão... Agora, nós temos os nomes, temos identidade de gênero e todos os outros aí. Grupos. É até importante ressaltar a crítica do Técio, mas esta comissão aprovou até por uma audiência pública que houve em São Paulo. Então já está aprovado.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Estão está aprovado, é matéria vencida, está ultrapassado.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É só um nome, é redacional.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, vamos encaminhar.

Você quer falar, Juliana?

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Não é de conteúdo, é redacional.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Para mim, só precisa trazer também a parte final, depois da vírgula...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu penso da seguinte da maneira. A mudança de texto, como já discutimos anteriormente... Aquilo que a gente já votou, vamos ao futuro. Eu vi essa proposta da Luiza como uma emenda de redação, quer dizer, você está no *caput*, traz ali para o parágrafo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É que tem uma vírgula que diz o seguinte: em situação de especial reprovabilidade ou perversidade do agente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Teria que ser esse o texto.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Teria que colocar aí.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Teria que ser esse o texto, Luiza. Para ser coerente, preciso me bater por isso. Agora, eu encaminho, eu seria favorável.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Acrescentaria a parte final que já está aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas aí retiraria aquela parte que está lá, não sei em que inciso está.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Tiraria só a violência doméstica de lá; no contexto de violência doméstica tiraria de lá porque daí vem para cá.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – E o homem? O homem está excluído?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Teria, Luiza, que manter. A Juliana tem razão. Para que não seja alteração de texto teria que manter a redação tal qual aprovada, que é a seguinte:

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Sim, aí coloca essa também não tem problema.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Leia para mim a redação, Juliana, porque estou sem o texto nesse segundo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Ficou hoje assim: ou em contexto de violência doméstica ou familiar e daí não fala só contra a mulher, fala no geral, em situação de especial reprovabilidade ou perversidade do agente. É aquela fórmula portuguesa que a gente pensou em colocar no parágrafo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Teria de repetir esse texto, mas destacando a mulher. Aí o homem ficaria num parágrafo, e a mulher ficaria no outro. É isso, sem alteração de conteúdo.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Nós estamos voltando. É infinitamente melhor o texto que nós aprovamos.

O SR. MARCELO LEONARDO – Sr. Relator, estou considerando que o texto já aprovado é melhor, com todas as vênias às razões pelas quais se apresenta essa proposta. Entendo que ela vai alterar o texto, vai influir no texto e pode piorar a qualidade do texto. Por isso, estou votando no sentido de que se mantenha o texto que a Comissão já votou.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo. Vamos mensurar a opinião do Colegiado, então.

Quem concorda com o Professor Marcelo Leonardo no sentido de não fazer o destaque proposto pela Luiza? *(Pausa.)*

Seis concordam com o Professor.

Perdemos, Luiza.

Então, vamos em frente. O.k.?

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – O.k..

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí fica prejudicada também a questão da homofobia, porque é exatamente o mesmo contexto.

Voltamos à receptação, Juliana. Você quer falar sobre a sua proposta?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas a gente criminalizou a homofobia, não?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Criminalizamos. De novo, era só uma questão de nome *in juris*, não é?

Fala da receptação na sua proposta, Juliana, porque é bastante diferente da minha.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É mais fácil o Relator falar da sua.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A minha é muito próxima do texto atual.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É próxima do texto atual, não é?

Fui sensível na minha proposta a uma observação que nos foi feita, inclusive oficialmente, por aquele colegiado de secretários de segurança e que foi renovada. Eles fizeram novo encontro recentemente e fizeram a esta Comissão esse pedido específico.

O entendimento desses agentes da segurança pública é o de que a receptação é uma espécie de crime-tronco, ou seja, é a receptação que alimenta os furtos, é a receptação que alimenta os roubos, porque essas pessoas, muitas vezes, como nós sabemos, roubam, mas não têm o engenho, a arte ou o conhecimento para repassar aquilo. Então, a figura do receptador, segundo os secretários de segurança, é uma figura-chave. A pena do receptador deve espelhar esse papel diferenciado que ele exerce para alimentar os outros crimes contra o patrimônio.

Por isso, a proposta que fiz tem uma figura básica da receptação com a pena de dois a cinco anos. E aí qualifica a receptação em alguns casos, como a receptação no exercício de atividade comercial ou industrial, em que a pena vai de três a seis anos. Mantém a chamada receptação privilegiada em crimes de menor potencial ofensivo, com pena de seis meses a dois anos, e permite, nessa figura de receptação privilegiada, que o juiz deixe de aplicar a pena.

Se a receptação tratar de bens e instalações do patrimônio da União, "as penas previstas neste artigo serão ainda aumentadas de um sexto a um terço".

E o § 6º mantém aquela locução que é tradicional desde Nelson Hungria: "A receptação é punível, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa".

O SR. MARCELO LEONARDO – Sr. Relator, só tenho uma objeção à pena mínima do art. 180 proposta por V. Exª.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não.

O SR. MARCELO LEONARDO – Dois anos inviabilizam uma eventual suspensão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Certo.

O SR. MARCELO LEONARDO – Então, a minha proposta é aceitar a pena máxima sugerida por

V. Exª, de cinco anos, mas mantendo a pena mínima de um ano.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeito. É de um a cinco anos, não é? Não me oponho a isso, Professor Marcelo. Mas consulto V. Exª sobre as penas...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas espere aí!

O SR. MARCELO LEONARDO – Quanto às outras hipóteses previstas, não estou vendo maior problema nelas, não.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Tenho um destaque a fazer.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Marcelo.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – O destaque que quero fazer está relacionado com algo que já discutimos anteriormente. Já expus meu posicionamento sobre isso. E, agora, chegamos a uma encruzilhada, para decidir que rumo tomamos.

Quando votamos pela aprovação do texto tal como se encontra no substitutivo da nova lei de lavagem, fizemos uma opção por sair desses crimes de lavagem de segunda geração, em que estão definidos os crimes antecedentes, para partir para uma terceira geração em que não há crimes antecedentes. Pois muito bem, o substitutivo que foi aprovado e que está para ser promulgado pela Presidente Dilma dispõe da seguinte forma: "(...) ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedades de bens, direitos ou valores provenientes direta ou indiretamente de infração penal". E, aqui, está escrito: "(...) adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ou deva saber ser produto de crime", etc. Na ocasião, eu chamei a atenção para o fato de que esta redação se confunde com o crime de receptação. Nós criamos... Particularmente, sou contra a adoção desse regime de terceira geração, em que qualquer delito passa a ser crime de lavagem. Porque, vejam os senhores, nós vamos partir de uma pena de um a quatro ou de dois a cinco, um a cinco, como propõe o Relator, para uma pena de três a dez, para qualquer tipo de delito. Pior do que isso, nos delitos de lavagem, haverá uma banalização do crime de lavagem, e nós sabemos quais são as consequências. As consequências são a não aplicação de pena, quando deveria ser aplicada. Mas, de toda forma, nós chegamos àquela encruzilhada a que eu me referia na reunião anterior, quando dizia que o crime de lavagem vai se confundir com o crime de receptação. Se nós mantivermos, no *caput* e no § 1º, o verbo "ocultar", nós estamos gerando confusão legislativa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo. Marcelo, eu vou aderir à sua proposta porque agora é a minha vez de dar uma de Emanuel Cacho. Eu sei que em Portugal a lavagem de dinheiro é uma modalidade de receptação. E eu tive que estudar esse assunto. E o tema que mais me trouxe dificuldade foi separar a receptação da lavagem. Realmente, eles têm um ponto de contato muito próximo. Eu tenho para mim que a receptação é a figura privilegiada da lavagem. Porque você não precisa, na receptação, praticar o ardil que deve caracterizar a lavagem. Mas o verbo "ocultar", que você está indicando, é justamente o verbo que está aqui e está lá. Então, nós podemos tirar, eu concordo com você.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Mas se nós chegássemos num texto que trouxesse uma distinção, talvez melhorássemos aquele problema para o que chamo a atenção, para o crime de lavagem,...

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Dr. Relator...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – ...que é você banalizar a aplicação do crime de lavagem para todo e qualquer delito. Uma pena altíssima. Gravíssimo.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Relator, eu quero pedir licença ao Dr. Marcelo Leal para votar contra. Eu penso que o verbo "ocultar" vai gerar um conflito aparente de normas com o crime de lavagem. E no conflito aparente a doutrina e a jurisprudência vão saber selecionar. Ao tempo em que, se nós retirarmos aí o núcleo "ocultar", todas as condutas de ocultação representarão lavagem de dinheiro, com pena de três a dez anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É verdade.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Então, eu prefiro correr o risco do conflito aparente ao obrigatoriamente supor que toda ocultação é lavagem.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Gamil, sob essa ótica, eu estou de acordo com você, mas eu acho que este é o momento de tentarmos trazer uma distinção que possa aplicar-se em receptação e não crime de lavagem para todo e qualquer delito.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu questiono...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – A distinção não é o verbo. A distinção dos dois crimes é o bem jurídico afetado. O bem jurídico, no crime de lavagem, não é um patrimônio singular, é um patrimônio coletivo, é o sistema financeiro que está em jogo. Então, pelo bem jurídico, daria para fazer a distinção.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – E o senhor proporia como, Professor?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, eu deixaria como está a redação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E deixaria isso para a doutrina e jurisprudência...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É, deixaria. Os bens jurídicos são distintos. Não tem problema. O grave aqui, a questão mais grave que está neste texto já foi objeto inclusive de uma HC relatada por Celso de Mello, que julgou inconstitucional o atual § 1º do 180, quando fala do dolo eventual. E, aqui, outra vez repete o tal desse dolo eventual, que é "deve saber". Isso é problemático.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Podemos tirá-lo, não é?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Ah, tem que tirar.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Na redação sugerida por Juliana, ela botou: "coisa que sabe ou deve saber".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, eu tenho essa preocupação também. Não me oponho. Acho que é razoável.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Tem um voto aqui...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Coisa que sabe ser produto de crime.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Sabe ser produto de crime.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeitamente. E com relação aos outros parágrafos, Professor Luiz Flávio, algum outro destaque?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não. Tudo tranquilo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem? Então, deixamos "ocultar" – cadê o Marcelo? –, por causa dessa utilidade que o...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Estou percebendo a utilidade, estou de acordo, porque vem ao encontro da minha preocupação, mas eu acho que talvez pudéssemos aqui dar a pedra de toque da distinção, que poderia ser "receber, transportar, conduzir ou ocultar".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu tenho medo, Marcelo, porque, olha, eu confesso, essa foi a questão que mais me... Vou ser muito sincero. Eu escrevi sobre lavagem de dinheiro, e quando cheguei nisto aqui eu escrevi tanto que eu achei que tinha perdido o foco e deixei para lá. Então, essa questão da distinção entre a receptação e a lavagem de dinheiro é tortuosa. Talvez fosse mesmo o caso de deixar a norma assim, permitindo que essa distinção doutrinária seja feita...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – É que, na lavagem, a gente tem aquelas três fases tradicionais. Talvez fosse isso, talvez esse seja o traço distintivo.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Isso. O *modus procedendi* é distinto. A lavagem tem as fases de cometimento de crime. A primeira é ocultação; a segunda é mimetização; e a terceira, é a tomagem de ilicitude. Então, de fato, seja pelo *modus procedendi* seja pelo bem jurídico, acho que dá para sair. Doutrinariamente, dá para sair.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem, gente, para gente avançar? Temos uma pauta intensa ainda.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Tudo bem o quê? Eu não entendi o que ficou votado. A minha proposta tem diferenças de penas seriíssimas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não votamos nada ainda, Juliana.

Na verdade, na minha proposta, a pena do *caput* era de dois a cinco, mas eu aderi à observação do Prof. Marcelo Leonardo de um a cinco.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu não me oponho de ficar de um a cinco.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Na receptação qualificada, onde está a coisa que sabe ou deve saber...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu peço, por favor, que mude no meu texto. Senão, vai ficar uma...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ele passa, ele passa para lá.

Copia o meu texto, Leandro, e passa para ali, por favor. Copia o texto que eu sugeri.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas não tem mudança de tipo; a mudança é de pena, Luiz Carlos. Não precisa copiar tudo. Eu proponho a receptação qualificada também: adquirir, receber, transportar, conduzir no exercício de atividade comercial ou industrial, inclusive com a equiparação de qualquer forma do comércio regular ou clandestino. Isso está no § 3º. A questão...

O SR. LUIZ FLÁVIO – Vamos tirar o "como deve saber".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – E a questão é que aqui coloquei de dois a seis anos, e a sua proposta é de quatro a oito, é isso?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. É de três a seis. A receptação qualificada é de três a seis.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – O aumento de pena está de acordo?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, pode manter a sua proposta. Na receptação qualificada, a sua é de dois a seis; estou propondo que seja de três a seis. Justamente a receptação tem esse papel diferenciado.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas a gente tira o "deve saber"?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tira o "deve saber", coisa que se sabe ser produto de crime.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Mas eu quero discutir isso aí.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Muiños.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Em princípio, a minha proposta, vendo a proposta da Juliana e contraproposta da relatoria, eu acrescentaria no art. 180 apenas a sua proposta – essa era a minha posição. No art. 180, o verbo "transportar e conduzir" foi retirado da segunda parte: "Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ou deve saber ser produto de crime ou influir para que terceiro de boa fé adquira, receba ou oculte."

Eu sempre questionei porque a doutrina não esclarece; ela é genérica, e a jurisprudência não enfrenta isso. Por que influir para que alguém de boa fé transporte ou conduza para que também não seja receptação? Então, a minha proposta inicial era o "transporte" e o "conduzir" para cá. Trouxe o Marcelo Leal, nosso colega, muito bem argumentada, a questão da ocultação, sobre o que eu realmente fiquei em dúvida. Foi muito bem colocado. Mas estou preferindo, parece-me, a contraproposta. E aqui o Luiz Flávio, a meu ver, caminhou na trilha que me parece mais adequada: na verdade, é o bem jurídico, e caso a caso é que será examinado. Eu prefiro que fique o verbo "ocultar", que não o retire, acrescentando-se "transporte ou condução".

Agora, vem o "deve saber" para que o Prof. Luiz Flávio chamou a atenção. É verdade, muitos falam, questionam esse dolo eventual, só que aqui o que o legislador fez? E aqui coloco pela minha experiência hoje, depois desses anos na área criminal: vejam que há uma diferença com o § 3º. No § 3º, que trata da receptação culposa, é só "adquirir ou receber", só dois verbos. Por isso que essa culta vem da natureza, desproporção entre o valor e o preço ou pela condição de quem oferece, que não precisa ser um preço inferior. Adquirir ou receber. Na receptação, esse chamado dolo eventual "deve saber", na verdade, aqui, são várias condutas: é o adquirir, é o receber, é o transportar, é o conduzir, é o ocultar produto que "sabe" ou "deve saber" produto de crime. Por que deve saber? Aqui não se está colocando nem desproporção de preço. Isso é na forma culposa; Por quê? É a pessoa que sabe exatamente, ou pelo menos deveria saber, por aquele que está vendendo, aquele que está transportando ele está repassando, você não tem prova de que aquilo seja objeto de crime, mas também não tem nenhuma documentação, nada que tenha domínio ou ilicitude e, no entanto, você recebe, você oculta, você transporta, você conduz, você adquire. Aí eu tenho uma divergência com o Prof. Luiz Flávio. É correto. Muitos questionam isso.

Mas eu entendo que o legislador aqui, quis colocar o dolo eventual no 180, porque, aqui, o crime realmente é doloso, diferente das condutas para a forma culposa.

Então, eu votaria contra.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Só um esclarecimento: na minha proposta a gente revoga a receptação culposa. Viu Juliana, a minha proposta não mantém a receptação culposa. Eu tiro a receptação culposa.

Agora, Muiños, a questão do "sabe" ou "deve saber" mereceu uma longa reflexão do Supremo, e ela propicia esse debate interminável se é proporcional equiparar o dolo direto com o dolo eventual. E a tendência é dizer que não, que não é razoável. Estas duas figuras teriam uma gravidade totalmente distinta. E eu chamo a atenção à proposta até da parte geral que manda reduzir a pena no caso de dolo eventual. Então, eu pergunto, no meu modo de ver, se é suficiente dizer coisa que sabe ser produto de crime. A consciência vai ser provada pelos meios normais.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – A sua proposta está tirando... Não é forma de prova, isso é prova. Prova do processo. Eu não posso trabalhar o tipo penal pela forma da prova. Mas a sua proposta é retirar a forma culposa. Se ainda mantivesse a forma culposa...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Quando você prova... Escuta: receptação culposa não existe. Receptação culposa, no meu modo de ver, não existe.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu acho que é a que mais ocorre. Acho que é a mais rotineira, sinceramente.

O Ministério Público é que acaba jogando no dolo eventual.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muiños, perceba a minha proposta: eu acho que quando você prova que o sujeito deveria saber, nesse contexto, você prova que ele sabia. Então, essa distinção, aqui, no particular, eu acho que ela só nos atrapalha.

Com relação à receptação culposa, ela, na verdade, é o grande escape. Ela não é criminalizadora, ela é descriminalizadora, porque ela permite que todo mundo diga que "não, não sabia, foi negligência e tal". Então, a minha proposta acaba com a receptação culposa.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Mas tirando o "deve ser" também. Se pelo menos fosse alternativo, tiraríamos o "deve saber" aqui do *caput*, mas tendo a forma culposa...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Até porque a pena da receptação culposa é ínfima. Ela dá um escape tremendo.

O SR. EMMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Meu caro Luiz Carlos, neste caso aí eu devo dizer que a culposa deve ser mantida. Eu acho. O meu pensamento.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você entendeu Muiños. Se eu deixo a culposa, eu dou um escape. Na prática, não tem receptação culposa. Não tem.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu acho até mais difícil para a defesa tirar a forma culposa, não é não?

O SR. EMMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Lá pode acolher o dolo eventual?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não. Na minha proposta, eu estou secundando a proposta da Juliana, do Prof. Luiz Flávio. Este "deve saber" só atrapalha, só atrapalha. Ele não tem nenhuma utilidade. Quando você consegue a prova do dolo eventual, você conseguiu ao mesmo tempo, meu amigo, a prova do dolo direto.

Eu entendo que a receptação culposa não é um assunto... Ou o "cara" realmente estava de boa-fé, e não vale a pena puni-lo pela negligência, ou o "cara" estava de má-fé e não em culpa nenhuma. O "cara" que recebe lá a correntinha de ouro que os moleques roubam, não é culpa, é dolo.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Pois é. Mas dizer também que não existe receptação culposa...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Luiz Carlos, você pode comprar um CD pirata em uma loja sem saber que o CD é pirata.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí não há crime.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Luiz Carlos, vamos tirar estas expressões; o "sabe" e o "deve saber". Tire as duas, já que vai manter a culposa, e deixe lá coisa, produto. Deixa a modalidade culposa, porque, se não é culposo, é doloso, então...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Mas essa modalidade culposa da Juliana teve um aumento de pena, na sua proposta, não teve?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Teve.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA Porque, originalmente, é de um mês a um ano, não é isso? De um mês a um ano. Passou de seis a dois. Então, houve um...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Meus queridos, não tem receptação culposa. É o que estou dizendo: se a pessoa age de boa fé, não há crime algum. Isso pode acontecer com qualquer um de nós. O cara vende e você compra. Não há crime.

A receptação, no meu modo de ver, é eminentemente dolosa, e digo mais, é dolo direto. Não tem dolo eventual nenhum.

Então, a proposta que estou fazendo enxuga a receptação e a readapta diante da gravidade com que ela acontece na prática.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – O meu colega Técio Lins deve-se recordar de que, no Rio Janeiro, havia – não sei nem se ainda há – uma "robauto" no Acari, lembra? Foi famosa no Brasil.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E você vai dizer que é culpa ali?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Ali, as pessoas... Era uma feira que, no fundo, no fundo, aquilo tinha furto, tinha tudo.

O SR. MARCELO LEONARDO – Aqui em Brasília também.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não é culpa. Não é culpa, é dolo.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Deve ter também.

Era famosa. Agora, ali, podia-se dizer: sabe? Não, eu não sei, eu imagino que até pode ser que o sujeito comprou mais barato, vendeu, mas nas condições, por tudo, deverei imaginar que estou comprando...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos fazer uma votação seccionada, então, porque senão a gente vai se perder.

Quem é a favor da mantença do dolo eventual na figura da receptação? *(Pausa.)*

Quem é contra? *(Pausa.)*

Então, venceu o dolo direto.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Isso. Agora, se é forma culposa ou não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A outra discussão é a pena da receptação qualificada.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Ah, certo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A Juliana propõe dois a seis e eu proponho três a seis.

Eu acho que, aqui, é o exercício de atividade comercial. Aqui, realmente, a questão é mais severa, é mais grave. Aqui, não tem inocente, gente.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, eu concordo com a pena mais alta, desde que a gente traga uma causa de diminuição de pena que inclua, inclusive, o parágrafo pelo pequeno valor, porque tem... O Relator está pensando no desmanche, naquele sujeito que mexe com carro, mesmo que seja clandestino, mas ele mexe com um volume de dinheiro e tal.

Tem, também, o sacoleiro, tem o sujeito lá da 25 de Março, que vende disco, que vende CD pirata.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro, Juliana, não me oponho a trazer para cá aquela mesma figura do furto.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Já está no furto, já está no estelionato.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não me oponho, ok?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Se de pequeno valor a coisa de origem criminosa, o juiz aplicará somente a pena de multa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeitamente. Nenhuma oposição.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Isso vale para tudo, inclusive para atividade comercial.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Luiz Carlos, como ficou a pena do *caput*?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nenhuma oposição.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – De um a cinco, ou dois a cinco?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Fica três a seis anos, com uma causa de redução de pena, sem problema nenhum.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Um a cinco.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Ficou um a cinco, Juliana?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ficou um a cinco.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, é multa. Aplica só a de multa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí, eu não me oponho, Juliana.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Desculpa, onde está?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A gente está na receptação qualificada, Técio, e a Juliana disse o seguinte: ela concorda com a proposta de pena que eu fiz, de três a seis anos, desde que se preveja uma causa de redução de pena na questão do furto, e eu estou concordando. Acho que é razoável.

O SR. MARCELO LEONARDO – O 203 ficou de um a cinco, não é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Parágrafo terceiro.

O SR. MARCELO LEONARDO – No *caput*, um a cinco?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Um a cinco e, aí, qualificada, três a seis.

Aí, a Juliana está dizendo: "Olha, vamos colocar aquelas mesmas causas do furto." Não me oponho, é crime sem violência ou grave ameaça. Pode colocar. Aí, ficaria no §5º.

Agora, eu encaminho no sentido de revogarmos a receptação culposa. Ela não tem utilidade, não existe receptação culposa.

O SR. MARCELO LEONARDO – Eu acho que pode votar. Eu encaminho no sentido contrário, para manter o texto da modalidade culposa.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Leandro, pelo amor de Deus, volta. Já está isso lá embaixo.

O SR. MARCELO LEONARDO – Porque entendo que há situações que se ajustam a esses dispositivos.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Luiz Carlos, qual ficou a pena do *caput*?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muiños, você entendeu manter a receptação culposa?

O SR. MARCELO LEONARDO – É a favor. Ele é a favor.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você entendeu o que significa?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você entendeu que você está dando um escape para os caras?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – O pior é que eu estou buscando uma atipicidade.

O SR. MARCELO LEONARDO – Ele está concordando.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – A receptação, na verdade, é uma prática quase aceitável.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, de novo. Enfim, ainda que perdendo, insistindo.

Se a gente coloca receptação culposa, a gente mata a receptação dolosa. Todo o mundo vai dizer que agiu porque "Ah, não, eu sou um santo, mas é que havia...".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas isso já é feito hoje,

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Relator, eu entendi até a sua proposta, e a diretriz dela...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E são poucas as situações.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – ..., mas me preocupou quando tirou o "dever ser". Eu concordaria tirando a culposa, como o "deve saber". "Dever ser", não, "deve saber". Mas tirou o "deve saber" lá, quase vai ficar uma atipicidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ao contrário.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Na maioria das vezes, a prova da origem do conhecimento pleno, essa não se faz não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Como promotor, Muiños, a prova do deve saber e do saber é a mesma.

O SR. MARCELO LEONARDO – Meu caro relator, apesar de esse texto já existir, na realidade, o nosso magistrado aqui pode ser testemunha: somente nos casos em que, inequivocamente, se demonstram circunstâncias do parágrafo da modalidade culposa é que o Judiciário a acolhe e, em geral, não acolhe; entende que é doloso. Então, não vejo tanto risco.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muito bem. Não vou fazer um cavalo de batalha. Fiz o meu registro.

O SR. MARCELO LEONARDO – Tudo bem.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Como promotor, eu tenho muito...

Está bom.

Então, está mantida a receptação culposa.

O SR. MARCELO LEONARDO – Está de acordo.

O SR MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Luiz Carlos, como ficou a pena do *caput*?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Um a cinco.

O SR. MARCELO LEONARDO – ..a pena proposta pela Juliana?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A minha pena era de dois a seis.

O SR. MARCELO LEONARDO – Seis meses a dois anos, a modalidade culposa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Seis meses a dois anos, e a gente vai colocar aquela...

O SR. MARCELO LEONARDO – Agora, aquele §7º vai ser substituído?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Por aquelas duas figuras do furto.

O SR. MARCELO LEONARDO – Aquela regra geral?

O SR MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Nós estamos permitindo suspensão condicional em caso de receptação?

O SR. MARCELO LEONARDO – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Culposa.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu acho que o Marcelo foi vítima de alguma coisa essa semana, porque ele voltou...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, a figura do *caput* vai admitir, Marcelo.

O SR. – É inveja do Muiños. É que ele queria ir para Paris.

]**O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES** – Leandro, põe aquelas causas do furto lá. A gente usou agora há pouco. "*Aplica-se a esse crime a extinção da punibilidade, a redução de pena...*". A gente usou ali em cima. Coloca na receptação também. Mais para frente a gente usou isso. Mais para frente. A gente colocou numa figura ali, lembra? Duplicata simulada. Foi ali. Volta lá.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas é que eu ia colocar só que pequeno valor, mas reparação do dano a quem?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A gente vai usar, Juliana, a mesma situação do furto.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, mas não tem vítima para reparar dano aqui. O que eu tinha colocado é só que "*se de pequeno valor a coisa de origem criminosa, o juiz aplicará somente a pena de multa*".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Só isso, não é?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É, porque a reparação do dano não tem para quem.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você tem razão. Não tem vítima direta.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Mas pode-se tirar aquela expressão "receptação privilegiada"?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Isso já está lá, só que coloca...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Por favor, tirar o "privilegiada", assim como fizemos no roubo. Roubo...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Tirar a expressão só.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Causa de diminuição.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Causa de diminuição. Exatamente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É que não é causa de diminuição, porque é só multa, não é?

Multa exclusiva. Põe ali.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Qual foi a redação que demos lá no...?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Lá, eu nem sei, mas aqui fica bem "multa exclusiva".

O SR. MARCELO LEONARDO – Multa isolada.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Multa isolada, professor. Está ótimo.

O SR. MARCELO LEONARDO – Pode ser?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pode ser. Coloca ali: em vez de receptação privilegiada, coloca multa isolada.

O SR. MARCELO LEONARDO – §2º.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Olha só: não é §2º. É §4º, para deixar claro...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aplica-se a tudo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não é melhor, aliás, deixar isso na hipótese do *caput*, §1º e 2º, ou em todas as hipóteses desse artigo?

O SR. MARCELO LEONARDO – Aqui, se, depois de modalidade culposa, colocam-se essas referências à multa isolada ou à isenção de pena...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso!

Ficou ali olha: se, de pequeno valor... Está bom. Está no último parágrafo, informando todo o tipo.

O SR. MARCELO LEONARDO – Mas aí tem que mudar o resto, porque...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu não sei, porque a punibilidade da receptação...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Quer ver? Volta lá no §7º e olha:

O SR. MARCELO LEONARDO – Mexeu no parágrafo todo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A gente coloca assim: "*se de pequeno valor a coisa de origem criminosa, o juiz aplicará, para as figuras deste artigo, somente a pena de multa*".

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Perfeito, relator.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom?

Com isso, a gente terminou a receptação. E só tem ação penal, Juliana, que está na minha proposta, mas não está na sua.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, porque a gente foi pondo em cada caso. Por isso, não está no final.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É, não é?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Devia pegar tudo, jogar aí e citar os artigos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem. É porque não há nenhuma alteração de fundo. Só de redação.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Dr. Luiz Carlos, aquelas regras gerais de escusa absolutória vão constar, não é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois é. Aí que está: na minha proposta, a escusa absolutória cai fora. Na minha proposta, cai fora.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Então esse crime de furto de filho contra pai, de pai contra filho...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Na minha também.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu acho que a escusa absolutória ali não faz sentido, porque, como se transformou em crime em que somente se procede mediante representação, se o pai não quiser representar contra o filho, não represente. Eu acho que a escusa absolutória é uma técnica antiga. Ela foi superada com vantagem ao dar poder à vítima de representar ou não.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Aqui este texto não tem norma sobre o assunto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não tem. A Juliana está dizendo o seguinte: em todos os casos, ao final do artigo, nós trouxemos a menção: somente se procede mediante representação. Não haveria necessidade de uma cláusula final. A escusa absolutória... Se consultarmos hoje o art. 180 do Código Penal, vamos ver que ele é ruim, por quê? Porque ele diz dessas histórias de pai contra filho, de cônjuge na constância do casamento e ressalva os crimes com violência ou grave ameaça. A solução que a gente adotou foi, em todos esses casos, permitir que a ação seja sujeita a representação. Então, tornou desnecessária a escusa absolutória no meu modo de ver.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu concordo com o Relator. Eu acho que essas escusas não fazem mais sentido na relação familiar de hoje.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – E é superior a fórmula.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se o pai quiser representar, represente; se não quiser, não represente. Não é mais ação penal pública incondicionada.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Tem mais alguma coisa para votar?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, se não houver mais destaque, nós terminamos os crimes contra o patrimônio. Não há mais destaque?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Momento histórico.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Momento histórico. Terminamos os crimes contra o patrimônio.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Encantado, Relator.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Diminuímos as penas. Deixe-me agora dar um abraço.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A nossa pauta agora...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Luiz Carlos, vá lá e dê um abraço...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Na pauta, a questão dos crimes hediondos, uma questão importante. Eu fiz uma proposta e quero justificar. É o seguinte: primeiro, o crimes hediondos são mencionados na Constituição, que determina que a lei os preveja. Então, entendo que é nossa tarefa fazer isso. A lei atual seguiu uma técnica controvertida, mas, na minha proposição, mantemos essa técnica. Que técnica foi a da lei atual? Ela fez o etiquetamento. Colocou lá: é hediondo isto, isto e isto. Essa técnica é muito criticada, porque pode ter incluído coisas a mais e deixado de fora outras coisas. Mas eu me convenci, e vou até dizer o nome da pessoa que me convenceu. Eu me convenci

pela argumentação que eu li no livro do Alberto Toron. O Toron diz o seguinte: que essa técnica é melhor do que deixar o juiz verificar no caso concreto, porque ele temia que o juiz colocasse a ideologia dele em cada caso para dizer o que é hediondo e o que não. Então, eu me rendi a essa argumentação. De repente o juiz fala: "Crime contra o sistema financeiro é hediondo". E puf. Sendo que essa técnica do etiquetamento, no particular, oferece um controle.

A minha proposta é manter o rol atual, com algumas poucas alterações, algumas vindas até do nosso projeto. Por exemplo: hoje será possível falar em falsificação de medicamentos como crime hediondo? Porque houve o desdobramento da conduta. Nós já aprovamos o desdobramento, a redução de pena, o desdobramento. Não corre o risco a falsificação de cosméticos ser hediondo.

Segunda questão que eu queria indicar: me parece superior a gente mencionar o *nomen iuris* e não mencionar o artigo, porque isso deu uma confusão danada.

E, em terceiro lugar, isso é polêmico e eu queria consultar vocês, porque a lei atual traz os crimes hediondos e os equiparados. Então ela equipara ao hediondo a tortura, o terrorismo e o tráfico. Eu me pergunto: bom, qual a vantagem de equiparar? Por que não consideramos logo hediondo? Foi a solução que eu preconizei.

O que eu acrescentei no rol eu destaquei em vermelho, que é a redução à condução análoga à de escravo, destaquei a corrupção, mas eu já adianto, porque eu sei que isso é muito polêmico, que eu tinha pensado na corrupção como crime contra a administração pública, e não na corrupção privada, porque eu acho que a sociedade brasileira chegou a esse ponto de entender que a corrupção é algo gravíssimo e inaceitável, que merece um tratamento diferenciado.

A questão do tráfico de pessoas eu acho que quase decorre da redação que nós aprovamos. Ok? Nós fizemos a aprovação do tráfico de pessoas dando a esse crime um perfil severo, um perfil diferenciado

E os crimes contra a humanidade. Parece-me sem sentido fazer como a lei atual, que diz que o genocídio é crime hediondo e deixa de fora os crimes contra a humanidade. Lembro que não são os crimes contra direitos humanos, que é um capítulo mais abrangente.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Preconceito...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não, não, é só os crimes contra a humanidade. É um dos capítulos do título.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – O racismo ficou de lado?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O racismo... Eu realmente não incluí o racismo como crime hediondo, né?

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – E é imprescritível, inclusive.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Seria o caso. Seria o caso.

Gente, são esses os destaques que eu queria apresentar. Essa a apresentação que faço da proposta.

O SR. (Não identificado) – Sr. Relator...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sr. Marcelo Leonardo, depois a Juliana e depois o Marcelo Leal.

O SR. MARCELO LEONARDO – No inciso I está o homicídio qualificado. A gente conhece a discussão que há sobre o homicídio qualificado e privilegiado.

Aí a minha proposta era acrescentar uma vírgula, para poder ficar claro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Fora as hipóteses de privilégio.

O SR. MARCELO LEONARDO – Excluído o homicídio privilegiado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Concordo, professor. Perfeito.

Homicídio qualificado, fora as hipóteses de privilégio.

O SR. MARCELO LEONARDO – Vírgula, excluído o homicídio privilegiado, ou qualificado e privilegiado, não sei.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Excluído o privilegiado.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Vamos colocar um parágrafo, porque não tem o nome privilegiado. É § 1º do 121, excluído...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Excluída a hipótese de concurso com o §...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não, não, Marcelo, é que, como é para dizer qual é... A preocupação do Marcelo Leonardo é a seguinte...

O SR. MARCELO LEONARDO – É o 121, § 1º.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O crime que, objetivamente, cabe no parágrafo atual, 2º, mas ao mesmo tempo tem redução de pena do atual.

Então, seria o seguinte: homicídio qualificado, excluída a hipótese prevista...

O SR. MARCELO LEONARDO – No § 1º.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – E sua combinação com a qualificadora, né?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Assim não está claro, não.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – É isso que eu estou dizendo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Assim não está claro, não. Parece o contrário.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, a exclusão só faz sentido pela inclusão.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu colocaria assim: "ressalvado quando..."

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Eu sei, Dr. Luiz Carlos. Mas há uma discussão muito viva se homicídio qualificado e privilegiado ao mesmo tempo é hediondo ou não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso, nós estamos dizendo que não é.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Não, está dizendo que o privilégio não é, coisa que hoje não se discute, que o homicídio puramente privilegiado não é.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas então, Gamil, veja só...

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Quando isolado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O que é hediondo?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Excluída a hipótese da cumulação...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O que é hediondo? É homicídio qualificado.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Se existe dúvida entre nós aqui...

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Dr. Luiz Carlos...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É questão de redação... Gente, presta atenção. O que nós estamos dizendo que é hediondo? Só o homicídio qualificado. Logo, o homicídio simples não é hediondo.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Então, a pergunta é: o homicídio...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Agora, quando o homicídio qualificado for praticado nas circunstâncias do privilégio, não será hediondo.

O SR. GAMIL FÖPEL EL HIRECHE – Desculpe-me, mas isso não está claro, não.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Ressalvada...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Aí é simples...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, isso ficará com...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Ficaria assim: é hediondo homicídio qualificado, vírgula, salvo quando também qualificado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem.

O SR. MARCELO LEONARDO – Pronto.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Relator, fica a proposta, porque eu, na verdade – vou até falar depois sobre homicídio –, eu fiz essa ressalva, porém ressalvado o privilégio, que seria o § 1º, quando isolado, não cumulado, porque...

O SR. MARCELO LEONARDO – O que a gente está propondo é um cumulado.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Vamos para votação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A redação está boa gente. Essa redação está boa, Muiños.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Não faz sentido, meu velho.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos lá, gente.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – ... a cumulação, porque, se ele for privilegiado, já não é.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, eu preciso...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, ao contrário. Eu admito o homicídio qualificado e privilegiado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, olha, eu não vou...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – É possível. Eu estou admitindo, desde que sejam objetivas as qualificadoras.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu vou ficar aqui até a meia-noite de hoje. Está bom?

O SR. MARCELO LEONARDO– Tudo bem.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu vou ficar aqui até a meia-noite de hoje. Vamos aprovar todos esses textos.

O SR. MARCELO LEONARDO – Eu estarei com V. Exª.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Convido todos a aqui permanecerem, porque fazemos uma discussão ampla, mas o tempo urge. O tempo urge.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A gente tem que tirar do bolso para pagar a passagem?

Peguei o último voo, mas...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Latrocínio. Alguma dúvida com relação a latrocínio?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, não, vamos só para os destaques então.

O SR. MARCELO LEONARDO – Há, sim. O inciso VIII. Falsificação de medicamento. Você está sustentando a tese de que isso aqui não está com os mesmos erros...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não está. Exatamente.

O SR. MARCELO LEONARDO – ... da legislação atual, porque nós separamos...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nós separamos a falsificação de medicamentos e a de cosméticos, né?

O SR. MARCELO LEONARDO – Ok.

No inciso IX, redução à condição análoga à de escravo, vou manifestar a minha divergência tendo em vista a experiência vivida dos órgãos do Ministério do Trabalho que têm feito ações destinadas a atribuir a agricultores a conduta de redução à condição análoga à de escravo, dentro de programas desenvolvidos no âmbito do Ministério que tem até metas a serem cumpridas, de fiscalização e de autuação. Algumas situações que não correspondem à redução à condição análoga à de escravo estão sendo equiparadas... As autuações acontecem por comunicação ao Ministério Público para o fim do processo. Daí minha especial preocupação com esse acréscimo, porque eu, pessoalmente, me curvo à cláusula pétrea da Constituição, embora a odeie. Certo? Então, como eu não posso acabar com isso, minha proposta é ficar no limite mínimo possível e não fazer acréscimos aqui.

A alusão à tortura, terrorismo, etc está absolutamente compatível com a Constituição. Então, esta inclusão aqui, pela vivência que eu tenho em torno deste assunto, envolvendo autuações, que hoje levam até ao risco... Se não me engano, está para ser aprovada ou foi aprovada a norma no sentido da perda da propriedade... Não é? Então, eu estou contrário... Marcelo fez um comentário aqui comigo: "Escuta, isso hoje está pouco significando e, no máximo, está a questão de regime de cumprimento e tempo para progressão, etc." Eu lhe disse: "Não. Nós temos aí uma norma que está repetida sobre a prisão temporária de 30 dias e com a maior facilidade se decreta."

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tem consequência, sim.

O SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DA SILVA – Então, eu encaminho em contrário a inclusão da redução à condição análoga à de escravo, embora reconheça que... Se efetivamente fosse a situação... Mas o que eu estou vendo não é isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Professor, eu quero encaminhar em sentido diverso desse de V. Exª, sem coonestar com qualquer desses exageros que V. Exª menciona. Mas, objetivamente, o que nós fizemos? Criamos um crime de redução à condição análoga à de escravo, inclusive trazendo os itens lá do art. 203, que era hoje crime contra a organização do trabalho. Realmente, nós aproximamos esse tipo que construímos da figura de, dolosamente, escravizar os outros. Parece-me que a escravidão dolosa ofende, de maneira profunda, a dignidade da pessoa humana e merece estar nesse rol até por uma questão de proporcionalidade. Merece estar nesse rol até por uma questão de proporcionalidade... Ao mesmo tempo, professor, que o senhor tem essa experiência negativa...

O SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DA SILVA – Você tem esse texto aí?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro.

Eu preciso contar a minha: eu já participei do estouro de cativeiros em uma atuação do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho, da Pastoral do Imigrante. Lá na região do Brás, eu estive presente e estourei dois ou três cativeiros e o que eu vi ali era um navio negreiro. Então, me parece que esse crime, nessas condições, tem toda dignidade penal para integrar esse rol. Eu concordo com o senhor que este rol tem de ser especioso, curto, seleto. Mas me parece que esse crime reúne essas condições para aí constar.

Eu vou passar o texto que nós aprovamos. Apenas um segundinho...

Gente, antes mesmo de a gente fazer qualquer votação, eu quero dizer que o Profº Nabor antecipou o voto, contrário à inclusão da corrupção, e favorável.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É... Eu tenho objeções a fazer...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O texto está mais cerrado porque ele se unificou com o 203. Aliás, já aproveitando, eu estou propondo aqui que a gente revogue o capítulo dos Crimes contra a Organização do Trabalho. Aquelas figuras de punir pela greve, punir pela invasão, punir pelo *lock out*, acho que são...

O único que importava, que era o 203, foi esse que nós incorporamos no antigo plágio.

O SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DA SILVA – Aquela questão de trazer empregados de uma região para outra do País...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, aí ou é tráfico de pessoas ou não é nada. Hoje, imagina... As fábricas colocam anúncio para trazer o sujeito de um lugar para o outro. As pessoas vêm com alegria. Eu entendo que ali tinha um varguismo incompatível com os tempos atuais.

O SR. ANTÔNIO NABOR BULHÕES – Por coincidência, nesta semana, eu vi autuações pegando... A construção civil está enfrentando problemas seriíssimos de falta de mão de obra e as pessoas estão sendo levadas de uma região para outra para trabalhar e tendo autuações...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Indevidas não é Professor. Isso aí se chegasse às minhas mãos eu diria: você está dando trabalho para o cara? Imagina! É ótimo. Desde que você não escravize, qual o problema?

Isso aí faz parte do medo varguista, que é o mesmo que incluir trabalho estrangeiro, trabalhador estrangeiro que veio aqui sem registro. Tem uma ideologia do Estado Novo que já não condiz com os tempos atuais.

Vou achar aqui a redação que demos ao plágio, redução à condição análoga de escravo.

Ficou assim:

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com empregador ou preposto.

Nas mesmas penas incorrem quem: cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de objetos e documentos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinados estabelecimentos ou fornecidas por pessoa determinada para impossibilitar o desligamento do serviço em função de dívida." Pena de 4 a 8 anos.

Essa foi a redação que nós aprovamos anteriormente.

O SR. MARCELO LEONARDO – Com esse dispositivo a proposta é revogar...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Revogar o 203 e revogar todos os crimes contra organização do trabalho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – 196 até...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo, tudo. Ali não vejo dignidade penal autônoma em nenhum deles, no meu modo de ver.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – ...fraude de trabalhadores...

O SR. MARCELO LEONARDO – Eu posso até ficar vencido, mas mantenho a minha objeção à inclusão no rol de mais um dispositivo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeitamente. Podemos votar essa questão? Alguém gostaria de falar?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Qual?

O SR. MARCELO LEONARDO – Inciso IX.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Na verdade a proposta é completa. Estou propondo que a redução a condição análoga de escravo com essa redação que demos integre o rol dos crimes hediondos e, ao mesmo tempo, estou propondo a revogação de todo Título IV do atual Código Penal que fala: atentado contra liberdade de trabalho, atentado contra liberdade do contrato de trabalho e boicotagem violenta, atentado contra liberdade de associação, paralisação do trabalho seguida de perturbação da ordem, paralisação de trabalho de interesse coletivo, invasão... Aqui é tudo movimento sindical, movimento grevista, frustração de lei sobre nacionalização do trabalho - vejam aqui o estado novo mandando lembranças – aliciamento de trabalhadores de um local para outro, tudo isso na minha proposta.

O SR. MARCELO ANDRÉ – Luiz Carlos, eu só faço a ressalta do 203. Acho que o 203 deveria continuar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O 203, vamos ver aqui.

O SR. MARCELO ANDRÉ – Frustração de direito assegurado por lei trabalhista e que é praticado com fraude, violência.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O 203 foi justamente, Marcelo, o que incorporamos no 149. Essa redação que li há pouco da redução...

O SR. MARCELO ANDRÉ – O da redução é mais fechado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Esse 203, se você pegar, e comparar com o...

O SR. MARCELO LEONARDO – Frustração de lei é meio genérico.

O SR. MARCELO ANDRÉ – Ele é mais genérico, porque lá está vinculado a algumas daquelas condutas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Marcelo, você deve se lembrar que quando fizemos a redação do 149, redução à condição análoga de escravo, nós trouxemos essas figuras do 203 para lá.

O que diz o 203:Obriga ou coage alguém a usar mercadoria de determinado estabelecimento para impossibilitar...

O SR. MARCELO ANDRÉ – As formas equiparadas sim mas eu falo do *caput,* que é mais genérico.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – (...) frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho. É muito abrangente, é muito aberto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E já configura outros crimes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não estou de acordo com a descriminalização.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Esse art. 203, Marcelo, deixa eu me vangloriar um pouco, escrevi um artigo sobre competência e para minha honra foi o artigo utilizado pelo Supremo Tribunal Federal para dizer que a competência era federal e ali eu já dizia que essa figura do *caput* não existia. Na verdade, você aplicava o parágrafo da equiparação. Foi esse que a gente trouxe para o 149.

O SR. MARCELO LEAL – Luiz Carlos, o aliciamento de trabalhadores, isso nós já dispomos naquela outra...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – No tráfico. Aí tem que envolver violência, grave ameaça. Não é o caso aqui, que era mera... Chama-se um empresário

de São Paulo para trabalhar em Goiás e já era crime. Não faz sentido.

O SR. MARCELO ANDRÉ – Então vamos votar, porque eu gostaria de só de registrar o meu voto contra a revogação do art. 203, caput, parágrafo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Entendi.

Então a proposta minha é incluir e ao mesmo tempo revogar o capítulo dos crimes contra a organização do trabalho.

O Prof. Marcelo entende: tudo bem, menos o caput do art. 203. Quem está de acordo com a minha proposição, por favor, se manifeste.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – De acordo com...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A redução análoga só. Eu repito, perfeitamente. A minha proposta envolve dois momentos. O primeiro momento: a redução à condição análoga a de escravo vira crime hediondo.

O SR. MARCELO ANDRÉ – Eu sou favorável.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E os crimes contra a organização do trabalho são revogados todos eles. Esta é a minha proposta.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – A gente podia votar separadamente?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Porque, por exemplo, o Marcelo votará favorável numa parte da sua proposta.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A revogação é a questão menos polêmica. A revogação do capítulo dos crimes contra a organização do trabalho. Quem se...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Isso é uma homenagem ao defunto do nazifascismo. Isso é uma herança da Carta del Lavoro. Isso é uma herança do fascismo que está emprenhado no Código Penal Brasileiro, na herança lá do Arturo Rocco.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Revogado, com a exposição de motivos do Técio.

O SR. MARCELO LEAL – Muito bem, Técio!

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – É um momento histórico.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está revogado.

Agora a segunda votação.

O SR. LUÍS FLÁVIO GOMES – Cadê o Ministro Dipp, para me fazer o abraço.

O SR. MARCELO LEAL – Encantado Relator.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu só posso pedir à Juliana que ocupe o lugar dele, porque é a única mulher da Comissão aqui presente.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu posso dizer-lhe no código sueco.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Agora a segunda votação. Quem concorda com a inclusão da redução à condição análoga à de escravo no rol dos crimes hediondos? Quem concorda? Parece-me que se for a maioria... Não?

Técio, quem concorda com a inclusão no rol dos crimes hediondos da redução à condição análoga à de escravo?

O SR. LUÍS FLÁVIO GOMES – Eu concordo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Um, dois, cinco votos, seis votos.

Quem discorda? Só para ficar registrado.

Quatro votos. Então, venceu a inclusão.

A tortura, o terrorismo e o tráfico de drogas – é só essa questão técnica de rever a equiparação e trazer para cá.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu tenho só um destaque quanto a isso do tráfico que hoje nós chamamos de tráfico privilegiado.

Mas a redação seria tráfico de drogas, salvo quando incidente a causa de diminuição do...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu também fiz essa observação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom. Acho que ninguém se opõe a isso, não é?

Tráfico de drogas fica ali no inciso XII: tráfico de drogas, salvo quando incidente... Não sei como ficou o parágrafo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A causa...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A causa de redução de pena...

Como é, Juliana?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A causa de redução de pena... Quer colocar "do parágrafo tal"?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, coloque "do parágrafo tal". Mas, como a gente vai mudar isso tudo, no final eu coloco o texto.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então eu vou colocar bem assim: do parágrafo tal.

O SR. MARCELO LEONARDO – Coloca, entre parênteses, "privilegiado", consciente de que não vai se manter a linguagem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Está certo. Eu também tinha feito essa ressalva.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Salvo quando incidente a causa de redução de pena do parágrafo... Hoje é o 34, não é, Juliana? O 33, parágrafo 4º.

Salvo quando incidente a causa de redução de pena do art. 33, § 4º.

Eu sei, depois eu reproduzo ali.

A corrupção não precisamos nem discutir, gente. É voto direto.

Quem vota favoravelmente à corrupção como crime hediondo?

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Eu gostaria de ouvir os argumentos do Prof. Nabor.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Técio, eu estou vendo que é isso mesmo. Estou sendo pragmático aqui. Eu já percebi qual a maioria que se formou.

Quem vota pela inclusão da corrupção como crime hediondo?

Quem vota contra?

Então, por maioria, tira a corrupção do rol dos crimes hediondos.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Eu acho que haveria ressalvas aí, mas...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom.

Tráfico de pessoas, gente. Quem concorda com essa nova redação que demos? Fala em exploração sexual, remoção de órgãos ou... É isso.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É um dos grandes exemplos de hediondez.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas é a questão de tráfico para a remoção de órgãos...

Deixe-me achar aqui.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, porque, pelo art. 33, o tráfico de armas pode ser em regime aberto. É só a eutanásia que não pode...

Porque quatro anos pode, tráfico de armas em regime aberto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Calma, Juliana, calma.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, só estou escancarando...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu já soube que você andou de namoro com o Marcelo Azevedo aí.

Deixe-me pegar aqui.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Está me propondo coisa pouca...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não precisa dizer o que ele está te propondo, a gente até imagina...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, coisa pouca que ele está propondo, de resolver.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Espera aí que eu vou achar aqui...

Nossa, tráfico aparece toda hora aqui. Tráfico de pessoas. Espera aí.

"A figura de promover a entrada ou a saída de pessoa no território nacional, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso de quem não tenha condições de consentir por si mesmo, com a finalidade de submetê-la a qualquer forma de exploração sexual, ao exercício de trabalho forçado ou a qualquer trabalho em condições análogas de escravo e se a finalidade for a remoção de órgão, tecido ou partes do corpo da pessoa".

Então é uma figura, acendrada a gravidade...

A pena é de quatro a dez, três a oitos, seis a doze, e a finalidade é uma dessas: ou exploração sexual, ou trabalho forçado, ou redução à condição análoga de escravo, ou remoção de órgãos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Prostituição?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. Exploração sexual. Prostituição está livre.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu conheço um caso específico em que uma pessoa pegou, em Maceió, cinco moças para trabalhar em Aracaju e foi condenado por isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não, mas aí não é trafico.

Não, mas, na figura que a gente criou, Cacho, não é prostituição, é exploração sexual. É bem mais grave.

Lembra, Marcelo, que a gente falou: se a pessoa quer se prostituir, é maior de idade, boa sorte para ela, avisa o preço e o local, não é?

Gente, estamos preparados para votar essa questão?

Se o tráfico de pessoas na redação que nós propusemos merece estar incluído nesse rol?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Luiz Carlos, só uma observação. O tráfico de pessoas não está no rol dos crimes contra a humanidade?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. Não está. Ele está no rol dos crimes contra os direitos humanos, mas não no rol dos crimes contra a humanidade.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – O genocídio constou, não é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Os crimes contra a humanidade são aqueles lá do TPI, do Tribunal Penal Internacional.

Então, quem concorda com a inclusão do tráfico de pessoas, com a redação que nós mesmos propusemos, no rol dos crimes hediondos?

Se formou maioria...

Está ok?

Quem vota contra?

Perfeito.

Chegamos aos crimes contra a humanidade.

Aqui esclareço, não é... Aqui, retificando uma resposta minha, Marcelo... Deixe-me ver se é isso mesmo.

Olha, os crimes contra a humanidade são os seguintes:

Vou eu ler...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – O tráfico não estava não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu vou ler aqui para a gente poder ter uma idéia, não é?

Genocídio, ok? Depois vem, extermínio. Depois vem, escravidão. Depois vem, tortura; mas não a tortura comum.

A SRª JULIANA GARCIA BERLLOQUE – A tortura na guerra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Gonçalves) – Sempre os crimes contra a humanidade são condutas praticadas com a finalidade...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – De maneira generalizada e sistemática...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Luiz Carlos, já se formou aí a maioria.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É, mas eu queria retificar a minha resposta, porque o tráfico de pessoas está aqui.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Está aí?

Então tinha que tirar...

Basta crimes...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Basta crimes contra a humanidade.

Gente, é só conduta... Transgenerização forçada. Forçar o cara que é homem a se tornar mulher...

Essas figuras de crimes contra a humanidade, eu preciso destacar, mesmo quando elas aparentemente repetem figuras comuns, a redação que a gente aprovou, que vem do Tratado de Roma é assim: "São crimes contra a humanidade os praticados no contexto de ataque sistemático".

Então, o tráfico de pessoas não pode ficar ali, não é?

Se está aqui e não está lá, tem que tirar daqui.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Sai daqui e vai para lá?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque olha, o crime contra a humanidade é o seguinte: "Os praticados no contexto de ataque sistemático, dirigido contra a população civil num ambiente de hostilidade ou de conflito generalizado, que corresponda a uma política de Estado ou de uma organização tipificada".

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – O tráfico de pessoas está nos direitos humanos, é outro bem.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É que ocorrem repetições. Tem a tortura, por exemplo, aqui, e tem a tortura lá, mas lembro que o crime contra a humanidade é política de Estado contra a população civil e generalizado.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Vamos votar, Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem?

Então, a minha proposta é de que os crimes contra a humanidade estejam incluídos nesse rol dos crimes hediondos. OK? Tudo bem?

Quem concorda com essa inclusão? *(Pausa.)*

Quem discorda? *(Pausa.)*

Formou-se a maioria.

Muito bem. Aí tem esses aspectos processuais aqui.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Mas tenho, não sei se porque...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você tem mais algum acréscimo?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, tenho.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro. Pois não.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – E alguns.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Opa! Vamos lá.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Bom, Relator, meus colegas, sei que muitos até divergem da inclusão da condição dessa adjetivação hedionda por entendê-la até hedionda. Mas acho que o Constituinte foi de uma maestria, porque realmente cuidou do que é a infração rotineira, que deve ser reprimida, daquelas que merecem uma consideração a menos, cito aí a transação, os juizados especiais, nós mesmos estamos codificando aqui, levando em conta isso, e aquilo que realmente a relevância está além daquilo que sai a admissão possível no dia a dia humano, no cotidiano, e, daí, os crimes hediondos, aqueles que, segundo o ? fala, horrível, qualquer crime horrível, sim. Dizem: qualquer crime é hediondo. Sim, mas aqui o que se quer dar é o destaque e o devido relevo. Bom, e, nesse rol...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Quais seriam, Muiños?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Nesse rol, quero incluir o seguinte: primeiro, quero dizer que fiz para o homicídio e para o tráfico de entorpecentes as ressalvas que devem ser esse "privilégio", que é hedionda essa expressão para a hipótese, mas que entendemos, acho que já foi aprovado, e para o homicídio. Mas, para o homicídio, coloquei o privilégio quando isolado na verdade. Por quê? Porque não coloco só o homicídio qualificado. E quero deixar claro aos colegas, que já sabem minha posição, sou um dos responsáveis pela inclusão, eu que redigi com o então Procurador-Geral Antonio Carlos Biscaia e mais um colega, o Maurício, nessa época, Promotores, a pedido da Glória Pérez, e fizemos a redação, à época incluímos só o homicídio qualificado por uma questão de política criminal, para conseguir lograr aprovação num projeto de iniciativa popular, mas já, naquela época, reivindicávamos o homicídio como crime hediondo.

Então, a primeira proposta que faço é do homicídio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Meu querido Muiños, eu ia pedir que você indicasse o rol para, depois, a gente fundamentar cada qual, né.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Então, bom, homicídio, além do qualificado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeito.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Acho que já fiquei vencido na ressalva.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Já ficou vencido na ressalva, já.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Porque falei que só se fosse isolado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro, já ficou vencido.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – O tráfico, já concordamos. A associação para o tráfico é que não consigo entender, confesso, não admitimos, houve uma falha, na época, do legislador, isso já foi até admitido pelos autores da lei e que o próprio Supremo diz que interpretação tem que ser restrita, e deve ser mesmo, a partir de voto até de Moreira Alves, então, associação não é considerada hediondo porque não está na lei.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeito.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Agora, se punimos o tráfico de entorpecentes e não punimos aqueles que se associam para o tráfico, então... Bom, desculpe, já estou só sustentando. Associação para o tráfico e coloco mais dois tipos penais que a Comissão aprovou...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O financiamento, não?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu aço que financiamento sim, é o mais grave.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, entra também, aqui está, mas coloquei, primeiro, associação para o tráfico. Está aqui associação, depois, vem o financiamento. As duas formas de organização criminosa que aprovamos, não a formação de quadrilha ou bando, organização criminosa, crime contra a paz e o crime de milícia. Por tudo o que colocamos aqui no seu conteúdo, sua punição, não adjetivarmos como hediondos, bom...

Aqui quero destacar porque não especifiquei todos. Crimes eleitorais, alguns. Eu soube das aprovações, fiz aqui, até havia mandado uma carta, sei que a minha colega Salise leu para os senhores, elogiando a objetividade...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – ...e tudo. E quero dizer o seguinte: alguns delitos que aqui já foram aprovados... Estamos diante de um Estado democrático, e quem quer ser democrático...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Meu querido Muiños, vamos ao rol e depois à fundamentação.

O SR JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – O direito ao voto e à licitude da democracia... Bom; então, eu tenho aqui seis tipos penais, que foram aprovados, todos aqueles que violam o voto – não é fraude, não é retenção indevida de título de eleitor, não é nada disso –, mas inscrição fraudulenta de eleitor, falsa identidade eleitoral, violação do sigilo do voto ou da urna, destruição de urna eleitoral, interferência na urna eletrônica ou sistema de dados, falsificação do resultado e corrupção eleitoral ativa, a meu ver, são crimes que atentam contra a democracia – e esta Comissão felizmente os aprovou – e eu os coloco como hediondos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Meu querido Muiños, primeiro o rol, depois vamos ao debate.

O SR JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Bom; são esses os eleitorais. Eu tinha aprovado a corrupção e mais, até não só atendendo um pleito da sociedade, em todas as suas expressões, mas que o peculato e qualquer desvio de verba, incluindo-os também como hediondos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Há mais alguns que você queira incluir, Muiños?

O SR JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não; teria só os militares, mas nós ainda não os votamos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu queria consultar o Colegiado, porque, eu, meu querido Muiños, encaminharia contra cada uma dessas suas inclusões, pois tenho muito receio de a gente alargar muito o conceito de crime hediondo e perder a sua substância.

O que mais me impressionou... Por exemplo, crime eleitoral ser hediondo? De maneira nenhuma. Não, não! Não faz sentido dentro da sistemática da aplicação dos crimes eleitorais, no meu modo de ver.

O que mais me impressionou – e eu estava aqui pensando comigo – é por que razão só o tráfico é hediondo e não a associação, o financiamento, a organização criminosa ou milícia etc.? E me dou conta do seguinte: a associação, o financiamento, mesmo a organização criminosa são atos preparatórios que vão ser punidos independentemente do crime que vierem a praticar.

Então, meu querido Muiños, eu encaminharia... Queria saber do Colegiado se há necessidade de a gente discutir cada caso ou se a gente poderia, em razão do tempo, Muiños... Não que a discussão não merecesse ser feita...

O SR JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não; eu sei, eu respeito.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – ...mas eu estou muito preocupado com a questão do tempo. E, então, a gente poderia votar em bloco.

Você concorda, Moiños?

O SR JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não sei se os colegas concordam, porque eu tenho receio de que também se possa dizer...

O SR. EMANUEL MESSIA OLIVEIRA CACHO – Façam-se duas votações: uma se vai seguir, outra se vai votar. Todo mundo aqui já concordou com você, de modo que o Moiños foi vencido.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bem.

Gente, podemos votar em bloco? *(Pausa.)*

Pois bem; eu, com o devido respeito, Muiños, encaminharia contra as suas inclusões. Então, eu queria saber o seguinte: quem concorda com as inclusões oferecidas pelo nosso querido Muiños. *(Pausa.)*

Quem concorda com a proposta do Muiños é o Marcelo.

Quem discorda da inclusão... O rol ficaria esse já proposto. *(Pausa.)*

O SR. MARCELO ANDRÉ AZEVEDO – Mas eu teria uma proposta alternativa – essa em votação é do Muiños –, com uma única inclusão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Marcelo.

O SR. MARCELO ANDRÉ AZEVEDO – É o financiamento para o tráfico. Veja: não necessariamente o financiador vai ser autor do tráfico. Então, na realidade, o que o legislador fez? Ele destacou uma das figuras que ele entendeu ser mais rigorosa, tanto é que nós estamos destacando com pena maior. Não justifica o traficante, com pena de cinco a dez anos, ser considerado hediondo e quem financia não sê-lo. Então, o financiamento para o tráfico deve entrar aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Parece que a pena para o financiamento é maior.

O SR. MARCELO ANDRÉ AZEVEDO – Sim; é maior.

O SR. EMANUEL MESSIA OLIVEIRA CACHO – Luiz, o grande problema do tráfico é o lucro que ele dá. Todo mundo só vê o lado em que o filho, a mãe, a família, o meu vizinho se envolvem, mas o grande problema do tráfico é motivado pelo lucro. Ninguém vende drogas para fazer mal a você nem a seu filho, nem a ninguém. Então, eu acho que o Marcelo está correto. Vem no bloco do que o Muiños queria, e eu acho que é muito justo colocar como hediondo o financiamento.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O Gamil pediu a palavra.

O SR. MARCELO ANDRÉ AZEVEDO – Mas, antes até do Gamil falar, deixem-me colocar, só para terminar a minha justificativa, que, na realidade, o que nós temos é que, se nós não tivéssemos a figura do financiamento para o tráfico, essa pessoa estaria concorrendo para o tráfico e, assim, seria considerado hediondo.

Era isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Gamil.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Dr, Luiz Carlos, a rigor não é sobre esse assunto, mas eu queria apenas suscitar uma questão de ordem: como eu vou precisar sair por conta do meu voo e um dos pontos para discussão é a respeito dos crimes de responsabilidade de prefeitos... Eu falava com o Professor Luiz Flávio a respeito da preocupação do Professor Marcelo – e, inclusive, mandei a proposta por *e-mail* – e entendo que a Constituição, no art, 85, parágrafo único, quando fala que "lei especial regerá a matéria", fala apenas dos crimes de responsabilidade com natureza estritamente de infração político-adminsitrativa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeito.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Daí por que eu separei – eu não vou poder ficar mais – eu separei o que deve ser mantido como crime, o que deve ser revogado – por exemplo, não tem por que peculato de uso ser crime só para prefeito e não ser para os outros funcionários –, e o que deve ser tratado como infração política e administrativa, mantido como infração política e administrativa sem precisar ter o tratamento criminal.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeito.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Então, eu coloquei todos os incisos, explicando o que deve ser crime, o que deve ser revogado e o que deve ser mantido na lei especial como infração política e administrativa. Eu queria me justificar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Eu realmente preciso...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu tenho impressão, Gamil, de que eu mandei, via Salise, naquele dia em que usei o *e-mail* da Salise, uma proposta bem assemelhada a essa, dizendo que o art. 1º seriam os crimes de responsabilidade, o art. 4º seriam os crimes comuns. Muitos dos crimes comuns ali já estão repetidos.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – É porque na minha sugestão eu tirei várias condutas do art. 1º e joguei para o art. 4º.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu vou pedir para você ajudar os colegas a localizar sua proposta para imprimi-la, e a gente conversar.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Eu só queria antecipar meu voto porque vou me retirar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro.

Na questão do financiamento, eu pergunto o seguinte. O Marcelo está propondo que só o financiamento seja agregado. Terrorismo e seu financiamento. É tráfico e seu financiamento.

Então, eu queria saber quem vota com o Marcelo e quem vota contra. Eu voto com o Marcelo no particular, acho que o financiamento é mais grave e tem que ser incluído como crime hediondo.

O SR. MARCELO LEONARDO – Um, dois, três, quatro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Prof. Luiz Flávio, percebi que o senhor votou também favoravelmente.

Um, dois, três, quatro, cinco, seis. Então, é vencedora a proposta.

O SR. MARCELO LEONARDO – Quantos?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Quem vota pela inclusão do financiamento do terrorismo no rol dos crimes hediondos... do tráfico, perdão?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Cinco.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Dois, quatro, seis votos. Ficaria assim, então: o tráfico de drogas e o financiamento ao tráfico de drogas.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – E seu financiamento.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É que, como tem a ressalva ali, Professor, é melhor colocar financiamento ao tráfico de drogas.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Luiz, não esquece o racismo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sim, e a questão do racismo, gente? Bem lembrado.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Prescritivo...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O racismo, eu esqueci de colocar, eu confesso.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Há uma previsão constitucional aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O racismo a gente vai deixar de fora?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – A Constituição já deu uma gravidade, a gravidade decorre de mandamento constitucional.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É só por questão de coerência...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Prof. Luiz Flávio, o racismo no rol, não?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Um país racista como o nosso, se queremos que altere alguma coisa no quadro...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sim, né?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Sim, porque agora nós redefinimos o tipo, nós enxugamos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Enxugamos, melhoramos.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Tirou-se um monte de coisas que não têm... Nós somos um país escravagista e racista. Acho que...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu votaria nesse sentido também.

Quem vota pela inclusão do racismo no rol dos crimes hediondos? *(Pausa.)*

Um, dois, três, quatro, cinco.

Quem vota contra? *(Pausa.)*

Quatro.

Então, venceu a inclusão do racismo também.

E com isso terminamos, não é, gente?

Senão, fica grande demais.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não sei se alguém tem mais alguma...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí o seguinte: essas medidas que estão ali, vejam que a primeira respeita aquela decisão do Supremo. Na lei antiga dos crimes hediondos, havia a proibição de qualquer regime que não fosse o fechado. E o Supremo falou que isso era inconstitucional porque era o fim da individualização da pena. E não seria o caso da previsão do regime inicialmente fechado.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Cadê o texto?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sobe um pouquinho ali, Leandro, por favor? Sei que você está cansado, sei que isso é... Aí, o parágrafo 1º.

Então, a pena por crime hediondo será cumprida inicialmente em regime fechado.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – A progressão a gente já...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não impede a progressão de regime; será possível, mas o regime inicial é fechado.

Tudo bem?

Parágrafo 2º: os crimes hediondos são insuscetíveis de fiança, anistia e graça. Até aqui vai a Constituição.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O único acréscimo seria até também...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – O Supremo já reconheceu...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Seria o indulto.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Agora eu gostaria de... Para evitar, indulto e comutação, ou comutação, que é o indulto parcial. Mas há parte da doutrina, da jurisprudência, que entende e questiona, a matéria vai ao Supremo...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí tem também... Isso aqui é a lei do menino João Hélio, que é a progressão de regime; no caso dos condenados aos crimes, dar-se-á...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Isso. Só uma coisa. Agora, nós já votamos...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Mas a progressão a gente já tratou.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não trataram. Eu acabei de analisar.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não, tratamos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Trataram só do reincidente.

O SR. **JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO** – Não, o que é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. **JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO** – Não, metade de 3/5, aumentando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. **LUIZ CARLOS GONÇALVES** – Eu tenho o texto aqui, gente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. **JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO** – Tem rolo?! Por que isso? Nós somos os autores

O SR. **LUIZ CARLOS GONÇALVES** – Então, foi texto errado, Marquinhos. Você não mandou não.

O SR. **JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO** – Não...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Esse texto é o da lei atual, não é isso? A sua proposta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. **JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO** – Nós já votamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. **LUIZ CARLOS GONÇALVES** – Então, tudo bem. Me ajudem aqui, porque no texto que eu estou até agora...

O SR. **JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO** – Começa em 1/6 e vai até 3/5.

O SR. **LUIZ CARLOS GONÇALVES** – No texto que estou até agora, é um pouco dessa discussão que a Juliana quer fazer, vamos ter que fazer. Mas, pelo texto que está aqui...

O SR. **JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO** – Começa em 1/6, proposta do Luiz Flávio...

O SR. **LUIZ CARLOS GONÇALVES** – ...que eu recebi da Comissão, é 1/6, 1/3, e aí vem assim, 1/3 e metade de 3/5. Deixe-me achar aqui. Isso eu sei de cor.

O SR. **MARCELO LEONARDO –** Dr. Luiz Carlos.

O SR. **LUIZ CARLOS GONÇALVES** – Pois não.

O SR. **MARCELO LEONARDO –** V. Exª está começando a tratar do § 3º, e no § 2º houve a inclusão expressa do indulto. Então, estou querendo encaminhar contra. Eu acho que as restrições postas na Constituição em relação a crimes hediondos já são mais do que suficientes.

Nós tivemos alguma outras tentativas de inclusão, como, por exemplo, a proibição de concessão de liberdade provisória, que o Supremo declarou inconstitucional em algumas situações, como...

O SR. **LUIZ CARLOS GONÇALVES** – Claro, tanto que não as repeti.

O SR. **MARCELO LEONARDO** – ...Estatuto do Desarmamento, no próprio art. 44.

Então, estou encaminhando contrário ao acréscimo...

O SR. **LUIZ CARLOS GONÇALVES** – Perfeito!

O SR.**MARCELO LEONARDO** – ...tanto esse do indulto a que V. Exª está se referindo, como o da comutação de pena. Agora, coerência...

O SR. **LUIZ CARLOS GONÇALVES** – Agora, só uma coisa: da mesma forma como estamos atendendo ao Supremo Tribunal, que reconheceu ser inconstitucional – embora eu divirja – vedar a progressão para os crimes hediondos, da mesma forma o Supremo, em 1992, reconheceu a constitucionalidade do indulto.

Prof. Marcelo Leonardo, tem uma questão aqui, tem um debate importante...

O SR. MARCELO LEONARDO – Então, isso é incoerente. Por um lado aceitamos, por outro não?!

O SR. **LUIZ CARLOS GONÇALVES** – ...parte da doutrina diz o seguinte: "graça" é termo genérico que inclui tanto a graça coletiva quanto a graça individual. Parte da doutrina, entretanto, distingue, chama graça de indulto individual e o indulto seria coletivo.

Então, aqui, seria uma explicação, seria uma tomada de partido. Não há um acréscimo ao que a Constituição já diz. Porque, eu posso para o texto ali "graça" e deixar o debate para a doutrina. O que é graça? O.K? Porque a dúvida é: o presidente não pode agraciar o Luiz Carlos – porque a Constituição já proíbe, proíbe graça –, ou o presidente não pode indultar a todos nós, o que seria a graça coletiva. Esse é o debate; não estamos aqui nesse trecho acrescentando algo que a Constituição não faz. Mesmo a questão que o Muiños propôs do indulto parcial, também tem esse debate doutrinário. A comutação de penas é o quê?

O SR. **JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO** – É só redução?

O SR. **LUIZ CARLOS GONÇALVES** – É indulto parcial? É graça parcial, ou não? Então, seria uma to-

mada de posição por parte da Comissão, mas não é um acréscimo ao rol constitucional.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – E torno a dizer: assim como o Supremo incidentalmente reconheceu a inconstitucionalidade da vedação à progressão para os crimes hediondos, o Supremo reconheceu a constitucionalidade da Lei dos crimes hediondos ao vedar o indulto.

Então, aceitamos para um lado...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Prof. Luiz Flávio.

O SR. LUIZ FLAVIO GOMES – O argumento do Desembargador Muiños, hoje, é bastante questionável, porque em 92 a composição do Supremo era uma composição eminentemente legalista. Hoje, com a atual composição do Supremo, esse tema não vai passar, vai cair, porque estamos ampliando mais do que a Constituição pôs.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O senhor acha que é ampliação, professor?

O SR. LUIZ FLAVIO GOMES – Amplia.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, vamos deixar anistia e graça. Pronto. Está bom.

O SR. LUIZ FLAVIO GOMES – É porque o indulto é uma questão de política penitenciária, e o presidente da República, se ele quiser assumir essa responsabilidade, ele que assuma perante a população indultar crimes hediondos. É que eles têm feito umas decisões...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu só acho estranho, professor, que ele possa conceder coletivamente e não possa conceder individualmente.

O SR. LUIZ FLAVIO GOMES – Não, ele não pode individualmente; pode coletivamente.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – (*Fora do microfone.)* ele está com as penitenciárias lotadas...

O SR. LUIZ FLAVIO GOMES – Eles têm sido muito cauteloso; não é qualquer hediondo que eles têm permitido. Os decretos têm sido muito...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Bom, isso aqui a gente nem precisa debater. Podemos fazer a votação...

O SR. LUIZ FLAVIO GOMES – Está bom.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu proponho a mantença da menção a indulto e adiro à proposta do Muiños, no sentido de que também a comutação seja vedada.

Quem vota comigo e com o Muiños?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não entendi. Votar...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A proposta minha e do Muiños é incluir ali indulto e comutação de pena. Então, proibindo para os crimes hediondos o indulto e a comutação de pena.

Quem vota com o Muiños nesse sentido? *(Pausa.)*

Quem vota contra o Muiños? *(Pausa.)*

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É contra o Relator meu voto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muito bem. Então, quem vota...

Juliana, se isso a deixa mais confortável... Se isso a deixa mais confortável, então está bom. Você venceu.

Então, o § 2º fica ali: anistia e graça, que repete o texto constitucional. O § 3º, gente, aqui tem o seguinte...

O SR. MARCELO LEONARDO – Essa redação é a da lei atual.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É da lei atual.

O SR. MARCELO LEONARDO – A tal Lei João Hélio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso. Consultando a proposta já votada...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Luiz Carlos...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu não surpreendi esse inciso aqui...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não, mas deixa eu te falar. Porque ficou um pouco confuso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ficou confuso.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Quando a gente acrescentou lesão à sociedade foi no dia da votação. Então, sugiro que a gente desmembre e alinhe isso. Porque tinha ficado o seguinte: um sexto de pena se não reincidente em crime doloso. Essa regra geral de progressão. Primeiro, começa um sexto, até a proposta do Prof. Luiz Flávio... Se não reincidente em crime doloso. Aí vem a segunda hipótese: um terço da pena. Primeiro, quando vai ser um terço? Se reincidente. Só reincidente por si só. Depois outra hipótese: se for crime cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, um terço...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Posso fazer uma sugestão, Marcelo?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Hã.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Posso fazer uma sugestão? Parece que você e a Juliana acordaram aí...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Mas não é progressão, não. Foi regime inicial.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Regime inicial; é outra coisa.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não tem nada a ver.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, eu incluo essas figuras ali no sistema progressivo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não, mas, na realidade, a gente já até melhorou a situação, porque a gente tinha votado metade da pena. Porque onde está ali dois quintos...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Tem que ter a metade.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Metade, não. Melhorou, não. Piorou. Na realidade, piorou um pouco. Ele tinha deixado em metade, e três quintos o máximo, que já tinha sido votado no item 3. Metade da pena. Aí vem a primeira hipótese: se reincidente em crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa ou com dano à sociedade. Segunda hipótese: se condenado por crime hediondo ou legalmente parado.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Sem reincidência.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Sem reincidência.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Metade.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, metade da pena se o preso for reincidente ou condenado por crime hediondo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Era metade. Quarto: e três quintos da pena se reincidente e condenado por crime hediondo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Está piorando, então.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está melhorando.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não, não, mas o que a gente já tinha votado. Isso aqui já tinha sido votado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Agora, excluir isso aí que já foi votado. Exclui isso aí que já foi votado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí está bom.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Agora, eu concordo com a Juliana.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom. Vou abrir, então, essa oportunidade aí. Regime inicial. Então, a redação foi a seguinte.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – No regime inicial...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Deixe-me achar aqui o regime inicial.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Aí é acrescentar...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Regime inicial. O inciso III alterar para o seguinte.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – O condenado por crime praticado sem violência ou grave ameaça à pessoa, não reincidente, cuja pena seja superior a dois e igual ou inferior a quatro – alterar aí.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Cuja pena seja superior a dois...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – E igual ou inferior a quatro anos, poderá iniciar a pena em regime aberto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E igual ou inferior...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Superior a dois e igual ou inferior a quatro. Ou seja, mais de dois e...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Poderá iniciar a pena de prisão de regime aberto.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Agora, o inciso IV, que vai ser acrescentado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sim. Qual é?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Inciso IV: o condenado, não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a dois anos... Aqui não envolve...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Igual ou inferior ou superior?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Igual ou inferior a dois anos. Pode constar... Poderá iniciar a pena de prisão em regime aberto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. Mas aí não está fazendo sentido, Marcelo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Está. Olha só o que aconteceu aí agora. A condenação de pena igual ou inferior a dois anos... Veja bem: igual ou inferior a dois anos, não reincidente, pode ser aberto, independente se com violência ou grave ameaça. É isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não. Lê de novo, então, esse inciso III.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – O inciso IV. Vamos ao IV.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, o III primeiro. Por favor, senão, não está fazendo sentido aqui.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Vamos lá, então: o condenado por crime praticado sem violência ou grave ameaça à pessoa, não reincidente, cuja pena seja superior a dois e inferior a quatro...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Certo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Igual ou inferior a quatro, poderá iniciar a pena de prisão em regime aberto. Ou seja, o que estamos falando aí? Começa em semiaberto se o crime for praticado com violência ou grave ameaça, desde que a condenação seja superior a dois e inferior a quatro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E o condenado não reincidente cuja pena seja igual ou inferior a dois poderá iniciar a pena em regime aberto.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Aberto...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque aí não exclui...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Violência ou grave ameaça. Foi o meio termo a que a gente chegou aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, tudo bem?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Foi o mesmo termo a que a gente chegou aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está razoável, gente. Está razoável.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Por que o que tínhamos aprovado aqui naquele dia? Vamos nos lembrar aqui. Aprovamos o seguinte: pena igual ou inferior a 4 anos. Se for praticado por violência ou grave ameaça, seria semiaberto. Não teria hipótese o aberto. Isso foi aprovado. Aí qual foi o meio termo a que se chegou aqui, Juliana? Não sei se isso vai ser um meio termo, não é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas nós abrimos na excepcionalidade desse acordo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Começamos a perceber alguns casos. Aí, o que é que acontece? Aqui chegamos a um meio termo. Condenado pelo de dois para baixo, mesmo que seja com violência ou grave ameaça,

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Poderá cumprir em regime aberto.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Até porque a essa pessoa cabe pena recidiva de direito.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem, gente?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Tudo bem.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Mesmo se houver violência contra a pessoa.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Nós vamos votar. Vai polemizar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não é para polemizar. Estamos ampliando o regime aberto.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Votamos com Juliana. Pronto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Hoje, na proposta que aprovamos, crime com violência e prévia ameaça não tem regime aberto hora nenhuma. O Marcelo está propondo aqui, em acordo com a Juliana, que, se a condenação for até dois anos, mesmo que o crime seja violento, haverá possibilidade do regime aberto.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, estamos ampliando.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Está bem. Para ser assim, lembra que criamos uma regra expressa, no sentido de que, se não houver vaga,

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Criamos essa regra expressa.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Só que essa regra diz respeito no momento só da progressão. Deixa claro que ela se refere também ao início de cumprimento de pena.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não porque, no regime aberto, é domiciliar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – No regime aberto, não há vaga, Juliana. É regime aberto domiciliar.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não. Criamos uma regra expressa de que, no sistema progressivo, se não houver,

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES - Local, estabelecimento, na cidade.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Estabelecimento semiaberto, a pessoa será imediatamente transferida para o aberto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O texto diz o seguinte:

Se, por razão atribuída ao Poder Público, não houver vaga em estabelecimento penitenciário apropriado para a execução da pena em regime semiaberto, o apenado terá direito à progressão diretamente para o regime aberto.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, vamos lá. Aonde é que está inserido esse artigo, que não estou achando aqui?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, está na proposta do 39 e está na progressão.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Está na progressão. Então, ele precisa estar claramente relacionado também com o início de cumprimento de pena. Daí, chegamos a um consenso.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – É porque aí a responsabilidade é do Poder Público. Não é o réu que está gerando. O Poder Público não tem estabelecimento. A mesma regra para progressão tem de valer para regime inicial. É justo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Só um detalhe que não vai ser direto para o aberto. É para o menos gravoso, não é? Porque, por exemplo, se não houver, às vezes, a vaga no fechado, pode haver no semiaberto. É sempre o regime menos gravoso.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não havendo o estabelecimento, fixa o regime menos gravoso. Está bem.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Isso. O menos gravoso. Só troca o aberto pelo menos gravoso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, aí muda a redação. Realmente, não é exatamente a mesma. É parecida.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Luiz Carlos, a minha proposta: deixa esse artigo aí e cria outro, porque ele vai servir para progressão, vai ser importante. Cria um parágrafo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso, olha:

Se, por razão atribuída ao Poder Público, não houver vaga em estabelecimento penitenciário apropriado para a execução da pena fixada, o apenado poderá cumpri-la num regime imediatamente menos gravoso.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Isso. Daí deixa um cá; e um lá, certo? São dois artigos diferentes.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – São dois artigos diferentes. O apenado terá direito a cumpri-lo num regime imediatamente menos gravoso.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Exatamente.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Fica um no 33; e um, no 39.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – O Muiños quer encaminhar contra.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não. Não é encaminhar contra. Não é isso que me foi trazido para até uma possibilidade de alteração que eu fiz ressalva, mas admiti, como membro da Subcomissão, que o Marcelo conduzisse. Era outro assunto.

Agora, está sendo proposto outro assunto, que foi votado, não que eu seja radicalmente contra, mas que não eu não refleti. Só que há uma coisa: já criamos, primeiro, uma norma, dizendo que o preso que cumprir em regime mais gravoso e, ao final, for condenado, ele vai ter uma redução da pena. É uma causa especial. Já é uma grande inovação.

Segundo, criamos, sim, essa norma que, na execução, vejam: Por que na execução? Porque até o sistema de transferência, e aí eu teria que pensar numa norma – teríamos que refletir, talvez para segunda-feira – numa norma de transição, porque quem conhece o sistema penitenciário, não é de um dia para o outro. E aí vamos ter um problema mesmo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu concordo com você.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Então, é criar uma norma de transição.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, aí essa causa de redução de pena tem que cair.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Agora, eu não refleti sobre isso. Eu não posso ser irresponsável e concordar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A solução que a Subcomissão tinha proposto era a seguinte: se o cara tinha direito ao semiaberto e estava no fechado...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Vai reduzir...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – ...Vai reduzir a pena. Se a gente está dizendo que se não houver vaga naquele lugar, o sujeito vai para o mais favorável, não dá para ele ir para o mais favorável e reduzir a pena. Aí não é possível.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Por isso que eu não posso aprovar. Eu quero refletir sobre isso.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Se bem que são excludentes, porque – já está na norma –, se não há vaga acima, já vai para baixo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Então, ele não pode ficar no de cima.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem, professor.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Mas, se ficar, aí existe uma redução de pena para ele.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem, mas só não pode haver dupla cumulação de benefício.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É só colocar assim, Relator: no artigo que a gente acabou de criar, nessa norma, que eu não sei se vai ser artigo ou parágrafo, a gente coloca uma vírgula ao final e "hipótese em que não se aplicará à causa de diminuição do artigo tal".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muito bem. Perfeito!

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Se ele foi para...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Hipótese na qual não se aplicará – perfeito, isso mesmo – a redução de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, sexta-feira, vai estar todo mundo...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Isso. Exato. Não precisamos fechar a questão agora. A ideia é ficar a proposta. Vamos refletir, e acho viável.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom. Está razoável. Não faz sentido dar um benefício para a progressão e não dar para o regime inicial.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Mas, também dar redução de pena...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, mas não pode haver redução.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Então, vamos pensando....

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muito bem, gente, então, fachada essa questão, vamos voltar aos crimes hediondos. Terminamos?

O SR. MARCELO LEONARDO – Não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Prof. Marcelo Leonardo.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Podemos até esclarecer. Sr. Relator, um minutinho só. O Marcelo está com uma dúvida, se essa redução de pena é para todas as hipóteses em que ele fica preso em desvio de execução. É em todas as hipóteses ou só em prisão preventiva, como ele está achando que é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. O Muiños mencionou. Eu fiz a ressalva, mas eu não encontrei aqui diretamente essa norma.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – (*Fora do microfone*.) É só para a prisão provisória.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem. Se for só para a prisão provisória, não precisa de ressalva.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – (*Fora do microfone*.) Só para a prisão provisória que nós fizemos aquela regra.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Só não pode haver dupla incidência de benefício.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – (*Fora do microfone*.) Trânsito em julgado. Se a pena final foi em regime semiaberto, e ele teve prisão provisória, ele vai ter uma redução da pena.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso. Está resolvido, gente. Se for assim, como nós estamos criando uma outra figura, quer dizer, se não há vaga naquele e se tem direito a ir para outra, então, se se aplicar um benefício, não se aplica o outro. Foi o que coloquei aqui. Se o cara for para um regime mais benéfico, não se aplica a redução da pena.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – E o limite da população dos presídios?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, aí eu faço um repto. Abrir excepcionalmente, se se sentir que havia um consenso nessa questão.

Fechamos a questão. Vamos voltar ao crime...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Relator, eu quero agradecer a possibilidade, mesmo porque ela era imperiosa. Eu abri a pauta, inclusive, que foi enviada pela Drª Salise, e isso está na pauta. Art. 33, § 8º: Considerações da Juliana.

Então, não foi só porque eu sou chata. É porque, de fato...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muito bem, Juliana. Então, não é só porque você foi chata. Está registrado.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Está na pauta que nos foi enviada por *e-mail*.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está registrado. Não é só porque a Juliana é chata que o assunto foi rediscutido, tá bom? Constou dos Anais essa observação. Vamos em frente agora.

Nos crimes hediondos.

Prof. Marcelo Leonardo, mais destaques.

O SR. MARCELO LEONARDO – Já que o texto está todo posto, e eu tenha minhas sérias restrições à própria lei, eu observo que o § 3º trata de matéria típica de Direito Processual Penal. Está na reforma do Código de Processo Penal a norma em torno da prisão temporária e a fixação desse prazo de trinta dias.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não precisa constar no Código Penal.

O SR. MARCELO LEONARDO – Eu entendo que isso não deve constar aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Concordo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Também concordo. Podemos tirar o § 3º, Leandro.

O SR. MARCELO LEONARDO – Agora, está escrito aí: art. 5º. Na verdade, podia ser um parágrafo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pode ser um parágrafo.

O SR. MARCELO LEONARDO – Eu não estou entendendo a razão desse dispositivo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Esse dispositivo, Prof. Marcelo...

O SR. MARCELO LEONARDO – Porque parece que ele foi copiado de uma outra lei.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Da lei. Da lei dos crimes hediondos. É da lei dos crimes hediondos que eu trouxe para cá um capítulo.

O SR. MARCELO LEONARDO – Porque isso é uma norma de administração penitenciária. Não tem nada a ver com...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – (*Fora do microfone*.) A União manterá estabelecimentos penais. Isso é regra de... Está no Código Penal isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aqui o tratamento... Quer dizer, ele colocou, e podemos até tirar daqui, mas isso terá que entrar nas disposições transitórias, até para que, no Orçamento que esperamos exigir do Poder Público, isso possa ser cumprido. É necessário ter. Pode tirar daí, mas acho que tem que ficar no Código Penal que nós trouxemos inclusive a

progressão de regime para o Código Penal. A própria progressão, que está na Lei de Execução, trouxemos muita coisa.

O SR. MARCELO LEONARDO – Não, não, mas ela é do Código Penal em primeiro lugar. Até porque... Se quiser que fique, tudo bem. Eu acho que não tem nada a ver...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – É o que estou dizendo: a União tem que ter... Se não tiver... um pouquinho mais gravoso diminui a pena!

O SR. MARCELO LEONARDO – Sr. Relator, a sugestão é tirar o § 3º e o art. 5º ali. Porque essa norma de administração... Volte lá, Leandro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vocês acham que não precisa constar ali, não é?

O SR. MARCELO LEONARDO – Não precisa não.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Esse eu fiz a ressalva, Relator, de que, na verdade, nós trouxemos muita coisa da execução penal para cá. No *caput* dos crimes hediondos, acho que a questão da prisão temporária, o prazo, realmente tratar em outro diploma. Mas essa ou aqui ou no capítulo das Disposições Transitórias.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Eu acho que poderia ir para as Disposições Transitórias.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Isso pode ficar; isso eu concordo. Agora, que fique pelo menos nas Disposições Transitórias.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, vai para as Disposições Transitórias.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – A norma faz todo o sentido, inclusive de acordo com aquilo que vínhamos discutindo.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Até para exigirmos um Orçamento para isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E, na verdade, a gente vai ter que colocar nas Disposições Transitórias também a obrigação de construir...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Construir, entendeu? É isso que estou falando! O diploma agora é outro; agora...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – E são normas programáticas que se coadunam com aquilo que a gente discutiu... Se não existir estabelecimento prisional adequado, cumpre no regime menos gravoso para fazer sentido.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, sem oposição, então, vamos tirar o §3º.

O SR. MARCELO LEONARDO – Tira o §3º e faz uma anotação de isso ir para as Disposições Transitórias.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Para as Disposições Transitórias.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Fica fechado, então, o capítulo dos crimes hediondos, que vai constar lá num artigo da Parte Geral.

Leandro, por favor, grave isso aí, já mande para o meu *e-mail*, porque eu vou trabalhar nisso acho que hoje ainda.

O próximo item que temos aqui é do Gamil: crime de responsabilidade praticado por prefeito.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – O problema é que já são quase 7 horas, e todo mundo está...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu sei, gente, mas... Técio, agora eu preciso ficar aqui até a hora em que fecharmos todo o programa. Não tem o que fazer.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – O que tem na pauta?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É pouca coisa.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, mas a parte de...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tem pouca coisa. O que tem na pauta é o seguinte: crime de responsabilidade de prefeito e vereador; havia os crimes militares, mas a proposta não ficou pronta; na verdade, na prática, Muiños, eu acho que a gente vai ficar só com aquela remissão na Parte Geral – eu desconfio.

A questão do atendimento médico emergencial foi uma lei acabada de ser aprovada. Então, a gente tem só que incorporar ao Código Penal.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, não é isso, não, Relator. Eu até vim fazendo...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Tem a 8.176 também.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E tem a omissão de socorro e violação de sigilo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, deixe-me explicar...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – E tem a 8.176.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Essa parte, na verdade, é maior do que isso. Eu até tenho duas propostinhas que estão muito singelas, porque não foi a minha parte, não me debrucei sobre isso, mas a gente precisa decidir: Do 130 à rixa, que é periclitação da vida e da saúde... Está perigo de contágio venéreo, umas coisas ruins, que acho precisam ser revogadas, porque são discriminatórias, e, nessa parte, se quiser, eu até posso mandar e isso ser resolvido depois.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, então eu vou pedir a seguinte gentileza, porque eu tenho que fazer o relatório.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, eu tenho aqui; eu só não mandei para ninguém; eu posso mandar...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu vou sugerir o seguinte: você manda; como é de público conhecimento, na sexta-feira, haverá uma pequena reunião em São Paulo, convocada pelo relator, com quatro pessoas. Precisa ser uma reunião fechada. Por quê? Porque vai ser o momento último de um exame do relatório antes da deliberação, antes de passar para toda a Comissão para deliberação na segunda. Eu pedi ao Prof. Luiz Flávio, convidei o Prof. Nabor e o Muiños, para ficar mais ou menos como se fosse uma comissão dentro da Comissão, para a gente fazer essa última leitura da minuta do relatório que vou apresentar, e torná-lo apto para a apresentação aqui, na segunda-feira, na nossa reunião do Colegiado.

Então, o que eu sugeriria, Juliana? Que você mandasse isso; na sexta-feira, a gente vai fazer a reunião, e, na segunda-feira, a gente apresenta aqui para o Colegiado.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu só posso fazer, então, uma anotação, que é muito grave? O art. 134 hoje atual é uma das últimas normas de conteúdo gravemente discriminatório que precisa ser expurgada: "Abandonar recém-nascido para ocultação de desonra própria da mulher". E que tem uma pena ínfima, aliás. Desprotege o bem jurídico, de uma forma discriminatória contra a mulher; é horroroso, precisa sair isso.

Então, vou lhe mandar essa proposta, que é muito singela mesmo – tenho certeza de que vão acrescentar...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, Juliana, quem sabe a gente não consegue fazer isso rapidamente? Esse abandono de incapaz que você está sugerindo é o art. 134, não é isso?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Só que tem o resultado morte. A não ser que caia para o homicídio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois é, eu ia propor a revogação, para vai cair para o homicídio.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, então, seria colocar isso no abandono de incapaz.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Com resultado morte?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pode ser.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Se transforma em abandono de incapaz...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Quanto à questão, você está certa: a própria desonra hoje já tem que ser revista.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não tem sentido.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Qual é o artigo, Juliana, por favor?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É o 134.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu sugeriria o seguinte: revogar o 134 e, no 133, que tem como tipo "abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade e, por qualquer motivo, é incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono"... Esse é o abandono de incapaz.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Certo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, tem a pena lá de prisão.

"Se do abandono resulta lesão corporal grave, prisão de 1 a 5 anos; se resulta morte, 4 a 12 anos".

E eu ainda colocaria: "Se a pessoa abandonada for recém-nascida, a pena aplica-se da metade até o dobro", não sei, mas o que é absurdo é a norma mais branda para proteger a honra da mulher.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Entendi.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se o abandono for de pessoa recém-nascida.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Em princípio, eu estou concordando integralmente com a colega Juliana. Muito bem colocado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E aí a gente revoga o 134?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – O 134. Agora, eu só queria chamar a atenção, Juliana, para uma questão de coerência nossa: a pena do 133, mínima, está de 6 meses a 3 anos, o abandono de pessoa! E nós punimos o abandono de animal com 1 a 4 anos!

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu acho que tem que ser, no mínimo, igual. Aumentaria aqui...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É razoável, Juliana.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Essa pena do *caput* é... Se não...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – O problema é o seguinte: eu acho que essa do animal está desproporcional, mas é que isto aqui é o crime de perigo.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – E teve uma série de circunstâncias...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O abandono de animal tem uma circunstância que eu preciso colocar aqui de público: quando nós acabamos com as contravenções, nós criminalizamos o abandono de animal com a pena de 6 meses a 2 anos; depois da reunião dos crimes contra o meio ambiente, nós pega-

mos a mesma conduta que já havíamos aprovado com a pena de 6 meses 2 anos e colocamos de 1 a 4 anos.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Mas incluímos outras condutas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não. Aí ficou nos maus tratos. Então, eu pediria a seguinte decisão deste Colegiado: abandono de animal puro e simples, pena de 6 meses a 2 anos; maus tratos ao animal, pena de 1 a 4 anos. Tudo bem?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Conta com o meu aplauso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Agora, Juliana, esse abandono de incapaz, a pena está de 6 meses a 3 anos.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Se quiser colocar aqui de 1 a 4 anos...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Um a quatro anos ficaria proporcional, não é?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Tudo bem.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Um a quatro anos fica proporcional até com as figuras seguintes, em que a pena já é de 1 a 5 anos. Fica redondinho.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Isso!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu tenho outra sugestão, Juliana.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Daí, o § 3º fica assim: "se a pessoa abandonada for recém-nascida, aplica-se uma causa de aumento de pena".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Exato: uma cláusula de aumento.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – E aí se decide: de um terço a dois terços...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ainda que nós estejamos nesse artigo, ponha ali no 130 do Código Penal atual.

Hoje nós temos a seguinte distinção: "perigo de contágio venéreo" e "perigo de contágio de moléstia grave". Não há razão para essas duas figuras. Eu proponho que a gente revogue o 130 e, onde está hoje "perigo de contágio de moléstia grave", a gente mantenha. "Moléstia" é um tema antigo, não é? "Perigo de contágio de doença grave".

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu iria um pouquinho além, Relator: será que não é o caso de revogar o 130 e o 131, e revitalizar o 132? E eu até acrescentaria, porque hoje não fala em "integridade corporal"; fala em "vida e saúde". Eu colocaria: "Expor a vida, a integridade corporal ou a saúde de outrem a perigo grave direto e iminente".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – E daí doenças, venéreas ou não, todas estão incluídas aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Só que essa pena teria de ser repensada, Juliana, porque ficaria 3 meses a 1 ano. Está muito branda.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu tinha colocado 6 meses a 2 anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, porque a pena...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Se o fato não constituir crime mais grave, porque há muitos lá na incolumidade...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Namorar uma moça gripado poderá dar uma cadeia arretada, não é?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – *(Risos.)*

A minha proposta seria de 6 meses a 2 anos, que é maior do que essas penas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, é que "expor a vida, a integridade corporal ou a saúde de outrem a perigo grave direto e iminente" como crime de menor potencial ofensivo?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É porque isso é uma pessoa só, não é incolumidade pública; é "se não é crime mais grave", e, vejam, a gente não pode punir com a mesma pena da lesão. Se a lesão grave está começando em um ano aqui, vai ter uma causa de aumento que mantenho no parágrafo único.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – De seis meses a dois anos se o fato não constituir crime mais grave.

É isso que você está propondo?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A pena de aumento, como é que fica?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A causa de aumento eu colocaria igual.

A pena é aumentada de 1/6 a 1/3 se a exposição da vida e da saúde decorrer do transporte de pessoas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana e se nós colocarmos aqui: ou relação sexual.

É onde a questão se aplica. No aumento de pena

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – O grave aqui é que tem uma decisão do STJ, faz uns quinze a vinte dias, que admitiu a transmissão de AIDS nesse dispositivo e não de tentativa de homicídio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Como é professor?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – AIDS eu acho sério. É muito grave.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A pena teria de ser maior.

A SRA. JULIANA GARCIA BELLOQUE – Se transmite, vai cair naquele de dois anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, transmitir uma doença sabidamente incurável.

A SRA. JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não podemos manter como causa de aumento?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos manter como causa de aumento, mas teria de ser um aumento mais caudaloso, Juliana.

A pena é de menor potencial ofensivo, seis meses a dois anos.

Aí tem uma causa de aumento aqui, Juliana, que não se justifica.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Essa do transporte de pessoas?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso não se justifica.

Eu colocaria o seguinte: se a exposição é o risco de doença incurável, doença grave.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Incurável e doença grave.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Em doença grave ou incurável, aumenta-se a pena mais fortemente.

Veja que nós estamos revogando o 130, revogando o 131, revogando o 134 e estamos aqui reconstruindo esse perigo para a vida ou saúde de outrem.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É porque os outros têm pena pequena também.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O Prof. Luiz Flávio observou o seguinte no caso, por exemplo, da transmissão da AIDS a jurisprudência diz que não é homicídio e nem lesão corporal.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não.

É o 131, acabou de reconhecer agora.

Reafirmou na verdade.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, teríamos de reconstruir a pena.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Vamos revogar o 131.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – De um a quatro anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A pena será de um a quatro anos se a exposição for de risco de doença grave. Não precisa ser incurável. Talvez a hepatite.

Incurável é um termo complicado, porque de repente o cara se cura.

A pena será de um a quatro anos se a exposição for de risco de doença grave.

Fica justo.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Grave em qualquer dos seus graus?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É sempre subsidiário.

Aí ficaria assim e nós fecharíamos o capítulo.

Ficaria só o perigo para a vida ou saúde de outrem, o abandono de incapaz.

Depois, Juliana, omissão de socorro, tem alguma sugestão?

Vamos manter como está?

A SRA. JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não.

Só, talvez, incluir a lei aqui como uma causa de aumento, uma omissão de socorro qualificada.

Bem, daí o relator vê onde é que inclui a lei nova de recusar atendimento.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A lei nova eu acabei de consultá-la, condicionamento de atendimento médico.

Teria de ser um artigo autônomo.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Fora daqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Fora da omissão de socorro, até porque a pena é totalmente adversa.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Nós maus tratos...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Precisamos tomar cuidado com a pena de maus tratos dos animais.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está muito baixa

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE - Essa pena dos maus tratos eu coloquei até aqui na proposta, manter o tipo com aumento de pena.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Lá foi de um a quatro. Sem a qualificadora.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se resulta em lesão corporal de natureza grave e pena de reclusão.

Está tudo baixo.

Teremos de mexer nessa pena ou suportar críticas de que nós tratamos...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Por que maltratar ser humano é sério.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu sugeria o seguinte: um a quatro na figura básica.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Um a cinco.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Um a cinco anos com multa.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Hoje é detenção de dois meses a um ano.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Maus tratos de animais é que ficou de um a quatro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aqui nós não temos alternativa.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Estaríamos equiparando a vida humana à vida animal.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vou sugerir o seguinte, minha sugestão.

Olhem aqui.

De um a cinco anos se do fato resultar lesão corporal de natureza grave e aplica-se também a pena

das lesões e se resultar a morte, aplica-se também a pena da morte.

Tudo bem?

A SRA. JULIANA GARCIA BELLOQUE – Está bom.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Mas dos maus tratos, então, ficou... as pessoas... ficou de um a quatro.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É que a pena da morte pode ser lesão corporal seguida de morte, tudo bem? Isso está previsto aí.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A gente coloca: se resulta morte, aplicam-se também as penas relacionadas ao homicídio.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É que não necessariamente vai ser homicídio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas seria homicídio culposo ou doloso.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Estão criando um preterdolo, cuidado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, mas o preterdolo ou é dolo, ou é culpa. É isso.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – No 136, qual ficou a pena-base para os maus tratos? Qual está sendo a proposta?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Ficará: maus tratos mais homicídio culposo, menos do que quatro anos, que é a lesão corporal seguida de morte, porque eu tenho dolo nos maus tratos e culpa na morte. Normalmente é isso que vai acontecer aqui, se não vai ser direto homicídio, não vai ser capitulado de maus tratos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, mas aqui nós estamos aumentando.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Qual ficou a pena para os maus tratos? Um a quatro? Um a cinco?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ficou assim: "um a cinco na figura básica. Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave, aplicam-se também as penas da lesão. Se do fato resulta morte, aplicam-se também as penas do homicídio".

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Isso gera uma confusão, eu acho, mas...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque o homicídio ou vai ser culposo, ou vai ser doloso. Então está aqui, a gente não precisa resolver aqui se é doloso... Se o resultado qualificador é doloso ou é preterintencional?

E ainda tem esse aumento de pena se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 anos. Entenderam?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Coloca uma anotaçãozinha aqui, Luiz Carlos, se não é o caso de transportar. Vai haver um capítulo específico dos crimes contra o idoso, porque existem os crimes de maus tratos contra o idoso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tem sim, tem sim.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – O 99. Só que tem de deixar a pena equiparada com isso aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tem de fazer adequação, claro. E aqui, Juliana, tem o aumento de pena se o crime é praticado contra menor de 14 anos. Mantemos isso ou não? Nos maus tratos ainda. Eu ia sugerir: aumenta-se a pena de um terço se o crime é praticado contra menor.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas, olha só, se é para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, você está privando da alimentação ou sujeitando a disciplina inadequada, isso aqui é só contra criança.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, pode ser uma pessoa com deficiência, pode ser uma pessoa...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas, neste caso, é tortura, porque eu não preciso aplicar meios de correção em pessoas com deficiências. Eu só não entendo isso aqui. Com a pena mais elevada de um a cinco, eu não acho que é necessário essa cláusula de aumento.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não é necessário. Está bom. Fechamos aqui os maus tratos.

Na rixa, Juliana...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Na rixa, a minha proposta é: também aumentar a pena, mas, antes de mais nada, não tratar com o um capítulo próprio; tratar só como um artigo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não faz sentido.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Só uma curiosidade...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Deixe-me só copiar isso aqui, pelo amor de Deus!

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Mas vai manter quinze dias a dois meses?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não, não, essa pena tem que ser... Ao contrário.

Deixe-me só copiar aqui, se não eu perco isso aqui e não pode ser.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Acaba o §3º... Já lembrou.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu estou vendo no meu computador aqui, gente. Deixe-me salvar isto aqui: crimes...Como chama, Juliana? É crime de periclitação do quê?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Periclitação da vida e da saúde.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Crimes de periclitação da vida e da saúde... Reunião do dia 11 de junho. Aprovado então.

Agora vamos ver a questão da rixa.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Então, a rixa ficaria nesse mesmo capítulo, Luiz Carlos, só como um artigo da rixa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Só que, Juliana, hoje, a rixa não é mais a rixa que acontecia em 1940; hoje em que sentido você tem rixa basicamente? Torcida organizada de clube de futebol brigando uns com os outros e a construção da rixa é a seguinte: rixa é briga de todos contra todos, que é um negócio que não existe nunca, nunca existiu.

Então eu acho que "participar de rixa, salvo para separar os contendores"... A gente precisaria reconstruir isso aqui. Eu ia dizer: participar de confronto de rua entre facções organizadas. Participar de confronto entre facções organizadas.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Olha, nos crimes ambientais nós colocamos: "promover, financiar, organizar", o que não seria o caso, ou participar de "confronto entre animais de que possa resultar lesão, mutilação ou morte". Só para se ter uma ideia análoga ao que fizemos no... São as rinhas, não é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Promover ou participar de confronto entre facções...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É que às vezes grupos...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – ...entre grupos ou facções organizadas."

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não necessariamente é organizada. Pode ser na *boite*.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não. Aí ficaria...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Pode manter o termo "rixa", nesse caso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pode manter. "Grupos, facções ou...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Pode ser causa especial isso, se for organizada.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A redação ficaria assim: "Promover ou participar de confronto entre grupos. Pena - se o confronto for entre facções organizadas...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É porque aqui cai também muito... No homicídio a gente vê muita desclassificação para rixa. Porque a pessoa não quis, não tem a intenção de provocar a morte, mas participa de uma briga coletiva. Na saída da *boite*, na saída do bar, encontra o pessoal da rua debaixo, do colégio do lado e saí batendo, dando chute, e acaba morrendo alguém, acaba alguém se lesionando. A pessoa não tem nada a ver com aquilo, mas responde por aquele resultado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Minha sugestão seria a seguinte, Juliana: "Promover ou participar de confronto entre grupos. Pena - de seis meses a dois anos, além da pena pelas lesões causadas ou morte." Aí, viria um parágrafo na minha proposta: "Se o confronto é entre grupos ou facções organizadas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – "E determinadas".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Acho que "grupos ou facções organizadas", não é?, para ser mais grave. Aí seria na minha proposta: "Pena - de um a quatro anos, além das penas pelas lesões causadas ou morte."

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Esse "além das penas"... Concordo com a distinção, com o aumento da pena para grupos ou facções organizadas. Não vou concordar só com esse tratamento do "além das penas". Prefiro manter a sistemática a atual, que é a do parágrafo único, porque, senão, você não resolve. Qual é a grande discussão? O sujeito participou de uma rixa e não chegou sequer a prever a morte de alguém. Se a gente simplesmente coloca "além de", ele vai...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Entendi.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – ...pagar pela rixa e pagar como partícipe eme uma morte, em um homicídio doloso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você está consciente que a pena... Então, "Promover ou participar de confronto entre grupos: Pena - de seis meses a dois anos.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Até colocaria "seis meses a três anos", para não ser infração de menor potencial ofensivo. Daí, "se resulta lesão corporal grave", a gente põe uma pena; "se resulta morte", a gente põe outra pena. Pode ser de quatro a doze, de dois a cinco. Entendeu? Aliás, são esses os patamares que proponho.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A minha sugestão é que a gente não fale nem de lesão nem de morte.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Por quê? Senão ele responde como partícipe de homicídio. Ele tem que ter uma causa agravada, porque ele não previu... Qual é o elemento subjetivo aqui no caso? Ele não previu a morte. Ele só não quis, como não previu. Mas, em uma circunstância dessa natureza, é previsível que, por mais que não previsto no caso concreto, se gere o resultado morte. Como ele está entrando dolosamente nesse confronto, ele não responde só por

um homicídio culposo. Responde como se fosse uma lesão corporal seguida de morte, com pena de quatro a doze anos. Ela é agravada.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, e se ficasse assim: "Promover ou participar de confronto entre grupos...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Senão ele responde por homicídio doloso também. Estaria encerrado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Juliana, estou querendo dizer o seguinte: há uma pena só pela rixa. Como a gente fez com a quadrilha ou bando. Então, "Promover ou participar de confronto entre grupos. Pena – de seis meses a três anos, pela sua participação na rixa...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Se o confronto é entre grupos ou facções organizadas: Pena: de um a quatro anos, pela sua participação na rixa.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque, se houver lesão, se houver morte, é outra conversa e vai se apurar lá se o cara concorreu, se não concorreu, etc.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, porque... De todo modo a pena vai ficar desproporcional, Luiz Carlos. Se o juiz entender que a morte pode ser atribuída àquele cidadão só na perspectiva culposa, está desproporcional, porque ele tem uma responsabilidade mais grave do que o culposo, porque ele contribuiu de algum modo no incremento do risco para a vida daquelas pessoas; se atribui a participação dolosa, está desproporcional para cima. Então, é o tipo de coisa de preterdolo. Ele está incrementando o risco ao participar. É a mesma coisa dos maus tratos com resultado...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Qual é a minha proposta, Juliana? É que haja uma sanção... A exemplo da quadrilha ou bando, a pessoa que pratica quadrilha ou bando, se ela praticar outros crimes, responderá pela quadrilha ou bando e pelos outros crimes.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Sim, mas isso não inclui...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – O problema, Luiz Carlos, que estou entendendo da Juliana é que na rixa você nem sempre consegue determinar que ele efetivamente participou do evento culposo ou doloso a que deu causa.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Pois é.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Daí o agravamento na pena da rixa, e isso pode tornar a pena inclusive mais grave, segundo essa proposta da Juliana.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro! Mas isso cria um problema tremendo para nós, porque teríamos que indicar aqui todas as figuras de lesão e de morte.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não são todas as figuras. É o seguinte: se resulta lesão corporal grave, dois a cinco anos. Ele participou e da rixa resultou lesão corporal grave, dois a cinco anos. Se resulta em morte, quatro a doze anos. Estou fazendo o crime preterdoloso aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, se resulta lesão corporal...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Agora, Juliana, é quase objetiva essa responsabilidade.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas não é quase objetiva, porque ele, ao participar da rixa, apesar de não ter previsto o resultado, é previsível...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Mas há uma previsibilidade implícita.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É. Existe o incremento de risco elevante.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Entendi, Juliana, entendi sua preocupação. Agora, a minha é a seguinte: não pode ser a pena de matar numa rixa menor que a pena de matar.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não, porque se houver homicídio doloso, aquele que intencionalmente provocou a morte, aquele individualizado...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, teria que ser assim: se resulta lesão corporal e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo. Se resulta morte, o agente, claro...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Não precisa, disso, Luiz Carlos, porque...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – O que a Juliana está querendo distinguir é aquela ação voltada para a prática do crime de homicídio ou de lesão daquela voltada para a prática da rixa com a consequência...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Com a consequência, isso aí. Agora, a minha preocupação é a seguinte, Marcelo: eu vou lá e mato o sujeito.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Mas aí ele responde por homicídio.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Ele não vai ser desclassificado pela rixa, de jeito nenhum! Ele vai responder pelo homicídio. Se eu conseguir provar que foi um sujeito ali, individualmente, que deu a facada...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – A rixa é: alguém morreu no meio da rixa e não há como se determinar o agente causador.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas aí teria que ser ressalvada a pena da lesão e ressalvada a pena do homicídio, senão...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Nem é necessário isso...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu acho que é necessário.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Porque aí é o crime mais grave.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Mas aí não é nem ressalvar, é que nesse caso não se aplica a agravante da rixa; aí se aplica a rixa mais homicídio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, vamos fazer o seguinte... Estamos cansados...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É que isso é muito da minha realidade...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu sei, Juliana.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – ... e a gente vê várias vezes em que você não consegue identificar as pessoas ou a pessoa claramente não foi responsável pela morte. Ela responde por homicídio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu vou fazer uma sugestão, Juliana: a gente acabou de fechar o capítulo da periclitação da vida e da saúde, foi fantástico isso. Essa questão é de alta indagação. Eu me confesso muito cansado. Então, Juliana, faça essa proposta, faça a justificativa, aí apreciaremos na reunião do dia 18.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu só não vou estar aqui e peço que, junto com a proposta, evidentemente, meu voto seja considerado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro, estamos comungando da preocupação. Não vejo diferença de mérito, mas precisamos encontrar uma formulação que nem leve ao mais e nem leve ao menos.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Perfeito.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Mas a ideia é essa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Fica essa sugestão.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – É possível ter uma cópia desses crimes contra a saúde?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro, Técio, eu salvei aqui e vou lhe mandar por e-mail.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Só esses.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Que a gente acabou de aprovar.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – É que quarta-feira vou debater isso e queria ver.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mando para você.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Na estola...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, ficou...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Desculpe, é que era uma outra proposta que vim trabalhando no avião. Só para se anotar, estou com medo porque não vou estar aqui na semana que vem.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Diga.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A gente tratou da Lei de Telecomunicações, a nº 9472/97?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tratamos.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Já ficou resolvido?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Já ficou resolvido. Crime de telecomunicações.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – A Lei nº 6538/78, de crimes contra o serviço postal, que tem até uma lei que não tem pena mínima...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Proponho a revogação dessa lei.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Tá.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não. Espera aí. Gente, tem a Lei do Serviço Postal, é uma lei que pune o carteiro que não entrega a correspondência, etc.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Uma lei antiga, isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É uma lei esquisitíssima, muito estranha. Mas vamos fazer o seguinte, Juliana, eu analiso essa lei e acho que tem que revogar a lei inteira, mas talvez haja uma ou outra conduta muito específica que convenha manter.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Porque eu estava vendo essa história dos segredos e me deparei...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Qual o número da lei, Luiz Carlos?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É a lei dos carteiros. Qual é, Juliana?

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Lei nº 6.538/78.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É uma lei ruim, mas pode ser que haja alguma figura ali que mereça manter.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu me comprometo a fazer esse estudo específico e o apresentarei já na sexta-feira e, depois, na segunda-feira.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Daí vai faltar o que eu chamei de crimes contra a vida privada e a intimidade, que são as violações; violações de domicílio, de correspondência...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Essa nós já aprovamos .

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – De segredos...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Já aprovamos, Juliana.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – De segredo profissional e tudo?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Já aprovamos. Foi uma longa discussão.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – É? Bem...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, eu só vou passar o encaminhamento.

Eu já tenho aqui uma minuta de relatório e, depois da reunião de sexta-feira, que é uma reunião que vamos chamar do relator, vou passar o texto para todo mundo, para que haja tempo de conhecimento até a reunião de segunda. Eu sei que o tempo é escasso, mas é isso.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Eu só vou...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu pergunto o seguinte: a delação premiada, que nós tínhamos votado ali na extorsão mediante sequestro, vamos trazer para a Parte Geral?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eu acho extremamente oportuno. Hoje, é um dos institutos que traz mais insegurança jurídica.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Professor, posso pedir ao senhor que apresente um projetinho sobre a delação premiada até sexta-feira para essa nossa reunião?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Vamos ver se eu consigo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque realmente fica esquisito ter o acordo e não ter a delação.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Eu gostaria de fazer uma sugestão.

Eu acho que, neste caso, nós temos de avançar um pouco no campo processual para trazer um pouco mais de segurança para o instituto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não há dúvida.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Exatamente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está muito esquisito.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Da forma como está não existe segurança alguma, seja para o agente, para a defesa, para o Ministério Público.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Se não envolve o juiz, acabou. É isso. Porque o juiz é o dono da pena e o dono da caneta. Se não envolve o juiz, acabou.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Agora, quando envolve juiz e o resultado não dá em nada, esse juiz, depois, não poderá presidir o processo, evidentemente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Professor, o senhor não quer alinhavar esse projetinho?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Posso tentar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Até consultando os outros colegas, para conversarmos na sexta-feira.

O SR. MARCELO LEONARDO – Só para lembrar, nós temos normas sobre delação em pelo menos quatro leis diferentes.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Sete.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Em sete leis.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Temos de consolidar.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – É preciso reunir isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, só mais um detalhe técnico. Nós aprovamos a Lei de Falência, e ela traz um dispositivo específico sobre prescrição. Nós já aprovamos, mas, como relator, eu vou incluí-la no art. 107. Tudo bem? Nós já aprovamos. É só a questão tópica de trazer para cá.

O SR. MARCELO LEONARDO – Sim.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Luiz Carlos, eu tenho preocupação sobre a Lei nº 8.176, que nós estamos revogando e que faz aquela discussão sobre...

O SR. MARCELO LEONARDO – Extração mineral.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Isso. Explorar matéria prima etc. com o art. 55, dos crimes ambientais.

O SR. MARCELO LEONARDO – A ideia que ficou é a de colocar no art. 55 da Lei de Crimes Ambientais um parágrafo – não é, Luiz Carlos? – sobre a extração em reserva indígena e revogar a Lei nº 8.176.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – E vocês acham que resolve simplesmente acrescentar "de reserva indígena", porque, aí, desprotege o resto, não é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Marcelo, apresenta para mim um arrazoado.

A SRª SALISE MONTEIRO – Ele já fez.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Já o fez? Então, dá aqui.

O SR. MARCELO LEONARDO – Você não está propondo revogar?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Deixe-me ver. Espera aí.

Ficou revogação do dispositivo da lei. Não sei se da lei toda, mas do dispositivo.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Mas a lei entra em extração de recurso mineral.

O SR. MARCELO LEONARDO – Eu acho que a gente tem um conflito. Ora o Ministério Público denuncia nos dois artigos...

O SR. MARCELO LEONARDO – Esse é o problema!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, então fica...

Marcelo e Marcelo, dialoguem entre vocês e façam chegar até as minhas mãos, até sexta-feira, um projetinho nesse sentido. Está bom?

Gente, vamos encerrar a reunião só com um encaminhamento.

A SRª SALISE MONTEIRO – A interceptação telefônica e a reclusão e detenção, como ficou? A lei vai ser revogada?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se a gente revoga a distinção entre detenção e reclusão, nós temos que dizer que a interceptação telefônica é cabível na pena de prisão.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Exatamente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não temos alternativa.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Mas eu acho que nós já tínhamos aprovado. Eu coloquei isso e votamos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A Lei de Interceptação distingue crimes de detenção e crime de reclusão. Se a gente acabou com essa distinção, precisamos resolver o que fazer lá.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Perfeito.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, a sugestão seria: não se pode fazer interceptação telefônica em crime de menor potencial ofensivo.

O SR TÉCIO LINS E SILVA. – Eu acho que tem que ter um limite muito claro; senão, vai ter interceptação para calúnia, para injúria, ação privada

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não temos alternativa.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Mas aí, espere um pouquinho. Nós temos crimes de menor potencial ofensivo cuja interceptação é...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Ameaça.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Que é o crime de ameaça.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ressalvada a ameaça.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Já está lá que é proibido.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu também acho que não...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Já estava proibido, porque era só pena de reclusão .

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas a ameaça era detenção, não era?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Detenção.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você acha que ameaça deveria permitir, Marcelo?

O SR. MARCELO LEONARDO – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Acho que é típico da ameaça.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – É a forma de investigação da ameaça.

A SRª SALISE MONTEIRO SANCHOTENE – Mas e a pena da ameaça?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas aumentamos só para... Continua de menor potencial ofensivo.

A SRª SALISE MONTEIRO SANCHOTENE – Ah, é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A gente faz a ressalva da ameaça, está bem? É razoável.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Como é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A gente tem o problema da interceptação telefônica, porque hoje ela não se permite em crimes apenados com detenção. Como a gente acabou com a distinção entre reclusão e detenção, precisamos resolver a lei da interceptação telefônica.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Na pena.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Na pena. Eu sugeri o seguinte: se o crime for de menor potencial ofensivo, não cabe interceptação.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Ressalvada a ameaça, nós tínhamos falado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O Marcelo Leal observou o seguinte, que isso deixaria de fora a ameaça, que é um crime, vamos convir, em que ali a interceptação se justifica. Então a gente colocaria: exceto a ameaça.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Inclusive nós discutimos isso na época, quando falamos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não caberá a interceptação...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Foi discutido até, está em ata. Só a ressalva da ameaça.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso.

Gente, então, para constar, isso é importante: teremos uma próxima reunião no dia 18 e no dia 19,

às 9h. Sugere-se que os colegas permaneçam aqui do dia 18 ao dia 19.

O SR. MARCELO LEONARDO – Com o texto completo?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Com o texto que conseguirmos chegar... Eu não posso prometer o texto completo, Prof. Marcelo. Com o texto que conseguirmos chegar até depois dessa reunião que eu já mencionei, nessa sexta-feira, para tentar... Então, não vai ser o texto completo, vai ser o que mais se conseguir aproximar disso.

Sexta-feira vocês receberão o que houver, o mais completo que houver. Tudo bem? Algum encaminhamento? *(Pausa.)*

Por favor, o Reinilson faz o seguinte pedido. Temos essas reuniões no dia 18, no dia 19 e no dia 27. Peçam imediatamente a passagem aérea... Ouviu, Técio? Peçam imediatamente passagem aérea, hotel, pernoite, senão ele não consegue aqui dar o encaminhamento devido. Dezoito e vinte e sete são as próximas reuniões agendadas.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, 18 para 19 e...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Dezoito e dezenove reuniões marcadas, e dia 27 a solenidade de entrega.

Então, no dia 18 recomenda-se vivamente que todos os colegas de fora permaneçam em Brasília, do dia 18 para o dia 19, salvo justificadas e argentinas explicações. Dia 19 temos reunião às 9h, porque nos dias 18 e 19, Técio, temos que dar a forma final ao projeto. Vai ser um trabalho imenso.

Gente, obrigado pela atenção.

Declaro encerrada a reunião. – **Luiz Carlos Gonçalves,** Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 07 minutos.)

COMISSÃO DE JURISTAS, CRIADA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 756 DE 2011, DO SENADOR PEDRO TAQUES, ADITADO PELO REQUERIMENTO Nº 1.034 DE 2011, DO SENADOR JOSÉ SARNEY, DESTINADA A ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL.

ATA DA 24ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 24ª Reunião realizada em 18 de junho de 2012 às dez horas e cinquenta minutos, Sala nº 13, Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a presidência do Ministro Gilson Dipp e com a presença dos Senhores membros da Comissão: **Antônio Nabor Areias Bulhões, Emanuel Messias Oliveira Cacho, José Muiños Piñeiro Filho, Luiz Carlos Gonçalves, Luiz Flávio Gomes, Luiza Nagib Eluf, Marcelo André de Azevedo, Marcelo Leal Lima Oliveira, Marcelo Leonardo, Técio Lins e Silva** e **Tiago Ivo Odon**. Deixaram de comparecer os Senhores: **Gamil Föpel El Hireche, Juliana Garcia Belloque e Marco Antônio Marques da Silva**. Na ocasião foi aprovado o Anteprojeto de Reforma do Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, está aberta a 24ª Reunião da Comissão, encarregada de elaborar o anteprojeto do Código Penal.

Atas das 19ª, 20ª, 21ª e 22ª Reuniões; dispensada a leitura, e, à míngua de impugnação, estão aprovadas.

Com a palavra, o eminente Relator.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Bom dia a todos. Hoje é a nossa última reunião para deliberar temas da reforma penal.

Nessa manhã, enviei a todos os colegas a última versão da minuta do relatório. A essa versão já incorporei sugestões que vieram do Tiago Odon e alguns verbetes enviados pelo Técio. Na verdade, queria pedir a todos uma gentileza particular. Incorporei também um trecho enviado pelo nosso querido Emanuel Cacho.

Qual é a ideia, professor Marcelo Leonardo, professor Nabor? A ideia é a seguinte: ao longo do relatório, que vai extenso, comecei aproveitando algumas das exposições de motivos feitas pelo autor do projeto originalmente, e constou do relatório com o nome.

A partir disso, pareceu-me uma ideia interessante. Aí pedi à Luiza, ao Cacho, ao Marcelo Leonardo, ao Muiños, ao Técio, e, nesse ensejo, gostaria de pedir ao professor Marcelo Leonardo, ao Luiz Flávio Gomes e ao professor Nabor que, em alguns assuntos, façam um pequeno verbete, uma pequena exposição de motivos, coisa de 10, 15, linhas, porque, aí, qual a vantagem? Eu coloco – é uma homenagem – o nome da pessoa que formulou junto ao relatório.

Então, pediria ao professor Luiz Flávio que fizesse isso com relação ao nosso projeto de crimes de trânsito, que ficou realmente muito bom. Pedi ao professor Nabor, e estendo o pedido aqui ao professor Marcelo Leonardo, que, nos crimes contra a ordem tributária, façam essa breve exposição ainda hoje porém, porque – e isso é importante – temos algumas questões burocráticas precisamos entender.

O relatório precisa sair aprovado hoje, porque, senão, não conseguimos dar conta das exigências para o seu protocolo é do dia 25, que é o prazo. Qual são o pedido e o voto de confiança que eu faria aqui a esta Comissão? Aprovamos hoje algumas matérias ainda que vão entrar em pauta agora. O professor Luiz Flávio vai falar da delação premiada; o Muiños vai falar de crimes militares; eu mesmo quero falar do Decre-

to nº 20.167. Mas é só. Terminamos isso. Colocamos tudo no relatório.

Aí, o voto de confiança que peço é o seguinte: aprovamos o relatório, e, quanto a modificações formais de técnica legislativa, temos aqui o nosso consultor legislativo Dr. Tiago Ivo Odon. Então, pediria que fosse dado um voto de confiança a ele e a mim, para que encontrássemos a feição final da redação de detalhes do relatório.

Então, esse é encaminhamento inicial e o pedido que queria fazer a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Aprovado? (Pausa.)

Aprovado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pediria ao Prof. Luiz Flávio, inauguralmente, que nos trouxesse o projeto de delação premiada.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Isso. Relator, eu poderia enviar para o Reinilson agora, para que ele possa projetar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeitamente.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Então, já envio aqui, neste instante, e ele já projeta. Assim, eu posso fazer uma exposição de motivos muito breve. Não há muito segredo.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Enquanto o Dr. Luiz Flávio se prepara, eu só queria fazer uma pergunta a respeito do cronograma. Hoje, encerraremos, então, a discussão dos títulos penais e o relatório também?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Amanhã teria reunião?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Estou achando que não haverá necessidade da reunião de amanhã.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – E na entrega do final dos trabalhos, nós deveríamos estar presentes... Como será?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu acho que sim... A sua presença e a de todos nós serão imprescindíveis, Luiza.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Aí será no dia 27 pela manhã...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Exatamente.

Eu aproveito, Luíza, enquanto o Prof. Luiz Flávio ultima os preparativos... Você, no e-mail particular observou a questão do psicólogo no médico...

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você não quer apresentar para o Colegiado, para...

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – No tipo do aborto... Que a gente não tem aqui na tela, mas eu me lembro perfeitamente, colegas, que, quando nós ampliamos as hipóteses de aborto, ali na autorização para a realização da interrupção da gravidez até a 12ª semana de gestação, por falta de condições psicológicas da mulher para arcar com a maternidade, nós estabelecemos que o Atestado de Falta de Condições psicológicas poderia ser fornecido por médico ou psicólogo. O que eu observei no trabalho final, que foi apresentado por nosso Relator, é que faltou o psicólogo.

Eu gostaria de pedir a inclusão, já havia pedido a ele. Eu pergunto se alguém tem algo a opor?

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Não, pelo contrário. Acho que é fundamental a...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu aproveito para justificar também uma alteração que eu fiz no relatório e passei com destaque para todos, que é a questão dos múltiplos da multa, quando a sanção for aplicada à pessoa jurídica ou a alguém que haja em nome dela. Porque, no sistema que nós aprovamos, nem sempre o tipo penal específico terá a quantidade de multa. E uma multa para a pessoa jurídica que, por exemplo, pratique um crime contra o meio ambiente, ainda que a gente aplique no máximo aqui, vai dar 200 mil reais, 300 mil reais o que para a pessoa jurídica é nada.

Então, Prof. Marcelo, coloca-se um limite, dizendo que, nesses casos, poderá ser a sanção ampliada.

O SR. MARCELO LEONARDO – Na parte administrativa da própria Lei 9.605, chega-se a cinquenta...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A ideia era trazer essa possibilidade... Eu acho até que é menor aqui na proposta que fiz... Mas é porque não constou e nós teremos muita dificuldade de aplicar multa nos crimes contra o meio ambiente ou crimes praticados contra pessoa jurídica.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – OK, eu queria fazer um adendo na observação da Drª Luiza, porque tanto o psicólogo como o psiquiatra têm basicamente a mesma função, e o laudo vai mais a fundo quando é feito por psiquiatra. Assim... Tanto a função do psicólogo como a do psiquiatra, acho que o laudo pode ser psicólogo ou psiquiatra.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Emanuel, o psiquiatra é médico; o psicólogo, não.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Por isso que se põe médico ou psicólogo, entendeu?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Entendi.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – O texto é médico ou psicólogo, porque médico poderia ser outro... Porque médico poderia ser de outra especialidade.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Mas qualquer médico ou médico...

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Não, não... Qualquer médico... De repente, pode ter um ginecologista que...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – OK.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Há uma outra questão que eu queria aproveitar o ensejo enquanto a tecnologia do Luiz Flávio não funciona...

É uma questão que a Juliana me chamou a atenção. Acho que ela tem razão e subscrevo a observação dela. No artigo do uso ostensivo de droga que está aqui: "Aquele que usar ostensivamente drogas em locais públicos, nas imediações de escola...". Esta vírgula que entrou e que não tinha no texto original, muda completamente o sentido... Foi tirada, viu, Técio?

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – É, eu acolhi.

Eu acho melhor o seguinte. Fica mais claro, Luiz Carlos se pudesse: "Aquele que usar ostensivamente droga nas imediações de escolas e em outros locais...".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu acolhi a observação da Juliana e tirei a vírgula.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Ah, já tirou... Pois é...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, a versão que eu mandei hoje, não sei se você...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Eu não vi, ainda; desculpe...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se você conseguir abrir... Ela já está desvirgulada. Confira, às vezes um detalhezinho pode mudar...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Agora... Não seria melhor... "Locais públicos nas imediações de escola." Imediações de escola não é local público? Não está um pouco redundante e passível a dar confusão? Se a gente tirasse o local público e pusesse: "Nas imediações de escolas ou outros locais de concentração de criança ou adolescente", ou na pesquisa desse ... Porque, enfim, não precisa ser um local público. É um local que tenha criança, público ou não.

(*Intervenções fora do microfone.)*

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Técio, temo que essa sugestão que você faz aqui acabe sendo mais restritiva do que a proposta, porque a proposta é assim: "aquele que usar ostensivamente droga em locais públicos nas imediações de escola – sem vírgula – ou outros locais de concentração de crianças ou adolescentes, ou na presença destes, será submetido às seguintes penas – já sem vírgula".

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Já sem vírgula.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Relator, teria como constar na tela?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Estamos tentando, Marcelo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Porque, na realidade, naquele dia da votação, foi até eu que me insurgi contra a votação da maioria e pedi para que constasse uma restrição que seria esse tipo. Mas o que queremos evitar? Acho que até poderia melhorar essa redação. O que queremos evitar? Que se use excessivamente. Poderíamos aproveitar aquela redação, salvo engano, do 233, ou do ato obsceno. Público, aberto ao público, ou na presença de crianças, para a pessoa usar na vida privada dela.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas é o que está aqui, Marcelo. O único problema era a vírgula, porque ela, realmente, alterava o sentido. Sem vírgula ...

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – *Data venia*, há uma grande diferença. Uma coisa é fazermos a restrição de uso na área pública, e outra coisa é fazermos a restrição de uso na presença de crianças e adolescentes. O que entendi da reunião, quando votamos a proposta, era proibir em local público.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Próximo à escola.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Não. Ou na presença de crianças e adolescentes.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso. É isso mesmo.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Ou seja, não pode usar em local público e não pode usar na presença de crianças e adolescentes. Foi isso que votamos. Foi isso sim. Foi exatamente isso que nós votamos.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não. Não. Não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Posso esclarecer?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Marcelo levantou, e eu rebati.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Deixe-me colocar a proposta aqui.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não pode usar próximo à escola, na frente de crianças.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Ou em local público.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Em local público, pode.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Por favor, colegas, estamos com essa dificuldade técnica. Ela já vai ser superada, mas chamo a atenção de todos para o texto que ficou: aquele que usar ostensivamente droga em locais públicos nas imediações de escolas, ou em outros locais de concentrações de crianças e adolescentes, ou na presença destes, será submetido às presentes penas.

A única dúvida é que, na hora de fazer a redação, colocamos uma vírgula. Então, ficava assim: aquele que usar ostensivamente droga em locais públicos,

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Aí está errado. Concordo com o Técio, porque a ideia ...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se a pessoa usar droga na casa dela, fechada a porta, mesmo que seja na imediação de escola, não haverá crime.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Se ele fumar na praia lá no sozinho, num retiro?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não há imediações de escola, ou outros locais de concentração de crianças e adolescentes, ou a presença deles.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu acho que a ideia não foi essa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. Foi essa, sim.

Se você pegar lá as atas, você vai pegar. Marcelo levantou a oposição dele ...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Sem a vírgula, fica tal qual você está dizendo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Estou acolhendo o pedido da Juliana para desvirgular o texto.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Relator, pela ordem. Só quero estabelecer uma situação.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Qual é?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – A pessoa em um restaurante.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CHACHO – Restaurante é outra coisa.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Pela redação que está sendo proposta, não vai abarcar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇAVES – Vai abarcar ou na presença desses, na presença de crianças e adolescentes...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – O dono do restaurante pode colocar lá: proibido fumar maconha, pronto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇAVES – Pronto.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – A minha preocupação é com o menor. Porque eu não estou enxergando o texto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇAVES – Eu lamento. Estamos tentando resolver.

Gente, por favor, nós temos uma pauta extensa. Acreditem em mim, sem a vírgula, foi exatamente esse o texto que aprovamos na reunião passada.

Professor Luiz Flávio, enquanto penamos aqui com as informáticas, o senhor não gostaria de ler para todos nós o projeto que fez?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Posso.

A pedido, então, do eminente Relator, fiz o esboço, realmente um esboço, sobre o estatuto jurídico da delação premiada. Eu me vali, como ponto de partida, da Lei nº 9.807, que é a atual Lei de Proteção às Vítimas e Testemunhas.

O Reinilson já está com o meu texto e dá para expô-lo.

Sucintamente, procurei fazer algo muito enxuto. O acordo é das partes, MP e suspeito ou indiciado e seu advogado. O acordo é das partes e lava-se o acordo ao juiz.

Aí está. Agora, já é possível lermos. Sucintamente, é isto. O juiz vai ficar vinculado a esse acordo, porque, do contrário não adianta.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Já é jurisprudência. No primeiro grau, já se tem feito isto: acordo com homologação do juiz.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – E vincula o juiz.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Vincula o juiz.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Para que o acordo tenha efetividade. Do contrário, na vou fazer acordo, se eu medo de que o juiz, depois, não aceite coisa nenhuma.

A ideia central é essa. Sucinta, está muito enxuto.

Então, podemos ler e vamos falando, item por item. São dois artigos, aliás, um artigo apenas, com um parágrafo único, só.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇAVES – É. Total ou parcial identificação dos demais coautores ou partícipes da ação criminosa; localização da vítima com sua integridade física preservada; recuperação total ou parcial do produto do crime.

Bom, eu não tenho objeção, professor. Eu já adiro à proposta do senhor. Pediria a todos o exame atento para verificarmos se não é polêmico e podemos incorporá-lo.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eu sublinho que pode ir até a um perdão judicial, inclusive. Mas, claro, o juiz, ou as partes, o promotor, sobretudo, têm de avaliar se pode chegar ao perdão judicial ou só à redução de pena. Mas tem de ter um desses resultados e sempre tem que ter a participação obrigatória de advogado, porque dá para fazer acordo direto com o réu.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇAVES – Claro, claro.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – O desnível, o desequilíbrio fica patente. O advogado tem de participar ou o seu defensor. E há o caráter vinculante para o juiz.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Eu acho que no anteprojeto de organizações criminosas já tem esse dispositivo e com essa conotação. Esse que está sendo aprovado. Ele traz a delação premiada em um de seus tópicos.

Salise, é em um projeto de organizações criminosas, não é? Exatamente isso. Já passou pelas duas Casas? Falta aqui, não é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇAVES – Também sublinhei que o juiz não pode condenar só com base em uma delação, que é um indício, mas tem de ter um conjunto probatório para justificar uma condenação. Não pode condenar só com base nisso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇAVES – Marcelo Leal, há destaque?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Tenho, Luiz Carlos. Essa questão da delação premiada, a maior dificuldade dela é que ela envolve elementos de Direito Processual.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇAVES – Envolve.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – No dia a dia, temos nos deparado com situações que, de certa forma, estão resolvidas aqui com a vinculação do acordo com o juiz. Mas um dos grandes problemas, para a defesa, em especial, é que os sete Estatutos que hoje tratam do tema não disciplinam o problema do acesso à informação da delação premiada. Então, há delações premiadas que ficam em sigilo e que, muitas vezes, o advogado é surpreendido na sentença, porque se preparam alegações finais sem saber o conteúdo da delação premiada, e não são poucos os *habeas corpus* que são impetrados com o objetivo de ter acesso a essa informação.

O Supremo Tribunal Federal já regulamento o acesso à informação na Súmula nº 14. Não me parece que seja possível que qualquer elemento de prova que tenha sido produzido nos termos da Súmula nº 14 e não seja dado a conhecer a defesa. Esse é um problema que já poderia ser resolvido nessa disciplina.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Marcelo, como você resolver a questão do evidente risco de vida para o delator, se antes do momento adequado essa delação vier a lume?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Eu acho que o que precisa ser definido é o momento adequado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Qual seria?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – O que não pode acontecer é uma condenação sem que a parte tenha acesso à prova.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Qual seria a sua sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Terminada a investigação, quando o inquérito, a prova já é complementar?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Judicializada?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Judicializada. Não tem como.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Com oferecimento da denúncia?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Até antes. Com oferecimento da denúncia.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – A proposta seria com oferecimento da denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Exatamente. Porque, assim, não haveria mais o que esconder.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas colocaríamos uma ressalva nos seguintes termos: o advogado, sob a fé do seu grau, assume a responsabilidade por manter o segredo do fato, no exercício da sua defesa técnica, inclusive...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – E tipifica o delito.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu concordo, Marcelo, o cliente, a pessoa não pode ser convocada com base em uma prova que ela pôde contraditar, mas a minha preocupação é quanto ao delator. Esse delator, sejamos sinceros, corre um risco seriíssimo de morte. Se ele tiver a menor suspeita de que será morto em razão do que falou, ele não vai falar.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Daí como fica a lei?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Existe o inciso III.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Vamos seguir os incisos, para identificar o ponto onde pode.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O inciso, por favor.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não é só o delator. Na verdade, é o colaborador da Justiça que tem de merecer a atenção da lei.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí eu sugeriria então, Marcelo, que o inciso IV:

Oferecida a denúncia - tem de ser oferecida e não recebida, porque há aquela oportunidade de defesa preliminar...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Da resposta à acusação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Oferecida a denúncia, os termos da delação serão dados ao conhecimento dos advogados das partes, que deverão zelar pelo sigilo e segredo dessa informação, sob as penas da lei, porque tem firme na divulgação. Pode ser?

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Relator, nós estávamos cuidando de não colocar revogação expressa de artigo. Isso não está...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Na técnica, nós vamos colocar o texto final, não é Tiago?

Professor Luiz Flávio, esse trecho de revogação colocamos no relatório, no trecho final.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Só técnica legislativa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então ficaria assim. Você pode datilografar? Ou você prefere...

Ficaria assim o inciso IV:

Oferecida a denúncia,

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Relator, só para que fique mais nítido, com a citação do réu, receberão cópia...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Eu acho que aí complica. Aí para tudo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Oferecida a denúncia, os termos da delação serão dados a conhecimento dos advogados das partes, que deverão preservar o segredo, sob as penas da lei.

Marcelo, você acha que sua preocupação é contemplada? Muiños, Marcelo, tudo bem?

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Coloca um ponto e vírgula no final do três, do inciso III.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Depois, eu gostaria de rever o texto por inteiro. Passar rapidamente...

Uma primeira observação, eminente Relator, eminente Presidente, é quanto à redação do...

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Deixe assim, está certo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Prof. Nabor.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Põe do jeito que estava!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso, deixe assim.

(*Intervenções fora do microfone.)*

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Estatuto do Colaborador? Estatuto é uma coisa mais grossa, mais ampla.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Isso é só para a Exposição de Motivos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É! Fica lá "delação premiada".

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não: "colaborador da Justiça"...

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Eu tenho uma proposta de alteração da redação do dispositivo que fala da vinculação do juiz e do tribunal.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – ...porque nem sempre a colaboração significa delação.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – (*Intervenção fora do microfone.)* ...de qualquer jeito.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O Prof. Nabor tem um destaque, o Marcelo também.

Prof. Nabor.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Eu gostaria de destacar, só para efeito de sugestão de redação, o dispositivo que fala na vinculação do juiz e do tribunal à delação premiada.

Qual é o dispositivo?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Será admitida...

É o inciso I: "Terá força vinculante frente ao juízo e ao tribunal da causa."

Volte um pouquinho a página, colega.

"O acordo entre as partes, desde que tenha efetivamente produzido resultado ou os resultados mencionados no caput deste artigo..."

E aí vem o trecho: "...e será vinculante para o juiz e o tribunal da causa".

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Eu acho que ficaria mais adequado dizer "vinculará o juiz e o tribunal da causa".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeito.

Ali: "O acordo entre as partes, desde que tenha efetivamente produzido o resultado ou os resultados mencionados no caput deste artigo, vinculará o juiz ou o tribunal da causa".

Perfeito. É só uma alteração de redação.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Exato. Para evitar o "vinculante".

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – O juízo ou a decisão?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não. É pessoal. Vinculação é pessoal. O juiz ou o tribunal.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – A outra questão que tem sido objeto de grande discussão, até pelos reflexos constitucionais que a matéria encerra, diz respeito aos efeitos da delação com relação aos corréus ou partícipes. Essa é uma questão tormentosa, que tem, digamos assim, implicações constitucionais. Então, a proposta é no sentido de exigir, não é isso, meu caro Luiz Flávio?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Isso.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Exigir que, para além da delação, existam outros elementos convincentes.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Só uma delação não pode servir de base para condenar.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Claro! Claro!

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE – Já está ali.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Já está ali.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – No inciso II.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Eu só estava procurando uma outra expressão para substituir o "convincente", não é verdade? Essa é a

grande questão constitucional que se levanta com relação à eficácia da delação no que diz respeito ao coautor, ou corréu, ou partícipe, porque o entendimento prevalecente é de que aí está o conceito de autodefesa. Alguém que exerce sua defesa, eventualmente até fazendo a delação, se protege, mas não necessariamente produz uma prova com relação ao corréu ou com relação ao partícipe. Aí há questões constitucionais de grande vulto envolvidas. Então, é preciso que esse dispositivo fique muito claro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu imagino, Prof. Nabor, que "quando acompanhada de outros elementos probatórios convincentes" faz esse papel que o senhor destaca.

O SR. MARCELO LEONARDO – Dr. Luiz Carlos!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não.

O SR. MARCELO LEONARDO – A ideia aqui é: onde está ali "outros elementos probatórios convincentes, quando acompanhados de outros elementos probatórios", e aí pegando o gancho no art. 155 do Código de Processo Penal, "outros elementos probatórios colhidos sob o crivo do contraditório judicial".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Com isso eu não posso concordar, Professor. Aí já não posso concordar, porque, de repente, o inquérito, ao lado da delação premiada, por exemplo, no inquérito, uma terceira pessoa, uma testemunha viu os fatos...

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Mas, meu caro Relator...

O SR. MARCELO LEONARDO – Mas o texto vigente do Código fiel à Constituição fala isso.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Veja bem, meu caro Relator...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – No ambiente da delação premiada, eu acho que não podemos fazer essa restrição.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Vejam bem, meu caro Marcelo, eminente Relator: a jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a prova que pode embasar uma condenação tem de ser prova obtida sob o crivo do contraditório.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro. Perfeitamente, Professor.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Então, delação mais elementos coligidos em inquérito não bastam para uma condenação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeito. Não há discordância.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Não é verdade?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não há discordância alguma, mas aí já é a questão, justamente legal, da valoração da prova, e não me parece que aqui, neste momento da delação, convenha dizer isso, porque esse efeito que o senhor menciona – quer dizer, só a prova produzida sob contraditório é suficiente para condenar – se refere a qualquer prova; não exclusivamente à prova da delação.

O SR. MARCELO LEONARDO (Fora do microfone.) – Mas aquela...serve para outra coisa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu acho que a cautela que a gente quer dar é justamente o seguinte: o juiz não poderá considerar a delação como prova única. Não é isso? Então, essa é a cautela. Agora, toda prova que surgir deverá ser submetida ao crivo do contraditório, e o juiz, ao final, valorará uma outra e outra; isso me parece inerente.

O SR MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Sr. Luiz Carlos, de toda forma é essa a discussão constitucional que tem sido posta, e é uma oportunidade de se resolver.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas aí, Marcelo, eu questiono essa oportunidade aqui na delação premiada. Eu tenho muito medo aí de fechar, por outro lado, porque aqui a grande preocupação, na verdade, da delação premiada é com a soltura da vítima. Então, eu tenho medo de acrescentar, fazer esse avanço aqui nesse trecho. Acho que esse avanço está assegurado pelo artigo do Código de Processo Penal que o Professor Marcelo Leonardo indicou.

O SR. MARCELO LEONARDO – Mas a redação que está aí está violando esse dispositivo que está fiel à Constituição. Então, pura e simplesmente fazer referência a "acompanhada de outros elementos probatórios convincentes" não satisfaz a exigência. "Quando acompanhada de outros elementos probatórios colhidos sob o crivo do contraditório judicial".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Prof. Marcelo, a gente tem a seguinte questão: se não há consenso nesse trecho...

O SR. MARCELO LEONARDO – Vamos votar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não. Então,...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Eu tiraria essa delação...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu não quero trazer o processo penal para cá.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Então, vamos deixar a delação premiada fora do Código Penal. Não precisa...

O SR. MARCELO LEONARDO – Mas nós já aprovamos um texto em relação ao sequestro. Só ao sequestro, que está, inclusive, gerando polêmica.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Só o sequestro.

Realmente, eu insistiria.

Pergunto ao Professor Marcelo Leonardo e ao Professor Nabor. Aqui, nós temos a ressalva da ressalva. Estamos aprovando a delação premiada e estabelecendo uma ressalva, dizendo: olha, sozinha não é suficiente. Na minha leitura, isso não significa que esse artigo do Código de Processo Penal ou mesmo a natureza do contraditório restem arranhadas. De maneira alguma.

É evidente que se vai dizer: essa prova toda que você tem aqui, mesmo essa outra, é...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Só um detalhe aqui: isso tudo aqui, de fato, foi colocado em virtude dessa preocupação e dessa divergência jurisprudencial. Há uma sugestão: "acompanhada de outros elementos probatórios, nos termos do art. 155 do Código de Processo Penal".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí, Professor, encontramos um outro problema, que é o tipo remitido, que temos procurado evitar.

O SR. MARCELO LEONARDO – Mas isso não é tipo penal, não.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não, mas aqui já existe o estatuto jurídico das provas, que é o art. 155 hoje.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas temos evitado, Professor, qualquer tipo remitido.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Se não chegamos a um consenso, proponho que se mantenha assim, porque, afinal, a interpretação única possível será de conformidade com a Constituição.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu também acho. Claro.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Onde se lê, então, elementos probatórios convincentes, nós teremos de fazer uma interpretação conforme.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro. Exatamente.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Vale dizer: os convincentes só podem ser escolhidos de acordo com a Constituição. Fica razoável.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu não vejo diferença de mérito, Professor, com relação a isso.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Se não tem consenso.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Eu ainda acrescentaria que esse texto melhora muito a legislação atual, que é precária. Eu acho que...

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – É, por isso eu gostaria de preservar. Deixa assim e vamos interpretar conforme a Constituição. Está bem?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeitamente.

Mais algum destaque, ou podemos considerar aprovado o texto nessa versão?

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Eu estou de acordo. Gostaria só fazer uma sugestão redacional rápida no parágrafo único.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Relator, eu também tenho um destaque.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Marcelo.

Com a palavra a Luiza e, depois, o Marcelo André.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Então, eu queria só dizer o seguinte: ali, está dizendo "participação obrigatória de seu advogado ou defensor, respeitadas as seguintes regras...".

Eu acho que o advogado e o defensor são a mesma coisa, mas se for para colocar os dois, pode-se colocar advogado constituído ou defensor público.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Ah, por que nós vamos colocar advogado ou defensor então?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Advogado.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Seu advogado, porque ficou *bis in idem* isso.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – O defensor é um advogado.

Seu advogado, porque ficou *bis in idem* isso.

O defensor com o advogado público.

Porque o defensor é advogado, mas...

Não, não, a questão é a prática. Constituir advogado hoje poucos podem. A grande maioria é defensor, é advogado nomeado.

Eu sei. Então, põe defensor público.

Nomeado é o defensor.

Não, mas o advogado não é defensor?

Não... Sim...

É defensor. Eu só estou dizendo que ficou...

E o defensor, necessariamente, é o advogado.

Defensor público nós temos em menos de dez por cento das comarcas do País.

Claro.

O defensor é sempre um advogado nomeado pelo juiz.

Luíza, vamos aceitar a redundância. Tudo bem.

Acho que não faz sentido, não é? Fica uma coisa meio sinônimo do sinônimo.

É, mas vamos aceitar a redundância e pronto. Advogado ou defensor...

Mas abre uma, vai ter uma lei daqui a pouco para advogado e outra para defensor.

É por isso que a gente já protege.

Então está bem.

Marcelo André.

Uma colocação. Um primeiro ponto...

Uma colocação de V. Exª vinda hoje a mim me preocupa, tendo em vista eventos recentes, mas a despeito disso, por favor, o senhor pode se manifestar.

Periga ele querer se exibir.

Eu espero que não. Por favor, nos poupe disso, Prof. Marcelo André.

Pela forma que ficou, pode ser aplicada a qualquer crime. Não é isso?

Sim, sim.

Então, nesse ponto eu já começo a achar uma certa incoerência. Por quê? Vamos supor que uma pessoa pratique um roubo. Ela não tem direito a arrependimento posterior, porque é um crime com violência ou grave ameaça à pessoa. Isso um roubo. Uma única pessoa, sem concurso de pessoas. Aí se já pratica em concurso de pessoas e um delata o outro, ele tem direito à extinção da punibilidade. Há uma incoerência.

Mas não tem libertação da vítima.

Não, mas, pela forma, basta um dos resultados acima. Não são cumulativos, pela forma como está sendo aprovado.

A sua proposta é que sejam cumulativos.

Que sejam cumulativos... Não, mas, às vezes... Só pode ser...

Mas aí só vai ser na extorsão mediante sequestro.

Então, esse é o problema. Então, nós estamos deixando para todos os crimes e está havendo essa incoerência. Então, se revoga o arrependimento posterior. E outra: eu acho que poderia... Outra colocação, que sei que sou voto vencido, é a questão da extinção da punibilidade. Eu sou favorável a uma diminuição de pena. Pode até ser acima do que está aí, mas nunca ficar sem uma quantidade de pena. Eu sou contra a extinção da punibilidade, porque nós sabemos muito bem que, na prática, o juiz vai aplicar sempre a extinção da punibilidade.

A extinção da punibilidade, Marcelo, tem o efeito...

De proteção daquele...

... de proteção, não é?

Eu sei, mas acho que o Estado deve proteger a pessoa que seja presa...

Consulto o colegiado se, ao invés de extinção da punibilidade, não seria a aplicação de pena não carcerária.

Pronto. Aí, se o juiz determinar que...

Mas essa questão já não foi decidida no crime de sequestro?

Foi. Mas, aí, quando a gente discutiu, Marcelo, falamos "vamos trazer uma norma geral".

Está certo.

Luiz, mas se o sujeito dá a contribuição dele à Justiça e vai para um presídio, ele vai morrer.

Eu sei. É por isso que eu estou dizendo.

Vai morrer.

O Marcelo está dizendo que é contra a extinção da punibilidade. Eu estou perguntando se não seria o caso de, ao invés de extinção da punibilidade, sugerir pena não carcerária.

Pena não carcerária e ele vai cumprir, digamos assim, uma testemunha que vai ter que ficar...

Até para evitar o aventureirismo da pessoa.

Claro. Vai ficar sob a ordem e o poder do Poder Judiciário, mas vai ficar sem cadeia.

Eu acho o seguinte: isso aqui é um ato bilateral. É um acordo. Compete ao Ministério Público analisar, em cada caso concreto, o que convém de razoabilidade e proporcionalidade, porque vai ter casos em que o MP só oferecendo um perdão para conseguir um mundo de provas que ele não teria jamais. Sendo um ato bilateral, cabe ao Promotor decidir. Se ele não quer, acabou.

É um acordo.

É acordo isso aqui. É igualzinho ao acordo que nós aprovamos.

Mas, aí, professor, e se a gente fizesse uma adição ali: consequente extinção da punibilidade, redução de pena ou aplicação de pena não carcerária.

Ok. Acho válido.

Ou, alternativamente, ou aplicação de pena não carcerária, não é?

Ali, onde está "o juiz, a requerimento da parte, concederá o perdão judicial e a consequente extinção da punibilidade ou reduzirá a pena de um terço a dois terços ou aplicará somente pena restritiva de direitos".

Isso. Vírgula... Isso.

Tudo bem, gente?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não, não. Gostaria de acrescentar mais. Eu acho que deveria constar ali ao não reincidente, esse benefício ao..., distinção da punibilidade pelo menos, não os outros; a diminuição. Mas a extinção da punibilidade e a pessoa não ser reincidente. Porque dá margem a estar sempre cometendo crime e sempre delatando; sempre delatando e nunca vai ser punido.

Então, só no que tange à extinção da punibilidade. Os demais constam. Faz um parágrafo...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É razoável? Prof. Luiz Flávio?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Sim. É razoável.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Consequente extinção da punibilidade – vírgula –, se o imputado for primário – vírgula –, ou reduzirá a pena de um terço tal, tal, tal...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Só para voltar, eu queria deixar bem claro de novo aquela incoerência que mostrei. Vamos tentar resolver. A pessoa pratica um roubo, sem concurso de pessoas, não tem direito à extinção da punibilidade. Num roubo com concurso de pessoas, ele passa a ter direito.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Por que não? Um cara pratica um roubo e não se sabe onde estão os bens? Ele vai, colabora com a Justiça, indica onde estão os bens. Está colaborando.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Sim, mas e aquele que praticou sem concurso de pessoas?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Sozinho?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Sozinho.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Sozinho, ele indica onde estão os bens...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Sim, mas ele não vai ter direito à extinção da punibilidade e sim à diminuição de pena, apenas.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Mas por que não?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Porque não se aplica, porque é crime praticado... Não se aplica aqui.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Não se aplica aqui. Vão ser as penas do arrependimento posterior.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – É.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Onde não se aplica? Não entendi, Marcelo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não, não. Então, o instituto vai se aplicar...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se é um ou outro, vai. Claro que vai.

(*Intervenções fora do microfone.)*

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não, não, não, gente. Escutem, esperem aí. Não captaram a essência da coisa. Eu não falei em delação. Isso aqui é estatuto do colaborador da Justiça, que pode ser com delação ou sem delação. Mas o colaborador da Justiça não necessariamente delata.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Marcelo, se não fosse assim, seria confissão.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Isso daqui elimina completamente.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Então, isso aqui estará revogando o arrependimento posterior, é isso que estou dizendo. É isso que a gente quer?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não, não revoga. Simplesmente, não incide no caso combinado, acordado, não incide a reparação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É, porque aqui é um acordo.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Aqui é acordo. É puro acordo, e é facultativo, óbvio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, encaminhem para nós aprovarmos o texto como está e irmos a novos desafios. Porque o tempo passa. Tudo bem? Posso considerar aprovado? (Pausa.)

Então, aprovado. É um momento histórico, Ministro.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Tem beijo também?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Eu já tinha esquecido isso...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O pessoal não esqueceu, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Eu não ainda estava prevenido...

Na próxima vez, eu vou...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Na ausência do senhor, este relator foi constantemente lembrado da necessidade de abraçar alguém que estivesse próximo.

Muiños, você quer fazer uma...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – (*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro, ele vai mandar sim.

Muiños, você quer fazer uma apresentação do seu projeto?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, não. Eu gostaria antes de fazer algumas observações aqui do relatório.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O relatório a gente fará, mas, antes, eu queria aprovar tudo que precisa constar nele. Eu mesmo vou falar do Decreto nº 201 daqui a pouco. Eu queria lhe dar oportunidade de falar dos militares.

Pois não, Técio.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Luiz Carlos, a Juliana, que não pode vir, tinha feito uma circular com vários textos, que eu não sei se você já viu...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu os examinei diante do texto que eu tinha e são idênticos.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Está bem.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas, se tiver alguma diferença que passou, depois a gente prestigia o trabalho dela.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – É só porque eu conferi, e achei que você também já deve...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu fiz isso, sim. A maior divergência era ali com relação ao alcance de uma medida nos crimes contra o patrimônio, que é se a pessoa agir para...; incorporei o trecho dela.

Muiños, você quer fazer uma apresentação?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Poderei fazer uma inversão, primeiro a dos prefeitos? É possível?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Só para eu situar, então, o material e saber se todos já receberam. Sobre os crimes militares...

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O senhor mesmo mandou, Prof. Marcelo? Acho que houve um debate; não sei se houve um texto, porque eu mesmo fiz uma proposição que era mais ou menos a que eu ia repetir agora.

Vou pedir... Renilson, vê se você consegue colocar o Decreto nº 201...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Todos receberam aquele texto que eu pedi para distribuir?

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, vamos falar só três pessoas por vez com o Reinilson. Senão, ele vai...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Ministro Dipp, existe uma proposta minha e do Muiños para que no relatório final se comece a fazer no Brasil aquilo que se faz nas leis americanas. Em toda lei americana que é "encarcerizadora" vai sempre uma proposta de alteração orçamentária para o sistema penitenciário ou para... Para a Justiça é difícil, porque ela já tem a própria divisão fatiada do bolo. Mas, toda vez, nos Estados Unidos, que se cria uma lei que vai prender, digamos, que vai criminalizar o porte de maconha, sabe-se que se vai colocar lá um milhão de brasileiros. Então, tem que haver lugar para um milhão de presos.

Portanto, com o novo Código Penal, com o aumento de algumas penas, medidas que vão desencarcerar e outras medidas que vão efetivamente encarcerar, a proposta nossa, vinha da Comissão, da parte geral... Inclusive o Dotti, o Marcelo André, a gente conversava muito sobre isso. E, agora, no fecho da Comissão, Luiz, a gente gostaria que lá nas disposições transitórias constasse que toda vez que uma lei penal for aprovada e que vai levar ao encarceramento, que haja uma proposta de orçamento nessa lei, ou pelo menos no novo Código Penal que a gente pense alguma coisa nesse sentido. Não dá para você pensar que vai haver 200 mil vagas e um milhão de presos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu só pergunto o seguinte: concordo totalmente com o que você está propondo, mas tenho dúvida se a lei pode obrigar a lei.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Pode.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque aí é questão de lei orçamentária.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Porque é como a gente estava falando: a lei pode abrir orçamento. Toda lei pode abrir o orçamento.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A minha dúvida é: nós podemos, num texto que tem natureza jurídica de lei, criar uma obrigação futura para o legislador, dependente de lei, como são as leis orçamentárias?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Para o sistema americano, sim. Não sei para o brasileiro. Não sei se o Prof. Nabor pode dar uma opinião sobre isso.

Sabe qual é o problema? Nós estamos, na verdade, caminhando, incentivando o caos, porque, se só há 300 mil vagas para presos no Brasil, você não pode ter um milhão de pessoas presas. Então, você não pode caminhar para isso. Agora, em alguns países, toda vez que se cria uma lei penal, abre-se o orçamento para custear aquela lei.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu concordo. O problema não é de fundo.

O SR. MARCELO LEONARDO – Do ponto de vista constitucional, salvo melhor juízo, somente a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pode recomendar à Lei de Meios ou Lei Orçamentária que inclua uma sugestão para.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A gente poderia colocar, Emanuel, uma recomendação, mas a gente não pode obrigar, por essa lei, que a Lei de Diretrizes faça isso ou aquilo.

O SR. TIAGO IVO ODON – Não pode ser de natureza obrigatória, mas a gente pode indicar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Podemos indicar.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Como princípio, você está criando uma lei que vai encarcerar. Então, tem que haver dinheiro para custeá-la.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Exato, mas a implementação pelo Código Penal é dificílima.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não é possível, né?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Tiago, a diferença...

O SR. TIAGO IVO ODON – Pode haver um dispositivo genérico, indicando.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso. Indica a necessidade de que haja previsão de aumento de número de vagas etc.. Agora, tem um detalhe: se a gente está dizendo isso para o futuro, a gente teria que fazer agora. Com a nossa própria proposta. É complicado. Não teremos tempo, Emanuel.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Todo mundo reclama no Brasil que existe um caos no sistema penitenciário.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu entendi, Emanuel.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Nós estamos criando uma lei penal que pode encarcerar mais. É preciso que nossa proposta fale...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, voto contra, porque não é possível.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Claro que é!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Olha só, Emanuel, são duas questões aqui. Presta atenção: primeira, se uma lei pode cogentemente obrigar outra lei, eu já digo que não é possível; segunda...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Você está falando de orçamento.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Em segundo lugar, se a gente está dizendo que as leis futuras, cada vez que se criar um crime, deverão prever o orçamento correspectivo, e nós estamos criando um monte de crimes na nossa proposta, a gente teria que fazer isso, e simplesmente não haverá tempo.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Mas não somos nós que criamos o orçamento. Abrir...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não é possível.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Mas é assim que eles fazem.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu lamento, Emanuel, mas não podemos votar isso. Seria hipócrita da nossa parte. Dizer que eles têm que fazer no futuro, e nós, fazendo agora, não...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Como na reforma de 1984. Fizeram a previsão de regime aberto, semiaberto e fechado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não podemos. Eu lamento.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Foi o que aconteceu com o Brasil hoje. Acabou. Só se constrói presídio fechado. Para que a gente tem que prever semiaberto e aberto?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Emanuel, eu concordo com você no mérito. O problema não é de mérito. Eu lembro que nós já trouxemos uma proposta revolucionária...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Então, vamos votar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Espera aí! Não é assim, Emanuel. Já trouxemos uma proposta revolucionária no sentido de que, se não houver vaga no estabelecimento adequado, o sujeito vai pular para outro.

A questão é que não é de fundo, da necessidade de orçamento. Não é isso. É que, pelo que eu entendi da sua proposta, ela está dizendo o seguinte: daqui para frente, quando criarem novo crime, deverão ter esse cuidado na previsão de quais vagas deverão ser criadas e inclusão no orçamento dessas coisas.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí eu observo, Emanuel, que nós criamos aqui vários crimes e não fizemos isso no nosso próprio relatório. Então, seria muito hipócrita a gente dizer que o legislador tem que fazer, e nós estamos propondo agora e não fazemos. Aí eu observo: não temos tempo. É só isso.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu sei. Sabe o que é isso? É o supermercado lhe dizer que não lhe dá mais a sacola para você levar suas compras, e você ir para o supermercado fazer as compras sem a sacola. Aí você vai trazer suas compras onde?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Meu querido Emanuel, você entendeu a discussão? Eu concordo com você, mas nós não podemos colocar isso aqui sob pena de máxima hipocrisia. Dizer para os outros fazerem quando nós não fazemos. E, tempo para fazer, não temos.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – É só uma orientação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não podemos dar uma orientação e deixar ao mesmo tempo de segui-la, Emanuel.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Mesmo porque seria inócuo. Inócuo como o dispositivo de cela individual, que também não é respeitado. O que nós poderíamos fazer – não sei se o Dr. Emanuel acha insuficiente – é colocar na exposição de motivos uma recomendação. Poderíamos colocar na exposição de motivos uma recomendação para que o Poder Público investisse...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro, claro!

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Seria uma recomendação da Comissão...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Podemos.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – ...para evitar o caos carcerário etc..

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Podemos, sim.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – A gente continua criando regime aberto, semiaberto, e não há um real no orçamento...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A sua experiência com o sistema penitenciário é muito útil, é muito apreciada para esse tipo de situação. A sua

proposta está incorporada. É só questão de forma. Ela vai ficar como recomendação constante do relatório. Eu mesmo vou me encarregar de escrevê-la, ok?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Relator, já que estamos falando de disposições transitórias, uma preocupação semelhante à do Emanuel, mas que nós fizemos na nossa Comissão: é que a Subcomissão da legislação extravagante identificou 119 leis com caráter penal no Brasil. Um verdadeiro cipoal. E para que isso não volte a se propagar, a sugestão, o encaminhamento era que se aprovasse um texto nas disposições transitórias no sentido de que toda norma penal deve ser incorporada no Código Penal.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não podemos, Marcelo, pela mesma razão que falei ao Cacho.

No trecho do relatório, até por sugestão do Tiago, constou isto: o Código Penal como sistema, tudo isso. Mas o problema é constitucional. A lei não pode estabelecer vinculações à lei. Então, nós não podemos fazer isso. Não podemos dizer: "não..." É lei ordinária, entendeu, Marcelo? Não podemos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – É uma diretriz.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É uma diretriz, é uma recomendação. Mas não pode ser: "olha, senhor legislador futuro, por este anteprojeto, o senhor está obrigado"...

O SR. MARCELO LEONARDO – Isso é uma questão de política criminal.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Constitucionalmente, não é. A lei não obriga a lei.

O SR. MARCELO LEONARDO – Eleger um código ou uma lei específica.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Eu tenho impressão de que o legislador...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas, como recomendação...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Como recomendação, Luiz Carlos, teria uma outra.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Não, não, não. Ninguém pode obrigar o Parlamento a se desincumbir. Agora, eu tenho certeza de que, a partir da consolidação dessas 119 leis penais, o legislador, os órgãos técnicos, as Comissões de Constituição e Justiça daqui e da Câmara vão pensar três vezes se essa norma penal, criada por lei especial, não deveria ser incorporada no Código Penal. É uma questão, agora, de educação, de precedente. Não vai haver mais cipoal de leis. Tenho absoluta certeza.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Como recomendação, como indicação, sim. Aliás, eu digo que já constou do texto por sugestão do nosso Tiago.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Relator, eu entendi a sua preocupação, mas eu gostaria de encampar a proposta do Tiago. Nas disposições transitórias ou nas disposições finais ficasse a recomendação. Entendi sua preocupação, mas, como norma, se o Congresso...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não é possível, Muiños.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – A recomendação...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Em termos constitucionais, não é possível.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – ...que tenha previsão orçamentária própria. O Congresso faz isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Sr. Relator, temos que...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu não estou dizendo qual é o orçamento. A sua preocupação é definir qual é. Com isso eu concordo. Não pode, mas a recomendação que o Tiago falou, sim.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, por favor! Isso aqui...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Que tenha previsão orçamentária própria.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Valho-me aqui dos meus pequenos estudos de Direito Constitucional. A lei não obriga a lei.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Marcelo, primeiro que já não é lei de introdução ao Código Civil. Agora, já é lei sobre a aplicação de normas.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – A lei complementar...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mesmo uma lei complementar, no meu modo de ver...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – A lei complementar federal que trata da elaboração de leis no Brasil, 95, com as alterações, já recomenda que, na elaboração de novas leis que afetem matéria objeto de código, faça-se a introdução nos respectivos códigos. Ela já tem isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Peço a sensibilidade de todos, porque não é uma contrariedade de fundo, Muiños. É evidente que concordo com o que você está sugerindo, com que o Cacho sugeriu, com que o Marcelo sugeriu. Isso consta do relatório como recomendação, como sugestão: olha, considerem essa possibilidade, façam assim. Mas, em termos constitucionais, uma lei não pode obrigar a atividade futura do legislador. Não é possível. Tudo bem?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não entendo exatamente assim, mas a recomendação pode

constar como norma, na parte geral. Não estamos definindo orçamento.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não é possível, Muiños. Aí vamos nos expor a uma crítica...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Desnecessária. Não é de boa técnica.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não é possível. Além do mais, temos que ter muito cuidado para não cometermos uma danada de uma deselegância. É como se estivéssemos dizendo: Sr. Legislador, o senhor que nos pediu o projeto, agora, quando o senhor for fazer, tome cuidado com isso, porque isto...

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Isso é matéria para exposição de motivos, para recomendações, não para o texto da lei.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso. Peço a colaboração de todos para uma compreensão nesse sentido.

O SR. MARCELO LEONARDO – O Decreto-Lei nº 201 está na tela.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está. Queria, então, fazer uma breve apresentação da proposta do Decreto nº 201/67, que é muito singela, é muito simples.

O Decreto nº 201/67 é híbrido, porque traz disposições de crime comum, que estão no art. 1º, e traz disposições de crime de responsabilidade, que estão no art. 4º. Os crimes de responsabilidade do art. 4º não são nossa matéria, porque não são crimes. Então, a questão que permanece é saber o seguinte, quais dessas condutas do art. 1º merecem sanção autônoma.

Eu fiz um estudo com relação a isso e devo indicar que quase a total generalidade desses dispositivos já está prevista em outros incisos do Código. Então, não precisamos aproveitá-los. Eu farei uma breve leitura: apropriar-se de bens ou rendas públicas ou desviá-los em proveito próprio ou alheio. É peculato. Utilizar-se indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos. É peculato.

O SR. MARCELO LEONARDO – Aí eu só faria uma observação. Esse texto, na verdade, define aquilo que, doutrinariamente, chamamos de peculato de uso e que só existe para prefeitos. Na proposta do Dr. Gamil, a sugestão dele era revogar esse inciso II.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu também caminho nesse sentido.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Mas eu já havia votado...Foi sugestão minha o peculato uso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aprovamos, não é?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Aprovamos. Só se mudou.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu me lembro disso, Marcelo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Peculato uso e peculato fraude. O 312. Se tiver lá, então, pode revogar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mais uma razão.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Só confere, porque eu não vi, nós aprovamos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Marcelo, aprovamos, mas não está no meu relatório, mas aprovamos, está na ata.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Está na ata. Foi peculato uso e peculato fraude.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É, aprovamos sim. Depois, localizo a ata direitinho. Mas nesta discussão nossa significa que não há necessidade de manter o inciso II.

O inciso III também não precisa. Dá para aumentar o tamanho, Núbia, para todos acompanharem, por favor? Isso. Todos estão acompanhando o andamento?

Então, o art. 4º é crime de responsabilidade, não podemos lidar com ele.

O art. 1º são crimes comuns. Aí se trata só de saber se existe algum específico que mereça integração no Código Penal ou podemos deixar de lado.

O inciso I é peculato. O inciso II é peculato. O inciso III, desvio, é peculato. Tem um tipo de desvio.

O SR. MARCELO LEONARDO – O 315.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O inciso IV, entendo, muito aberto, acho que seria mais para crime de responsabilidade do que para crime comum. Então, estou propondo que não tragamos para o Código Penal o inciso IV. O inciso V acho que devemos incorporar, porque está lá nos crimes contra as finanças públicas. Então, não precisa também. Agora, o inciso VI é específico. O inciso VI do art. 1º incorporamos nos crimes contra as finanças públicas. Tudo bem?

O inciso VII, deixar prestar contas.

Eu acho que os incisos VI, VII, VIII, IX e X devem ser trazidos para os crimes contra as finanças.

O SR. MARCELO LEONARDO – Eu só faria ao Relator uma observação. Na parte final do texto se ela descer lá, vamos identificar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos ver inciso por inciso. O XI não precisa porque já o crime de licitação. O XII, também, já está lá.

Tem um tipo lá Marcelo Leal de pagamento de precatório desrespeitando a ordem ou não?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Não tenho segurança para responder Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É mais de qualquer maneira porque só o prefeito responderia por isso. Não é?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Só o prefeito essa que é a questão, esse decreto lei específica. Só o prefeito responde, referente de quem observar esses políticos aí.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está acompanhando Emanuel?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Estou.

A minha preocupação é essa viu Marcelo. Eu acho que tinha que ser geral e tinha que está ai o desvio de verbas e subvenção pública que está ali.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Onde está o tipo das ONGs que você ficou de apresentar? Apresenta hoje, por favor, redija aí, por favor Emanuel.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – É porque na verdade...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Apresenta hoje!

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu apresento hoje**.**

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu realmente acho que, o seguinte: os incisos XI, XII, XIII, XIV, XV, não haveria nenhuma necessidade de previsão porque só existe para prefeito e a gente põe fora.

Os incisos seguintes, a gente...

O SR. MARCELO LEONARDO – O XVI, em diante, foi acrescentado aqui e é o mesmo 359 de "a" até "h".

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Deixar de ordenar a redução do mandato...

O SR. MARCELO LEONARDO – É a mesmíssima coisa.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – E já está lá.

O SR. MARCELO LEONARDO – Então, a diferença que tem é que nesses incisos que o relator está considerando que devem ser absolvidos pelo Código.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não tem previsão.

O SR. MARCELO LEONARDO – Há uma diferença no que diz respeito a pena. Vamos descer lá embaixo que vamos ver.

Os incisos I e II que são os dois que tratam do peculato. Você tem uma pena alta, quer ver, lá de dois a doze, os demais a pena é de três meses a três anos.

Então, para não ter alteração só anotar para que na hora de colocar esses que vão para o código manter essa pena que está ai.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Desde que seja para todos, não é?.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pergunto para o Sr. Marcelo Leonardo: quais são as penas dos crimes contra as finanças públicas, porque a ideia é levar para aquele capítulo.

O SR. MARCELO LEONARDO – Naquele capítulo a maioria dos tipos acaba sendo infração penal de menor potencial ofensivo, com pena máxima de dois anos. Tem só uns dois que têm pena de quatro anos.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Está certo. Está bom!

O SR. MARCELO LEONARDO – Todos entenderam o procedimento ao qual nos dedicamos agora?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mantém a pena nesses incisos que vamos levar. Mantém a pena que é de três meses a três anos. (*Inaudível*.)

Tudo bem gente, posso considerar aprovado?

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – É.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não?

O SR. LUÍZ FLÁVIO GOMES – Só uma observação ... que esses tipos penais para prefeitos se converterem em crimes e esses mesmos tipos estão lá na lei de...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Prevemos professor, é justamente o que nós estamos falando.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Porque lá não é crime.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nessa lei de responsabilidade.

O SR. MARCELO LEONARDO – Não, mas no capítulo três, 56, "a", "b", "c" e "d" são crimes, no Código Penal.

O SR. LUIZ FLÁVIO COMES – No código penal, sim. Lá na lei de Responsabilidade de Presidente da República, de Presidente do ..., lá pura inflação administrativa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas, professor deixa-me fazer uma observação.

O SR. MARCELO LEONARDO – Aquela lei lá 10.028, de 2000, acrescentou um capítulo inteiro ao código penal com numeração 59 "a", 359 "a" a "h", que prevê exatamente esses crimes contra as finanças públicas e é genérico para todo mundo, inclusive para os ordenadores de despesa tipo presidente do Tribunal de Justiça, juiz diretor de fórum ...

O SR.LUIZ FLÁVIO GOMES – Com essa generalização ...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, vamos trazer para aquele capítulo lá os que hoje já são crimes. Essas figuras já são crimes. Ai eu convidaria então, gente: declaro aprovado.

E convidaria o Professor Marcelo Leonardo ainda hoje a fazer dez linhas professor de apresentação desse tema para que honrosamente possa constar do nosso relatório com o nome de V. Exª.

O SR. MARCELO LEONARDO – Pois não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nós percebemos aqui que é profundo conhecedor do tem e seria muito apropriado..

O SR. MARCELO LEONARDO – Especificamente quanto a este assunto eu escrevi um livro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois é professor. Então, veja que a minha intuição foi no sentido correto. Não é?

Então, com os cumprimentos desta relatoria pelo aniversário de V. Exª, o presente é esse encargo. Então, o senhor tem hoje.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eu proponho a gente fazer um jantar hoje.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Só se for na casa do Prof. Nabor.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Pode ser.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Meu querido Muiños, vamos aos crimes militares?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Relator e Presidente, eu gostaria de saber se todos os colegas receberam essa proposta por escrito para acompanhar.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Eu não recebi.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Exato, são três. Não, na verdade, eles se seguem, começa com a primeira, a inclusão no art. 12, no art. 13.

Eu vou explicar aos colegas...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – São só dois tipos?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Deixe-me fazer a explicação aos colegas e os colegas vão acompanhar.

Houve uma solicitação até da nossa Presidência, assim como fizemos também com os crimes eleitorais, de refletir se seria o caso ou não de uma modificação na legislação penal militar, uma vez que agora a nossa proposta no art. 13 – aqui houve um equivoco, está o 12, era o antigo 12 – deixou claro que as normas gerais do Código Penal se aplicam ao Código Penal Militar, a Legislação Militar e a Legislação Eleitoral. E isso, quero dizer, que já foi aplaudido até por alguns juízes militares, que se ressentem de não pode aplicar o Código Penal a parte geral aos crimes militares.

Para dar um exemplo disso, de algumas inversões de valores, está aqui a Procuradora Márcia Rodrigues de Oliveira, que está presente, prestigiando à Comissão, e acabou de dar um parecer em um caso de furto de combustível por soldados, policiais militares, em que lá o tratamento do crime continuado é totalmente diferente e a pena foi de quase 20 anos, porque se soma cada vez que furtava o combustível a pena somava.

Mas, o Código Penal Militar também tem algumas coisas razoáveis que no futuro poderiam ser incorporados, por exemplo, ele prevê expressamente quanto ao estágio de necessidade exclua a culpabilidade e quando ele excluiu o crime.

Bom, mas o certo é que a comissão já votou que a parte geral do código se aplicará à legislação militar e eleitoral. E isso já foi aplaudido.

Então, questionou-se muito se seria o caso, assim como trouxemos os crimes eleitorais para o Código Penal, se faremos o mesmo com os crimes militares.

Veio a primeira colocação, que aqui esteve presente, Sr. Presidente, até com a sua aceitação, o Presidente da Associação dos Magistrados Militares, Dr. Getúlio, que veio até reivindicar um apoio nosso da Comissão a que se criasse uma Comissão para um novo código penal militar.

Porém, ouvimos vários magistrados militares, entre eles eu cito o Desembargador Antônio José Carvalho, que foi auditor militar, no Rio de Janeiro, por muito tempo, e também o hoje Dr. Fernando Galvão, que foi promotor de justiça em Minas Gerais e hoje é Juiz Cível do Tribunal Militar e outros magistrados, membros do Ministério Público, porque há advogados que atuam nesta área.

E a verdade é que o que se pleiteia... Muitos queriam acabar com o Código Penal Militar, mas isso demandaria claro, uma outra realidade haveria resistência, mas que se desse pelo menos aos chamados crimes impropriamente militares um novo tratamento e isso já seria um grande avanço. Por que isso? Porque a Constituição Federal, ela no art. 5º, já faz referência aos chamados crimes impropriamente militares e o Código Penal no capítulo da reincidência, também faz referência aos crimes impropriamente militares e o Código Penal no capitulo da reincidência, também, faz referência aos crimes impropriamente militares, que seria o seguinte: O Código Penal Militar faz essa distinção de crimes ou acidentalmente ou impropriamente militares. Os previstos unicamente no estatuto repressivo militar, os crimes que encontram previsão diversa na Legislação Penal Comum e também aqueles que possuem igual definição no Código Penal Comum e no Código Penal Militar – atendidos os requisitos do art. 9º.

Qual é o problema? Falo apenas dos impropriamente militares. E qual seria a primeira proposta concreta. E eu peço até ao colega Técio, porque eu sei que ele é um especialista e conhece a matéria – seria, no art. 13 – não no art. 12, por favor; houve um equívoco –, incluir o parágrafo único – esse é um pleito desses auditores militares, juízes militares – em que se definiria, com melhor redação, quais são os crimes impropriamente militares. Com isso, com o que se acabaria? É isso que eu quero dizer. Qual seria a consequência?

Todos sabem que, muitas vezes, um soldado, um militar, seja das Forças Armadas, seja das forças estaduais, dirigindo um veículo, pode praticar um homicídio culposo; mas, como o veículo é militar, gera, até hoje – a jurisprudência do Supremo Tribunal também já reconhece –, dúvidas sobre qual é a legislação aplicável, e as penas e as ações são totalmente diferenciadas. E esse é um crime que não tem natureza militar, que não ofende o patrimônio militar. No caso da lesão corporal, hoje mesmo um homicídio praticado contra civil, pela legislação, já vai para o júri e tudo. Então, o que se recomendou é que, para evitar...

E aqui coloco alguns exemplos da diferenciação de penas: na lesão corporal seguida de morte, no Código Militar – crime impropriamente militar; não o praticado pelo militar no crime comum militar – a lesão corporal lá a pena vai de um a oito anos; a nossa, hoje, é de quatro a doze. No roubo simples, em que até acabamos reduzindo a pena mínima, no nosso Código de hoje, é de quatro a dez anos; lá, é de quatro a quinze anos. No latrocínio, há outra diferenciação. No tráfico, a que vou me referir – teremos de fazer uma adequação –, tanto o tráfico como o uso é de um a cinco anos.

Agora, o que quer dizer o crime propriamente militar? É esse que hoje está previsto no art. 9º do Código Penal Militar e em relação ao qual esses auditores e promotores que atuam na área e eu fizemos a previsão: só será impropriamente militar, julgado pela jurisdição militar, mas com a legislação comum, esses aqui. Quer dizer, trouxemos um parágrafo com melhor redação. Isso foi feito por técnicos, por auditores. Não estamos fazendo alterações de essência, mas dizendo que esses crimes impropriamente militares, quando praticados nessas condições, serão julgados com base no Código Penal comum. Com isso, vamos afastar aquele que é problema da jurisprudência e da própria jurisdição: situações que só envolvem o militar porque ele estava fardado, que envolvem o militar porque estava com o veículo ou porque o crime foi praticado na ambientação militar, mas não contra o patrimônio militar. Então, seria aplicado o Código Penal comum. É isso que se quer valorizar.

Porém, há um problema que nós encontramos na legislação: a questão de drogas. Aqui, como está em legislação extravagante, fizemos a previsão do inciso IV. Como há houve votação, chamo atenção para isso. Por quê? Quando se discutiu a questão de drogas, foi criado o art. 11 aqui pela Comissão, chamado "uso ostensivo de droga", a que até se referiu hoje.

Art. 11 Aquele que usar ostensivamente droga em locais públicos, nas imediações de escolas, em outros locais de concentração de crianças ou adolescentes ou na presença deles será submetido às seguintes penas: (...)

Ou seja, continua sendo crime, mas com a despenalização. Como o Código Penal Militar prevê o crime de droga e de uso, no mesmo tipo e a pena é de um a cinco anos – isso me foi dito pelos auditores militares, juízes militares – é um pouco difícil – porque, se nós jogarmos os impropriamente militares é que seria o caso – descriminalizar pura e simplesmesnte. Fica difícil, no ambiente das Forças Armadas, um soldado que vai sair na viatura usar droga dentro dela. Teria de ter o mínimo de repressão.

Chamaram-me a atenção de que nem a prisão disciplinar ocorre em Minas Gerais. A aqui invoco o Dr. Marcelo Leonardo, que deve se recordar de um movimento que aconteceu e em que morreu alguém, em um levante em frente ao Palácio da Liberdade, provocado por cabos da Polícia Militar mineira. Foi editada, Marcelo, a Lei nº 14.310, de 2002, de Minas Gerais, que proíbe a prisão disciplinar, limitando-a só quando houver flagrante delito, quer dizer, só se houver crime. Então, veja: hoje, em Minas Gerais, o policial militar que praticar uma indisciplina ou o uso, o que seria, não pode ser detido dentro da corporação. A recomendação, apenas neste aspecto, seria a de que, se houver o uso, ostensivo ou não, na unidade militar ou policial que haveria uma prisão, porque, senão, isso afronta. Como é que o oficial vai impedir o soldado que está fumando de pegar uma viatura?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muiños, você me dá uma aparte só para eu fazer um esclarecimento? Eu percebi que é a dúvida de muitos colegas.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Pois não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A proposta que você está fazendo é a seguinte: ...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Incluir no art. 13...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – ... aqueles crimes que são tipicamente militares permanecem lá, nós não vamos lidar com eles.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não se muda nada.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nós vamos lidar com os crimes impropriamente militares, ou seja, aqueles que estão no Código Penal Militar, mas também estão no Código Penal, o.k.?

Então, eu tenho dúvidas observações a fazer. Primeiro, eu acho que a proposta é muito boa, é vantajosa, porque a desproporção no sistema de penas leva a descrédito do sistema onde quer que ela ocorra. Então, você tem a mesma conduta prevista com um pena num lugar e outra pena em outro, eu acho ruim. E

nós sabemos que o Código Penal Militar traz os eflúvios do regime militar que antecederam a história do País.

Agora, eu faria duas observações. A primeira, não pode ser um artigo, teria que ser um capítulo dos crimes impropriamente militares. A segunda, Muiños, eu pondero o seguinte, embora trazendo esses crimes do Código Penal para lá, o ambiente militar tem uma diferença em relação a qualquer outro. É um ambiente armado, com explosivos, com um monte de coisas, sujeito a uma disciplina muito rígida. Então eu sugeriria que esses crimes, quando transplantados para lá, nesse capítulo que a gente vai fazer, tivesse uma causa de aumento; todos eles.

Posto isso, encaminharia no sentido favorável.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Veja, para facilitar... Bom, primeiro temos os crimes contra os direitos humanos, ainda tenho que chamar a atenção. O que se facilita nessa proposta é que os crimes impropriamente militares estariam definidas as suas práticas no parágrafo único ao art. 13 e o que a jurisdição militar vai aplicar é o Código Penal comum. Não precisamos rebuscar cada crime.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso. Mas eu já fiz um destaque. Concordando com isso, eu acho que esses crimes mereceriam, em relação à tipificação comum, um acréscimo genérico. Se o crime for impropriamente militar, a pena aumenta, sei lá, em alguma coisa, porque não é a mesma coisa o roubo por aí e um roubo no quartel. Ali tem arma, tem explosivo, um monte de coisa.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Aproveitando a sua sugestão, não poderia ser no parágrafo único...

O SR. MARCELO LEONARDO – ... não está aqui nesse texto, não? Ou então eu estou entendendo tudo errado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não entendi. Explica isso, Muiños. Está ou não está?

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Eu não estou entendendo, não.

O SR. MARCELO LEONARDO – Eu queria fazer um comentário. Esse art. 13 que você está propondo, Desembargador, é o art. 13 do Código Penal?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É o nosso, é o nosso.

O SR. MARCELO LEONARDO – O nosso, que teria esse acréscimo para fazer a definição daquilo que é crime impropriamente militar.

Então, Sr. Relator, na verdade, a situação que você figurou aí não é para esse dispositivo, porque o que for crime militar propriamente dito está lá no Código Penal Militar e nós não estamos mexendo nisso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas não é o entendimento que eu tenho com esse texto do Muiños. Eu acho que a proposta é assim: roubo hoje está no Código Penal Militar e está no Código Penal comum. Pelo que eu entendi, roubo não seria propriamente militar.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Até poderá ser se for nos casos dos impropriamente militares que nós vamos definir. O roubo, embora praticado pelo militar, será julgado pelo Código comum.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, Muiños. A dúvida específica é a seguinte: o sujeito roubou, o militar roubou o próprio quartel. Pela sua proposta, é Código Penal Militar ou Código Penal comum?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, o próprio quartel é o Código Penal Militar. É o crime lá. Agora, se ele roubar fora, embora esteja com o carro, apenas usou o carro, ele estava usando a viatura e praticou um roubo fora, isso é impropriamente militar. Mas mostra distorção a jurisprudência, a doutrina toda quando é militar, quando não é, e as penas são completamente diversas. É isto que boa parte dos auditores sugerem: o impropriamente militar se aplica ao Código Penal comum. Por isso que se aplaudiu nós colocarmos no art. 13 as normas gerais para a legislação militar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu insisto nesse aspecto formal. Não pode ser o art. 13, não cabe no art. 13. Teria que ser um capítulo próprio. Não cabe no art. 13.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, aí é questão redacional. Eu acho que podemos...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muito longo e ficaria sistemático, não cabe. Teria que ser um capítulo específico dos crimes...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – O que está parágrafo único seria um capítulo?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso que está aqui seria um capítulo: dos crimes impropriamente militares.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Aí é só redacional, apenas fizemos a sugestão. Também concordo. Não vejo problema.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O sujeito ativo é sempre o militar.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Terá que ser um militar, para ser impropriamente militar, tem que ter um militar. Não existe mais o assemelhado.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Muiños, me ajude aqui. É impropriamente militar um crime praticado por militar em situação de atividade, contra militar, na mesma situação...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É sempre militar.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – ...desde que o fato atente contra instituições militares. Para mim, isso aqui é militar. Não consigo ver isso como não sendo impropriamente militar.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, você não entendeu.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Não entendi não. Pois é.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – O impropriamente militar, no Código Penal Militar, tem uma codificação: será aplicado o Código Penal Militar. Esse "impropriamente militares" que está no Código Militar nós trazemos para cá e o Código Militar prevê, a Constituição prevê, eles serão julgados pelo Código Penal comum, a legislação comum que nós colocamos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas aí, Muiños, é sempre militar. O sujeito ativo aqui é sempre militar.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Tem que estar. Exatamente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque eu ia sugerir: "Consideram-se crimes impropriamente militares, em tempo de paz, os crimes previstos neste Código, quando praticados por militar." E aí vêm os incisos.

O SR. MARCELO LEONARDO – A letra "f" é uma exceção ao que você acabou de pensar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Militar da reserva.

O SR. MARCELO LEONARDO – Não, acaba de ler.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não. Tem a convocação...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ou por civil contra as instituições militares. Porque se é tudo militar fica mais fácil de passar, Muiños. Se a gente vai meter o civil aqui, já entra uma discussão muito complicada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – A proposta foi minha de trazer os crimes impropriamente militares ou até os militares. Eu só não sei se nesta última sessão deliberativa. O assunto é dedicado, é técnico. Eu não sei se nós teríamos condições. O que me preocupa é ter aí um trabalho incompleto e que pode até prejudicar tudo aquilo que já fizemos com tanta discussão. Trazer, no último dia, essa discussão, com todas as dúvidas que estão permeando aí...

A proposta foi minha. Eu gostaria muito de acabar com o Código Militar. Mas eu não sei se agora, nesse limiar dos trabalhos...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Por isso não propusemos, Presidente, acabar com o Código Penal Militar.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Não, eu sei. Mas, mesmo aqui, tenho dúvidas se nós teríamos condições de, hoje, chegar a uma conclusão técnica, adequada. Essa é a minha única dúvida.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Uma bruta reflexão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O Muiños fez, Ministro. Ele consultou diversos operadores do Direito Penal Militar.

Muiños, para tentar favorecer a aprovação da proposta, a gente poderia dizer o seguinte, Sr. Ministro: esses crimes aqui, praticados por militar – vamos deixar o civil fora disso –, são crimes impropriamente militares, praticados por militar, que encontram previsão no Código Penal e são praticados nas seguintes circunstâncias.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Luiz Carlos, hoje já existe previsão de civil responder por crime impropriamente militar. Eu chamo a atenção, por exemplo, um crime contra a licitação e que se licitou colete à prova de bala.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Sr. Presidente, eu acho que a sabedoria do Ministro Dipp, devemos acolher e meditar sobre ela. Eu creio que é uma matéria extremamente delicada, é delicado a gente entrar nisso. Talvez a gente corrompa o nosso trabalho, deixando aqui um calcanhar de Aquiles. Porque é uma matéria que tem uma Justiça, tem especialistas, tem o tribunal mais antigo do País. Enfim, os vamos criar uma confusão nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Eu falo tranquilamente porque a proposta foi minha. Agora, hoje, no limiar, eu não me atreveria, sinceramente. Mas hoje, no limiar, eu não me atreveria, sinceramente...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Presidente, talvez, até para acrescer, veja o que eu coloco na última proposta.

Aliás, quero dizer, Relator, foi muito elogiada a discussão de crimes de guerra como crimes contra os direitos humanos. Militares elogiaram. Só que há um problema. Há previsão, em tempo de guerra, no Código Penal Militar. Então, a ideia que com esses profissionais que eu tive, eles, que até indicaram cinco crimes que nós teríamos que revogar do Código Penal Militar, mesmo em tempo de guerra, para prestigiar qual o bem jurídico maior? O militar ou os direitos humanos? Os direitos humanos. Isso foi muito elogiado. Seriam cinco crimes. Mas eu faço uma observação. Pode haver resistência porque, no Código Penal Militar, há o crime de morte, que é a corte marcial, e nunca foi aplicado, mas como previsão. Não sei se haveria resistência.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muiños, eu vou aderir à questão de ordem do Ministro Dipp...

Estou percebendo pelo colegiado uma ânsia de uma discussão mais aprofundada e aí, como Relator, eu vou observar que nós não teríamos como fazê-lo hoje

O SR. MARCELO LEONARDO – Depois podemos acabar todos presos no quartel...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É meritório o seu esforço. Realmente, eu só tive essas pequenas observações, mas eu entendo que o assunto mereceria uma reflexão longa, como demos a tantos outros assuntos ao longo dos nossos trabalhos. E este é um assunto que tem vocação para levar a manhã inteira, a tarde inteira.

Infelizmente nós não temos.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Já há um detalhe: só o fato de aprovarmos que a Parte Geral se aplicará já foi elogiado por muitos oficiais e que atuam nas auditorias. Só o fato de podermos aplicar, caso aprovada a nossa proposta, da Comissão, a Parte Geral é um grande passo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Estamos premidos pelo tempo.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Progressão de regime. A sabedoria do Ministro Gilson Dipp...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu queria cumprimentar e elogiar o trabalho do nosso querido desembargador José Muiños. Sei, de conhecimento próprio, que ele dedicou dias das suas férias....

Quando estava no *rive gauche*, ele parava para analisar a questão.

Com os cumprimentos da Comissão, Muiños, mas adiamos esse debate, está bem?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Queria parabenizar o Muiños e dizer que quero registrar aqui hoje, nesta última sessão, a visita que estamos recebendo daquelas pessoas que foram colaboradoras ocultas, digamos assim. Nós temos aqui a presença da Drª Viviane Fagundes de Azevedo, advogada e esposa do Marcelo André e que tem feito um trabalho maravilhoso.

Nós temos aqui também hoje a presença de da Procuradora da República Adriana da Silva Fernandes, que atua na regional de São Paulo, e que vem a ser a esposa do nosso encantador...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Eu não sei se ele é tão encantador para ti como é para nós.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – E também a presença da Drª Márcia Rodrigues de Oliveira, que é Procuradora de Justiça criminal no Rio de Janeiro, que colaborou com o nosso Muinõs nas férias em Paris, deixando de passear ali nos melhores locais de Paris para redigir a proposta do Código.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ficam, então, os cumprimentos da relatoria as nossas queridas esposas...

Eu estendo porque a esposa do nosso querido Emanuel Cacho chegará hoje à tarde.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Chegará hoje à tarde, a de Marcelo, e quero desde logo, eu e os membros da Comissão, agradecer à Drª Conceição Bulhões e a nossa chefe Manu que mais uma vez estará colaborando com a Comissão, não só matando a nossa fome, mas trazendo qualidade...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Constou da ata desta sessão, então, o elogio.

E aos maridos...

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Eu também quero reiterar aqui as homenagens prestadas pelo Emanuel Cacho, e quero, em nome das mulheres, homenagear o nosso colega Emanuel porque ele está sempre pensando em nós. É um homem que tem um respeito especial pelas mulheres...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Isso é verdade.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – E não fora Dr. Emanuel Cacho, talvez passássemos desapercebidas em muitas situações, mas ele jamais permitiu isso, fazendo as homenagens a todo o gênero feminino aqui.

Quero estender a homenagem também a Drª Salise, querida, que acompanhou todos os trabalhos.

Eu peço desculpas por estarmos fazendo isso, mas hoje é o último dia...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Hoje é o último dia. Regimentalmente, se permite.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Nós temos que deixar consignado aos funcionários do Senado, ao Reinilson, que também teve uma paciência grande marcando as nossas passagens.

E quero homenagear, agora, os maridos não presentes, um seria o meu o outro da Juliana Belloque, que também não pôde vir hoje. O da Salise, que também não se encontra.

Quero dizer que todos eles também sofreram um pouco com a ausência das suas mulheres por causa do trabalho da Comissão.

E cumprimentar, por fim, o Dr. Muiños e dizer que a produção intelectual dele é magnífica, dizer que sem ele a nossa comissão não seria a mesma coisa, dizer que esse trabalho que ele fez durante as férias em Paris que isso não pode se perder e que nós teríamos que então encaminhar para o Congresso em nome da comissão para ser avaliada por senadores e deputados federais, afim de que se possa aproveitá-lo da melhor maneira possível e trazer essa reforma ao

Código Penal Militar, que os militares tanto pleiteiam e pleitearam aqui para nossa comissão.

O SR LUIZ CARLOS GONÇALVES - Então homenagens feitas, eu lembro que há o encerramento dos nossos trabalhos hoje, eu penso que será justo e razoável darmos um espaço para esses registros pessoais.

O SR TÉCIO LINS E SILVA – Eu tenho um registro que não é agradável, mas já que o Ministro Dipp falou da sua própria indicação contra eu lamento informar, especialmente o Cacho não vai gostar disso, é que o Tribunal Constitucional português, agora, recentissimamente num acórdão que acaba de ser publicado considerou inconstitucional o crime de enriquecimento ilícito tal qual nós importamos do código português; foi considerado inconstitucional, quer dizer, nós que nos inspiramos tanto na legislação portuguesa – o acórdão do tribunal constitucional português é admirável, é longo e expõe aquelas objeções que foram aqui tão bem elencadas pelo nosso companheiro Prof. Nabor Bulhões, que eu subscrevi modestamente, e que agora encontro publicadas no Acórdão 179, de 2012, onde foi Relator o Conselheiro José de Cunha Barbosa, e que considerou e que está publicado, está no site do tribunal constitucional português uma longa discussão teórica considerando inconstitucional a norma, o que certamente será objeto de discussão nas Casas do Congresso quando esse texto lá chegar inspirado na legislação portuguesa, e aí o Cacho vai lamentar que Portugal está dando um mau exemplo para nós.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está registrado.

O SR EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu só gostaria de fazer – como eu fui citado -, dizer que o colega Técio como sempre brilhante nas suas anotações e que eu não fui o autor do texto do enriquecimento ilícito. Mas eu acho que está na hora da gente levantar uma bandeira nesse país contra a corrupção, contra o enriquecimento ilícito, contra o desvio do dinheiro do povo. Eu acho que a gente, pelo menos, discutindo, poderá amadurecer no Senado o texto ideal, aquele que não tenha inconstitucionalidade, aquele que atenda os anseios do povo brasileiro. Ministro Dipp se nada disso que a gente fez aqui tiver sido do brilhantismo que a gente percebe que foi a participação de todo os membros, pelo menos ficou a ideologia que o Sr. nos passou, de que esse país está precisando de homens da qualidade, com idéia, com o pensamento de V. Exª porque nós precisamos começar - pelo menos começar – a combater essa corrupção endêmica, anômica.

O SR LUIZ CARLOS GONÇALVES – Bem registrado, Emanuel Cacho.

Eu queria fazer a seguinte sugestão: Eu acho que ao final dos trabalhos haverá um espaço para todas as considerações pessoais. Querido Técio a proposta não veio do tribunal português, veio da minha cabeça, eu me lembro bem, a proposta é minha. Então se inconstitucional for é minha, nesse particular nós não nos valemos aqui dos grandes conhecimentos de direito...

O SR TÉCIO LINS E SILVA – Pensou como um português.

O SR LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muito me honraria pensar como um português, mas o fato é que eu pensei como brasileiro mesmo e não me vali dos grandes conhecimentos do direito luso do nosso querido Emanuel Cacho.

Agora a gente tem algumas questões ainda que, precisamos, antes desse clima geral de congraçamento. Eu tenho uma proposta aqui que eu queria fazer, se for consensual, se for para discutir eu retiro. Eu recebi vários reptos Ministro de Juízes Federais preocupadíssimos com o crime de moeda falsa, e a sugestão deles era reduzir a pena. Então eu fiz aqui uma proposta de redução, criação de uma figura privilegiada de moeda falsa, porque todos os juízes federais falavam: "A gente não consegue aplicar esse negócio porque a pena é muito alta. Então, na dúvida, a gente não aplica." Então, eles pediram o seguinte – e eu estou aqui dando voz a esse pedido...

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Não dá para pôr na tela?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não sei por causa desse problema do meu arquivo, mas o trechinho é muito simples. A pena permanece a principal, de três a oito anos, permanece a equiparação, e a minha sugestão é: "Adquirir produtos ou serviços de pequeno valor, empregando, para pagamento, papel moeda que sabe falso." Pena de um a quatro anos.

Se for consensual, a gente aprova. Se for para discutir...

O SR. MARCELO LEONARDO – Pode repetir?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Adquirir produtos ou serviços de pequeno valor, empregando, para pagamento, papel moeda que sabe falso." Pena de um a quatro anos.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Colocar no mercado moeda produzida.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso.

Aí, permanece a figura privilegiada, que é o recebido de boa-fé reintroduz à circulação.

O SR. MARCELO LEONARDO – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas, na generalidade das situações, a pessoa...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Qual era a pena antes?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. A penalidade principal permanece, Técio, de três a oito. Vai colocar ali.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Moeda falsa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Abaixo um pouquinho.

De três a oito permanece. A minha proposição é essa em vermelho.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Luiz Carlos, só um destaque. Ao invés de constar "adquirir", constar "fazer o uso para essa finalidade", porque, senão, ele nunca vai estar consumado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. É isso mesmo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Para fazer uso, ele justificaria ter adquirido.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não, não.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Aqui ele está pressupondo a aquisição, para isso que ele deseja, com uma moeda que é falsa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É isso mesmo. É essa a conduta.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Fazer o uso...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É essa conduta, Marcelo.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Colocar no mercado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não, não.

Gente, se houver polêmica, não vai. Isso aqui... Olha só...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não é polêmica, não! É só trocar o verbo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Três a oito. Qual é a situação na qual normalmente se surpreende a pessoa? Ela está ali comprando alguma coisa e pagando um serviço. Então, o pedido dos juízes federais, que eu acolho, é criar uma figura privilegiada neste caso.

O SR. MARCELO LEONARDO – Sr. Relator, eu próprio encaminhei a V. Exª uma proposta...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sim. É verdade.

O SR. MARCELO LEONARDO – ... de um dos juízes federais da Vara Criminal de Belo Horizonte, que é também professor da Faculdade de Direito da UFMG, em que ele citava exatamente essas situações. E a preocupação dele era exatamente a pena mínima em um ano, para viabilizar suspensão condicional de processo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Exatamente. Então, se for consensual...

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Sim, é consensual.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, é consensual. Está aprovado, com essa redação.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Momento histórico.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Momento histórico.

E aí, gente, eu iria sugerir o seguinte...

Como?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Sobre a Parte Geral há também algumas colocações.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ah, sim. Agora, eu iria inaugurar a abertura de observações sobre a minuta o relatório.

Então, só para dizer o seguinte: estou com uma tremenda dificuldade – e o Tiago vai nos ajudar – na preservação dos números de artigos que historicamente se consagraram. Então, eu menciono três ou quatro: o art. 59 – todo mundo fala "59, circunstâncias judiciais;, o art. 121, homicídio; o art. 155 e art. 157, furto; e o mais famoso de todos, o art.171.

Então, eu queria, de novo, um voto de confiança no meu trabalho e no trabalho do Tiago. Nós vamos tentar, acentuadamente, proteger esses tipos, mas pode ser que não dê certo.

O SR. MARCELO LEONARDO – Sim.

Sr. Relator, eu queria, a respeito disso...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Se se mantiver o art. 171 e 121...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom, não é?

O SR. MARCELO LEONARDO –Eu queria observar a respeito disso, o seguinte: embora seja o ideal, não considere isso como fundamental.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Também acho.

O SR. MARCELO LEONARDO – Por exemplo, o art. 59 de hoje, antes de 1984, era art. 42, que era o artigo das circunstâncias judiciais. Então, até que para os tipos penais acho razoável, e.o Emanuel Cacho vai concordar comigo. Quando a gente visita presídio e pergunta, na linguagem do presídio, "qual é a sua bronca?", o sujeito só cita o artigo; ele nunca fala o nome do crime.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – E os populares são o art. 171, furto, roubo e homicídio. Pronto!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É isso aí.

Agora, é o seguinte: sobre a técnica que eu usei, qual será ela, para que todos visualizem como será o relatório final? O relatório final será o seguinte: primei-

ro, haverá essa apresentação ao Presidente Sarney, um breve histórico dos trabalhos e os membros da Comissão. Em segundo lugar, virá o texto, na forma de anteprojeto de lei. Temos de seguir essa formalidade; virá só o texto da reforma. Haverá uma terceira parte com esses comentários que eu tenho feito e para os quais tenho pedido a colaboração de todos. A quarta parte são as atas impressas de todas as nossas reuniões. Esse será o relatório final.

O Reinilson me explicou que ele mesmo pode fazer o encaminhamento, não precisa haver um protocolo formal no dia 25, mas que o texto tem de sair desta reunião aprovado. Ok? Então, aí no dia 27, nós teremos tempo, por exemplo, para fazer uma impressão mais cuidada e colher a assinatura de todos os colegas no texto. Então, esta é uma data importantíssima.

O que eu ia sugerir?

Eu enviei hoje pela manhã essa redação. Eu pedira a leitura muito atenta, porque, enfim, eu coloquei aqui as coisas na medida em que me pareceram razoáveis, expliquei e procurei ser isento mesmo...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – É um outro? É novo?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Depois que eu lhe mandei, Técio, eu continuei trabalhando.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – É um com data de hoje.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É. Chama-se versão do dia 18 de junho. Então, eu pediria essa leitura muito atenta, porque eu acho que é um espaço de comunicação pela Internet mesmo: "Olha, Luiz Carlos, aqui no item tal você colocou um negócio que não está apropriado. Não é isso".

O SR. MARCELO LEONARDO – Sr. Relator, na versão anterior da sexta-feira, eu observei que se a gente, usando o programa Word, colocar lá "localizar", por exemplo, a palavra "reclusão", ela aparecerá em vários lugares que é para poder corrigir.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeitamente.

O SR. MARCELO LEONARDO – Há artigos que está "reclusão de tanto a tanto", e a nossa ideia é "prisão de", então,...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeitamente. Vamos fazer isto.

Sugestões de redação, sugestões de correção gramatical, sugestão de incongruências. Eu acho que a gente tem esse espaço, muito limitado, é verdade, tipo hoje e amanhã. Por isso eu haver enviado o texto. Neste texto aqui faltam os crimes contra o consumidor, o Marcelo já me encaminhou, eu vou incorporá-los aqui, inclusive com a sugestão de pena por ele feitas.

Eu estou com dificuldade – peço ajuda – para localizar a exposição de motivos dos crimes contra a honra, que foi enviado pelo Marco Antônio Marques da Silva. Se alguém tiver e quiser me encaminhar, seria ótimo.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – O texto dele?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, o texto dele está aqui. Mas ele fez uma exposição de motivos que eu gostaria de aproveitar.

Tiago, você gostaria de fazer uso da palavra para esse trabalho que nós teremos aqui? Vai ser eu e você.

O SR. TIAGO IVO ODON – Relator, eu gostaria de fazer uma observação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Por favor, gente, está quase terminando, mas vamos deixar o Tiago falar. Pois não, Tiago.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO –... sobre a parte geral umas observações.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você já manda por *e-mail* para mim, Muiños.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – São colocações, como foram essas da moeda falsa, que os colegas precisam avaliar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeitamente.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – À tarde vai haver reunião?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. A ideia era terminar já para os colegas terem tempo de fazer esses acréscimos e mandar. Deliberação já terminou.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Eminente Relator, embora a matéria não seja meramente redacional, mas relendo a matéria ontem à noite, eu, mais uma vez, me convenci da excelência superlativa da nova redação que se dá ao art. 59 do Código Penal. Parabenizar, mais uma vez, os eminentes colegas que participaram da Comissão.

Dizia, até em certo tom de brincadeira, que não dava 10 com louvor por causa daquele resquício de direito penal do autor relativamente à doação de sangue. Na verdade,...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Prof. Nabor, eu compartilho com o senhor disso, mas eu seria voto vencido também.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Mas um último apelo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Fui voto vencido.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Nada objetaríamos se uma realocação...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu também acho.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu proporia a retirara disso, porque redução de pena por doação de sangue ficou...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Ato solidário também. Uma realocação eu acho possível, que foi aprovado aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ato solidário, mas sem mencionar doação de sangue Muiños.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Por favor. Eu também acho. Ficou horrível!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Doação de sangue" tem uma evocação tão pesada.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – "... de órgão ou outro ato solidário".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos colocar "ato solidário". Ponto, sem exemplificar.

A doação de sangue...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Eu encaminho favorável.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Eu também. Eu sou favorável.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Você sabe que isso deveria estar no espírito do brasileiro: doar os órgãos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso vai levar... Vai ter uma fila de preso para doar sangue para reduzir pena.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Antes do fato.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se você me permite, Muiños: "Ato solidário". Ponto.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Vamos repensar. Não há questão fechada.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O que o senhor acha, Prof. Nabor? É na doação de sangue que mexe?

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Eu acho que o dispositivo nem precisaria o todo, porque o Direito Penal do autor e a matéria estão tão enxuta. A melhor redação de todas as reformas, de todas as propostas, historicamente, a melhor redação, Presidente Dipp, é a dos art. 59, oriunda da nossa Comissão, à mercê da contribuição da Subcomissão, tendo à frente o Prof. Muiños. Então, eu acho que esse dispositivo vai descaracterizar a excelência superlativa daquilo que se alcançou. Mas se for continuar, que tire "doação de sangue".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muiños, vamos tirar isso.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Vamos tirar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos tirar essa menção, porque realmente é de Direito Penal de autor. Lembro-me da grande preocupação da positivação. E vejo que está vindo de um eminente advogado. Quer dizer,...

Vamos localizar o trecho ali. Abaixe um pouco mais.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – O que eu falo é talvez uma realocação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos tirar, Muiños. Está aqui o nosso querido Nabor.

Por favor, é a letra "E" do art. 73; letra "G".

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Aliás, o nosso Prof. Nabor desde o início já falava, eu o agradeço os elogios, mas isso foi bem debatido e, querendo ou não, foi aprovado e divulgado. Eu entendo...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Voluntariamente realizado antes do fato de doação de sangue, órgãos ou outro ato relevante de solidariedade humana e compromisso..."

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Norma do Conselho Nacional de Justiça.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Acho que a gente está rumando até no 59 propriamente dito, para o Direito Penal do fato. Então, acabamos com a personalidade. Vamos tirar isso. Um pedido especial do Relator, Dr. Muiños.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Sim, mas nós temos todo o interesse em conviver harmonicamente. Mas há um fundamento. Eu só queria um tempo para refletirmos. Não estamos com uma posição fechada.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – É o seguinte: só tira o exemplificativo: "...realizado antes do fato, ato relevante de solidariedade..."

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas antes do fato ele vai ser punido.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, não, não. Não é punido.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É Direito Penal do autor numa proposta que é objetiva. Procuro o Direito Penal do fato.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – São circunstâncias atenuantes, não é para condenar.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – O ato relevante vai ser muito difícil de ser provado. Vai ficar uma coisa genérica. Então, eu sou favorável a retirar...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O Prof. Nabor está sugerindo a dispensa e eu estou encaminhando nesse sentido.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Eu também.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muiños, você não vai fizer bravo se a gente retirar?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu gostaria de refletir para realocar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A proposta é retirada.

Veja, Muiños, um grande advogado, como o Prof. Nabor, pedindo a retirada de um dispositivo benéfico por entendê-lo assistemático.

Então, eu encaminharia nesse sentido.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não vejo problema.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas eu não quero constranger.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eu acho que aqui é um Direito Penal de autor em favor autor. Ato de solidariedade humana, de compromisso social, isso é tão carente no nosso País, tão individualista, um mundo tão consumista como hoje em que só se pensa em você e você. Não se pratica atos para a sociedade. Genericamente, deixa ali. É como se fosse aquela atenuante genérica hoje.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É, mas a gente abre, Professor, o espaço do Direito Penal de autor para favorecer, a gente sinaliza que poderemos abrir também para fechar. Vamos seguir na técnica do Direito Penal do fato.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Relator, defendendo aqui a linha acrescentada pelo Muiños, isso aqui foi pedido dele, ideia dele, se for para o lado do Direito Penal do autor, manteve-se a reincidência como circunstância agravante.

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Não vamos radicalizar, Marcelo, a questão já ...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não precisamos debater. Aqui, precisa ser consensual.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Eu mesmo, fui voto vencido na nossa discussão, eu era favorável extrair a reincidência como circunstância agravante. Direito Penal do autor e resquício ainda tem.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas não é o momento de estabelecer um contraditório, uma polêmica sobre isso. Então, Muiños, pelo menos não mencionar doação de sangue você concordaria?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Concordo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Voluntariamente realizado antes do fato ato relevante de solidariedade humana e compromisso social." O.k.?

Professor Nabor, fica...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Relator, foi ótimo o Professor Luiz Flávio trazer uma contraproposta. Confesso, primeiro, que houve uma votação, houve uma deliberação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É claro!

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Em segundo lugar, só quero lembrar que o próprio Conselho Nacional de Justiça, pela sua Resolução nº 34, determinou a todos os Tribunais que fizessem, inclusive, campanha nesse sentido. Isso está até em adequação. Mas pondero sobre o que o Professor Nabor trouxe aqui, a relatoria no seu apelo, mas com a proposta do Professor Luiz Flávio...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso!

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – ...que mantém a essência, apenas não expressa a doação de sangue. Parece que isso é que está causando uma preocupação. Mas se é mantida a essência de que o juiz poderá reduzir a pena se verificar que o autor praticou atos relevantes de solidariedade humana e compromisso social...

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Perfeito! Concordo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É nesse sentido, Muiños. Ali a gente não consegue alterar, porque está em PDF.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Até em homenagem à Comissão, mas com a proposta do Professor Luiz Flávio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ficou assim: "Voluntariamente realizado antes do fato relevante ato de solidariedade humana e compromisso social".

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Talvez, seja bom o termo "relevante", porque justamente não...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É para não rimar "fato" com "ato". É isto: "Voluntariamente realizado antes do fato relevante ato de solidariedade humana e compromisso social".

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Fechou!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem? Porque aí se mantém a essência.

Muiños, você falou que há mais destaques de redação.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Há.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Nesse sentido de coisas que realmente alterem, porque, se for meramente formal...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, formal, não.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Já que estamos falando de atenuante, vamos falar dessa, então. Vamos aproveitar...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Está na parte geral.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Relator, aproveitando, quero apresentar um destaque, mas está aqui... Por um problema de formatação naquele envio dos artigos que estavam pesados, faltaram três ou quatro alíneas – não estou com meu computador aqui, agora – como agravantes. Isso faltou. Nós para-

mos nas alíneas "h" e "i". Mantivemos no texto as demais: as alíneas "j" e "l".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É possível.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – E acrescentamos mais duas. Uma delas era aquela que dizia: "(...) praticado contra funcionário público em razão de sua função".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo. É verdade.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – E acrescentamos também...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não foi votado. Está na ata.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Mas é aquela muito parecida com aquela qualificadora do homicídio. Não constou aqui a expressão "por motivo de discriminação de gênero". Constou aquela muito próxima. Copiamos do art. 121.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É claro!

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Acho que foi até a proposta do Luiz Flávio. Aquela qualificadora em razão do gênero constou aí como agravante, para haver adequação com aquela qualificadora.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Registro também, Marcelo, que, no art. 312, de fato, constou a menção ao uso, embora não esteja aqui, no meu relatório.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Ao uso e à fraude. Fui eu que fiz o destaque quanto ao peculato uso e ao peculato fraude.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Exatamente.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Então, se for o caso...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, você está dizendo que, no art. 70...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Foi só supressão.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – No art. 70?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – No art. 70... Está escrito: "(...) ter o agente cometido o crime". Aí vêm as alíneas de agravação.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Nós não havíamos retirado nenhum agravante, mas, sim, acrescentado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E, aqui, parou na alínea "i". E você está observando que há uma letra "j". É isso?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Há, sim, a letra "j".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Qual é?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – "Em ocasião de incêndio (...)"

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sim.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – É a mesma que consta no Código.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Por favor, leia para mim, que já vou colocá-la aqui.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – "Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública (...)."

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu me lembro de que até foi proposta pelo Marcelo Leal.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Isso já constava. Continua: "(...) ou de desgraça particular do ofendido".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Essa é a letra "j".

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Depois, vem outra.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sim.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – "Em estado de embriaguez pré-ordenada."

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeito!

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Eu me lembro de mais duas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – "Contra funcionário público, em razão de sua função." É um agravante.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sim.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – E a última nós vamos copiar da qualificadora do homicídio. Eu não sei a redação dela.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Leia para mim, por favor.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não estou com a proposta do homicídio aqui. É uma das qualificadoras. Está relacionado com discriminação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Espere só um momentinho, que já localizo aqui.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É identidade de gênero. Foi só redacional, foi supressão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem!

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – E podemos aproveitar o que já foi aprovado como qualificadora. Isso pode constar aqui como agravante.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Porque, no homicídio, é qualificadora, mas, em outro crime, será agravante.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pode incidir, perfeitamente. Olha, é assim – veja se é isto mesmo: "(...) o crime é cometido mediante paga, promessa de recompensa, preconceito (...)" É tudo isso?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não, não, não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É só preconceito de raça, cor, etnia?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – É.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – É essa parte aí, porque paga ou promessa de recompensa já constam.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está certo.

Por favor, colegas, há mais destaques de redação? Há mais alguma omissão que não tenhamos percebido?

O SR. MARCELO LEONARDO – Dr. Luiz Carlos, no seu texto, eu puxei o art. 312 e não vi o peculato de uso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não. Isso é falha minha.

O SR. MARCELO LEONARDO – Ah, está certo!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Realmente, eu fui fazendo...

O SR. MARCELO LEONARDO – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu me lembrava disso, mas me esqueci de falar com o Marcelo.

Aliás, esqueci também, Marcelo... Por favor, depois, identifique este produto como seu ou não.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Certamente, deve ser.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom?

O SR. EMANUEL MESSIAS DE OLIVEIRA CACHO – Luiz Carlos...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Espere aí! Deixe-me só colocar aqui, para não me perder.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Quero o cabo também, viu? Não é só o computador, não.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Vai dar uma geral, não é?

O SR. MARCELO LEONARDO – Você está indo para o art. 312?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Peço-lhe só um minutinho, Professor Marcelo. Estou tentando terminar a redação do art. 70, acrescentando essa sugestão do Marcelo.

O SR. MARCELO LEONARDO – Eu mandei um *e-mail*...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, pode me mandar sugestões pela Internet. Eu recebo o *e-mail* e já incorporo aqui com a máxima boa vontade.

O SR. MARCELO LEONARDO – É que ele está lendo, e vocês não estão conseguindo abrir.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É que aí só está em PDF.

O SR. MARCELO LEONARDO – Eu mandei duas vezes para o *e-mail* dele, e o texto não está aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E qual seria a sugestão, Professor?

Há mais alguma sugestão?

Perdão, Muiños! Você ia falar?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Por favor, Técio.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Sei que o Relator, já várias vezes, citou isso, mas eu ousaria, correndo o risco de ser antipático, propor a retirada dessa referência ao menino João Hélio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, isso não. Isso é cota reservada do Relator. O meu relatório vai mencionar o menino João Hélio, Técio.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Isso é algo tão particular...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. Meu relatório menciona...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Daqui a pouco, vamos falar do cara da Yoki, do esquartejamento.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Meu relatório menciona o menino João Hélio.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – São tantas coisas! São tantos dramas!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Meu relatório homenageia e menciona o menino João Hélio. Isso é cota pessoal do Relator, nem que eu tenha de colocar isso na homenagem. João Hélio entra no meu relatório. É um caso que me afeta profundamente. É um caso de grande dor. Eu homenageio o menino João Hélio no relatório.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Mas é que há tantos outros casos e tantas dores que são anônimas...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu homenageio o menino João Hélio no meu relatório.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Há tantas vítimas sofridas por aí afora!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Entendo, Técio. Mas meu relatório homenageia o menino João Hélio.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – É uma homenagem ao encantador Relator, Técio.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Colega Técio, até entendo o Relator. A sua preocupação é clara, mas está dentro do contexto. Se estivesse fora do contexto, eu concordaria com você, Técio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso! Menciono a lei. Exatamente!

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É só por isso! Entendi a posição do Relator.

Sobre a parte geral, sugiro algumas colocações, até pelas audiências. A primeira que vou citar tem a ver com o que ocorre hoje.

No art. 47, § 1º, na redação final aprovada, diz-se: "O condenado tem direito ao recolhimento em cela individual". Faltou, porque isto foi aprovado em Ata, a expressão "no regime fechado". Isso foi aprovado, até porque, no semiaberto, ele pode e deve ir para as colônias industriais e agrícolas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeitamente.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – E foi proposta do nosso colega Marco Antônio, hoje não presente aqui, a expressão "na forma da lei".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Qual é o artigo, Muiños?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É o art. 47, § 1º.

O SR. MARCELO LEONARDO – Não há esse parágrafo aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não o tenho aqui também.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Perdão! É o art. 46, § 1º.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ah, sim!

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É o que diz dos direitos do preso. É parte geral. Já acessei o relatório de...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está assim: "O condenado tem direito ao recolhimento em cela individual". Você está propondo...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, não! Foi votada a expressão "no regime fechado", para deixar claro que é no regime fechado que há essa garantia.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O condenado tem direito a recolhimento em cela individual no regime fechado?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Faltaram as expressões "no regime fechado" e "na forma da lei". Essa foi uma proposta do Marco Antônio que foi aprovada.

Mas aconteceu um fato hoje: no momento em que íamos tentar nas disposições finais transitórias – o Emanuel Cacho trouxe isto aqui – até uma questão não orçamentária, obrigando que o Estado instrumentalizasse isso entre cinco e dez anos... Até me lembro de que, na ocasião, nossa colega Luiza Eluf chamou a atenção para o fato de que não se pode implantar isso de um dia para outro. Como nós suprimos agora qualquer disposição transitória para regulamentar isso, isso vai criar um problema.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – É o orçamento.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – O orçamento, sim. Mas, para não ficar em branco, eu gostaria de propor que, garantida a implementação... Não é nada orçamentário, é o que está no Código Penal português, que acho que resolveria isso. Talvez, pudesse haver um parágrafo aqui. É o que o Código Penal português exatamente prevê. Peguei aqui a redação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, mas temos que nos ater à nossa realidade constitucional, que é diferente, não é?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, eu sei. Vejam, o que eu quero propor é o seguinte.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Qual é a proposta, Muiños?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – A proposta é a seguinte: o Código Penal português, como nós colocamos, nós falamos cela individual, ele fala recluso alojado em cela individual, mas tem uma alternância: os reclusos só podem ser alojados em comum – que seria no coletivo – em casos e insuficiência temporal de alojamentos...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Na forma da lei, está aqui na forma da lei.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Só que a lei não prevê isso hoje.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, tudo bem, é que a lei não prevê hoje.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente... Por favor, Muiños, eu não vejo essa necessidade.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, nós íamos colocar isso nas Disposições Transitórias.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A garantia aqui da cela individual está dada e, evidentemente, o Poder Público vai ter que tomar medidas. Mas não vejo aqui a conveniência de botar isso além.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Deixe-me só fazer... Douto Relator, a minha preocupação é a seguinte, quero chamar a atenção da Comissão para este fato. Como está na forma da lei, não há lei hoje. Eu só chamo a atenção, foi a preocupação da Luiza.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muito bem, haverá uma lei, tem que haver uma lei, mas...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, mas imediatamente, se vigente esse texto aprovado, todos que estão em regime aberto – são 228 mil hoje – têm direito à cela individual. Aí nós vamos ter um problema.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas é por isso que está na forma da lei, Muiños.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Então, como não há a lei, isso aqui...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não vai ser aplicado até que haja lei.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Mas qual é a proposta do Muiños?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – A proposta, para garantia de jurisdição – pergunto até ao Luiz Flávio se seria –, um parágrafo... Chamo a atenção dos colegas, isso é um problema sério. Eu defendo, fui eu que propus a cela individual.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Qual que é o parágrafo, Muiños, por favor.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Seria acrescentar, que seria em norma transitória, porém, como nós vetamos, seria: "os reclusos só podem ser alojados em comum em caso de insuficiência temporal de alojamentos". Hoje não há, hoje não há, mas não há lei ainda regulamentando, essa é a minha preocupação. Se hoje eu recebo um *habeas corpus*, caso aprovado nesse momento, ele terá direito e não há nenhuma exceção.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas, como está na forma da lei, tudo bem Muiños, não é questão de fundo, mas é que...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu concordo, só que não há a lei. Nós íamos colocar na norma transitória.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, não tem direito.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não tem lei.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Se o direito vai ser assegurado na forma da lei e não tem lei, logo, não tem o direito. Mas eu não me oponho, podemos aceitar.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Mas eu não vejo problema. Eu quero encaminhar favoravelmente à proposta do Dr. Muiños.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Qual é a redação sugerida, Muiños?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Seria um parágrafo a seguir. Isso ficaria em norma transitória, nós íamos propor lá.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Qual é o parágrafo?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Os reclusos – quer dizer, são os presos – só podem ser alojados em sistemas coletivos – que em comum é Portugal...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Alojados em ambiente coletivo, não é?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Pode ser ambiente. Em ambiente coletivo em caso de insuficiência temporária de estabelecimentos. Eles chamam de alojamento.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Bom, eu consulto o Colegiado sobre essa proposta do Muiños aqui. Eu entendo desnecessário, mas...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Nós queremos evitar um problema. Nós íamos propor isso lá na disposição transitória.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – ... submeto ao Colegiado.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Só isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, o Muiños está fazendo a seguinte proposta: onde está ali "direitos do preso", Leandro, por favor, coloque ali o art. 46, se você conseguir localizar, no PDF, coloca no PDF. O Muiños está dizendo o seguinte, olha, onde já existe hoje a garantia prevista de que o condenado tem direito a recolhimento em cela individual no regime fechado na forma da lei, o professor Muiños sugere o acréscimo de um parágrafo garantista, dizendo: "os reclusos só podem ser alojados em ambiente coletivo em caso de insuficiência temporária de estabelecimento".

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Que é para enfrentar a realidade, enquanto não vier uma lei regulamentando até orçamentária.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu voto contra, porque acho que já está na forma da lei, mas eu submeto ao Colegiado.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Luiz, hoje nós temos dois sistemas no Brasil: o sistema público e o sistema terceirizado de gestão compartilhada. Nas 15 ou 20 penitenciárias em regime compartilhado não há um preso a mais dentro de uma penitenciária; nas públicas nós temos duas, três vezes a população carcerária. Então, se não for imposta pelo menos uma orientação, se não puder impor o limite, pelo menos uma orientação que seria...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muito bem, você vota favoravelmente, não é isso, Cacho?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu voto favoravelmente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Regime de votação. O Sr. Muiños fez uma sugestão de acrescentar um parágrafo que diz assim: "Os reclusos só podem ser alojados em ambiente coletivo em caso de insuficiência temporária de estabelecimentos". Quem vota com o professor Muiños? *(Pausa.)*

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Só trocar a palavra recluso, que hoje não há reclusão mais hoje, é pena de prisão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Os presos. Quem vota pela mantença do termo no texto atual que fala "na forma da lei"?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – O condenado, não é? Aliás, é o condenado.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Bom, ganhou a proposta do Muiños. Então, os presos só podem ser alojados...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Agora nós conseguimos colocar Word na tela.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso. Os presos só podem ser alojados... Não, aí ficaria sendo o §3º. Isso. Fica sendo o §3º...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – E o quarto o outro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O quarto o outro. Perfeitamente. Então, está aprovada a proposta do Muiños.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Isso é só para garantir imediatamente a administração.

ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Eminente Relator, posso dar uma sugestão de redação. Em vários dispositivos, salvo engano, há menção a que os crimes não se tipificam. A tipificação é previsão legal.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro.

ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Acho que é "não se configuram".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não se configuram. Perfeitamente.

ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Eu proporia sempre que essa redação aparecesse, substituísse por "não se configuram".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não se configuram. Está ótimo, professor Nabor. Deferido.

Muiños, vamos lá.

Muiños, você tem mais...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Tenho.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – No quadro primeiro, lá, qual é a redação nova que você colocou?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ali não mudou.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Continua a mesma.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Não mudou?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. Não mudou. O condenado tem direito a recolhimento em cela individual...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – No regime fechado e na forma da lei.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não. Esperem aí, gente. Aí ficou assistemático.

Leandro, esse § 2º.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não. No primeiro faltou "no regime fechado e na forma da lei", que já foi aprovado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Só que agora é o seguinte, Leandro, esse § 2º joga para o fim. O § 2º joga para o fim. Fica sendo o último. Isso. Perfeito. Aí é só renumerar.

Muiños, por favor, mais...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu pergunto ao colega Marcelo qual é a dúvida?

É porque no semiaberto é colônia agrícola, é coletivo mesmo. E essa norma agora só pode ser transitória, porque senão...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – No § 2º está errado ali o "coletivo".

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Os presos só podem se alojar em ambiente...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Em cela coletiva, não é isso?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Quando faltar. É exatamente a norma transitória que estamos apensando.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Então. Em caso de...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Insuficiência temporária de estabelecimento individual.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – É. Individual. A última palavra. O outro.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – O outro? É que ficou coletivo, coletivo.

Relator, entrou duas vezes a palavra "coletivo".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Sr. Relator, com todo respeito, tudo que o Muiños fala eu aprovo antes de pensar, mas acho que esse artigo está desmentindo, revogando o anterior. Esse parágrafo está revogando o anterior.

Na prática é o seguinte, a gente sabe que vai estar na lei que não tem cela individual porque não tem cela coletiva.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Técio, eu concordo com você, mas observo que nós acabamos de votar. Não dá para voltar.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Mas espera aí, não é assim. Isso é uma violência. Isso aqui... Eu estava distraído. Não é que acabou de votar. Eu estou levantando uma questão que foi há trinta segundos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Técio, nós acabamos de votar. Por favor.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Não! Alto lá! O que é isso?

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Matéria votada é matéria votada! Sim. O que é isso? O que é isso, Técio? Ficou louco?

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Esse parágrafo revoga o anterior!

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Douto Relator, permita que eu faça uma colocação.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Esperem aí. Por favor. O Relator vai fazer aqui um pedido. Por favor!

A matéria foi amplamente discutida. Eu votei contra a proposta do Muiños. Perdi. Está votada. Vamos em frente. Não dá, não dá. Não dá.

Técio, com todo o meu respeito, mas...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Não! É porque eu acho que... Eu estou vendo agora!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Eu não sei se a contagem está correta.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, está bom. Então, vamos recolocar.

Quem concorda com a proposta do Muiños levante a mão.

Regime de votação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não recomecem a discussão de novo!

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Douto Relator, eu até vou retirar. Eu quero colocar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Douto Relator...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Aí o meu voto é pelo bom senso.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu vou até fazer o seguinte, vou encaminhar. Eu vou esclarecer ao colega Técio, mas vou retirar a proposta, embora ela possa ser mantida.

O que eu quis fazer...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Essa proposta piora com a intenção de melhorar.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Por favor, colegas de Comissão, eu... Quando nós votamos a questão da cela individual – o Marcelo Leal deve se recordar –, isso foi há uns cinco meses e debatemos muito.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Debatemos muito.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu fiz questão de trazer da Lei de Execuções para o Código Penal, justamente para dar eficácia, mas sabendo que não se poderia implementar isso de um dia para outro. Isso iria depender de orçamento e a nossa proposta era...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muiños, por favor. Nós já votamos a matéria. Você está retirando a proposta?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É. Mas eu quero justificar...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque não é possível para uma questão de menor importância nós perdermos vinte minutos.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não sei se é de menor importância, ao contrário.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A questão foi discutida, a questão foi votada.

Vamos submeter à votação novamente. Quem concorda com a proposta feita pelo Prof. Muiños?

Você está retirando, Muiños?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Estou retirando.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está retirado. Volta o texto anterior.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Nós ficamos sem norma transitória, só isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muiños, mais destaques, por favor.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Por que retirou, então?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Porque eu acho que merecia a discussão, porque ela estava presa a uma norma transitória.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Então não retira. Vamos fazer uma votação.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Mas eu vou votar.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Foi mal calculada pelo Relator. Isso eu vi logo de cara, mas como ele proclamou, eu fiquei quieto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vamos fazer o seguinte. Muiños, você retira a proposta?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Retiro.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Alguém mantém em lugar dele?

Então a proposta está retirada e pronto.

Pergunto se há mais destaques, Muiños.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Agora passo aos crimes hediondos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Vou fazer o repto. Por favor, todos os colegas da Comissão, sei que isso é difícil, sei que a hora já vai avançando. Por favor, máxima atenção, Técio, para depois não dizer que votou sem saber.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Relator, antes de o Muiños mudar de tema, porque está relacionado à pena, peço licença, porque é uma questão que acho que passou, acho que todos vão estar de acordo.

Para fins de reincidência, nós estabelecemos aquele período de cinco anos. Não se prevalecem os efeitos da reincidência aquele período de cinco anos. E nós não temos essa norma para antecedentes. Então a minha sugestão é acrescentar no 72 outro parágrafo dizendo que se aplicam as mesmas disposições aos antecedentes que não geram reincidência. Porque os antecedentes são eternos. Eu, particularmente, sou contra. Para reincidência você tem um período de cinco anos, após o cumprimento da pena.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas os antecedentes só operam quando a reincidência perdeu a sua força, Marcelo?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não. Podemos ter antecedentes, independentemente de reincidência. Podemos ter maus antecedentes.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Maus antecedentes, independentemente de reincidência?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Maus antecedentes. Claro que sim.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não foi o que nós aprovamos.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Nós não aprovamos essa minha sugestão não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Marcelo, eu entendi, por favor me corrija se eu estiver errado, que o antecedente negativo, de acordo com iterativa jurisprudência do Supremo, por não ofender a presunção de inocência, ele só se caracteriza quando a reincidência perdeu a força.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não necessariamente, Relator. Vou dar um exemplo para V. Exª. A pessoa cometeu o primeiro crime no ano de 2000, o segundo crime no ano de 2002, os dois processos estão em julgamento, o crime um é julgado primeiro, transitou em julgado, o crime dois vai ser julgado após o trânsito em julgado do crime um, ele pode ser considerado com antecedentes, muito embora não gerem reincidência. Então é possível sim. Podemos ter antecedentes sem que tenha ocorrido a reincidência.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Qual é a proposta, Marcelo?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – A minha proposta é acrescentar no art. 72 o seguinte parágrafo: aplicam-se as disposições deste artigo para efeito de antecedentes que não geram reincidência.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu voto contra, Marcelo, porque respeitosamente estamos matando o antecedente. Não vai sobrar nada para ser antecedente. O antecedente, no meu modo de ver, é só aquela condenação que não é capaz de gerar reincidência. É só assim...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Sim, mas independente de eu entender que tenha outra forma de antecedentes, mesmo pelo que V. Exª pensa, eu ainda sou contra ele ser eterno. Ou seja, a pessoa comete um crime, vinte anos depois comete outro, e ainda pode ser considerado com antecedentes. Isso é uma lacuna que temos.

Então eu gostaria de submeter à votação dos colegas.

Resumindo: a minha proposta é que os antecedentes não sejam eternos. Ele tem que ter um limite para ser considerado como circunstância agravante. Estou estabelecendo um limite igual ao da reincidência, cinco anos.

Ou então podemos fazer um dispositivo à parte, os antecedentes não podem ser considerados...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu só observo o seguinte: hoje só é constitucionalmente válida a consideração de antecedentes quando não geram reincidência. Então aquela reincidência, depois de cinco anos, ela perde o seu efeito. E a decisão do Supremo, em homenagem ao princípio da presunção de inocência, é de que não existe mau antecedente baseado em processo, em inquérito, nada disso. A única possibilidade de vida anteacta ser trazida aqui para fins de dosimetria da pena é: gerou reincidência, mas a reincidência precluiu. Então, pela proposta do Marcelo – respeitosamente, Marcelo –, acabaram os antecedentes. Não vai ter antecedente de jeito nenhum.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – É claro que vai, Relator. Ou vou dar um exemplo. Vamos pensar no exemplo que eu estou falando. Isso aqui é uma coisa tranquila. O cidadão cometeu o primeiro crime no ano 2000, por exemplo, e está sendo processado. Em 2002, comete o segundo crime; também está sendo processado. Em 2005, primeira condenação pelo crime nº 1. Essa condenação transitou em julgado em 2005 – crime nº 1. Pelo crime nº 2, o processo está em andamento. Em 2007, surge a segunda condenação. Ele não tem reincidência, mas tem antecedentes, porque já tem um trânsito em julgado pelo crime nº 1. É uma hipótese de antecedentes.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você acrescentaria isso em qual artigo, Marcelo?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – No art. 72, mandando se estender a mesma regra às hipóteses de antecedentes, que não geram reincidência. Então, acrescentaria um § 2º ao art. 72.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pode ser um artigo. A gente está com carência de artigo, precisa de artigo aqui para preencher.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Ah é? Então acrescente o artigo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Qual seria a redação, Marcelo?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – "Aplicam-se as disposições do art. anterior." Do inciso I e do § 1º, que pode desprezar, também.

"Aplicam-se as disposições do inciso I e do parágrafo único..."

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Quer dizer, essa condenação só poderia produzir efeito cinco anos.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Sim. E não interfere na reincidência no exemplo (inaudível)

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ficaria assim, Marcelo. Deixe-me ver se entendi. "A sentença condenatória que não gera reincidência mas pode ser considerada como antecedente para fins de dosimetria da pena perderá este efeito no prazo de cinco anos, contados da extinção da punibilidade.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Pode ser.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Contados de quê? Da extinção da punibilidade?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso, porque é em cumprimento da sentença, não é? O cara está cumprindo, saiu hoje. Não vou considerar que ele acabou de sair do presídio como...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, estou falando do prazo de cinco anos. Quando?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Contados da extinção da punibilidade. Porque aí é um pouco diferente.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Eu acho muito mais simples remeter à regra do art. 72.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Por favor, Marcelo. Aí eu tenho esse receio que eu lhe disse: a gente vai acabar com o antecedente.

Nessa formulação, a sua preocupação em não deixar que o antecedente valha para sempre está contemplada. Mas aí contempla a minha também.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Vamos lá. Como seria?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A redação seria a seguinte: "A sentença condenatória que não gera reincidência mas pode ser considerada como antecedente para fins de dosimetria da pena perderá esse efeito no prazo de cinco anos, contados da extinção da punibilidade."

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Pode ser, então.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Contados da extinção da punibilidade.

Tudo bem, gente? Está bom?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Ótimo. Isso é um grande avanço.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Agradeço, Marcelo. Já foi: "A sentença condenatória que não gera reincidência mas pode ser considerada como antecedente para fins de dosimetria da pena perderá esse efeito no prazo de cinco anos , contados da extinção da punibilidade."

Então, perfeito. Eu estou colocando como artigo próprio aqui, viu, Leandro, porque precisamos de artigos aqui para preencher a parte geral.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Houve uma fusão muito boa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeito.

Colegas, desculpem uma certa ansiedade minha, mas eu já queria encerrar a nossa fase deliberativa e partir para frente. Então, aquilo que não for imprescindível, aquilo que não for dolorosamente inaceitável, eu faço esse pedido de a gente encerrar.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Posso continuar, então, Relator?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muiños, é dolorosamente inaceitável? Porque, vejam só... Gente, eu não quero, de maneira alguma, desrespeitar o colegiado. Mas eu tenho a tarefa de terminar isso aqui a tempo. E eu queria aproveitar, enfim, o maior tempo possível. Então, a pergunta é a seguinte: se tiver algum problema de redação que seja dolorosamente inaceitável, apresentem. Se não, depois eu resolvo aqui com o Tiago.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Já está no *e-mail* a proposta do desvio de verba e subvenção.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Essa, por favor, submeta ao colegiado. Essa tem que ser submetida ao colegiado.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Desvio de verba e subvenção pública pelo administrador ou por quem administra as ONGs.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não tenho. Eu estou ansioso para terminar isso aqui, para poder inclusive elaborar isso.

O ótimo é inimigo do bom, gente. Mas, por favor, eu peço esse respeito ao trabalho que há por fazer, que é muito, é intenso.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Douto Relator.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Muiños.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Bom, o art. 48, que seria dos crimes hediondos, parece-me que é redacional, porém, teria que se submeter a alguma coisa. Dolorosamente? Depende da interpretação. É redacional. Agora, há três aspectos aqui que sofremos

críticas, envolvem a parte geral e envolvem, realmente, acréscimo. Por isso, teríamos que submeter...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Qual seria?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Bom, no art. 48, dos crimes hediondos, no inciso I, a expressão "privilegiados" sai, até por uma questão que já admitimos, e entraria "motivação", mas é redacional. Isso é redacional. Isso pode ser... Eu queria que V. Exª pegasse o art. 39, *caput*, porque aí eu vou trazer... Essa é uma preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – É essencial?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É. Eu reputo.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Então, é o último. Senão, nós vamos reiniciar, na última sessão, toda uma discussão dolorosa e grave.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, isto aqui é uma reunião festiva.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – 39, por favor.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Pode ser, Relator?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não, Muiños.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – O art. 39 pode colocar. Bom, quero dizer por que é doloroso: porque isso foi uma crítica, que acho justa, vinda de todas as audiências públicas, notadamente as que pegaram a parte geral, críticas, inclusive, que recebemos, que vieram para o Senado de juízes de execução do Brasil, enfim, promotores. É pelo seguinte: no art. 39, nós apenas transcrevemos o bom comportamento carcerário, que está na Lei de Execução Penal, para progressão. Não haveria maiores problemas, só que todos foram unânimes na crítica de que aqui não fizemos... E essas entidades até trouxeram por escrito um acórdão do Ministro Dipp, de 2011, que fala: evidenciada a inexistência de elementos concretos que demonstrem a aptidão atual do réu ao convívio social. A reclamação que eu lhe falei já sobre o mérito carcerário é apenas a expressão. E isso deu. Essa norma do art. 39 é a mesma que está na Lei de Execução Penal, que é de 1984. Ocorre que, na década passada, houve uma alteração em que se permitiu, apenas com a certidão do diretor do presídio, que houvesse exame criminológico. Só que a jurisprudência – e esse é um dos acórdãos citados do Ministro Dipp – trouxe a distinção entre o bom comportamento, que é atestado apenas pelo diretor, e o chamado mérito carcerário. E a crítica que recebemos – eu admito: sou um dos culpados... Quer dizer, vocês estão diante de um conflito que o Supremo resolveu, que o STJ resolveu. Estão mantendo o mesmo...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muiños, objetivamente, por favor. Qual é o trecho?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Então, a proposta é apenas acrescer depois de "bom comportamento carcerário" exatamente a expressão que a jurisprudência definiu.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Por favor, qual é? Quando o preso ostentar bom comportamento carcerário...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – E aptidão para o convívio social. Isso é o que a jurisprudência do STJ e do Supremo definiu. Eu achei justo. É o que se refere a mérito carcerário.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeitamente. A proposta do Muiños é no trecho que está ali: ostentar bom comportamento carcerário...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É um acréscimo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Acrescentar "e aptidão para o bom convívio social". Pergunto se é consensual.

O SR. MARCELO LEONARDO – *(Fora do microfone.)* ... apurar isso na execução, como isso vai ser identificado?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É o que é feito na execução. Posso ler aqui uma jurisprudência do Ministro Dipp em que ele analisa a lei.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não precisa ler, Muiños.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É o que se chama mérito carcerário.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – *(Fora do microfone.)* ...Código Penal atual. Nós podemos mudar a jurisprudência baseados no Código de hoje e não no futuro.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – E nós estávamos incidindo no mesmo erro. Eu assumo isso. Por isso que eu tinha que trazer aqui.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, a proposta é a inclusão da aptidão para o bom convívio social como critério judicial de verificação do mérito de progressão.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Isso já é resolvido na doutrina da jurisprudência, mas estávamos mantendo a dúvida normativa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem? Eu pergunto se é polêmico. Se for polêmico...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu só acho que vai colocar mais dificuldade, mas aí, como vem do Muiños, acho que tem o bom senso.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não é de mim não. É uma crítica, que aceito, de todos que participamos de audiências públicas...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Claro, claro, claro. Gente, podemos votar esse negócio? Alguém é contra?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tudo bem. Então, a aptidão para o bom convívio social.

Muiños, mais sugestões dolorosas?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não. O Muiños já esgotou todas as observações.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, não. Um momento. Por favor. Desculpe-me. É que estou comandando como Relator da Subcomissão, porque vieram as críticas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Elas virão.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – E isso...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Outras virão. É natural que venham.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, não. Peço o seguinte: é o momento da correção. Houve um encontro de juízes federais – o Presidente assistiu – em Foz do Iguaçu e audiências públicas sobre a parte geral. E houve uma crítica geral, inclusive de advogados, chmando a atenção, para justificar.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Entendi, Muiños.

Qual é a próxima?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Quando nós acabamos não com o regime aberto, mas com a casa de albergado e colocamos o regime aberto agora não mais encarcerador – ele é restritivo de liberdade –, com o recolhimento domiciliar, ficou um problema. O seguinte: se o sujeito hoje cumpre uma pena substitutiva, o juiz aplica regime aberto, mas dá substituição. Veja, Luiz Flávio, se ele não cumpre, o juiz converte no regime aberto. Só que hoje o regime aberto é a restrição, e ficou uma incoerência, que tenho de reconhecer. Ou seja, se o sujeito está no regime aberto e não cumpre as restritivas, terá, na conversão, de ir para o regime semiaberto, mais isso não está previsto. Eu tenho de admitir que houve uma falha nossa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, é no art. 39?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Houve uma falha nossa. Houve uma falha nossa, realmente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeitamente. É o art. 39, Muiños? É isso?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Esse aqui é no 44.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – No 44.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – No 44. E eu reconheço que os juízes federais estão certos, que as audiências públicas e os advogados estão certos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ficaria assim: "Em caso de descumprimento das regras do regime aberto, o condenado merecerá regressão de pena".

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – A regressão já está prevista para o regime semiaberto, porque o regime aberto hoje já é restrição de liberdade, não é mais encarcerador.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Em caso de descumprimento injustificado...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – ... das condições do regime aberto, o condenado regredirá para o regime...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Para o regime semiaberto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – ... semiaberto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Para o regime mais gravoso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Para o regime mais gravoso, sucessivamente.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Luiz, nesse caso aí, acho que teria de fazer uma previsão de defesa.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Ele está na restrição de liberdade.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muiños, muito bem. Essa eu reconheço que era uma alteração dolorosa.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – E, por fim, ainda que dolorosa, também tem de ser trazida.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu só não quero transformar essa jornada, que é de alegria, em jornada de dor.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu entendi.

Eu trago aqui... Quando nós fizemos o projeto da Subcomissão, na parte geral, é claro que fizemos uma previsão de progressão de regime e mantivemos o livramento condicional.

O Prof. Luiz Flávio, em boa hora, trouxe um questionamento, e acabamos abolindo o livramento condicional. Ao abolir, evidentemente o sistema às vezes sofre alguma coisa. Qual é a questão preocupante? Lá no livramento, que existia na nossa proposta, não cumpridas as condições, haveria a revogação, e o juiz não poderia extinguir a pena, enquanto não verificado.

Só que agora, com a revogação no projeto, ficou omisso, ou seja, não há nenhuma norma que diga que o juiz só possa extinguir a punibilidade – porque ago-

ra só há progressão –, verificado o cumprimento das condições. Então, estou propondo, para regularizar o sistema, senão o sistema vai ficar em aberto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É nas regras de progressão. Qual é o artigo?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – De progressão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É aqui. No meu modo de ver, seria no artigo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Trinta e nove, não?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – ... 39.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É, pode ser.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Trinta e nove.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Depois é só encaixar.

Seria: "A extinção da pena somente poderá ser declarada, quando constatado o cumprimento de todas as condições.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeitamente.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Porque isso saiu. Estava no livramento. Como saiu o livramento...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Em vez de declarar, Muiños...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Reconhecido...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Só ocorrerá a extinção da pena... A extinção da pena só ocorrerá – para não dizer que é só um ato declaratório –, quando cumpridas todas as condições do regime em que foi cominada ou cumprida...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ou imposta.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não atendida, pronto.

Tudo bem?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eram essas as indagações que eu queria trazer à Comissão.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muito bem.

Mais observações essenciais, dolorosas e imprescindíveis.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – A questão da suspensão está lá.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Muito bem, Cacho. Você está para falar com ela desde sempre. Então, exponha ao colegiado, para ver se ele aprova.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Na verdade, sempre foi uma preocupação nossa essa doação, esse repasse de verbas e suspensão para entidades, principalmente ONGs, OCIPs, o emprego da destinação e o desvio dessa verba. Tanto pode ser um crime, no meu modo de pensar, dos administradores das ONGs, como também poderá ser um crime de quem destinou a verba. E aí eu faço aqui uma proposta que pode ser alterada e colocada para o Sr. Luiz Flávio Gomes, acho, que pode ser colocada no 213, nesse último, onde estava o Decreto-Lei nº 201, onde entrou lá.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Lá nos crimes contra as finanças públicas, é isso?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Exatamente.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E qual seria a redação, Cacho?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Luiz Flávio.

Nós começamos a ter um modelo aí...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Desvio de verbas. Está falando do prefeito. Do desvio de verbas do prefeito.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeito. Que vai ser acrescentado aqui nos crimes contra finanças públicas.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Isso. Isso.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E ficaria qual redação, Emanuel?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Poderíamos acrescentar o um ali, na primeira proposta, com uma pena de dois a cinco, um a cinco...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O Colegiado concorda? O objetivo do Emanuel é para alcançar...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – A verba e a subvenção política.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Organizações não governamentais que recebem recursos públicos e fazem mau uso dos recursos.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – É. Principalmente ONGs e Oscips.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu pergunto se é consensual. Se for, aprovamos.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Porque hoje não existe um controle, não é? Só o controle contábil, a criminalização desse desvio.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Uma pena de seis meses a seis anos não está com um elenco muito amplo?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não, não. Lá em cima, você pode colocar a...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, eu digo aqui, no inciso III.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – E o I está sem pena mínima, não é?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Prisão de seis meses a dois anos ou multa, aí é o I.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não, é preciso saber, ele copiou do código português.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ah, ele copiou do código português.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – É, então.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Só as penas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – As penas ficariam sendo as mesmas aqui do 359.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eu esqueci.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Tem dois tipos de pena no 359: seis meses a dois anos e um a quatro. Então, poderíamos colocar essa...

O SR. MARCELO LEONARDO – Seis meses a dois anos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Seis meses a dois anos aí. E aqui no inciso III fica um a quatro. E no inciso III fica um a quatro.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – E aí é uma questão de redação.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Agora, vamos...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Porque se destina um ponto, que não é da nossa tradição. E será punido.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, aí eu dou forma de artigo de lei.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eu só acho que tem que ter uma conduta para o desvio dessa verba. Tanto para quem destina, e, de alguma forma... É porque, hoje, você sabe que a verba e a subvenção pública vão para as ONGs, que voltam...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu ia sugerir que lá no 312 houvesse uma menção. Aplica-se o dispositivo também a organizações não governamentais, Oscips, etc.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Essa pena está desproporcional.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque aí, realmente, se você desviar qualquer recurso público, dois a oito anos foi a pena que aprovamos. E aí, se for por meio de uma ONG, vai ser de seis meses a dois anos?

O SR. EMANUAL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não, não, não. Tem que elevar. Até porque é o seguinte: há ONGs de boa-fé e há milhares de má-fé.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Posso fazer uma sugestão, Emanuel? Aplicam-se as disposições desse artigo, peculato, se o desvio for de recursos públicos praticado por meio de organizações não governamentais.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Mas você sabe por que o nome é verbas, subvenções públicas...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Colocamos o nome lá.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Sabe por quê? Porque ela alerta. Porque nem sempre o ongueiro, o cara que está recebendo aquelas fortunas, a UNE, que está recebendo agora fortunas, nem sempre ele tem como objetivo desviar. Ele passa a desviar no momento em que tem dinheiro fácil demais.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ou você me dá a razão pela qual ele desviou, desde que ele se apropriou de um bem que era público, não é?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Exato.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, eu pergunto ao Colegiado se poderíamos acrescentar, lá no 312, um parágrafo dizendo assim: "Aplicam-se os dispositivos desse artigo a organizações não governamentais que tenham recebido recursos públicos e os tenha desviado". Fechou. Pode ser?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Eu apoio.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Perfeito. Estou de acordo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É o 312. Aí eu acho que fica contemplada aqui a proposta do Emanuel Cacho.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Mas aí, lá na previsão, contemplou também o administrador público, o político...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso. Isso já está no 327, quando demos aquele conceito amplo de servidor público.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – É. Pronto. Está contemplado. Hoje, existe um grande canal de lavagem de dinheiro recebido.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Seria o seguinte, Professor: "Aplicam-se as disposições deste artigo – que é o peculato, 312 – às organizações não governamentais que tenham desviado recursos públicos a elas entregues".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Desaparece aquele tipo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Isso, desaparece aquele tipo ali. "(...) desviados recursos públicos a elas entregues". Pronto.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Posso pedir uma *(inaudível)* especial?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pode, Cacho.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Pode-se colocar a terminologia "verba e subvenção pública"?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Você limita.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não! Não há outra forma?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque ali é "recurso público".

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Sim...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É mais amplo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É mais amplo. É mais amplo.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Dá maior amplitude.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Recurso público" compreende...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Tudo bem.

Então, encerro a minha participação, agradecendo aos senhores. Agora, eu acho que tinha que ter o *nomen iuris*, porque...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Qual seria o *nomen iuris*, Cacho? Esse carinho lhe é devido. Vamos lá. Qual seria?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Desvio de verba e subvenção pública.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – E recursos públicos. Desvio de verbas e recursos públicos.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Porque o que a gente está direcionando muito...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – A preocupação é só "subvenção", que restringe. O seu alcance é maior: "recursos públicos".

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O problema é que, aí, vai ser só para ONG? Não. Aí, o *nomen iuris* tem que ser...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não, é para todo mundo. Agora, inclusive para ONG.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas, ali, a gente está falando de organização não governamental.

Posso dar uma sugestão, Cacho? Deixa sem *nomen iuris*.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Ou pensa, reflete um nome. Depois...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "ONGs maldosas."

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Pensa em um nome.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Que tal: "más ONGs"?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não, não.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Escrito assim: "más ONGs".

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Não. Está bom, está bom.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É um parágrafo só.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Mas a gente precisa criminalizar essa conduta.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está criminalizada.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Só uma questão técnica rápida. Porque o 312 abrange o peculato-apropriação, o peculato-desvio, o peculato-uso, o peculato-furto e, agora, o peculato-fraude, e aqui embaixo só está até o desviado, mas não fala...

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Desapropriar, desviar...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Então. A *(inaudível)* deste artigo vão ser as organizações não governamentais, ponto. Porque, se vai ter o desviado, e o apropriado? E o subtraído? E o uso? E a fraude?

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Mas, aí, já tem crime próprio.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Não; mas se a gente está remetendo ao 312, são todas as formas de peculato.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mas usar do recurso público, é regular que elas usem, não é?

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sinceramente...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Mas sempre vai ser para si ou para outrem, indevidamente.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Pode ser amadurecido o texto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O Marcelo está sugerindo...

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Porque o desviado só faz... E o apropriado?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O uso, Marcelo...

O SR. MARCELO LEONARDO – Posso fazer uma observação?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Pois não.

O SR. MARCELO LEONARDO – Contra o meu voto, a Comissão aprovou a responsabilidade penal de pessoa jurídica em crimes contra a administração pública. Se isso está aprovado, não é preciso esse texto escrito aí, não.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Precisa.

O SR. MARCELO LEONARDO – Esse texto, fazendo essa remissão, está fazendo uma alusão a um determinado sujeito ativo completamente fora do contexto.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ele já está abrangido, é isso que você está dizendo?

O SR. MARCELO LEONARDO – Ele já está abrangido na norma que fala em responsabilidade da pessoa jurídica nos crimes contra a administração pública.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Então me dê um administrador de ONG desviador de verba pública indiciado ou denunciado neste País. Nenhum!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Há um jeito, então. Lá no 327...

O SR. MARCELO LEONARDO – Há um dispositivo... Hoje, há um 315...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Lá no 327, onde se coloca "servidor público", a gente coloca assim: "inclui-se, no conceito de servidor público, administrador de organização não governamental".

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Aí, está certo.

O SR. MARCELO LEONARDO – Quando...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "(...) quando manejar recursos públicos."

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Aí, sim.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Aí, resolve tudo.

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – Aí, ficou ótimo.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Aí, ficou bom.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, Leandro, vá lá... Agora, já não é mais 327. Deixe-me ver onde é agora. É no três... "Servidor público", está sem número.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Era o 325?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sim, era o antigo... Está depois do 325.

Volte no texto lá, por favor, Leandro, no 325. Ponha aí, 325. Isso. Aí, é logo embaixo. Abaixo, pode baixar.

"Servidor público". Aí, tem: "Equipara-se a servidor público..." tal, tal, tal.

Aí, vamos colocar um parágrafo segundo ali. Acrescente: "§ 2º Equipara-se a servidor público o administrador de organizações não governamentais quando no manejo de recursos públicos".

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – No manejo, aplicação...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, manejo. Manejo de recursos públicos.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Manejo, puro e simples?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sim, manejo. Está dizendo: ele, ao manejar recursos públicos, é servidor público.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – *(Inaudível.)*

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, não. Emanuel, acredite em mim; está contemplada a sua proposta.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Duas observações.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não é isso, professor?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Doutor, questão redacional. Já havia um "equipara-se" em cima.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Equipara-se também..."

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – "Equipara-se também..."

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – "Equipara-se também..." Muito bem, professor.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – E eu queria fazer uma observação agora. Nós aprovamos aqui o delito de "direção embriagada", na nossa Comissão, com a seguinte redação: "Dirigir veículo automotor em via pública, sob a influência do álcool, expondo a perigo a segurança viária." É isso o que aprovamos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeitamente. Sim!

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Logo que a Câmara dos Deputados aprovou o texto dela, ela já enviou para o Senado, e o Relator, aqui no Senado, é o Senador Ricardo Ferraço.

Conversei, conversamos, reunimo-nos durante longas horas e, em seguida, fomos ao Ministro da Justiça, Ministro José Eduardo Cardozo, com quem conversamos longamente para saber qual texto passaria, tanto no Executivo quanto no Congresso. E o Ministro fez a seguinte ponderação: hoje, o que mais choca, do ponto de vista até do Ministério da Saúde, sobretudo, mas também dele, é aquele sujeito completamente embriagado, mas completamente, visivelmente, ostensivamente embriagado que se recusa a fazer o bafômetro etc e tal. Então, para evitar todo esse problema, chegamos a um consenso com o Ministro, de redação do novo tipo. Ficaria, então, assim: "Dirigir sob a influência de bebida alcoólica, vírgula - ficaria assim. Olha o texto que propus lá -, sendo...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Leandro, localiza os crimes de trânsito aí para fazermos o cotejo.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – É Código Penal, né!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Não, é nos crimes de trânsito.

Então, localiza ali no... Nesse relatório mesmo, você vai encontrar os crimes de trânsito. Aí mesmo!

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Então, dirigir sob a influência, sendo notória a incapacidade para conduzir com segurança ou expondo, de outra forma, a perigo, a segurança.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Prof. Luiz Flávio, a redação que está ali é a que o senhor mesmo propôs...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não, não. Está perfeito.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – E que, com a devida vênia, é superior a essa que o senhor...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Claro que é!

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não, não. A redação está aqui e está mantido... Inclusive até em um dispositivo autônomo, eu mantive lá para eles. Eu só redigi um outro dispositivo: o que está com "notória incapacidade para dirigir veículo automotor". A única coisa que se agregou...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Como é que seria? Seria um novo tipo?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Pode ser. Pode ser. Novo tipo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Conduzindo veículo automotor na via pública...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Isso!

Sob a influência do álcool ou de dependência, sendo notória a incapacidade para conduzir com segurança.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está.

Porque aí seria um novo tipo, professor.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Novo tipo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Porque aí não precisaria da exposição a risco.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não, não, não precisa. Não, porque já é. Notória incapacidade para dirigir é o bêbado completo.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sendo notória a incapacidade para dirigir.

E qual seria a sugestão de pena, professor?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Para conduzir assim... Mesma pena! Mesma pena!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Mesma pena: um a três anos.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Isso.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – *(Inaudível.)*

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não, independe, porque é uma ponderação do Ministério da Saúde.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Perfeito.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eu entendi bem; eu compreendi o que o Ministro queria; eu achei razoável.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É consensual?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Achei razoável.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Um termo melhor para "notório". Acho que, para isso, exige-se algo assim...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sendo, claramente visível, claramente perceptível.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Isso.

A SRª JULIANA GARCIA BELLOQUE - Sendo visível a incapacidade...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Sendo manifesta, visível ou ostensiva...

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Sendo manifesta a incapacidade para dirigir.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Melhorou!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está bom, né!

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Para conduzir com segurança; incapacidade para conduzir com segurança.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Incapacidade para conduzir...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Com segurança!

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – O veículo. É, conduzir com segurança!

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Com segurança, veículo automotor.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – É, já foi falado. Conduzir com segurança.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Então, isso é um avanço extraordinário, penso, na minha opinião, porque criminaliza o ato do bêbado embriagado total, sem necessidade de seis bafômetros. Não precisa de nada.

O SR. MARCELO LEONARDO - Não é para substituir, não. São dois dispositivos diferentes.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu sugeri ao Ministro...

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Qual tal a forma redacional "fazê-lo com segurança", para não ficar conduzir, conduzir?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Para fazê-lo com segurança. Perfeito. Para fazê-lo com segurança!

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Douto Relator, tenho uma dúvida. Só uma pergunta. Foi proposta, no art. 135, essa nova definição da Lei Cheque Caução? Ficou inclusa no projeto?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Ficou inclusa.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Ficou?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Está incluso no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Relator, para as últimas considerações.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Então, é o seguinte, declaro encerrado o trecho deliberativo da nossa Comissão de Reforma Penal.

Queria, neste ensejo de encerramento dos trabalhos, agradecer imensamente a todos os colegas; queria dizer que não conhecia a maioria de vocês, mas dou testemunho público, ao longo destes sete meses de trabalho, do empenho, do profissionalismo, da capacidade, da enorme contribuição que cada um trouxe à sua maneira.

O Técio trouxe a sua contribuição, com os seus aportes históricos e o seu "carioquismo" tão notável!

O nosso querido Muiños, que é um dos maiores intelectuais que tive a oportunidade de conhecer, trouxe a sua contribuição, à maneira Muiños, uma maneira um pouco mais longa, mas trouxe.

O nosso querido Marcelo André trouxe imensa contribuição, conhece o Direito Penal como ninguém. Quero dizer que eu o chamo de "o pedreiro que leu Weltzel". O nosso querido Marcelo Leal, que tem uma capacidade de trabalho espantosa, sempre em prontidão, a minha querida Luiza Nagib Eluf, colega de São Paulo, que eu conhecia de fama e que agora conheço pela extraordinária capacidade de trabalho, o nosso querido Emanuel Cacho, que honrou Sergipe com a sua colaboração.

O nosso Tiago Ivo Odon, que trouxe, aceite o testemunho deste relator, essenciais contribuições a tudo aquilo que fizemos.

O professor Nabor Bulhões, a quem homenageei em diversas passagens desta Comissão, com o seguinte imponderável exemplo: se eu precisasse de um advogado criminalista, professor Nabor, V. Exª, pela capacidade, pela tranqüilidade com que lida com o Direito Penal, com o Direito Constitucional, com o Direito Internacional, sempre com essa gentileza, seria a pessoa indicada.

Queria enaltecer o nosso professor Marcelo Leonardo, de Minas. Minas Gerais é celeiro de grandes juristas, de grandes penalistas. Aqui homenageio o pai de V. Exª, que é um grande penalista, o nosso querido Jair Leonardo Lopes.

Queria estender os meus cumprimentos ao professor Luís Flávio Gomes, dizer que V. Exª é um personagem de todos conhecido e de todos desconhecido, porque, vendo V. Exª nestas Comissões e percebendo a profundidade da capacidade de V. Exª, todos nós passamos por esse período de descoberta, de redescoberta, de um nome que já se fazia famoso.

Queria cumprimentar o Ministro Dipp, queria dizer, Ministro, que o trabalho desta Comissão só conseguiu alcançar esse resultado extraordinário, que é de comum sabença, divulgado pela imprensa, graças às qualidades de liderança que V. Exª mostrou ao longo desses trabalhos. Não estou emulando (?), estou falando algo verdadeiro.

Queria agradecer, de público, às pessoas que não estão aqui, como a Juliana Belloque, que não pôde vir, ao Gamil Fopel, ao Marco Antônio, que também não puderam vir. Queria agradecer a todos, portanto, que integraram esta Comissão.

Queria fazer o registro da colaboração extraordinária da Salise Sanchotene, que foi constante, nunca faltou, e, mesmo quando chegava atrasada, a gente já ficava olhando e se perguntando: cadê a Salise? Enorme capacidade, que muito honrou a Justiça Federal.

Queria fazer um cumprimento todo especial ao nosso Reinilson Prado. Queria dizer que chegamos ao Senado jejunos, a maioria de nós e foi o Reinilson que, com grande competência, com grande esforço, com grande paciência e muita competência, trouxe um extraordinário padrão de assistência ao nosso trabalho. Homenageio a Núbia, o Leandro, enfim, todos. Acho que não esqueci nenhum nome, se esqueci não foi por querer.

O nosso querido José Porciúncula, o nosso Pedro Paulo, também presença constante, colaborações efetivas, sempre nesse sentido do aperfeiçoamento da Comissão.

Queria dar uma palavra aos jornalistas, porque nem sempre podemos atender aos pleitos, justos e razoáveis, de vocês, que lidam com o essencial aspecto constitucional da informação, mas queria que vocês aceitassem o nosso respeito e o nosso agradecimento pela divulgação ímpar que os trabalhos da nossa Comissão receberam.

Em suma, queria agradecer a todos, queria dizer que, para mim, foi uma jornada de honra, de grande satisfação pessoal ter relatado.

Gostaria de agradecer também ao Ministro Dipp pela temeridade de indicar alguém para essa relatoria, alguém que sequer ele conhecia. Espero, Ministro, que tenha conseguido honrar a qualidade da sua indicação.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Antes de declarar aprovada a proposta do anteprojeto do relatório do Código Penal, em breves palavras, o nosso encantador relator já nominou cada um de vocês, os colaboradores, os servidores, a imprensa. Eu não vou

repetir o nome de cada um porque nós nos conhecemos nesses sete meses de maneira muito mais profunda em relação ao conhecimento ou à amizade que tínhamos antes. Mas eu quero salientar a qualidade do trabalho efetivado em sete meses.

Eu fico não só orgulhoso, mas fico, de certa forma, até embevecido com o engajamento dos membros desta Comissão que está apresentando um anteprojeto de reforma do Código Penal. Aliás, não só do Código, Nabor, mas de todas as leis extravagantes existentes em matéria penal no Brasil. Nenhuma comissão externa do Congresso Nacional conseguiu, em tão pouco tempo e com o enfrentamento de questões altamente polêmicas, apresentar um anteprojeto ao Congresso desta qualidade.

Eu, ao ler ontem o editorial de um grande jornal de São Paulo, me dei conta da magnitude do nosso trabalho, do trabalho de vocês. Li no editorial que o Código Penal é a principal lei de um país após a Constituição, porque possibilita que o Estado interfira naquilo que é mais sagrado para o cidadão, que é a sua liberdade. Esse trabalho em tempo recorde, numa lei da magnitude do Código Penal, realmente nos envaidece.

E nós todos podemos ficar tranquilos, pois o trabalho foi realizado com clareza, com transparência. Todas as nossas sessões deliberativas, volto a dizer, foram públicas, realizadas nas dependências do Senado Federal, com a presença de público, com a presença da imprensa – por isso, essa visibilidade. Nenhuma comissão técnica prévia ao Parlamento teve tanta divulgação para a sociedade através da imprensa, através de debates, através da agência pública.

Não sei se todos se deram conta disto: o Senado e a Câmara estarão com os caminhos abertos, porque aquilo que nós apresentamos não mais será novidade nem será tão impactante para o cidadão porque já foi previamente divulgado. Então, a nossa missão foi cumprida, Cacho. O Senado nos deu essa missão, o Plenário do Senado nos deu essa missão, e nós a estamos rigorosamente cumprindo. Se não é o melhor anteprojeto, certamente é um anteprojeto que vai facilitar o trâmite no Parlamento brasileiro da lei mais importante depois da Constituição.

Declaro aprovada a proposta de anteprojeto da reforma do Código Penal Brasileiro.

Estão também aprovadas as atas da 23ª e 24ª sessões ordinárias.

Muito obrigado. Até o dia 27.

O SR. MARCELO LEAL LIMA DE OLIVEIRA – Ministro Dipp...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Só uma observação agora.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – A palavra está franqueada a todos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Pois não.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eu já fiz a proposta para o nosso eminente Presidente Ministro Dipp e para o nosso Relator e agora eu queria ratificar, de público, a minha proposta no seguinte sentido.

Logo que disponibilizado o texto – eu suponho que é o ato de entrega ao Presidente do Senado –, eu vou criar um *site* especial dentro do meu portal só para discutir a reforma do Código Penal. Vou colocar todos os dispositivos, a nossa exposição, os nossos textos, e pedir a colaboração de todos os que queiram para, discutindo nossas propostas, facilitar a discussão depois dentro do Senado Federal. É algo que nós vamos fazer paralelamente ao que existe de oficial. Mas, em síntese, eu convidaria todos que fizeram parte para que continuem conectados com o texto e com a discussão porque como vou colocar isso em público muita gente vai contribuir, muita gente vai criticar, elogiar etc. Que todos participem.

E hoje, eu espero, eu suponho que estaremos todos juntos, eu imagino, acho que todos estaremos juntos, mais tarde. Eu estou trazendo aqui o meu assessor para fazer o registro histórico de tudo, com entrevistas com cada um e fotos de cada um, para a gente fazer esse registro histórico desta nossa Comissão, perpetuar, isso fica depois perpetuado *ad aeternum*.

E, no mais, agradecer, sim, igualmente, a oportunidade que nós tivemos de colaborar para esse texto. Não existe obra humana perfeita e, de qualquer maneira, o máximo de perfeição nós procuramos dar. Cada um deu o seu esforço pessoal.

Agradecer muitíssimo a honra de ter estado com todos os senhores. E, daqui para frente, o filho nasceu, é só torcer para que ele cresça bem, ajuizado. Vamos torcer para isso. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – A palavra franqueada para todos.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Eu gostaria de me manifestar também, e em especial para desfazer uma pequena injustiça cometida pelo nosso nobre Relator.

É que o nosso Relator mencionou o nome de todos, fazendo efusivos elogios, mas ninguém até agora lançou mão de fazer os elogios devidos ao nosso – qual é a palavra? – encantador Relator..

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Eu contava com minha mulher mais tarde, mas agradeço o seu suporte, Marcelo.

O SR. MARCELO LEAL LIMA OLIVEIRA – Dr. Luiz Carlos, realmente admirável o trabalho desenvolvido pela Comissão, mas capitaneado pelo Ministro Dipp

e em especial pela sua relatoria. A sua capacidade de síntese, a capacidade de conhecimento demonstrado de Direito Penal, em especial, a capacidade de redação tão rápida, quando surgiam as ideias, estas eram imediatamente colocadas no papel; fez com que os trabalhos se desenvolvem na velocidade possível.

Eu e o professor Nabor tivemos uma experiência de uma manhã em que aguardávamos a sua chegada e tentávamos desenvolver esse trabalho e verificamos a dificuldade de dar velocidade aos trabalhos que foram desenvolvidos pela Comissão.

Então, eu queria parabenizar o trabalho realizado pelo nosso encantador Relator e me congratular com todos, com o nascimento desse novo Código. Acho que estamos cortando as raízes com o Código Penal da década de 40, o Código Penal nascido no Estado Novo e estamos construindo o Código Penal para a Constituição de 1988.

Cecília Meireles, ela disse: "Aprendi a me cortar no inverno para me fazer renascer na primavera." Acho que nós estamos cortando agora, com um inverno nascido na Ditadura do Estado Novo e estamos agora renascendo, fazendo florescer um novo Código Penal, sob a égide constitucional da Constituição de 88, da nossa Constituição Cidadã e Democrática.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Muito obrigado, Marcelo, pela referência pessoal.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Gostaria de aproveitar o ensejo para fazer uma brevíssima manifestação.

Eminente Presidente Dipp, eminente Relator, eminentes colegas, senhores e senhoras presentes, eu presto um depoimento, Presidente Dipp, na linha da sua observação, É a quarta comissão de reforma de que participo, desde o início dos anos 90 e nenhuma produziu um trabalho tão profundo e tão sintonizado com a realidade que vivemos quanto a Comissão de Reforma de que nós nos ocupamos no presente momento.

Eu dizia, dias atrás, a alguns colegas que sempre que lia as propostas já aprovadas, me convencia da excelência do trabalho que se estaria produzindo e que se está produzindo. Pode não ser, eventualmente, do ponto de vista do observador, o melhor porque nós estamos lidando com matérias extremamente complexas, que demandam posições que não passam necessariamente pelos parâmetros do certo ou do errado, do melhor ou do pior, mas das opções legislativas que se podem adotar em face de uma realidade que vive a dar saltos. Então é disso que estamos cuidando. Participei de duas reformas de Código de Processo Penal e uma de Código Penal, em nenhum desses momentos nós tivemos um trabalho com a conformação que dominou toda a elaboração do anteprojeto que brevemente será oferecido à sociedade brasileira, pelo Senado Federal.

Então, não poderia deixar de fazer esse registro ao tempo em que destaco não só a excelência da participação dos eminentes colegas, como a liderança firme, moralmente elevada que o Presidente Dipp sempre dá a tudo que faz. Não é sem razão, por exemplo, que hoje preside uma Comissão tão importante para o País, como é a Comissão da Verdade.

E o mesmo diria do eminentíssimo Relator, que conhecia de nome, mas que emprestou ao trabalho firmeza, emprestou ao trabalho dignidade imensa mercê da sua capacidade pessoal e profissional marcantes, como bem os colegas já observaram.

Foi uma grata surpresa. Conhecia de nome o eminente Procurador. E aqui aprendi a conviver com eminente jurista, que soube, como Relator, conduzir de forma objetiva e democrática os trabalhos da Comissão.

E, por último, gostaria de dizer que estimarei muito recebê-los mais tarde para nos confraternizarmos, porque o momento é grandioso e desafia essa confraternização.

Muito obrigado a todos (Palmas)

O SR. MARCELO ANDRÉ DE AZEVEDO – São rápidas palavras, pois vejo que está todo mundo cansado.

Também quero agradecer a participação. Acho que foi interessante. Todos aprendemos muito aqui com as divergências, com os pensamentos, embates muitas vezes calorosos. Acho que essa diversidade fez com que esse texto tivesse essa qualidade que o próprio professor Nabor disse, o Luiz Flávio disse, nenhum texto é perfeito. Somos seres humanos, mas acho que nós estamos oferecendo. Acho que a Comissão de reforma está oferecendo ao Congresso Nacional e, por consequência, à sociedade propostas que trazem um grande avanço normativo para atender as demandas sociais.

E eu fico satisfeito por termos conseguido terminar essa tarefa nesse pequeno tempo, Eu, sinceramente, Presidente Dipp, não acreditava que fôssemos terminar. Eu não acreditava, sinceramente. Estou assim surpreso de ver o que fizemos, esse esforço hercúleo que fizemos durante esses meses.

Então, todos nós estamos de parabéns, toda a equipe, todos os membros, os servidores do Senado, os Consultores, o José Carlos Porciúncula, Salise, Pedro Paulo. Nós estamos satisfeitos com o trabalho feito. Críticas, nós vamos ter, como todo o trabalho. Acho que nós saímos de cabeça erguida dessas propostas feitas.

Então, eu termino lembrando Fernando Pessoa, pelos dissabores que passamos aqui, com um mem-

bro ou outro, aquelas brigas, mas parafraseando: "Tudo vale a pena quando a alma não é pequena". *(Palmas.)*

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Técio, deixe-me fazer só uma observação.

Primeiro, o Relator, sei que ele já colocou no início, no preâmbulo do relatório uma referência, tivemos a colaboração do Prof. René Dotti e da Profª Ministra Maria Thereza Moura também para os trabalhos, ainda que limitados, mas que muito contribuíram.

E eu gostaria de dizer do meu orgulho de estar aqui porque, o Marcelo agora citou Fernando Pessoa, para os portugueses, momento histórico, viver não era preciso, mais importante era navegar. A poesia espanhola diz que o caminho se faz caminhando. E o meu maior orgulho é saber que todos nós não temos um Código Penal, nós participamos da feitura de um Código Penal.

Quero de coração agradecer a todos e a forma como me trataram (Palmas).

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Presidente, eu tinha que falar pela bancada do Rio, nós representamos pensamentos divergentes e somos muito amigos. Muiños é um queridíssimo amigo, um velho amigo, um homem que admiro profundamente, um promotor admirável. Foi procurador geral, chefe do Ministério Público, hoje é um desembargador exemplar. E eu sou apenas um velho rábula criminal e nós nos defrontamos aqui, divergindo aqui e acolá, mas o resultado desse trabalho é muito essa costura das nossas divergências e das possibilidades de encontrar um texto que seja eficaz e que possa servir ao País.

Eu acho que o Relator deu, com o seu encantamento, com a sua simpatia, com a sua encantadora postura, realmente deu uma demonstração de superioridade, porque se submeteu, eu sei o quanto dolorosamente, a perdas que devem lhe ter tirado o sono por alguns dias, mas ele manteve enfim a compostura e a mesma fidalguia no relacionamento com os companheiros.

Eu não tinha nenhuma dúvida, Presidente, de que nós íamos cumprir o prazo, porque quando o senhor botava aquela cara que eu conheço, essa cara assim de mau, ficava todo mundo querendo mostrar serviço e corria com o tempo. Só que eu já conheço essa cara de mau há muito tempo, porque convivemos quando esse belíssimo magistrado conduziu a Corregedoria Nacional de Justiça no CNJ e deu um exemplo para o Brasil de probidade, de seriedade, de eficiência e sobretudo de velocidade impressionante na forma de trabalhar. Lá, quando nos despedimos, ele disse: Essa cara de mau é apenas uma cara de mau. Porque envolve um homem extremamente interessante, um homem extremamente cativante, inteligente, e que tem uma capacidade de trabalho raríssima.

E que o Brasil pode esperar o resultado desta Comissão da Verdade confiando no taco, no talento, na capacidade do nosso Presidente Ministro Gilson Dipp.

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Por favor, mais colegas que queiram se valer da palavra.

Luiza, Cacho.

A SRª LUIZA NAGIB ELUF – Eu estava em dúvida se devia me manifestar, porque já me manifestei antes, mas é que eu gostaria de, agora, depois de falar de todos os colegas, falar um pouquinho do nosso Relator, que foi extremamente hábil, e que, não fora ele, nós não teríamos chegado a bom termo com esse Código Penal.

Queria também falar também do nosso Ministro Gilson Dipp. Foi uma grande honra participar de uma comissão tendo V. Exª como nosso Presidente. Quero dizer também que aprendi a admirá-lo e o admiro ainda mais depois desse período de sete meses de convivência quase semanal. E dizer que essa obra, Ministro, é uma obra que nós conseguimos fazer com o máximo possível de acordos, embora tenhamos tido alguns desacordos. Saímos com muito mais sensação do dever cumprido do que as pequenas frustrações que nós sofremos, algumas baixas aí nas discussões.

Mas foi muito importante, porque a população do Brasil acompanhou nossos trabalhos. O interesse dos meios de comunicação mostrou que nós estávamos lidando com o Código Penal da forma que a sociedade esperava que fizéssemos. E isso tudo se deveu, acima de tudo, à postura de V. Exª, nosso Presidente, e também à postura de V. Exª, nosso Relator. Ambos encantadores, ambos muito hábeis na condução dos trabalhos.

Gostaria de dizer, por fim, que eu fiz o possível para não apenas representar as minhas próprias ideias, mas também para trazer um pouco da visão da mulher para dentro da comissão. Nós, mulheres, somos duas aqui até o final, mas eu quero dizer que apesar de ter trazido sempre o ponto de vista da mulher, esse ponto de vista foi muito bem acolhido pelo restante da comissão. Então, os valores de direitos humanos, a questão da igualdade de gênero, que a nossa Constituição já enalteceu com tanta ênfase, foram retratadas no Código. Nesse aspecto acho que conseguimos tirar o ranço do patriarcalismo. Realmente, promovemos os direitos da mulher, bem como de todas as outras populações vulneráveis, como, por exemplo, as questões raciais, as questões de orientação sexual, as pessoas com necessidades especiais, as pessoas que têm uma situação econômica desfavorável. Enfim, todos os grupos

prejudicados normalmente pelo preconceito e pela discriminação foram contemplados na nossa proposta de Código. E isso é o que mais harmoniza o nosso trabalho com os preceitos da Constituição Cidadã de 1988.

Quero finalizar dizendo que, se produzimos um filho, não podemos abandonar esse filho agora à própria sorte. Acho que precisaremos vir, eventualmente, ao Senado, à Câmara Federal. Essa é uma sugestão que faço. Claro que fica ao autocritério de V. Exªs aqui, Presidentes da Mesa. Mas acho que deveríamos continuar o trabalho, fazendo prováveis visitas ou necessários esclarecimentos aos parlamentares, para defender o nosso ponto de vista, mostrar por que fizemos como fizemos. Apesar de termos um bom relatório e uma boa exposição de motivos, também sabemos o valor dos embargos auriculares, conforme popularizado pelo jargão da prática forense.

Então, não vamos abandonar o filho. Continuar escrevendo a respeito disso, acho importante. Quero pedir aos companheiros que façam, produzam trabalho. A ideia do Luiz Flávio Gomes é muito boa.

Além disso, também, os demais meios de comunicação não podem ficar negligenciados, porque alguns aspectos são mal interpretados. Outros se prestam a críticas gratuitas, como sofremos no último fim de semana, dizendo que a questão dos animais, que abandono ou maus tratos aos animais tenha pena maior do abandono de incapaz. O que não é verdade, porque na nossa proposta a pena do abandono de incapaz é semelhante e até maior no caso de prejuízos à saúde ou à vida do incapaz. Portanto, foi uma distorção proposital. Temos que lidar com esse problema.

Muito obrigada a todos os companheiros. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Dr. Cacho. Depois Tiago e Marcelo Leonardo querem fazer uso da palavra também.

O SR. EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA CACHO – Eminente Relator, eminente e Exmº Sr. Ministro do STJ, Presidente desta comissão, Ministro Gilson Dipp, foi dito pelo Dr. Nabor, aqui, que a condição moral que irradia de V. Exª é certo que os homens haverão de ser moralmente elevados. Mas V. Exª, realmente, cumpre um papel fundamental.

Quero parabenizar também V. Exª na escolha do nosso relator. Primeiro dia de comissão, na posse, chega aquela figura do meu lado, e eu guardando a cadeira, ele disse: posso sentar aqui? Eu disse: guardei para o senhor. Vai ficar me devendo um favor, que ele acabou de pagar hoje pela sua gentileza, pela amizade. Tudo que você deu para a gente, Luiz, embora em alguns momentos os debates tivessem que ser mais acirrados.

Quero parabenizar os senhores pelo trabalho que fizemos aqui nesta comissão.

Ouvi a Luiza Eluf, todos me emocionaram aqui hoje – o nosso Presidente, você, todos os colegas. Mas a Drª Luiza Eluf me fez lembrar um dos maiores juristas brasileiros e o maior de Sergipe, com certeza, Tobias Barreto.

Tobias Barreto dizia que o Direito não é o filho do céu. É um produto cultural histórico da evolução humana. E foi isso que fizemos aqui. Nós, historicamente, num momento importante para o Brasil, sentamos aqui para discutir, com a experiência do Técio, por exemplo, daquilo que ele sofreu, do que ele constatou, daquilo que o Nabor, que a juventude dos membros da comissão, do Tiago, do Porciúncula, aquelas pessoas que nos ajudaram, com a experiência da Drª Eluf, todos aqueles que aqui participaram.

Eu quero dizer que em 2000, 1999, 2000, eu vim a Brasília com o amigo Luiz Flávio Borges, nós viemos aqui assistir às sessões, às reuniões da Comissão de Reforma do Código Penal. O senhor sabe que as duas vezes que aqui estive eu não sabia onde eles estavam reunidos. Eu acompanhava muito o Conselho de Política Criminal e Penitenciária, interessava-me muito a questão penitenciária e consegui encontrá-los nos corredores, mas era muito difícil saber onde se reunião, Ministro Dipp. Então, as sessões aqui foram todas transmitidas pela Internet, quando se podia, o Senado transmitia pela TV. Foi uma coisa aberta, foi muito bom ter participado dessa Comissão pela importância que se deu pelo debate e pelo amadurecimento de questões realmente importantes. Como dizia Tobias Barreto, o direito não é o filho do céu, é um produto cultural, histórico da evolução humana.

Eu gostaria que ficasse a ressalva, se puder, na abertura do nosso relatório, para que isso sintetize tudo o que vivemos aqui, o momento histórico e cultural da humanidade em pleno Séc. XXI.

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Faltam Tiago e o Professor Marcelo Leonardo.

O SR. TIAGO IVO ODON – Rapidamente, eu só agradecer a oportunidade e a honra de ter compartilhado o ambiente com juristas de grande nome. Aprendi muito, aprendi muito não apenas como técnico, mas como pessoa. O carinho de vocês. Foi um prazer conhecer cada um de vocês. Realmente foi uma experiência enriquecedora para mim. Espero levar muita coisa boa, certamente, daqui para a frente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. MARCELO LEONARDO – Meu caro Presidente, Ministro Gilson Dipp, Relator Dr. Luiz Carlos

Gonçalves, eu quero, nesta oportunidade, não repetir o que os colegas já disseram, mas fazer uma observação de quem, através do seu relacionamento de academia, acompanhou várias outras tentativas de edição de Código Penal no Brasil.

As inúmeras comissões anteriores foram sempre constituídas através de portarias do Ministro da Justiça e eram preferencialmente compostas de ilustres professores de Direito Penal do Brasil.

E eu quero então registrar neste momento que o Senado Federal tem prestado uma importantíssima contribuição para o aprimoramento dos Códigos no Brasil. Constituiu comissão para elaborar um projeto de Código de Processo Penal; elaborou, constituiu comissão para elaborar um projeto de Novo Código de Defesa do Consumidor; e constituiu esta comissão.

E na composição da comissão, o Senado Federal foi extremamente feliz, porque se valeu de diferentes operadores do Direito, dos mais variados segmentos, tanto da Academia quanto da vida profissional. E aqui nós não tivemos o jogo de vaidades, que no passado caracterizou atividades semelhantes, que levou, inclusive, a conflitos históricos entre professores.

Por isso, acredito que o trabalho desta comissão tenha sido extremamente rico e feliz, na medida em que contou com diferentes contribuições e os colegas perceberam que em inúmeras oportunidades o entendimento de um ou outro ia prevalecer ou não na forma democrática do voto. Daí porque quero manifestar um especial agradecimento ao Senador Pedro Taques, que propôs a criação da comissão, e ao Presidente José Sarney, que abraçou a ideia e que fez a indicação aos membros da comissão.

E eu, particularmente, agradeço à minha instituição, a Ordem dos Advogados do Brasil, que me indicou para participar desse trabalho, que pessoalmente tem para mim um significado muito especial, já que, na companhia do Dr. Nabor, o meu pai, que é professor titular emérito de Direito Penal, participou de todas as outras comissões de reforma e da elaboração do projeto que se converteu no Código de 1984. Daí porque sentimos um especial orgulho de estar participando desse trabalho, com pessoas do quilate de todos os senhores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilson Dipp) – Está encerrada a reunião. – Ministro **Gilson Dipp,** Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 11 minutos.)

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 416 páginas

(OS: 13177/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL